Diagonal



# Plano de Ações Sociourbanísticas

## Diagnóstico Técnico-Participativo do PAS

*Pós-Escuta Pública*

Setembro | 2023

# Apresentação

Este documento apresenta o Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS) elaborado como parte do processo de trabalho organizado para atendimento das definições do Termo de Acordo Socioambiental, firmado em 30/12/2020, entre Braskem, Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MPE).

O referido Termo foi firmado para extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental ajuizada pelo MPF no contexto da subsidência que atingiu bairros de Maceió e estabeleceu, em seu subcapítulo IV – Das Medidas de Compensação Social, a realização de "estudos sociais que subsidiarão as discussões com o MPE, MPF e o Município de Maceió sobre os projetos para as ações compensatórias a serem implementadas em benefício da população de Maceió". Estabeleceu ainda, em sua cláusula 67, que para o desenvolvimento das ações compensatórias, as partes acordam a destinação de R$ 198 milhões" a serem depositados pela Braskem.

O presente documento foi elaborado pela Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios, cuja contratação para elaboração desses estudos sociais está estabelecida na clausula 64 do referido Termo de Acordo.

No Plano de Trabalho apresentado para a consecução das ações, o conjunto de estudos foi estruturado em duas fases, que correspondem a dois produtos: o Diagnóstico Técnico-Participativo e o Plano de Ações Sociourbanísticas. Este documento apresenta os resultados da fase de estudos relativa ao Diagnóstico para o debate com as partes do Acordo, o município de Maceió e a sociedade civil.

Conforme previsto no Plano de Trabalho apresentado, o objetivo desta fase do trabalho foi produzir uma leitura integrada dos territórios e populações que tiveram suas dinâmicas urbanas e sociais alteradas em decorrência da subsidência e da realocação de famílias e atividades econômicas, para subsidiar as decisões sobre medidas de compensação ao município e à população de Maceió.

Este documento consolida os resultados obtidos em três momentos de elaboração do Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas:

- Etapa 1 – De julho de 2021 a julho de 2022: produção da primeira versão do Diagnóstico, cujos dados foram recolhidos entre julho e outubro de 2021, e os primeiros resultados apresentados ao Ministério Público Federal, à Prefeitura Municipal de Maceió (ao Gabinete de Gestão Integrada – GGI dos Bairros e secretarias municipais convidadas por este Gabinete) e à Braskem entre novembro de 2021 e julho de 2022. Nos termos previstos, o Diagnóstico Técnico-Participativo foi entregue formalmente ao Ministério Público Federal e à Braskem em 30/06/2022 e à Prefeitura Municipal de Maceió em 08/07/2022, em reunião presencial de apresentação dos resultados.

- Etapa 2 – A partir da devolutiva da Prefeitura e suas diversas secretarias, por meio do Gabinete de Gestão Integrada - GGI dos Bairros, sobre a primeira versão do Diagnóstico Técnico-Participativo, foi elaborado o Documento Técnico Complementar. Este documento foi estruturado em duas partes: a Parte I, que apresenta textos com abordagem complementar de temas tratados com o GGI; e a Parte II, constituída por um Caderno de Mapas Temáticos. Este documento foi entregue formalmente ao Ministério Público Federal, Braskem e Prefeitura Municipal de Maceió em 09/01/2023.
- Etapa 3 – O Diagnóstico e o Documento Técnico Complementar foram publicados no site www.maisdialogos.com a partir do dia 11/02/2023, com ampla divulgação, e apresentados à sociedade civil em ato formal e público, conforme previsto no Acordo, em março de 2023, por meio de Escuta Pública presencial com transmissão online pela internet. Neste mesmo site foram disponibilizados, entre os dias 11/02/2023 e 12/04/2023, formulários digitais para comentários e sugestões em relação aos documentos produzidos. As contribuições presenciais ou virtuais foram analisadas pela Equipe Técnica da Diagonal, que apresentou suas propostas de ajuste ou complementação ao documento às partes do Acordo e o Município em junho de 2023.

Com isso, o Diagnóstico Técnico-Participativo Pós Escuta Pública aqui apresentado para a sociedade é resultado da consolidação do Diagnóstico Técnico Participativo e o Documento Técnico Complementar em um documento único, que incorpora as sugestões e indicações de ajustes recebidas durante o processo de contribuição obtidas por meio da participação popular e que foram pactuadas com as partes do Acordo.

# Sumário

Apresentação ..... 1
Lista de Figuras ..... 13
Lista de Tabelas ..... 27
Lista de Quadros ..... 33
Introdução ..... 35
1 Metodologia e processo de trabalho ..... 41
1.1 Leitura técnica: Referências teórico-metodológicas ..... 44
1.2 Participação Social e Leitura Comunitária: Referências teórico-metodológicas e estratégia para construção coletiva ..... 49
1.2.1 Participação social e espaços de mediação ..... 50
1.2.2 Leitura comunitária e diagnóstico participativo ..... 50
1.2.3 Abordagem metodológica ..... 53
1.2.3.1 Leitura qualitativa: Escuta Preliminar ..... 53
1.2.3.2 Leitura quantitativa: Pesquisa Volante ..... 55
1.2.3.3 Leitura propositiva: Grupos Focais Comunitários ..... 59
1.2.3.4 Escuta Pública ..... 60
1.3 Organização do processo de trabalho ..... 62
1.3.1 Frentes ..... 63
1.3.2 Etapas ..... 63
1.3.2.1 Planejamento ..... 63
1.3.2.2 Realização dos estudos técnicos e ações de escuta ..... 63
1.3.2.3 Consolidação do Diagnóstico e formulação da proposta de diretrizes e linhas de ação para debate ..... 64
1.3.2.4 Consolidação do Diagnóstico após contribuições recebidas no âmbito da Escuta Pública ..... 64
1.4 Estudos Técnicos ..... 65
1.4.1 Procedimentos de referência ..... 65
1.4.1.1 Levantamento bibliográfico e de dados secundários ..... 65

1.4.1.2 Levantamento de dados da Base Única do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF) ..... 66
1.4.1.3 Levantamento de dados da Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF) ..... 67
1.4.1.4 Levantamento de dados do Programa de Acompanhamento Social Continuado dos Assistidos do PCF ..... 67
1.4.1.5 Levantamento de informações com gestores públicos e atores estratégicos67
1.4.1.6 Visitas técnicas aos territórios em estudo e observação de campo ..... 68
1.4.2 Escalas territoriais de análise: Núcleos Focais ..... 69
1.4.2.1 Núcleo Focal 1 – Área de Desocupação ..... 70
1.4.2.2 Núcleo Focal 2 – Área do entorno do NF1 ..... 71
1.4.2.3 Núcleo Focal 3 – Áreas receptoras mais distantes ..... 71
1.4.2.4 Núcleo Focal 4 – Maceió ..... 73
1.4.3 Dimensões temáticas de análise ..... 75
1.4.3.1 Dimensão socioeconômica – temas e eixos temáticos ..... 75
1.4.3.2 Dimensão urbanística – temas e eixos temáticos ..... 77
1.5 Agenda Institucional ..... 79
1.5.1 Planejamento e realização dos estudos técnicos ..... 79
1.5.1.1 Apresentação do Plano de Trabalho do PAS e escuta inicial ..... 80
1.5.1.2 Visitas e solicitações de dados municipais e estaduais ..... 82
1.5.1.3 Reuniões técnicas de apresentação de propostas do Município ..... 82
1.5.2 Consolidação e apresentação do Diagnóstico Técnico-Participativo ..... 83
1.5.3 Apresentação do Documento Técnico Complementar ao Diagnóstico, elaborado com base nas devolutivas recebidas na Agenda Institucional .. 83
1.5.4 Pactuação dos ajustes e complementações ao Diagnóstico Pós Escuta Pública ..... 84
1.6 Estratégia de integração das frentes e temas ..... 84
2 Caracterização socioterritorial ..... 85
2.1 Panorama territorial ..... 87
2.2 Núcleo Focal 1 (NF1) – Área de desocupação ..... 107
2.3 Núcleo Focal 2 (NF2) – Área do entorno, Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes, e Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió ..... 136

2.4 Panorama sobre o destino das mudanças pós-realocação ..... 149
3 Eixo 1 – Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades ..... 159
3.1 Assistência Social ..... 161
3.1.1 Caracterização ..... 162
3.1.2 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação e Núcleo Focal 2 (NF2) - Área do entorno ..... 165
3.1.2.1 NF1: Caracterização sociodemográfica ..... 165
3.1.2.2 NF2: Caracterização Sociodemográfica ..... 169
3.1.2.3 NF1 e NF2: caracterização da proteção social básica e especial ..... 173
3.1.2.4 Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes ..... 177
3.1.2.5 Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió ..... 186
3.1.3 Síntese analítica ..... 186
3.1.4 Diretrizes temáticas ..... 187
3.2 Educação ..... 188
3.2.1 Caracterização ..... 189
3.2.1.1 Núcleo Focal 1 (NF1) – Área de desocupação ..... 189
3.2.1.2 Núcleo Focal 2 (NF2) – Área do entorno ..... 201
3.2.1.3 Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes ..... 211
3.2.1.4 Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió ..... 223
3.2.2 Síntese analítica ..... 236
3.2.3 Diretrizes temáticas ..... 239
3.3 Saúde ..... 239
3.3.1 Caracterização ..... 244
3.3.1.1 Núcleo Focal 1 (NF1) – Área de desocupação ..... 247
3.3.1.2 Núcleo Focal 2 (NF2) – Área do entorno ..... 250
3.3.1.3 Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes ..... 256
3.3.1.4 Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió ..... 258
3.3.1.4.1 Acidentes e violências ..... 261
3.3.1.4.2 Doenças transmissíveis de interesse ..... 262
3.3.1.4.3 Saúde mental ..... 262

3.3.2 Síntese analítica ..... 263
3.3.3 Diretrizes temáticas ..... 264
3.4 Públicos Prioritários ..... 265
3.4.1 Primeira Infância ..... 266
3.4.1.1 Caracterização ..... 267
3.4.1.1.1 Educação ..... 270
3.4.1.1.2 Assistência Social ..... 273
3.4.1.1.3 Saúde ..... 278
3.4.1.2 Síntese analítica ..... 286
3.4.1.3 Diretrizes temáticas ..... 287
3.4.2 Juventude ..... 287
3.4.2.1 Caracterização ..... 288
3.4.2.1.1 Educação ..... 291
3.4.2.1.2 Emprego e renda ..... 308
3.4.2.1.3 Saúde ..... 313
3.4.2.1.4 Violência ..... 317
3.4.2.2 Síntese analítica ..... 320
3.4.2.3 Diretrizes temáticas ..... 321
3.4.3 Pessoa idosa ..... 322
3.4.3.1 Caracterização ..... 324
3.4.3.1.1 Demografia ..... 324
3.4.3.1.2 Assistência social ..... 325
3.4.3.1.3 Saúde ..... 334
3.4.3.1.4 Educação ..... 334
3.4.3.2 Síntese analítica ..... 337
3.4.3.3 Diretrizes temáticas ..... 338
3.5 Segurança ..... 339
3.5.1 Caracterização ..... 344
3.5.1.1 Núcleo Focal 4 (NF4) – Município de Maceió ..... 345
3.5.1.2 Núcleo Focal 1 (NF1) – Área de desocupação ..... 349

3.5.1.3 Núcleo Focal 2 (NF2) – Área do entorno ..... 351
3.5.1.3.1 Flexais ..... 352
3.5.1.3.2 Chã de Bebedouro e Chã da Jaqueira ..... 356
3.5.1.3.3 Vila Saém ..... 357
3.5.1.3.4 Bom Parto ..... 358
3.5.1.3.5 Pinheiro ..... 359
3.5.1.3.6 Farol ..... 360
3.5.1.3.7 Pitanguinha e Gruta de Lourdes ..... 360
3.5.1.3.8 Levada ..... 361
3.5.1.4 Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes ..... 362
3.5.2 Síntese analítica ..... 366
3.5.3 Diretrizes temáticas ..... 368
4 Eixo 2 – Atividade Econômica, Trabalho e Renda ..... 371
4.1 Economia, Trabalho e Renda ..... 373
4.1.1 Caracterização Geral do Tema ..... 375
4.1.2 Caracterização dos Núcleos Focais - NF ..... 378
4.1.2.1 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação ..... 378
4.1.2.2 Núcleo Focal 2 (NF2) – Área do entorno ..... 386
4.1.2.3 Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes ..... 388
4.1.2.4 Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió ..... 390
4.1.3 Síntese Analítica ..... 398
4.1.4 Diretrizes Temáticas ..... 401
4.2 Atividade pesqueira ..... 402
4.2.1 Caracterização ..... 404
4.2.1.1 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação ..... 406
4.2.1.2 Núcleo Focal 2 (NF2) – Área do entorno ..... 407
4.2.1.3 Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes ..... 408
4.2.1.4 Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió ..... 408
4.2.1.5 Síntese dos relatos apresentados pela comunidade pesqueira nos Diagnósticos Rápido-Participativos (DRP) ..... 411

4.2.1.5.1 Colônia de Pescadores Z-04 ..... 411
4.2.1.5.2 Fernão Velho ..... 413
4.2.2 Síntese Analítica ..... 413
4.2.3 Diretrizes Temáticas ..... 414
5 Eixo 3 – Qualificação Urbana e Ambiental ..... 417
5.1 Planejamento urbano, habitação e dinâmica imobiliária ..... 419
5.1.1 Caracterização ..... 420
5.1.1.1 Núcleo Focal 4 - NF4 - Maceió ..... 421
5.1.1.2 Núcleo Focal 3 - NF3 - Áreas receptoras mais distantes ..... 438
5.1.1.2.1 Cidade Universitária ..... 441
5.1.1.2.2 Santa Lúcia ..... 442
5.1.1.2.3 Benedito Bentes ..... 444
5.1.1.2.4 Tabuleiro do Martins ..... 445
5.1.1.3 Núcleo Focal 2 - NF2 - Área do entorno ..... 447
5.1.1.4 Núcleo Focal 1 - NF1 – Área de Desocupação ..... 456
5.1.2 Síntese analítica ..... 458
5.1.3 Diretrizes temáticas ..... 459
5.2 Meio ambiente ..... 460
5.2.1 Caracterização ..... 463
5.2.1.1 Núcleo Focal 4 (NF4) - Maceió ..... 463
5.2.1.2 Núcleo Focal 3 (NF3) - Áreas receptoras mais distantes ..... 466
5.2.1.3 Núcleo Focal 2 (NF2) - Área do entorno ..... 466
5.2.1.4 Recursos hídricos ..... 467
5.2.1.4.1 Recursos hídricos superficiais ..... 469
5.2.1.4.2 Recursos hídricos subterrâneos ..... 474
5.2.2 Síntese analítica ..... 474
5.2.3 Diretrizes temáticas ..... 482
5.3 Saneamento ..... 483
5.3.1 Caracterização ..... 484
5.3.1.1 Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió ..... 484

5.3.1.2 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação; Núcleo Focal 2 (NF2) - Área do entorno e Núcleo Focal 3 (NF3) - Áreas receptoras mais distantes ..... 509
5.3.2 Síntese analítica ..... 515
5.3.3 Diretrizes temáticas ..... 516
5.4 Espaços públicos e desenho urbano ..... 517
5.4.1 Caracterização ..... 518
5.4.1.1 Núcleo Focal 4 (NF4) - Maceió ..... 518
5.4.1.2 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação ..... 528
5.4.1.3 Núcleo Focal 2 (NF2) - Área do entorno e Núcleo Focal 3 (NF3) - Áreas receptoras mais distantes ..... 529
5.4.2 Síntese analítica ..... 539
5.4.3 Diretrizes temáticas ..... 540
5.5 Centralidades e mobilidade urbana ..... 541
5.5.1 Caracterização ..... 546
5.5.1.1 Padrões de deslocamento ..... 546
5.5.1.1.1 Infraestrutura de mobilidade e serviço público de transporte coletivo ..... 547
5.5.1.1.2 Padrões de deslocamento: composição e perfil das viagens ..... 552
5.5.1.1.3 Relação das matrizes de origem/ destino com as mudanças decorrentes da subsidência ..... 555
5.5.1.2 Centralidades ..... 559
5.5.1.2.1 Situação anterior à subsidência ..... 559
5.5.1.2.2 Situação extraordinária ..... 565
5.5.1.2.3 Situação resultante ..... 566
5.5.2 Síntese analítica ..... 592
5.5.3 Diretrizes temáticas ..... 593
6 Eixo 4 – Preservação da Cultura e Memória ..... 595
6.1 Cultura e Identidade ..... 597
6.1.1 Caracterização ..... 598
6.1.1.1 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação ..... 598

6.1.1.2 Núcleo Focal 2 (NF2) - Área do entorno ..... 617
6.1.1.3 Núcleo Focal 3 (NF3) - Áreas receptoras mais distantes ..... 621
6.1.2 Síntese analítica ..... 622
6.1.3 Diretrizes temáticas ..... 622
6.2 Patrimônio Cultural e Paisagem ..... 623
6.2.1 Caracterização ..... 626
6.2.1.1 Núcleo Focal 4 (NF4) - Maceió ..... 627
6.2.1.2 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação ..... 634
6.2.1.3 Núcleo Focal 2 (NF2) - Área do entorno ..... 651
6.2.1.4 Núcleo Focal 3 (NF3) - Áreas receptoras mais distantes ..... 654
6.2.2 Síntese analítica ..... 656
6.2.3 Diretrizes temáticas ..... 657
7 Leitura Comunitária ..... 659
7.1 Leitura Qualitativa ..... 661
7.1.1 Mapeamento de Stakeholders ..... 661
7.1.2 Mobilização ..... 664
7.1.3 Roteiro de entrevistas por pautas ..... 666
7.1.4 Análise qualitativa ..... 668
7.2 Leitura Quantitativa ..... 677
7.2.1 Método de coleta de dados ..... 677
7.2.2 Planejamento e parâmetros para coleta de dados ..... 678
7.2.3 Análise quantitativa ..... 679
7.3 Grupos Focais Comunitários ..... 684
7.3.1 Objetivo e dinâmica ..... 684
7.3.2 Atividades, mobilização e público participante ..... 685
7.3.3 Painel de propostas ..... 686
7.4 Escuta Pública ..... 692
7.4.1 Objetivos e dinâmica ..... 692
7.4.2 Mobilização e público participante ..... 694
7.4.3 Síntese das contribuições recebidas e encaminhamentos ..... 696

8 Análise Integrada – diretrizes e linhas de ação propostas para compensação sociourbanística ..... 711
8.1 Parâmetros de integração e priorização técnica de ações em territórios estratégicos ..... 713
8.1.1 Premissas e diretrizes gerais de integração e priorização ..... 714
8.1.2 Territórios Estratégicos e Públicos Prioritários ..... 714
8.2 Natureza das diretrizes propostas e a integração com outras tratativas ..... 718
8.3 Eixos integrados, diretrizes e linhas de ação propostas para investimentos do PAS ..... 720
8.3.1 Eixo 1 – Políticas sociais e redução de vulnerabilidades ..... 721
8.3.1.1 Diretrizes de ação ..... 722
8.3.1.2 Propostas de linhas de ação ..... 722
8.3.2 Eixo 2 – Economia, trabalho e renda ..... 731
8.3.2.1 Diretrizes de ação ..... 731
8.3.2.2 Propostas de linhas de ação ..... 731
8.3.3 Eixo 3 – Qualificação urbana e ambiental ..... 736
8.3.3.1 Diretrizes de ação ..... 736
8.3.3.2 Propostas de linhas de ação ..... 737
8.3.4 Eixo 4 – Preservação da cultura e memória ..... 742
8.3.4.1 Diretrizes de ação ..... 742
8.3.4.2 Propostas de linhas de ação ..... 742
8.4 Resultados do Diagnóstico Técnico-Participativo e próximos passos do PAS ..... 746
9 Referências ..... 749
9.1 Referências Metodologia, processo de trabalho, caracterização socioterritorial ..... 751
9.2 Referências Eixo 1 ..... 752
9.3 Referências Eixo 2 ..... 760
9.4 Referências Eixo 3 ..... 762
9.5 Referências Eixo 4 ..... 766
9.6 Referências Leitura Comunitária ..... 772
Ficha Técnica ..... 773
Anexos ..... 779

# Lista de Figuras

Figura 1. Abordagem integrada das camadas..... 46

Figura 2. Estratégia de construção coletiva do PAS..... 62

Figura 3. Diagrama frentes de trabalho e etapas cronológicas ..... 62

Figura 4. Dimensões e eixos temáticos de análise ..... 75

Figura 5. Sítio natural e urbanização de Maceió..... 92

Figura 6. Malha viária e padrões de parcelamento urbano de Maceió ..... 93

Figura 7. Diversidade na paisagem e padrões urbanos de Maceió ..... 94

Figura 8. Localização das frentes de lavra e Mapa de Linhas de Ações Prioritárias, Versão 4 – Área de Desocupação - NF1 ..... 108

Figura 9. Tipologia intraurbana (IBGE) dos bairros afetados, com destaque para áreas vulneráveis ..... 109

Figura 10. Retratos da diversidade dos cinco bairros afetados..... 109

Figura 11. Distribuição de equipamentos e negócios no NF1, com destaque para a localização das principais praças ..... 111

Figura 12. Foto da Antiga Praça da Matriz de Bebedouro (atual Praça Cel. Lucena Maranhão e Paróquia de Santo Antônio de Pádua) e da Vila Operária da antiga Fábrica de Tecidos Alexandria de Bom Parto ..... 112

Figura 13. Fotos de manifestações antigas e recentes do coco de roda, realizadas na área desocupada..... 112

Figura 14. Esquema de representação da localização estratégica e zoneamento da região dos cinco bairros (NF1) ..... 113

Figura 15. Esquema de mapeamento de etapas do crescimento urbano de Maceió ..... 114

Figura 16. Trechos urbanizados em (1) Farol; (2) Bebedouro; (3) Pinheiro e (4) Mutange. ..... 115

Figura 17. Macroestratégias e macrozoneamento do Plano Maceió +25..... 116

Figura 18. Núcleo Focal 1 em sua interface com a Lagoa Mundaú, com localização das frentes de lavra ..... 117

Figura 19. Macroestratégias apontadas no plano Maceió +25..... 118

Figura 20. Vista aérea dos bairros afetados, com os imóveis desocupados ..... 119

Figura 21. Foto de comércio na rua Cônego da Costa, em Bebedouro, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis. ....121

Figura 22. Foto de residências em Bebedouro, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis. ....121

Figura 23. Foto de residências no Farol, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis. ....121

Figura 24. Foto de residências no Pinheiro, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis. ....122

Figura 25. Foto de residências e comércios no Pinheiro, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis. ....122

Figura 26. Foto de residências no Bom Parto, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis. ....122

Figura 27. Atividades comerciais que existiam no Mercado Público de Bebedouro, atualmente desativado ....123

Figura 28. Centros e eixos de comércio e serviços no Plano Maceió +25 ....124

Figura 29. Polos e eixos de dinâmica urbana na região dos cinco bairros....125

Figura 30. NF1, pirâmide etária da população pré-realocação (%)....126

Figura 31. NF1, rendimento familiar total (%)....128

Figura 32. NF1, rendimento familiar por bairros (%) ....128

Figura 33. NF1, rendimento familiar por gênero e por bairros (%) ....130

Figura 34. NF1, situação ocupacional total (%) ....130

Figura 35. NF1, situação ocupacional por bairros (%) ....131

Figura 36. NF1, situação ocupacional por gênero por bairros (%)....132

Figura 37. NF1, escolaridade entre maiores de 18 anos total (%)....133

Figura 38. NF1, escolaridade entre maiores de 18 anos por bairros (%) ....133

Figura 39. NF1, escolaridade entre maiores de 18 anos por gênero por bairros (%) ....134

Figura 40. NF2, pirâmides etárias, 2010 e 2020....139

Figura 41. NF3, pirâmides etárias, 2010 e 2020....140

Figura 42. NF4 Maceió, pirâmides etárias, 2010 e 2020 ....141

Figura 43. NF4 Maceió, desocupação da população (%), 2010 ....148

Figura 44. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), faixas de vulnerabilidade social ....148

Figura 45. Famílias realocadas, segundo bairros de origem ....152

Figura 46: NF3, comparação entre o cenário tendencial e o cenário pós-realocação, 2010-2025 ..... 158

Figura 47. NF1 e NF2, atendimentos realizados CRAS, 2018 ..... 175

Figura 48. NF1 e NF2, atendimentos realizados CRAS, 2019 ..... 175

Figura 49. NF1 e NF2, atendimentos realizados CRAS, 2020 ..... 176

Figura 50. NF2, aspectos sanitários das escolas ..... 209

Figura 51. NF2, aspectos de infraestrutura das escolas..... 209

Figura 52. NF2, aspectos informáticos das escolas ..... 210

Figura 53. NF2, disponibilidade média de equipamentos informáticos para as escolas ..... 210

Figura 54. NF2, aspectos de conectividade das escolas ..... 211

Figura 55. NF3, aspectos sanitários das escolas ..... 221

Figura 56. NF3, aspectos de infraestrutura das escolas..... 221

Figura 57. NF3, aspectos informáticos das escolas ..... 222

Figura 58. NF3, disponibilidade média de equipamentos informáticos para as escolas ..... 222

Figura 59. NF3, aspectos de conectividade das escolas ..... 223

Figura 60. NF4 Maceió, distribuição das matrículas por bairro, 2020..... 225

Figura 61. NF4 Maceió, matrícula inicial na rede municipal de ensino médio, 2012-2020..... 226

Figura 62. NF4 Maceió, matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental (%), por esfera administrativa, 2016-2020..... 226

Figura 63. NF4 Maceió e capitais brasileiras, média de alunos por turmas, ensino fundamental, 2019 ..... 227

Figura 64. NF4 Maceió e capitais brasileiras, população de 6 a 14 anos que frequenta a escola ou já concluiu o ensino fundamental (%), 2018..... 228

Figura 65. NF4 Maceió e capitais brasileiras, pessoas de 16 anos com, pelo menos, o ensino fundamental concluído (%), 2018..... 229

Figura 66. NF4 Maceió e capitais brasileiras, taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais (%), 2018 ..... 230

Figura 67. NF4 Maceió e capitais brasileiras, abandono no ensino fundamental (%), 2019 ... 231

Figura 68. NF4 Maceió e capitais brasileiras, evasão (%), 2019..... 232

Figura 69. NF4 Maceió e capitais brasileiras, distorção idade-série, ensino fundamental (%), 2019..... 233

Figura 70. NF4 Maceió e capitais brasileiras, IDEB, anos iniciais, ensino fundamental, 2019..... 234

Figura 71. NF4 Maceió e capitais brasileiras, IDEB, anos finais, 2019 .....235

Figura 72. NF4 Maceió, IDEB, anos iniciais e finais, 2015, 2017 e 2019 .....236

Figura 73. Passos metodológicos do tema Saúde para o Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS) .....244

Figura 74. NF4, Mapa dos estabelecimentos da rede municipal de saúde, por Distrito Sanitário. 2021.....259

Figura 75. NF1, principais sugestões identificadas a respeito deste tema, processo participativo .. 270

Figura 76. NF4 Maceió, matrículas realizadas na educação infantil pública municipal, 2018-2020 . 272

Figura 77. NF4 Maceió, matrículas realizadas na rede municipal de educação em período integral, 2018-2020 .....272

Figura 78. NF4 Maceió, matrículas em pré-escolas em relação ao quantitativo geral de matrículas (%), 2016-2019.....273

Figura 79. NF4 Maceió, famílias inscritas no Cadastro Único e famílias beneficiárias do PBF, 2018 e 2020.....277

Figura 80. NF4 Maceió, famílias com crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do PBF, 2018 e 2020 .....277

Figura 81. NF4 Maceió, cobertura da atenção básica e estratégia de saúde da família, 2018-2020 .....280

Figura 82. NF4 Maceió, mortalidade infantil (%), 2018 e 2019.....281

Figura 83. NF4 Maceió, frequência ao pré-natal (%), 2018 e 2019 .....284

Figura 84. NF4 Maceió, gravidez na adolescência em relação ao total de gestações (%), 2018 e 2019.....286

Figura 85. NF4 Maceió, jovens por sexo e faixa etária (%), 2019.....289

Figura 86. NF4 Maceió, composição racial de jovens (%) .....290

Figura 87. NF4 Maceió, tipo de esgotamento sanitário nos domicílios dos jovens (%).....291

Figura 88. NF4 Maceió, abandono no ensino médio (%), 2018-2020 .....306

Figura 89. NF4 Maceió, IDEB ensino médio, 2017 e 2019.....306

Figura 90. NF4 Maceió, jovens ocupados por faixa etária e tipo de ocupação (%) .....308

Figura 91. NF4 Maceió, distribuição geral dos jovens por faixa de renda (%).....309

Figura 92. NF4 Maceió, jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham (%), 2010 ..... 310

Figura 93. NF1, situação de desocupação dos jovens, por faixa etária (%).....311

Figura 94. NF1, jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham (nem-nem) (%).... 311

Figura 95. NF2, jovens desocupados por bairros e faixa etária (%) ..... 312

Figura 96. NF2, jovens que não trabalham nem estudam, por bairros (%)..... 312

Figura 97. NF3, desocupação de jovens por bairros e faixa etária (%)..... 313

Figura 98. NF3, jovens que não estudam nem trabalham, por bairros (%)..... 313

Figura 99. NF4 Maceió, bebês com mães de 10 a 19 anos (%), 2016-2019 ..... 315

Figura 100. NF4 Maceió, nascidos vivos de mães de 10 a 14 anos (%), 2016 e 2019 ..... 316

Figura 101. NF4 Maceió, nascidos vivos de mães de 15 a 19 anos (%), 2016 e 2019 ..... 316

Figura 102. NF4 Maceió, taxa de homicídios por 100 mil jovens de 15 a 29 anos, 2008-2018..... 318

Figura 103. NF4 Maceió, faixa etária de mortes violentas intencionais, 2012-2018 ..... 319

Figura 104. NF4 Maceió, homicídios de homens de 10 a 19 anos (taxa por 100 mil habitantes), 2016 e 2019 ..... 319

Figura 105. NF4 Maceió, homicídios de homens negros de 10 a 19 anos (taxa por 100 mil habitantes), 2016 e 2019..... 320

Figura 106. Pilares do envelhecimento ativo ..... 323

Figura 107. Cartão Bem Legal Sênior, Prefeitura de Maceió..... 327

Figura 108. Fundamentos de segurança cidadã ..... 340

Figura 109: NF1, imóveis desocupados sem tamponamento ou tapume em vias abertas ao tráfego, percepção de insegurança..... 350

Figura 110. NF1, imóveis desocupados, pichados, sem tamponamento ou tapume e trechos sem iluminação em vias congestionadas e abertas ao tráfego, grande percepção de insegurança..... 350

Figura 111. NF1, imóveis desocupados sem tamponamento ou tapume em vias abertas ao tráfego, algumas sem iluminação pública, percepção de insegurança ..... 351

Figura 112: NF2, Flexal, percepção de insegurança nas vias de acesso..... 353

Figura 113: NF2, Flexal, acessos ..... 353

Figura 114: NF2, Flexal, Rua Tobias Barreto, zeladoria deficiente ..... 354

Figura 115: NF2, Flexal, lixo e entulho ..... 354

Figura 116: NF2, Flexal, Ruas Tobias Barreto e Faustino Silveira, entulho, mato e deslizamento.... 354

Figura 117: NF2, Flexal, Rua Tobias Barreto, novas construções irregulares..... 355

Figura 118: NF2, Flexal, evidências de convívio regular no bairro (a) ..... 355

Figura 119: NF2, Flexal, evidências de convívio regular no bairro (b)..... 355

Figura 120: NF2, Flexal, mirante e travessa .....356

Figura 121. NF2, Pinheiro/ Vila SAÉM, Rua Santa Luzia, imóveis não tamponados do lado esquerdo .....358

Figura 122. NF2, Bom Parto, vielas precárias, sem pavimento nem sistema de drenagem....359

Figura 123. NF2, Levada, calçadas estreitas e ocupadas, mercado e orla lagunar .....361

Figura 124. NF3, Tabuleiro do Martins, problemas de infraestrutura .....364

Figura 125. NF3, Santa Lucia, problemas de infraestrutura, drenagem, mato, calçada e campo a qualificar.....364

Figura 126. NF3, Benedito Bentes, comércio irregular e infraestrutura deficiente .....364

Figura 127. NF3, Cidade Universitária, Vila Olímpica por reformar, infraestrutura deficiente, ocupação irregular, sem calçadas acessíveis .....365

Figura 128. NF3, Vergel do Lago, calçadas pouco acessíveis, espaços remanescentes sem ocupação paisagística.....365

Figura 129. NF3, Jacintinho, calçadas ocupadas por comércio informal, ruas com pouco movimento e sem calçadas .....365

Figura 130: NF4, Maceió, saldo de empregos formais por grandes agrupamentos de atividades econômicas (postos de trabalho), 2020 .....376

Figura 131: NF4, Maceió, saldo de empregos formais por grandes agrupamentos de atividades econômicas (postos de trabalho), jan.-set. 2021 .....376

Figura 132: NF4, Maceió, evolução do estoque de emprego, 2013 a 2021 até junho.....377

Figura 133. NF4 Maceió, saldo do emprego formal, 2018 a 2021 até junho .....378

Figura 134. Imóveis Residenciais e Mistos – Locados/Comodados por Bairro.....378

Figura 135. Imóveis Não Residenciais – Locados/Comodados por Bairro .....379

Figura 136. Atividades Econômicas Contempladas (CNAE).....379

Figura 137: Atividade econômica por Tipo e Bairro .....380

Figura 138: Perfil das atividades compensadas por grau de formalidade e porte.....380

Figura 139. NF2, empresas por bairro .....388

Figura 140. NF4 Maceió, estimativa do PIB municipal a partir do PIB Brasil (Ln), 2002-2018 ..... 391

Figura 141. NF4 Maceió, PIB (R$ constantes 2020, IGP-DI), 2002-2018 e estimativa 2019-2021 ... 392

Figura 142. NF4 Maceió, variação do PIB (% de R$ constantes 2020, IGP-DI), 2002-2018 e estimativa 2019-2021 .....392

Figura 143. NF4 Maceió, Aracaju e Recife, PIB (R$ constantes 2020, IGP-DI), 2002-2018 e estimativa 2019-2021 ..... 393

Figura 144. Evolução do número de empresas em Maceió (2018 até 2023, somente até junho) .... 393

Figura 145. Evolução do número de empresas em Maceió por porte (2018 até 2023, somente até junho)..... 394

Figura 146. Evolução do número de empresas em Maceió por tipo de empresa (2018 até 2023, somente até junho) ..... 394

Figura 147. Número de empresas ativas em Maceió por atividade econômica (posição do estoque em junho de 2023)..... 395

Figura 148. Evolução da localização de empresas ativas no Município de Maceió, de 2018 a 2023 (2018 até 2023, somente até junho) ..... 396

Figura 149. NF4 Maceió, áreas de precariedade habitacional..... 431

Figura 150. NF4 Maceió, extratos de trechos de entrevistas sobre mercado imobiliário ..... 434

Figura 151. NF4 Maceió, linha do tempo vinculante de ações de enfrentamento da subsidência e da valorização imobiliária com base no índice FIPEZAP, 2018-2019 ..... 435

Figura 152. Evolução no número de indenizações do PCF ..... 436

Figura 153. Infográfico síntese do Índice FipeZap para Maceió ..... 437

Figura 154. Evolução preço dos imóveis residenciais em Maceió e no Recife..... 438

Figura 155. NF3, localização aproximada da moradia de famílias realocadas (a)..... 442

Figura 156. NF3, Cidade Universitária, agosto/2021 ..... 442

Figura 157. NF3, localização aproximada da moradia de famílias realocadas (b)..... 443

Figura 158: NF3, Santa Lúcia, agosto/2021 ..... 444

Figura 159. NF3, localização aproximada da moradia de famílias realocadas (c)..... 445

Figura 160. NF3, Benedito Bentes, agosto/2021..... 445

Figura 161. NF3, localização aproximada da moradia de famílias realocadas (d)..... 446

Figura 162. NF3, Tabuleiro dos Martins, agosto/2021..... 446

Figura 163. NF1 e NF2, zoneamento incidente ..... 447

Figura 164. NF2, grandes empreendimentos imobiliários realizados nos últimos 15 anos..... 448

Figura 165. NF2, extratos de trechos de entrevistas sobre o mercado imobiliário ..... 449

Figura 166: NF2, Faixa de um quilômetro a partir dos limites da área de risco ..... 450

Figura 167. NF2, Faixa de restrições das seguradoras, padrões urbanos e zoneamento ..... 451

Figura 168. NF2, Flexal de Baixo, agosto/2021 .....453

Figura 169. NF2, Vila Saém, agosto/2021.....454

Figura 170. NF2, imediações do Condomínio Parque das Mangabeiras, agosto/2021 e Google 2019 .....455

Figura 171. NF2, imediações do Condomínio morada das Árvores, agosto/2021 e Google 2019.....455

Figura 172. NF2, Ladeira José C. da Silva, agosto/2021 e Google 2019 .....455

Figura 173. NF2, imediações da Av. Francisco de Menezes e ferrovia, agosto/2021 .....456

Figura 174. NF1, exemplos de imóveis que são referência na paisagem.....456

Figura 175. NF1, extratos de trechos de entrevistas sobre a área de realocação.....458

Figura 176. Fluxograma dos procedimentos metodológicos adotados para meio ambiente. ..... 461

Figura 177. Disponibilidade hídrica, exemplo de relação de fatores ambientais naturais, condições de uso e ocupação solo e disponibilidade hídrica.....467

Figura 178. Avanço da ocupação urbana e redução de áreas permeáveis, 1988, 2002 e 2013..... 468

Figura 179. Ocupação da área depressionada da bacia endorreica.....469

Figura 180. Lagoa Mundaú, mapeamento de interferências, 2004 .....473

Figura 181. NF4 Maceió, sistemas de abastecimento de água, por sistemas produtores e de tratamento .....486

Figura 182. NF4 Maceió, bacias de esgotamento sanitário e redes coletoras propostas, 2017..... 490

Figura 183. NF4 Maceió, sistemas de tratamento de esgotos em operação .....492

Figura 184. NF4 Maceió, emissário submarino.....493

Figura 185. Bacia Sudeste, principais informações .....494

Figura 186. Bacia Sudoeste, principais informações .....494

Figura 187. Bacia Vale do Reginaldo/ Salgadinho, principais informações.....495

Figura 188. NF4 Maceió, área de operação da SANAMA e da SANEMA, 2017 .....496

Figura 189. NF4 Maceió, bacias hidrográficas urbanas .....497

Figura 190. NF4 Maceió, canais da Bacia do Mundaú comprometidos com lançamento de esgotos e resíduos.....498

Figura 191. NF4 Maceió, pontos críticos de enchentes, alagamentos e inundações.....499

Figura 192. NF4 Maceió, aterro sanitário (Central de Tratamento de Resíduos de Maceió) ..... 503

Figura 193. NF4 Maceió, aterro sanitário, vista da célula de aterramento.....503

Figura 194. NF4 Maceió, pátio da COOPVILA, maio/2015 ..... 504

Figura 195. NF4 Maceió, esteira de triagem da COOPREL Sede ..... 504

Figura 196. NF4 Maceió, caracterização gravimétrica ..... 505

Figura 197. Brasil, caracterização gravimétrica ..... 506

Figura 198. NF4 Maceió, setorização da coleta de resíduos sólidos urbanos ..... 507

Figura 199. NF4 Maceió, caçambas estacionárias para resíduos de construção civil nos canais revestidos de concreto ..... 508

Figura 200. NF4 Maceió, Vale do Reginaldo ..... 508

Figura 201. NF1, Bacia Sudoeste (Lagunar) e bairros ..... 510

Figura 202. Ecoponto ..... 513

Figura 203. Galpão de cooperativa de triagem ..... 513

Figura 204. Prensa para recicláveis ..... 514

Figura 205. Ecoponto padrão, ilustração (a) ..... 514

Figura 206. Ecoponto padrão, ilustração (b) ..... 515

Figura 207. NF4 Maceió, projeto de canalização das águas do Riacho Bebedouro e Centro (detalhe ampliado), 1859 ..... 519

Figura 208. NF4 Maceió, ocupação urbana atual de Maceió ..... 520

Figura 209. NF4 Maceió, Praça Dom Pedro II e Palacete Barão de Jaraguá, 1930 ..... 521

Figura 210. NF4 Maceió, orla litorânea configurada como espaço público linear, sem data ..... 521

Figura 211. NF4 Maceió, região central e entorno sul da Lagoa Mundaú ..... 522

Figura 212. NF4 Maceió, Conjunto Residencial Benedito Bentes, primeiras casas, 1986 ..... 525

Figura 213. NF4, Maceió, ocupação urbana dos tabuleiros ..... 525

Figura 214. NF4 Maceió, Condomínio Reserva Bella Vista (bairro Antares), espaço livre privado ..... 526

Figura 215. NF4 Maceió, tecido urbano descontínuo ..... 527

Figura 216. Maceió, diversidade de padrões urbanos ..... 527

Figura 217. NF1, localização de praças e destaque para as Praças Gertrudes de Amorim Leão (acima) e Lucena Maranhão (abaixo). ..... 528

Figura 218. NF3, Tabuleiro do Martins, espaço livre sem tratamento ..... 531

Figura 219. NF3, Cidade Universitária, exemplo de espaço livre com lagoa de drenagem ..... 531

Figura 220. NF3, Cidade Universitária, espaço livre sem tratamento, parcialmente ocupado com comércio informal .....535

Figura 221. NF3, Benedito Bentes, praça de esporte e lazer parcialmente ocupada com equipamento público .....535

Figura 222. NF3, Cidade Universitária, praça de esporte e lazer .....537

Figura 223. NF4, Antares, espaço livre sem tratamento, parcialmente ocupado com comércio informal .....537

Figura 224. NF3, Gruta de Lourdes, espaço livre parcialmente ocupado com terminal de ônibus .....538

Figura 225. NF3, Canaã, praça de contemplação parcialmente ocupada com comércio.....538

Figura 226. NF4, Antares, espaço residual rodoviário.....539

Figura 227. NF3, Santa Lúcia, espaço livre sem tratamento, parcialmente ocupado com comércio móvel .....539

Figura 228. NF4 Maceió, crescimento da frota de veículos automotores, 2008-2021 .....542

Figura 229. NF4 Maceió, crescimento da frota de ônibus, 2006-2020.....542

Figura 230: Estratégia de intervenção do Plano de Mobilidade Urbana para o VLT .....544

Figura 231: Operações urbanas e projeto urbanístico da Via Lagunar.....545

Figura 232: Mapa de intervenções propostas para a mobilidade urbana.....550

Figura 233. NF4 Maceió, rede de transportes públicos .....551

Figura 234. NF4 Maceió, demanda anual de transporte público, 2008-2020.....552

Figura 235. NF4 Maceió, tempo médio de deslocamento por transporte coletivo.....553

Figura 236. NF4 Maceió, zonas de tráfego da Região Metropolitana .....555

Figura 237. NF4 Maceió, viagens produzidas por zonas de tráfego .....556

Figura 238. NF4 Maceió, viagens atraídas por zonas de tráfego .....557

Figura 239. NF4 Maceió, índice de mobilidade por zonas de tráfego .....557

Figura 240. NF1, equipamentos públicos de assistência social, educação e saúde, concentração de CNPJ e corredores de atividades múltiplas .....565

Figura 241. Principais bairros receptores e centralidades, agosto/2021.....566

**Figura** 242**.** Principais bairros receptores e centralidades prioritárias, 2021 .....568

Figura 243. NF2, Farol, identificação e situação da centralidade.....569

Figura 244. NF2, centralidade Farol: “corredor” .....570

Figura 245. NF2, centralidade Farol: “principal” ..... 570
Figura 246. NF2, centralidade Farol: “secundária” ..... 571
Figura 247. NF2, centralidade Farol: “local” ..... 571
Figura 248. NF3, Serraria, identificação e situação da centralidade..... 572
Figura 249: NF3, centralidade Serraria: “corredor”..... 572
Figura 250. NF3, centralidade Serraria: “principal”..... 573
Figura 251. NF3, centralidade Serraria: “secundária”..... 573
Figura 252. NF3, centralidade Serraria: “local”..... 574
Figura 253. NF2, Chã da Jaqueira, identificação e situação da centralidade ..... 574
Figura 254. NF2, centralidade Chã da Jaqueira: “secundária” ..... 575
Figura 255. NF2, centralidade Chã da Jaqueira: “local” ..... 575
Figura 256. NF3, Santa Lúcia, identificação e situação da centralidade ..... 576
Figura 257. NF3, centralidade Santa Lúcia: “principal” ..... 577
Figura 258. NF3, centralidade Santa Lúcia: “local” ..... 577
Figura 259. NF3, Tabuleiro do Martins, identificação e situação da centralidade..... 578
Figura 260. NF3, centralidade Tabuleiro do Martins: “principal” ..... 579
Figura 261. NF3, centralidade Tabuleiro do Martins: “secundária” ..... 579
Figura 262. NF3, centralidade Tabuleiro do Martins: “local” ..... 579
Figura 263. NF3, Av. Durval de Góes Monteiro (Osman Loureiro), identificação e situação da centralidade..... 580
Figura 264: NF3, centralidade Av. Durval de Góes Monteiro (Osman Loureiro): “corredor” ... 581
Figura 265. NF3, centralidade Av. Durval de Góes Monteiro (Osman Loureiro): “principal” ... 581
Figura 266. NF3, centralidade Av. Durval de Góes Monteiro (Osman Loureiro): “secundária” ..... 582
Figura 267. NF3, centralidade Av. Durval de Góes Monteiro (Osman Loureiro): “local” ..... 582
Figura 268. NF3, Clima Bom, identificação e situação da centralidade..... 583
Figura 269. NF3, centralidade Clima Bom: “secundária” ..... 584
Figura 270. NF3, centralidade Clima Bom: “local” ..... 584
Figura 271. NF3, Cidade Universitária (Vila Olímpica), identificação e situação da centralidade ..... 585
Figura 272. NF3, centralidade Cidade Universitária (Vila Olímpica): “secundária”..... 586
Figura 273. NF3, centralidade Cidade Universitária (Vila Olímpica): “local”..... 586

Figura 274. NF3, Cidade Universitária (Eustáquio Gomes), identificação e situação da centralidade.....587

Figura 275. NF3, centralidade Cidade Universitária (Eustáquio Gomes): “secundária”.....588

Figura 276. NF3, centralidade Cidade Universitária (Eustáquio Gomes): “local”.....588

Figura 277. NF3, Benedito Bentes, identificação e situação da centralidade .....589

Figura 278. NF3, centralidade Benedito Bentes: “principal” .....589

Figura 279. NF3, centralidade Benedito Bentes: “secundária” .....590

Figura 280. NF3, centralidade Benedito Bentes: “local” .....590

Figura 281. NF3, Jacintinho, identificação e situação da centralidade .....591

Figura 282. NF3, centralidade Jacintinho, centralidade: “principal”.....591

Figura 283. NF3, Jacintinho, via lateral do Mercado Público .....592

Figura 284. NF1, perímetro da Praça Lucena Maranhão, Paróquia de Santo Antônio de Pádua e do Mercado de Bebedouro.....599

Figura 285. NF1, Mercado público em direção à Praça Lucena Maranhão.....600

Figura 286. Mercado da Produção, Maceió.....601

Figura 287. Mercado da Produção, Maceió.....601

Figura 288. NF1, Praça Lucena Maranhão.....602

Figura 289. Mapa de densidade, *cluster* de unidades de conteúdo (palavras).....603

Figura 290. Mapa de interação relativo às palavras tinha, festa, praça, palhoção, igreja, bairro e gente .....604

Figura 291. Detalhe do mapa de interação relativo às palavras *festa* e *São João*.....605

Figura 292. Danças populares (guerreiro, pastoril, coco de roda, boi, quadrilha) e do balão, símbolo junino .....605

Figura 293. Mapa de interação relativo à palavra praça .....609

Figura 294. Mapa de interação relativo às palavras tinha e vida.....609

Figura 295. Mapa de interação relativo às palavras pesca e tinha.....610

Figura 296. Sururu, patrimônio imaterial alagoano.....611

Figura 297. Sururu, modos de organização, bairro Vergel, Maceió.....611

Figura 298. NF1 e Lagoa Mundaú, relação de visadas de pontos da orla lagunar.....613

Figura 299. Apresentação de capoeira no evento Mundaú Lagoa Aberta, 2018.....614

Figura 300. Exemplo de requalificação/ ativação da orla lagunar .....615

Figura 301. Brasões/ escudos dos times CSA e CRB, respectivamente ..... 616
Figura 302: NF1, árvore genealógica desenhada pelos moradores que deixaram a casa ..... 616
Figura 303. NF2, Flexal, sentido Fernão Velho, estação de trem ..... 617
Figura 304. NF2, Vila Saém ..... 617
Figura 305. NF2, relação de ruptura entre a Lagoa Mundaú e o caminho apontado pela rota de fuga ..... 618
Figura 306. NF2, ponto de encontro em uma escola ..... 618
Figura 307. NF2, Bom Parto, relação de paisagem cotidiana com a Lagoa Mundaú e relação de ruptura com a vizinhança ..... 619
Figura 308. NF2, Flexal, relação de ruptura com a vizinhança ..... 619
Figura 309. Dona Josete e seu acervo de fotografias em construção ..... 620
Figura 310. NF2, plantação de milho da Associação de Idosos de Paraíso do Horto ..... 621
Figura 311. NF4 Maceió, Mapeamento Cultural, registros relacionados ao patrimônio ..... 631
Figura 312. NF1, Igreja Batista do Pinheiro ..... 635
Figura 313. NF1, Igreja Menino Jesus de Praga ..... 636
Figura 314. NF1, Conjunto residencial Jardim das Acácias ..... 637
Figura 315. NF1, Conjunto residencial Divaldo Suruagy ..... 638
Figura 316. NF1, Praça Arnon de Melo ..... 639
Figura 317. Coco de roda Los Coquitos ..... 642
Figura 318. NF1, Complexo Arquitetônico Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho ..... 643
Figura 319. ZEP-03 Bebedouro/SPR-1. ..... 644
Figura 320. *Stakeholders* mapeados na fase preliminar, por grupo (n. e %) ..... 663
Figura 321. *Stakeholders* centrais para o processo de escuta, por grupo ..... 664
Figura 322. Localização do posto de atendimento da Diagonal ..... 666
Figura 323. Roteiro de entrevista, histórico e contexto relacionado à subsidência ..... 667
Figura 324. Roteiro de entrevista, ações desenvolvidas ..... 667
Figura 325. Roteiro de entrevista, temas de interesse ..... 668
Figura 326. *Stakeholders* centrais entrevistados, por núcleo focal de escala territorial ..... 669
Figura 327. *Stakeholders* centrais entrevistados, por grupos ..... 669
Figura 328. Categorias de impactos percebidos, por tema ..... 670

Figura 329. Pesquisa volante.....677

Figura 330. Pessoas entrevistadas pela pesquisa volante, por NF.....679

Figura 331. Menções a impactos percebidos por entrevistados, consolidado.....680

Figura 332. NF2, menções a impactos percebidos por entrevistados.....681

Figura 333. NF3, menções a impactos percebidos por entrevistados.....682

Figura 334. NF4, menções a impactos percebidos por entrevistados.....683

Figura 335. Participantes por segmento.....696

Figura 336. Número de pessoas que se manifestaram ao longo do processo de Escuta Pública, por bairro.....698

Figura 337. Número de pessoas que se manifestaram ao longo do processo de Escuta Pública, por segmento.....698

# Lista de Tabelas

Tabela 1. Bairros integrantes dos Núcleos Focais 2 e 3 ..... 72

Tabela 2. NF1, Área de Desocupação – Área total, área afetada por realocação e imóveis selados ..... 120

Tabela 3. NF1, grupos etários por bairros (%) ..... 127

Tabela 4. NF1, rendimento familiar por bairros (%) ..... 129

Tabela 5. NF1, rendimento familiar por gênero por bairros (%) ..... 129

Tabela 6. NF1, situação ocupacional por bairros (%) ..... 131

Tabela 7. NF1, situação ocupacional por gênero por bairros (%) ..... 132

Tabela 8. NF1, população com mais de 18 anos por escolaridade por bairros (%) ..... 134

Tabela 9. NF1, população com mais de 18 anos por escolaridade por gênero por bairros (%) ..... 135

Tabela 10. NF2, NF3 e NF4 Maceió, população residente por bairros, 2000, 2010 e 2020 .... 136

Tabela 11. NF2, NF3 e NF4 Maceió, estimativa populacional de grupos etários selecionados, 2020 ..... 142

Tabela 12. NF2, NF3 e NF4 Maceió, razão de dependência, total, 2010 e 2020 ..... 143

Tabela 13. NF2, NF3 e NF4 Maceió, razão de dependência, crianças de 0 a 14 anos, 2010 e 2020 ..... 144

Tabela 14. NF2, NF3 e NF4 Maceió, razão de dependência, idosos com mais de 65 anos, 2010 e 2020 ..... 145

Tabela 15. NF2, NF3 e NF4 Maceió, índice de envelhecimento, 2010 e 2020 ..... 146

Tabela 16. NF4 Maceió, pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, 2010 ..... 147

Tabela 17. NF4 Maceió, rendimento médio no setor formal, 2013 e 2017 (R$) ..... 147

Tabela 18. PIB a preços correntes, população total e proporção de mudanças definitivas por município da Região Metropolitana de Maceió (RMM) ..... 150

Tabela 19. Bairros de destino em Maceió para mudanças definitivas (%) ..... 150

Tabela 20. Proporção de mudanças definitivas por bairro de destino, segundo origem (%) ..... 151

Tabela 21. NF2, NF3 e NF4 Maceió, projeção demográfica tendencial por bairros, 2010, 2020 ..... 155

Tabela 22. NF2 e NF3, projeção demográfica pós-realocação, por bairros, 2010, 2020 e 2025 ..... 156

Tabela 23. NF1, razão de dependência e índice de envelhecimento por UDH, 2010.....165
Tabela 24. NF1, IDH das UDH, 2000 e 2010.....166
Tabela 25. NF1, famílias no Cadastro Único e PBF, 2018.....168
Tabela 26. NF1, perfil de renda do Cadastro Único, 2018 .....168
Tabela 27. NF1, beneficiários BPC, 2018 .....169
Tabela 28. NF2, razão de dependência e índice de envelhecimento por UDH, 2010.....170
Tabela 29. NF2, IDH por UDH, 2000 e 2010 .....171
Tabela 30. NF2, famílias no Cadastro Único e PBF, 2018.....172
Tabela 31. NF2, beneficiários BPC nos bairros do entorno, 2018.....173
Tabela 32. NF3, razão de dependência e índice de envelhecimento por UDH, 2010.....178
Tabela 33. NF3, IDH por UDH, 2000 e 2010 .....180
Tabela 34. NF3, famílias no Cadastro Único e PBF, 2018.....181
Tabela 35. NF3, perfil de renda Cadastro Único, 2018 .....182
Tabela 36. NF3, beneficiários BPC, 2018 .....183
Tabela 37. NF1, escolas públicas realocadas e etapas de ensino ofertadas .....189
Tabela 38. NF1, escolas ou equipamentos de ensino operantes nas áreas de risco e etapas de ensino ofertadas.....190
Tabela 39. NF1, síntese das escolas municipais realocadas .....192
Tabela 40. NF1, síntese das escolas estaduais realocadas .....192
Tabela 41. NF1, síntese dos equipamentos de educação operantes na área de risco .....193
Tabela 42. NF1, média de alunos por turma e etapas de ensino, 2015-2020 .....196
Tabela 43. NF1, taxa de distorção idade-série (%), 2015-2021 .....198
Tabela 44. NF1, indicadores Saeb Anos Iniciais, 2015, 2017 e 2019.....200
Tabela 45. NF1, indicadores Saeb Anos Finais, 2015, 2017 e 2019 .....200
Tabela 46. NF1, indicadores Saeb ensino médio, 2017 e 2019 .....200
Tabela 47. NF2, escolas municipais, etapas de ensino e matrículas, 2020.....201
Tabela 48. NF2, escolas estaduais, etapas de ensino e matrículas, 2020 .....201
Tabela 49. NF2, média de alunos por turma e etapas de ensino, 2015-2020 .....203
Tabela 50. NF2, taxa de distorção idade-série (%), 2015-2020 .....205
Tabela 51. NF2, indicadores Saeb Anos Iniciais, 2015, 2017 e 2019.....207

Tabela 52. NF2, indicadores Saeb Anos Finais, 2015, 2017 e 2019 ..... 207

Tabela 53. NF2, indicadores Saeb Ensino Médio, 2017 e 2019 ..... 208

Tabela 54. NF3, média de alunos por turma e etapas de ensino, 2015-2020 ..... 212

Tabela 55. NF3 *versus* NF4 Maceió, diferença da média de alunos por turma e etapas de ensino, 2015-2020 ..... 214

Tabela 56. NF3, taxa de distorção idade-série (%), 2015-2020 ..... 216

Tabela 57. NF3, indicadores Saeb Anos Iniciais, 2015, 2017 e 2019 ..... 218

Tabela 58. NF3, indicadores Saeb Anos Finais, 2015, 2017 e 2019 ..... 219

Tabela 59. NF3, indicadores Saeb Ensino Médio, 2017 e 2019 ..... 220

Tabela 60. NF3, cobertura da AB e informações sobre saúde da população realocada, por DS, 2023 ..... 257

Tabela 61. NF1, distribuição das crianças de 0 a 6 anos por faixa etária e residência, por bairros, 2010 ..... 267

Tabela 62. NF2, distribuição das crianças de 0 a 6 anos por faixa etária e residência, por bairros, 2010 ..... 268

Tabela 63. NF3, distribuição das crianças de 0 a 6 anos por faixa etária e residência, por bairros, 2010 ..... 268

Tabela 64. NF2, equipamentos de educação infantil por bairro ..... 270

Tabela 65. NF3, equipamentos de educação infantil por bairro ..... 271

Tabela 66. NF1, distribuição de equipamentos e serviços de assistência social e conselhos tutelares nos bairros ..... 274

Tabela 67. NF2, equipamentos e serviços da política de assistência social ..... 274

Tabela 68. NF3, equipamentos e serviços da assistência social ..... 275

Tabela 69. NF4 Maceió, atendimentos coletivos em SCFV de 0 a 6 anos e famílias acompanhadas pelos CRAS, 2019 ..... 275

Tabela 70. NF1, distritos de saúde, taxa de cobertura da atenção básica e equipamentos públicos dos bairros abrangidos pelo Núcleo Focal ..... 278

Tabela 71. NF2, Distritos Sanitários, taxa de cobertura de atenção básica e equipamentos públicos dos bairros abrangidos pelo Núcleo Focal ..... 279

Tabela 72. NF3, distritos de saúde, taxas de cobertura da atenção básica e equipamentos públicos dos bairros abrangidos pelo Núcleo Focal ..... 279

Tabela 73. NF4 Maceió, número de óbitos com causas evitáveis em crianças de 0 a 4 anos ..... 283

Tabela 74. NF4 Maceió, mortalidade materna, 2018 e 2019.....286

Tabela 75. NF4 Maceió, tipos de moradia (%).....289

Tabela 76. NF4 Maceió, acesso de jovens à rede de água (%).....290

Tabela 77. NF1, analfabetismo de jovens por faixa etária e bairros (%), 2010.....291

Tabela 78. NF1, frequência escolar por faixa etária e bairros (%), 2010.....292

Tabela 79. NF1, frequência escolar e conclusão do Ensino Médio por bairros (%), 2010.....293

Tabela 80. NF1, frequência líquida no Ensino Superior por bairros (%), 2010.....293

Tabela 81. NF2, analfabetismo de jovens por faixa etária e bairros (%), 2010.....294

Tabela 82. NF2, frequência escolar por faixa etária e bairros (%), 2010.....295

Tabela 83. NF2, frequência escolar e conclusão do Ensino Médio por bairro (%), 2010.....296

Tabela 84. NF2, frequência líquida do ensino superior (%), 2010.....297

Tabela 85. NF3, analfabetismo de jovens por faixa etária e bairros (%), 2010.....298

Tabela 86. NF3, frequência escolar de jovens por faixa etária e bairros (%), 2010.....300

Tabela 87. NF3, frequência escolar e conclusão do Ensino Médio por bairros (%), 2010.....301

Tabela 88. NF3, frequência líquida do ensino superior por bairros (%), 2010.....303

Tabela 89. NF4 Maceió, analfabetismo de jovens por faixa etária (%), 2010.....305

Tabela 90. NF4 Maceió, Ensino Fundamental completo por faixa etária (%), 2010.....305

Tabela 91. NF4 Maceió, Ensino Médio completo (%), 2010.....305

Tabela 92. NF4 Maceió, jovens que trabalham ou estagiam em atividade remunerada (%), 2019.....308

Tabela 93. NF4 Maceió, faixa de rendimento (em salários-mínimos) de jovens por faixa etária (%), 2010.....309

Tabela 94. NF4 Maceió, desocupação de jovens por faixa etária (%).....310

Tabela 95. NF4 Maceió, total de usuários, SCFV, por CRAS ou entidades, 2016.....330

Tabela 96. NF4 Maceió, pessoas idosas atendidas pelo Disque 100 e pelo serviço PAEFI, por CREAS, 2016.....331

Tabela 97. NF4 Maceió, analfabetismo de jovens e adultos por faixa etária (%), 2010.....336

Tabela 98. NF4 Maceió e NF1, NF2 e NF3, crimes violentos letais intencionais, por bairros, 2018-2021.....347

Tabela 99. NF4 Maceió e NF1, NF2 e NF3, crimes violentos letais intencionais, taxas de CVLI/mortes por 100 mil habitantes, 2018-2021* .....348

Tabela 100: NF4, Maceió, emprego formal por setor (postos de trabalho), 2020 ..... 376

Tabela 101: NF4, Maceió, emprego formal por setor (postos de trabalho), 2021 (jan-set) ..... 377

Tabela 102. NF4 Maceió, distribuição setorial dos estabelecimentos formais, 2019..... 380

Tabela 103. NF1, medida de especialização produtiva da área em relação à economia municipal de Maceió (QL) ..... 382

Tabela 104. NF1, Bebedouro, composição setorial de estabelecimentos formais por subclasse CNAE, 2020 ..... 383

Tabela 105. NF1, Bom Parto, composição setorial de estabelecimentos formais por subclasse CNAE, 2020 ..... 383

Tabela 106. NF1, Pinheiro, composição setorial de estabelecimentos formais por subclasse CNAE, 2020 ..... 384

Tabela 107. NF1, composição setorial de estabelecimentos formais por subclasse CNAE, 2020..... 385

Tabela 108. NF2, composição setorial por subclasse CNAE, 2020..... 386

Tabela 109. NF3, composição setorial por subclasse CNAE, 2020..... 389

Tabela 110. NF4 Maceió, receitas orçamentárias (R$ constantes de set/21, IGP-DI), 2020... 396

Tabela 111. NF4 Maceió, despesas orçamentárias (R$ constantes de set/21, IGP-DI), 2020..... 397

Tabela 112. NF4 Maceió, despesas orçamentárias por funções (R$ constantes de set/21, IGP-DI), 2020..... 398

Tabela 113. NF4 Maceió, bairros por valores praticados nas ofertas imobiliárias, 2021 (R$/m2) ..... 426

Tabela 114. Mudanças definitivas de famílias até agosto/2023 e negociações de imóveis residenciais por valor único e valoração (indexação aplicada na coluna valor único)..... 439

Tabela 115. Principais motivos para a escolha das novas localidades de moradia por parte dos entrevistados, 2023..... 440

Tabela 116. Índice de Qualidade da Água, 2015. ..... 470

Tabela 117. NF4 Maceió, abastecimento de água, 2019 (%) ..... 485

Tabela 118. NF4 Maceió, produção de água por sistema produtor, 2017..... 485

Tabela 119. NF4 Maceió, sistema de reservação e bairros abastecidos..... 487

Tabela 120. NF4 Maceió, principais índices e resultados do sistema de abastecimento de água, 2019..... 488

Tabela 121. NF4 Maceió, metas para o índice de perdas de água (%) ..... 489

Tabela **122**. NF4 Maceió, principais índices e resultados do sistema de esgotamento sanitário, 2019.....491

Tabela 123. NF4 Maceió, sistemas de tratamento de esgoto sanitário em operação, 2017..... 491

Tabela 124. NF1, imóveis por bairros de realocação, 2021 .....509

Tabela 125. NF1, NF2 e NF3, tempos médios de deslocamento e transporte ativo, segundo as principais zonas de tráfego.....554

Tabela 126. Projeção de pessoas realocadas e de número de novas viagens produzidas.....558

Tabela 127. Extensão viária por centralidade e tipologia (km) .....568

Tabela 128. Número de participantes na Escuta Pública, por modalidade e por dia.....694

Tabela 129. Número de participantes por bairro.....695

Tabela 130. Número de pessoas que se manifestaram e número de intervenções ou contribuições registradas em cada dia de Escuta Pública.....696

Tabela 131. Matriz de Propostas de Linhas de Ação do Eixo 1 .....723

Tabela 132. Matriz de Propostas de Linhas de Ação do Eixo 2 .....732

Tabela 133. Matriz de Propostas de Linhas de Ação do Eixo 3 .....738

Tabela 134. Matriz de Propostas de Linhas de Ação do Eixo 4 .....743

# Lista de Quadros

Quadro 1. Projetos apresentados pela Prefeitura Municipal de Maceió ..... 82

Quadro 2. NF4, territorialização da assistência social ..... 163

Quadro 3. NF1 e NF2, cobertura da Proteção Social Básica ..... 173

Quadro 4. NF1 e NF2, cobertura da proteção social especial ..... 176

Quadro 5. NF2, Distritos Sanitários e bairros, 2023 ..... 251

Quadro 6. NF2, DS II, III e IV, informações da saúde que antecedem a subsidência, 2017 ... 252

Quadro 7. NF1 e NF2, estabelecimentos de saúde afetados pela subsidência, por bairro e DS III e IV, 2021 ..... 255

Quadro 8. NF1, processo participativo, tema da primeira infância ..... 269

Quadro 9. NF1, Relatos de impactos da subsidência sobre a primeira infância, processo participativo ..... 269

Quadro 10. NF4 Maceió, serviços socioassistenciais voltados para pessoas idosas ..... 328

Quadro 11. NF4 Maceió, oferta de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), por CRAS e faixa etária, 2016 ..... 329

Quadro 12. NF4 Maceió, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), por entidade socioassistencial e faixa etária, 2016 ..... 330

Quadro 13. NF4, grandes empreendimentos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, 2010-2015 ..... 428

Quadro 14. NF4, unidades de paisagem naturalmente presentes ..... 464

Quadro 15. NF4 Maceió, unidades de paisagem e fragilidades ambientais naturais e incorporadas ..... 475

Quadro 16. NF3, fragilidades ambientais presentes, por bairro ..... 477

Quadro 17. NF2, fragilidades ambientais presentes, por bairro ..... 480

Quadro 18. Bacias e regiões hidrográficas ..... 498

Quadro 19. NF4, mestres titulados pelo Registro do Patrimônio Vivo ..... 629

Quadro 20. NF1, agentes culturais atuantes em áreas correlatas ao patrimônio cultural ..... 640

Quadro 21. NF1, imóveis de interesse para proteção cultural ..... 648

Quadro 22. NF2, agentes culturais atuantes em áreas correlatas ao patrimônio cultural ..... 653

Quadro 23. NF2, Chã de Bebedouro e Fernão Velho, imóveis de interesse .....654

Quadro 24. *Stakeholders* do processo participativo, por grupo e categorias .....662

Quadro 25. Mensagem-chave .....665

Quadro 26. Matriz de impactos percebidos, por categoria, tema e núcleo focal .....672

Quadro 27. Temas e categorias para registro de percepções da pesquisa volante.....678

Quadro 28. Grupos focais comunitários, programação .....684

Quadro 29. Grupos focais comunitários, público participante .....685

Quadro 30. Painel Propositivo, Quebradas.....687

Quadro 31. Painel propositivo, Marquês de Abrantes e Flexais.....689

Quadro 32. Painel propositivo, Bom Parto.....690

Quadro 33. Painel propositivo, Vila Saém.....690

Quadro 34: Eixos temáticos abordados na Escuta Pública .....692

Quadro 35: Programação da Escuta Pública.....693

Quadro 36. Quadro-analítico das questões relacionadas ao Diagnóstico Técnico-Participativo apresentado.....700

Quadro 37: Quadro-analítico dos comentários, propostas ou demandas de linhas de ação, por eixo temático .....702

Quadro 38. Temas relativos a outros Acordos e tratativas em andamento.....719




# Introdução

O Acordo Socioambiental ao qual o presente Diagnóstico está inserido foi elaborado como uma das respostas, dentre um conjunto de acordos e tratativas existentes entre autoridades e a Braskem, à subsidência ocorrida em Maceió-AL e as realocações geradas por ela, a partir de um tremor de terra ocorrido em março de 2018, alcançando totalmente o bairro de Mutange e parcialmente os bairros Pinheiro, Bebedouro, Farol e Bom Parto.

A equipe técnica do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) analisou uma série de hipóteses sobre a causa da subsidência, chegando à conclusão de que as atividades de extração de sal-gema alteraram o estado de tensões resultando no colapso de minas e causando os processos de subsidência, como descrito no estudo sobre a instabilidade do terreno: "*Está ocorrendo desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema, provocando halocinese (movimentação do sal) e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro*" (CPRM, 2019, p. 39).

A atividade de extração de sal-gema na área é realizada pela empresa petroquímica Braskem e, no relatório da CPRM, esta foi indicada como responsável pela subsidência que implicou na desocupação de imóveis nos três bairros citados na nota e, posteriormente, também em partes de Bom Parto e Farol, totalizando cinco bairros com trechos considerados como área de risco de subsidência do solo.

O Termo de Acordo, por sua vez, estabelece em sua Cláusula 100 que "a Braskem assume a responsabilidade pela reparação do passivo socioambiental decorrente do fenômeno de subsidência percebido nas áreas afetadas pelo impacto do PBM, obrigando-se a adotar as medidas necessárias de mitigação, reparação ou compensação socioambiental (...), garantindo os recursos necessários para seu fiel cumprimento."

As atividades de extração de sal-gema da Braskem tiveram suas operações encerradas e os bairros passaram por um processo de desocupação, que abrange, atualmente, 14.535 imóveis[1].

O Termo de Acordo também estabelece, em seu subcapítulo IV – Das Medidas de Compensação Social, a realização de estudos sociai para subsidiar as discussões com o MPF, MPE e o Município de Maceió sobre as ações compensatórias a serem implementadas em benefício da população de Maceió. Esses estudos e a proposição preliminar de Linhas de Ação são o objeto do presente documento. Com base no escopo definido, formulou-se um diagnóstico de caráter socioterritorial orientado para a identificação dos impactos gerados ou agravados pela subsidência e pela realocação de famílias e atividades econômicas, desenvolvendo uma visão integrada dos territórios e populações que tiveram suas dinâmicas urbanas e sociais alteradas e apontando para possibilidades de intervenção alinhadas à realidade e às necessidades locais.

[1] Fonte: Braskem, agosto de 2023.

Este trabalho foi norteado por dois parâmetros: i) o foco em impactos e medidas de compensação sociourbanística de natureza coletiva; e ii) o foco em populações, territórios e políticas relacionadas direta ou indiretamente aos impactos da subsidência e das realocações.

Para organização do trabalho, outras definições do Acordo Socioambiental também foram determinantes, com destaque para: i) a conformidade com os princípios e diretrizes previstos no Acordo Socioambiental (cl. 50); ii) a construção a partir do processo de escuta da sociedade civil, do Município de Maceió e de outros órgãos públicos (cl. 65 e 66); e iii) a definição do valor de R$ 198.000.000,00 (cento e noventa e oito milhões de reais) a ser depositado pela Braskem e destinado ao desenvolvimento das ações compensatórias (cl. 67).

É relevante destacar que este Diagnóstico e as medidas que serão definidas pelas partes do Acordo a partir dele se referem a uma parte das compensações, de caráter coletivo, descritas nesse Acordo, que são as compensações sociourbanísticas. Neste mesmo instrumento são também previstas outras frentes de atuação que não constituem escopo deste Diagnóstico, a saber: intervenções destinadas à estabilização e monitoramento da subsidência; a elaboração de Diagnóstico e Plano Ambiental; elaboração de Estudos e Projetos de Mobilidade Urbana; custeio de Danos Morais Extrapatrimoniais além da elaboração de um Plano de Ação Integrada, visando a integração do conjunto de medidas a serem implementadas. Além disso, como afirmado anteriormente, há outros acordos e tratativas estabelecidos com as autoridades, para tratamento de demais questões relativas a este caso e que não conformam o objeto deste Diagnóstico[2].

Este Diagnóstico é resultado da combinação de diferentes leituras, a saber: os estudos técnicos realizados pelos especialistas dos diversos temas abordados, a partir da análise de dados acessados e de entrevistas e escutas; a leitura institucional, decorrente do diálogo estabelecido com diferentes níveis da gestão pública; e a leitura da sociedade civil, resultante do processo participativo realizado.

O trabalho que resultou no presente documento foi desenvolvido de julho a outubro de 2021, com apresentações a partir de novembro de 2021, nos termos previstos no Plano de Trabalho aprovado[3], e revisões e complementações com base nas contribuições recebidas no âmbito da Agenda Institucional e na Escuta Pública, entre julho de 2022 e agosto de 2023.

[2] Por esta razão, o Diagnóstico não aborda a avaliação sobre as condições do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF); avaliação sobre as condições do Projeto Integração Urbana e Desenvolvimento dos Flexais; a avaliação das tratativas de realocação dos Grandes Equipamentos da área afetada (escolas, unidades de saúde, igrejas e demais estabelecimentos); Temas relacionados à mobilidade urbana, sistema viário e transporte (que constituem outra frente do Acordo Socioambiental), exceto assuntos específicos relacionados aos estudos aqui desenvolvidos. Temas relacionados à dimensão ambiental - incluindo estudos geológicos sobre a subsidência, objeto de outra frente do Acordo Socioambiental, exceto assuntos específicos relacionados aos estudos aqui desenvolvidos. Temas relacionados a pleitos indenizatórios de entes públicos, como Município, Estado e União, envolvendo questões tributárias e outros.

[3] Exceções pontuais são devido à falta de acesso a alguns dados indisponíveis em bases públicas e à não efetivação de algumas agendas de entrevistas solicitadas pela Diagonal no período de coleta de dados.

Nos termos previstos, o resultado desta fase de Diagnóstico visa oferecer elementos centrais, tanto observados nos estudos técnicos, quanto coletados por meio da participação popular, para discussão, entre as partes do Acordo, sobre os projetos e ações compensatórias, conforme consignado no Acordo. O resultado esperado do debate destes estudos é a construção de uma perspectiva futura comum no processo de priorização de investimentos do PAS, considerando os estudos técnicos e as visões dos distintos atores em relação aos impactos da subsidência e das realocações, bem como a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento dos territórios e das populações.



# 1. Metodologia e Processo de Trabalho

Este capítulo apresenta as referências teórico-metodológicas gerais e o processo de organização do trabalho que resultou neste Diagnóstico Técnico-Participativo. Além dos elementos aqui colocados, em cada capítulo deste trabalho são indicadas referências e procedimentos específicos usados para coleta e análise de dados, que complementam as informações expostas a seguir.

Atendendo ao escopo estabelecido do Termo de Acordo Socioambiental, ou seja, a realização de estudos sociais que subsidiarão as discussões com MPF, MPE e o Município de Maceió sobre as ações compensatórias a serem implementadas em benefício da população de Maceió, foram desenvolvidas análises sobre a realidade local orientadas para a identificação dos impactos gerados ou agravados pela subsidência e pelas realocações, com base nas quais apresentou-se uma proposição de linhas de ação que serão objeto de priorização para compensação sociourbanística.

Como citado anteriormente, adotou-se como parâmetro na elaboração dos estudos para propor medidas de compensação social no âmbito do PAS: i) o foco em impactos e medidas de compensação sociourbanística de natureza coletiva; e ii) o foco em populações, territórios e políticas relacionadas direta ou indiretamente aos impactos da subsidência e das realocações.

Para a circunscrição do escopo do PAS, um dos pressupostos definidos foi a não sobreposição dos estudos e intervenções das dimensões estabelecidas pelo Termo de Acordo Socioambiental e pelos outros Acordos e tratativas existentes, o que gerou adequações ao modelo teórico-metodológico adotado, detalhado na sequência.

Dessa forma, os objetivos centrais definidos no escopo do trabalho são:

- realizar estudos técnicos de natureza sociourbanística acerca das áreas de entorno da área de risco e das populações afetadas pela subsidência que atingiu cinco bairros e a consequente realocação das famílias e negócios locais, a fim de subsidiar o processo de elaboração do PAS;
- levantar e analisar os principais lugares de destino das famílias realocadas[4] e as possibilidades de investimento social e urbano, visando a compensação social;
- identificar situações de vulnerabilidade, geradas ou agravadas pelo contexto de desocupação e realocação, que possam ser contempladas nas medidas de compensação definidas no âmbito do PAS;
- identificar efeitos e impactos direta ou indiretamente relacionados à desocupação dos bairros, impostos pelos riscos derivados da subsidência, com a proposição de medidas de requalificação urbano-ambiental e medidas sociais para públicos prioritários;

[4] Ainda que o conceito de *deslocados* venha se firmando na literatura relativa a reassentamentos compulsórios e desastres, como relata Mercês *et al* (2019) "o deslocamento compulsório é uma categoria recente" que vem sendo adotada nas Ciências Sociais. Magalhães (2007) discute as origens do uso da expressão *realocado*s nas políticas de reassentamento relacionadas à implantação de barragens décadas atrás, e aponta a adoção do termo *deslocados* para reafirmar o sentido aplicado na literatura mais recente envolvendo o sofrimento da condição compulsória. Todavia, a expressão "população a ser realocada" está presente em diversos documentos oficiais do governo federal (BRASIL, 2018) e de agências multilaterais. É possível também encontrar o termo *famílias realocadas* em documentos acadêmicos recentes (MADIANITA, 2022). Por esse motivo, para fins do Diagnóstico, foi adotado o termo realocação, o qual a população em geral, incluindo as lideranças comunitárias, está acostumada a fazer referência, o que garante a plena compreensão do contexto e propostas.

- identificar políticas, planos e programas que se relacionam aos temas analisados, buscando sinergias, e apontando possibilidades de investimento no contexto do PAS.
- apresentar diretrizes e proposições de ação baseadas na análise da situação atual, identificados por meio da realização dos estudos técnicos sociourbanísticos, consultas a atores da gestão pública e da sociedade civil.

A seguir são descritas as referências teórico-metodológicas adotadas nos estudos, que foram elaborados a partir de duas leituras que se complementam e se atualizam de modo recíproco: a leitura técnica e a leitura comunitária. Bem como as etapas e processos de trabalho.

## 1.1 Leitura técnica: Referências teórico-metodológicas

O enfoque teórico definido para o desenvolvimento dos trabalhos do PAS tem como uma das premissas a compreensão do contexto social a partir de uma abordagem que contempla a leitura do território, de modo a conhecer a dinâmica de relações formais e informais, o modo de vida das pessoas, bem como as condições existentes de acesso aos direitos no território.

> *"...o território, para além de um espaço geográfico, é um chão histórico, marcado por múltiplas relações, que materializa a identidade... [advinda do] cotidiano relacional da vida das pessoas."* (SPOSATI, 2013:p.5).

Nesse sentido, a construção do diagnóstico social fincado nas bases territoriais constitui um desafio multidimensional que abarca desde as formas de vida – apropriação social do espaço, até as formas e processos de produção e reprodução da vida material e imaterial – trabalho, geração de renda, vida política e cultural que historicamente vão configurando o território. O diagnóstico social, portanto, retrata uma realidade definida no tempo, expressa aqui pelo conjunto de camadas temáticas a serem estudadas, que se articulam entre si e interferem umas nas outras, de diferentes modos, com diferentes dinâmicas. Portanto, o que importa é o uso que se faz do território, que por sua vez é condicionado pelo próprio território em sua materialidade, conforme SANTOS (2002).

Também como orientação teórico conceitual para os estudos, o Diagnóstico parte da compreensão, conforme sugere DEMATTEIS (1998), de que a contemporaneidade não pode prescindir do reconhecimento de que cada lugar, e cada segmento da realidade está cada vez mais interconectado, e é sempre mais interdependente dos outros. O que remete à ideia de que "a constituição e as transformações do território só podem ser flagradas na intersecção de dois espaços":

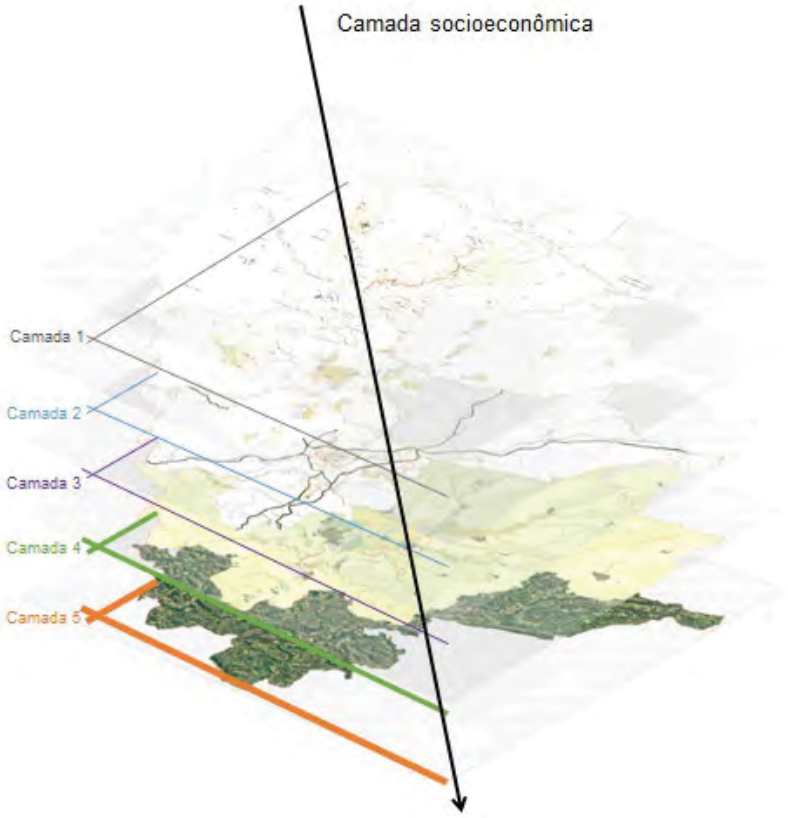
- um espaço-ambiente, de relações horizontais, sincrônicas, formado pelo entrecruzamento de linhas e escalas geográficas, segundo as mais diversas naturezas dos fluxos que o atravessam;
- e um espaço-lugar, "de relações verticais, diacrônicas, composto pela sobreposição e acúmulo de estratos históricos."

O primeiro espaço se refere às interações econômicas, sociais, culturais, institucionais que estes espaços mantêm entre si, nas mais diversas escalas e que lhes conferem seu valor ou significado territorial. O segundo diz respeito à acumulação de estratos ambientais, infraestruturais e materiais de ocupação, que historicamente se sobrepõem em determinado território, representando as configurações que irão lhes conferir suas singularidades. Esses espaços-lugares irão apresentar por exemplo, as especificidades geomorfológicas, morfotipológicas, que engendram ou, pelo contrário, dificultam, inibem, as condições para determinados usos, conteúdos ou objetivos sociais.

Nesse sentido, a leitura técnica adotada corresponde à leitura integrada desses espaços entendendo-se conforme a combinação das escalas, períodos históricos, temas e técnicas que tais elementos pressupõem em interações recíprocas e visando a captar as tendências de forma-conteúdo dos territórios estudados. Para a consecução desta leitura técnica foram adotadas e adaptadas as metodologias dos autores apresentados a seguir, suas formulações quanto à caracterização do território, segundo elementos identificáveis – de modo conceitual e analítico – no entrecruzamento e articulação de alguns enunciados e figuras.

| | | |
|---|---|---|
| G. Dematteis | Dois espaços de relações | Relações horizontais: relações sincrônicas, materiais e imateriais (fluxos e dinâmicas socioeconômicas, demográficas, institucionais, culturais) nas mais diversas escalas e lugares.<br>Relações verticais: acúmulo seletivo de camadas de idades diferentes (infraestruturas, patrimônio material), relações anacrônicas, de objetos sobre determinado território (no caso, foram utilizadas as camadas propostas por Sabaté, 2010, ajustadas ao escopo do PAS). |
| J. Sabaté | Três planos constituintes do território (Figura 1) | Camada ambiental: particularmente aspectos relacionados aos compartimentos ambientais, geomorfologia, aspectos hidrográficos, aspectos climáticos, sistemas de regulação e proteção ambiental e paisagem.<br>Camada de infraestruturas: sistemas de mobilidade, redes de saneamento básico, coleta e tratamento de resíduos, energia.<br>Formas de uso e ocupação do solo: individualizáveis pelos modos de configuração do traçado geral, do parcelamento do solo, da tipologia edilícia, e dos aspectos socioeconômicos que as permeiam e lhes dão conteúdo. |

**Figura 1. Abordagem integrada das camadas**




Fonte: Metodologia ETSAB, UPC (SABATÉ, 2008) adaptada por Diagonal.

O modelo de análise propositiva fundamenta-se, então, na ideia de que o território pode ser – analítica e propositivamente – composto e decomposto segundo três grandes sistemas ou camadas (conforme SABATÉ, 2008), ou tantas outras mais que se fizerem necessárias para uma abordagem plena do escopo definido para o PAS, iniciando pelas camadas originalmente propostas, e ampliando-se a outras, a saber:

- A camada *geográfico-ambiental*, que analisa a estrutura física do território (geomorfologia, hidrografia, relevo, unidades de conservação) e as transformações derivadas dos usos do território. Fornece as bases para a compreensão da forma e das vocações do território e, sobretudo, impedimentos naturais de ocupação ou expansão urbana, paisagem e áreas protegidas[5].
- A camada *rede de infraestrutura*, que é suporte estrutural necessário em diferentes cenários. Pauta as condições das redes de mobilidade, de transportes, sistemas de saneamento, de habitação, atentos às características do território e a futuros desenvolvimentos urbanísticos sobre ele, ou seja, projetos a serem implantados e o impacto no território.

[5] A análise do meio ambiente nessa camada não se confunde com estudos geológicos sobre a subsidência das áreas de risco, objeto de estudo de outro trabalho desenvolvido com metodologia distinta, cujo escopo está fora da abrangência do PAS.

- A camada *formas de uso e ocupação do solo*, que permitem individualizar padrões morfológicos, tipológicos e funcionais mais ou menos homogêneos, revelando as lógicas das localizações e funcionamento do território, seus processos de inclusão e exclusão, de separação ou proximidade relativas, de compatibilidades e incompatibilidade de usos. Avalia os espaços públicos, o desenho urbano e a formação das centralidades. Essas análises apontam para a definição de uma nova localização de usos, projetos estratégicos e diretrizes de regulação.
- A camada *socioeconômica*, que permite a compreensão do uso e fluxos no território a partir da análise da localização e influência dos equipamentos sociais e as relações em rede de atenção, seus públicos, prioridades. Abrange temas como educação, assistência social, segurança pública e saúde e, com base na identificação de adensamentos e insuficiências, permite a construção de cenários para investimento.
- A camada *cultural*, essencial para compreensão da história e para preservação da memória considerando a subsidência e desocupação da área de risco, é analisada para elaboração de propostas de investimentos em manutenção da identidade, patrimônio material e imaterial e paisagem.

A descrição e o mapeamento (georreferenciado) das características físicas dos componentes urbanos, agrupados em cada uma das cinco grandes camadas territoriais, permitem por sobreposição e entrecruzamento de temas e aspectos analisados, evidenciar as contradições e conflitos existentes entre configurações espaciais, programas e objetivos urbanos, sociais e ambientais relacionados ao território.

Para integração das análises temáticas, adotou-se uma ferramenta comumente utilizada em planejamento estratégico: a Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), traduzida para pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças (SIEDENBERG et al). Na construção deste Diagnóstico, aplicou-se sua versão simplificada, que consiste em uma matriz de fragilidades, oportunidades e riscos, como segue:

- Fragilidades: São condições negativas presentes no território, antes e depois de eventos estudados (subsidência e realocações), que podem comprometer seu desenvolvimento sustentável;
- Oportunidades: São potencialidades e/ou condições efetivamente positivas presentes no território, que podem fortalecer seu desenvolvimento sustentável e se constituir como apoio aos objetivos delineados para as ações de compensação e mitigação de impactos, ou ainda relativizar determinadas fragilidades;
- Riscos: São ameaças aos elementos importantes em cada um dos temas, que podem fazer surgir novas fragilidades ou acentuar as já existentes, ou desperdiçar as oportunidades disponíveis.

Todavia, após os debates ocorridos na Escuta Pública e com base nas análises das contribuições remetidas pela sociedade civil à Diagonal, foi discutida uma readequação dos termos e categorias utilizadas, de modo a se evitar interpretações distintas das inferências apresentadas neste Diagnóstico sobre a realidade estudada. Seguindo ainda a base metodológica descrita acima, os termos foram adaptados nas sínteses temáticas para melhor expressar os aspectos críticos a serem enfrentados e as intervenções que podem ser empreendidas para compensação social no âmbito do PAS.

A partir da identificação dos aspectos críticos e das possibilidades de intervenção sobre cada tema de estudo, elaborou-se uma síntese dos elementos mais marcantes do território em determinada temática. Tais elementos não têm, necessariamente, uma conotação positiva ou negativa, mas são elementos-chave da gestão do território e essenciais, portanto, para a conformação dos eixos de análise, última etapa metodológica deste trabalho.

Todas essas etapas metodológicas de construção dos eixos de análise visam preparar o caminho para a construção de diretrizes e proposição de ações para a gestão territorial dos impactos por eixo, a fim de contribuir para a definição de prioridades na etapa de desenvolvimento do PAS.

Cumpre esclarecer que as sínteses temáticas apresentadas no Diagnóstico Técnico-Participativo já são resultado da análise integrada das camadas estruturadas inicialmente e de sua consolidação em eixos de análise. Pretende-se, assim, dar destaque a convergências e interconexões entre os temas estudados.

Do cruzamentos das camadas, de suas sínteses analíticas são elaborados então, eixos integrados, diretrizes e hipóteses iniciais de linhas de ação, considerando três dimensões:

- uma dimensão estratégica (quais as ações de interesse público pretendidas);
- uma dimensão territorial e temporal (como essa estratégia se materializa no território e no tempo);
- e uma dimensão operativa (como as ações definidas e entrecruzadas serão manejadas na prática).

Por fim, complementar e paralelamente à leitura técnica, há a leitura comunitária, parte essencial do processo metodológico definido para o PAS. Sua origem remonta a legislações que orientam a implantação de políticas públicas, tais como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), que estabelece a necessidade, no contexto de revisão ou formulação de Programas e Projetos de Desenvolvimento Urbano, Planos Diretores e Setoriais, de assegurar a participação da população e de associações representativas na leitura da realidade local, compreendendo seus problemas e potencialidades (Brasil, 2005).

De acordo com a publicação *Plano Diretor Participativo – Guia para a Elaboração pelos Municípios e Cidadãos,* lançada em 2004 pelo Ministério das Cidades (Brasil, 2004), para “ler a cidade e o território” é preciso promover leituras técnicas e comunitárias independentes, mas realizadas de maneira concomitante, e posteriormente, quando das proposições, consideradas conjuntamente.

Assim, além da leitura técnica, vem sendo realizada a leitura comunitária, com metodologia aderente a modelos de construção de políticas públicas e integrada ao processo global de elaboração dos estudos e do Plano de Ações Sociourbanísticas.

## 1.2 Participação Social e Leitura Comunitária: Referências teórico-metodológicas e estratégia para construção coletiva

No conjunto dos princípios e diretrizes que fundamentam o Acordo Socioambiental quanto às disposições sociourbanísticas[6], a participação popular é item fundamental no Diagnóstico e na elaboração de suas respectivas ações e medidas. Está registrado de maneira específica, no Subcapítulo IV, que a "comunidade potencialmente afetada deverá ser necessariamente ouvida" no processo de elaboração dos projetos a serem implementados em benefício da população de Maceió.

A estratégia de construção coletiva no processo de elaboração das ações e medidas do PAS teve como principal referência os conceitos de participação popular na construção de conhecimento; e espaços de diálogo e mediação como mecanismos para tomada de decisão coletiva. Para tanto, é preciso ressaltar duas dimensões complementares.

A primeira dimensão refere-se ao princípio da participação popular na leitura da realidade. Partindo desse princípio, a dimensão é responsável por inserir, por meio da ação participativa, um caráter político, pedagógico e emancipatório, tendo como referência um conjunto de práticas oriundas de movimentos sociais populares que serve de contraponto à concepção comum de que "quem tem estudo e recursos aponta o caminho 'correto' para as classes populares." (VALLA, 1998. p: 08)

Esse princípio da participação popular é responsável por estabelecer a **Leitura Comunitária** como fundamento à estratégia de construção coletiva, conferindo ao processo de desenvolvimento do diagnóstico uma abordagem participativa. Tal abordagem é caracterizada por procedimentos metodológicos e instrumentos próprios, com o objetivo de organizar uma leitura da realidade a partir das percepções de grupos sociais determinados e suas questões de interesse, contextualizadas no escopo do estudo.

A segunda dimensão compreende o processo de participação social em si – a estrutura de mediação, cuja principal responsabilidade é a organização dos mecanismos e espaços de diálogo e mediação com a sociedade civil para pactuação coletiva. Em sua lógica, a dimensão relativa ao processo de participação social é vista como um ato permanente de intermediação, facilitado por meio de espaços de diálogo e decisão coletiva.

Dessa forma, a estratégia de construção coletiva para o Diagnóstico Técnico-Participativo do PAS compreende uma síntese entre i) a leitura comunitária – que tem como fundamento uma abordagem participativa para compreensão do contexto situacional, pertinente aos objetivos da

[6] Conforme Cláusula 50, constante no Subcapítulo I: Disposições Gerais.

investigação, pela ótica dos grupos sociais de interesse; e ii) o processo participativo, esse último enquanto estrutura para o diálogo integral e sistemático com a sociedade civil.

### 1.2.1 Participação social e espaços de mediação

Os processos de participação social são mecanismos fundamentais para promover a inclusão, a transparência e a democracia em sociedades. Em sua estrutura, os procedimentos adotados na implementação de processos de participação social têm o objetivo de garantir que cidadãos e cidadãs tenham voz ativa em decisões que afetem suas vidas, permitindo, dessa forma, espaços e meios para que sejam protagonistas na construção de políticas públicas, na definição de diretrizes e na solução de problemas comuns:

> *"A expressão participação social abrange, segundo Montoro (1992, p. 23), a atuação organizada e responsável dos múltiplos setores da sociedade, na solução de problemas coletivos e na promoção do bem comum. A participação se concretiza, de acordo com Alves (2013, p. 25), quando permite que os sujeitos façam parte das decisões que lhes dizem respeito, seja nos aspectos políticos, sociais, culturais ou econômicos."* (SIMÕES, G.L.; SIMÕES, J.M., 2015)

Vários aspectos devem ser considerados no desenvolvimento de processos de participação social. Primeiramente, a participação deve ser voluntária, ou seja, as pessoas devem ter a liberdade de decidir se desejam ou não participar, sem qualquer forma de coerção – garantindo que os interesses, percepções e motivações individuais e/ou coletivas tenham seu devido espaço.

A participação também deve ser inclusiva, garantindo que diferentes grupos sociais tenham igual oportunidade de contribuir em situações que demandem a equalização de interesses específicos em decisões coletivas.

Outro aspecto a ser considerado nos processos de participação social estabelece que os participantes devem receber informações claras e precisas sobre os temas em discussão, os processos envolvidos e as consequências das decisões a serem tomadas. Ainda, a participação social também deve ocorrer em diferentes estágios dos processos decisórios, desde a identificação de problemas, formulação de políticas, implementação até a avaliação e monitoramento.

A diversidade de métodos e instrumentos é outro aspecto relevante nos processos de participação social. As ferramentas utilizadas podem variar desde audiências públicas, consultas e pesquisas de opinião até a criação de conselhos, comitês e fóruns de diálogo. Nesse sentido, é importante que os métodos sejam adequados ao contexto e às características da população envolvida – garantindo, assim, a representatividade e facilitando a participação ativa dos cidadãos.

### 1.2.2 Leitura comunitária e diagnóstico participativo

O Diagnóstico Participativo em estudos sociourbanísticos tem na leitura comunitária suas principais referências. Considerando sua consolidação como procedimento metodológico, inclusive nos processos de revisão de planos diretores municipais – permitindo uma compreensão mais ampla e inclusiva das necessidades e aspirações das comunidades locais–, a leitura

comunitária já é um procedimento consolidado que envolve a coleta de informações, opiniões e percepções dos moradores de determinada área, a fim de embasar o diagnóstico e a formulação de políticas públicas (BRASIL, 2004).

O diagnóstico participativo é uma abordagem que busca envolver ativamente os membros de uma comunidade ou grupo social no processo de análise e compreensão de sua realidade. Trata-se de uma ferramenta fundamental para promover a participação social e a construção coletiva de conhecimento sobre o local em que se vive:

> *"Diagnóstico participativo é um método utilizado para fazer levantamento da realidade local. Este levantamento é feito com a participação das lideranças locais, ou por qualquer outro integrante de um grupo definido, deve conter os principais problemas da localidade em todas as áreas (social, econômica, cultural, ambiental, físico-territorial e político-institucional)."* (CERQUEIRA, L., 2021)

A perspectiva popular e participativa tem como princípio a promoção da diversidade na elaboração de diagnósticos, garantindo, assim, o respeito aos diferentes segmentos de nossa sociedade, seus saberes, interesses e características distintos do ponto de vista territorial. Dentre as práticas, como já dito, destacamos as técnicas e princípios norteadores dos processos participativos previstos nas discussões relativas ao Plano Diretor Municipal, instrumento cujo processo participativo tem como referências aspectos já contidos tanto no Estatuto das Cidades quanto em Resoluções do próprio Conselho das Cidades, com destaque para a de n. 25, de 18 de março de 2005.

Nesse sentido, a metodologia da leitura comunitária é uma abordagem participativa que tem sido amplamente utilizada na elaboração e revisão de planos diretores em todo o Brasil. Essa metodologia envolve a realização de encontros comunitários, nos quais os membros da comunidade são convidados a expressar suas opiniões, necessidades e desejos em relação ao planejamento urbano e territorial.

De acordo com o Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores do Ministério do Desenvolvimento Regional brasileiro (BRASIL, 2004), a leitura comunitária deve ser realizada em três etapas: leitura do território, formulação das propostas e consolidação das propostas. Na etapa de leitura do território – etapa essa que representa o principal intuito do presente diagnóstico, é importante identificar e mobilizar os diversos segmentos da comunidade que serão envolvidos na leitura comunitária. Além disso, é necessário definir os objetivos e o escopo da leitura comunitária, bem como os métodos e técnicas que serão utilizados.

A metodologia da leitura comunitária tem se mostrado uma importante ferramenta para a promoção da participação e do envolvimento da comunidade no processo de planejamento urbano e territorial. Além disso, ela contribui para a construção de uma visão compartilhada e integrada do desenvolvimento local, que leva em consideração as necessidades e desejos da comunidade.

O Guia apresenta diversas técnicas participativas que podem ser empregadas na leitura comunitária, a fim de envolver a população local na análise e compreensão das questões relacionadas ao desenvolvimento urbano e territorial. Algumas das principais técnicas participativas são:

- Grupos focais: reuniões realizadas com um grupo de pessoas selecionadas, que representam a diversidade da comunidade, com o objetivo de discutir e analisar as questões levantadas pela leitura comunitária;
- Oficinas participativas: encontros que envolvem a participação ativa da comunidade, onde são realizadas dinâmicas e atividades que estimulam a reflexão e o debate sobre temas relevantes para o desenvolvimento territorial;
- Entrevistas individuais: conversas realizadas com stakeholders da comunidade, como líderes comunitários, empresários locais, representantes de organizações sociais e outros atores relevantes, com o objetivo de obter informações e opiniões sobre questões específicas;
- Visitas guiadas: passeios pela comunidade, guiados por moradores locais ou profissionais, que permitem aos participantes observar e analisar o ambiente construído, identificar problemas e oportunidades e discutir possíveis soluções;
- Audiências públicas: espaços de debate e discussão abertos ao público em geral, realizados com o objetivo de ouvir as opiniões e sugestões da comunidade sobre temas específicos relacionados ao desenvolvimento urbano e territorial;
- Fóruns comunitários: espaços de debate e reflexão que permitem a participação ampla da comunidade, com o objetivo de discutir e definir estratégias e ações para o desenvolvimento territorial.

A partir dessas referências, a leitura comunitária se insere como um marco importante na implantação de uma jornada participativa e coletiva, responsável pelo envolvimento ativo da população em duas questões fundamentais:

- a construção de uma visão compartilhada da realidade; e
- um ponto de vista coletivo na elaboração de propostas.

Conceitualmente, a jornada participativa pode ser vista como resultado direto da contribuição dos movimentos sociais e organizações populares nas metodologias de elaboração e conteúdo dos planos diretores, uma vez estabelecida a recusa ao diagnóstico técnico como único instrumento revelador dos problemas urbanos (VILLAÇA, 1999, p. 244). Nesse sentido, o supracitado Guia para Elaboração de Planos Diretores Participativos (BRASIL, 2004) destaca que nenhuma leitura deve ser exclusivamente técnica, cabendo à leitura participativa conjugar, no plural, diferentes visões e modos de pensar (p. 21). Na recusa ao diagnóstico técnico como único objeto revelador dos problemas urbanos territoriais e no diálogo democrático entre as múltiplas visões e interesses dos diferentes segmentos da sociedade (empresários, profissionais, trabalhadores, movimentos populares, entre outros) reside na Leitura Comunitária.

Assim, a leitura comunitária tem o objetivo de compor uma visão compartilhada sobre a “realidade que temos”, essencial para visualizar o contexto ao qual se propõe um conjunto de ações futuras.

### 1.2.3 Abordagem metodológica

A proposta de uma leitura comunitária para a construção de um referencial participativo acerca dos impactos da desocupação no cotidiano da população buscou a interação entre métodos qualitativos e quantitativos na coleta de dados.

De acordo com Creswell (2010), a abordagem quali-quantitativa é resultado da popularização do uso de métodos mistos para maior compreensão dos problemas estudados. No conjunto de estratégias destacadas pelo autor, o método misto sequencial sugere, justamente, que determinada investigação pode iniciar por uma abordagem qualitativa e ter sequência em outra abordagem quantitativa, por exemplo.

Métodos múltiplos permitiram a construção dos resultados aqui apresentados, partindo de uma abordagem qualitativa, de natureza compreensiva e etnográfica, acerca da realidade percebida, para, em seguida, trabalhar a perspectiva quantitativa a partir do conhecimento sistematizado na etapa anterior (qualitativa). A adoção desses procedimentos na composição da leitura é expressa por meio de três atividades sequenciais:

- leitura qualitativa: escuta preliminar com *stakeholders* do processo;
- leitura quantitativa: pesquisa volante, com facilitação de entrevista semiestruturada para registro quantitativo de percepções; e
- leitura propositiva: momento para aprofundamento de perspectivas e diretrizes participativas.

#### 1.2.3.1 Leitura qualitativa: Escuta Preliminar

Na escuta preliminar da leitura comunitária, o foco para o processo de construção de dados primários recai sobre os *stakeholders* que, em sua atividade cotidiana, desempenham papel representativo na conjunção de demandas locais. Em geral, esse grupo são representantes de entidades da sociedade civil organizada e lideranças locais ou moradores de referência.

Como primeira aproximação, a escuta teve o objetivo de constituir a base preliminar da leitura comunitária sobre os impactos ocasionados pela subsidência no cotidiano da população, especialmente das comunidades potencialmente afetadas. Para tanto, a abordagem partiu de um quadro compreensivo na construção de instrumentais de pesquisa, visando a constituição de um quadro interpretativo acerca dos sentidos que motivam determinados comportamentos, tendo como referencial a perspectiva sociológica da ação social weberiana, na qual se destaca os sentidos que orientam a ação do sujeito (WEBER, 1999).

A escolha do quadro compreensivo como referencial teve o intuito de evitar qualquer tipo de direcionamento na produção de dados e informações participativas no âmbito do processo de escuta. Nesse sentido, a escuta preliminar considerou, em sua estratégia de interlocução, que a percepção dos *stakeholders* reside em sua ação participativa; essa que, por sua vez, é observada a partir das seguintes camadas:

- contexto: circunstâncias que localizam o fato e a parte interessada – a subsidência e a perspectiva territorial;
- situação: o fato que motiva a interlocução – a população e a localidade afetadas;
- objetivo: razões e justificativas do processo participativo (leitura comunitária); e
- ação participativa: tipo de ação comunicativa na qual residem os sentidos que motivam o *stakeholders* acerca de determinada situação comum.

Nesse sentido, é na quarta camada que está localizada a parte interessada e seu conjunto de percepções, aqui traduzido em sua forma de perceber os impactos da subsidência em seu cotidiano. Para alcançar essa camada, a escuta preliminar utiliza a entrevista como técnica de investigação. A entrevista, enquanto técnica para a coleta de dados, é o método mais adequado para a obtenção de informações sobre o que as pessoas sabem, suas expectativas, bem como explicações ou razões sobre coisas precedentes.

Com nível de estruturação intermediário, o modelo adotado na escuta preliminar é o de entrevista por pautas. Isso permite guiar a entrevista pelos pontos de interesse que são relevantes e, paralelamente, garantir ao interlocutor a liberdade para abordar os temas que julgue relacionados ao contexto.

Para tanto, a primeira atividade realizada foi o mapeamento dos *stakeholders* da sociedade civil, mapeamento esse baseado em uma metodologia que envolveu a identificação e classificação das partes em três grupos: residentes, agentes econômicos e ciências e sociedade. Durante o mapeamento realizado, o trabalho de investigação identificou 120 *stakeholders* na fase preliminar do processo participativo. Dessas, 50% eram do grupo de residentes; 32%, de ciência e sociedade; e 18% de agentes econômicos.

Para o adequado desenvolvimento das atividades de leitura qualitativa, o processo de mobilização dos principais *stakeholders* do processo participativo foi fundamental. Com as partes mapeadas, a mensagem-chave foi o instrumento de aproximação, responsável por introduzir as questões iniciais sobre o contexto da ação investigativa às pessoas que seriam entrevistadas, compreendendo, dentre os principais aspectos os objetivos estabelecidos a partir do referido Acordo Socioambiental e seu componente de ações sociourbanísticas.

Após a definição do público-alvo, foi realizado um levantamento com representantes de associações de moradores, pesquisa em jornais locais e redes sociais sobre movimentos organizados e mobilizações de agentes sociais que resultou na matriz de *stakeholders* no debate e que, em algum momento, incidiram politicamente nas discussões locais sobre a questão de interesse. Esse levantamento, como dito anteriormente, resultou em 120 pessoas identificadas na fase preliminar do processo participativo.

As entrevistas foram realizadas com os *stakeholders* identificados como centrais no processo participativo. A escuta transcorreu de forma transparente e objetiva, pactuada em torno de um objetivo reconhecido entre as partes envolvidas. A lista completa com as partes mapeadas consta no Anexo III “Matriz de *stakeholders*”.

Os resultados mostraram que as entidades de representação coletiva, lideranças comunitárias, moradores de referência, instituições acadêmicas, coletivos culturais e influenciadores digitais foram algumas das categorias consideradas como *stakeholders* relevantes no processo participativo.

A partir dessas informações coletadas durante o mapeamento das partes, foi possível desenvolver estratégias mais eficazes para envolver os *stakeholders* e tomar decisões informadas que atendam às suas necessidades. Além disso, essas informações também permitiram uma melhor compreensão do território de ação política e seus respectivos agentes interessados no objeto central.

A partir do mapeamento realizado, foi possível realizar uma análise da centralidade de alguns *stakeholders* no fomento e na condução dos debates acerca da subsidência e seus impactos. Uma parte interessada central é um indivíduo ou grupo que desempenha um papel fundamental em um processo ou projeto. Eles são considerados centrais devido à sua influência, poder de decisão ou capacidade de afetar o resultado do processo ou projeto. No contexto de um processo participativo, os *stakeholders* centrais são aqueles que têm uma presença constante em espaços de diálogo e veiculação de pautas e são capazes de articular com outras entidades para fomentar e conduzir os debates. Eles são considerados agentes estratégicos para uma interlocução inicial e são fundamentais para compreender a ação política, os interesses em relação aos termos do acordo e os objetivos de ação. A presença constante em espaços de diálogo e veiculação de pautas, bem como a articulação com outras entidades, sobretudo as ligadas ao grupo de residentes, foi considerada com o intuito de identificar agentes estratégicos para uma interlocução inicial. Após essa análise, foi identificado um quantitativo de 99 *stakeholders* centrais com o objetivo de compreender sua ação política, seus interesses em relação aos termos do Acordo Socioambiental e seus objetivos de ação.

A partir desse levantamento, foi realizada uma abordagem remota por telefone e/ou e-mail para formalizar o convite para uma entrevista exploratória e semiestruturada. Ao final das abordagens, 53 contatados demonstraram interesse em participar do processo de entrevista. Esses 53 compreendem o universo de *stakeholders* que se dispuseram a contribuir com o processo de leitura da realidade local de maneira espontânea.

Portanto, o número de 53 *stakeholders* foi obtido após o processo de levantamento e abordagem remota realizados para formalizar o convite para a entrevista exploratória e semiestruturada.

#### 1.2.3.2 Leitura quantitativa: Pesquisa Volante

A pesquisa volante foi a etapa subsequente à entrevista qualitativa no processo de elaboração da leitura comunitária, conferindo o encadeamento na estratégia mista de construção de uma leitura da realidade. Desse modo, a leitura comunitária amplia a escuta junto a interlocutores estratégicos, auxiliando na investigação da realidade que se pretende por meio de uma pesquisa cuja abordagem é caracterizada pela busca ativa de respondentes interessados pela temática.

A pesquisa volante, enquanto aprofundamento descritivo, teve sua estrutura voltada para a captura de percepções espontâneas sobre a realidade imediata das pessoas entrevistadas. Comparativamente, seu resultado assemelha-se aos levantamentos de opinião realizados junto à determinados segmentos da sociedade.

Por se tratar de uma pesquisa focada na percepção da comunidade, a pesquisa volante foi planejada para dinamizar e ampliar as oportunidades de escuta junto aos moradores. Nesse sentido, seu foco não reside em variáveis descritivas relacionadas às características dos respondentes (renda, escolaridade, condição de ocupação etc.), mas à sua percepção, na condição de residente, sobre os impactos da desocupação em seu cotidiano. Por isso, seu método de amostragem foi o não probabilístico por conveniência, de maneira que qualquer morador da comunidade/ bairro em que a pesquisa foi realizada pudesse participar e contribuir no exercício da leitura comunitária.

No que tange aos seus aspectos técnicos, a pesquisa volante é um método de coleta de dados que consiste em entrevistar pessoas em locais públicos, sem que essas pessoas tenham sido previamente selecionadas por um critério de amostragem probabilístico. Neste método, a seleção dos entrevistados é realizada com base na conveniência da sua disponibilidade e aceitação em participar da pesquisa.

Dentre as suas principais vantagens encontram-se:

- A possibilidade de entrevistar um grande número de pessoas em diferentes locais, o que pode aumentar a representatividade da amostra;
- A coleta de dados pode ser realizada rapidamente e com um custo relativamente baixo;
- Ser uma técnica flexível e adaptável, permitindo a alteração dos locais de entrevista conforme a necessidade da pesquisa;
- Permitir a obtenção de informações praticamente em tempo real sobre a percepção da população sobre determinado assunto.

No entanto, como qualquer outra técnica, a pesquisa volante também apresenta algumas limitações, tais como:

- A necessidade de implementação cuidadosa de modo a assegurar a representatividade da amostra dado que é um método não probabilístico;
- A possibilidade de os entrevistadores se concentrarem em locais mais acessíveis ou mais frequentados, o que pode levar a uma amostra enviesada;
- O risco de o entrevistado não ser representativo da população em estudo, especialmente em relação a grupos específicos, como pessoas que trabalham em horários diferenciados ou pessoas com mobilidade reduzida, por exemplo.

A pesquisa volante do Diagnóstico Técnico-Participativo foi realizada nos Núcleos Focais[7] em Maceió com o objetivo de investigar os impactos percebidos a partir do processo de desocupação dos bairros de Mutange e parte dos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Farol e Pinheiro. A pesquisa utilizou como referência os temas abordados no Diagnóstico Técnico-Participativo e a pesquisa qualitativa realizada na etapa preliminar para composição das questões pré-definidas no instrumental. Foram pré-definidas 23 opções de categorias de impacto percebido e os entrevistados foram abordados de forma espontânea para relatar questões adicionais. Os temas abordados incluem planejamento urbano e habitação, patrimônio cultural, mobilidade e acessibilidade, saneamento e infraestrutura, ambiente, políticas sociais e equipamentos públicos, economia, vulnerabilidades e públicos prioritários, segurança e cultura e identidade local.

No caso da pesquisa realizada nos Núcleos Focais, o questionário também considerou questões previamente identificadas a partir das entrevistas realizadas com os *stakeholders*, o que ajuda a reduzir a possibilidade de vieses e aumentar a sua representatividade. O mesmo pode ser dito sobre a escolha dos locais de aplicação da pesquisa, que buscaram maximizar o número de pessoas entrevistadas e sua representatividade local.

Com base nos Núcleos Focais estabelecidos no diagnóstico (NF1, 2, 3 e 4), os pontos de fluxo foram estabelecidos em áreas de grande circulação de pessoas nos Núcleos Focais 2 e 3, concentrando a coleta de dados nos bairros do entorno da área desocupada e aqueles que registraram maior destino de mudanças da população realocada. Os pontos foram definidos considerando o fluxo de pessoas em locais de grande circulação, tais como feiras, mercados públicos, terminais de transporte, praças públicas etc. Assim, foram selecionados endereços estratégicos em locais de grande movimentação nos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Farol e Pinheiro, que são os bairros do entorno da área desocupada e aqueles que registraram maior destino de mudanças da população realocada.

Além disso, foi utilizado o método de coleta de dados domiciliar na área dos Flexais, comunidade situada no Núcleo Focal 2, em razão das discussões realizadas à época em relação ao pleito de realocação das famílias residentes e do ilhamento socioeconômico das famílias residentes, motivo pelo qual, em caráter extraordinário, esse grupo foi abordado pelo método de coleta domiciliar.

Os pontos de fluxo para aplicação da pesquisa volante incluíram:

- NF2
  - Rua Prefeito Joatas Malta de Alencar
  - Rua Marquês de Abrantes

[7] Os Núcleos Focais correspondem as escalas territoriais de análise definidas para esse Diagnóstico, sendo que o NF1 corresponde a área de desocupação; NF2 corresponde a área do entorno do NF1; NF3 corresponde às Áreas receptoras mais distantes e o NF4 corresponde ao município de Maceió. Esses Núcleo serão explicados no item 1.4.2 a seguir.

- Rua Pau Brasil
- Rua Benedito Lins da Trindade
- Avenida Mendonça Júnior
- Avenida Fernandes Lima - Farol, Pitanguinha e Gruta de Lourdes
- Rua Doutor Oswaldo Cruz
- Rua General Hermes
- Avenida Francisco de Menezes

▪ NF3

- Avenida Benedito Bentes
- Avenida Maceió
- Avenida Menino Marcelo - Serraria e Cidade Universitária

Ao todo, a pesquisa volante entrevistou 2.064 pessoas, sendo 802 provenientes de bairros localizados no NF2, 895 em bairros do NF3, 357 em áreas não abrangidas pelos NF1, NF2 e NF3, e 10 de municípios vizinhos. Devido ao atual estágio de desocupação da área, a pesquisa não foi conduzida no NF1.

Um dos fatores que podem afetar a precisão da pesquisa volante é o tamanho da amostra, desse modo, dadas as características não probabilísticas do método, quanto maior for a amostra, menor será o seu erro amostral. Além disso, é importante garantir que a amostra seja representativa da população-alvo. Nesse sentido, cabe ressaltar que o público-alvo da pesquisa volante foi a população de Maceió, considerando sua percepção em relação aos impactos da referida desocupação, tendo como referência, ainda, as escalas territoriais dos Núcleos Focais.

Outro fator a considerar é a forma como a pesquisa foi conduzida. Para tanto, a equipe de entrevistadores foi treinada para seguir o protocolo de entrevista, caracterizado pela apresentação dos objetivos do Acordo Socioambiental, do escopo da investigação, seus resultados e etapas subsequentes do processo de discussão.

Por fim, o erro de amostra pode ser estimado usando técnicas estatísticas, como a fórmula do erro padrão ou o intervalo de confiança. No entanto, esses cálculos são baseados em suposições sobre a distribuição dos dados, e podem não ser tão precisos para dados de pesquisa volante como para outros tipos de pesquisa. Portanto, é importante considerar, na interpretação dos resultados da pesquisa volante que seu caráter é exploratório e seu intuito residiu exclusivamente na coleta de percepções da população residente sobre os impactos da desocupação em seus respectivos cotidianos.

#### 1.2.3.3 Leitura propositiva: Grupos Focais Comunitários

A atividade dos grupos focais comunitários teve o propósito de promover um ambiente colaborativo para a construção de proposições e integração de perspectivas entre moradores das comunidades diretamente envolvidas no contexto da leitura comunitária, com destaque para aquelas que foram diretamente afetadas pela desocupação da área realocada, localizadas nas áreas de borda (NF2).

O objetivo dos grupos focais realizados especificamente no NF2, entre os meses de setembro e outubro de 2021, foi promover um exercício de reflexão coletiva para a elaboração de propostas em relação aos problemas percebidos por conta da desocupação.

Cumpre destacar que esses grupos focais foram realizados a partir de uma demanda de lideranças comunitárias de comunidades situadas no entorno imediato da área desocupada, em função do engajamento sistemático desse grupo no acompanhamento dos estudos – por meio de uma Agenda Comunitária realizada de maneira recorrente – e seu interesse em aprofundar temas relevantes para suas comunidades – especialmente a comunidade dos Flexais, tendo em vista as discussões à época sobre o ilhamento socioeconômico indicado pela Prefeitura Municipal de Maceió por meio de estudo realizado pela Defesa Civil Municipal.

Com a atividade pactuada junto às autoridades, o público-alvo dos grupos foi composto por lideranças comunitárias, pessoas de referência e moradores das comunidades circunvizinhas à área desocupada, com foco nas regiões mais vulneráveis.

Uma das principais vantagens dos grupos focais é a obtenção de informações detalhadas e profundas sobre um determinado tema. Os grupos focais permitem que os participantes expressem suas opiniões, experiências e sentimentos de maneira aberta e sincera. Além disso, a interação entre os participantes pode gerar ideias novas e diferentes perspectivas sobre o assunto em discussão. Outra vantagem é a possibilidade de obter informações sobre o comportamento e as atitudes dos participantes em relação aos temas abordados.

Acredita-se que possibilidade de vieses de seleção dos participantes dos grupos focais realizados foi devidamente mitigada por um processo cuidadoso de seleção que buscou contemplar a diversidade da população dos bairros afetados. Ademais, uma vez que a atividade foi pactuada com lideranças locais, essas mesmas lideranças contribuíram no processo de mobilização do público participante.

A sugestão apresentada na audiência pública, de utilização de amostragem aleatória, apesar de válida, é difícil de ser implementada na prática, especialmente quando o objetivo é selecionar participantes com características específicas, o que demandaria técnicas amostrais mais complexas para assegurar a estratificação. As entrevistas qualitativas, já mencionadas anteriormente, cumpriram essa função. Na ocasião foram dados esclarecimentos de que o público participante foi mobilizado por suas lideranças comunitárias.

Ao todo, foram realizados oito grupos focais comunitários (além de outros 2 com pescadores), e as atividades tiveram duração média de 2h30 cada. Os procedimentos de mobilização dos participantes incluíram contatos telefônicos com lideranças comunitárias e moradores de referência, visita em campo para confirmar a participação e fornecer informações e esclarecimentos e transporte até o local do evento.

As atividades foram realizadas em espaço cedido pela Braskem, no Cinturão Verde, no bairro do Trapiche – em comum acordo com as lideranças que pleitearam a atividade, com uma exceção, já que a comunidade de Vila Saém, por contar com sede própria e espaço amplo para realização da atividade, optou por realizar a dinâmica de grupo focal na própria comunidade.

A dinâmica proposta para os grupos teve como referência a adoção de técnicas de *design* participativo. Essa abordagem tem sua gênese no desenvolvimento de tecnologias industriais e *softwares* de automação, cuja difusão no ambiente da tecnologia da informação pressupõe o *design* de soluções a partir dos próprios usuários, considerando que são eles os maiores conhecedores da situação que se pretende atender (SILVA, 2012, p. 23). Assim, a dinâmica utilizada centrou-se na elaboração de painéis propositivos, a respeito dos principais problemas percebidos pela comunidade a partir do processo de desocupação das áreas. Para tanto, os participantes foram convidados a realizar um exercício crítico em relação aos problemas identificados e possíveis soluções para eles, sem restrição quanto à natureza da intervenção ou medida proposta.

Como principal resultado da atividade, o painel propositivo, construído a partir das vivências individuais e ressignificado na leitura coletiva das soluções, é um insumo primário de caráter não deliberativo, o que pode interferir na liberdade propositiva dos participantes. A leitura das propostas é, sobretudo, um exercício reflexivo para fomentar decisões futuras por meio de pactuações sucessivas.

Finalizado com a leitura propositiva, o processo participativo das fases 1 e 2 do Diagnóstico foi realizado como previsto, considerando o mapeamento dos atores e a efetivação das atividades de escuta. No conjunto, foram realizadas:

- 53 entrevistas qualitativas (leitura qualitativa);
- 2.064 pesquisas aplicadas (leitura quantitativa); e
- 6 oficinas com grupos comunitários (leitura propositiva).

Nos termos do Plano de Trabalho apresentado, o processo se consolida com apresentação e debate do Diagnóstico, para ter a leitura comunitária das propostas e das prioridades para investimento no PAS.

#### 1.2.3.4 Escuta Pública

Dentre as atividades do processo participativo para a elaboração do PAS, as Escutas Públicas constituem-se como um espaço importante de participação cidadã em processos decisórios que interessam à sociedade em geral. Nesse sentido, sua estrutura de planejamento tem o

objetivo de proporcionar um espaço democrático no qual a população possa expressar opiniões, preocupações e sugestões de interesse público ao tema de discussão.

Realizadas nos dias 7, 14, 21 e 28 de março de 2023, sempre às terças-feiras, a partir das 18:00 horas, as Escutas Públicas do PAS tiveram como escopo principal a apresentação dos estudos realizados na etapa de diagnóstico, com a seguinte distribuição de temas:

a) Dia 07/03/2023, dimensão Socioeconômica: Eixo 1 - Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades: Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública, Públicos Prioritários por vulnerabilidade (primeira infância, juventude e pessoa idosa);

b) Dia 14/03/2023, dimensão Socioeconômica: Eixo 2 – Atividade Econômica, Trabalho e Renda: Atividade econômica; Empreendedorismo; Geração de trabalho e renda; Qualificação profissional; Atividade Pesqueira.

c) Dia 21/03/2023, dimensão Sociourbanística: Eixo 3 - Recuperação e Qualificação do Espaço Urbano: Planejamento, habitação e dinâmica imobiliária; Meio ambiente urbano; Drenagem e resíduos sólidos; Espaços Públicos; e Centralidades e mobilidade urbana.

d) Dia 28/03/2023, dimensão Sociourbanística: Eixo 4 - Preservação da Cultura e Memória: Patrimônio Cultural, Identidade e memória.

Por meio das escutas realizadas, diferentes segmentos da sociedade civil de Maceió puderam contribuir com o diagnóstico realizado. Além de proporcionar um espaço para o amplo debate, o público participante, por meio de críticas e sugestões, teve a oportunidade de agregar ao estudo suas perspectivas técnicas, bem como suas perspectivas políticas em relação ao contexto do diagnóstico, revelando, em várias ocasiões, visões conflitantes em função dos legítimos posicionamentos frente ao contexto da discussão.

As escutas públicas, enquanto marco estratégico para a consolidação da leitura comunitária na fase de diagnóstico, compreenderam uma atividade cujo principal intuito foi garantir espaços de interlocução e diálogo para que a sociedade tivesse acesso às informações sobre as discussões em pauta, bem como pudessem apresentar suas opiniões e sugestões, interagindo com outros grupos que compartilham dos mesmos interesses e preocupações.

Desse modo, a estratégia de construção coletiva no processo de elaboração das ações e medidas do PAS teve como principal referência os conceitos de participação popular na construção de conhecimento; e espaços de diálogo e mediação como mecanismos para tomada de decisão coletiva. Reflete-se, assim, em duas dimensões complementares traduzidas no plano de trabalho da estratégia de construção coletiva do PAS (Figura 2).

**Figura 2. Estratégia de construção coletiva do PAS**




Elaboração: Diagonal, 2023.

A estratégia representada na figura acima apresenta a síntese das dimensões participativas que estruturam os espaços de mediação e conhecimento com a sociedade no desenvolvimento do PAS.

## 1.3 Organização do processo de trabalho

Face aos objetivos estabelecidos e às definições do Termo de Acordo Socioambiental, o processo de trabalho para a elaboração deste Diagnóstico foi estruturado em 3 frentes de trabalho e 3 etapas cronológicas, como mostra a Figura 3**.** e estão detalhados a seguir.

**Figura 3. Diagrama frentes de trabalho e etapas cronológicas**

| | **Planejamento** | **Realização dos estudos técnicos e ações de escuta** | **Consolidação do Diagnóstico e formulação da proposta de diretrizes e linhas de ação para debate** | **Consolidação do Diagnóstico após contribuições recebidas no âmbito da Escuta Pública** |
|---|---|---|---|---|
| Estudos Técnicos | • Elaboração do Plano de Trabalho<br>• Preparação para trabalho em campo | • Levantamento bibliográfico e de dados secundários<br>• Levantamento de dados do PCF<br>• Levantamento de informações com gestores públicos e atores estratégicos<br>• Visitas técnicas aos territórios em estudo e observação de campo | • Consolidação do Diagnóstico Técnico-Participativo, incluindo proposta de diretrizes e linhas de ação<br>• Elaboração do Documento Técnico Complementar, com base em devolutivas na Agenda Institucional | • Consolidação do Diagnóstico Técnico-Participativo Pós Escuta Pública |
| Agenda Institucional | • Apresentação e pactuação do Plano de Trabalho do PAS | • Visitas e solicitaçõesde dados municipais e estaduais<br>• Reuniões técnicas de apresentação de propostas do Município | • Apresentação do Diagnóstico Técnico-Participativo,<br>• Apresentação do Documento Técnico Complementar ao Diagnóstico | • Pactuação dos ajustes e complementações necessários para consolidação do Diagnóstico Pós Escuta Pública |
| Processo Participativo | • Mapeamento de partes interessadas da sociedade civil<br>• Mobilização | • Leitura qualitativa: Escuta Preliminar<br>• Leitura quantitativa: Pesquisa Volante<br>• Leitura propositiva: Grupos Focais Comunitários | • Escuta Pública de apresentação do Diagnóstico Técnico-Participativo e Documento Técnico Complementar<br>• Sistematização das contribuições recebidas | • Publicação do Diagnóstico Técnico-Participativo Pós Escuta Pública |

Elaboração: Diagonal, 2023.

### 1.3.1 Frentes

O processo de trabalho para a elaboração deste Diagnóstico foi estruturado em três frentes de trabalho, como segue.

- Elaboração de estudos técnicos – Trata-se do conjunto de estudos necessários, nesta fase, para gerar o Diagnóstico Técnico-Participativo. Eles foram estruturados tendo por base: i) as referências iniciais estabelecidas pelo Termo de Acordo que definiu a contratação desses estudos e o seu escopo; e ii) as definições técnicas e metodologias aplicáveis para a sua adequada elaboração.
- Agenda institucional com os poderes públicos – Trata-se da frente de trabalho organizada para efetivação do processo de diálogo com os poderes públicos relacionados ao tema. Buscou-se definir interlocutores e instâncias de acompanhamento do conjunto dos trabalhos, de modo a assegurar o acesso aos dados necessários e, na sequência, a construção e a definição conjuntas das medidas de compensação a implementar.
- Processo participativo com a população envolvida – Frente voltada a assegurar o diálogo e a participação da população na elaboração do Diagnóstico e das propostas que comporão o PAS. A estratégia de participação adotada abrange tanto entrevistas em profundidade, presenciais, com atores estratégicos, quanto atividades participativas virtuais e presenciais, para apresentar, debater, validar ou pactuar prioridades e propostas.

O trabalho efetivado nessas frentes está detalhado em tópico específico deste capítulo.

### 1.3.2 Etapas

O processo de elaboração do Diagnóstico foi estruturado cronologicamente em três etapas, as quais se reproduziram nas frentes de trabalho de modo a assegurar a articulação dos resultados dos estudos técnicos com a percepção da sociedade e dos atores institucionais, conforme sintetizado a seguir.

#### 1.3.2.1 Planejamento

Esta etapa foi realizada em junho de 2021, como previsto, e abrangeu:

- preparação dos estudos dos temas estratégicos (elaboração de plano de trabalho, definição de instrumentais, levantamento de informações preliminares, identificação dos *stakeholders* para consultas primárias); e
- preparação dos trabalhos de campo.

#### 1.3.2.2 Realização dos estudos técnicos e ações de escuta

Esta fase aconteceu de julho a outubro de 2021 e abrangeu as seguintes atividades principais:

- levantamento de dados acerca do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF) e das realocações efetivadas;

- levantamento de dados secundários das fontes oficiais;
- levantamento dos dados municipais e estaduais cabíveis (planos, programas e projetos);
- levantamentos de campo, abrangendo visitas técnicas e entrevistas com atores locais;
- mapeamento de *stakeholders* e realização das atividades iniciais de escuta no âmbito do processo participativo – entrevistas individuais, pesquisa de percepção/opinião e reuniões com grupos focais;
- reuniões e levantamentos de dados no âmbito da agenda institucional;
- sistematização dos dados efetivamente acessados no período definido do Diagnóstico.

#### 1.3.2.3 Consolidação do Diagnóstico e formulação da proposta de diretrizes e linhas de ação para debate

A consolidação do Diagnóstico resulta da integração entre os estudos técnicos e pontos de convergência na visão de distintos atores quanto aos aspectos críticos a serem enfrentados e às intervenções que podem ser realizadas para compensação social no âmbito do PAS.

Para consolidação do Diagnóstico Técnico-Participativo, foram realizadas as seguintes atividades:

- oficinas com a equipe técnica – de integração temática e dos resultados dos processos de consulta à sociedade e aos agentes públicos – e definição dos temas prioritários, com diretrizes de atuação;
- consolidação do produto técnico, contendo, além dos estudos realizados, propostas de diretrizes de investimento e linhas de ação para debate e priorização pela gestão pública e pela sociedade;
- apresentação, debate e entrega do Diagnóstico Técnico Participativo com as partes do Acordo e a Prefeitura;
- análise da devolutiva do município e do Ministério Público acerca do Diagnóstico Técnico-Participativo entregue; e
- elaboração de Documento Técnico Complementar ao Diagnóstico, com elementos demandados pelo Município e Ministério Público.

#### 1.3.2.4 Consolidação do Diagnóstico após contribuições recebidas no âmbito da Escuta Pública

Para a Escuta Pública de apresentação e discussão do Diagnóstico, que ocorreu ao longo dos meses de março e abril de 2023, foram disponibilizados publicamente dois documentos elaborados nesta fase do processo de desenvolvimento do PAS: o Diagnóstico Técnico Participativo e o Documento Técnico Complementar, os quais foram publicados no site www.maisdialogos.com no dia 11/02/2023. Neste mesmo site foram disponibilizados os formulários digitais para comentários e sugestões em relação aos documentos produzidos.

Após a realização da Escuta Pública, recebimento de contribuições da sociedade, ocorreram novos diálogos com as partes do Acordo e a Prefeitura, os quais resultaram em inclusões e ajustes ao Diagnóstico e às linhas de ação propostas.

Nesta fase final foi consolidado pela Equipe Técnica da Diagonal o Diagnóstico Técnico-Participativo Pós Escuta Pública, aqui apresentado. O presente documento é resultado: da unificação dos dois documentos técnicos submetidos à Escuta (Diagnóstico Técnico-Participativo e Documento Técnico Complementar); da revisão com base em críticas, questionamentos e contribuições recebidas pertinentes ao PAS; e de complementações e adequações de linhas de ação propostas, em função das contribuições recebidas da sociedade e do diálogo com as partes do Acordo e a Prefeitura.

Com este documento tem-se as bases para a definição entre as partes do Acordo dos projetos que devem ser objeto de detalhamento para investimento no PAS, de modo a consolidar a próxima fase dos trabalhos, que é a elaboração do Plano de Ações Sociourbanísticas.

## 1.4 Estudos Técnicos

Nesta fase de elaboração do Diagnóstico Técnico-Participativo, o foco dos Estudos Técnicos foi mapear impactos da subsidência e das realocações sobre territórios e populações e propor diretrizes e linhas de ação para compensação social, objetos de priorização futura.

Face a estes objetivos, e com base na experiência de trabalho da Diagonal, o presente estudo foi concebido como um *diagnóstico socioterritorial*, instrumento técnico que busca organizar dados e informações para a tomada de decisão acerca de determinada população e seu território.

Para análise aprofundada de 16 temas relacionados direta ou indiretamente aos impactos da subsidência e das realocações, nas escalas territoriais priorizadas, foram adotados os procedimentos metodológicos de referência para realização de estudos dessa natureza, apresentados a seguir.

### 1.4.1 Procedimentos de referência

Os procedimentos de referência dos estudos sociais e urbanísticos estão sintetizados a seguir.

#### 1.4.1.1 Levantamento bibliográfico e de dados secundários

Foram identificadas referências gerais sobre a formação da cidade e sua configuração e dinâmica urbana e ambiental, assim como produções acadêmicas sobre os temas analisados. Para além das referências teórico-metodológicas adotadas na elaboração do diagnóstico de cada temática, diversos temas foram analisados no campo das possibilidades de medidas de compensação sociourbanística.

Os indicadores são aqui entendidos como um instrumento operacional para o monitoramento da realidade social, sendo, em geral, uma medida quantitativa. Trata-se de um recurso

metodológico que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças nessa mesma realidade, para fins de formulação e readequação de políticas públicas e ações de responsabilidade social. (JANUZZI, 2009)

A classificação de indicadores por área temática segundo elementos da realidade social a que se referem é uma das formas mais usuais de classificação, pois permite a organização lógica dos indicadores, de modo a proporcionar, por um lado, leituras mais aprofundadas por tema e, por outro, integradas, quando feitas de maneira dialógica entre temáticas.

O levantamento de dados em fontes secundárias foi pautado por dois parâmetros importantes:

- *propriedades dos indicadores*, que devem possuir confiabilidade na coleta, boa cobertura espacial, sensibilidade para refletir mudanças do contexto socioeconômico, periodicidade para produzir atualizações e historicidade para dispor de séries históricas; e
- seleção de *instituições consagradas* na produção de informações estatísticas e indicadores sociais, como IBGE, IPEA, DATASUS, MTE, PNUD, INEP, Fundação João Pinheiro etc.

Especialmente em relação a dados secundários, tem-se o desafio das limitações impostas pela defasagem temporal daqueles oriundos do Censo 2010, frente à dinâmica de mudanças sociais e à não realização do Censo 2020. Os levantamentos de dados sociais de várias fontes, como IBGE, IPEA e Prefeitura de Maceió, por exemplo, permitiram confrontar diferentes variáveis para oferecer sínteses de caracterização dos bairros e mesmo em escalas territoriais mais detalhadas, obtendo-se leituras de diferentes facetas da vulnerabilidade socioterritorial – destacando-se os dados dos Aglomerados Subnormais (IBGE), que trazem estimativas para 2019. Dos dados públicos disponíveis para classificação de uso do solo, na distinção básica entre uso habitacional e não-habitacional, foram consultadas as bases do IBGE do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), mas com o adiamento do Censo Populacional os dados disponíveis tinham mais de dez anos de atraso. Para balizar as análises, foram consultadas as bases de dados públicas do CAGED e do CNPJ da Receita Federal – estas com dados satisfatoriamente atualizados, sendo agosto de 2021 a primeira data consultada, quando foram geoprocessadas as informações sobre segmentos estratégicos para a análise das centralidades e negócios de caráter local.

#### 1.4.1.2 Levantamento de dados da Base Única do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF)

Foram utilizados dados relativos aos pleitos de pessoas e empresas registrados no PCF, disponibilizados pela Braskem. Estes dados integram a chamada Base Única do PCF e foram coletados por meio dos seguintes instrumentos jurídicos: Termo de Compromisso; Declaração de Reunião de Ingresso; Proposta de Compensação; e Termo de Transação. A Base Única contém ainda dados, referentes aos pleitos de cada CPF ou CNPJ, obtidos em bases públicas, como a Receita Federal. A partir desta base de dados enriquecida, a Braskem procedeu a uma análise descritiva, com base em categorias de imóvel, residente ou proprietário, atividade econômica,

ocupante ou não ocupante, entre outras. Os dados apresentados neste Diagnóstico, cedidos pela Braskem, abrangem o período de dezembro de 2019 a agosto de 2023.

#### 1.4.1.3 Levantamento de dados da Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF)

A Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação, realizada entre dezembro de 2019 e junho de 2021, foi utilizada como fonte de dados socioeconômicos sobre o perfil dos moradores, trazendo informações relativas à condição de vida das famílias no período anterior à realocação. A data de corte dos dados da pesquisa fornecidos pelo PCF é de agosto de 2023. Cabe registrar que, em atenção à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em nenhum momento estarão disponíveis dados com identificação pessoal das famílias cadastradas.

#### 1.4.1.4 Levantamento de dados do Programa de Acompanhamento Social Continuado dos Assistidos do PCF

Foram utilizados dados da pesquisa realizada no âmbito do Programa de Acompanhamento Social Continuado dos Assistidos do PCF. A pesquisa é voltada aos atendidos do PCF com perfil residencial (proprietários e não proprietários) que já firmaram acordo e foram compensados há pelo menos 30 dias. Na aplicação da pesquisa, por uma equipe especializada, realiza-se uma média de três atendimentos a cada assistido, com o objetivo de coleta de informações sobre processo de retomada da dinâmica de vida no novo local de moradia, quando aplicável, bem como orientação e encaminhamento dos assistidos, para atendimento das necessidades identificadas, aos serviços públicos e/ou serviços de suporte oferecidos pela Braskem.

Cabe esclarecer que a natureza da pesquisa realizada é declaratória e voluntária. Ainda que não represente a totalidade dos residentes realocados, os percentuais de resposta em junho de 2023, data de corte dos dados sobre endereço de destino fornecidos pelo PCF e apresentados neste Diagnóstico, trazem segurança técnica para elaboração de proposições de caráter coletivo objeto do escopo do PAS[8].

Os dados fornecidos pela pesquisa trouxeram informações referentes à situação socioeconômica das famílias realocadas e aos bairros de destino, constituindo subsídio importante para identificar as áreas receptoras e deliminar os bairros onde a população realocada está mais concentrada.

#### 1.4.1.5 Levantamento de informações com gestores públicos e atores estratégicos

Para levantamento de informações e uma análise mais detalhada da realidade social em estudo, a principal técnica de pesquisa qualitativa empregada foi a de entrevistas em profundidade, que possibilita captar as percepções dos vários atores sociais pesquisados.

[8] Com base nesta pesquisa, foi possível identificar até junho de 2023 o destino de aproximadamente 63%[8] dos selos com perfil de residente ou misto já compensados e realocados.

As entrevistas foram conduzidas pelos diferentes consultores temáticos. Para definição de entrevistados, foram mapeados os agentes públicos e instituições com atuação estratégica em setores associados ao objeto de estudo, incluindo órgãos públicos existentes e entidades identificadas em fontes secundárias ou indicadas pelos próprios participantes. Foram entrevistados aqueles que demonstraram interesse e disponibilidade em participar.

No capítulo 1.5, sobre a Agenda Institucional, estão detalhados os órgãos da gestão pública municipal e estadual com os quais se conseguiu efetivar o diálogo e levantamentos aqui tratados. No período de elaboração dos estudos técnicos, entre julho e outubro de 2021, foram realizadas 36 reuniões, abrangendo 27 secretarias ou órgãos municipais e estaduais. Nas reuniões iniciais apresentou-se o processo de trabalho e, na sequência, formalizou-se a solicitação de dados necessários de cada pasta. No caso dos órgãos ou secretarias com os quais não foi possível realizar a reunião inicial, a solicitação de dados foi formalizada via ofício.

Já a relação de entidades da sociedade civil entrevistadas para elaboração dos estudos técnicos encontra-se no Anexo II.

A interlocução foi essencial nesse Diagnóstico, pois permitiu aprofundamentos e a complementação de informações não obtidas em fontes secundárias, além de integrar a visão desses atores – da gestão pública e da sociedade civil – sobre os aspectos críticos a serem enfrentados e as possíveis medidas de compensação social a serem estabelecidas no âmbito do PAS.

Além dos dados e informações fornecidos pelos órgãos públicos e entidades, foram também realizados levantamentos e análises de legislação, políticas públicas, planos e programas pertinentes às temáticas em estudo, com ênfase no conhecimento do território e das principais questões sociais previamente mapeadas pela gestão local, além da identificação de pontos de sinergia e investimentos sociais alinhados aos objetivos do PAS. Entre os documentos consultados, destacam-se: Plano Diretor do Município de Maceió; Código de Urbanismo e Edificações de Maceió; Plano Plurianual (PPA), planos setoriais do município e do Governo do Estado de Alagoas pertinentes à capital.

#### 1.4.1.6 Visitas técnicas aos territórios em estudo e observação de campo

A análise do território foi realizada por meio de metodologias diversas, contemplando a investigação de temas e a identificação de potencialidades e fragilidades. Entre elas, destacam-se as visitas técnicas realizadas aos territórios em estudo, abrangendo as diferentes áreas temáticas do Diagnóstico, nas quais a equipe técnica de referência e as consultorias puderam coletar dados e informações relevantes com o objetivo de:

- Mapear os impactos da subsidência e das realocações sobre territórios e populações: durante as visitas, buscou-se compreender de forma abrangente e detalhada os efeitos da subsidência e das realocações nas áreas estudadas, avaliando os impactos urbanos, sociais e econômicos.

- Analisar os desafios socioeconômicos enfrentados pelas populações: as visitas técnicas buscaram identificar e analisar os principais desafios socioeconômicos enfrentados pelas populações residentes nos territórios em estudo, compreendendo suas necessidades e demandas específicas.
- Propor linhas de ações de compensação sociourbanísticas: com base nos dados coletados durante as visitas, pretendeu-se compor estratégias para promover a compensação sociourbanísticas para essas populações e territórios, buscando mitigar os impactos negativos e promover melhorias em suas condições de vida.

Dentre as visitas técnicas, cabe destacar a realização do Diagnóstico Rápido Participativo produzido pela comunidade pesqueira no âmbito da Atividade Pesqueira; as visitas realizadas pela consultoria de segurança nas regiões limítrofes da área de risco, em diferentes dias e horários; as visitas a todos os mercados e feiras do município, em especial àqueles do entorno da área de risco e dos principais destinos das famílias realocadas; as visitas técnicas às áreas de grotas e nascentes do entorno e áreas de destino; o levantamento realizado das praças e áreas livres e verdes potenciais para compor o mapeamento das principais praças dos Núcleos Focais; as visitas aos principais centros de bairros e áreas de concentração, propensos a receber investimentos; e as visitas técnicas do patrimônio cultural, em todas as edificações de interesse histórico cultural da área de risco e seu entorno imediato, em conjunto com a Prefeitura.

### 1.4.2 Escalas territoriais de análise: Núcleos Focais

Considerando as características do objeto do estudo, para o Diagnóstico foram adotadas quatro escalas territoriais de análise, aqui denominadas *Núcleos Focais* (NF).

A indicação de Núcleos Focais deriva de um conceito chave na metodologia usualmente aplicada pela Diagonal a partir do qual se procuram identificar parcelas de destaque em um universo territorial que é objeto de estudo e intervenção. Essas parcelas de território não representam um recorte fixo e imutável, porque são delimitadas em um momento inicial de reconhecimento da situação, servindo de referência para o aprofundamento de estudos e análises que se desenvolvem ao longo de um plano ou projeto e que, por se tratar de processo dinâmico, estão continuamente sujeitas a revisões conforme os resultados que vão sendo alcançados no progresso dos estudos.

Os NF foram delineados em função da relação com a subsidência e com os impactos da realocação de atividades e pessoas, considerando:

- A posição relativa à área da subsidência;
- As proporções de população realocada que as áreas recebem;
- A dimensão da área que abrangem;
- Os padrões de urbanização destas áreas; e

- Os níveis de vulnerabilidade social pré-existentes.

Há uma correlação dinâmica e complexa entre esses elementos de referência que se influenciam mutuamente na caracterização e análise do território. São distintas – e isso pode influenciar uma análise de relevância – as condições dos lugares que estão mais próximas ou mais distantes da área afetada, aqueles que receberam mais ou menos famílias realocadas, assim como a condição de maior ou menor vulnerabilidade social ou de oferta de infraestrutura e serviços urbanos de cada parcela do território analisado.

O bairro de Jatiúca, por exemplo, recebeu uma parcela de pessoas realocadas, mas possui infraestrutura já estabelecida e menor vulnerabilidade preexistente, ao passo que Bendito Bentes e Cidade Universitária também receberam parcela considerável de mudanças, porém são territórios com condições mais críticas nos padrões urbanos e de vulnerabilidade social, além de serem áreas de expansão urbana. As associações entre esses fatores importam. Ao longo do Diagnóstico estão apresentados mapas temáticos explorando essas correlações.

No curso das discussões do Diagnóstico com a Prefeitura Municipal de Maceió (Gabinete de Gestão Integrada e SEDET), foi questionada a ausência de alguns bairros na listagem dos Núcleos Focais. Argumentos pertinentes apresentados ressaltaram que alguns bairros com perfil associado aos marcos conceituais adotados para os NF não estavam ali listados, apesar de integrarem área de entorno ou de possuírem indicadores de vulnerabilidade relevantes.

Com base nesse apontamento técnico e considerando todos os parâmetros adotados, houve convergência para algumas das sugestões indicadas. Sendo assim, a partir de análise conjunta, cinco novos bairros foram acrescidos à listagem inicial de Núcleos Focais:

- No Núcleo Focal 2 foi acrescido o bairro da Levada; e
- No Núcleo Focal 3 foram acrescidos os bairros de: Santa Amélia; Jardim Petrópolis, Jacintinho e Vergel do Lago.

Os Núcleos Focais tampouco representam territórios aos quais as ações de compensação estarão circunscritas – os territórios de implementação destas ações ainda serão objeto de discussão com a sociedade e a Prefeitura, visando responder ao contexto e aos impactos mapeados, podendo extrapolar os limites dos Núcleos Focais definidos.

Detalha-se na sequência as quatro escalas territoriais de análise e os bairros que as compõem considerando esta combinação de critérios de referência.

#### 1.4.2.1 Núcleo Focal 1 – Área de Desocupação

O Núcleo Focal 1 (NF1) é o sítio de abrangência de monitoramento de riscos da subsidência, área destinada à desocupação integral de imóveis e realocação da população. Está definido pelo Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, elaborado pela Defesa Civil Municipal em dezembro de 2020, que abrange a Área de Resguardo, a Área de Criticidade 00 (contemplando

zonas de A a H), e pela Área de Criticidade 01[9], sujeita a monitoramento. Trata-se da área já desocupada ou a ser desocupada.

Considerando as demais definições do Termo de Acordo Socioambiental sobre esta área, os estudos urbanísticos e sociais nesse perímetro tiveram como foco: i) o patrimônio histórico, cultural e natural[10], visando a construção de diretrizes para a preservação da memória edificada e imaterial do lugar; ii) a desativação de equipamentos urbanos e seus efeitos para a população remanescente; e iii) o impacto dos espaços desocupados na dinâmica geral do território.

O NF1 abrange integralmente o bairro de Mutange e parcialmente os bairros Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Farol.

#### 1.4.2.2 Núcleo Focal 2 – Área do entorno do NF1

O Núcleo Focal 2 (NF2) foi definido abrangendo o território do entorno da área desocupada (NF1), cuja dinâmica urbana e condições de vida da população foram alteradas pela subsidência e pela consequente realocação de população, equipamentos e serviços. A delimitação do NF2 considerou: os principais marcos da paisagem natural da região; os eixos estruturadores da mobilidade urbana; os limites e o entorno das áreas desocupadas e das áreas efetivamente urbanizadas; o raio de influência dos equipamentos e serviços públicos; e os dados relativos a famílias realocadas para essa região de entorno. Por haver um número representativo de famílias realocadas para essa área, o entorno também é, em parte, área receptora.

Nesse território, o desafio colocado foi compreender analiticamente as alterações em diferentes populações e sujeitos, bem como em diferentes recortes territoriais internos. A partir dessa análise de impactos, buscou-se consolidar diretrizes de compensação das alterações, com a identificação de características relevantes do território passíveis de investimento, abrangendo medidas de requalificação urbano-ambiental e medidas sociais para públicos prioritários, como equipamentos públicos, serviços e zeladoria, infraestrutura, segurança e mobilidade.

Considerando os elementos referenciais que definem essa escala territorial, foram selecionados como bairros do NF2 (Tabela 1): Bebedouro (remanescente), Bom Parto (remanescente), Chã da Jaqueira, Chã de Bebedouro, Farol (remanescente), Gruta de Lourdes, Levada, Pinheiro (remanescente) e Pitanguinha.

#### 1.4.2.3 Núcleo Focal 3 – Áreas receptoras mais distantes

O Núcleo Focal 3 (NF3) está definido considerando as principais áreas que receberam as famílias realocadas da área de desocupação (NF1), que estão mais distantes do território de origem.

Trata-se de lugares estratégicos nos quais se tem duas populações em foco, sob o ponto de

[9] A classificação de criticidade (00 e 01) pode variar ao longo do tempo, conforme o monitoramento do risco geológico.

[10] Conforme previsto no Acordo Socioambiental, as proposições para a área desocupada, aqui definidas como NF1, são contempladas na Seção I: Disposições Ambientais e na Seção II: Disposições Sociourbanísticas, no seu Capítulo III – Da Reparação e Compensação Sociourbanística e mais especificamente no Subcapítulo II – Das Ações nas Áreas Desocupadas.

vista da análise de impactos: as famílias realocadas e os moradores originais dos bairros, cuja dinâmica foi alterada pela chegada da população realocada e suas demandas.

No Diagnóstico, busca-se compreender as alterações na dinâmica urbana e socioeconômica, incluindo impactos nas condições de acesso a políticas e serviços, aumento na demanda sobre os equipamentos sociais e infraestrutura urbana, considerando a chegada de novos residentes em um território com limitações sociourbanísticas, geradas inclusive pela expansão resultante dos lançamentos de empreendimentos imobiliários.

O foco das medidas compensatórias identificadas para esse território está na integração cidadã da população reassentada, na melhoria das condições de acesso às políticas sociais e equipamentos urbanos e no fortalecimento das redes locais, trazendo melhorias ao território que beneficiam também a população original da área.

A forma como se efetivou a realocação das famílias ocasionou sua distribuição em toda a cidade de Maceió e, em proporção muito menor, em cidades vizinhas. Em Maceió, um conjunto de bairros se destacou pela concentração de população realocada.

A seleção teve como parâmetros:

- as áreas receptoras com maior representatividade quantitativa quanto à recepção de população realocada, considerando o registro de realocação de população segundo, principalmente, a Pesquisa de Pós-Compensação, que aponta mudanças definitivas, mas também considerando referências espaciais da Pesquisa que registram os endereços de mudanças provisórias, auxiliando na identificação de áreas mais adotadas como destino para as famílias realocadas;
- os padrões de urbanização das áreas, priorizando os espaços de maior vulnerabilidade socioterritorial;
- os principais eixos da mobilidade urbana, as centralidades dos bairros e os equipamentos urbanos – que representam os territórios de maior circulação e concentração de pessoas, constituindo espaços públicos relevantes;
- os padrões de densidade populacional, destacando-se aquelas áreas com maior concentração de residentes.

Com base no conjunto de parâmetros descrito acima, os bairros que integram o NF3 são (Tabela 1): Benedito Bentes, Canaã, Cidade Universitária, Clima Bom, Jacintinho, Jardim Petrópolis, Petrópolis, Santa Amélia, Santa Lúcia, Santo Amaro, Serraria, Tabuleiro do Martins e Vergel do Lago.

**Tabela 1. Bairros integrantes dos Núcleos Focais 2 e 3**

| Bairro | NF |
|---|---|
| Bebedouro | NF2 |
| Bom Parto | NF2 |

| Bairro | NF |
|---|---|
| Chã da Jaqueira | NF2 |
| Chã de Bebedouro | NF2 |
| Farol | NF2 |
| Gruta de Lourdes | NF2 |
| Levada | NF2 |
| Pinheiro | NF2 |
| Pitanguinha | NF2 |
| Benedito Bentes | NF3 |
| Canaã | NF3 |
| Cidade Universitária | NF3 |
| Clima Bom | NF3 |
| Jacintinho | NF3 |
| Jardim Petrópolis | NF3 |
| Petrópolis | NF3 |
| Santa Amélia | NF3 |
| Santa Lúcia | NF3 |
| Santo Amaro | NF3 |
| Serraria | NF3 |
| Tabuleiro do Martins | NF3 |
| Vergel do Lago | NF3 |

Fonte: Diagonal, 2023.

#### 1.4.2.4 Núcleo Focal 4 – Maceió

A escala de análise definida como NF4 foi o município de Maceió, particularmente sua zona urbana, território de referência para a compreensão dos dados gerais da cidade e contextualização e análise das políticas setoriais (educação, saúde, cultura, economia, planejamento urbano e habitação, saneamento, mobilidade etc.), planos e programas municipais, estaduais e/ou federais – que dialogam com os territórios e temas foco dos estudos necessários ao PAS. Foram analisados, inclusive, os impactos, riscos ou demandas geradas pela subsidência e pela realocação de população em relação a cada tema.

O Mapa 1 representa a terrritorialização dos Núcleos Focais, com o marco territorial do espaço urbanizado do bairro. Destaca-se que, mesmo tendo sido adotado inicialmente o limite dos Núcleos Focais conforme a delimitação oficial dos bairros, sua representação de modo geral buscou destacar as áreas urbanizadas. Ainda assim, a partir do diálogo estabelecido com a equipe técnica da Prefeitura Municipal de Maceió, foi incorporada a sugestão da gestão pública, e essa concepção foi adotada para todos os elementos cartográficos produzidos para esta versão do documento.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

**MACEIÓ - ALAGOAS**

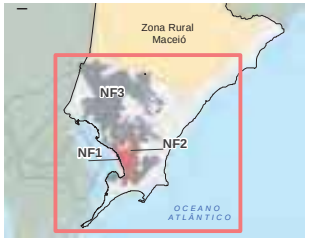
## LEGENDA

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




## NÚCLEOS FOCAIS ATUALIZADOS

Mapa **01**

**Fonte dos Dados:**

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

**Notas:** Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

**Informações Cartográficas:** Sirgas2000 UTM Fuso 25s

**Data:** Agosto 2023

Diagonal

### 1.4.3 Dimensões temáticas de análise

Conforme apresentado no início deste capítulo, este estudo foi concebido como um diagnóstico socioterritorial. A caracterização da realidade, nessa perspectiva teórico-metodológica, supõe uma leitura integrada da realidade local, nas suas diversas dimensões.

Adotou-se como ponto de partida para organização dos estudos duas dimensões temáticas de análise: a dimensão socioeconômica e a dimensão urbanística. Para desenvolvimento do Diagnóstico, os temas de cada dimensão foram agrupados em eixos temáticos. Assim, os eixos são constituídos enquanto categorias no sentido de agrupar temas complementares enquanto área de conhecimento analítico e intervenção.

As dimensões e eixos temáticos de análise estão sintetizados na Figura 4 e descritos a seguir.

**Figura 4. Dimensões e eixos temáticos de análise**




Elaboração: Diagonal, 2023.

#### 1.4.3.1 Dimensão socioeconômica – temas e eixos temáticos

Essa dimensão do Diagnóstico tem como objeto a compreensão das condições socioeconômicas da população dos territórios analisados, em especial da população remanescente, residente no NF2, e da população realocada, majoritariamente residente no NF3. O foco foi compreender as características gerais dessa população, suas vulnerabilidades, as alterações nas dinâmicas sociais e nas condições de acesso às políticas e serviços sociais no contexto de desocupação e realocação, bem como na dinâmica econômica, considerando atividades empresariais, trabalho e renda.

Os estudos sobre a dimensão socioeconômica foram consolidados em dois eixos temáticos: o Eixo 1 – Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades; e o Eixo 2 – Atividade Econômica, Trabalho e Renda, como apresentado a seguir. De forma transversal aos temas abordados nos Eixos 1 e 2, inicialmente é apresentada a Caracterização demográfica, com dados que contribuem para as análises dos Eixos.

### Caracterização demográfica

Apresenta a caracterização geral da população a partir dos dados demográficos dos territórios analisados, considerando os principais indicadores sociais, inclusive para comparar territórios de estudo e a cidade. São temas em destaque:

- situação de renda, pobreza e vulnerabilidade;
- perfil etário e tendências demográficas.

### Eixo 1. Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades

Abrange a análise das condições de acesso da população às políticas sociais nos territórios trabalhados, incluindo a identificação de equipamentos públicos e serviços, níveis de cobertura de atendimento, perfil da população atendida, indicadores de qualidade (quando pertinentes), assim como mapeamento de planos, programas, projetos e intervenções em andamento ou planejadas nas políticas sociais de maior impacto. Buscou-se trabalhar com as referências de intersetorialidade e territorialidade das políticas públicas, com vistas à abordagem das vulnerabilidades mapeadas. Foram 7 temas analisados: 4 políticas sociais consideradas estratégicas em contexto de vulnerabilidade social e o recorte de 3 públicos vulneráveis considerados prioritários no contexto do PAS.

Durante a etapa de Escuta Pública foi indicado que mulheres e pessoas negras também deveriam ser considerados como públicos vulneráveis prioritários. Assim, conforme tratado na reunião realizada com este Ministério Público Federal em junho de 2023, será realizado estudo técnico complementar sobre o tema com o recorte de gênero e raça, de modo a nortear priorizações necessárias e subsidiar o detalhamento e implementação das ações do PAS. A lógica da inclusão das mulheres como público prioritário é também bastante pertinente, seja pela predominância do gênero feminino entre as pessoas realocadas, seja pelo seu papel essencial para as famílias de mais baixa renda ou pelos efeitos desproporcionais do processo de realocação sobre elas. Sendo assim, será desenvolvido estudo complementar, que também trará a análise dos impactos considerando as mulheres para melhor subsidiar as ações de compensação social.

Tem-se assim, os seguintes temas analisados e agrupados no Eixo 1:

- assistência social – análise do perfil da população em termos de necessidades de proteção social, equipamentos e serviços existentes na política de assistência (proteção social básica e proteção social especial), perfil dos inscritos nos programas sociais e benefícios vigentes;
- educação – análise dos indicadores de educação nos territórios e das condições de acesso à educação, além de impactos da subsidência, programas ofertados e outros elementos relevantes;

- saúde – análise dos indicadores de saúde da população, condições de acesso aos equipamentos e serviços, considerando por nível/especialidade, impactos da subsidência, quando verificados, entre outros elementos relevantes;
- segurança pública – análise das condições gerais de segurança pública e urbana, com ênfase na combinação de indicadores de criminalidade e violência e nas condições do espaço urbano e sua relação com o tema, considerando desordem urbana, perturbação do sossego etc.;
- públicos prioritários – análise das condições gerais de vida dos públicos mais vulneráveis, que, segundo estudos acerca dos impactos de processos de deslocamentos involuntários, demandam atenção específica pela maior dificuldade de lidar com alterações das dinâmicas socioeconômicas. No âmbito do PAS, foram definidos como públicos prioritários por vulnerabilidade: primeira infância, juventude e pessoa idosa. O foco dos estudos foi identificar as necessidades destes públicos e a cobertura de programas sociais a eles destinados.

Cabe esclarecer que, para elaboração deste Diagnóstico, o estudo sobre a comunidade pesqueira foi incorporado ao Eixo 2 – Atividade Econômica, Trabalho e Renda. Já as características da organização social dos territórios, que também têm interface com a dimensão socioeconômica, serão abordadas na Leitura Comunitária (Capítulo 7) e, em parte, no Eixo 4 – Preservação da Cultura e Memória (Capítulo 6).

#### Eixo 2. Atividade Econômica, Trabalho e Renda

Abrange a análise das características gerais da atividade econômica e condições de acesso à renda nos territórios estudados e o mapeamento de planos, programas, projetos e intervenções em andamento ou planejadas na cidade como um todo. Foram analisados dois grandes temas:

- trabalho e geração de renda – análise das características gerais da atividade econômica, arranjos produtivos locais, mercado de trabalho e impactos relacionados;
- atividade pesqueira – analisada de forma específica pelo seu vínculo com o território impactado e com a comunidade tradicional de pescadores.

### 1.4.3.2 Dimensão urbanística – temas e eixos temáticos

Essa dimensão do Diagnóstico traz a análise das principais alterações na dinâmica urbana relacionadas direta ou indiretamente à subsidência e seus efeitos.

De forma sintética, o trabalho na dimensão urbanística resultou numa caracterização geral dos territórios e na análise e formulação de diretrizes e propostas para sete temas selecionados. Os resultados são detalhados no Eixo 3 – Qualificação urbana e ambiental e no Eixo 4 – Preservação da cultura e memória, conforme sintetizado a seguir.

### Eixo 3. Qualificação Urbana e Ambiental

Abrange a análise das condições gerais dos territórios, fragilidades e potencialidades, considerando cinco temas estratégicos. Cada tema foi demarcado a partir de enfoques específicos, para orientar uma análise do território, mas todos têm interfaces entre si e se sobrepõem em alguns aspectos, sendo pautados por uma abordagem integrada. Em síntese, tratam de:

- planejamento urbano, habitação e dinâmica imobiliária – análise com forte ênfase político-institucional, mas também orientada à dimensão econômica, focando o uso e ocupação do solo. São abordados os instrumentos de ordenamento territorial e a legislação urbanística, assim como as políticas setoriais;
- meio ambiente – análise dos atributos ambientais relativos aos meios físico e biótico em particular, mas também orientada para uma leitura ambiental do contexto da cidade como um todo, com destaque sobre o território dos Núcleos Focais 2 e 3, identificando as fragilidades ambientais ali existentes (naturais e antrópicas);
- saneamento básico – análise de aspectos ligados simultaneamente à questão ambiental e à dinâmica urbana, trazendo elementos sobre os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com destaque para drenagem urbana e gestão de resíduos sólidos;
- espaços públicos e desenho urbano – análise da morfologia urbana, padrões de parcelamento e de ocupação do solo, com destaque para áreas verdes e espaços livres de uso público, de forma integrada com a leitura de acessibilidade e mobilidade urbana;
- mobilidade urbana e centralidades – análise das infraestruturas e serviços de mobilidade, enquanto redes estruturais da cidade, com destaque para o tratamento da escala local, relacionada à dinâmica urbana e à configuração de centralidades.

### Eixo 4. Preservação da Cultura e Memória

Abrange a análise das condições dos territórios e de sua população focada nos impactos e medidas de salvaguarda da cultura e do patrimônio material e imaterial da região e suas comunidades, com destaque para o bairro Bebedouro. Tal análise está organizada em dois temas:

- patrimônio cultural e paisagem – análise dos aspectos relacionados mais diretamente com o território desocupado, mas também com seu entorno, especialmente o NF2. São componentes relacionados à memória dos bairros atingidos, seu patrimônio cultural material e imaterial, abrangendo também os aspectos da configuração do sítio natural;
- identidade e cultura – análise mais centrada na dimensão imaterial da identidade de Maceió, seus sujeitos e grupos culturais, considerando os efeitos da subsidência e do processo de realocação de famílias no conjunto das manifestações culturais e das relações de identidade e sociabilidade.

## 1.5 Agenda Institucional

A Agenda Institucional é uma frente estratégica do processo de trabalho que resultará no PAS. O próprio Termo de Acordo Socioambiental que está na origem destes estudos estabelece que as medidas de compensação social "*serão definidas em conjunto entre as partes [do Acordo] e, quando aplicável, o município de Maceió na forma de projetos, a partir de estudos técnicos contratados pela Braskem* (...)".

No processo de elaboração do Diagnóstico, a Agenda Institucional foi indispensável para o acesso a dados estratégicos produzidos pelos órgãos públicos e um entendimento geral sobre a percepção dos gestores acerca dos temas em análise, incluindo prioridades e integração com políticas públicas existentes, quando aplicável. Foi desenvolvida, nesse sentido, como espaço de diálogo sobre os temas estudados e linhas de ação compensatórias propostas, reconhecendo que a participação dos agentes públicos no processo de construção do PAS é essencial para que as proposições apresentadas tenham aderência à realidade institucional da qual depende a implementação de parte das ações a serem definidas, já que os temas abordados compõem a agenda governamental, especialmente do Município, embora não necessariamente como executor.

Foram definidos como objetivos específicos da Agenda Institucional:

- pactuar o Plano de Trabalho proposto para o PAS com agentes públicos estratégicos;
- estabelecer os mecanismos de envolvimento dos diversos agentes que se relacionam ao processo de formulação do PAS;
- acessar e compartilhar informações e conhecimentos que permitissem uma visão ampla e integrada, visando a construção de um entendimento comum sobre o contexto em que se pretende intervir; e
- estabelecer canais de diálogo acerca das linhas de ação propostas, conferindo legitimidade e viabilidade a tais proposições, a partir da incorporação da visão dos organismos gestores das políticas e programas relacionados aos temas prioritários e projetos a serem desenvolvidos.

### 1.5.1 Planejamento e realização dos estudos técnicos

A Agenda Institucional foi organizada segundo as fases do processo de formulação e discussão do Diagnóstico descritas no Capítulo 1.3 e, pela amplitude do objeto do trabalho, abrangeu diferentes agentes públicos (MPF, MPE, Prefeitura de Maceió e Governo de Alagoas). Entre eles, destaca-se a Prefeitura de Maceió, que tem a competência da gestão do território onde o PAS será implementado e será agente executora de parte relevantes das ações de compensação social a serem financiadas, pela competência originária exclusiva, em alguns casos.

No âmbito da Agenda Institucional foram realizadas, nesta fase de planejamento do trabalho e realização dos estudos técnicos, 37 reuniões, abrangendo 28 secretarias e órgãos municipais e estaduais. Parte da agenda planejada inicialmente para esta fase não se efetivou como previsto,

devido à falta de disponibilidade de alguns gestores públicos. Os tópicos a seguir sintetizam as atividades efetivamente realizadas.

#### 1.5.1.1 Apresentação do Plano de Trabalho do PAS e escuta inicial

Para apresentação do Plano de Trabalho e a realização dos diálogos e levantamento de dados necessários à elaboração do Diagnóstico, foram realizadas as atividades descritas a seguir.

**a) Reunião de partida para alinhamento de expectativas em relação ao desenvolvimento do PAS junto à Prefeitura**

A reunião de partida teve por objetivo apresentar o Plano de Trabalho ao Gabinete de Gestão Integrada (GGI) dos Bairros, órgão coordenador da interlocução da Prefeitura em relação ao PAS, e dialogar sobre as expectativas e resultados esperados do processo de desenvolvimento do PAS. A reunião aconteceu em 07/07/2021, com a participação do Sr. Ronnie Reyner Teixeira Mota (Coordenador) e Sr. Márcio Penteado (Assessor).

**b) Reuniões de apresentação e discussão do Plano de Trabalho do PAS e/ou de seus encaminhamentos, entrevistas e escutas setoriais**

A partir da primeira interlocução estabelecida com o GGI, foram realizadas entrevistas por secretaria ou órgão municipal ou estadual para apresentar o Plano de Trabalho do PAS e levantar informações a respeito de políticas de cada temática analisada. Foram pontos de pauta dessas reuniões:

- apresentação e discussão do Plano de Trabalho do PAS;
- pactuação de procedimentos para acesso a informações;
- definição de interlocutores dos órgãos para prosseguimento do trabalho;
- definição de agenda de debates sobre temas ou projetos específicos, quando cabível.

Parte dessas reuniões contou com a participação de dirigentes setoriais, além de técnicos, o que foi fundamental para o avanço dos trabalhos. Foram feitas reuniões com as seguintes secretarias e órgãos:

- Municipais
  - Gabinete de Gestão Integrada;
  - Gabinete Municipal de Governança;
  - Secretaria Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária;
  - Secretaria Municipal de Economia;
  - Secretaria Municipal de Assistência Social;
  - Secretaria Municipal de Saúde;

- Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social;
- Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer;
- Secretária Especial de Políticas para Juventude – Secretaria Municipal de Governo (SMG);
- Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanização;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente;
- Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito;
- Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública;
- Superintendência Municipal de Desenvolvimento Sustentável (tratando do Projeto 10 Praças);
- Guarda Civil Municipal;
- Defesa Civil de Maceió;
- Fundação Municipal de Ação Cultural.

▪ Estaduais

- Secretaria Estadual de Transporte e Desenvolvimento Urbano;
- Secretaria de Segurança Pública de Alagoas;
- Departamento de Homicídios da SSP - DHPP (Complexo de Delegacias);
- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura;
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- Secretaria de Estado da Cultura;
- Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego;
- Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas;
- Instituto de Meio Ambiente;
- Junta Comercial de Alagoas.

Foram contatados, mas não efetivado o agendamento das reuniões solicitadas até o momento: Secretaria Estadual de Educação; Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação; Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas; Secretaria de Estado a Prevenção a Violência; Companhia de Saneamento de Alagoas; Defensoria Pública do Estado; Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Caixa Econômica Federal.

### 1.5.1.2 Visitas e solicitações de dados municipais e estaduais

Para desenvolvimento dos trabalhos, foram encaminhados 35 ofícios solicitando dados e informações para órgãos municipais e estaduais e realizadas 26 entrevistas com Secretários, dirigentes e técnicos.

### 1.5.1.3 Reuniões técnicas de apresentação de propostas do Município

Após a consolidação dos estudos e da proposta preliminar de diretrizes e temas prioritários de investimentos, foram realizadas reuniões, por solicitação do governo municipal, quando a Prefeitura apresentou um conjunto de propostas de projetos para potencial inclusão no PAS como medidas de compensação.

As ações foram analisadas pela Diagonal e, em decorrência disso, um conjunto de vistorias e análises complementares foi realizado, chegando-se a um total de 12 reuniões, 5 visitas e vistorias com diferentes órgãos. Todas as ações que se alinhavam com as diretrizes norteadoras do Diagnóstico foram incorporadas como tema de investimento a ser debatido no processo de priorização. Cumpre destacar que parte importante dos projetos propostos guardava relação com as linhas de ação indicadas pela Diagonal, em especial as linhas de ação voltadas a praças e a mercados, feiras e centros populares de compras. O Quadro 1 mostra os projetos apresentados pela Prefeitura.

**Quadro 1. Projetos apresentados pela Prefeitura Municipal de Maceió**

| Projeto | Escopo | Relação com os territórios e públicos do PAS |
|---|---|---|
| Orla Lagunar | Implantação ou reforma de sete equipamentos públicos âncoras em 6 km da orla lagunar:<br>▪ Construção do Compaz;<br>▪ Espaço Roda do Sururu;<br>▪ Monumento Hidroavião;<br>▪ Mirante Lagunar, com aterramento com material da demolição de NF1;<br>▪ Revitalização do Monumento do Milênio;<br>▪ Papódromo; e<br>▪ Anfiteatro. | Foram realizadas vistorias técnicas nos locais indicados para avaliar circunstâncias e compatibilidade com o PAS. Embora seja um território vulnerável, pertencente ao NF3 (Vergel do Lago), foi considerado um projeto de baixa aderência relativa ao PAS, apesar de sua relevância local. |
| COMPAZ | Implantação de equipamentos COMPAZ. A Prefeitura propõe 4 e cita 5 bairros como prioritários: Vergel, Benedito Bentes, Cidade Universitária, Jacintinho e Vale do Reginaldo. Na prática, na apresentação da Prefeitura, foi mencionada proposta de local para o COMPAZ associado ao Vergel/ Projeto Orla. | Projeto de grande aderência às conclusões dos estudos. A Prefeitura tratou mais objetivamente de dois bairros: Benedito Bentes e Vergel do Lago, ambos classificados como NF3 neste Diagnóstico. Os diálogos avançaram com a indicação de um terreno próximo ao Vergel do Lago, abrangendo como área de atendimento outras duas áreas estrategicas para o PAS, que são Bom Parto e Levada.<br>Em relação ao Benedito Bentes, a proposta é estudar equipamentos subutilizados da região. |

| Projeto | Escopo | Relação com os territórios e públicos do PAS |
|---|---|---|
| Parque Maçayo (entrada da cidade) | Intervenção na entrada da cidade, de caráter de lazer, com projeto previsto para 6 km da BR utilizando os canteiros centrais e as bordas entre as vias locais. | Foi feita vistoria no local. Na forma originalmente apresentada, estaria mais vinculada a melhorias de mobilidade do que uma compensação social no âmbito do PAS. |
| Projeto Dunas | Proposta urbanística para a praia no Pontal, contendo a erosão marinha com engorda e implantação de um grande parque. | Pela localização e perfil dos moradores, sem relação com territórios ou públicos prioritários mapeados, entendeu-se que não tem aderência ao PAS. |
| Projeto barracas, Feiras e Mercados | A Prefeitura propõe a viabilização pela Braskem de 10 mil barracas de PVC para a reestruturação de feiras e provisão de infraestrutura associada em parte delas. | Trata-se de projeto que pode ser contemplado no PAS, compatível com as propostas apresentadas nos estudos do Eixo 2 para os territórios e populações afetados. |
| Projeto 10 praças | Reforma ou implantação de 10 praças no Município, a saber: Praça Rosane Collor (Clima Bom); Praça Osman Loureiro (Tabuleiro dos Martins); Praça Corredor Cultural (Benedito Bentes); Praça Vila Olímpica (Cidade Universitária); Praça do Centenário (Farol); Parque Linear (Chã de Bebedouro até Santa Amélia); Praça Santa Lúcia (Aeroclube de Alagoas); Praça Eustáquio Gomes/Colégio Alfredo Gaspar de Mendonça. (Cidade Universitária); Praça do Trenzinho (Petrópolis) e Praça do Peixoto (Jacintinho). Depois, a Prefeitura acrescentou a Praça da Caixa D`Água (Pça na Rua Monsenhor Viêira), em Santa Lúcia, e a Praça Ricardo Lessa (Dublex Leão), no Tabuleiro do Martins. | Algumas das praças propostas pela Prefeitura têm relação com territórios e públicos priorizados pelo PAS. Outras apresentam problemas nos projetos ou estão localizadas em áreas mais distantes daquelas diretamente afetadas de NF2 e NF3.<br>Em reuniões subsequentes, foi informado à Diagonal que o investimento prioritário para a Prefeitura seria no projeto Praça da Criança. |
| Urbanização do Vale do Reginaldo | Investimento complementar para a plena implementação do projeto de urbanização do Vale do Reginaldo, objeto de contratos com o Governo Federal e com o Governo do Estado, com obras iniciadas. | Intervenção está associada a área vulnerável, porém, demandaria uma porcentagem muito grande do volume financeiro do PAS. Ainda, este tipo de projeto poderia ser implementado em outros territórios ou públicos prioritários mapeados. |

Elaboração: Diagonal, 2021.

### 1.5.2 Consolidação e apresentação do Diagnóstico Técnico-Participativo

Os resultados do Diagnóstico Técnico-Participativo foram consolidados e apresentados no âmbito da Agenda Institucional. Além da apresentação ao MPF, cumpriu-se uma agenda de reuniões com o poder público municipal para:

- apresentação do Diagnóstico completo ao GGI e atores por ele definidos;
- apresentação detalhada por Eixo Temático às pastas diretamente envolvidas nos temas abordados, entre outubro e dezembro de 2021.

### 1.5.3 Apresentação do Documento Técnico Complementar ao Diagnóstico, elaborado com base nas devolutivas recebidas na Agenda Institucional

Com base nas devolutivas do MPF e do GGI em relação ao Diagnóstico Técnico-Participativo, elaborou-se o Documento Técnico Complementar, buscando atender as solicitações apresentadas. Este Documento foi entregue ao MPF e GGI em janeiro de 2023 e levado ao debate nas Escutas Públicas realizadas ao longo do mês de março.

### 1.5.4 Pactuação dos ajustes e complementações ao Diagnóstico Pós Escuta Pública

Após o processo de Escuta Pública e o recebimento de novos comentários por parte do MPF e do GGI, a Diagonal iniciou a revisão do Diagnóstico com base no conjunto de contribuições recebidas e apresentou suas propostas de ajuste ou complementação em reuniões realizadas com as partes do Acordo e o Município em junho de 2023.

Neste contexto, novas contribuições foram trazidas à revisão do Diagnóstico, incluindo proposições de inclusão de novas linhas de ação e mudança no escopo de linhas de ação existentes, considerando, inclusive, a viabilidade de implementação em curto prazo. Embora tais discussões tratem da fase de implementação do PAS, seus resultados foram contemplados na revisão deste Diagnóstico e, em especial, das linhas de ação apresentadas no item 0.

O Diagnóstico Técnico-Participativo Pós Escuta Pública aqui apresentado foi consolidado pela Equipe Técnica da Diagonal com base nas adequações pactuadas nesta Agenda Institucional.

## 1.6 Estratégia de integração das frentes e temas

O conjunto de dados e percepções coletado foi consolidado na busca de integração das diferentes perspectivas provenientes de cada uma das frentes: as análises temáticas e socioespaciais resultantes dos estudos técnicos; as leituras resultantes das etapas realizadas do processo participativo, tanto acerca de fragilidades e impactos, quanto de oportunidades e medidas de compensação apontadas; e o diálogo com a gestão pública.

Em alinhamento com as definições do Termo de Acordo e com a experiência da Diagonal, entende-se que as ações indicadas para a compensação sociourbanística podem contribuir com o desenvolvimento dos territórios, indo além da gestão de impactos. Nessa perspectiva, algumas estratégias foram adotadas para nortear a análise, com vistas a mapear fragilidades e impactos e, também, apresentar temas prioritários e proposições de investimento:

- entender o foco do Diagnóstico e das medidas de compensação sociourbanística do PAS como sendo impactos e medidas de natureza coletiva voltadas a populações e territórios relacionados direta ou indiretamente ao tema do trabalho;
- analisar e propor territórios considerados como estratégicos dentro dos NF analisados, na perspectiva de consolidar diagnóstico e intervenção de caráter socioterritorial com maior impacto;
- trabalhar com o conceito da integração de políticas sociais e políticas urbanas, o que amplia a efetividade das intervenções na perspectiva socioterritorial;
- buscar integrar as perspectivas dos diferentes atores na consolidação da leitura da realidade e das propostas de intervenção.

Assim, tem-se a abordagem de cada eixo temático considerando inicialmente a leitura diagnóstica setorial com suas diretrizes de intervenção. No capítulo final deste documento, apresenta-se o conjunto de diretrizes propostas para nortear o debate acerca da priorização de investimentos do PAS pelas partes do Acordo.



# 2. Caracterização Socioterritorial

Este capítulo apresenta uma caracterização socioeconômica e territorial preliminar e abrangente do município de Maceió (NF4). O objetivo é fazer uma aproximação sobre as principais características socioeconômicas, físicas e de ocupação do território, a partir de indicadores sintéticos, sendo o ponto de partida para apreender a realidade do município.

Subdivide-se em quatro itens. O primeiro foca nas características físicas do território e de como se dá a ocupação desse território, considerando as condições socioeconômicas da população. O segundo traz uma aproximação do NF1, apresentando a importância dessa área no contexto do município e uma abordagem prévia dos principais impactos decorrentes da subsidência. Também são trazidas algumas informações sobre as características da população realocada.

O terceiro item apresenta dados sobre a característica sociodemográfica dos Núcleos Focais 2, 3 e 4, com projeções demográficas que irão basilar outras análises no decorrer do Diagnóstico. Baseou-se em grande medida nas informações do Censo 2010 (IBGE), do Atlas da Vulnerabilidade Social no Brasil (IPEA) e do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD Brasil, IPEA e FJP). A forma adotada para a elaboração da projeção demográfica consistiu na utilização dos componentes de crescimento demográfico para a realização de uma projeção tendencial e de um ajuste, a partir do resultado de uma projeção econômica independente. A projeção econômica forneceu o estoque e o ritmo de criação de postos de trabalho, de modo que é possível compará-los com a oferta de mão de obra local. A partir dessa comparação, estimou-se o saldo migratório futuro, ajustando a projeção demográfica tendencial e produzindo um cenário no qual se incorpora o impacto dos investimentos sobre o território.

Por fim, o quarto item traz informações sobre o destino das famílias após a realocação. Considerando os dados oriundos da pesquisa do Programa de Acompanhamento Social Continuado dos Assistidos do PCF (pesquisa pós-compensação), são apresentados, dentre outros, os dez bairros de Maceió que mais concentraram as mudanças definitivas. Também foi calculada uma avaliação preliminar do impacto demográfico da realocação segundo estimativa elaborada por projeção a partir de dados censitários.

Aprofundamentos das análises e das informações serão apresentados nos capítulos seguintes, do 3 ao 6.

## 2.1 Panorama territorial

Este item traz uma visão geral da cidade de Maceió no que diz respeito aos seus aspectos físico territoriais, de forma abrangente, apresentando os marcos ambientais e as formas de urbanização, além de abordar a dimensão espacial dos aspectos sociais. Trata-se de um *panorama territorial* introdutório que antecipa e comenta alguns elementos que serão tratados particularmente no Capítulo 5 que trata do eixo temático *Qualificação Urbana e Ambiental*. O propósito é de oferecer uma visão geral sobre a cidade, e os Núcleos Focais aqui definidos, destacando aspectos que foram identificados e articulados no processo de elaboração do Diagnóstico e que foram decisivos para fundamentar uma análise integrada e subsidiar as

diretrizes que se encontram ao final deste documento. Uma série de mapas temáticos conduzem esta síntese introdutória abordando aspectos da configuração ambiental, da morfologia urbana, dos padrões sociourbanísticos e da dinâmica urbana.

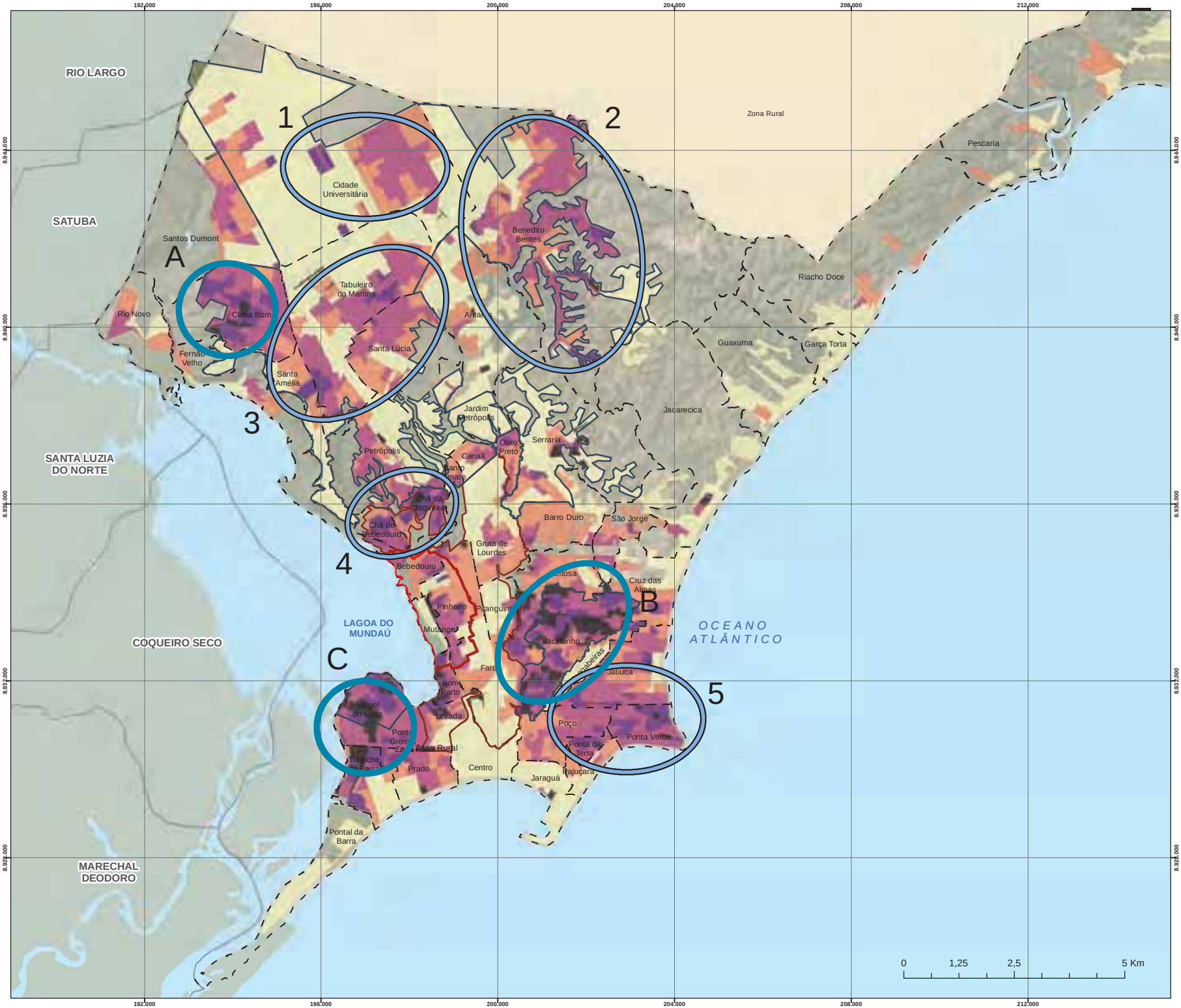
O município de Maceió tem 509 km$^2$ e 39% do território municipal são definidos como *Área Urbana*, conforme seu Plano Diretor (lei municipal nº 5.486/2005), o que constitui cerca de 20 mil hectares. Ainda assim, a *Área Urbana* inclui grandes glebas passíveis de parcelamento, mas também áreas inadequadas à urbanização. Dentro desta zona legalmente definida como *urbana* (passível de urbanização) é possível identificar uma área efetivamente *urbanizada*, parcelada e predominantemente ocupada, que totaliza 11 mil ha ou 55% da zona urbana (e apenas 21% do território municipal).

A estimativa de *área urbanizada* é considerada aqui como um referencial relevante para orientar as análises relativas aos espaços com efetivo caráter urbano, excluindo-se as terras delimitadas legalmente como *zona urbana*, mas que não abrigam loteamentos ocupados, edificações ou atividades urbanas, constituindo-se apenas como vazios periféricos. Essa área foi calculada com base em uma leitura combinada da área urbanizada delimitada pelo IBGE (2015) e da fotointerpretação realizada sobre imagens de satélite disponibilizadas no aplicativo Google Earth, que são mais recentes. A partir dessa delimitação, a visão sobre a ocupação urbana e a distribuição da população se mostra mais precisa, permitindo uma leitura comparativa entre localidades diversas da cidade, como pode ser vista no Mapa 2 .

O mapa também apresenta a densidade populacional, do Censo 2010, com um recorte dos setores censitários contemplando apenas seus trechos urbanizados, onde podem ser identificadas as áreas mais intensamente povoadas, retratando com mais fidelidade a ocupação da cidade.

Três regiões se destacam com maior concentração populacional em 2010: trecho do bairro Clima Bom, a noroeste (letra A, no Mapa 2); o bairro do Jacintinho (B); e o trecho que envolve o Vergel do Lago e alguns vizinhos (C) – sendo estes três bairros citados integrantes do NF3. Outras áreas mais concentradas também se evidenciam, com menor intensidade: trecho do bairro Cidade Universitária (numeral 1, no Mapa 2); partes do Benedito Bentes, descontínuas em função do relevo local (2); partes do Tabuleiro do Martins e Santa Lúcia (3) – bairros estes também integrantes do NF3 -; trechos dos bairros de Chã da Jaqueira e Chã de Bebedouro (4) – bairros integrantes do NF2; e parte da planície costeira que envolve Ponta Verde, Jatiúca e Ponta da Terra. O Censo 2022 deverá trazer novos dados sobre esta distribuição populacional.

Esta leitura inicial já evidencia fatores que serão importantes na identificação de territórios estratégicos para a implementação do Plano de Ações Sociourbanísticas.




# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

**MACEIÓ - ALAGOAS**

## LEGENDA

**Densidade Populacional (hab/ha) ***

**IBGE, 2010**

- 0 - 50
- 50 - 100
- 100 - 200
- 200 - 300
- 300 acima

*Área efetivamente urbanizada dos setores censitários, a partir de fotointerpretação.

**Concentrações Populacionais**

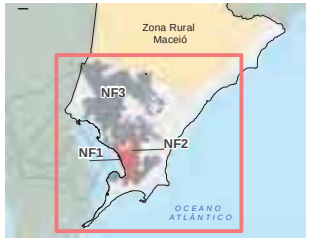
- Áreas A, B e C : áreas com maior densidade populacional
- Áreas 1 a 5 : outras áreas de destaque na densidade populacional

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




## NF4 MACEIÓ, DENSIDADE POPULACIONAL, ZONA URBANA E ÁREA EFETIVAMENTE URBANIZADA

Mapa 02

**Fonte dos Dados:**

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

**Notas:** Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: |
|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 |

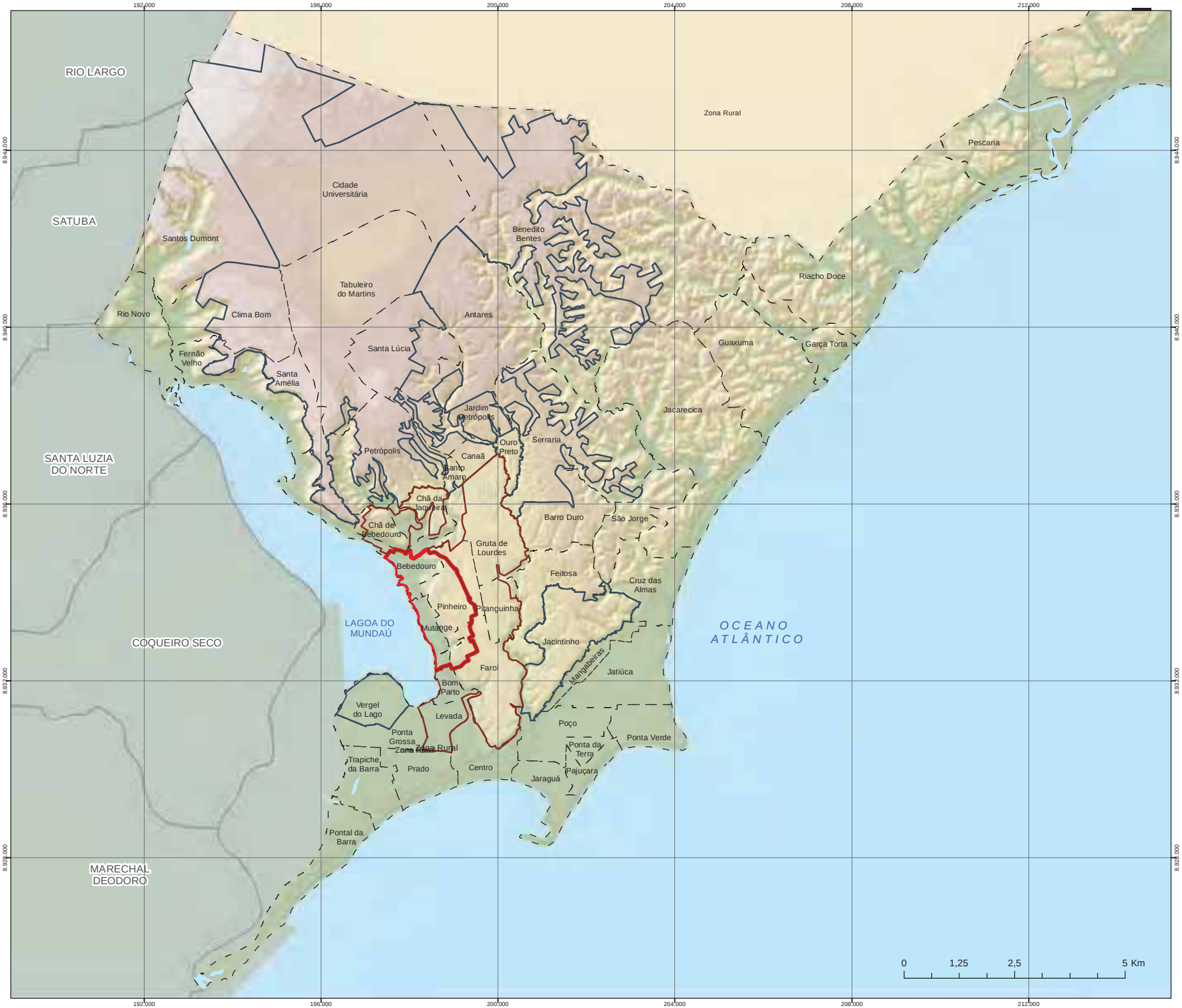
Diagonal

O território da cidade tem áreas com características ambientais distintas, ressaltando-se o contraponto entre a *planície costeira* e os *tabuleiros* – estes últimos como parcelas mais elevadas e planas, com altitude a partir de 40 metros. Entre essas áreas destaca-se uma transição marcada por *grotas* – encostas e cursos d'água que constituíram elementos fundamentais na identificação de áreas propícias ou não à urbanização, ao longo do processo de formação da cidade. O Mapa 3 e a Mapa 4 apresentam estas feições do sítio natural de Maceió, contrapostas à sua configuração urbana. Estes aspectos serão descritos no item 5.2, mais adiante, dedicado ao meio ambiente, e afetam as análises de todas as temáticas da dimensão urbanística.

O Mapa 3 – hipsométrico, representa as variações de altitude, em relação ao nível do mar, oferecendo uma leitura rápida de um dos elementos marcantes da paisagem urbana de Maceió, que reside no contraponto entre planície e tabuleiros.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

**Elevação (m)**

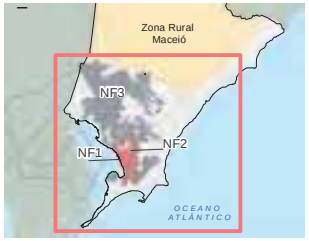
- 1 - 10
- 10 - 20
- 20 - 30
- 30 - 40
- 40 - 50
- 50 - 60
- 60 - 70
- 70 - 80
- 80 - 90
- 90 - 100
- 100 - 114

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




## NF4 MACEIÓ, HIPSOMETRIA DA ÁREA URBANA

Mapa 03

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

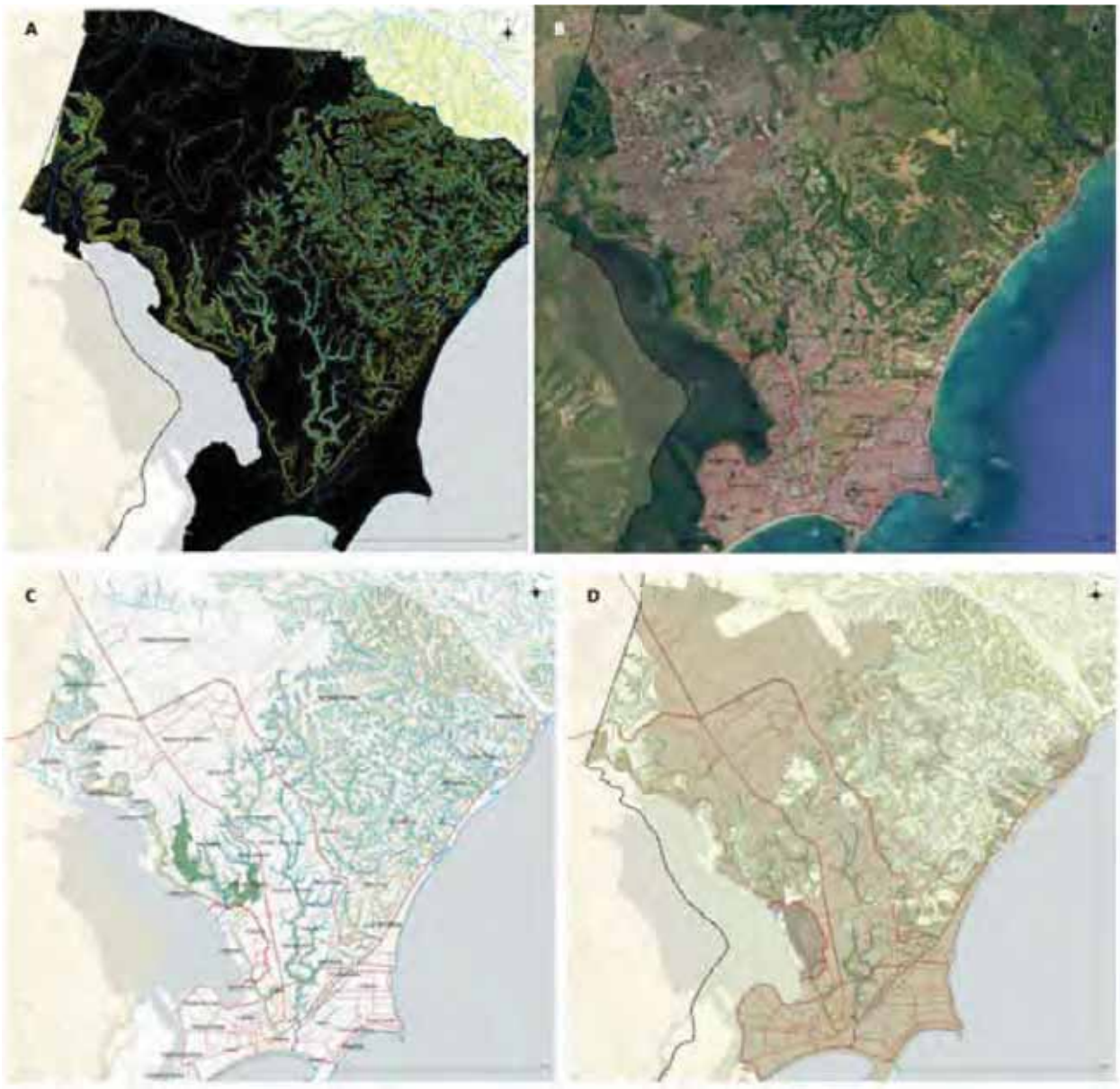
Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: |
|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 |

Diagonal

A escolha de algumas das inúmeras formas possíveis de representação dos contrastes desta configuração do sítio natural de Maceió ajuda a visualizar a maneira como esses marcos naturais atuam como elementos indutores e orientaram o processo de urbanização, liberando espaços ou impondo obstáculos – como pode ser visto no contraponto das quatro imagens da Figura 5. O traçado das curvas de nível e cursos d'água revela as *grotas* e evidencia as áreas planas das partes alta e baixa da cidade, que foram urbanizadas em padrões predominantemente formais. Parte das encostas, na transição entre aquelas áreas altas e baixas foram o território de uma urbanização informal, de traçado espontâneo e infraestrutura precária.

**Figura 5. Sítio natural e urbanização de Maceió**




"A" representa em destaque, contrastando com o fundo preto, os riachos e as curvas de nível que revelam as áreas de encostas (grotas); "B" exibe imagem similar a uma fotografia onde se sobressai o verde das áreas mais vegetadas em parte das grotas e vales – aqueles menos alterados pela urbanização; "C" retoma curvas de nível e cursos d'água em contraponto com a malha viária principal; "D" destaca, na mesma base anterior, a mancha correspondente à área urbanizada (marrom)
Fonte: Prefeitura Municipal de Maceió. Elaboração: Diagonal, 2021.

Na linguagem cotidiana de Maceió, a expressão *grotas*, que originalmente retrata uma característica física da geografia do lugar, foi se transformando num sinônimo de *exclusão social*, *favela*, quando passou a representar uma forma de ocupação urbana, nas encostas e vales, marcada pela moradia precária construída para responder às demandas urgentes de uma população vulnerável, como será visto mais adiante. As quatro imagens retratam o mesmo território utilizando-se de diferentes recursos gráficos que ressaltam distintas características do sítio natural e seu processo de urbanização.

É nesse território de contrastes que os loteamentos da cidade moderna, não planejada, do século XX vão se somando para expandir a área urbanizada mais antiga, modelando uma malha viária e um mosaico de quadras e lotes que se encaixam e se adaptam às feições do sítio natural. Esse traçado, que é discutido nos itens Espaços públicos e desenho urbano5.4 e 5.5, tem formas, dimensões e proporções diversificadas e se relaciona com a dinâmica urbana, a oferta de infraestrutura e serviços e a ocupação desses espaços por diferentes segmentos sociais – expressando não somente mudanças nas *formas*, mas também na *vitalidade* dos lugares e nos padrões de qualidade de vida da população que ali habita. Desse modo, o traçado é um dos elementos orientadores das análises de toda a dimensão urbanística e influencia a leitura da dimensão socioeconômica. Os dois mapas esquemáticos da Figura 6, exibem o traçado viário e as quadras que constituem os principais trechos urbanizados de Maceió. Mais uma vez o mesmo território é apresentado em duas imagens com diferentes recursos gráficos para enfatizar aspectos singulares da ocupação urbana.

**Figura 6. Malha viária e padrões de parcelamento urbano de Maceió**



Fonte: Prefeitura Municipal de Maceió. Elaboração: Diagonal, 2021.

A diversidade das formas no traçado e no parcelamento urbano também se manifesta nas tipologias de seu conjunto construído e modela as diferentes paisagens urbanas de Maceió. E,

mais uma vez, espelha também a diversificação dos perfis sociais – como em todas as grandes cidades brasileiras. A Figura 7 apresenta alguns elementos dessa diversidade que serão abordados no capítulo 5 dedicado ao *Eixo 3: Qualificação urbana e ambiental*.

**Figura 7. Diversidade na paisagem e padrões urbanos de Maceió**




"A" retrata a orla marítima, área que concentra moradia e serviços turísticos; "B" vista tomada do bairro do Farol exibe o Centro e Jaraguá, origens da cidade com sua área portuária ao fundo, revelando também o contraponto entre planície e tabuleiros; "C" e "D" contrapõem a dinâmica do centro principal, já com intervenções de ordenamento, e centralidade de bairro periférico, dinâmica e diversificada; "E" retrata a ocupação às vezes intensa das grotas, com seu conjunto edificado informal; "F" exibe as novas tipologias dos conjuntos habitacionais das periferias mais distantes.
Fonte: Diagonal, 2021.

A análise territorial conjuga os marcos ambientais e aqueles relativos às formas do espaço urbano construído. Mas também precisa representar uma síntese dos marcos espaciais relativos aos sujeitos sociais e seus padrões de vida. A expressão territorial dos contrastes sociais, por meio de mapas temáticos, é uma forma de sintetizar os níveis de desigualdade social que são marcantes em Maceió – como nas demais grandes cidades do país. Para uma caracterização geral, foram adotados aqui quatro indicadores básicos que podem expressar tais diferenças sociais no espaço da cidade:

- A renda da pessoa responsável pelo domicílio, que retrata a condição econômica tomada na escala do setor censitário – o que permite uma leitura no nível de vizinhança, ou de um conjunto de quadras urbanas – com dados do Censo 2010, tempo já distante, mas que é o dado possível no momento, considerando que ainda se aguarda a publicação dos dados detalhados do Censo 2022;
- O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS, IPEA, 2015), que conjuga dados variados – de infraestrutura urbana, capital humano e renda, com base no Censo 2010, mas também balizado por dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, IBGE), de anos mais recentes – e se propõe a facilitar a identificação daquelas áreas sujeitas a condições mais críticas de qualidade de vida na escala das Unidades de Desenvolvimento Humano, que agrega setores censitários, também permitindo uma visão de escala de vizinhança, na subdivisão de bairros;
- Os padrões da Tipologia Intraurbana do IBGE (2017), que estabelece um conjunto de critérios combinados para definir um indicador síntese que classifica padrões de urbanização e qualidade de vida. A metodologia combina a renda, saneamento, educação e condições da moradia, entre outras variáveis, em uma escala territorial baseada nas áreas de ponderação do Censo 2010;
- A identificação de áreas urbanas vulneráveis, combinando-se o mapeamento dos Aglomerados Subnormais do IBGE (2019), das Grotas, pelo programa da ONU-Habitat e Governo de Alagoas, e das áreas de risco, pela Defesa Civil Municipal, Prefeitura de Maceió.

O primeiro mapa temático (Mapa 4) exibe a renda média da pessoa responsável pelo domicílio (IBGE, 2010), enquanto o segundo (Mapa 5) apresenta o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS (IPEA, 2015). O mapeamento foi aplicado no recorte de setores censitários reduzidos à área efetivamente urbanizada, para facilitar a leitura territorial de escala mais local, e sobre ele foi também lançada a delimitação dos Núcleos Focais 2 e 3, que constituem marcos territoriais relevantes deste Diagnóstico.

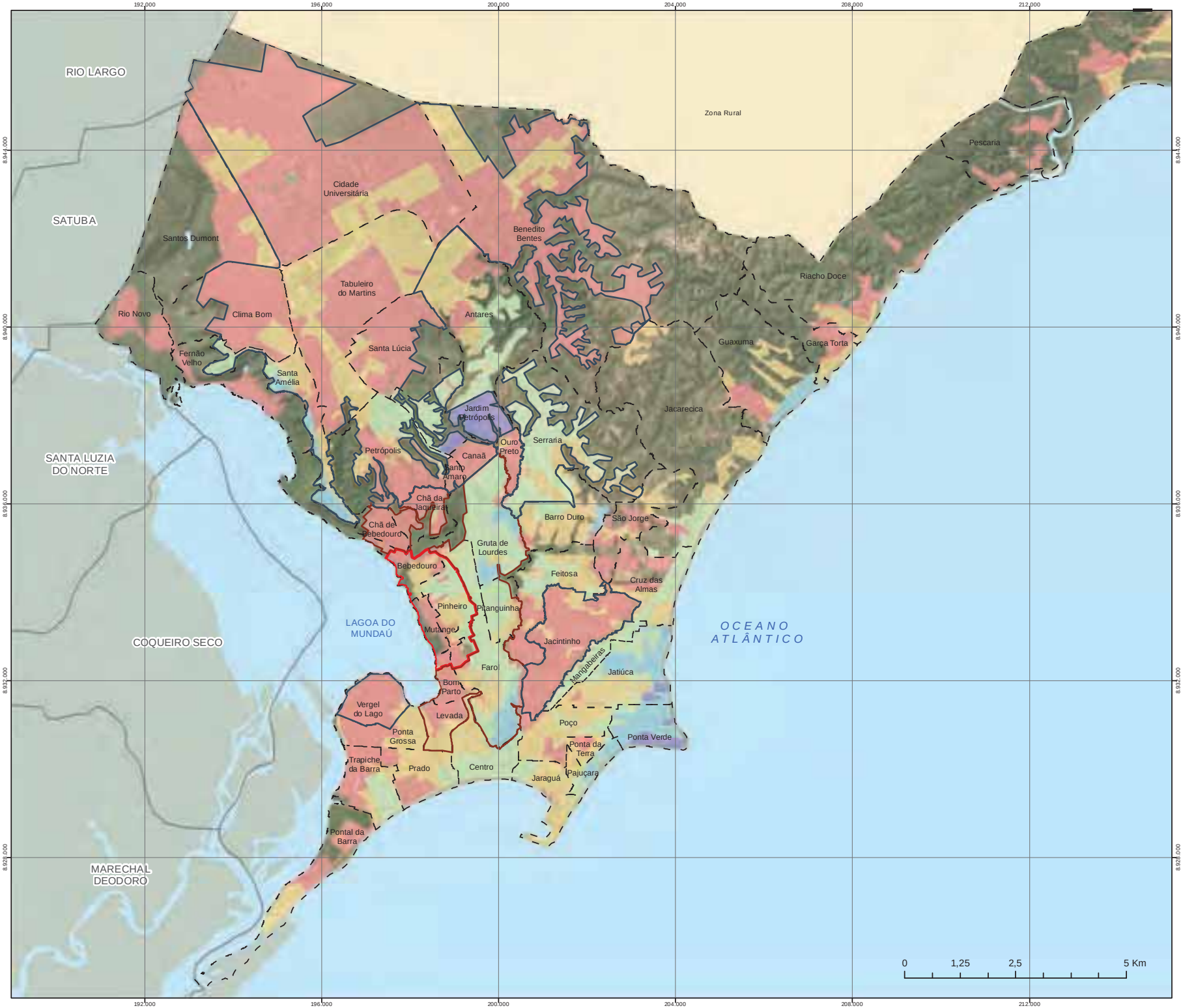
A comparação dos dois mapas possibilita reafirmar, com critérios diferentes, a identificação de áreas com melhores e piores condições em termos de qualidade de vida. Para apontar aquelas áreas mais vulneráveis, ressalta-se a localização dos polígonos vermelhos e, de forma complementar os alaranjados, nos dois mapas, que exibem algumas concentrações mais evidentes:

- quase toda a região norte da cidade;

- uma região intermediária, que abrange o bairro de Jacintinho e seu entorno, marcado pela ocupação urbana entre tabuleiros e grotas;
- ao longo das margens da lagoa Mundaú, onde se destaca o bairro do Vergel e seus vizinhos, e Bom Parto, Mutange, Bebedouro, estendendo-se até Fernão Velho.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

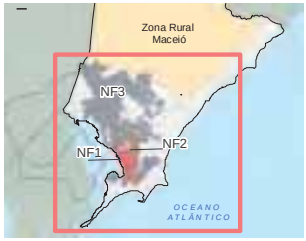
Renda m dia mensal da pessoa responsável pelo domic lio

- R$ 100,00 - R$ 1.000,00
- R$ 1.000,00 - R$ 2.200,00
- R$ 2.200,00- R$ 4.200,00
- R$ 4.200,00 - R$ 7.200,00
- R$ 7.200,00 - R$ 11.500,00

*Área efetivamente urbanizada dos setores censitários, a partir de fotointerpretação.

Núcleos Focais
- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana
- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




NF4 MACEIÓ, RENDA M DIA MENSAL DA PESSOA RESPONSÁ EL PELO DOMICÍLIO (IBGE)

Mapa 04

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

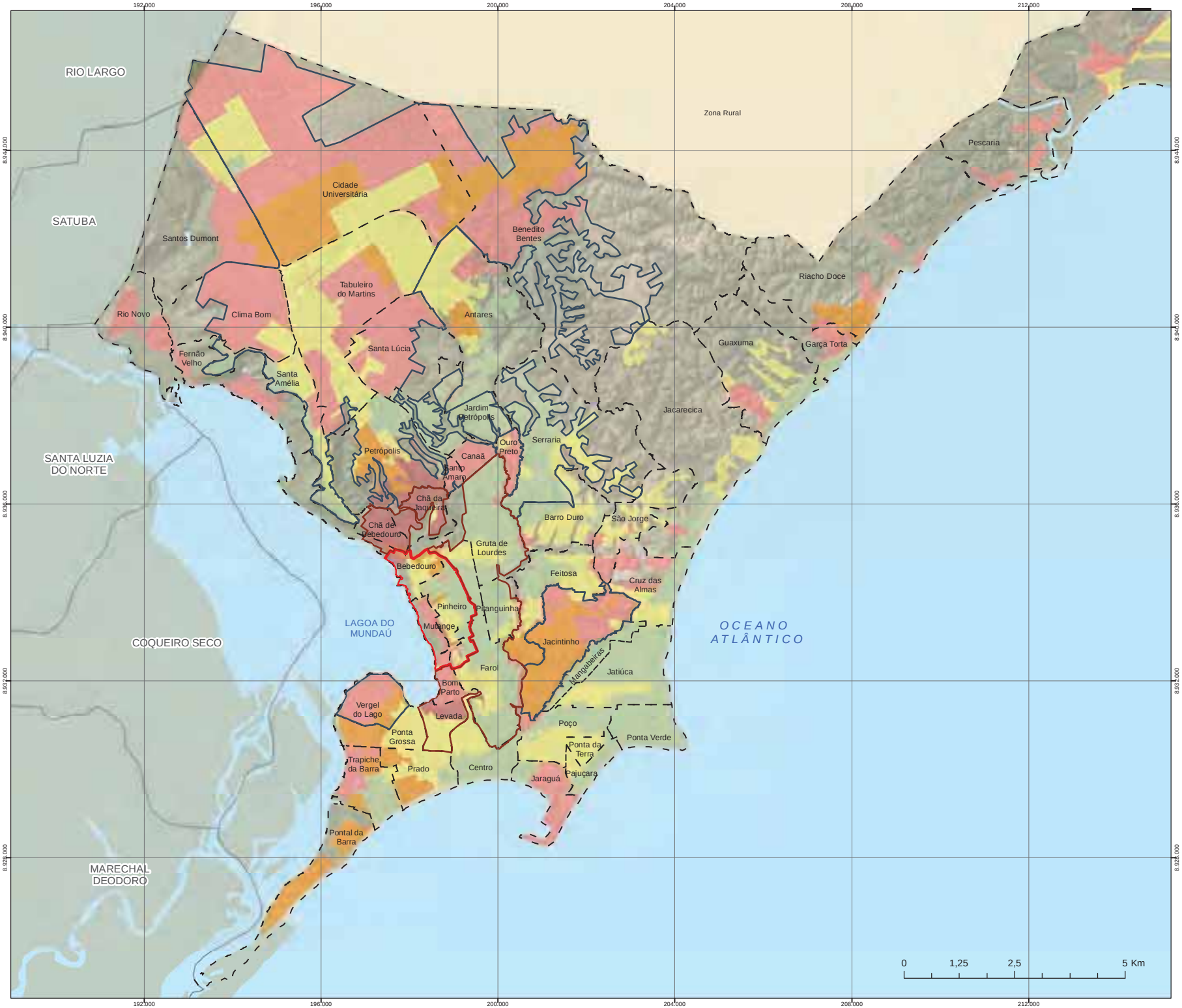
Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: |
|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 |

Diagonal

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

Índice de Inerabilidade Social - I S

- 0 - 0,2 Muito Baixa
- 0,2 - 0,3 Baixa
- 0,3 - 0,4 Média
- 0,4 - 0,5 Alta
- 0,5 - 0,61 Muito Alta

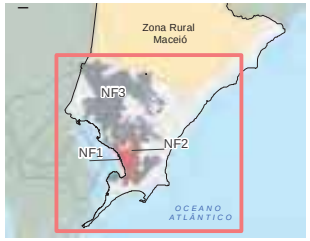
*Área efetivamente urbanizada dos setores censitários, a partir de fotointerpretação.

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




NF4 MACEIÓ, ÍNDICE DE ULNERABI-LIDADE SOCIAL (I S, IPEA)

Mapa 0

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS), IPEA, 2015

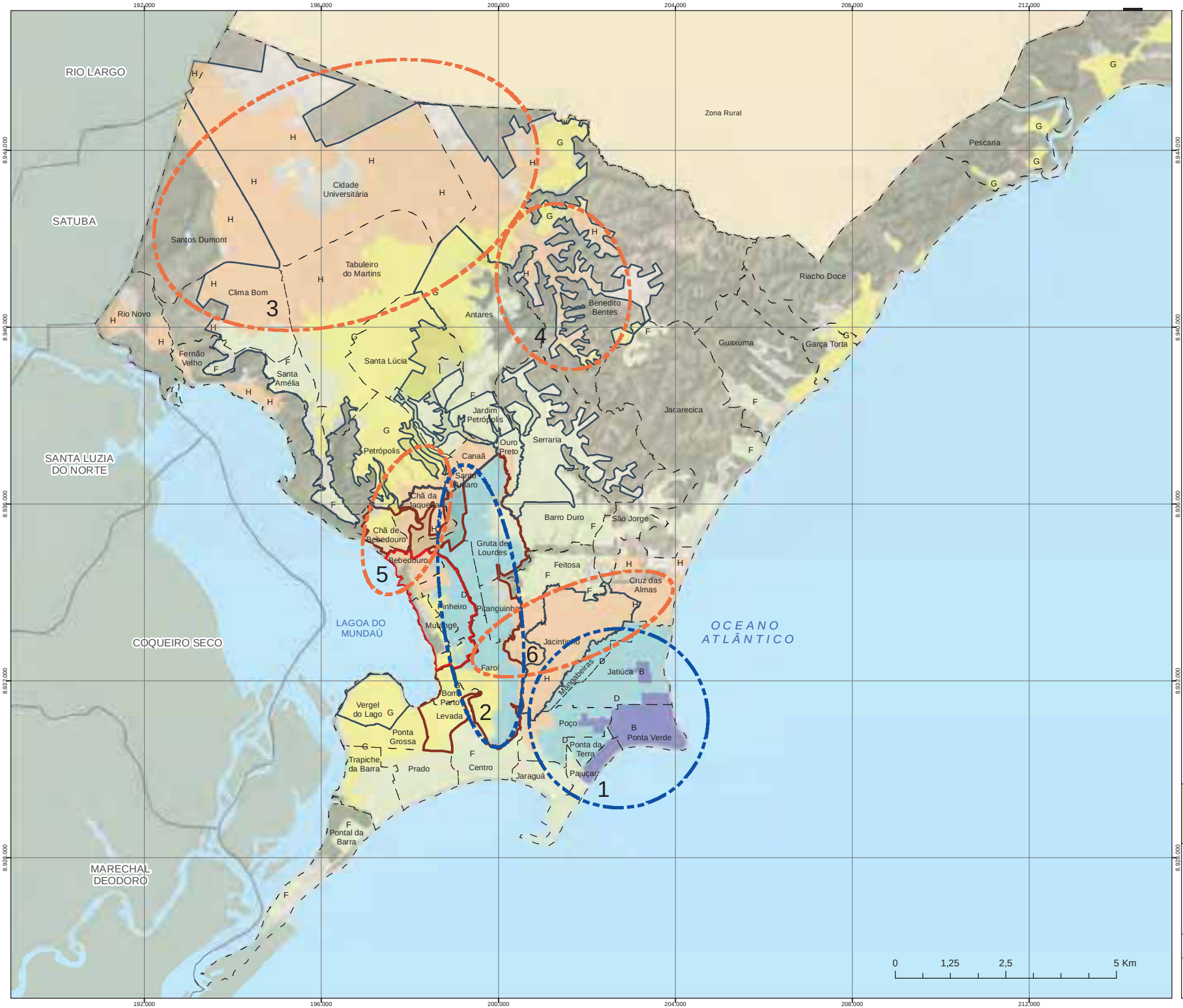
Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: | |
|---|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 | Diagonal |

O terceiro mapa temático (Mapa 6), a partir de outra interação de variáveis, apresenta o indicador de diferenciação socioeconômica nas condições de vida proposto pelo IBGE no estudo da Tipologia Intraurbana (2017). O resultado para Maceió reafirma os padrões da espacialização observada na figura anterior, mas agora expressos de uma forma mais agregada em territórios mais extensos.

O padrão de classificação mais elevado em Maceió está no tipo B, enquanto o pior padrão na cidade está no tipo H – considerando a classificação geral que varia de A a K para todos os grandes centros urbanos do país. Os dois melhores padrões da cidade – tipos B e D (não há o tipo C em Maceió) – encontram-se na região da orla, com os bairros de Ponta Verde, Pajuçara, Jatiúca, Ponta da Terra, Poço e Mangabeiras (identificada pelo numeral 1, no Mapa 6) e nas áreas de entorno da Avenida Fernandes Lima (2), com trechos dos bairros do Farol, Pinheiros, Pitanguinha e Gruta de Lourdes, onde se concentram as principais atividades do mercado turístico e onde os valores imobiliários estão entre os mais elevados da cidade, como será discutido no capítulo 5.1.

Dentre os espaços da cidade com a pior classificação, podem-se destacar quatro grandes blocos: aquele que abrange substancial parcela da região norte da cidade (3 e 4, no Mapa 6), incluindo os bairros de Clima Bom, Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins e Benedito Bentes – este último com um segmento peculiar, que exprime as sensíveis relações entre áreas urbanizadas e grotas (4); o trecho que inclui os bairros de Bebedouro, Chã de Bebedouro e Chã da Jaqueira, e também Santo Amaro e Canaã (5); e a região que engloba o Jacintinho e parte dos bairros do Feitosa, Poço e Cruz das Almas (6).




# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

## LEGENDA

Padrões de Urbani ação Tipologia

- B
- D
- F
- G
- H
- J

Concentração

- Áreas que concentram os padrões mais elevados
- Áreas que concentram os padrões mais baixos, em Maceió

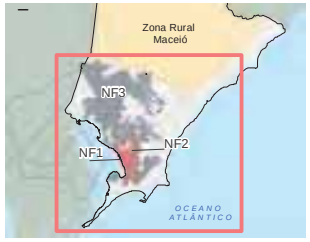
*Área efetivamente urbanizada dos setores censitários, a partir de

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




## NF4 MACEIÓ, PADRÕES DE TIPOLOGIA INTRAURBANA (IBGE)

Mapa 06

Fonte dos Dados:
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
TIPOLOGIA INTRAURBANA (IBGE, 2017)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

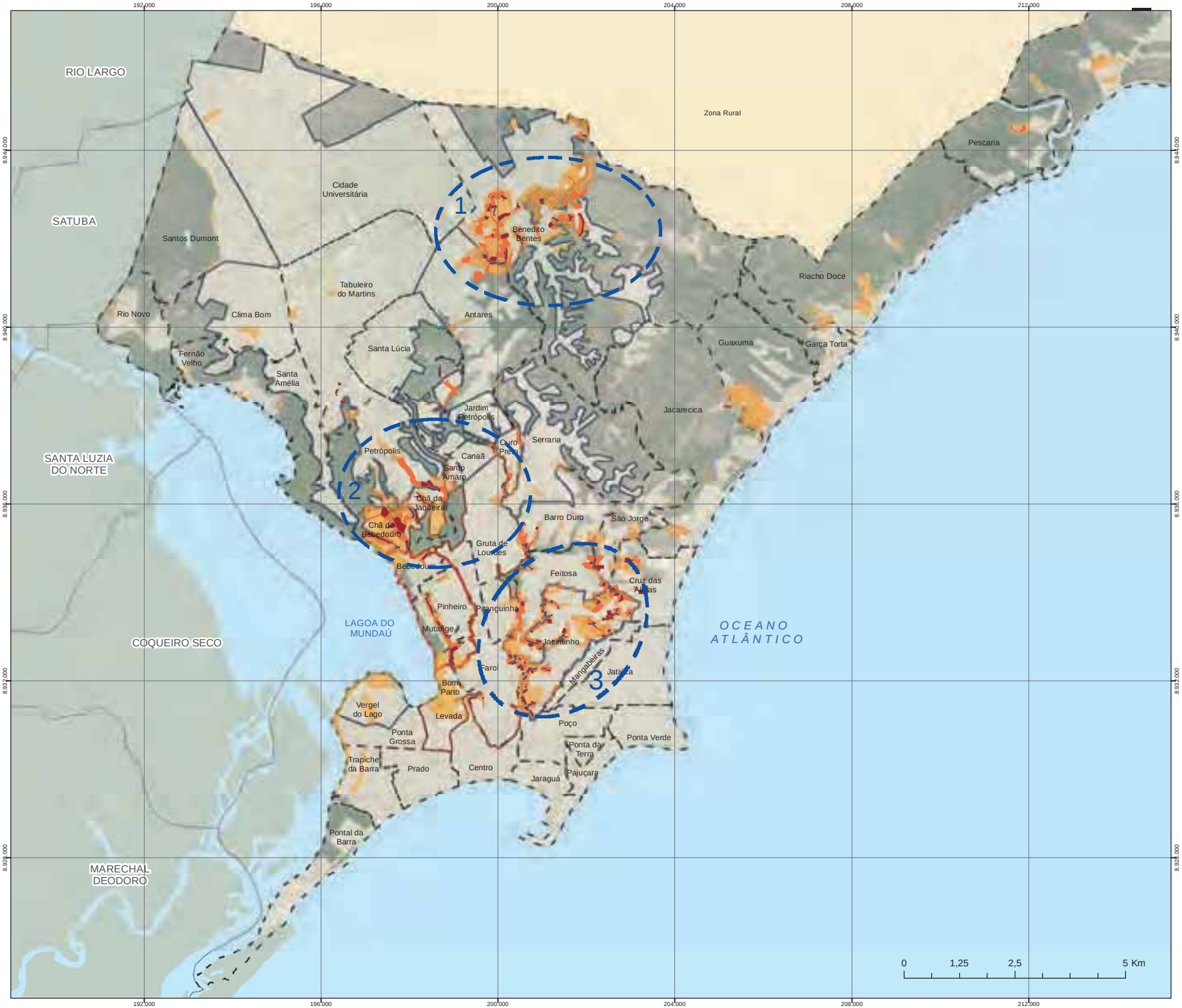
| Informações Cartográficas: | Data: | |
|---|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 | Diagonal |

O quarto mapa temático (Mapa 7) aborda espaços mais fragmentários, mas também mais críticos em termos de padrões de urbanização e qualidade de vida.

Essas áreas urbanas vulneráveis foram demarcadas em momentos diversos e sob critérios igualmente distintos, mas cada um fundamentado numa metodologia orientada a propósitos específicos. Não se pretende aqui discutir os parâmetros adotados, mas apenas utilizar as informações de forma sobreposta, de modo a obter uma mancha geral que permita sugerir áreas que possuem algum grau de vulnerabilidade relacionada ao sítio onde se situam, em termos ambientais, ou à forma de produção de moradia e urbanização e seus eventuais riscos.

A ilustração principal do Mapa 7 apresenta três classificações provenientes de distintas fontes de informação. Os aglomerados subnormais do IBGE são resultado de um mapeamento recente, integrado às metodologias do Censo populacional 2022 que está sendo tardiamente estruturado. São 216 assentamentos que totalizam 1,2 mil hectares – o que representa 11% da área urbanizada de Maceió. O mapeamento das grotas foi parte da metodologia de trabalho do programa *Vida nova nas Grotas*, conduzido há alguns anos pela ONU-Habitat em parceria com o governo estadual. Foram mapeadas 100 grotas, representando uma área de mais de 750 hectares. Da Defesa Civil Municipal foram utilizados os registros das áreas de risco, selecionando-se apenas aquelas classificadas como de risco alto e risco muito alto.

O conjunto de áreas que foi identificado no Mapa 7 com o numeral 1 corresponde a parte expressiva da área urbanizada do bairro de Benedito Bentes e alerta para a condição ambientalmente frágil daquela região, marcada pelo contraponto entre tabuleiros e grotas. O trecho identificado pelo numeral 2 abrange ampla parcela do bairro de Chã de Bebedouro e, em menores proporções, Bebedouro, Chã da Jaqueira, Petrópolis e Santo Amaro. O trecho 3 contempla principalmente o bairro do Jacintinho, e representa, em sua maior parte, áreas de *grotas* do chamado Vale do Reginaldo.




# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

## LEGENDA

**Áreas Urbanas Ineráveis**

Aglomerados S bnormais (IBGE) e Grotas (ONU - Habitat)

- Aglomerados Subnormais
- Grotas

Defesa Civil M nicipal

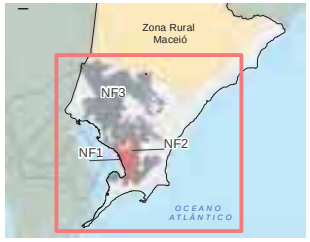
- Áreas de Risco Muito Alto
- Áreas de Risco Alto
- Agrupamento de Áreas Vulneráveis

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Área Urbanizada
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




## NF4 MACEIÓ, ÁREAS URBANAS ULNERÁ EIS

Mapa 0

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019) MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019); AGLOMERADOS SUBNORMAIS (IBGE, 2019); MAPEAMENTO DE GROTAS (ONU-HABITAT E GOVERNO DE ALAGOAS, 2019); ÁREA DE RISCO (DEFESA CIVIL MUNICIPAL, 2014); BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: |
|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 |

Diagonal

Para trazer elementos relativos à *dinâmica urbana* o mapa temático a seguir (Mapa 8) apresenta a sobreposição dos equipamentos urbanos públicos – nas áreas de educação, saúde e assistência social – com as praças ou espaços livres e uma seleção ampla de empresas do setor de varejo e serviços, que podem demonstrar a dinâmica dos negócios locais. Os aspectos relativos à rede de equipamentos públicos serão abordados no Capítulo 3 e aspectos da dinâmica urbana no Capítulo 5, com interfaces com o Capítulo 4.

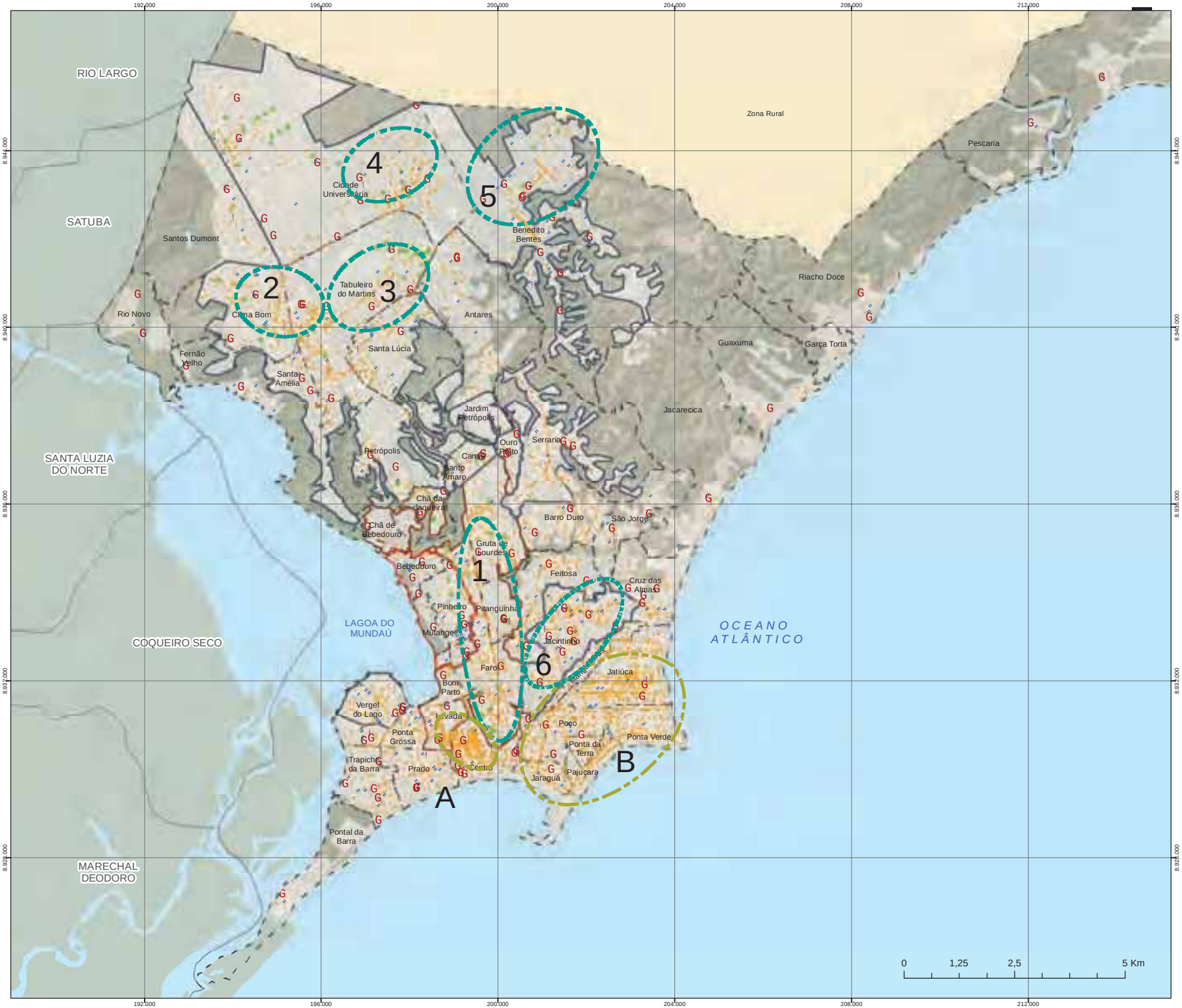
A presença conjugada de equipamentos públicos com atividades econômicas oferece evidências de maior dinâmica urbana, porque promove maior circulação de pessoas, constrói polos que fazem convergir fatores positivos, em termos de vitalidade e disponibilidade de serviços para sua vizinhança ampliada, embora também possa trazer elementos negativos como trânsito intenso e, em alguns casos, degradação urbana, especialmente na ausência de fiscalização e controle urbano.

Considerando-se a leitura do Núcleo Focal 2, essa dinâmica está muito concentrada no eixo urbano da Av. Fernandes Lima (elipse com numeral 1 no Mapa 8), mas houve alterações significativas com a desativação de uma centralidade local muito dinâmica no Bebedouro, como será abordado nos capítulos citados. Para o Núcleo Focal 3 a presença de áreas com expressiva dinâmica urbana é bem mais diversificada – até pela sua maior extensão. No Mapa 8, as elipses 2 a 6 representam importantes centros locais – Clima Bom (2), Tabuleiro do Martins e Santa Lúcia (3), Cidade Universitária (4), Benedito Bentes (5) e Jacintinho (6) -, mais dinâmicos e consolidados, ou em processo de formação e expansão. Estas centralidades poderão se fortalecer com o processo mais concentrado de migração de famílias, apontado no item 2.4. Mas o incremento na demanda também chama a atenção para a necessidade de melhoramento na capacidade de oferta de infraestrutura e serviços e na gestão urbana.

Numa escala abrangente da cidade, NF4, destaca-se a elipse A, onde se concentram atividades de comércio e serviços dos bairros do Centro e Jaraguá, e a elipse B que demarca uma região de ocupação mais recente, se comparada ao Centro, onde há outra concentração de comércio e serviços combinada com ocupação residencial densa de população de renda mais elevada.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS



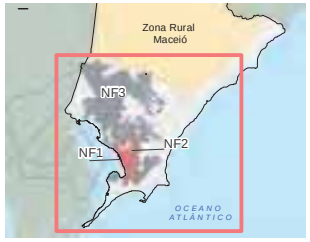

## LEGENDA

E ipamentos Públicos
- G Saúde
- ! Assistência Social
- Educação
- ! Principais praças e espaços livres nos NF

Neg cios
- ! Empresas Varejo / Serviços
- Centros Locais nos NF
- Concentrações Comerciais Fora dos NF

Núcleos Focais
- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana
- Corpos d'água
- Área Urbanizada
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




NF4, MACEIÓ, EQUIPAMENTOS URBANOS, ATI IDADES ECON MICAS E ESPAÇOS LI RES

Mapa 08

Fonte dos Dados:
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
RECEITA FEDERAL (2021)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015);

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

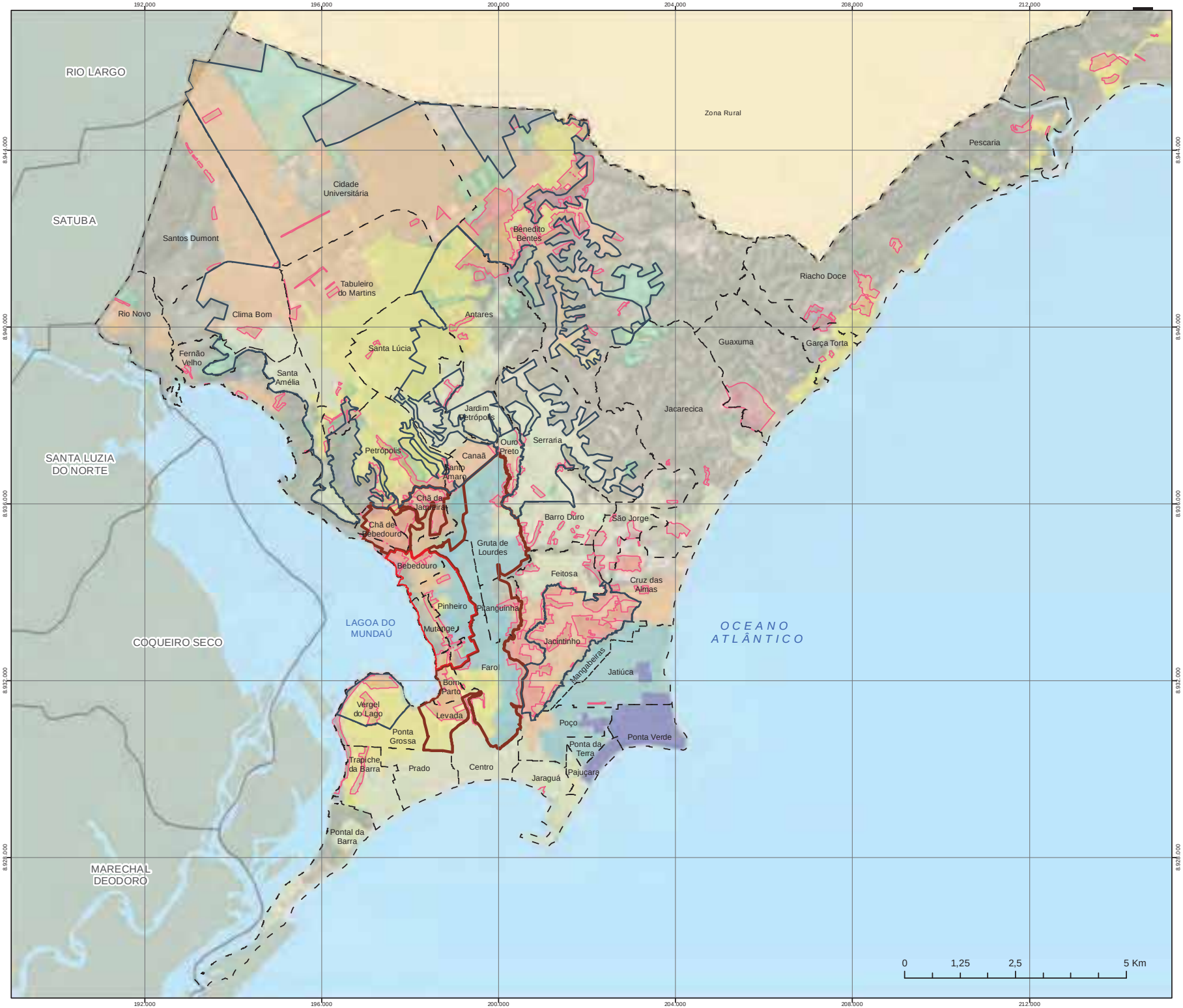
Explorando-se a sobreposição e comparação dos mapas temáticos apresentados é possível reafirmar o destaque de alguns dos territórios mais vulneráveis de Maceió, que podem ser considerados como uma referência espacial relevante nas tomadas de decisão a respeito do investimento em medidas de compensação social no Plano de Ações Sociourbanísticas. Tomam-se em consideração, nessa visão geral da cidade, introdutória, aspectos que são preexistentes à subsidência e aos impactos e efeitos decorrentes da realocação de famílias que podem redimensionar demandas sociais no território de Maceió. Esses fatores preexistentes representam uma fundamentação imprescindível na concepção de estratégias de compensação social que têm foco na cidade como um todo e sua população, ainda que com especial atenção para aquelas famílias mais diretamente afetadas pela subsidência e que estão migrando para outros bairros.

O último mapa temático deste item (Mapa 9) registra os principais elementos que foram discutidos neste tópico e ajuda a compreender o contexto geral assim como as especificidades que serão exploradas nos capítulos temáticos da dimensão urbanística, em particular. Na ilustração se retoma a síntese da gradação de padrões de qualidade da urbanização da cidade atual, com destaque para um conjunto de áreas críticas, mas também se introduz o resultado de uma leitura da cidade contemporânea com o mapeamento dos grandes conjuntos habitacionais realizados nos últimos dez anos, que podem influenciar nas tendências de transformação da cidade – e que certamente trarão novos dados para o Censo 2022, repercutindo na configuração de densidades populacionais e nas demandas por serviços urbanos.

Os estudos temáticos da dimensão urbanística partem dessa leitura contextual da cidade e exploram os potenciais efeitos da subsidência e da consequente realocação de famílias para toda a cidade – privilegiando os Núcleos Focais que foram apresentados anteriormente. Três aspectos dessas análises espaciais merecem destaque: as considerações sobre a dinâmica urbana, particularmente expressa na análise das centralidades dos bairros; as avaliações a respeito das redes de serviços públicos urbanos, nas quais se fundem as análises da dimensão socioeconômica com a dimensão urbanística; e a atenção conduzida aos espaços livres públicos. Na concepção de diretrizes, mais adiante, se verá como os mapas síntese relativos aos *territórios estratégicos*, que apontam para a seleção e priorização de lugares com maior potencial para investimentos em compensação social, tomam como base esta leitura territorial introdutória.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

Áreas Ineráveis

- Áreas Vulneráveis - Aglomerados Subnormais; Grotas e Áreas de Risco Alto e Muito Alto
- Conjuntos Habitacionais (2010/2020)

Padrões de Urbani ação Tipologia

- B
- D
- F
- G
- H
- J

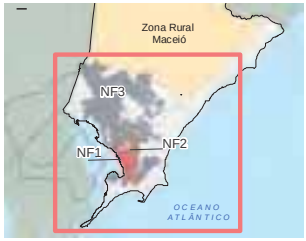
*Área efetivamente urbanizada dos setores censitários, a partir de fotointerpretação.

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




NF4 MACEIÓ, SÍNTESE PARA A ALIAÇ O DE ÁREAS RELE ANTES PARA O PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS

Mapa 09

Fonte dos Dados:
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019) MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019); TIPOLOGIA INTRAURBANA (IBGE, 2017); AGLOMERADOS SUBNORMAIS (IBGE, 2019); MAPEAMENTO DE GROTAS (ONU-HABITAT E GOVERNO DE ALAGOAS, 2019); ÁREAS DE RISCO (DEFESA CIVIL MUNICIPAL, 2014); BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

## 2.2 Núcleo Focal 1 (NF1) – Área de desocupação

Em 2018 houve um abalo sísmico no bairro Pinheiro, em Maceió, que produziu danos significativos, como fissuras, trincas e rachaduras em edificações, ruas e passeios em uma área expressiva do bairro, inclusive com a interdição de diversas moradias[11].

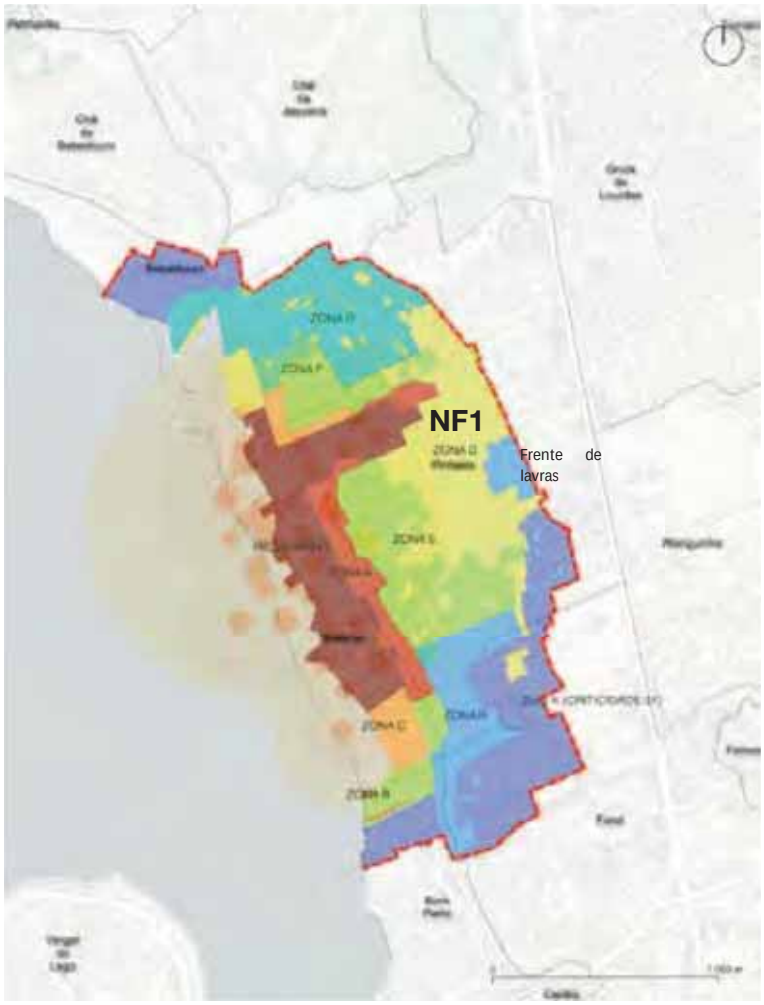
A equipe técnica do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) analisou uma série de hipóteses sobre a causa do abalo sísmico, chegando à conclusão de que as atividades de extração de sal-gema alteraram o estado de tensões resultando no colapso de minas e causando os processos de subsidência, como descrito no estudo sobre a instabilidade do terreno:

> *"Está ocorrendo desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema, provocando halocinese (movimentação do sal) e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro".* (CPRM, 2019, p. 39)

A atividade de extração de sal-gema na área é realizada pela empresa petroquímica Braskem e, no relatório da CPRM, esta foi indicada como responsável pela subsidência que implicou na desocupação de imóveis nos três bairros citados na nota e, posteriormente, também em partes de Bom Parto e Farol, totalizando cinco bairros com trechos considerados como área de risco (Figura 8).

[11] As análises sobre a subsidência foram extraídas do documento "Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL) – Relatório Síntese dos resultados nº 1", elaborado pela CPRM em abril de 2019.

**Figura 8. Localização das frentes de lavra e Mapa de Linhas de Ações Prioritárias, Versão 4 – Área de Desocupação - NF1**




Fonte: CPRM (2018) e Defesa Civil Municipal (2020). Elaboração: Diagonal, 2022.

Os cinco bairros que foram afetados pela subsidência espelham, de alguma forma, a própria cidade de Maceió. São territórios marcados por diversidade e exclusão – diversidade nas características do sítio natural, do conjunto construído e do perfil sociocultural de seus residentes e usuários; e exclusão, em especial, nos níveis extremos de baixa qualidade de moradia em alguns setores.

O indicador de diferenciação socioeconômica nas condições de vida proposto pelo IBGE no estudo da Tipologia Intraurbana (2017), apresentado na seção anterior, ratifica esta análise, apontando uma variação nos padrões de espacialização da cidade de Maceió entre “B” e “H”, contraste este que também se verifica na região dos bairros afetados.

Na condição de *espelho* da cidade, os bairros afetados apresentavam uma parcela de áreas consideradas Aglomerados Subnormais (IBGE), outras regiões em áreas de risco, encostas e/ou áreas sujeito alagamento, e também tinha territórios de padrão urbano mais elevado, como a região do Farol e Pinheiro, além de uma região intermediária no Bebedouro, conforme Figura 9.

**Figura 9. Tipologia intraurbana (IBGE) dos bairros afetados, com destaque para áreas vulneráveis**




Fonte: Tipologia Intraurbana (IBGE, 2017), Aglomerados Subnormais (IBGE, 2019), Mapeamento de Grotas (ONU-Habitat e Governo de Alagoas, 2019) e Áreas de Risco (Defesa Civil Municipal, 2014). Elaboração: Diagonal, 2022.

No conjunto dos cinco bairros era possível encontrar elementos similares que caracterizam toda a cidade: planície, encostas, córregos e tabuleiros, áreas florestadas e áreas urbanizadas, moradias de alto padrão e casas precárias em áreas de risco ou aglomerados subnormais, componentes relevantes do patrimônio cultural material e expressões singulares do patrimônio imaterial, centros e eixos comerciais dinâmicos e áreas residenciais amenas, praças e mirantes (Figura 10).

**Figura 10. Retratos da diversidade dos cinco bairros afetados**



Casas de alto padrão - Pinheiro



Moradias precárias e encosta - Mutange



Patrimônio cultural - Bebedouro



Áreas vegetadas próximas ao Flexal - Bebedouro



Eixo comercial da Rua Camerino – Pinheiro



“Mirante” na Ladeira do Calmon - Bebedouro



Verticalização e densidade urbana – Farol



Rua com córrego canalizado – Bom Parto

Fonte: Diagonal, 2021.

No entanto, ainda que houvesse elementos característicos de toda Maceió, o conjunto de bairros afetados pela subsidência contava com especificidades que moldaram o modo de vida das pessoas que ali habitavam. Com sua heterogeneidade e com as condições singulares de sua inserção na cidade, o conjunto dos cinco bairros oferecia, de modo geral, um padrão positivo de acesso a equipamentos, infraestrutura e serviços urbanos em suas proximidades (Figura 10). Apresentando, assim, uma dinâmica econômica expressiva, associada

principalmente ao eixo da Av. Fernandes Lima e ao mercado de Bebedouro e seu entorno, e com um conjunto de 6 praças presentes nos bairros, sendo três de maior porte, a Praça Gertrudes Leão e a Praça Arnon de Mello, no Pinheiro, e a Praça Cel. Lucena Maranhão, em Bebedouro, conforme Figura 11.

**Figura 11. Distribuição de equipamentos e negócios no NF1, com destaque para a localização das principais praças**




Fonte: SEDET/Prefeitura, 2019 e Receita Federal, 2022, Elaboração: Diagonal, 2022.

Bebedouro, em especial, se constituiu como um marco histórico-cultural para o Município, sendo palco de manifestações populares que se tornaram patrimônio cultural de Maceió - e objeto de preservação -, e território que abrigou importantes vestígios da história da cidade, de partes importantes de sua ocupação e de seu desenvolvimento (Figura 12), e ainda mais: seu povo, ou parte dele, que encarnava uma herança cultural diversa, rica, que refletia a cidade, o estado e tradições do Nordeste do Brasil (Figura 13). Parte do bairro é considerada uma Zona Especial de Preservação no zoneamento municipal (ver ZEP-3 na Figura 14).

**Figura 12. Foto da Antiga Praça da Matriz de Bebedouro (atual Praça Cel. Lucena Maranhão e Paróquia de Santo Antônio de Pádua) e da Vila Operária da antiga Fábrica de Tecidos Alexandria de Bom Parto**



Fonte: Portal História de Alagoas.

**Figura 13. Fotos de manifestações antigas e recentes do coco de roda, realizadas na área desocupada**

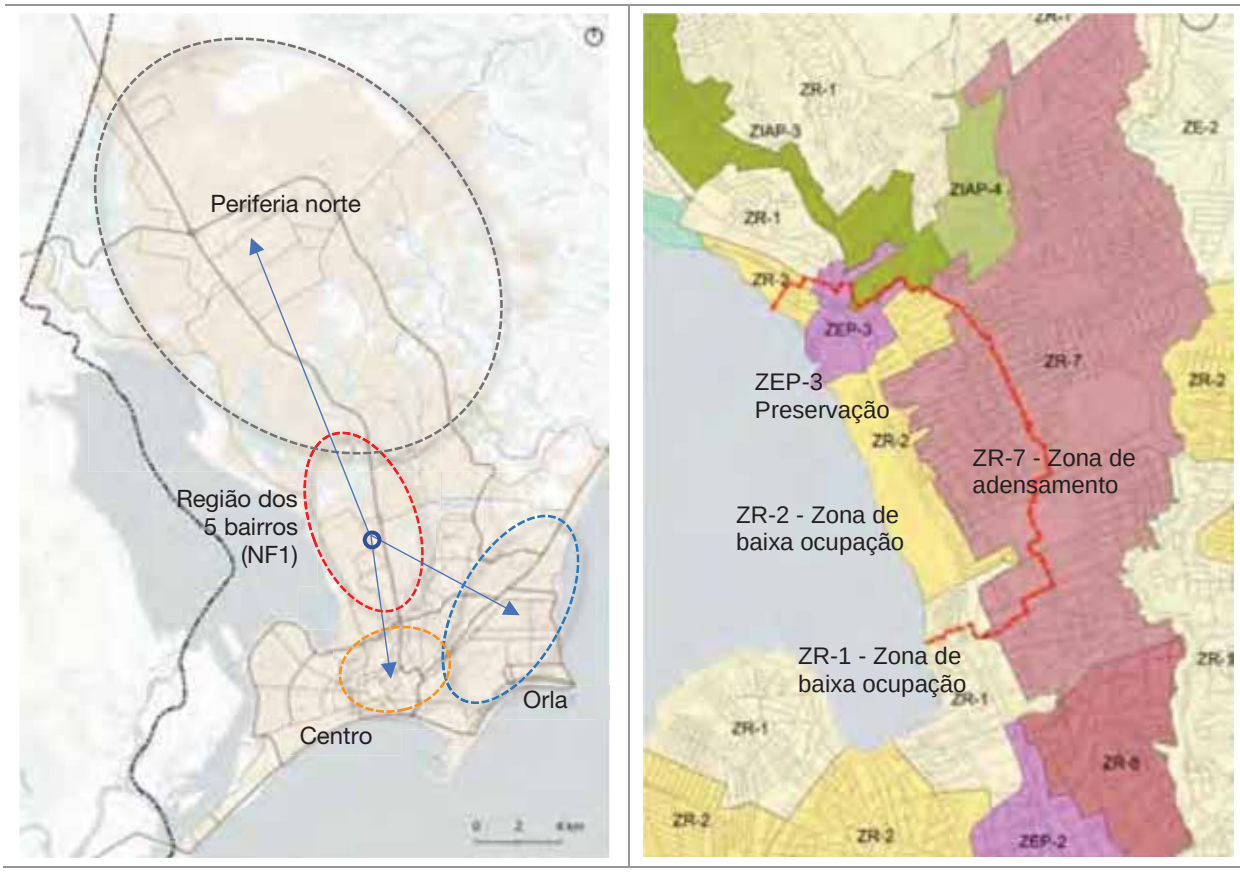


Fonte: Portal História de Alagoas e "Atual situação dos grupos culturais do bairro de bebedouro e adjacências [documento eletrônico]", 2021.

A situação recente do aspecto cultural na área desocupada era caracterizada pela ausência de infraestrutura especificamente destinada às atividades culturais (equipamentos culturais), pela vulnerabilidade social no território e pela falta de experiência na gestão administrativa dos grupos. Essas configurações convergem em dificuldades nos processos organizacionais dos grupos e agentes locais em sua efetiva capacidade de continuidade. Os movimentos de recrutamento e transmissão de valores, práticas e conhecimentos tradicionais acabam fragilizados, uma vez que se estruturam fortemente em processos de socialização, mais a partir das relações interpessoais (os ensinamentos na casa do mestre, a busca pela sensibilização da neta de uma participante idosa, a confecção do figurino pela mãe de um integrante etc.) do que institucionais (espaços de treinamento e sólidas políticas específicas).

Do ponto de vista do planejamento urbano do município, a localização dos cinco bairros pode ser considerada território duplamente estratégica: primeiro, porque possuía vantagens pela proximidade e fácil acesso ao Centro e à orla, importantes regiões da cidade, representando também um espaço de transição para as áreas mais periféricas ao norte; e, segundo, porque se inseria, majoritariamente, de acordo com as normas urbanísticas, em uma área de indução de crescimento urbano, com alto potencial de adensamento populacional e construtivo, pelo elevado coeficiente de aproveitamento permitido, conforme ilustrado na Figura 14.

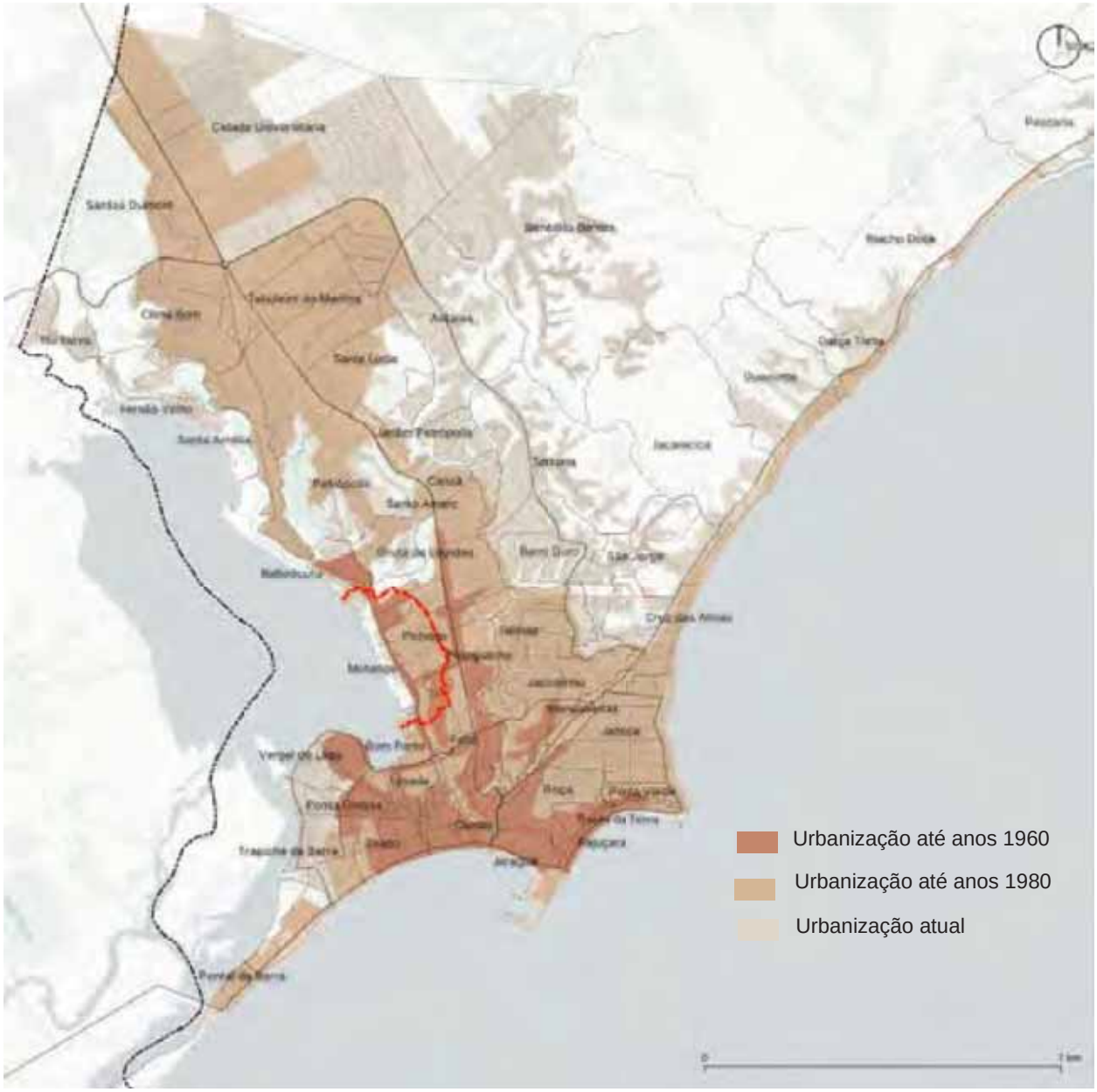
**Figura 14. Esquema de representação da localização estratégica e zoneamento da região dos cinco bairros (NF1)**




Fonte: Diagonal, 2022.

Etapas chave do crescimento urbano de Maceió são apresentadas esquematicamente por Amaral (2009), na Figura 15. Em termos históricos, a região que envolve os cinco bairros afetados pela subsidência se encontra parcialmente localizada nos trechos mais antigos da formação urbana de Maceió, como é o caso do bairro do Bebedouro. Mas também abrange trechos característicos de uma expansão moderna que assumiu uma forma mais linear ao longo dos eixos urbanos, consolidada até os anos 1960, como o entorno do eixo da Av. Major Cícero de Góes Monteiro, que atravessava os bairros do Mutange e do Bebedouro.

**Figura 15. Esquema de mapeamento de etapas do crescimento urbano de Maceió**




Fonte: Diagonal (2022), baseada em Amaral, 2009.

No mais, abrange também trechos mais novos, característicos do último quarto do século XX, tendo uma ocupação mais consolidada nos anos 1980, quando também se firmou com maior dinâmica em termos de atividades econômicas instaladas - por meio de loteamentos em padrões modernos, mas também por meio de assentamentos espontâneos que constituem um tecido urbano singular, de formas irregulares com ruas estreitas e becos, resultado do contexto de exclusão socioterritorial e falta de oferta de políticas habitacionais típicos das metrópoles brasileiras – como é o caso das encostas do Mutange, por exemplo.

**Figura 16. Trechos urbanizados em (1) Farol; (2) Bebedouro; (3) Pinheiro e (4) Mutange.**




Fonte: Google Earth, 2018.

Em termos do planejamento mais recente, em 2015 foi elaborado para a capital um plano estratégico denominado *Maceió +25 - Posicionamento estratégico e modernização da gestão*, que tinha como objetivo apontar caminhos para o desenvolvimento da cidade, incluindo aspectos de gestão territorial. No curso desse trabalho também foram realizados trabalhos técnicos e audiências públicas para revisão do Plano Diretor (2015/2016). Como um marco inicial de análise, a cidade foi considerada a partir de grandes parcelas territoriais conforme suas características morfológicas e sua dinâmica urbana, além de seus potenciais de adensamento para o futuro.

A região dos cinco bairros afetados compreendia duas das seis áreas classificadas nas análises iniciais do plano Maceió +25, conforme Figura 17, que apresenta também os tópicos síntese de caracterização e potencial de cada área.

**Figura 17. Macroestratégias e macrozoneamento do Plano Maceió +25**




Fonte: Plano Maceió +25 (2015) e Caderno Técnico para as Audiências Públicas de revisão do Plano Diretor (2016).

A área "A" é um daqueles espaços de relevante papel para o ordenamento territorial pretendido, pelas suas condições favoráveis ao adensamento por conta da sua localização estratégica em relação ao tecido global da cidade, pela infraestrutura instalada, e pelo potencial de transformação que possuía à época. Ela abrange os bairros do Farol e do Pinheiro, além de alguns bairros do Núcleo Focal 2 e, também, do Núcleo Focal 3 – a exemplo de Gruta de Lourdes, Santa Lúcia e Jacintinho.

A área "D" abrange um conjunto amplo de bairros que circundam a Lagoa Mundaú. Têm em comum o padrão de ocupação de bairros populares, incluindo aglomerados subnormais com condições precárias de moradia. Também se destacam nesse conjunto o Bebedouro, Mutange e Bom Parto – bairros diretamente afetados pela subsidência. A área foi apontada como objeto de atenção, para se promover uma ocupação urbana controlada, tendo em vista sua condição sensível em termos ambientais e sociais.

Integrante da paisagem da área "D", destaca-se a Lagoa Mundaú[12], que constitui um componente crucial no conjunto urbano em foco, dadas as suas múltiplas faces. A Lagoa será ser tratada no Capítulo 5, que abrange a dimensão ambiental, enquanto corpo d'água de grandes dimensões, na complexidade de seu ecossistema, abordada como lugar de

[12] Ainda que o termo correto do corpo d'água seja Laguna, optou-se pela utilização do termo Lagoa em função do respeito ao consagrado uso cultural da expressão "Lagoa Mundaú" na linguagem cotidiana do alagoano para representar um marco do seu patrimônio cultural e ambiental. Por este mesmo respeito cultural, a Agência Nacional de Águas (ANA), do governo federal, também adotou o termo "Lagoa Mundaú" em todo o texto do Resumo Executivo do "Plano de gestão e ações integradas do CELMM" (2006).

oportunidades e referência para a prática pesqueira e artesanal de populações tradicionais, como território simbólico no universo do patrimônio imaterial de Maceió, palco de inúmeras manifestações culturais, e como elemento chave na concepção muito ampla de *paisagem cultural* – mesclando a dimensão urbanística, ambiental e patrimonial. Tal dimensão transcende, naturalmente, as fronteiras político-institucionais e abarca todo o conjunto urbano e ambiental de seu entorno. Com escala mais próxima, a Figura 18 destaca a correlação da Lagoa com os bairros vizinhos, evidenciando também a localização das frentes de lavra e dos elementos de sinalização náutica[13] implantados.

**Figura 18. Núcleo Focal 1 em sua interface com a Lagoa Mundaú, com localização das frentes de lavra**

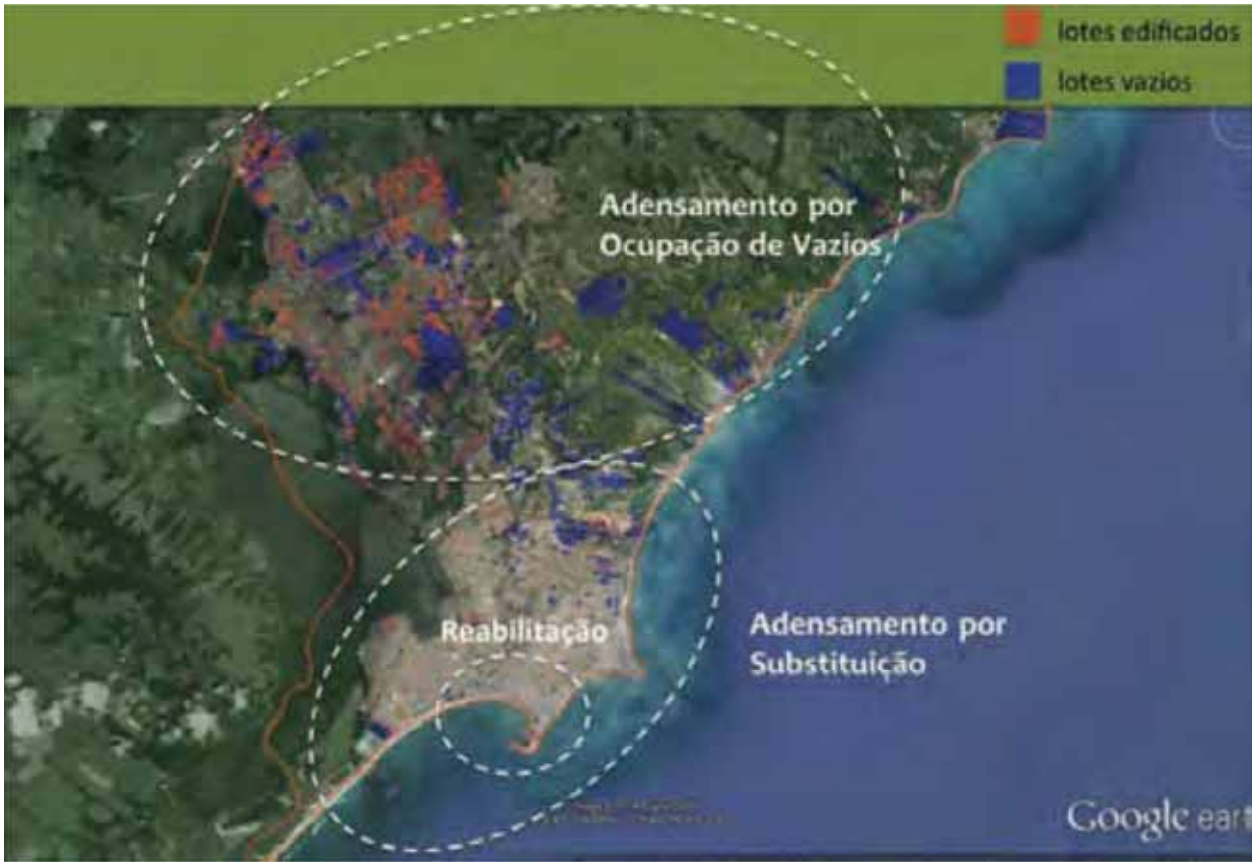



Fonte: Diagonal, 2022, com base em dados da CPRM e Tetra Tech.

Uma visão de macroestratégia foi apontada no plano Maceió +25, indicando três linhas de ação conforme grandes marcos territoriais da cidade, com o objetivo de obter o melhor uso da cidade existente: a *reabilitação* para a região central; o *adensamento por substituição* para as áreas da expansão urbana mais antiga e consolidada; e o *adensamento por ocupação de vazios*, para as áreas mais periféricas, de ocupação mais recente e marcada pela grande expressão da presença de vazios urbanos (Figura 19).

[13] No processo de monitoramento de riscos, houve reuniões da Defesa Civil Municipal com a Capitania dos Portos para discutir a segurança da navegação na Lagoa Mundaú. Foi decidida a implantação de um sistema de sinalização náutica demarcando uma área de segurança. Ver: https://maceio.al.gov.br/noticias/instabilidade-de-solo-reuniao-discute-seguranca-aquaviaria e https://maceio.al.gov.br/noticias/defesa-civil-e-capitania-dos-portos-discutem-sinalizacao-da-lagoa-mundau

**Figura 19. Macroestratégias apontadas no plano Maceió +25**




Fonte: Plano Maceió +25, 2015.

Os cinco bairros afetados pela subsidência se encontravam justamente na região indicada para o adensamento por substituição do conjunto edificado, sendo um amplo território apontado para maior estímulo à ocupação, aproveitando-se de índices urbanísticos que favorecem o adensamento – observadas algumas limitações como aquelas citadas para a área "D" discutida anteriormente[14].

A criação de uma extensa área submetida a um processo de *desocupação* e *desativação* de atividades urbanas – decorrente da subsidência – repercute no potencial imobiliário concebido para a dinamização pretendida para o lugar, gerando um vazio visível e marcante na paisagem urbana, conforme Figura 20.

[14] Correlacionando os demais Núcleos Focais do Diagnóstico do PAS com o Plano Maceió +25, o Núcleo Focal 2 se encontra, predominantemente, inserido na área indicada para adensamento por substituição, sob padrões mais intensos de ocupação e adensamento construtivo e populacional, enquanto o Núcleo Focal 3 se encontra na área indicada para adensamento por ocupação de vazios, e a ser urbanizada sob padrões menos intensivos de construção e ocupação do solo.

**Figura 20. Vista aérea dos bairros afetados, com os imóveis desocupados**




Fonte: Google Earth, 2022.

Se a região deveria ser orientada pela promoção de um adensamento por substituição do conjunto construído existente, isso representaria a progressiva mudança dos padrões unifamiliares para a produção de condomínios em habitação multifamiliar. E este processo já vinha sendo promovido na região, com verticalização das edificações, mesmo à época da elaboração do plano estratégico. As áreas remanescentes dos bairros afetados, que não estão submetidas à restrição das áreas de criticidade, têm ainda seu potencial imobiliário a ser explorado. Mas, como será discutido no Capítulo 5, houve manifestações de apreensão por parte de entrevistados quanto ao processo de retomada desse desenvolvimento imobiliário – o que uma análise sistemática, cronológica, dos processos de licenciamento e habite-se nas bases de dados da Prefeitura permitiria monitorar e avaliar.

Para balizar a compreensão da dimensão da desocupação do NF1, podem ser tomados os dados oriundos da Base Única do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF), que executou, entre outras atividades, a identificação dos imóveis localizados nesta área. Importante ressaltar que o universo de imóveis inseridos neste processo abarca um número dinâmico, que pode variar de acordo com novas diligências e análises documentais que fazem parte do escopo do PCF.

O universo de imóveis considerado neste Diagnóstico é de dados levantados até agosto de 2023, a partir da identificação do número de imóveis selados nas áreas afetadas por bairro, conforme Tabela 2 .

**Tabela 2. NF1, Área de Desocupação – Área total, área afetada por realocação e imóveis selados**

| Bairros | Área dos Bairros - Km² | % de área afetada | % imóvel exclusivamente residencial | Imóveis selados |
|---|---|---|---|---|
| Bebedouro | 2,25 (área total) | 37,3 | 71,6 | 3.950 |
| | 0,79 (área urbanizada) | 82 | | |
| Bom Parto | 0,56 | 20, | 87,7 | 1.865 |
| Farol | 2,9 | 11,7 | 71,8 | 1.051 |
| Mutange | 0,53 | 100 | 90,1 | 922 |
| Pinheiro | 1,97 | 63,5 | 82,9 | 6.747 |
| **Total** | **-** | **-** | **80,1** | **14.535** |

Fonte: Diagonal (% da área afetada), 2021. Base Única do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, julho/2023.
Nota 1: Imóveis residenciais: todos os imóveis com proprietários ou locatários residentes. A quantidade de selos de cadastro pode mudar de acordo com novas diligências ou análises documentais no âmbito do PCF, tratando-se de número dinâmico.
Nota 2: imóveis exclusivamente residenciais.
Nota 3: imóveis selados: domicílios identificados dentro do mapa definido pela Defesa Civil de Maceió.

Os imóveis situados na área desocupada tinham usos bastante variados, com presença de atividades econômicas, incluindo imóveis de uso misto (residência e comércio/serviço no mesmo local), igrejas, órgãos institucionais, entre outros. A maioria dos imóveis tinha uso exclusivamente residencial, com destaque para os bairros de Mutange, Bom Parto e Pinheiro que apresentavam maior proporção de imóveis com este uso (90,1%, 87,7% e 82,9%, respectivamente).

O Bebedouro tem uma condição singular por ter 65% do território do bairro como área não urbanizada. Esta área corresponde a uma estreita faixa de planície fluviomarinha a oeste da comunidade do Flexal. A área conta com expressiva cobertura vegetal, sendo inadequada para ocupação urbana e uso habitacional, por ter a maior parte deste trecho compreendida como Área de Preservação Permanente da Lagoa Mundaú (APP, nos termos do Código Florestal) e por estar majoritariamente inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Catolé e Fernão Velho, criada pela lei estadual nº 5.357/1992.

Com a ação de desocupação da área, estes imóveis foram descaracterizados, como mostrado da Figura 21 a Figura 26 a seguir.

**Figura 21. Foto de comércio na rua Cônego da Costa, em Bebedouro, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis.**




Fonte: Google Street View, 2019 e Diagonal, 2021.

**Figura 22. Foto de residências em Bebedouro, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis.**



Fonte: Google Street View, 2019 e Diagonal, 2021.

**Figura 23. Foto de residências no Farol, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis.**



Fonte: Google Street View, 2019 e Diagonal, 2021.

**Figura 24. Foto de residências no Pinheiro, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis.**



Fonte: Google Street View, 2019 e Diagonal, 2021.

**Figura 25. Foto de residências e comércios no Pinheiro, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis.**



Fonte: Google Street View, 2019 e Diagonal, 2021.

**Figura 26. Foto de residências no Bom Parto, nas condições pré e pós desocupação dos imóveis.**



Fonte: Google Street View, 2019 e Diagonal, 2021.

Ainda que a maioria dos imóveis na área desocupada fossem residências, o número de imóveis de uso misto, comercial e de serviços é representativo e também aponta para a vitalidade econômica desta região, com destaque para os bairros de Bebedouro e Farol. Considerando o contexto econômico, estava localizado na área desocupada o Mercado Público de Bebedouro – hoje desativado -, onde convergia grande circulação de residentes do entorno, atraídos

principalmente pela venda de produtos como frutas e hortaliças, configurando como importante centro comercial da região.

**Figura 27. Atividades comerciais que existiam no Mercado Público de Bebedouro, atualmente desativado**





Fonte: Google Imagens, 2020.

Outro fator que compunha o grande dinamismo social e econômico da área se relacionava à presença de diferentes equipamentos públicos. Com a ação de desocupação, grande parte foi realocado e segue em funcionamento, em espaços definitivos ou provisórios em outros bairros do município.

A visão do dinamismo desta área é consagrada nos instrumentos do planejamento. Os registros do processo de revisão do Plano Diretor, de 2015, apontam um papel estratégico para o eixo da Av. Fernandes Lima, com o estímulo à consolidação de uma centralidade secundária na região de cruzamento com a Av. Rotary, em Gruta de Lourdes, – que é um trecho próximo da área de desocupação e que está numa escala de proximidade que traz evidências de efeitos negativos decorrentes da desativação de atividades e de desocupação do território. A Figura 28 exibe a leitura dos principais componentes que expressam a dinâmica urbana de Maceió, apontando centralidades principais, secundárias e locais, além dos principais eixos de comércio e serviços. O centro secundário da conexão Av. Fernandes Lima com Av. Rotary está representado com o número 5; o centro local do Bebedouro aparece com o número 12.

**Figura 28. Centros e eixos de comércio e serviços no Plano Maceió +25**

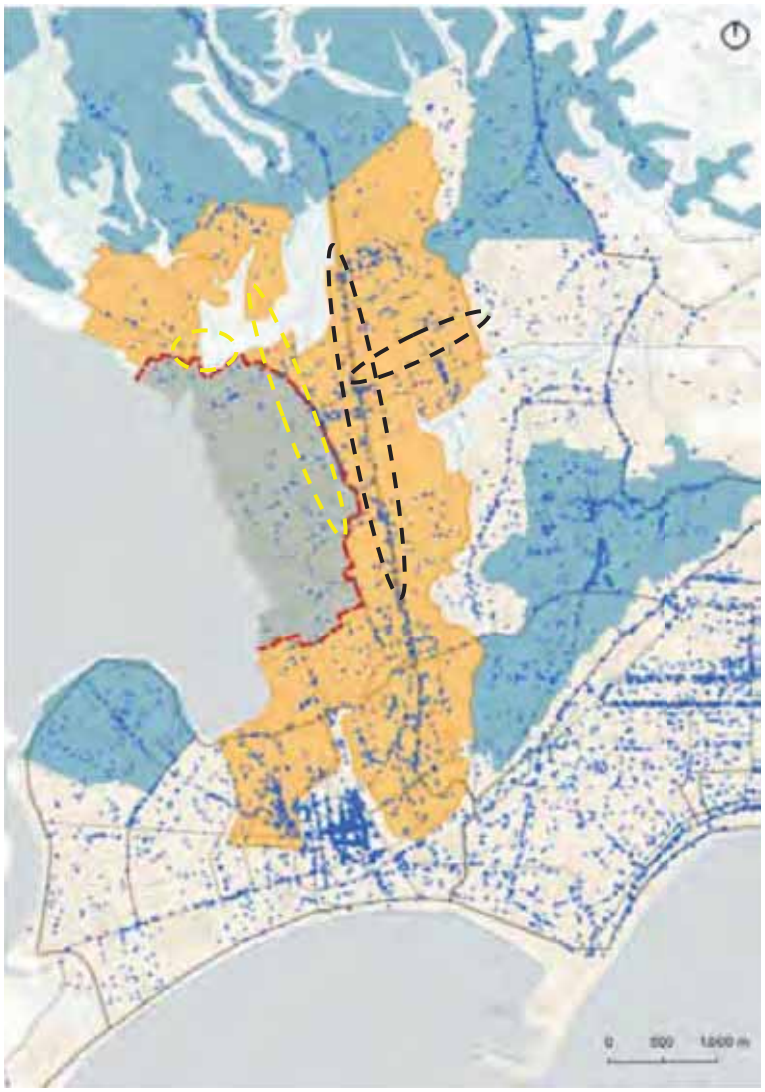



Fonte: Plano Maceió +25 e processo de revisão do Plano Diretor, 2016.

Considerando-se esse indicativo de um centro secundário, um centro local e outros elementos marcantes da dinâmica urbana dos cinco bairros, a vitalidade desta região pode ser corroborada ao se examinar o levantamento de empresas do setor de comércio e serviços que foi realizado nas bases da Receita Federal.

Na Figura 29, os pontos azuis representam as empresas, enquanto as elipses pretas destacam o eixo da Av. Fernandes Lima e o entroncamento com a Av. Rotary e as amarelas apontam os polos dinâmicos da Rua Prof. José da Silveira Camerino e a região de entorno do Mercado de Bebedouro.

**Figura 29. Polos e eixos de dinâmica urbana na região dos cinco bairros**



Fonte: Base de dados de CNPJ da Receita Federal (2022). Elaborado pela Diagonal.

As novas orientações do processo de revisão do Plano Diretor, retomada recentemente pela Prefeitura, ainda não foram expostas e debatidas com o público, mas certamente levam em conta as contribuições apresentadas nesse passado recente, além das análises mais atualizadas que consideram os efeitos da subsidência na dinâmica de Maceió hoje e para seu cenário futuro.

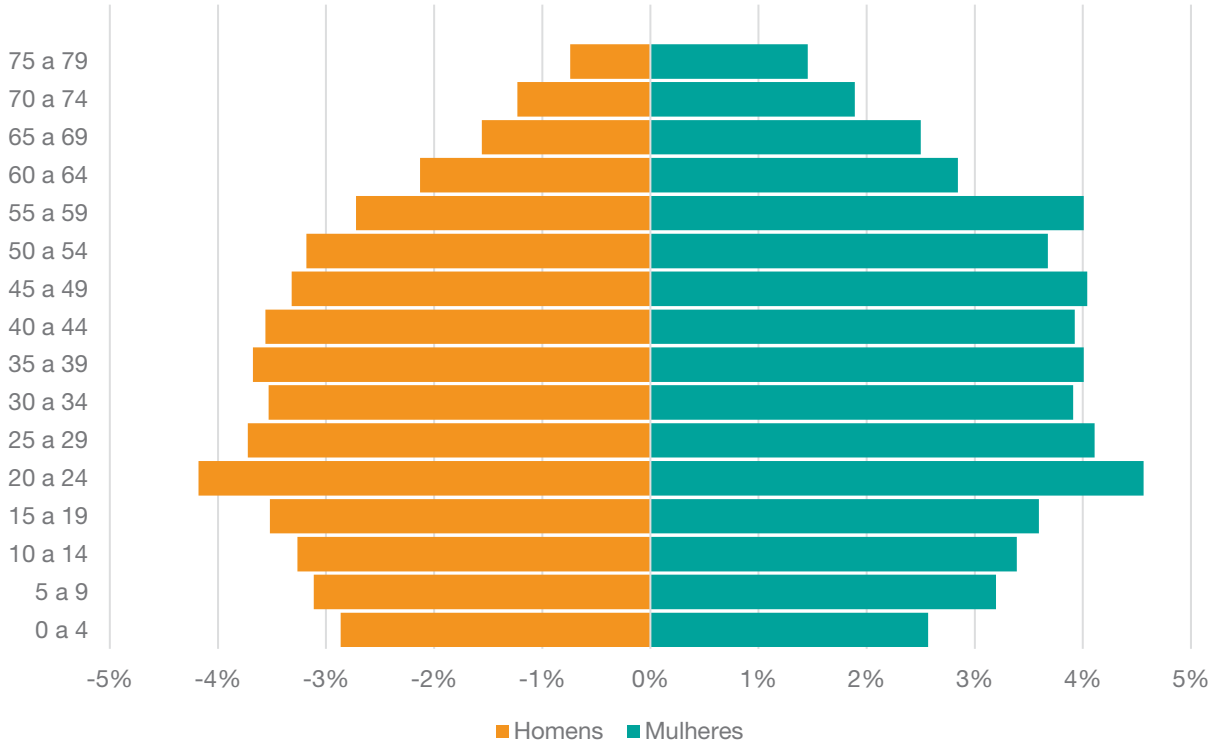
## Dados sobre a população realocada

Para a caracterização da população realocada, tomou-se como base os dados coletados no processo de identificação dos imóveis da área, que aconteceu entre dezembro de 2019 e março de 2021 de forma faseada, de acordo com o calendário de entrada de zonas no perímetro de atuação do PCF, a partir das definições da Defesa Civil Municipal.

No processo de identificação dos imóveis, foi aplicada uma Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação[15] para levantamento de informações socioeconômicas relativas à família residente do imóvel. Considerando os resultados das respostas válidas entre as pessoas que responderam aos questionários, os dados aqui apresentados estabelecem a linha de base acerca da situação socioeconômica dos moradores no período imediatamente anterior à realocação devido à subsidência.

O perfil de idades dos residentes aponta para uma pirâmide etária com formato bastante semelhante à projeção populacional de Maceió para 2020 (Figura 30). A base mais estreita representa a queda da Taxa de Fecundidade Total (TFT) observada no município, com as faixas intermediárias, entre 20 e 59 anos, apresentando maiores proporções, e o envelhecimento relativo da população é verificado no alargamento do topo da pirâmide, indicando a considerável representatividade da população acima de 60 anos.

**Figura 30. NF1, pirâmide etária da população pré-realocação (%)**




Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

A população pode ser dividida em grupos etários de interesse: crianças (0 a 14 anos), jovens (15 a 29 anos), adultos (30 a 64 anos) e idosos (acima de 65 anos). Ao agrupar a população em grandes conjuntos etários, verifica-se que todos os grupos contam com proporções

[15] Ainda que as pesquisas tenham passado em todos os imóveis cadastrados, as respostas aqui consideradas referem-se aos imóveis de uso residencial ou misto, que estavam com morador maior de 18 anos quando a pesquisa passou e que aceitou responder a pesquisa, uma vez que não eram obrigados a responder.

consideráveis, o que aponta para a importância de desenvolvimento de ações específicas para cada um deles, especialmente em processos de deslocamentos involuntários, pois crianças, jovens e idosos podem se tornar mais vulneráveis ao serem mais afetados pelo processo devido à ruptura de vínculos de vizinhança, de vínculos escolares, entre outros.

Considerando os grupos etários dos respondentes da Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação por bairros de origem, tem-se que as crianças residiam, em maior proporção, em Bom Parto e Mutange e a população jovem apresentava maior representatividade proporcional em Farol e Bebedouro. Destaca-se a alta proporção da população idosa em Pinheiro, representando mais de 30% da população do bairro (Tabela 3).

**Tabela 3. NF1, grupos etários por bairros (%)**

| Grupos etários | Bebedouro | Bom Parto | Farol | Mutange | Pinheiro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 0 a 14 anos | 14,5 | 16,9 | 16,1 | 16,3 | 14,1 | 15,0 |
| 15 a 29 anos | 21,2 | 19,5 | 21,4 | 16,7 | 17,7 | 19,3 |
| 30 a 64 anos | 41,7 | 37,7 | 43,3 | 43,1 | 38,0 | 39,6 |
| Acima de 65 anos | 22,5 | 25,9 | 19,2 | 23,9 | 30,2 | 26,1 |
| **Total** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** |

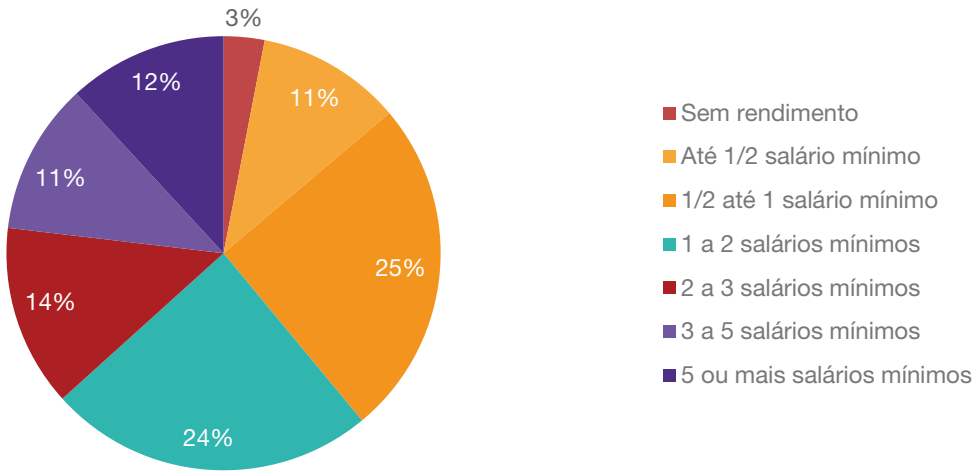
Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

As informações sobre renda familiar total foram respondidas pelos chefes de família, no entanto, uma considerável parcela dos respondentes optou por não informar o dado. Nesse sentido, as análises sobre aspectos econômicos estão complementadas com outras fontes no capítulo 4, mesmo que mais antigas, para não comprometer a avaliação dada a pequena representatividade do dado.

Considerando o universo de famílias respondentes sobre classe de rendimento familiar, é possível concluir que se trata de um grupo de baixa renda, uma vez que 63% das famílias estavam sem renda ou com renda inferior a dois salários-mínimos (SM, cujo valor vigente em 2021 era de R$ 1.100,00). A faixa de renda com maior representatividade entre as famílias realocadas (25%) era entre meio e um salário-mínimo, seguida por renda entre um e dois salários-mínimos (24%).

O grupo cujo rendimento familiar é acima de dois salários-mínimos representa 37% das famílias, sendo apenas 12% com renda acima de 5 salários-mínimos – faixa de rendimento considerado pelo DIEESE como salário-mínimo necessário, que em dezembro de 2021 era de R$ 5.800 (Figura 31).

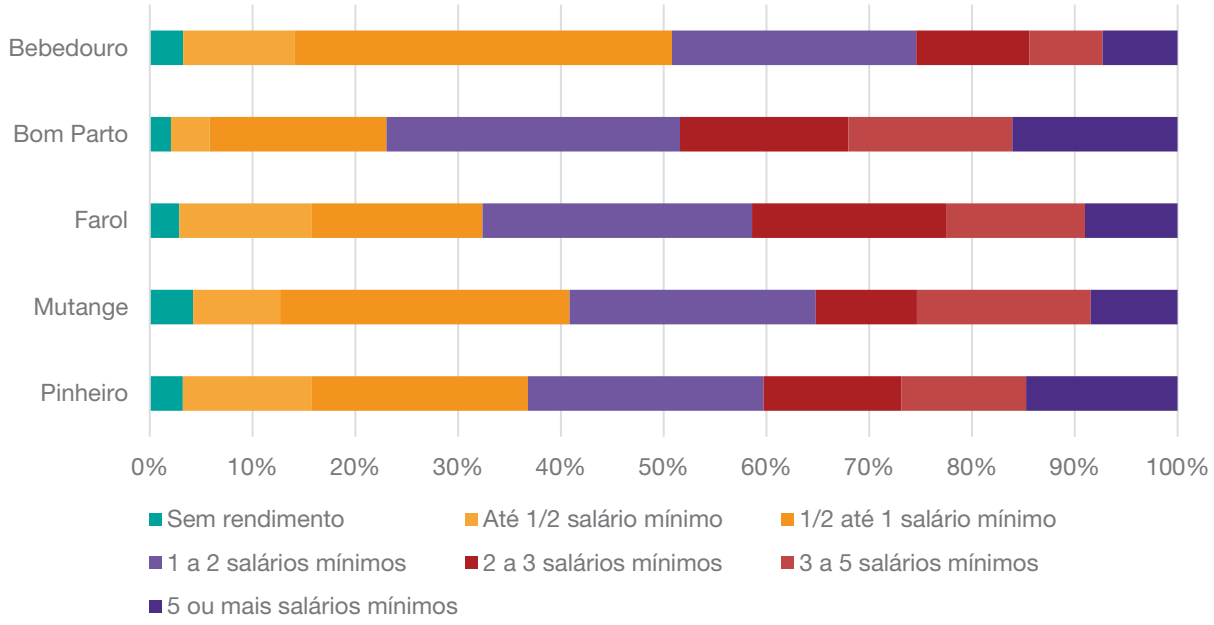
**Figura 31. NF1, rendimento familiar total (%)**




Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

Ao analisar as classes de rendimento por bairros, é possível captar que as famílias com rendimento acima de 5 salários-mínimos são mais representativas no Pinheiro (15%). Considerando as famílias que estavam sem rendimento ou com renda inferior a 2 salários-mínimos, tem-se maior proporção em Bebedouro (75% das famílias) e Mutange (65% das famílias) (Figura 32 e Tabela 4).

**Figura 32. NF1, rendimento familiar por bairros (%)**




Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

**Tabela 4. NF1, rendimento familiar por bairros (%)**

| Classe de rendimento | Bebedouro | Bom Parto | Farol | Mutange | Pinheiro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Sem rendimento | 3,2 | 2,1 | 2,9 | 4,2 | 3,2 | 3,0 |
| Até 1/2 salário-mínimo | 10,9 | 3,8 | 12,9 | 8,5 | 12,6 | 10,8 |
| 1/2 até 1 salário-mínimo | 36,7 | 17,2 | 16,6 | 28,2 | 21,0 | 25,2 |
| 1 a 2 salários-mínimos | 23,8 | 28,5 | 26,2 | 23,9 | 22,9 | 24,3 |
| 2 a 3 salários-mínimos | 11,0 | 16,4 | 18,9 | 9,9 | 13,4 | 13,6 |
| 3 a 5 salários-mínimos | 7,2 | 15,9 | 13,5 | 16,9 | 12,1 | 11,3 |
| 5 ou mais salários-mínimos | 7,3 | 16,1 | 9,0 | 8,5 | 14,8 | 11,8 |
| **Total** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** |

Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

Ainda avaliando as proporções de renda familiar, com inclusão da análise por recorte de gênero, tem-se que 54% das famílias têm rendimento familiar centrado nas mulheres. A maior proporção de renda familiar associada às mulheres se apresenta na maioria das classes de rendimento, exceto na maior classe, acima de 5 salários-mínimos, que está mais centrada nos homens, especialmente no bairro do Pinheiro (9%) (Tabela 5).

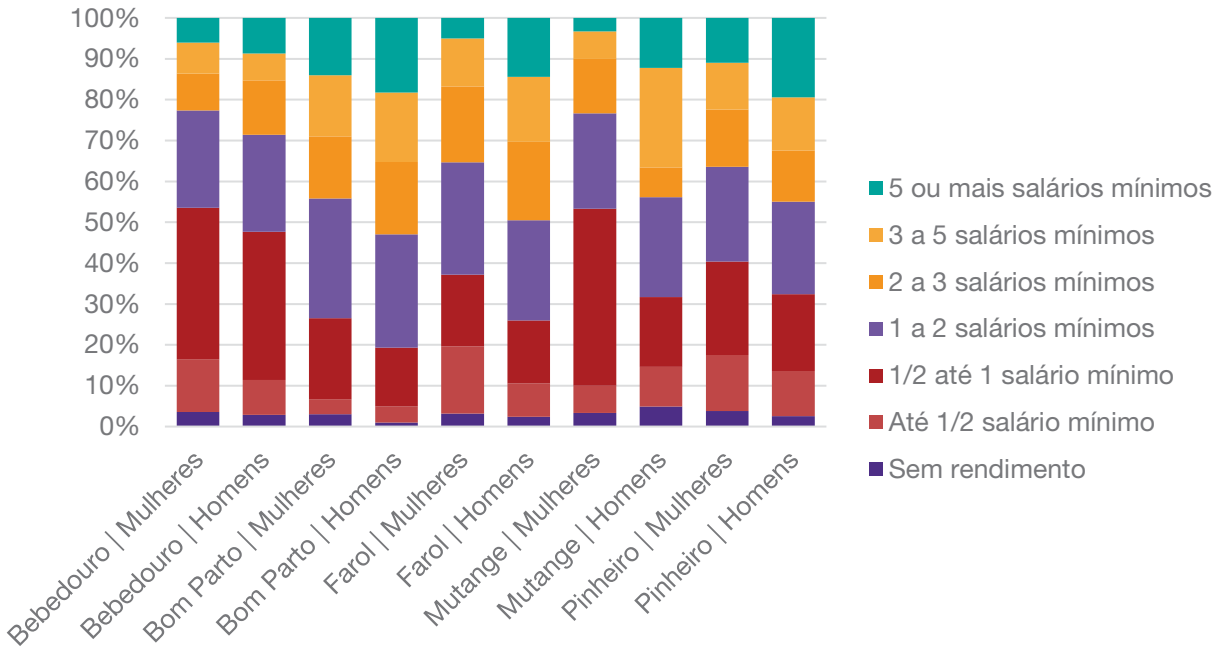
Considerando a classe de rendimentos abaixo de 2 salários-mínimos, as maiores proporções se apresentam entre as mulheres do Bebedouro (77%) e as mulheres do Mutange (76%) (Figura 33).

**Tabela 5. NF1, rendimento familiar por gênero por bairros (%)**

| Classe de rendimento | Gênero | Bebedouro | Bom Parto | Farol | Mutange | Pinheiro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Sem rendimento | Feminino | 1,9 | 1,6 | 1,8 | 1,4 | 2,1 | 1,9 |
| | Masculino | 1,3 | 0,5 | 1,0 | 2,8 | 1,1 | 1,1 |
| Até 1/2 salário-mínimo | Feminino | 6,9 | 1,9 | 9,4 | 2,8 | 7,6 | 6,7 |
| | Masculino | 4,0 | 1,9 | 3,5 | 5,6 | 5,0 | 4,1 |
| 1/2 até 1 salário-mínimo | Feminino | 19,8 | 10,3 | 10,0 | 18,3 | 12,6 | 14,4 |
| | Masculino | 16,9 | 6,9 | 6,6 | 9,9 | 8,4 | 10,8 |
| 1 a 2 salários-mínimos | Feminino | 12,7 | 15,1 | 15,8 | 9,9 | 12,8 | 13,4 |
| | Masculino | 11,1 | 13,4 | 10,5 | 14,1 | 10,1 | 11,0 |
| 2 a 3 salários-mínimos | Feminino | 4,8 | 7,9 | 10,7 | 5,6 | 7,8 | 7,1 |
| | Masculino | 6,2 | 8,5 | 8,2 | 4,2 | 5,6 | 6,5 |
| 3 a 5 salários-mínimos | Feminino | 4,0 | 7,7 | 6,8 | 2,8 | 6,3 | 5,8 |
| | Masculino | 3,1 | 8,2 | 6,8 | 14,1 | 5,8 | 5,5 |
| 5 ou mais salários-mínimos | Feminino | 3,2 | 7,3 | 2,9 | 1,4 | 6,1 | 4,9 |
| | Masculino | 4,0 | 8,8 | 6,1 | 7,0 | 8,7 | 6,9 |
| **Total** | **Feminino** | **53,3** | **51,7** | **57,4** | **42,3** | **55,3** | **54,2** |
| | **Masculino** | **46,7** | **48,3** | **42,6** | **57,7** | **44,7** | **45,8** |
| | **Total** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** |

Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

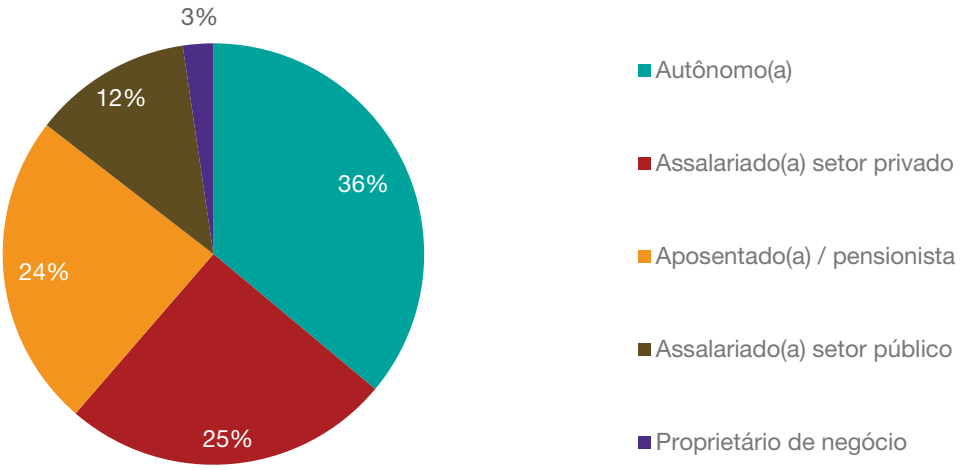
**Figura 33. NF1, rendimento familiar por gênero e por bairros (%)**




Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

Além do rendimento familiar, é importante captar quais são as principais ocupações geradoras de renda na população alvo da análise. Considerando o grupo dos respondentes que declararam ocupações que geram algum tipo de renda, a maioria está ocupada no setor informal, atuando como autônomos (36%), ou seja, não tem vínculo empregatício, podendo incluir atividades formalizadas/ regularizadas ou não (Figura 34). A segunda principal categoria de ocupação é de assalariados do setor privado (25%), seguido por aposentados e pensionistas (24%).

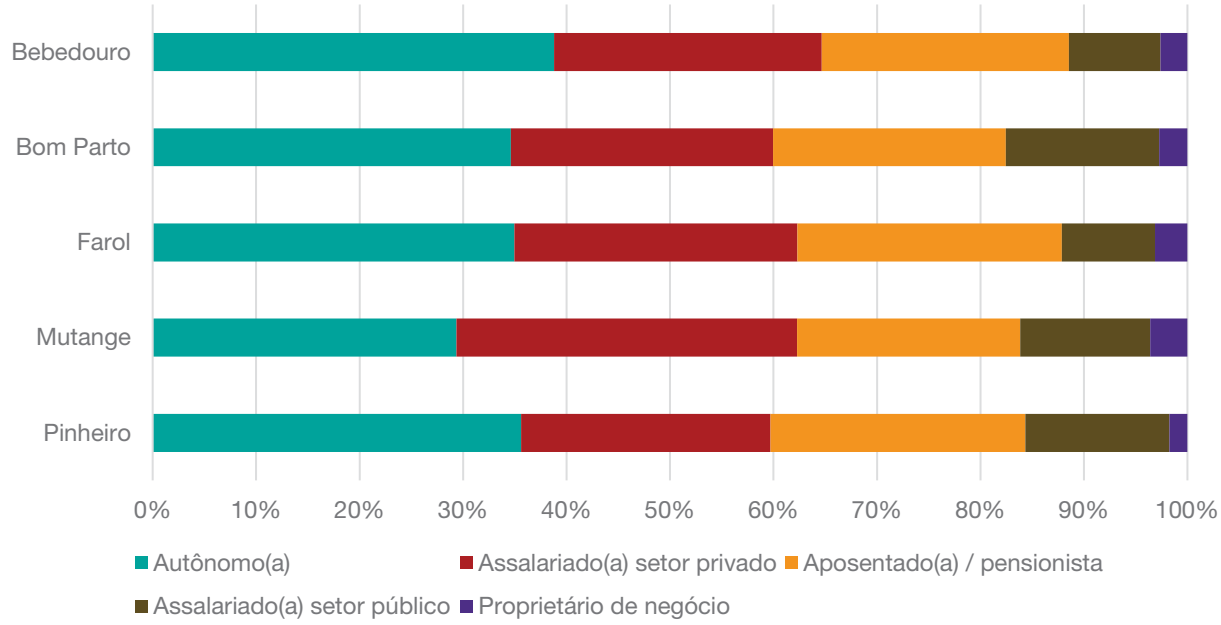
**Figura 34. NF1, situação ocupacional total (%)**




Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

A distribuição das ocupações por cada bairro é similar, destacando-se maior proporção de autônomos no Bebedouro (39%) e no Pinheiro (36%), maior proporção de assalariados do setor privado no Mutange (33%) e no Farol (27%) e maior proporção de aposentados e pensionistas no Farol (26%) e no Pinheiro (25%) (Figura 35 e Tabela 6).

**Figura 35. NF1, situação ocupacional por bairros (%)**




Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

**Tabela 6. NF1, situação ocupacional por bairros (%)**

| Situação ocupacional | Bebedouro | Bom Parto | Farol | Mutange | Pinheiro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Autônomo(a) | 38,8 | 34,6 | 35,0 | 29,3 | 35,6 | 36,1 |
| Assalariado(a) setor privado | 25,9 | 25,3 | 27,3 | 32,9 | 24,1 | 25,3 |
| Aposentado(a)/ pensionista | 23,9 | 22,5 | 25,6 | 21,6 | 24,6 | 24,1 |
| Assalariado(a) setor público | 8,9 | 14,8 | 9,0 | 12,6 | 13,9 | 12,2 |
| Proprietário de negócio | 2,6 | 2,7 | 3,1 | 3,6 | 1,8 | 2,3 |
| **Total** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** |

Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

A análise por bairros considerando o recorte de gênero aponta para maior proporção de homens ocupados como autônomos e assalariados do setor privado em todos os bairros – apenas com exceção de maior proporção de mulheres autônomas no Mutange. Na categoria de aposentados e pensionistas as mulheres são mais representativas, principalmente no Farol (16%) e no Pinheiro (16%) (Tabela 7).

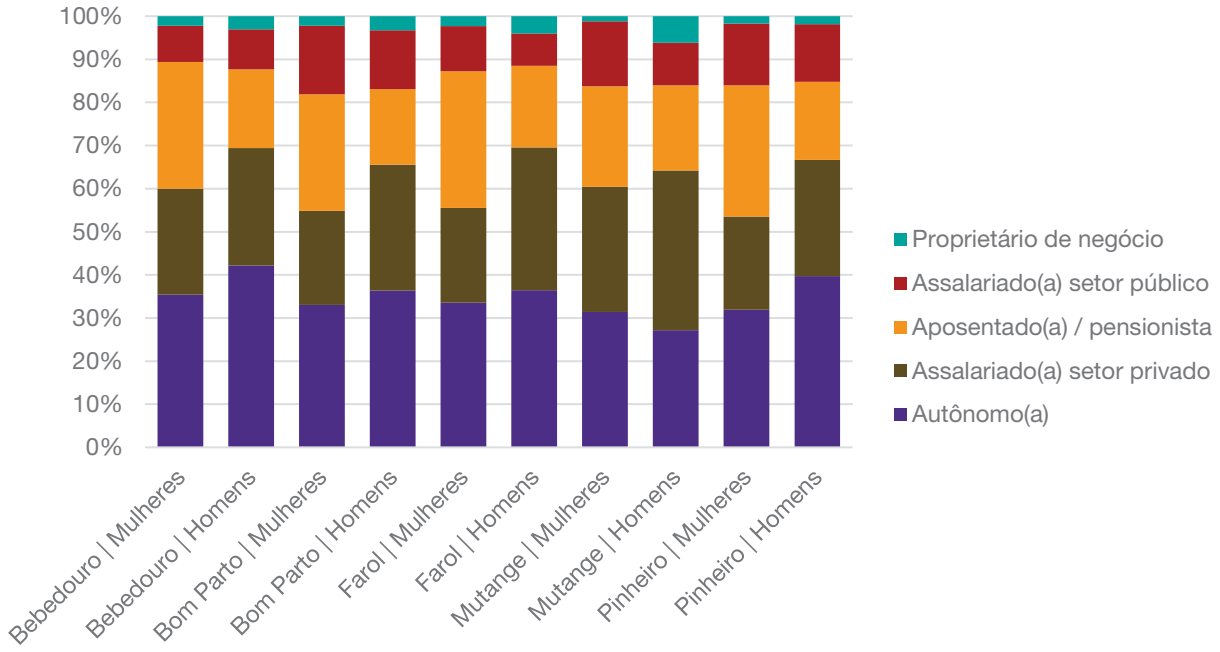
Entre o grupo de mulheres com ocupações que geram renda, destaca-se a alta proporção de autônomas no Bebedouro (35%) e no Farol (34%), assim como a alta proporção de aposentadas e pensionistas no Farol (32%) e no Pinheiro (30%) (Figura 36).

**Tabela 7. NF1, situação ocupacional por gênero por bairros (%)**

| Classe de rendimento | Gênero | Bebedouro | Bom Parto | Farol | Mutange | Pinheiro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Autônomo(a) | Feminino | 17,8 | 17,3 | 17,4 | 16,2 | 16,9 | 17,3 |
| | Masculino | 21,0 | 17,3 | 17,6 | 13,2 | 18,7 | 18,8 |
| Assalariado(a) setor privado | Feminino | 12,4 | 11,4 | 11,3 | 15,0 | 11,4 | 11,7 |
| | Masculino | 13,5 | 13,9 | 16,0 | 18,0 | 12,6 | 13,6 |
| Aposentado(a)/ pensionista | Feminino | 14,8 | 14,1 | 16,4 | 12,0 | 16,1 | 15,4 |
| | Masculino | 9,1 | 8,4 | 9,2 | 9,6 | 8,5 | 8,7 |
| Assalariado(a) setor público | Feminino | 4,2 | 8,3 | 5,4 | 7,8 | 7,6 | 6,6 |
| | Masculino | 4,6 | 6,5 | 3,6 | 4,8 | 6,3 | 5,6 |
| Proprietário de negócio | Feminino | 1,1 | 1,2 | 1,2 | 0,6 | 0,9 | 1,0 |
| | Masculino | 1,5 | 1,5 | 1,9 | 3,0 | 0,9 | 1,3 |
| **Total** | | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** |

Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

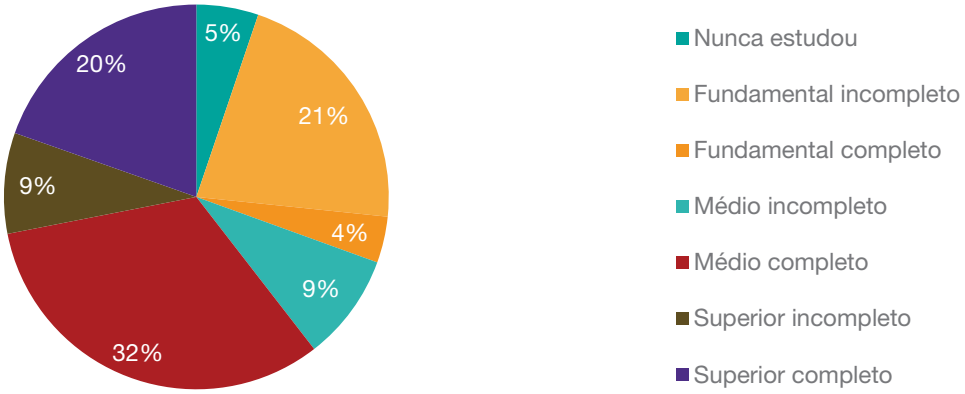
**Figura 36. NF1, situação ocupacional por gênero por bairros (%)**




Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

Considerando a escolaridade dos membros das famílias respondentes com mais de 18 anos, a maioria tem o Ensino Médio completo (32%), seguido por Ensino Fundamental incompleto (21%) e por Ensino Superior completo (20%), como mostra a Figura 37.

**Figura 37. NF1, escolaridade entre maiores de 18 anos total (%)**



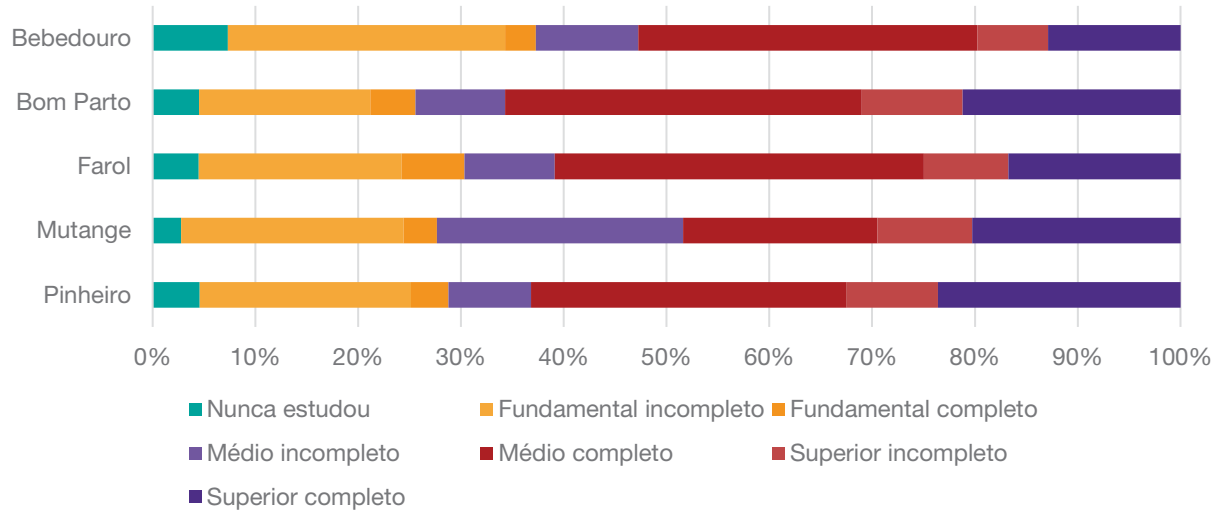

Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

A análise por bairros indica que a maior proporção de pessoas acima de 18 anos que nunca estudaram ou que tem o Ensino Fundamental incompleto fica no Bebedouro, representando 34% do total do bairro (Figura 38).

Considerando o grupo de pessoas que concluíram a jornada escolar, ou seja, que tem ensino médio completo (e ensino superior incompleto, no caso da presente pesquisa, uma vez que para acessar o ensino superior é necessária a conclusão do ensino médio), tem-se que os bairros com maior representatividade deste grupo é Farol (44%). Nesse caso, tem destaque a baixa representatividade do grupo no Mutange, com apenas 28% dos respondentes (Tabela 8).

A conclusão do ensino superior tem maior proporção no Pinheiro (24%) é menos representativa no Bebedouro, com apenas 12% do total de respondentes.

**Figura 38. NF1, escolaridade entre maiores de 18 anos por bairros (%)**




Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

**Tabela 8. NF1, população com mais de 18 anos por escolaridade por bairros (%)**

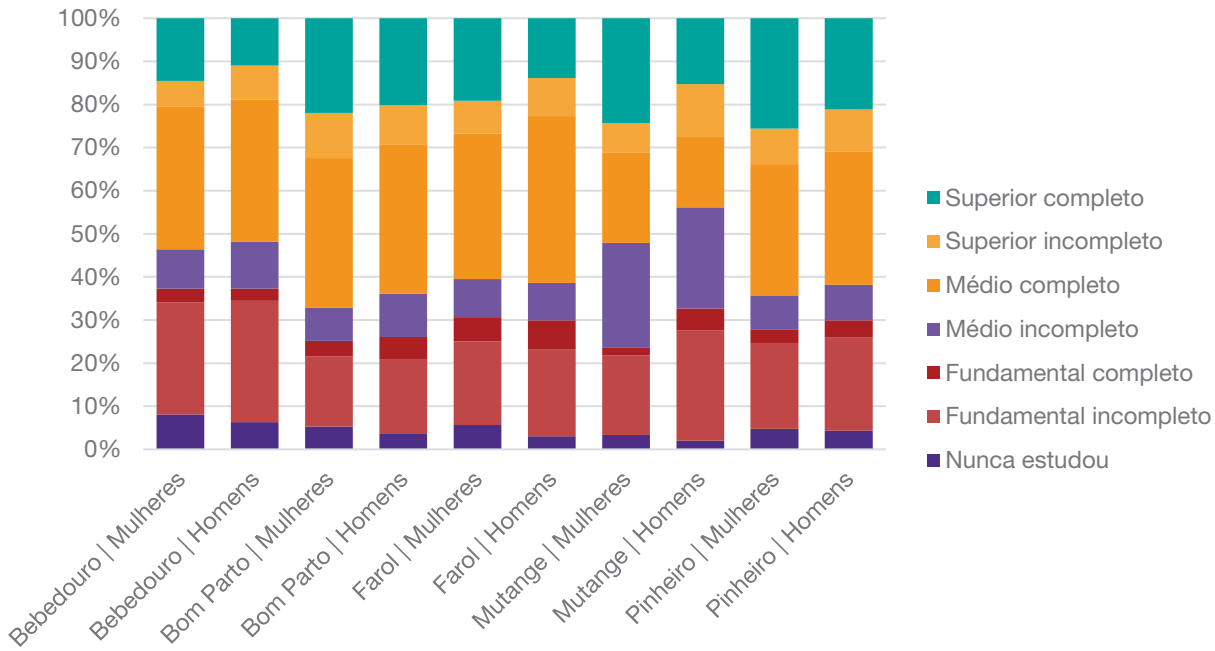
| Escolaridade | Bebedouro | Bom Parto | Farol | Mutange | Pinheiro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nunca estudou | 7,3 | 4,5 | 4,5 | 2,8 | 4,6 | 5,2 |
| Fundamental incompleto | 27,0 | 16,7 | 19,7 | 21,7 | 20,6 | 21,4 |
| Fundamental completo | 3,0 | 4,4 | 6,1 | 3,2 | 3,6 | 3,9 |
| Médio incompleto | 9,9 | 8,7 | 8,8 | 24,0 | 8,0 | 9,0 |
| Médio completo | 33,0 | 34,7 | 35,9 | 18,9 | 30,7 | 32,4 |
| Superior incompleto | 6,9 | 9,8 | 8,2 | 9,2 | 8,9 | 8,5 |
| Superior completo | 12,9 | 21,2 | 16,7 | 20,3 | 23,6 | 19,6 |
| **Total** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** |

Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

Considerando a análise por gêneros entre os bairros, tem-se destaque que a proporção de mulheres em cada faixa de escolaridade é maior que a de homens, das mais baixas às mais altas, com algumas exceções pontuais. Entre as pessoas que não concluíram a jornada escolar, nota-se que no Mutange a situação é mais agravada, representando 56% dos homens e 48% das mulheres do bairro (Figura 39).

Entre as pessoas que concluíram o ensino superior, a maior representatividade é de mulheres do Pinheiro (14%) e do Farol (13%) (Tabela 9).

**Figura 39. NF1, escolaridade entre maiores de 18 anos por gênero por bairros (%)**




Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

**Tabela 9. NF1, população com mais de 18 anos por escolaridade por gênero por bairros (%)**

| Escolaridade | Gênero | Bebedouro | Bom Parto | Farol | Mutange | Pinheiro | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nunca estudou | Feminino | 4,4 | 2,9 | 3,1 | 1,8 | 2,6 | 3,2 |
| | Masculino | 2,9 | 1,6 | 1,4 | 0,9 | 1,9 | 2,0 |
| Fundamental incompleto | Feminino | 14,1 | 9,0 | 10,6 | 10,1 | 11,0 | 11,4 |
| | Masculino | 12,9 | 7,6 | 9,1 | 11,5 | 9,6 | 10,1 |
| Fundamental completo | Feminino | 1,7 | 2,0 | 3,1 | 0,9 | 1,8 | 2,0 |
| | Masculino | 1,3 | 2,3 | 3,0 | 2,3 | 1,8 | 1,9 |
| Médio incompleto | Feminino | 5,0 | 4,3 | 4,9 | 13,4 | 4,4 | 4,7 |
| | Masculino | 5,0 | 4,5 | 3,9 | 10,6 | 3,7 | 4,3 |
| Médio completo | Feminino | 17,9 | 19,3 | 18,6 | 11,5 | 16,9 | 17,7 |
| | Masculino | 15,1 | 15,4 | 17,4 | 7,4 | 13,8 | 14,7 |
| Superior incompleto | Feminino | 3,2 | 5,8 | 4,2 | 3,7 | 4,6 | 4,4 |
| | Masculino | 3,6 | 4,0 | 4,0 | 5,5 | 4,3 | 4,1 |
| Superior completo | Feminino | 7,9 | 12,2 | 10,5 | 13,4 | 14,2 | 11,8 |
| | Masculino | 5,0 | 9,0 | 6,2 | 6,9 | 9,4 | 7,8 |
| **Total** | | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** | **100,0** |

Fonte: Diagonal, Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação. 2021. Base de dados PCF, agosto/2023.

A análise de dados de renda, ocupação e escolaridade de uma população são relevantes por fornecer indicativos quanto à sua condição de inserção social. Uma inserção social considerada vulnerável (vulnerabilidade social) é caracterizada por uma situação em que as condições de trabalho são precárias e as relações de proximidade são frágeis (CASTEL, 1997).

A partir da análise das condições socioeconômicas da população no momento imediatamente anterior à sua realocação, estipulado como linha de base, conclui-se que se trata de um grupo com indicadores heterogêneos quanto à vulnerabilidade social, abarcando desde pessoas em situação de extrema pobreza, sem ocupação formal e baixa escolaridade, a pessoas com ocupações estáveis e rendas e escolaridades mais altas.

Ao considerar um processo de realocação de muitas famílias do mesmo território, o que implica em maior fragilidade das relações de proximidade, é de extrema importância que haja atenção especial às famílias oriundas dos bairros do Mutange e Bebedouro. Por se tratar de pessoas com rendimentos familiares baixos, níveis de escolaridades mais baixos e ocupações sem vínculo empregatício, de forma geral, tem-se a possibilidade de agravamento das condições de vulnerabilidade social.

Nesses bairros ainda se apresentam os menores rendimentos associados às mulheres, podendo agravar ainda mais as condições de vulnerabilidade social, uma vez que mulheres possuem maior suscetibilidade à pobreza, pela sua forma de ingresso no mercado de trabalho e sobrecarga de trabalhos domésticos (FELKER-KANTOR; WOOD. 2012).

## 2.3 Núcleo Focal 2 (NF2) – Área do entorno do NF1, Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes, e Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió

A tendência demográfica observada em Maceió foi de diminuição de suas taxas de crescimento no período entre os Censos 2000 e 2010, sendo que, na projeção elaborada para 2020, essa tendência permanece. Isso se deve, sobretudo, à grande queda nas taxas de fecundidade durante esse período, em paralelo com a manutenção de um saldo migratório negativo ou próximo de zero para o município.

Nos Núcleos Focais, há situações distintas, apesar da tendência de redução das taxas de crescimento. No NF2, o crescimento demográfico já era baixo no período intercensitário, entre 2000 e 2010, com uma taxa de crescimento inferior a 1,0% ao ano. No período projetado, de 2010 a 2020, a taxa reduziu-se ainda mais, passando a 0,4% ao ano. No caso do NF3, as taxas de crescimento são significativamente maiores, tendo sido bastante elevadas no período 2000-2010 e mantendo-se em níveis comparativamente maiores que as do NF2 no período projetado, o que permite supor que os bairros que o compõem ainda são áreas em processo de ocupação e adensamento, como é o caso de Santa Lúcia, Serraria, Petrópolis, Cidade Universitária e Benedito Bentes. As taxas de crescimento populacional do NF3 também são significativamente superiores à taxa observada para Maceió (NF4), às médias estadual e nacional (Tabela 10).

**Tabela 10. NF2, NF3 e NF4 Maceió, população residente por bairros, 2000, 2010 e 2020**

| Local | População | | | Taxa de crescimento | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2000 | 2010 | 2020 | 2000-2010 | 2010-2020 |
| **NF2** | **80.355** | **86.308** | **90.544** | **0,60** | **0,41** |
| Bebedouro (remanescente) | 1.259 | 1.314 | 1.354 | 0,43 | 0,30 |
| Bom Parto (remanescente) | 8.284 | 8.344 | 8.387 | 0,07 | 0,05 |
| Chã da Jaqueira | 16.411 | 16.573 | 16.688 | 0,10 | 0,07 |
| Chã de Bebedouro | 9.818 | 9.831 | 9.840 | 0,01 | 0,01 |
| Farol (remanescente) | 12.127 | 14.346 | 15.925 | 1,69 | 1,05 |
| Gruta de Lourdes | 13.678 | 14.257 | 14.669 | 0,42 | 0,29 |
| Levada | 9.335 | 10.882 | 11.983 | 1,55 | 0,97 |
| Pinheiro (remanescente) | 5.189 | 5.981 | 6.544 | 1,43 | 0,90 |
| Pitanguinha | 4.254 | 4.780 | 5.154 | 1,17 | 0,76 |
| **NF3** | **389.219** | **490.404** | **562.429** | **3,02** | **1,70** |
| Benedito Bentes | 63.490 | 87.957 | 105.373 | 3,31 | 1,82 |
| Canaã | 4.020 | 4.247 | 4.409 | 0,55 | 0,37 |
| Cidade Universitária | 46.837 | 69.874 | 86.272 | 4,08 | 2,13 |
| Clima Bom | 51.214 | 55.787 | 59.042 | 0,86 | 0,57 |
| Jacintinho | 79.351 | 86.514 | 91.613 | 0,87 | 0,57 |
| Jardim Petrópolis | 3.969 | 5.081 | 5.873 | 2,50 | 1,46 |

| Local | População | | | Taxa de crescimento | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2000 | 2010 | 2020 | 2000-2010 | 2010-2020 |
| Petrópolis | 14.489 | 23.610 | 30.102 | 5,00 | 2,46 |
| Santa Amélia | 7.519 | 10.649 | 12.877 | 3,54 | 1,92 |
| Santa Lúcia | 15.424 | 26.015 | 33.554 | 5,37 | 2,58 |
| Santo Amaro | 1.790 | 1.918 | 2.009 | 0,69 | 0,47 |
| Serraria | 13.143 | 22.585 | 29.306 | 5,56 | 2,64 |
| Tabuleiro do Martins | 54.369 | 64.629 | 71.932 | 1,74 | 1,08 |
| Vergel do Lago | 33.604 | 31.538 | 30.067 | -0,63 | -0,48 |
| **NF4 Maceió** | **797.759** | **932.748** | **1.028.833** | **1,58** | **0,99** |
| Alagoas | 2.822.621 | 3.120.494 | 3.351.092 | 1,01 | 0,72 |
| Brasil | 169.799.170 | 190.755.799 | 211.755.692 | 1,17 | 1,05 |

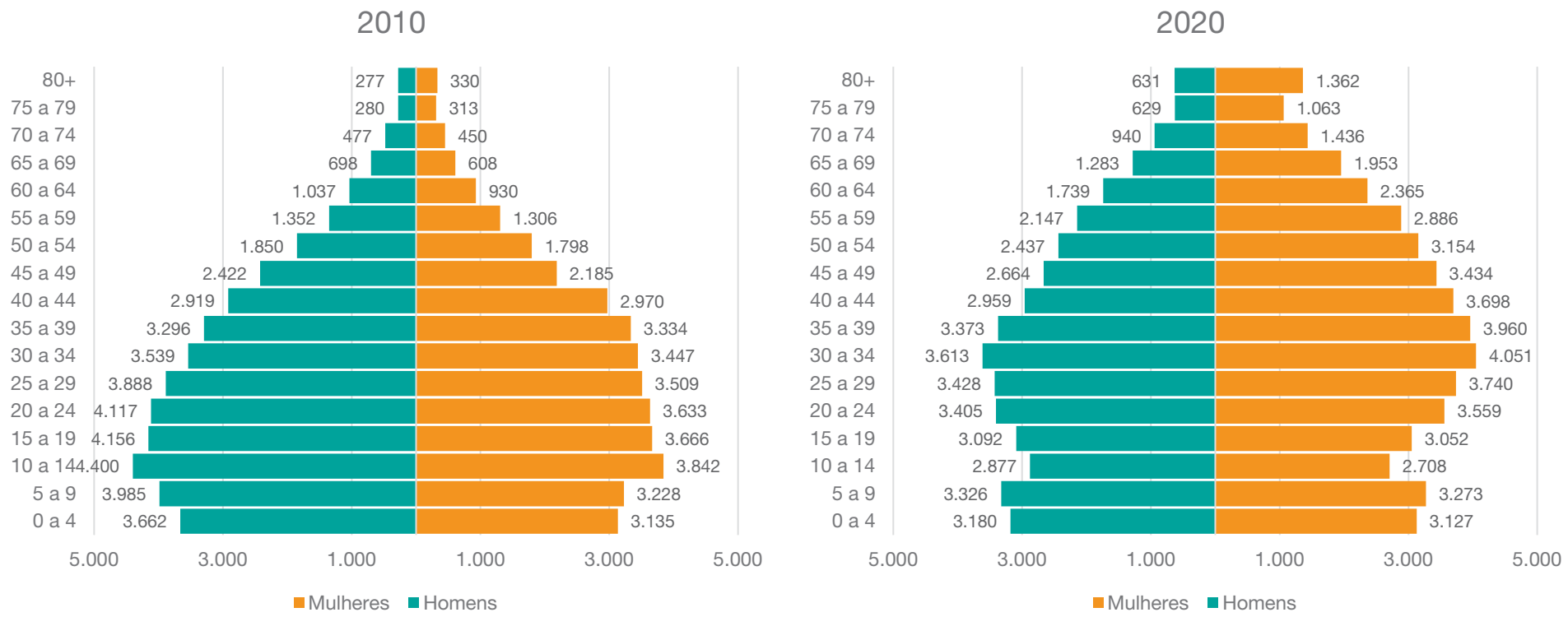
Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010. Dados do Universo. Agregado por setores censitários. Projeções Diagonal, 2021.

Associado à queda na taxa de crescimento demográfico está o declínio da taxa de fecundidade total (TFT), que acontece, em ritmos e níveis variados, em estados e municípios, fazendo com que o Brasil passe por um processo acelerado de envelhecimento relativo da população. A TFT pode ser definida como o "número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado" (DATASUS, 2021). Entre 2000 e 2010, a TFT brasileira passou de 2,38 filhos por mulher para 1,90, uma redução de 20,1%. Na Região Nordeste, apesar do nível comparativamente mais alto da TFT, a redução foi maior, passando de 3,16 filhos por mulher em 2000 para 2,47, em 2010, uma redução de 21,8%. Em Alagoas houve a segunda maior redução de fecundidade da Região Nordeste, de 3,14 filhos por mulher para 2,22, uma redução de 29,2%, apenas superada pela do Ceará, que foi da ordem de 29,7%. Por fim, em Maceió, a TFT passou de 2,21 filhos por mulher em 2000 para 1,77 em 2010, uma redução da ordem de 19,9%. A redução da TFT é um fenômeno de âmbito nacional, que vem ocorrendo de forma sustentada desde a década de 1960, quando era de 6,28 filhos por mulher no Brasil. Conforme pesquisas mais recentes, a TFT atingiu o nível de 1,7 filho por mulher em 2018, apontando que sua tendência de queda ainda se sustenta.

A Figura 40, a Figura 41 e a Figura 42 apresentam a distribuição da população de Maceió, do NF2 e do NF3 por sexo e faixas etárias entre o ano do último Censo Demográfico, 2010, e a projeção elaborada para este estudo, 2020, permitindo observar como a queda da TFT e o consequente processo de envelhecimento relativo da população alteraram a estrutura etária dessas áreas nos últimos dez anos. Nos três NF, existia um estreitamento da base da pirâmide em 2010, um indício de que o processo de envelhecimento relativo já estava em curso, com menos nascimentos e menor número de pessoas nas faixas de 0 a 4, 5 a 9 e, até mesmo, na faixa de 10 a 14 anos. Contudo, esse processo se encontrava em diferentes estágios de evolução, estando mais adiantado no NF2, onde havia um alargamento do topo da pirâmide, especialmente no grupo etário acima de 80 anos, e ainda era incipiente no NF3.

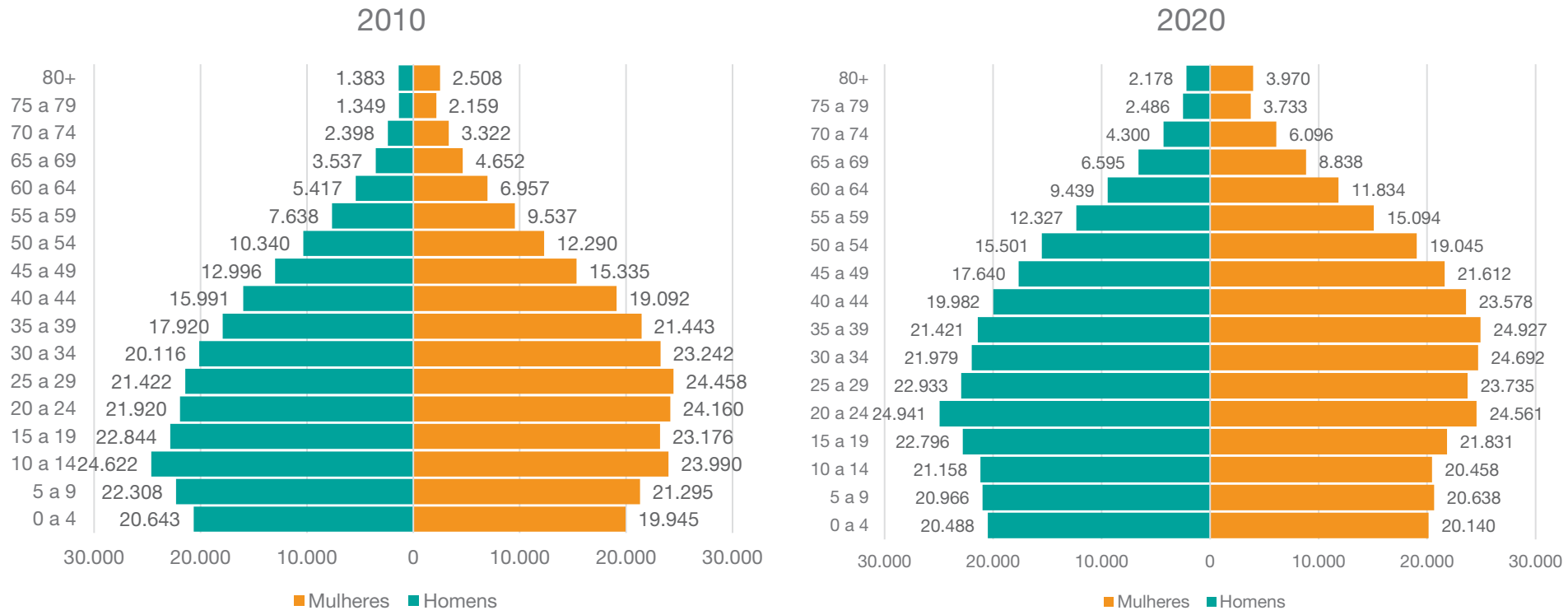
Em 2020, houve a acentuação do envelhecimento relativo da população nas três áreas, com um aumento ainda maior no grupo etário acima dos 80 anos e um aumento relativo da população em idade adulta, na faixa entre 20 a 44 anos. Esse processo é particularmente mais intenso no NF2, mas também pode ser notado na pirâmide de Maceió.

**Figura 40. NF2, pirâmides etárias, 2010 e 2020**



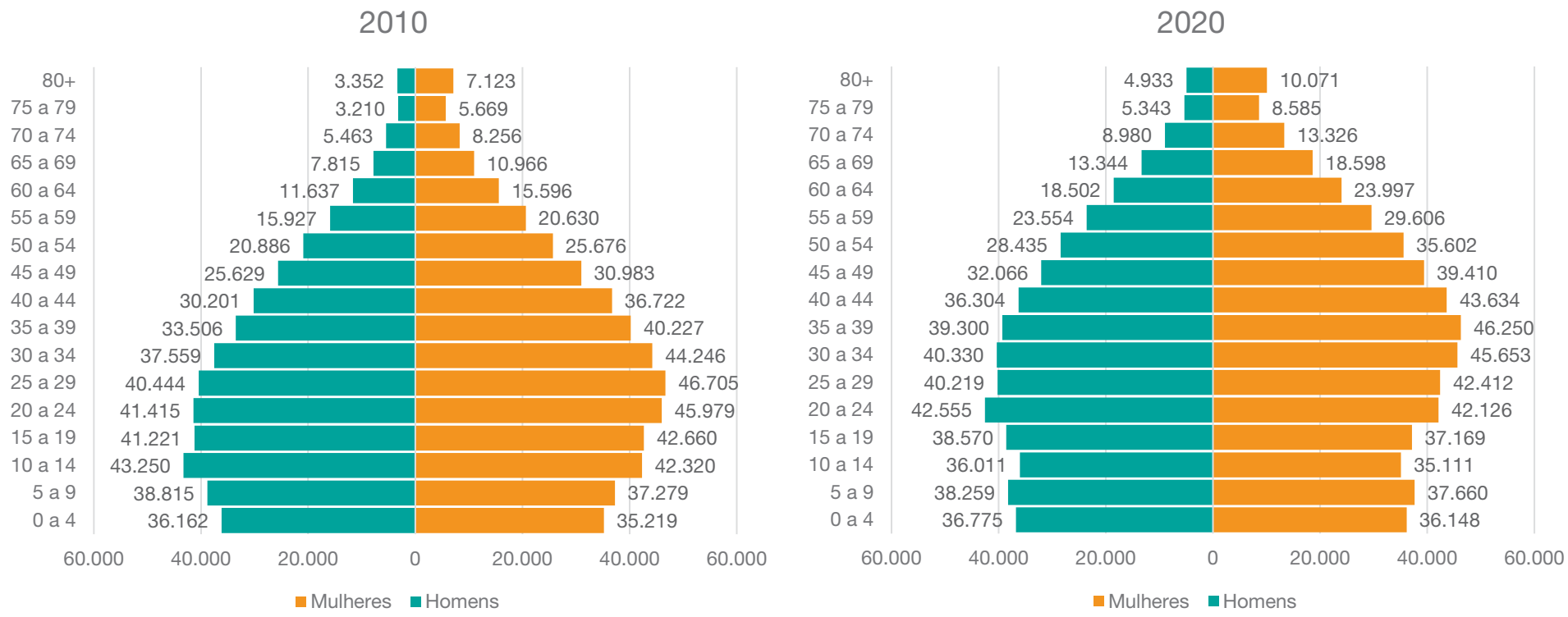

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Projeções demográficas: Diagonal, 2021.

**Figura 41. NF3, pirâmides etárias, 2010 e 2020**




Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Projeções demográficas: Diagonal, 2021.

**Figura 42. NF4 Maceió, pirâmides etárias, 2010 e 2020**




Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Projeções demográficas: Diagonal, 2021.

A Tabela 11 apresenta estimativas populacionais para grupos etários selecionados, os quais são de interesses para a elaboração de políticas públicas. As estimativas foram realizadas com base na projeção elaborada para Maceió, que foi desagregada por bairros com base na tendência de crescimento de suas populações entre 2000 e 2010, obtida a partir da compatibilização dos setores censitários correspondentes aos bairros. Por se tratar de uma estimativa, pode ser utilizada como parâmetro para a formulação de ações específicas para esses grupos, porém com cautela.

**Tabela 11. NF2, NF3 e NF4 Maceió, estimativa populacional de grupos etários selecionados, 2020**

| Local | Faixa etária | | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0 a 14 | 15 a 19 | 20 a 29 | 30 a 64 | 65+ | |
| **NF2** | **18.736** | **6.420** | **14.293** | **42.214** | **8.883** | **90.544** |
| Bebedouro (remanescente) | 280 | 103 | 230 | 628 | 113 | 1.354 |
| Bom Parto (remanescente) | 1.883 | 692 | 1.523 | 3.680 | 609 | 8.387 |
| Chã da Jaqueira | 3.717 | 1.439 | 2.949 | 7.347 | 1.237 | 16.688 |
| Chã de Bebedouro | 2.132 | 824 | 1.776 | 4.321 | 787 | 9.840 |
| Farol (remanescente) | 3.117 | 906 | 2.318 | 7.694 | 1.890 | 15.925 |
| Gruta de Lourdes | 2.721 | 754 | 1.877 | 7.411 | 1.906 | 14.669 |
| Levada | 2.636 | 1.035 | 2.024 | 5.314 | 975 | 11.983 |
| Pinheiro (remanescente) | 1.234 | 346 | 835 | 3.325 | 803 | 6.543 |
| Pitanguinha | 1.016 | 321 | 761 | 2.494 | 563 | 5.155 |
| **NF3** | **120.397** | **33.716** | **96.004** | **216.723** | **40.707** | **562.882** |
| Benedito Bentes | 24.058 | 9.597 | 19.441 | 45.738 | 6.539 | 105.373 |
| Canaã | 1.005 | 352 | 744 | 2.065 | 243 | 4.409 |
| Cidade Universitária | 17.233 | 6.315 | 15.681 | 40.139 | 6.904 | 86.272 |
| Clima Bom | 11.794 | 4.322 | 10.732 | 27.470 | 4.725 | 59.042 |
| Jacintinho | 20.085 | 7.322 | 15.444 | 42.088 | 6.227 | 91.166 |
| Jardim Petrópolis | 1.109 | 363 | 972 | 3.755 | 575 | 6.775 |
| Petrópolis | 6.575 | 2.267 | 4.840 | 14.634 | 1.786 | 30.102 |
| Santa Amélia | 2.655 | 872 | 1.970 | 6.426 | 952 | 12.875 |
| Santa Lúcia | 7.461 | 2.507 | 5.624 | 15.920 | 2.041 | 33.554 |
| Santo Amaro | 417 | 145 | 347 | 902 | 198 | 2.009 |
| Serraria | 6.098 | 1.759 | 3.759 | 15.498 | 2.193 | 29.306 |
| Tabuleiro do Martins | 15.391 | 5.019 | 11.339 | 34.205 | 5.978 | 71.932 |
| Vergel do Lago | 6.516 | 2.473 | 5.111 | 13.621 | 2.346 | 30.068 |
| Maceió | 219.964 | 75.739 | 167.312 | 482.643 | 83.180 | 1.028.838 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010. Dados do Universo. Agregado por setores censitários. Projeções: Diagonal, 2021.

Um indicador que resume o processo de envelhecimento relativo da população é a razão de dependência, que relaciona a população de grupos etários considerados inativos (crianças até 14 anos e idosos acima de 65 anos) com pessoas em idade ativa (entre 15 e 64 anos). De modo

geral, houve um aumento desse indicador no Brasil no período 2000-2010, projetando-se a continuidade dessa tendência em 2020. No NF2 e no NF3, a razão de dependência se comportou de maneiras diferentes, com aumento na projeção de 2010 para 2020 no NF2 e diminuição no NF3 (Tabela 12).

**Tabela 12. NF2, NF3 e NF4 Maceió, razão de dependência, total, 2010 e 2020**

| Local | Razão de dependência total | |
|---|---|---|
| | 2010 | 2020 |
| **NF2** | **41,8** | **44,5** |
| Levada | 52,1 | 43,1 |
| Bebedouro (remanescente) | 45,7 | 38,8 |
| Bom Parto (remanescente) | 49,4 | 41,5 |
| Chã da Jaqueira | 49,6 | 42,2 |
| Chã de Bebedouro | 45,4 | 41,4 |
| Farol (remanescente) | 41,5 | 44,2 |
| Gruta de Lourdes | 37,5 | 45,1 |
| Pinheiro (remanescente) | 39,3 | 44,0 |
| Pitanguinha | 44,2 | 43,2 |
| **NF3** | **46,0** | **40,0** |
| Benedito Bentes | 51,9 | 40,9 |
| Canaã | 45 | 39,4 |
| Cidade Universitária | 46,6 | 39,4 |
| Clima Bom | 46,4 | 40,1 |
| Petrópolis | 41,9 | 38,5 |
| Santa Lúcia | 44 | 39,5 |
| Santo Amaro | 48,2 | 43,6 |
| Serraria | 32,5 | 40 |
| Tabuleiro do Martins | 43,2 | 42,3 |
| Jacintinho | 45,8 | 40,6 |
| Jardim Petrópolis | 36,7 | 40,9 |
| Santa Amélia | 38,2 | 38,9 |
| Vergel do Lago | 48,7 | 41,8 |
| **NF4 Maceió** | **44,0** | **41,8** |
| Alagoas | 54,3 | 51,6 |
| Brasil | 45,9 | 47,1 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010. Dados do Universo. Agregado por setores censitários. Projeções: Diagonal, 2021.

Ao avaliar os componentes da razão de dependência (crianças de 0 a 14 anos e idosos de 65 anos ou mais, separadamente), nota-se que a preponderância da população jovem vem caindo

fortemente. Em relação a crianças de 0 a 14 anos (Tabela 13), em Maceió, a razão era de 36 crianças para cada 100 pessoas em idade ativa em 2010 e foi projetado o declínio para 30 crianças para cada 100 pessoas em idade ativa em 2020. No NF2, a razão de dependência de crianças reduziu de 29,7 para 28,9. Já no NF3 a redução foi maior, tendo o indicador passado de 39,8 para 29,9, praticamente equiparando-se ao nível de 2010 do NF2.

**Tabela 13. NF2, NF3 e NF4 Maceió, razão de dependência, crianças de 0 a 14 anos, 2010 e 2020**

| Local | Razão de dependência de crianças | |
|---|---|---|
| | 2010 | 2020 |
| **NF2** | **29,7** | **28,9** |
| Levada | 42,7 | 31,5 |
| Bebedouro (remanescente) | 35,9 | 27,6 |
| Bom Parto (remanescente) | 41,8 | 31,3 |
| Chã da Jaqueira | 42,0 | 31,7 |
| Chã de Bebedouro | 34,3 | 28,6 |
| Farol (remanescente) | 26,8 | 27,2 |
| Gruta de Lourdes | 24,6 | 26,7 |
| Pinheiro (remanescente) | 25,4 | 26,6 |
| Pitanguinha | 31,4 | 28,0 |
| **NF3** | **39,8** | **29,9** |
| Benedito Bentes | 46,3 | 32,2 |
| Canaã | 40,5 | 31,8 |
| Cidade Universitária | 40,6 | 30,7 |
| Clima Bom | 40,6 | 31,3 |
| Jacintinho | 39,5 | 31,0 |
| Jardim Petrópolis | 28,2 | 26,9 |
| Petrópolis | 37,0 | 30,4 |
| Santa Amélia | 32,1 | 28,6 |
| Santa Lúcia | 38,5 | 31,1 |
| Santo Amaro | 38,6 | 29,9 |
| Serraria | 26,8 | 29,7 |
| Tabuleiro do Martins | 35,3 | 30,6 |
| Vergel do Lago | 40,4 | 30,7 |
| **NF4 Maceió** | **36,0** | **30,3** |
| Alagoas | 45,0 | 37,2 |
| Brasil | 35,1 | 31,4 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010. Dados do Universo. Agregado por setores censitários. Projeções: Diagonal, 2021.

O efeito inverso ocorre na razão de dependência da população com idade superior a 65 anos, cujo peso vem aumentando paulatinamente desde 2000 (Tabela 14). No NF2, onde o processo

de envelhecimento relativo era mais avançado em 2010, esse indicador passou de 12,0 para 15,6, apontando para um aumento da proporção de idosos na população. No NF3, também houve aumento, tendo o índice de envelhecimento passado para 10,2 idosos (acima de 65 anos) para cada 100 jovens (menores de 15 anos).

**Tabela 14. NF2, NF3 e NF4 Maceió, razão de dependência, idosos com mais de 65 anos, 2010 e 2020**

| Local | Razão de dependência de idosos | |
|---|---|---|
| | 2010 | 2020 |
| **NF2** | **12,0** | **15,6** |
| Levada | 9,4 | 11,6 |
| Bebedouro (remanescente) | 9,8 | 11,2 |
| Bom Parto (remanescente) | 7,6 | 10,2 |
| Chã da Jaqueira | 7,6 | 10,5 |
| Chã de Bebedouro | 10,3 | 12,5 |
| Farol (remanescente) | 14,7 | 17,0 |
| Gruta de Lourdes | 12,9 | 18,5 |
| Pinheiro (remanescente) | 13,9 | 17,4 |
| Pitanguinha | 12,8 | 15,1 |
| **NF3** | **6,1** | **10,2** |
| Benedito Bentes | 5,7 | 8,7 |
| Canaã | 4,5 | 7,7 |
| Cidade Universitária | 5,9 | 8,7 |
| Clima Bom | 5,7 | 8,8 |
| Jacintinho | 6,3 | 9,6 |
| Jardim Petrópolis | 8,5 | 14,0 |
| Petrópolis | 4,9 | 8,2 |
| Santa Amélia | 6,1 | 10,3 |
| Santa Lúcia | 5,5 | 8,4 |
| Santo Amaro | 9,6 | 13,8 |
| Serraria | 5,7 | 10,3 |
| Tabuleiro do Martins | 7,9 | 11,7 |
| Vergel do Lago | 8,3 | 11,1 |
| **NF4 Maceió** | **8,0** | **11,5** |
| Alagoas | 9,3 | 10,2 |
| Brasil | 10,8 | 12,5 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010. Dados do Universo. Agregado por setores censitários. Projeções: Diagonal, 2021.

O indicador que melhor exprime o acelerado processo de envelhecimento relativo da população é o índice de envelhecimento, que trata da proporção entre idosos acima de 65 anos e crianças

até 14 anos. Na Tabela 15 é possível notar que o índice aumentou significativamente no Brasil entre 2010 e o valor projetado para 2020, tendo Alagoas e Maceió seguido trajetórias semelhantes. No NF2 houve um ligeiro aumento, enquanto no NF3 a transformação foi substancial, tendo a população idosa passado a representar 34,0% da população residente na área.

**Tabela 15. NF2, NF3 e NF4 Maceió, índice de envelhecimento, 2010 e 2020**

| Local | Índice de envelhecimento | |
|---|---|---|
| | 2010 | 2020 |
| **NF2** | **12,0** | **15,6** |
| Levada | 22,0 | 36,9 |
| Bebedouro (remanescente) | 27,4 | 40,5 |
| Bom Parto (remanescente) | 18,1 | 32,6 |
| Chã da Jaqueira | 18,1 | 33,3 |
| Chã de Bebedouro | 30,0 | 43,6 |
| Farol (remanescente) | 54,7 | 62,7 |
| Gruta de Lourdes | 52,6 | 69,2 |
| Pinheiro (remanescente) | 54,7 | 65,3 |
| Pitanguinha | 40,9 | 54,0 |
| **NF3** | **15,4** | **34,0** |
| Benedito Bentes | 12,2 | 27,2 |
| Canaã | 11,2 | 24,1 |
| Cidade Universitária | 14,6 | 28,2 |
| Clima Bom | 14,1 | 31,3 |
| Petrópolis | 13,3 | 26,8 |
| Santa Lúcia | 14,3 | 27,0 |
| Santo Amaro | 24,9 | 46,0 |
| Serraria | 21,3 | 34,6 |
| Tabuleiro do Martins | 22,4 | 38,2 |
| Vergel do Lago | 20,5 | 36,0 |
| Jacintinho | 16,0 | 31,0 |
| Jardim Petrópolis | 30,1 | 51,9 |
| Santa Amélia | 19,1 | 35,9 |
| **NF4 Maceió** | **22,3** | **37,8** |
| Alagoas | 20,6 | 27,4 |
| Brasil | 30,7 | 39,7 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010. Dados do Universo. Agregado por setores censitários. Projeções: Diagonal, 2021.

Informações atualizadas sobre renda e emprego da população, desagregáveis em nível municipal e, principalmente, em nível intraurbano, são praticamente indisponíveis devido à não

realização do Censo 2020, o que obriga ao uso de informações defasadas, provenientes do Censo 2010. De modo geral, em Maceió, em 2010, entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas à época de realização do Censo, havia uma predominância de indivíduos com rendimentos de até 2 salários-mínimos (Tabela 16) que, em conjunto, representavam cerca de 73,0% da população do município, padrão similar ao observado para Alagoas (70,7%), porém acima da média nacional (66,3%). Para Alagoas e Maceió, a maior parcela da população ocupada encontrava-se na faixa de ½ a 1 salário-mínimo.

**Tabela 16. NF4 Maceió, pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, 2010**

| Local | Brasil | | Alagoas | | Maceió | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Absoluto | % | Absoluto | % | Absoluto | % |
| Até 1/4 de salário-mínimo | 2.661.615 | 3,1 | 69.753 | 6,2 | 10.595 | 2,7 |
| Mais de 1/4 a 1/2 salário-mínimo | 4.486.519 | 5,2 | 104.322 | 9,3 | 24.326 | 6,2 |
| Mais de 1/2 a 1 salário-mínimo | 21.520.777 | 24,9 | 393.438 | 35,1 | 142.405 | 36,6 |
| Mais de 1 a 2 salários-mínimos | 28.550.335 | 33,1 | 225.826 | 20,1 | 107.105 | 27,5 |
| Mais de 2 a 3 salários-mínimos | 9.112.678 | 10,6 | 55.906 | 5,0 | 30.754 | 7,9 |
| Mais de 3 a 5 salários-mínimos | 6.915.448 | 8,0 | 47.405 | 4,2 | 29.172 | 7,5 |
| Mais de 5 a 10 salários-mínimos | 5.046.889 | 5,8 | 35.795 | 3,2 | 25.634 | 6,6 |
| Mais de 10 salários-mínimos | 2.348.952 | 2,7 | 15.209 | 1,4 | 12.029 | 3,1 |
| Sem rendimento | 5.710.627 | 6,6 | 174.361 | 15,5 | 7.547 | 1,9 |
| **Total** | **86.353.839** | **100,0** | **1.122.014** | **100,0** | **389.568** | **100,0** |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010. Dados da amostra.

Um dado mais atual sobre renda, ainda que não comparável à informação abordada anteriormente e restrito somente ao setor formal da economia, é o rendimento médio no setor formal, que teve aumento pouco expressivo entre 2013 e 2017 (Tabela 17).

**Tabela 17. NF4 Maceió, rendimento médio no setor formal, 2013 e 2017 (R$)**

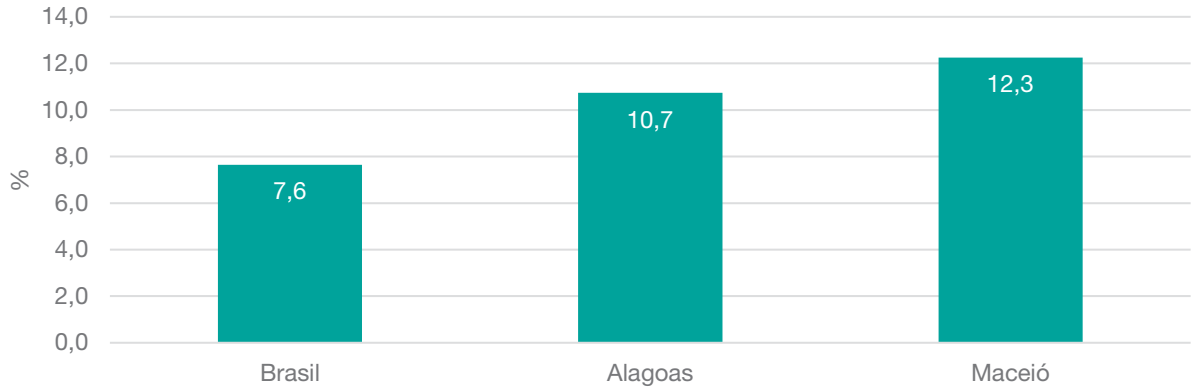
| Local | 2013 (R$) | 2017 (R$) |
|---|---|---|
| Maceió | 1.604,25 | 1.673,47 |
| Alagoas | 1.322,41 | 1.367,20 |
| Brasil | 1.789,39 | 1.812,40 |

Fonte: PNUD Brasil, IPEA e FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2020.

A Figura 43 apresenta outra informação que, apesar de defasada, aponta para a desigualdade observada no Brasil à época do Censo 2010. A taxa de desocupação, mais comumente conhecida como taxa de desemprego, era 7,6% no Brasil em 2010, sendo maior em Alagoas e ainda maior em Maceió, onde era 12,3%, 61% maior que a taxa nacional. Considerando o período recessivo que o Brasil vem atravessando desde 2014, pode-se supor que a taxa

aumentou, mantendo o padrão. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, apontou, para o segundo trimestre de 2021, uma taxa de desemprego no país de 14,1% – em um exercício simples de extrapolação, caso a taxa de desocupação de Maceió tenha se mantido 61% maior que a taxa nacional, em 2021 ela seria de 22,7%.

**Figura 43. NF4 Maceió, desocupação da população (%), 2010**




Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010. Dados da amostra.

Uma informação que pode ajudar a compreender o contexto social no nível intraurbano em Maceió é o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), elaborado pelo IPEA, conforme apontando no item 2.1. Seus subíndices representam três dimensões da vulnerabilidade social: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. O IVS varia de zero (vulnerabilidade muito baixa) a 1 (vulnerabilidade muito alta), com faixas intermediárias, conforme exposto na Figura 44.

**Figura 44. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), faixas de vulnerabilidade social**




Fonte: IPEA, Índice de Vulnerabilidade Social. 2021.

O IVS, seus subíndices e os indicadores que o compõem têm a vantagem de serem oferecidos em escala de Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), ou seja, microterritórios com características sociodemográficas e de vulnerabilidade relativamente homogêneas, permitindo a elaboração de mapas e a leitura intraurbana de sua distribuição.

O Mapa 5, apresentada no item 2.1, mostra o IVS conforme as UDH que compõem o município de Maceió. É possível notar áreas de vulnerabilidade muita alta tanto no NF2 quanto no NF3,

em particular nos bairros Levada, Chã de Bebedouro, Bebedouro, Chã da Jaqueira, Petrópolis e Benedito Bentes. Outras áreas, classificadas como de alta vulnerabilidade, encontram-se mais dispersas pelo município, abrangendo parcelas de praticamente todos os bairros que compõem o NF2 e o NF3.

## 2.4 Panorama sobre o destino das mudanças pós-realocação

Para que a elaboração do PAS seja coerente e alinhada à realidade territorial da população de Maceió, é fundamental que sejam mapeados os destinos das famílias residentes cujos imóveis foram desativados na área da subsidência.

A captação dos fluxos migratórios foi obtida por meio da principal fonte de dados que indica fluxos migratórios populacionais pós-realocação, no contexto do PCF – a da pesquisa do Programa de Acompanhamento Social Continuado dos Assistidos do PCF. Trata-se do questionário de acompanhamento do destino das famílias após o encerramento do processo de compensação. Com base nesta pesquisa, foi possível identificar até junho de 2023 o destino de aproximadamente 63%[16] dos selos com perfil de residente ou misto já compensados e realocados. Importante destacar que a pesquisa tem caráter declaratório e que parte das famílias optou por não informar o endereço de residência.

Os resultados dos questionários apontam que, entre as famílias com destino conhecido, 86,43% permaneceram em Maceió, indicando absoluto predomínio de famílias realocadas para na própria cidade. Considerando as famílias que se instalaram em outros municípios, 7,64% realizaram a mudança para municípios da Região Metropolitana de Maceió, fora a capital.

Um conjunto metropolitano, por princípio, representa uma região que agrega municípios dentro de uma dinâmica que fortalece uma rede de cidades – tanto no que diz respeito à sua configuração física, quanto no campo socioeconômico. Cabe a análise comparativa de que, em algumas outras metrópoles no país, a dinâmica urbana e econômica encontra expressão forte entre alguns dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana (RM), que catalisam determinadas atividades e concentram negócios e PIB.

Em Maceió, cuja RM abarca 13 municípios, este papel de polaridade da capital demonstra uma concentração acentuada, diferentemente de outras RM, incluindo a concentração populacional, tendo Maceió 76% da população metropolitana (IBGE, 2021). Assim, Maceió constitui um município polo metropolitano com uma condição singular, como líder regional em posição de grande discrepância diante dos demais membros da metrópole.

[16] Mais de um selo pode representar construções diferentes dentro de um mesmo terreno com a possibilidade de se ter um único endereço de destino, informado ao pesquisador.

**Tabela 18. PIB a preços correntes, população total e proporção de mudanças definitivas por município da Região Metropolitana de Maceió (RMM)**

| Municípios de destino | PIB (IBGE 2019) | Pop Total (IBGE 2021) | Mudanças (%) |
|---|---|---|---|
| Maceió | 23.411.869 | 1.031.597 | 86,43 |
| Rio Largo | 1.167.790 | 75.662 | 2,64 |
| Marechal Deodoro | 2.408.889 | 52.848 | 2,23 |
| Satuba | 187.817 | 14.042 | 1,18 |
| Paripueira | 170.826 | 13.484 | 0,38 |
| Pilar | 542.755 | 35.310 | 0,32 |
| Barra de São Miguel | 215.073 | 8.434 | 0,27 |
| Barra de Santo Antônio | 185.001 | 16.201 | 0,22 |
| Atalaia | 936.762 | 47.540 | 0,16 |
| Coqueiro Seco | 75.404 | 5.882 | 0,08 |
| Murici | 404.936 | 28.428 | 0,08 |
| Santa Luzia do Norte | 174.614 | 7.344 | 0,05 |
| Messias | 177.493 | 18.201 | 0,03 |
| Subtotal RMM | 30.059.229 | 1.354.973 | 94,07 |
| Outros municípios de Alagoas | - | - | 5,59 |
| Outros municípios do Brasil | - | - | 1,07 |
| **Total** | **-** | **-** | **100** |

Fonte: IBGE, 2021. Braskem, Programa de Acompanhamento Social Continuado dos Assistidos do PCF. junho/2023. Base de dados.
Nota: Universo de 7.725 selos residenciais ou mistos que informaram o endereço de destino ao pesquisador.

Entre as famílias que permaneceram em Maceió, o bairro com maior número de famílias instaladas em definitivo é Cidade Universitária (8,9%), seguido de Tabuleiro do Martins (7,5%) e Santa Lúcia (6,2%). Completando os dez bairros mais procurados para mudanças definitivas, em ordem decrescente, estão: Farol, Benedito Bentes, Serraria, Gruta de Lourdes, Clima Bom, Chã da Jaqueira e Santa Amélia, conforme Tabela 19.

**Tabela 19. Bairros de destino em Maceió para mudanças definitivas (%)**

| Bairro de destino | Mudanças (%) |
|---|---|
| Cidade Universitária (NF3) | 8,9 |
| Tabuleiro do Martins (NF3) | 7,5 |
| Santa Lúcia (NF3) | 6,2 |
| Farol (NF2) | 5,3 |
| Benedito Bentes (NF3) | 5,3 |
| Serraria (NF3) | 4,7 |
| Gruta de Lourdes (NF2) | 4,3 |
| Clima Bom (NF3) | 4,2 |

| Bairro de destino | Mudanças (%) |
|---|---|
| Chã da Jaqueira (NF2) | 3,6 |
| Santa Amélia (NF3) | 3,4 |
| Outros bairros | 46,6 |
| **Total** | **100,0** |

Fonte: Braskem, Programa de Acompanhamento Social Continuado dos Assistidos do PCF, junho/2023. Base de dados.
Nota. Universo de 7.725 selos residenciais ou mistos que informaram o endereço de destino ao pesquisador.

Dentre os 10 bairros mais procurados para mudanças definitivas, 7 estão localizados no NF3 e 3 estão localizados no NF2. Considerando todas as mudanças para moradia final em bairros conhecidos de Maceió, 49,6% tiveram como destino bairros do NF3 e 22,3% foram para bairros do NF2, confirmando a adequação da composição proposta para os Núcleos Focais.

Ainda considerando os dados oriundos do Programa de Acompanhamento Social Continuado dos Assistidos do PCF, na Tabela 20.

**Tabela 20. Proporção de mudanças definitivas por bairro de destino, segundo origem (%)**

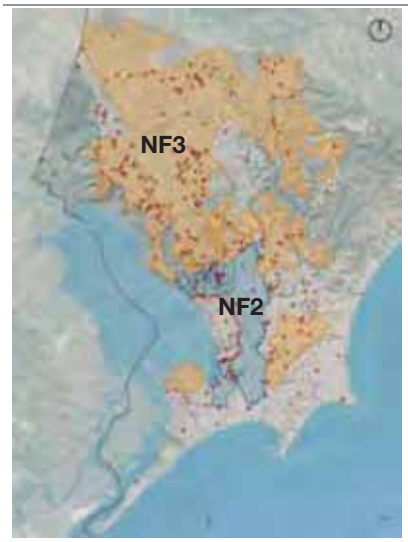
| Bairros de destino | Bairros de origem | | | | | Totais |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Bebedouro | Bom Parto | Farol | Mutange | Pinheiro | |
| Bebedouro (remanescente) | 0,4 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,7 |
| Bom Parto (remanescente) | 0,1 | 1,7 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 2,6 |
| Chã da Jaqueira | 1,7 | 0,4 | 0,2 | 0,7 | 0,7 | 3,6 |
| Chã de Bebedouro | 0,8 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,2 | 1,2 |
| Farol (remanescente) | 0,5 | 0,3 | 0,7 | 0,1 | 3,7 | 5,3 |
| Gruta de Lourdes | 0,4 | 0,0 | 0,3 | 0,1 | 3,5 | 4,3 |
| Levada | 0,1 | 0,6 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,9 |
| Pinheiro (remanescente) | 0,4 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 1,3 | 1,8 |
| Pitanguinha | 0,4 | 0,1 | 0,3 | 0,1 | 1,1 | 1,9 |
| **Total NF2** | **4,8** | **3,3** | **1,8** | **1,4** | **11,0** | **22,3** |
| Benedito Bentes | 1,0 | 1,2 | 0,4 | 0,6 | 2,1 | 5,3 |
| Canaã | 0,3 | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,8 | 1,8 |
| Cidade Universitária | 2,5 | 1,8 | 0,6 | 0,7 | 3,3 | 8,9 |
| Clima Bom | 1,7 | 0,5 | 0,3 | 0,6 | 1,1 | 4,2 |
| Jacintinho | 0,4 | 0,5 | 0,2 | 0,2 | 0,5 | 1,9 |
| Jardim Petrópolis | 1,1 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,9 | 2,4 |
| Petrópolis | 1,0 | 0,1 | 0,0 | 0,2 | 0,8 | 2,1 |
| Santa Amélia | 1,8 | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 1,0 | 3,4 |
| Santa Lúcia | 1,0 | 0,5 | 0,7 | 0,8 | 3,2 | 6,2 |
| Santo Amaro | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,2 |
| Serraria | 0,6 | 0,1 | 0,4 | 0,1 | 3,6 | 4,7 |

| Bairros de destino | Bairros de origem | | | | | Totais |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Bebedouro | Bom Parto | Farol | Mutange | Pinheiro | |
| Tabuleiro do Martins | 2,6 | 0,6 | 0,7 | 0,6 | 3,0 | 7,5 |
| Vergel do Lago | 0,2 | 0,8 | 0,1 | 0,0 | 0,2 | 1,3 |
| **Total NF3** | **14,2** | **6,6** | **3,7** | **4,5** | **20,7** | **49,6** |
| **Total Demais Bairros** | **4,9** | **4,2** | **2,1** | **2,0** | **16,0** | **29,2** |
| **Total Geral** | **23,6** | **14,0** | **7,5** | **7,9** | **47,0** | **100,0** |

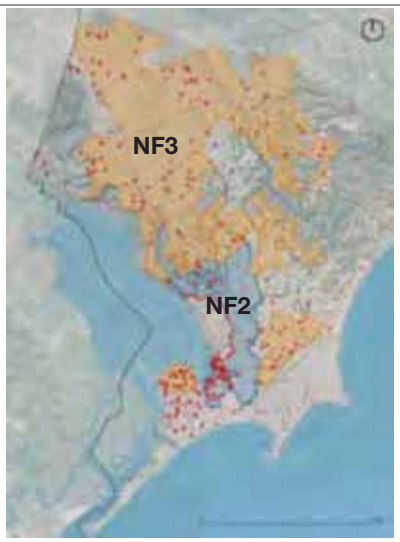
Fonte: Braskem, Programa de Acompanhamento Social Continuado dos Assistidos do PCF. junho/2023. Base de dados.
Nota. Universo de 7.725 selos residenciais ou mistos que informaram o endereço de destino ao pesquisador.

A Figura 45 apresenta o total de famílias realocadas, que declararam o endereço de destino até maio de 2023 segundo os bairros de origem, enquanto o Mapa 10 apresenta o mesmo universo de famílias realocadas, com os bairros de origem juntos[17].

**Figura 45. Famílias realocadas, segundo bairros de origem**

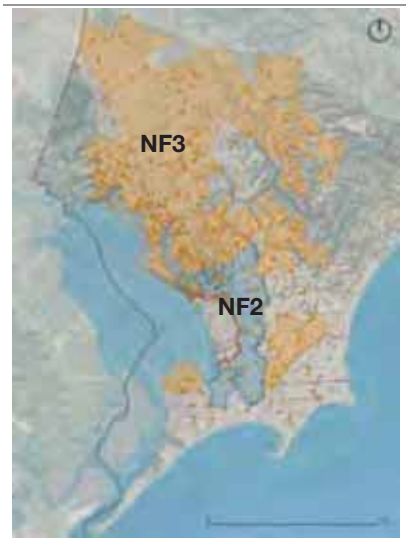


Mutange

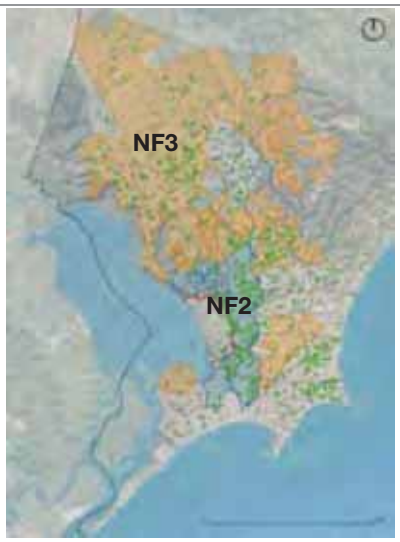


Bom Parto

[17] O mapeamento das famílias realocadas tem base nos dados do PCF, considerando 2,7 mil respostas que indicaram um endereço completo. Este total representa 40% das famílias que fizeram sua mudança definitiva para Maceió.




Bebedouro

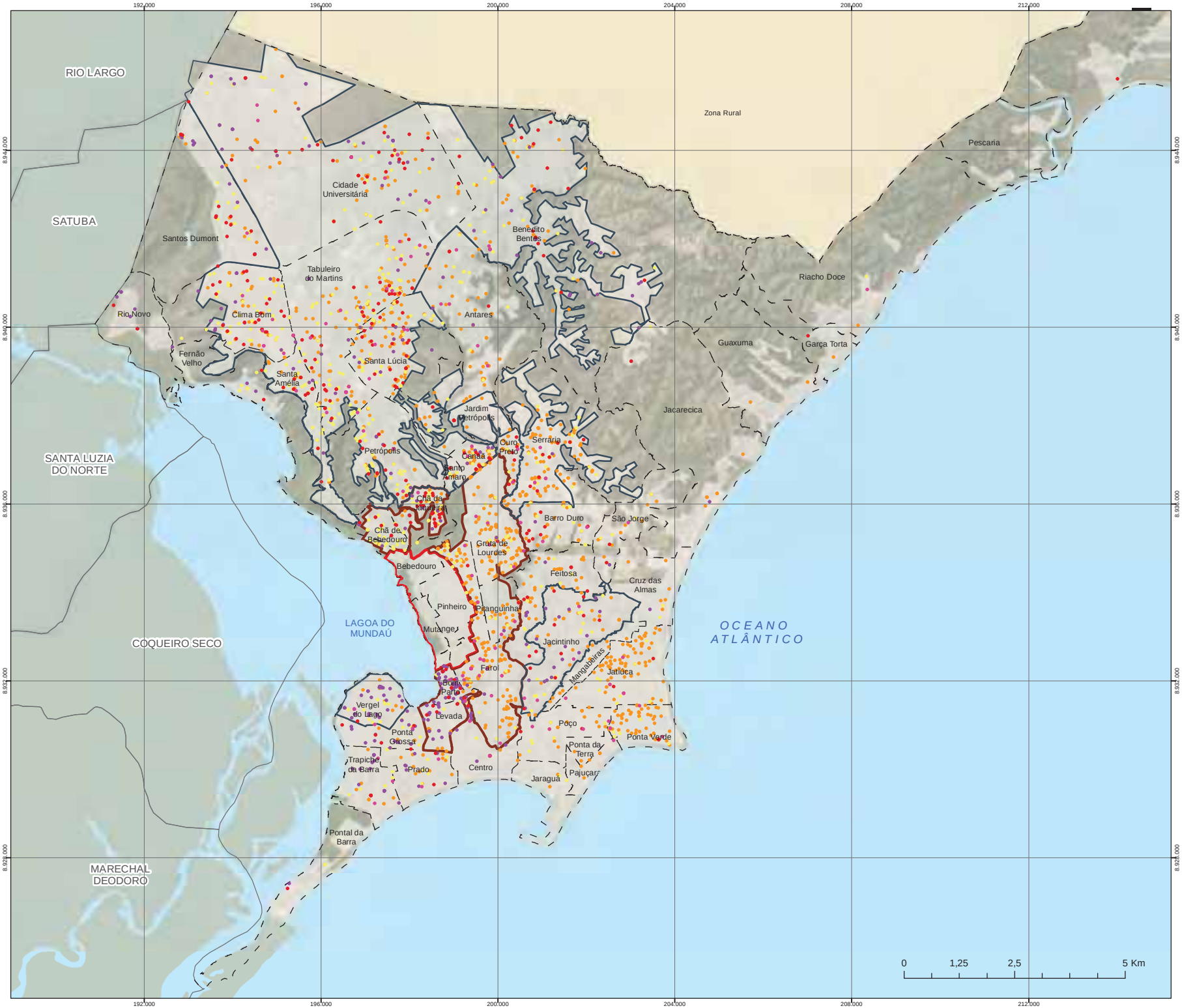



Pinheiro (verde) e Farol (azul)

Fonte: Diagonal, 2022.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

Territoriali ação de fam lias realocadas
Bairro de Origem

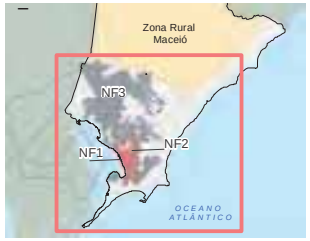
- Farol
- Mutange
- Bom Parto
- Bebedouro
- Pinheiro

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**FAMÍLIAS REALOCADAS SEGUNDO BAIRRO DE ORIGEM: MUTANGE, BOM PARTO, BEBEDOURO, PINHEIRO E FAROL**

Mapa 10

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
PESQUISA PÓS-COMPENSAÇÃO, 2023
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

Para efeito de avaliação demográfica na realocação dos moradores dos bairros do NF1, os dados do Programa de Compensação Financeira (PCF) indicam que ali residiam cerca de 34 mil pessoas, valor condizente com as projeções elaboradas a partir de dados do Censo 2010.[18]

A Tabela 21 apresenta a projeção tendencial da população até 2025, ou seja, como seria a trajetória demográfica do NF2 e NF3 caso não houvesse a subsidência e os bairros seguissem suas trajetórias demográficas observadas nos Censos 2000 e 2010.

No NF2, há baixo dinamismo demográfico em Bebedouro, Bom Parto, Chã de Bebedouro, Chã de Jaqueira e Gruta de Lourdes, com taxas de crescimento demográfico próximas a zero, ou seja, uma situação de quase estabilidade. Apenas os bairros Pinheiro, Farol e Levada apresentavam algum dinamismo demográfico, com taxas de crescimento próximas a 1% ao ano, o que refletia, de certa maneira, a dinamização do mercado imobiliário e um possível adensamento local no período anterior à subsidência, tendência que se estenderia pelos próximos anos.

Por outro lado, no NF3, os bairros Serraria, Santa Lúcia, Petrópolis, Cidade Universitária, Santa Amélia e Benedito Bentes apresentavam elevadas taxas de crescimento no período 2000/2010 e manteriam essas taxas no período projetado entre 2010/2020 e 2020/2025, apesar da tendência declinante. Esses bairros, especialmente Cidade Universitária, Benedito Bentes e Serraria, já se constituíam como fronteiras de crescimento de Maceió na década anterior e devem consolidar essa posição na década atual e na próxima, independentemente do cenário considerado neste estudo.

**Tabela 21. NF2, NF3 e NF4 Maceió, projeção demográfica tendencial por bairros, 2010, 2020**

| Núcleo Focal | Bairro | População | | | Taxa de crescimento (% a.a.) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2010 | 2020 | 2025 | 2010/2020 | 2020/2025 |
| NF2 | Levada | 10.882 | 11.983 | 12.405 | 0,97 | 0,69 |
| | Bebedouro (remanescente) | 1.314 | 1.354 | 1.369 | 0,3 | 0,22 |
| | Bom Parto (remanescente) | 8.344 | 8.387 | 8.403 | 0,05 | 0,04 |
| | Chã da Jaqueira | 16.573 | 16.688 | 16.732 | 0,07 | 0,05 |
| | Chã de Bebedouro | 9.831 | 9.840 | 9.844 | 0,01 | 0,01 |
| | Farol (remanescente) | 14.346 | 15.925 | 16.530 | 1,05 | 0,75 |
| | Gruta de Lourdes | 14.257 | 14.669 | 14.827 | 0,29 | 0,21 |
| | Pinheiro (remanescente) | 5.981 | 6.544 | 6.760 | 0,9 | 0,65 |
| | Pitanguinha | 4.780 | 5.154 | 5.298 | 0,76 | 0,55 |
| NF3 | Benedito Bentes | 87.957 | 105.373 | 112.046 | 1,82 | 1,24 |
| | Canaã | 4.247 | 4.409 | 4.470 | 0,38 | 0,28 |
| | Cidade Universitária | 69.874 | 86.272 | 92.555 | 2,13 | 1,42 |

[18] O número de cerca de 34 mil moradores contempla, além do titular do pleito indenizatório, seu núcleo familiar e/ou partes com pleitos elegíveis ao Programa de Compensação Financeira-PCF.

| Núcleo Focal | Bairro | População | | | Taxa de crescimento (% a.a.) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2010 | 2020 | 2025 | 2010/2020 | 2020/2025 |
| | Clima Bom | 55.787 | 59.042 | 60.290 | 0,57 | 0,42 |
| | Jacintinho | 86.514 | 91.613 | 93.566 | 0,57 | 0,42 |
| | Jardim Petrópolis | 5.081 | 5.873 | 6.176 | 1,46 | 1,01 |
| | Petrópolis | 23.610 | 30.102 | 32.590 | 2,46 | 1,6 |
| | Santa Amélia | 10.649 | 12.877 | 13.731 | 1,92 | 1,29 |
| | Santa Lúcia | 26.015 | 33.554 | 36.442 | 2,58 | 1,67 |
| | Santo Amaro | 1.918 | 2.009 | 2.044 | 0,46 | 0,35 |
| | Serraria | 22.585 | 29.306 | 31.881 | 2,64 | 1,7 |
| | Tabuleiro do Martins | 64.629 | 71.932 | 74.730 | 1,08 | 0,77 |
| | Vergel do Lago | 31.538 | 30.067 | 29.504 | -0,48 | -0,38 |
| **Total – NF2 e NF3** | | **576.712** | **652.973** | **682.193** | **1,25** | **0,88** |
| **Total – NF4 Maceió** | | **932.748** | **1.028.833** | **1.065.651** | **0,99** | **0,71** |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010. Dados do Universo. Agregado por setores censitários. Projeções: Diagonal, 2021.

Na Tabela 22 são apresentadas as projeções ajustadas ao cenário de redistribuição da população realocada nos bairros que compõem o NF2 e o NF3. Verifica-se uma ligeira dinamização do crescimento demográfico nos bairros do NF2, possivelmente em razão da restrição territorial imposta a eles. Bairros como Gruta de Lourdes e Pitanguinha despontam como importantes áreas de atração da população realocada e, consequentemente, terão crescimento populacional superior ao previsto.

No caso do NF3, a tendência de crescimento demográfico acelerado de bairros como Serraria, Santa Lúcia, Petrópolis, Cidade Universitária e Benedito Bentes, já verificada no cenário tendencial, é potencializada pela chegada das famílias realocadas. As maiores taxas de crescimento demográfico se concentram em Serraria, Santa Lúcia e Canaã, bairros de classe média baixa e em Jardim Petrópolis, bairro de padrão econômico mais elevado. Contudo, em números absolutos, o maior crescimento nos próximos cinco anos se dará nos bairros Cidade Universitária (9.738 habitantes), Benedito Bentes (8.725 habitantes), Serraria (6.030 habitantes), Tabuleiro do Martins (5.865 habitantes), Petrópolis (3.483 habitantes), Jacintinho (3.658 habitantes), Santa Lúcia (6.579 habitantes) e Clima Bom (2.952 habitantes), podendo ocasionar significativos aumentos na demanda por serviços públicos, em particular em educação e saúde.

**Tabela 22. NF2 e NF3, projeção demográfica pós-realocação, por bairros, 2010, 2020 e 2025**

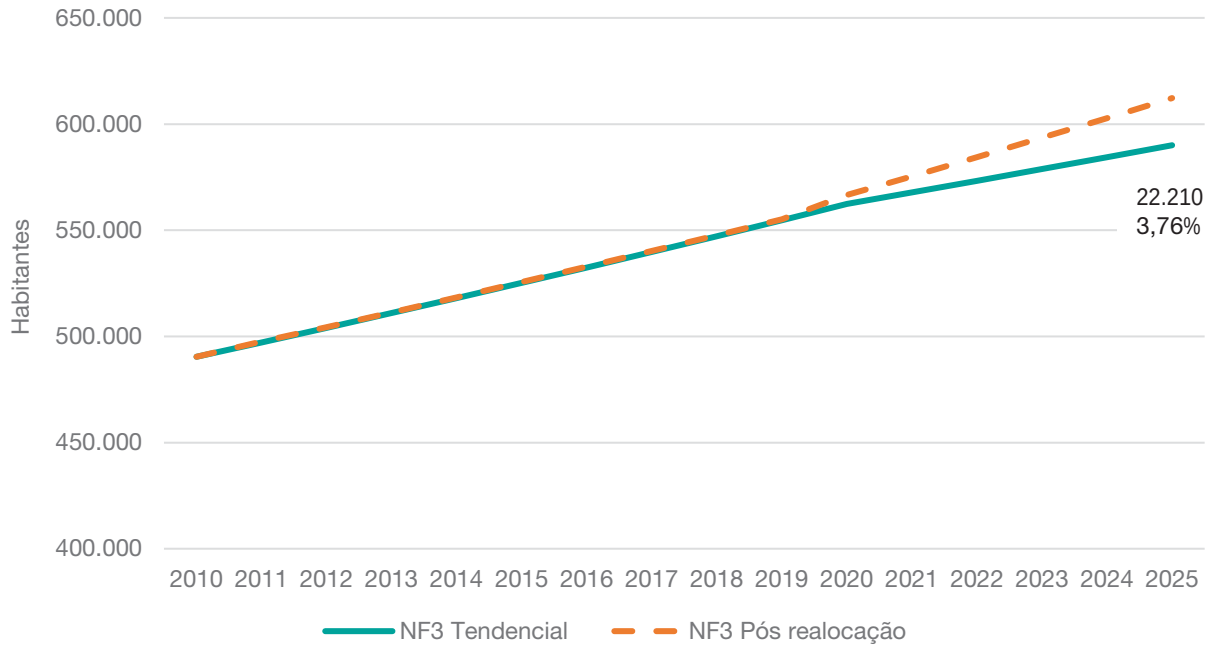
| Núcleo focal | Bairro | População | | | Taxa de crescimento (% a.a.) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2010 | 2020 | 2025 | 2010/2020 | 2020/2025 |
| NF2 | Levada | 10.882 | 12.452 | 14.925 | 1,36 | 3,69 |
| | Bebedouro (remanescente) | 1.314 | 1.376 | 1.488 | 0,46 | 1,58 |
| | Bom Parto (remanescente) | 8.344 | 8.541 | 9.231 | 0,23 | 1,57 |

| Núcleo focal | Bairro | População | | | Taxa de crescimento (% a.a.) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2010 | 2020 | 2025 | 2010/2020 | 2020/2025 |
| | Chã da Jaqueira | 16.573 | 16.974 | 18.268 | 0,24 | 1,48 |
| | Chã de Bebedouro | 9.831 | 9.887 | 10.094 | 0,06 | 0,42 |
| | Farol (remanescente) | 14.346 | 16.592 | 20.116 | 1,47 | 3,93 |
| | Gruta de Lourdes | 14.257 | 15.271 | 18.062 | 0,69 | 3,41 |
| | Pinheiro (remanescente) | 5.981 | 6.822 | 8.252 | 1,32 | 3,88 |
| | Pitanguinha | 4.780 | 5.281 | 5.981 | 1,0 | 2,52 |
| NF3 | Benedito Bentes | 87.957 | 105.841 | 114.566 | 1,87 | 1,6 |
| | Canaã | 4.247 | 4.562 | 5.298 | 0,72 | 3,04 |
| | Cidade Universitária | 69.874 | 87.061 | 96.799 | 2,22 | 2,14 |
| | Clima Bom | 55.787 | 59.432 | 62.384 | 0,63 | 0,97 |
| | Jacintinho | 86.514 | 92.002 | 95.660 | 0,62 | 0,78 |
| | Jardim Petrópolis | 5.081 | 6.026 | 7.003 | 1,72 | 3,05 |
| | Petrópolis | 23.610 | 30.330 | 33.813 | 2,54 | 2,2 |
| | Santa Amélia | 10.649 | 13.104 | 14.953 | 2,10 | 2,67 |
| | Santa Lúcia | 26.015 | 34.396 | 40.975 | 2,83 | 3,56 |
| | Santo Amaro | 1.918 | 2.020 | 2.100 | 0,52 | 0,78 |
| | Serraria | 22.585 | 30.095 | 36.125 | 2,91 | 3,72 |
| | Tabuleiro do Martins | 64.629 | 72.633 | 78.498 | 1,17 | 1,57 |
| | Vergel do Lago | 31.538 | 29.055 | 24.060 | -0,82 | -3,70 |
| **Total – NF2 e NF3** | | **576.712** | **659.753** | **718.652** | **1,35** | **1,72** |
| **Total – NF4 Maceió** | | **932.748** | **1.028.833** | **1.065.651** | **0,99** | **0,71** |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010. Dados do Universo. Agregado por setores censitários. Projeções: Diagonal. 2021.

A Figura 46 ilustra o potencial impacto populacional nos bairros do NF3 se as atuais tendências de redistribuição das famílias realocadas se mantiverem. Considerando não apenas a mudança dessas famílias, mas também o efeito multiplicador que a mudança delas pode ocasionar no local de destino (por exemplo, nascimento de filhos), é plausível supor um impacto da ordem de 3,76% na população residente nos bairros do NF3, ou seja, um acréscimo da ordem de 22 mil pessoas até 2025. Cabe ressaltar que esse número não é uma previsão, mas o resultado de um cenário construído a partir de evidências disponíveis no momento referente a agosto de 2021.

**Figura 46: NF3, comparação entre o cenário tendencial e o cenário pós-realocação, 2010-2025**




Elaboração: Diagonal, 2021.



# 3. Eixo 1: Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades

Este eixo é composto pelas políticas sociais e temas relativos à assistência social, educação, saúde, públicos prioritários e segurança pública.

## 3.1 Assistência Social

O diagnóstico no tema de Assistência Social buscou caracterizar a dinâmica das famílias realocadas e os impactos associados à proteção e desproteção social, considerando os princípios e diretrizes estabelecidos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e reconhecendo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como referência da organização da gestão e da garantia dos direitos de proteção social às pessoas. O objetivo do estudo, para além do mapeamento de alterações da dinâmica social, foi de subsidiar a tomada de decisão acerca de ações de compensação social, com foco em estratégias intersetoriais que promovam o acesso aos serviços socioassistenciais e resultem na melhoria das condições sociais da população e territórios priorizados.

Para tanto, adotou-se uma metodologia que permitisse compreender os níveis de vulnerabilidade e os riscos sociais pré-existentes, os impactos ocasionados pela subsidência e pelas realocações, bem como interfaces com outras políticas sociais. Como abordagem metodológica, foram realizadas três etapas: i) demarcação de categorias conceituais adotadas na área da assistência social, a partir de levantamento bibliográfico; ii) coleta, sistematização e análise de dados secundários de diversas fontes (IBGE, PNUD, Ministério da Cidadania, Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS), abrangendo informações sociodemográficas e sobre a dinâmica de oferta e demanda, acesso aos serviços socioassistenciais e cobertura de proteção social; iii) escuta qualificada de depoimentos de técnicos responsáveis pela gestão e execução da Política de Assistência Social de Maceió, especialmente no que tange aos impactos de acesso, pelas famílias realocadas, aos serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais no município, além de demandas e expectativas destes atores; iv) escuta da sociedade civil, por meio das atividades do Processo Participativo mais amplo conduzido ao longo da elaboração deste Diagnóstico.

Na etapa de levantamento de dados enfrentou-se as limitações relacionadas à defasagem de dados secundários, que apresentam déficit temporal frente à dinâmica de mudanças sociais, e à dificuldade de acesso a dados primários oriundos de registros e bases de dados oficiais, tais como dados territorializados do Cadastro Único (CadÚnico) e do Programa Bolsa Família (PBF), dados de relatórios mensais de atendimento e acompanhamento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e da área de vigilância socioassistencial da SEMAS de Maceió. Tratam-se de limitações associadas à periodicidade das informações, desagregabilidade territorial e populacional das informações e indisponibilidade de informações setoriais.

A periodicidade das informações representa uma lacuna relevante nos dados levantados. Considera-se que os dados oriundos primordialmente do Censo Demográfico de 2010 apresentam uma defasagem temporal significativa em relação ao momento de realização deste estudo.

O nível de desagregabilidade territorial e populacional das informações é outra limitação identificada, pois, embora tenha sido utilizado o IDH por Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH), a delimitação das UDHs não coincide com a dos Núcleos Focais, sendo, por vezes, maiores que os bairros, o que prejudica a exatidão dos dados analisados.

A indisponibilidade de informações desagregadas de assistência social, notadamente as informações da base de dados do CadÚnico correspondentes aos territórios em estudo, representou uma limitação dos estudos, pela falta de acesso a informações específicas e/ou mais atualizadas.

Ainda assim, entende-se que o percurso metodológico possibilitou uma caracterização adequada da realidade vivenciada nos territórios e das repercussões sociais do processo de realocação, assim como a construção de diretrizes para as ações de compensação social.

Por fim, cabe registrar que, para a elaboração destas diretrizes, buscou-se estabelecer sinergia com a política municipal em curso, de modo que parte das propostas de investimento apresentadas neste Diagnóstico está alinhada com o planejamento da Política de Assistência Social da Prefeitura, conforme proposta de PPA municipal para o quadriênio de 2022 a 2025, publicada no Diário Oficial do Município (DOM) em 10/09/2021.

### 3.1.1 Caracterização

A Política de Assistência Social de Maceió segue os termos definidos pela Lei Orgânica da Assistência Social e nela está organizada a execução de serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica – PSB e de Proteção Social Especial – PSE, que se destinam ao atendimento de indivíduos e famílias em situação de risco social e vulnerabilidade social. A SEMAS é o órgão responsável pelo planejamento, execução e avaliação da política.

A rede socioassistencial do município é formada por equipamentos públicos estatais e por serviços de PSB e PSE, bem como entidades de assistência social inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). A proteção social de execução direta e indireta do município está organizada em Territórios de Proteção Social Especial (TPSE). A cidade é dividida em seis TPSE, nos quais estão alocados os equipamentos que ofertam serviços socioassistenciais, conforme o Quadro 2 e o Mapa 11.

**Quadro 2. NF4, territorialização da assistência social**

| TPSE1 | TPSE2 | TPSE3 | TPSE4 | TPSE5 | TPSE6 |
|---|---|---|---|---|---|
| ▪ Barro Duro<br>▪ Cruz das Almas<br>▪ Garça Torta<br>▪ Guaxuma<br>▪ Ipioca<br>▪ Jacarecica<br>▪ Jaraguá<br>▪ Jatiúca<br>▪ Mangabeiras<br>▪ Pajuçara<br>▪ Pescaria<br>▪ Ponta da Terra<br>▪ Ponta Verde<br>▪ Riacho Doce<br>▪ São Jorge<br>▪ Serraria (NF3) | ▪ Bom Parto (NF1 e NF2)<br>▪ Centro<br>▪ Farol (NF1 e NF2)<br>▪ Levada (NF2)<br>▪ Mutange (NF1)<br>▪ Pinheiro (NF1 e NF2)<br>▪ Pitanguinha (NF2)<br>▪ Ponta Grossa<br>▪ Pontal da Barra<br>▪ Prado<br>▪ Trapiche da Barra<br>▪ Vergel do Lago (NF3) | ▪ Canaã (NF3)<br>▪ Cidade Universitária (NF3)<br>▪ Gruta de Lourdes (NF2)<br>▪ Jardim Petrópolis (NF3)<br>▪ Ouro Preto<br>▪ Santa Lúcia (NF3)<br>▪ Santo Amaro (NF3)<br>▪ Tabuleiro do Martins (NF3) | ▪ Antares<br>▪ Benedito Bentes (NF3) | ▪ Feitosa<br>▪ Jacintinho (NF3)<br>▪ Poço | ▪ Bebedouro (NF1 e NF2)<br>▪ Chã de Bebedouro (NF2)<br>▪ Chã da Jaqueira (NF2)<br>▪ Clima Bom (NF3)<br>▪ Fernão Velho<br>▪ Petrópolis (NF3)<br>▪ Rio Novo<br>▪ Santa Amélia (NF3)<br>▪ Santos Dumont |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

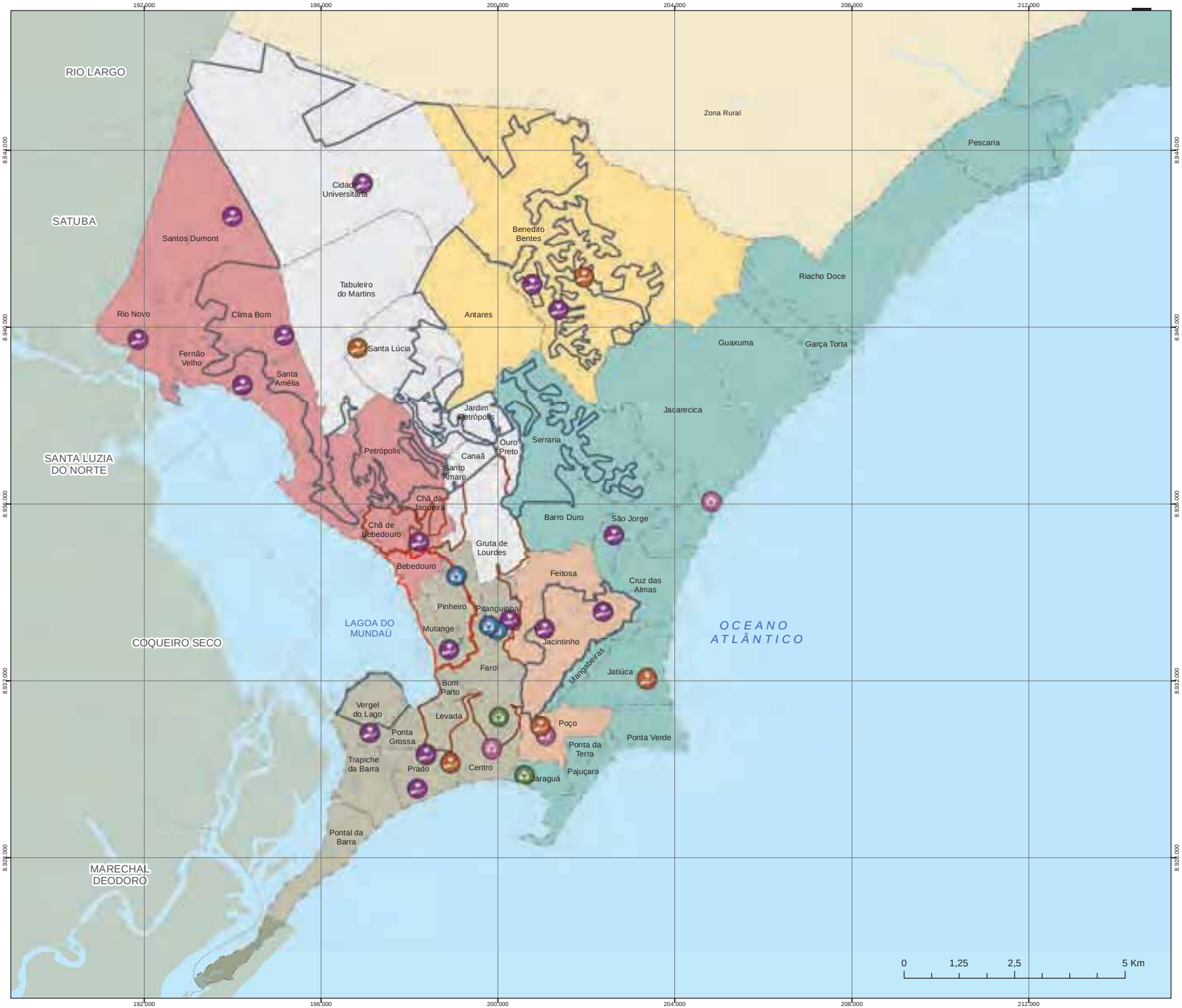
Dos bairros localizados na área de subsidência (NF1), estão inseridos nas áreas de TPSE2 (Bom Parto, Mutange, Pinheiro e Farol) e TPSE6 (Bebedouro).

Os bairros que conformam a área do entorno (NF2) também estão localizados nos TPSE2 (Pitanguinha, Levada e as partes remanescentes de Pinheiro, Farol e Bom Parto), TPSE3 (Gruta de Lourdes) e TPSE6 (Chã de Bebedouro, Chã da Jaqueira e a parte remanescente de Bebedouro).

As principais áreas receptoras (NF3), por sua vez, estão localizadas nos seguintes territórios: TPSE1 (Serraria), TPSE 2 (Vergel do Lago); TPSE3 (Canaã, Cidade Universitária, Santa Lúcia, Santo Amaro, Tabuleiro do Martins e Jardim Petrópolis), TPSE4 (Benedito Bentes), TPSE5 (Jacintinho) e TPSE6 (Clima Bom, Petrópolis e Santa Amélia).

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

**E ipamentos de Assist ncia Social**

- Abrigos
- Centros POP
- CRAS
- CREAS
- Casa de Passagem

**Territ rios de Proteção Social Especial - TPSE**

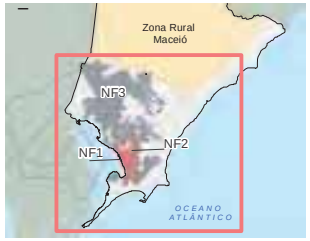
- TPSE1
- TPSE2
- TPSE3
- TPSE4
- TPSE5
- TPSE6

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




## NF4 MACEIÓ,TERRITORIALIZAÇ O DA ASSIST NCIA SOCIAL

Mapa 11

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: | |
|---|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 | Diagonal |

A seguir, é apresentada a caracterização de cada Núcleo Focal considerando a condição sociodemográfica da população e características da rede de assistência social local.

### 3.1.2 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação e Núcleo Focal 2 (NF2) - Área do entorno

O NF1 e o NF2 foram analisados de forma integrada, dada a sobreposição de bairros e territórios da política de assistência social. A seguir, apresenta-se a caracterização sociodemográfica do NF1 e do NF2 e, na sequência, a análise do perfil de oferta, demanda e acesso aos serviços socioassistenciais nestes dois territórios, considerando a sua interdependência e contiguidade na territorialização administrativa definida pela gestão municipal na Política de Assistência Social de Maceió.

#### 3.1.2.1 NF1: Caracterização sociodemográfica

O NF1 corresponde à área de subsidência, onde a população vivenciou situações de riscos e vulnerabilidades sociais, com impactos relevantes em decorrência da realocação.

Buscou-se compreender a dinâmica cotidiana de acesso a bens e serviços sociais nesse território, especificamente aqueles vinculados às seguranças sociais afiançadas pela Política de Assistência Social, quais sejam: segurança de renda e sobrevivência, segurança de acolhida e segurança de convivência. Essas seguranças são materializadas por meio do acesso aos serviços, benefícios, projetos e programas desenvolvidos em equipamentos sociais da política pública em questão.

São duas as dimensões sociodemográficas que se destacam para a mensuração dos níveis de vulnerabilidade de populações nos territórios[19]: a razão de dependência[20] e o índice de envelhecimento populacional[21], conceitos já apresentados no Capítulo 2. Tais indicadores são importantes para configurar as prioridades de ação, tendo em vista as demandas de provimento no âmbito da Política de Assistência Social, contemplando serviços, programas e benefícios no médio e longo prazo. A Tabela 23 apresenta os bairros integrantes do NF1, suas UDH, razão de dependência e taxa de envelhecimento.

**Tabela 23. NF1, razão de dependência e índice de envelhecimento por UDH, 2010**

| Bairro | UDH | Razão de dependência 2010 | Índice de envelhecimento 2010 |
|---|---|---|---|
| Bebedouro | Bebedouro | 43,99 | 5,89 |
| | Bom Conselho | 52,05 | 5,13 |
| | Vale do Silva | 44,63 | 7,40 |
| Bom Parto | Bom Parto | 64,59 | 3,79 |

[19] Para evitar a generalidade de médias municipais, utilizou-se aqui dados a partir de UDH.
[20] A razão de dependência demonstra em que medida são necessários esforços para a garantia de serviços socioassistenciais, seja na infância ou para a pessoa idosa. Níveis altos de razão de dependência, portanto, remetem a desafios no âmbito da proteção integral à criança e ao adolescente, assim como do cuidado e integração da população de pessoas idosas.
[21] Altas taxas de envelhecimento apontam para um processo de transição demográfica mais consolidado, indicando a acentuada tendência de diminuição de crianças e adolescentes e o aumento da população de idosos.

| Bairro | UDH | Razão de dependência 2010 | Índice de envelhecimento 2010 |
|---|---|---|---|
| Bom Parto/ Mutange | Cambona | 51,34 | 4,67 |
| Farol | Farol | 37,71 | 12,83 |
| Pinheiro | Alto do Céu | 45,87 | 7,36 |
| | Coronel Lima Rocha | 38,05 | 9,25 |
| | Encostas Mutange | 50,35 | 3,51 |
| | Jardim Acácia | 39,51 | 9,44 |
| | Jardim Alagoas | 52,17 | 4,63 |
| | Parque Farol | 40,37 | 10,25 |
| | Pitanguinha | 36,05 | 10,79 |
| | Sanatório | 45,37 | 6,15 |

Fonte: PNUD Brasil, IPEA e FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano. 2020.

Os dados demonstram as dinâmicas relativas à população do NF1, onde identificam-se algumas UDH – Bom Parto, Bom Conselho e Cambona – com razões de dependência altas e baixos índices de envelhecimento, o que indica maior incidência de população de crianças e adolescentes; e outras UDH – Pitanguinha, Jardim Acácia e Parque Farol – com menor razão de dependência geral e maior índice de envelhecimento.

Para analisar as condições de vida em uma perspectiva multidimensional, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desagregado em suas dimensões de renda, longevidade e educação. Os IDH das UDH do NF1 são apresentados na Tabela 24.

**Tabela 24. NF1, IDH das UDH, 2000 e 2010**

| Bairro | UDH | IDH 2000 | IDH 2010 |
|---|---|---|---|
| Bebedouro | Bebedouro | 0,438 | 0,595 |
| | Bom Conselho | 0,669 | 0,756 |
| | Vale do Silva | 0,594 | 0,676 |
| Bom Parto | Bom Parto | 0,637 | 0,724 |
| Bom Parto/ Mutange | Cambona | 0,452 | 0,630 |
| Farol | Farol | 0,839 | 0,939 |
| Pinheiro | Alto do Céu | 0,578 | 0,683 |
| | Coronel Lima Rocha | 0,604 | 0,724 |
| | Encostas Mutange | 0,382 | 0,609 |
| | Jardim Acácia | 0,747 | 0,838 |
| | Jardim Alagoas | 0,473 | 0,604 |
| | Parque Farol | 0,750 | 0,838 |
| | Pitanguinha | 0,806 | 0,900 |
| | Sanatório | 0,489 | 0,649 |

Fonte: PNUD Brasil, IPEA e FJP, Atlas do desenvolvimento Humano. 2020.

Dentre os bairros do NF1, Pinheiro tem o IDH mais alto, porém, verificam-se importantes heterogeneidades internas ao próprio bairro que podem apontar, segundo Koga (2011), para as desigualdades[22] intraurbanas presentes nas cidades brasileiras e para a necessidade de uma perspectiva multiescalar para identificar a presença de ilhas de exclusão em territórios considerados de inclusão social, e ilhas de inclusão em territórios considerados de exclusão social. As discrepâncias entre o IDH da UDH Pitanguinha (0,900) em comparação com o IDH de Jardim Alagoas (0,604), por exemplo, representam desigualdades socioterritoriais que também tendem a se manifestar na intensidade dos impactos vivenciados pela população realocada. O contexto socioterritorial em que vivem as famílias interfere em suas condições de vida e vai além da renda, como mostra a própria composição do IDH.

Em relação a Bebedouro, verificam-se também diferenças quanto ao desenvolvimento humano de suas UDH. O bairro apresenta três níveis de IDH: baixo, médio e alto, respectivamente representados nas UDH Bebedouro (0,595), Vale do Silva (0,676) e Bom Conselho (0,756).

Os indicadores que compõem o IDH-Educação evidenciam diferença significativa no acesso à educação nas UDH do NF1. Por exemplo, em 2010, o percentual de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental na UDH Pitanguinha (87,71%) era mais que o dobro em relação à UDH Encostas do Mutange (39,13%), demarcando discrepâncias existentes entre as UDH do bairro Pinheiro.

Do mesmo modo, as desigualdades de renda entre as UDH do NF1 podem ser vistas a partir do indicador IDH-Renda, que, em 2010, registrou rendimento de R$ 2.264,67 em Pitanguinha contra R$ 315,60 em Encostas do Mutange, apresentando uma variação/ desigualdade de aproximadamente sete vezes.

As tendências sociodemográficas e de desenvolvimento humano no território do NF1 revelam a desigualdade intraurbana, com concomitância de áreas com indicadores em níveis considerados altos/ bons, contíguas a outras com baixos níveis de desenvolvimento humano. Tal dinâmica coloca a necessidade de priorizar e fortalecer ações das seguranças sociais destinadas a famílias vulneráveis nos termos da Política de Assistência Social (renda e sobrevivência, convívio e acolhida) nos territórios de destino, seja no NF2, seja no NF3.

Às informações dos IDH somam-se dados da Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação, realizada pela Diagonal junto às famílias realocadas. Dentre os dados levantados, selecionou-se aqui a caracterização de rendimento total familiar. Como visto no Capítulo 2, 45,56% das famílias realocadas declararam ter rendimentos de até dois salários-mínimos. Essa realidade é distinta entre os bairros e destaca-se, em termos de vulnerabilidade, às famílias realocadas do bairro Bom Parto, onde 50,09% declaram rendimento de até um salário-mínimo e 67,56%, de até dois salários-mínimos.

[22] "É no território que as desigualdades sociais se tornam evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais" (KOGA, 2011, p. 33).

No que concerne à situação ocupacional das populações realocadas, 26,02% apresentam um nível mais elevado de segurança de renda, situação do assalariado do setor público (8,39%) e do aposentado/ pensionista (17,63%). Em sua maioria (52,83%), as pessoas entrevistadas encontram-se em segurança de renda precária (assalariados do setor privado sem carteira assinada; autônomo; bico; do lar; empregado doméstico sem carteira assinada; não trabalha por doença/ invalidez; não trabalha – estuda; não trabalha – procura emprego; não trabalha – inativo; e pescador). Nota-se a existência, em nível significativo, de pessoas com segurança de renda precária em todos os territórios de realocação, porém, dentre as famílias realocadas, as oriundas do bairro Bom Parto e Mutange apresentam menor percentual de pessoas com algum nível de segurança de renda (aposentado/ pensionista ou assalariado do setor público).

Os indicadores gerais dos territórios do NF1 apresentam similaridades nas vulnerabilidades sociais, que apontam que uma parcela significativa da população realocada tem necessidade de acompanhamento familiar pelos CRAS, com gestão compartilhada do Programa Bolsa Família (PBF) (nas áreas de saúde, educação e assistência social), e pelos CREAS, articulando serviços intersetoriais com outras políticas sociais nos territórios do NF2 e do NF3, para onde verificou-se a maior parte das mudanças, particularmente com a política de trabalho, geração de emprego e renda.

Os dados da Tabela 25 mostram a forte incidência de famílias com o perfil do CadÚnico nos bairros do NF1, destacando-se Bom Parto, com 80,83% de famílias, 49,08% das quais são beneficiárias do PBF.

**Tabela 25. NF1, famílias no Cadastro Único e PBF, 2018**

| Território | Total de domicílios particulares | Total de famílias no CadÚnico | % das famílias no CadÚnico | Famílias beneficiárias do PBF | % das famílias no CadÚnico com PBF |
|---|---|---|---|---|---|
| Bebedouro | 2.795 | 1.887 | 67,51 | 847 | 44,88 |
| Bom Parto | 3.773 | 3.050 | 80,83 | 1.497 | 49,08 |
| Farol | 5.021 | 1.925 | 38,34 | 705 | 36,62 |
| Mutange | 731 | 411 | 56,22 | 190 | 46,23 |
| Pinheiro | 5.792 | 1.092 | 18,85 | 416 | 38,1 |
| **NF1** | **18.112** | **8.365** | **46,18** | **3.655** | **43,69** |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

A Tabela 26 mostra que, em todos os bairros do NF1, entre os indivíduos registrados no CadÚnico, existe um perfil majoritário de pessoas com renda de até meio salário-mínimo. Dentre os bairros, Pinheiro apresenta o menor percentual de pessoas no CadÚnico com esse perfil de renda.

**Tabela 26. NF1, perfil de renda do Cadastro Único, 2018**

| Território | Total de pessoas no CadÚnico | % de pessoas até R$ 85,00 | % entre R$ 85,01 até R$ 170,00 | % entre R$ 170,01 até 1/2 salário-mínimo | % acima de 1/2 salário-mínimo |
|---|---|---|---|---|---|
| Bebedouro | 5.796 | 31,78 | 21,27 | 32,87 | 14,08 |
| Bom Parto | 9.289 | 31,66 | 27,13 | 31,26 | 9,95 |

| Território | Total de pessoas no CadÚnico | % de pessoas até R$ 85,00 | % entre R$ 85,01 até R$ 170,00 | % entre R$ 170,01 até 1/2 salário-mínimo | % acima de 1/2 salário-mínimo |
|---|---|---|---|---|---|
| Farol | 5.838 | 28,01 | 20,35 | 33,35 | 18,29 |
| Mutange | 1.251 | 30,22 | 24,22 | 33,09 | 9,95 |
| Pinheiro | 3.333 | 29,70 | 18,72 | 34,02 | 17,37 |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

Em continuidade à caracterização do público prioritário atendido pela Política de Assistência Social, analisa-se o contexto da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, que são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os dados da Tabela 27 demonstram que o bairro Bom Parto apresenta maior número proporcional de pessoas idosas que recebem o BPC.

**Tabela 27. NF1, beneficiários BPC, 2018**

| Território | Beneficiários do BPC (A) | Total de pessoas idosas (B) | Idosos que recebem BPC (C) | Idosos que recebem BPC em relação ao total de pessoas idosas, % (C/B) | Idosos que recebem BPC em relação ao total de beneficiários, % (C/A) | Pessoas com deficiência que recebem BPC (D) | Pessoas com deficiência que recebem BCP em relação ao total de beneficiários, % (D/A) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bebedouro | 556 | 1.126 | 118 | 10,5 | 21,2 | 438 | 78,8 |
| Bom Parto | 828 | 872 | 161 | 18,5 | 19,4 | 667 | 80,6 |
| Farol | 614 | 2.326 | 214 | 9,2 | 34,9 | 400 | 65,1 |
| Mutange | 120 | 186 | 21 | 11,3 | 17,5 | 99 | 82,5 |
| Pinheiro | 339 | 2.447 | 127 | 5,2 | 37,5 | 212 | 62,5 |
| **TOTAL** | **2.457** | **6.957** | **641** | **9,2** | **26,1** | **1.816** | **73,9** |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

Dentre o total de beneficiários do BPC nos bairros do NF1, 23,2% correspondem a pessoas idosas e 76,8%, a pessoas com deficiência. Destaca-se, de um lado, o bairro Bom Parto, com maior concentração de beneficiários do BPC (828 pessoas), sendo 19,4% de pessoas idosas e 80,6% de pessoas com deficiência; e, de outro lado, o bairro Pinheiro que, embora tivesse a maior concentração de pessoas idosas (2.447), apresentava o menor percentual de beneficiários idosos do BPC no NF1 (5,2%), indicando menor concentração de pessoas idosas com renda familiar inferior a um quarto de um salário-mínimo *per capita*.

### 3.1.2.2 NF2: Caracterização Sociodemográfica

A seguir, analisa-se a oferta de serviços e programas socioassistenciais no NF2, observando as demandas do público prioritário para a Política de Assistência Social, de modo a mapear transformações sociais ocorridas neste território e apresentar proposições que qualifiquem e fortaleçam os serviços socioassistenciais e as seguranças sociais dessa política. A exemplo da

caracterização do NF1, a caracterização do NF2 é baseada no estudo sociodemográfico do território e sobre a incidência de riscos e/ou vulnerabilidades sociais, a partir de dados secundários e/ou registros oficiais. Nesta análise, também foram utilizados os indicadores razão de dependência, índice de envelhecimento e IDH, por UDH.

Os dados da Tabela 28 apresentam as dinâmicas de razão de dependência e índice de envelhecimento territorial no NF2.

**Tabela 28. NF2, razão de dependência e índice de envelhecimento por UDH, 2010**

| Bairro | UDH | Razão de dependência 2010 | Índice de envelhecimento 2010 |
|---|---|---|---|
| Bebedouro/ Chã de Bebedouro | Bom Conselho | 40,25 | 9,65 |
| | Vale do Silva | 44,63 | 7,40 |
| | Bebedouro | 52,05 | 5,13 |
| Bom Parto | Bom Parto | 64,59 | 3,79 |
| | Cambona | 51,34 | 4,67 |
| Chã da Jaqueira | Paraíso do Horto | 38,47 | 2,59 |
| Farol/ Pitanguinha | Farol | 37,71 | 12,83 |
| | Lopes Trovão | 40,62 | 10,6 |
| | Moenda | 44,15 | 10,54 |
| Levada | Virgem dos Pobres | 45,75 | 6,79 |
| | Ponta Grossa | 43,55 | 10,00 |
| | Vila Olímpica | 56,61 | 4,00 |
| Gruta de Lourdes/ Pinheiro | Gruta de Lourdes | 34,48 | 9,03 |
| | Parque Farol | 40,37 | 10,25 |
| Pinheiro | Alto do Céu | 43,99 | 5,89 |
| | Coronel Lima Rocha | 38,05 | 9,25 |
| | Encostas Mutange | 50,35 | 3,51 |
| | Jardim Acácia | 39,51 | 9,44 |
| | Jardim Alagoas | 52,17 | 4,63 |
| | Sanatório | 45,37 | 6,15 |
| Pitanguinha/ Pinheiro | Pitanguinha | 36,32 | 10,79 |

Fonte: PNUD Brasil, IPEA e FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2020.

Os dados mostram que algumas UDH (Bom Parto, Encostas Mutange, Jardim Alagoas e Vila Olímpica) têm maior taxa de dependência e menor índice de envelhecimento, ou seja, maior incidência de população de crianças e adolescentes, que podem demandar mais estruturação de serviços públicos que possibilitem acesso a cuidados no âmbito familiar e comunitário, bem como acesso a outras políticas públicas, como educação (creche e educação infantil) e saúde (cobertura vacinal, acompanhamento alimentar e nutricional). Por sua vez, Virgem dos Pobres e Ponta Grossa se encontram em situação semelhante às UDH de Moenda, Alto do Céu e Sanatório, com valores medianos de razão de dependência e índice de envelhecimento.

Por outro lado, outras UDH (Pitanguinha, Gruta de Lourdes, Farol e Parque Farol) apresentam menor razão de dependência geral, acompanhada de um maior índice de envelhecimento, o que indica uma transição demográfica mais consolidada e marcador de melhores condições de vida.

Quanto ao IDH, apesar da defasagem temporal, a Tabela 29 sintetiza as condições da população no intervalo de 10 anos, por UDH que compõe o NF2. Considerando as escalas de desenvolvimento humano, as UDH analisadas apresentam uma variação de nível baixo a muito alto. Podem ser destacadas, por exemplo, a discrepância entre os IDH das UDH Farol (muito alto, 0,939) e Bebedouro (baixo, 0,595).

**Tabela 29. NF2, IDH por UDH, 2000 e 2010**

| Bairro | Territórios UDH | IDH 2000 | IDH 2010 |
|---|---|---|---|
| Bebedouro<br>Chã de Bebedouro | Bom Conselho | 0,669 | 0,756 |
| | Vale do Silva | 0,594 | 0,676 |
| | Bebedouro | 0,438 | 0,595 |
| Bom Parto | Bom Parto | 0,637 | 0,724 |
| | Cambona | 0,452 | 0,630 |
| Chã da Jaqueira | Paraíso do Horto | 0,588 | 0,731 |
| Farol/Pitanguinha | Farol | 0,839 | 0,939 |
| | Lopes Trovão | 0,706 | 0,816 |
| | Moenda | 0,668 | 0,790 |
| Levada | Virgem dos Pobres | 0,526 | 0,677 |
| | Ponta Grossa | 0,637 | 0,756 |
| | Vila Olímpica | 0,382 | 0,609 |
| Gruta de Lourdes/Pinheiro | Gruta de Lourdes | 0,820 | 0,900 |
| | Parque Farol | 0,750 | 0,838 |
| Pinheiro | Alto do Céu | 0,578 | 0,683 |
| | Coronel Lima Rocha | 0,604 | 0,724 |
| | Encostas Mutange | 0,382 | 0,609 |
| | Jardim Acácia | 0,747 | 0,838 |
| | Jardim Alagoas | 0,473 | 0,604 |
| | Sanatório | 0,489 | 0,649 |
| Pitanguinha/Pinheiro | Pitanguinha | 0,806 | 0,900 |

Fonte: PNUD Brasil, IPEA e FJP. Atlas do desenvolvimento Humano, 2020.

Em uma análise mais aprofundada, é possível verificar que o território expressa desigualdades sociais e discrepâncias extremas representadas pelo IDH-Renda e IDH-Longevidade. Os dados apontam na direção da coexistência de diferentes escalas de vulnerabilidade identificadas em suas multidimensões, perpassando por acesso à educação, qualidade de vida e disponibilidade de rendimentos.

O IDHM-Renda mostra uma elevada desigualdade entre os territórios e presença de população muito vulnerável: a UDH com rendimento *per capita* mais alto (UDH Farol, R$ 3.235,92) tem valor cerca de 11 vezes maior do que a UDH com renda *per capita* mais baixa (UDH Bebedouro, R$ 294,00).

Outra dimensão que reitera a diferença de níveis de vulnerabilidade social é o IDHM-Longevidade, que indica a expectativa de vida ao nascer. Em metade das UDH do NF2, o índice se encontra abaixo da média nacional (74 anos) e, na outra metade, acima da média nacional, variando entre 69,14 (UDH Bebedouro) a 81,11 anos (UDH Farol).

Em relação ao perfil do público prioritário da assistência social, a Tabela 30 mostra a condição preexistente de vulnerabilidade social do território lindeiro à área de subsidência. O dado mais representativo é a incidência de famílias com perfil de CadÚnico nos bairros do NF2, com destaque a Bom Parto e Chã da Jaqueira: Bom Parto tem 81% de famílias com perfil de CadÚnico e 49% beneficiárias do PBF; e Chã da Jaqueira tem 79% de famílias com perfil de CadÚnico e 47% beneficiárias do PBF.

**Tabela 30. NF2, famílias no Cadastro Único e PBF, 2018**

| Territórios | Total de domicílios particulares | Total de famílias no CadÚnico | % das famílias no CadÚnico | Famílias beneficiárias do PBF | % das famílias no CadÚnico com PBF |
|---|---|---|---|---|---|
| Bebedouro | 2.795 | 1.887 | 67,51 | 847 | 44,89 |
| Bom Parto | 3.773 | 3.050 | 80,84 | 1.497 | 49,08 |
| Chã da Jaqueira | 4.711 | 3.738 | 79,35 | 1.745 | 46,68 |
| Chã de Bebedouro | 2.957 | 1.931 | 65,30 | 880 | 45,57 |
| Farol | 5.021 | 1.925 | 38,34 | 705 | 36,62 |
| Gruta de Lourdes | 4.166 | 401 | 9,63 | 142 | 35,41 |
| Levada | 3.262 | 1348 | 41,32 | 667 | 49,48 |
| Pinheiro | 5.792 | 1.092 | 18,85 | 416 | 38,10 |
| Pitanguinha | 1.355 | 675 | 49,82 | 327 | 48,44 |
| **NF2** | **33.832** | **16.047** | **47,43** | **7.226** | **45,03** |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

Os dados da Tabela 31, sobre beneficiários do BPC, trazem informações sobre outros grupos vulneráveis: o de pessoa idosa e o de pessoa com deficiência. Como já mencionado, Bom Parto tem o maior número relativo de pessoa idosa que recebe o BPC (18,5%) e, ao mesmo tempo, uma alta concentração de pessoas com deficiência que recebem o BPC (667 pessoas ou 81% dos beneficiários do BPC do território). Chama a atenção Chã de Bebedouro, que apresenta o maior percentual de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC (83,2%) no NF2. Gruta de Lourdes, por sua vez, apresenta o menor percentual de pessoas idosas beneficiárias de BPC (2,2%), apesar da significativa presença de quase 2.000 pessoas idosas entre seus moradores, seguindo o perfil do bairro Pinheiro.

**Tabela 31. NF2, beneficiários BPC nos bairros do entorno, 2018**

| Território | Beneficiários do BPC (A) | Total de pessoas idosas (B) | Idosos que recebem o BPC (C) | Idosos que recebem BPC em relação ao total de pessoas idosas, % (C/B) | Idosos que recebem o BPC em relação ao total de beneficiários, % (C/A) | Pessoas com deficiência que recebem o BPC (D) | Pessoas com Deficiência que recebem o BCP em relação ao total de beneficiários, % (D/A) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bebedouro | 556 | 1.126 | 118 | 10,5 | 21,2 | 438 | 78,8 |
| Bom Parto | 828 | 872 | 161 | 18,5 | 19,4 | 667 | 80,6 |
| Chã da Jaqueira | 878 | 1.297 | 177 | 13,7 | 20,2 | 701 | 79,8 |
| Chã de Bebedouro | 679 | 887 | 114 | 12,9 | 16,8 | 565 | 83,2 |
| Farol | 614 | 2.326 | 214 | 9,2 | 34,9 | 400 | 65,1 |
| Gruta de Lourdes | 125 | 1.974 | 43 | 2,2 | 34,4 | 82 | 65,6 |
| Levada | 443 | 993 | 124 | 12,5 | 27,9 | 319 | 72,1 |
| Pinheiro | 339 | 2.447 | 127 | 5,2 | 37,5 | 212 | 62,5 |
| Pitanguinha | 126 | 595 | 33 | 5,6 | 26,2 | 93 | 73,8 |
| **NF2** | **4.588** | **12.517** | **1.111** | **8,8** | **24,2** | **3.477** | **75,7** |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

### 3.1.2.3 NF1 e NF2: caracterização da proteção social básica e especial

Analisa-se a seguir a dinâmica da proteção social, a referência de serviços socioassistenciais e a pressão sobre a capacidade de atendimento de equipamentos socioassistenciais no NF1 e no NF2. Como visto, em termos de rede de proteção social, o NF1 e o NF2 estão inseridos praticamente nos mesmos TPSE: TPSE2 (Mutange, Pinheiro, Farol, Bom Parto, Pitanguinha e Levada), TPSE6 (Bebedouro, Chã de Bebedouro, Chã da Jaqueira) e TPSE3 (Gruta de Lourdes).

O Quadro 3 apresenta a rede socioassistencial de PSB, formada por: CRAS Bom Parto, CRAS Pitanguinha e CRAS Bebedouro.

**Quadro 3. NF1 e NF2, cobertura da Proteção Social Básica**

| Equipamento | Categoria administrativa | Bairro | Núcleo focal |
|---|---|---|---|
| CRAS Bebedouro | Estatal | Bebedouro | NF1/NF2 |
| CRAS Bom Parto | Estatal | Bom Parto | NF1/NF2 |
| CRAS Pitanguinha | Estatal | Pitanguinha | NF2 |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

Os bairros de Bebedouro e Bom Parto foram atingidos diretamente pela subsidência, impactando nos serviços ofertados em seus CRAS, sendo que o de Bom Parto precisou ser realocado deixando parte da área descoberta de atendimento. Os profissionais foram distribuídos para outros CRAS da cidade.

Conforme os depoimentos da equipe técnica e da população, a descontinuidade dos serviços ofertados pelo CRAS Bom Parto impactou diretamente as famílias do território, fragilizando vínculos familiares e comunitários, impactando em perda de referência de usuários da unidade junto aos profissionais do CRAS em questão, situação verificada na fase de levantamento de dados para este Diagnóstico. Segundo informação apresentada pela SEMAS, o CRAS Bom Parto foi realocado em julho de 2022 para o endereço informado no Anexo I, onde os serviços foram retomados.

Em relação ao CRAS Bebedouro, técnicos da SEMAS afirmaram por ocasião da elaboração deste Diagnóstico que a unidade estava em funcionamento, mas com condição de acesso agravada em função de alterações em vias e linhas de transporte, que impactaram negativamente no seu funcionamento. Segundo a Coordenação da Proteção Social Básica da SEMAS de Maceió, havia limitações de infraestrutura e de acesso a este equipamento antes da subsidência, que foram intensificadas23. Em razão do agravamento das condições relatadas à época pelos técnicos, o funcionamento do CRAS Bebedouro foi suspenso pelo Município em janeiro de 2023.

Além do impacto sobre equipamentos, com o processo de realocação tem-se um risco objetivo de ampliação dos graus de vulnerabilidade social das populações realocadas, que migraram para outras áreas de forma pulverizada, dificultando a inserção e o senso de pertencimento aos novos locais de moradia, bem como o acompanhamento pela rede socioassistencial. De acordo com uma técnica da área, há relatos de que a população realocada sofre com estigmas nas áreas receptoras.

> “As pessoas que residiam nos locais que foram diretamente atingidos [...] num contexto geral, o que mudou [...] tínhamos contato com usuários que residiam e hoje não estão mais no local [...] atingiu o emocional, viviam no local há anos e, no novo local, eles não conseguiram se reestruturar da mesma forma, não conseguem ter mais a vivência que tinham, frequentar os mesmos lugares, as igrejas, porque todas [foram] realocadas(Entrevistada 1).”

De forma geral, identificam-se dois pontos centrais quanto ao acesso da população aos serviços de atendimento no âmbito de equipamentos de PSB no NF1 e no NF2: i) a subsidência impactou o acesso aos atendimentos em dois CRAS, que referenciavam a população local; e ii) o deslocamento de parcela das pessoas do NF1 para outras áreas modifica a dinâmica de vínculos sociais e comunitários dessa população em relação às equipes de referência dos CRAS. Nesse sentido, a mudança de território pode acarretar perda de vínculos sociais e comunitários e perda do padrão de proteção social. A eventual falta de capacidade de atendimento pelo sistema de proteção social dos novos moradores de um território pode levar, inclusive, a bloqueios e/ou perdas de benefícios sociais que exigem atualização cadastral por endereço de referência e demais informações necessárias à manutenção de benefícios como PBF e BPC.

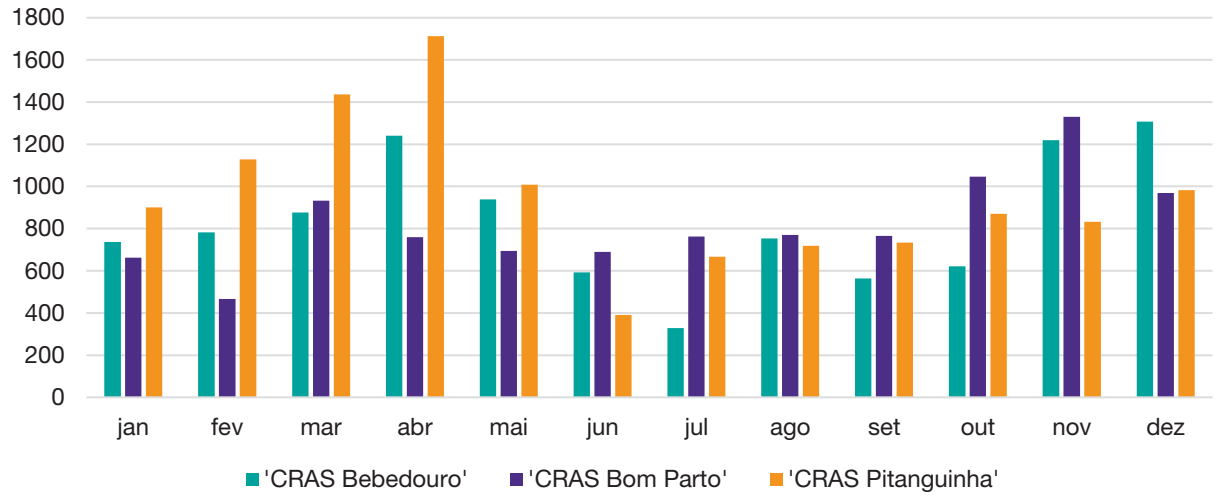
De acordo com o PMAS (2018), as famílias inseridas no PBF são público prioritário dos CRAS e demandavam atendimento nos bairros de Pitanguinha, Vergel do Lago, Bom Parto, Levada, Pontal da Barra, Ponta Grossa e Pinheiro. O mesmo acontece com as famílias beneficiárias do BPC para pessoa idosa e BPC para pessoa com deficiência que buscavam atendimento,

[23] Informação fornecida em reunião ocorrida no dia 28/07/2021, via plataforma Google Meet, às 14:00.

principalmente nos bairros Bom Parto, Centro, Vergel do Lago e Levada. É importante destacar que Levada não possui equipamentos públicos de assistência social, portanto a população local busca atendimento nas áreas circunvizinhas. Além disso ressalta-se que os CRAS que referenciam o NF1 e o NF2 (CRAS Bebedouro, CRAS Bom Parto e CRAS Pitanguinha) não efetivam a cobertura completa.

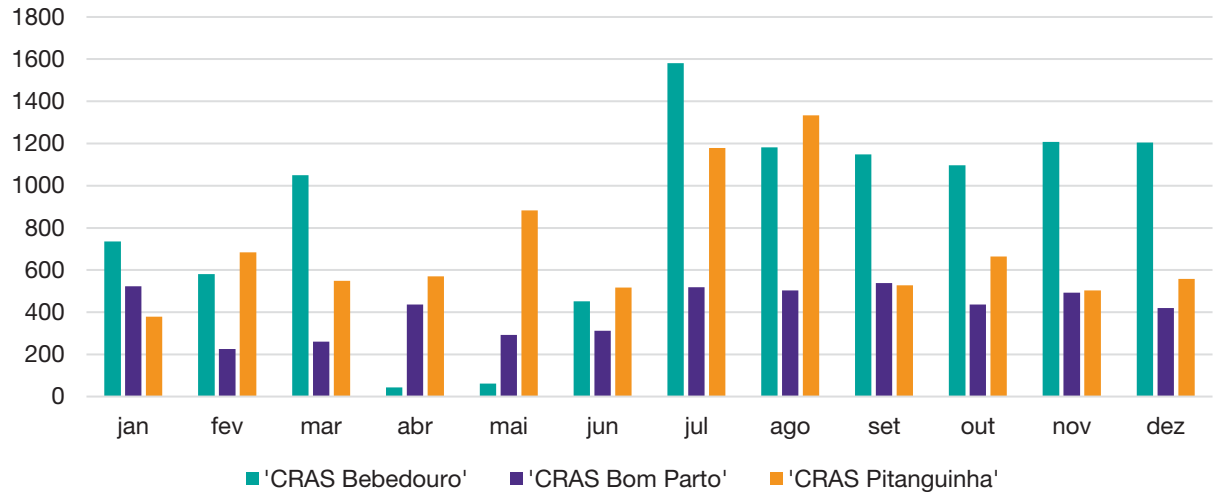
Em relação aos atendimentos nos CRAS, os dados apresentados na Figura 47 à Figura 49 demonstram uma queda de atendimentos no período 2018 a 2020, em especial nos meses de abril a junho de 2019.

**Figura 47. NF1 e NF2, atendimentos realizados CRAS, 2018**



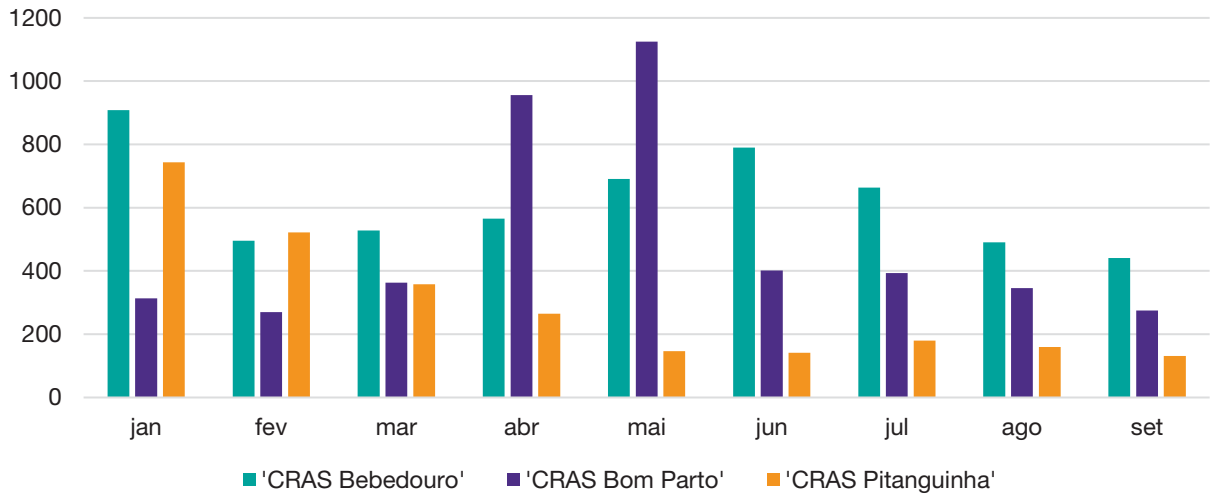

Fonte: MC/SEDS/SNAS/CGPVIS, 2020.

**Figura 48. NF1 e NF2, atendimentos realizados CRAS, 2019**




Fonte: MC/SEDS/SNAS/CGPVIS, 2020.

**Figura 49. NF1 e NF2, atendimentos realizados CRAS, 2020**




Fonte: MC/SEDS/SNAS/CGPVIS, 2020.

A diferença do quantitativo de atendimentos de 2018 a 2020 pode indicar aumento de demanda e pressão nos serviços socioassistenciais das áreas receptoras, uma vez que parte das demandas da população que utilizava os referidos equipamentos provavelmente foi redirecionada para os CRAS dos bairros de destino.

Quanto à PSE no NF1 e NF2, existem especificidades a respeito da cobertura de CREAS: a região apresenta déficits de oferta de serviços para situações de violações de direitos, não tendo sido identificados CREAS para públicos prioritários. Dentre os bairros que compõem o NF1 e o NF2, somente Farol conta com um equipamento, mas que é específico para pessoas em situações de rua (Centro POPII). As demandas dos bairros classificados como NF2 são referenciadas no CREAS Santa Lúcia, região mais distante, que no PAS integra o NF3. O Quadro 4 traz os outros equipamentos de PSE nos bairros do NF1 e NF2.

**Quadro 4. NF1 e NF2, cobertura da proteção social especial**

| Equipamento | Complexidade | Público-alvo | Capacidade de atendimento | Categoria administrativa | Bairro | Núcleo focal |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Abrigo Institucional Acolher (1) | Alta | Criança e adolescente (masc.) | 20 | Estatal | Gruta de Lourdes | NF2 |
| Abrigo Institucional Luzinete Soares | Alta | Criança e adolescente (fem.) | 20 | Estatal | Gruta de Lourdes | NF2 |
| Abrigo Institucional Rubens Colaço | Alta | Criança (masc./ fem.) | 20 | Estatal | Pitanguinha | NF2 |
| Centro Pop II | Média | População em situação de rua | 80 | Estatal | Farol | NF2 |
| Lar da Menina | Alta | Criança e adolescente (fem.) | 20 | Não estatal | Gruta de Lourdes | NF2 |

| Equipamento | Complexidade | Público-alvo | Capacidade de atendimento | Categoria administrativa | Bairro | Núcleo focal |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Lar dos Idosos São Vicente de Paulo | Alta | Idosos | 40 | Não estatal | Farol | NF2 |
| Unidade de Acolhimento Luiza de Marillac (2) | Alta | Idosos (fem.) | 40 | Não estatal | Bebedouro | NF1/ NF2 |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.
Notas: (1) Realocado de Farol para Gruta de Lourdes; (2) Realocado para Farol.

Em entrevista, a equipe da SEMAS relata que a demanda em relação à PSE de média complexidade aumentou desde a subsidência. De acordo com a técnica, seria necessária a instalação de mais um CREAS para atender à demanda emergente.

Somou-se à dinâmica já tensionada de oferta de serviços de PSE a realocação de equipamentos de alta complexidade: Abrigo Institucional Acolher (para crianças e adolescentes) e Unidade de Acolhimento Luiza de Marillac (para idosos). De acordo com relato da técnica, o Abrigo Institucional Acolher, localizado originalmente em Bebedouro, foi realocado no bairro Farol sob condições que, na opinião da técnica entrevistada, naquele momento se mostravam menos adequadas do que no momento pré-subsidência, por razões não especificadas. Atualmente, o equipamento opera em imóvel definitivo, no bairro de Pitanguinha, conforme informação apresentada pela Braskem em junho de 2023 (Anexo I).

Situação semelhante foi constatada na Unidade de Acolhimento Luiza de Marillac, resultando na indicação de apoio complementar para atingir a condição adequada de prestação dos serviços em ambos os equipamentos.

De forma geral, a percepção dos técnicos entrevistados é que o processo de realocação alterou o local da demanda pelos serviços de proteção social, mas que se trata de uma situação de difícil mensuração, pela escolha autônoma dos realocados de seus novos locais de moradia.

Além do impacto nos serviços, os relatos dos técnicos e as escutas realizadas ao longo do processo participativo sugerem que o processo de realocação alterou as dinâmicas da vida social, em virtude da ruptura dos vínculos comunitários e afetivos, junto aos territórios de vivência, o que também é tema a ser abordado no PAS.

#### 3.1.2.4 Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes

O estudo do NF3 tem como fio condutor o mapeamento de possíveis alterações na dinâmica cotidiana de seus bairros com a chegada de nova população e o aumento da demanda sobre os equipamentos públicos. Buscou-se compreender tais alterações, de modo a orientar a concepção de linhas de ação que promovessem melhoria das condições de acesso, nível de cobertura e qualidade de serviços da Política de Assistência Social e, portanto, melhoria das condições de vida, não só da população realocada, como também da população original dos territórios receptores.

Também no NF3, a análise da dinâmica social e demográfica foi realizada a partir de dados agrupados pelas UDH. A Tabela 32 mostra as dinâmicas de razão de dependência e índice de envelhecimento territorial do NF3. As taxas indicam a presença de populações vulneráveis em período anterior à realocação que, em tese, dependem de maiores atenções e/ou são dependentes, ao tempo que estão vulneráveis a riscos diversos, como maus tratos, negligência, violências e/ou violações de direitos.

**Tabela 32. NF3, razão de dependência e índice de envelhecimento por UDH, 2010**

| Bairros | UDH | Razão de dependência 2010 | Índice de envelhecimento 2010 |
|---|---|---|---|
| Benedito Bentes | Benedito Bentes | 37,34 | 5,16 |
| | Cimapra | 51,53 | 2,78 |
| | Vale do Pratagy | 50,55 | 3,96 |
| | Vales do Benedito | 63,86 | 2,80 |
| Canaã/ Santo Amaro | Santo Amaro | 45,96 | 3,97 |
| Cidade Universitária | Brasil | 45,87 | 7,36 |
| | Cidade Universitária | 52,37 | 3,41 |
| | Coca-Cola | 39,53 | 3,38 |
| | Eustáquio Gomes | 36,57 | 6,13 |
| | Graciliano Ramos | 36,08 | 4,03 |
| | Jardim Saúde | 32,37 | 8,76 |
| | Pátio Maceió | 48,39 | 3,11 |
| | Planalto | 33,49 | 9,59 |
| | UFAL | 44,44 | 4,54 |
| Clima Bom | Clima Bom | 47,66 | 3,88 |
| | Osman Loureiro | 31,18 | 4,45 |
| Jacintinho | Jacintinho | 49,80 | 3,27 |
| | 29 de Julho | 45,87 | 7,35 |
| Jardim Petrópolis | Jardim Petrópolis | 34,21 | 6,48 |
| | Aldebaran | 34,55 | 6,89 |
| Petrópolis | Bebedouro | 52,05 | 5,13 |
| | Dom Helder Camara | 29,88 | 1,35 |
| | Parque Municipal | 36,02 | 3,35 |
| | Petrópolis | 40,37 | 4,04 |
| | Sebastião Correia | 35,76 | 3,16 |
| Santa Amélia | Santa Amélia | 39,22 | 5,87 |
| | Feirinha do Tabuleiro | 46,51 | 6,24 |
| | Medeiros Neto | 36,64 | 3,50 |
| Santa Lúcia | Aeroclub | 40,66 | 3,99 |
| | Donizetti Calheiros | 40,79 | 5,32 |
| | Tabuleiro Novo | 43,73 | 3,65 |

| Bairros | UDH | Razão de dependência 2010 | Índice de envelhecimento 2010 |
|---|---|---|---|
| Serraria | Eco Park | 36,47 | 4,86 |
| | Menino Marcelo | 32,80 | 4,46 |
| | Novo Mundo | 33,30 | 5,05 |
| | Serraria | 30,01 | 3,68 |
| Tabuleiro do Martins | Campo do Marituba | 42,63 | 4,23 |
| | Cordeal | 48,90 | 3,66 |
| | Distrito Industrial | 38,28 | 7,32 |
| | Dubeaux Leão | 38,25 | 5,67 |
| | Durval de Goes Monteiro | 42,24 | 7,09 |
| | Feirinha do Tabuleiro | 46,51 | 6,24 |
| | Rio do Silva | 32,39 | 2,66 |
| | Salvador Lyra | 36,42 | 9,00 |
| Vergel do Lago | Vergel | 48,92 | 4,66 |
| | Virgem dos Pobres | 45,75 | 6,97 |

Fonte: PNUD Brasil, IPEA e FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2020.

No NF3, identificou-se uma maior taxa de dependência e menor índice de envelhecimento na UDH Cidade Universitária (52,37 e 3,41, respectivamente) e, em especial, nas UDH do bairro Benedito Bentes – Vale do Benedito (63,86 de razão de dependência e 2,80 de índice de envelhecimento), Cimapra (51,53 de razão de dependência e 2,78 de índice de envelhecimento) e Vale do Pratagy (50,55 de razão de dependência e 3,96 de índice de envelhecimento). Assim, infere-se que há risco de os serviços destinados ao fortalecimento de vínculos dos bairros mencionados se encontrarem pressionados pela migração populacional, exigindo atenção e fortalecimento de serviços socioassistenciais, como também de outras políticas públicas existentes direcionadas a crianças e adolescentes.

As UDH Jardim Saúde (32,37 de razão de dependência e 8,76 de índice de envelhecimento) e Planalto (33,49 de razão de dependência e 9,59 de índice de envelhecimento), no bairro Cidade Universitária, apresentam uma dinâmica de maior proporção de envelhecimento.

As UDH dos bairros de Jacintinho, Jardim Petrópolis, Santa Amélia e Vergel do Lago, e em especial as UDH Jardim Petrópolis e Aldebaran, apresentam baixos índices de envelhecimento e razão de dependência.

No IDH do NF3, tal qual do NF1 e do NF2, há uma melhoria de 2000 a 2010 (Tabela 33). Somente uma UDH apresentou valores considerados baixos (Vale do Benedito, 0,522 e Jacintinho, 0,573). Embora existam diferenças entre as UDH do NF3, nota-se uma certa homogeneidade de indicadores de IDH, predominando valores médios e altos, de acordo com a escala de desenvolvimento do PNUD. Destaca-se o bairro Serraria, com nível de IDH alto (acima de 0,800) e o bairro Jardim Petrópolis com IDH muito alto (acima de 0,900).

**Tabela 33. NF3, IDH por UDH, 2000 e 2010**

| Bairros | UDH | IDH 2000 | IDH 2010 |
|---|---|---|---|
| Benedito Bentes | Benedito Bentes | 0,594 | 0,721 |
| | Cimapra | 0,507 | 0,624 |
| | Vale do Pratagy | 0,441 | 0,619 |
| | Vale do Benedito | 0,435 | 0,522 |
| Canaã/ Santo Amaro | Santo Amaro | 0,473 | 0,649 |
| Cidade Universitária | Brasil | 0,612 | 0,727 |
| | Cidade Universitária | 0,428 | 0,600 |
| | Coca-Cola | 0,594 | 0,683 |
| | Eustáquio Gomes | 0,566 | 0,724 |
| | Graciliano Ramos | 0,694 | 0,756 |
| | Jardim Saúde | 0,754 | 0,838 |
| | Patio Maceió | 0,452 | 0,624 |
| | Planalto | 0,706 | 0,849 |
| | UFAL | 0,578 | 0,683 |
| Clima Bom | Clima Bom | 0,462 | 0,645 |
| | Osman Loureiro | 0,754 | 0,816 |
| Jacintinho | Jacintinho | 0,418 | 0,573 |
| | 29 de Julho | 0,578 | 0,721 |
| Jardim Petrópolis | Jardim petrópolis | 0,820 | 0,900 |
| | Aldebaran | 0,898 | 0,956 |
| Petrópolis | Bebedouro | 0,438 | 0,595 |
| | Dom Helder Câmara | 0,668 | 0,790 |
| | Parque Municipal | 0,668 | 0,790 |
| | Petrópolis | 0,545 | 0,676 |
| | Sebastião Correia | 0,706 | 0,849 |
| Santa Amélia | Santa Amélia | 0,820 | 0,900 |
| | Feirinha do Tabuleiro | 0,507 | 0,649 |
| | Medeiros Neto | 0,604 | 0,731 |
| Santa Lúcia | Aeroclub | 0,566 | 0,731 |
| | Donizetti Calheiros | 0,604 | 0,731 |
| | Tabuleiro Novo | 0,578 | 0,669 |
| Serraria | Eco Park | 0,754 | 0,858 |
| | Menino Marcelo | 0,754 | 0,849 |
| | Novo Mundo | 0,750 | 0,858 |
| | Serraria | 0,705 | 0,838 |

| Bairros | UDH | IDH 2000 | IDH 2010 |
|---|---|---|---|
| Tabuleiro do Martins | Campo do Marituba | 0,545 | 0,683 |
| | Cordeal | 0,435 | 0,609 |
| | Distrito Industrial | 0,669 | 0,756 |
| | Dubeaux Leão | 0,583 | 0,731 |
| | Durval de Goes Monteiro | 0,588 | 0,731 |
| | Feirinha do Tabuleiro | 0,507 | 0,649 |
| | Rio do Silva | 0,637 | 0,756 |
| | Salvador Lyra | 0,669 | 0,790 |
| Vergel do Lago | Vergel | 0,473 | 0,604 |
| | Virgem dos Pobres | 0,526 | 0,677 |

Fonte: PNUD Brasil, IPEA e FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2020.

Na análise do IDH por componente, os territórios do NF3 expressam desigualdades sociais e assimetrias extremas em relação ao IDH-Renda e IDH-Longevidade. Assim como no NF2, os dados apontam na direção da coexistência de diferentes escalas de vulnerabilidades. Observa-se uma significativa desigualdade de rendimento, sendo que a UDH com rendimento *per capita* mais alto (Mundo Novo e Eco Park, R$ 1.545,35) tem valor cerca de 7 vezes maior do que a UDH com renda *per capita* mais baixa (Vale do Benedito, R$ 214,18).

Outra dimensão que reitera as discrepâncias nos níveis de vulnerabilidade está no IDH-Longevidade, que mensura a expectativa de vida ao nascer. Mais da metade das UDH do NF3 se encontra abaixo da média nacional (74 anos), com a longevidade variando entre 67,34 anos (UDH Vale Benedito, no bairro Benedito Bentes) e 79,27 anos (UDH Eco Park e Novo Mundo, ambas no bairro Serraria).

Quanto ao público prioritário da Política de Assistência Social, a Tabela 34 traz os dados das famílias registradas no CadÚnico e beneficiárias do PBF.

**Tabela 34. NF3, famílias no Cadastro Único e PBF, 2018**

| Bairros | Total de domicílios particulares | Total de famílias no CadÚnico | % das famílias no CadÚnico | Famílias beneficiárias do PBF | % das famílias no CadÚnico com PBF |
|---|---|---|---|---|---|
| Benedito Bentes | 24.580 | 17.002 | 69,17 | 7.874 | 46,31 |
| Canaã | 1.491 | 895 | 60,03 | 389 | 43,46 |
| Cidade Universitária | 19.735 | 9.288 | 47,06 | 4.177 | 44,97 |
| Clima Bom | 15.918 | 6.496 | 40,81 | 2.817 | 43,36 |
| Jacintinho | 24.952 | 14219 | 56,98 | 6174 | 43,42 |
| Jardim Petrópolis | 1.340 | 550 | 41,04 | 244 | 44,36 |
| Petrópolis | 7.132 | 1.170 | 16,40 | 456 | 38,97 |
| Santo Amaro | 534 | 283 | 53,00 | 116 | 40,98 |
| Santa Amélia | 3.134 | 679 | 21,67 | 232 | 34,2 |

| Bairros | Total de domicílios particulares | Total de famílias no CadÚnico | % das famílias no CadÚnico | Famílias beneficiárias do PBF | % das famílias no CadÚnico com PBF |
|---|---|---|---|---|---|
| Santa Lúcia | 7.598 | 3.338 | 43,93 | 1.366 | 40,92 |
| Serraria | 7.431 | 1.236 | 16,63 | 428 | 34,63 |
| Tabuleiro do Martins | 18.680 | 16.676 | 89,27 | 6.878 | 41,24 |
| Vergel do Lago | 9.423 | 7427 | 78,82 | 3228 | 43,46 |
| **NF3** | **141.948** | **79259** | **55,8%** | **34.379** | **43,04** |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

A Tabela 34 mostra os parâmetros mais gerais do CadÚnico e do PBF nos bairros receptores do NF3. Os dados levantados mostram que 56% das famílias bairros se encontravam cadastradas com perfil do CadÚnico e 43% das famílias cadastradas recebiam transferência de renda oriunda do PBF. Esses dados demonstram que a realidade familiar original dos bairros prioritários do NF3 já demandava forte acompanhamento por parte dos serviços socioassistenciais, mesmo antes da chegada de famílias realocadas.

Quando se analisa bairros em particular, destacam-se Tabuleiro do Martins com 89,27% de famílias inscritas no CadÚnico, seguido por Vergel do Lago com 78,8% de famílias inscritas e Benedito Bentes com 69,17% de famílias inscritas. Em situação oposta, destacam-se Santa Amélia, Serraria e Petrópolis, com 21,7%, 16,63% e 16,40%, respectivamente, das famílias inscritas no CadÚnico. Esses dados reforçam que há piores condições sociais e de renda em Bendito Bentes, Vergel do Lago e Tabuleiro do Martins, e melhores condições em Santa Amélia, Serraria e Petrópolis.

Dando prosseguimento à análise do público prioritário do CadÚnico, a Tabela 35 identifica um perfil populacional das áreas receptoras de extrema pobreza, com renda per capita de até R$ 85,00 variando de 23,20% em Cidade Universitária a 32,56% em Vergel do Lago. Já as pessoas em situação de pobreza (R$ 85,01 a R$ 170,00) representam 17,86% da população em Santo Amaro, e 27,47%, em Cidade Universitária.

**Tabela 35. NF3, perfil de renda Cadastro Único, 2018**

| Bairros | Total de pessoas no CadÚnico | % de pessoas até R$ 85,00 | % entre R$ 85,01 até R$ 170,00 | % entre R$ 170,01 até 1/2 salário-mínimo | % acima de 1/2 salário-mínimo |
|---|---|---|---|---|---|
| Benedito Bentes | 52.732 | 29,13 | 25,14 | 31,87 | 13,84 |
| Canaã | 2.724 | 25,77 | 24,34 | 39,21 | 10,68 |
| Cidade Universitária | 28.797 | 23,20 | 27,47 | 36,86 | 12,40 |
| Clima Bom | 19.887 | 25,07 | 26,94 | 36,70 | 11,28 |
| Jacintinho | 43.302 | 27,90 | 24,53 | 35,60 | 11,94 |
| Jardim Petrópolis | 1.680 | 32,32 | 21,43 | 34,29 | 11,79 |
| Petrópolis | 3.645 | 24,61 | 20,82 | 38,44 | 16,13 |

| Bairros | Total de pessoas no CadÚnico | % de pessoas até R$ 85,00 | % entre R$ 85,01 até R$ 170,00 | % entre R$ 170,01 até 1/2 salário-mínimo | % acima de 1/2 salário-mínimo |
|---|---|---|---|---|---|
| Santo Amaro | 840 | 30,36 | 17,86 | 36,79 | 16,79 |
| Santa Amélia | 2.145 | 25,17 | 20,56 | 35,52 | 17,62 |
| Santa Lúcia | 10.308 | 23,69 | 25,87 | 38,18 | 12,19 |
| Serraria | 3.816 | 25,31 | 19,18 | 32,86 | 22,80 |
| Tabuleiro do Martins | 50.570 | 26,43 | 25,48 | 36,03 | 12,01 |
| Vergel do Lago | 22.655 | 32,56 | 23,93 | 31,33 | 12,18 |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

No que concerne aos beneficiários do BPC, é importante salientar que o quadro geral dos principais bairros receptores (Tabela 36) apresenta um número maior de pessoas com deficiências do que de pessoas idosas beneficiárias do BPC, o que demanda ações de proteção social direcionadas, a exemplo do Centro-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência e residência inclusiva.

Quanto a pessoas idosas com renda de até um quarto de salário-mínimo que recebem benefícios do BPC, verifica-se o percentual de 31,7% em Canaã – porém, esse percentual representa um número absoluto reduzido de 84 pessoas idosas. No bairro Tabuleiro do Martins, encontra-se um número absoluto de 1.365 idosos beneficiários do BPC (24,8% das pessoas idosas do bairro). Jacintinho também apresenta número significativo de idosos, mas percentualmente segue um perfil similar à média geral dos demais bairros.

**Tabela 36. NF3, beneficiários BPC, 2018**

| Território | Beneficiários do BPC (A) | Total de pessoas idosas (B) | Idosos que recebem o BPC (C) | Idosos que recebem BPC em relação ao total de pessoas idosas, % (C/B) | Idosos que recebem o BPC em relação ao total de beneficiários, % (C/A) | Pessoas com deficiência que recebem o BPC (D) | Pessoas com deficiência que recebem o BCP em relação ao total de beneficiários, % (D/A) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Benedito Bentes | 2.457 | 5.275 | 691 | 13,1 | 28,1 | 1.766 | 71,9 |
| Canaã | 289 | 265 | 84 | 31,7 | 29,1 | 205 | 70,9 |
| Cidade Universitária | 456 | 4.530 | 422 | 9,3 | 92,5 | 34 | 7,5 |
| Clima Bom | 1.549 | 3.496 | 417 | 11,9 | 26,9 | 1.132 | 73,1 |
| Jacintinho | 2.778 | 6.014 | 830 | 13,8 | 29,9 | 1948 | 70,9 |
| Jardim Petrópolis | 34 | 452 | 8 | 2,1 | 23,5 | 26 | 76,5 |
| Petrópolis | 343 | 1.359 | 65 | 4,8 | 19,0 | 278 | 81,0 |
| Santo Amaro | 53 | 193 | 19 | 9,8 | 35,8 | 34 | 64,2 |
| Santa Amélia | 167 | 743 | 48 | 6,1 | 28,8 | 119 | 71,2 |

| Território | Beneficiários do BPC (A) | Total de pessoas idosas (B) | Idosos que recebem o BPC (C) | Idosos que recebem BPC em relação ao total de pessoas idosas, % (C/B) | Idosos que recebem o BPC em relação ao total de beneficiários, % (C/A) | Pessoas com deficiência que recebem o BPC (D) | Pessoas com deficiência que recebem o BCP em relação ao total de beneficiários, % (D/A) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Santa Lúcia | 789 | 1.597 | 244 | 15,3 | 30,9 | 545 | 69,1 |
| Serraria | 352 | 1.614 | 128 | 7,9 | 36,4 | 224 | 63,6 |
| Tabuleiro do Martins | 4.495 | 5.504 | 1.365 | 24,8 | 30,4 | 3.130 | 69,6 |
| Vergel do Lago | 1.424 | 2.645 | 393 | 14,9 | 27,6 | 1.031 | 72,4 |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

Os elementos apresentados reiteram vulnerabilidades e diferenças presentes nos territórios do NF3. Há uma preocupação que elas sejam aprofundadas com a dinâmica da realocação, tendo em vista as demandas das famílias atingidas somadas às das famílias que já habitavam os territórios receptores. Nesse sentido, e conforme abordado a seguir, é importante analisar também a dinâmica dos serviços socioassistenciais junto à PSB e à PSE de média e alta complexidade, cuja capacidade de atendimento e acesso pertinente aos serviços sociais da Política de Assistência Social podem ser pressionados.

Como já apresentado, a cobertura de serviços de proteção social em Maceió está organizada em seis TPSE. O NF3 está contido em todas as seis TPSEs – TPSE1, TPS2 TPSE3, TPSE4, TPS5 e TPSE6 – que são avaliados em termos de cobertura de atendimento, ofertas e acessos a serviços que afiançam as seguranças sociais no NF3.

O TPSE1 é composto por 16 bairros, sendo que apenas um faz parte do NF3, o bairro Serraria. Nesse território, há um CRAS (CRAS Bela Vista) com capacidade de atendimento de 1.000 famílias/ano e até 5.000 famílias referenciadas na área de abrangência, que contempla São Jorge, Jacarecica e Cruz das Almas. O equipamento público da PSB existente em Serraria é uma base de CadÚnico do PBF.

O TPSE2 é composto por 11 bairros, dentre os quais Vergel do Lago, que está contido no NF3. A região TPSE2 possui 5 CRAS (Pitanguinha, Bom Parto, Cassilda Sampaio, Área Lagunar, Dom Adelmo), sendo que o CRAS Cassilda Sampaio, localizado em Ponta Grossa, o CRAS de referência para o bairro de Vergel do Lago. Essa região possui ainda um CREAS Orla Lagunar, localizado no bairro de Prado, um Centro POPII e três unidades de acolhimento (Luzinete Soares, Rubens Colaço e Casa de Passagem Familiar).

A região do TPSE3 tem em sua composição seis bairros que integram o NF3, quais sejam: Canaã, Santo Amaro, Cidade Universitária, Santa Lúcia, Jardim Petrópolis e Tabuleiro do Martins. Essa região conta com somente um CRAS (CRAS Denisson Menezes), com capacidade de atendimento de 1.000 famílias/ano e referência até 5.000 famílias no território de abrangência

da rede de PSB; um CREAS (CREAS Santa Lúcia); e uma unidade de acolhimento (Instituto Acolher). Em relação à PSE, apesar de haver um CREAS no bairro Santa Lúcia, existe a necessidade de implantação de mais um CREAS, segundo informações da técnica de referência entrevistada. O CREAS Santa Lúcia também é referência para outros bairros que não são considerados parte do NF3, mas que compõem a área de abrangência do equipamento. Ela informou ainda, que houve um aumento considerável nas demandas desse CREAS, o que a equipe associou ao fato de que a região recebeu um significativo contingente populacional vulnerável, com consequente aumento da necessidade por serviços, programas e benefícios da PSB, como também por atendimentos especializados da PSE.

A TPSE4 abriga o bairro Benedito Bentes e Antares. Embora apenas Benedito Bentes faça parte do NF3, a magnitude populacional deste bairro (105.373 habitantes) indica demandas significativas, que se somam às demandas das famílias realocadas. Diante dos níveis de vulnerabilidades apresentados e da dinâmica de realocação populacional, considera-se importante o fortalecimento das ações do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) nesse território, considerando a existência de dois CRAS (CRAS Cidade Sorriso e CRAS Selma Bandeira). Já o CREAS Benedito Bentes é referência na PSE de média complexidade, que tem como objetivo a prevenção de agravamentos que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e/ou sociais.

O território de proteção de TPSE5 é composto por três bairros, sendo um deles (Jacintinho) de NF3. Nesse território encontram-se dois CRAS (CRAS Terezinha Normandes e CRAS Sônia Sampaio). Também no bairro Poço tem um CREAS (CREAS Poço) e uma unidade de acolhimento (M. Coelho Neto).

Por último, parte dos bairros de NF3 (Clima Bom, Petrópolis e Santa Amélia) está inserida no TPSE6, analisado anteriormente, uma vez que abrange bairros do NF2. Nesse território, a PSB é ofertada por meio de cinco CRAS (CRAS Santos Dumont, CRAS Fernão Velho, CRAS Bebedouro, CRAS Clima Bom e CRAS Rio Novo). O CRAS Clima Bom é o equipamento que deve referenciar a parcela de famílias realocadas na região (em Clima Bom, Petrópolis e Santa Amélia). De acordo com dados do Plano Municipal de Assistência Social de Maceió, o CRAS Clima Bom tem capacidade de atendimento de 1.000 famílias/ano, podendo referenciar até 5.000 famílias em sua área de abrangência. Em relação à PSE de média complexidade desenvolvida por meio do serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) nos CREAS, não foi identificada a cobertura para o TPSE6, podendo ser referenciada para outro CREAS em áreas adjacentes. As normativas que orientam a implantação dos CREAS apontam a referência de um equipamento para cada 200.000 habitantes.

Além dos serviços de proteção social de média complexidade, no NF3 há serviços destinados a atendimentos de demandas de alta complexidade desenvolvidos pelo poder público estatal e não estatal.

#### 3.1.2.5 Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió

O Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, elaborado pela SEMAS, apresenta o perfil geral da Política de Assistência Social na cidade como um todo, bem como necessidades e linhas de ação. Os elementos centrais da condição de implementação da política foram apresentados no início deste capítulo.

### 3.1.3 Síntese analítica

Os dados examinados no diagnóstico da Assistência Social apontam para questões de naturezas diversas a serem tratadas no âmbito do PAS. De um lado, tem-se o impacto em serviços prestados por equipamentos, direta ou indiretamente afetados pela subsidência, de PSB e de PSE de diferentes complexidades. As falas trazidas no processo participativo ao longo do desenvolvimento dos estudos, assim como as falas dos técnicos ouvidos sugerem que “perdeu-se o que se tinha e ainda aumentou a demanda”.

De outro lado, o diagnóstico mostra o impacto do processo de realocação da população sobre o acesso à Rede SUAS em seus novos territórios de moradia e aponta para a importância de medidas de compensação que possam mitigar os impactos gerados, mas também melhorar as condições pré-existentes desta rede.

Alguns dos elementos mapeados são transversais a todas as políticas destacando-se entre estes: o impacto das rupturas de vínculos afetivos, sociais e comunitários e da sensação de pertencimento decorrentes da realocação, com desdobramentos diversos, com ênfase na saúde mental e atingindo de forma diferenciada públicos mais vulneráveis, como idosos, juventude e primeira infância.

Em relação à Assistência Social, na análise das condições de acesso aos serviços e públicos impactados, destacam-se os seguintes elementos:

- Três equipamentos da rede de serviços socioassistencial foram realocados por causa da subsidência e houve limitações para a prestação dos serviços. Cabe registrar que o Diagnóstico tratou dos equipamentos sociais desativados no NF1, porém as ações voltadas a este tema não são objeto do PAS. Além destes, verificou-se o impacto sobre as condições de acesso e prestação de serviços no CRAS Bebedouro, atualmente desativado.
- Observou-se uma tendência de aumento, com a realocação de grande quantidade de famílias, na demanda de serviços socioassistenciais da rede SUAS, que já apresentava condições diferentes conforme o território, em termos de Proteção Social Básica – PSB e Proteção Social Especial – PSE. Este impacto é mais acentuado nos principais bairros receptores pela combinação de dois fatores: a capacidade de atendimento da rede era mais limitada e estes bairros receberam uma grande proporção de público dependente do SUAS.
- Há relatos de perda de referência das famílias junto aos técnicos dos serviços socioassistenciais, em função do distanciamento dos equipamentos sociais, em especial para as famílias realocadas no NF3, o que pode impactar no acesso a benefícios.

- Também é preocupante a ampliação de demanda de públicos específicos, como as pessoas idosas e primeira infância, o que agrava déficits pré-existentes de cobertura de SCFV em Maceió.
- De maneira geral os territórios analisados apresentam, em sua maioria, condições sociais e de desenvolvimento humano com limitações, anteriores à subsidência, em função, principalmente, de vulnerabilidades dadas pelas condições da renda, escolarização, composição familiar e ciclo geracional dos chefes de família, em especial jovens e idosos.

No processo de realocação, tem-se o risco de aprofundamento das limitações das condições sociais e de desenvolvimento humano de famílias mais vulneráveis realocadas, em especial aquelas pertencentes ao público prioritário da assistência social, pela perda de vínculos, trabalho e renda, em caso de redução de capacidade de atendimento pelo sistema de proteção social. Por essa razão, recomendam-se investimentos em obras e infraestrutura para ampliação e melhoria de equipamentos da rede SUAS nos territórios prioritários, bem como investimentos em capacitação das equipes e dos serviços socioassistenciais.

### 3.1.4 Diretrizes temáticas

Os estudos técnicos desenvolvidos no tema de Assistência Social, bem como as demandas identificadas no âmbito da Agenda Institucional e do Processo Participativo, permitiram traçar um conjunto diretrizes de investimento com o objetivo de reduzir os impactos da realocação e trazer melhorias à rede de proteção social e às condições de acesso aos serviços socioassistenciais pela população. São elas:

- Assegurar a recomposição das condições de atendimento dos serviços/ equipamentos afetados diretamente pela subsidência, de acordo com exigências da Política Nacional de Assistência Social, tema objeto das tratativas específicas relacionadas à realocação de equipamentos.
- Contribuir para a melhoria do padrão de qualidade no atendimento da população, investindo na qualificação de serviços socioassistenciais e profissionais da rede de PSB e PSE, em especial do NF2 e NF3.
- Contribuir para a estruturação de serviços especializados de média complexidade de assistência social, para melhoria no atendimento especializado a família e indivíduos.
- Fortalecer os instrumentos do Plano Municipal de Assistência Social por meio de investimentos do PAS e investir na gestão local do SUAS.
- Fomentar a integração e o senso de pertencimento da população realocada nas áreas receptoras, por meio, inclusive, de iniciativas de promoção de espaços e serviços de convivência intergeracional, em articulação com outras políticas sociais.
- Possibilitar o fomento, por meio do PAS, de ações intersetoriais para públicos vulneráveis, impactando positivamente a cidade como um todo.

- Fazer uso da área de Vigilância Socioassistencial na gestão do SUAS de Maceió para desenvolver pesquisas, a fim de identificar demandas a serem incorporadas à agenda pública quanto à proteção social nos territórios mais vulneráveis da cidade.

## 3.2 Educação

O diagnóstico apresentado neste capítulo utiliza a combinação de técnicas quantitativas e qualitativas de coleta de dados, em uma estratégia denominada triangulação. A opção metodológica foi resultado de uma reflexão que indicou as vantagens da triangulação, a saber: (a) tornar o diagnóstico mais consistente; (b) possibilitar a conjugação da visão ampla franqueada pelo uso de métodos quantitativos com a compreensão da perspectiva dos agentes impactados pela subsidência (por meio de métodos qualitativos); (c) permitir a congregação de variáveis específicas, com uma visão global da subsidência; e (d) possibilitar a complementação do conjunto de fatos e causas associados ao emprego de metodologia quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade (DUFFY, 1987).

O método adotado foi a análise rápida (*rapid assessment*), abordagem baseada na investigação de um núcleo central de interesse para levantar elementos que permitam identificar questões relevantes sobre o universo estudado. É um método que garante informação qualitativa sobre uma área geográfica de forma rápida e sucinta. Utiliza informação preexistente sobre a área e o povo local para obter opiniões da comunidade sobre determinado tema. Pode ser utilizado para fornecer rápido entendimento sobre questões que afetam determinada área, bem como levantar prioridades de mudança, além de produzir resultados atrelados a um senso de identidade local, pois traz à luz opiniões de pessoas que estão diretamente envolvidas no processo analisado. Ademais, esse método oferece flexibilidade ao pesquisador, pois permite a inclusão de novos dados e de ideias previamente não avaliadas, percebidos como relevantes *a posteriori*.

Os dados primários a que se teve acesso originam-se em duas fontes: (i) questionários aplicados aos chefes de família, que permitiram a inferência de características básicas de parte das famílias realocadas (pesquisa pré e pós-realocação) e (ii) entrevistas com representantes e usuários de escolas realocadas. O contato direto com agentes participantes diretos foi desafiador – em função de sua indisponibilidade em para comentar os fatos e suas consequências – embora tenha sido possível, ao final do processo, coletar algumas informações a partir de entrevistas e escutas de atores locais estratégicos.

Os dados secundários foram coletados de uma extensa gama de fontes oficiais e recorre, por exemplo, a bases de dados oficiais, como as do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que produz e sistematiza as informações coletadas no Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); a visualizadores de dados, com o QEdu e o Observatório do Plano Nacional de Educação; e também a dados dos governos estadual de Alagoas e municipal de Maceió, como o Painel de Indicadores Educacionais, que foram disponibilizados ou se encontram disponíveis nos *sites* das instituições. Tais bases de

dados são mobilizadas neste Diagnóstico também com o objetivo de subsidiar o entendimento das condições preexistentes das áreas em estudo, bem como tipificar o impacto da realocação sobre as famílias, considerando também os efeitos da pandemia. Dessa forma, quando possível, foi adotado o ano de 2018 como linha de corte da condição anterior (pré-subsidência) e o dado mais recente (pós-subsidência) como condição atual. No caso do tema educação, os dados mais recentes são fruto do Censo Escolar 2020 e de pesquisas que se dedicaram a investigar os efeitos da pandemia na educação brasileira em 2020/2021.

### 3.2.1 Caracterização

Este item traz a caracterização da área de educação de cada um dos NF em estudo, com foco na educação pública.

#### 3.2.1.1 Núcleo Focal 1 (NF1) – Área de desocupação

A fim de compor o diagnóstico da dimensão educacional do NF1, registrou-se os principais indicadores das escolas presentes na região e informações possíveis de serem coletadas em campo, por meio de observação e entrevistas. Este item apresenta informações sobre o perfil das unidades escolares do NF1 e suas condições pós subsidência.

A área inserida no perímetro do NF1 contempla 18 unidades escolares, sendo 11 em realocação e 07 que não sofreram realocação e seguem operando em área de risco, conforme informações disponibilizadas pela Braskem em junho de 2023.

Das 11 escolas públicas realocadas, 5 são municipais e 6 estaduais, atendendo as etapas de ensino apresentadas na Tabela 37.

**Tabela 37. NF1, escolas públicas realocadas e etapas de ensino ofertadas**

| Escola | Etapas de Ensino/ Modalidades |
|---|---|
| Centro Municipal de Educação Infantil Luiz Calheiros Júnior | Educação Infantil |
| Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Braga Neto | Educação Infantil |
| Escola Municipal Major Bonifácio da Silveira | Ensino Fundamental – AI |
| Escola Municipal Padre Brandão Lima | Ensino Fundamental – AI e AF |
| Escola Municipal Radialista Edécio Lopes | Ensino Fundamental – AI e AF |
| Escola Estadual Alberto Torres | Ensino Fundamental – AF e EJA |
| Escola Estadual Cincinato Pinto | Ensino Fundamental – AI |
| Escola Estadual José Correia da Silva Titara (Cepa) | Ensino Médio e EJA |
| Escola Estadual Nossa Sra. do Bom Conselho | Ensino Fundamental – AF e Ensino Médio |
| Escola Estadual Professor José Vitorino da Rocha (Cepa) | Ensino Fundamental – AI |
| Escola Estadual Rosalvo Ribeiro | Ensino Fundamental – AF, Ensino Médio e EJA |

Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020 e SEDUC, 2021.
Nota. AI: Anos Iniciais do Ensino Fundamental; AF: Anos Finais do Ensino Fundamental; EJA: Educação de Jovens e Adultos

A área de realocação e monitoramento abarca parte do Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (CEPA), importante complexo de equipamentos educacionais, referência para estudantes e profissionais de ensino de Maceió e municípios do entorno. Deste complexo, duas escolas encontram-se em área de realocação.

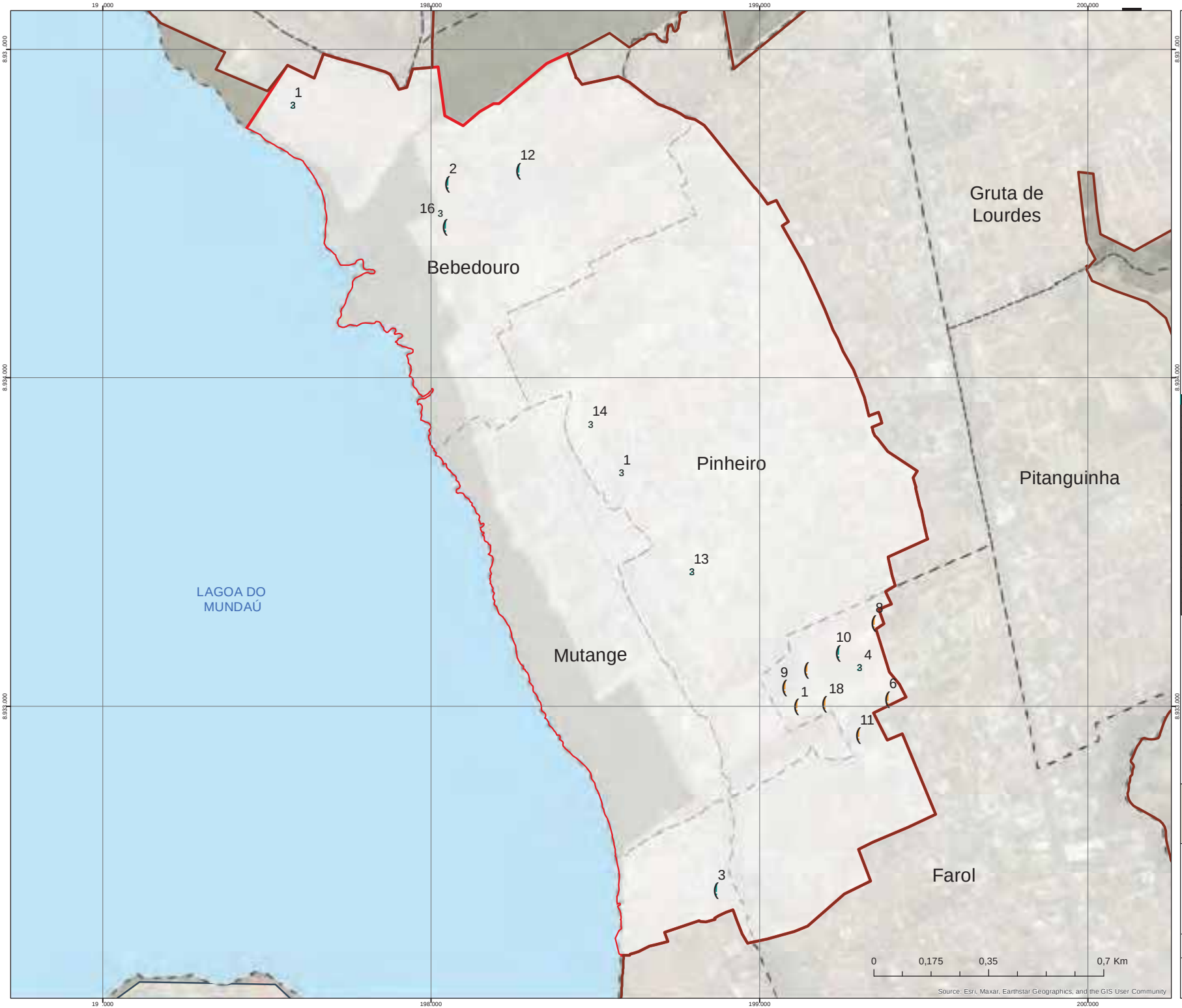
As sete escolas ou equipamentos operantes as áreas de risco são estaduais e atendem as etapas de ensino descritas na Tabela 38.

**Tabela 38. NF1, escolas ou equipamentos de ensino operantes nas áreas de risco e etapas de ensino ofertadas**

| Escola | Etapas de Ensino/ Modalidades |
|---|---|
| Escola Estadual Professora Laura Dantas Santos da Silva | Ensino Fundamental – AF e Ensino Médio |
| Escola Estadual Moreira e Silva | Ensino Médio |
| Escola Estadual Princesa Isabel | Ensino Médio |
| Escola Estadual Professor Afrânio Lages | Ensino Médio |
| Escola Estadual Maria Rosália Ambrozzio | Ensino Fundamental – AI |
| Centro de Formação Prof. Ib Gatto | n/a |
| Centro de Ciências e Tecnologia da Educação (CECITE) | n/a |

Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020 e SEDUC, 2021
Nota. Cepa – Centro Educacional de Pesquisa Aplicada; AI: Anos Iniciais do Ensino Fundamental; AF: Anos Finais do Ensino Fundamental; EJA: Educação de Jovens e Adultos. N/A: não se aplica.

O Mapa 12 apresenta a localização anterior das escolas do NF1, identificado aquelas que estão operando na área de risco e aquelas que foram realocadas – para imóvel temporário ou definitivo, segundo informações disponibilizadas pela Braskem em junho de 2023. O endereço atual das escolas, fornecidos neste relatório, encontram-se no Anexo I.




# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

LEGENDA

E ipamentos de Ensino Público

Administração

( Estadual

3 Municipal

Sit ação Oparacional

Em monitoramento

Realocados - em imóvel temporário

Realocados - em imóvel definitivo

Núcleos Focais

Núcleo Focal 1

Núcleo Focal 2

Núcleo Focal 3

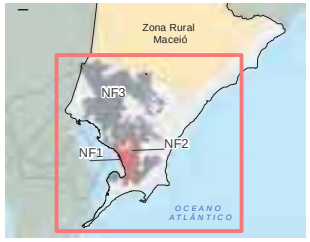
Malha Urbana

Corpos d'água

Limite de Bairros do Município de Maceió

Limites Municipais

| CÓDIGO | EQUIPAMENTOS |
|---|---|
| 1 | Major Bonifácio da Silveira |
| 2 | Escola Estadual Alberto Torres |
| 3 | Escola Estadual Cincinato Pinto |
| 4 | Escola Estadual Jose Correia da Silva Titara (Cepa) |
| 5 | Escola Estadual Maria Rosália Ambrozzio |
| 6 | Escola Estadual Moreira e Silva |
| 7 | Escola Estadual Nossa Sra. do Bom Conselho |
| 8 | Escola Estadual Princesa Isabel |
| 9 | Escola Estadual Professor Afrânio Lages |
| 10 | Escola Estadual Professor José Vitorino da Rocha |
| 11 | Escola Estadual Professora Laura Dantas Santos da Silva |
| 12 | Escola Estadual Rosalvo Ribeiro |
| 13 | Escola Municipal Padre Brandão Lima |
| 14 | Escola Municipal Radialista Edécio Lopes |
| 15 | Centro Municipal de Educação Infantil Luiz Calheiros Júnior |
| 16 | Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Braga Neto |
| 17 | Centro de Formação Prof. Ib Gatto |
| 18 | Centro de Ciências e Tecnologia da Educação (CECITE) |




NF1, EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇ O PÚBLICA

Mapa 12

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
SETORES CENSITÁRIOS (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

A Tabela 39 e a Tabela 40 apresenta uma síntese dos indicadores das escolas municipais e estaduais que foram realocadas, respectivamente. Já a Tabela 41 informa os dados das escolas do NF1 que seguem operando nas áreas de risco.

**Tabela 39. NF1, síntese das escolas municipais realocadas**

| Escola | Número de matrículas (1) | Taxa de distorção idade-série, % (2020) | Média de proficiência em português (2019) | Média de proficiência em matemática (2019) | IDEB (2019) | N. de computadores para alunos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Escola Municipal Radialista Edécio Lopes | 14724 | 40,1 | 202,43 (2017) | 216,63 (2017) | 4,8 (2017) | 1 |
| Escola Municipal Padre Brandão Lima | 131 | 33,3 | 177,72 | 187,63 | 4,0 | 1 |
| Escola Municipal Major Bonifácio da Silveira | 451 | 14,2 | 207,7 | 211,41 | 5,6 | 2 |
| Centro Municipal de Educação Infantil Luiz Calheiros Júnior | Paralisada | - | - | - | - | |
| Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Braga Neto | 252 | - | - | - | - | |
| **Total** | **981** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |

Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020. (1) Sageal e Elogicarh, 2021.
Nota: Unidades escolares de educação infantil não têm indicadores de distorção idade-série, proficiência e IDEB.

**Tabela 40. NF1, síntese das escolas estaduais realocadas**

| Escola | Número de matrículas (1) | Taxa de distorção idade-série, % (2020) | Média de proficiência em português (2019) | Média de proficiência em matemática (2019) | IDEB (2019) | N. de computadores para alunos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Escola Estadual Alberto Torres | 537 | 26,8 | 235,19 | 231,37 | 4,2 | 10 |
| Escola Estadual Cincinato Pinto | 258 | 23,7 | 189,30 | 186,15 | 4,4 | 20 |
| Escola Estadual José Correia da Silva Titara (Cepa) | 609 | 49,0 | 244,30 | 241,63 | 3,5 | 28 |
| Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho | 557 | 48,2 (EF) 35,8 (EM) | 220,05 (EF) | 228,91 (EF) | 3,6 (EF) | 20 |

[24] Em matéria veiculada pelo Bom Dia Alagoas em 12/04/2022, o Secretário de Educação Elder Maia afirmou que a unidade estaria em funcionamento com aulas presenciais em duas semanas.

| Escola | Número de matrículas (1) | Taxa de distorção idade-série, % (2020) | Média de proficiência em português (2019) | Média de proficiência em matemática (2019) | IDEB (2019) | N. de computadores para alunos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Escola Estadual Professor José Vitorino da Rocha (Cepa) | 128 | 19,3 | 192,77 | 208,82 | 5,4 | 15 |
| Escola Estadual Rosalvo Ribeiro | 736 | 42,8 (EM)<br>42,4 (EM) | 229,96 (EF)<br>286,63 (EM) | 234,33 (EF)<br>279,46 (EM) | 3,9 (EF)<br>4,2 (EM) | 36 |
| **Total** | **2.567** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |

Fontes: INEP, Indicadores Educacionais. 2020. (1) Sageal e Elogicarh, 2021.
Nota: Cepa – Centro Educacional de Pesquisa Aplicada; IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

**Tabela 41. NF1, síntese dos equipamentos de educação operantes na área de risco**

| Escola | Número de matrículas (1) | Taxa de distorção idade-série, % (2020) | Média de proficiência em português (2019) | Média de proficiência em matemática (2019) | IDEB (2019) | N. de computadores para alunos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Escola Estadual Maria Rosália Ambrozzio | 291 | 28,3 | 195,63 | 212,68 | 5,3 | 8 |
| Escola Estadual Moreira e Silva | 1.298 | 39,1 | 266,95 | 264,41 | 3,2 | 16 |
| Escola Estadual Princesa Isabel | 376 | 36,0 | 267,19 | 263,65 | 3,7 | 23 |
| Escola Estadual Professor Afrânio Lages | 380 | 41,4 | 265,04 (2017) | 262,25 (2017) | 3,4 (2017) | 23 |
| Escola Estadual Professora Laura Dantas Santos da Silva | 684 | 49,6 | 244,09 | 250,26 | 4,3 | 1 |
| Centro de Ciências e Tecnologia da Educação (CECITE) | - | - | - | - | - | - |
| Centro de Formação Prof. Ib Gatto | - | - | - | - | - | - |
| **TOTAL** | **3.287** | - | - | - | - | - |

Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020. (1) Sageal e Elogicarh, 2021. Dados de realocação informados em ofício da SEDUC datado de maio de 2021.

O processo de realocação dos equipamentos é tratado pela Braskem com a Prefeitura Municipal e o Estado de Alagoas em frentes distintas do Acordo que gerou o PAS. As informações sobre a realocação das escolas, de junho de 2023, foram fornecidas pela Braskem e encontram-se no Anexo I. Até a conclusão deste relatório, a situação de realocação desses equipamentos era a seguinte:

**Escolas municipais**: por meio de Acordo firmado entre Braskem e o Ministério Público do Trabalho, tendo a Prefeitura Municipal de Maceió como anuente, em 14/02/2020, foram destinados recursos para a construção das cinco unidades escolares realocadas, pela gestão municipal. A Braskem firmou termo de compromisso com a Prefeitura Municipal para pagamento destinado a locação e adaptação de imóveis para realocação provisória de quatro das cinco unidades escolares[25] municipais da área. Em junho de 2023, 2 escolas municipais estavam operando em imóvel provisório e 3 em imóvel definitivo, nos endereços informados no Anexo I[26].

**Escolas estaduais**[27]: A Braskem segue em tratativas com o Governo do Estado (SEDUC) para realocação. Foi informado pela SEDUC o endereço de realocação provisória das cinco escolas, sendo que duas foram transferidas para outros municípios (Marechal Deodoro e Rio Largo) e seus alunos redistribuídos em outras unidades da rede. Outras três escolas foram para equipamentos alugados até ser concluída a realocação definitiva. A informação obtida é que os alunos permaneceram sem aulas presenciais, em decorrência da pandemia de covid-19, até outubro de 2021.

Informação relevante disponibilizada pela SEDUC refere-se aos bairros de demanda dos alunos das escolas realocadas e em monitoramento. Segundo dados apresentados em maio de 2021, cerca de 70% dos alunos são provenientes dos seguintes bairros: Bom Parto (667 alunos); Rio Largo (642 alunos); Marechal Deodoro (560 alunos); Bebedouro (470 alunos); Cidade Universitária (414 alunos); Benedito Bentes (390 alunos); Chã da Jaqueira (390 alunos); Tabuleiro dos Martins (277 alunos); Pinheiro (256 alunos); Farol (228 alunos); Petrópolis (198 alunos). Esses dados incluem as escolas em monitoramento, que seguem em funcionamento na área, mas devem ser observados no processo de realocação definitiva das unidades escolares, levando em consideração o atendimento à população remanescente de estudantes, em especial os que residem nas áreas mais vulneráveis do entorno, como Bom Parto e a área dos Flexais. Este é o caso da Escola Estadual Alberto Torres, que se encontrava no bairro do Bebedouro e foi realocada para o bairro Gruta de Lourdes[28].

Em menor escala em termos de número de alunos, a SEMED apresentou, em maio de 2021, estudo sobre 225 matrículas realizadas nos bairros de destino dos estudantes lotados nas unidades escolares que estavam na área de desocupação, nas quais identifica que os três bairros de maior destino haviam sido Bebedouro, Chã da Jaqueira e Chã de Bebedouro (com 24%, 20% e 16% das matrículas, respectivamente). Embora se verifique que há um maior contingente de moradores dos bairros que se mudaram para a parte alta da cidade (NF3), o planejamento da realocação definitiva das unidades escolares municipais que estavam na área deve também considerar a população remanescente, com especial atenção à reposição dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), visto que havia apenas dois para toda a área.

[25] Escola Municipal Radialista Edécio Lopes; Escola Municipal Padre Brandão Lima; Escola Municipal Major Bonifácio da Silveira; Centro Municipal de Educação Infantil Luiz Calheiros Júnior. Neste documento é registrada a necessidade de firmar novo termo de compromisso quando definidos os termos e condições de realocação provisória da CMEI Vereador Braga Neto.

[26] Documento apresentado em audiência pública em 03/05/2021 e registrados em termo de compromisso firmado entre Braskem e Prefeitura Municipal (SEMED).

[27] Afora as unidades educacionais mencionadas, outras estruturas da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), incluindo Superintendências, estão nas áreas de criticidade definida pela DCM, que não são objeto deste trabalho.

[28] Segundo o gestor escolar, existia uma demanda da comunidade para que a escola permanecesse nas proximidades, de modo que possa seguir atendendo aos estudantes da região. Para que isso fosse assegurado, houve uma mobilização coletiva.

Para uma análise consolidada do NF1 em relação ao município, foram produzidos indicadores agregados que permitissem identificar e compreender se há evidências de alguma tendência de diferenciação entre os dados dessa área específica e a média geral do município. Para tanto, foram utilizados dados de 2015 a 2020, o que compreende uma série histórica de 6 anos, sendo três anteriores à subsidência (2015, 2016 e 2017), o ano de início da subsidência (2018) propriamente dito e 2 posteriores (2019 e 2020), data limite dos dados disponibilizados pelo governo acerca dos indicadores educacionais. Em relação à média de alunos por turma, tanto em Maceió quanto no consolidado do NF1 registra-se pouca variação para mais ao longo dos anos, o que permite afirmar que há uma estabilidade na média de alunos por turma. Comparativamente com o município, o NF1 registrou ao longo dos anos analisados uma média de alunos por turma, em todas as etapas, igual ou levemente superior, com exceções pontuais. As únicas exceções foram na Educação Infantil (EI) em 2015, quando no NF1 registrou-se uma média de 2 estudantes a menos que a média de Maceió, e no Ensino Médio em 2019, quando no NF1 a média foi de 1 estudante a menos em comparação com a média municipal (Tabela 42).

**Tabela 42. NF1, média de alunos por turma e etapas de ensino, 2015-2020**

| Local | Média de alunos por turma | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Educação Infantil | | | | | | Ensino Fundamental | | | | | | | | | | | | Ensino Médio | | | | | |
| | | | | | | | Anos Iniciais | | | | | | Anos Finais | | | | | | | | | | | |
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| NF1 | 12 | 15 | 17 | 17 | 16 | 17 | 23 | 21 | 21 | 20 | 21 | 22 | 34 | 31 | 33 | 33 | 30 | 33 | 38 | 36 | 34 | 35 | 32 | 37 |
| Maceió | 14 | 15 | 15 | 14 | 14 | 14 | 20 | 20 | 20 | 19 | 19 | 19 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 35 | 34 | 34 | 33 | 33 | 33 |

Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020.

Enquanto a diferença entre a média de alunos por turma do NF1 e de Maceió se manteve relativamente baixa ao longo dos anos, no NF1 a taxa de distorção idade-série, que compreende a proporção de estudantes com atraso escolar de dois anos ou mais, registra valores superiores ao município em todas as etapas e em toda a série histórica analisada, chegando a atingir valor próximo ao dobro na etapa de Anos Iniciais em 2020 (Tabela 43).

É importante notar que o município registrou ao longo dos anos de 2015 a 2020 decréscimo constante na taxa de distorção, enquanto as escolas da NF1 mantiveram uma tendência irregular de redução e elevação do indicador. Na tabela é possível identificar que o território NF1 foi da redução modesta das taxas entre 2015 e 2017 a uma posterior elevação entre 2018 e 2019, voltando a cair em 2020, com exceção do Ensino Médio, que manteve o aumento na distorção neste último ano. Entre os três Núcleos Focais analisados, este é o território que registra o pior resultado neste indicador.

**Tabela 43. NF1, taxa de distorção idade-série (%), 2015-2021**

| Local | Distorção Idade-série | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ensino Fundamental | | | | | | Anos Iniciais | | | | | | Anos Finais | | | | | | Ensino Médio | | | | | |
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| NF1 | 31.4 | 29.3 | 28.2 | 35.2 | 35.5 | 32.6 | 24.6 | 23.1 | 22 | 27.3 | 27.7 | 26.5 | 35.2 | 33.4 | 32.3 | 47 | 47.1 | 41.9 | 32.9 | 32.5 | 29.8 | 39.2 | 39.8 | 40.6 |
| Maceió | 26.6 | 27.3 | 25.8 | 23.1 | 21.1 | 19.1 | 22.1 | 21.3 | 20.3 | 17.8 | 16.3 | 13.8 | 36.5 | 34.6 | 32.6 | 29.6 | 27.1 | 25.6 | 32 | 30.2 | 29.8 | 28.9 | 27.6 | 26.5 |

Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020.

Embora com desafios em relação à distorção idade-série, foram identificadas no NF1 unidades escolares que vinham obtendo ganhos de aprendizado, conforme medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Por exemplo, a Escola Municipal Major Bonifácio da Silveira manteve, na etapa de Anos Iniciais, ao longo da série 2015-2019, um IDEB em crescimento, indo de 4,5 em 2015 para 5,6, em 2019 – superando o crescimento não só de seus pares do NF1, como de Maceió como um todo. Outro exemplo é a Escola Estadual Alberto Torres, que também manteve o seu IDEB da etapa de Anos Finais acima do índice do NF1 e de Maceió, ao longo dos anos 2015, 2017 e 2018 – exceto pelo ano de 2017, quando, com um IDEB de 4,5, se igualava ao do NF1. Outro exemplo de excelência é a Escola Estadual Rosalvo Ribeiro, que, para o Ensino Médio, conquistou IDEB superior aos das médias do NF1 e de Maceió no ano de 2019 (não há dado de IDEB para essa escola no ano de 2017).

Para a etapa de Anos Iniciais, o NF1 exibe tendência de crescimento do IDEB entre 2015, 2017, e 2019 (Tabela 44). Para a etapa de Anos Finais, também há tendência de crescimento do IDEB (Tabela 45). Para o Ensino Médio, os IDEB do NF1 e de Maceió mantiveram uma trajetória mais próxima. O ritmo de crescimento do IDEB do NF1 nesta etapa, no entanto, foi ligeiramente maior (Tabela 46).

**Tabela 44. NF1, indicadores Saeb Anos Iniciais, 2015, 2017 e 2019**

| Local | Indicadores Saeb Anos Iniciais | | | | | | | | | | | | IDEB | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rendimento | | | Matemática | | | Português | | | Padronização | | | | | |
| | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 |
| NF1 | 0,75 | 0,88 | 0,89 | 199,96 | 204,73 | 201,34 | 188,81 | 195,09 | 192,62 | 5,21 | 5,42 | 5,31 | 4,0 | 4,8 | 4,9 |
| Maceió | 0,84 | 0,89 | 0,93 | 196,68 | 208,37 | 213,67 | 187,44 | 201,51 | 202,66 | 5,13 | 5,60 | 5,73 | 4,3 | 5,0 | 5,3 |

Fonte: INEP, Microdados Saeb. 2019.

**Tabela 45. NF1, indicadores Saeb Anos Finais, 2015, 2017 e 2019**

| Local | Indicadores Saeb Anos Finais | | | | | | | | | | | | IDEB | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rendimento | | | Matemática | | | Português | | | Padronização | | | | | |
| | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 |
| NF1 | 0,63 | 0,82 | 0,89 | 183,99 | 238,84 | 236,22 | 181,85 | 253,60 | 232,32 | 4,29 | 4,87 | 4,48 | 2,7 | 4,5 | 4,0 |
| Maceió | 0,68 | 0,82 | 0,87 | 234,04 | 238,37 | 243,63 | 231,10 | 244,41 | 245,87 | 4,42 | 4,71 | 4,83 | 3,0 | 3,8 | 4,2 |

Fonte: INEP, Microdados Saeb. 2019.

**Tabela 46. NF1, indicadores Saeb ensino médio, 2017 e 2019**

| Local | Indicadores Saeb Ensino Médio | | | | | | | | IDEB | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rendimento | | Matemática | | Português | | Padronização | | | |
| | 2017 | 2019 | 2017 | 2019 | 2017 | 2019 | 2017 | 2019 | 2017 | 2019 |
| NF1 | 0,84 | 0,85 | 262,25 | 261,54 | 265,04 | 266,27 | 4,34 | 4,35 | 3,4 | 3,7 |
| Maceió | 0,85 | 0,83 | 260,15 | 271,28 | 259,16 | 274,17 | 4,22 | 4,60 | 3,6 | 3,8 |

Fonte: INEP, Microdados Saeb. 2019.

### 3.2.1.2 Núcleo Focal 2 (NF2) – Área do entorno

Para os bairros do NF2, foram identificadas 21 escolas públicas, 9 municipais e 12 estaduais, que se distribuem por 6 bairros do NF2, conforme Tabela 47 e Tabela 48.

**Tabela 47. NF2, escolas municipais, etapas de ensino e matrículas, 2020**

| Bairro | Escolas municipais | Etapas ou modalidades de ensino | Nº de matrículas (2020) |
|---|---|---|---|
| Farol | Escola Municipal Doutor José Carneiro | Ensino Fundamental – AI e AF, EJA | 339 |
| | Escola Municipal Higino Belo | Ensino Fundamental – AI | 228 |
| | Escola Municipal Professor Manoel Coelho Neto | Educação Infantil | 116 |
| | Centro Municipal de Educação Infantil Maria de Lourdes Vieira | Educação Infantil | 77 |
| Chã da Jaqueira | Centro Municipal de Educação Infantil Maria Nilda Santos Silva | Educação Infantil | 156 |
| | Escola Municipal Sérgio Luiz Pessoa Braga | Ensino Fundamental – AI, EJA | 273 |
| Pitanguinha | Centro Municipal de Educação Infantil João Batista Mascarenhas de Moraes | Educação Infantil | 207 |
| Levada | Centro Municipal de Educação Infantil Doutor Antônio Mario Mafra | Educação Infantil | 127 |
| | Centro Municipal de Educação Infantil Tereza de Lisieux | Educação Infantil | 74 |

Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020.
Nota. AI: Anos Iniciais do Ensino Fundamental; AF: Anos Finais do Ensino Fundamental; EJA: Educação de Jovens e Adultos

**Tabela 48. NF2, escolas estaduais, etapas de ensino e matrículas, 2020**

| Bairro | Escolas estaduais | Etapas ou modalidades de ensino | Nº de matriculas (2020) |
|---|---|---|---|
| Farol | Escola Estadual D. Pedro II (CEPA) | Ensino Fundamental – AF | 450 |
| | Escola Estadual Teotônio Vilela (CEPA) | Ensino Fundamental – AF | 273 |
| | Escola Estadual Professor José da Silveira Camerino (CEPA) | Ensino Fundamental – AF, Ensino Médio, Curso Técnico Integrado, EJA | 842 |
| | Escola Estadual Professora Maria José Loureiro (CEPA) | Ensino Fundamental – AF | 781 |
| | Escola Estadual Professor Edmilson de Vasconcelos Pontes | Ensino Fundamental – AF, Ensino Médio | 503 |
| | Escola Estadual Tavares Bastos | Ensino Fundamental – AF, Ensino Médio, EJA | 836 |
| Chã de Bebedouro | Escola Estadual Dr. Miguel Guedes Nogueira | Ensino Fundamental – AF, Ensino Médio, EJA | 727 |
| | Escola Estadual Jornalista Freitas Neto | Ensino Fundamental – AI e AF, EJA | 336 |

| Bairro | Escolas estaduais | Etapas ou modalidades de ensino | Nº de matriculas (2020) |
|---|---|---|---|
| Chã da Jaqueira | Escola Estadual Professora Adeilza Mª Oliveira | Ensino Fundamental – AF, Ensino Médio, EJA | 629 |
| | Escola Estadual João Paulo II | Ensino Fundamental – AF, EJA | 365 |
| Gruta de Lourdes | Escola Estadual Dep. Guilhermino de Oliveira | Ensino Fundamental - AI | 148 |
| Pitanguinha | Escola Estadual Prof. Sebastião da Hora | Ensino Fundamental – AI e AF | 397 |

Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020.
Nota. AI: Anos Iniciais do Ensino Fundamental; AF: Anos Finais do Ensino Fundamental; EJA: Educação de Jovens e Adultos

Cabe notar a relação entre as áreas do NF2 e do NF3: todos os bairros do entorno do NF1, isto é, o NF2, recebeu ou receberá alunos realocados do NF1. Porém, os maiores índices mapeados no fluxo migratório são direcionados ao NF3, área significativamente maior que o NF2.

A média de alunos por turma do NF2 é maior do que a de Maceió em todas as etapas de ensino, em todos os anos avaliados. Ademais, enquanto a média de alunos por turma de Maceió permaneceu estável ou com pequena redução ao longo dos anos da série histórica analisada, a média do NF2 tendeu a subir, com destaque para os anos finais do Ensino Fundamental, que foi da média de 29 estudantes por turma em 2015 para 37 em 2020, e para o Ensino Médio, que foi de iguais 29 estudantes em 2015 para 38 em 2020 (Tabela 49).

**Tabela 49. NF2, média de alunos por turma e etapas de ensino, 2015-2020**

| Local | Média de alunos por turma | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EI | | | | | | Ensino Fundamental | | | | | | | | | | | | EM | | | | | |
| | | | | | | | AI | | | | | | AF | | | | | | | | | | | |
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Chão da Jaqueira | 19,8 | 20,0 | 19,5 | 19,8 | 20,0 | 19,5 | 23,8 | 19,3 | -- | 22,4 | 25,0 | 22,3 | 30,9 | 36,0 | 37,1 | 37,6 | 37,5 | 39,9 | -- | 29,5 | 36,3 | 41,0 | 38,6 | 40,1 |
| Chão de Bebedouro | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 22,9 | 21,3 | 20,0 | 19,4 | 20,7 | 21,6 | 33,1 | 32,3 | 32,8 | 31,5 | 32,5 | 36,3 | 32,0 | 27,8 | 30,6 | 30,0 | 31,9 | 36,5 |
| Farol | 15,8 | 14,9 | 16,6 | 16,1 | 13,9 | 15,0 | 18,6 | 18,6 | 20,7 | 20,4 | 22,5 | 22,8 | 29,1 | 32,3 | 30,4 | 33,2 | 32,9 | 35,4 | 27,9 | 31,4 | 33,3 | 35,6 | 35,3 | 37,7 |
| Gruta de Lourdes | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 19,8 | 21,1 | 21,7 | 21,8 | 18,4 | 21,1 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Levada | -- | -- | -- | 16,9 | 16,6 | 17,4 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Pitanguinha | 14,5 | 15,8 | 16,8 | 17,3 | 17,1 | 17,3 | 17,3 | 20,7 | 19,8 | 19,7 | 19,7 | 28,1 | 25,1 | 20,4 | 23,2 | 23,6 | 30,2 | 37,3 | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| NF2 | 16,5 | 16,4 | 17,4 | 17,2 | 16,4 | 16,9 | 19,9 | 19,7 | 20,6 | 20,6 | 21,5 | 23,1 | 29,5 | 31,8 | 31,2 | 33,0 | 33,5 | 36,6 | 28,9 | 30,3 | 33,4 | 35,6 | 35,3 | 38,0 |
| Maceió | 14,0 | 15,00 | 15,00 | 14,00 | 14,00 | 14,00 | 20,00 | 20,00 | 20,00 | 19,00 | 19,00 | 19,00 | 30,00 | 30,00 | 30,00 | 30,00 | 30,00 | 30,00 | 35,00 | 34,00 | 34,00 | 33,00 | 33,00 | 33,00 |

Nota: Os dados consideram apenas os bairros do NF2 onde estão localizadas as escolas.
Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020.

A taxa de distorção idade-série pode ser observada na Tabela 50. Houve uma tendência de decrescimento significativo ao longo dos anos analisados, para todas as etapas, com destaque para os Anos Finais do Ensino Fundamental, com redução de quase 20 pontos registradas em 2020, comparativamente com 2015. Ainda assim, o indicador é significativamente mais alto do que o de Maceió, apontando para uma desigualdade relevante.

**Tabela 50. NF2, taxa de distorção idade-série (%), 2015-2020**

| Local | Distorção idade-série | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ensino Fundamental | | | | | | Anos Iniciais | | | | | | Anos Finais | | | | | | Ensino Médio | | | | | |
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Chã da Jaqueira | 47,5 | 42,3 | 46,0 | 37,4 | 32,4 | 26,9 | 26,0 | 27,6 | -- | 34,8 | 34,8 | 17,6 | 58,3 | 49,7 | 46,0 | 38,8 | 31,2 | 31,6 | -- | 81,4 | 60,7 | 50,2 | 31,9 | 23,1 |
| Chã de Bebedouro | 42,9 | 39,7 | 36,2 | 39,5 | 39,8 | 35,5 | 45,5 | 46,0 | 39,7 | 37,5 | 34,1 | 28,9 | 40,3 | 33,3 | 32,6 | 41,5 | 45,4 | 42,1 | 26,6 | 55,1 | 29,9 | 26,2 | 29,1 | 32,5 |
| Farol | 46,4 | 46,0 | 41,3 | 36,8 | 33,0 | 29,2 | 30,5 | 31,1 | 30,3 | 27,9 | 25,0 | 21,3 | 54,3 | 53,4 | 46,7 | 41,8 | 35,7 | 31,8 | 40,7 | 45,1 | 42,4 | 38,8 | 37,5 | 36,2 |
| Gruta de Lourdes | 25,3 | 19,5 | 15,4 | 14,5 | 22,4 | 20,3 | 25,3 | 19,5 | 15,4 | 14,5 | 22,4 | 20,3 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Levada | 46,6 | 46,0 | 49,4 | -- | -- | -- | 46,6 | 46,0 | 49,4 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Pitanguinha | 35,7 | 41,6 | 34,9 | 36,8 | 29,5 | 30,7 | 26,7 | 36,1 | 31,5 | 30,7 | 24,8 | 24,8 | 47,2 | 50,3 | 40,0 | 44,2 | 35,6 | 38,0 | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| NF2 | 44,3 | 42,8 | 39,7 | 35,9 | 32,8 | 29,1 | 32,7 | 33,6 | 32,4 | 28,6 | 27,7 | 22,4 | 53,0 | 50,4 | 44,5 | 41,4 | 35,7 | 33,4 | 37,2 | 54,4 | 43,5 | 38,6 | 34,7 | 32,8 |
| Maceió | 26,6 | 27,3 | 25,8 | 23,1 | 21,1 | 19,1 | 22,1 | 21,3 | 20,3 | 17,8 | 16,3 | 13,8 | 36,5 | 34,6 | 32,6 | 29,6 | 27,1 | 25,6 | 32,0 | 30,2 | 29,8 | 28,9 | 27,6 | 26,5 |

Nota: Os dados consideram apenas os bairros do NF2 onde estão localizadas as escolas.
Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020.

Como pode ser visto na Tabela 51, a média dos IDEB da etapa dos Anos Iniciais das escolas no NF2 progrediu em ritmo semelhante ao de Maceió, estando ligeiramente abaixo em 2015 e 2017 e ultrapassando o índice do município em 2019. Na etapa de Anos Finais, as escolas no NF2 apresentaram um desempenho no IDEB consistentemente superior ao do município como um todo. No ano de 2019, por exemplo, o IDEB do NF2 foi de 4,59, enquanto o de Maceió foi de 4,2. Embora o IDEB do Ensino Médio no NF2 tenha partido de um nível ligeiramente inferior ao de Maceió em 2015, o NF2 superou a média do município em 2019 (Tabela 53).

**Tabela 51. NF2, indicadores Saeb Anos Iniciais, 2015, 2017 e 2019**

| Local | Indicadores Saeb Anos Iniciais | | | | | | | | | | | | IDEB | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rendimento | | | Matemática | | | Português | | | Padronização | | | | | |
| | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 |
| Chã da Jaqueira | 0,91 | - | 0,95 | 188,80 | - | 212,41 | 168,36 | - | 204,58 | 4,63 | - | 5,74 | 4,2 | - | 5,5 |
| Chã de Bebedouro | 0,86 | 0,85 | 0,91 | 191,48 | - | 214,80 | 182,69 | - | 204,41 | 4,94 | - | 5,78 | 4,3 | - | 5,2 |
| Farol | 0,85 | 0,86 | 0,89 | 210,26 | 216,79 | 219,06 | 201,60 | 198,80 | 210,87 | 5,64 | 5,72 | 5,98 | 4,8 | 4,9 | 5,4 |
| Gruta de Lourdes | 0,92 | 0,92 | 1,00 | 203,68 | 225,81 | 248,51 | 200,20 | 205,67 | 227,80 | 5,49 | 6,01 | 6,85 | 5,0 | 5,5 | 6,8 |
| Levada | 0,67 | 0,62 | - | 186,44 | - | - | 176,29 | - | - | 4,73 | - | - | 3,1 | - | - |
| Pitanguinha | 0,73 | 0,86 | 0,81 | 168,80 | 193,26 | 197,84 | 156,04 | 200,90 | 187,80 | 4,02 | 5,30 | 5,15 | 2,9 | 4,5 | 4,2 |
| NF2 | 0,83 | 0,83 | 0,91 | 196,25 | 213,89 | 218,61 | 186,05 | 200,60 | 207,72 | 5,09 | 5,69 | 5,91 | 4,2 | 4,9 | 5,4 |
| Maceió | 0,84 | 0,89 | 0,93 | 196,68 | 208,37 | 213,67 | 187,44 | 201,51 | 202,66 | 5,13 | 5,60 | 5,73 | 4,3 | 5,0 | 5,3 |

Nota: Os dados consideram apenas os bairros do NF2 onde estão localizadas as escolas.
Fonte: INEP, Microdados Saeb. 2019.

**Tabela 52. NF2, indicadores Saeb Anos Finais, 2015, 2017 e 2019**

| Local | Indicadores Saeb Anos Finais | | | | | | | | | | | | IDEB | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rendimento | | | Matemática | | | Português | | | Padronização | | | | | |
| | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 |
| Chã da Jaqueira | 0,79 | 0,88 | 0,94 | 236,63 | 234,48 | 249,89 | 234,14 | 244,70 | 252,54 | 4,51 | 4,65 | 5,04 | 3,55 | 4,10 | 4,75 |
| Chã de Bebedouro | 0,82 | 0,90 | 0,93 | 215,65 | 0,00 | 244,49 | 210,02 | 0,00 | 247,69 | 3,76 | 0,00 | 4,87 | 3,10 | 0,00 | 4,50 |
| Farol | 0,72 | 0,82 | 0,90 | 232,71 | 243,06 | 255,67 | 239,73 | 253,06 | 257,11 | 4,54 | 4,94 | 5,21 | 3,20 | 4,07 | 4,75 |
| Gruta de Lourdes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| Local | Indicadores Saeb Anos Finais | | | | | | | | | | | | IDEB | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rendimento | | | Matemática | | | Português | | | Padronização | | | | | |
| | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 |
| Levada | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pitanguinha | 0,71 | 0,82 | 0,00 | 223,24 | 0,00 | 233,93 | 203,96 | 0,00 | 238,56 | 3,79 | 4,73 | 4,54 | 2,70 | 3,90 | 3,40 |
| NF2 | 0,74 | 0,84 | 0,90 | 230,37 | 240,51 | 251,22 | 230,15 | 250,46 | 253,40 | 4,34 | 4,85 | 5,08 | 3,21 | 4,06 | 4,59 |
| Maceió | 0,68 | 0,82 | 0,87 | 234,04 | 238,37 | 243,63 | 231,10 | 244,41 | 245,87 | 4,42 | 4,71 | 4,83 | 3,0 | 3,8 | 4,2 |

Nota: Os dados consideram apenas os bairros do NF2 onde estão localizadas as escolas.
Fonte: INEP, Microdados Saeb. 2019.

**Tabela 53. NF2, indicadores Saeb Ensino Médio, 2017 e 2019**

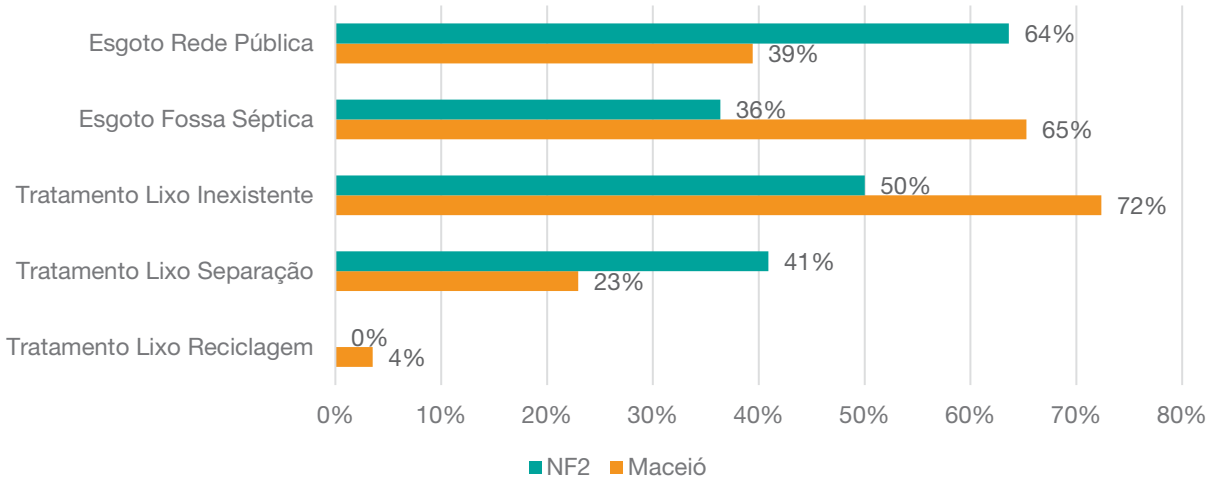
| Local | Indicadores Saeb Ensino Médio | | | | | | | | IDEB | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rendimento | | Matemática | | Português | | Padronização | | | |
| | 2017 | 2019 | 2017 | 2019 | 2017 | 2019 | 2017 | 2019 | 2017 | 2019 |
| Chã da Jaqueira | - | 0,97 | - | 261,68 | 0,00 | 264,00 | - | 4,32 | - | 4,20 |
| Chã de Bebedouro | 0,82 | 0,89 | - | 250,56 | 0,00 | 250,71 | - | 3,96 | - | - |
| Farol | 0,88 | 0,89 | 253,32 | 274,32 | 250,51 | 276,87 | 4,00 | 4,69 | 3,55 | 4,20 |
| Gruta de Lourdes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Levada | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pitanguinha | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| NF2 | 0,86 | 0,91 | 253,86 | 267,04 | 252,97 | 269,06 | 4,04 | 4,47 | 3,50 | 4,06 |
| Maceió | 0,85 | 0,83 | 260,15 | 271,28 | 259,16 | 274,17 | 4,22 | 4,60 | 3,60 | 3,80 |

Nota: Os dados consideram apenas os bairros do NF2 onde estão localizadas as escolas.
Fonte: INEP, Microdados Saeb. 2019.

Para analisar as condições das escolas em NF2, também foram analisados aspectos sanitários, de infraestrutura e de uso de tecnologia.

Na Figura 50, observa-se que 41% das escolas do NF2 realizam a separação do lixo gerado em suas dependências com fins pedagógicos, no entanto, nenhuma pratica a reciclagem.

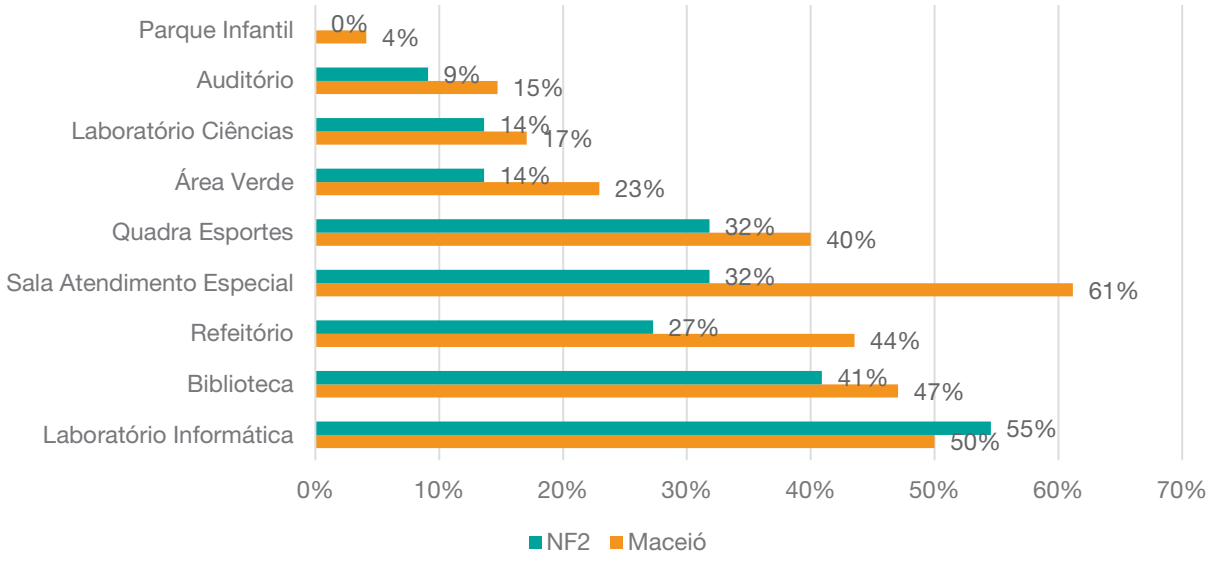
**Figura 50. NF2, aspectos sanitários das escolas**




Fonte: INEP, Censo Escolar. 2020.

Já a Figura 51 apresenta aspectos de infraestrutura das escolas do NF2. Estes dados indicam que, em média, as escolas no NF2 contam com infraestrutura mais limitada que as escolas do município, ainda que um percentual maior disponha de laboratórios de informática, quando comparado à média de Maceió.

**Figura 51. NF2, aspectos de infraestrutura das escolas**

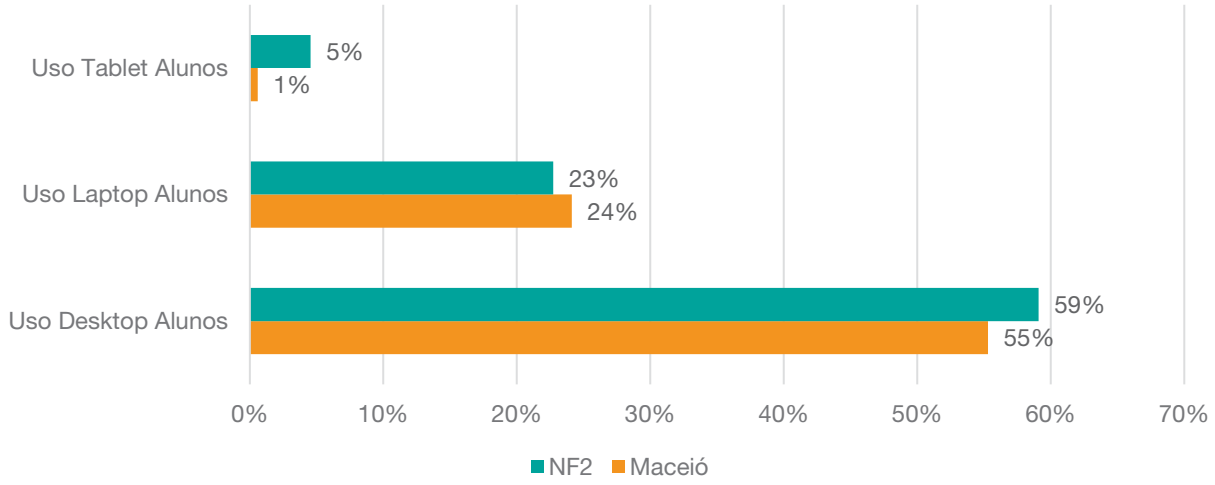



Fonte: INEP, Censo Escolar. 2020.

A Figura 52 e a Figura 53 apresentam informações de acesso e uso de equipamentos de informática. Em NF2, 59% das escolas contam com desktop para o uso de seus alunos e dispõe-se, em média, de 5,09 desktops por escola. Ambos os indicadores superam a média municipal.

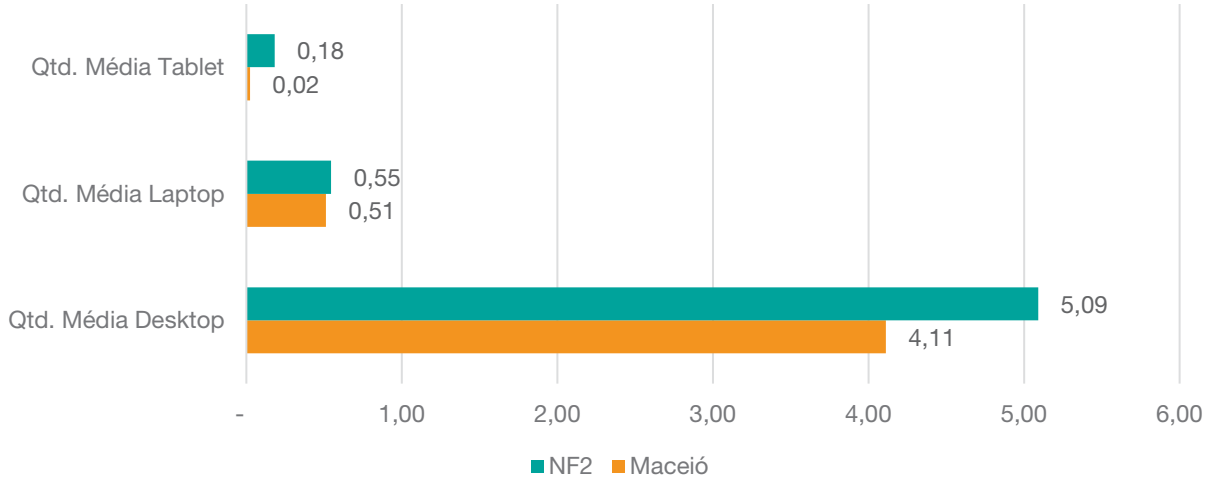
Por outro lado, a Figura 54 mostra que enquanto 95% das escolas dispõem de internet para uso administrativo, apenas 41% oferecem acesso para fins pedagógicos, situação similar à média de escolas de Maceió.

**Figura 52. NF2, aspectos informáticos das escolas**



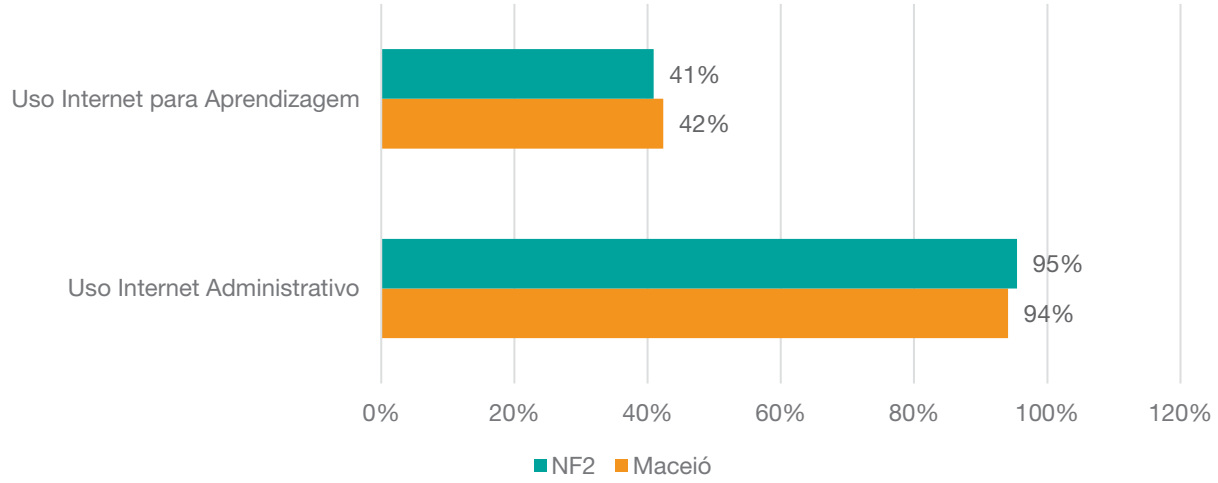

Fonte: INEP, Censo Escolar. 2020.

**Figura 53. NF2, disponibilidade média de equipamentos informáticos para as escolas**




Fonte: INEP, Censo Escolar. 2020.

**Figura 54. NF2, aspectos de conectividade das escolas**




Fonte: INEP, Censo Escolar. 2020.

### 3.2.1.3 Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes

O NF3 reúne as áreas receptoras mais representativas que estão localizadas mais distantes da área de desocupação, as quais, naturalmente, abrigam escolas municipais, estaduais, federais e privadas que receberam ou receberão a maior parte dos estudantes integrantes das famílias realocadas.

As informações disponíveis em bases de dados oficiais a respeito das escolas presentes nos principais bairros receptores – em particular as informações referentes à série temporal entre 2018 e 2020 (antes e depois da subsidência) – compõem um mosaico que permite inferir alguns aspectos da oferta de educação no NF3.

Um aspecto analisado é a média de alunos por turma, fator importante para determinar as condições de promoção de aprendizado de dada turma ou unidade escolar. A Tabela 54 apresenta a média de alunos por turma por etapa de ensino por bairro do NF3 para os anos de 2018, 2019 e 2020. A título de comparação, traz também as médias de aluno por turma do país, região, estado e município.

**Tabela 54. NF3, média de alunos por turma e etapas de ensino, 2015-2020**

| Bairro | Média de alunos por turma | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Educação Infantil | | | | | | Ensino Fundamental | | | | | | Anos Iniciais | | | | | | Anos Finais | | | | | | Ensino Médio | | | | | |
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Benedito Bentes | 17 | 18 | 18 | 17 | 17 | 17 | 28 | 27 | 27 | 28 | 28 | 23 | 24 | 23 | 24 | 23 | 23 | 28 | 37 | 34 | 35 | 40 | 40 | 40 | 37 | 33 | 36 | 39 | 39 | 39 |
| Canaã | - | - | - | - | - | - | 28 | 23 | 24 | 30 | 30 | 29 | 24 | 21 | 21 | 29 | 29 | 30 | 31 | 24 | 29 | 30 | 30 | 30 | 37 | 30 | 34 | 29 | 29 | 29 |
| Cidade Universitária | 11 | 18 | 17 | 18 | 18 | 18 | 26 | 31 | 34 | 24 | 24 | 21 | 23 | 25 | 27 | 21 | 21 | 24 | 27 | 36 | 40 | 36 | 36 | 36 | 25 | 37 | 37 | 37 | 37 | 37 |
| Clima Bom | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 35 | 33 | 32 | 34 | 34 | 23 | 26 | 23 | 25 | 23 | 23 | 34 | 37 | 36 | 34 | 36 | 36 | 36 | 41 | 36 | 39 | 37 | 37 | 37 |
| Jacintinho | 17 | 20 | 19 | 18 | 18 | 18 | - | - | - | 26 | 26 | 23 | - | - | - | 23 | 23 | 26 | - | - | - | 33 | 33 | 33 | - | - | - | 32 | 32 | 32 |
| Petrópolis | 17 | 18 | 17 | 16 | 16 | 16 | 23 | 22 | 21 | 24 | 24 | 21 | 23 | 20 | 20 | 21 | 21 | 24 | 30 | 35 | 36 | 35 | 35 | 35 | - | - | - | - | - | - |
| Santa Amélia | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 34 | 34 | 34 | - | - | - | 29 | 29 | 29 |
| Santa Lúcia | - | 40 | 40 | 40 | 38 | 38 | 18 | 19 | 20 | 19 | 19 | 19 | 32 | 28 | 26 | 40 | 40 | 40 | 24 | 18 | 18 | - | - | - | 35 | 30 | 29 | - | - | - |
| Santo Amaro | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 21 | 22 | 22 | 22 | 22 | 22 | 21 | 22 | 22 | 22 | 22 | 22 | - | - | - | - | - | - |
| Serraria | 16 | 17 | 16 | - | - | - | 20 | 19 | 20 | 21 | 21 | 21 | 20 | 19 | 20 | 21 | 21 | 21 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Tabuleiro do Martins | 14 | 16 | 16 | 17 | 17 | 17 | 26 | 25 | 26 | 30 | 30 | 25 | 23 | 23 | 23 | 25 | 25 | 30 | 32 | 31 | 32 | 35 | 35 | 35 | 37 | 36 | 35 | 36 | 36 | 36 |
| Vergel do Lago | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 27 | 28 | 23 | - | - | - | 21 | 22 | 28 | - | - | - | 33 | 33 | 33 | - | - | - | 29 | 29 | 29 |
| NF3 | 15 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 27 | 26 | 27 | 0 | 0 | 23 | 23 | 22 | 23 | 23 | 23 | 0 | 34 | 33 | 34 | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 | 36 | 35 | 35 | 35 |
| Brasil | 17 | 16 | 16 | 16 | 16 | 16 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 22 | 22 | 22 | 22 | 22 | 21 | 27 | 27 | 27 | 27 | 27 | 27 | 30 | 31 | 30 | 30 | 30 | 30 |
| Nordeste | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 16 | 22 | 22 | 22 | 22 | 22 | 22 | 21 | 20 | 20 | 21 | 20 | 20 | 27 | 27 | 27 | 27 | 27 | 26 | 31 | 32 | 32 | 32 | 31 | 32 |
| Alagoas | 18 | 18 | 17 | 17 | 17 | 17 | 23 | 23 | 25 | 25 | 24 | 24 | 23 | 21 | 22 | 22 | 21 | 21 | 32 | 26 | 32 | 31 | 31 | 31 | 35 | 31 | 34 | 34 | 33 | 35 |
| Maceió | 14 | 15 | 15 | 14 | 14 | 14 | 24 | 23 | 23 | 23 | 22 | 23 | 20 | 20 | 20 | 19 | 19 | 19 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 35 | 34 | 34 | 33 | 33 | 33 |

Nota: O bairro Jardim Petrópolis não consta na tabela por não possuir escolas com dados para análise.
Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020.

Pode-se observar que, para o Ensino Fundamental, por exemplo, no período analisado ao menos 6 entre os 13 bairros que compõem o NF3 têm a média de alunos por turma maior que a de Maceió. Os bairros de Petrópolis e Tabuleiro do Martins foram os que registraram maior incremento no intervalo de tempo analisado.

Uma média de aluno por turma consistentemente alta pode indicar que a escola já opera em condições adversas. Considerando que esses bairros e suas escolas receberam alunos realocados, é necessário observar como essa adição de estudantes interferiu na rotina escolar de estudantes antigos e novos e do corpo de educadores e gestores das escolas.

A Tabela 55 apresenta uma visão geral das diferenças das médias de alunos por turma nos bairros receptores do NF3 e em Maceió: valores positivos representam alunos por turma a mais que o bairro tem em relação à média de Maceió; valores negativos indicam que o bairro tem uma média menor que a de Maceió.

**Tabela 55. NF3 *versus* NF4 Maceió, diferença da média de alunos por turma e etapas de ensino, 2015-2020**

| Bairro | Média de alunos por turma | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Educação Infantil | | | | | | Ensino Fundamental | | | | | | Anos Iniciais | | | | | | Anos Finais | | | | | | Ensino Médio | | | | | |
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Benedito Bentes | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 4 | 4 | 4 | 5 | 6 | 0 | 4 | 3 | 4 | 4 | 4 | 9 | 7 | 4 | 5 | 10 | 10 | 10 | 2 | -1 | 2 | 6 | 6 | 6 |
| Canaã | - | - | - | - | - | - | 4 | 0 | 1 | 7 | 8 | 6 | 4 | 1 | 1 | 10 | 10 | 11 | 1 | -6 | -1 | 0 | 0 | 0 | 2 | -4 | 0 | -4 | -4 | -4 |
| Cidade Universitária | -3 | 3 | 2 | 4 | 4 | 4 | 2 | 8 | 11 | 1 | 2 | -2 | 3 | 5 | 7 | 2 | 2 | 5 | -3 | 6 | 10 | 6 | 6 | 6 | -10 | 3 | 3 | 4 | 4 | 4 |
| Clima Bom | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 11 | 10 | 9 | 11 | 12 | 0 | 6 | 3 | 5 | 4 | 4 | 15 | 7 | 6 | 4 | 6 | 6 | 6 | 6 | 2 | 5 | 4 | 4 | 4 |
| Jacintinho | 3 | 5 | 4 | 4 | 4 | 4 | - | - | - | 3 | 4 | 0 | - | - | - | 4 | 4 | 7 | - | - | - | 3 | 3 | 3 | - | - | - | -1 | -1 | -1 |
| Petrópolis | 3 | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | -1 | -1 | -2 | 1 | 2 | -2 | 3 | 0 | 0 | 2 | 2 | 5 | 0 | 5 | 6 | 5 | 5 | 5 | - | - | - | - | - | - |
| Santa Amélia | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4 | 4 | 4 | - | - | - | -4 | -4 | -4 |
| Santa Lúcia | - | 25 | 25 | 26 | 24 | 24 | -6 | -4 | -3 | -4 | -3 | -4 | 12 | 8 | 6 | 21 | 21 | 21 | -6 | -12 | -12 | - | - | - | 0 | -4 | -5 | - | - | - |
| Santo Amaro | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | -9 | -8 | -8 | -8 | -8 | -8 | - | - | - | - | - | - |
| Serraria | 2 | 2 | 1 | - | - | - | -4 | -4 | -3 | -2 | -1 | -2 | 0 | -1 | 0 | 2 | 2 | 2 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Tabuleiro do Martins | 0 | 1 | 1 | 3 | 3 | 3 | 2 | 2 | 3 | 7 | 8 | 2 | 3 | 3 | 3 | 6 | 6 | 11 | 2 | 1 | 2 | 5 | 5 | 5 | 2 | 2 | 1 | 3 | 3 | 3 |
| Vergel do Lago | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 4 | 6 | 0 | - | - | - | 2 | 3 | 9 | - | - | - | 3 | 3 | 3 | - | - | - | -4 | -4 | -4 |
| NF3 | 1 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 4 | -23 | -22 | 0 | 3 | 2 | 3 | 4 | 4 | -19 | 4 | 3 | 4 | 5 | 5 | 5 | 0 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 |

Nota: O bairro Jardim Petrópolis não consta na tabela por não possuir escolas com dados para análise.
Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020.

A maior parte dos bairros, na maior parte da série temporal analisada, apresenta taxas de aluno por turma maiores que a média municipal, evidência de uma desigualdade que pode vir a prejudicar condições de promoção de um aprendizado com equidade e de qualidade.

Essa é uma condição que pode ser identificada desde 2015 e que pode ser agravada com o crescimento populacional da região, que não está associado exclusivamente às realocações que resultaram da subsidência. Conforme informações levantadas por este Diagnóstico, verifica-se que bairros do NF3 como Cidade Universitária, Benedito Bentes e Tabuleiro dos Martins configuram área de expansão do município e de população, recebendo investimentos e conjuntos habitacionais, em especial do Programa Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela, direcionados para famílias de baixa renda. Assim, de modo a promover condições de oferta educacional de qualidade e equitativa para os alunos oriundos do NF1, seria oportuno considerar este dado no planejamento da realocação das escolas diretamente impactadas.

Observando outro indicador, a taxa de distorção idade-série, percebe-se que o NF3 apresenta valores significativamente maiores do que Maceió para todos os anos e todas as etapas de ensino analisadas (Tabela 56). Na média, as taxas de distorção idade-série do NF3 são 45,5% maiores que a taxa de Maceió, atingindo um pico de discrepância para o índice de 2019 da etapa de Anos Iniciais, 65,5% maior que o da capital. Contudo, é importante ressaltar que em todas as etapas houve redução dessa distorção ao longo da série histórica analisada, merecendo destaque a redução de 14 pontos nos Anos Finais do Ensino Fundamental entre 2015 e 2020.

**Tabela 56. NF3, taxa de distorção idade-série (%), 2015-2020**

| Local | Distorção Idade-série | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ensino Fundamental | | | | | | Anos Iniciais | | | | | | Anos Finais | | | | | | Ensino Médio | | | | | |
| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
| Benedito Bentes | 42 | 41 | 40 | 34 | 31 | 27 | 38 | 37 | 36 | 31 | 28 | 23 | 47 | 47 | 40 | 42 | 34 | 37 | 46 | 41 | 41 | 37 | 37 | 32 |
| Canaã | 45 | 35 | 41 | 35 | 32 | 35 | 22 | 25 | 27 | 23 | 23 | 26 | 57 | 40 | 52 | 44 | 38 | 41 | 77 | 78 | 44 | 69 | 26 | 34 |
| Cidade Universitária | 45 | 39 | 34 | 31 | 25 | 26 | 42 | 30 | 32 | 31 | 30 | 29 | 60 | 50 | 39 | 35 | 24 | 26 | 55 | 49 | 49 | 51 | 36 | 34 |
| Clima Bom | 40 | 41 | 41 | 38 | 31 | 31 | 58 | 32 | 32 | 26 | 24 | 16 | 42 | 43 | 43 | 41 | 33 | 35 | 32 | 31 | 33 | 32 | 29 | 26 |
| Jacintinho | 39 | 39 | 37 | 34 | 31 | 27 | 34 | 35 | 34 | 32 | 30 | 25 | 43 | 49 | 45 | 39 | 35 | 32 | 52 | 54 | 49 | 48 | 43 | 42 |
| Petrópolis | 37 | 39 | 37 | 38 | 32 | 27 | 34 | 36 | 35 | 36 | 29 | 23 | 47 | 46 | 43 | 46 | 46 | 40 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Santa Amélia | 50 | 47 | 43 | 38 | 34 | 30 | 41 | 41 | 31 | 28 | 27 | 18 | 59 | 53 | 27 | 24 | 40 | 42 | 43 | 48 | 36 | 42 | 36 | 36 |
| Santa Lúcia | 41 | 37 | 36 | 30 | 30 | 27 | 38 | 32 | 27 | 22 | 18 | 14 | 43 | 39 | 40 | 34 | 35 | 34 | 37 | 36 | 38 | 33 | 30 | 34 |
| Santo Amaro | 18 | 14 | 15 | 15 | 11 | 6 | 18 | 14 | 15 | 15 | 11 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Serraria | 24 | 25 | 22 | 19 | 17 | 12 | 24 | 25 | 22 | 19 | 17 | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tabuleiro do Martins | 39 | 40 | 38 | 33 | 29 | 25 | 35 | 36 | 35 | 30 | 27 | 21 | 47 | 48 | 37 | 29 | 33 | 30 | 41 | 37 | 38 | 39 | 39 | 37 |
| Vergel do Lago | 47 | 46 | 45 | 39 | 38 | 31 | 31 | 45 | 29 | 25 | 28 | 23 | 59 | 58 | 58 | 50 | 45 | 40 | 43 | 44 | 46 | 39 | 32 | 36 |
| NF3 | 40 | 40 | 38 | 34 | 31 | 27 | 35 | 35 | 33 | 30 | 27 | 22 | 49 | 48 | 43 | 38 | 36 | 35 | 46 | 44 | 42 | 42 | 36 | 35 |
| Maceió | 27 | 27 | 26 | 23 | 21 | 19 | 22 | 21 | 20 | 18 | 16 | 14 | 37 | 35 | 33 | 30 | 27 | 26 | 32 | 30 | 30 | 29 | 28 | 27 |

Nota: O bairro Jardim Petrópolis não consta na tabela por não possuir escolas com dados para análise.
Fonte: INEP, Indicadores Educacionais. 2020.

Na etapa de Anos Iniciais, os IDEB do NF3 e de Maceió tiveram uma trajetória parecida entre 2015 e 2019 (Tabela 57). Para a etapa de Anos Finais, a trajetória das séries do IDEB para o NF3 e para Maceió são semelhantes, começando em aproximadamente 3,0, em 2015, e atingindo 4,2, em 2019 (Tabela 58). No Ensino Médio, as trajetórias das séries de IDEB no NF3 se mantém ligeiramente abaixo da média do município, discrepância que aumentou em 2019 (Tabela 59).

**Tabela 57. NF3, indicadores Saeb Anos Iniciais, 2015, 2017 e 2019**

| Local | Indicadores Saeb Anos Iniciais | | | | | | | | | | | | IDEB | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rendimento | | | Matemática | | | Português | | | Padronização | | | | | |
| | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 |
| Benedito Bentes | 0,83 | 0,92 | 0,94 | 197,45 | 208,18 | 211,51 | 187,69 | 202,76 | 200,87 | 5,14 | 5,62 | 5,65 | 4,27 | 5,15 | 5,30 |
| Canaã | 0,86 | 0,90 | 0,92 | 193,68 | 197,44 | 204,20 | 182,85 | 183,41 | 188,72 | 4,98 | 5,07 | 5,29 | 4,30 | 4,60 | 4,90 |
| Cidade Universitária | 0,78 | 0,87 | 0,91 | 199,14 | 212,73 | 205,78 | 188,92 | 207,52 | 195,91 | 5,20 | 5,80 | 5,45 | 4,13 | 5,25 | 4,97 |
| Clima Bom | 0,73 | 0,86 | 0,95 | 189,36 | 207,24 | 219,11 | 183,32 | 200,02 | 216,99 | 4,91 | 5,56 | 6,09 | 3,55 | 4,80 | 5,80 |
| Jacintinho | 0,84 | 0,83 | 0,88 | 194,73 | 199,61 | 213,80 | 185,57 | 194,92 | 201,73 | 5,05 | 5,32 | 5,71 | 4,23 | 4,53 | 5,01 |
| Petrópolis | 0,78 | 0,85 | 0,94 | 193,07 | 200,82 | 212,29 | 177,92 | 191,91 | 206,84 | 4,88 | 5,29 | 5,78 | 3,90 | 4,46 | 5,40 |
| Santa Amélia | 0,85 | 0,90 | 0,95 | 201,89 | 213,71 | 219,96 | 196,73 | 208,76 | 207,56 | 5,39 | 5,84 | 5,94 | 4,60 | 5,20 | 5,60 |
| Santa Lúcia | 0,77 | 0,89 | 0,94 | 197,07 | -- | 211,05 | 179,52 | -- | 193,82 | 4,99 | -- | 5,52 | 3,80 | -- | 5,20 |
| Santo Amaro | 0,97 | 0,97 | 1,00 | 211,26 | 192,79 | 206,12 | 204,65 | 194,25 | 196,89 | 5,72 | 5,18 | 5,48 | 5,60 | 5,00 | 5,50 |
| Serraria | 0,90 | 0,96 | 0,96 | 202,24 | 226,19 | 213,35 | 189,09 | 218,04 | 206,60 | 5,26 | 6,25 | 5,79 | 4,70 | 6,00 | 5,63 |
| Tabuleiro do Martins | 0,85 | 0,88 | 0,92 | 200,95 | 217,89 | 222,47 | 191,90 | 210,92 | 210,59 | 5,29 | 5,96 | 6,04 | 4,53 | 5,25 | 5,56 |
| Vergel do Lago | 0,86 | 0,90 | 0,92 | 190,79 | 202,22 | 209,71 | 184,80 | 196,67 | 199,20 | 4,97 | 5,40 | 5,59 | 4,28 | 4,88 | 5,15 |
| NF3 | 0,83 | 0,88 | 0,92 | 196,89 | 207,86 | 214,14 | 187,07 | 201,71 | 203,62 | 5,12 | 5,60 | 5,75 | 4,28 | 4,98 | 5,31 |
| Maceió | 0,84 | 0,89 | 0,93 | 196,68 | 208,37 | 213,67 | 187,44 | 201,51 | 202,66 | 5,13 | 5,60 | 5,73 | 4,3 | 5,0 | 5,3 |

Nota: O bairro Jardim Petrópolis não consta na tabela por não possuir escolas com dados para análise.
Fonte: INEP, Microdados Saeb. 2019.

**Tabela 58. NF3, indicadores Saeb Anos Finais, 2015, 2017 e 2019**

| Local | Indicadores Saeb Anos Finais | | | | | | | | | | | | IDEB | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rendimento | | | Matemática | | | Português | | | Padronização | | | | | |
| | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 | 2015 | 2017 | 2019 |
| Benedito Bentes | 0,66 | 0,81 | 0,87 | 228,49 | 231,37 | 231,05 | 227,12 | - | 236,56 | 4,26 | 4,42 | 4,46 | 2,82 | 3,90 | 3,88 |
| Canaã | 0,68 | 0,76 | 0,79 | 218,13 | - | 238,06 | 220,59 | - | 251,18 | 3,98 | - | 4,82 | 2,70 | - | 3,80 |
| Cidade Universitária | 0,55 | 0,86 | 0,91 | 234,08 | 235,69 | 237,96 | 232,73 | 247,52 | 244,04 | 4,45 | 4,72 | 4,70 | 2,43 | 3,80 | 4,25 |
| Clima Bom | 0,78 | 0,85 | 0,94 | 229,50 | 244,43 | 253,19 | 221,52 | 252,28 | 254,14 | 4,18 | 4,95 | 5,12 | 3,27 | 4,47 | 4,85 |
| Jacintinho | 0,70 | 0,85 | 0,87 | 240,94 | 233,54 | 243,58 | 240,68 | 239,75 | 245,53 | 4,69 | 4,55 | 4,82 | 3,14 | 4,03 | 4,34 |
| Petrópolis | 0,68 | 0,79 | 0,88 | 233,57 | 248,48 | 229,50 | 228,74 | 253,91 | 224,72 | 4,37 | 5,04 | 4,24 | 3,90 | 4,90 | 3,70 |
| Santa Amélia | 0,63 | 0,82 | 0,84 | 234,37 | - | 240,88 | 230,79 | - | 248,19 | 4,42 | - | 4,82 | 2,80 | - | 4,00 |
| Santa Lúcia | 0,74 | 0,85 | 0,85 | 236,08 | 239,44 | 238,78 | 227,44 | 237,65 | 240,46 | 4,39 | 4,62 | 4,65 | 3,25 | 3,95 | 3,95 |
| Santo Amaro | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Serraria | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Tabuleiro do Martins | 0,70 | 0,82 | 0,87 | 241,81 | 239,19 | 252,47 | 237,05 | 241,61 | 251,32 | 4,65 | 4,68 | 5,06 | 3,22 | 3,80 | 4,40 |
| Vergel do Lago | 0,70 | 0,75 | 0,89 | 223,40 | 231,83 | 231,92 | 227,81 | 236,69 | 231,21 | 4,19 | 4,48 | 4,39 | 3,00 | 3,50 | 3,90 |
| NF3 | 0,69 | 0,82 | 0,88 | 233,33 | 236,81 | 241,63 | 231,35 | 241,53 | 243,66 | 4,41 | 4,64 | 4,75 | 3,03 | 3,94 | 4,20 |
| Maceió | 0,68 | 0,82 | 0,87 | 234,04 | 238,37 | 243,63 | 231,10 | 244,41 | 245,87 | 4,42 | 4,71 | 4,83 | 3,00 | 3,80 | 4,20 |

Nota: O bairro Jardim Petrópolis não consta na tabela por não possuir escolas com dados para análise.
Fonte: INEP, Microdados Saeb. 2019.

**Tabela 59. NF3, indicadores Saeb Ensino Médio, 2017 e 2019**

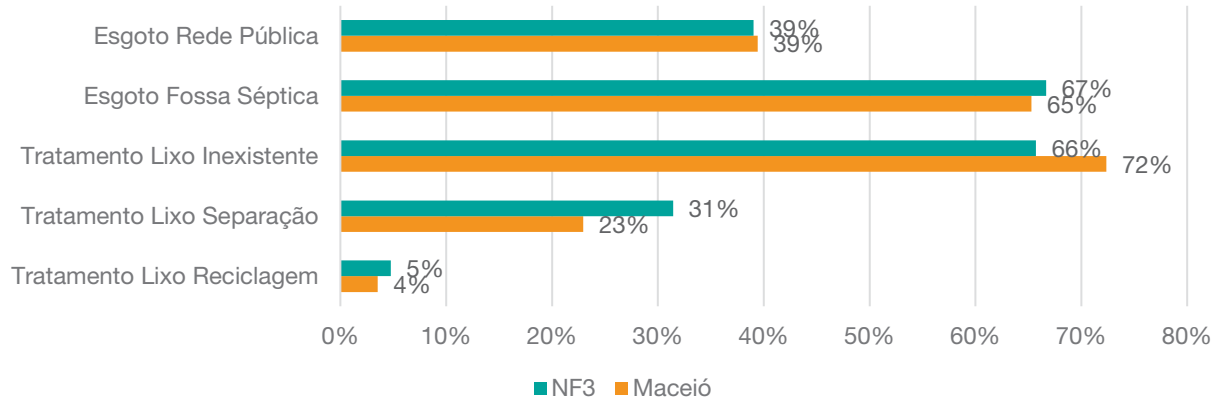
| Local | Indicadores Saeb Ensino Médio | | | | | | | | IDEB | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rendimento | | Matemática | | Português | | Padronização | | | |
| | 2017 | 2019 | 2017 | 2019 | 2017 | 2019 | 2017 | 2019 | 2017 | 2019 |
| Benedito Bentes | 0,86 | 0,83 | - | 258,10 | - | 271,17 | - | 4,37 | 0,00 | 3,80 |
| Canaã | 0,77 | 0,61 | - | 294,65 | - | 291,22 | - | 5,19 | 0,00 | 3,10 |
| Cidade Universitária | 0,86 | 0,77 | - | 274,50 | - | 277,70 | - | 4,70 | 0,00 | 3,55 |
| Clima Bom | 0,89 | 0,89 | 247,22 | 254,40 | 247,58 | 261,58 | 3,87 | 4,18 | 3,20 | 3,70 |
| Jacintinho | 0,87 | 0,87 | 258,19 | 249,27 | 266,28 | 255,36 | 4,30 | 4,01 | 3,95 | 3,50 |
| Petrópolis | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Santa Amélia | 0,67 | 0,79 | - | 274,12 | - | 280,41 | - | 4,74 | - | 3,75 |
| Santa Lúcia | 0,81 | 0,68 | - | 255,43 | - | 268,62 | - | 4,30 | - | 2,90 |
| Santo Amaro | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Serraria | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Tabuleiro do Martins | 0,87 | 0,82 | 249,10 | 263,39 | 237,33 | 269,65 | 3,74 | 4,43 | 3,20 | 3,90 |
| Vergel do Lago | 0,85 | 0,93 | - | 237,27 | - | 235,81 | - | 3,55 | - | 3,30 |
| NF3 | 0,85 | 0,83 | 253,18 | 259,30 | 254,37 | 266,10 | 4,05 | 4,31 | 3,58 | 3,61 |
| Maceió | 0,85 | 0,83 | 260,15 | 271,28 | 259,16 | 274,17 | 4,22 | 4,60 | 3,60 | 3,80 |

Nota: O bairro Jardim Petrópolis não consta na tabela por não possuir escolas com dados para análise.
Fonte: INEP, Microdados Saeb. 2019.

Além dos indicadores analisados acima, cabe também avaliar a infraestrutura das escolas receptoras, a fim de entender em que condições atendem seus alunos regulares e os que estão chegando por conta da realocação.

Na Figura 55, observa-se que 66% das escolas do NF3 não fazem tratamento algum do lixo gerado em suas dependências. Neste quesito, encontram-se em situação melhor que a média municipal (72%), porém pior que a média das escolas no NF2 (50%).

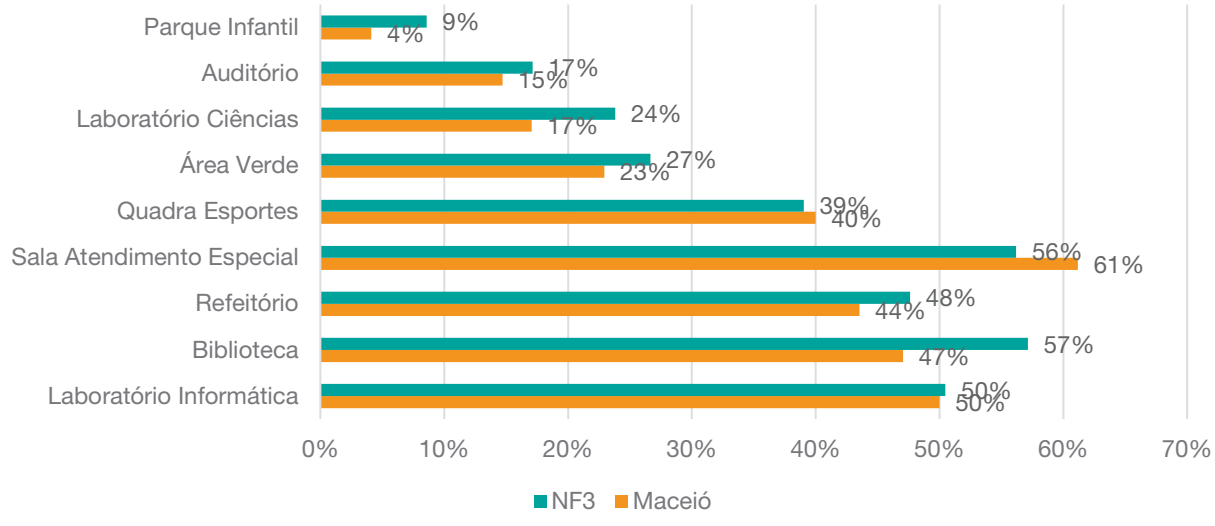
**Figura 55. NF3, aspectos sanitários das escolas**




Fonte: INEP, Censo Escolar. 2020.

Já a Figura 56 apresenta os aspectos de infraestrutura das escolas do NF3, evidenciando que no geral contam com mais infraestrutura que a média do município. Entretanto, nota-se uma pequena desvantagem em relação à disponibilidade de laboratórios de informática nas escolas do NF2 (55%), apresentada na Figura 57.

**Figura 56. NF3, aspectos de infraestrutura das escolas**

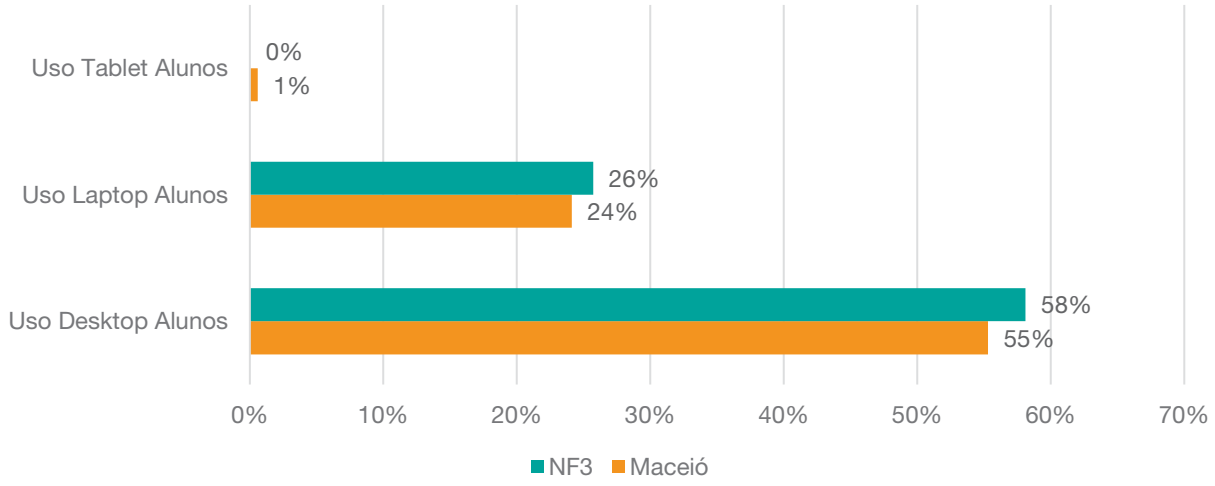



Fonte: INEP, Censo Escolar. 2020.

A Figura 57 e a Figura 58 apresentam informações de acesso e uso de equipamentos de informática. O percentual de escolas que dispõem de *desktop* para uso de seus alunos (58%) é similar ao que foi observado no NF2 (59%) e levemente superior à média municipal (55%). Por outro lado, há uma média de 4,54 *desktops* por escola no NF3, versus uma média de 5,09 *desktops* por escola no NF2.

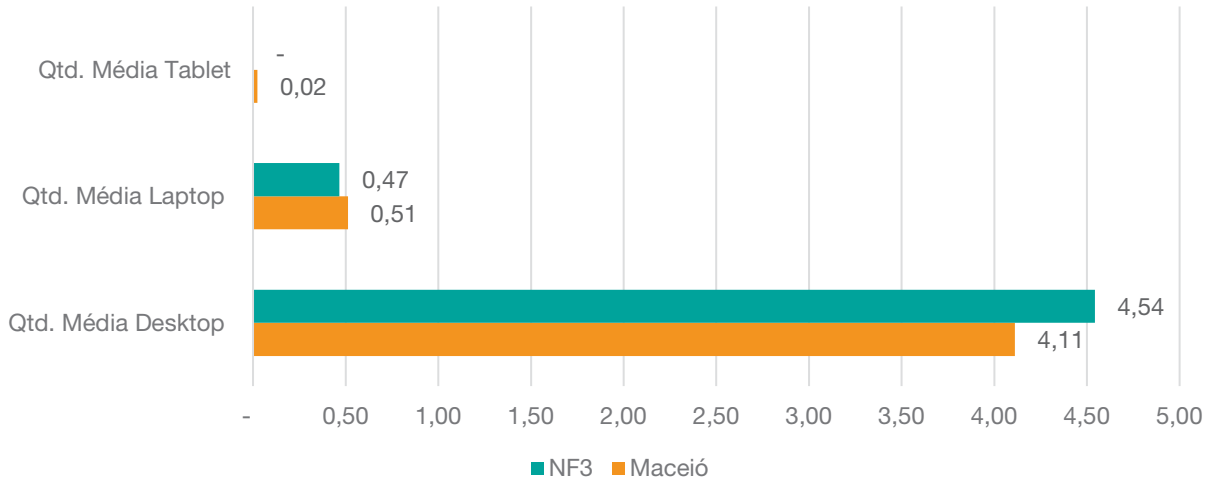
Ainda assim, de acordo com os dados apresentados na Figura 59, o uso de internet para fins pedagógicos nas escolas de NF3 (44%) não destoa muito da média de Maceió (42%), que representa um cenário preocupante.

**Figura 57. NF3, aspectos informáticos das escolas**



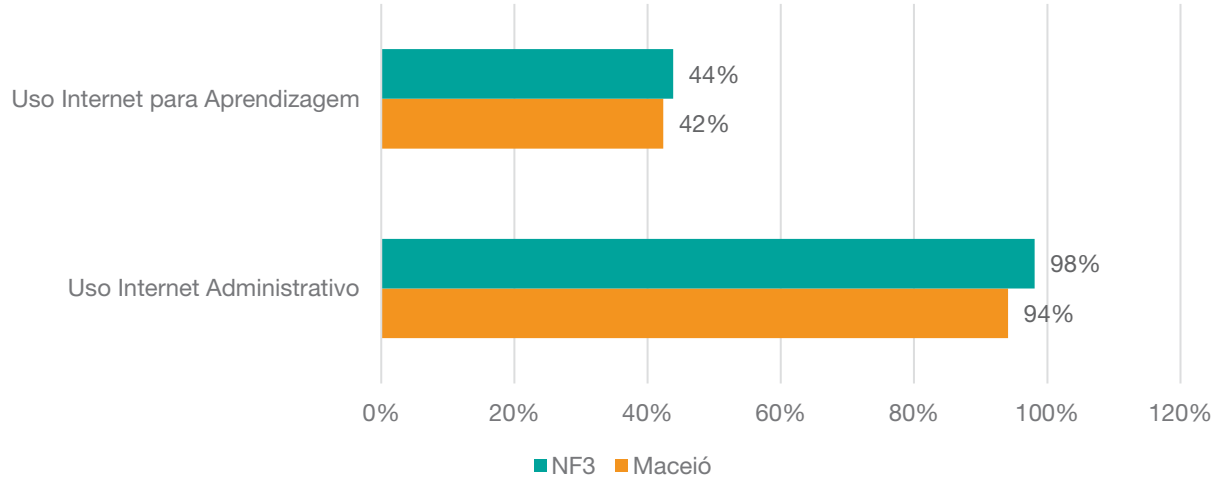

Fonte: INEP, Censo Escolar. 2020.

**Figura 58. NF3, disponibilidade média de equipamentos informáticos para as escolas**




Fonte: INEP, Censo Escolar. 2020.

**Figura 59. NF3, aspectos de conectividade das escolas**




Fonte: INEP, Censo Escolar. 2020.

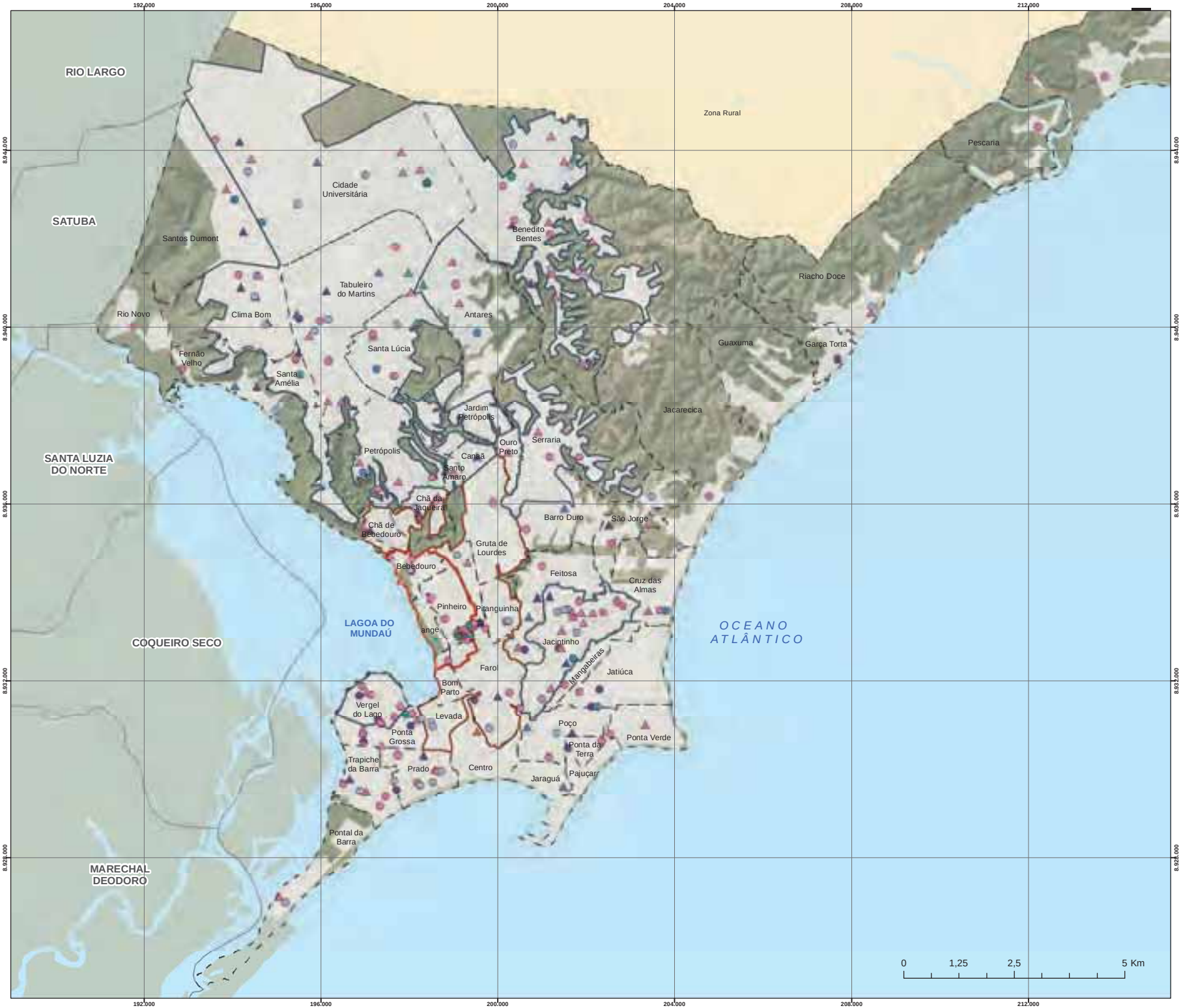
#### 3.2.1.4 Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió

Em 2020, segundo o Censo Escolar (INEP, 2020), havia 244 escolas em Maceió, sendo 141 municipais, 100 estaduais e três federais. O Mapa 13 ilustra a distribuição dos equipamentos de educação no município.

A rede estadual presente no município registrava um total de 53.075 matrículas, distribuídas entre anos iniciais (7.303), anos finais (26.872) e ensino médio (18.900, sendo 11.142 na modalidade de educação de jovens e adultos e 2.297 na educação especial).

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

**MACEIÓ - ALAGOAS**




## LEGENDA

**Equipamentos de Educação Pública**

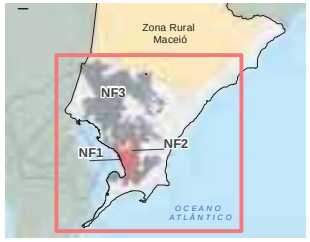
- ( Educação Infantil
- ( Ensino Fundamental
- ( Ensino Médio
- ( Educação Infantil e Fundamental
- # Educação Infantil, Fundamental e Jovens Adultos
- # Ensino Fundamental e Jovens Adultos
- ( Ensino Fundamental e Médio
- $ Ensino Fund. Médio, Profissional e Jovens Adultos
- # Ensino Fundamental, Médio, e Jovens Adultos
- # Ensino Médio e Jovens Adultos
- $ Ensino Médio e Profissional
- $ Ensino Médio, Profissional e Jovens Adultos
- # Educação de Jovens Adultos
- $ Educação Profissional

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF4 MACEIÓ, EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Mapa **13**

**Fonte dos Dados:**

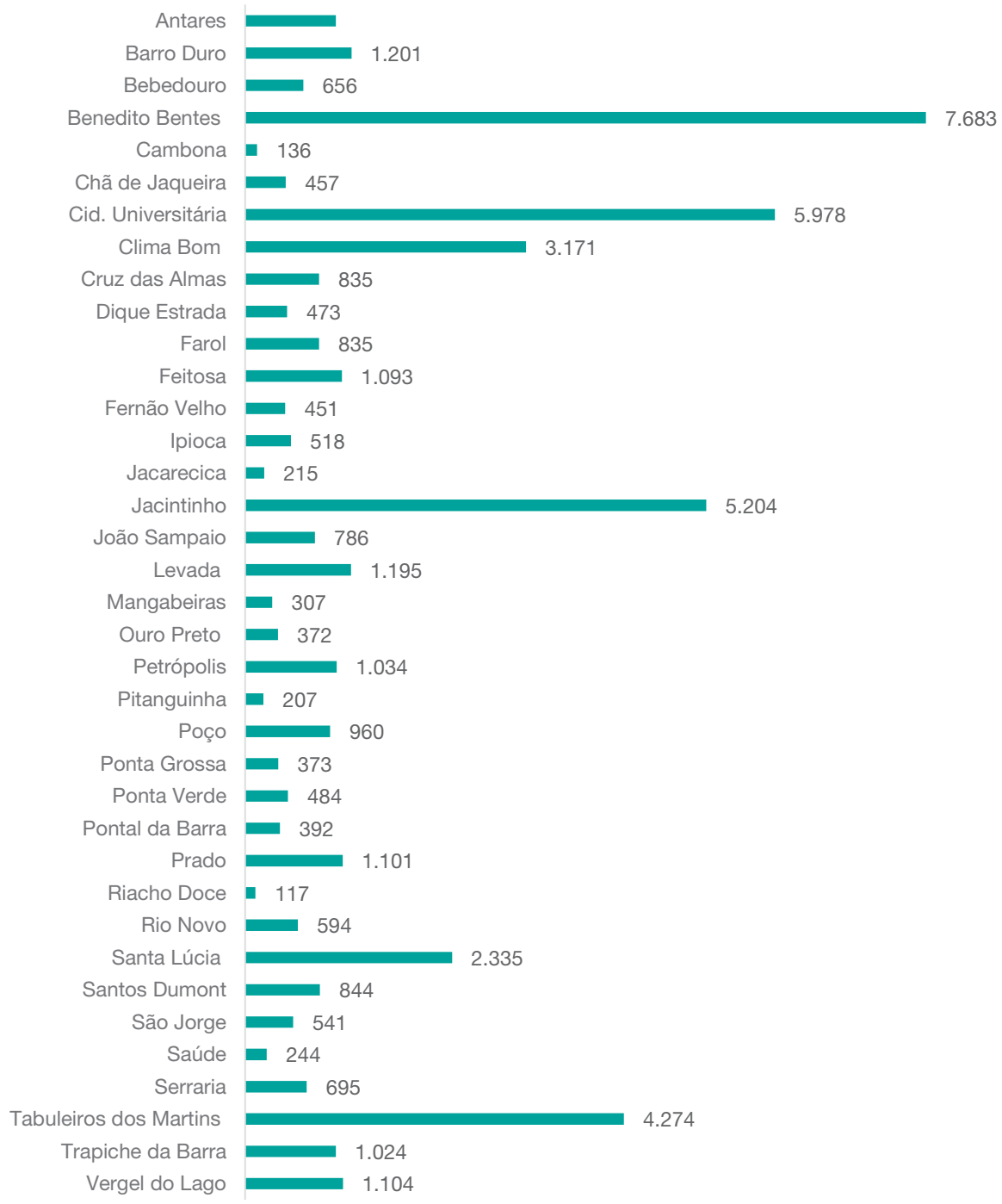
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

**Notas:** Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: | |
|---|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 | Diagonal |

A rede municipal de educação de Maceió registrou, em 2020, um total de 48.913 matrículas divididas entre educação infantil e etapas de anos finais e iniciais. Essas matrículas estão distribuídas pelos bairros do município conforme ilustra a Figura 60.

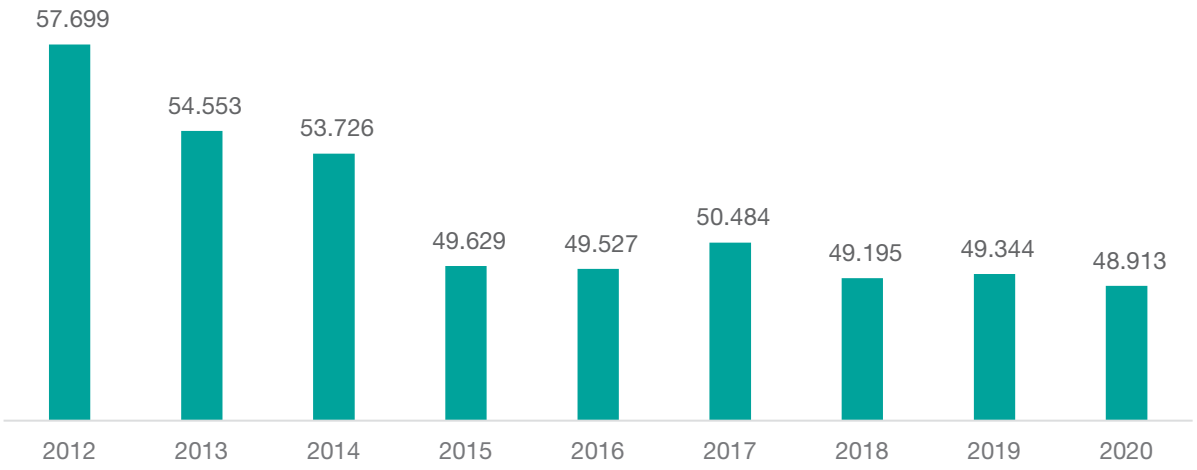
**Figura 60. NF4 Maceió, distribuição das matrículas por bairro, 2020**




Fonte: Maceió, Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021. Volume I.

Entre 2012 e 2020, a rede municipal de ensino teve o total de matrículas iniciais reduzido em aproximadamente 10 mil alunos, passando de cerca de 58 mil, em 2012, para cerca de 49 mil, em 2020, conforme representa a Figura 61.

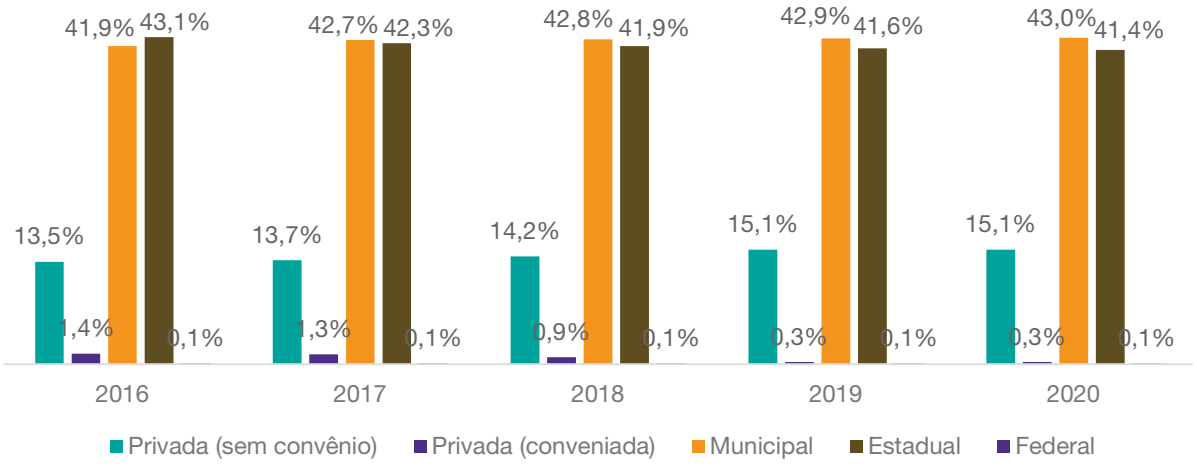
**Figura 61. NF4 Maceió, matrícula inicial na rede municipal de ensino médio, 2012-2020**




Fonte: Maceió, Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021. Volume I.

A capital alagoana tem uma baixa taxa de municipalização, tal que as esferas estaduais e municipais da educação repartem a oferta de ensino, por exemplo, no caso dos anos iniciais. Na Figura 62 observa-se que, em 2020, 43,0% dos estudantes dos anos iniciais frequentaram escolas municipais, enquanto 41,4% o fizeram na rede estadual.

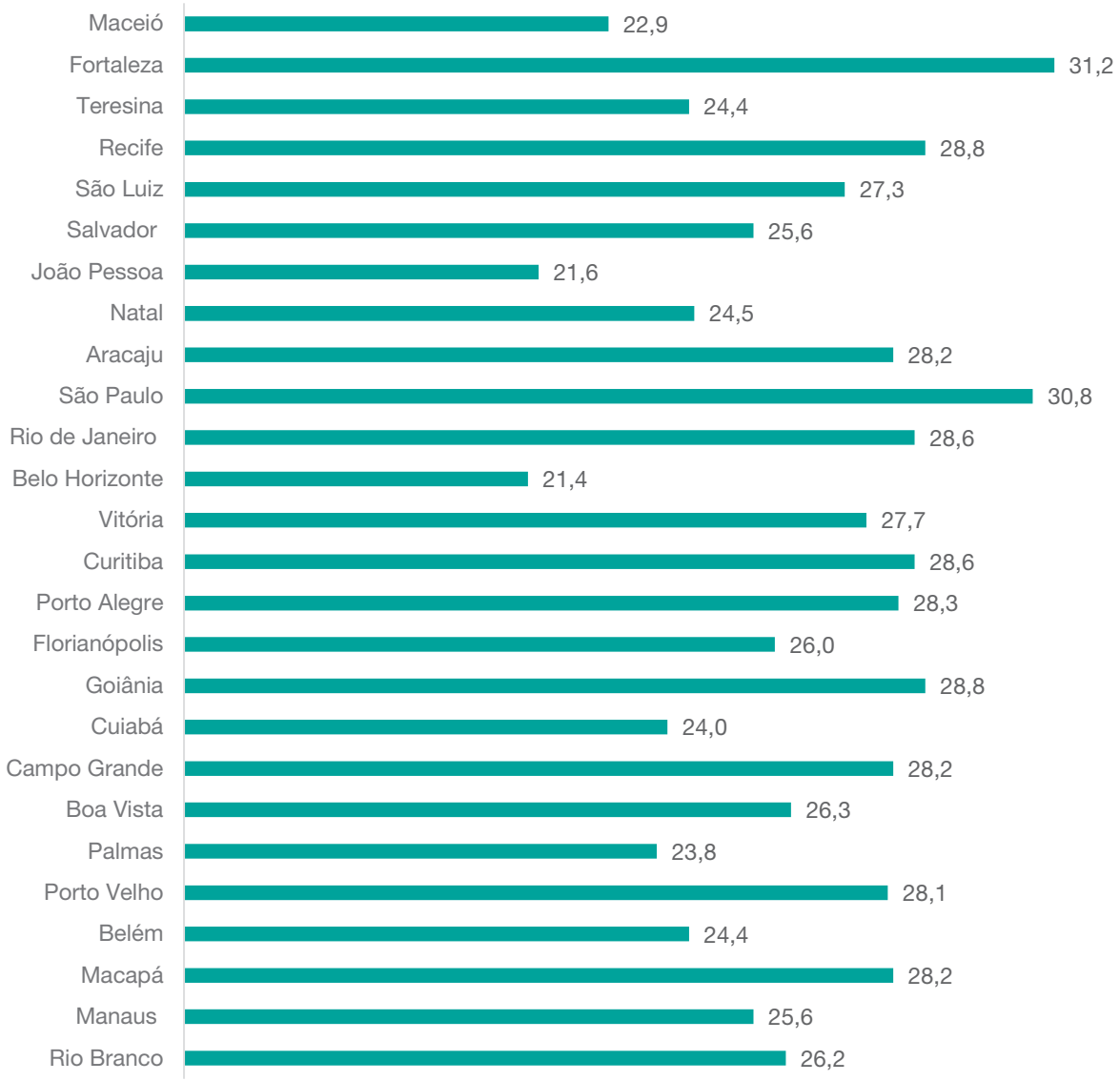
**Figura 62. NF4 Maceió, matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental (%), por esfera administrativa, 2016-2020**




Fonte: Maceió, Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021. Volume I.

Em termos de média de alunos por turma no ensino fundamental, Maceió ocupa lugar de destaque entre as capitais nacionais, figurando junto a Belo Horizonte e João Pessoa como as capitais com os menores níveis desse indicador (Figura 63).

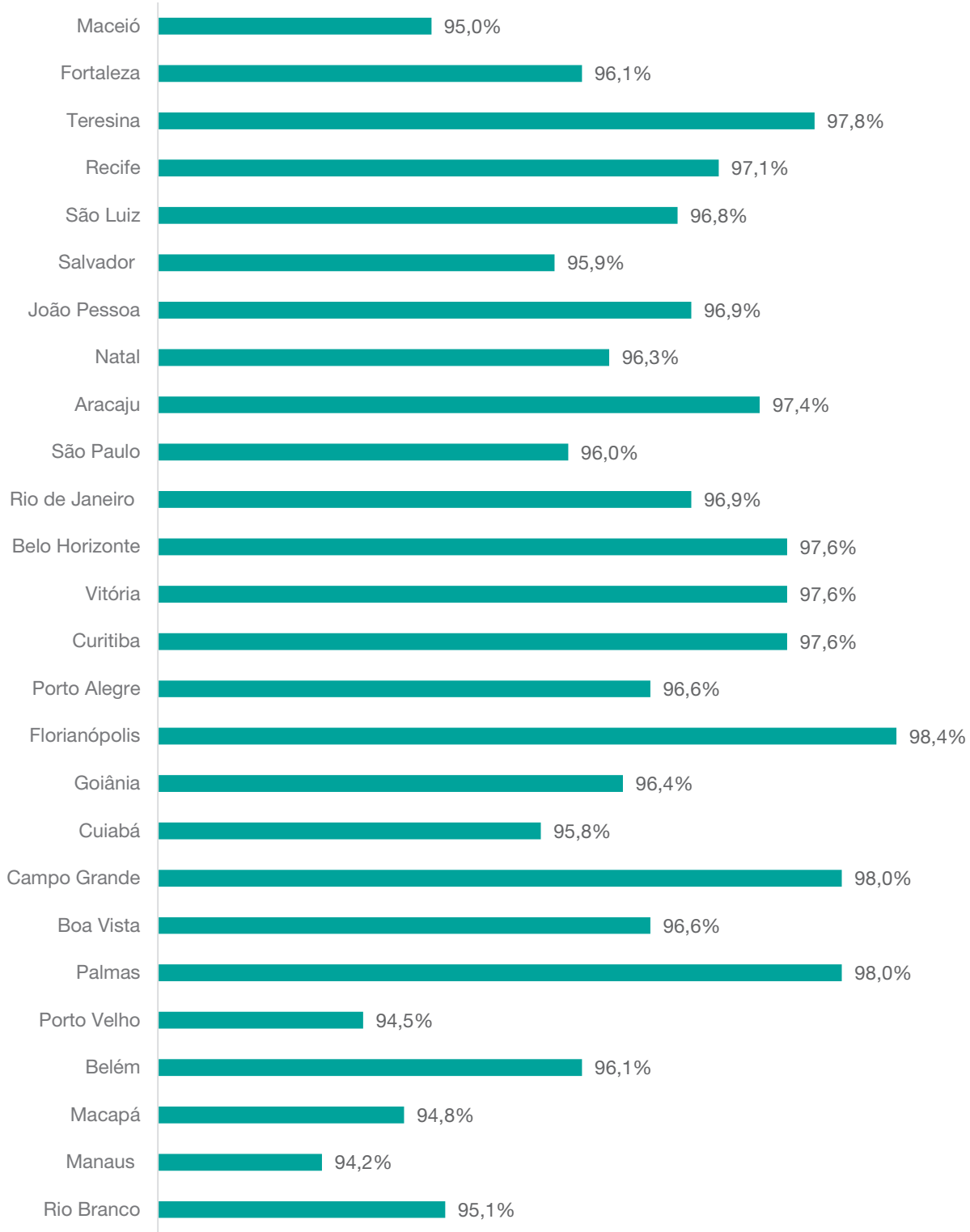
**Figura 63. NF4 Maceió e capitais brasileiras, média de alunos por turmas, ensino fundamental, 2019**




Fonte: Maceió, Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021. Volume I.

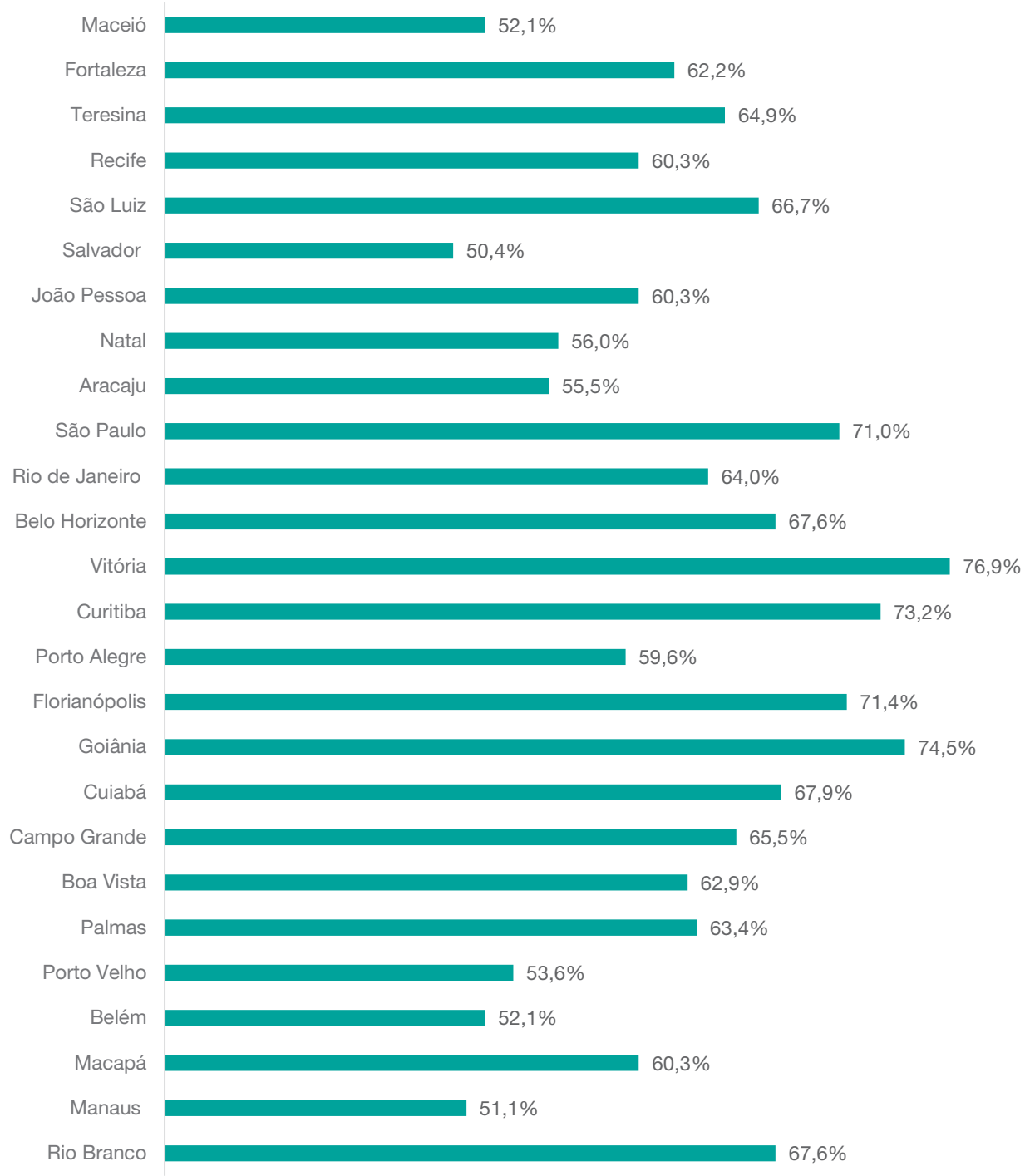
A Figura 64 e a Figura 65 indicam como Maceió se compara às capitais nacionais em relação aos indicadores de percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola ou já concluiu o ensino fundamental e percentual de pessoas de 16 anos com, pelo menos, o ensino fundamental concluído. Em ambos os indicadores, Maceió se agrupou com as capitais com os piores resultados.

**Figura 64. NF4 Maceió e capitais brasileiras, população de 6 a 14 anos que frequenta a escola ou já concluiu o ensino fundamental (%), 2018**




Fonte: Maceió, Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021. Volume I.

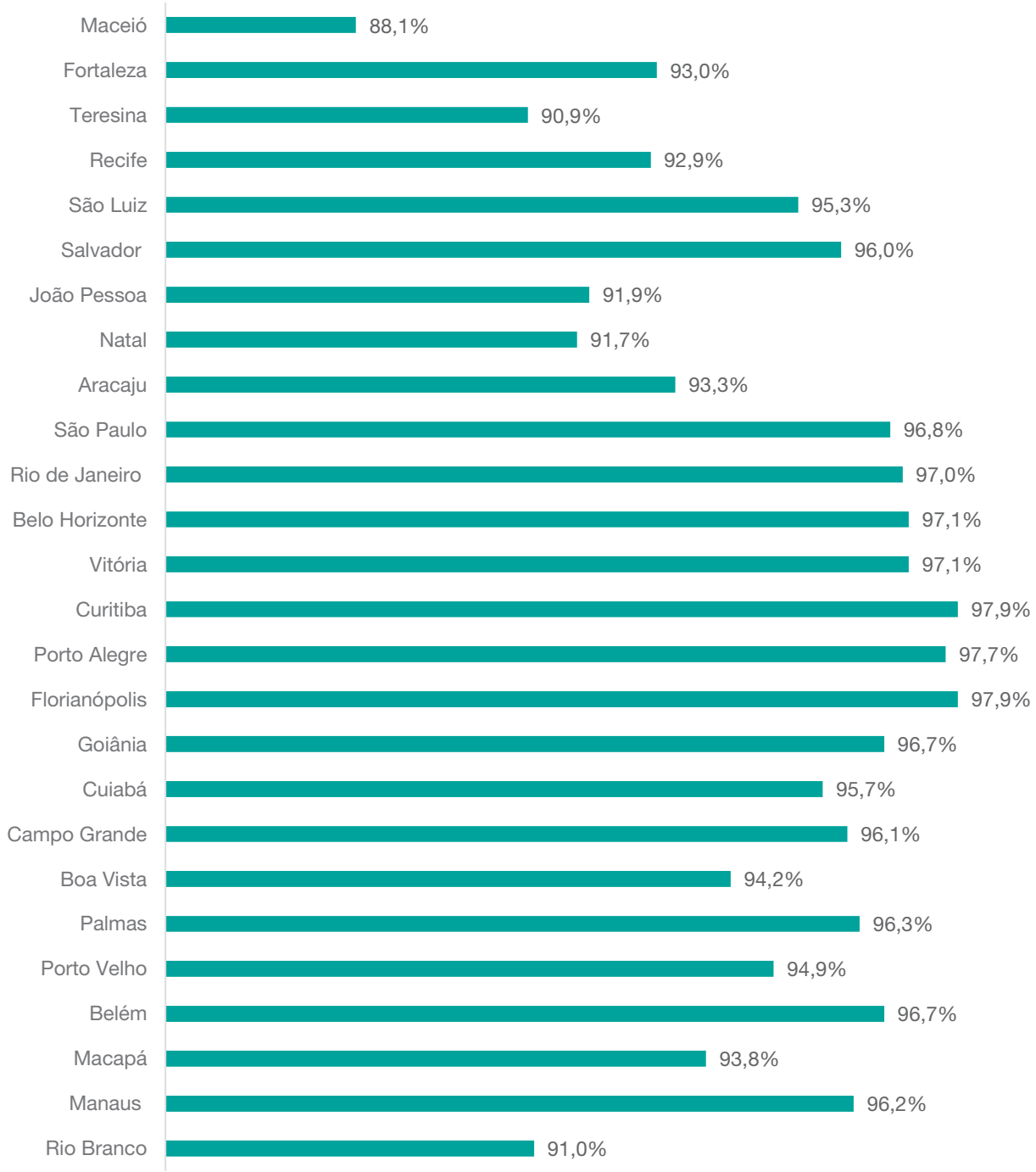
**Figura 65. NF4 Maceió e capitais brasileiras, pessoas de 16 anos com, pelo menos, o ensino fundamental concluído (%), 2018**




Fonte: Maceió, Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021. Volume I.

A Figura 66 registra Maceió como a pior colocada entre as capitais brasileiras quanto à taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais (dados de 2018).

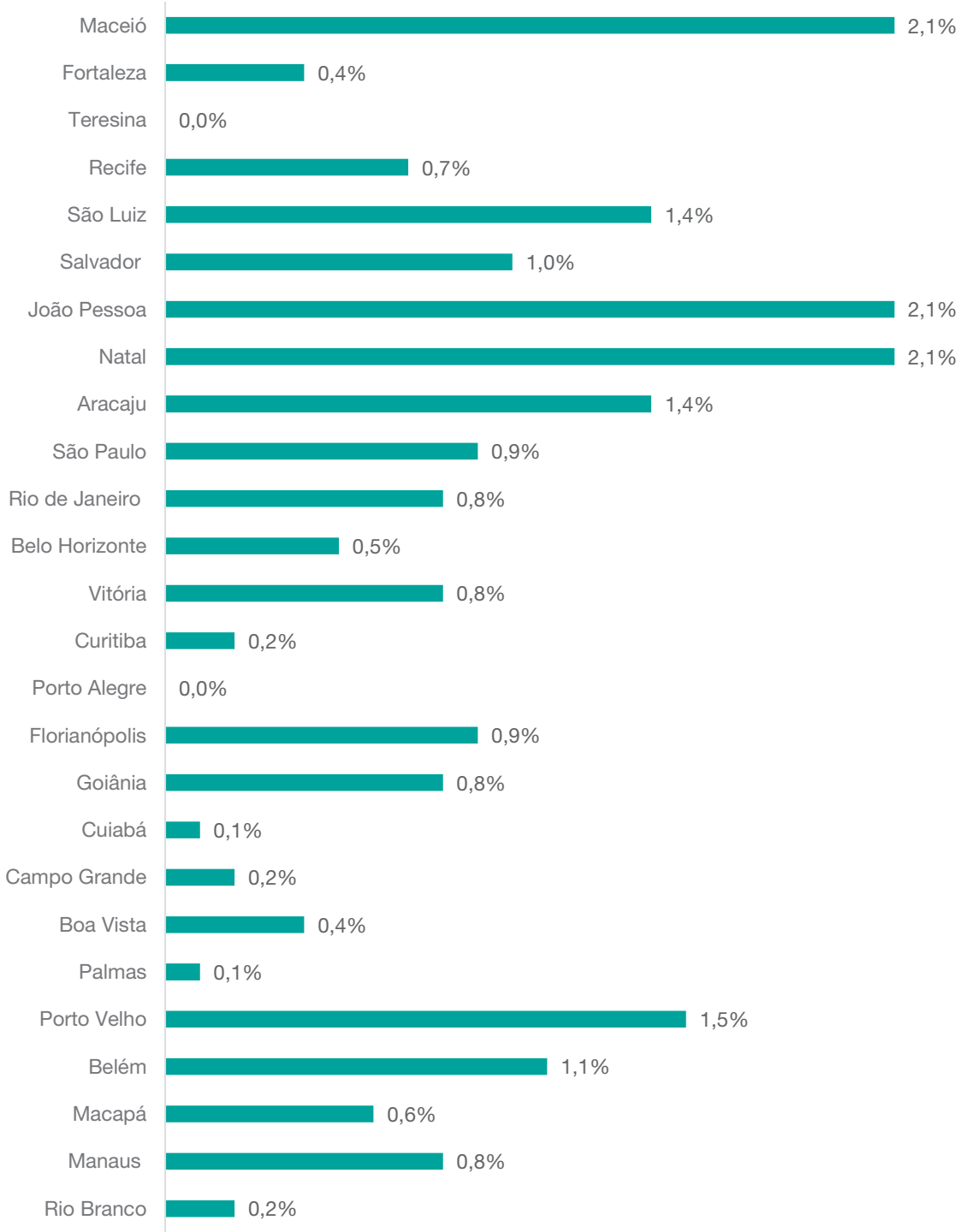
**Figura 66. NF4 Maceió e capitais brasileiras, taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais (%), 2018**




Fonte: Maceió, Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021. Volume I.

Em termos de fluxo, Maceió também se encontra na última posição entre as capitais para a taxa de abandono do ensino fundamental, empatada com João Pessoa e Natal, conforme registra a Figura 67.

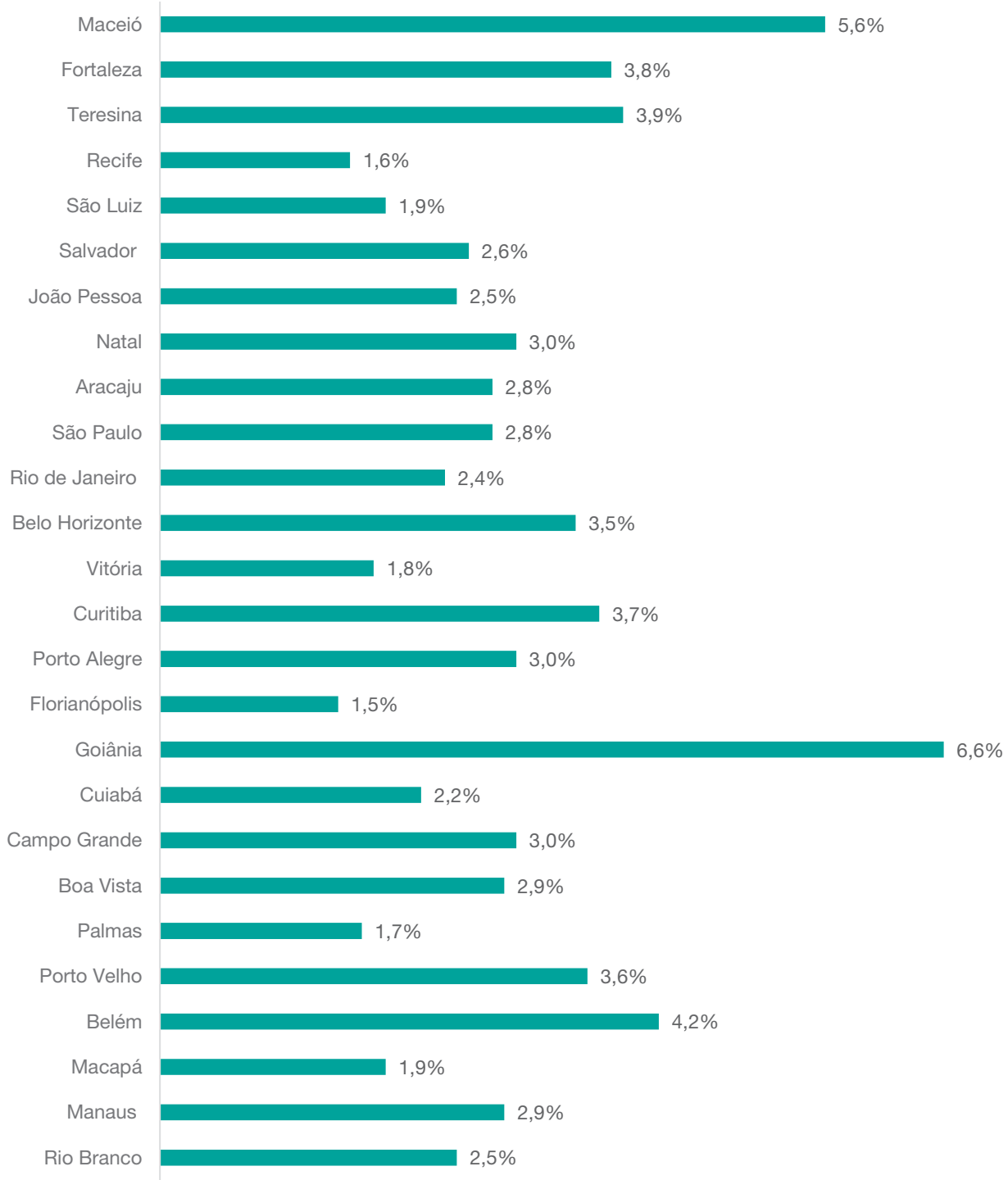
**Figura 67. NF4 Maceió e capitais brasileiras, abandono no ensino fundamental (%), 2019**




Fonte: Maceió, Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021. Volume II.

Com uma taxa de evasão de 5,6% em 2019, Maceió ficou atrás apenas de Goiânia, entre as capitais nacionais, conforme registra a Figura 68.

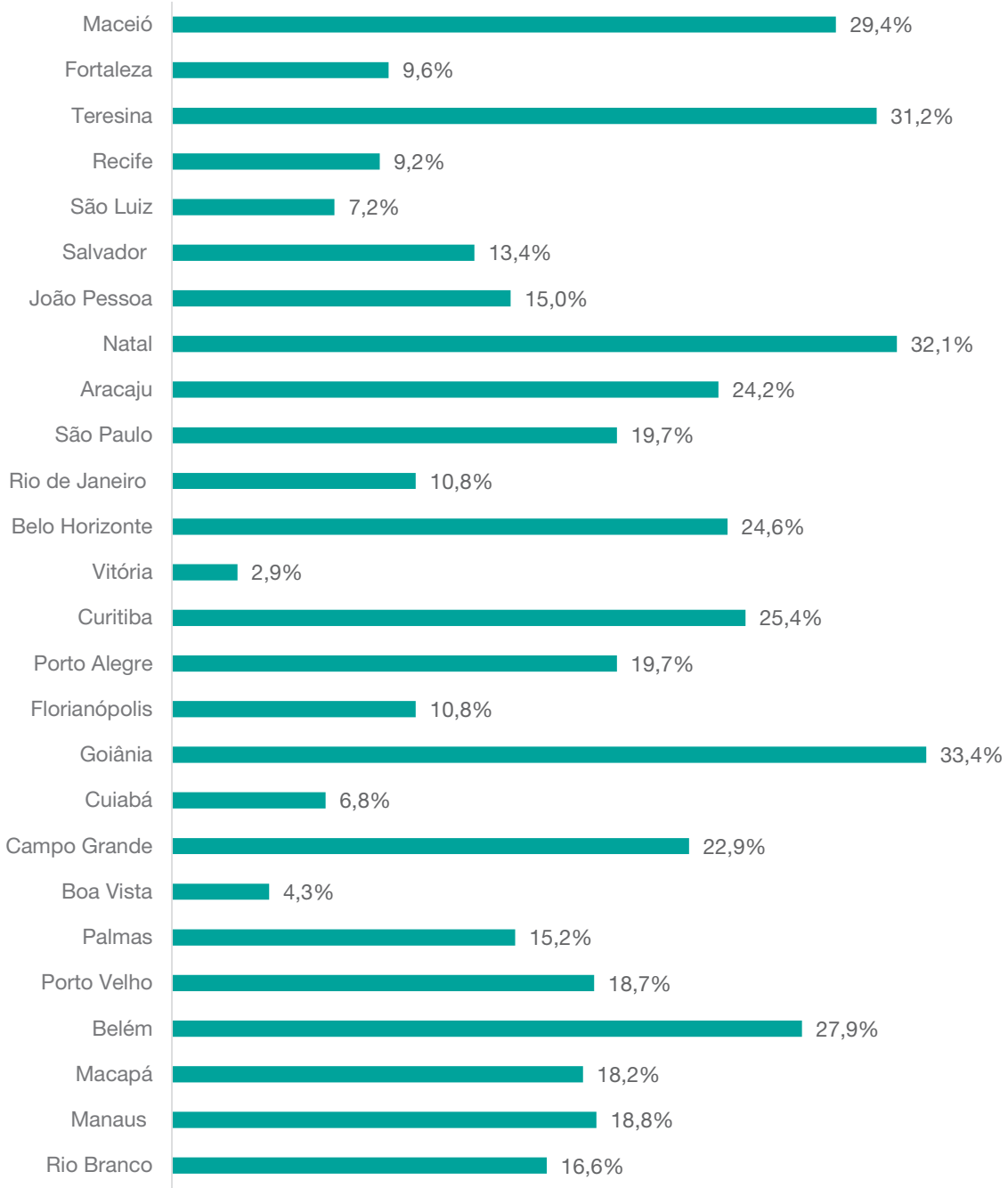
**Figura 68. NF4 Maceió e capitais brasileiras, evasão (%), 2019**




Fonte: Maceió, Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021. Volume II.

Quanto à taxa de distorção idade-série, Maceió também figura entre as quatro capitais brasileiras mais mal colocadas, conforme ilustra a Figura 69.

**Figura 69. NF4 Maceió e capitais brasileiras, distorção idade-série, ensino fundamental (%), 2019**

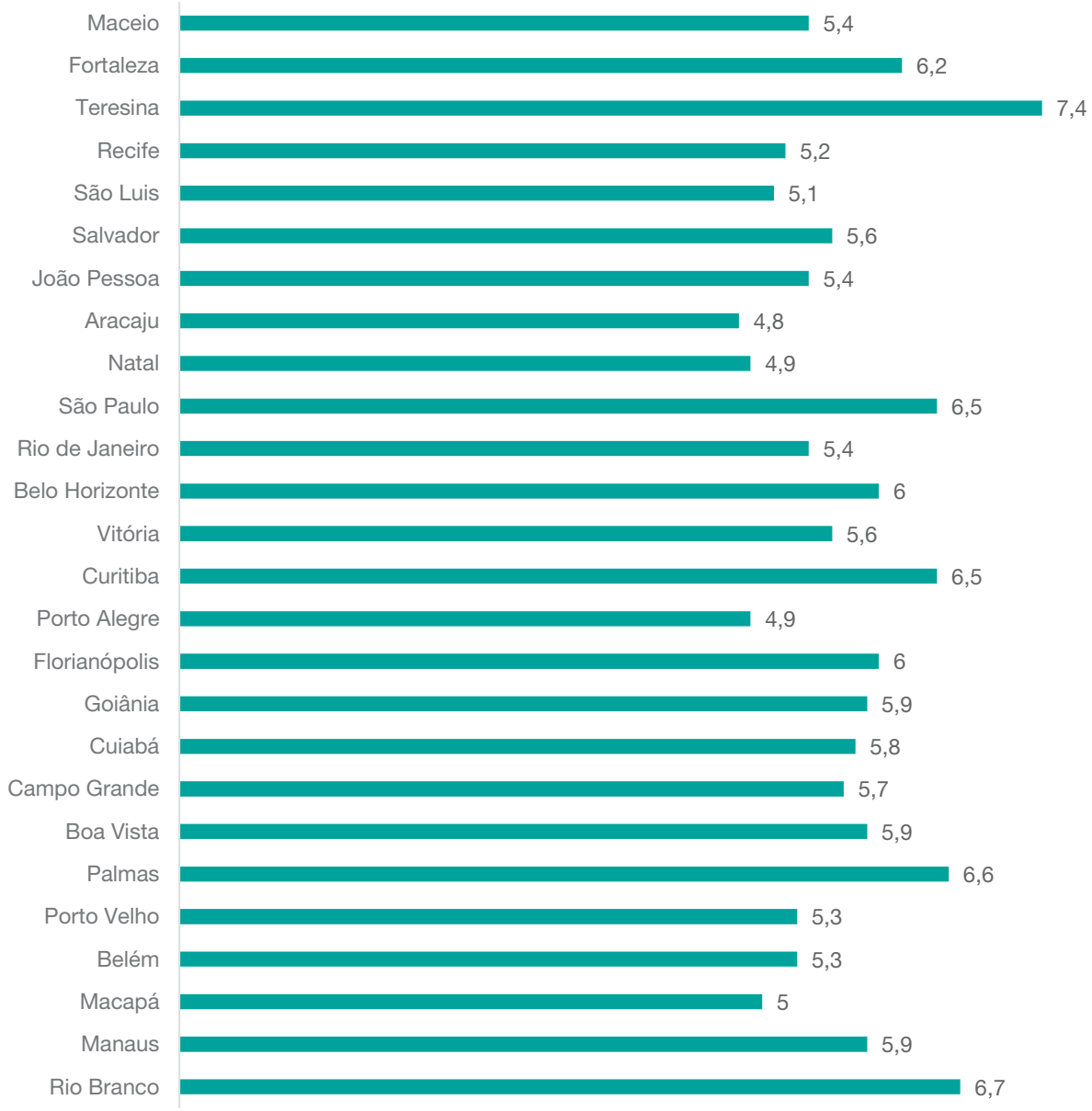



Fonte: Maceió, Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021. Volume II.

Os resultados do IDEB oferecem dados relevantes em termos de aprendizado, medido por avaliações externas de larga escala. A Figura 70 compara o desempenho da etapa de anos iniciais das capitais brasileiras em 2019, nas escolas municipais, quando Maceió registrou um IDEB de 5,4[29], não muito distante da média 5,7 atingida pelas capitais como um todo.

[29] Esse indicador é aqui apresentado como no Painel de Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021, apresentando o índice para as redes municipais.

**Figura 70. NF4 Maceió e capitais brasileiras, IDEB, anos iniciais, ensino fundamental, 2019**

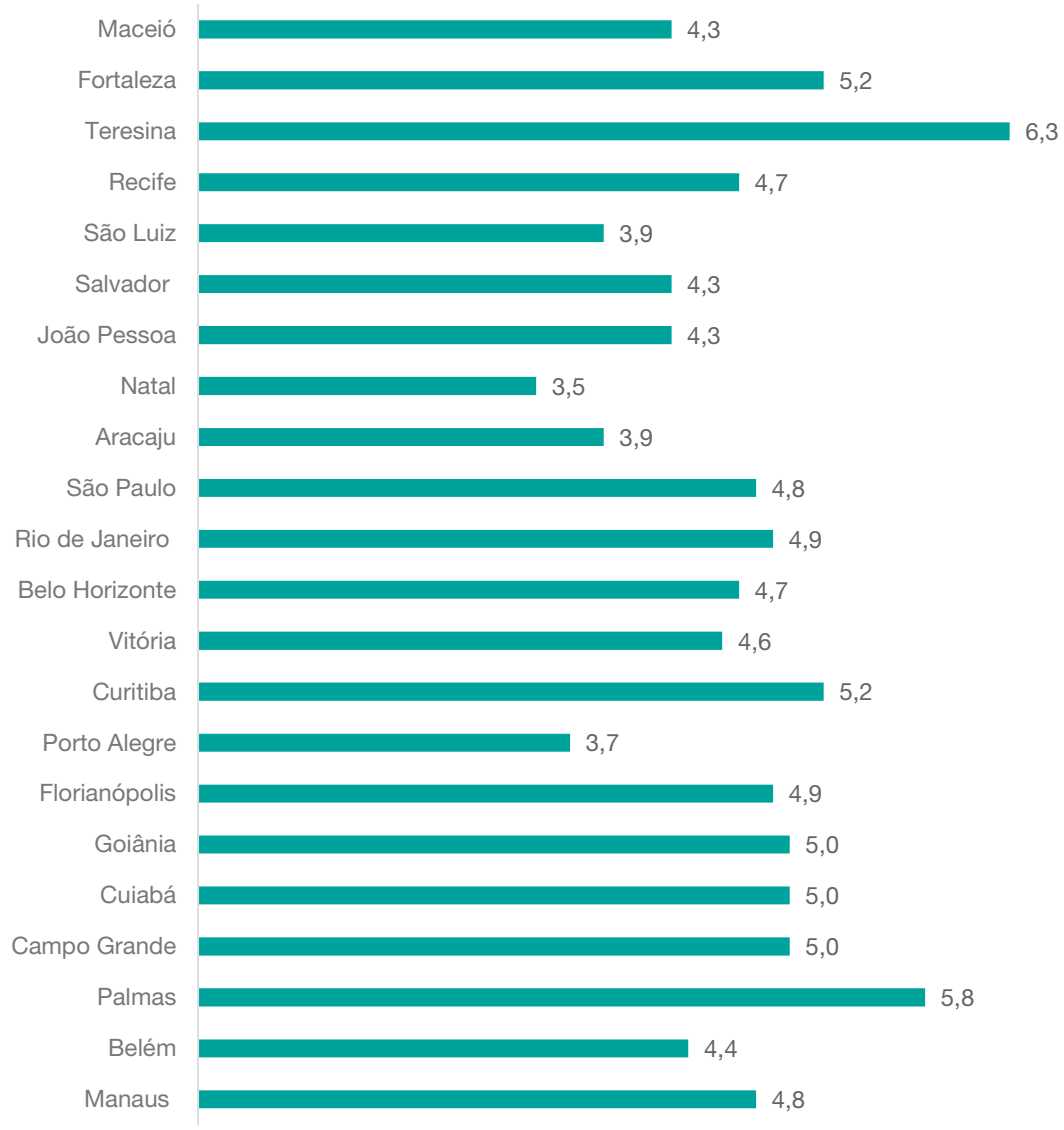



Fonte: Saeb/Ideb, INEP – 2019. Portal QEdu

A Figura 71 compara o desempenho da etapa de anos finais das capitais brasileiras[30], em 2019, quando Maceió registrou um IDEB de 4,3 não muito distante da média 4,7 atingida pelas capitais como um todo.

[30] Esse indicador é aqui apresentado como no Painel de Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021, apresentando o índice para as redes municipais.

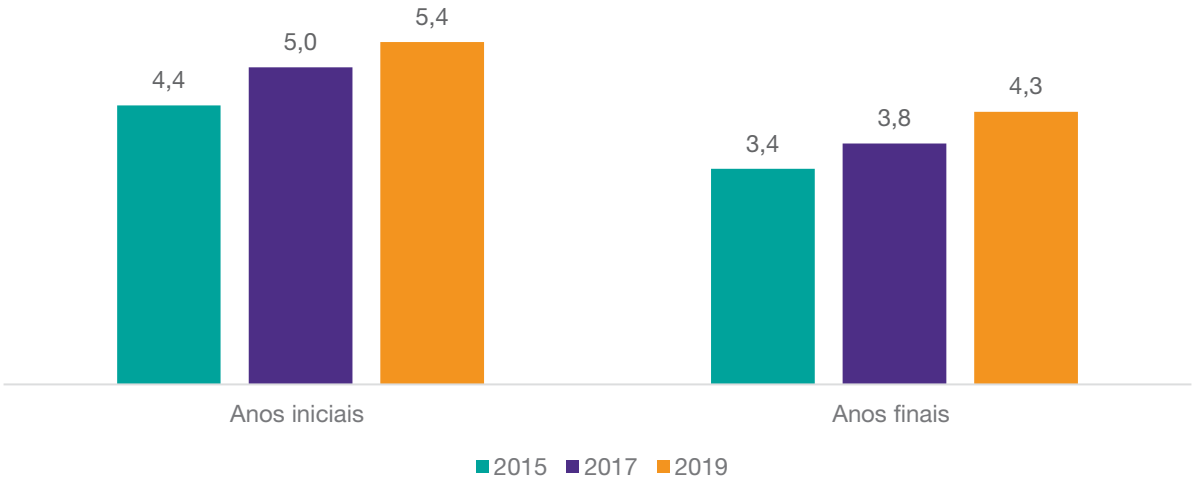
**Figura 71. NF4 Maceió e capitais brasileiras, IDEB, anos finais, 2019**




Fonte: Maceió, Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021. Volume III.
Nota: Os valores para 2019 do IDEB para os Anos Finais, das redes municipais, das capitais: Boa Vista, Porto Velho, Macapá e Rio Branco não constam no documento e na plataforma do INEP.

A Figura 72 ilustra a progressão do IDEB de Maceió para as etapas de anos iniciais e finais do ensino fundamental. Desde 2017 o município ultrapassou a meta para os anos iniciais (metas de 4,8 e 5,1, respectivamente) e, em 2019, ultrapassou a meta para os anos finais (4,2). Embora tenham aumentado ano a ano, em 2019 o IDEB dos anos iniciais de Maceió (5,4) estava abaixo da média nacional (5,7); o mesmo ocorria para o IDEB dos anos finais, que foi de 4,3 em Maceió e 4,6 na média nacional.

**Figura 72. NF4 Maceió, IDEB, anos iniciais e finais, 2015, 2017 e 2019[31]**




Fonte: Maceió, Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió. 2021. Volume III.

A partir dos dados elencados nesta seção, pode-se compreender uma parte do contexto educacional do NF4.

Em primeiro lugar, vale notar que se verifica em Maceió uma taxa de municipalização equivalente à estadual, tal que, em 2020, 43,0% dos estudantes dos anos iniciais frequentaram escolas municipais, enquanto 41,4% o fizeram na rede estadual.

Há também uma série de indicadores que apontam para fragilidades do sistema: a taxa de abandono do ensino fundamental e a taxa de alfabetização da população de 15 anos colocam Maceió na última colocação entre as capitais nacionais. Para a taxa de evasão, por sua vez, Maceió fica atrás apenas de Goiânia. A taxa de distorção idade-série da capital alagoana também a situa entre as piores posições dentre as capitais.

Em relação ao desempenho e fluxo dos estudantes, conforme medido pelo IDEB, a situação de Maceió é um pouco abaixo, mas próxima, da média das capitais. No entanto, 2015 e 2019, Maceió registrou um dos maiores crescimentos do índice entre as capitais para as etapas de anos finais e, em particular, para os anos iniciais.

Um indicador de destaque é a média de alunos por turma no ensino fundamental: junto a João Pessoa e Belo Horizonte, Maceió tem uma das três menores médias dentre as capitais.

### 3.2.2 Síntese analítica

Na Educação, o estudo analisou o impacto da realocação de equipamentos, mas também nas condições de acesso à educação e equipamentos públicos, com recorte para o NF2 e NF3, áreas que receberam a maior parcela da população realocada. A plena compreensão desta condição pressupõe ainda a análise que foi feita acerca do tema no município de Maceió como um todo.

[31] Esses indicadores levam em conta apenas a rede municipal de Maceió.

O campo da educação foi um dos mais atingidos pela subsidência, em função da quantidade de equipamentos que foram realocados (11) ou se encontram em condições de monitoramento (7).

Considerando apenas as instituições públicas, a realocação atingiu diretamente 8.121 estudantes[32], um grande número de servidores e profissionais contratados – que não puderam ser efetivamente mensurados por falta da cessão dos dados pelos entes públicos – e as famílias dos estudantes, sobretudo as que necessitam de serviços de creches e equipamentos de educação infantil e da etapa de anos iniciais do ensino fundamental.

Considerando que as 18 unidades de educação pública afetadas diretamente iniciaram os processos de ajustes de suas atividades no final de 2018 e início de 2019 registrou-se ainda a adição de desafios atinentes a pandemia a partir de 2020. Segundo relatos de educadores (5) e gestores (8) entrevistados, algumas delas passaram a dividir espaço com outras escolas – a exemplo da Escola Municipal Padre Brandão Lima, Escola Estadual Alberto Torres e Escola Estadual Bom Conselho – e a utilizar imóveis impróprios para sua finalidade – a exemplo da CMEI Braga Neto, que precisou construir cozinhas nos espaços que haviam sido de escolas privadas. Todas ficaram entre março de 2020 e agosto de 2021 – quando parte delas retomou as atividades presenciais – quase sem orientações e/ou apoio específico para lidar com os desafios de contexto que foram aprofundados pela pandemia.

Os relatos dos entrevistados, bem como os dados públicos que puderam ser acessados, deram conta de evidenciar tanto o panorama da educação no território pré-subsidência quanto pré-pandemia, que não pode ser desconsiderada na análise da educação.

Importante ressaltar que mesmo unidades escolares que não passaram pelo processo de realocação, de acordo com relatos de gestores, sofreram os efeitos da subsidência (i) no número de matrículas que passou por redução, pois as famílias não se sentiam seguras de manter os estudantes matriculados em escolas que, estariam em risco em caso de ampliação do mapa da DCM, ou as famílias foram realocadas para outras regiões da cidade, ou o número passou por incremento, pela unidade ter incorporado alunos das escolas realocadas, (ii) nos danos patrimoniais, pois passaram a sofrer furtos frequentes e (iii) ao experimentar sensação de insegurança em função do isolamento, por exemplo.

Com os dados disponibilizados e acessados no período deste diagnóstico, o estudo do número de matrículas nos diferentes grupos de escolas, segundo o Censo do INEP, apresenta informações acerca dessas alterações de dinâmicas na área: houve uma queda de 22,06% entre 2018 e 2020 nas matrículas do conjunto das 10 escolas em realocação, sendo que algumas chegaram a registrar 63,71% de queda, como a Escola Municipal Padre Brandão Lima. No caso das escolas em monitoramento, no mesmo intervalo de tempo avaliado, os dados evidenciam tanto a queda no número de matrículas em algumas unidades – a exemplo da Escola Estadual

[32] Número total de matrículas de 16 escolas (pois, dos 10 equipamentos em realocação e oito em monitoramento, dois não são escolas de educação básica e, portanto, não têm registro de matrícula de estudantes), segundo o Censo 2018 do INEP. Em 2019, esse número foi reduzido para 7.223 e 7.042, em 2020, também segundo o Censo Escolar.

Cincinato Pinto que registrou decréscimo de 24,84% – quanto o incremento muito significativo, como a Escola Estadual Maria Rosália Ambrozzio que aumentou em 82,87% o número de estudantes no mesmo período[33].

A síntese dos principais impactos mapeados, considerando o período em que este diagnóstico se concluiu, é a seguinte:

- Escolas em situação de instabilidade e vivenciando realocações sucessivas em função da dificuldade de encontrar imóveis apropriados (houve entrevistas com gestores que mencionaram que a unidade passou pela terceira instalação provisória, a exemplo da EM Padre Brandão Lima[34]).
- Relatos de dificuldade de acesso aos equipamentos de educação em função da instalação em locais mais distantes[35].
- Aumento de demanda na rede pública de ensino, em especial nos principais bairros de destino (NF3)
- O problema do aumento da demanda é mais grave em relação à Primeira Infância, e ao acesso a creche, cujo nível de cobertura pré-existente corresponde a 33% da população de 0 a 3 anos no município, o que implica em risco de ampliação da demanda e da dificuldade de acesso em bairros com menor cobertura.
- Contingente de estudantes diretamente afetados pela realocação de 10 equipamentos de educação pública impactados pela subsidência, a serem considerados no processo de realocação das escolas da área, principalmente após a pandemia.
- Entrevistados citam instabilidade emocional e laboral para profissionais atuantes nas escolas realocadas, sobretudo residentes na área de desocupação.
- Depoimentos sobre perda dos vínculos comunitários e comprometimento do lugar que as escolas ocupavam enquanto espaços de referência, aglutinadores e articuladores da comunidade por conta das realocações.
- Risco de agravamento de problemas preexistentes no município, por causa das realocações, como: elevadas taxas de abandono escolar sobretudo no ensino médio e elevados índices de distorção idade-série.
- Dificuldade preexistente no município no atingimento de metas educacionais, sobretudo nas etapas de anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.
- Limitações do sistema educacional de Maceió, com impacto na qualidade do atendimento escolar, e que podem ser objeto de medidas de compensação, como: vagas para crianças de

[33] Tais alterações podem estar associadas às mudanças dos estudantes e também ao momento de pandemia. Em informações obtidas com a Braskem, foi mencionado que está em execução um trabalho de busca ativa dos estudantes das escolas realocadas.
[34] Em entrevista concedida ao Bom dia Alagoas da TV Gazeta no dia 12/04/2022 a diretora Emília Soares Albuquerque menciona as realocações provisórias.
[35] Na mesma entrevista supracitada a diretora da EM Padre Brandão Lima relata que estudantes matriculados atualmente na unidade são novos, não sendo oriundos dos bairros afetados pela subsidência (Bom Parto e Pinheiro).

4 a 5 anos; baixo acesso à tecnologia; precariedade de infraestrutura das escolas; percentual grande de profissionais que lecionam disciplinas para as quais não têm formação compatível.

Estes elementos mostram que a subsidência altera objetivamente as condições educacionais da população atingida direta e indiretamente, sendo importante o planejamento e convergência das medidas de compensação que possam abordar os elementos centrais aqui identificados.

### 3.2.3 Diretrizes temáticas

A ordenação de diretrizes seguiu a lógica de abordar as questões que tiveram mais proeminência tanto no discurso dos atores envolvidos, sobretudo gestores escolares, quanto nos dados secundários analisados, mas também de buscar iniciativas de impacto, apostando no desenvolvimento humano e no investimento no futuro

Nesse sentido, as diretrizes de educação abarcam fundamentalmente três dimensões, a reposição de equipamentos (que não são tratadas no âmbito do PAS); ações de acolhimento e reconexão comunitária; e ações de fortalecimento e garantia das aprendizagens, como segue:

- Assegurar reposição adequada e ágil dos equipamentos impactados e melhorar o acesso e a qualidade das instalações dos equipamentos de educação, reduzindo o tempo e o custo de deslocamento da população atingida para as escolas realocadas (diretriz direcionada ao Grupo que trata da realocação de equipamentos).
- Investir em ações de acolhimento, engajamento e apoio específicos aos estudantes e profissionais das escolas atingidas.
- Investir em estratégias para reconexão dos diversos grupos e atividades culturais que promoviam a integração comunitária e foram impactados pela realocação (inclusive com (re)criação dos equipamentos).
- Investir em iniciativas de combate ao abandono escolar e recomposição e fortalecimento das aprendizagens e outras ações com potencial de impacto na melhoria dos indicadores educacionais do município, como medida de compensação social.
- Contribuir para o aprimoramento das práticas dos docentes e gestores de toda a rede, por meio da promoção de ações formativas e disponibilização de recursos técnico-pedagógicos de apoio à retomada das atividades e mitigação de defasagens de aprendizagem.
- Investir na viabilização de espaços convergentes com as demandas da comunidade por escolas.

## 3.3 Saúde

A análise realizada tem como referência os conhecimentos disponíveis a serem considerados nas avaliações de saúde quando da ocorrência de fenômenos excepcionais, como o de

subsidência aqui tratado. Considera as orientações de documentos de referência[36] que apoiam e orientam a atuação da saúde pública em todos os níveis (federal, estadual e municipal), envolvendo a avaliação de risco. Nesse sentido, Freitas *et al.* (2019) argumentam que, no âmbito da saúde pública, três aspectos devem ser reconhecidos pela sua relevância:

> (1) interrupção do funcionamento normal do cotidiano local ou regional, envolvendo perdas e prejuízos (materiais e culturais, econômicos e ambientais), bem como ampliação dos riscos, doenças e óbitos;
>
> (2) aumento das demandas excedendo a capacidade de uma comunidade ou sociedade afetada de lidar com a situação utilizando somente seus próprios recursos (...); e
>
> (3) alteração do contexto de produção de riscos e dos processos de saúde e doenças e condições de vida e saúde da população.

O estudo contempla o conceito ampliado da saúde, que vai além da ausência de doença e de acesso aos serviços sanitários, englobando também condições socioeconômicas e ambientais desfavoráveis a que determinada população está sujeita (baixa escolaridade, renda insuficiente, subemprego, precariedade de saneamento básico etc.). Com isso, a estrutura do diagnóstico segue um percurso no qual apresenta as condições de saúde da população antes da subsidência, com vistas a estabelecer padrões de referência para possíveis avaliações posteriores, identificando possibilidades de novos riscos e/ou agravamento dos existentes, com vistas a subsidiar a formulação de ações para mitigar impactos à saúde da população.

As alterações identificadas no perfil de morbimortalidade da população no período posterior à subsidência são contextualizadas dentro dos efeitos possíveis já descritos em estudos científicos, não sendo, em nenhum momento, utilizados como relação de causa e efeito.

Algumas premissas técnicas devem ser consideradas, como segue:

- Efeitos na condição de saúde: segundo Peixoto e Asmus (2020), estudos internacionais sobre os impactos de desastres, naturais ou não, se apresentam associados à ocorrência de transtornos mentais, aumento do consumo de álcool, tabaco e outras drogas, aumento da incidência de doenças cardiovasculares e respiratórias, aumento da obesidade e de doenças transmitidas por arbovírus, entre outras consequências. Os efeitos podem se dar ao longo de muitos anos, modificando com o tempo o perfil de adoecimento. Romão *et al.* (2019) afirmam que um desastre, natural ou não, pode agravar doenças crônicas preexistentes na população afetada, direta ou indiretamente, como doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes e insuficiência renal, e que os impactos sobre a

[36] Os documentos e orientações se sustentam em orientações de ordem mundial e na concepção do SUS no Brasil: (1) Regulamento Sanitário Internacional: redução do impacto das emergências em saúde como uma das funções essenciais da saúde pública; (2) Marco de Hyogo: redução de risco de desastre como uma ação prioritária em todos os níveis de atuação; (3) Marco de Sendai: redução do risco de desastres 2015-2030, aumentar a resiliência dos sistemas nacionais de saúde, por meio da integração da gestão do risco de desastres no atendimento de saúde, especialmente em nível local; (4) Princípios de Bangkok (2015): atentam para a implementação de aspectos relacionados à saúde na redução de riscos de desastre e em nível nacional; e (5) art. 18 da Lei 8.080/1990, do Ministério da Saúde (MS). Em especial, orienta-se por: (6) Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres (FIOCRUZ, 2018); (7) Plano nacional de preparação e resposta às emergências de saúde pública – guia para gestão municipal (MS, 2011) e (8) Gestão local de desastres naturais para a atenção básica (UNIFESP, 2016).

saúde devem ser monitorados ao longo dos meses e anos seguintes, visando detectar alterações no perfil de saúde da população da região afetada;

- Impacto nos serviços de saúde: o impacto de desastres, naturais ou não, impõe demandas para a saúde coletiva e o Sistema Único de Saúde (SUS) que vão além dos efeitos imediatos, o que exige a identificação de novos problemas e necessidades, em médio e longo prazos, que passam a mobilizar serviços de saúde pública (SILVA *et al.,* 2020), especialmente no nível da municipalidade, onde a atenção básica (AB)[37] é a principal porta de entrada e centro de comunicação da rede de atenção à saúde (RAS), coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede. Na perspectiva de Narváez *et al.* (2009), instituições e pessoas, em colaboração, podem promover alterações determinantes para a melhoria das condições de vida da população, com a "[...] adoção de medidas que promovam a melhoria da capacidade de atuação governamental, a redução de vulnerabilidades e a ampliação de resiliência, de forma coletiva ou individual, tanto das pessoas quanto das instituições". Tem-se colocada a importância de desenvolver sistemas de saúde resilientes e alcançar a cobertura universal de saúde como um atributo crucial de um sistema de saúde bem desenvolvido e com bom desempenho – uma questão fundamental e necessária para apoiar a resposta rápida e a ampliação dos serviços de saúde na ocorrência de eventos. Sistemas de saúde fragilizados não conseguem atender a demandas e necessidades de saúde das pessoas em tempo normal e menos ainda são capazes de ser efetivos em situações que causam alterações no processo de saúde-doença. As cidades estão se tornando o epicentro da ação intersetorial, com a liderança de gestores públicos no desenvolvimento de ambientes sociais, econômicos e físicos que promovem a saúde da população (OPAS, 2020).
- População de risco: para as populações mais vulneráveis, impactos são intensos, as respostas mais lentas e a distribuição dos problemas de saúde ocorrem em tempos diferenciados (SILVA et al., 2020). A exposição ocorre em um contexto espacial (país, estado, município, bairro, setor censitário, assentamento rural, distrito sanitário etc.) e os impactos sobre a saúde podem ocorrer em escalas temporais variando entre dias, semanas, meses e anos (OPAS, 2014). Assim, apesar de o risco de ser atingido por desastres ocorra indistintamente, a condição social particulariza seus efeitos, em especial aos grupos populacionais de maior vulnerabilidade, como gestantes, crianças e idosos, podendo resultar em desfechos negativos à saúde, não necessariamente de caráter agudo, e com possíveis repercussões clínicas tardias (BRASIL, 2011). A experiência de estar doente ou de ser saudável não é uniforme, mas sempre contextual, dependendo de variáveis como situação social e econômica, gênero, raça, orientação afetiva e sexual, idade ou existência

[37] Atenção básica: conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária, ofertada integralmente e gratuitamente a todas as pessoas, de acordo com suas necessidades e demandas do território, considerando os determinantes e condicionantes de saúde (BRASIL, 2017).

de incapacidades. Essas variáveis têm um impacto sobre a vulnerabilidade de um indivíduo ou grupo a uma determinada doença, sobre o efeito dessa doença na trajetória de vida e, também, sobre a capacidade do indivíduo ou grupo reagir quando a doença ocorre (NUNES e PIMENTA, 2020).

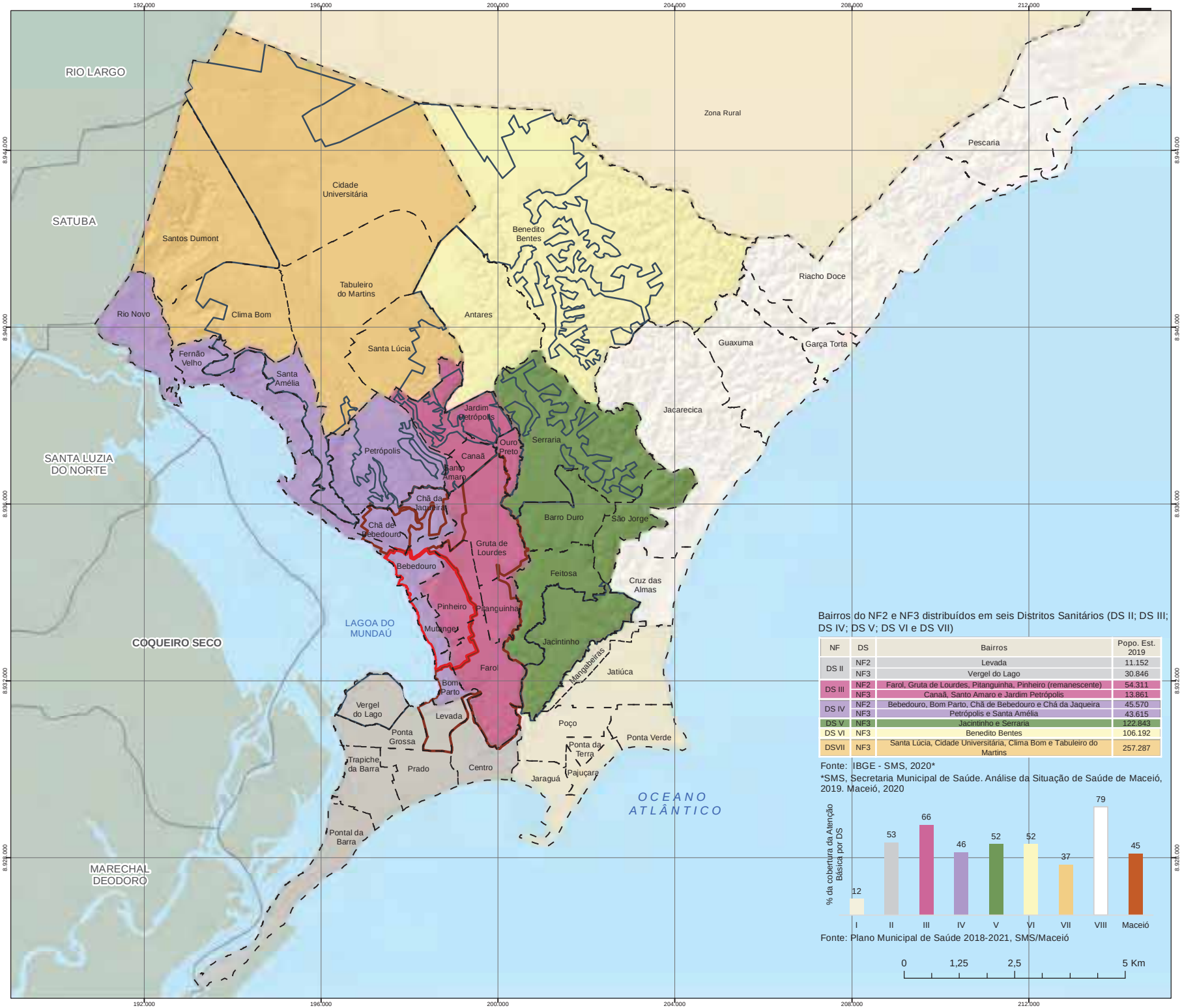
- Saúde mental: os desastres causam rupturas que têm forte impacto na saúde mental das pessoas afetadas diretamente. As possíveis consequências geradas são: ruptura da rotina, perda de referências, perda do trabalho e fontes de renda, isolamento social e forte sofrimento psíquico, além de desencadear de forma aguda – e/ou em médio e longo prazos – distúrbios mentais, ansiedade, depressão, angústia, insegurança, síndrome de estresse pós-traumático e suicídio. A ocorrência ou o agravamento de problemas – como aumento do uso abusivo de álcool e outras drogas e situações de violência física, psicológica e sexual – são frequentes, considerando que as redes de proteção ficam muito fragilizadas. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) prestam um serviço fundamental da rede de atenção psicossocial (RAPS). Uma RAPS forte e resolutiva influencia de forma decisiva a capacidade de resposta local a situações dessa natureza. Consideram-se princípios para o desenvolvimento de estratégias de atuação nessas ocorrências: (1) diagnóstico situacional prévio; (2) avaliação de danos pós-desastre com identificação de necessidades (destacando o diagnóstico comunitário amplo e abrangente e a identificação de grupos vulneráveis a serem priorizados); (3) estabelecimento de estrutura de coordenação das ações de saúde; e (4) organização dos serviços.

Para a análise da situação estudada, a subsidência e a consequente realocação das famílias e negócios locais, são necessários alguns esclarecimentos a respeito do modelo organizativo descentralizado do SUS em Maceió. Os serviços de saúde estão estruturados em oito Distritos Sanitários (DS)[38], envolvendo os 51 bairros (PMS 2018-2021, 2017) do município. Nesse contexto, foi necessário estabelecer a correlação entre os DS e os NF utilizados neste Diagnóstico (Mapa 14).

[38] Distrito Sanitários (DS): modelo organizativo descentralizado, que se traduz na delimitação de uma área geográfica e populacional, onde estão implantados e articulados os serviços de saúde. É uma forma de reorientação do SUS, em nível local, capaz de facilitar a vinculação da população à unidade de saúde e dimensionar de forma adequada a oferta de serviços na região (MACEIÓ, 2013).

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




Bairros do NF2 e NF3 distribuídos em seis Distritos Sanitários (DS II; DS III; DS IV; DS V; DS VI e DS VII)

| NF | DS | Bairros | Popo. Est. 2019 |
|---|---|---|---|
| DS II | NF2 | Levada | 11.152 |
| | NF3 | Vergel do Lago | 30.846 |
| DS III | NF2 | Farol, Gruta de Lourdes, Pitanguinha, Pinheiro (remanescente) | 54.311 |
| | NF3 | Canaã, Santo Amaro e Jardim Petrópolis | 13.861 |
| DS IV | NF2 | Bebedouro, Bom Parto, Chã de Bebedouro e Chã da Jaqueira | 45.570 |
| | NF3 | Petrópolis e Santa Amélia | 43.615 |
| DS V | NF3 | Jacintinho e Serraria | 122.843 |
| DS VI | NF3 | Benedito Bentes | 106.192 |
| DSVII | NF3 | Santa Lúcia, Cidade Universitária, Clima Bom e Tabuleiro do Martins | 257.287 |

Fonte: IBGE - SMS, 2020*

*SMS, Secretaria Municipal de Saúde. Análise da Situação de Saúde de Maceió, 2019. Maceió, 2020




Fonte: Plano Municipal de Saúde 2018-2021, SMS/Maceió

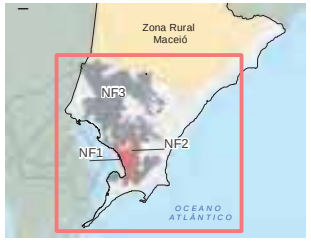
0 1,25 2,5 5 Km

## LEGENDA

Distritos Sanitários
- DS I
- DS II
- DS III
- DS IV
- DS V
- DS VI
- DS VII
- DS VIII

Núcleos Focais
- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana
- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




## NF4 MACEIÓ, CORRELAÇÃO ENTRE DISTRITOS SANITÁRIOS E NÚCLEOS FOCAIS, 2021

Mapa 14

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

A Figura 73 sintetiza os principais procedimentos para análise da saúde.

**Figura 73. Passos metodológicos do tema Saúde para o Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS)**




Fonte: Diagonal, 2021.

O corte do estudo é dado em 2017, ano anterior à ocorrência da subsidência. Assim, a série histórica de construção das informações relacionadas à saúde que antecedem a subsidência se encerra em 2017. Foram incluídos os dez anos anteriores para análises do perfil de saúde e das doenças e agravos de interesse (desde 2008), e de cinco anos para análises envolvendo o serviço público (desde 2013). Os anos com dados disponíveis para análise de saúde são 2018 e 2019, uma vez que 2020 apresenta particularidades em função da importante mudança nos padrões de hospitalização e de mortalidade e da produção hospitalar consequente da pandemia de covid-19.

Os dados secundários têm como principal fonte a base de dados oficial do Ministério da Saúde (MS). O menor nível de desagregação dos dados secundários disponíveis é o município de Maceió. Dados por DS, bairros ou unidades de saúde não foram obtidos, apesar de solicitação formal junto à Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

### 3.3.1 Caracterização

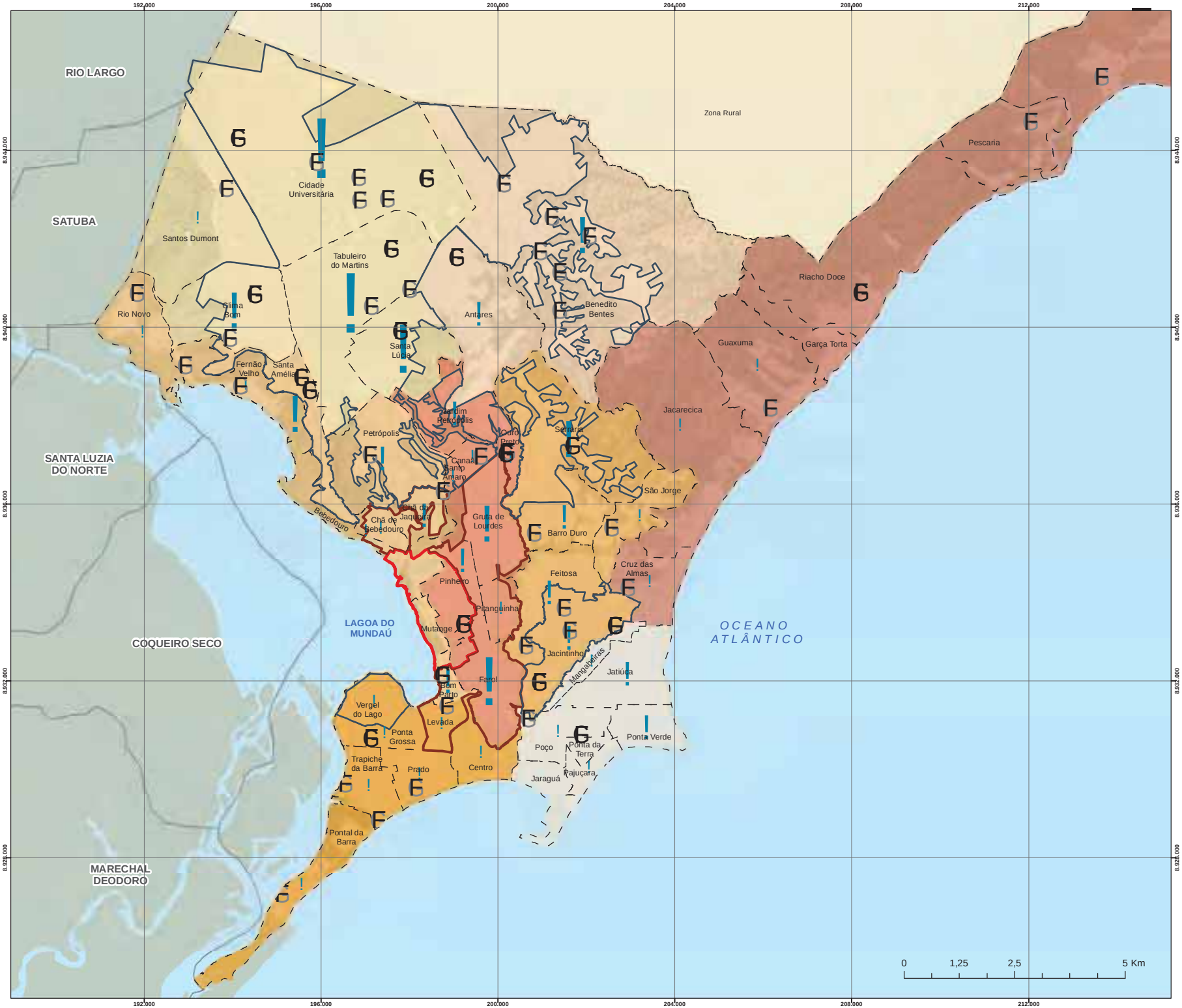
Para melhor compreensão da análise de saúde, o Mapa 15 apresenta o número de famílias realocadas[39] por DS, de acordo com o Programa de Acompanhamento Social Continuado dos Assistidos do PCF, cujos respondentes se mudaram para o próprio município de Maceió. Dados da pesquisa realizada no âmbito deste Programa, bem como da Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação e da Base Única do PCF, permitem uma análise do perfil das famílias realocadas: predominância do sexo feminino (54%);

[39] Considerando que cada respondente representa um núcleo familiar.

- 47% são adultos entre 30 e 64 anos;
- idosos acima de 65 anos representam 12%, indicando o peso dessa população entre os realocados;
- quanto à escolaridade dos respondentes, identificam-se: analfabetos (5%), com Ensino Fundamental I incompleto (8%) e com Ensino Fundamental II incompleto (8%);
- 36% relatam que na residência há quem sofra de hipertensão, 19% diabetes, 8% depressão, 6% doenças do coração, 3% artrite/ reumatismo, 2% bronquite/ asma e 1% câncer;
- 70% dos respondentes informaram que utilizam a rede pública de saúde e destes, 40% responderam que moram longe ou muito longe de uma unidade de saúde e 46% responderam que enfrentam dificuldade em acessar serviços de saúde, especialmente em marcar consultas e exames;
- do total de respondentes que foram realocados para o NF3, 19% têm plano de saúde, percentual abaixo da média de Maceió;
- dentre os componentes familiares, informou-se a existência de 118 gestantes, sendo que 83 (70%) estão vinculadas ao SUS, ou seja, a maior parte dependente de atendimento público.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

**MACEIÓ - ALAGOAS**




## LEGENDA

**Atenção Primária - UBS e USF**

UBS  USF

**Fam lias Ralocadas por Bairros de Destino**

- 0 - 50 famílias
- 50 - 100 famílias
- 100 - 150 famílias
- 150 - 200 famílias
- Acima de 200 famílias

**Distritos Sanitários -DS**

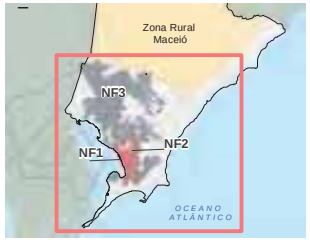
- DS I
- DS II
- DS III
- DS IV
- DS V
- DS VI
- DS VII
- DS VIII

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**FAMÍLIAS REALOCADAS POR DISTRITOS SANIT RIOS - DS**

Mapa **1**

**Fonte dos Dados:**

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
PESQUISA PÓS-COMPENSAÇÃO, 2023
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

**Notas:** Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: | |
|---|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 | Diagonal |

#### 3.3.1.1 Núcleo Focal 1 (NF1) – Área de desocupação

Os cinco bairros que compõem o NF1 estão localizados no DS III (Farol e Pinheiro) e no DS IV (Bebedouro, Bom Parto e Mutange). As análises apresentadas foram sistematizadas a partir de dados da Pesquisa Socioeconômica Pré-Realocação e do Programa de Acompanhamento Social Continuado dos Assistidos do PCF. Tais informações, autorreferidas pelo respondente, sobre si e sua família, foram organizadas por DS que compõem o NF1. São destacadas as de interesse para a saúde, como a representatividade da população pesquisada, perfil etário, condições de saúde e dependência do SUS.

Quase metade da população (48%) é adulta (30 a 64 anos) e 12% são idosos, sendo que o DS III tem a população mais envelhecida comparativamente ao DS IV. Cerca de 7% dos entrevistados relataram que em sua residência mora uma pessoa com algum tipo de deficiência, sem diferença significativa entre os DS III e IV. As mais frequentes foram deficiências motoras não cadeirantes, mental, visual, deficiência física não motora, auditiva e deficiência física cadeirante.

Em relação a saúde complementar:

- no DS III: no bairro Pinheiro, 46% da população conta com serviços de saúde privados, enquanto no bairro Farol apenas 28% encontra-se nesta situação;
- no DS IV: nos bairros de Bebedouro e Bom Parto, 20% e 5% da população conta com serviços privados, respectivamente, indicando grande dependência dessa população do SUS;
- em Maceió, apenas 27% dispõem de cobertura da saúde complementar, segundo a Agência Nacional de Saúde (ANS), o que coloca o bairro de Pinheiro numa situação bastante diferenciada em relação à capital;
- em suma, o DS III tem as melhores coberturas e o DS IV, as piores.

A respeito de doenças crônicas autorreferidas, tem-se:

- a prevalência de doença crônica foi relatada por cerca de 29% dos moradores no DS III, contra 22% no DS IV;
- os moradores do DS IV também relato de acompanhamento das doenças crônicas relatadas (79%), contra 63% no DS III;
- a presença da doença crônica aumenta com a idade, chegando à prevalência de cerca de 60% entre idosos e 23% dos adultos; entre os jovens há menor percentual (4%);
- as doenças cardiovasculares figuram isoladamente como o principal grupo de doenças crônicas autorreferidas, respondendo por mais de 50% dos agravos, seguida das doenças endócrinas (22%) e das doenças osteomuscular e mental, com percentuais próximos de 5%;
- dentre as causas específicas, destacam-se hipertensão, mais presente no DS IV (58%), seguida de diabete, insuficiência cardíaca, asma e depressão; também são relatadas ansiedade e síndrome do pânico.

Quanto ao acesso à saúde na condição pré-realocação, informações obtidas nas entrevistas qualitativas do processo participativo indicam que parte da população tinha dificuldades, "[...] *infraestrutura era defasada e o acesso a serviços de saúde e educação eram deficitários*", enquanto outros mencionaram facilidades de acesso:

> *"... pela proximidade com o bairro Pinheiro e de Bebedouro, a população do Mutange dispunha de inúmeros serviços. A situação de boa parte do bairro era precária, visto que residiam em área de encosta, mas, de acordo com o líder comunitário, tinham acesso a diversos equipamentos de saúde e educação próximos às residências."*

As informações a seguir abordam relatos sobre a condição atual da população realocada, a partir de relatos obtidos nas entrevistas do processo participativo realizadas com antigos residentes do NF1, por categorias de temas. Cabe registrar que as informações apresentadas em relatos não puderam ser confirmadas por indicadores formais, pela falta de acesso ou ausência de registros disponíveis para o período de coleta, entretanto, na metodologia do diagnóstico da situação de saúde local, pesquisas qualitativas e estudos de percepção apresentam um indicativo relevante da qualidade da informação retida por parte da população.

Nas escutas da população realocada, tem-se relatos de problemas emocionais com palavras como isolamento, ansiedade, insegurança, tristeza, fobias, pânico, depressão, abandono, medo, violência e agravamento do *stress* e de quadros depressivos. Identificaram como fatores geradores, por exemplo: perdas de laços comunitários e de convivência; interrupção e alterações do modo de vida, lazer e atividade cultural. Considerando a saúde mental, os relatos exprimiram, de forma mais enfática, as condições da coletividade, do ambiente familiar, do ambiente de moradia e trabalho, com alguns poucos relatos individuais, como, por exemplo, a fala de que:

> *"... Os vínculos comunitários se perderam. O convívio com os vizinhos, com as igrejas, comércio se perdeu..."*

Nas entrevistas com representantes da gestão pública, a respeito da população realocada, a saúde mental também foi destacada:

> *"... a Secretaria foi acionada e direcionada nos territórios mais afetados pela Defesa Civil. A Equipe técnica passou a levantar as demandas e necessidades da população atingida. A depender da situação, a Equipe repassava para os demais órgãos/políticas responsáveis. A saúde mental foi o problema mais reportado pela população. Foi aplicado um questionário nos 45 dias de trabalho junto a população para traçar o perfil e nortear as ações para as políticas envolvidas"* (Secretaria Municipal de Assistência Social, SEMAS).

> *"... o bairro de Pinheiro tinha muito idosos e parte deles desenvolveram quadros depressivos. [...] No início, sensação de pânico, quadro de depressão, incertezas, enquanto outros negaram a existência da situação. Depois, a revolta por estarem sendo retirados do local, vivenciar o plano de fuga, com a sirene, situação nunca vista, não fazendo parte da cultura brasileira, gerando mais stress. Falta de informação gerou o pânico também. Depois veio a crise das competências institucionais, indefinições dos recursos (Federa, Estadual,*

> *Municipal?), depois as demandas judiciais. Agora parece que se começa a vislumbrar que o problema existe e que precisa ser resolvido. A cultura faz falta na vida das pessoas. A relação dos moradores com a Lagoa, como uma grande mãe, a questão dos pescadores..."* (FUNDAÇÃO CULTURAL).

> *"... grande dano social e econômico. Enquanto o econômico é passível de cálculo o social é incalculável. Quantas famílias que moravam há anos nos bairros evacuados, idosos que foram obrigados a sair do local que residiam há anos. Quanto custa o lar, o valor simbólico."* (Secretaria Municipal de Economia, SEMEC).

Dois serviços atendem especificamente a população afetada originária do NF1, a Casa de Apoio (CAP)[40], serviço implantado após a subsidência, com atendimentos ofertados pela Braskem, e o Centro de Acolhimento e Triagem (CAT), serviço ofertada pela SMS.

A responsável da CAP informou que o serviço de atendimento foi instituído pela empresa antes de definida a responsabilidade sobre a subsidência. O propósito era compreender o impacto na vida das pessoas. No princípio houve muita resistência: "... *não sou doido, não vou para psicólogo da Braskem que querem fazer minha cabeça*...". Com diálogo social, foi ficando clara a fragilidade das famílias:

> *"... cansaço, desinteresse do filho em frequentar a escola, medo de deixar o filho dormir no quarto quando chovia, dificuldade em dormir....."*

A CAP também levantou informações junto aos órgãos competentes, em reuniões com a SES e a SMS, que informaram dificuldades para ofertar serviços e atendimento a essas pessoas, agravado pela pandemia. Atualmente, o CAP tem 18 psicólogas com 30 pacientes cada, totalizando 540 pessoas em atendimento contínuo. A maior parte das pessoas recebem atendimento uma vez por semana, algumas poucas precisam de atendimento duas vezes na semana. Ao todo, foram mais de 6 mil sessões e 500 altas. A avaliação do paciente se dá a cada três meses pela psicóloga, e alguns pacientes permanecem até por um ano. Apenas um paciente acamado é atendido no domicílio. Não há atendimento de emergência nem internação. O espaço físico foi desativado com o início da pandemia de covid-19, e os atendimentos passaram a ser *online* em março de 2020. A responsável se preocupa com pessoas que se automedicam sem procurar atendimento e com pacientes que interrompem o tratamento e registra que, até aquele momento, não se tinha um efetivo trabalho integrado com a SMS de Maceió.

O CAT funciona no bairro Pinheiro e oferta atendimento psicossocial para a população afetada. Integram o atendimento servidores da Defesa Civil, dois profissionais da SEMAS e uma psicóloga da SMS. A estimativa é que o CAT atenda[41] a cerca de 17 mil famílias. É uma ação coordenada e em conjunto entre a Prefeitura, as entidades e moradores. Tem o compromisso com os moradores das áreas da subsidência e a importância do esforço coordenado e permanente dos gestores. A estrutura dispõe de área com mais de 1.500m², três salas para o atendimento psicossocial e três galpões que poderiam ser usados como espaços de

[40] A CAP foi inaugurada em janeiro de 2020, numa estrutura ao lado do Centro de Atendimento ao Morador, no Trapiche. O espaço físico era composto por três consultórios e duas psicólogas vinculadas à empresa. As pessoas foram captadas pelo movimento do Diálogo Social, que oferecia o atendimento.

[41] Os atendimentos psicológicos ocorrem às terças e quintas-feiras, das 9h às 14h.

atendimento em caso de emergência envolvendo as áreas de risco dos bairros Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Bom Parto e parte do Farol. Em três meses, o CAT realizou 279 atendimentos. A busca pelos atendimentos é realizada por demanda espontânea ou com atendimento marcado por telefone. O relato comum entre as pessoas atendidas se refere a perda de vínculos históricos e sociais com os locais onde moravam. A psicóloga entrevistada enfatiza que os atendimentos realizados são importantes para manter o vínculo com os realocados, explica que os moradores podem já estar sendo atendidos pelos programas de saúde mental, seja em domicílio, seja nos postos de saúde da rede municipal, mas é necessário um acompanhamento constante.

Dentre as principais situações relatadas, tem-se:

- Doenças e agravos de interesse: a SMS relatou que houve aumento de mosquitos e escorpiões na região de desocupação, e a Vigilância Sanitária fez ações no local. Nas reuniões do processo participativo ficou evidente as preocupações com:

> *"... surtos de dengue, a proliferação de insetos e doenças veiculadas por vetores para as pessoas que ainda permanecem nessa área e surgimento de demandas que antes não existiam, como a criadouros de insetos e a ocorrência de doenças transmitidas por eles...".*

- Situações de risco e vulnerabilidade: a SMS manifestou preocupação em relação às 200 famílias que permanecem no local e resistem em deixar suas residências (dado de setembro de 2021). É considerada uma população de risco, mas não há acompanhamento contínuo. Essa situação também foi relatada nas reuniões do processo participativo:

> *"... a questão da desocupação completa da área ainda é um problema presente a ser resolvido.*
>
> *A população que ficou na área se encontra em estado de isolamento.*
>
> *Nossa maior preocupação não é apenas com as comunidades realocadas, mas principalmente com os moradores que ainda se encontram diante dos escombros, portanto, quem ficou está sofrendo muito com a falta de segurança e com a desvalorização de seus imóveis."*

- Violência: mencionada nas reuniões do processo participativo, como fato que passou a ocorrer após a subsidência e a realocação (embora os dados da Secretaria de Segurança Pública não corroborem):

> *"... constantes assaltos, porque os imóveis que não foram tamponados ainda estão servindo de esconderijo para as pessoas que tem a intenção de cometer algum delito...".*

#### 3.3.1.2 Núcleo Focal 2 (NF2) – Área do entorno

Os nove bairros que compõem o NF2 se distribuem nos Distritos Sanitários II, III e IV, sendo que o NF1 e NF2 possuem quatro bairros em comum (Pinheiro, Farol Bom Parto e Bebedouro), considerando que parte da população permaneceu nesses bairros (Quadro 5).

**Quadro 5. NF2, Distritos Sanitários e bairros, 2023**

| DS | NF2 |
|---|---|
| II | Levada |
| III | Pinheiro (remanescente) |
| | Farol (remanescente) |
| IV | Bom Parto (remanescente) |
| | Bebedouro (remanescente) |
| | Chã de Bebedouro |
| | Chã da Jaqueira |
| III | Gruta de Lourdes |
| | Pitanguinha |

Fonte: Diagonal, 2023.

O Plano Municipal de Saúde 2018-2021, disponível no Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão (SARGUS)[42] do MS, permite, em alguma medida, compreender os DS II, III e IV em 2017, período anterior à subsidência (Quadro 6), sendo possível afirmar que:

- os DS II, III e IV apresentavam diferenças na organização e oferta de serviços para a população, de modo que a população do DS III tinha a melhor cobertura da AB (66%), enquanto no DS II pouco mais da metade (53%) e no DS IV a cobertura não alcançava metade dos residentes;
- uma maior concentração dos serviços voltados para atendimentos de média e alta complexidade trouxe facilidades para a população do DS II e DS III, incluindo a rede complementar, não sendo esta a realidade do DS IV;
- a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) contava com os CAPS nos DS III e IV, que, além de atender a própria população, serviam como referência para outros DS do município, por exemplo o DS II;
- os casos de morte materna registrados nos DS indicam a fragilidade na cobertura e qualidade dos serviços de saúde materna, podendo ser agravada pelas condições socioeconômicas desfavoráveis de parte da população;
- os atendimentos ambulatoriais de dengue são mais presentes no DS III e no DS IV, enquanto os animais peçonhentos têm maior representatividade no DS II e os atendimentos antirrábicos possuem percentuais em torno de 20% nos três distritos analisados.

[42] Disponibiliza o Plano Municipal de Saúde de 2018-2021.

**Quadro 6. NF2, DS II, III e IV, informações da saúde que antecedem a subsidência, 2017**

| Informações | Distrito sanitário II | Distrito sanitário III | Distrito sanitário IV |
|---|---|---|---|
| População (2016) (n.) | 110.936 (hab.) | 75.309 (hab.)<br>(7% da população do município) | 106.005 (hab.)<br>(10% da população do município) |
| Bairros do DS | 7 | 8 | 9 |
| Bairros do NF2 (n.) | 1 | 4 | 4 |
| Cobertura da atenção básica (%) | 53% | 66% | 46% |
| Equipamentos de saúde | 4 equipamentos: 4 USF; unidade Docente Assistêncial; 2 UBS e 1 Unidade mista (ESF e demanda), 1 Módulo Odontológico e 1 Unidade de Pronto Atendimento (UPA) | 8 equipamentos: 1 unidade de referência; 1 CAPS AD; 4 USF e 2 UBS. 1 CAPS AD (UNCISAL em processo de habilitação sem cadastro no CNES/2021) | 9 equipamentos: 1 unidade de referência; 1 CAPS III; 4 USF; 2 UBS e 1 unidade mista (ESF/UBS) |
| Rede de atenção psicossocial (RAPS, 2019) | Referências:<br>não possui CAPS | Referências:<br>CAPS para DS IV e VII<br>NASF para UBS e USF | Referências:<br>CAPS para todos os DS<br>NASF para as UBS e USF |
| Rede complementar | 22 estabelecimentos filantrópicos e privados, destacando a presença de duas unidades hospitalares que prestam atendimento de média e alta complexidade, incluindo maternidade. | 32 maior concentração de serviços privados (principalmente no Farol) | 4 estabelecimentos de saúde |
| Mortes maternas (2013-2016) (n.) | 3 | 3 | 4 |
| Principais motivos de atendimentos ambulatoriais (%) | 28% dengue<br>34% acidente por animais peçonhentos<br>20% atendimento antirrábico | 48% dengue<br>20% acidente com animais peçonhentos<br>23% atendimento antirrábico | 45% dengue<br>22% acidente com animais peçonhentos<br>23% atendimento antirrábico |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Saúde. 2017 e
Nota: UBS = unidade básica de saúde; USF = Unidade de saúde da família. CAPS = Centro de Atenção Psicossocial e NASF= Núcleo Ampliado de Saúde da Família

Segundo a Análise da Situação de Saúde de Maceió de 2019, disponibilizada pela SMS, em outubro de 2021, destacam-se, para os DS II, III e IV:

- dengue: em 2019, o DS IV alcançou o maior coeficiente de casos (7,5 por mil habitantes, sendo 4,1 por mil habitantes em Maceió), sendo que Bom Parto e o Centro concentraram a maior parte dos casos registrados (7,27 e 9,53 por mil habitantes, respectivamente). O DS II teve o segundo maior coeficiente de casos (7,1 por mil habitantes);
- mortalidade infantil: de 2015 a 2019 foram registrados 1.016 óbitos entre os menores de um ano, dos quais 146 ocorrem no DS II, 57 (16 em Levada), no DS III (22 no Farol) e 87 no DS IV (27 no Chã da Jaqueira e 22 no Bom Parto), a maior parte de crianças com baixo peso ao nascer, indicando a necessidade de melhoria do acesso e da qualidade do pré-natal;

- Mortalidade infantil por IRA: as mortes por infecção respiratória aguda, de 2015 a 2019, no município totalizaram 40 óbitos notificados em menores de um ano, sendo que o DS II apresentou o segundo maior número de mortes, oito no total e destes três ocorreram no bairro Levada;
- doenças infectoparasitárias: Bebedouro, do DS IV, foi um dos três bairros de Maceió com as maiores taxas de mortalidade médias para o período (63,2 por 100.000 habitantes ao ano).

A subsidência produziu impacto nos serviços de saúde ofertados nos bairros do NF2, comprometendo a AB e os atendimentos de média e alta complexidade para a população de todo o município, principalmente os atendimentos de psiquiatria. O Quadro 7 sistematiza informações a respeito dos equipamentos de saúde de NF1, com base em relatório disponibilizado pela Braskem, de junho de 2023, apresentado no Anexo I.

- 16 estabelecimentos de saúde em Maceió, foram afetados pela subsidência, sendo que, destes, 12 são do DS III e 4 do DS IV.
- No DS III foram afetados: 2 unidades de saúde municipais; a sede do DS III; 2 CAPS, da UNCISAL; 3 hospitais, que na época eram prestadores SUS; 1 clínica privada sem oferta de serviços para o SUS e 3 serviços da Secretaria de Estado da Saúde (Central de Armazenamento e Distribuição de Imunológicos, a Farmácia de Medicamentos Excepcionais e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU).
- No DS IV foram afetadas a clínica de especialidade do município denominada de PAM Bebedouro e duas Casa de Saúde prestadores SUS.
- Dois estabelecimentos foram desativados, com registros no CNES: a UBS São Vicente de Paula da Rede Municipal, em abril de 2021; e a Casa de Saúde Miguel Couto, Hospital Especializado em Psiquiatria, em março de 2021.
- PAM Bebedouro foi transferido e, em agosto de 2019, passou a funcionar compartilhando o espaço com a UBS Dr. Antônio de Pádua Cavalcante, em Petrópolis, situação que permanece, sendo o atendimento da UBS por demanda espontânea e o PAM que atende por demanda referendada.
- Hospital HapVida (atualmente Hospital Maceió) se instalou no bairro de Serraria (DS V) e iniciou atendimento neste local em abril de 2021. Deixou ser prestador SUS. As clínicas também foram transferidas para endereços com estrutura ampliada.
- Hospital Sanatório, prestador SUS, segue oferece atendimento na área de risco, com ações de monitoramento do imóvel.
- A Casa de Saúde e Clínica de Repouso Ulisses Pernambucano seguem operando em local transitório, em Tabuleiro do Martins, na Av. Durval de Góes Monteiro, 8501, em tratativa com a Braskem, para realocação definitiva.
- Segundo informações atualizadas da Braskem, o CAPS AD - Uncisal (UNCISAL) permanece

compartilhando espaço no Hospital Escola Portugal Ramalho, localizado dentro das áreas de risco com monitoramento (HEPR - Rua Oldemburgo da Silva Paranhos, Farol).

- Hospital Escola Portugal Ramalho (HEPR), unidade assistencial da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas e referência estadual para o atendimento de urgência e emergência psiquiátrica, mantém o funcionamento e, em princípio, não tem indicação de mudança em decorrência da subsidência, segundo informações atualizadas da Braskem.
- O CAPS Casa Verde está instalado em imóvel temporário e, segundo informações no site da Universidade, a transferência ocorreu em 30/julho/2021.
- A UBS Bebedouro, que na época não estava instalada e em funcionamento, foi inaugurada em 06/09/22, no bairro de Chã de Bebedouro na rua Dr. Oswaldo Cruz, 170, segundo informações do site oficial da SMS de Maceió. No CNEs a UBS foi cadastrada em 18/10/2022.

No início das tratativas entre a SMS e a Braskem[43] foi entregue relatório informando a respeito dos sete estabelecimentos da rede municipal afetados pela subsidência, o porte, tamanho e situação (cedido ou locação). Tem-se também o levantamento de seis imóveis selecionados para locação (quatro no Farol, um na Gruta de Lourdes e um no Tabuleiro dos Martins) e a indicação de áreas para construção (duas em Pitanguinha, duas no Jardim Petrópolis, duas no Farol e uma no bairro Benedito Bentes/Residencial José Aprígio Vilela).

[43] Em entrevista, a SMS informou a existência de um relatório que tratava do impacto sobre as condições dos estabelecimentos de saúde nos bairros afetados, apresentado ao GGI. Informou que equipamentos de saúde foram fechados e destacou dois hospitais psiquiátricos localizados na área de desocupação.

**Quadro 7. NF1 e NF2, estabelecimentos de saúde afetados pela subsidência, por bairro e DS III e IV, 2021**

| DS | Estabelecimento de saúde | Porte | Bairro | Rede | Atendimento SUS (2023) | Inserido na RAPS | Status CNES (2023) | Situação (ago. 2023) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| III | USF São Vicente de Paula | Porte II (21 ambientes) | Pinheiro | Municipal | sim | sim | ativo | Operante em imóvel definitivo |
| | UBS São Vicente de Paula | Porte II (28 ambientes) | Pinheiro | Municipal | sim | sim | desativado | Operante em imóvel temporário |
| | Sede do DS III | (14 ambientes) | Pinheiro | Municipal | sim | sim | ativo | Operante em imóvel temporário |
| | CAPS AD - Uncisal (UNCISAL) | | Farol | Estadual | | sim | ativo | Operante em imóvel temporário |
| | CAPS Casa Verde (UNCISAL) | | Pitanguinha | Estadual | | sim | ativo | Operante em imóvel temporário |
| | Hospital Sanatório (prestador SUS) | | Farol | Privada | sim | sim | ativo | Operante nas Áreas de Risco |
| | Hospital Escola Portugal Ramalho (prestador SUS) | | Farol | Privada | sim | sim | ativo | Operante nas Áreas de Risco |
| | Clínicas HapVida (Diagnóstico e coleta de exames) | | Farol | Privada | não | não | não localizado | Operante em imóvel definitivo |
| | Hospital HapVida (prestador SUS) | | Farol | Privada | descredenciado do SUS | sim | não localizado | Operante em imóvel definitivo |
| | PNI - Central de Armazenamento e Distribuição de Imunológicos (SESAU) | | Farol | Estadual | Atende aos municípios do Estado | | | Operante nas Áreas de Risco |
| | FARMEX (CEAF e CAF) (SESAU) | | Farol | Estadual | sim | | | Operante nas Áreas de Risco |
| | SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SESAU) | | Farol | Estadual | Atende a Rede de Urgência e Emergência do Estado (Macro 1 Maceió e 16 municípios | | | Operante nas Áreas de Risco |
| IV | UBS Bebedouro (antigo Posto de Saúde) | | Bebedouro | Municipal | sim | sim | | Não aplicável (não havia atividade pública no imóvel) |
| | PAM Bebedouro – Policlínica | | Bebedouro | Municipal | sim | sim | ativo | Operante em imóvel temporário |
| | Casa de Saúde Miguel Couto (prestador SUS) | | Bebedouro | Privada | sim | sim | desativado | Operante em imóvel temporário |
| | Casa de Saúde e Clínica de Repouso Ulisses Pernambucano (prestador SUS) | | Mutange | Privada | sim | sim | ativo | Operante em imóvel temporário |

Fonte: Diagonal, 2021; Apresentação fornecida por SMS: Tratativas GGI dos Bairros/ SMS/ BRASKEM, 2021. Situação das tratativas para realocação: Braskem, junho/2023.

Na Análise da Situação de Saúde de Maceió de 2019 ainda não há informações sobre o impacto ocorrido em estabelecimentos próprios e conveniados da rede municipal de saúde. A UBS São Vicente de Paula, desativada no CNES, permanece na relação de estabelecimentos da rede de serviços do DS III.

Na entrevista com a SMS, a representante da gestão pública informou desconhecer dados sobre a movimentação da população por bairros e DS e o processo de pós-realocação, afirmando também que esse conhecimento é importante para orientar as decisões sobre os equipamentos que serão realocados e a reprogramação (físico-financeira) da saúde.

A percepção da população, expressa nas escutas realizadas, é de um grande impacto. A seguir são apresentados relatos obtidos nas reuniões do processo participativo do NF2, por categorias de temas.

- Isolamento:

> *"... muitos moradores e comércio nas redondezas ficaram isolados [...] os bairros ao redor ficaram desassistidos pelo fechamento do comércio e demais atividades públicas como postos de saúde, escolas etc. [...] o bairro se encontra com graves problemas sociais e econômicos em razão do isolamento das referidas áreas remanescentes. [...] sem qualquer tipo de assistência social, econômica tampouco de manutenção dos equipamentos culturais."*

- Acesso à saúde:

> *"... a saúde foi o primeiro serviço público a ser afetado no bairro, em decorrência do pronto encerramento das atividades da única unidade de saúde local [...] a forma como foi concebida a área do acordo não considerou as famílias que ficaram e causou um efeito caótico na localidade [...] serviço de saúde quase inexistente [...] o acesso à saúde, assim como demais serviços básicos, estão sendo inviabilizados, dada à condição de significativa desocupação da área [...] Chã de Bebedouro acolheu inúmeras famílias realocadas de Bebedouro e, devido a isso, o acesso e a oferta de serviços públicos estão comprometidos [...] moradores ao redor dos bairros atingidos estão sendo muito prejudicados pela realocação de escolas, postos de saúde e falta de transporte público [...] havia acesso, atualmente a dificuldade de transporte público dificulta o acesso aos serviços de saúde."*

#### 3.3.1.3 Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes

A Tabela 60 conjuga dados primários e secundários no âmbito dos DS, apresentando a cobertura da AB para o conjunto da população, a distribuição da população realocada, sua dependência do SUS e avaliação do acesso aos serviços de saúde. Nestas condições observa-se que:

- A avaliação do acesso aos serviços de saúde é considerada regular e ruim pela maior parte dos respondentes que utilizam o SUS nos DS III, V, VII, VI e IV (variam de 88 a 91%), e no DS II todas as avaliações se concentraram nestas duas categorias (100%).
- DS VII – possui a segunda menor cobertura da AB (37%), inferior inclusive à média de Maceió (45%), recebeu importante parcela da população realocada (38%), distribuída em quatro bairros, sendo que a maioria dessa população é altamente dependente do SUS (97%).
- DS IV – menos da metade da população do distrito é coberta pela AB (46%), recebeu 8% da população realocada, com alta dependência do SUS (85%).

- DS VI – cobertura da AB alcança pouco mais da metade da população do distrito (52%), recebeu 7% do total da população realocada, com importante dependência do SUS (75%). Vale destacar que a população realocada neste DS se concentra num único bairro, Benedito Bentes.
- DS V – AB cobre pouco mais da metade da população do distrito (52%), e dos 9% da população realocada, mais da metade é dependente do SUS (61%).
- DS II – cobertura da AB alcança pouco mais da metade da população do distrito (53%), recebeu menor parcela da população realocada (2%), mas com alta dependência do SUS (91%).
- DS III – oferece a maior cobertura da AB (66%) para a população do distrito, recebeu 6% do total da população realocada, com a menor dependência do SUS (48%).

**Tabela 60. NF3, cobertura da AB e informações sobre saúde da população realocada, por DS, 2023**

| DS | VII | IV | V | VI | II | III |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Cobertura AB (%) (2016)* | 37 | 46 | 52 | 52 | 53 | 66 |
| População realocada por DS (%) | 38% | 8% | 9% | 7% | 2% | 6% |
| População realocada dependente do SUS (%) | 97 | 85 | 61 | 75 | 91 | 48 |
| Avaliações regular e ruim quanto ao acesso aos serviços de saúde, pela população realocada* (%) | 88 | 91 | 88 | 90 | 100 | 88 |

Fonte: Diagonal, Programa de Acompanhamento Social Continuado dos Assistidos do PCF. 2023. Base de dados; Maceió, Plano Municipal de Saúde. 2018.
Nota: (*) Apesar do dado ser de 2016, esta situação pode ser considerada atualizada, pois não houve aumento na cobertura nos anos subsequentes e sim uma retração no acesso à atenção básica em Maceió.

Na Análise da Situação de Saúde de Maceió (2019) não há informações de cobertura da AB por DS, sendo informado pela equipe técnica local que:

> *"... no período de 2015 a 2019, o indicador de cobertura de atenção básica quase não sofreu alteração, mantendo na série histórica uma cobertura de aproximadamente 44% até 2018. O resultado de tal indicador em 2019 demonstra que houve uma queda na cobertura de AB do município, que passou para 42,67%, distanciando-se da meta pactuada, que foi de 48,22%. Conforme pactuação entre os três entes federados (União, estado e município), espera-se que até 2021 a cobertura de AB seja expandida para 50,44%, mas, para tal, faz-se necessário um maior incentivo financeiro do Ministério da Saúde e do estado e o redimensionamento do modelo de atenção à saúde."*

Segundo a mesma fonte, destacam-se os aspectos a seguir.

- Pré-natal: 48% nos DS IV e VII e 47% no DS II são os percentuais de mães que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal, sendo estes os menores valores encontrados entre os DS de Maceió e na média municipal (53%), para o período de 2015 a 2019.
- Mortalidade materna: dos 15 óbitos maternos ocorridos no período de 2015 a 2019, 40% ocorreram no DS VII, 27% no DS V e 13% no DS IV.
- Mortalidade infantil: dos 1.016 óbitos entre os menores de um ano, a maior concentração foi no DS VII, com 276 (27%), distribuídos principalmente no bairro Cidade Universitária (88

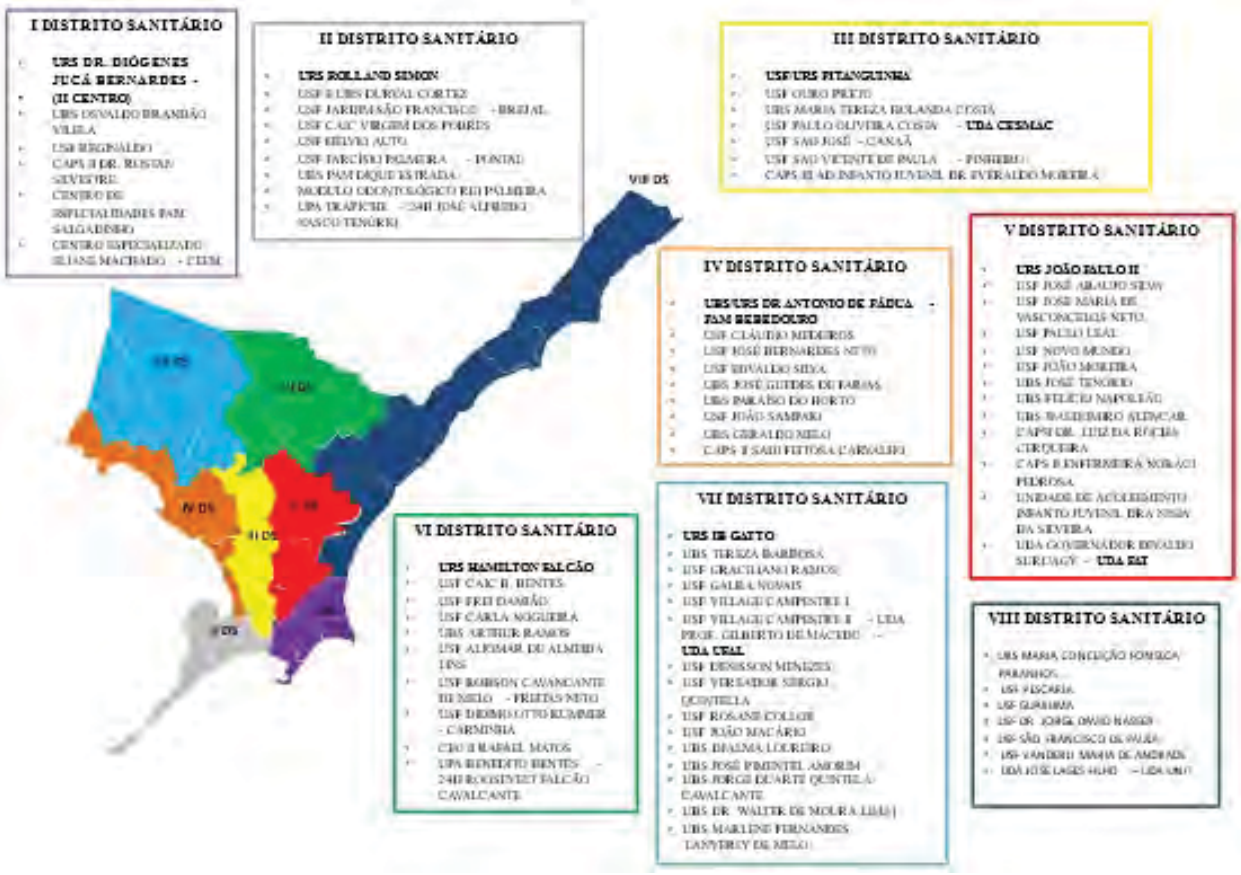
óbitos), Tabuleiro dos Martins (86) e Clima Bom (65); seguido do DS II, com 146 registros, onde o maior número de óbitos ocorreram em Vergel do Lago (45) e no DS VI, com 121 registros de óbitos, sendo 115 no bairro Benedito Bentes (bairro que, isolado, representa 11% do total dos óbitos de crianças menores de um ano).

- Mortalidade por infecções respiratórias agudas (IRA) em menores de um ano: o DS II e o DSVII concentram maior número de mortes (8 e 9 óbitos respectivamente), em termos de bairros Benedito Bentes (DS VI) Levada e Vergel do Lago (DS II), registram o maior número de óbitos do município (3 óbitos em cada um dos bairros), entre 2015 e 2019. Cidade Universitária e Clima Bom, do DS VII, são bairros que também se destacam nesse tipo de óbito.
- Dengue: em 2019, os DS III, V, VI e VII apresentaram coeficientes da doença abaixo da média de Maceió (4,1 por mil habitante), mas foram nos DS IV e DS II que se registrou os maiores coeficientes da doença, respectivamente 7,5 e 7,1 por mil habitantes.
- Câncer de colo de útero: os bairros com as maiores frequências de óbitos por neoplasia maligna de colo de útero, no período de 2015 a 2019, foram Benedito Bentes (18 óbitos) no DS VI e Tabuleiro dos Martins (17 óbitos) no DS VII.
- Mortes por acidente de transporte: o período de 2015 a 2019 indicam Santo Amaro (20,2 por 100.000 habitantes ao ano) como um dos três bairros com maior possibilidade desse tipo de óbito.

#### 3.3.1.4 Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió

Parte importante da caracterização do setor Saúde em Maceió já foi apresentada na seção inicial deste capítulo. A Figura 74 apresenta o mapa dos estabelecimentos da rede municipal de saúde, por Distrito Sanitário.

**Figura 74. NF4, Mapa dos estabelecimentos da rede municipal de saúde, por Distrito Sanitário. 2021**




Fonte: SMS Maceió, 2021.
Nota: Nos documentos enviados pela SMS em 2021, já não consta, no DS III, a UBS São Vicente de Paula e, no DS IV, a UBS Dr. Antônio de Pádua e o PAM Bebedouro constam como único equipamento.

Não se observa tendência de crescimento na oferta de atendimento ambulatorial e hospitalar em Maceió. Foram quase 9 milhões de procedimentos ambulatoriais realizados em 2019, a mesma quantidade de 2014. As internações hospitalares, em 2018, são inferiores à média dos cinco anos anteriores (2013 a 2017) e, também, ao número de hospitalizações de 2017. O acesso hospitalar de alta complexidade é um pouco melhor do que a referência estadual, enquanto para atendimentos de média complexidade, a população da capital encontra as mesmas condições identificadas para o estado.

Em relação à atenção básica, houve redução no período de 2013 a 2017 e nos anos de 2018 e 2019, apresentando um claro processo de retrocesso da ampliação da atenção primária em Maceió. A menor cobertura foi registrada em 2019 (43%). A estratégia de saúde da família (ESF) perdeu 11 equipes e 80 agentes comunitários de saúde de 2013 a 2019. A cobertura de AB nos DS é bastante heterogênea e não está alinhada às demandas e necessidades da população.

Dados mais atualizados por DS não foram disponibilizados pelo município, mas, considerando a retração na oferta observada, é possível utilizar informações de 2016, que constam no Plano Municipal de Saúde 2018-2021 (SMS, 2016): o DS com maior cobertura é o DS VIII (79%), seguido do DS III (66%). Os DS II, V e VI apresentam cobertura pouco acima de 50%, o DS VII tem 37% de cobertura e o DS I conta com apenas 12% de sua população coberta pela AB.

Em relação aos estabelecimentos de saúde, identifica-se situação de alerta quanto à redução das UBS, hospitais especializados, gerais e pronto-socorro, que tiveram suas atividades encerradas ou foram realocados. Essa condição se relaciona à desocupação da área pela subsidência em 2018, destacando-se:

- centros de saúde/ unidades básicas: 80 estabelecimentos em 2017, redução para 78 em 2018 e 2019, e aumento para 79 em 2020;
- hospital especializado: 25 estabelecimentos em 2017, redução para 19 em 2018, e aumento para 21 e 23 nos anos seguintes (2019 e 2020);
- hospitais gerais: 17 estabelecimentos em 2017, 13 em 2018, e nos anos seguintes aumentaram para 16 e 18 estabelecimentos (2019 e 2020, respectivamente);
- pronto socorro geral: 4 estabelecimentos em 2017, redução para 3 em 2018, permanecendo assim até 2020.
- rede de atenção psicossocial: não houve aumento, em função da manutenção dos CAPS no período analisado**.**

Os três relatórios de gestão quadrimestrais de 2019 e o do primeiro quadrimestre de 2020, obtidos por meio da Câmara Municipal, trazem outros elementos da gestão pública de saúde, apresentando os resultados e as metas anuais dos respectivos indicadores que integram o Pacto Interfederativo. Destacam-se os comentários da SMS sobre indicadores cujas metas não foram cumpridas em 2020:

> *"... dentre os indicadores não alcançados, merecem evidenciamento aqueles referentes à cobertura, que precisam de investimento em equipamentos e ampliação de recursos humanos, para garantir acesso da população às ações e serviços de saúde, tais como: cobertura de atenção primária à saúde, razão de exames citopatológicos do colo do útero, razão de exames de mamografia de rastreamento, proporção de vacinas para crianças menores de dois anos de idade e número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue. Tal resultado sugere um aprofundamento da análise de situação de saúde pelas equipes gestoras, no sentido de identificar nós-críticos e rever as estratégias, para que novas intervenções sejam trabalhadas, na perspectiva de o município melhorar o desempenho dos indicadores ao final do ano."*

O Plano Municipal de Saúde 2018-2021 aponta a inexistência e/ou desativação de conselhos gestores nos oito DS. Explicita a meta de implementar o funcionamento de 35 conselhos nas unidades de saúde, com reativação, implantação e capacitação até 2021. No entanto, os relatórios de gestão quadrimestrais de 2019 e 2020 informam a não reativação ou criação dos conselhos, tampouco das ações de educação permanente em controle social, sendo justificado em 2020 pela pandemia de covid-19 (RAG, 2019 e RAG, 2020). O destaque para essa questão se pauta na relevância do conselho de saúde nos processos de gestão de risco frente a desastres, que necessitam de maior articulação intra e intersetorial e da garantia de participação social na tomada de decisão (NARVÁEZ, ORTEGA E LAVELL, 2009).

A análise da saúde da população de Maceió de acordo com o ciclo de vida[44], está apresentada para os públicos prioritários – primeira infância, juventude e população idosa – no capítulo 3.4, em seguida. Os itens a seguir sintetizam, para o NF4 e em relação à 2018 e 2019, os seguintes aspectos do tema saúde: acidentes e violências; doenças transmissíveis de interesse; e saúde mental.

#### *3.3.1.4.1 Acidentes e violências*

Este item considera, como vidas perdidas e prejudicadas, todas as faces da violência: interpessoal, coletiva e autoinfligida.

Dos acidentes e violências, a agressão representa isoladamente a principal causa de morte em Maceió. Nos últimos dois anos concentrou cerca de 60% das mortes, seguida por acidente de transporte (13,6%), queda (8,8%), outros acidentes (5,6%), suicídio (4,9%) e afogamento (2,2%).

Historicamente, os homens são as principais vítimas de acidentes e violências. Considerando 2018 e 2019, para cada morte violenta entre mulheres, houve 5 mortes do sexo masculino. Essa relação apresenta significativa variação, dependendo do tipo de acidente ou violência. É na violência interpessoal (agressão) que a relação adquire maior expressão: 15 mortes entre homens para cada morte de mulher, seguido dos afogamentos (6 para 1), acidentes de transporte (4 para 1) e suicídio (2 para 1).

Entre homens adultos de 25 a 59 anos, chama a atenção a redução do número de óbitos por acidentes e violência, passando de 601 mortes (2018) para 256 (2019), sendo o motivo que mais contribuiu para o declínio da taxa de mortalidade, mas ainda segue como o principal motivo de mortes de homens nessa faixa etária: em 2019, uma em cada quatro mortes foi motivada por acidente ou violência[45]. Armas de fogo foram a principal causa específica de mortalidade entre os adultos do sexo masculino, respondendo por cerca de 11% do total em 2019. A tendência de redução de mortes por violência dessa população vem reduzindo desde 2014, quando Maceió apresentava a maior taxa entre as regiões analisadas: em 2019 adquire valor inferior à média nacional, regional e estadual.

Em mulheres adultas, do mesmo grupo etário, 2019 tem taxas maiores do que 2018, apesar de inferior a 2017, não sendo possível verificar uma tendência sustentável de redução. Para a mortalidade entre o sexo feminino, não se observa a redução ocorrida no sexo masculino.

As mortes por acidentes de trânsito, o segundo tipo de evento mais frequente de acidentes e violências, permeiam todos os ciclos de vida, assumindo maior peso entre crianças menores de um ano e entre jovens e adultos (15 a 59 anos) quando representam a segundo evento mais frequente.

[44] O PMS 2018-2021 prevê a implementação das ações dos Programas Estratégicos das Políticas de Saúde por ciclo de vida em todas as unidades de saúde, como uma das estratégias para desenvolver ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, com cuidado integral em todos os ciclos de vida e em tempo adequado, visando a reduzir mortes e adoecimentos e melhorar as condições de saúde. No MS, o Projeto e-SUS Linha da Vida é uma prioridade em 2021, cujo cenário almejado é o de centrar as informações no momento de vida dos indivíduos, superando o olhar na doença e no agravo (MS, 2021).

[45] Na sequência, em ordem de importância, estão doenças circulatórias, digestivas, neoplasias e doenças infectoparasitárias e, nas causas específicas destacam-se infarto, acidente de transporte, doença alcoólica do fígado e diabete. Em 2019, os óbitos evitáveis alcançaram o menor valor, 77%. Com a queda das mortes por acidentes e violências, nos últimos anos as ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças não transmissíveis adquiriram maior importância como estratégia de redução das mortes evitáveis de homens de 25 a 59 anos.

Em relação à violência doméstica/ intrafamiliar, observa-se, em 2018, uma redução no número de notificações e a manutenção do padrão de ocorrência por faixa etária em relação aos anos anteriores. No entanto, em 2019, além da diminuição das ocorrências, chama a atenção a alteração na distribuição dos casos por faixas etárias, com significativa redução do peso entre jovens de 15 a 29 anos (53% para 25%) e o aumento em crianças (de 1,8% para 5,1%), na infância/adolescência (14% para 35%) e em adultos (25% para 45%).

As mulheres sofrem mais violência doméstica e familiar em todas as idades. Somente no primeiro ano de vida e acima dos 60 anos há uma distribuição mais homogênea dos casos de violência entre os dois sexos. Ao contrário dos homens, mais expostos à violência física, as mulheres também sofrem outras formas de violência, como sexual e psicológica/moral. A violência sexual figura como a mais frequente de 1 a 14 anos e a violência psicológica/moral está presente a partir dos 5 anos. A última está, em geral, acompanhada de outros tipos de violência.

#### *3.3.1.4.2 Doenças transmissíveis de interesse*

Doenças negligenciadas afetam em maior proporção os mais vulneráveis, motivo pelo qual é importante abordá-las neste estudo.

A incidência da dengue, considerando o período entre 2008 e 2019, tem a menor taxa apresentada em 2018 (37,0 por 100 mil habitantes), no entanto, em 2019 sofreu um importante aumento, registrando 420,3 por 100 mil habitantes, com valores acima do Nordeste (228,4 por 100 mil habitantes) e Alagoas (411,8 por 100 mil habitantes). A análise por DS e bairro aponta os DS II e IV e os bairros Centro e Bom Parto como os de maior incidência.

Quanto ao zika vírus, em 2018 houve redução na taxa de incidência em relação a 2017 (respectivamente 3,9 e 10,4 por 100 mil habitantes), mas em 2019 também ocorreu um expressivo aumento e a taxa alcançou 16,6 por 100 mil habitantes, valor acima das referências nacionais, regional e estadual.

O mesmo ocorreu com a Chikungunya, que teve queda em 2018 para 6,1 casos por 100 mil habitantes, (foi de 27 por 100 mil habitantes em 2017), mas em 2019 houve uma retomada de aumento para 33,9 por 100 mil habitantes.

#### *3.3.1.4.3 Saúde mental*

A série histórica de causas de hospitalizações por transtornos mentais e comportamentais mostra a esquizofrenia como o principal motivo de hospitalização em Maceió representando um agravo preexistente que pode vulnerabilizar a população exposta às consequências da subsidência. Nota-se, na série histórica, a redução do número de internações por essa causa, de 2.382 em 2008 para 1.114 em 2019, atingindo o menor valor em 2017 com 884 internações. Em 2019, correspondem a 57% do total de hospitalizações por transtornos mentais e comportamentais.

O segundo destaque é para as internações motivadas pelo uso de substâncias psicoativas, uso de álcool e transtornos de humor, que somam 713 em 2019, correspondendo a 36% das internações para este ano. Em menor número aparecem outros transtornos, inclusive os

relacionados a *stress* pós-traumático. Observa-se ligeiro aumento das hospitalizações no período que se segue à subsidência, passando de 1.676 em 2017 para 1.986 em 2019.

A taxa de mortalidade por suicídio em Maceió é mais baixa que a do país, do estado e da região Nordeste, com leve tendência de queda até 2017. Em 2018 e 2019 houve um aumento importante, de 2,3 por 100 mil habitantes (2017), para 3,6 e 3,5 por 100 mil habitantes, respectivamente. Foram 23 casos em 2018 e 36 casos em 2019. Aproximadamente 70% dos suicídios são do sexo masculino. O suicídio está presente entre jovens e adultos de 15 a 59 anos, como o terceiro tipo de violência mais frequente e, entre idosos, ocupa o quinto lugar.

Ainda sobre suicídios, mas se tratando de notificações de tentativas, há estabilidade do indicador nos últimos quatro anos, com médias acima de 300 ocorrências por intoxicação exógena, pelo uso de substâncias. Entretanto, a série histórica das notificações de violência autoprovocada aponta o aumento de casos em 2019, que passa de 448 em 2018 para 743 em 2019, maior valor registrado desde 2014. Nesse grupo também são consideradas automutilações.

### 3.3.2 Síntese analítica

O foco da análise combina o mapeamento dos impactos sobre a saúde e as demandas geradas pelo processo de realocação – com especial atenção à Atenção Básica (AB) – com o contexto identificado acerca dos níveis de cobertura existentes nos territórios analisados e as condições de acesso à Rede SUS, com vistas à proposição de diretrizes para medidas de compensação que possam abordar os impactos gerados, mas também apoiar o município de Maceió no enfrentamento de desafios e metas relativos à saúde pública.

A Saúde é uma área em que se tem impactos importantes mapeados, cuja abordagem necessariamente pressupõe a compreensão das condições de acesso à Saúde para a população da cidade como um todo. Destacam-se entre os elementos analisados:

- 13 Estabelecimentos de saúde localizados no NF1 foram afetados e é necessária a conclusão da realocação definitiva dos equipamentos de saúde, de modo a recompor as condições de acesso para a população, o que é objeto de outras tratativas, e não do PAS;
- A realocação da população no território, por sua vez, gerou sobrecarga nos atendimentos em especial nos bairros de NF3, que já apresentavam limites, resultando no apontamento pelos residentes no NF2 e NF3 de dificuldades de acesso e qualidade dos serviços de saúde pela população usuária do SUS em seus novos locais de moradia;
- O aumento de demanda em função do processo de realocação agrava limitações pré-existentes na Rede de Atenção Básica-AB, caracterizada pela heterogeneidade das coberturas nos DS e bairros, situação identificada também em parte da atenção de média complexidade;
- Esta condição exige mais atenção no NF3, que tem índice de cobertura inferior à média da cidade e recebeu um grande volume de população dependente do SUS, demandando estratégias de estratégias de mapeamento, reconhecimento, avaliação e oferta de serviços de saúde da AB adequados às necessidades das populações;

- A saúde mental é um tema apontado como central entre os impactos mapeados sobre a saúde e a rede de atenção psicossocial – RAPS, incipiente, está sendo impactada pelo aumento da demanda resultante do processo de realocação, mesmo com as alternativas de atendimento psicossocial criadas pela SMS (CAT) e pela Braskem (CAP). Por outro lado, o diagnóstico mostra que os serviços de CAT e CAP têm potencial para reorganização e ampliação do atendimento psicossocial para a população afetada;
- Além disso, o diagnóstico mostra que há sobreposição de riscos envolvendo as populações afetadas mais vulneráveis, por ciclo de vida, condições sociais ou ambientais e, também, pré-existência de doenças crônicas, agravos ou deficiências;
- Neste contexto de verificação de impactos, é objeto de atenção a limitada estrutura institucional de gestão de risco e de preparação e resposta do município, o que pode afetar a sua capacidade de lidar com os impactos da subsidência;
- O diagnóstico mostra ainda desafios do município de Maceió na área da saúde, que podem ser objeto de medidas de compensação direcionadas a apoiar o seu enfrentamento. Destacam-se entre estas: o alcance as metas relacionadas aos indicadores do Pacto Interfederativo que tratam das questões sensíveis e que impactam em melhores resultados da ação pública, para todo o ciclo de vida e para as doenças e agravos de maior prioridade para a saúde pública;
- E por outro lado, o contexto mapeado traz elementos que podem ajudar na implementação de medidas de compensação, entre os quais: i) a concentração da população do NF2 no território, que facilita as ações de identificação de prioridades, vulnerabilidades e proposição de ações coletivas e integradas; ii) a disponibilidade e interesse da população em participar e contribuir nos processos que as envolvem; e iii) a base importante de informações que se tem com as pesquisas socioeconômicas pré e pós realocação para compor análises estratégicas de orientação para a ação da saúde.

### 3.3.3 Diretrizes temáticas

Considerando o diagnóstico da área de saúde, as diretrizes para subsidiar as decisões acerca de medidas de compensação abrangem tanto aspectos específicos da área da Saúde, como ações integradas no território e o fortalecimento da gestão pública para ação. São elas:

- Priorizar a rápida realocação dos estabelecimentos de saúde afetados pela subsidência, prevendo também: a ampliação e qualificação da oferta dos atendimentos, apoio para melhor reestruturação da rede de atenção do SUS municipal (próprios e conveniados) e viabilização dos atendimentos de saúde durante o processo de recomposição da rede, evitando ao máximo a interrupção ou redução dos serviços ofertados (recomendação direcionada ao Acordo relativo ao tema Realocação de Equipamentos);
- Investir na implementação de ações da atenção básica que ampliem e qualifiquem a capacidade de atendimento nos distritos sanitários que receberam a maior parte da população realocada (NF 2 e NF3), sendo necessária a priorização de bairros;

- Priorizar o investimento na melhoria da atenção psicossocial da população afetada direta e indiretamente (NF2 e NF3), considerando os serviços de atendimento específico para a população afetada (CAT e CAP), que podem ser aprimorados, devem ser integrados à RAPS e utilizar as informações sobre a realocação da população para readequação da programação de saúde nos DS;
- Apoiar e contribuir no fortalecimento das ações de atenção integral à saúde (básica, média e alta complexidade);
- Apoiar e contribuir para o fortalecimento da capacidade institucional do município na preparação e resposta do setor saúde para gestão de riscos, com foco em ações priorizadas;
- Integração com as demais áreas temáticas na proposição e construção de ações conjuntas de compensação social com repercussão na saúde da população;
- Investir em ações urbanísticas que podem contribuir significativamente para reduzir problemas de saúde relacionados ao ambiente (arboviroses, violência, acidentes, acesso);
- Investir em ações integradas com as áreas de esporte, cultura e lazer que podem contribuir para a melhoria da saúde mental da população afetada.

Por fim, cabe registrar que a sistematização de informações analisadas pelo presente diagnóstico pode contribuir com outras ações públicas ou de tratativas com a Braskem não relacionadas ao PAS, por exemplo, para orientar a reposição e ampliação dos equipamentos de saúde da rede pública (UBS, USF e CAPS) afetados pela subsidência.

## 3.4 Públicos Prioritários

Nos processos de deslocamentos involuntários, públicos mais vulneráveis merecem ser objeto de análises específicas nos estudos técnicos: pessoas idosas e crianças são mais vulneráveis e, nos contextos de deslocamento, são mais afetados. Nos processos de escuta e consultas técnicas, as pessoas idosas foram mencionadas especialmente no que se refere à saúde mental e ruptura de vínculos, e as crianças pela ruptura de vínculos escolares e pela baixa disponibilidade de escolas de educação infantil nos principais bairros de destino. Quanto à juventude, embora não tenha o mesmo padrão de vulnerabilidade que idosos e crianças em relação à saúde, foi incorporada aos estudos considerando os desafios gerais relacionados a este público em Maceió, com destaque para as condições de segurança pública dos principais bairros de destino e as possibilidades de impacto na educação decorrentes das rupturas de vínculos com a realocação das escolas, agravados pela situação de afastamento pela pandemia de covid-19.

Os itens deste capítulo, ao contrário dos anteriores, divide-se por temas, não por NF – e, a depender de qual público prioritário se refere, os recortes temáticos priorizam os elementos de maior relevância. As sínteses são feitas por público, e não no final do capítulo, como os demais, em função de suas especificidades. Por vezes, foram utilizadas fontes de dados oficiais diferentes para a coleta de informações de um mesmo indicador, tendo em vista as limitações encontradas para obtenção de dados desagregados.

Cabe ressaltar que os públicos prioritários foram considerados também na análise das políticas sociais relacionadas (educação, saúde, assistência social e segurança pública, além de economia, no caso de juventudes), portanto parte dos dados e informações apresentados a seguir reiteram o que está registrado nestes outros itens, sobre a respectiva política.

### 3.4.1 Primeira Infância

A análise dos dados buscou construir informações estratégicas para a tomada de decisão no âmbito da temática da primeira infância, de modo a viabilizar diretrizes e intervenções para a promoção de ações voltadas para gestantes e crianças de 0 a 6 anos. As informações resultantes abrangeram a correlação entre dados primários e secundários das políticas de assistência social, educação infantil, saúde, mobilidade e urbanismo, objetivando a compreensão da rede intersetorial e da oferta de serviços públicos para a primeira infância nas áreas estudadas. Os resultados buscaram, a partir da compreensão dos territórios, uma percepção integral e integrada das questões concernentes a esse público.

A perspectiva teórico-conceitual de abordagem do tema envolve as dimensões dos cuidados às crianças na primeira infância conforme a estrutura de *nurturing care*, desenvolvida pela OMS, UNICEF e World Bank Group.

A política de assistência social tem o papel estratégico de contribuir para o fortalecimento da capacidade protetiva das famílias, por meio de seus benefícios, programas, serviços e projetos, visando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a difusão dos direitos das crianças e adolescentes e o controle dos indicadores de pobreza que afetam direta ou indiretamente as crianças nos territórios de maior vulnerabilidade. Nesse cenário, os indicadores referentes à assistência e proteção social revelam as iniquidades sociais e econômicas e estão incluídos na proteção e segurança de acordo com o domínio do cuidado e atenção ao desenvolvimento da estrutura *nurturing care*.

O comportamento dos pais, os cuidados oferecidos no berçário ou na creche, e a convivência com a comunidade influenciam as experiências vividas no início da vida e impactam de forma duradoura. Assim, o investimento em educação infantil de qualidade e nas oportunidades de aprendizagem nos primeiros anos de vida contribui para minimizar impactos das adversidades vivenciadas pelas crianças. A análise dos principais aspectos que determinam essas interações revela o papel potencial a ser desempenhado pelas políticas de primeira infância.

Os indicadores de saúde, por sua vez, devem retratar informações sobre atributos e dimensões do estado de saúde, bem como do desempenho do sistema de saúde. Conforme a OMS, devem fornecer subsídios ao planejamento em saúde, permitindo acompanhar flutuações e tendências históricas do padrão sanitário das coletividades. São instrumentos de mensuração que permitem identificar fatores relacionados à saúde, que podem interferir na aquisição de competências e habilidades das crianças na primeira infância.

A análise temporal e comparativa dos indicadores elencados foi realizada por NF referente aos anos de 2018 a 2020. Considerou-se analisar os indicadores anteriores e os déficits preexistentes à subsidência e após a realocação das famílias atingidas, bem como evidenciar possíveis efeitos decorrentes da pandemia de covid-19.

O demógrafo chileno Ricardo F. Neupert desenvolveu um método de interpolação para desagregar em idades simples, populações estimadas ou projetadas por grupos quinquenais de idade. O método é conhecido por Rugosidade Mínima e contorna o problema de "variações espúrias", que é bastante frequente nas interpolações que utilizam multiplicadores. Essas "variações" que aparecem na distribuição por idades simples resultam das operações matemáticas compreendidas no método de interpolação e não da dinâmica demográfica.

Para desagregar em idades simples, populações estimadas ou projetadas por grupos quinquenais de idade, esse método baseia-se fortemente em planilhas Excel, que são utilizadas a partir do momento que se dispõe das estimativas ou projeções no ano de interesse, no caso presente a projeção do IBGE para 2020 e as estimativas para os grupos etários para o mesmo ano.

Vale destacar, ainda, o desafio para coleta de alguns dados, tendo em vista as datas das últimas atualizações pelos órgãos oficiais de pesquisa, a limitação de disponibilização pelos órgãos governamentais e de acesso a dados desagregados.

#### 3.4.1.1 Caracterização

De acordo com o Censo 2010 (IBGE), a Tabela 61 apresenta a distribuição de crianças na primeira infância residentes nos bairros afetados pela subsidência (NF1).

**Tabela 61. NF1, distribuição das crianças de 0 a 6 anos por faixa etária e residência, por bairros, 2010**

| Faixa etária | 0 a 3 | 4 a 6 | Total |
|---|---|---|---|
| Bebedouro | 514 | 413 | 927 |
| Bom Parto | 649 | 522 | 1.171 |
| Farol | 867 | 696 | 1.563 |
| Mutange | 141 | 113 | 254 |
| Pinheiro | 978 | 784 | 1.762 |
| **Total** | **3.149** | **2.528** | **5.677** |

Fonte: Maceió, Plano Municipal pela Primeira Infância de Maceió 2020/2030. 2019.

No NF2, o número de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos somava mais de 10 mil, em dados de 2010 (Tabela 62).

**Tabela 62. NF2, distribuição das crianças de 0 a 6 anos por faixa etária e residência, por bairros, 2010**

| Faixa etária | 0 a 3 | 4 a 6 | Total |
|---|---|---|---|
| Bebedouro | 514 | 413 | 927 |
| Bom Parto | 649 | 522 | 1.171 |
| Chã da Jaqueira | 862 | 692 | 1.554 |
| Chã de Bebedouro | 522 | 419 | 941 |
| Farol | 867 | 696 | 1.563 |
| Gruta de Lourdes | 767 | 715 | 1.482 |
| Levada | 579 | 404 | 983 |
| Pinheiro | 978 | 784 | 1.762 |
| Pitanguinha | 242 | 195 | 437 |
| **Total** | **5.980** | **4.840** | **10.820** |

Fonte: Maceió, Plano Municipal pela Primeira Infância de Maceió 2020/2030. 2019.

Os bairros do NF3, mesmo antes do início do processo de realocação das famílias atingidas pela subsidência, tinham uma grande concentração populacional, tendo em suas áreas totais de abrangência, segundo Censo de 2010 realizado pelo IBGE, aproximadamente 53% da população de Maceió. A presença de crianças na primeira infância é mostrada na Tabela 63.

**Tabela 63. NF3, distribuição das crianças de 0 a 6 anos por faixa etária e residência, por bairros, 2010**

| Faixa etária | 0 a 3 | 4 a 6 | Total |
|---|---|---|---|
| Benedito Bentes | 5.226 | 4.204 | 9.430 |
| Canaã | 299 | 234 | 533 |
| Cidade Universitária | 4.632 | 3.481 | 8.113 |
| Clima Bom | 3.190 | 2.553 | 5.743 |
| Jacintinho | 4.808 | 3.849 | 8.657 |
| Jardim Petrópolis | 303 | 241 | 544 |
| Petrópolis | 1.497 | 1.193 | 2.690 |
| Santa Amélia | 635 | 508 | 1.143 |
| Santa Lúcia | 1.599 | 1.276 | 2.875 |
| Santo Amaro | 104 | 82 | 186 |
| Serraria | 1.398 | 1.115 | 2.513 |
| Tabuleiro dos Martins | 3.679 | 2.943 | 6.622 |
| Vergel do Lago | 1.625 | 1.306 | 2.931 |
| **Total** | **28.995** | **22.985** | **51.980** |

Fonte: Maceió, Plano Municipal pela Primeira Infância de Maceió, 2020/2030. 2019.

Em Maceió (NF4), a estimativa, pelo método de interpolação rugosidade mínima, é que 25% da população tenha de 0 a 14 anos, e que cerca de 8% estejam na primeira infância.

No processo participativo, alguns temas das entrevistas trataram, especificamente, da primeira infância (Quadro 8).

**Quadro 8. NF1, processo participativo, tema da primeira infância**

| Definindo o problema | Enfrentamento: possibilidades e prioridades |
|---|---|
| ▪ Quais os principais prejuízos que você atribui à subsidência sobre as ações e serviços públicos voltados à primeira infância?<br>▪ Quais os impactos da subsidência sobre as crianças menores de 6 anos? | ▪ Quais ações prioritárias deveriam ser implementadas junto às famílias afetadas pela subsidência para melhor adaptação?<br>▪ Em sua área de atuação o que você considera que poderia ser priorizado para ações de fortalecimento da primeira infância para as famílias afetadas?<br>▪ Quais perspectivas futuras você tem em relação à primeira infância no município de Maceió? |

Fonte: Elaborada pela consultoria; Relatório Diagonal; 2021.

Para melhor entendimento das principais questões que afetam crianças de 0 a 6, o Quadro 9 as classifica em diretas e indiretas. As rupturas de vínculos aparecem em primeiro plano, e de fato interfere no desenvolvimento das crianças, conforme explicitado no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

> *"A importância da convivência familiar e comunitária para a criança e o adolescente está reconhecida na Constituição Federal e no ECA, bem como em outras legislações e normativas nacionais e internacionais. Subjacente a este reconhecimento está a ideia de que a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais ano podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sociocultural e de todo o seu contexto de vida."* (BRASIL, 2006, p. 29)

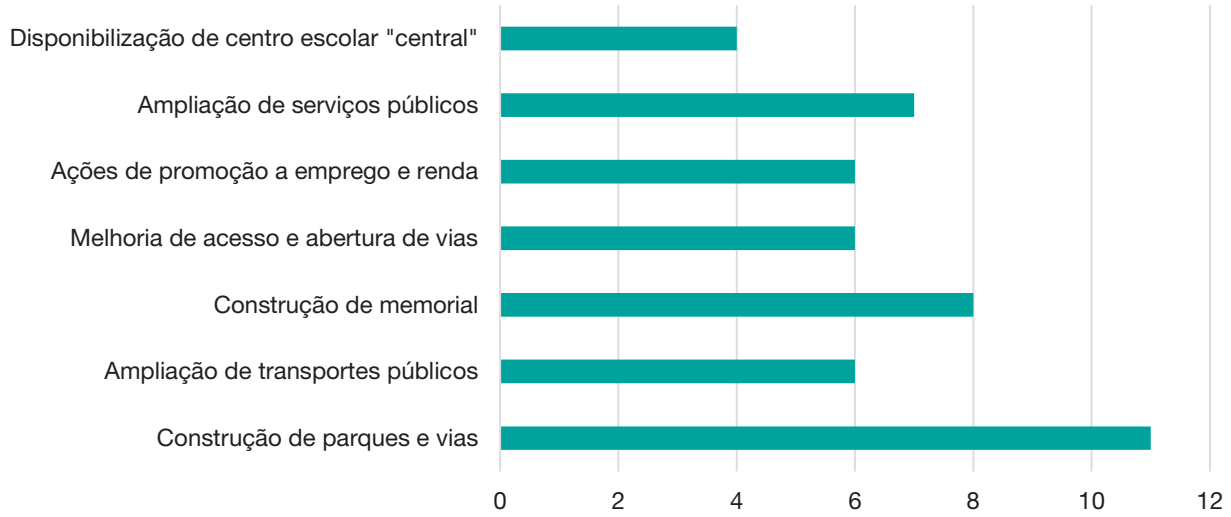
**Quadro 9. NF1, Relatos de impactos da subsidência sobre a primeira infância, processo participativo**

| Diretos | Indiretos |
|---|---|
| Rupturas de vínculos | Transporte público |
| Isolamento | Baixa articulação intersetorial para a primeira infância |
| Insegurança e insalubridade | Baixa cobertura da atenção básica |
| Perda de espaços públicos de lazer | Sobrecarga nos serviços públicos |
| Problemáticas de saúde mental | |

Fonte: Diagonal, Processo Participativo. 2021.

A Figura 75 mostra as principais sugestões identificadas no processo participativo a respeito do tema.

**Figura 75. NF1, principais sugestões identificadas a respeito deste tema, processo participativo**




Fonte: Diagonal, Processo Participativo. 2021.

#### *3.4.1.1.1 Educação*

No NF1, dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) foram realocados: o CMEI Luiz Calheiros Júnior (Pinheiro), com 244 alunos; e o CMEI Vereador Braga Neto (Bebedouro), com 254 alunos). Na época de levantamento de dados para o Diagnóstico, estava em andamento o processo de busca ativa dos alunos de todas as escolas municiais que tiveram as atividades interrompidas em função da realocação. Segundo informações de junho de 2023, estas duas unidades estão operando em imóvel definitivo.

No NF2, o número de CMEI localizados nos bairros estão identificados na Tabela 64, segundo o Mapeamento da Rede Socioassistencial Pública realizado pela SEMAS de Maceió. Como pode ser observado, os bairros Gruta de Lourdes e Chã de Bebedouro não oferecem CMEI em suas áreas de abrangência.

**Tabela 64. NF2, equipamentos de educação infantil por bairro**

| Bairro | Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) |
|---|---|
| Bebedouro | 1 |
| Bom Parto | 1 |
| Chã da Jaqueira | 1 |
| Chã de Bebedouro | 0 |
| Gruta de Lourdes | 0 |
| Levada | 2 |
| Farol | 1 |
| Pinheiro | 1 |
| Pitanguinha | 1 |

Fonte: SEMAS, Mapeamento da Rede Socioassistencial Pública. 2021.

No NF3, quase metade dos CMEI está concentrada no bairro Benedito Bentes (Tabela 65). Há um Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) localizado na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), destinado a filhos de alunos, professores e de moradores de bairros circunvizinhos, que conta com uma equipe multidisciplinar composta por pedagogos, psicólogos, nutricionistas, técnicos de enfermagem e outros profissionais, cujo objetivo é o de proporcionar o desenvolvimento integral da criança considerando seu aspecto físico, emocional, cognitivo e social.

**Tabela 65. NF3, equipamentos de educação infantil por bairro**

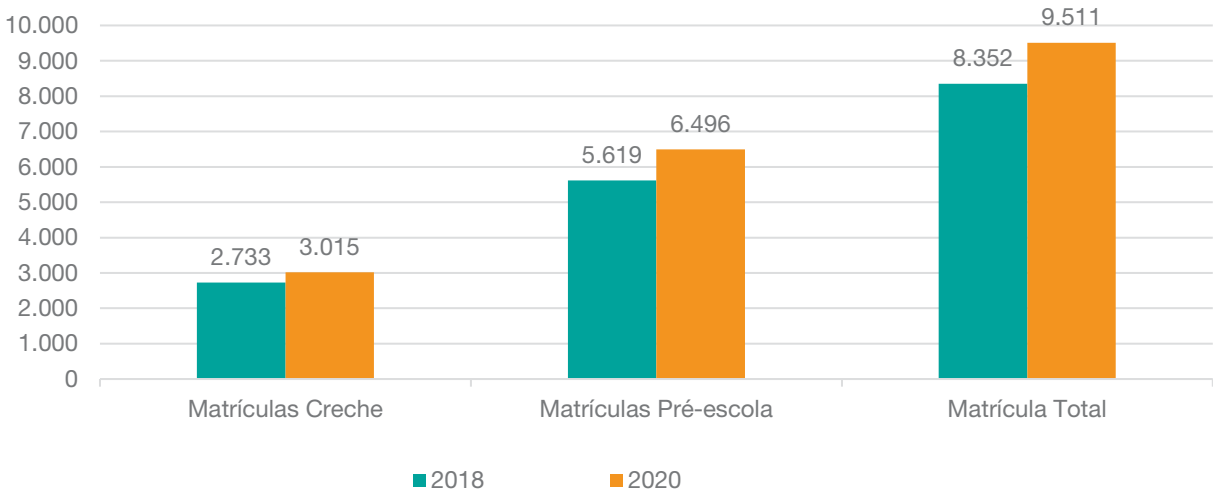
| Bairro | Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) | Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) |
|---|---|---|
| Benedito Bentes | 0 | 11 |
| Canaã | 0 | 0 |
| Cidade Universitária | 1 | 3 |
| Clima Bom | 0 | 3 |
| Jacintinho | 0 | 3 |
| Jardim Petrópolis | 0 | 0 |
| Petrópolis | 0 | 0 |
| Santa Amélia | 0 | 0 |
| Santa Lúcia | 0 | 1 |
| Santo Amaro | 0 | 0 |
| Serraria | 0 | 0 |
| Tabuleiro dos Martins | 0 | 3 |
| Vergel do Lago | 0 | 0 |

Fontes: SEMAS, Mapeamento da Rede Socioassistencial Pública. 2021.; SMED, 2020.

Para construção do diagnóstico do NF4, foram analisados indicadores relacionados à educação infantil, englobando oferta de equipamentos e serviços públicos para crianças de 0 a 6 anos.

Segundo o Plano Municipal pela Primeira Infância de Maceió, a rede municipal de educação é composta por 47 CMEI. De acordo com dados do Painel de Indicadores Educacionais, lançado em julho de 2021 pela Secretaria Municipal de Educação, em 2018 havia 2.733 crianças matriculadas em creches e 5.619 crianças matriculadas em pré-escolas, totalizando 8.352 crianças matriculadas na rede municipal de educação infantil. Em 2020, foram 9.511 matrículas, sendo 3.015 em creches e 6.496 em pré-escolas (Figura 76).

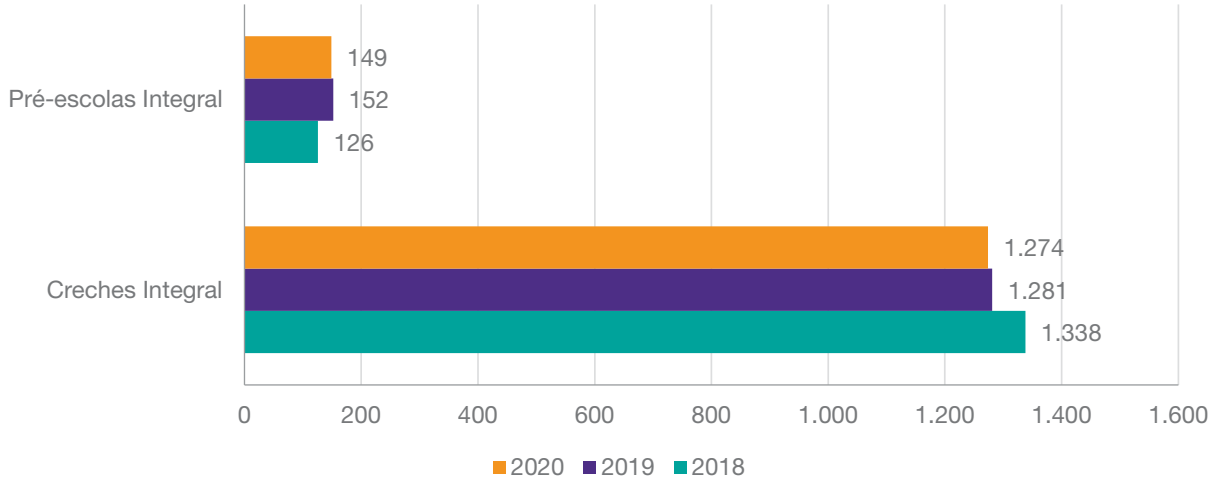
**Figura 76. NF4 Maceió, matrículas realizadas na educação infantil pública municipal, 2018-2020**




Fonte: SEMED, Painel de Indicadores Educacionais. 2020.

Conforme pode ser observado na Figura 77, o número de matrículas, no ano de 2018, na Educação Infantil em período integral foi 1.464, sendo 1.338 em creches e 126 em pré-escolas. Em 2019, o número de matrículas em período integral caiu para creches (1.281) e subiu para pré-escolas (152) e em 2020 se manteve praticamente com os mesmos números de 2019. Considerando o contexto municipal, a oferta de vagas na rede municipal para crianças de 0 a 3 anos ainda está muito aquém da necessidade da população, pois o percentual de cobertura era 33% em 2019.

**Figura 77. NF4 Maceió, matrículas realizadas na rede municipal de educação em período integral, 2018-2020**

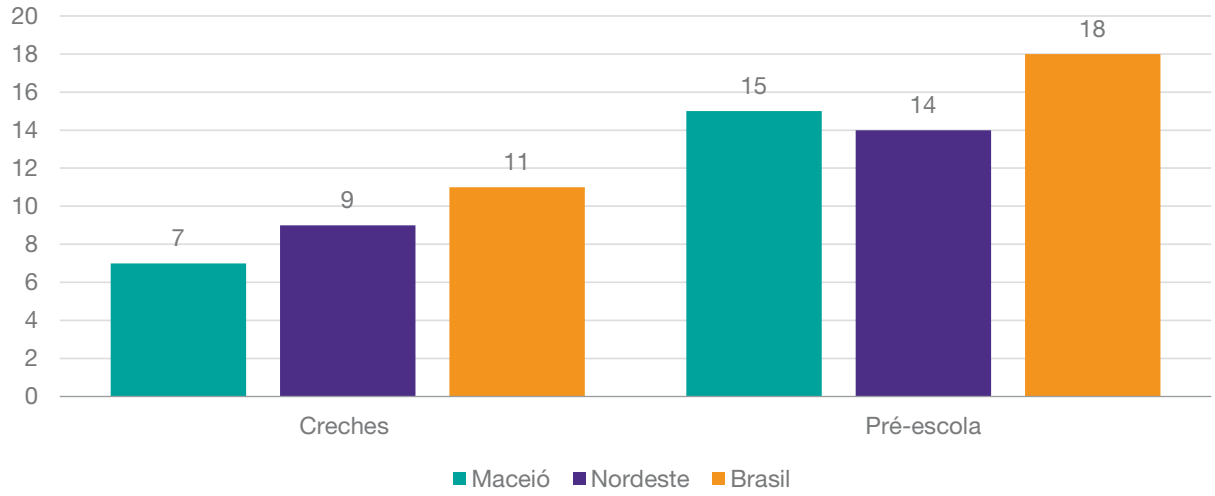



Fonte: INEP, Sinopses e Estatísticas. 2019.

Quanto à taxa de cobertura de pré-escola entre 2016 e 2019, houve um aumento de 1,78 ponto percentual, passando de 52,66%, em 2016, para 54,44%, em 2019 (UNICEF, 2020). Mesmo

com o avanço, a taxa de matrícula em relação ao quantitativo geral de matrículas realizadas no município estava abaixo da média regional e nacional, conforme ilustrado na Figura 78.

**Figura 78. NF4 Maceió, matrículas em pré-escolas em relação ao quantitativo geral de matrículas (%), 2016-2019**




Fonte: Unicef, Análise de Desigualdades Sociais na Infância e Adolescência. 2020.

#### *3.4.1.1.2 Assistência Social*

Os indicadores relacionados às principais referências da assistência social analisados estão descritos a seguir, cabendo registrar que parte destes temas está também abordado no Capítulo que trata da Assistência Social, porém aqui tem-se o foco na primeira infância:

- número de CRAS e CREAS por NF;
- SCFV e programas direcionados para a primeira infância por NF;
- conselhos tutelares por NF;
- famílias inseridas no CadÚnico (NF4);
- famílias beneficiárias do PBF (NF4);
- crianças de 0 a 6 de famílias beneficiárias do PBF (NF4);
- famílias inseridas no CadÚnico em situação de pobreza e de extrema pobreza (NF4).

A Tabela 66 mostra os equipamentos públicos disponíveis para a população na primeira infância nos bairros de abrangência do NF1, divididos por serviços oferecidos.

**Tabela 66. NF1, distribuição de equipamentos e serviços de assistência social e conselhos tutelares nos bairros**

| Tipo de equipamento ou serviço | Equipamento ou serviço | Local | Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para crianças de 0 a 6 anos |
|---|---|---|---|
| CRAS | Bebedouro | Bebedouro | Não ofertado |
| Conselho Tutelar | RA III | Pinheiro | n/a |
| | RA IV | Bebedouro | n/a |

Fonte: *Site* Rede Infância Maceió.

Pode-se observar que os bairros Mutange e Farol não contavam com equipamentos específicos de assistência social. O CRAS Bom Parto, por sua vez, foi desativado por conta da subsidência e ao longo do período de levantamento de dados para este Diagnóstico, ainda estava em processo de realocação[46]. As famílias vulneráveis acompanhadas por programas e serviços sociais são referenciadas em CRAS localizados em bairros adjacentes, tendo a cobertura considerada por TPSE. No tema específico da primeira infância cabe o registro de que o CRAS Bebedouro não oferecia o SCFV[47] para crianças de 0 a 6 anos.

O CRAS Bom Parto acompanhava gestantes e famílias com crianças na primeira infância por meio dos programas Primeira Infância Cidadã/ Criança Feliz.

O Conselho Tutelar RA IV está localizado em Bebedouro e, além desse bairro, atende a população de Bom Parto, Farol e Mutange. A população do bairro Pinheiro é atendida pelo Conselho Tutelar RA III. Não estavam disponíveis informações sobre eventuais desativação ou realocação desses equipamentos.

O mapeamento disponibilizado pela SEMAS mostra que há um Centro de Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes localizado no bairro Farol.

A Tabela 67 e a Tabela 68 apresentam os equipamentos e serviços de assistência social localizados no NF2 e no NF3, respectivamente. A população dos demais bairros, que não constam abaixo, é referenciada pelos equipamentos dos TPSE ao qual pertencem, apresentados no item 3.1.

**Tabela 67. NF2, equipamentos e serviços da política de assistência social**

| Tipo de equipamento ou serviço | Equipamento ou serviço | Local | Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para crianças de 0 a 6 anos |
|---|---|---|---|
| CRAS | Bebedouro | Bebedouro | Não ofertado |
| | Bom Parto | Bom Parto | Não ofertado |
| | Pitanguinha | Pitanguinha | Ofertado |
| Conselho Tutelar | RA III | Pinheiro | n/a |
| | RA IV | Bebedouro | n/a |

Fonte: *Site* Rede Infância Maceió; SEMAS, Mapeamento da Rede Socioassistencial Pública. 2021.

[46] Os serviços do CRAS Bom Parto foram retomados em julho de 2022. Atualmente, ele opera no endereço informado no Anexo I.
[47] O SCFV de 0 a 6 é um dos serviços do SUAS oferecidos pela PSB com foco em crianças na primeira infância.

**Tabela 68. NF3, equipamentos e serviços da assistência social**

| Tipo de equipamento ou serviço | Equipamento ou serviço | Local | Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para crianças de 0 a 6 anos |
|---|---|---|---|
| CRAS | Cidade Sorriso | Benedito Bentes | Ofertado |
| | Clima Bom | Clima Bom | Não ofertado |
| | Denisson Menezes | Cidade Universitária | Não ofertado |
| | Selma Bandeira | Benedito Bentes | Ofertado |
| | Sônia Sampaio | Jacintinho | Não ofertado |
| | Terezinha Normandes | Jacintinho | Não ofertado |
| CREAS | Benedito Bentes | Benedito Bentes | n/a |
| | Santa Lúcia | Santa Lúcia | n/a |
| Conselho Tutelar | RA III | Pinheiro | n/a |
| | RA IV | Bebedouro | n/a |
| | RA V | Jacintinho | n/a |
| | RA VII | Tabuleiro dos Martins | n/a |
| | RA VIII | Cidade Universitária | n/a |
| | RA IX | Benedito Bentes | n/a |
| | RA X | Benedito Bentes | n/a |

Fonte: SEMAS, Mapeamento da Rede Socioassistencial Pública. 2021.
Nota: O CRAS Bom Parto pertence ao TPSE2, que abrange Vergel do Lago.

Os dados mais atualizados acessados no momento da elaboração deste diagnóstico mostravam que Maceió (NF4), em 2019, contava com 16 CRAS e apenas cinco dispunham de núcleos de SCFV ativos para o público de 0 a 6 anos (Tabela 69).

**Tabela 69. NF4 Maceió, atendimentos coletivos em SCFV de 0 a 6 anos e famílias acompanhadas pelos CRAS, 2019**

| CRAS | Atendimentos coletivos em SCFV de 0 a 6 anos |
|---|---|
| Área Lagunar | 32 |
| Bebedouro | 0 |
| Bela Vista | 0 |
| Bom Parto | 0 |
| Cacilda Sampaio | 32 |
| Cidade Sorriso | 0 |
| Clima Bom | 0 |
| Denisson Menezes | 0 |
| Dom Adelmo Machado | 3 |
| Fernão Velho | 0 |
| Pitanguinha | 0 |

| CRAS | Atendimentos coletivos em SCFV de 0 a 6 anos |
|---|---|
| Rio Novo | 0 |
| Santos Dumont | 24 |
| Selma Bandeira | 1 |
| Sônia Sampaio | 0 |
| Terezinha Normande | 0 |
| **Total** | **92** |

Fonte: Maceió, Plano Municipal pela Primeira Infância de Maceió 2020/2030. 2019.

Maceió aderiu ao programa Criança Feliz, uma iniciativa do governo federal para acompanhar o desenvolvimento de crianças desde a gestação até os 6 anos de idade. O público do programa são crianças e gestantes em situação de vulnerabilidade e risco que sejam, prioritariamente, beneficiárias do PBF ou que estejam inseridas no CadÚnico para programas sociais.

Em Maceió, o programa Criança Feliz está integrado ao Programa Primeira Infância Cidadã e acompanha famílias nos bairros Vergel do Lago, Bom Parto, Trapiche, Ponta Grossa, Cruz das Almas, Jacarecica, São Jorge, Jacintinho e Benedito Bentes. Em 2020, os programas Criança Feliz/ Primeira Infância Cidadã acompanharam cerca de 1.200 famílias nos referidos bairros. Destes, apenas Bom Parto e Benedito Bentes integram os NF do PAS.

O Programa Criança Alagoana (CRIA) é uma ação do governo estadual e atende famílias com crianças na primeira infância. O público-alvo são famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Assim como no Criança Feliz, para que possam participar do CRIA, as gestantes ou responsáveis por crianças na primeira infância precisam estar inseridos no CadÚnico para programas sociais.

Embora não façam parte da Política Nacional de Assistência Social, os Conselhos Tutelares desempenham papel importante na luta contra as diversas formas de exploração de crianças e adolescentes e sua atuação fortalece o Sistema de Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes.

Em Maceió, 10 Conselhos são responsáveis por atender a demanda da população de 0 a 18 anos que sofreu alguma violação de direitos. O Plano Municipal da Primeira Infância de Maceió cita dados alarmantes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) sobre a violência acometida contra crianças na cidade:

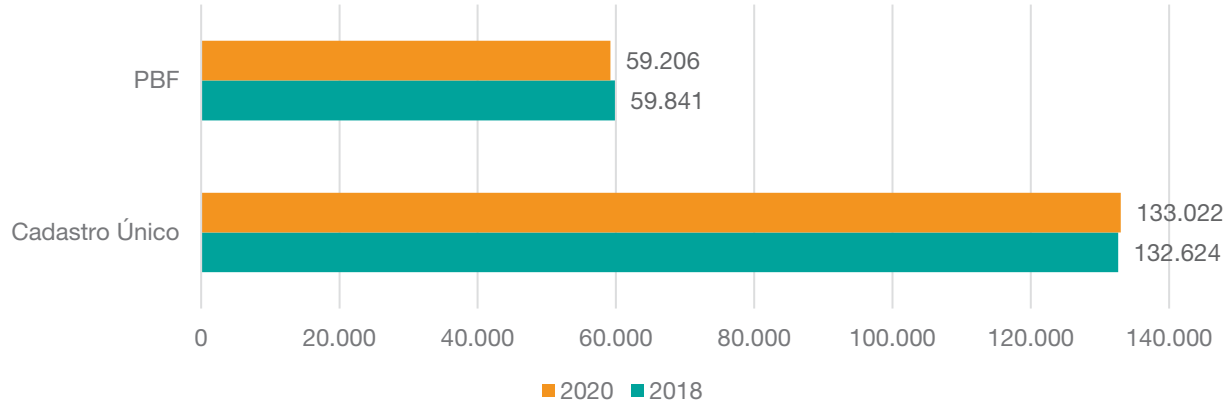
> *"Maceió registrou, em 2017, um elevado índice dos casos de violência física – 1.047 casos. Em 2017, 230 casos de violência sexual; 5 casos de pornografia infantil; 1 caso de negligência e abandono; 3 casos de exploração sexual; 191 casos de estupro contra crianças e adolescentes; 145 casos de homicídios por arma de fogo; e 43 casos de assédio sexual."* (MACEIÓ, 2020, p. 119, 120)

Observa-se que o cenário de violência vivenciado pelas crianças de Maceió ocorre de forma mais incidente no ambiente doméstico, o que evidencia condições de vulnerabilidade e risco social do contexto familiar e territorial em que se encontram inseridas. Trata-se de importantes violações dos direitos das crianças, conforme aponta o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

*"Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais."* (BRASIL, 1990)

Em relação aos programas sociais, em março de 2018, o número de famílias residentes em Maceió inseridas no CadÚnico era 132.624 e o número de famílias beneficiárias do PBF era 59.841. No mesmo período de 2020, esses números passaram a ser de 133.022 para famílias inseridas no CadÚnico e 59.206 famílias beneficiárias do PBF (Figura 79).

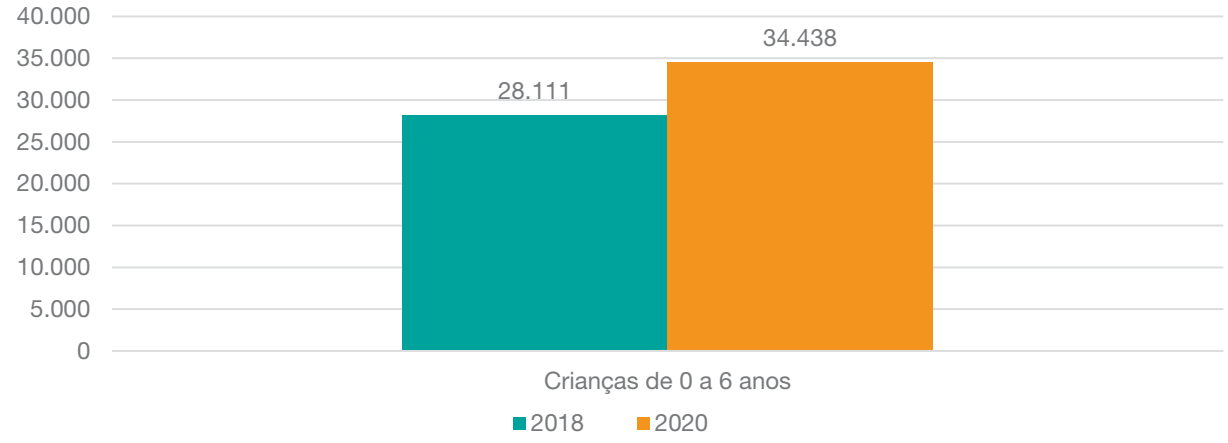
**Figura 79. NF4 Maceió, famílias inscritas no Cadastro Único e famílias beneficiárias do PBF, 2018 e 2020**




Fonte: Ministério da Cidadania, Vis Data. 2020.

Sobre as famílias com crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do PBF em Maceió, em março de 2018, o número era 28.111. Em março de 2020, esse número havia aumentado para 34.438, um acréscimo de 22,5%, conforme apresentado na Figura 80.

**Figura 80. NF4 Maceió, famílias com crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do PBF, 2018 e 2020**




Fonte: Ministério da Cidadania, Vis Data. 2020.

Os dados mostram que o número de famílias inscritas no PBF teve uma leve diminuição de 2018 a 2020, enquanto o número de famílias com crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do programa aumentou significativamente.

#### *3.4.1.1.3 Saúde*

São considerados indicadores importantes, na área da saúde, para a primeira infância:

- equipamentos públicos por NF;
- cobertura da atenção básica (AB) e estratégia de saúde da família (ESF);
- número de nascidos vivos;
- mortalidade infantil;
- óbitos de 0 a 4 anos com causas evitáveis;
- frequência do pré-natal;
- incidência de partos naturais e cesáreos;
- sífilis congênita;
- sobrepeso infantil;
- mortalidade materna;
- gravidez na adolescência.

Parte destes dados estão também apresentados no capítulo específico do tema Saúde, mas voltam aqui pelo recorte temático. A Tabela 70 mostra os equipamentos públicos de saúde localizados nos bairros que compreendem o NF1, bem como seus respectivos distritos de saúde (DS) e taxas de cobertura de AB. Desses, 3 foram realocados e estão operando em imóveis temporários, de acordo com as informações disponibilizadas pela Braskem, que se encontram no Anexo I. Não havia oferta no bairro Mutange.

**Tabela 70. NF1, distritos de saúde, taxa de cobertura da atenção básica e equipamentos públicos dos bairros abrangidos pelo Núcleo Focal**

| Bairro | Distrito Sanitário (DS) | Cobertura de AB no DS (%) | Equipamento de saúde |
|---|---|---|---|
| Bebedouro | IV | 46 | PAM Bebedouro (operando em imóvel temporário, em Petrópolis) |
| Bom Parto | IV | 46 | US Geraldo Melo |
| Farol | III | 66 | US Geraldo Melo; CAPSi AD Dr. Everaldo Moreira (operando em imóvel temporário, no Farol); PSF Vila Redenção |
| Mutange | IV | 46 | - |
| Pinheiro | III | 66 | USF São Vicente de Paula (operando em imóvel temporário) |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Saúde. 2018, 2016; SEMAS, Mapeamento da Rede Socioassistencial Pública. 2021.

No NF2, o único bairro que não tem equipamento público de saúde em sua área de abrangência é Gruta de Lourdes, embora seja um dos principais receptores das famílias realocadas. Dos bairros que compõem o NF2, quatro fazem parte do DS III e quatro, do DS IV, que têm taxas de cobertura da AB diferentes, 66% e 46% respectivamente. O DS III tem taxa de cobertura acima da média municipal de 2016 e o DS IV equivale à média municipal (Tabela 71).

**Tabela 71. NF2, Distritos Sanitários, taxa de cobertura de atenção básica e equipamentos públicos dos bairros abrangidos pelo Núcleo Focal**

| Bairro | Distrito Sanitário (DS) | Cobertura de AB no DS (%) | Equipamento de saúde |
|---|---|---|---|
| Bebedouro | IV | 46 | PAM Bebedouro (operando em imóvel temporário, em Petrópolis) |
| Bom Parto | IV | 46 | US Geraldo Melo |
| Chã da Jaqueira | IV | 46 | USF Paraíso do Horto Amacoph |
| Chã de Bebedouro | IV | 46 | CAPS Sadi Feitosa de Carvalho |
| Farol | III | 66 | CAPSi AD Dr. Everaldo Moreira (operando em imóvel temporário, no Farol); PSF Vila Redenção |
| Gruta de Lourdes | III | 66 | - |
| Levada | II | 53 | USF Jardim São Francisco |
| Pinheiro | III | 66 | USF São Vicente de Paula (operando em imóvel temporário) |
| Pitanguinha | III | 66 | UBS Pitanguinha |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Saúde. 2018, 2016; SEMAS, Mapeamento da Rede Socioassistencial Pública. 2021.

No NF3, 68% dos equipamentos públicos de saúde estão concentrados nos bairros Tabuleiro dos Martins e Benedito Bentes, enquanto Santo Amaro e Petrópolis não dispõem de aparato público de saúde (Tabela 72). Fazem parte do DS VII quatro dos nove bairros receptores, que tem taxa de cobertura de AB abaixo da média municipal (45,6%), segundo informações do Plano Municipal de Saúde 2018-2020, tendo como referência o ano de 2016. Não foram localizados CAPS.

**Tabela 72. NF3, distritos de saúde, taxas de cobertura da atenção básica e equipamentos públicos dos bairros abrangidos pelo Núcleo Focal**

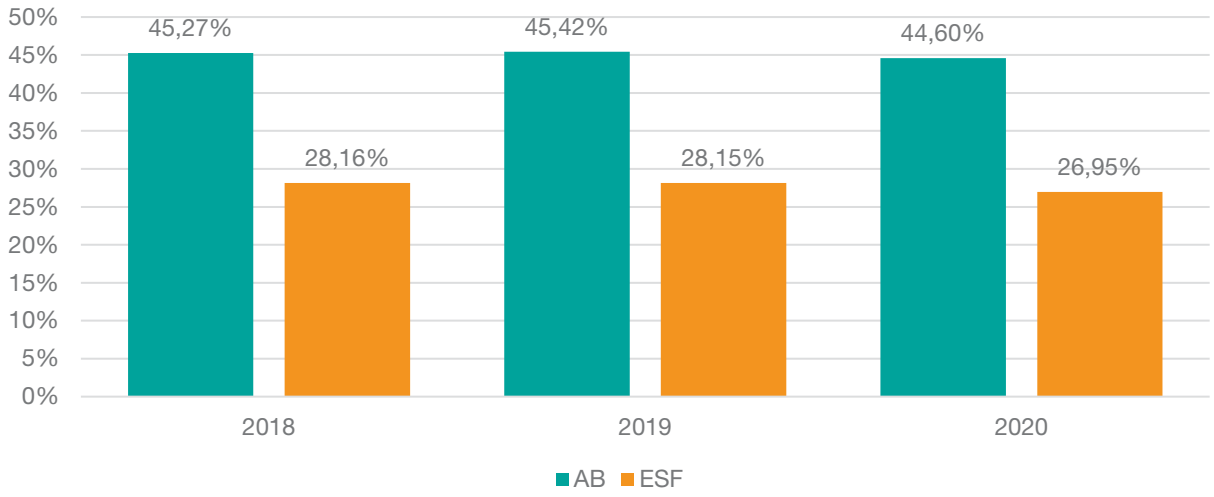
| Bairros | Distrito Sanitário (DS) | Cobertura de AB no DS (%) | Equipamentos públicos de saúde |
|---|---|---|---|
| Benedito Bentes | VI | 52 | UPA Benedito Bentes; Casa Maternal Denilma Bulhões; US Aliomar Almeida Lins; US Hamilton Falcão; US José Holanda; USF Benedito Bentes; USF Robson Cavalcante de Melo; USF Didino Otto Kummer |
| Canaã | III | 66 | US São José |
| Cidade Universitária | VII | 37 | UBS Jorge Duarte; US CAIC Jorge de Lima; |
| Clima Bom | VII | 37 | US Dr. Djalma Loureiro; US Rosane Collor |
| Jacintinho | V | 52 | UPA Jacintinho; USF João Moreira; US José Araújo Silva; US Felício Napoleão; US Waldomiro Alencar; V - US João Paulo II; CAPS Enfermeira Noraci Pedrosa |
| Jardim Petrópolis | III | 66 | - |
| Petrópolis | IV | 46 | - |
| Santa Amélia | IV | 46 | UBS José Guedes de Farias |
| Santa Lúcia | VII | 37 | US Vereador Sergio Quintela |

| Bairros | Distrito Sanitário (DS) | Cobertura de AB no DS (%) | Equipamentos públicos de saúde |
|---|---|---|---|
| Santo Amaro | III | 66 | - |
| Serraria | V | 52 | USF José Tenório; USF São José |
| Tabuleiro dos Martins | VII | 37 | UPA Tabuleiro dos Martins; UBS IB Gatto Falcão; US Graciliano Ramos; US Cobell II; US Sônia Born; USF Arthur Ramos; USF Galba Novaes; USF João Sampaio; USF Tereza Barbosa de Lima; USF Denisson Menezes |
| Vergel do Lago | II | 53 | US Dr Rolland Simon |

Fonte: SEMAS, Mapeamento da Rede Socioassistencial Pública. 2021.

Em Maceió (NF4), é possível observar que as coberturas da AB e da ESF tiveram redução entre março de 2018 e de 2020 (Figura 81).

**Figura 81. NF4 Maceió, cobertura da atenção básica e estratégia de saúde da família, 2018-2020**

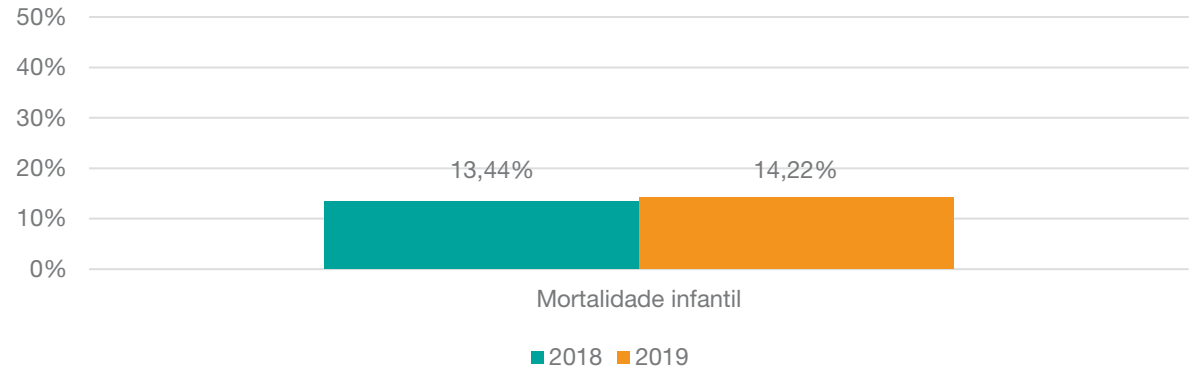



Fonte: MS, E-gestor. 2020.

Quanto ao número de nascidos vivos, segundo dados do MS, em 2018 foram 15.029 crianças em Maceió. Em 2019, o número caiu 3,15% em relação ao ano anterior, chegando a um total de 14.556 nascidos vivos.

A linha histórica de mortalidade infantil em Maceió nos últimos anos tem oscilado (Figura 82). Em 2019, houve aumento em relação ao ano anterior, indicando uma interrupção na tendência de queda observada no período de 2008 a 2017, quando o indicador passou a apresentar aumento, 13,4 em 2018 e 14,2 por mil nascidos vivos em 2019. Maceió vem mantendo, na maior parte da série histórica, a taxa de mortalidade entre menores de um ano acima da média nacional e abaixo da estadual. Ao se comparar os componentes da mortalidade infantil, observa-se um incremento de quase 26% nos óbitos pós-neonatal (28 a 364 dias), seguido de 18% nos óbitos neonatais precoce (0 a 6 dias) e próximo a 3% nos óbitos neonatais tardios (7 a 27 dias). O Mapa 16 apresenta as áreas com maiores taxas de mortalidade infantil no município.

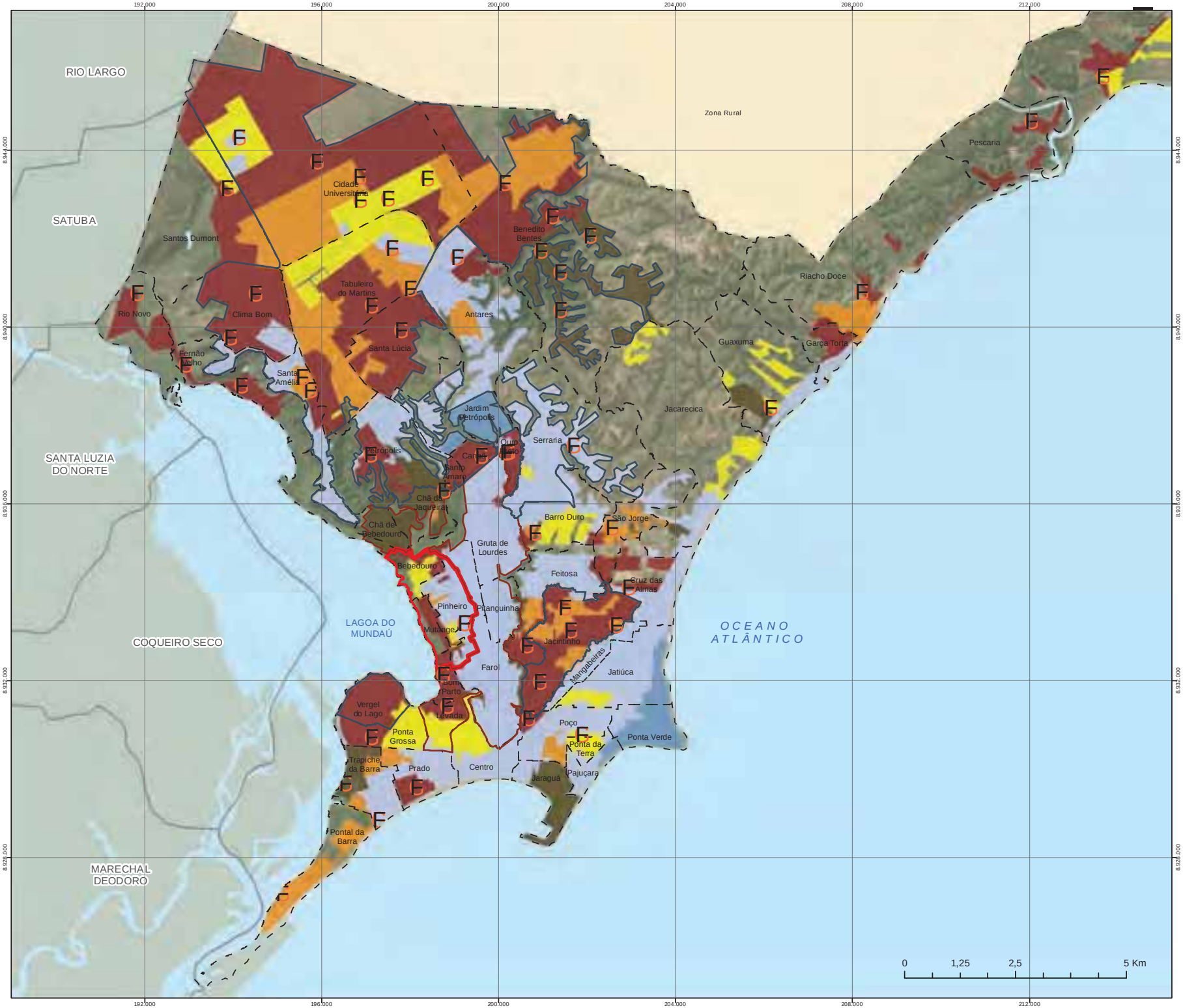
**Figura 82. NF4 Maceió, mortalidade infantil (%), 2018 e 2019**




Fonte: MS, DATASUS. 2019.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

UBS - UFS

Mortalidade Infantil para cada 1.000 nascidos i os

- Até 6,70
- 6,70 - 13,88
- 13,88 - 19,70
- 19,70 - 25,00
- 25,00 - 31,40
- Maior que 31,40

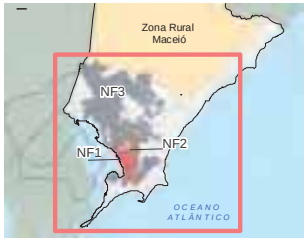
*Área efetivamente urbanizada dos setores censitários, a partir de fotointerpretação.

### Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

### Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF4 MACEIÓ, UBS-USF E MORTALIDADE INFANTIL**

Mapa 16

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015); ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL - IVS/MORTALIDADE INFANTIL (IPEA, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: | |
|---|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 | Diagonal |

Segundo dados do DATASUS, os óbitos com causas evitáveis em crianças de 0 a 4 anos em Maceió teve ligeiro aumento de 2018 para 2019 (Tabela 73). Em 2018 foram registrados 233 óbitos e em 2019, 241. Houve também aumento nos óbitos neonatais, considerando crianças de 0 a 27 dias. Em 2018, foram 141 óbitos em Maceió e, em 2019, 149. Cerca de 60% dos óbitos em crianças de 0 a 4 anos aconteceram no primeiro mês de vida. O componente de diagnóstico e tratamento adequado é o que mais apresenta diminuição em óbitos passiveis de serem evitados. A adequada atenção à gestante, parto, feto e recém-nascido representa o maior peso dentre os óbitos evitáveis em todos os anos e períodos analisados, cabendo registrar redução observada até 2017, mas aumento nos dois anos seguintes.

**Tabela 73. NF4 Maceió, número de óbitos com causas evitáveis em crianças de 0 a 4 anos**

| Faixa etária | 2018 | 2019 |
|---|---|---|
| 0 a 6 dias | 115 | 113 |
| 7 a 27 dias | 26 | 36 |
| 28 a 364 dias | 61 | 58 |
| 1 a 4 anos | 31 | 34 |
| **Total** | **233** | **241** |

Fonte: MS, DATASUS. 2019.

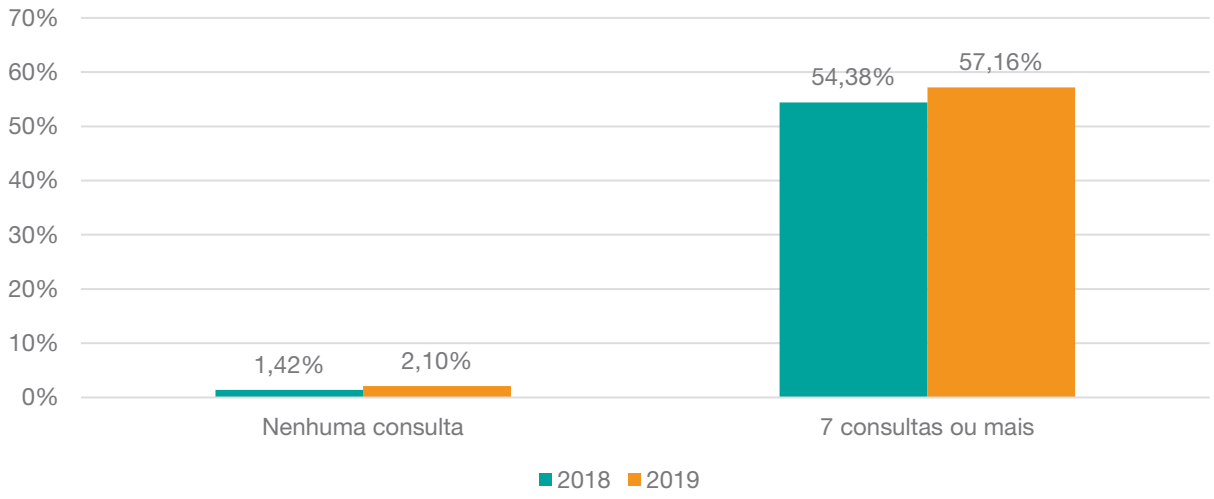
Outro ponto de destaque é a taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inadequadas, saneamento básico inadequado e falta de higiene em Maceió. Segundo o Observatório da Criança (FUNDAÇÃO ABRINQ), em 2019 a taxa de mortalidade atribuída a essas causas foi de 6,5%, enquanto a média nacional no mesmo período era de 4,7%.

Mais um fator que colabora para a mortalidade infantil é a ausência ou frequência inadequada da gestante ao pré-natal. Em 2018, apenas 54,38% das gestantes frequentaram 7 consultas ou mais de pré-natal. Em 2019, essa proporção aumentou para 57,16%, chegando a 8.320 mulheres que tiveram o número de consultas adequado, conforme orientações do MS.

Quanto às gestantes que não frequentaram consultas de pré-natal, foram 214 em 2018 e, no ano seguinte, 305 gestantes. Ou seja, em 2018, 1,42% das gestantes não frequentaram consultas de pré-natal e, em 2019, esse índice aumentou para 2,10%. Destaca-se o aumento de 42,5% em relação ao ano anterior, mesmo o número de nascidos vivos tendo diminuído em cerca de 3% (Figura 83).

Outro dado alarmante é a proporção de partos cesáreos realizados em Maceió. Em 2018, apenas 40,06% dos partos foram naturais. Em 2019, a proporção chegou a 41,08%, apenas 1,02% acima do ano anterior. O peso das cesarianas em 2018 e 2019 permanecem longe da meta do MS (25%) e maiores do que o registrado em 2008 (57%). O número de partos domiciliares em Maceió cresceu 90% entre 2018 e 2019, de 10 para 19 partos (MS, DATASUS, 2018, 2019).

**Figura 83. NF4 Maceió, frequência ao pré-natal (%), 2018 e 2019**




Fonte: MS, DATASUS. 2019.

A incidência de sífilis congênita em Maceió caiu pouco nos últimos anos, de modo que a capital alagoana mantém o número de casos acima da média das capitais nordestinas, ficando abaixo somente de Recife e Salvador (UNICEF, 2020). Em 2016, a incidência de sífilis congênita em Maceió era de 11,05 a cada mil nascidos vivos, passando a 10,96 em 2019. Em 2018 e 2019, aproximadamente 370 recém-nascidos tiveram diagnóstico da doença por transmissão vertical.

Um ponto positivo a se destacar é a redução da mortalidade na faixa etária de 1 a 4 anos, em 2018 e 2019 (2,1 e 2,3 mortes por mil nascidos vivos) em relação a 2017 (2,6 óbitos por mil nascidos vivos), embora ainda seja um valor superior à média nacional. Das principais causas de óbitos, 75% se dão em decorrência de má formação congênita, acidentes e violências, doenças do sistema nervoso, doenças respiratórias e neoplasias – o padrão se mantém em 2018, mas, em 2019, as doenças infectoparasitárias passaram a ocupar a primeira posição – situação não observada em todo o período analisado –, seguida de doenças do aparelho respiratória e congênitas, sistema nervoso, neoplasia e acidentes e violências. Ao se detalhar as causas específicas de morte destacam-se: pneumonia, afogamento, diarreia/gastroenterite, má formação congênita do coração, desnutrição e epilepsia. As mortes por pneumonia apresentam tendência de declínio na série analisada. Cerca de 50% das mortes de 1 a 4 anos poderiam ter sido evitadas por diagnóstico e tratamento adequados e promoção da saúde.

Na mesma faixa etária, de 1 a 4 anos, as principais causas de hospitalizações se concentram nas doenças do aparelho respiratório e infectoparasitárias, que respondem por mais de 66% das internações. Foi em 2018 que houve o menor número de internações, 756. Mas em 2019 foram registrados 1.043 internamentos em decorrência de quadros de asma (170% de aumento), diarreias e gastroenterites (92%), infecções intestinais (48%) e pneumonias (39%), indicando uma retomada no crescimento dessas doenças como principais causas específicas de hospitalizações. Asma, pneumonias bacterianas e gastroenterites infecciosas que geram internações são consideradas causas evitáveis. Segundo Costa *et al.* (2017), correspondem a

problemas de saúde em estreita relação com os cuidados primários, de modo que serviços de atenção primária à saúde de boa qualidade podem reduzir o risco de internação.

Em se tratando da faixa etária de 5 a 14 anos, houve aumento nos óbitos em 2018, colocando a taxa em 34,0 por 100 mil habitantes. Em 2019, a taxa se reduz a 28,6 óbitos por 100 mil habitantes. Esses resultados ficam acima da média do Brasil e do Nordeste. Os acidentes e violências permanecem como a principal causa de morte, seguida de neoplasias e problemas respiratórios. Entre as causas específicas, merece destaque a presença de mortes por agressão com o uso de arma de fogo. Mais da metade das mortes nessa faixa de idade são categorizadas como evitáveis, indicador que apresentou pequena redução no período analisado, passando de 69,2% em 2018 para 51,2% em 2019. A maioria das mortes seriam reduzíveis por meio de ações intersetoriais adequadas de promoção à saúde, prevenção e atenção às causas externas – acidentes e violências.

As internações, de 5 a 14 anos, caem em 2018 e se mantém em 2019. Em 2017, as lesões passam a ocupar a primeira posição entre as internações, dentre as quais a fratura de membros são as principais causas específicas, situação que se manteve nos anos posteriores. Em 2019 houve um importante incremento nas doenças infectoparasitárias (67%) como motivo de internações.

No que diz respeito ao sobrepeso infantil, dados coletados do Relatório de Desigualdades Sociais em Maceió (UNICEF, 2020) mostram que a proporção de crianças menores de cinco anos caiu de 2016 a 2019. Em 2016 a taxa era de 8,56% e, em 2019, 7,74%. Em 2020, caiu para 4,7%.

Por outro lado, em se tratando de baixo peso ao nascer, a série histórica analisada não indica tendência de redução no baixo peso. De 2015 a 2019, os DS II e IV apresentaram os maiores percentuais. Em relação à prematuridade, na série histórica os valores de 2018 e 2019 são o dobro dos percentuais registrado em 2008 e 2009. Os dois anos confirmam a dificuldade de redução desses dois importantes indicadores.

Dados de internações durante a gestação indicam um percentual, em 2018 e 2019, em torno de 57%, apresentando uma pequena redução nas hospitalizações quando comparado a 2017, mas em proporção próxima à de 2008. Entre as intercorrências, destacam-se a assistência à mãe por motivos ligados ao feto e à cavidade amniótica e por problemas relativos ao parto (20%), o trabalho de parto obstruído (10%), transtorno hipertensivo na gravidez (9%) e aborto espontâneo (9%).

A incidência de óbitos maternos em Maceió decresceu de 2018 para 2019 (Tabela 74). Mas o comportamento desse indicador permanece instável e, provavelmente, indica a manutenção do padrão observado no período de 2008 a 2017. A grande maioria das mortes maternas ocorreram por complicações obstétricas durante a gravidez, parto ou puerpério (obstétricas diretas) em detrimento daquelas resultantes de doenças preexistentes à gestação ou que se desenvolveram durante esse período (obstétricas indiretas). Entre 2015 e 2019, o DS VII concentrou a maior proporção de mortes maternas (40%), seguido pelo DS V (26,7%).

**Tabela 74. NF4 Maceió, mortalidade materna, 2018 e 2019**

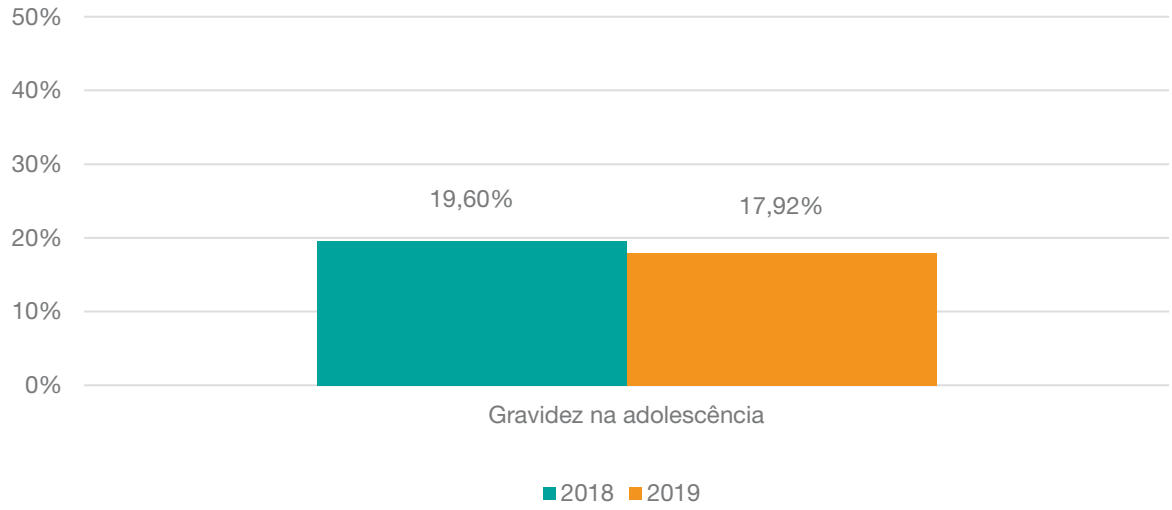
| Faixa etária | 2018 | 2019 |
|---|---|---|
| 10 a 14 anos | 0 | 0 |
| 15 a 19 anos | 2 | 0 |
| 20 a 29 anos | 2 | 0 |
| 30 a 39 anos | 1 | 2 |
| **Total** | **5** | **2** |

Fonte: MS, DATASUS. 2019.

Gravidez na adolescência é um desafio complexo e, entre meninas de 10 a 14 anos, há sempre presunção de violência, merecendo uma atenção específica das políticas públicas. Em 2018, de cada 1.000 nascidos vivos em Maceió, 196 eram filhos de meninas na faixa etária de 10 a 19 anos. Em 2019, o número foi um pouco menor (179 por mil nascidos vivos). A taxa de gravidez na adolescência de Maceió (Figura 84) é a maior entre as capitais da região Nordeste. Em 2018 e 2019, 288 crianças de 10 a 14 anos foram mães.

A proporção de nascidos vivos de mães adolescentes em Maceió foi de 17,9% em 2019, maior que a média nacional (14,7%).

**Figura 84. NF4 Maceió, gravidez na adolescência em relação ao total de gestações (%), 2018 e 2019**




Fonte: MS, DATASUS. 2019.

### 3.4.1.2 Síntese analítica

Como já colocado, um conjunto de elementos apresentados nesta análise também está contido nas análises de políticas especificas com destaque para Saúde, Educação e Assistência Social. Esta síntese traz esta visão intersetorial com a lógica de propor linhas de ação que abordam o contexto e impactos mapeados em relação à Primeira Infância com vistas a propor medidas de compensação integradas às políticas mais relevantes.

O contexto analisado traz como elementos mais importantes em relação à Primeira Infância:

- Relatos de dificuldade de acesso a serviços e equipamentos públicos em função da subsidência e da realocação de famílias nas áreas do NF2 e NF3;
- Depoimentos de ruptura de vínculos afetivos, sociais e comunitários em função da realocação;
- Relatos de perda de renda das famílias em função da alteração da dinâmica urbana e econômica dada pela realocação;
- Impacto no acesso à educação infantil, principalmente creches e pré-escolas em período integral, agravando a dificuldade de dada pela baixa cobertura destes serviços;
- Baixa cobertura da AB e da ESF em partes do território;
- O município enfrenta desafios importantes em relação ao tema na área da saúde, com destaque para: alta incidência de partos cesáreos; alta taxa de gravidez na adolescência; alta taxa de mortalidade infantil; alta incidência de sífilis congênita; e alta incidência de violência em ambiente doméstico;
- Apesar do Plano voltado ao tema, verifica-se ainda limitações na articulação intersetorial de políticas públicas voltadas à temática de primeira infância.

#### 3.4.1.3 Diretrizes temáticas

- Desenvolver ações para melhoria de acesso à equipamentos e serviços públicos voltados à primeira infância, visando também aumentar a capacidade institucional de atendimento às famílias afetadas pela subsidência.
- Desenvolver ações de expansão e qualificação da rede municipal de atenção à primeira infância, visando a qualificação institucional municipal para atendimento das necessidades desse público.
- Investir na ampliação da rede e do acesso a creche e pré-escola.
- Desenvolver ações de promoção do fortalecimento de vínculos, da parentalidade e de competências familiares, visando a melhoria da capacidade das famílias afetadas de conviver com os impactos adversos da subsidência.
- Desenvolver ações de fomento ao incremente do emprego e renda, tendo como objetivo promover a autonomia econômica das famílias afetadas, incluindo a priorização de famílias com crianças na primeira infância nas ações de acesso a emprego e renda.
- Implementação de ações por meio do PAS que resultem na criação de espaços públicos que permitam e facilitem a prática do brincar.

### 3.4.2 Juventude

O diagnóstico resultante da análise das bases de dados descritas neste documento utiliza a combinação de técnicas quantitativas e qualitativas de coleta de dados, com uma estratégia denominada triangulação (DUFFY, 1987). O método adotado foi a pesquisa rápida (*rapid*

*assessment*), abordagem já descrita.

Os dados primários são oriundos da aplicação de questionário a chefes de família diretamente impactados, entrevistas nas quais se buscou identificar aspectos relacionados com a temática da juventude e diálogo com demais temas essenciais para compreensão das questões atinentes à subsidência e seus desdobramentos.

Os dados secundários têm como principais fontes[48]: as bases públicas do Censo Demográfico (2010) e da PNAD (2019)[49], levantamentos que são de responsabilidade IBGE; estudos produzidos pelo IPEA (Atlas da Violência 2020, Jovens e o Mercado de Trabalho na Pandemia 2020); *site* QEdu, com dados trabalhados da Prova Brasil e Censo Escolar; SINAJUVE, com dados para o estado de Alagoas; DATASUS e Atlas Brasil; Observatório da Criança e do Adolescente da Fundação Abrinq; e, por fim, dados elaborados pela ONU-habitat sobre segurança urbana em Maceió (2021).

A etapa de diagnóstico, no planejamento das ações de Juventude, possibilita: (i) direcionar os recursos que podem ser investidos como medida de compensação com maior eficiência, considerando que uma intervenção requer dados confiáveis e sua análise a partir de olhar técnico e sistemático; (ii) chegar a uma visão interpretativa que contribua para a elaboração de um plano de ações integrado com as demandas destacadas na espacialização dos dados; e (iii) compreender as interfaces com outros temas e eixos.

#### 3.4.2.1 Caracterização

A PNAD, de periodicidade trimestral, é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, extraída de uma amostra mestra de setores censitários, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos definidos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas (RM), que incluem as capitais. Neste caso, os dados analisados dizem respeito à Região Metropolitana de Maceió, formada pela capital, Barra de Santo Antônio, Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Satuba e Santa Luzia do Norte. Considerando que o recorte abrange a população entre 15 e 29 anos, com forte heterogeneidade dentro desse mesmo grupo, foi realizado o tratamento dos dados disponíveis considerando três faixas etárias de juventude: 15 a 17 anos; 18 a 24 anos; e 25 a 29 anos.

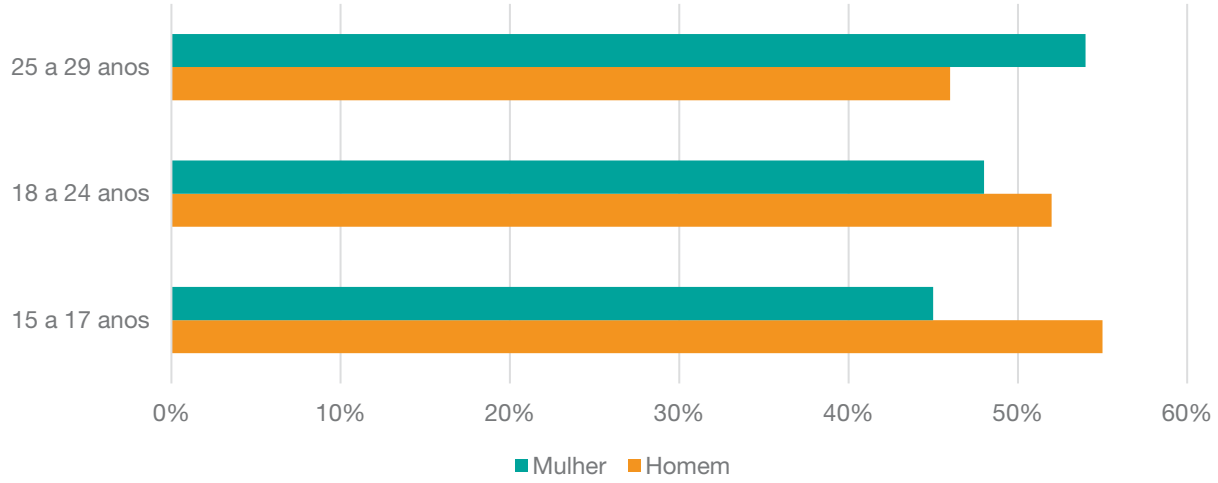
Por sua vez, todos os dados discriminados por NF nesse documento têm como base o Censo 2010 (IBGE), e foram retirados do Censo e do Atlas Brasil, já que não há dados mais atuais disponíveis com este recorte.

[48] Neste estudo foram utilizadas bases de dados que têm como método o recorte territorial de Áreas de Ponderação, estabelecidas pelo IBGE pela junção de diferentes setores censitários contíguos, sendo áreas geográficas que podem, ou não, ser equivalentes a bairros. Nesse sentido, alguns bairros que compõem os NF não estão incluídos na caraterização do diagnóstico de Juventude por não se configurarem em Áreas de Ponderação (Pinheiro em NF1; Chã de Bebedouro, Chã da Jaqueira e Pinheiro em NF2; Santa Lúcia e Tabuleiro do Martins em NF3).

[49] Por não ter sido realizado o Censo de 2020, a PNAD se apresenta como a base de dados mais atual e completa para este diagnóstico.

Na Região Metropolitana de Maceió, do total de jovens de 15 a 29 anos, 50,85% são homens e 49,15% são mulheres (Figura 85).

**Figura 85. NF4 Maceió, jovens por sexo e faixa etária (%), 2019**




Fonte: IBGE, PNAD. 2019.

Cerca de 48% deles vivem com mais duas ou três pessoas no mesmo domicílio. Nas faixas entre 15 e 17 e entre 18 e 24 anos, mais da metade deles vivem com outros responsáveis pelos domicílios; de 25 a 29 anos, 55% são responsáveis diretos pelo domicílio ou cônjuges dos responsáveis (Tabela 75).

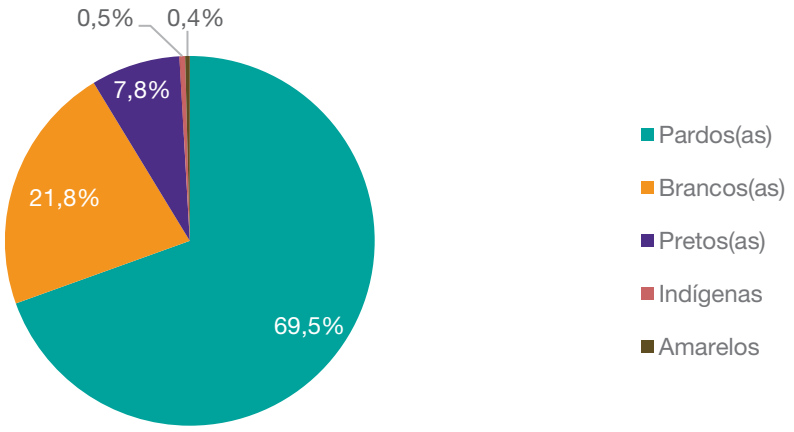
**Tabela 75. NF4 Maceió, tipos de moradia (%)**

| Tipo de moradia | % do total |
|---|---|
| Apartamento | 7,63 |
| Casa | 91,53 |
| Habitação de cômodos ou cortiço | 0,85 |

Fonte: IBGE, PNAD. 2019.

Dado que as categorias de cor ou raça empregadas pelo IBGE para autodeclaração dos entrevistados envolve as denominações preto ou pardo, a maioria dos jovens da RM de Maceió (RM) é considerada negra, já que ambas as categorias reúnem 77,30% dos jovens de 15 a 29 anos (Figura 86).

**Figura 86. NF4 Maceió, composição racial de jovens (%)**




Fonte: IBGE, PNAD. 2019.

Segundo a PNAD (2019), a quase totalidade dos jovens de Maceió (RM) (95,25%) afirmou não receber benefícios do PBF, nem de nenhum outro programa social governamental. Considerando que, de acordo com o Censo de 2010, 49,6% dos jovens têm renda de menos de meio salário-mínimo, isso é um ponto de atenção, pois, mesmo considerando a defasagem de tempo (10 anos) entre as coletas, é possível que muitos desses jovens precisem de complementação de renda e estejam aptos a serem incluídos em programas de auxílio governamental, especialmente nas faixas entre 18 e 29 anos.

Para caracterizar a moradia e a infraestrutura urbana da residência de jovens da RM de Maceió, a Tabela 76 mostra o percentual cujos domicílios têm acesso à rede de água.

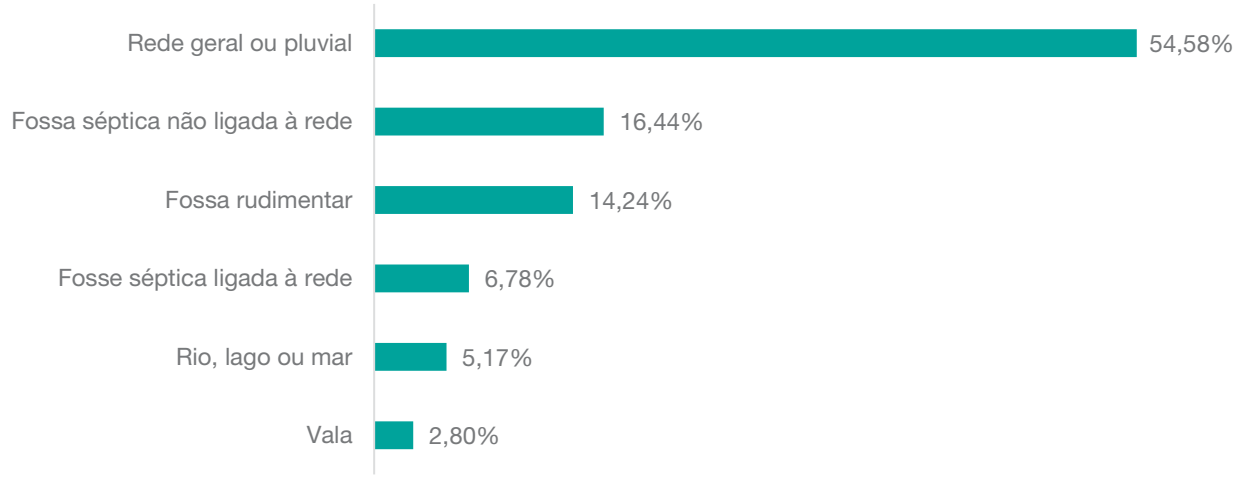
**Tabela 76. NF4 Maceió, acesso de jovens à rede de água (%)**

| Acesso à rede de água | % do total |
|---|---|
| Não | 49,59 |
| Sim | 50,41 |
| Total | 100,00 |

Fonte: IBGE, PNAD. 2019.

No que se refere ao sistema de esgoto, pouco mais da metade dos jovens da RM de Maceió tem suas moradias vinculadas à rede geral de saneamento ou pluvial. Cerca de 45% deles moram em residências com fossas sépticas (ligadas à rede de esgoto ou não) ou destinam esgoto de forma irregular, no mar, rios, lagos ou valas (Figura 87).

**Figura 87. NF4 Maceió, tipo de esgotamento sanitário nos domicílios dos jovens (%)**




Fonte: IBGE, PNAD. 2019.

Em termos de destino dado ao lixo doméstico produzido na RM de Maceió, 93% são coletados diretamente por serviço de limpeza do poder público ou subsidiário.

#### *3.4.2.1.1 Educação*

Nas UDH do NF1, as taxas de analfabetismo entre jovens são, em geral, menores que a média municipal, de 3,62%, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Chamam a atenção as taxas na UDH Bom Parto e Vale do Reginaldo II, situado no Farol (Tabela 77).

**Tabela 77. NF1, analfabetismo de jovens por faixa etária e bairros (%), 2010**

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|---|
| Bebedouro | Bom Conselho | 0,64 | 1,28 | 2,15 |
| | Vale do Silva | 2,44 | 2,87 | 5,43 |
| Bom Parto | Bom Parto | 14,04 | 15,63 | 21,31 |
| Bom Parto/ Mutange | Cambona | 6,4 | 7,93 | 13,13 |
| Farol | Bolão | 0 | 4,93 | 8,65 |
| | Encosta Bom Parto | 0 | 1,1 | 0,85 |
| | Farol | 0,81 | 0,69 | 1,78 |
| | Lopes Trovão | 2,36 | 2,26 | 3,49 |
| | Vale do Reginaldo II | 9,65 | 14,22 | 18,75 |
| Pinheiro | Alto do Céu | 3,19 | 2,47 | 9,32 |
| | Coronel Lima Rocha | 1,85 | 2,23 | 5,38 |
| | Encostas Mutange | 2,33 | 9,09 | 6,85 |
| | Jardim Acácia | 0,61 | 1,2 | 1,05 |
| | Jardim Alagoas | 1,92 | 6,59 | 11,67 |
| | Parque Farol | 0,66 | 0,22 | 0,9 |

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|---|
| | Pitanguinha | 0,44 | 0,63 | 1,09 |
| | Sanatório | 6,12 | 2,48 | 4,11 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

As taxas de frequência de jovens em idade escolar (15 a 17 anos) no NF1 são acima de 70% (Tabela 78). No entanto, quando se avalia a frequência de jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio (Tabela 79), é possível identificar que a taxa de frequência cai em todas as UDH. Pode-se concluir, assim, que as taxas mais altas são no Ensino Fundamental e há, portanto, um problema significativo de defasagem idade-série para jovens de 15 a 17 anos no NF1.

**Tabela 78. NF1, frequência escolar por faixa etária e bairros (%), 2010**

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|---|
| Bebedouro | Bom Conselho | 87,4 | 40,74 | 17,96 |
| | Vale do Silva | 89,74 | 41,78 | 11,42 |
| Bom Parto | Bom Parto | 76,86 | 37,16 | 17,85 |
| Bom Parto/ Mutange | Cambona | 73,63 | 29,06 | 9,77 |
| Farol | Bolão | 73,37 | 28,35 | 16,66 |
| | Encosta Bom Parto | 83,83 | 30,92 | 19,9 |
| | Farol | 95,4 | 60,87 | 22,81 |
| | Lopes Trovão | 93,74 | 48,89 | 26,45 |
| | Vale do Reginaldo II | 72,42 | 31 | 8,21 |
| Pinheiro | Alto do Céu | 91,02 | 36,82 | 12,95 |
| | Coronel Lima Rocha | 76,86 | 37,16 | 17,85 |
| | Encostas Mutange | 73,37 | 28,35 | 16,66 |
| | Jardim Acácia | 88,02 | 49,99 | 25,97 |
| | Jardim Alagoas | 83,16 | 29,71 | 16,28 |
| | Parque Farol | 88,02 | 49,99 | 25,97 |
| | Pitanguinha | 97,64 | 65,45 | 27,03 |
| | Sanatório | 83,83 | 30,92 | 19,9 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

Entre os jovens em idade escolar (15 a 17 anos), a taxa de frequência escolar é menor nas UDH Vale do Reginaldo II e Bolão, no Farol, bem como nas UDH Encostas Mutange, no Pinheiro, e Cambona, situada nos bairros de Bom Parto e Mutange. A UDH Vale do Reginaldo II também apresenta as menores porcentagens de jovens de 18 a 24 anos que concluíram essa mesma etapa de ensino. Ainda com relação à conclusão do Ensino Médio entre jovens de 18 e 24 anos, vale acrescentar que na maioria das UDH de NF1 observa-se um percentual abaixo da média municipal, de 72,19%. Em perspectiva oposta, as UDH Farol e Pitanguinha, localizada no Pinheiro, de se destacam positivamente por apresentar as maiores taxas de frequência escolar e ter mais de 85% de jovens de 18 a 24 anos formados no Ensino Médio.

**Tabela 79. NF1, frequência escolar e conclusão do Ensino Médio por bairros (%), 2010**

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio (%) | 18 a 24 anos que concluiu o Ensino Médio (%) |
|---|---|---|---|
| Bebedouro | Bom Conselho | 45,05 | 63,07 |
| | Vale do Silva | 37,5 | 49,7 |
| Bom Parto | Bom Parto | 33,22 | 54,56 |
| Bom Parto/ Mutange | Cambona | 36,27 | 31,25 |
| Farol | Bolão | 19,87 | 33,62 |
| | Encosta Bom Parto | 33,02 | 43,09 |
| | Farol | 71,71 | 89,56 |
| | Lopes Trovão | 63,41 | 69,65 |
| | Vale do Reginaldo II | 19,58 | 21,05 |
| Pinheiro | Alto do Céu | 39,38 | 41,46 |
| | Coronel Lima Rocha | 33,22 | 54,56 |
| | Encostas Mutange | 19,87 | 33,62 |
| | Jardim Acácia | 56,61 | 73,49 |
| | Jardim Alagoas | 33,54 | 31,45 |
| | Parque Farol | 56,61 | 73,49 |
| | Pitanguinha | 71,73 | 85,71 |
| | Sanatório | 33,02 | 43,09 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

A Tabela 80 mostra que esse padrão se repete na frequência líquida no Ensino Superior (graduação, especialização, mestrado ou doutorado): as UDH Cambona, nos bairros de Bom Parto e Mutange, e Vale do Reginaldo II, no Farol, apresentam uma taxa menor de jovens de 18 a 24 anos matriculados no Ensino Superior (apenas 2,05% e 3,55%, respectivamente), enquanto nas UDH Farol e Pitanguinha essa taxa é de mais de 55%.

**Tabela 80. NF1, frequência líquida no Ensino Superior por bairros (%), 2010**

| Bairro | UDH | 18 a 24 anos (%) |
|---|---|---|
| Bebedouro | Bom Conselho | 22,96 |
| | Vale do Silva | 16,6 |
| Bom Parto | Bom Parto | 13,28 |
| | Cambona | 2,05 |
| Farol | Bolão | 5,2 |
| | Encosta Bom Parto | 11,81 |
| | Farol | 55,68 |
| | Lopes Trovão | 33,48 |
| | Vale do Reginaldo II | 3,55 |

| Bairro | UDH | 18 a 24 anos (%) |
|---|---|---|
| Pinheiro | Alto do Céu | 11,82 |
| | Coronel Lima Rocha | 13,28 |
| | Encostas Mutange | 5,2 |
| | Jardim Acácia | 35,43 |
| | Jardim Alagoas | 7,87 |
| | Parque Farol | 35,43 |
| | Pitanguinha | 57,7 |
| | Sanatório | 11,81 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

Já no NF2, as taxas de analfabetismo tendem a ser um pouco menores, quando comparado ao NF1. As maiores taxas estão na UDH Vila Olímpica, situada no bairro da Levada, além da UDH Bom Parto, como já mencionado (Tabela 81).

**Tabela 81. NF2, analfabetismo de jovens por faixa etária e bairros (%), 2010**

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|---|
| Bebedouro | Bom Conselho | 0,64 | 1,28 | 2,15 |
| | Vale do Silva | 2,44 | 2,87 | 5,43 |
| Bom Parto | Bom Parto | 14,04 | 15,63 | 21,31 |
| Bom Parto/ Mutange | Cambona | 6,4 | 7,93 | 13,13 |
| Chã da Jaqueira | Bebedouro | 5,78 | 6,49 | 10,65 |
| | Paraíso do Horto | 2,94 | 1,69 | 3,03 |
| Chã de Bebedouro | Bebedouro | 5,78 | 6,49 | 10,65 |
| Farol | Bolão | 0 | 4,93 | 8,65 |
| | Encosta Bom Parto | 0 | 1,1 | 0,85 |
| | Farol | 0,81 | 0,69 | 1,78 |
| | Lopes Trovão | 2,36 | 2,26 | 3,49 |
| | Vale do Reginaldo II | 9,65 | 14,22 | 18,75 |
| Gruta de Lourdes | Gruta de Lourdes | 0,26 | 0,77 | 0,58 |
| | Ouro Preto | 2,31 | 4,74 | 7,72 |
| | Parque Farol | 0,66 | 0,22 | 0,9 |
| | Pitanguinha | 0,44 | 0,63 | 1,09 |
| | Rotary | 0 | 0 | 25 |
| Levada | Avenida da Paz | 1,08 | 0,68 | 1,32 |
| | Ponta Grossa | 1,72 | 2,06 | 3,11 |
| | Vila Olímpica | 13,08 | 14,01 | 23,1 |
| Pinheiro | Alto do Céu | 3,19 | 2,47 | 9,32 |
| | Coronel Lima Rocha | 1,85 | 2,23 | 5,38 |

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|---|
| | Encostas Mutange | 2,33 | 9,09 | 6,85 |
| | Jardim Acácia | 0,61 | 1,2 | 1,05 |
| | Jardim Alagoas | 1,92 | 6,59 | 11,67 |
| | Parque Farol | 0,66 | 0,22 | 0,9 |
| | Pitanguinha | 0,44 | 0,63 | 1,09 |
| | Sanatório | 6,12 | 2,48 | 4,11 |
| Pitanguinha | Moenda | 4,76 | 0,7 | 3,2 |
| | Pitanguinha | 0,44 | 0,63 | 1,09 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

As taxas de frequência dos jovens em idade escolar (15 a 17 anos) são altas na maioria das UDH do NF2 (Tabela 82) – mais da metade está acima de 85%. As menores taxas identificadas são nas UDH Vila Olímpica (Levada) e Rotary (Gruta de Lourdes), além das UDH Cambona, Bolão, Vale do Reginaldo II e Encostas Mutange, já mencionadas na análise do NF1. Com exceção da UDH Cambona, nestas UDH a frequência escolar no Ensino Médio também é menor que a nas demais (Tabela 83). O percentual de jovens de 18 a 24 anos que concluíram o Ensino Médio tende a ser maior que no NF1.

**Tabela 82. NF2, frequência escolar por faixa etária e bairros (%), 2010**

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|---|
| Bebedouro | Bom Conselho | 87,4 | 40,74 | 17,96 |
| | Vale do Silva | 89,74 | 41,78 | 11,42 |
| Bom Parto | Bom Parto | 76,86 | 37,16 | 17,85 |
| Bom Parto/ Mutange | Cambona | 73,63 | 29,06 | 9,77 |
| Chã da Jaqueira | Bebedouro | 80,35 | 24,33 | 13,3 |
| | Paraíso do Horto | 90,41 | 35,64 | 20,37 |
| Chã de Bebedouro | Bebedouro | 80,35 | 24,33 | 13,3 |
| Farol | Bolão | 73,37 | 28,35 | 16,66 |
| | Encosta Bom Parto | 83,83 | 30,92 | 19,9 |
| | Farol | 95,4 | 60,87 | 22,81 |
| | Lopes Trovão | 93,74 | 48,89 | 26,45 |
| | Vale do Reginaldo II | 72,42 | 31 | 8,21 |
| Gruta de Lourdes | Gruta de Lourdes | 97,64 | 65,45 | 27,03 |
| | Ouro Preto | 83,83 | 30,92 | 19,9 |
| | Parque Farol | 88,02 | 49,99 | 25,97 |
| | Pitanguinha | 97,64 | 65,45 | 27,03 |
| | Rotary | 73,37 | 28,35 | 16,66 |

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|---|
| Levada | Avenida da Paz | 93,74 | 48,89 | 26,45 |
| | Ponta Grossa | 87,4 | 40,74 | 17,96 |
| | Vila Olímpica | 73,37 | 28,35 | 16,66 |
| Pinheiro | Alto do Céu | 91,02 | 36,82 | 12,95 |
| | Coronel Lima Rocha | 76,86 | 37,16 | 17,85 |
| | Encostas Mutange | 73,37 | 28,35 | 16,66 |
| | Jardim Acácia | 88,02 | 49,99 | 25,97 |
| | Jardim Alagoas | 83,16 | 29,71 | 16,28 |
| | Parque Farol | 88,02 | 49,99 | 25,97 |
| | Pitanguinha | 97,64 | 65,45 | 27,03 |
| | Sanatório | 83,83 | 30,92 | 19,9 |
| Pitanguinha | Moenda | 85,96 | 38,64 | 15,32 |
| | Pitanguinha | 97,64 | 65,45 | 27,03 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

**Tabela 83. NF2, frequência escolar e conclusão do Ensino Médio por bairro (%), 2010**

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio (%) | 18 a 24 anos que concluiu o Ensino Médio (%) |
|---|---|---|---|
| Bebedouro | Bom Conselho | 45,05 | 63,07 |
| | Vale do Silva | 37,5 | 49,7 |
| Bom Parto | Bom Parto | 33,22 | 54,56 |
| Bom Parto/ Mutange | Cambona | 36,27 | 31,25 |
| Chã da Jaqueira | Bebedouro | 26,01 | 28,67 |
| | Paraíso do Horto | 49,93 | 63,21 |
| Chã de Bebedouro | Bebedouro | 26,01 | 28,67 |
| Farol | Bolão | 19,87 | 33,62 |
| | Encosta Bom Parto | 33,02 | 43,09 |
| | Farol | 71,71 | 89,56 |
| | Lopes Trovão | 63,41 | 69,65 |
| | Vale do Reginaldo II | 19,58 | 21,05 |
| Gruta de Lourdes | Gruta de Lourdes | 71,73 | 85,71 |
| | Ouro Preto | 33,02 | 43,09 |
| | Parque Farol | 56,61 | 73,49 |
| | Pitanguinha | 71,73 | 85,71 |
| | Rotary | 19,87 | 33,62 |
| Levada | Avenida da Paz | 63,41 | 69,65 |
| | Ponta Grossa | 45,05 | 63,07 |
| | Vila Olímpica | 19,87 | 33,62 |

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio (%) | 18 a 24 anos que concluiu o Ensino Médio (%) |
|---|---|---|---|
| Pinheiro | Alto do Céu | 39,38 | 41,46 |
| | Coronel Lima Rocha | 33,22 | 54,56 |
| | Encostas Mutange | 19,87 | 33,62 |
| | Jardim Acácia | 56,61 | 73,49 |
| | Jardim Alagoas | 33,54 | 31,45 |
| | Parque Farol | 56,61 | 73,49 |
| | Pitanguinha | 71,73 | 85,71 |
| | Sanatório | 33,02 | 43,09 |
| Pitanguinha | Moenda | 42,37 | 67,35 |
| | Pitanguinha | 71,73 | 85,71 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

Os percentuais de frequência líquida no Ensino Superior nas UDH do NF2 são bastante heterogêneos. Destaca-se, além das UDH Farol e Pitanguinha, a UDH Gruta de Lourdes, que também apresenta um percentual superior a 55% (Tabela 84).

**Tabela 84. NF2, frequência líquida do ensino superior (%), 2010**

| Bairro | UDH | 18 a 24 anos (%) |
|---|---|---|
| Bebedouro | Bom Conselho | 22,96 |
| | Vale do Silva | 16,6 |
| Bom Parto | Bom Parto | 13,28 |
| | Cambona | 2,05 |
| Chã da Jaqueira | Bebedouro | 3,17 |
| | Paraíso do Horto | 21,99 |
| Chã de Bebedouro | Bebedouro | 3,17 |
| Farol | Bolão | 5,2 |
| | Encosta Bom Parto | 11,81 |
| | Farol | 55,68 |
| | Lopes Trovão | 33,48 |
| | Vale do Reginaldo II | 3,55 |
| Gruta de Lourdes | Gruta de Lourdes | 57,7 |
| | Ouro Preto | 11,81 |
| | Parque Farol | 35,43 |
| | Pitanguinha | 57,7 |
| | Rotary | 5,2 |
| Levada | Avenida da Paz | 33,48 |
| | Ponta Grossa | 22,96 |
| | Vila Olímpica | 5,2 |

| Bairro | UDH | 18 a 24 anos (%) |
|---|---|---|
| Pinheiro | Alto do Céu | 11,82 |
| | Coronel Lima Rocha | 13,28 |
| | Encostas Mutange | 5,2 |
| | Jardim Acácia | 35,43 |
| | Jardim Alagoas | 7,87 |
| | Parque Farol | 35,43 |
| | Pitanguinha | 57,7 |
| | Sanatório | 11,81 |
| Pitanguinha | Moenda | 26,9 |
| | Pitanguinha | 57,7 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

No NF3, as taxas de analfabetismo entre jovens em idade escolar (15 a 17 anos) são, em média, mais altas do que as das UDH do NF1 e do NF2, enquanto o que se verifica nas outras faixas etárias (Tabela 85). Identificam-se altas taxas de analfabetismo no Tabuleiro do Martins, na UDH Vila do Eucalipto, em todas as faixas etárias. Na faixa de 25 a 29 anos, essa UDH apresenta a taxa mais alta entre todas as analisadas (32,53%).

**Tabela 85. NF3, analfabetismo de jovens por faixa etária e bairros (%), 2010**

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|---|
| Canaã | Santo Amaro | 3,52 | 2,6 | 4,88 |
| Cidade Universitária | Cidade Universitária | 5,52 | 7,93 | 12,95 |
| | Coca-Cola | 0 | 1,27 | 4,6 |
| | Ernesto Maranhão | 0 | 0 | 0 |
| | Eustáquio Gomes | 1,91 | 1,44 | 2,66 |
| | Graciliano Ramos | 0,44 | 1,11 | 1,12 |
| | Jardim Saúde | 0 | 0,66 | 1,63 |
| | Patio Maceió | 4,03 | 4,17 | 6,81 |
| | Planalto | 2,13 | 2,11 | 0 |
| | UFAL | 3,64 | 4,66 | 6,67 |
| Clima Bom | Clima Bom | 3,94 | 4,36 | 6,93 |
| | Osman Loureiro | 0,77 | 0,51 | 0,6 |
| Benedito Bentes | Cimapra | 4,19 | 4,8 | 11,23 |
| | Vale do Pratagy | 4,94 | 6,09 | 10,64 |
| | Vales do Benedito | 8,66 | 11,7 | 17,2 |
| Jacintinho | 29 de Julho | 1,24 | 1,95 | 2,78 |
| | Jacintinho | 4,81 | 5,73 | 11,26 |
| | Juca Sampaio | 1,66 | 2,29 | 3,5 |

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|---|
| | Mirante do Jacintinho | 3,3 | 2,79 | 3,02 |
| | Olavo Bilac | 2,27 | 1,88 | 4,55 |
| | Piabas | 4,83 | 6,39 | 9,62 |
| | Vale do Reginaldo | 4,07 | 4,97 | 8,19 |
| Jardim Petrópolis | Aldebaran | 0 | 0,26 | 0,45 |
| | Jardim Petrópolis | 3,16 | 3,86 | 5,59 |
| | Poço Azul | 3,7 | 17,65 | 12,5 |
| Petrópolis | Conjunto Vitória | 11,11 | 12,5 | 26,67 |
| | Dom Helder Camara | 3,45 | 1,23 | 2,03 |
| | Petrópolis | 1,33 | 2,85 | 4,66 |
| | Sebastião Correia | 1,16 | 2,36 | 0,81 |
| Santa Amélia | Colina dos Eucaliptos | 0 | 0 | 0 |
| | Medeiros Neto | 1,85 | 2,13 | 1,45 |
| | Parque Municipal | 2,31 | 2,27 | 3,28 |
| | Santa Amélia | 3,65 | 0,72 | 3,68 |
| | São Francisco | 5,05 | 4,17 | 9,49 |
| Santa Lúcia | Aeroclub | 1,9 | 1,77 | 3,2 |
| | Donizetti Calheiros | 3,49 | 0 | 3,17 |
| | Tabuleiro Novo | 2,38 | 2,79 | 4,31 |
| Santo Amaro | Santo Amaro | 3,52 | 2,6 | 4,88 |
| Serraria | Eco Park | 1,87 | 0,99 | 1,66 |
| | Menino Marcelo | 0,44 | 1,43 | 1,69 |
| | Novo Mundo | 2,21 | 0,85 | 1,41 |
| | Rui Palmeira | 3,51 | 2,97 | 8,62 |
| | Serraria | 1,1 | 1,04 | 1,26 |
| Tabuleiro do Martins | Campo do Marituba | 3,08 | 2,22 | 2,9 |
| | Cordeal | 2,44 | 3,94 | 10,17 |
| | Distrito Industrial | 3,03 | 0,55 | 1,85 |
| | Dubeaux Leão | 1,45 | 0,97 | 2,22 |
| | Durval de Goes Monteiro | 1,44 | 2,33 | 4,61 |
| | Feirinha do Tabuleiro | 2,73 | 4,54 | 6,22 |
| | Rio do Silva | 14,29 | 0 | 0,72 |
| | Salvador Lyra | 0,49 | 0,5 | 0,77 |
| | Vila do Eucalipto | 14,06 | 16,67 | 32,53 |
| Vergel do Lago | Ponta Grossa | 1,72 | 2,06 | 3,11 |
| | Vergel | 5,99 | 6,87 | 11,04 |
| | Virgem dos Pobres | 3,09 | 4,17 | 5,67 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

As taxas de frequência escolar no NF3 entre os jovens de 15 a 17 anos são acima de 80%, com exceção de 10 das 55 UDH analisadas (Tabela 86). Nas UDH Jardim Petrópolis e Santa Amélia a taxa é de cerca de 97%. Tal como no NF1 e no NF2, a frequência escolar no Ensino Médio por jovens nessa faixa etária tende a cair, o que reflete a defasagem idade-série (Tabela 87).

**Tabela 86. NF3, frequência escolar de jovens por faixa etária e bairros (%), 2010**

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|---|
| Canaã | Santo Amaro | 83,83 | 30,92 | 19,9 |
| Cidade Universitária | Cidade Universitária | 78,64 | 28,77 | 13,4 |
| | Coca-Cola | 91,02 | 36,82 | 12,95 |
| | Ernesto Maranhão | 93,74 | 48,89 | 26,45 |
| | Eustáquio Gomes | 76,86 | 37,16 | 17,85 |
| | Graciliano Ramos | 87,4 | 40,74 | 17,96 |
| | Jardim Saúde | 88,02 | 49,99 | 25,97 |
| | Patio Maceió | 86,1 | 31,93 | 13,84 |
| | Planalto | 94,03 | 58,37 | 21,9 |
| | UFAL | 91,02 | 36,82 | 12,95 |
| Clima Bom | Clima Bom | 82,3 | 26,54 | 14,47 |
| | Osman Loureiro | 93,74 | 48,89 | 26,45 |
| Benedito Bentes | Cimapra | 86,1 | 31,93 | 13,84 |
| | Vale do Pratagy | 80,46 | 38,85 | 22,77 |
| | Vales do Benedito | 71,79 | 22,57 | 7,11 |
| Jacintinho | 29 de Julho | 92,17 | 18,55 | 16,89 |
| | Jacintinho | 71,16 | 30,11 | 4,82 |
| | Juca Sampaio | 93,74 | 48,89 | 26,45 |
| | Mirante do Jacintinho | 91,02 | 36,82 | 12,95 |
| | Olavo Bilac | 90,41 | 35,64 | 20,37 |
| | Piabas | 73,63 | 29,06 | 9,77 |
| | Vale do Reginaldo | 82,95 | 26,2 | 14,37 |
| Jardim Petrópolis | Aldebaran | 96,09 | 67,96 | 26,82 |
| | Jardim Petrópolis | 97,64 | 65,45 | 27,03 |
| | Poço Azul | 72,42 | 31 | 8,21 |
| Petrópolis | Conjunto Vitória | 72,42 | 31 | 8,21 |
| | Dom Helder Camara | 85,96 | 38,64 | 15,32 |
| | Petrópolis | 89,74 | 41,78 | 11,42 |
| | Sebastião Correia | 94,03 | 58,37 | 21,9 |
| Santa Amélia | Colina dos Eucaliptos | 88,02 | 49,99 | 25,97 |
| | Medeiros Neto | 90,41 | 35,64 | 20,37 |
| | Parque Municipal | 85,96 | 38,64 | 15,32 |

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|---|
| | Santa Amélia | 97,64 | 65,45 | 27,03 |
| | São Francisco | 83,83 | 30,92 | 19,9 |
| Santa Lúcia | Aeroclub | 90,41 | 35,64 | 20,37 |
| | Donizetti Calheiros | 90,41 | 35,64 | 20,37 |
| | Tabuleiro Novo | 87,4 | 27,13 | 12,56 |
| Santo Amaro | Santo Amaro | 83,83 | 30,92 | 19,9 |
| Serraria | Eco Park | 91,25 | 64,61 | 21,88 |
| | Menino Marcelo | 94,03 | 58,37 | 21,9 |
| | Novo Mundo | 91,25 | 64,61 | 21,88 |
| | Rui Palmeira | 87,4 | 40,74 | 17,96 |
| | Serraria | 88,02 | 49,99 | 25,97 |
| Tabuleiro do Martins | Campo do Marituba | 91,02 | 36,82 | 12,95 |
| | Cordeal | 73,37 | 28,35 | 16,66 |
| | Distrito Industrial | 87,4 | 40,74 | 17,96 |
| | Dubeaux Leão | 90,41 | 35,64 | 20,37 |
| | Durval de Goes Monteiro | 90,41 | 35,64 | 20,37 |
| | Feirinha do Tabuleiro | 83,83 | 30,92 | 19,9 |
| | Rio do Silva | 87,4 | 40,74 | 17,96 |
| | Salvador Lyra | 85,96 | 38,64 | 15,32 |
| | Vila do Eucalipto | 72,42 | 31 | 8,21 |
| Vergel do Lago | Ponta Grossa | 87,4 | 40,74 | 17,96 |
| | Vergel | 83,16 | 29,71 | 16,28 |
| | Virgem dos Pobres | 89,74 | 41,78 | 11,42 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

Com relação aos jovens de 18 a 24 anos que concluíram o Ensino Médio (Tabela 87), nota-se que a grande maioria das UDH de NF3 apresentam uma taxa abaixo da média municipal. Cabe destacar a UDH Vale do Benedito (15,3%), no bairro de Benedito Bentes.

**Tabela 87. NF3, frequência escolar e conclusão do Ensino Médio por bairros (%), 2010**

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio (%) | 18 a 24 anos que concluiu o Ensino Médio (%) |
|---|---|---|---|
| Canaã | Santo Amaro | 33,02 | 43,09 |
| Cidade Universitária | Cidade Universitária | 33,14 | 22,64 |
| | Coca-Cola | 39,38 | 41,46 |
| | Ernesto Maranhão | 63,41 | 69,65 |
| | Eustáquio Gomes | 33,22 | 54,56 |
| | Graciliano Ramos | 45,05 | 63,07 |
| | Jardim Saúde | 56,61 | 73,49 |

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio (%) | 18 a 24 anos que concluiu o Ensino Médio (%) |
|---|---|---|---|
| | Patio Maceió | 32,75 | 36,59 |
| | Planalto | 73,67 | 82,54 |
| | UFAL | 39,38 | 41,46 |
| Clima Bom | Clima Bom | 39,98 | 38 |
| | Osman Loureiro | 63,41 | 69,65 |
| Benedito Bentes | Cimapra | 32,75 | 36,59 |
| | Vale do Pratagy | 23,4 | 31,74 |
| | Vales do Benedito | 19,14 | 15,3 |
| Jacintinho | 29 de Julho | 44,78 | 56,21 |
| | Jacintinho | 21,58 | 21,24 |
| | Juca Sampaio | 63,41 | 69,65 |
| | Mirante do Jacintinho | 39,38 | 41,46 |
| | Olavo Bilac | 49,93 | 63,21 |
| | Piabas | 36,27 | 31,25 |
| | Vale do Reginaldo | 29,94 | 27,68 |
| Jardim Petrópolis | Aldebaran | 69,73 | 86,52 |
| | Jardim Petrópolis | 71,73 | 85,71 |
| | Poço Azul | 19,58 | 21,05 |
| Petrópolis | Conjunto Vitória | 19,58 | 21,05 |
| | Dom Helder Camara | 42,37 | 67,35 |
| | Petrópolis | 37,5 | 49,7 |
| | Sebastião Correia | 73,67 | 82,54 |
| Santa Amélia | Colina dos Eucaliptos | 56,61 | 73,49 |
| | Medeiros Neto | 49,93 | 63,21 |
| | Parque Municipal | 42,37 | 67,35 |
| | Santa Amélia | 71,73 | 85,71 |
| | São Francisco | 33,02 | 43,09 |
| Santa Lúcia | Aeroclub | 49,93 | 63,21 |
| | Donizetti Calheiros | 49,93 | 63,21 |
| | Tabuleiro Novo | 38,63 | 47,77 |
| Santo Amaro | Santo Amaro | 33,02 | 43,09 |
| Serraria | Eco Park | 48,39 | 80,87 |
| | Menino Marcelo | 73,67 | 82,54 |
| | Novo Mundo | 48,39 | 80,87 |
| | Rui Palmeira | 45,05 | 63,07 |
| | Serraria | 56,61 | 73,49 |

| Bairro | UDH | 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio (%) | 18 a 24 anos que concluiu o Ensino Médio (%) |
|---|---|---|---|
| Tabuleiro do Martins | Campo do Marituba | 39,38 | 41,46 |
| | Cordeal | 19,87 | 33,62 |
| | Distrito Industrial | 45,05 | 63,07 |
| | Dubeaux Leão | 49,93 | 63,21 |
| | Durval de Goes Monteiro | 49,93 | 63,21 |
| | Feirinha do Tabuleiro | 33,02 | 43,09 |
| | Rio do Silva | 45,05 | 63,07 |
| | Salvador Lyra | 42,37 | 67,35 |
| | Vila do Eucalipto | 19,58 | 21,05 |
| Vergel do Lago | Ponta Grossa | 45,05 | 63,07 |
| | Vergel | 33,54 | 31,45 |
| | Virgem dos Pobres | 37,5 | 49,7 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

No geral, a frequência líquida dos jovens no Ensino Superior é menor no NF3 (Tabela 88), quando comparada ao NF2, assemelhando-se ao padrão encontrado no NF1. O destaque negativo é para a UDH Vale do Benedito (0,46%) e Jacintinho (1,99%).

**Tabela 88. NF3, frequência líquida do ensino superior por bairros (%), 2010**

| Bairro | UDH | 18 a 24 anos (%) |
|---|---|---|
| Canaã | Santo Amaro | 11,81 |
| Cidade Universitária | Cidade Universitária | 2,57 |
| | Coca-Cola | 11,82 |
| | Ernesto Maranhão | 33,48 |
| | Eustáquio Gomes | 13,28 |
| | Graciliano Ramos | 22,96 |
| | Jardim Saúde | 35,43 |
| | Patio Maceió | 7,17 |
| | Planalto | 50,2 |
| | UFAL | 11,82 |
| Clima Bom | Clima Bom | 5,03 |
| | Osman Loureiro | 33,48 |
| Benedito Bentes | Cimapra | 7,17 |
| | Vale do Pratagy | 5,07 |
| | Vales do Benedito | 0,46 |

| Bairro | UDH | 18 a 24 anos (%) |
|---|---|---|
| Jacintinho | 29 de Julho | 9,02 |
| | Jacintinho | 1,99 |
| | Juca Sampaio | 33,48 |
| | Mirante do Jacintinho | 11,82 |
| | Olavo Bilac | 21,99 |
| | Piabas | 2,05 |
| | Vale do Reginaldo | 4,97 |
| Jardim Petrópolis | Aldebaran | 60,2 |
| | Jardim Petrópolis | 57,7 |
| | Poço Azul | 3,55 |
| Petrópolis | Conjunto Vitória | 3,55 |
| | Dom Helder Camara | 26,9 |
| | Petrópolis | 16,6 |
| | Sebastião Correia | 50,2 |
| Santa Amélia | Colina dos Eucaliptos | 35,43 |
| | Medeiros Neto | 21,99 |
| | Parque Municipal | 26,9 |
| | Santa Amélia | 57,7 |
| | São Francisco | 11,81 |
| Santa Lúcia | Aeroclub | 21,99 |
| | Donizetti Calheiros | 21,99 |
| | Tabuleiro Novo | 9,98 |
| Santo Amaro | Santo Amaro | 11,81 |
| Serraria | Eco Park | 57,87 |
| | Menino Marcelo | 50,2 |
| | Novo Mundo | 57,87 |
| | Rui Palmeira | 22,96 |
| | Serraria | 35,43 |
| Tabuleiro do Martins | Campo do Marituba | 11,82 |
| | Cordeal | 5,2 |
| | Distrito Industrial | 22,96 |
| | Dubeaux Leão | 21,99 |
| | Durval de Goes Monteiro | 21,99 |
| | Feirinha do Tabuleiro | 11,81 |
| | Rio do Silva | 22,96 |
| | Salvador Lyra | 26,9 |
| | Vila do Eucalipto | 3,55 |
| Vergel do Lago | Ponta Grossa | 22,96 |
| | Vergel | 7,87 |
| | Virgem dos Pobres | 16,6 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

Para Maceió (NF4), a Tabela 89 apresenta as taxas de analfabetismo de jovens, por faixa etária, e os índices de Alagoas e do Brasil como parâmetro de comparação. Os maiores índices de analfabetismo entre jovens da capital envolvem o grupo de 25 a 29 anos, representando quase o dobro da média nacional para essa faixa etária, mas bem abaixo do índice de Alagoas.

**Tabela 89. NF4 Maceió, analfabetismo de jovens por faixa etária (%), 2010**

| Localidade | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|
| Maceió | 3,62 | 4,07 | 6,38 |
| Alagoas | 6,13 | 8,43 | 14,83 |
| Brasil | 2,2 | 2,61 | 3,96 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, as taxas de jovens em idade escolar que concluíram o Ensino Fundamental no NF4 são baixas em comparação com a média nacional, principalmente entre 15 e 17 anos (Tabela 90). No entanto, dados relativos ao ensino médio indicam uma alta na taxa de conclusão, deixando a média municipal pouco acima da média nacional (Tabela 91).

**Tabela 90. NF4 Maceió, Ensino Fundamental completo por faixa etária (%), 2010**

| Localidade | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) |
|---|---|---|
| Maceió | 49,70 | 72,19 |
| Brasil | 57,24 | 74,24 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

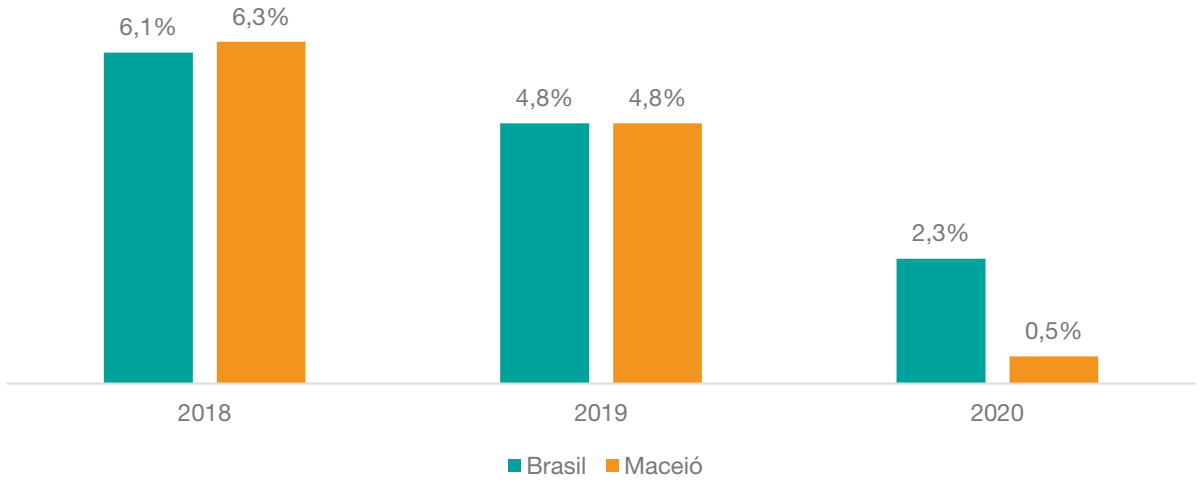
**Tabela 91. NF4 Maceió, Ensino Médio completo (%), 2010**

| Localidade | 18 a 24 anos (%) |
|---|---|
| Maceió | 49,05 |
| Brasil | 47,47 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

Para Maceió, também é possível analisar taxas de abandono do Ensino Médio e o IDEB ( Figura 88 e Figura 89 ). Entre 2018 e 2020, houve melhora expressiva nos índices de abandono do ensino médio. Em 2018 e 2019, a média era maior ou igual à média nacional. Em 2020, Maceió apresentou uma taxa de abandono de apenas 0,5%.

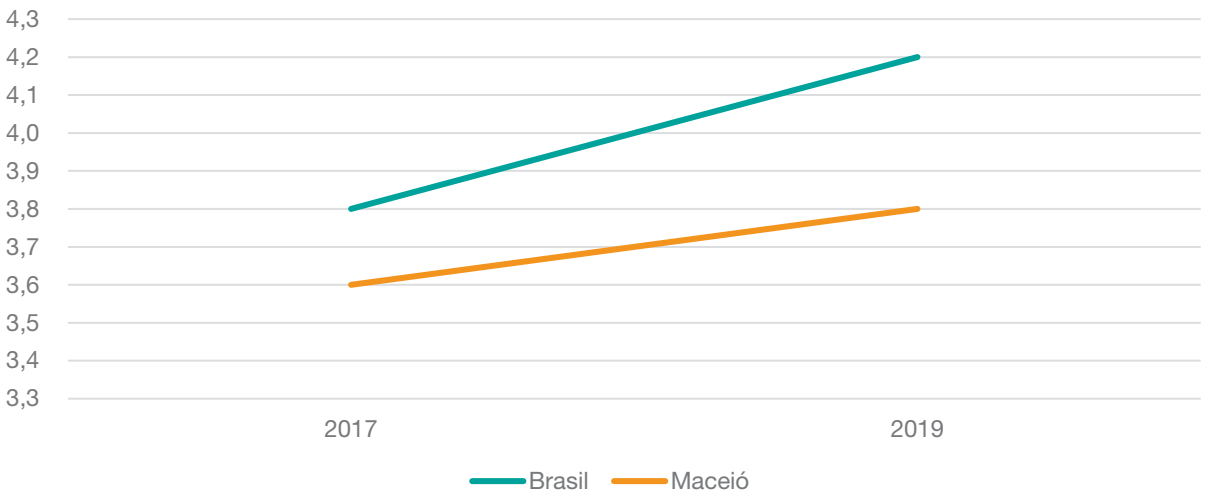
**Figura 88. NF4 Maceió, abandono no ensino médio (%), 2018-2020**




Fonte: MEC/ Inep/ Deed, 2021.

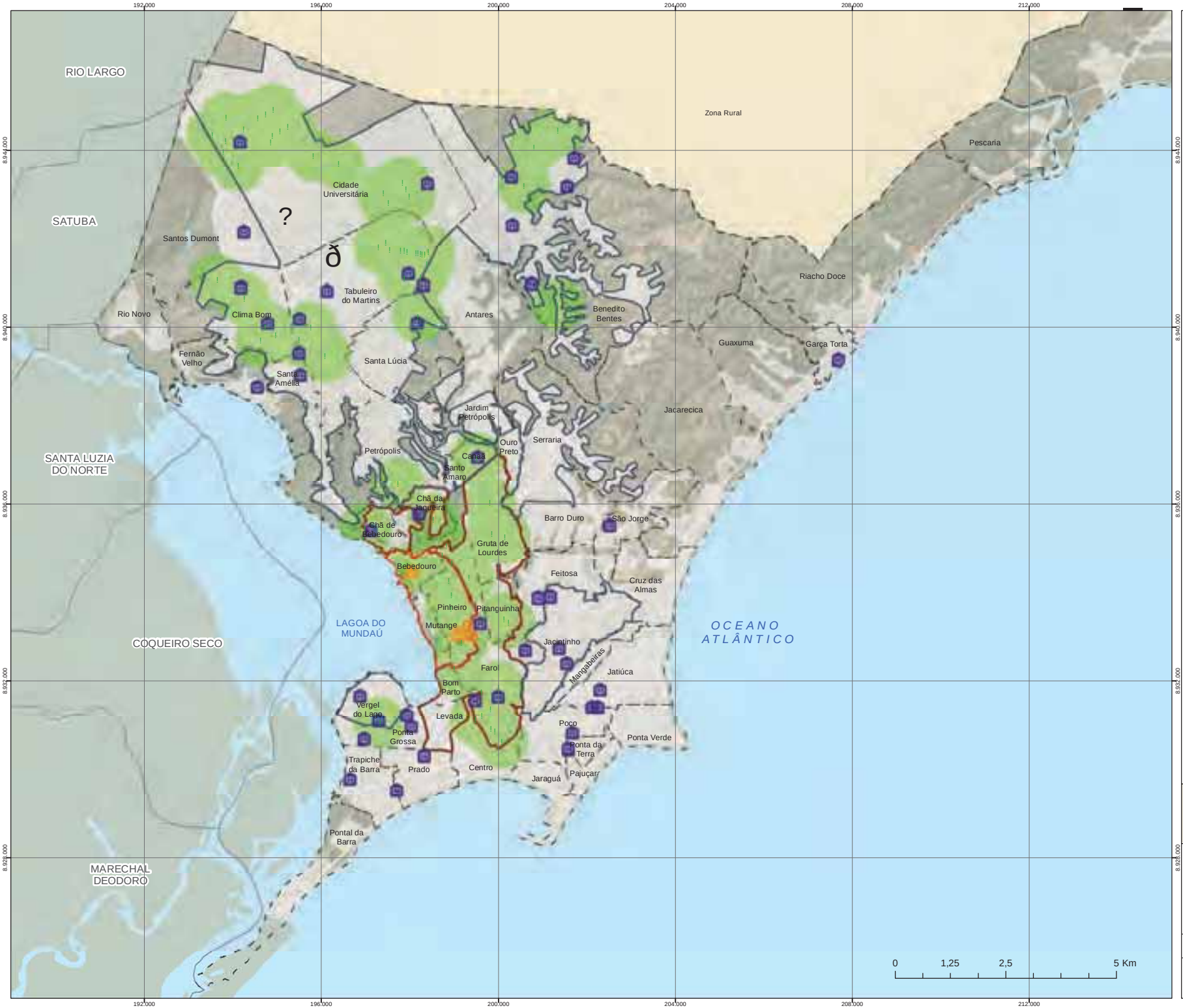
Como aponta a Figura 89, o IDEB do ensino médio de Maceió ficou abaixo da média nacional nos últimos dois anos de avaliação (2017 e 2019).

**Figura 89. NF4 Maceió, IDEB ensino médio, 2017 e 2019**




Fonte: MEC/ Inep/ Deed, 2021.

Em uma perspectiva de possibilidades de esporte e lazer, o Mapa 17 mostra o georreferenciamento de escolas do ensino médio e espaços livres públicos, sendo possível a observação por Núcleo Focal.




# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

## LEGENDA

Principais Praças e Áreas de Entorno nos Núcleos Focais

! Principais praças nos NF

Área de influência com raio de 600 metros

Escolas do Ensino M dio

Núcleo Focais 2, 3 e 4

Núcleo Focal 1

Grandes E ipamentos

ð Distrito Industrial

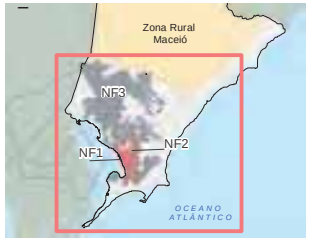
? Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Núcleos Focais

Núcleo Focal 1
Núcleo Focal 2
Núcleo Focal 3

Malha Urbana

Vias principais
Corpos d'água
Limite de Bairros do Município de Maceió
Zona Rural do Município de Maceió
Limites Municipais




NF4 MACEIÓ, ESCOLAS DO ENSINO M DIO E DIST NCIA DE ESPAÇOS LI RES PÚBLICOS

Mapa 1

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

### *3.4.2.1.2 Emprego e renda*

Entende-se como ocupação a tarefa ou função que uma pessoa desenvolve (IBGE, 2010). Dentre os jovens de 15 a 29 anos da RM de Maceió, a taxa de ocupação é de 38%, sendo proporcionalmente maior entre os jovens de 18 a 24 anos (64%), conforme disposto na Tabela 92. A totalidade dos ocupados tem apenas um trabalho/ocupação remunerada. Em termos de formalização, cerca de 50% dos ocupados trabalham com carteira assinada.

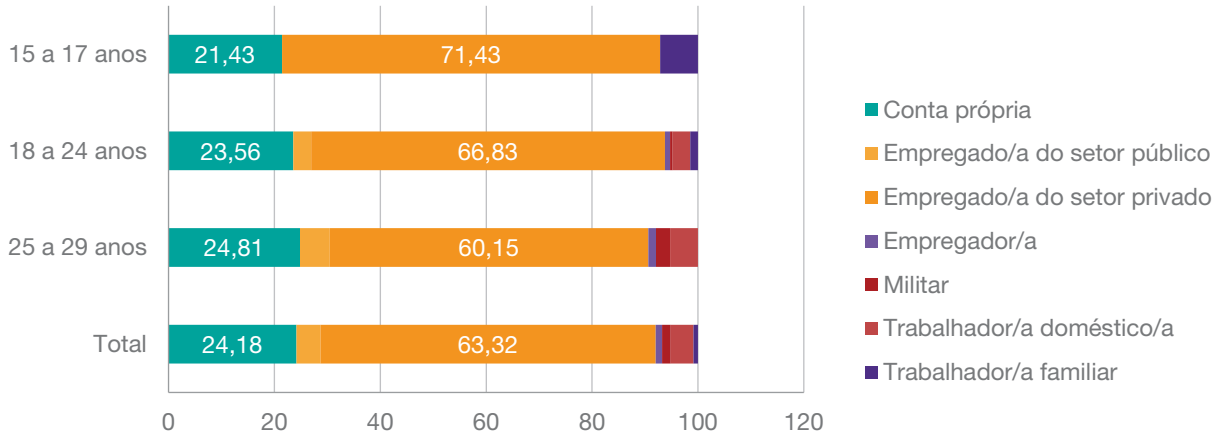
**Tabela 92. NF4 Maceió, jovens que trabalham ou estagiam em atividade remunerada (%), 2019**

| Trabalho ou estágio | 15 a 17 anos | 18 a 24 anos | 25 a 29 anos | Total |
|---|---|---|---|---|
| Não (%) | 95,76 | 64,34 | 39,61 | 61,95 |
| Sim (%) | 4,24 | 35,66 | 60,39 | 38,05 |

Fonte: IBGE, PNAD. 2019.

Sobre se fazem “bicos” ou têm atividade ocasional, 95% afirmaram que não. Desses jovens ocupados (38%), a maior parte está alocada como empregado do setor privado, seguido da ocupação de trabalhador por conta própria (Figura 90).

**Figura 90. NF4 Maceió, jovens ocupados por faixa etária e tipo de ocupação (%)**




Fonte: IBGE, PNAD. 2019.

Cruzando os dados da PNAD com a relação de códigos de atividades da CNAE-Domiciliar[50], as principais atividades desempenhadas pelos jovens ocupados de 15 a 29 anos na RM de Maceió (RM) são, em ordem decrescente, nas áreas de: 1. construção, 2. restaurantes e setor de alimentação e bebidas, 3. comércio varejista ou ambulante, 4. comércio varejista em geral, 5. serviços domésticos, 6. área de saúde, 7. serviços administrativos ou de escritório e 8. manutenção e reparo de veículos (oficinas automotivas). Em termos do local de desempenho

[50] Classificação Nacional de Atividades Econômicas utilizada pelo IBGE desde o Censo Demográfico de 2000.

dessas ocupações, a maior parte é “em local designado pelo empregador, cliente ou freguês” e em “via ou área pública (rua, rio, manguezal, mata pública, praça, praia, etc.)”.

Em termos de renda, considerando as três faixas etárias de juventude contempladas nesse estudo (15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos), os dados disponíveis estão apresentados na Tabela 93. De acordo com os números, a grande maioria dos jovens (84%) recebe rendimentos abaixo de 2 salários-mínimos, seguindo a média de renda da população brasileira (HOFFMAN, 2018). Em todas as faixas etárias, a maior proporção dos jovens tem rendimentos de até 0,5 salário-mínimo.

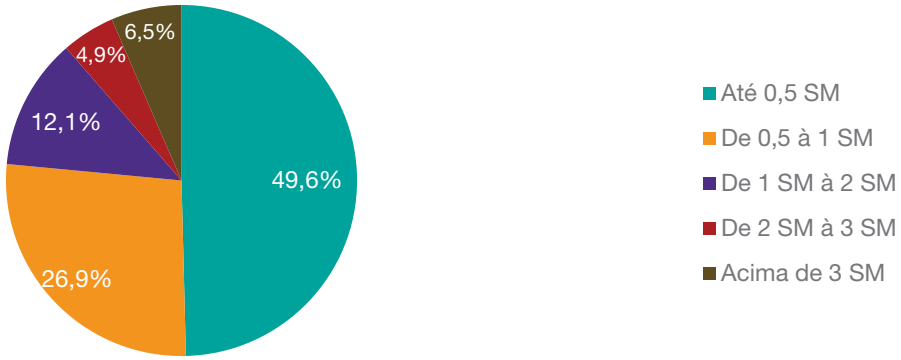
**Tabela 93. NF4 Maceió, faixa de rendimento (em salários-mínimos) de jovens por faixa etária (%), 2010**

| Faixa de rendimento | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) | Total (%) |
|---|---|---|---|---|
| Até 0,5 sm | 49,64 | 39,01 | 36,10 | 40,14 |
| 0,5 a 1 sm | 26,94 | 27,86 | 27,71 | 27,63 |
| 1 sm a 2 sm | 12,07 | 17,31 | 17,65 | 16,38 |
| 2 sm a 3 sm | 4,89 | 6,08 | 6,17 | 5,87 |
| Mais de 3 sm + | 6,46 | 9,74 | 12,38 | 9,98 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

A Figura 91 apresenta a distribuição do universo desses jovens da RM de Maceió por faixa de renda.

**Figura 91. NF4 Maceió, distribuição geral dos jovens por faixa de renda (%)**




Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

Em termos de acesso a dispositivos de tecnologia e conectividade à internet, 99% dos jovens da RM de Maceió têm aparelhos celulares, mas 64% afirmaram não ter acesso a nenhum tipo de computador (seja *desktop*, *notebook* ou *tablet*). Segundo a PNAD 2019, 89% dos jovens têm acesso à internet, sendo que a maioria acessa a rede mundial somente pelo celular (64%). Esses dados levam a crer que, com a pandemia de covid-19, as atividades de ensino e trabalho remoto

ficaram bastante prejudicadas para a juventude local, já que a maioria só consegue acessar a internet pelo celular.

### Desocupação e desemprego entre os jovens por Região Metropolitana (PNAD, 2019)

Na RM de Maceió, 23% dos jovens estão ativamente buscando inserção no mercado de trabalho, enquanto 76% deles não, de acordo com a PNAD. Ao desmembrar esse total para as faixas de idade analisadas, identifica-se que mais de 30% dos jovens de 25 a 29 anos estão desempregados, buscando ocupação. Os que não buscam trabalho têm, como principais motivos relatados: 34% estão estudando; 22% afirmam que não há trabalho na sua localidade; e 21% dizem não ter experiência profissional ou qualificação.

A Tabela 94 mostra a situação de desocupação dos jovens de Maceió, por faixa etária, de acordo com o Censo 2010, comparando-a com os mesmos índices de Alagoas e do Brasil. Maceió tem, proporcionalmente, mais jovens desocupados, em todas as faixas etárias de juventude, principalmente na faixa intermediária de 18 a 24 anos.

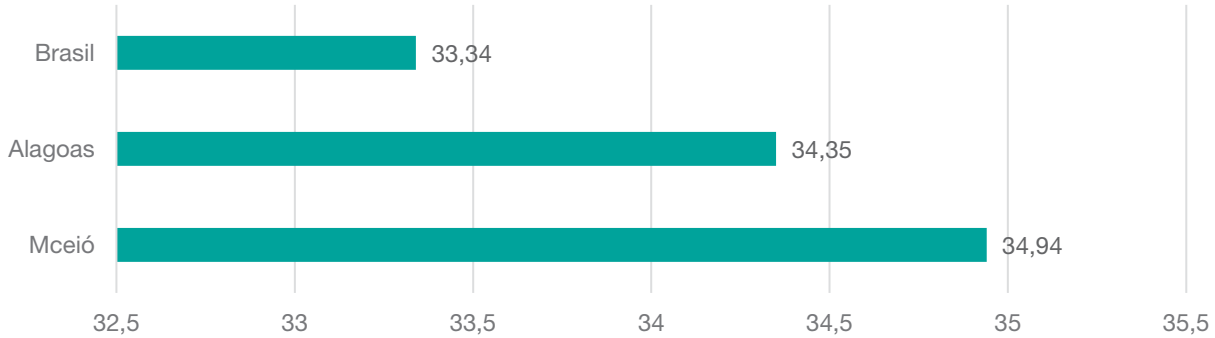
**Tabela 94. NF4 Maceió, desocupação de jovens por faixa etária (%)**

| Local | 15 a 17 anos (%) | 18 a 24 anos (%) | 25 a 29 anos (%) |
|---|---|---|---|
| Maceió | 42,98 | 27,03 | 13,47 |
| Alagoas | 23,65 | 22,24 | 13,25 |
| Brasil | 24,19 | 15,07 | 8,77 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

Ainda de acordo com o Censo 2010, o percentual de pessoas de 15 a 24 anos em Maceió que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza (34,94%) no agregado, é superior ao encontrado nos NF, como detalhado adiante, e maior que os índices de Alagoas e do Brasil (Figura 92).

**Figura 92. NF4 Maceió, jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham (%), 2010**

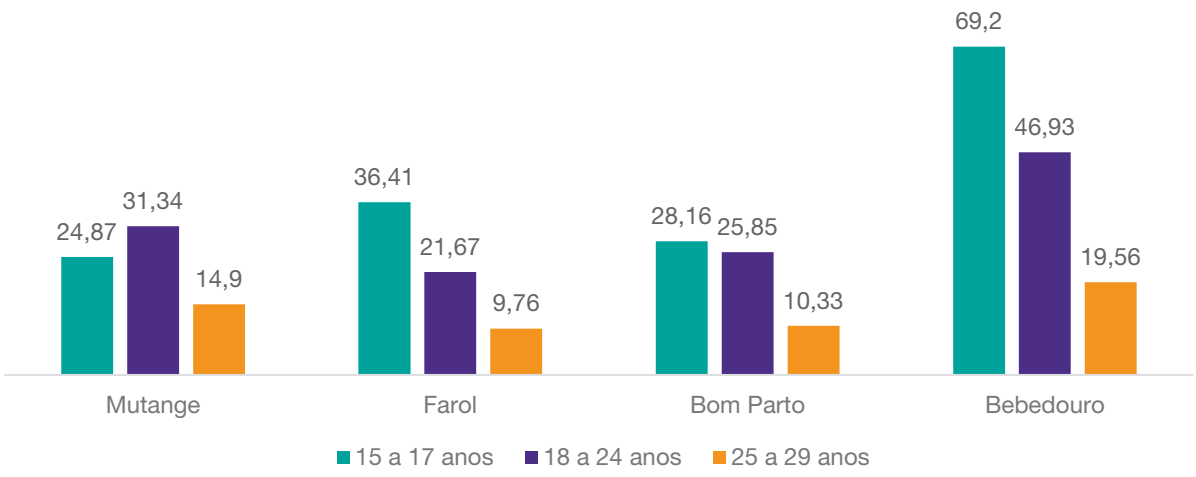



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

A partir dos dados do Censo 2010, para o NF1, a Figura 93 mostra a situação de desocupação dos jovens, por faixa etária. É possível notar que Bebedouro e Mutange apresentam os piores

índices de desocupação para os jovens em idade laboral (dado que os jovens de 15 a 17 anos ainda estão em idade escolar). Farol, que apresenta os maiores índices de escolaridade, tem os menores índices de desocupação de 18 a 29 anos.

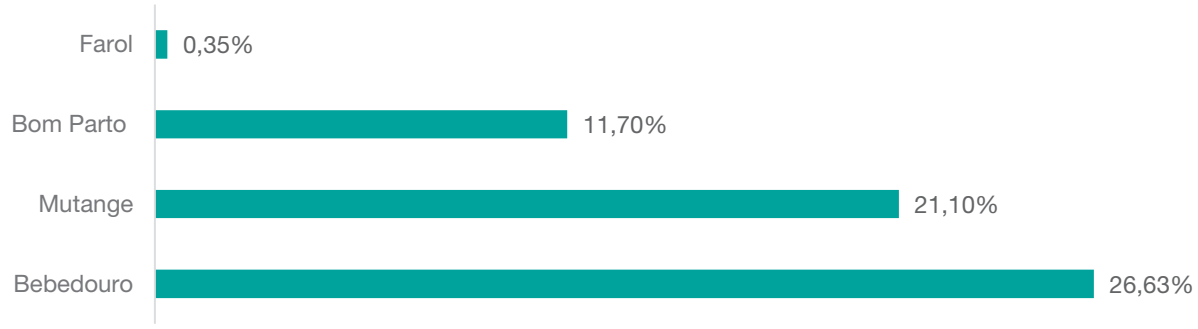
**Figura 93. NF1, situação de desocupação dos jovens, por faixa etária (%)**




Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

Bebedouro e Mutange apresentam os piores índices de jovens de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham, com vulnerabilidade (Figura 94). Seguindo o mesmo padrão dos demais indicadores, Farol apresenta uma porcentagem quase inexistente de jovens nessa situação na mesma faixa etária.

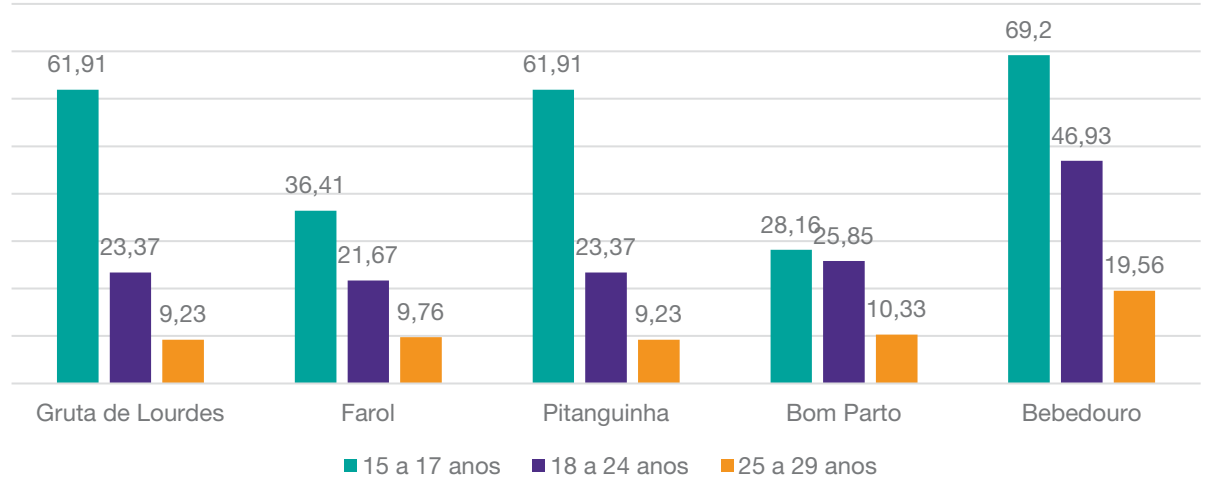
**Figura 94. NF1, jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham (nem-nem) (%)**




Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

Para o NF2, a Figura 95 mostra a situação de desocupação dos jovens por faixa etária. Gruta de Lourdes e Pitanguinha apresentam os mesmos índices, provavelmente por fazerem parte do mesmo setor censitário do IBGE.

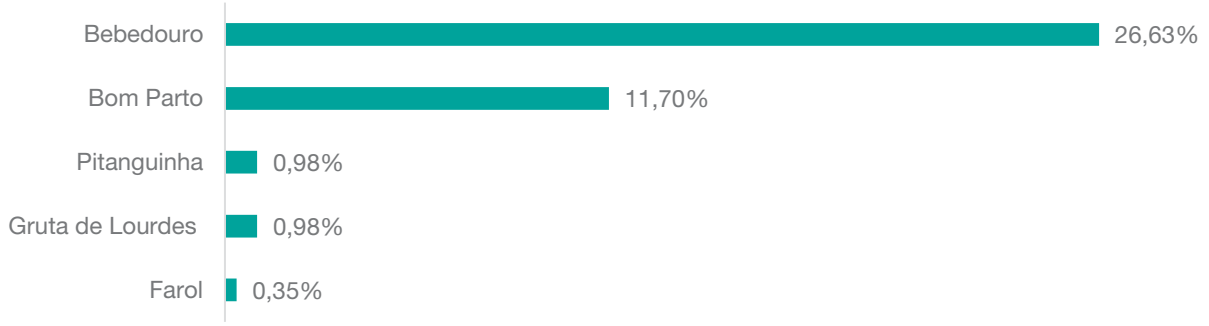
**Figura 95. NF2, jovens desocupados por bairros e faixa etária (%)**




Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

No NF2 também foi possível identificar o percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham (Figura 96). Em comparação com os demais NF, os números caem consideravelmente, exceto em Bom Parto e Bebedouro, que já haviam sido apontados no NF1.

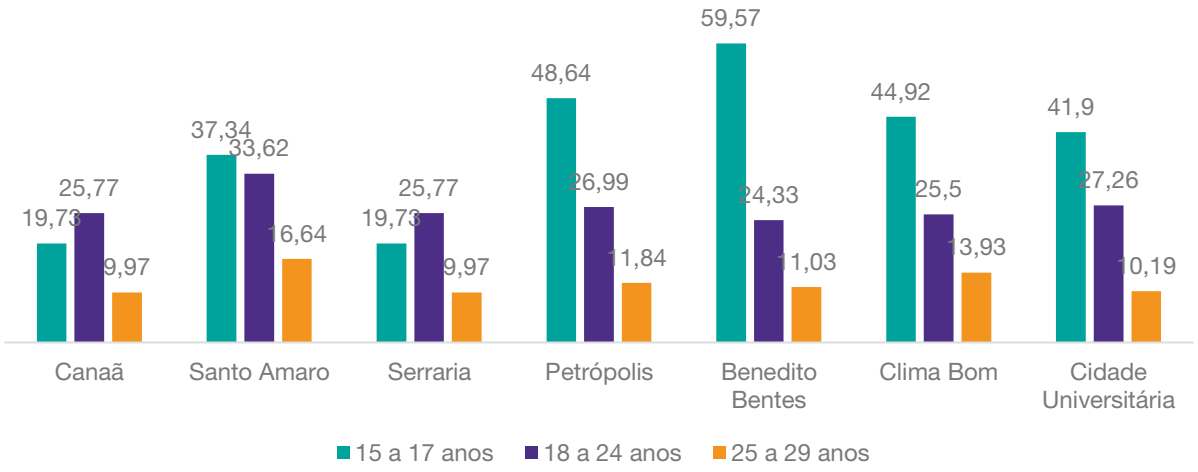
**Figura 96. NF2, jovens que não trabalham nem estudam, por bairros (%)**




Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

A Figura 97 mostra a situação de desocupação dos jovens no NF3, por faixa etária. O destaque negativo fica com Santo Amaro, que apresenta as maiores porcentagens de jovens das faixas de 18 a 24 e de 25 a 29 anos em situação de desocupação. As demais localidades apresentam perfis próximos de desocupação, semelhante aos índices do NF2, especialmente para os jovens de 18 a 24 anos.

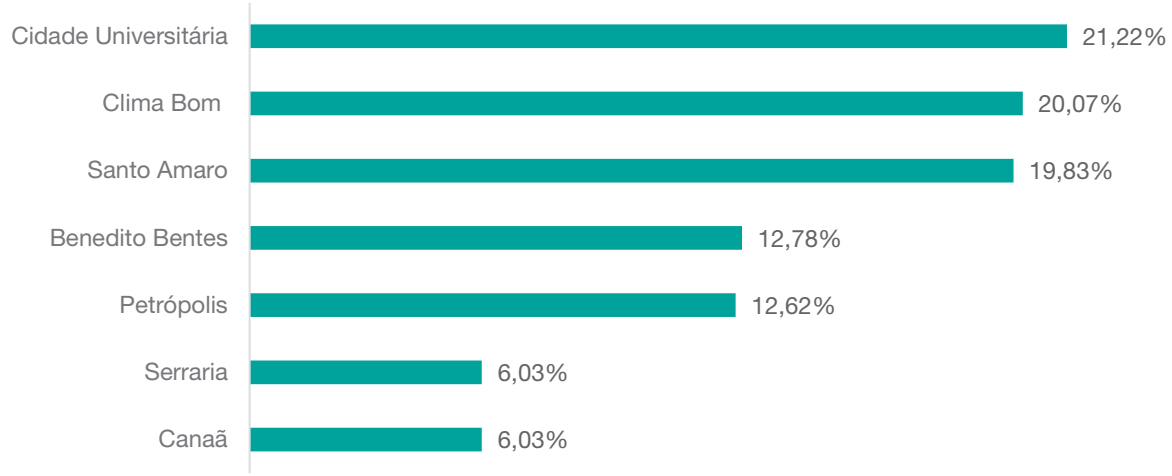
**Figura 97. NF3, desocupação de jovens por bairros e faixa etária (%)**




Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

Por fim, a respeito do NF3, a Figura 98 mostra o percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza, na população vulnerável dessa faixa etária, por NF. A situação dos jovens que não estudam e não trabalham e estão sujeitos à vulnerabilidade social se agrava consideravelmente, seguindo o padrão do NF1. Os destaques negativos são Santo Amaro, Clima Bom e Cidade Universitária, embora em nenhum desses casos a porcentagem de jovens chegue próxima ao caso de Bebedouro, pior localidade de todas as analisadas.

**Figura 98. NF3, jovens que não estudam nem trabalham, por bairros (%)**




Fonte: IBGE, Censo Demográfico. 2010.

### *3.4.2.1.3 Saúde*

O tema saúde é muito importante na análise de Maceió, que tem uma juventude marcada pela violência, pela gravidez na adolescência e por comportamentos de risco. Entre os homens,

destaca-se o uso de substâncias psicoativas, esquizofrenia e 85% das mortes por violência (agressão com arma de fogo). Entre as mulheres, destaca-se, além da gravidez na adolescência já mencionada, internações por neoplasias (mama e útero) e 30% do número de mortes violentas (agressão com arma de fogo).

Das mortes violentas de jovens do sexo masculino, em 2018 há uma importante redução em relação a 2017, e outra redução é registrada em 2019, sendo a menor taxa identificada desde 2008, aproximando-se das médias do estado e do Nordeste. Mas ainda é um índice expressivo. As mortes em decorrência de AIDS, ainda que presente, assumem tendência de declínio a partir de 2018. Os óbitos evitáveis mantêm a linha tendencial de redução, mas ainda representam 90% das mortes. Como causa de internações hospitalares, as lesões decorrentes de acidentes e violências são, isoladamente, a principal (33% em 2019). Os transtornos mentais figuram em segundo lugar (11%), seguido de doenças digestivas e infectoparasitárias. A fratura de membros, de forma isolada, é a principal causa de hospitalização. Se somado às internações por complicações dos traumas e traumatismo múltiplo do corpo, nota-se o peso das causas externas no grupo etário de 15 a 29 anos. Entre os transtornos mentais e comportamentais, os decorrentes de uso de substância psicoativa e a esquizofrenia são a terceira e a quarta causa de hospitalização, respectivamente.

No caso de jovens do sexo feminino, a taxa de mortalidade de 2018 se elevou em relação a 2017 (de 53 para 54 óbitos por 100 mil habitantes), mas em 2019 decresceu para 50 por 100 mil habitantes, sendo a menor de toda a série histórica analisada, se colocando abaixo da taxa estadual e próxima à regional e brasileira, compondo um possível cenário de declínio. Apesar da importante redução do número de mortes por causas externas, acidentes e violência ainda representaram a principal causa de morte entre as jovens, respondendo por cerca de 30% em 2019. As principais causas específicas foram agressão com arma de fogo (13% das mortes), acidentes de trânsito e agressão com objetos cortantes. Ainda que presentes, houve declínio nos registros de óbitos por HIV. Os óbitos evitáveis sofreram redução em 2018, com pouco mais de 50% (2018), para em seguida retomar a alta (63% em 2019). As internações relacionadas a gravidez, parto e puerpério, decaiu para os menores percentuais (85%), seguidas por lesões decorrentes de acidentes e violências (em 2019, o maior número de hospitalizações, desde 2008) e doenças infectoparasitárias. Avaliando as causas específicas, o aumento de internações se dá principalmente por conta de fraturas, complicações de trauma e doenças do aparelho urinário.

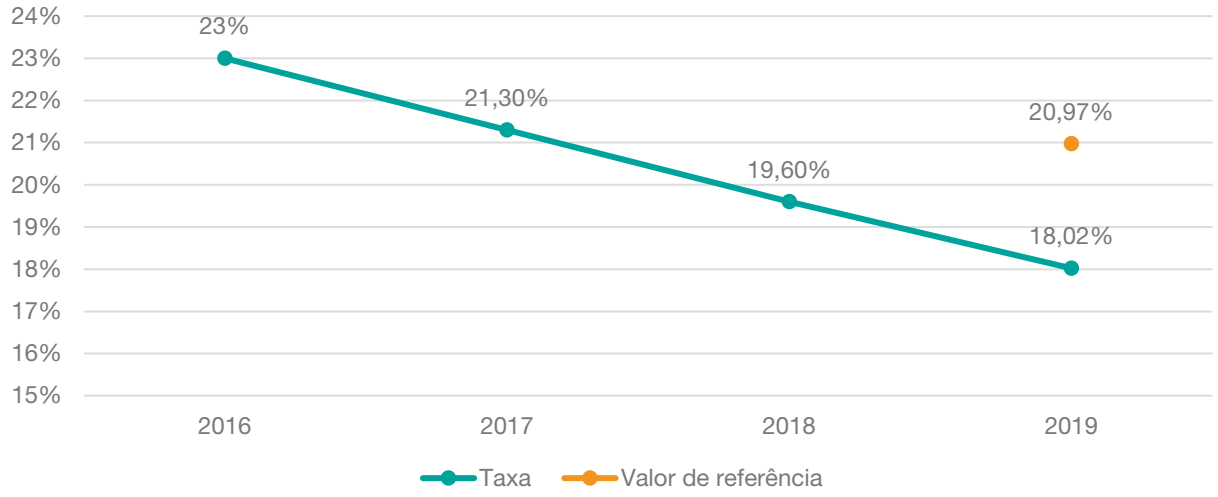
Em 2018 e 2019, 5.267 adolescentes de 15 a 19 anos foram mães. A Plataforma dos Centros Urbanos (PCU, 2020) registra, entre 2016 e 2019, queda nas taxas de gravidez na adolescência[51] em toda a cidade. Também os quatro distritos sanitários de Maceió com as mais altas proporções de bebês com mães adolescentes em 2016 tiveram a proporção em 2019:

[51] O indicador usado é a proporção de nascidos vivos de mães de 10 a 19 anos, que mostra a porcentagem de bebês que nasceram com mães nessa faixa etária.

- no DS II (bairros Centro, Trapiche da Barra, Prado, Ponta Grossa, Levada, Pontal da Barra e Vergel do Lago), a proporção caiu de 29,54% para 22,01%;
- no DS IV (Rio Novo, Fernão Velho, Santa Amélia, Petrópolis, Chã da Jaqueira, Chã de Bebedouro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto), foi de 28,70% para 19,63%;
- no DS VI (Antares e Benedito Bentes, que integram o NF3), passou de 26,87% para 21,09%; e
- no DS VIII (Ipioca, Pescaria, Riacho Doce, Garça Torta, Guaxuma, Jacarecica, Cruz das Almas), caiu de 27,31% para 19,97%.

Dois terços da melhora do indicador de Maceió ocorreram nesses distritos, indicando que houve queda da desigualdade dentro da cidade. A taxa de bebês de mães adolescentes em Maceió também baixou, passou de 23% para 18%, ficando abaixo do valor base de referência da PCU, de 21%. Em números absolutos, mais de 700 meninas deixaram de viver uma maternidade precoce em relação ao que teria acontecido se a taxa de 2016 tivesse se mantido. A redução ocorreu tanto entre meninas de 10 a 14 anos quanto entre adolescentes de 15 a 19 anos (Figura 99).

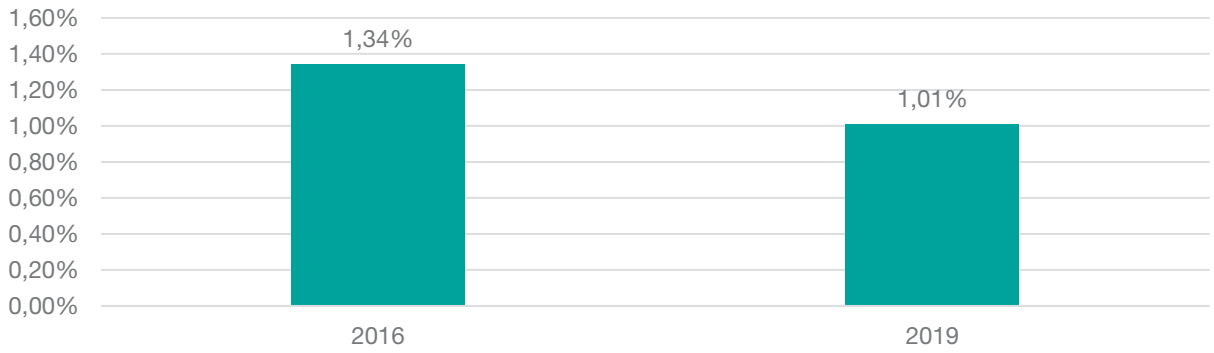
**Figura 99. NF4 Maceió, bebês com mães de 10 a 19 anos (%), 2016-2019**




Fonte: MS/ SVS/ DASIS, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). 2021.

Bebês nascidos de mães de 10 a 14 anos tiveram redução percentual, de 1,34% em 2016 para 1,01% em 2019 (Figura 100). Isso significa que 48 meninas de até 14 anos a menos engravidaram em 2019 em relação ao que teria ocorrido se a taxa de 2016 tivesse se mantido.

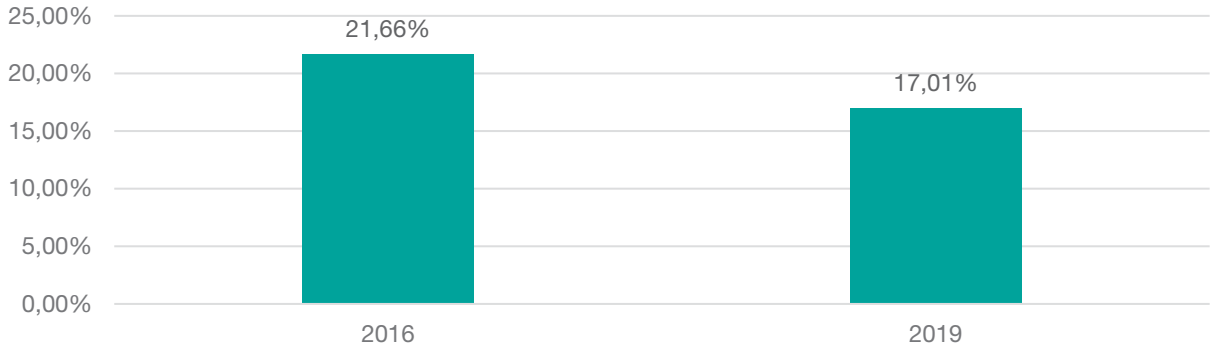
**Figura 100. NF4 Maceió, nascidos vivos de mães de 10 a 14 anos (%), 2016 e 2019**




Fonte: MS/ SVS/ DASIS, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SISNASC). 2021.

Bebês de mães de 15 a 19 anos, de 2016 a 2019, tiveram queda na taxa, de 21,66% para 17,01% (Figura 101). A diminuição representa mais de 650 meninas a menos que engravidaram em 2019 em relação ao que ocorreria com a taxa de 2016. Os avanços apresentados por Maceió na agenda da promoção dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de adolescentes se traduziram na redução do número de mães adolescentes na cidade.

**Figura 101. NF4 Maceió, nascidos vivos de mães de 15 a 19 anos (%), 2016 e 2019**




Fonte: MS/ SVS/ DASIS, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SISNASC). 2021.

Em relação à saúde mental, a SMS elaborou um relatório sobre o impacto da subsidência sobre as condições dos estabelecimentos de saúde nos bairros afetados pela subsidência, apresentado ao GGI dos Bairros, cujos dados constam no capítulo a respeito de saúde. O mesmo relatório registra que a Braskem oferece atendimento psicossocial para as pessoas afetadas do NF1, por meio da CAP.

Problemas emocionais são destacados nas entrevistas realizadas com as equipes técnicas e com a população, como também registrado no capítulo citado.

Na ausência de bases de dados acessíveis da SMS sobre os índices de saúde mental da população jovem, foi usado o relatório Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (2020)

elaborado pelo Atlas das Juventudes[52]. A pesquisa, que escutou mais de 68 mil jovens em todo o país (incluindo Maceió), buscou apreender, depois de um ano do início da pandemia, quais são os agravamentos na saúde mental e os efeitos na vida dos jovens. Apresenta como uma das perguntas norteadoras: "Quais têm sido os impactos na saúde física e mental de jovens e quais são suas expectativas para o futuro?". A pesquisa aponta que, em 2020, a tendência a sentimentos negativos marcou a questão da saúde mental como tema prioritário entre os jovens. Mais de um ano após o início da pandemia, 6 a cada 10 jovens brasileiros relatam ansiedade e uso exagerado de redes sociais; 5 a cada 10 sentem exaustão ou cansaço constante; e 4 a cada 10 têm insônia ou distúrbios de peso. Essas situações são mais relatadas por mulheres. E a idade parece mudar a percepção sobre questões de saúde: quanto mais velhos, mais apontam múltiplos impactos em seu estado físico e emocional; quanto mais novos, mais indicam brigas frequentes dentro de casa. De modo geral, os jovens brasileiros relatam, em média, três situações de saúde física ou emocional como resultado da pandemia. Um em cada dez jovens admitem pensamentos suicidas ou de automutilação, sendo esse número ainda maior na faixa de 15 a 17 anos. A pesquisa afirma que pode haver subnotificação, considerando a dificuldade que muitos jovens podem ter de compartilhar esse problema. Foi possível identificar, em matéria jornalística, que em 2020 um novo serviço de apoio psicológico criado pela Secretaria de Estado da Saúde, Alô Saúde Mental[53], realizou em três meses de implementação mais de 1.386 atendimentos. Por fim, como recomendação, a pesquisa do Atlas das Juventudes indica a necessidade de garantir o acesso à serviços de atendimento e acompanhamento psicológico especializado em jovens, em serviços de saúde pública ou em escolas, considerando essa a principal prioridade para as juventudes, especialmente para as mulheres.

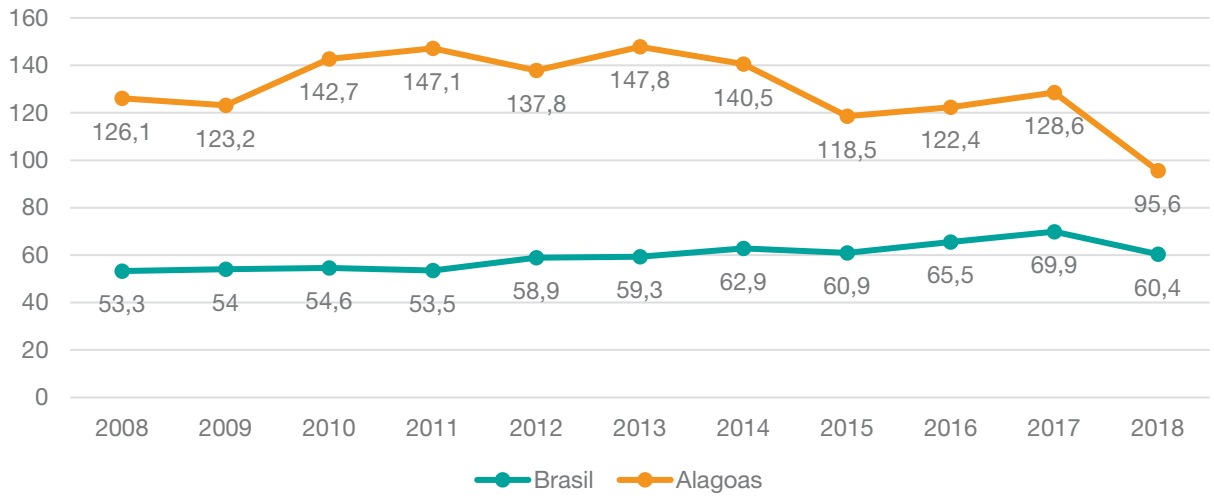
#### *3.4.2.1.4 Violência*

Os dados mais atualizados acerca do tema violência, neste caso, estão disponíveis no Atlas da Violência (2020) e na PCU (UNICEF, 2020).

Os dados do Atlas da Violência (2020) referem-se apenas ao Brasil e às unidades da federação. A partir deles, considerando a série 2008-2018 para Alagoas, é possível identificar que, em termos comparativos, trata-se de um dos estados mais letais para a população jovem do Brasil, bastante acima da média de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos no país como um todo (Figura 102).

[52] O relatório da pesquisa pode ser acessado em: https://mk0atlasdasjuve5w21n.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf.
[53] Disponível em: https://www.saude.al.gov.br/mais-de-13-mil-atendimentos-sao-realizados-pelo-alo-saude-mental-em-tres-meses/. Acesso em: nov. 2021.

**Figura 102. NF4 Maceió, taxa de homicídios por 100 mil jovens de 15 a 29 anos, 2008-2018**

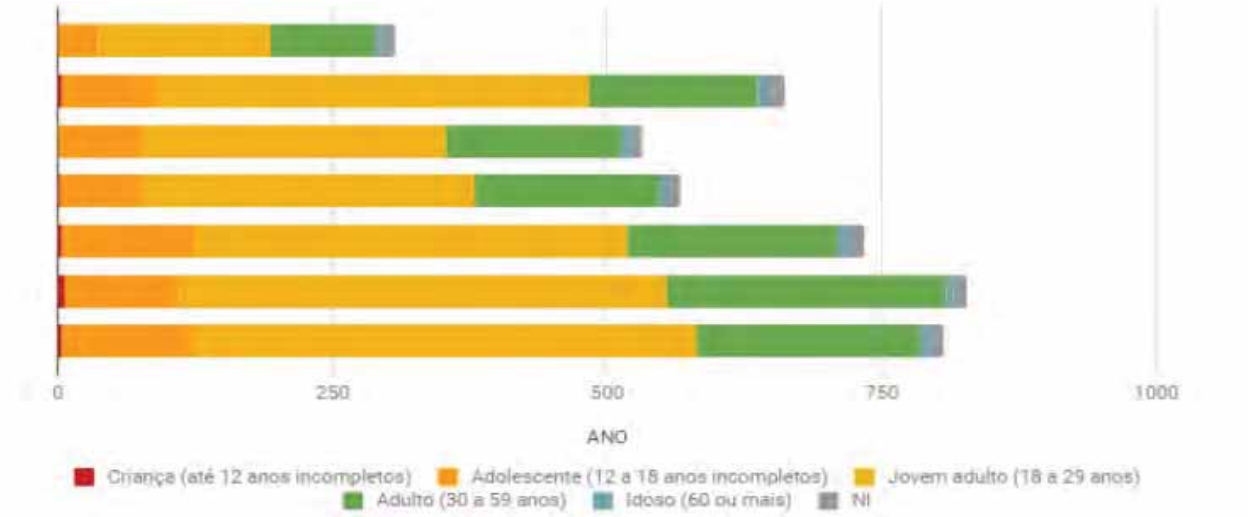



Fonte: IPEA, Atlas da Violência. 2020.

Segundo o Diagnóstico Participativo e Analítico da Segurança Urbana em Maceió (ONU HABITAT, 2019), em 2017 Maceió foi a sexta capital mais violenta do país no que diz respeito à quantidade de mortes violentas intencionais (MVI) ponderadas pela população. Os dados relativos às vítimas de MVI mostram que a grande maioria foi de adolescentes e jovens adultos (Figura 103).

> *"Mais da metade das pessoas assassinadas entre janeiro de 2012 e julho de 2018 eram jovens adultos entre 18 e 29 anos (55%) e 14% de vítimas de mortes violentas intencionais figuraram entre a infância e a juventude (0 a 17 anos). Em outras palavras, se somarmos crianças, adolescentes e jovens, alcançamos 69% das vítimas de assassinatos na capital alagoana, indicando que as dinâmicas de homicídio em Maceió – assim como no Brasil de forma geral – incidem de forma mais significativa sobre a juventude e, mais especificamente, sobre a transição da adolescência para a vida adulta. Se olharmos a vitimização de acordo com o Estatuto da Juventude definido pela Lei 12.852/2013, temos que 67,4% das vítimas de homicídio em Maceió entre janeiro de 2012 e julho de 2018 eram jovens (15 a 29 anos).*
>
> *Analisando conjuntamente esses dados, percebe-se que homens jovens e negros foram as principais vítimas de violência letal em Maceió no período considerado e que, em geral, eles são assassinados à noite em vias públicas por armas de fogo."* (ONU HABITAT, 2019, p. 27).

**Figura 103. NF4 Maceió, faixa etária de mortes violentas intencionais, 2012-2018**

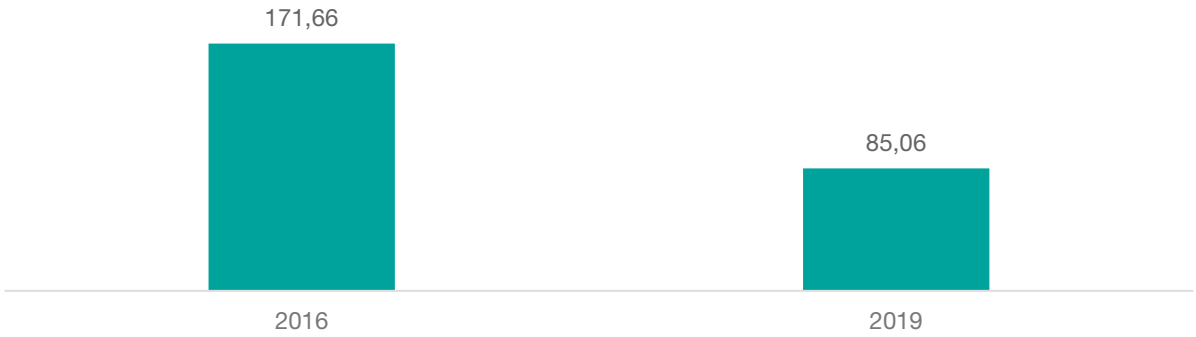



Fonte: Extraído de ONU HABITAT, 2019

A segunda fonte de dados utilizada, a PCU (2020), apresenta indicadores e experiências de destaque em dez capitais brasileiras entre 2017 e 2020, sendo Maceió uma das capitais analisadas. A PCU indica queda de quase metade da taxa de homicídios de adolescentes[54] entre 2016 e 2019 em Maceió (Figura 104). Segundo os dados preliminares disponíveis para 2019, a queda ocorreu tanto nas áreas mais vulneráveis quanto entre os grupos mais expostos à violência.

> *"A taxa de homicídios de pessoas de 10 a 19 anos caiu 49% entre 2016 e 2019: de 87,38 mortes por 100 mil habitantes em 2016 para 44,18 por 100 mil habitantes em 2019. A taxa alcançada pelo município ficou abaixo do valor de referência[55] da PCU, de 70,75 mortes por 100 mil habitantes, indicando um progresso."* (UNICEF, Relatório de redução de homicídios de adolescentes, 2020)

**Figura 104. NF4 Maceió, homicídios de homens de 10 a 19 anos (taxa por 100 mil habitantes), 2016 e 2019**



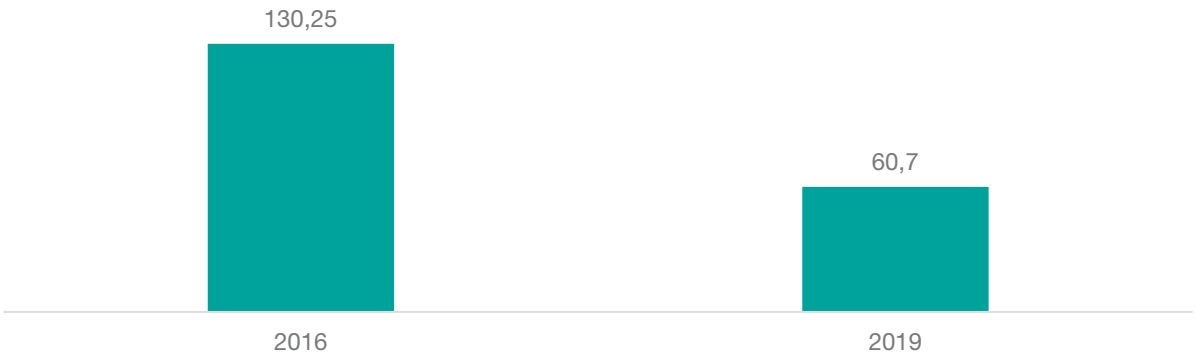

Fonte: MS/ SVS/ CGIAE, Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). 2021; MS/ SVS/ DASNT/ CGIAE, 2021.

[54] A taxa de homicídios de adolescentes mostra quantas crianças e adolescentes de 10 a 19 anos, em cada 100.000, morreram vítimas de agressão ou intervenção legal.

[55] Valor de referência (VR) é definido pelos dados coletados na linha de base, correspondendo à média aritmética das taxas das unidades territoriais acima da mediana, acrescido de um cálculo que tem como horizonte 2030, ano de referência para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU.

Seguindo a mesma tendência de outros recortes do enfrentamento das mortes violentas de adolescentes, a taxa de homicídios de meninos negros de 10 a 19 anos em Maceió caiu 46%. Passou de 130,25 para 69,70 por 100 mil habitantes entre 2016 e 2019. Destaca-se que quase todos os adolescentes vítimas de homicídio em Maceió em 2019 eram negros. A Figura 105 apresenta o número de homicídios de jovens do sexo masculino entre 10 e 19 anos, destacando a questão racial de enorme expressividade.

**Figura 105. NF4 Maceió, homicídios de homens negros de 10 a 19 anos (taxa por 100 mil habitantes), 2016 e 2019**




Fonte: MS/ SVS/ CGIAE, Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). 2021; MS/ SVS/ DASNT/ CGIAE, 2021.

Em síntese, apesar de reconhecida a violência na cidade dentre as questões principais a serem enfrentadas – considerando que Maceió figura entre as mais violentas do país – os dados da PCU apontam avanço no enfrentamento da violência contra adolescentes, impulsionado pela melhora nos distritos mais impactados pela violência e entre os grupos mais vulneráveis: adolescentes homens e adolescentes negros.

### 3.4.2.2 Síntese analítica

As conclusões a respeito dos desafios dos territórios estudados são o resultado do cotejamento de informações primárias, coletadas por meio do diálogo com os diferentes atores envolvidos direta e indiretamente com a juventude local – jovens estudantes, grupo cultural de atenção à juventude, mães de bairros atingidos –, com os dados secundários.

De modo geral, pensar os desafios da juventude relacionados à subsidência e à realocação dela decorrente é uma tarefa difícil para os agentes consultados e considerando os dados analisados. A sobreposição das questões trazidas ou adensadas pela pandemia adicionaram características difusas aos impactos da subsidência, sendo difícil isolá-los. É certo, no entanto, que os diálogos e estudos permitiram coletar informações sobre as condições reais de vida e os desafios dessa parcela da população que, *a priori*, não foi alvo de atenção especializada, que considerasse as suas especificidades, de modo a subsidiar proposição de medidas de compensação, objetivo do PAS.

A seguir estão sistematizados os principais impactos mapeados, decorrentes das realocações ou

agravado por ela, assim como os elementos preexistentes, que compõem o contexto analisado:

- Relatos de dificuldade de acesso aos equipamentos, em especial local de estudo e trabalho, em função da realocação de grande parte da população em regiões mais distantes e com equipamentos menos acessíveis;
- Alto índice de desemprego, principalmente na parcela mais vulnerável de jovens, oriundos de famílias que também foram afetadas pelo desemprego, situação associada pelos entrevistados em parte à subsidência, em função da alteração da dinâmica econômica da região. Mais de 30% dos jovens de 25 a 29 anos estão desempregados e buscando ocupação. A empregabilidade é uma preocupação e há baixa capacidade do território em absorver a mão de obra, ainda que qualificada, em especial nos principais bairros de destino;
- Moradores e técnicos entrevistados relatam ruptura dos vínculos e da sensação de pertencimento decorrentes da realocação, ocasionando instabilidade emocional e problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, agravados pela pandemia;
- Risco de agravamento de problemas preexistentes no campo da educação que afetam os jovens, como a distorção idade-série e a já reduzida taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade (88% em 2019, pior indicador entre as capitais), em função da pandemia e que pode ser potencializado pelas realocações. Além disso, 64% dos jovens não têm computador, o que, com a pandemia, agravou a condição de acesso ao ensino remoto nas escolas e universidades;
- A cidade apresenta altas taxas de homicídios de adolescentes entre 10 e 19 anos, sobretudo homens negros: 69% das vítimas de assassinato na capital alagoana são crianças, jovens e adolescentes;
- Outro índice de destaque é que 95,25% dos jovens não recebem benefícios do PBF nem de outro programa social governamental;
- A Secretaria Adjunta da Juventude está em estruturação no momento da elaboração deste diagnóstico, o que é um elemento que favorece a estruturação de uma política pública municipal voltada para as juventudes. No momento da conclusão deste diagnóstico esta política ainda não estava definida, assim como não se tinha dados específicos sistematizados sobre essa parcela da população.

#### 3.4.2.3 Diretrizes temáticas

Entende-se que é importante pensar nas possibilidades que as medidas de compensação podem trazer com a oferta de iniciativas de alto impacto no curto, médio e longo prazo que, no caso de políticas de juventude, apostam no desenvolvimento humano e investem no futuro. As diretrizes propostas para o tema trazem as questões que tiveram mais proeminência, tanto no discurso dos atores envolvidos, sobretudo os jovens, quanto nos dados secundários analisados. Elas são objeto de ação integrada entre diferentes áreas de políticas públicas, como já tratado,

e abarcam três dimensões: fortalecimento da gestão pública, desenvolvimento socioeconômico e proteção integral da criança e do adolescente.

- Investir em meios e equipamentos públicos que promovam a convivência, o acesso e a produção cultural, a prática esportiva, a mobilidade territorial e a fruição do tempo livre, associando programas de cultura, lazer e convivência comunitária, inclusive na reposição dos equipamentos sociais afetados pela realocação.
- Provisão de medidas que possibilitem a ampliação da oferta de emprego e geração de renda para a população jovem, fomentar a qualificação profissional, e o empreendedorismo com foco em juventude.
- Investir em ações de promoção da saúde e combate à violência.
- Investir em iniciativas de promoção da educação integral e melhoria da aprendizagem.
- Provisão de medidas de compensação com políticas de atenção especial para a juventude realocada, focando nos mínimos sociais e em políticas de inclusão digital, com melhor acesso à internet e equipamentos.
- Apoiar o fortalecimento institucional do município para desenho e implementação de política de juventudes.

### 3.4.3 Pessoa idosa

Conforme já tratado em capítulos anteriores, as políticas de assistência social e saúde conformam o campo da proteção social, seguindo o referencial constitucional brasileiro do tripé da seguridade social, juntamente com a previdência social.

Da perspectiva das pessoas idosas, estas três políticas são fundamentais para garantia de direitos sociais e podem ser consideradas estratégicas na identificação de situações de desproteção social geradas e/ou intensificadas pela subsidência e realocação.

Na seguridade social, as pessoas idosas são consideradas público vulnerável, pelo próprio ciclo de vida, sendo previstos, portanto, serviços, programas e benefícios específicos, que vão desde o direito à aposentadoria (aos contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social, INSS) e BPC (aos não contribuintes com renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário-mínimo), até aos serviços de abrigamento (instituição de longa permanência para idosos, ILPI), de convívio social (SCFV) e de atendimento domiciliar. O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), com o objetivo de garantir os direitos à pessoa idosa, com idade igual ou superior a 60 anos, afirma, em seu artigo 3º:

> *"[...] é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar [...]"* (BRASIL, 2003, p. 15)

Buscou-se, neste Diagnóstico, identificar e analisar os processos de vulnerabilidade e risco social das pessoas idosas e a capacidade de resposta instalada no Estado e na sociedade. Embora a pandemia de Covid-19 tenha atingido a população em geral, também colocou em

evidência a vulnerabilidade desse grupo, um dos principais expostos ao risco, justamente pelas condições de saúde mais frágeis, especialmente quando associadas a condições precárias de renda, moradia, saneamento e transporte público. A combinação de indicadores sociais, econômicos e demográficos é, portanto, fundamental para identificar a incidência de pessoas idosas vulneráveis nos Núcleos Focais antes da subsidência. Os dados do CadÚnico pós-subsidência nos bairros de Maceió seriam igualmente importantes para a análise histórica, mas não foram disponibilizados no prazo deste estudo[56].

Além de indicadores de fontes secundárias, considerou-se aqui os testemunhos de moradores e agentes institucionais referentes às pessoas idosas atingidas pela subsidência quanto aos impactos nos vínculos familiares, de vizinhança e dos grupos de convívio cotidiano e relacionais, que se colocam como essenciais no processo de envelhecimento. Os vínculos sociais são pedras fundamentais para a garantia da estrutura social do processo de envelhecimento, contribuindo para a saúde física e emocional, bem como para o fortalecimento da proteção social das pessoas idosas.

Em 2002, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou um documento referencial intitulado Marco Político do Envelhecimento Ativo. Atualizado e divulgado no Brasil em 2015, o documento estabeleceu Quatro Pilares do Envelhecimento Ativo: saúde, aprendizagem, participação e segurança/proteção (Figura 106).

**Figura 106. Pilares do envelhecimento ativo**




Fonte: ILC-BRASIL, 2015, p. 87.

Os parâmetros estabelecidos pela ONU, combinados com saúde e assistência social, formam o escopo de análise das informações a respeito das pessoas idosas. Assim, este texto leva em conta os seguintes aspectos: leitura demográfica sobre o envelhecimento nos territórios (NF1,

[56] Segundo notícia divulgada pelo site da SEMAS (15/09/21), o último levantamento semestral contabilizou um total de 8.723 novas inscrições e 15.706 atualizações do CadÚnico. Disponível em: http://www.maceio.al.gov.br/em-seis-meses-cadunico-registra-quase-nove-mil-novos-beneficiarios-em-maceio/. Acesso em: set. 2021.

NF2 e NF3); graus de vulnerabilidades e riscos sociais anteriores à realocação das famílias identificados pela assistência social e saúde; planos municipais de assistência social, saúde e educação; cobertura territorial da rede de proteção social (assistência social, saúde, educação, cultura e lazer) voltada às pessoas idosas, de âmbito governamental e não governamental; escuta de moradores e agentes de políticas públicas, tendo como foco os serviços de atendimento às pessoas idosas nos territórios.

#### 3.4.3.1 Caracterização

Para a caracterização dos territórios analisados, são destacadas análises realizadas nos temas de demografia, assistência social, saúde, educação e esporte e lazer, em suas respectivas abordagens territoriais, quando possível.

##### *3.4.3.1.1 Demografia*

O índice de envelhecimento no NF2 e no NF3, já apresentado no Capítulo 2, mostra um processo crescente de envelhecimento.

No NF2, há discrepâncias existentes entre bairros, com índices acima de 62 (projetado para 2020) nos bairros Farol, Gruta de Lourdes e Pinheiro, enquanto em Bom Parto e Chã da Jaqueira são, respectivamente, de apenas 32,6 e 33,3 (Tabela 15). De fato, os bairros Farol (área remanescente), Gruta de Lourdes e Pinheiro (área remanescente) se destacam pela alta concentração de população idosa, ao contrário de Bom Parto e Chã da Jaqueira, que apresentam perfil de famílias mais jovens (Tabela 11). Gruta de Lourdes, Pinheiro e Farol atingiram a faixa de 17 a 18 pessoas idosas a cada 100 pessoas em idade ativa, níveis superiores aos estimados para Maceió, Alagoas e Brasil.

No NF3, os maiores índices de envelhecimento projetados para 2020 (Capítulo 3) estão em Jardim Petrópolis, Santo Amaro e Tabuleiro do Martins, o que impacta em novas demandas por serviços voltados às pessoas idosas. Nesses bairros, o processo de envelhecimento relativo foi acelerado entre 2010 e a projeção para 2020. Isso indica um grande incremento no peso relativo da população idosa em relação à população de crianças. Entre 2010 e a projeção para 2020, a razão de dependência de idosos em todos os bairros analisados do NF3, assim como em Maceió, sofreu um aumento superior à razão estadual e nacional. Em 2020, de modo geral, havia cerca de 14,0 idosos para cada grupo de 100 pessoas em idade ativa em Jardim Petrópolis, o maior valor projetado do NF3.

Nesse sentido, há necessidade de analisar como a dinâmica de realocação pode impactar nas demandas de serviços de proteção social de pessoas idosas, especialmente a parcela da população beneficiária do BPC e do PBF.

Nesse sentido, há necessidade de analisar como a dinâmica de realocação pode impactar nas demandas de serviços de proteção social de pessoas idosas, especialmente a parcela da população beneficiária do BPC e do PBF.

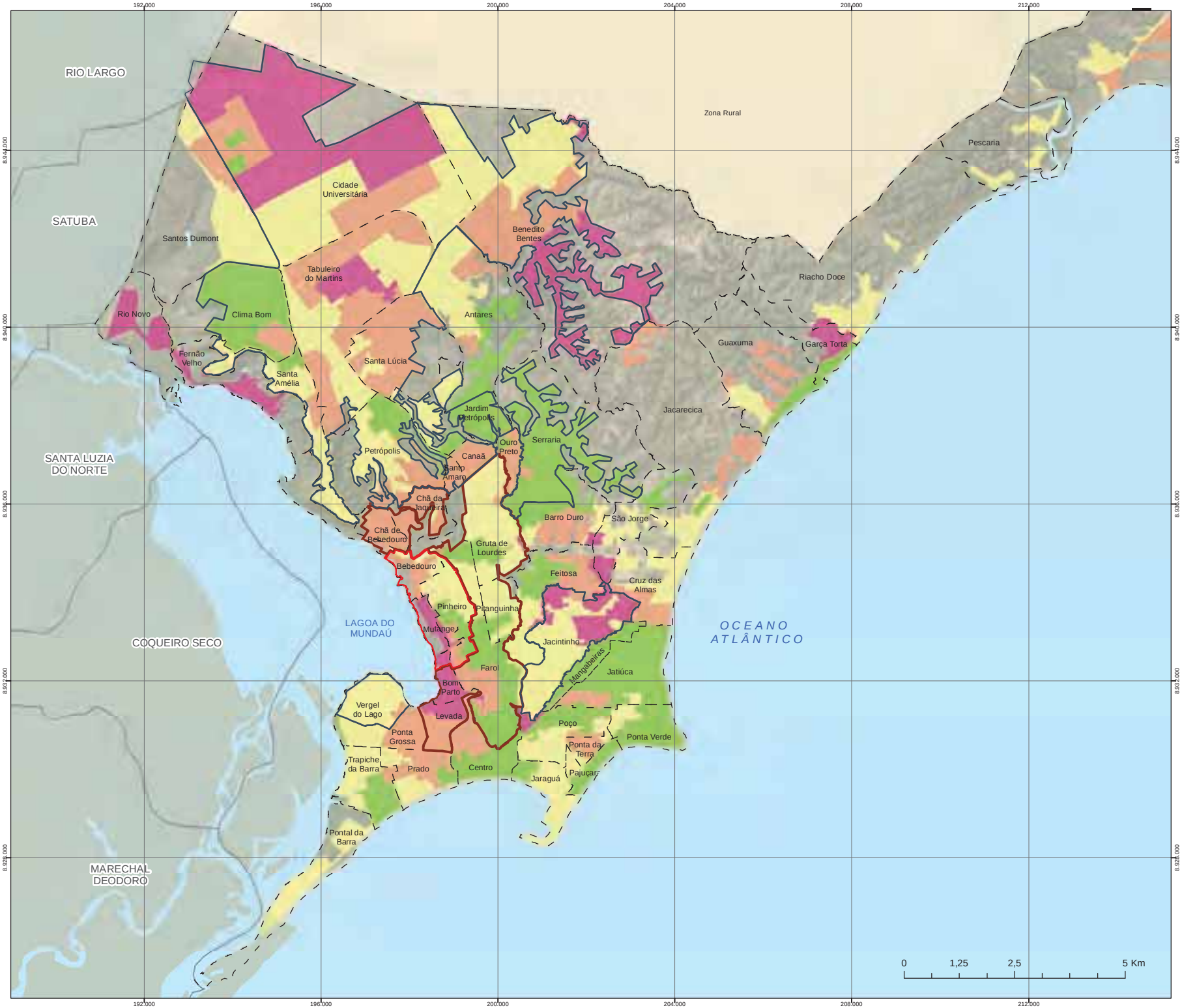
#### *3.4.3.1.2 Assistência social*

Ao considerar o indicador de pessoas em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo (2010) e dependentes de idosos, por UDH, os territórios considerados mais vulneráveis são correlacionados com o IVS Geral, destacando-se Benedito Bentes, Tabuleiro de Martins e Cidade Universitária.

Das populações realocadas, identifica-se um público de 18% de aposentados/ pensionistas e que compõe o cenário de vulnerabilidade social dos domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo e dependentes de idosos (Mapa 18). Estudos têm demonstrado uma tendência cada vez maior de famílias dependentes dos benefícios advindos da aposentadoria ou BPC de pessoas idosas.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

Dependentes Idosos

- 0,10 - 1,20
- 1,20 - 2,40
- 2,40 - 3,50
- 3,50 - 4,64

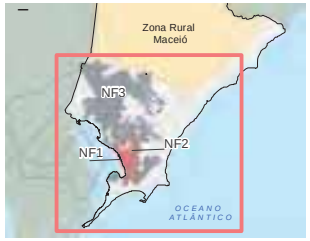
*Área efetivamente urbanizada dos setores censitários, a partir de

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




NF4, I S COMPONENTE RENDA E TRABALHO, PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM RENDA PER CAPITA INFERIOR A MEIO SALÁRIO-MÍNIMO R DE 2010 E DEPENDENTES DE IDOSOS , POR UDH

Mapa 18

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS), IPEA, 2015
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: |
|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 |

Diagonal

Com base no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS, 2018), identificou-se que, no NF2, o bairro Bom Parto apresenta o maior percentual de pessoas idosas que recebem o BPC (18,5%); Gruta de Lourdes, por sua vez, apresenta o menor percentual (2,2%), apesar da significativa presença de quase 2.000 pessoas idosas, seguindo o perfil do bairro Pinheiro (alta concentração de pessoas idosas e baixo percentual de beneficiários de BPC) (Quadro 10). No NF3, 31,7% das pessoas idosas de Canaã recebem o BPC, mas isso representa um número absoluto reduzido de 84 pessoas idosas. Por outro lado, em Tabuleiro do Martins, encontra-se um número absoluto de 1.365 idosos beneficiários do BPC, que representa 24,8% das pessoas idosas do bairro, sendo ainda o bairro com segunda maior concentração de pessoas idosas no NF3 (5.504), atrás apenas de Jacintinho (6.014) (Quadro 11).

Ainda em relação aos benefícios, a Prefeitura de Maceió disponibiliza o Cartão Bem Legal Sênior, mais conhecido como o "cartão do idoso" (Figura 107), que também pode ser acessado sob orientação dos serviços socioassistenciais. Sem dúvida, é um benefício fundamental para a garantia de acesso das pessoas idosas aos serviços sociais da cidade, bem como à sua mobilidade para atividades cotidianas, incluindo cultura e lazer.

**Figura 107. Cartão Bem Legal Sênior, Prefeitura de Maceió**




Fonte: Maceió, Cartão Sênior. 2021.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2013), são reconhecidas cinco tipologias de serviços específicos voltados para pessoas idosas. Maceió apresenta três destes serviços, a saber (Quadro 10):

- serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV, ofertado por nove CRAS e oito organizações socioassistenciais parceiras);
- atendimento especializado (cinco CREAS e dois Centro Pop);
- serviço de acolhimento institucional (15 instituições de longa permanência para idosos, ILPI).

Dois serviços foram diretamente afetados pela subsidência, demandando realocação imediata: o CRAS Bom Parto[57] e a ILPI Casa para Velhice Luiza de Marillac, anteriormente localizada em Bebedouro e realocada para o bairro Santa Amélia (NF3).

**Quadro 10. NF4 Maceió, serviços socioassistenciais voltados para pessoas idosas**

| Nível de proteção social | Serviço | Perfil pessoas idosas | Total de unidades de atendimento em Maceió |
|---|---|---|---|
| Proteção social básica | Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos | Beneficiárias do BPC; de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; com vivência de isolamento. | 9 CRAS com SCFV<br>8 ONG com SCFV |
| | Serviço de proteção social básica no domicílio | Beneficiárias do BPC; de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda com vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e ou social. | |
| Proteção social especial média complexidade | Serviço de proteção especial para pessoas idosas e suas famílias | Pessoas idosas com dependência, seus cuidadores e familiares com vivência de violação de direitos que comprometam sua autonomia. | 5 CREAS e 2 Centro Pop. |
| Proteção social especial alta complexidade | Serviço de acolhimento institucional (casa-lar ou instituições de longa permanência para idosos) | Não dispõe de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, situação de rua e abandono, vínculos familiares fragilizados ou rompidos. | 15 ILPI |
| | Serviço de acolhimento em república | Com capacidade de gestão coletiva de moradia e de desenvolver atividades diárias, mesmo com uso de equipamentos de autoajuda. | |

Fonte: Brasil, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. 2013; Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

Os CRAS com SCFV para pessoas idosas foram identificados a partir do PMAS (2018-2021), totalizando 9 CRAS com o serviço, no universo de 15 existentes em Maceió (em destaque no Quadro 11). Assim, como já afirmado no Capítulo 3.1, nas áreas de abrangência do NF1 e NF2, somente o CRAS Pitanguinha apresentava o SCFV para pessoas idosas. Também foram identificadas as oito organizações socioassistenciais parceiras que desenvolvem o serviço (Quadro 12).

[57] O CRAS Bom Parto teve sua realocação efetivada no mês de julho de 2022, no endereço informado no Anexo I.

**Quadro 11. NF4 Maceió, oferta de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), por CRAS e faixa etária, 2016**

| CRAS | Oferta de serviço por faixa etária | | | CRAS nos Núcleos Focais | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Crianças de 0 a 6 anos | Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos | Crianças e adolescentes de 15 a 17 anos | Adultos de 18 a 59 anos | Adultos acima de 60 anos | |
| CRAS Área Lagunar | x | x | x | - | - | |
| CRAS Bebedouro | - | - | - | - | - | NF1/NF2 |
| CRAS Bela Vista | x | x | x | - | - | |
| CRAS Bom Parto | - | - | - | - | - | NF2 |
| CRAS Cacilda Sampaio | - | - | - | x | x | |
| CRAS Cidade Sorriso | x | x | x | x | x | NF3 |
| CRAS Clima Bom | - | - | - | - | - | NF3 |
| CRAS Denisson Menezes | - | x | x | x | x | NF3 |
| CRAS D. Adelmo Machado | x | x | x | x | x | |
| CRAS Fernão Velho | - | x | x | x | - | Entre NF2/NF3 (Clima Bom/ Chã de bebedouro) |
| CRAS Pitanguinha | x | x | x | x | x | NF2 |
| CRAS Santos Dumont | x | x | x | x | x | |
| CRAS Selma Bandeira | x | x | x | x | x | NF3 |
| CRAS Sônia Sampaio | - | x | x | x | x | NF3 |
| CRAS Terezinha Normande | - | x | x | x | x | NF3 |
| Centro de Convivência CAIC – UFAL | x | x | x | - | - | |
| **Total** | **8** | **12** | **12** | **11** | **9** | |
| % dos CRAS com SCFV | 50,00 | 75,00 | 75,00 | 68,75 | 56,25 | |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.
Nota: Destacados os CRAS com SCFV para idosos.

**Quadro 12. NF4 Maceió, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), por entidade socioassistencial e faixa etária, 2016**

| Nome | Crianças de 0 a 6 anos | Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos | Crianças e adolescentes de 15 a 17 anos | Jovens de 18 a 29 anos de idade | Adultos de 30 a 59 anos de idade | Idosos (60 anos ou mais) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Lar São Domingos | x | x | x | - | x | x |
| Legião da Boa Vontade | x | x | x | x | x | x |
| Centro Espírita William Crookes | x | x | x | - | - | x |
| Associação Educacional e Assistencial Casa dos Amarelinhos | x | x | - | x | x | x |
| Sociedade Beneficente Lar Assistencial Nossa Senhora Mãe dos Pobres – Nosso Lar | x | x | x | x | x | x |
| Associação Católica São Vicente de Paulo (ACSVP) | x | x | - | x | x | x |
| Associação Fernão velhence da Terceira Idade | x | x | x | - | - | x |
| Centro Social do Idoso São Francisco de Assis | x | x | x | - | x | x |
| **Totais** | **8** | **8** | **6** | **4** | **6** | **8** |
| % das entidades com SCFV | 100,00 | 100,00 | 75,00 | 50,00 | 75,00 | 100,00 |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

Ao analisar por território de abrangência de CRAS, observa-se uma frágil presença de vagas de SCFV para pessoas idosas em Maceió como um todo (Tabela 95), com destaque para Fernão Velho e Pitanguinha, com as menores incidências de pessoas idosas usuárias dentre os cinco territórios que concentram SCFV para este público prioritário.

**Tabela 95. NF4 Maceió, total de usuários, SCFV, por CRAS ou entidades, 2016**

| Territórios com SCFV – pessoas idosas | Total de usuários |
|---|---|
| Cacilda Sampaio | 55 |
| Fernão Velho | 19 |
| Pitanguinha | 14 |
| Santos Dumont | 24 |
| Terezinha Normande | 36 |
| **Total scfv pessoas idosas** | **148** |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

Por sua vez, os CREAS também são importantes serviços de proteção social para as situações de direitos violados das pessoas idosas (Tabela 96). O PMAS (2018-2021), tomando como referência as denúncias recebidas de violência dirigidas às pessoas idosas em 2016, faz a seguinte análise:

> *"[...] os CREAS receberam um número de pessoas que ingressaram em acompanhamento equivalente a 35,93% do total de denúncias feitas ao Disque 100*

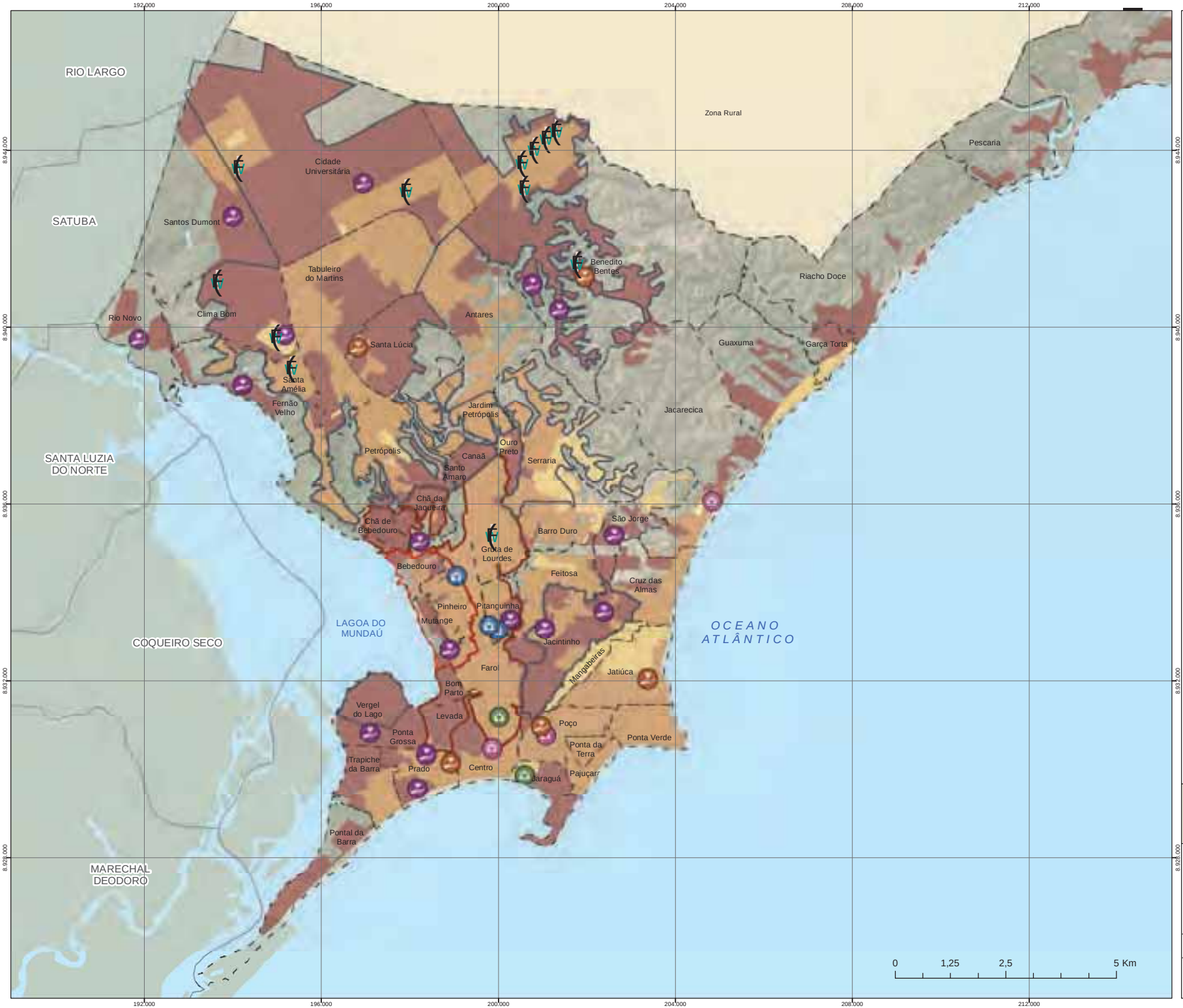
> *no mesmo período. Destacando que o CREAS Benedito Bentes teve mais pessoas idosas ingressando na unidade do que denúncias realizadas ao Disque* 100". (MACEIO, 2017, p. 262)

**Tabela 96. NF4 Maceió, pessoas idosas atendidas pelo Disque 100 e pelo serviço PAEFI, por CREAS, 2016**

| Território/ CREAS Referência | Idosos | |
|---|---|---|
| | Disque 100 | PAEFI |
| TPSE 1/ Jatiúca | 33 | 8 |
| TPSE 2/ Orla Lagunar | 25 | 12 |
| TPSE 3/ Santa Lúcia | 35 | 7 |
| TPSE 4/ Benedito Bentes | 6 | 9 |
| TPSE 5/ Poço | 20 | 10 |
| TPSE 6/ Santa Amélia | 9 | * |
| **Total** | **128** | **46** |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Assistência Social. 2018.

O Mapa 19 mostra os equipamentos de assistência social e espaços públicos de lazer para idosos.




# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

LEGENDA

Praças com equipamentos para Idosos

Índice de En elhecimento 2020

- 24 - 27
- 27 - 33
- 33 - 43
- 43 - 69

E ipamentos de Assist ncia Social

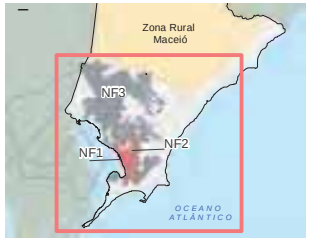
- Abrigos
- CRAS
- Centros POP
- CREAS
- Casa de Passagem

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF1, NF2 E NF3, EQUIPAMENTOS DE ASSIST NCIA SOCIAL E ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER PARA IDOSOS**

Mapa 19

Fonte dos Dados:
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
SETORES CENSITÁRIOS (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

No processo participativo, há relatos de dificuldades de acolhimento vivenciadas pelas famílias realocadas nas áreas receptoras. A perda da convivência social e o rompimento de vínculos comunitários se destacam nos depoimentos de entrevistados, expressando sentimentos de luto diante da supressão repentina de laços sociais construídos ao longo de uma história no território.

> *"Ainda estamos de luto. Houve uma perda irreparável. Eu trabalhei ali por 40 anos, como voluntária. A associação tinha 58 anos, uma história [...]"*
>
> *"[...] O abalo no solo trouxe traumas à toda população que reside e às que precisaram ser realocadas, pois perderam a convivência que tinham, a tranquilidade, trazendo desunião, com muitas desavenças, entre os que concordam com a realocação e os que não concordam. Falta segurança, os ônibus deixaram de circular no local, os postos de saúde foram desativados e as escolas fechadas por não conseguirem sobreviver com os poucos alunos que ainda permaneceram [...] "*

Isso também é colocado pela técnica da Secretaria de Assistência Social entrevistada, que cita o rompimento de vínculos com os espaços outrora frequentados pelos moradores, incluindo igrejas. A subsidência teve como consequência direta a suspensão de espaços e momentos de convívio da população realocada, situação agravada pela pandemia de covid-19, que exigiu o distanciamento social, especialmente da população idosa, considerada de alto risco. Depoimentos de lideranças comunitárias sintetizam a percepção sobre os impactos do processo de deslocamento no cotidiano das pessoas idosas:

> *"Com o surgimento do impacto na comunidade apareceram os traumas psicológicos, pois a grande maioria da população era de idosos que não queriam e ainda não querem deixar suas casas, com histórias destruídas."*

Os impactos da subsidência sobre o cotidiano da população idosa na forma de rompimento de vínculos sociais e comunitários foram reiteradamente evidenciados, tanto nos processos de escuta das lideranças comunitárias, moradores, quanto de agentes institucionais governamentais e não governamentais. Trata-se, de fato, de uma questão prioritária no processo de recomposição dos serviços públicos voltados para esse público, especialmente no campo da saúde mental.

Em contrapartida, há um histórico de organização e mobilização comunitária em torno da proteção social às pessoas idosas, que marcava a atuação de associações da sociedade civil nos bairros atingidos.

Acrescenta-se o fato de que há um processo de superação que, segundo o depoimento de uma liderança idosa que contava com pessoas voluntárias (provavelmente também idosas), demanda uma retomada "a partir do zero":

> *"Atualmente com 76 anos de idade, ainda se sente capaz de dar continuidade às atividades da associação. Porém, é preciso consultar as demais voluntárias, tendo em vista que muitas não estão mais dispostas. Por isso em sua afirmativa, 'não posso lhe falar objetivamente o que precisamos uma vez que no momento teremos que partir do zero'".* (Diagonal, Pesquisa Participativa, 2021)

Dessa forma, há que se considerar, em meio ao cenário de perdas e rompimentos, que no universo das pessoas idosas em Maceió também existem processos e espaços de resistência a serem reconhecidos e fortalecidos. Nesse processo, o Conselho Municipal da Pessoa Idosa, que teve posse de novos membros em maio de 2021 (gestão 2021-2023), se apresenta como um importante agente a ser mobilizado.

Todavia, a proteção social das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco social em Maceió ainda representa um desafio a ser superado. Considerando que a população idosa tem se consolidado, cada vez mais, como "arrimos de família" – seja pelos rendimentos advindos da aposentadoria ou do BPC, seja pela disponibilidade de tempo para atividades de cuidado –, e que, para além de grupo de vulnerável, os idosos são fonte de experiências e conhecimentos a serem valorizados, trata-se de um segmento a ser priorizado na proposição de medidas de compensação social.

#### *3.4.3.1.3 Saúde*

Como mencionado no Capítulo 3.3, a subsidência impactou serviços de saúde, comprometendo a Atenção Básica para a população do NF1 e NF2, bem como os atendimentos de média e alta complexidade para a população de todo o município.

Em relação à saúde das pessoas idosas de Maceió, a taxa de mortalidade permanece abaixo da média brasileira, regional e estadual, com tendência de declínio da mortalidade, atingindo o menor valor da série histórica (abaixo de 30 mortes por mil habitantes) em 2018 e 2019. Há uma manutenção das principais causas de mortes, sendo as doenças circulatórias responsáveis por mais de 30% dos óbitos, seguidas de neoplasias, doenças respiratórias, endócrinas, digestivas e infectoparasitárias. Em seu conjunto, esses grupos de doenças concentraram cerca de 85% das mortes. Como causas específicas, por ordem de importância, se apresentam as sequelas cérebro-vasculares, pneumonia, hipertensão e infarto. Entre as pessoas idosas, suicídio ocupa o quinto lugar como causa de mortalidade.

Quanto à morbidade hospitalar, o número de 10.200 internações ao ano se mantém em 2018-2019, e o perfil dos motivos de hospitalizações, gerais e específicos, se comportam na mesma ordem de importância. Entre as causas gerais, as doenças infectoparasitárias respondem por mais de 20% do total das hospitalizações e figuram como o principal grupo de doença, representado principalmente pelos diagnósticos de septicemia e de outras doenças bacterianas. Em seguida, neoplasias, doenças do sangue/imunitária, doenças endócrinas, transtornos mentais e doenças do sistema nervoso. Em seu conjunto, esses grupos de doenças representam cerca de 70% das internações. A pneumonia aparece como a principal causa específica de internação entre idosos, seguida de insuficiência cardíaca e acidente vascular cerebral.

#### *3.4.3.1.4 Educação*

O analfabetismo de jovens, adultos e pessoas idosas é um indicador de forte correlação com as condições de vulnerabilidade social. O Mapa 20 ilustra as taxas de analfabetismo da população com 15 anos ou mais do NF4. O índice é mais elevado em Benedito Bentes e Levada.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

**MACEIÓ - ALAGOAS**

## LEGENDA

**% Analfabetismo População ≥ 15 anos ***

- 0,3 - 4,8
- 4,9 - 9,5
- 9,5 - 15,5
- 15,5 - 23,9
- 23,9 - 39,6

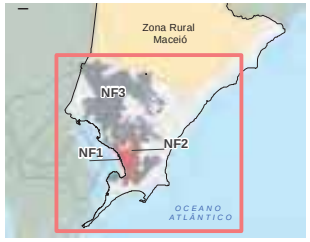
*Área efetivamente urbanizada dos setores censitários, a partir de fotointerpretação.

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF4 MACEIÓ, ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE (%), POR UDH**

Mapa **20**

**Fonte dos Dados:**

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS), IPEA, 2015

**Notas:** Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

**Informações Cartográficas:** Sirgas2000 UTM Fuso 25s

**Data:** Agosto 2023

Diagonal

Segundo dados do Plano Municipal de Educação (PME) 2015-2025, o índice de analfabetismo da população da cidade se mostra preocupante, como se pode observar na Tabela 97. Entre as pessoas jovens e adultas não alfabetizadas, a população idosa corresponde a 28%. No universo de pessoas idosas da cidade, cerca de 78 mil moradores, a população idosa não alfabetizada (quase 22 mil) também corresponde a 28%.

**Tabela 97. NF4 Maceió, analfabetismo de jovens e adultos por faixa etária (%), 2010**

| Maceió | População analfabeta | % | População alfabetizada | % | Total população jovem e adulta | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 15 a 24 anos | 5.638 | 7,2 | 164.485 | 26,6 | 170.123 | 24,4 |
| 25 a 59 anos | 51.202 | 65,0 | 396.829 | 64,3 | 448.031 | 64,4 |
| 60 a 69 anos | 11.279 | 14,3 | 34.343 | 5,6 | 45.622 | 6,6 |
| 70 a 79 anos | 7.320 | 9,3 | 15.110 | 2,4 | 22.430 | 3,2 |
| 80 anos ou mais | 3.344 | 4,2 | 6.539 | 1,1 | 9.883 | 1,4 |
| Subtotal pop. idosa | 21.943 | 27,8 | 55.992 | 9,1 | 77.935 | 11,2 |
| **Total população jovem e adulta** | **78.783** | **100,0** | **617.306** | **100,0** | **696.089** | **100,0** |

Fonte: Maceió, Plano Municipal de Educação. 2015, p. 47.

O PME de Maceió estabelece a seguinte diretriz relativa à educação de jovens e adultos (EJA), com destaque para o compartilhamento de conhecimentos e experiência de pessoas idosas e a inclusão da abordagem intergeracional nas escolas.

> *"9.21) Considerar, nas políticas públicas de EJA, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de extinção do analfabetismo, de acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas, abordando as relações intergeracionais."* (MACEIÓ, 2015, p.119 – grifos nossos)

Também no Plano Plurianual de Maceió está indicada a meta de "ampliar e aparelhar unidades de Ensino Fundamental e EJAI" (DOM, 2021, p. 4).

O Sistema S[58] mantém atividades educacionais, sociais, esportivas e de lazer voltadas para pessoas idosas em várias partes do país. Uma das unidades do Senac em Maceió foi afetada pela subsidência e está prevista a construção de uma nova unidade no bairro histórico de Jaraguá, próximo ao centro da cidade. Segundo informações divulgadas pelo *site* do Senac Alagoas, serão ofertados cursos gratuitos para profissionais dos bairros de realocação. O Senac em Maceió oferece cursos de informática para pessoas idosas e de cuidadores de pessoas idosas.

O Sesc do Poço desenvolve Trabalho Social com Grupos (TSG), que são atividades voltadas para pessoas idosas com o objetivo melhorar a qualidade de vida por meio de ações que

[58] Formado por Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), entre outros.

buscam proporcionar uma rotina mais ativa e saudável, bem como a oportunidade de estar bem-informadas sobre os seus direitos por meio de palestras, atividades culturais e oficinas, mobilizando equipes de assistência social, saúde, cultura, lazer e outras[59].

A UFAL mantém um interessante programa denominado Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI), que tem caráter multidisciplinar e oferece à população idosa (interna e externa à UFAL) atividades físicas (ginástica, hidroginástica, dança e atividades suaves), além de aulas de canto. Tem como objetivos contribuir para melhoria da qualidade de vida de pessoas que estão envelhecendo; possibilitar a interação comunidade e universidade por meio da extensão-ensino-pesquisa; promover o encontro e a troca de saberes e fazeres entre as comunidades populares e a universidade[60].

#### 3.4.3.2 Síntese analítica

O contexto analisado aponta para impactos relevantes do processo de realocação sobre a população idosa, parte dos quais também foram abordados nos capítulos dedicados às políticas de assistência social, educação e saúde:

- Segundo relato de gestores públicos e representantes da sociedade civil, há adoecimento da população realocada diante do processo de mudança, principalmente das pessoas idosas, provocando situações de risco à saúde mental e rompimento dos vínculos comunitários.
- O grande contingente de famílias realocadas para o NF3 gerou, segundo depoimentos dos gestores e técnicos entrevistados, pressão de novas demandas sobre os serviços socioassistenciais da proteção social básica (SCFV para pessoas idosas) e especial, bem como dos serviços de Atenção Básica em Saúde (ESF) em bairros com déficits de atendimento preexistentes.
- Técnicos da rede socioassistencial afirmam que houve perda de referência das famílias junto aos técnicos dos serviços socioassistenciais e de saúde básica, em função do distanciamento dos equipamentos sociais, em especial para as famílias realocadas no NF3, destacando-se as pessoas idosas, que costumam desenvolver fortes vínculos com as equipes de atendimento.
- Dois equipamentos da rede socioassistencial foram diretamente impactados por realocação, repercutindo no atendimento à pessoa idosa: o CRAS Bom Parto, que estava com atendimento suspenso à época de levantamento de dados para este Diagnóstico, situação mais grave para as pessoas idosas beneficiárias do BPC que dependem dos CRAS para acessar serviços de convivência; e o Abrigo de Idosos Luiza de Marillac, que pertence à rede conveniada.
- As condições de acesso ao CRAS Bebedouro, que já eram precárias, foram agravadas com a subsidência, impactando também no atendimento das pessoas idosas[61].

[59] Informação passível de atualização em função da pandemia de Covid-19, que alterou a dinâmica de funcionamento dos serviços de natureza presencial.
[60] Idem nota anterior.
[61] O CRAS Bebedouro teve o seu funcionamento suspenso pelo Município no início de 2023, em função das dificuldades citadas.

- Interrupção temporária do funcionamento de estabelecimentos de saúde da rede pública e privada (com atendimento ao SUS), reduzindo o já limitado acesso potencial da Atenção Básica para as famílias do NF2, e o acesso obtido na média e alta complexidade para o conjunto da população de Maceió.
- Há limitações pré-existentes de cobertura de SCFV para pessoas idosas em Maceió, especialmente nos territórios do NF2 e NF3, nos equipamentos dos CRAS e de organizações socioassistenciais. O aumento da demanda agrava os déficits pré-existentes na cobertura em parte dos serviços socioassistenciais no NF3.
- O processo de realocação ampliou a demanda sobre a rede de saúde, agravando limitações pré-existentes (AB e vigilância à saúde), com impacto sobre os territórios e populações afetados, incluindo as pessoas idosas. A população relata limitações no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, tema abordado pelos residentes no NF2 e do NF3, usuários do SUS em seus novos locais de moradia, o que inclui a população idosa impactada (60% com doenças crônicas autorreferidas).
- Interrupção das atividades desenvolvidas no SENAC (Unidade Programas Sociais) que se localizava no NF1 impactou no acesso a serviços utilizados pelas pessoas idosas, mas a realocação está prevista para o bairro Jaraguá, onde ainda será construída uma nova unidade própria, ampliando possibilidades de novos cursos e atividades, como do Grupo de Trabalho Social (GTS) com pessoas idosas, desenvolvido pelo SENAC do Poço.
- Indicador de 28% de pessoas idosas não alfabetizadas, em relação ao total da população idosa de Maceió, aponta para precárias condições sociais e de desenvolvimento humano anteriores à subsidência.
- Apesar dos impactos e problemas, o contexto analisado traz também elementos e que representam potencialidades a serem exploradas por meio de medidas de compensação, com destaque para: a inclusão das demandas das pessoas idosas nos Planos Municipais da Assistência Social (2018-2021) e da Educação (2015-2025); a existência do programa de Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI)/ UFAL, que tem caráter multidisciplinar, voltado para a população idosa interna e externa à UFAL; a existência de plano de educação permanente junto aos trabalhadores e gestores do SUAS de Maceió, que pode incorporar as novas demandas de capacitação técnica geradas pela subsidência e realocações decorrentes; e a existência de Conselho Municipal da Pessoa Idosa atuante na cidade.

#### 3.4.3.3 Diretrizes temáticas

Em consonância com o contexto analisado, apresentam-se a seguir diretrizes para nortear a definição de medidas de compensação social voltadas à pessoa idosa:

- Assegurar a recomposição dos equipamentos sociais diretamente afetados pela subsidência, de acordo com o padrão de qualidade exigido pela Política Nacional de Assistência Social e pela Política Nacional de Atenção Básica à Saúde[62].

[62] Cabe esclarecer que a realocação de grandes equipamentos é objeto de outras tratativas e não integra o escopo do PAS.

- Investir no apoio à expansão de serviços de proteção social básica das pessoas idosas junto aos equipamentos já existentes nos territórios, envolvendo as políticas de assistência social, saúde e educação.
- Fortalecer ações intersetoriais voltadas à pessoa idosa, impactando positivamente na cidade como um todo.
- Fomentar a integração cidadã da população idosa realocada nas áreas receptoras, dinamizando sua vinculação de pertencimento comunitário ao território.
- Fortalecer a estruturação de serviços especializados de média complexidade de assistência social, garantindo recursos materiais e humanos para atendimento especializado às pessoas idosas.
- Investir na qualificação dos profissionais da rede de serviços socioassistenciais e de saúde, contribuindo para melhoria do padrão de qualidade no atendimento às pessoas idosas.

## 3.5 Segurança

A política de segurança pública, na lógica aqui tratada, tem como objetivo buscar que as pessoas vivam e trabalhem em um ambiente urbanística e socialmente seguro. Isso pressupõe uma visão comum, em que a participação de todos os atores tem um papel fundamental. É uma visão que vai além da segurança pela segurança, tendo foco na qualidade de vida das pessoas. E, nesse sentido, os serviços públicos que impactam na segurança também precisam ser observados e viabilizados. A visão de segurança urbana é uma abordagem inicial sobre a qual a política de prevenção é construída e ajustada, e que se cristaliza para cada situação específica. Assim, a análise foi feita considerando os conceitos de Espaços Urbanos Seguros, Segurança Cidadã e aspectos mais relevantes de Segurança Pública, na lógica territorial.

Dentro desta visão, este estudo trabalha com um conceito chave, o de espaços urbanos seguros, que vai além dos índices de criminalidade e inclui: a debilidade da infraestrutura como pavimentação, drenagem, iluminação pública; a zeladoria urbana com limpeza pública e corte de mato, condições de manutenção e uso do espaço público; a acessibilidade; a oferta de programas de políticas sociais, incluindo cultura e esportes, entre outros que podem afetar a percepção de segurança das pessoas. Visa apontar fatores que podem ser inibidos e outros, potencializados, com vistas à segurança efetiva nos espaços públicos, mas também levando em conta a percepção de segurança.

> *"Há diferentes formas de conceber espaços urbanos seguros, marcadas por teorias que consideram o espaço público como fator de interferência na segurança da população. A relação entre o desenho do território e a maneira que as pessoas utilizam e usufruem desse espaço são determinantes quando se fala em segurança pública. [...] Desde os anos [19]50, a organização dos espaços públicos urbanos como forma de prevenção e redução da criminalidade se apresenta como foco de construções teóricas. Alguns autores [...] já apontavam o espaço urbano como um estimulador ou inibidor de oportunidades para a*

> *prática criminal. Nesse sentido, elaboraram conceitos a partir da ideia da influência do espaço físico na prática de crimes, considerando a imagem da cidade como símbolo social."* (FBSP, 2014).

Assim, trabalha-se aqui com uma visão de segurança urbana, espaços urbanos seguros, segurança cidadã (Figura 108), que pressupõe soluções para territórios vulneráveis ou vulnerabilizados. Nessa lógica, preconiza-se uma política de segurança focada na prevenção, na cultura de paz, mas que também considera a situação específica a ser enfrentada, e que deve ser formulada e ajustada com a participação da população.

**Figura 108. Fundamentos de segurança cidadã**




Fonte: PNUD, 2020.

Podem ser mencionadas várias experiências bem-sucedidas que já deixaram evidente que apenas a ação da polícia não é suficiente para enfrentar o problema da segurança pública, e que abrangem um conjunto de variáveis distintas que somam política de segurança com políticas urbanas, políticas sociais e soluções integradas. Em Nova York, a experiência baseada na "teoria das janelas quebradas" mostra que preservação e manutenção dos espaços públicos, corrigindo desde pequenos sinais de deterioração e vandalismo, inibe outros atos de vandalismo, de comportamentos antissociais, e previne até os crimes de grande escala. A experiência mais citada na América Latina está associada ao urbanismo social, metodologia de intervenção característica da Colômbia, em especial em Bogotá e Medelín.

O urbanismo social é definido como a combinação de ações urbanas com impacto social e ações sociais com impacto urbano. Na Colômbia, os investimentos resultantes dessa estratégia mudaram o panorama dos bairros mais violentos, com investimento em mobilidade, infraestrutura, escolas, bibliotecas e equipamentos de lazer de qualidade. No Brasil, o urbanismo social inspirou o Centro

Comunitário da Paz (COMPAZ), programa desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Recife com foco na prevenção à violência, inclusão social e fortalecimento comunitário. É desenvolvido a partir de equipamento âncora implantado em bairros periféricos da cidade para contribuir com a construção da cultura de paz e oferta de oportunidades a crianças, jovens e adultos vulneráveis. A experiência de São Paulo, focada em bairros mais violentos, articula ações de segurança pública com urbanização de favelas, coibição de ocupações irregulares com oferta de alternativas de moradias dignas e investimentos em infraestrutura urbana, de pavimentação de ruas à criação de praças e parques; ordenamento e controle do espaço urbano e ações de políticas sociais como instalação de creches, equipamentos de saúde e assistência social, fomento ao empreendedorismo e geração de trabalho e renda, sobretudo para jovens e mulheres chefes de família. Foi a sistematização e encadeamento das ações que fez efeito, que permite hoje se verificar a redução sistemática dos índices de criminalidade, a melhoria crescente dos indicadores sociais, e também, a melhoria contínua dos espaços públicos até dos bairros mais distantes.

Em Maceió, há diversas iniciativas na área de segurança pública, a cargo do Governo do Estado, inclusive em ações de natureza preventiva, para redução da criminalidade, com resultados positivos. Há também investimentos em infraestrutura urbana e políticas sociais, tanto estaduais quanto municipais. Neste Diagnóstico não foi possível o aprofundamento na análise das várias vertentes de ações planejadas, em andamento, realizadas e seus resultados. Porém, são abordados vários bons exemplos e possibilidades de ações e investimentos que podem contribuir com os propósitos de ampliar os espaços urbanos seguros e reduzir a criminalidade em Maceió. É importante e desejável que as partes do Acordo refinem os aportes nos projetos do PAS a serem realizados nessas áreas, com autoridades estaduais e municipais do setor e com a população envolvida.

Desse modo, o foco aqui foi o levantamento e análise de dados e conhecimentos disponíveis sobre o tema de segurança urbana, identificando alterações ocorridas em decorrência da subsidência, no que diz respeito à dimensão territorial, sua influência na violência e na percepção de segurança, e na relação entre segurança e vulnerabilidade. O objetivo é que tais levantamentos e análises permitam apontar diretrizes de ações e medidas sociourbanísticas de compensação que possam ser propostas no PAS.

Para isso, foram feitos levantamentos de dados primários e secundários. Informações oficiais e estudos consultados estão indicadas a seguir e foram complementadas por vistorias técnicas e entrevistas em campo:

- Dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP-AL) sobre criminalidade, no período de 2018 a 2021, nos bairros da área de desocupação (NF1), nos bairros do entorno (NF2) e nos bairros receptores mais distantes (NF3), bem como na cidade de Maceió (NF4);
- Dados de crimes violentos letais intencionais (CVLI) fornecidos pela SSP-AL com localização georreferenciada, para análise de eventual correlação com os deslocamentos, com fatores ambientais no NF3 ou mesmo no NF2 por decorrência da desocupação do NF1;

- Estudo realizados pela ONU Habitat, Segurança nos Espaços Públicos de Maceió, como parte do projeto Prosperidade Urbana Sustentável e Inclusiva, focando especialmente as grotas de Maceió;
- Atlas da Violência 2020, Jovens e o Mercado de Trabalho na Pandemia 2020, produzido pelo IPEA;
- Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), de 2018 a 2021.

Além da análise de dados, foram realizadas vistorias técnicas, entrevistas em campo e entrevistas em reuniões com 15 secretários e agentes públicos municipais (Secretarias Municipais: Segurança Comunitária; Trabalho e Abastecimento; Turismo, Esportes e Lazer; Economia; Infraestrutura, Trânsito e Transportes; Assistência Social e Governança; e Gabinete de Gestão Integrada dos Bairros) e estaduais (Secretarias Estaduais de: Segurança Pública, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Agricultura, Aquicultura e Pesca). O objetivo foi obter informação de programas e ações com impacto em segurança urbana, conhecer a leitura desses agentes acerca da condição do município sobre o tema e os impactos da subsidência sobre ele.

Nas entrevistas realizadas com os secretários municipais e estaduais, foi possível constatar o grande desafio presente em uma cidade com mais de um milhão de habitantes, que é importante polo de turismo, e tem carências históricas na área social, econômica e de infraestrutura urbana. Mas foi possível verificar grande esforço com ações e projetos que podem ser potencializados com investimentos decorrentes do Acordo Socioambiental firmado.

Dos diálogos realizados no âmbito da Segurança Pública estadual, foi registrada grande disposição de colaborar em ações da sua competência.

No município, a Secretaria de Segurança Comunitária e Convívio Social (SMSCCS) - apesar da limitação de meios, equipamentos, tecnologia e formação dos agentes, tem desenvolvido medidas importantes, adotando inclusive ordenamento do espaço urbano e do comércio irregular em áreas públicas, fundamental para a melhor mobilidade das pessoas, territórios seguros e cultura de paz.

Na lógica dos espaços urbanos seguros, verificou-se que estão sendo realizados investimentos em infraestrutura urbana, manutenção de vias e do espaço público, equipamentos de uso público, mas com as limitações típicas de uma cidade com baixa renda *per capita* e arrecadação, agravadas pela pandemia, com carências preexistentes de serviços públicos como educação, saúde e assistência social. A área de segurança pública tem interesse especial nesses investimentos, à medida que cria, de um lado, espaços urbanos seguros e, de outro, uma rede de proteção e emancipação social da população, com possibilidade de impacto direto na redução dos índices de violência.

Além das entrevistas com os agentes públicos, foram realizadas ações de escuta de moradores e comerciantes, não apenas no processo participativo do PAS (Capítulo 7), mas, especialmente, com diálogos estabelecidos durante as vistorias de campo. Estes diálogos abrangeram 31 moradores e comerciantes, foram muito importantes para a compreensão dos impactos e do cotidiano das pessoas em diferentes bairros, sobretudo os localizados no entorno da área afetada.

O tema de segurança foi muito abordado pela população no processo de escuta, não só com referência a crimes, mas na percepção de degradação e abandono do território limítrofe entre os NF1 e NF2. Há relatos de medo no NF2, pelo fato de o local estar mais ermo, especialmente nas áreas próximas ao NF1. Também foram ouvidas queixas de entulhos, mato e de pessoas estranhas entrando nas casas desocupadas (Flexal)[63]. Alguns registram o desejo de sair do local, pelo sentimento de isolamento, e ir morar perto de parentes que já saíram da área em desocupação, outros manifestam o desejo de não sair do local. Nestas falas com moradores foi mencionada uma tentativa de arrombamento de residências que ficam próximas do limite do NF1 com NF2 (Bom Parto) e registrados comentários sobre aumento de assaltos.

Além das percepções da população, o tema de segurança pública nos territórios de interesse foi analisado a partir dos dados técnicos existentes. Dentre estes, adotou-se o indicador denominado Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLIs (também tratado em alguns trabalhos como MVI – Morte Violenta Intencional) e, preliminarmente, registra-se a seguir porque foi feita esta escolha e não de outros indicadores de segurança.

As ocorrências de mortes têm notificação compulsória por lei, isto é, todos os agentes, de qualquer área, têm obrigação funcional de informar a delegacia de polícia que registra a ocorrência. Outros tipos de crimes, como roubos e furtos, por exemplo, não têm registro compulsório, o que compromete a análise comparativa destes crimes entre Estados, Municípios e mesmo bairros.

Os registros e caracterização de CVLIs têm sido muito aprimorados e padronizados graças a enorme articulação feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Segurança Pública, e, ocasionalmente, pelo Ministério da Justiça, o que faz do CVLI um indicador cada vez mais confiável como referência de análise comparativa da violência e da criminalidade.

A necessidade de se adotar uma metodologia padronizada para contabilização de crimes deixou evidente a falta de critérios que existia para a classificação de ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI e Outras Mortes, bem como, Crimes Violentos Contra o Patrimônio – CVP, pois um dos problemas que comprometem a consistência de análises comparativas são as várias divulgações não oficiais de números de ocorrências criminosas sem o uso de uma metodologia adequada para aferição desses crimes. Exemplo disso são os estudos que analisam os homicídios levando em consideração os registros do SIM/DATASUS que é a soma de um conjunto de CIDs referentes a óbitos causados por agressão mais intervenções legais, enquanto os registros policiais seguem o código penal brasileiro, separando as mortes por tipo penal, como por exemplo: homicídio doloso, homicídio culposo, latrocínio, lesão corporal seguido de morte e morte por intervenção policial e outras. Assim o número do SIM/DATASUS sempre será maior que os registros policiais uma vez que trata como homicídio todas as mortes

[63] As escutas deste diagnóstico foram realizadas até outubro de 2021. Segundo dados obtidos pela Diagonal com a Braskem acerca das ações na região, em março de 2022, 97% dos imóveis desocupados estavam tamponados.

por agressão externa, não levando em consideração a tipificação e a conduta do agressor, o que acontece nos registros policiais.

### 3.5.1 Caracterização

O tema segurança e sua relação com a condição de vulnerabilidade da população constitui um grande desafio para o estado de Alagoas e para Maceió. Alagoas tem mais de 3,3 milhões de habitantes estimados, 102 municípios, e uma das maiores taxas de pobreza e extrema pobreza da Federação (ONU Habitat, 2019ª).

Dos Anuários do FBSP (2018, 2019, 2020, 2021), pode-se destacar os seguintes elementos:

- Alagoas apresentou taxa de 45,8 por 100 mil habitantes de mortes violentas intencionais (MVI) em 2018; em 2019, a taxa diminuiu para 32,8 por 100 mil habitantes; em 2020, no entanto, voltou a subir para 37,3 por 100 mil habitantes, um aumento de 13,7%; em 2021 taxa recuou para 31,8, uma redução de 14,74%.
- no Brasil esta taxa em 2018 foi de 27,6 por 100 mil habitantes; em 2019, caiu para de 22,7 por 100 mil habitantes; em 2020, registrou a taxa de 23,8 por 100 mil habitantes, aumento de 4,84%. Em 2021 a taxa foi de 22,3, com redução de 6,3%.

Os dados sobre violência em Maceió também são preocupantes, embora tenha havido melhora, de acordo com o Anuário do FBSP:

- em 2018, Maceió registrou uma taxa MVI de 51,5 por 100 mil habitantes com 521 MVI;
- em 2019, foram 293 MVI, reduzindo para a taxa de 28,8 por 100 mil habitantes;
- em 2020, houve um crescimento para 370 MVI, atingindo a taxa de 36,2 por 100 mil habitantes;
- em 2021 a taxa de MVI reduziu para 29,8 por 100 mil habitantes, com 307 MVI, o que mostra recuo importante, como no Estado de Alagoas e no Brasil.

Maceió abriga quase um terço da população do estado, com grande percentual vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza, e baixo IDHM, como visto em outros capítulos deste diagnóstico. Grande parte da população vive em aglomerados subnormais, muitos localizados em grotas: fundos de vales, alguns mais estreitos, outros de maior largura, cuja principal função ambiental é permitir a drenagem de águas provenientes da região mais elevada, localmente conhecida como tabuleiro, em direção às planícies mais baixas da cidade. A existência de vulnerabilidades ambientais nesses territórios impossibilitaria sua ocupação em virtude do risco de inundações e deslizamentos. No entanto, as grotas vêm sendo progressivamente ocupadas por uma população de baixa renda, que vive em precárias condições de habitabilidade e com acesso inadequado ou inexistente ao abastecimento de água, saneamento básico, coleta de lixo e mobilidade urbana (ONU Habitat, 2020), como detalhado em outras partes deste Diagnóstico.

A análise dos territórios apresentada a seguir aborda aspectos de segurança pública a partir dos dados públicos acessados e do espaço urbano e inicia pelo NF4 pela importância da contextualização da condição do município.

#### 3.5.1.1 Núcleo Focal 4 (NF4) – Município de Maceió

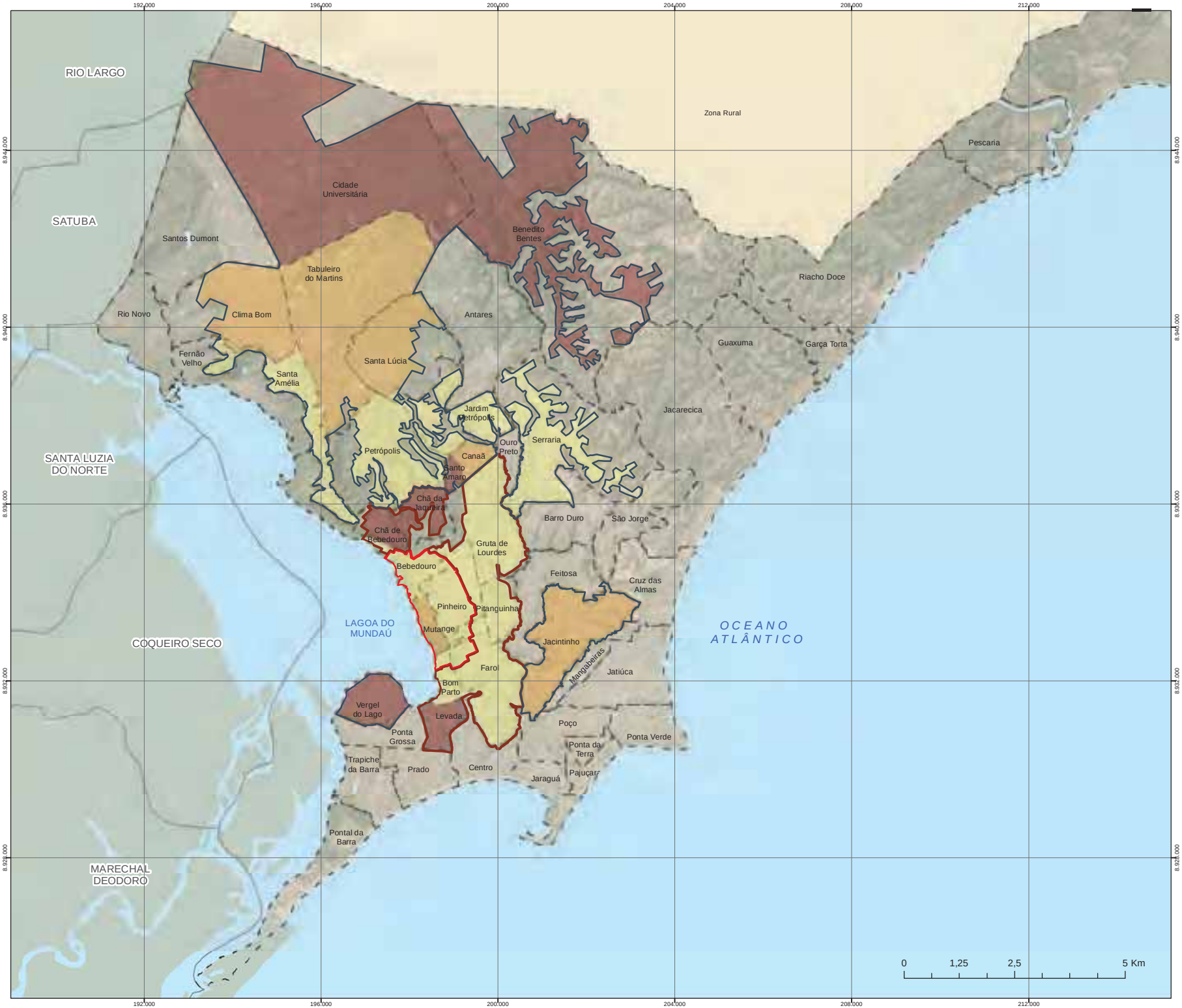
Este item apresenta dados gerais de segurança pública para Maceió e as condições das políticas públicas e programas relacionadas ao tema, não havendo, portanto, análise específica do espaço urbano.

A posição do município no mapa da criminalidade é dos mais violentos do país, de acordo com os Anuários do FBSP, ainda que os índices de CVLI tenham sido reduzidos nos últimos anos. O Governo do Estado, que tem a atribuição de coordenar as ações de Segurança Pública no Estado, tem larga agenda de investimentos no sistema de segurança pública, uma Secretária de Estado de Prevenção à Violência e promove, também em Maceió, ações visando a redução da criminalidade e melhoria da infraestrutura urbana e políticas sociais.

O Mapa 21 apresenta os níveis de CVLI nos NFs. As taxas de CVLI nos NFs foram agrupadas em três níveis, considerando a média do município. Assim, tem-se: i) bairros com taxas de CVLI inferior à média municipal; ii) bairros com taxa próximas à média do município; e iii) bairros com médias superiores à média do município. Os dados foram disponibilizados pela SSP-AL e nos bairros caracterizados como NF2 e NF3 abrangem o período de 2018 a 2021, enquanto na área delimitada como NF1 abrangem o período de 2018 e 2019, quando se tem início a desocupação da área. Como pode ser visto e será detalhado nas sessões a seguir, no NF3 tem-se uma predominância de bairros com taxas de CVLI acima da média da cidade, destacando-se Cidade Universitária, Benedito Bentes, Tabuleiro do Martins, além de Jacintinho e Vergel do Lago.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

Crimes Violentos Letais e Intencionais -CVLI 2018 a 2021

Taxa CVLI por Bairro

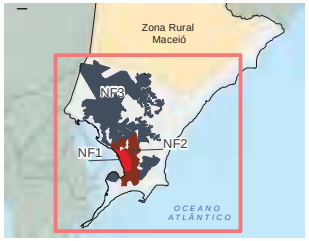
- Inferiores à média municipal
- Próximos à média municípal
- Superiores à média municipal

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF4 MACEIÓ, CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS NO PERÍODO DE 2018 A 2021**

Mapa 21

Fonte dos Dados:
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
SECRETARIA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS (SSP-AL, 2021)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

A Tabela 98 apresenta os números de CVLI de Maceió, bem como dos NF1, NF2 e NF3, no período de 2018 a 2021. Destaca-se a atualização desta tabela com os dados da taxa de CVLI/MVI dos novos bairros e de Maceió até dezembro 2021, com base em informações da SSP-AL. Deve ser registrado que algumas estatísticas entre SSP-AL e FBSP apresentam diferenças conforme a data da publicação, sem relevância significativa.

**Tabela 98. NF4 Maceió e NF1, NF2 e NF3, crimes violentos letais intencionais, por bairros, 2018-2021**

| Bairros | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total no período |
|---|---|---|---|---|---|
| **NF1** | | | | | |
| Bebedouro | 3 | 3 | 5 | 0 | 11 |
| Bom Parto | 3 | 2 | 4 | 1 | 10 |
| Farol | 6 | 3 | 5 | 3 | 17 |
| Mutange | 2 | 0 | 4 | 0 | 6 |
| Pinheiro | 2 | 2 | 2 | 2 | 8 |
| Subtotal | 16 | 10 | 20 | 6 | 52 |
| **NF2** | | | | | |
| Chã da Jaqueira | 12 | 17 | 11 | 4 | 44 |
| Chã de Bebedouro | 7 | 3 | 11 | 3 | 24 |
| Bebedouro | 3 | 3 | 5 | 0 | 11 |
| Bom Parto | 3 | 2 | 4 | 1 | 10 |
| Farol | 6 | 3 | 5 | 3 | 17 |
| Pinheiro | 2 | 2 | 2 | 2 | 8 |
| Pitanguinha | 3 | 1 | 0 | 1 | 5 |
| Gruta de Lourdes | 1 | 5 | 1 | 1 | 8 |
| Levada | 17 | 8 | 12 | 8 | 45 |
| Subtotal | 54 | 44 | 51 | 23 | 172 |
| **NF3** | | | | | |
| Benedito Bentes | 66 | 44 | 67 | 53 | 230 |
| Cidade Universitária | 53 | 46 | 38 | 41 | 178 |
| Tabuleiro do Martins | 47 | 20 | 21 | 16 | 104 |
| Clima Bom | 24 | 15 | 24 | 18 | 81 |
| Santa Lúcia | 14 | 8 | 10 | 5 | 37 |
| Petrópolis | 9 | 15 | 6 | 1 | 31 |
| Serraria | 6 | 1 | 6 | 4 | 17 |
| Canaã | 5 | 0 | 3 | 0 | 8 |
| Santo Amaro | 2 | 0 | 1 | 1 | 4 |
| Jacintinho | 57 | 20 | 41 | 39 | 157 |
| Vergel do Lago | 25 | 28 | 14 | 14 | 81 |
| Santa Amelia | 3 | 2 | 3 | 4 | 12 |

| Bairros | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total no período |
|---|---|---|---|---|---|
| Jardim Petropolis | 10 | 16 | 6 | 0 | 32 |
| Sub Total | 321 | 215 | 240 | 196 | 972 |
| **NF4 - Maceió** | **521** | **347** | **405** | **312** | **1.585** |

Fonte: SSP-AL, 2021.

A Tabela 99 traz os dados de CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais calculados com base na população dos bairros de cada um dos NF – Núcleos Focais. Eles servem para correlacionar a quantidade de ocorrências de CVLI à população. Nesta tabela foram utilizados os dados da SSP-AL e a taxa de CVLI para Maceió calculada com base na população IBGE 2010, a mesma utilizada para cálculo de todos os bairros dos NFs e período analisado, visto que na época não existiam dados do IBGE da população de todos os bairros posterior a 2010.

Estes dados confirmam o que foi dito até aqui, de que, mesmo que mais numerosos em termos populacionais, os bairros do NF3 são mais violentos que os bairros de NF1, o que pode ser visto pelos números absolutos e também pelas taxas de CVLI, representada por mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. e a base populacional utilizada foi a do Censo do IBGE 2010.

Estudos mais aprofundados podem contribuir para a análise mais detalhada da influência do deslocamento das famílias a partir do início da desocupação, e será possível precisar ainda mais a taxa de CVLI dos bairros de NF1 e NF2, sem, no entanto, se esperar alterações significativas nas análises comparativas entre os NF.

**Tabela 99. NF4 Maceió e NF1, NF2 e NF3, crimes violentos letais intencionais, taxas de CVLI/mortes por 100 mil habitantes, 2018-2021***

| Territórios Analisados | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|---|---|---|---|
| NF1 | 26,02 | 16,26 | 30,9 | 9,76 |
| NF2 | 61,03 | 49,73 | 57,64 | 39,08 |
| NF3 | 85,32 | 57,15 | 63,79 | 52,10 |
| Maceió | 56,07 | 37,2 | 43,42 | 35,40 |

Fonte: CVLISSP-AL, 2021.População referência IBGE 2010.

No âmbito municipal, o tema de segurança urbana é tratado pela SMSCS – Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social. O município não apresenta alguns dos elementos-chave para a estruturação de uma adequada política de segurança urbana: não tem um Plano Municipal de Segurança Urbana atualizado, não conta com Conselho Municipal de Segurança e não participa do Conselho Estadual de Segurança Pública, como em geral acontece com as capitais. Essa situação revela a importância de investir no desenvolvimento institucional do tema no município, no fortalecimento dos organismos de gestão, fiscalização e controle que atuam na prevenção e na repressão qualificada e em ações de fortalecimento da estrutura institucional para lidar com o tema.

Em relação a políticas e programas de outras áreas com impacto na segurança urbana, alguns instrumentos estão defasados, com destaque para: Plano Diretor Municipal, Plano de Redução de Riscos, Plano de Meio Ambiente, Plano de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana, entre outros planos setoriais. O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) foi atualizado em 2018, mas carece de uma política de investimento abrangente para fazer frente à debilidade da infraestrutura dos bairros populares, assentamentos subnormais – como grotas e outros.

Por outro lado, há ações em desenvolvimento pelo governo e pela prefeitura com possibilidade de impacto positivo sobre a segurança urbana. São exemplos mapeados: ações preventivas, políticas sociais e investimentos em moradia e infraestrutura nos assentamentos subnormais e bairros populares, como pavimentação, drenagem, iluminação pública, escadaria drenantes em grotas, construção de escolas e unidades de saúde. Embora em proporção ainda aquém das necessidades, tais investimentos repercutem na condição de segurança do espaço e, inclusive, por meio do PAS podem ser potencializadas como medidas de compensação nos bairros que compõem os Núcleos Focais.

#### 3.5.1.2 Núcleo Focal 1 (NF1) – Área de desocupação

Este NF é formado pelos bairros Pinheiro, Bebedouro, Mutange (integralmente realocado), Bom Parto e Farol. Os bairros da área diretamente afetada podem ser considerados de baixa violência, numa análise comparativa. A Tabela 98, com todos os NF, mostra que os bairros do NF1 são os de menor índice de ocorrências de CVLI, mostrando que as ocorrências nos bairros sempre estiveram abaixo de 4,8% da capital. O crescimento ocorrido em 2020 não pode ser atribuído à subsidência, pois nesse ano houve crescimento nos homicídios no Brasil, no estado e no município.

Ao analisar o georreferenciamento da quase totalidade dos homicídios no NF1 de 2018 a 2021 (Mapa 21), verifica-se que somente 17 deles (34,7%) aconteceram efetivamente no NF1.

A análise da taxa de CVLI, considerando mortes por grupo de 100 mil pessoas, mostra que a média dos bairros de NF1 fica abaixo da taxa de CVLI da capital em todos os anos do período analisado. As exceções se encontram nos bairros de Mutange e Bebedouro. O bairro de Mutange, em 2018 e 2020, com duas e três mortes respectivamente e que, por ter baixa população (2.632 pessoas), representou taxa de 76 e 114 mortes por grupo de 100 mil habitantes. O bairro de Bebedouro, por sua vez, apresentou 3 mortes (CVLI) em 2019 e 5 em 2020, representando taxas de 29,7 e 49,5 por grupos de 100 mil pessoas, ficando acima de Maceió, que apresentou 28,8 e 36,2, respectivamente. A alta conurbação entre os bairros, a baixa população individual, e a área onde se registra o crime são dados que também podem afetar a análise estatística. A análise da região, nestes casos, leva a um menor desvio padrão.

Em visita a campo na área do NF1, realizada em 2021 (Figura 109 a Figura 111), durante o dia e à noite, foi possível constatar situações que podem repercutir no agravamento da segurança local, conforme conceito de espaço urbano seguro, embora a informação do comando do 4º Batalhão da PM e da SSP-AL seja de que não houve aumento da criminalidade na região em 2021:

- muitos dos imóveis desocupados estavam sem tamponamento ou tapumes, gerando percepção de insegurança, sobretudo nos trechos lindeiros com outros não desocupados[64];
- a circulação de veículos e pessoas estava liberada na sua maior parte, inclusive em trechos sem iluminação pública em razão de furtos de cabos que foram relatados por moradores e gestores (destaque para o trânsito intenso e congestionamentos na Rua Cônego Costa, R. Dr. Passos de Miranda (Ladeira do Calmon) e trechos da Rua Prof. José da Silveira Camerino). Quando da visita, somente na Av. Major Cicero de Goes Monteiro o acesso era controlado com portões com vigias[65];
- havia mato e descarte de entulho irregular em algumas vias, sendo que o pavimento estava em boas condições, exceto no Bom Parto, após os trilhos em direção à Lagoa;
- muito imóveis estavam pichados com frases diversas e relatos de moradores e comerciantes de pessoas estranhas adentrando os imóveis desocupados para retirar materiais e resíduos das construções.

**Figura 109: NF1, imóveis desocupados sem tamponamento ou tapume em vias abertas ao tráfego, percepção de insegurança**



Fonte: Diagonal, 2021 (10 de agosto).

**Figura 110. NF1, imóveis desocupados, pichados, sem tamponamento ou tapume e trechos sem iluminação em vias congestionadas e abertas ao tráfego, grande percepção de insegurança**



Fonte: Diagonal, 2021.

[64] Informação atualizada em março de 2022 indica que 97% dos imóveis desocupados já estavam tamponados, reduzindo a percepção de insegurança na área.
[65] Informações fornecidas pela Braskem em fevereiro de 2022 indicam o fechamento de vias ainda trafegáveis no período de campo.

**Figura 111. NF1, imóveis desocupados sem tamponamento ou tapume em vias abertas ao tráfego, algumas sem iluminação pública, percepção de insegurança**



Fonte: Diagonal, 2021.

Os elementos verificados nas vistorias trazem muitos dos componentes que caracterizam os espaços urbanos inseguros. Esta situação é agravada pela desocupação da área pelos então moradores e comerciantes, salvo poucos remanescentes e pela abertura para livre circulação de veículos e pessoas na área considerada de risco geológico ainda nestas condições.

#### 3.5.1.3 Núcleo Focal 2 (NF2) – Área do entorno

O NF2 é formado pela parte remanescente dos bairros impactados pela realocação - Pinheiro, Farol, Bom Parto, Bebedouro, pelos bairros contíguos a eles, Chã de Bebedouro – onde se inserem as áreas denominadas Flexais de Cima e de Baixo –, Chã da Jaqueira, Gruta de Lourdes, Pitanguinha e pelo bairro de Levada.

Esses bairros também podem ser considerados de baixa violência numa análise comparativa, mas apresentam percentual de ocorrências de CVLI em proporção maior que o NF1, mas menor que nos bairros do NF3 (Tabela 98). Essas ocorrências no NF2 sempre estiveram abaixo de 13% da capital.

Com a nova composição, dentre os bairros do NF2, destacam-se Levada e Chã da Jaqueira, que respondem, cada um, por 26% das ocorrências no período e de mais da metade das ocorrências de NF2.

O georreferenciamento da quase totalidade dos homicídios (CVLI), no mesmo período de 2018 a 2021, fornecidos pela SSP-AL (Mapa 21) mostra que, embora haja um espraiamento predominante dos locais dos crimes, é possível verificar um grupo de ocorrências em trechos sem infraestrutura, sem viário para veículos, típicos de grotas, e em trechos de pequenos comércios, incluindo comércio irregular em áreas públicas. No Flexal de Baixo houve, no período, 5 homicídios (CVLI) e, no Flexal de Cima, 2 homicídios, que representam, respectivamente, 22,7% e 9,1% dessas ocorrências em Chã de Bebedouro. Somente 2 dos 7 crimes nos Flexais foram cometidos em vias oficiais com infraestrutura. No bairro Farol, é possível verificar ocorrências de CVLI na região do Vale do Reginaldo, uma das maiores grotas de Maceió, que adentra outros bairros, com muita carência de infraestrutura básica.

Em função de algumas demandas específicas e das diferenças entre porções do NF2, na apresentação da análise do espaço urbano resultante das vistorias técnica optou-se por trazer aqui um detalhamento de algumas das porções mais representativas do território do NF2 no tema segurança.

#### *3.5.1.3.1 Flexais*

Os Flexais são tema de documento específico elaborado pela Defesa Civil do Município, corroborando demanda apresentada por entidades de moradores que reivindicam realocação, a partir da inclusão no PCF. O argumento apresentado pela Defesa Civil é de que as famílias estariam em situação de "ilhamento". Na condição geral do espaço urbano, observada nas vistorias técnicas realizadas no período de 10 a 12/08/2021, durante o dia e a noite, destacam-se os seguintes aspectos, parte mostrando problemas graves relacionados à subsidência e parte mostrando um bairro com dinâmica social de áreas periféricas (Figura 112 a Figura 120):

- imóveis desocupados sem tamponamento no início das duas vias de acesso, Rua Tobias Barreto e Rua Faustino Silveira, gerando relatos de medo e percepção de insegurança, inclusive pela circulação de pessoas estranhas, adentrando tais imóveis;
- informação de moradores de que veículos de transporte de aplicativo resistem a entrar no bairro, relatando insegurança;
- ônibus do transporte público não circulam até o final das ruas, de modo que há deslocamento a pé nos maiores trajetos, inclusive à noite;
- dificuldade para acesso a Chã de Bebedouro e Chã da Jaqueira;
- problemas de drenagem causando alagamentos pontuais nas vias e em calçadas;
- ausência de policiamento e relatos de assaltos e um homicídio (não confirmado pela polícia civil);
- internet afetada por furtos de cabos nos trechos desocupados – a empresa Visanet foi vista no local fazendo manutenção;
- problemas relevantes de zeladoria, com muitos entulhos nas vias há semanas ou meses, mato na pracinha e em algumas calçadas;
- construção de novas moradias nos fundos de imóveis da Rua Tobias Barreto, em dois locais, e em direção à Lagoa e no final da rua, depois da pracinha; também na encosta foram vistas obras de ampliação de moradias;
- queixas da redução de alternativas de comércios pelo fechamento do mercado, comércios e serviços de Bebedouro e dos altos preços em Chã de Bebedouro.

Por outro lado, fatos relevantes e positivos são observados neste território:

- Centro de Esportes e Lazer (CEEL) com atividades retomadas pós-pandemia e uso pleno durante o dia e noite;

- creche particular reaberta com 30% da capacidade;
- comércio local funcionando regularmente, parte inclusive à noite, alguns com evidência de recém-instalados ou reformados;
- presença de dinâmica comunitária, com vários moradores usando as vias públicas regularmente, cadeiras na rua para conversar, em frente ao bar, mercearia e comércios, crianças e jovens brincando nas ruas, jogando bola, inclusive à noite e famílias conversando na pracinha no final da Rua Tobias Barreto, inclusive com crianças;
- bairro com infraestrutura básica satisfatória, quando comparado com outros assentamentos subnormais do município, contando com pavimentação, drenagem, calçadas, rede de energia e iluminação pública, rede de abastecimento de água e alternativas para esgotamento sanitário, sinalização, serviço de internet.

**Figura 112: NF2, Flexal, percepção de insegurança nas vias de acesso**



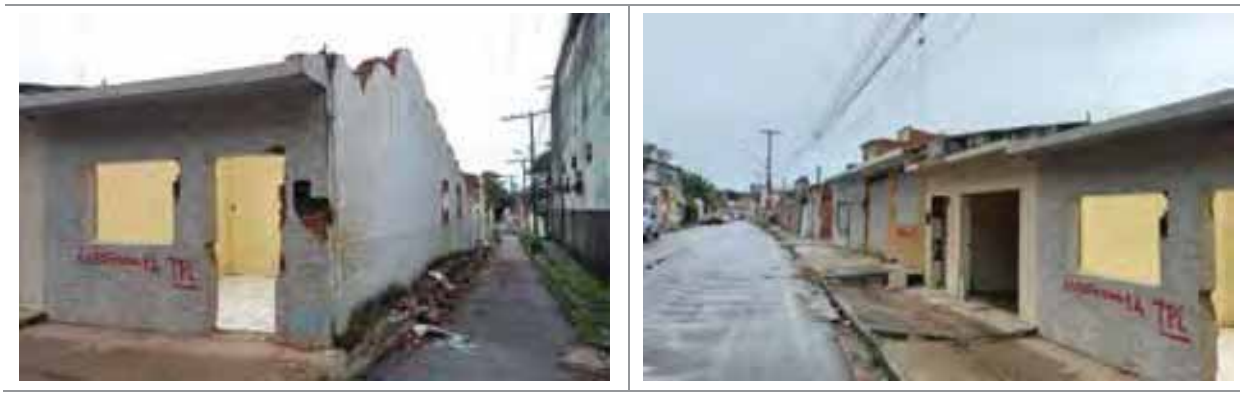
Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 113: NF2, Flexal, acessos**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 114: NF2, Flexal, Rua Tobias Barreto, zeladoria deficiente**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 115: NF2, Flexal, lixo e entulho**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 116: NF2, Flexal, Ruas Tobias Barreto e Faustino Silveira, entulho, mato e deslizamento**



Fonte: Diagonal, 2021.

Figura 117: NF2, Flexal, Rua Tobias Barreto, novas construções irregulares



Fonte: Diagonal, 2021.

Figura 118: NF2, Flexal, evidências de convívio regular no bairro (a)



Fonte: Diagonal, 2021.

Figura 119: NF2, Flexal, evidências de convívio regular no bairro (b)



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 120: NF2, Flexal, mirante e travessa**




Fonte: Diagonal, 2021.

Para a consolidação da análise da área dos Flexais, além das entrevistas e vistas a campo, foi consultado também o estudo que a ONU Habitat (2019b) desenvolveu em Maceió, para 100 assentamento subnormais, caracterizados na sua maioria como grotas, e o mapa rápido participativo (MRP). O mapeamento, feito em Flexal de Baixo e Flexal de Cima, evidencia a existência de problemas anteriores àqueles decorrentes dos impactos da realocação de áreas vizinhas, mas usuais nos assentamentos subnormais. O estudo destaca algumas necessidades de investimento em infraestrutura, contenção, drenagem e melhorias habitacionais, mas também apresenta um rol significativo de itens de infraestrutura e serviços oferecidos, em condições bastante favoráveis em relação a outros assentamentos e grotas da cidade.

No caso dos Flexais, a conclusão a que se chega é que a subsidência e o deslocamento de moradores e comerciantes da área do NF1 afetaram a dinâmica da vida das pessoas, quanto ao acesso a comércio e serviços privados e públicos. A deficiência nos serviços de zeladoria, situação preexistente, teria se agravado, segundo relatos dos moradores. As duas vias de acesso aos Flexais apresentam todas as características que fragilizam a percepção de segurança, sendo recomendável providências no curto prazo. A mobilidade comprometida das pessoas também requer medidas urgentes.

O entendimento deste diagnóstico, entretanto, é de que não se aplica a solução da realocação e que as soluções dos impactos mapeados se encontram no escopo do que está previsto para o PAS e de outros Acordos já firmados. Prover espaços urbanos seguros é uma premissa relevante para uma melhor qualidade de vida das pessoas. Muitas vezes investimentos de baixa monta podem representar uma evolução muito significativa na vida real dos seus moradores.

#### *3.5.1.3.2 Chã de Bebedouro e Chã da Jaqueira*

Os principais pontos a respeito de segurança pública analisados nesses bairros são:

- Chã da Jaqueira apresenta um dos maiores índice de criminalidade dos bairros do NF2, como já registrado anteriormente;

- essa situação é anterior ao processo de realocação de famílias e atividades, e vários delitos ocorridos no período de 2018 a 2021 se deram em locais com ausência de infraestrutura básica e serviços públicos.

Podem ser considerados aspectos relevantes do espaço urbano:

- imóveis sem tamponamento na Rua Marques de Abrantes, entulhos e lixo nas vias são as alterações substantivas;
- famílias e pessoas transitam normalmente nas ruas, inclusive à noite, no mirante próximo ao Complexo de Delegacias;
- a população faz referência a aquecimento do comércio local e aumento de preços, em função da realocação de outros comércios;
- há presença de grotas e outros assentamentos subnormais.

#### *3.5.1.3.3 Vila Saém*

Os principais pontos a respeito de segurança pública são:

- no período de 2018 a 2021 não houve nenhuma ocorrência de homicídios (CVLI);
- relatos dos moradores de medo e insegurança pela situação da área são associados à presença de pessoas estranhas adentrando imóveis desocupados.

Aspectos mais significativos observados ou mencionados em relação ao espaço urbano são:

- imóveis desocupados sem tamponamento na rua Santa Luzia, que dá acesso ao bairro, e sem isolamento de via que dá acesso ao NF1 – moradores demandam o fechamento e a demolição, pelo menos dos imóveis desocupados da rua Santa Luzia (Figura 121);
- área com características usuais de assentamentos subnormais, com circulação normal dos moradores dentro do bairro, inclusive no comércio local, durante o dia e a noite;
- campo de futebol e praça contígua em bom estado;
- os moradores ouvidos não querem sair do bairro e mostraram faixas que fizeram nesse sentido.

**Figura 121. NF2, Pinheiro/ Vila SAÉM, Rua Santa Luzia, imóveis não tamponados do lado esquerdo**



Fonte: Diagonal, 2021.

### *3.5.1.3.4 Bom Parto*

Os principais pontos a respeito de segurança pública analisados são:

- de 2018 a 2021, foram registradas 10 ocorrências de CVLI, o que, em termos de taxa de CVLI, considerando mortes por 100 mil habitantes, representou taxa de CVLI de 20,51 ante a média de 43,02 de Maceió no mesmo período.

Embora os dados da SSP-AL mostrem que os índices de violência da área do Bom Parto e entorno são inferiores às médias da cidade e que não houve acréscimo de registros pós subsidência, as entrevistas realizadas trazem percepção distinta pelos moradores. Relatos de medo e insegurança pela situação de desocupação da área contígua, associando registros da presença de pessoas estranhas no bairro, tentativas de arrombamento a imóveis ocupados no trecho lindeiro à área desocupada e informação de assaltos. Neste tipo de contexto, é relevante não apenas o trabalho na segurança em si, mas os voltados aos que impactam na percepção de segurança da população.

Problemas mais significativos observados ou mencionados em relação ao espaço urbano na época dos levantamentos são:

- imóveis desocupados sem tamponamento contíguos a outros ocupados, problemas de zeladoria com resíduos nas vias; mato, insetos e roedores; e trechos sem iluminação na área em desocupação;
- relatos de receio de como chegar até as escolas do CEPA;
- problemas estruturais anteriores à subsidência, com destaque para a ausência de pavimentação em vários trechos abaixo da linha do trem;
- problema de drenagem, com água entrando nas casas – moradores acreditam que, com a demolição das casas, está havendo aterramentos, que estariam agravando a drenagem e a saída de água pluvial e esgoto (Figura 122).

**Figura 122. NF2, Bom Parto, vielas precárias, sem pavimento nem sistema de drenagem**



Fonte: Diagonal, 2021.

Por outro lado, há pontos positivos como:

- comércio e trânsito de pessoas e veículos normal;
- iluminação em LED.

#### *3.5.1.3.5 Pinheiro*

Os principais pontos a respeito de segurança pública no bairro Pinheiro são:

- de 2018 a 2021, foram registradas 7 ocorrências de CVLI, uma das mais baixas taxas de criminalidade da cidade, coerente com a condição de bairro menos vulnerável que os demais analisados. Em termos de taxa de CVLI (considerando mortes por 100 mil), apresentou taxa de 12,5 frente à taxa de 36,45 em Maceió no mesmo período.
- os moradores relatam medo e insegurança por causa da desocupação contígua, medo de que a subsidência avance para outros trechos e pessoas estranhas no bairro entrando nos imóveis desocupados;
- há queixas de ruas ermas, sem o trânsito de veículos e pessoas.

Aspectos relevantes do espaço urbano são:

- imóveis desocupados nas vias contíguas com NF1, vários pichados e sem tamponamento ou tapume; alguns imóveis com mato na calçada e no meio-fio; comércio mais próximo à área desocupada afetado pela redução da clientela e queixa por falta de diálogo com a Braskem[66];
- dinâmica urbana aparentemente normal nas quadras fora do limite NF1, com vias limpas e iluminadas como antes da subsidência.

[66] Informação atualizada em março de 2022 indica que 97% dos imóveis desocupados já estavam tamponados, reduzindo a percepção de insegurança na área.

#### *3.5.1.3.6 Farol*

Os principais pontos a respeito de segurança pública são:

- foram registradas 14 ocorrências de CVLI de 2018 a 2021, o que significa baixa taxa de criminalidade;
- a sede do Batalhão da Polícia Militar localiza-se no Farol, em trecho atingido pela subsidência;
- o georreferenciamento indica ocorrências próximas ao trecho do Vale do Reginaldo que integra parte do bairro.

Alguns aspectos relevantes do espaço urbano são:

- alguns imóveis com mato na calçada e no meio-fio e imóveis pichados, mas a situação é considerada preexistente à subsidência;
- funcionamento aparentemente normal nas quadras fora do limite NF1, vias limpas e iluminadas, inclusive com LED;
- o Vale do Reginaldo, uma das maiores grotas de Maceió, tem trecho no bairro Farol que apresenta importante carência de infraestrutura urbana e de melhorias habitacionais, o que compromete a avaliação de segurança do bairro;
- com características semelhantes, identifica-se ainda as seguintes grotas no perímetro do bairro: Alto da Vitoria (202 moradias), Bolão I (89), Ladeira Lopes Trovão (155), Grota Reginaldo II (572) e Travessa Niterói (560).

#### *3.5.1.3.7 Pitanguinha e Gruta de Lourdes*

Os principais pontos a respeito de segurança pública analisados são:

- Em Pitanguinha e Gruta de Lourdes, foram registradas 5 e 7 ocorrências de CVLI de 2018 a 2021, respectivamente, representando baixa taxa de criminalidade em relação à cidade. Em termos de taxa de CVLI (considerando mortes por 100 mil habitantes), Pitanguinha apresentou 26,1 mortes e Gruta de Lourdes apresentou 14 mortes, contra 36,45 em Maceió no mesmo período.

Sobre o espaço urbano desses bairros, pode-se destacar:

- funcionamento aparentemente normal das quadras fora do limite NF1, com vias limpas e iluminadas, comércio aberto durante o dia e a noite, restaurantes e supermercados, e grande movimento de veículos nas vias principais;
- em Pitanguinha, embora seja um bairro muito bem estruturado, existem grotas que, como as demais, apresentam carências importantes de infraestrutura urbana e habitacional;
- do mesmo modo, em Gruta de Lourdes, bairro igualmente bem estruturado, existem duas grotas, denominadas Ouro Preto (260 moradias) e Rotary-Aterro (404 moradias), que carecem de infraestrutura.

#### *3.5.1.3.8 Levada*

No novo bairro inserido como NF2, alguns pontos se destacam com relação à segurança pública, sendo o principal deles o fato de que ele é o bairro de NF2 com a mais alta taxa de CVLI (45 ocorrências de CVLI entre 2018 a 2021) e figura entre os bairros com as mais altas taxas da cidade sobretudo por não ter população expressiva.

Ele é conurbado com o bairro do Bom Parto, com a Lagoa Mundaú e com Vergel do Lago, este último bairro classificado como NF3 e que, considerando a taxa de CVLI, está entre os bairros mais violentos da cidade.

Sobre o espaço urbano do bairro de Levada (Figura 123), tem-se aspectos distintos a destacar:

- tem infraestrutura e serviços públicos e privados melhor que o verificado no vizinho Bom Parto, embora apresente carências como na área de drenagem, pavimentação e coleta de resíduos sólidos;
- tem no seu território o mercado da Produção e o Mercado de Artesanato, que atraem volume significativo da população e turistas o que lhe traz população flutuante expressiva que certamente impacta nos indicadores;
- no entorno destes mercados, porém, estão instalados muitos comércios regulares e irregulares, inclusive ocupando calçadas e vias, o que pode ser fator que contribui para as suas condições de criminalidade. Está situado contiguo a região central da cidade o que representa um fator positivo para o seu desenvolvimento.

**Figura 123. NF2, Levada, calçadas estreitas e ocupadas, mercado e orla lagunar**



Fonte: Diagonal, 2023.

Concluindo-se a análise dos bairros classificados como NF2, há dois aspectos da vulnerabilidade socioeconômica da população que merecem destaque, do ponto de vista da segurança pública, e que foram tratados anteriormente, em políticas especificas abordadas neste Capítulo 3: i) o percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo; e ii) a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo. Esses dados confirmam a percepção registrada anteriormente que Bebedouro (com os Flexais), Chã da Jaqueira, as grotas em Pitanguinha e Gruta de Lourdes, Levada e trecho de Bom Parto têm condições de vulnerabilidade social muito alta, o que agrava a exposição à violência e à criminalidade, demandando políticas públicas integradas capazes de reverter essa situação.

#### 3.5.1.4 Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes

O NF3 é formado pelos bairros Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins, Benedito Bentes, Clima Bom, Santa Lucia, Petrópolis, Serraria, Canaã, Santo Amaro, Vergel do Lago, Jardim Petrópolis, Jacintinho e Santa Amélia, estes quatro últimos incluídos posteriormente.

Do ponto de vista da segurança destacam-se alguns aspectos: os quatro primeiros bairros listados figuram entre os principais receptores da população realocada da área afetada e também entre os bairros da cidade com maior índice de criminalidade (CVLI), assim como Jacintinho e Vergel do Lago, também integrantes da lista de NF3. Cabe registrar, porém, que esta realidade de percentual de ocorrências de CVLI em proporção muito maior que o restante da cidade (Tabela 98) ocorre há anos e, portanto, não decorre da subsidência e da realocação.

Entre 2018/2021, o número de ocorrências de CVLI no NF3 sempre estive acima da média das ocorrências de Maceió: 61,38% acima em 2018, 61,96% 2019, 59,26%, 2020 e 59,39 % em 2021.

Dos bairros do NF3, destaca-se Benedito Bentes, Cidade Universitária e Vergel do Lago, com as maiores taxa de CVLI, considerando mortes por 100 mil habitantes, no período analisado.

Benedito Bentes é um bairro que acumula vulnerabilidades urbanas, com dez grotas em seu território, a maior quantidade da cidade, com muitas carências de infraestrutura: Grota da Caveira e Alegria (373 moradias), Belo Jardim (2.055), Frei Damião (1.220), Frei Damião (2.122), Princesa (189), Esperança (238), Carimbão (138), Mocambo (210), Rua do Posto (220), Iracy Paredão São Caetano (458), de acordo com a ONU Habitat (2019ª).

Desse modo, a população realocada da área da subsidência para o NF3 teve sua condição de segurança potencialmente agravada.

Ao analisar o georreferenciamento dos homicídios (CVLI) no mesmo período de 2018 a 2021 (Mapa 21), verifica-se que, ao contrário do NF1 e NF2, há uma certa concentração dos locais dos homicídios em determinados trechos dos bairros. Em Clima Bom, bairro com território pequeno comparado com Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins e Benedito Bentes, a frequência e a concentração são significativas. Em Benedito Bentes há várias ocorrências em

trechos com vias precárias e nas proximidades de grotas. Em Cidade Universitária, é possível verificar diversas ocorrências em vias sem pavimentação, o que certamente contribui para dificultar o acesso de veículos oficiais.

A partir do endereço definitivo de famílias que se mudaram para bairros do NF3, é possível verificar que parte delas foram para regiões onde acontecem predominantemente os homicídios, o que confirma o aumento de sua exposição[67].

Em 2019, segundo dados da SSP/AL, cinco dos 50 bairros de Maceió concentraram mais da metade das ocorrências policiais (homicídios, roubos, furtos, tráfico de drogas e tentativas de assassinato): Benedito Bentes, Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins, Clima Bom e Jacintinho. Dois deles estão entre os bairros do NF3 mais representativos em termos de população realocada (Cidade Universitária e Tabuleiro do Martins), e três no segundo nível de representatividade, Benedito Bentes, Jacintinho e Clima Bom. Em 2021, eles continuam na mesma posição de 2019 de acordo com dados da SSP-AL.

Do ponto de vista das características do espaço urbano, o conjunto dos bairros do NF3 pode ser caracterizado como popular, predominantemente de baixa renda, típico em termos de padrões habitacionais. A maior parte dos trechos dos bairros tem aparência de parcelamento regular, mas não houve acesso a informações oficiais dos percentuais de regularidade fundiária. Os estudos pré-existentes consultados indicam que há assentamentos subnormais em todos os bairros.

Benedito Bentes concentra um volume muito grande de novos conjuntos habitacionais dos programas Minha Casa Minha Vida e Casa Verde Amarela, com baixa ou até ausência de oferta de serviços públicos nas proximidades. Segundo informações dadas em reunião com o Secretário Municipal, alguns nem dispõem de áreas institucionais, pois teriam sido liberados dessa exigência.

A situação de infraestrutura e sua manutenção é similar entre os bairros e, em muitos trechos, as condições são mais precárias do que a maioria dos trechos do NF1, com deficiências maiores, sobretudo nas vias transversais e nas bordas: vias sem pavimentação, problemas de drenagem, descarte de entulho, calçadas obstruídas ou inexistentes e pouco acessíveis, ausência de placas de identificação das vias (Figura 124 a Figura 127).

O transporte urbano é limitado às vias pavimentadas, o que exige – em vários trechos - grandes deslocamentos a pé. Há presença de muitos pontos de comércio popular em canteiros centrais de avenidas, em calçadas e em outras áreas públicas, até em trechos do leito carroçável (algumas feiras têm características de permanentes, onde as barracas não são desmontadas). O padrão de oferta de equipamentos e serviços públicos e privados é variável, alguns trechos com distância importante, com forte isolamento econômico e social.

[67] Os endereços georreferenciados das mudanças não são apresentados em atenção à LGPD.

Figura 124. NF3, Tabuleiro do Martins, problemas de infraestrutura



Fonte: Diagonal, 2021.

Figura 125. NF3, Santa Lucia, problemas de infraestrutura, drenagem, mato, calçada e campo a qualificar



Fonte: Diagonal, 2021.

Figura 126. NF3, Benedito Bentes, comércio irregular e infraestrutura deficiente



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 127. NF3, Cidade Universitária, Vila Olímpica por reformar, infraestrutura deficiente, ocupação irregular, sem calçadas acessíveis**



Fonte: Diagonal, 2021.

Como já registrado ao longo do texto, dentre os novos bairros inseridos como NF3, dois deles se destacam pela combinação de precariedade urbana e de indicadores sociais e de segurança: o Vergel do Lago (Figura 128) e o Jacintinho (Figura 129), ambos com processos de urbanização iniciados, mas não concluídos, e com porções do território que se configuram como espaço urbano não seguro.

**Figura 128. NF3, Vergel do Lago, calçadas pouco acessíveis, espaços remanescentes sem ocupação paisagística**



Fonte: Diagonal, 2023.

**Figura 129. NF3, Jacintinho, calçadas ocupadas por comércio informal, ruas com pouco movimento e sem calçadas**



Fonte: Diagonal, 2023.

Concluindo a análise do NF3, cabe destacar alguns componentes da vulnerabilidade social das pessoas que vivem nestes bairros, já tratados em outros capítulos deste diagnóstico. São indicadores preocupantes, do ponto de vista do tema aqui tratado, o percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e o percentual de domicílios com renda *per capita* igual ou inferior a meio salário-mínimo. Esses e outros dados mostram o elevado nível de vulnerabilidade social de alguns dos principais bairros receptores do NF3, como Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins, Benedito Bentes, e Vergel do Lago.

### 3.5.2 Síntese analítica

A Segurança foi analisada considerando as condições do espaço urbano e sua relação com a percepção de segurança nos territórios impactados e os dados de segurança pública mais relevante para a compreensão dos territórios.

Nesta mesma lógica, considerando os impactos identificados decorrentes da subsidência e da realocação, mas também o contexto geral em que se insere o tema segurança no município de Maceió, foram propostas diretrizes para subsidiar as definições acerca de medidas compensação, parte das quais na lógica de abordagem do tema, são direcionadas a outras tratativas ou devem ser objeto de ação integrada de políticas sociais ou das políticas urbanas.

Os elementos apresentados a seguir são resultados da consolidação dos textos oriundos do Diagnóstico e do Documento Técnico Complementar acerca do tema. A análise realizada mostra que o processo de realocação está associado a duas alterações diretas em torno do tema segurança para as populações: i) a condição no território limítrofe entre o NF1 e o NF2, neste momento pós realocação da população, apresenta elementos de um espaço urbano não seguro, com forte impacto na percepção de segurança da população que ali vive; e ii) parte das famílias realocadas passaram a residir em bairros do NF3, que abrange alguns dos bairros com os piores indicadores de violência do município, condição agravada pela presença de áreas com infraestrutura precária, reduzidas alternativas de trabalho e renda e de atividades de cultura, esporte e lazer e presença de comércio irregular, elementos estes indutores de conflito e violência.

O contexto identificado traz a complexidade dada pela combinação dos impactos acarretados pela subsidência e pela realocação da população com problemas preexistentes, que podem ser agravados ou podem impactar na capacidade do município e da sociedade de lidar com os efeitos da realocação. Destacam-se entre os impactos e desafios mais relevantes:

- Condição do território no NF1, especialmente no limite com NF2, com imóveis desocupados, vandalizados, pichados, parcialmente demolidos, não tamponados e sem tapumes, alvo de furtos, com acesso de estranhos, tornando inseguros os trechos abertos ao trânsito, trazendo alterações das condições urbanas e na inserção social com impacto na percepção de segurança da população.
- Agravamento da percepção das condições de segurança pela população do NF2 adjacente ao NF1 em razão das condições da área desocupada (entulhos, mato, buracos, problemas de drenagem, iluminação pública deficiente, pessoas estranhas no bairro).

- Trechos dos bairros do NF2 e NF3 que são mais vulneráveis e violentos, com ausência de espaços de lazer e convívio qualificados e necessidade de ampliação de políticas sociais.
- Nos principais bairros receptores mais distantes (NF3), tem-se índices de criminalidade maiores do que no NF1. Destacam-se Benedito Bentes, Cidade Universitária, Jacintinho e Tabuleiro do Martins, com taxa de CVLI de 65,27, 62,29, 45,37 e 40,15 considerando mortes por 100 mil habitantes, respectivamente, no período de 2018 a 2021. Conforme pode ser observado nos dados da SSP-AL já apresentados, sendo parte dos homicídios (CVLI) envolvendo jovens. Nos bairros e trechos com predominância de CVLI foi possível verificar que se trata de áreas sem infraestrutura adequada, irregularidade na posse da terra, presença de comércio irregular associado a reduzidas alternativas de trabalho e renda e de atividades de cultura, esportes e lazer, gerando espaços inseguros. No conceito de espaços urbanos seguros, tais elementos são indutores de conflitos e violência. A situação verificada foi abordada também em relatos de moradores e gestores da PMM e da SSP-AL em visitas e reuniões com o consultor do tema.
- Relatos acerca de aumento de ambulantes, comércio popular e feiras irregulares nas calçadas e canteiros centrais em áreas violentas do NF3, gerando descartes de entulhos e resíduos sólidos nas ruas, impactando a percepção de segurança.
- Falta de acesso à internet pública, dificultando a inserção de população vulnerável nas oportunidades de trabalho, renda e educação.
- Ausência de Plano de Segurança Municipal e do Conselho de Segurança Municipal, o que dificulta ações sistematizadas, articuladas e perenes de prevenção à violência.
- Limitações de infraestrutura e de equipamentos de apoio às ações de fiscalização, controle e repressão qualificada.
- Um tema específico não relacionado à segurança pública *strictu sensu*, mas subordinado à Secretaria que trata de Segurança Urbana, é o Plano Municipal de Redução de Riscos, que não está atualizado, o que dificulta o monitoramento e controle das ações necessárias em áreas de risco.

O contexto analisado traz também iniciativas da gestão pública e possibilidades de ação que são convergentes com o enfrentamento dos impactos e problemas mapeados e podem receber investimento como medida de compensação. Destacam-se:

- A proposta da Prefeitura de Maceió de implantar equipamento do tipo COMPAZ, baseado na experiencia da Prefeitura da Cidade do Recife e da cidade de Medelin, na Colômbia, destinado à oferta de múltiplas alternativas de atendimento de políticas sociais, cultura e esportes com vistas à redução de vulnerabilidade social e ampliação da segurança urbana. Trata-se de importante medida de prevenção primaria para segurança em territórios mais vulneráveis.
- Os vários programas de infraestrutura em andamento, como iluminação em LED, pavimentação, microdrenagem, calçadas acessíveis, ação para descarte correto de resíduos

sólidos, que podem ser potencializados com apoio para trechos dos bairros mais vulneráveis no NF2 e NF3, aumentando a percepção de segurança, facilitando a mobilidade e o acesso de agentes públicos.

- Os projetos de expansão de equipamentos de saúde, educação, assistência, esportes, lazer, entre outros, apresentados no Plano Plurianual, em fase de conclusão em setembro de 2021, e em planos municipais, e que podem ser potencializados, como medida de redução de vulnerabilidades com potencial de redução de violência nos NF2, NF3 e NF4.
- A iniciativa do Governo do Estado, em conjunto com a ONU Habitat, que realizou diagnósticos de necessidades de infraestrutura em territórios vulneráveis, sobretudo em assentamentos subnormais, que podem ser aproveitados e considerados para o NF2 e o NF3 para reduzir a vulnerabilidades e a violência.
- A disposição da SSP-AL em fazer parceria e atuar nas áreas com o modelo de segurança comunitária que já implantou como piloto em alguns bairros.
- A existência de empresa de segurança privada contratada da Braskem atuando continuamente na área do NF1, bem avaliada pela Polícia Militar.
- A retomada pela Prefeitura Municipal de Maceió (PMM) do programa de educação ambiental nos bairros da cidade, que contribui para redução de descarte irregular de resíduos sólidos no espaço público, e que pode ser ampliado para bairros mais vulneráveis do NF2 e NF3.
- As áreas do NF2 e NF3 têm grupos sociais atuantes nas áreas de cultura e esportes, importante instrumento de fortalecimento comunitário e de promoção de cultura de paz.
- A PMM está com ações de ordenamento do espaço urbano, com remoção e realocação de comércio irregular, com possibilidade de fortalecimentos de polos de centralidade nos bairros receptores do NF2 e NF3, criando mercados populares, com oportunidade de trabalho e renda e deslocamento de feiras informais instaladas em calçadas, canteiros centrais e leito carroçável.
- A PMM vem formulando e atualizando vários planos setoriais, importantes para o tema Segurança, sendo uma possibilidade de medida de compensação o fortalecimento institucional da PMM com recursos para apoio à formulação de planos, além de investir em equipamentos e tecnologia, potencializando a capacidade de gestão, fiscalização e controle.

### 3.5.3 Diretrizes temáticas

O Diagnóstico mostrou impactos diretos da subsidência e da realocação da população sobre a questão da segurança, mas também mostrou que o município tem desafios pré-existentes, assim como, iniciativas em relação ao tema que podem ser objeto de medidas de compensação e potencializadas em todo o território analisado.

O conjunto de diretrizes propostas está baseado na visão de segurança urbana cidadã que norteou o trabalho. As propostas também têm como referência as experiências focadas em prevenção, cultura de paz e necessidade de espaços urbanos seguros, abordando as questões entendidas como mais relevantes para fazer frente ao contexto e impactos mapeados, tendo em vista os objetivos e as referências técnicas do presente estudo.

As diretrizes para medidas de compensação no âmbito do PAS combinam propostas de investimento no desenvolvimento de ações de segurança urbana e de políticas sociais integradas e redução de vulnerabilidade (objeto do Eixo 1) em articulação com a segurança (a exemplo do Projeto Compaz, apresentado pelo município) mas também ações de qualificação de espaços urbanos (objeto do Eixo 3 do PAS) e medidas de fortalecimento institucional dos organismos de segurança.

Cabe registrar que parte das diretrizes apresentadas aqui não é objeto do PAS e sim direcionadas a outras tratativas, com destaque para aquelas direcionadas a intervenções no território limite entre NF1 e NF2.

Em síntese, são diretrizes temáticas para a Segurança:

- Investir na resolução de problemas imediatos do espaço urbano afetado pelas realocações que traz impacto na percepção de segurança da população do NF2 e transeuntes como problemas de zeladoria, tamponamento e demolições dos imóveis da área desocupada, e soluções para a melhor manutenção da infraestrutura de modo a superar a condição de espaço urbano inseguro (Diretriz correspondente ao capítulo do Acordo que trata da estabilização e monitoramento da área afetada);
- Apoiar o município de Maceió no desenvolvimento de políticas sociais integradas voltadas a redução da vulnerabilidade social e violência e melhoria das condições de segurança urbana dos territórios menos seguros e prioritários do PAS;
- Investir na melhoria dos espaços urbanos para torná-los mais seguros e trazer mais qualidade de vida, em ação integrada com a dimensão urbanística do PAS;
- Apoiar o fortalecimento institucional do município no tema segurança urbana e gestão de riscos, e ampliar ações sistematizadas de investimento em cultura de paz para espaços urbanos mais seguros.



# 4. Eixo 2: Atividade Econômica, Trabalho e Renda

Este capítulo apresenta os conteúdos analisados e as propostas que compõem o Eixo 2, Atividade Econômica, Trabalho e Renda e está dividido em duas partes, a primeira compreendendo aspectos de economia, trabalho e renda em cada um dos NF estudados; e a segunda, enfocando especificamente a atividade pesqueira, atividade econômica tradicional e relevante na área de desocupação e entorno.

## 4.1 Economia, Trabalho e Renda

A metodologia de trabalho adotada para elaboração da primeira parte deste capítulo englobou um conjunto de estratégias para lidar com o desafio central que se apresentou ao desenvolvimento do diagnóstico logo de início, que foi a dificuldade na obtenção de dados. A exceção, em termos de dados primários, foram os dados obtidos, de forma agregada, do Plano de Compensação Financeira (PCF), que não puderam ser disponibilizados de forma desagregada e foram disponibilizados em momentos diferentes, em 2021 e em 2023, com atualizações que são destacadas ao longo do texto.

Assim, trabalhou-se com coleta de dados secundários em diversas fontes públicas disponíveis e aplicáveis ao tema, que pudessem contribuir para traçar características econômicas dos territórios. Foram realizadas, ainda, pesquisas em dados públicos para obtenção de informações acerca da economia de Maceió. Foram utilizados dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, 2013-2021; da Receita Federal, 2020-2021; e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) do IBGE, 2018-2020, por meio do qual foram apresentadas informações desagregadas do mercado de trabalho formal, atividades econômicas e dados sobre taxa de desocupação, também em termos de estabelecimentos.

Ainda na frente dos Estudos Técnicos, foram realizadas visitas de campo ao longo do período do diagnóstico, que permitiram conhecer melhor a realidade das famílias e dos negócios atingidos pela subsidência, ao visualizar os trajetos urbanísticos dos bairros do NF1 e NF2 e visitas ao NF3 para conhecer outros aspectos da dinâmica do comercio e serviços local, identificar potencialidades e limitações ao receber mais famílias e negócios.

De outra parte, a análise desenvolvida seguiu a metodologia de escuta direta de agentes representativos do setor público e da sociedade civil.

Na Agenda Institucional, as entrevistas foram desenvolvidas com autoridades da prefeitura e do governo do estado, e com representantes de instituições que atuam como atores no processo, cujo objetivo principal foi obter dados e estudos desenvolvidos sobre o tema estudado. Além disso, um questionário foi aplicado junto a cada representante institucional para possibilitar o desenvolvimento de uma análise qualitativa a partir da percepção dos atores envolvidos no processo. Com isso, estão colocados no diagnóstico elementos apresentados nas entrevistas realizadas na Agenda Institucional com Secretários, Gestores e Técnicos de SEMTABES, SEMEC, SETE e SEAGRI; dados e avaliações apresentados nas entrevistasse reuniões com representantes do SEBRAE, SENAC, JUCEAL, Fecomércio, FAMECAL e BNB.

E, por fim, tem-se as percepções vindas das reuniões e escutas de empreendedores do NF2 e NF3 e das atividades do processo participativo.

Com a metodologia adotada, buscou-se também lidar com a ausência de dados públicos setorizados e disponíveis, o que, entretanto, não impediu o desenvolvimento de um diagnóstico adequado aos propósitos do PAS. Um Censo não foi realizado devido à urgência de se conduzir uma análise dentro de um prazo que pudesse atender ao cronograma definido pelas partes. Em todas as reuniões presenciais e online realizadas, a solicitação de dados e estudos foi respondida com negativas por não haver levantamento específico feito pelas instituições entrevistadas. Em alguns momentos, os entrevistados afirmaram que pretendiam fazer estudos a respeito, mas os estudos não foram disponibilizados à Diagonal no prazo dos levantamentos do presente diagnóstico. Ao mesmo tempo, órgãos oficiais de estatísticas não disponibilizam dados para Maceió por bairros e dados agregados foram apresentados somente até 2018, à época da confecção do Diagnóstico, o que não permitiu a identificação da evolução dos impactos da subsidência e da realocação, assim como da pandemia de covid-19, sobre as áreas afetadas e sobre Maceió. Tais limitações foram supridas por meio da adoção de procedimentos metodológicos voltados à coleta de dados qualitativos, como entrevistas em profundidade, análise das entrevistas realizadas no Processo Participativo, além das visitas técnicas.

Assim, alguns pontos importantes merecem ser registrados de início, para entendimento da análise:

- Dados sobre o impacto na geração de emprego e renda a partir da subsidência ainda não haviam sido publicados por órgãos públicos, instituições da sociedade ou instituições acadêmicas. Em reuniões com a Secretaria Municipal de Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária (SEMTABES) e a Secretaria Estadual de Trabalho e Emprego (SETE), foram solicitados dados sobre o aumento da procura pelas políticas do SINE, mas esses não foram disponibilizadas no prazo deste estudo. O mesmo ocorreu com a solicitação de dados, ainda que agregados, sobre o perfil (tipos de atividades e faturamento) de empreendedores das regiões afetadas NF1, NF2 e NF3 solicitados junto à Secretaria Municipal de Economia (SEMEC). Dados sobre o perfil do empreendedor das regiões afetadas foram solicitados ao Banco do Nordeste (BNB), mais especificamente, para o programa de microcrédito Crediamigo, que tem uma agência situada no Farol e que dispõe do histórico de atendimento de empreendedores nos três NF, mas também não foram disponibilizados.
- Esse cenário reflete a própria limitação das políticas públicas específicas e de ações integradas para lidar com impactos da subsidência sobre a geração de emprego e renda. As ações específicas do SEBRAE e SENAC, por exemplo, são pontuais e relacionadas a programas e projetos que não apresentam ligação direta com a subsidência e a realocação, ainda que algumas delas tenham sido inseridas em um Acordo Específico firmado com o Ministério Público do Trabalho -MPT/AL e custeadas pela Braskem.

### 4.1.1 Caracterização Geral do Tema

A subsidência em Maceió e a desocupação de bairros dela decorrente mudou a realidade socioeconômica de famílias e negócios das regiões afetadas, bem como das regiões adjacentes. Segundo informações obtidas nas entrevistas com entidades e moradores, a realocação das famílias para bairros dispersos trouxe impactos nos negócios. Representantes de comércios do entorno da área desocupada afirmam que houve perda de clientela local pela mudança. Já nos bairros de destino, os comerciantes realocados, ouvidos no processo participativo, afirmam que se tornaram estranhos nos novos locais.

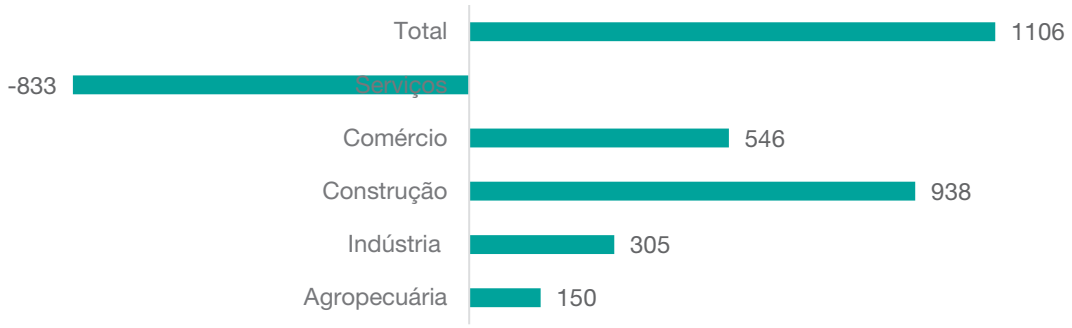
A economia de Maceió sofreu impactos, de forma bastante pulverizada, considerando o montante de R$ 1,6 bilhão já pagos pela Braskem, até o momento desse estudo, em indenização aos moradores, comerciantes e entidades, gastos com advogados, avaliadores, corretores, empresas de mudança, segurança, manutenção das vias, demolições e tamponamento.

Essas informações são de difícil mensuração pela ausência de dados públicos e pela informalidade existente na área. Entender a dinâmica da realocação desses negócios e mensurar impactos sobre os bairros que perderam moradores e empresas é um grande desafio, assim como analisar a composição e evolução econômica dos bairros que estão recebendo famílias e negócios, para entender a situação atual em termos de infraestrutura e adensamento produtivo. Contudo, entende-se que, a partir das informações mapeadas, é possível desenvolver ações e projetos como medida de compensação que possam abranger esses públicos.

Esta seção do Diagnóstico busca apresentar o contexto identificado, considerando impactos, demandas e possibilidades de ações mapeadas a partir de levantamentos de dados secundários e de entrevistas e reuniões com agentes públicos e população. A análise dessas informações permitiu a formulação de propostas de diretrizes de temas prioritários para investimento do PAS. Esta análise incluiu o mapeamento de possibilidades de ação voltadas para famílias, empresários e seus negócios que estão saindo dos bairros afetados e a indicação preliminar de políticas públicas e privadas que possam favorecer a fixação desse público específico nas novas áreas. Inclui-se nesta análise os negócios dos bairros vizinhos à área impactada, no NF2, que não foram realocados, mas que sofrem impacto da realocação da população da área desocupada e das mudanças da condição urbana havidas no seu entorno.

A título de caracterização, apresenta-se, inicialmente, dados acerca das condições gerais de emprego em Maceió. Os dados são relativos aos períodos de 2020 (Figura 130 e Tabela 100) e de janeiro e setembro 2021 (Figura 131 e Tabela 101). Os dados para 2020 mostram uma queda acentuada no saldo de empregos em serviços e uma resiliência de outras atividades, principalmente da construção civil.

**Figura 130: NF4, Maceió, saldo de empregos formais por grandes agrupamentos de atividades econômicas (postos de trabalho), 2020**




Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência, CAGED. 2021.

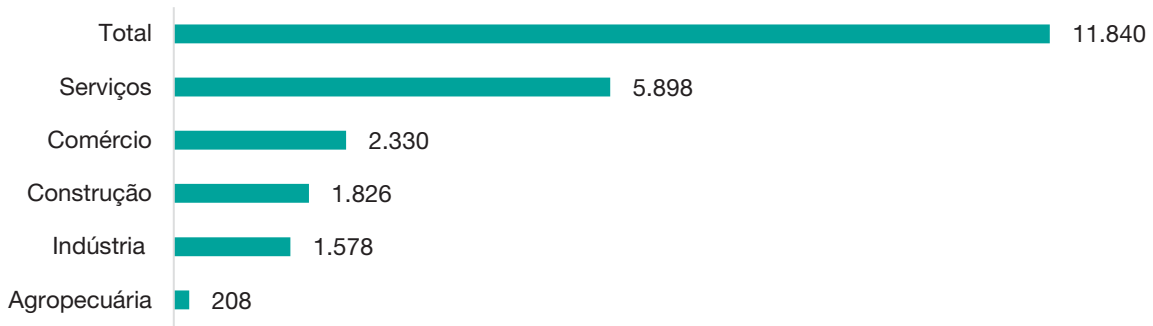
**Tabela 100: NF4, Maceió, emprego formal por setor (postos de trabalho), 2020**

| Setor | Admitidos | Desligados | Saldo | Estoque |
|---|---|---|---|---|
| Agropecuária | 226 | 76 | 150 | 555 |
| Indústria | 4.451 | 4.146 | 305 | 15.493 |
| Construção | 8.404 | 7.466 | 938 | 16.632 |
| Comércio | 15.395 | 14.849 | 546 | 49.306 |
| Serviços | 25.333 | 26.166 | -833 | 110.318 |
| **Total** | **53.809** | **52.703** | **1.106** | **192.304** |

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência, CAGED. 2021.

Até setembro de 2021 (Figura 131 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**e Tabela 101), percebe-se um contexto de retomada de todas as atividades, com destaque para o setor de serviços. Esse comportamento tem forte correlação com os impactos das restrições de deslocamento impostas pela pandemia de covid-19, que impactaram o setor de serviços diretamente, e que se repetiu nas demais capitais do Nordeste e do Brasil.

**Figura 131: NF4, Maceió, saldo de empregos formais por grandes agrupamentos de atividades econômicas (postos de trabalho), jan.-set. 2021**




Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência, CAGED. 2021.

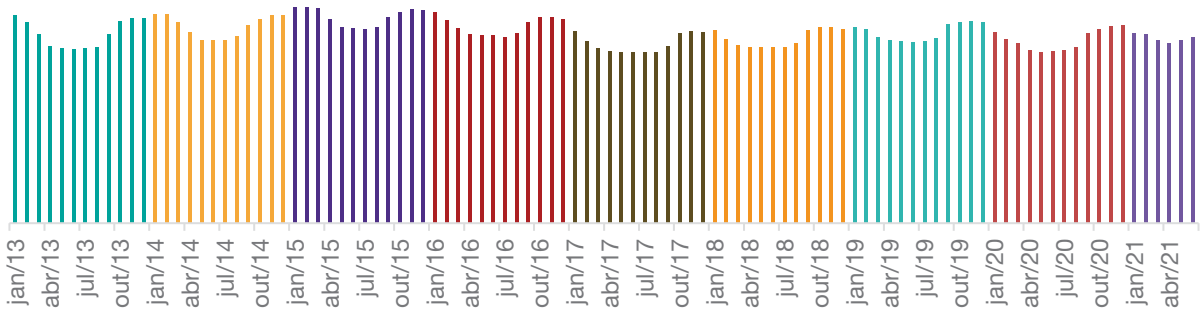
**Tabela 101: NF4, Maceió, emprego formal por setor (postos de trabalho), 2021 (jan-set)**

| Setor | Admitidos | Desligados | Saldo | Estoque |
|---|---|---|---|---|
| Agropecuária | 386 | 178 | 208 | 763 |
| Indústria | 4.225 | 2.647 | 1.578 | 17.071 |
| Construção | 8.688 | 6.862 | 1.826 | 18.458 |
| Comércio | 13.619 | 11.289 | 2.330 | 51.636 |
| Serviços | 25.533 | 19.635 | 5.898 | 116.036 |
| **Total** | **52.451** | **40.611** | **11.840** | **203.964** |

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência, CAGED. 2021.

A evolução do estoque de emprego formal em Maceió apresentada na Figura 132, desde 2013, também demonstra uma retomada progressiva em relação aos anos anteriores a partir de meados de 2020 e parece apontar para um patamar superior ao nível de 2014. No entanto, no agregado, 2019 e 2020 demonstram situações análogas às de 2017 e 2018 (até ligeiramente melhores). Portanto, os dados agregados não parecem demonstrar alguma correlação com a subsidência.

**Figura 132: NF4, Maceió, evolução do estoque de emprego, 2013 a 2021 até junho**




Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência, CAGED. 2021.

Observando o saldo de empregos formais entre 2018 e 2021 na Figura 133, também não se depreende uma relação direta com a subsidência. É certo que os meses de abril e maio de 2020 foram especialmente ruins, seguidos, no entanto, por uma retomada mais forte de setembro a novembro, em comparação com os meses anteriores. Esses dados parecem indicar um efeito mais presente e mais direto da dinâmica de fechamento e abertura da economia em função da pandemia de covid-19, como ocorrido em todo o país.

**Figura 133. NF4 Maceió, saldo do emprego formal, 2018 a 2021 até junho**




Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência, CAGED. 2021.

Os dados sobre a população ocupada de 2019 apontam que Maceió contava com, apenas, 26,8% da população ocupada em relação à população economicamente ativa.

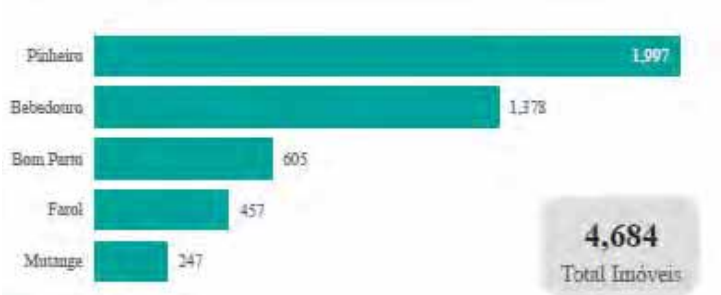
### 4.1.2 Caracterização dos Núcleos Focais - NF

A caracterização a seguir aborda os três NFs definidos como objeto de análise do PAS, em função dos impactos específicos (NF1, NF2 e NF3), além do próprio município de Maceió, denominado NF4, analisado em termos de políticas e programas.

#### 4.1.2.1 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação

Dados apresentados pela Braskem em agosto de 2023 indicavam que 4.684 imóveis residenciais e mistos e 649 imóveis não residenciais foram locados e comodados na área[68]. A Figura 134 e a Figura 135 apresentam a distribuição de imóveis residenciais e mistos e não residenciais locados e comodados por bairro. Os bairros de Pinheiro e Bebedouro apresentam maior concentração.

**Figura 134. Imóveis Residenciais e Mistos – Locados/Comodados por Bairro**




Fonte: Programa de Compensação Financeira. 2023.

[68] Os dados atualizados do Programa de Compensação Financeira - PCF disponíveis em março de 2023, por ocasião da Escuta Pública, apontam para: 4.467 imóveis com atividades econômicas declaradas; 6.082 pleitos de atividade comercial solicitados; e 4.883 indenizações já pagas, associados aos processos com pleitos de atividades econômicas.

**Figura 135. Imóveis Não Residenciais – Locados/Comodados por Bairro**




Fonte: Programa de Compensação Financeira. 2023.

Por meio de pesquisa primária aplicada no NF1, no processo do PCF, foi possível obter uma caracterização inicial da atividade econômica da área em termos setoriais: uma concentração de atividades em comércios e serviços de pequena escala, juntamente com a presença de equipamentos de médio porte, públicos e privados, de saúde e educação, observado na

**Figura 136. Atividades Econômicas Contempladas (CNAE).**




Fonte: Programa de Compensação Financeira. 2023.
Obs.: Existem 293 CNAES e acima apenas os 26 com incidência superior a 30. Cada CNAE é contado apenas uma vez e cada comércio pode ter até 5 CNAEs.

As atividades econômicas formais e informais se concentravam, em sua maior parte, nos bairros de Bebedouro e Pinheiro, com 77,2% das atividades informais e 82,2% das formais, conforme pode ser visto na Figura 137.

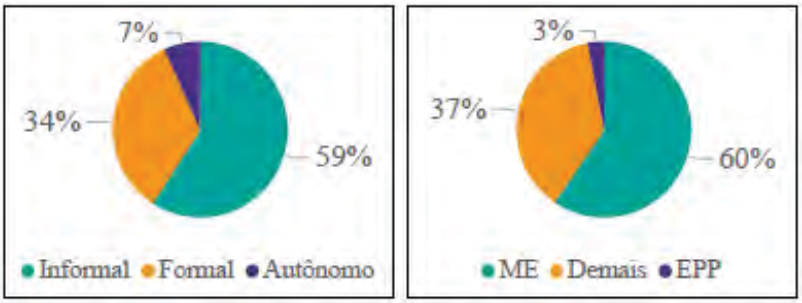
**Figura 137: Atividade econômica por Tipo e Bairro**

| Cadastro | Autônomo | Formal | Informal | Total |
|---|---|---|---|---|
| ⊟ CNPJ | | 943 | | 943 |
| Bebedouro | | 286 | | 286 |
| Bom Parto | | 45 | | 45 |
| Farol | | 91 | | 91 |
| Mutange | | 32 | | 32 |
| Pinheiro | | 489 | | 489 |
| ⊟ CPF | 185 | | 1,637 | 1,822 |
| Bebedouro | 64 | | 722 | 786 |
| Bom Parto | 5 | | 169 | 174 |
| Farol | 5 | | 180 | 185 |
| Mutange | | | 57 | 57 |
| Pinheiro | 111 | | 509 | 620 |
| Total | 185 | 943 | 1,637 | 2,765 |

Fonte: Programa de Compensação Financeira. 2023.

Segundo os dados do PCF atualizados para 2023, dentre as atividades que foram objeto de compensação, 34% são formais e 66% informais (inclusive autônomos). Em termos de porte de empresas, segundo as faixas de faturamento da Receita Federal, 60% são microempreendedores, 3% empresas de pequeno porte e 37% incluem MEIs e empresas de médio e grande porte (Figura 138).

**Figura 138: Perfil das atividades compensadas por grau de formalidade e porte**




Fonte: Programa de Compensação Financeira. 2023.
Obs. Formalidade calculada com base nos pleitos comerciais deferidos. Porte calculado com base nos dados da Receita Federal, considerando os CNPJs dos comércios deferidos no programa.

Uma base de comparação para se aferir as especificidades setoriais do NF1 é a totalidade da economia de Maceió. Como pode ser visto na Tabela 102, na análise desenvolvida com os dados para o ano de 2019, usando como base de dados a RAIS (MTE), em termos de estabelecimentos, a matriz setorial de Maceió caracteriza-se como intensiva em mão de obra e alocada no setor de serviços, incluindo grandes setores de comércio varejista (alimentos, vestuário, construção, automotivos e saúde) e de serviços condominiais, de saúde e educação.

**Tabela 102. NF4 Maceió, distribuição setorial dos estabelecimentos formais, 2019**

| CNAE 2.0 Classes | N. | % |
|---|---|---|
| Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas | 1.151 | 7,0 |
| Construção de edifícios | 797 | 4,9 |

| CNAE 2.0 Classes | N. | % |
|---|---|---|
| Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios | 724 | 4,4 |
| Condomínios prediais | 713 | 4,4 |
| Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos | 683 | 4,2 |
| Comércio varejista de produtos alimentícios: minimercados, mercearias e armazéns | 452 | 2,8 |
| Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente | 423 | 2,6 |
| Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário | 407 | 2,5 |
| Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção | 398 | 2,4 |
| Comércio de peças e acessórios para veículos automotores | 338 | 2,1 |
| Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária | 260 | 1,6 |
| Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza | 260 | 1,6 |
| **Total selecionado** | **6.606** | **40** |
| **Demais setores** | **9.752** | **60** |

Fonte: MTE, RAIS. 2020.

Para a compreensão da economia municipal e local selecionadas, deve-se buscar a identificação de aglomerações produtivas por meio da construção de medidas relativamente simples (FINGLETON, IGLIORI e MOORE, 2005). Um indicador importante para determinar as especializações produtivas locais é o quociente locacional (QL). A partir desse indicador, é possível diagnosticar setores que são concentrados em relação à média municipal e, assim, determinar quais seriam os setores que caracterizam a economia do NF1. Um QL maior que a unidade indica que o território tem uma concentração setorial acima da média municipal naquele setor. Logo, naquela localidade, o setor i ocupa uma proporção maior do emprego local ou da alocação setorial dos estabelecimentos em relação à média municipal. O QL pode ser facilmente computado:

$$QL = \frac{\left(\frac{E_{ij}}{E_j}\right)}{\left(\frac{E_{in}}{E_n}\right)}$$

Onde $E_{ij}$ é o número de empresas no setor i e no território j (dado nesse caso pelo conjunto dos bairros), $E_j$ é o número de empresas total no município j (Maceió), $E_{in}$ é o número de empresas locais no setor i e $E_n$ é o número de empresas no município.

Em alguma medida, a área sob avaliação é uma continuidade da matriz setorial da economia de Maceió, ainda que com específicas hipertrofias em termos da distribuição setorial dos estabelecimentos da área. Vale dizer, a área não parece denotar nenhum serviço ou comércio que não sejam recorrentes na economia de todo o município.

Contudo, essa continuidade setorial da área em relação à economia de Maceió apresenta intensidades desproporcionais dos estabelecimentos em certos setores: a frequência de estabelecimentos de serviços de estética (cabeleireiros) é oito vezes maior na área do que no restante do município. Estabelecimentos do comércio varejista de alimentos em mercearias,

minimercados etc. são 5,8 vezes mais frequentes na área em relação à economia da cidade. O comércio varejista de bebidas é 5 vezes mais frequente em termos de estabelecimentos. O microcosmos setorial da área era, antes das desapropriações, aquele de uma economia local especializada em comércio varejista e serviços pessoais de baixa produtividade. Na Tabela 103, os dados para Maceió referem-se ao universo de estabelecimentos formais e, para o NF1, são derivados da pesquisa aplicada pelo PCF realizada em 2021, mas com características que se mantiveram na atualização de 2023 do PCF, com pequenas alterações, que abrange estabelecimentos informais e podem ter vieses relacionados às expectativas de compensação.

**Tabela 103. NF1, medida de especialização produtiva da área em relação à economia municipal de Maceió (QL)**

| CNAE 2.0 Classes | Estabelecimentos formais de Maceió* (2019, em %) | Estabelecimentos cadastrados NF1** (2020, em %) | QL NF1/ Maceió |
|---|---|---|---|
| Restaurantes e outros estabelecimentos serviços de alimentação | 7,0 | 11,0 | 1,6 |
| Comércio varejista de produtos alimentícios | 2,8 | 16,0 | 5,8 |
| Comércio varejista de bebidas | 0,6 | 3,0 | 5,1 |
| Manutenção e reparação de veículos automotores | 1,4 | 6,0 | 4,3 |
| Comércio varejista de materiais de construção | 2,4 | 2,0 | 0,8 |
| Cabeleireiros e outras atividades de beleza | 1,6 | 13,0 | 8,2 |
| Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios | 4,4 | 3,0 | 0,7 |
| Outros | 4,9 | 46,0 | 9,4 |
| Comércio varejista combustíveis para veículos automotores | 0,8 | - | - |
| Atividades de serviços pessoais não especificadas | 0,3 | - | - |
| Comércio varejista especializado de móveis | 1,2 | - | - |
| Serviços de catering, bufê | 1,1 | - | - |
| Atividades de contabilidade | 1,6 | - | - |

Fonte: * MTE, RAIS. 2020. ** Diagonal, Pesquisa Socioeconômica de Pré-realocação. 2021.

Conforme já registrado, a área que compõe o NF1 é um território economicamente heterogêneo. Tendo como filtro os valores da renda domiciliar per capita, por exemplo, o território pode ser dividido em três áreas: Mutange com renda domiciliar per capita inferior a R$ 810 (em valores ajustados para outubro de 2021 pelo IPCA; Bebedouro com renda domiciliar per capita entre R$ 810 e R$ 1.620; e, por fim, Pinheiro, com renda superior a R$ 4.850 mensais per capita nos domicílios.

Dados mais abrangentes que relacionam os registros das Subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e o endereço do CNPJ caracterizaram setorialmente o NF1 com ainda mais precisão em 2021, com a ressalva metodológica de que se trata apenas do universo de estabelecimentos formais e de pequeno porte (micro e pequenas empresas, MPE, com até 50 funcionários)[69]. A fonte dos dados é a Receita Federal.

[69] Os dados de estabelecimentos e CNPJ da área foram atualizados conforme dados recebidos em Agosto de 2023 pela Base Única do PCF, conforme já mencionado, mas a análise setorial à época não sofreu alterações significativas em relação à composição das atividades econômicas por bairros.

Bebedouro aparece claramente com uma matriz setorial mais restrita, ou menos diversificada em relação a Bom Parto e, mais claramente ainda, em relação a Pinheiro. Comércio varejista de produtos alimentícios e serviços de alimentação (restaurantes, lanchonetes e similares) representam cerca de 43% dos estabelecimentos do bairro (Tabela 104).

**Tabela 104. NF1, Bebedouro, composição setorial de estabelecimentos formais por subclasse CNAE, 2020**

| Divisão e grupo CNAE | % |
|---|---|
| Divisão 43 – Serviços especializados para construção | 4,3 |
| Divisão 45 – Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 6,5 |
| Grupo 47.1 – Comércio varejista não especializado e<br>Grupo 47.2 – Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo | 43,5 |
| Grupo 47.3 – Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores a<br>Grupo 47.6 – Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos | 19,6 |
| Grupo 47.7 – Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos | 4,3 |
| Grupo 47.8 – Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados | 10,9 |
| Divisão 56 – Alimentação | 8,7 |
| Divisão 62 – Atividades dos serviços de tecnologia da informação | 0,0 |
| Divisão 96 – Outras atividade e serviços pessoais | 2,2 |
| **Total** | **100,0** |

Fonte: Receita Federal, 2021.

Por outro lado, o bairro de Bom Parto apresenta uma matriz setorial um pouco mais diversificada (Tabela 105). Aparecem estabelecimentos ligados ao setor da construção civil (serviços de instalação elétrica, construção de alvenaria e comércio varejista de produtos da construção em geral). Também há estabelecimentos relacionados com o setor de comércio e manutenção de veículos automotores, embora esse setor (comércio de peças de veículos, serviços de reparação e comércio de veículos) seja relevante em Pinheiro (Tabela 106) e, em especial no NF3.

**Tabela 105. NF1, Bom Parto, composição setorial de estabelecimentos formais por subclasse CNAE, 2020**

| Divisão e grupo CNAE | % |
|---|---|
| Divisão 43 – Serviços especializados para construção | 8,6 |
| Divisão 45 – Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 12,1 |
| Grupo 47.1 – Comércio varejista não especializado e<br>Grupo 47.2 – Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo | 29,3 |
| Grupo 47.3 – Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores a<br>Grupo 47.6 – Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos | 25,9 |
| Grupo 47.7 – Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos | 10,3 |
| Grupo 47.8 – Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados | 13,8 |

| Divisão e grupo CNAE | % |
|---|---|
| Divisão 56 – Alimentação | 0,0 |
| Divisão 62 – Atividades dos serviços de tecnologia da informação | 0,0 |
| Divisão 96 – Outras atividade e serviços pessoais | 0,0 |
| **Total** | **100,0** |

Fonte: Receita Federal, 2021.

Pinheiro mostra-se bem mais complexo em termos setoriais (Tabela 106). O comércio varejista de alimentos por meio de hipermercados, supermercados e armazéns é frequente na estrutura setorial do território. Estabelecimentos formais relacionados aos serviços de construção civil também fazem parte da matriz setorial do bairro, tanto quanto as atividades de comércio e serviços relativas a automóveis. Serviços de alimentação também fazem parte da composição setorial de Pinheiro.

**Tabela 106. NF1, Pinheiro, composição setorial de estabelecimentos formais por subclasse CNAE, 2020**

| Divisão e grupo CNAE | % |
|---|---|
| Divisão 43 – Serviços especializados para construção | 10,9 |
| Divisão 45 – Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 12,7 |
| Grupo 47.1 – Comércio varejista não especializado e<br>Grupo 47.2 – Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo | 13,4 |
| Grupos 47.3 – Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores a Grupo 47.6 – Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos | 13,0 |
| Grupo 47.7 – Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos | 9,1 |
| Grupo 47.8 – Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados | 12,3 |
| Divisão 56 – Alimentação | 14,9 |
| Divisão 62 – Atividades dos serviços de tecnologia da informação | 12,3 |
| Divisão 96 – Outras atividade e serviços pessoais | 1,4 |
| **Total** | **100,0** |

Fonte: Receita Federal, 2021.

A partir desses recortes é possível ter-se uma abordagem mais aproximada do NF1 em termos de sua composição setorial formal (Tabela 107). Por conta da representatividade e magnitude de Pinheiro no território, tem-se que os estabelecimentos relacionados aos serviços da construção civil contam por 10% dos estabelecimentos no NF1. O setor de autopeças, serviços automotivos e comércio de automóveis representa 12% dos estabelecimentos do NF1. O comércio de alimentos em geral concentram 20% dos estabelecimentos, ao passo que os serviços de alimentação representam 12% dos estabelecimentos.

**Tabela 107. NF1, composição setorial de estabelecimentos formais por subclasse CNAE, 2020**

| Divisão e grupo CNAE | % |
|---|---|
| Divisão 43 – Serviços especializados para construção | 9,7 |
| Divisão 45 – Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 11,8 |
| Grupo 47.1 – Comércio varejista não especializado e<br>Grupo 47.2 – Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo | 19,7 |
| Grupo 47.3 – Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores a<br>Grupo 47.6 – Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos | 15,7 |
| Grupo 47.7 – Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos | 8,7 |
| Grupo 47.8 – Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados | 12,3 |
| Divisão 56 – Alimentação | 11,8 |
| Divisão 62 – Atividades dos serviços de tecnologia da informação | 8,9 |
| Divisão 96 – Outras atividade e serviços pessoais | 1,3 |
| **Total** | **100,0** |

Fonte: Receita Federal, 2021.

No setor de serviços, além dos equipamentos inicialmente mencionados, havia um equipamento privado de relevância social significativa, o centro de treinamento de um time de futebol, o CSA, localizado em Mutange. O centro de treinamento foi realocado para o bairro Benedito Bentes no NF3, em acordo firmado com a Braskem.

Ainda no setor serviços, cabe registrar, também, que no NF1 havia três unidades do SENAC: a sede administrativa, que tinha 200 funcionários, uma unidade de programas sociais que atendia 3.000 alunos, principalmente jovens aprendizes, e uma unidade de cursos de idiomas. O relato da Equipe do SENAC é extremamente importante porque eles acompanharam o processo de realocação dos moradores do bairro e observaram o impacto na economia formal, mas, principalmente, na economia informal. Segundo os relatos, ambulantes que atuavam do comércio no NF1 tiveram as atividades prejudicadas. Em dados obtidos com a Braskem, obteve-se a informação de que esses ambulantes, mesmo não residentes, passaram e ser atendidos em frente específica do PCF. O SENAC procurou abrir cursos para requalificação e readequação das pessoas que sofreram com a desocupação do NF1. De início, os cursos não tiveram muita adesão, o que se modificou depois de uma campanha de comunicação que envolveu chamadas nas rádios e em meios de comunicação de massa. Mesmo assim, verificaram que as pessoas que operavam na economia informal relataram grande dificuldade de encontrar “novos mercados”. No relato das equipes do SENAC, há ainda o registro da situação de profissionais que prestavam serviços domésticos na região (principalmente em Pinheiro), moravam próximos ao local da subsidência e, agora, estão vivendo em locais afastados, com alta carência de transporte público.

Destaca-se, ainda, a importância do setor imobiliário na região, que combinava assentamentos subnormais, imóveis de baixo padrão, e outros tipos de habitação precária, mas também imóveis de alto padrão, dentro de condomínios fechados, que foram totalmente desativados.

Analisando-se outros aspectos de impacto do processo de realocação, destaca-se o Mercado Público de Bebedouro, que foi fechado, fazendo com que muitos pequenos feirantes mudassem a atividade comercial para o centro da cidade e para os bairros para onde foram realocados, perdendo clientes já fidelizados. E o comércio local, majoritariamente de pequeno porte, foi totalmente desativado em decorrência da subsidência. Do ponto de vista da solução de realocação dos negócios impactados, no PCF foi desenvolvido um programa de suporte na orientação dos comerciantes do NF1, com indenizações por lucros cessantes e danos morais. Este público deverá ser considerado no processo de execução das ações e projetos apresentados no Plano de Ações Sociourbanísticas, dentro das medidas de compensação de natureza coletiva.

A partir das Escutas Públicas e dos Diálogos subsequentes com Ministério Público, Prefeitura e Academia, definiu-se pela realização de um Estudo Complementar acerca da dimensão econômica do Mercado Público de Bebedouro que possa subsidiar o detalhamento das medidas de compensação social relacionadas ao tema.

#### 4.1.2.2 Núcleo Focal 2 (NF2) – Área do entorno

O NF2 contava em 2020 com uma configuração de atividades econômicas com setores econômicos também contabilizados no NF1, como serviços de alimentação, representando 15,2% dos estabelecimentos e construção civil, com 5,7% dos estabelecimentos (Tabela 108). As atividades relacionadas ao setor de automóveis (autopeças, comércio de automóveis, serviços de manutenção etc.) contam por 10,4% dos estabelecimentos. Comércio de alimentos mostra-se mais diversificado, com varejo de bebidas, açougues, hortifrutigranjeiros etc. Serviços e comércio varejista relacionado a instrumentos de telefonia e comunicação também apareceram na matriz setorial do NF2 e estavam ausentes do NF1. Comércio varejista de fármacos, cosméticos, equipamentos óticos e médicos também são diferenciais do NF2 em relação ao NF1.

**Tabela 108. NF2, composição setorial por subclasse CNAE, 2020**

| Divisão e grupo CNAE | N. | % |
|---|---|---|
| Divisão 43 – Serviços especializados para construção | 113 | 5,7 |
| Divisão 45 – Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 208 | 10,4 |
| Grupo 47.1 – Comércio varejista não especializado e<br>Grupo 47.2 – Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo | 393 | 19,7 |
| Grupo 47.3 – Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores a<br>Grupo 47.6 – Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos | 335 | 16,8 |
| Grupo 47.7 – Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos | 169 | 8,5 |
| Grupo 47.8 – Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados | 272 | 13,6 |
| Divisão 56 – Alimentação | 304 | 15,2 |
| Divisão 62 – Atividades dos serviços de tecnologia da informação | 118 | 5,9 |

| Divisão e grupo CNAE | N. | % |
|---|---|---|
| Divisão 96 – Outras atividade e serviços pessoais | 87 | 4,4 |
| **Total** | **1.999** | **100,0** |

Fonte: Receita Federal, 2023.

Nas reuniões com SEBRAE e BNB os interlocutores registraram também a presença da atividade imobiliária na região, mas não se tem dados a respeito que permitam uma análise mais ampla. A mesma informação sobre o potencial da área foi dada por quatro empreendedores imobiliários entrevistados, membros da ADEMI e Sinduscon. Segundo informações verificadas, apenas um empreendimento totalmente licenciado foi cancelado[70].

Uma conclusão preliminar é que a composição setorial do NF1 é um subconjunto da composição setorial do NF2 e, como se verá, também do NF3. Assim, há desafios para alocar negócios provenientes do NF1 no NF2 e no NF3, pois são atividades setoriais já presentes, em sua maioria, nesses territórios, sobretudo em NF2. Parece não haver complementariedade de modo relevante, mas substitutibilidade, entre os negócios transferidos do NF1 e os já presentes no NF2, dado que parte importante da população realocada se mudou para bairros do NF2.

Em bairros do NF3 pode haver complementariedade para reduzir a dependência de atividades em outros bairros e, assim, contribuir para reduzir o movimento pendular de deslocamento que afeta os meios de mobilidade.

As conexões do NF2 entre o centro da cidade com o NF1 e o NF3 o tornavam um corredor de fluxo de pessoas e produtos. Essa conexão está comprometida à medida que o VLT não pôde mais fazer o seu trajeto completo e as vias urbanas têm interdições, o que deixa o trânsito intenso nas vias ainda transitáveis. O VLT foi substituído por serviço de ônibus que completa o trajeto interditado. Por isso, há uma perda potencial de fluxo de pessoas e possível queda na geração de negócios, tipicamente do setor de serviços, lá localizadas. Pequenos negócios do NF2 alegam ter perdido clientes fidelizados da região, portanto receita.

Em reunião com representantes da Secretaria Municipal de Economia de Maceió (SEMEC), foi sugerida, à época, a expansão do Mercado do Tabuleiro e a transferência dos comerciantes de Bebedouro para lá. Essa solução pressupõe escuta dos agentes envolvidos. Nas conversas com SEBRAE e SENAC, há uma preocupação com a solução para todos os comerciantes em função das relações desses comerciantes com seus clientes e com o local onde exercem suas atividades, que se baseiam numa lógica de proximidade.

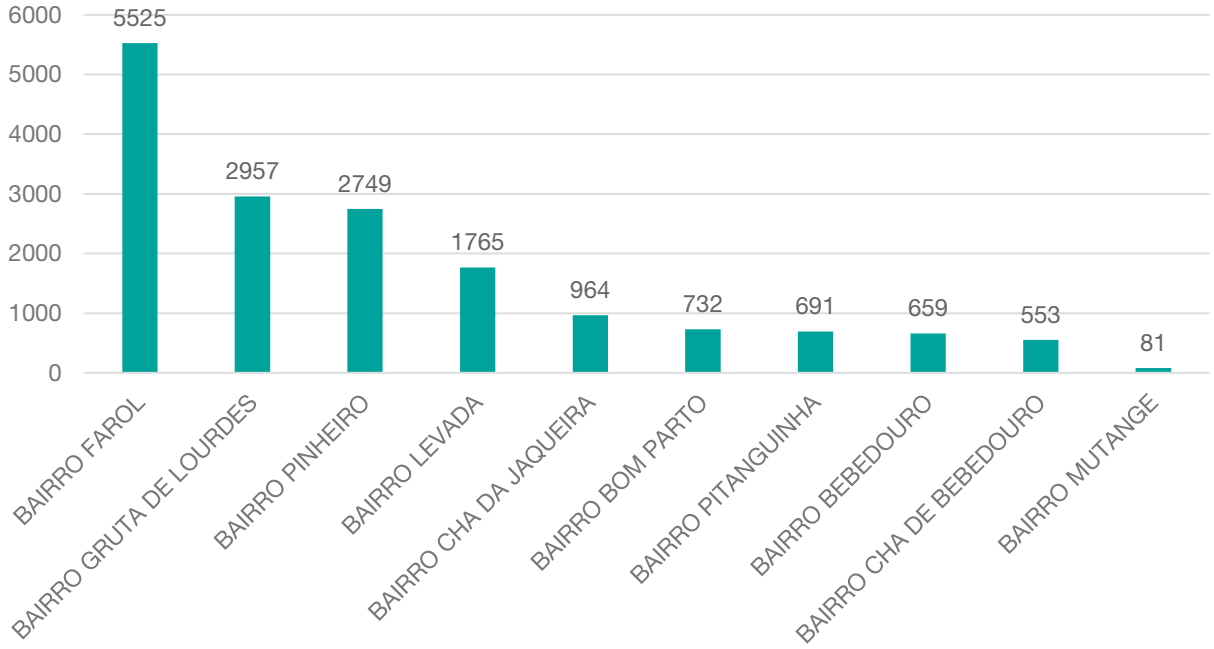
Na situação verificada durante a elaboração do presente diagnóstico, a preocupação registrada por todos os atores entrevistados é do risco de fechamento de empresas e de declínio econômico no NF2, fruto do esvaziamento do NF1. A análise realizada aponta que intervenções de políticas públicas e parcerias com a iniciativa privada são necessárias para se antecipar aos riscos de uma eventual espiral de desestruturação econômica e social nessa região.

[70] Deve-se ressaltar que, embora tenha sido solicitado, os consultores não tiveram acesso aos dados de licenciamento urbanístico da Prefeitura, que poderiam confirmar tal tendência.

O entorno imediato da área afetada, por sua vez, demanda intervenções se possível em menor prazo, para mitigar o impacto da degradação, aprimorar a manutenção, zeladoria e promover a sua requalificação urbanística capaz de favorecer inclusive o ambiente de segurança, fundamental para o equilíbrio social e econômico desta região. Com exceção da área dos Flexais, onde há uma questão específica de conexões a serem superadas em relação à situação que tinham antes - e que já vem sendo tratada em Acordo Especifico, as demais áreas no NF2 apresentam vias que poderiam servir para conectar a região com outras áreas (NF3 ou região central), o que demanda políticas e ações conjuntas entre Braskem, poder público municipal e estadual, a fim de favorecer uma maior integração com outros polos para o desenvolvimento de atividades econômicas na cidade e para dar apoios específicos aos agentes econômicos locais.

A partir de dados da Receita Federal de Julho de 2023 (Receita Federal, 2023), de um total de 11.858 empresas nos principais bairros estudados, o Bairro do Farol concentra o maior número, seguido por Gruta de Lourdes e Pinheiro (Figura 139).

**Figura 139. NF2, empresas por bairro**




Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Receita Federal, 2023.

A partir de questões apresentadas na Escuta Pública e por membros da Academia, a Diagonal definiu desenvolver estudo com análise complementar dos impactos de natureza coletiva sobre a atividade econômica em NF2, com vistas a subsidiar o detalhamento das medidas de compensação social a serem implementadas.

#### 4.1.2.3 Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes

A maior parte dos bairros de NF3 está na região norte da cidade, a que recebeu a maioria das famílias realocadas do NF1 e que é, também, a direção para onde Maceió está se expandindo. São

bairros mais distantes, com potencial de crescimento habitacional relevante. Vários conjuntos e condomínios de classe baixa e média têm se instalado nestes bairros, com valores imobiliários ainda acessíveis para a população, dentro das condições atuais de oferta de crédito às famílias.

A composição setorial do NF3 contém as atividades constituintes do NF1, embora se verifique uma maior diversidade setorial que, entretanto, se estende por uma vasta área geográfica (Tabela 109). Assim, tem-se uma menor densidade de estabelecimentos no território do NF3 do que no território de ocupação mais antigo do NF1.

Tendo em vista a maior dispersão geográfica e as limitações de mobilidade do NF3, a distribuição setorial formal dos estabelecimentos do NF3 caracteriza-se como: as atividades relacionadas à construção civil, cerca de 6,0% dos estabelecimentos formais estão nesse segmento; por volta de 14,3% dos estabelecimentos do NF3 atuam na cadeia de automóveis (comércio de autopeças e de automóveis novos e usados além dos serviços de reparação); o comércio de cosméticos e fármacos, aparentemente pouco representativo no NF1, conta com 10,9% dos estabelecimentos do NF3. As convergências entre o padrão setorial dos negócios formais do NF1 e do NF3 é semelhante às verificadas no NF2: comércio varejista de alimentos e serviços de alimentação, com a ressalva de que são mais diversificados no NF3 e no NF2 do que no NF1.

**Tabela 109. NF3, composição setorial por subclasse CNAE, 2020**

| Divisão e grupo CNAE | N. | % |
|---|---|---|
| Divisão 43 – Serviços especializados para construção | 293 | 6,0 |
| Divisão 45 – Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | 701 | 14,3 |
| Grupo 47.1 – Comércio varejista não especializado e<br>Grupo 47.2 – Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo | 953 | 19,5 |
| Grupos 47.3 – Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores a<br>Grupo 47.6 – Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos | 957 | 19,6 |
| Grupo 47.7 – Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos | 532 | 10,9 |
| Grupo 47.8 – Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados | 699 | 14,3 |
| Divisão 56 – Alimentação | 538 | 11,0 |
| Divisão 62 – Atividades dos serviços de tecnologia da informação | 103 | 2,1 |
| Divisão 96 – Outras atividade e serviços pessoais | 119 | 2,4 |
| **Total** | **4.895** | **100,0** |

Fonte: Receita Federal, 2021.

As atividades econômicas no NF3 ainda são pouco relevantes e muito dispersas no território diante do potencial de crescimento da área. Há um distrito industrial, o Distrito Industrial Luiz Cavalcanti (em Tabuleiro do Martins), com algumas indústrias implantadas, mas que – segundos os agentes ouvidos - precisa de investimentos em infraestrutura para poder atrair mais negócios. O setor de serviços é preponderante nos demais bairros do NF3, com um shopping center e um campus da UFAL como pontos relevantes de atração.

O comércio popular existe nas vias, mas de forma precária, impactando a mobilidade, a segurança e o urbanismo e trazendo riscos de aumento da criminalidade. Se instalados em locais adequados, os comerciantes poderiam ampliar seus negócios em condições adequadas para o conjunto da cidade. Neste sentido, medidas voltadas à implantação de centros populares de compras devem ser incentivadas, assim como, o fortalecimento dos polos de centralidades, em bairros como: Cidade Universitária, Benedito Bentes, Santa Lucia, Tabuleiro do Martins, Clima Bom, Jacintinho e Vergel do Lago.

Conforme verificado nas visitas, e no projeto apresentado pelo município ao PAS, os mercados municipais demandam reformas e podem ser muito aprimorados na sua gestão e diversificação, ampliando oportunidades e possibilitando incluir mais empreendedores. Muitos estão nas calçadas e vias no entorno dos mercados em feiras improvisadas. Nas reuniões com a prefeitura foram apresentados estudos em andamento em parte deles. Investimentos complementares do PAS podem contribuir para avançar na organização e na dinâmica econômica de bairros do NF3.

Pelo seu perfil, o NF3 apresenta-se como um território com possibilidades de fomento a novas atividades, e parcerias com o setor privado, com incentivo à atração de investimentos, como no caso da empresa que administra o Aeroporto de Maceió, que, em entrevista concedida, apresentou interesse em desenvolver as áreas mais próximas para que possam fornecer produtos e serviços para o Aeroporto.

#### 4.1.2.4 Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió

O NF4 compreende o município de Maceió, que inclui um conjunto muito maior de bairros, com destaque para os mais próximos ao litoral e o centro da cidade. Os bairros litorâneos dependem muito da atividade turística, que se desdobra em serviços prestados para quem visita o litoral alagoano. Bares, restaurantes, feiras e mercados de artesanato são atrativos para os visitantes, em sua grande maioria nacionais.

A pandemia de covid-19 trouxe impacto na atividade turística durante o auge das restrições de deslocamento, fechamento temporário das atividades turísticas e dos demais serviços. Após a liberação das atividades de serviços e retomada do turismo nacional, principalmente impactado por um dólar alto e restrições a viagens internacionais, os relatos indicam uma forte retomada do turismo. A subsidência não é amplamente conhecida por grande parte dos turistas que visitam Maceió e não são diretamente afetados, pois o NF1 não apresentava atividades turísticas até aquele momento.

No centro da cidade, as falas dos atores entrevistados referem-se a indícios de impacto pelo deslocamento de parte das famílias e pequenos negócios das áreas NF1 e NF2 para esta região. Segundo esses relatos, muitos feirantes e ambulantes do NF1 se deslocaram para as principais ruas do centro por não terem opções fixas de recolocação, de modo que são necessárias ações de apoio em novos mercados ou shoppings populares, compatibilizando atividade geradora de renda e controle urbano. Do ponto de vista da cidade, a região central é um território estratégico,

inclusive para a realocação de negócios, pois, diferentemente das áreas no NF3, apresenta vários equipamentos públicos, vias de acesso, estrutura de transporte – ainda que impactada pela interrupção do VLT –, comércio e potencial de adequação das atividades econômicas das famílias e empreendedores para o turismo. No entanto, esse movimento pressupõe medidas especificas de apoio. A valorização imobiliária recente faz com que muitos investimentos nessas áreas tenham um custo mais elevado: incentivos fiscais e regulatórios seriam importantes.

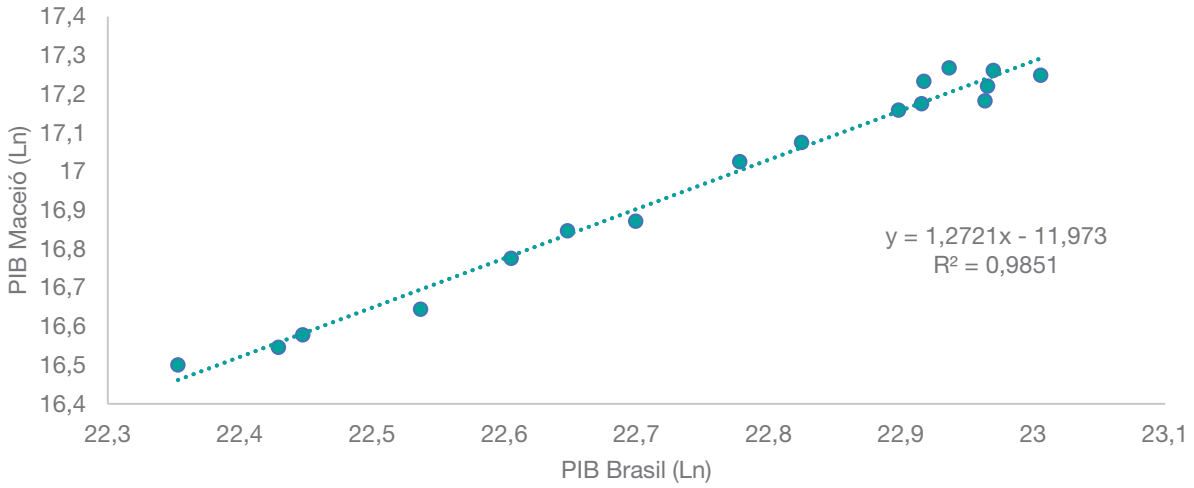
## PIB do Município de Maceió e Evolução

Os dados da evolução e valores do produto interno bruto (PIB) municipal de Maceió estão disponíveis até 2018. Por meio da relação entre as variações do PIB do Brasil e de Maceió, foi possível estimar o PIB municipal para o período de 2019 a 2021, uma vez que há alta correlação entre a evolução do PIB de toda a economia brasileira e da economia de Maceió (Figura 140).

A relação estimada e linearizada entre o PIB do Brasil e o PIB de Maceió foi empiricamente determinada como:

$$\text{Ln(PIB Maceió)} = 1{,}2721 * \text{Ln(PIB Brasil)} - 11{,}973$$

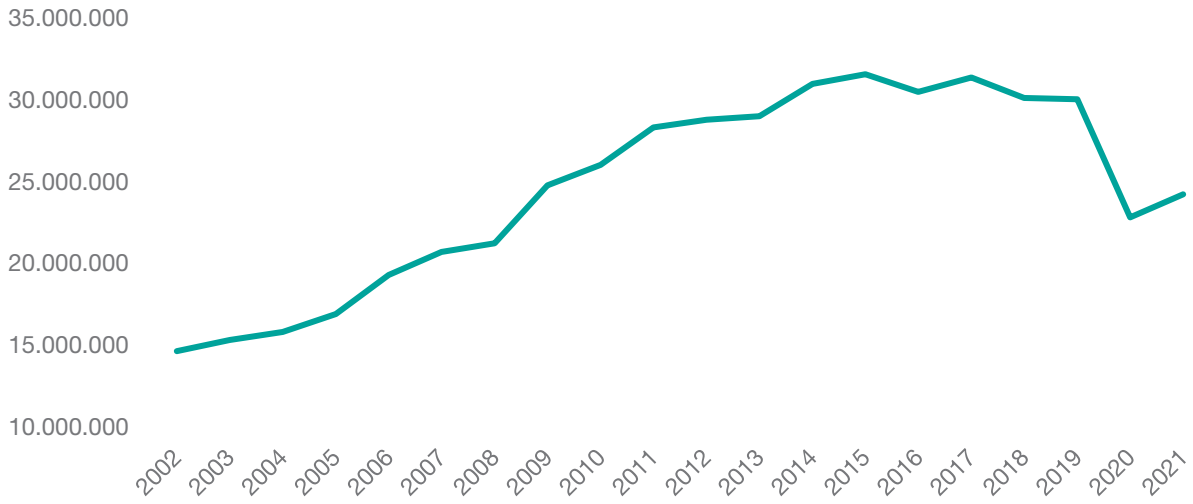
**Figura 140. NF4 Maceió, estimativa do PIB municipal a partir do PIB Brasil (Ln), 2002-2018**




Fonte: IBGE, 2021.

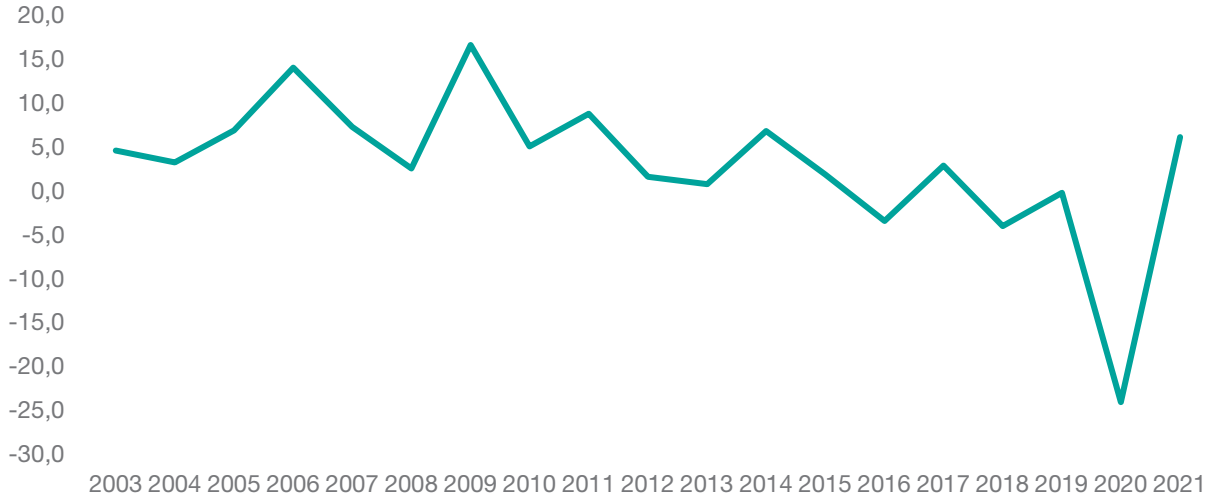
Dessa forma, com os valores anualizados do PIB trimestral de 2019 e 2020, bem como com as projeções de crescimento da economia brasileira apresentadas na Pesquisa FOCUS do Banco Central (que no momento desta redação apontavam para crescimento de 4,8% em 2021), foi possível estimar os valores e as variações do PIB da economia de Maceió até 2021 (Figura 141e Figura 142).

**Figura 141. NF4 Maceió, PIB (R$ constantes 2020, IGP-DI), 2002-2018 e estimativa 2019-2021**




Fonte: IBGE, 2021. Estimativas: Diagonal, 2021.

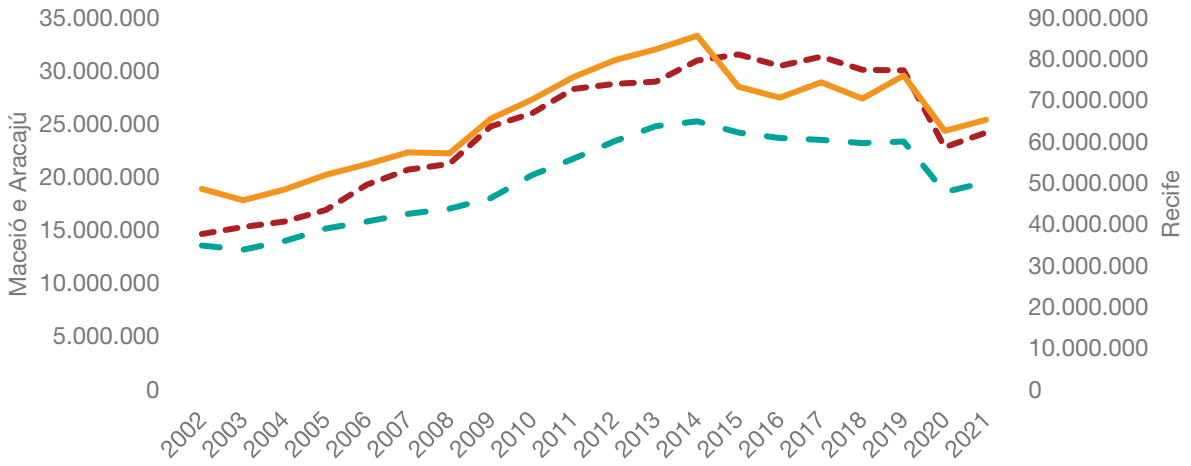
**Figura 142. NF4 Maceió, variação do PIB (% de R$ constantes 2020, IGP-DI), 2002-2018 e estimativa 2019-2021**




Fonte: IBGE, 2021. Estimativas: Diagonal, 2021.

Os efeitos das restrições de mobilidade impostas à atividade econômica em 2020 e parte de 2021 são evidentes na trajetória da economia de Maceió. De fato, estima-se que, mesmo em 2021, a economia municipal ainda estará cerca de 20% abaixo do fluxo de produção de 2019. Tais efeitos não são específicos de Maceió. Para efeito de comparação, o PIB de Aracajú estimado para 2021 ainda estaria 16% inferior ao volume de 2019; em Recife, a diferença seria de 14%. As estimativas dos PIB dessas capitais foram feitas pelo mesmo procedimento utilizado para Maceió (Figura 143).

**Figura 143. NF4 Maceió, Aracaju e Recife, PIB (R$ constantes 2020, IGP-DI), 2002-2018 e estimativa 2019-2021**



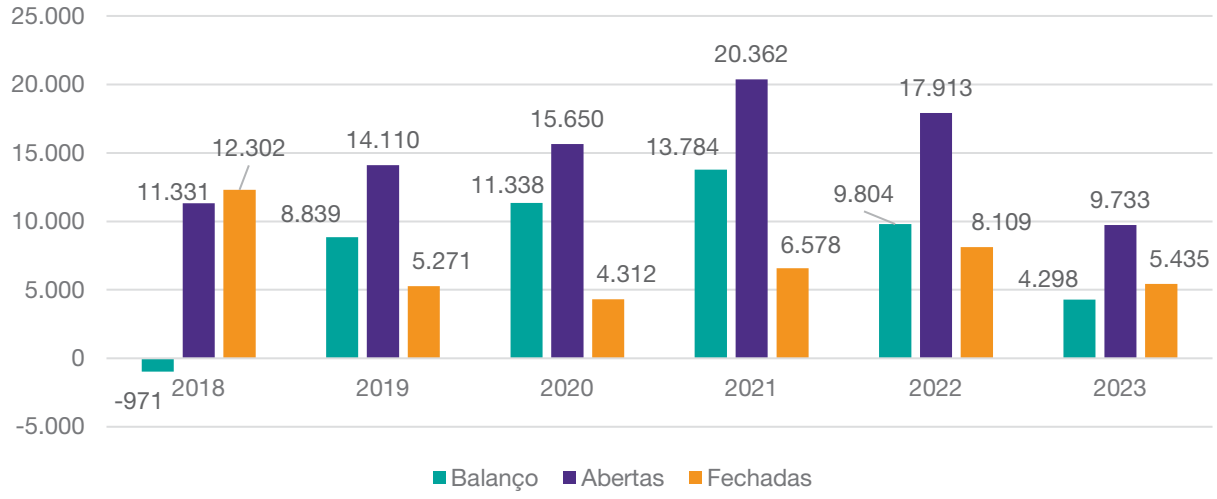

Fonte: IBGE, 2021. Estimativas: Diagonal, 2021.

## Evolução do número de empresas abertas e sua classificação por porte, segmento e localização

Uma análise complementar acerca do tema empreendedorismo foi realizada a partir de dados da Receita Federal. Conforme a Figura 144, houve um crescimento do número de empresas ativas e principalmente microempresas entre 2018 e 2023 (até junho). Mas cabe registrar que há um fenômeno do aumento de MEIs também observado em várias cidades do país após 2018.

A Prefeitura de Maceió tem um projeto focado na formalização e desenvolvimento de MEIs, a Aceleradora de MEIs, além de parcerias com organizações da sociedade. Pelos dados hoje disponíveis, não é possível discernir os efeitos da reforma trabalhista, da pandemia e da realocação nestas informações.

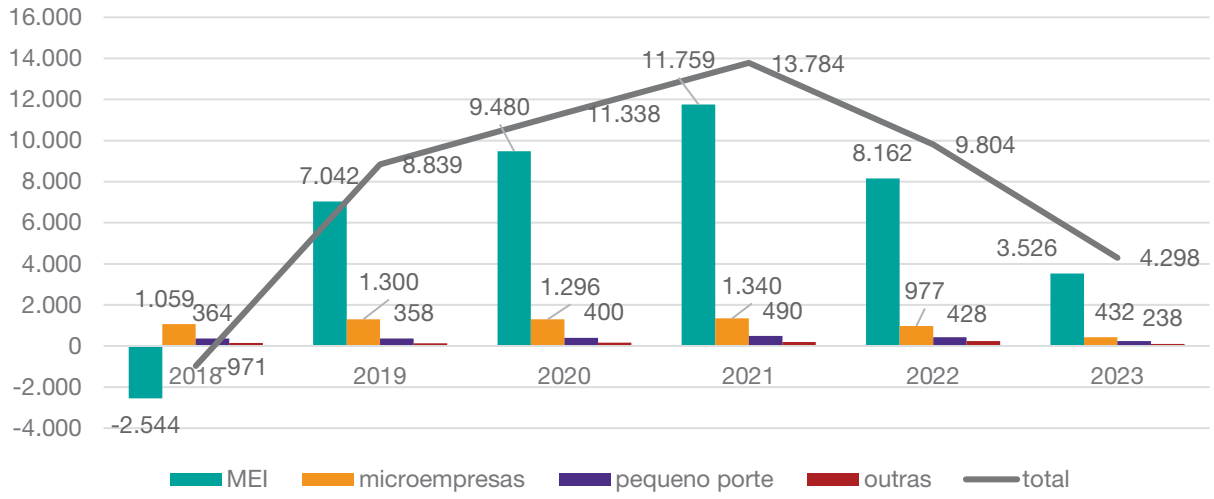
**Figura 144. Evolução do número de empresas em Maceió (2018 até 2023, somente até junho)**




Fonte: Elaboração própria a partir de Mapa de Empresas, 2023.

A Figura 145 aponta para o forte crescimento de MEIs no período. O maior número de empresas abertas ocorreu em 2021, mas continuou forte em 2022 e ainda se mantém em 2023, mesmo sendo até junho de 2023.

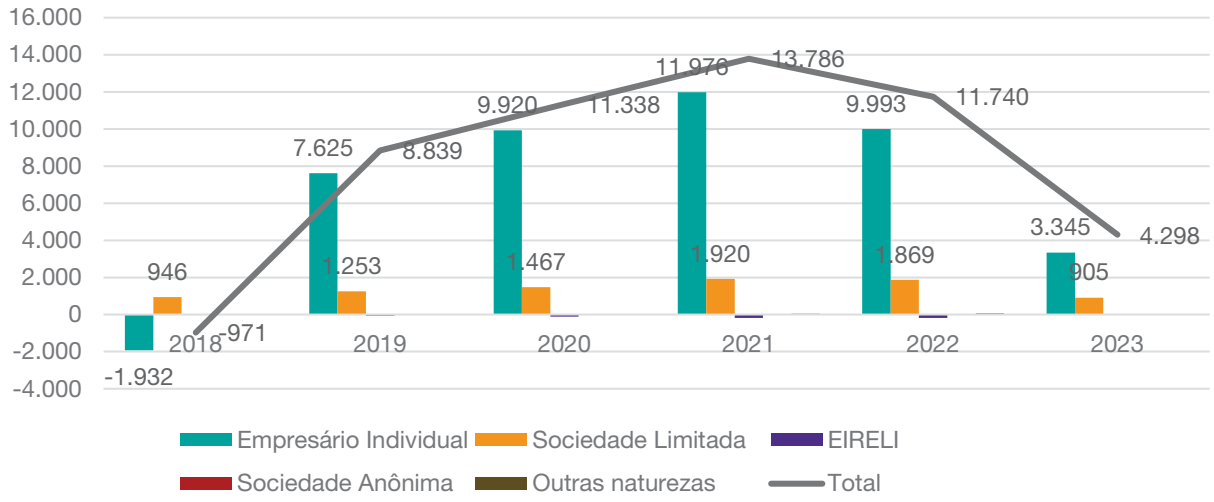
**Figura 145. Evolução do número de empresas em Maceió por porte (2018 até 2023, somente até junho)**




Fonte: Elaboração própria a partir de Mapa de Empresas, 2023.

A evolução do número de empresas do tipo MEI é confirmada pela natureza jurídica, onde o empresário individual apresenta o maior crescimento no período analisado (Figura 146).

**Figura 146. Evolução do número de empresas em Maceió por tipo de empresa (2018 até 2023, somente até junho)**

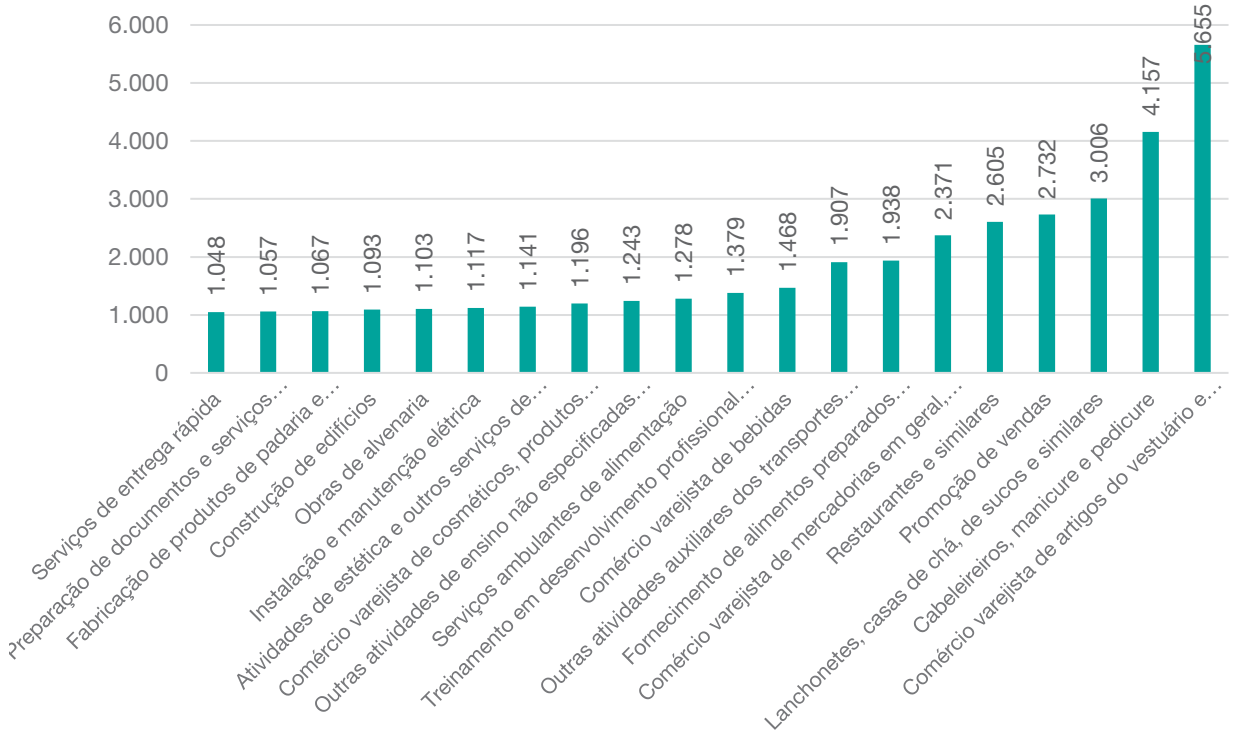



Fonte: Elaboração própria a partir de Mapa de Empresas, 2023.

O estoque de empresas ativas até junho de 2023 (96.164), confirma a característica econômica das atividades em Maceió com predominância para o setor de serviços (Figura 147). Das 20

atividades com maior número de empresas ativas na economia de Maceió, o setor de serviços predomina em sua grande maioria.

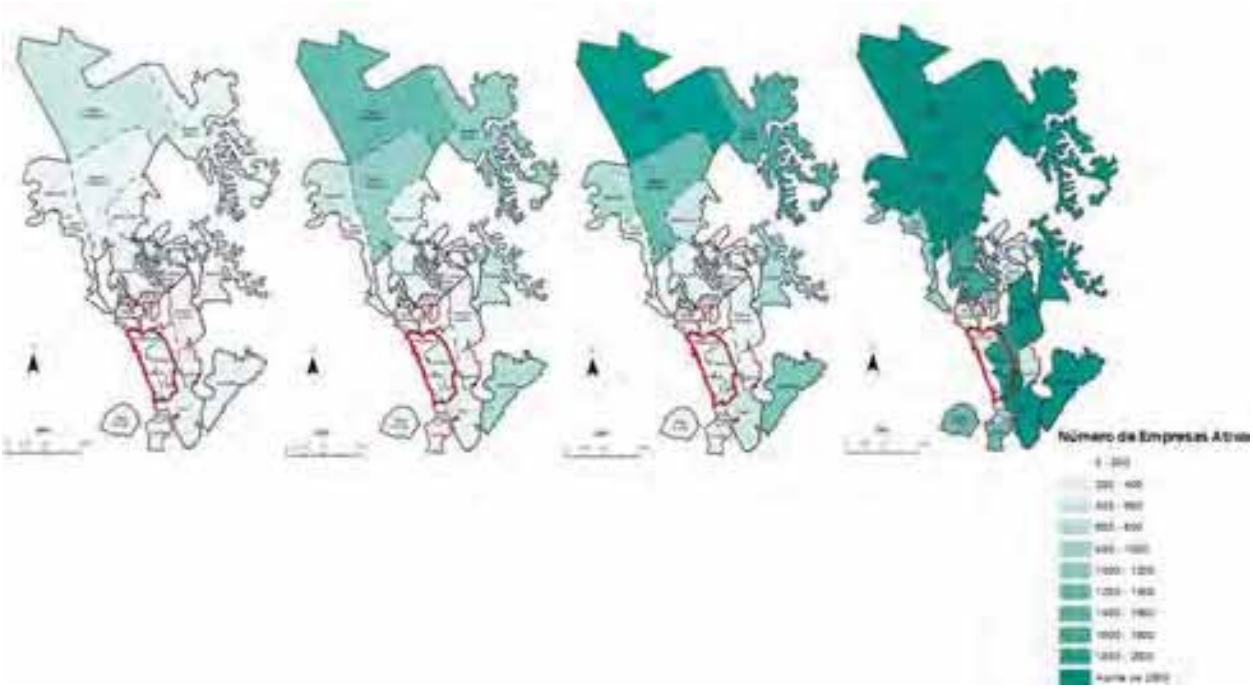
**Figura 147. Número de empresas ativas em Maceió por atividade econômica (posição do estoque em junho de 2023)**




Fonte: Elaboração própria a partir de Mapa de Empresas, 2023.

A análise realizada sobre a evolução do número empresas abertas em Maceió de 2018 a 2023 indica um deslocamento da concentração de empresas para áreas mais distantes do NF1, localizadas no NF3. Essa movimentação pode ser visualizada na Figura 148.

**Figura 148. Evolução da localização de empresas ativas no Município de Maceió, de 2018 a 2023 (2018 até 2023, somente até junho)**



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da Receita Federal, 2023.

## Finanças Públicas do Município de Maceió

A caracterização do município de Maceió, o NF4, se conclui com a abordagem das finanças públicas do município.

As receitas orçamentárias correntes da Prefeitura de Maceió somaram cerca de R$ 3,2 bilhões em 2020. Mostram uma composição de receita similar à grande maioria dos municípios pobres do Brasil, marcada pela dependência de transferências constitucionais (estaduais ou federais), que correspondem a quase dois terços (64,9%) das receitas orçamentárias (Tabela 110). Maceió está entre as capitais do Nordeste com maior nível de dependência de transferências, e é a que possui a mais baixa arrecadação própria. As receitas tributárias, que incluem impostos e taxas, representaram 22,1% das receitas totais e somaram, em 2020, pouco mais de R$ 740 milhões.

**Tabela 110. NF4 Maceió, receitas orçamentárias (R$ constantes de set/21, IGP-DI), 2020**

| Fonte de receita | R$ (set/21, IGP-DI) | % Receita orçamentária |
|---|---|---|
| Receitas (exceto intraorçamentárias) (I) | 3.344.863.023 | |
| RECEITAS CORRENTES | 3.218.193.754 | 96,2 |
| Impostos, taxas e contribuições de melhoria | 740.104.000 | **22,1** |
| ▪ Impostos | 666.595.276 | 19,9 |
| ▪ Taxas | 73.508.724 | 2,2 |
| Contribuições | 196.107.700 | **5,9** |

| Fonte de receita | R$ (set/21, IGP-DI) | % Receita orçamentária |
|---|---|---|
| Receita patrimonial | 66.339.229 | **2,0** |
| Transferências correntes | 2.170.894.752 | **64,9** |
| Outras receitas correntes | 44.748.073 | **1,3** |
| RECEITAS DE CAPITAL | 126.669.269 | 3,8 |
| Operações de crédito | 96.815.875 | **2,9** |
| Alienação de bens | 1.057.602 | **0,0** |
| Transferências de capital | 28.795.792 | **0,9** |
| Receita corrente líquida | 3.121.133.049 | |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, SICONFI. 2021.

As despesas orçamentárias, por sua vez, somaram R$ 2,7 bilhões em 2020. Uma vez mais, como em grande parte das cidades, se não na totalidade, a composição é fortemente concentrada nas despesas com pessoal, as quais representam metade dos gastos públicos do município em 2020. As despesas de capital representaram apenas 4,3% das despesas orçamentárias, indicando baixa capacidade de investimento público, o que também é comum na maior parte dos municípios brasileiros (Tabela 111).

**Tabela 111. NF4 Maceió, despesas orçamentárias (R$ constantes de set/21, IGP-DI), 2020**

| Despesas orçamentárias | R$ (set/21, IGP-DI) | % Despesa orçamentária |
|---|---|---|
| Despesas (exceto intraorçamentárias) | 2.732.345.474 | |
| **Despesas Correntes** | **2.615.293.143** | **95,7** |
| Pessoal e encargos sociais | 1.350.453.918 | 49,4 |
| Juros e encargos da dívida | 6.534.190 | 0,2 |
| Outras despesas correntes | 1.258.305.036 | 46,1 |
| **Despesas de Capital** | **117.052.330** | **4,3** |
| Investimentos | 108.233.572 | 4,0 |
| Amortização da dívida | 8.818.758 | 0,3 |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, SICONFI. 2021.

As despesas orçamentárias estão distribuídas de acordo com funções do setor público (Tabela 112).

A receita corrente líquida (RCL) é o denominador para se aferir às proporções constitucionalmente asseguradas de gastos do ente público nas rubricas de saúde e educação. A RCL é dada pela diferença entre as receitas correntes e as Deduções para Contribuições dos Servidores para os Planos de Previdência, Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência e, mais importante, Deduções de Receitas para a composição do FUNDEB. Em Maceió, a RCL foi de R$ 3,1 bilhões em 2020 (Tabela 110). Portanto, os gastos com saúde representaram 28,8% da RCL e, com educação, 11,8%, diferente do que indica a legislação federal – mínimo de 25% para educação e 15% para a saúde –, em razão da pandemia de covid-19, o que ocorreu com outros municípios.

**Tabela 112. NF4 Maceió, despesas orçamentárias por funções (R$ constantes de set/21, IGP-DI), 2020**

| Despesa por Função | R$ (set/21, IGP-DI) | % Despesa orçamentária |
|---|---|---|
| **Despesas (Exceto Intraorçamentárias) (i)** | **2.732.345.474** | |
| Legislativa | 72.582.228 | 2,7 |
| Administração | 436.438.637 | 16,0 |
| Segurança pública | 1.271.118 | 0,0 |
| Assistência social | 63.709.024 | 2,3 |
| Previdência social | 374.112.911 | 13,7 |
| Saúde | 898.324.082 | 32,9 |
| Trabalho | 433.322 | 0,0 |
| Educação | 368.699.705 | 13,5 |
| Cultura | 12.834.354 | 0,5 |
| Urbanismo | 190.812.430 | 7,0 |
| Habitação | 1.171.068 | 0,0 |
| Saneamento | 221.063.624 | 8,1 |
| Comércio e serviços | 7.952.741 | 0,3 |
| Transporte | 17.378.410 | 0,6 |
| Desporto e lazer | 501.226 | 0,0 |
| Encargos especiais | 61.313.754 | 2,2 |
| *memo:* | | |
| Saúde/ Receita corrente líquida (%) | | 28,8 |
| Educação/ Receita corrente líquida (%) | | 11,8 |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, SICONFI. 2021.
*Memo representa uma informação para comparação; nesse caso, os requisitos institucionais.

Como pode ser visto, a maior parte dos valores orçamentários foram alocados na rubrica saúde (um terço dos gastos), seguida por administração (16%) e educação e previdência social, cada uma com 13% dos gastos.

### 4.1.3 Síntese Analítica

O mapeamento dos impactos econômicos decorrentes da subsidência sobre os territórios e populações analisadas norteia as análises aqui apresentadas. O esforço desta síntese é focar no contexto e impactos analisados com vistas a encontrar os melhores caminhos para efetivação das medidas de compensação socio urbanística, escopo do PAS, em relação ao tema aqui tratado.

Embora traga dados gerais da atividade econômica de Maceió, que são fundamentais para compreender o contexto geral, a análise feita para fins de proposição de linhas de ação de compensação tem um foco maior nos territórios do NF2 e do NF3, e na população realocada do NF1. Em relação ao NF1, cabe registrar que, apesar da caracterização em termos de perfil de atividade econômica, o tema da compensação financeira associada às atividades econômicas realocadas do NF1 não foi tratada neste Diagnóstico porque é objeto do Plano de Compensação Financeira – PCF, e não do PAS.

Dentre os elementos do contexto relacionados ao escopo do PAS, destacam-se em relação à área desocupada os relatos obtidos em entrevistas com diversos agentes envolvidos, de que a maioria das empresas localizadas na região afetada e que foram realocadas sofreram impactos, por exemplo, com a perda de identidade que tinham com os clientes e moradores dos bairros que atendiam, na região em que anteriormente estavam implantadas. Nas entrevistas realizadas no processo participativo e na escuta dos agentes públicos, há registros de que esses comerciantes também foram impactados pela pandemia do COVID-19. Embora as empresas e comércios realocados tenham sido indenizados, este cenário consiste em tema a ser abordado por meio das ações do PAS, medidas de compensação de natureza coletiva voltadas ao apoio aos negócios formais e informais que possam ter sido afetados.

As características das atividades econômicas do NF2, por sua vez, são muito semelhantes às anteriormente existentes no NF1. Face à limitação de dados públicos para melhor caracterização das atividades existentes, as análises no NF2 focaram na avaliação das alterações da dinâmica urbana e socioeconômica em decorrência da desocupação do NF1 e nos relatos de comerciantes locais e dos agentes econômicos e agentes públicos atuantes no tema. Destacam-se entre os elementos mapeados no território de NF2:

i) impactos nas atividades econômicas do território em decorrência da realocação da população, com relatos sobre queda do número de clientes, diminuição de atividade e mesmo fechamento de estabelecimentos;

ii) problemas resultantes da desativação do Mercado Público de Bebedouro e da realocação dos feirantes e ambulantes. Segundo os relatos, mesmo com a indenização, parte deles passou a trabalhar como ambulantes de comércio irregular nas ruas do centro e bairros onde passaram a residir;

iii) a população do NF2, ouvida no processo participativo, por sua vez, relata a dificuldade de acesso a tipos de comércios e serviços em função da realocação de negócios; e

iv) estes elementos se somam aos impactos - verificados em todo o país - da pandemia de Covid-19 nas atividades econômicas e nos indicadores econômicos, em períodos específicos, como o saldo de empregos formais.

O NF3, em especial a região norte que recebeu a maior parte das famílias realocadas, apresenta carências importantes de infraestrutura e trechos com desorganização no que diz respeito à expansão do comércio. Destacam-se no contexto do NF3:

i) Os relatos dos empreendedores realocados acerca de dificuldades relacionadas à perda da clientela e à concorrência com os negócios já instalados;

ii) A população realocada, por outro lado, registra que, em relação à região de origem, tem-se uma menor oferta de comércios e serviços e menores oportunidades de emprego. Trata-se de região com menor dinâmica econômica, embora haja uma concentração cada vez maior de pessoas na região e uma multiplicação de empreendimentos imobiliários. Este último aspecto é indicativo da importância de se

investir na dinamização destes polos regionais, com expansão no setor de serviços, comércio e indústria que levam à geração de empregos;

iii) Outro elemento relevante em relação às condições de trabalho diz respeito aos relatos acerca do aumento do tempo de deslocamento para o trabalho, vivido pelos realocados que trabalham nas regiões centrais do município.

Por fim, em relação ao município, o Diagnóstico apresenta impactos da subsidência, mas aponta também que o município tem importantes desafios pré-existentes no tema da Economia que podem ser objeto de medidas de compensação, assim como, tem iniciativas que são possibilidades de parceria aderentes ao enfrentamento dos problemas objeto do PAS. Destacam-se na síntese analítica referente ao NF4:

v) Relatos sobre impactos relativos ao aumento do valor cobrado para compra e aluguel dos imóveis, relacionando-os ao número de famílias sendo realocadas para outros bairros com os valores recebidos para aluguel e de indenização pelo imóvel, em um momento de baixo crescimento, no curto prazo, da oferta imobiliária. Essas informações não puderam ser verificadas em fontes formais, tendo em vista que não foram cedidos, pelos órgãos e entidades competentes, informações como ITBI com dados dos imóveis transacionados entre 2018 e 2021 e dados cumulativos de empreendimentos residenciais lançados ou previstos.

vi) Problemas que afetam públicos mais vulneráveis e definidos como prioritários no PAS, como é o caso dos jovens, cuja taxa de desocupação é de 61%, sendo proporcionalmente maior entre jovens de 18 a 24 anos (64%).

vii) Limite da infraestrutura de centralidades econômicas importantes na lógica dos territórios estratégicos do PAS;

viii) O contexto mapeado mostra também ações e iniciativas de agentes públicos e privados que são convergentes com medidas de compensação social que podem ser implementadas em relação ao tema aqui tratado. Destacam-se entre estes:

- Programa de reformas de mercados públicos e realocação de barracas em calçadas, associadas a melhorias da infraestrutura (Prefeitura de Maceió);
- Aceleradora de MEIs (Prefeitura de Maceió);
- Programa de microcrédito (Estado de Alagoas e Prefeitura de Maceió);
- Linhas de crédito (Desenvolve Alagoas e Banco do Nordeste). O Desenvolve Alagoas e o Banco do Nordeste podem ser parceiros de medidas de compensação em torno deste tema. No entanto, as exigências em termos de garantias, as exigências burocráticas (documentação) e as restrições cadastrais (não aceitação de pessoas com restritivos, como SERASA, CADIN etc.) dificultam a obtenção do crédito;
- Aceleração de startups e programa de inovação e tecnologia através de projeto de cidade inteligente (Prefeitura de Maceió);

- Feiras do empreendedor com capacitação de empreendedores (SEBRAE);
- Salas do empreendedor (Prefeitura de Maceió, SEBRAE e Associação Comercial); e
- Criação pelo município da Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico (Prefeitura de Maceió).

### 4.1.4 Diretrizes Temáticas

Coerente com os problemas identificados no Diagnóstico, as diretrizes de ações propostas são focadas em apoio ao empreendedorismo, à qualificação profissional e oportunidades de acesso a trabalho renda e fortalecimento da infraestrutura econômica, de forma combinada com o investimento na infraestrutura urbana, sobretudo nas centralidades de comércios e serviços do NF3 e NF2.

Mesmo considerando que houve compensação financeira individual e estímulo ao reestabelecimento das atividades, as linhas de ações coletivas propostas pelo PAS abrangem também os empreendedores realocados, em especial com a sua inclusão nas atividades de fortalecimento ao empreendedorismo. São as seguintes as diretrizes temáticas mapeadas:

- Fomentar oportunidades de negócios e atração de investimentos, abrangendo temas como ações de apoio e capacitação empresarial de MEI e MPE do NF2 e NF3, incluindo o apoio ao acesso a crédito. O BNB pode ser um parceiro decisivo para facilitar o acesso ao crédito para que elas passem por esse momento de readaptação, pois já atua hoje nas áreas afetadas – o Programa Crediamigo pode ser um instrumento para oferecer microcrédito aos MEI e informais – e mostrou-se interessado em colaborar. O mesmo ocorre com o SEBRAE, que pode propiciar apoio especializado a empreendedores.
- Fomentar o apoio ao empreendedorismo, podendo abranger ações como: capacitação em gestão de negócios e educação empreendedora e financeira; disponibilização de ferramentas tecnológicas simplificadas de gestão empresarial e gestão de produtos, fornecedores e clientes; e disponibilização de instalações tecnológicas de suporte em estruturas existentes dos parceiros locais.
- Fomentar a qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos, de forma combinada com as políticas de intermediação de mão-de-obra (IMO).
- Fomentar oportunidades na geração de empregos, principalmente junto aos mais jovens, que representam as maiores taxas de desemprego do município.
- Apoiar a melhoria da infraestrutura com impacto na dinâmica econômica, com ações de apoio à modernização de mercados populares e feiras priorizando os principais bairros do NF3, inclusive como forma de deslocar os que estão localizados de forma precária nas calçadas e canteiros centrais do NF3, aumentar a formalidade e ampliar os negócios. Isso vale para os principais bairros do NF3, como Cidade Universitária, Benedito Bentes, Santa Lucia, Tabuleiro e Clima Bom, visando também mais alternativas de trabalho e renda. E deve estar articulada com a capacitação dos empreendedores e da gestão dos mercados.

- Promover ações de fortalecimento dos polos de centralidades nos principais bairros do NF3, com investimentos em infraestrutura (tratados no Eixo 3) e apoio ao arranjo produtivo do comércio e serviços e a cadeias locais, minimizando os grandes deslocamentos e gerando trabalho e renda.
- Fortalecer as Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, com apoio à modernização dos equipamentos e locais de trabalho das cooperativas, ações de Educação Ambiental e ações de formação e capacitação dos cooperados.
- Articular ações de geração de trabalho e renda para a população do NF2 e entorno por meio da ação das demolições no NF1 e da reciclagem do material resultante.
- Aproveitar possibilidades de parcerias com o Governo do Estado de Alagoas em linhas de microfinanciamento para empresas da área. Há recursos num fundo de erradicação de pobreza que é cobrado na conta de luz e que pode ser usado para desenvolver negócios dos MEI.
- Apoiar o desenvolvimento de instrumentos de suportes às Políticas e Ações de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda no município, favorecendo maior articulação e eficácia das ações e políticas públicas.
- Investir no apoio a ações de fortalecimento institucional das políticas públicas municipais voltadas ao desenvolvimento econômico, constituindo-se em uma oportunidade no âmbito do PAS para integrar as políticas entre público e privado para melhor desenvolver Maceió, incluindo ações de apoio ao fortalecimento institucional das políticas públicas municipais com impacto no desenvolvimento econômico.

Considerando o conjunto da situação analisada, a principal conclusão no tema de economia, trabalho e renda é quanto à importância de que se busque combinar ações concretas por meio dos recursos a serem aportados pela Braskem como medida de compensação social aos impactos mapeados com o desenvolvimento de uma gestão integrada de acompanhamento e de ações que também possam contribuir para as políticas de desenvolvimento econômico de Maceió e dos bairros diretamente afetados.

## 4.2 Atividade pesqueira

Este item se refere às atividades pesqueiras desenvolvidas na Lagoa Mundaú e abordada no âmbito do PAS, cujo recorte se estabeleceu na população dos pescadores que foram diretamente afetados pela subsidência e a realocação.

O trabalho compreendeu o diálogo com atores institucionais, sociedade civil organizada e os pescadores, além de levantamento de dados secundários de fontes oficiais e estudos acadêmicos e visitas de campo, realizadas entre 19 e 24 de julho de 2021.

Considerando o escopo do PAS, o objetivo do presente estudo é trazer uma abordagem socioeconômica da atividade pesqueira afetada pelos deslocamentos gerados em função da

subsidência e em atendimento à seção do Acordo Socioambiental a que se remete esse documento. Os estudos ambientais são objeto de uma outra seção do Acordo, não sendo objeto do PAS. Assim, não são abordados aqui os dados ambientais acessados, e que se referem essencialmente à composição, abundância, biomassa e frequência de espécies de peixes e espécies de moluscos na região do Complexo Lagunar.

Cabe registrar que face à ausência de dados oficiais acerca da atividade pesqueira na Lagoa Mundaú (território de interesse para o PAS em relação ao tema) este diagnóstico foi consolidado a partir do levantamento e análise de estudos acadêmicos mapeados, da análise da legislação sobre o tema, dos levantamentos acerca da organização da sociedade civil no segmento e, essencialmente, a partir da escuta da comunidade tratados no item 4.2.1.5 a seguir.

A abordagem qualitativa teórico-metodológica que orientou este estudo foi realizada sob ótica indutiva e a descrição dos acontecimentos observados e registrados pela equipe técnica, acrescida da reflexão condicionada pelo conhecimento e experiência das atividades pesqueiras (NEVES, 1996; CHARMAZ, 2009; SOUSA e BAPTISTA, 2012). O trabalho de observação, análise e teorização se embasou, de modo geral, na grounded theory[71] e no diagnóstico rápido-participativo (DRP)[72] específico para este tema. Dessa forma, a análise desenvolveu-se por meio de uma abordagem macro da atividade pesqueira, nos encontros presenciais com poder público, organizações da sociedade civil e entidades representativas, e por uma interpelação micro da atividade com os pescadores.

O DRP foi desenvolvido em grupos de pescadores e marisqueiras para ampliar as discussões e incluir realidades, perspectivas e prospectivas distintas. O convite para participação foi direcionado a todos os pescadores realocados e para as Colônias envolvidas. A Oficina do Futuro, proposta para o DRP, é uma técnica que ajuda a conduzir espaços de preparação de um projeto coletivo, por meio de uma série de passos com duração que pode variar de acordo com o ritmo e o aprofundamento que o grupo deseja, se configurando num espaço de transformação. Ao longo do desenvolvimento do DRP, os participantes foram estimulados a contribuir efetivamente na elaboração do Diagnóstico: com o apontamento de problemas sociais e ambientais, na sua contextualização estrutural na atividade pesqueira, no reconhecimento do que há em comum entre eles, na identificação de suas causas, na visualização dos sonhos de futuro de cada um dos membros dos grupos e nas sugestões de alternativas para a resolução coletiva das questões ali apontadas. Ao final da oficina do futuro,

[71] Publicada em 1967 por Glaser e Strauss, a *grounded theory* convida o pesquisador a adotar estratégias do método de forma flexível (CHARMAZ, 2009), o que se aplica neste trabalho, por existirem diversos atores atuantes na atividade pesqueira na área de estudo. Para tanto, entrevistas semiestruturadas foram elaboradas para cada público específico, ou seja, instituições governamentais, entidades representativas da atividade pesqueira e pescadores. A aplicação de questionários *in loco* também auxiliou a análise.

[72] O DRP surgiu no final da década de 1980 e se desenvolveu ligado à educação popular (CHAMBERS, 1994). A metodologia consiste em um processo participativo de aprendizagem que valoriza a diversidade social de forma a reconhecer e caracterizar as configurações possibilitadas pelas racionalidades leigas (ALVES, 2010; CHAMBERS, 1994; CHAMBERS e GUIJT, 1995; VERDEJO, 2006). A metodologia, reeditada e enriquecida ludicamente pelo Instituto Ecoar para Cidadania, tem sido utilizada, com grande eficácia, como ferramenta de planejamento participativo para a construção de Agendas 21 locais e/ou para a formulação de práticas indutoras do desenvolvimento sustentável local. Também foi utilizada pelo Ministério de Educação e Ministério do Meio Ambiente, no programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas.

o grupo pode perceber as questões mais relevantes e as condições que têm para enfrentá-las, as suas potencialidades e conhecimentos específicos, além de vislumbrar possibilidades para melhorias socioeconômicas e de trabalho diante de uma atuação pessoal e coletiva na Lagoa Mundaú. O desenvolvimento foi realizado em três etapas, como segue:

- Lagoa Mundaú dos sonhos: momento de estabelecer os objetivos. Os participantes foram divididos em até 5 grupos para discutir inicialmente "como é a lagoa dos nossos sonhos, considerando os aspectos ambientais, sociais e para a prática da pesca?". Cada grupo escreveu seus sonhos em um papel, e a negociação coletiva finaliza com contribuições;
- Pedras no caminho: momento de discussão dos desafios a serem identificados pelo grupo. Os participantes discutem a seguinte questão: "quais são os problemas que dificultam a possibilidade de uma lagoa Mundaú dos sonhos, considerando a atividade pesqueira?". Cada grupo debateu e escreveu os problemas em uma folha de papel. Depois de examinarem todas as dificuldades, os participantes definiram quais devem ser resolvidas prioritariamente;
- Plano de ações: corresponde ao momento de estabelecer as ações futuras para atingir a Lagoa dos sonhos, considerando a eliminação dos problemas identificados na etapa anterior. Foram questões norteadoras: Quais ações devem ser realizadas? O que será necessário para realizá-las? Quando cada ação será realizada?

Ao término, as discussões foram consolidadas e as propostas direcionadas ao PAS foram objeto da análise integrada. Os resultados e as evidências do DRP são apresentados no item 4.2.1.5 deste relatório.

### 4.2.1 Caracterização

Como já mencionado, dada a perspectiva deste item ser direcionado a um público e a uma atividade específica – os pescadores e as alterações na dinâmica pesqueira decorrentes da subsidência –, o escopo territorial encontra-se em um plano secundário de análise. Assim, a caracterização do território apresenta um viés de conhecer o contexto encontrado, bem como, o impacto da subsidência na dinâmica das comunidades pesqueiras da área afetada, com enfoque na Lagoa Mundaú como território da atividade pesqueira.

O Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM) é um dos ecossistemas mais representativos de Alagoas e vem sofrendo um processo de degradação ao longo dos anos. Sua localização estratégica e a exploração de seus recursos naturais geraram oportunidades de negócios, emprego e renda, porém também levaram à uma exploração exaustiva e não sustentável (ANA, 2006). A preocupação com o estado de degradação do CELMM e a necessidade de ações para o uso sustentável e sua recuperação levaram à elaboração de um Plano de Ações e Gestão Integrada do CELMM (ANA, 2006), que reuniu importantes informações acerca dos problemas existentes na região, como tratado a seguir.

- Desde o início do desenvolvimento da região, na década de 1970, a bacia do rio Mundaú sofreu grandes mudanças, como a substituição de florestas por plantações de cana-de-açúcar e pastagens, inclusive nas margens dos rios, prejudicando a preservação natural dos recursos hídricos. O cultivo extensivo de cana-de-açúcar gera erosão das margens e causam o carreamento de sedimentos, agrotóxicos e fertilizantes.
- As principais indústrias localizadas no CELMM e nas bacias de contribuição são de cana-de-açúcar, fertilizantes e matadouros, todas com potencial altamente poluidor. Os efluentes resultantes dos processos de produção de açúcar e álcool são provenientes das águas de lavagem, de resfriamento e, principalmente, da vinhaça (resíduo da moagem da cana). Por isso, até 2000, era comum a mortandade de peixes nas lagoas durante o período da safra da cana. Com o objetivo de eliminar o lançamento de efluentes na bacia hidrográfica, termos de ajustamento de conduta (TAC) foram elaborados com as usinas nessa época.
- Os territórios no entorno do CELMM também foram ocupados de maneira desordenada, pela substituição da cobertura vegetal por construções, gerando uma série de problemas com relação à disposição e ao tratamento de esgotos e resíduos sólidos. A Lagoa Mundaú foi considerada o compartimento do CELMM mais contaminado por coliformes fecais, devido ao lançamento de esgoto urbano de Maceió e pontos de baixa circulação das águas junto às margens, onde também ocorre o descarte irregular de resíduos sólidos.
- A ocupação desordenada das encostas e das margens da Lagoa Mundaú também contribuem para enchentes em períodos de intensa chuva. Esse é um problema recorrente do CELMM e agravado na Lagoa Mundaú, onde as águas encontram dificuldade de escoamento, em função da ação das marés.
- O processo natural de assoreamento da Lagoa Mundaú se acelera, com consequente alteração na circulação interna das águas, devido à urbanização desordenada, aterro e ocupação de áreas de risco, desmatamentos, práticas agrícolas inadequadas ao longo das bacias contribuintes, ausência de saneamento básico, descarte incorreto de resíduos sólidos, entre outras ações degradantes.

Segundo os relatos expostos no DRP, há um consenso entre os pescadores que esses problemas ambientais, somados à sobrepesca e a métodos predatórios de captura, estão entre as principais causas da redução da produtividade pesqueira na Lagoa Mundaú (SANTOS e SAMPAIO, 2013). Também é importante mencionar, como consequência desses problemas, o desaparecimento de algumas espécies da ictiofauna, além da descaracterização dos manguezais, prejudicando fauna, flora, produção pesqueira e agricultura local (SILVA e SOUSA, 2008). Esses impactos são, portanto, refletidos diretamente na socioeconomia das comunidades localizadas no entorno do CELMM. Além disso, os pescadores também estão sujeitos a problemas de saúde causados pela contaminação da Lagoa Mundaú (SILVA-FILHO *et al*., 2021).

Durante os encontros com a agentes da gestão pública e público-alvo, foi apontado que nem a Lagoa Mundaú, nem os pescadores, são contemplados por projetos e programas específicos

em andamento. Ainda, não existem dados ou registros oficiais acerca da atividade e produção pesqueira na Lagoa, impossibilitando conhecer e acompanhar alterações temporais e sazonais na dinâmica da pesca local.

A Lei Orgânica de Maceió trata da pesca no Capítulo V, em que considera: a relevância social das atividades profissionais dos pescadores estabelecidos em caráter permanente na faixa costeira nas margens das lagoas e dos rios; o fornecimento de condições à formação e ao aperfeiçoamento da mão de obra, apoiando o estabelecimento de instalações adequadas para a cadeia de comercialização do pescado; a regularização da ocupação dos pescadores, oferecendo condições de habitação nas proximidades do local de trabalho. O Plano Diretor de Maceió (Lei 5.486 de 30/12/2005) também incentiva o desenvolvimento da pesca na região, na seção Desenvolvimento Urbano e Ambiental, e considera a Lagoa Mundaú entre os elementos referenciais para o patrimônio natural municipal. A preservação e/ou recuperação de áreas de manguezais, lagoas, encostas e estuários são mencionadas pelas duas leis municipais.

Em complemento às legislações municipais, três leis estaduais versam sobre a atividade pesqueira. A Lei 7.618, de 5 de maio de 2014, que dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, cria o Sistema Estadual de Pesca e Aquicultura e dá outras providências; a Lei 11.959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras e dá outras providências; e a Lei 8.316, de 22 de setembro de 2020, institui o Programa Pescador Legal e dá outras providências, “para adotar medidas de combate aos efeitos decorrentes das condições adversas para a pesca artesanal e de subsistência durante o período de inverno, que resultem em geração de renda, capacitação e melhoria da qualidade de vida da população afetada, especificamente nas áreas de educação, saúde, cidadania, infraestrutura e meio ambiente”.

No entanto, embora os pescadores estejam contemplados nas políticas públicas municipais e estaduais, as ações não estão sendo implementadas pelo poder executivo, segundo apontado nos encontros realizados pela equipe técnica com os pescadores e entidades representativas da atividade pesqueira.

#### 4.2.1.1 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação

Ao longo do levantamento de campo realizado pela equipe técnica, foi registrado que a extensa maioria dos pescadores realocados residia em Bebedouro. Os relatos obtidos em entrevistas com pescadores, líderes comunitários e presidentes das entidades representativas apontam a existência de uma comunidade de pescadores atuante e integrada no bairro que, com a realocação, foi pulverizada em diversos bairros do município.

Os pescadores realocados do NF1 residiam principalmente na orla da Lagoa Mundaú, em Bebedouro. Utilizavam as próprias residências como local de armazenamento do material de pesca e a margem da Lagoa em frente às residências como porto das embarcações. Os que não residiam

às margens usavam as residências de pescadores próximos ou parceiros de trabalho para desembarque do pescado e ancoradouro. Outra área indicada como importante porto era o Riacho do Silva, no mesmo bairro, cujo acesso atualmente também se encontra restrito.

A importância do manguezal de Bebedouro, situado na área de resguardo e com limitação de acesso por boias de demarcação, foi destacada na maioria dos encontros. Os manguezais são reconhecidamente ecossistemas com elevada biodiversidade e representam importantes áreas de reprodução, berçário, crescimento e abrigo para diversas espécies aquáticas e terrestres (ICMBIO, 2018). As entrevistas realizadas com os pescadores e entidades representativas apontam o manguezal de Bebedouro como o principal local de pesca da Lagoa até 2018, com maior riqueza, diversidade e abundância de peixes, crustáceos e moluscos. Ainda, observam que o sururu era um recurso muito abundante nesse manguezal, onde o molusco seria mais volumoso e com carne mais tenra, ao que relacionam o fato de se encontrarem aderidos às raízes e troncos das árvores, em vez de no substrato lamoso, como observado na maior parte da Lagoa.

Com a subsidência, a profundidade dessa área de mangue aumentou consideravelmente, levando ao afogamento e, consequentemente, à morte da maioria das árvores do ecótono naquela região. Embora haja relatos de aumento na abundância da ictiofauna com o aumento da profundidade do manguezal na área de resguardo, em contraponto muitos relatam insegurança no uso da área. Além disso, reportam percepção de maior perigo durante a instalação e retirada de redes de pesca, uma vez que os petrechos podem ficar aprisionados em raízes, galhos e troncos submersos, oferecendo maior risco aos pescadores na atual profundidade e podendo levar à perda do material de pesca. A pesca subaquática na área foi mencionada, porém de forma pontual, visto que pescadores mais tradicionais não dominam essa modalidade.

#### 4.2.1.2 Núcleo Focal 2 (NF2) – Área do entorno

A maioria dos pescadores realocados é filiada à Colônia de Pescadores Santo Antônio Z-04, cuja sede está localizada no NF2, na região limítrofe com NF1. De acordo com o presidente da Colônia, em torno de 100 pescadores ativos, que moravam majoritariamente em Bebedouro, foram realocados e/ou impactados em sua atividade pela subsidência. Uma lista das pessoas que possivelmente se enquadram nessa situação foi entregue à equipe, mas a lista apresenta apenas os nomes completos, sem nenhum dado complementar que possa auxiliar na localização dos pescadores.

Informações complementares acerca de políticas públicas federais, como o Seguro Defeso, não foram fornecidas pela Colônia ou pelos entes públicos contatados. De todo modo, tal informação não permitiria o recorte necessário sobre o quantitativo de pescadores realocados e/ou impactados, visto que o benefício contempla todos os associados.

Além dos pescadores que precisaram ser realocados, há comunidade que permanece no NF2 exercendo a atividade pesqueira e que afirma ter sido impactada pela desocupação do entorno.

Os pescadores de Flexal de Baixo relatam isolamento e insegurança no local pelo esvaziamento dos bairros vizinhos, que ainda funcionam como acesso no deslocamento para outras áreas do município. Além disso, foi mencionada uma maior dificuldade no escoamento da produção pesqueira, em função da ausência de compradores para venda direta e de atravessadores, anteriormente responsáveis pela compra da maior parte do pescado. Embora Flexal de Baixo sirva como porto para embarcações de pescadores realocados, há relatos de que o esvaziamento do entorno e a insegurança resultam no risco de roubo da embarcação e material de pesca, desestimulando muitos a continuarem na atividade.

#### 4.2.1.3 Núcleo Focal 3 (NF3) – Áreas receptoras mais distantes

A análise das áreas receptoras neste capítulo está feita com a lógica da análise da atividade pesqueira e dos pescadores, tema deste tópico.

Assim, embora não esteja entre as principais áreas receptoras e, portanto, não esteja classificado como NF3, nos encontros realizados no levantamento de dados primários com o público-alvo, o bairro de Fernão Velho foi apontado como um importante bairro receptor dos pescadores, em muitos casos de forma provisória.

Com pequena extensão territorial, Fernão Velho já reunia uma comunidade de pescadores e tem, inclusive, uma organização específica, a Associação de Pescadores de Fernão Velho. Na tentativa de se manterem próximos à Lagoa, parte dos pescadores realocados buscou se estabelecer no bairro, porém, entre os pescadores consultados, há relatos de que o elevado valor dos imóveis e a falta de oferta de moradias, tanto para locação como para venda, foram fatores que impossibilitaram a instalação definitiva de vários pescadores no bairro.

Na impossibilidade de se manterem às margens da Lagoa, muitos pescadores se estabeleceram em bairros mais distantes, nas partes mais altas da cidade como, por exemplo, Tabuleiro dos Martins, Benedito Bentes, bairros classificados como NF3 e também em Chã da Jaqueira e Chã de Bebedouro, no NF2. No caso destes pescadores, o distanciamento entre local de moradia e trabalho é apontado por vários deles como impeditivo para a continuidade na atividade pesqueira, pela perda de um porto seguro para a embarcação e local para armazenamento de motores, redes e demais artefatos de pesca.

#### 4.2.1.4 Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió

Um conjunto de elementos relativos à atividade pesqueira em Maceió (NF4) já está colocado na parte inicial deste texto, em especial a que trata do Complexo Lagunar. Neste tópico tem-se o mapeamento das entidades atuantes no tema e as propostas oriundas do processo participativo específico desenvolvido com a comunidade pesqueira.

As Colônias de Pescadores do entorno da Lagoa incluídas nas entrevistas foram: a Colônia Z-02, localizada no Pontal da Barra; Colônia de Pescadores Z-05, em Vergel do Lago; e Colônia de Pescadores Z-16, localizada no Trapiche da Barra. Poucos pescadores realocados

encontram-se filiados à essas colônias e os respectivos presidentes não têm um levantamento preciso desses associados.

A Colônia de Pescadores Z-03, localizada à margem da Lagoa Mundaú no município de Coqueiro Seco, se encontra fora da abrangência dos NF e foi contemplada no levantamento de campo para compreensão da dinâmica pesqueira do entorno da Lagoa Mundaú. A equipe não se encontrou com a Colônia de Pescadores Z-01, porque está localizada no bairro Jaraguá, região central de Maceió, e todos os associados desenvolvem a atividade pesqueira na região oceânica.

Ao longo das atividades de campo, a atuação relevante de duas organizações não governamentais junto aos pescadores e marisqueiras da Lagoa Mundaú foi constatada no bairro Vergel do Lago: o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS)[73] e o Instituto Mandaver[74]. As duas instituições atuam em conjunto com a Cooperativa de Marisqueiras Mulheres Guerreiras (COOPMARIS) de Vergel do Lago, única iniciativa cooperativista identificada e específica de marisqueiras atuantes na Lagoa.

O IABS, instituição que atua com projetos socioambientais, promove no município o projeto Maceió Mais Inclusiva, em parceria com diversas instituições, que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida de pescadores e marisqueiras da orla da Lagoa, com foco no bairro de Vergel do Lago. Por meio do projeto, famílias cadastradas de marisqueiras entregam semanalmente as conchas no entreposto da instituição, localizado às margens da Lagoa em Vergel do Lago, e recebem um recibo a ser trocado por moeda tradicional (Real) ou pela moeda social Sururote no Banco Comunitário Laguna, do Instituto Mandaver, com a qual é possível comprar atualmente em cinco mercados cadastrados no bairro, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região, retendo renda na comunidade e fomentando o comércio local. A organização planeja, futuramente, diversificar os tipos de atividade aptas a receberem o Sururote e já observam um certo ganho de autonomia com a circulação das cédulas dentro da comunidade, visto que algumas atividades do mercado informal do bairro as estão recebendo como pagamento, apesar do pouco tempo de início da execução do projeto. A moeda tem equivalência com o Real e cada família de marisqueira cadastrada pode receber no máximo 150 Sururotes por mês. Além de promover o incremento social das marisqueiras, o projeto também as capacitou em economia solidária e buscou enriquecer a percepção de pertencimento, envolvendo-as na idealização das notas da moeda, tendo as definições de valor, cor e desenho de cada cédula sido feitas exclusivamente por elas.

A proposta do projeto Maceió Mais Inclusiva também é a transformação de uma economia tradicional em uma economia baseada em cadeias circulares de valor, em que o resíduo de uma se converte em insumo para outra cadeia, impulsionando a economia na região e resultando na diminuição do acúmulo de resíduos nas margens e entorno da Lagoa provenientes do beneficiamento do sururu e do maçunim. Nesse sentido, o IABS utiliza as conchas trituradas

[73] Disponível em: https://www.iabs.org.br.
[74] Disponível em: https://www.mandaver.org. Acesso em: nov. 2021.

oriundas do beneficiamento artesanal como insumo na fabricação de revestimento de parede, denominado Cobogó Mundaú, com design idealizado pelo Instituto A Gente Transforma e comercializado pela empresa Portobello. Além dessa destinação, as conchas trituradas são utilizadas na fabricação de revestimentos texturizados pela empresa Ibratin Tintas e Texturas. Atualmente, o projeto beneficia cerca de 23 famílias, responsáveis pelo fornecimento de 3 a 4 toneladas de conchas por mês, que são totalmente reaproveitadas no processo produtivo. Com implementação recente e expectativa de ampliação, é esperado que o projeto, além de melhorar a qualidade de vida das famílias dos pescadores e marisqueiras em Vergel do Lago, pela geração de renda com a comercialização do material anteriormente rejeitado, também reduza o volume de coleta pelos equipamentos de limpeza urbana municipais e a quantidade de resíduo descartado inadequadamente no entorno da Lagoa, que ocasiona odor desagradável, alagamento das vias públicas e proliferação de vetores de doenças.

Outra ação do IABS junto aos pescadores e marisqueiras de Vergel do Lago, realizada em parceria com o BIDLab, será a instalação na Lagoa de módulos de boias amarradas entre si com cordas, que servirão como substrato para o cultivo do sururu. Tal forma de cultivo possibilita um incremento nas condições laborais dos pescadores, visto que esse molusco se encontra principalmente associado ao fundo lodoso da Lagoa, sendo sua coleta e separação manual trabalhosa e muito exigente fisicamente.

O Instituto Mandaver, por sua vez, atua na promoção da cidadania com ações afirmativas de assistência, empreendedorismo social e na transformação social do bairro Vergel do Lago, com público sobretudo infantil e moradores de comunidade, atendendo atualmente cerca de 520 crianças e com planos de ampliação para 1.000 crianças. O Instituto tem como foco principal a área de educação, com atividades de cultura, esporte, qualificação profissional e geração de renda. Embora os pescadores não sejam o público-alvo, são contemplados pelo projeto Maceió Mais Inclusiva e por programas de qualificação profissional que oportunizam outras opões de renda, principalmente aos mais jovens. Entre os diversos programas, destaca-se o Programa Potência Feminina, voltado para mulheres marisqueiras e realizado em parceria com o Instituto Rede Mulher Empreendedora, composto por uma trilha de capacitações rápidas em diferentes áreas, constituída por cursos de 4 horas de duração em empreendedorismo, Canvas, marketing e microempreendedorismo individual (MEI), cujo objetivo é formar 5 mil mulheres em 18 meses. Outra iniciativa nesse contexto é a trilha da empregabilidade, que visa auxiliar moradores do bairro que buscam oportunidade de trabalho e orientar sobre a preparação de currículo, comportamento em entrevistas de emprego e marketing pessoal na internet.

O primeiro negócio de impacto social do Instituto Mandaver foi o Banco Comunitário Laguna, mencionado anteriormente, que foi efetivado no início de 2021, com apoio da Braskem. Além da linha de crédito denominada Ecosururu, que resultou no surgimento da moeda social Sururote, o banco tem outras quatro linhas de microcrédito, como o empréstimo para pequenos empreendedores de Vergel do Lago, com baixa taxa de juros (2%) e fornecimento de crédito de consumo sem taxa, direcionado a pessoas em situação de vulnerabilidade que precisam de

recursos para necessidades básicas. Outra importante atuação do Mandaver, em parceria com o Senac, é um programa de qualificação profissional por meio de formações mais extensas, como recepcionista, auxiliar administrativo e caixa de supermercado, voltadas ao público da comunidade, e responsável pela inserção de aproximadamente 370 pessoas no mercado de trabalho apenas em 2021.

A Cooperativa de Marisqueiras Mulheres Guerreiras (COOPMARIS) foi criada em 2018 com apoio da ONG Visão Mundial, que mapeou líderes comunitárias marisqueiras, viabilizou capacitações técnicas e administrativas para aprimorar os processos de beneficiamento do sururu e promoveu a criação da cooperativa, com 50 cooperadas, associadas às Colônias de Pescadores Z-05 e Z-16, no momento presente. O sururu é adquirido pelas marisqueiras às margens da Lagoa e é posteriormente comercializado com a rede de supermercados Palato, no próprio município, ou por venda direta ao consumidor. O beneficiamento do molusco foi realizado em diferentes espaços cedidos às cooperadas, entretanto, por ausência de espaço adequado desde o início da pandemia, a cooperativa encontra-se paralisada, aguardando a conclusão de uma parceria com o Centro Espírita Nosso Lar, que irá ceder local para a atividade. A sede da cooperativa, localizada na orla de Vergel do Lago, se encontra fechada aguardando o início da construção de um novo prédio, cujo projeto foi idealizado em conjunto com as marisqueiras. Atualmente, as cooperadas estão beneficiando o sururu de forma artesanal na beira da Lagoa ou exercendo outras atividades econômicas até a conclusão do prédio, cujo início da construção está previsto para 2021. O apoio institucional e jurídico à COOPMARIS é fornecido pelo Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (CEASB), que viabilizou o recurso financeiro para a construção da sede. A COOPMARIS também tem cooperação técnica com o IABS e o Instituto Mandaver, no projeto Maceió Mais Inclusiva.

#### 4.2.1.5 Síntese dos relatos apresentados pela comunidade pesqueira nos Diagnósticos Rápido-Participativos (DRP)

Os efeitos da subsidência e possíveis ações de compensação social foram discutidas com os pescadores diretamente afetados e identificados durante as atividades de campo para levantamento primário das atividades pesqueiras. Foram realizados dois DRP, na Colônia de Pescadores Z-04 Santo Antônio, localizada no bairro Bebedouro, e no bairro Fernão Velho, com pescadores realocados, porém associados à essa Colônia. Como se trata de um processo participativo específico para a atividade pesqueira, entendeu-se mais adequado apresentar aqui a síntese das atividades e seus resultados.

##### *4.2.1.5.1 Colônia de Pescadores Z-04*

O DRP com a Colônia de Pescadores Z-04 ocorreu a partir de mobilização do presidente da Colônia dos pescadores e marisqueiras associados que foram diretamente atingidos pela subsidência.

Ao idealizarem e discutirem sobre a Lagoa dos sonhos, memórias foram compartilhadas, o que

causou comoção em diversos participantes. Os principais aspectos da Lagoa Mundaú perfeita destacados pelos grupos foram:

- uma Lagoa e mangue limpos para propiciar a atividade pesqueira plena com abundância de pescado;
- a permanência dos pescadores no local onde habitavam;
- uma Lagoa com devido esgotamento sanitário e sem o despejo de lixo pelas comunidades do entorno;
- limpeza e dragagem da Lagoa e dos seus afluentes.

Do segundo momento do DRP, quando as principais questões foram elencadas e discutidas, mediante os sonhos vislumbrados, as percepções principais trazidas pelos pescadores foram que:

- a remoção dos pescadores de Bebedouro e adjacências impossibilita a prática da atividade pesqueira e o sustento deles e de seus familiares;
- a subsidência aprofundou o mangue e a área de resguardo e afetou direta e negativamente a pesca;
- há roubo de embarcações atracadas em outras áreas, em função da realocação dos pescadores e da proibição de acesso ao local onde mantinham seu material de trabalho;
- há degradação ambiental da Lagoa Mundaú, causada pela falta de esgotamento sanitário e pelo despejo direto de resíduos sólidos no corpo hídrico, que alteram a qualidade da água e a diversidade e abundância do pescado.
- há falta de apoio financeiro, de saúde e acompanhamento do público realocado por parte da Braskem[75].

Na terceira etapa, as sugestões de ações trazidas pelos pescadores para dirimir ou compensar as questões discutidas anteriormente foram:

- apoio financeiro para os pescadores e as marisqueiras realocados que estão impossibilitados de desenvolver a atividade pesqueira;
- melhoria da iluminação pública da área de desocupação, no sentido de garantir a segurança para os pescadores que trafegam nessas ruas durante a madrugada para chegar na beira da Lagoa;
- capacitação técnica e profissional para os familiares dos pescadores e marisqueiras;
- construção de espaços para armazenamento dos petrechos de pesca e embarcações em Fernão Velho ou Flexal de Baixo.

[75] Embora o tema da compensação financeira individual não se aplique ao contexto do PAS, foi dedicado bastante tempo para escuta de tais manifestações. A equipe técnica esclareceu sobre a importância do debate e do momento para apresentar à empresa suas percepções, bem como os aspectos apontados e possíveis ações de compensação social. Verificou-se ainda com a Braskem que, além das indenizações, são desenvolvidas iniciativas de apoio aos públicos vulneráveis.

#### *4.2.1.5.2 Fernão Velho*

O DRP em Fernão Velho foi definido a partir do levantamento primário, em que a equipe identificou inicialmente que muitos pescadores foram realocados no bairro.

Em função da baixa quantidade de pessoas presentes, a equipe técnica decidiu realizar um DRP simplificado. As principais questões destacadas pelos pescadores foram:

- aprofundamento da área de mangue pela subsidência, o que impossibilita a prática da pesca;
- relatos de falta de apoio técnico e financeiro, além de acompanhamento da Braskem, junto aos pescadores diretamente afetados;
- dificuldades na manutenção da atividade pesqueira por muitos pescadores, em função da realocação e distanciamento da Lagoa;
- perda dos petrechos de pesca e embarcações por roubo, pois os pescadores precisam atracar em locais inseguros;
- aumento da distância até os locais de pesca.

As possíveis ações para mitigar e/ou compensar apontadas pelos pescadores foram:

- identificação dos pescadores impossibilitados de exercerem a atividade pesqueira por um cadastro (censo);
- apoio financeiro de um salário-mínimo para os pescadores e marisqueiras que se enquadram nessa situação;
- capacitação técnica e profissional de pescadores e seus familiares;
- construção de galpões com boxes para o armazenamento dos materiais de trabalho, como embarcação, rede e freezer para acondicionamento do pescado. Os locais sugeridos foram Fernão Velho (Goiabeira) e Flexal de Baixo.

### 4.2.2 Síntese Analítica

A análise específica da atividade pesqueira apresenta um contexto de dificuldades de natureza coletiva geradas para a prática da atividade a partir da subsidência e da realocação, mas aponta também experiencias importantes que são convergentes com a ação de compensação social.

O processo de realização do Diagnóstico precisou lidar com a limitação geral de dados acerca da atividade pesqueira, já relatada com a inexistência de informações aprofundados sobre os pescadores diretamente afetados pela subsidência, com este foco.

Assim, o Diagnóstico foi produzido a partir do diálogo com a comunidade, Colônias de Pescadores e Organizações da Sociedade Civil, e em especial, com os pescadores afetados pela subsidência cuja maioria é afiliada à Colônia Z04, que menciona cerca de cem pescadores diretamente afetados.

Os relatos dos pescadores destacam:

- O distanciamento da residência atual após realocação e ausência de local seguro para armazenamento de material de pesca e embarcações às margens da Lagoa Mundaú impactam na continuidade da atividade pesqueira;
- A diminuição na renda em função da perda de área da atividade pesqueira e diminuição no escoamento da produção do pescado;
- Carência de qualificação profissional e baixo grau de escolaridade pré-existentes, dificultam a reinserção dos pescadores em outra atividade econômica do mercado de trabalho;
- Percepção de aumento da insegurança no NF2 e isolamento pelo esvaziamento do entorno.

Além dos impactos diretos sobre a comunidade pesqueira relacionados à subsidência, o contexto analisado traz ainda problema pré-existentes relevantes, relativos ao tema, mas também experiencias que podem contribuir para o enfrentamento deste cenário:

- São problemas principais mapeados que impactam no desenvolvimento da atividade: i) a degradação ambiental da Lagoa Mundaú pela ausência de esgotamento sanitário, descarte inadequado de resíduos sólidos, assoreamento e sobrepesca; e ii) a não execução das políticas públicas específicas existentes para a atividade pesqueira;
- E, por outro lado, tem-se ações socioambientais desenvolvidas por organizações da sociedade civil no Complexo Lagunar Mundaú voltadas para atividade pesqueira (IABS, Instituto Mandaver, COOPMARIS), que devem ser consideradas em um cenário de medidas de compensação, como é o caso da experiência positiva da COOPMARIS e a cooperação junto ao IABS e Mandaver com as marisqueiras de Flexal de Baixo e outras áreas atingidas pela subsidência no entorno da Lagoa Mundaú.

### 4.2.3 Diretrizes Temáticas

As diretrizes de ação propostas estão voltadas a mitigar os impactos identificados, mas também a fortalecer a pesca como atividade econômica, inclusive explorando a existência de organizações do terceiro setor atuantes no tema e na região. São elas:

- Investir no fortalecimento da atividade pesqueira;
- Investir em medidas para garantir as condições de segurança da população residente em NF2, em função do isolamento e insegurança dos pescadores e seus familiares pela realocação da população do NF1. Este tema foi abordado no Acordo Específico do Flexal, que tem medidas voltadas aos pescadores e pescadoras;
- Apoiar ações para capacitar técnica e profissionalmente os pescadores e seus familiares, considerando inclusive cooperação técnica com o Instituto Mandaver para as capacitações técnicas e profissionais dos pescadores e seus familiares, no âmbito das qualificações ofertadas atualmente pela instituição aos moradores de Vergel do Lago;

- Apoiar a execução e fortalecimento das políticas públicas previstas para a atividade pesqueira;
- Apoiar o cadastramento e recadastramento os dos pescadores das entidades representativas da Lagoa Mundaú (Colônias de Pescadores Z-02, Z-03, Z-04, Z-05 e Z-16) e da Associação de Pescadores de Fernão Velho, no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), conforme diretrizes legais vigentes[76]. O (re)cadastramento possibilita a identificação e atualização de dados específicos, em especial do público prioritário para projetos de fomento e auxílio financeiro.

Um tema relevante que o diagnóstico da atividade pesqueira traz, mas cuja diretriz de abordagem extrapola o escopo do PAS diz respeito a importância de medidas para melhorar a qualidade ambiental da Lagoa Mundaú, inclusive quanto à redução do assoreamento e do descarte irregular de resíduos e efluentes (Diretriz direcionada para acordo específico). As soluções a serem adotadas devem ser discutidas nas frentes especificas, observando os resultados dos estudos realizados pela empresa especializada contratada para elaborar o diagnóstico ambiental, nos termos da Cláusula 7 do Acordo Socioambiental.

[76]. A Portaria SAP/MAPA 270 estabelece, em caráter excepcional e transitório, normas, critérios e procedimentos administrativos para o (re)cadastramento de pessoas físicas no RGP, categoria de Pescador e Pescadora Profissional. Em seu Art. 2º, a portaria comunica que o (re) cadastramento nacional será realizado para fins de atualização cadastral e regularização da Licença de Pescador e Pescadora Profissional, por meio do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SisRGP). O enquadramento dos pescadores artesanais consta no Art. 3°. Para efeitos desta portaria, entende-se por Pescador e Pescadora Profissional Artesanal “pessoa física que exerce a atividade de pesca profissional com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com Arqueação Bruta - AB menor ou igual a 20”.



# 5. Eixo 3: Qualificação Urbana e Ambiental

Este capítulo apresenta a caracterização urbana e ambiental da área em estudo. Se divide em cinco itens: planejamento urbano, habitação e dinâmica imobiliária; meio ambiente; saneamento; espaços públicos e desenho urbano; e centralidades e mobilidade urbana.

Leva-se em conta que o Diagnóstico visa subsidiar a formulação e a implementação de um conjunto de ações sociourbanísticas que venha a compensar os impactos diretos e indiretos da interdição e desocupação da área de risco de subsidência e da realocação de famílias e atividades econômicas no território de Maceió.

Este estudo tem um caráter prospectivo em que todos os dados apresentados têm a finalidade de compor um arcabouço de informações de uma realidade sobre a qual se possa intervir nos curto e médio prazos.

## 5.1 Planejamento urbano, habitação e dinâmica imobiliária

Para abordar esta temática específica, partiu-se do princípio de que a interdição de uma área de grandes dimensões na cidade, com localização relativamente privilegiada, assim como a realocação de mais de 12 mil famílias, seguramente iria trazer repercussões sobre as dinâmicas de localização das atividades na cidade, afetar centralidades urbanas, redirecionar fluxos e interferir nas estratégias de atuação dos agentes públicos e dos agentes privados sobre o território. Convergindo para esse contexto, agentes do mercado declaram que a compensação financeira aos proprietários e inquilinos de imóveis da área afetada estariam interferindo nos preços de imóveis em várias partes da cidade, alterando formas de acesso à moradia de diversas camadas da população do município no âmbito do mercado imobiliário formal e informal. O referido contexto tende a alterar o comportamento dos agentes públicos – responsáveis pelo planejamento, controle e manutenção urbana, assim como pela atualização das legislações urbanísticas – e dos agentes privados, sobretudo daqueles que compõem o mercado imobiliário, dentre eles incorporadores e construtores de imóveis, e consumidores de espaço edificado – compradores e inquilinos.

Levadas em consideração as repercussões do vazio urbano deixado pela área atingida pela subsidência, o foco deste item foi direcionado para compreender as novas dinâmicas espaciais de planejamento urbano, imobiliárias e residenciais, que podem emergir da reorganização do território maceioense, seja na dimensão funcional, seja em uma dimensão simbólica.

São abordados nesta análise os distintos territórios de referência para o PAS – os quatro Núcleos Focais (NF), sendo que há diferentes níveis de detalhamento para cada uma das escalas. O cruzamento dos dados obtidos teve um importante papel no sentido de levantar os impactos, considerando cenários possíveis e indicando alternativas para se planejar o território, diante de efeitos negativos decorrentes do processo de realocação populacional.

Diante do pouco tempo decorrido desde o início dos processos de deslocamento de pessoas e atividades urbanas instaladas na região de realocação[77], com áreas de monitoramento em processo de desocupação e pela condição de andamento da compensação financeira, foi possível inferir que há uma situação de relativa transitoriedade na acomodação dos fluxos intraurbanos.

A temática de planejamento urbano mantém fortes correlações com outros eixos temáticos deste estudo, sendo múltiplas as convergências entre algumas das particularidades apontadas por outros especialistas e entre as diretrizes temáticas formuladas. Assim, dados de outros temas foram incorporados às análises e caracterização dos Núcleos Focais, corroborando as leituras realizadas com base em: (i) dados georreferenciados do zoneamento urbanístico do Código de Urbanismo; (ii) Dados de preço médio por m² de unidades habitacionais em série histórica, para Maceió (FIPEZAP); (iii) dados georreferenciados das localizações de destino da população realocada, disponíveis até o momento; (iv) coleta e análise de notícias sobre a dinâmica imobiliária; (v) extração de elementos de destaque sobre a dinâmica imobiliária relacionada à subsidência em bases acadêmicas; (vi) dados da localização de grandes empreendimentos residenciais produzidos a partir de 2010; e (vii) dados primários sobre a percepção dos agentes que atuam no setor público (planejamento urbano) e no mercado imobiliário[78]. No entanto, no âmbito da formulação desse diagnóstico, cabe ressaltar a existência de uma considerável lacuna de dados oficiais, que nem sempre se logrou obter[79].

A análise dos dados secundários obtidos e dos dados primários coletados ao longo das entrevistas subsidiou o planejamento do trabalho de campo, com observações sistemáticas, realização de diário de campo e registros fotográficos e videográficos.

A caracterização dos territórios aqui apresentada distingue condições preexistentes daquelas que podem ser consideradas como impactos diretos ou indiretos da subsidência e da decorrente realocação de pessoas e atividades econômicas, de modo a subsidiar a elaboração de diretrizes e fundamentar medidas de compensação sociourbanística.

### 5.1.1 Caracterização

A caracterização dos territórios sob a influência dos processos de realocação de pessoas e desativação de atividades urbanas impostas pela subsidência partiu do reconhecimento de dois limites institucionalmente formalizados: as zonas urbanas de Maceió (NF4) e a área de realocação, o NF1. As áreas de entorno (NF2) e as áreas de destino predominante da população (NF3) se configuraram como limites auxiliares para as análises de impactos a partir de diferentes recortes temáticos.

[77] Em novembro de 2019 ocorreu o anúncio de fechamento dos poços e a criação da *Área de Resguardo*, a primeira poligonal de área de risco a ser desocupada. Esse é um marco temporal importante, mas que foi seguido por três ampliações de polígono de desocupação. As consequências da desocupação e da subsidência ainda se encontram sob avaliação e monitoramento, como definido no Acordo Socioambiental, dada a complexidade e o grau de impacto que tem sobre a cidade.

[78] Extraídos pelo Processo Participativo por meio de entrevistas semiestruturadas com agentes previamente selecionados. Os agentes foram descritos e validados nas fases iniciais do estudo (Anexo II – Entidades da sociedade civil entrevistadas).

[79] Tampouco foi possível realizar algumas entrevistas com alguns agentes do setor público. Na ocasião dos levantamentos, não foi possível realizar algumas das entrevistas planejadas com técnicos da prefeitura. Alguns dos dados solicitados também não chegaram a ser disponibilizados pela prefeitura, por meio de secretarias setoriais relacionadas ao planejamento urbano e infraestrutura.

A construção integrada do diagnóstico conduziu à percepção de que, além dos impactos funcionais, também ocorreram perdas simbólicas e afetivas para as pessoas que habitavam território. Tais impactos e perdas foram consideradas por configurarem um contexto de desmobilização de relações de vizinhança com repercussões na forma da cidade, tanto em relação ao vazio resultante quanto em relação às dinâmicas de realocação da população. A dissolução dos efeitos da economia de aglomeração de estabelecimentos comerciais e de serviços, com claros efeitos de ruptura nos logradouros que limitam o NF1[80], e os relatos de desinvestimento imobiliário para além dos limites da área de risco também foram levados em conta.

Os dados primários, coletados ao longo de todo o processo de elaboração de diagnóstico, apresentaram indícios de que repercussões em cadeia dos deslocamentos espaciais das famílias sobre a dinâmica imobiliária de Maceió incidem sobre o território de modo disperso, fragmentário e multifacetado.

A caracterização dos territórios apresentada é sintética e analítica, baseada em dados previamente disponibilizados e em procedimentos de coleta de dados primários em campo, o que viabilizou uma aproximação sucessiva ao território.

#### 5.1.1.1 Núcleo Focal 4 - NF4 - Maceió

A primeira abordagem na escala geral da cidade, que aqui caracteriza o NF4, demonstrou que marcos legais de planejamento urbano municipal estão desatualizados, por exemplo, no que se refere ao Plano Diretor Municipal (2005) – considerando-se o ciclo decenal definido pelo Estatuto da Cidade – e ao Código de Urbanismo e Edificações (2007), considerando-se as transformações ocorridas na cidade. O município apresenta um Plano Local de Habitação de Interesse Social que, embora seja relativamente recente (2013 com complementação em 2018), retrata uma realidade anterior à realocação habitacional decorrente da subsidência. Existe ainda o Plano Municipal de Redução de Riscos (2008) que, embora retrate e hierarquize as áreas de risco no âmbito do município, também necessita ser atualizado para levar em conta alterações nas áreas de risco geomorfológicos relacionadas à subsidência[81].

Atualmente, pode-se considerar que o Código de Urbanismo e Edificações (2007) é o principal marco legal de ordenamento territorial, já que apresenta o zoneamento e as diretrizes para a ocupação das diversas partes do território. Detectou-se, contudo, uma expectativa, por parte de agentes locais, de que o novo Plano Diretor venha a assumir um maior nível de detalhamento, parametrizando padrões de ocupação, gabarito, taxas de permeabilização do solo, ocupando um papel que, no momento, é do Código de Urbanismo e de Edificações[82]. O Plano Diretor teve o seu processo de revisão iniciado em 2015, mas continua inconcluso. Foram realizadas as etapas de estudos, audiências públicas e elaboração de minuta de lei que, contudo, não chegou

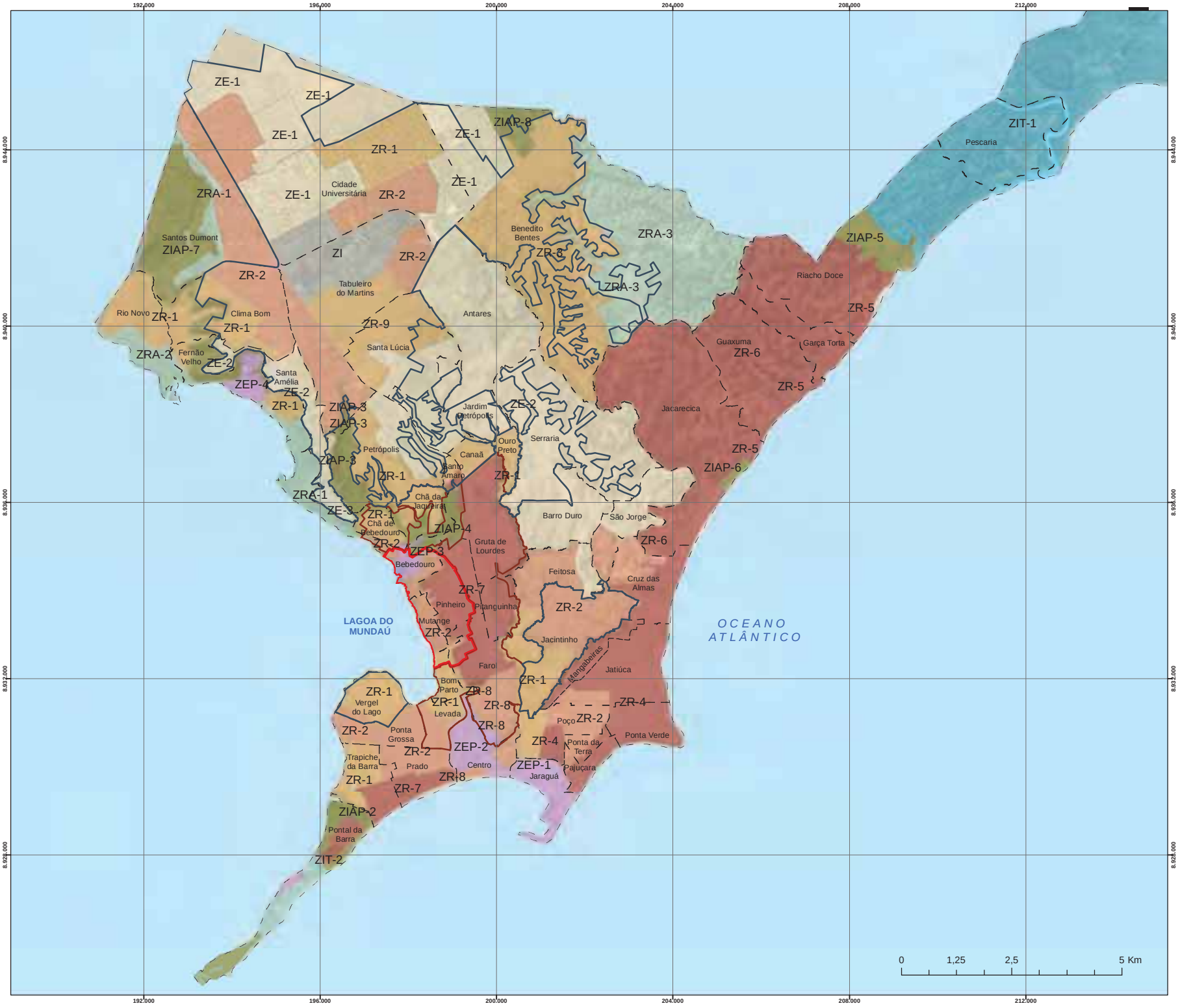
[80] Que resultam em um lado da rua com manutenção de atividades e o outro esvaziado.
[81] Houve a formulação de um Plano de Contingência, com delimitação de rotas de fuga e de pontos de encontro para o caso de risco iminente.
[82] Entrevistado 1.

a ser encaminhada à Câmara Municipal e há, entre os atores locais, a expectativa de retomada imediata das discussões acerca da legislação urbanística[83].

A interpretação do zoneamento e dos parâmetros urbanísticos dispostos no Código de Urbanismo e Edificações permitiu verificar uma condição de superdimensionamento das Zonas Residenciais e das Zonas de Expansão (Mapa 22). No contexto legal atual, expressiva proporção da zona urbana do município pode ser facilmente ocupada, o que favorece o espraiamento urbano, por vezes intercalado por lotes e glebas sem edificações que, ao deixarem de ser ocupados, tornam a mancha urbana entremeada de vazios que não cumprem a função social da propriedade urbana. A configuração de amplas áreas de expansão urbana e de zonas residenciais com parâmetros relativamente concessivos, tais como permissão para verticalização em até 15 pavimentos e estímulo às atividades agrícolas em uma mesma zona[84], submetem o território maceioense a escolhas de urbanização e de adensamento construtivo protagonizadas pelo mercado imobiliário. Em síntese, as estratégias de mercado que privilegiam fatores de localização, pela escolha de terrenos de menor custo em localidades que possam, por meio de estratégias de *marketing*, adquirir um apelo ao consumo residencial, a intensificação do uso do solo (adensamento populacional e construtivo) em áreas de valorização consolidada e a apropriação de paisagens irreprodutíveis (topos com vista e frentes d'água) são definidoras dos padrões de ocupação e de expansão urbana em Maceió. Isso pode repercutir para o poder público, que será excessivamente onerado para prover as novas áreas de novos serviços, equipamentos, vias e infraestrutura.

[83] A entrega do novo Plano Diretor à Câmara Municipal chegou a ser anunciada pela imprensa, mas não se confirmou. Ver: https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/399185/camara-de-maceio-recebe-projeto-de-revisao-do-plano-diretor e https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2023/07/92825-camara-de-vereadores-aguarda-envio-de-projeto-pela-prefeitura-de-maceio

[84] Zona Residencial 6 (ZR6), no limite urbano-rural próximo à orla.




# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

**MACEIÓ - ALAGOAS**

## LEGENDA

**Código de Urbanismo e Edificações de 2007**

**Zona Residencial - ZR**

- ZR-1
- ZR-2
- ZR-3
- ZR-4
- ZR-5
- ZR-6
- ZR-7
- ZR-8
- ZR-9

**Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico - ZIAP**

- ZIAP-1
- ZIAP-2
- ZIAP-3
- ZIAP-4
- ZIAP-5
- ZIAP-6
- ZIAP-7
- ZIAP-8

**Zona de Interesse Turístico - ZIT**

- ZIT-1
- ZIT-2

**Zona Industrial - ZI**

- ZI

**Zona Residencial e Agrícola - ZRA**

- ZRA-1
- ZRA-2
- ZRA-3

**Zona de Expansão - ZE**

- ZE-1
- ZE-2
- ZE-3

**Zona de Especial de Preservação - ZEP**

- ZEP-1
- ZEP-2
- ZEP-3
- ZEP-4
- ZEP-5

**Variação do coeficiente de aproveitamento nas Zonas Residenciais - ZR**

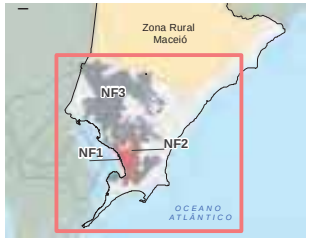
Menor CA — Maior CA

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF4 MACEIÓ, ZONEAMENTO URBANO**

**Mapa** 22

**Fonte dos Dados:**

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015); CÓDIGO DE URBANISMO E EDIFICAÇÕES (PREFEITURA DE MACEIO, 2007)

**Notas:** Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: | |
|---|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 | Diagonal |

De modo geral, os vetores de expansão urbana e as localidades de adensamento e de verticalização residencial, em contextos de um marco legal de planejamento urbano permissivo, tendem a ser definidos pelo mercado imobiliário. Em Maceió, a produção em massa de imóveis residenciais em grandes conjuntos habitacionais ao norte do município, estimulados pelo novo ciclo de investimentos na indústria da construção civil a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (a partir de 2009), corroboraram para reforçar um modelo de urbanização espraiado, de ocupação residencial descontínua, intercalada por grandes parcelas e glebas vazias. No extremo norte do município[85], as ocupações residenciais são intercaladas por terrenos com lotes ocupados por usos industriais, de logística e de serviços. Essas porções de território de uso muito diversificado terminam por apartar algumas localidades residenciais entre si e do restante da cidade.

No Mapa 23 e na Tabela 113 tem-se a representação dos valores imobiliários praticados no município, sendo que as áreas em amarelo representam os menores preços praticados, correspondendo aos bairros Benedito Bentes, Petrópolis, Jardim Petrópolis, Cidade Universitária, Feitosa e Tabuleiro do Martins.

[85] Bairro Cidade Universitária.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

## LEGENDA

Territorialização de Famílias Realocados
Mudanças Definitivas

- Valor Único
- Valor por Avaliação

Valores por m2 (FIPEZAP / 2021)

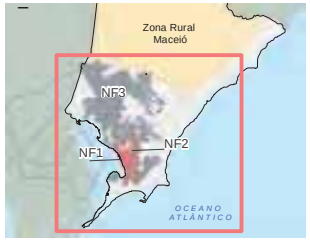
- Até R$ 2.500,00
- R$ 2.501,00 - R$ 3.500,00
- R$ 3.501,00 - R$ 4.900,00
- Mais de R$ 4. 975,00 (média de Maceió)

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




## NF4 MACEIÓ, BAIRROS POR VALORES PRATICADOS NAS OFERTAS IMOBILIÁRIAS

Mapa 23

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
RECEITA FEDERAL (2021)
PESQUISA PÓS-COMPENSAÇÃO, 2023
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

**Tabela 113. NF4 Maceió, bairros por valores praticados nas ofertas imobiliárias, 2021 (R$/m²)**

| Bairro | Média de Preços Praticados (R$/m²) |
|---|---|
| Benedito Bentes | 1.988 |
| Petrópolis | 2.152 |
| Jardim Petrópolis | 2.218 |
| Cidade Universitária | 2.293 |
| Feitosa | 2.296 |
| Tabuleiro do Martins | 2.416 |
| Prado | 2.653 |
| Serraria | 3.044 |
| Antares | 3.177 |
| Santa Amélia | 3.196 |
| Barro Duro | 3.899 |
| Farol | 4.593 |
| Poço | 4.662 |
| Gruta de Lourdes | 4.841 |
| Trapiche da Barra | 4.899 |
| Mangabeiras | 5.211 |
| Cruz das Almas | 5.339 |
| Ponta Verde | 5.359 |
| Jatiúca | 5.405 |
| Jacarecica | 5.747 |
| Guaxuma | 6.132 |
| Pajuçara | 6.238 |

Fonte: FIPEZAP, 2021.

O Mapa 24 ilustra os maiores empreendimentos imobiliários do Programa Minha Casa Minha Vida, no período 2010-2015, que hoje já estão ocupados e que correspondem à mais de 12 mil unidades habitacionais adicionadas aos bairros ao norte do município. O detalhamento desses empreendimentos, com descrição do número de unidades habitacionais, construtora responsável e tipologias predominantes é apresentado no Quadro 13.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

**MACEIÓ - ALAGOAS**

## LEGENDA

**Grandes empreendimentos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida 2010-2015 ( em unidades habitacionais- uh)**

- 200 - 240
- 240- 900
- 900 - 1923
- 1923 - 3900

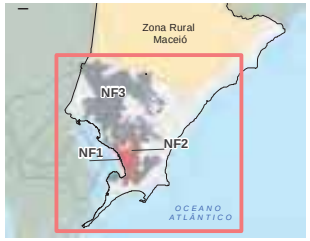
# Conjuntos Residenciais ou Condomínios construídos ou em constução após 2015

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF4 MACEIÓ, GRANDES EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (2010-2015)**

**Mapa** 24

**Fonte dos Dados:**

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
RECEITA FEDERAL (2021)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

**Notas:** Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: |
|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 |

Diagonal

**Quadro 13. NF4, grandes empreendimentos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, 2010-2015**

| Nome do empreendimento | Unidades habitacionais | Bairro | Construtora | Tipologia |
|---|---|---|---|---|
| Residencial José Aprígio Vilela I A | 862 | Jacarecica/ Benedito Bentes | Contrato Engenharia | Blocos de 1 pavimento com 2 UH cada. |
| Residencial José Aprígio Vilela I B | 346 | Jacarecica/ Benedito Bentes | Contrato Engenharia | Blocos de 1 pavimento com 2 UH cada. |
| Residencial José Aprígio Vilela I C | 715 | Jacarecica/ Benedito Bentes | Contrato Engenharia | Blocos de 1 pavimento com 2 UH cada. |
| Residencial Parque dos Caetés | 2.976 | Benedito Bentes | Engemat Engenharia de Materiais Ltda. | 744 blocos com 2 pavimentos e 2 UH por andar. |
| Residencial Jorge Quintela | 816 | Benedito Bentes | Solidez Engenharia Ltda. | 51 blocos com 4 pavimentos e 4 UH por andar. |
| Residencial Morada do Planalto | 1.200 | Benedito Bentes | Construtora Morada do Planalto Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. | Blocos com 2 pavimentos e 2 UH por andar. |
| Residencial Maceió I | 3.900 | Cidade Universitária | Telesil Engenharia | 975 blocos com 2 pavimentos e 2 UH por andar. |
| Conjunto Residencial Ouro Preto | 240 | Ouro Preto | Solidez Engenharia Ltda. | 15 blocos com 4 pavimentos e 4 UH por andar. |
| Residencial Sonho de Antônio Duarte | 200 | Riacho Doce | Associação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – AMOVA | Casas em lotes isolados. |
| Residencial Vale do Amazonas | 300 | Rio Novo | Uchôa Construções | 75 blocos com 2 pavimentos e 2 UH por andar. |
| Residencial Vale do São Francisco | 300 | Rio Novo | Uchôa Construções | 76 blocos com 2 pavimentos e 2 UH por andar. |
| Residencial Vale do Tocantins | 300 | Rio Novo | Uchôa Construções | 77 blocos com 2 pavimentos e 2 UH por andar. |

Fonte: Melo (2019). Elaboração: Diagonal, 2021.

A contraposição dos valores médios praticados por metro quadrado nas ofertas de imóveis, com localização de grandes empreendimentos residenciais, tipologia predominante das novas habitações produzidas e dados de vulnerabilidade social permite concluir que os bairros com imóveis mais baratos coincidem majoritariamente com aqueles de maior vulnerabilidade social e com a paisagem urbana marcada por forte unidade decorrente da repetição das tipologias de edificação característica dos conjuntos habitacionais populares.

No tocante ao planejamento urbano, merecem destaque os dados de vulnerabilidade que revelam os percentuais de pessoas com renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo e que despendem mais de uma hora nos deslocamentos rotineiros de casa ao trabalho, representados no Mapa 25.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

**MACEIÓ - ALAGOAS**

## LEGENDA

**Populaç o com renda at 0,5 salário-m nimo per capita e ue gasta mais de uma hora em deslocamentos entre casa e trabalho (IPEA, 2015)**

- 0% - 5%
- 5% - 7,5%
- 7,5% - 10%
- 10% - 15%
- 15% - 20%
- 20% - 30%
- 30% - 44%

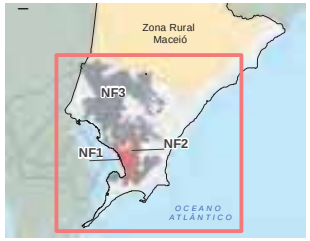
*Área efetivamente urbanizada dos setores censitários, a partir de fotointerpretação.

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF4 MACEIÓ, POPULAÇ O COM RENDA DE AT 0,5 SAL RIO-MÍNIMO PER CAPITA E QUE GASTA MAIS DE UMA HORA EM DESLOCAMENTOS ENTRE CASA E TRABALHO ( )**

**Mapa** 25

**Fonte dos Dados:**

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS), IPEA, 2015

**Notas:** Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: |
|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 |

Diagonal

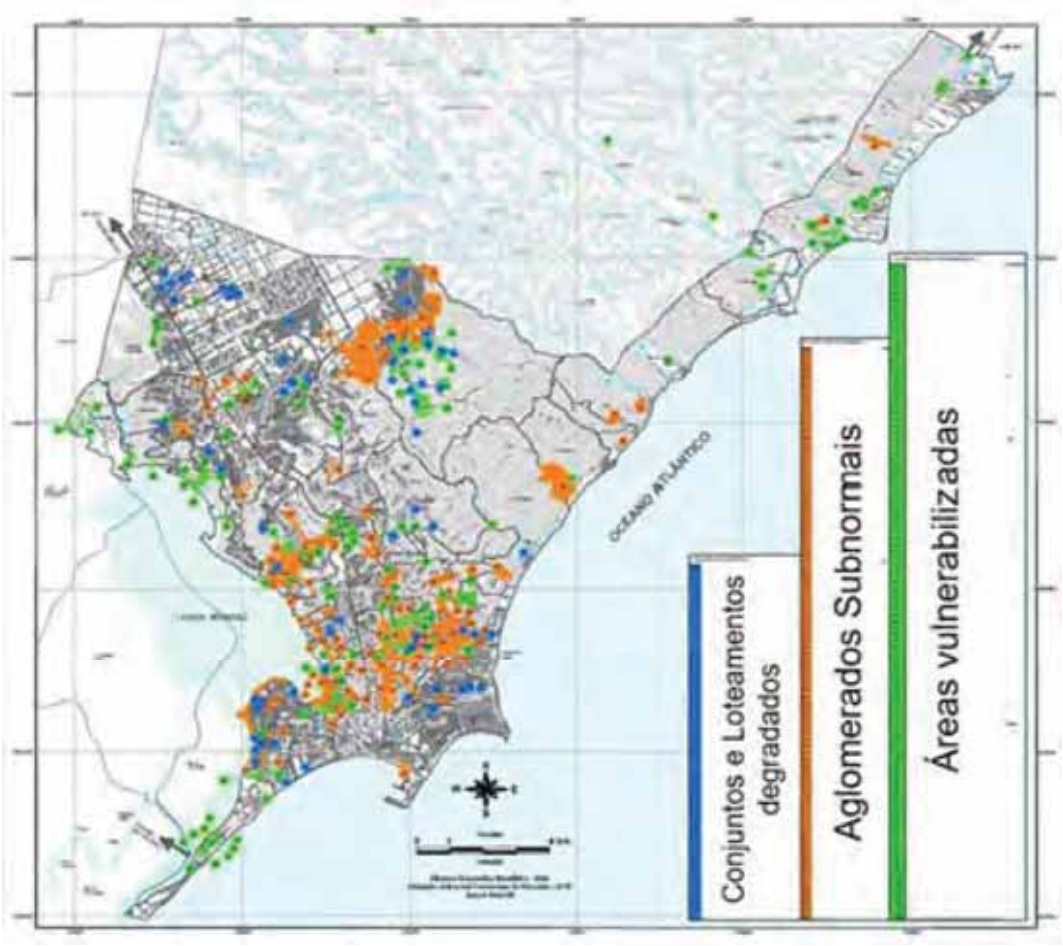
Por meio desse último dado, seria possível concluir que o "arco de bairros" composto por Clima Bom, Santos Dumont, Cidade Universitária e Benedito Bentes se encontra em uma situação desfavorável no que se refere à proximidade com os principais locais de oferta de trabalho – apesar da existência de algumas centralidades dinâmicas e do Polo Multisetorial Governador Luiz Cavalcante (Distrito Industrial) nos bairros da região. O padrão de ocupação residencial recente em algumas dessas áreas tem sido marcado pela instalação de empreendimentos residenciais *intramuros*, em condomínios fechados de grandes extensões, predominantemente horizontais, em sua morfologia urbana, entre os construídos até 2015 e, mais recentemente, também incorporando novas edificações residenciais de até oito pavimentos[86], criando enclaves urbanos residenciais monofuncionais, em áreas relativamente distantes do centro e ainda carentes de serviços e equipamentos públicos.

Esses dados tendem a confirmar a expansão urbana por espraiamento em áreas distanciadas do centro tradicional da cidade. Como se verá no detalhamento do NF3, esse "arco de bairros" foi destino de muitas famílias realocadas que, nesse novo contexto, estão inseridas em uma localização residencial mais distante do centro, sendo submetidas a maiores tempos de viagem nos deslocamentos diários e a outros aspectos que as vulnerabilizam em sua nova condição habitacional.

No que se refere ao mapeamento de habitações com condições precárias no território como um todo, dados de 2019 (IBGE) apontam 193 aglomerados subnormais, onde se estima o total de 52 mil domicílios. Além dos aglomerados subnormais, levantamentos realizados entre 2013 e 2015, para subsidiar a elaboração do Diagnóstico Habitacional do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), identificaram ainda 108 assentamentos precários, denominados áreas vulnerabilizadas e 64 conjuntos e loteamentos degradados, possivelmente decorrentes de uma produção em massa durante o período de atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH), entre 1964 e 1986. A sobreposição das mencionadas características de precariedade habitacional, apontadas pelo PLHIS[87], pode ser verificada na Figura 149.

[86] Produções recentes da construtora MRV.
[87] Os dados vetorizados e georreferenciados do PLHIS não foram obtidos.

**Figura 149. NF4 Maceió, áreas de precariedade habitacional**




Fonte: Maceió, PLHIS. 2015.

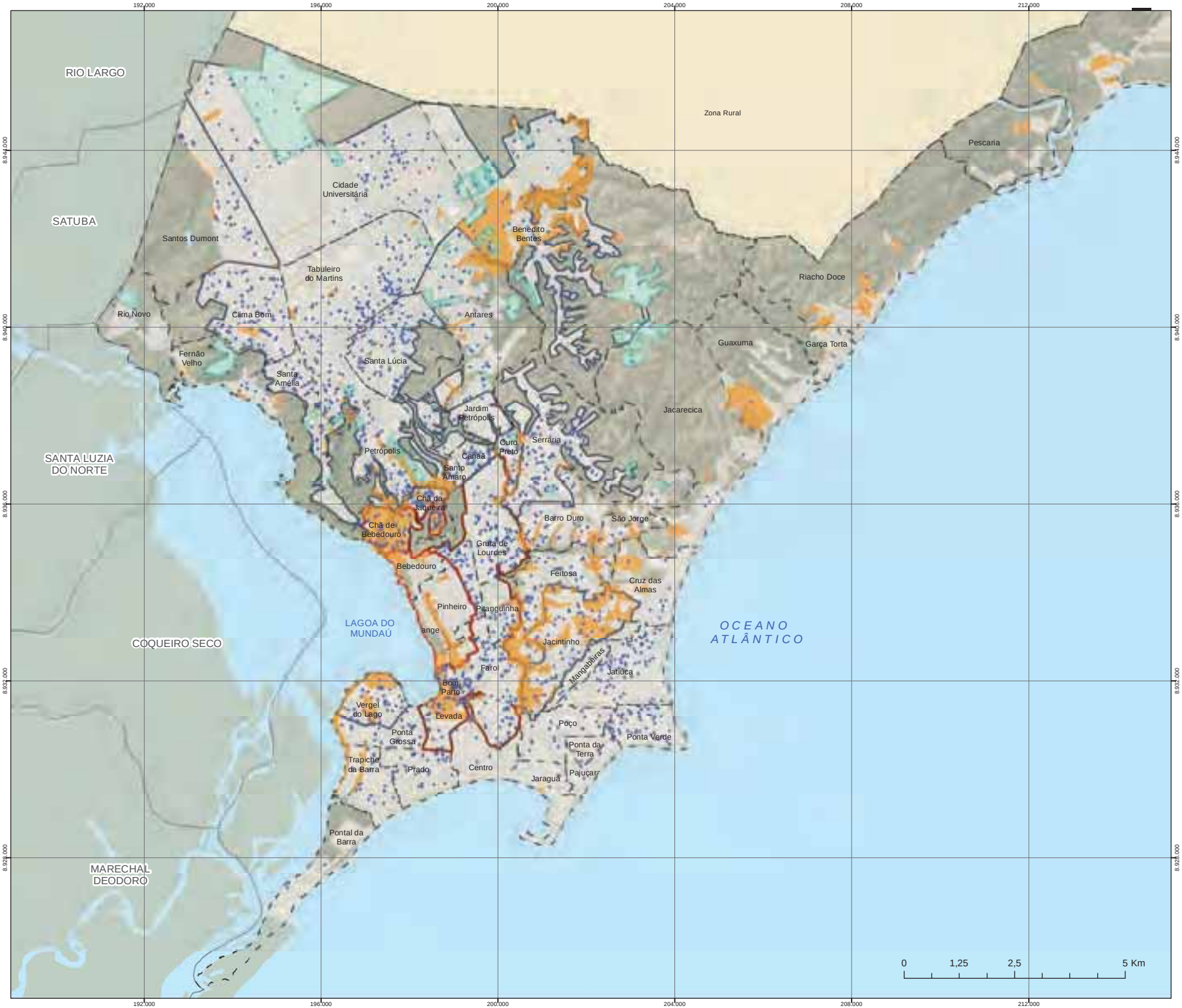
No âmbito dos estudos para o PLHIS não foram contabilizados os residentes e os domicílios em conjuntos e loteamentos degradados ou em áreas vulnerabilizadas, apenas as localizações. Embora haja uma cartografia das grotas (elaborada pelo Projeto Vida Nova nas Grotas, da ONU-Habitat e o Governo de Alagoas), também são os dados da publicação Aglomerados Subnormais (IBGE, 2019) que servem de base para quantificações aproximadas da população residente em condições urbanas mais vulneráveis.

A sobreposição cartográfica dos dados constantes no IBGE (2019) àqueles das áreas de risco e de grotas[88] e aos pontos aproximados de destino das famílias realocadas do NF1 permite verificar um conjunto de áreas habitacionais vulneráveis, já consolidadas, que têm recebido novos habitantes (Figura 149).

[88] No âmbito da agenda institucional com a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanização (SEMINFRA), o secretário relatou que o esgotamento sanitário e a drenagem estariam entre as principais demandas para o planejamento do município a curto prazo, assim como a promoção de alternativas de consolidação de acessos de pedestre em algumas das grotas que passam por processos de adensamento construtivo intenso. O contexto atual do novo contrato de concessão de águas e esgotos – como discutido no item dedicado ao saneamento – traz um horizonte mais favorável para alcance de metas nesse campo.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

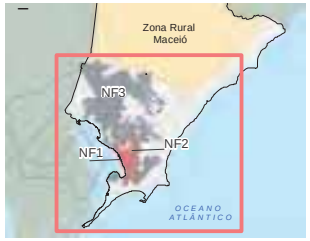
- Territorialização de famílias realocadas
- Áreas urbanas vulneráveis
- Conjuntos habitacionais (2010 a 2020)

### Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

### Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF4 MACEIÓ, AGLOMERADOS SUBNORMAIS, ÁREAS DE RISCO, GROTAS E LOCAL DE DESTINO DA POPULAÇÃO REALOCADA**

Mapa 26

Fonte dos Dados:
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
MAPEAMENTO DE GROTAS (ONU-HABITAT E GOVERNO DE ALAGOAS, 2019)
PESQUISA PÓS-COMPENSAÇÃO, 2023
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015) E AGLOMERADOS SUBNORMAIS (IBGE, 2010)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: | |
|---|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 | Diagonal |

Embora seja possível verificar, em diversas localidades da cidade, a presença de áreas livres públicas, em muitos casos elas não oferecem condições apropriadas como praças e espaços viabilizadores do encontro social, sobretudo pela ausência de mobiliário e pela falta de tratamento paisagístico – como se pode ver discutido no item dedicado aos espaços públicos e desenho urbano.

O padrão característico das grandes cidades litorâneas no Brasil se confirma em Maceió, com padrão de ocupação mais denso e verticalizado, com oferta de espaços públicos de melhor qualidade nos bairros da orla, e com valorização imobiliária, verificando-se preços de ofertas decrescentes no sentido sul-norte[89].

A desatualização do marco legal, que orienta o planejamento e o ordenamento territorial, assim como o padrão de urbanização e a promoção de novas unidades habitacionais em número expressivo, em áreas distanciadas e relativamente desconectadas da região central onde há maior dinâmica urbana e oferta de empregos, são fenômenos antecedentes à subsidência ocorrido nos cinco bairros afetados. No contexto atual, contudo, além de desatualizado, o Plano Diretor pode ser considerado um instrumento insuficiente diante das novas dinâmicas do território impostas como impacto do processo de desativação de atividades urbanas de uma vasta área da cidade – o NF1, que foi interditado para moradia e negócios – e de realocação das famílias ali residentes para outras partes da cidade – em particular o NF3 e o NF2, como apontado anteriormente.

A atratividade do "arco de bairros mais baratos", onde mais residentes despendem muito tempo nos deslocamentos cotidianos, como novo local de moradia de algumas das famílias realocadas pode vir a agravar dificuldades e incrementar as demandas sociais desse território e impor, às famílias, condições de maior vulnerabilidade e diminuição da qualidade de vida no que tange à localização de suas moradias. Por outro lado, deve-se considerar que o adensamento populacional impulsionado pelo processo de realocação reafirma uma tendência já existente e favorece a dinamização das centralidades locais, o que poderá ampliar a oferta de trabalho e renda, promovendo uma redução na demanda de grandes deslocamentos.

Sob a ótica de atuação dos agentes responsáveis pela *oferta*, no mercado imobiliário residencial formal, tanto daqueles que se encarregam da produção e oferta de novos imóveis quanto daqueles que intermediam a venda e o aluguel de imóveis usados, a dinâmica de deslocamentos espaciais decorrentes da realocação de população da área de risco e o pagamento das indenizações por parte da Braskem têm sido consideradas como um processo de reaquecimento do mercado. A despeito de todos os impactos negativos da subsidência e do processo de realocação já destacados esta é a visão que se depreende das entrevistas realizadas com esses atores.

Os trechos em destaque na Figura 150, excertos de algumas transcrições de entrevistas realizadas no âmbito do Processo Participativo, explicitam a percepção de agentes que atuam

[89] No contexto municipal, a localização do NF1 pode ser considerada como intermediária entre orla e tabuleiro, fora do eixo principal de adensamento e de valorização imobiliária, mas com uma situação privilegiada e de fácil acesso ao centro e à orla. Na caracterização do NF2 e do NF1 são detalhados os fatores que tornam singular essa localização residencial.

e/ou estudam o mercado imobiliário em relação às repercussões da interdição da área de risco decorrente da subsidência ocorrida nos cinco bairros de Maceió. O desequilíbrio do mercado, a escassez de imóveis em oferta imobiliária para venda ou aluguel e o comportamento diferenciado da família realocada enquanto consumidora de imóveis, com “uma necessidade urgente”, revelam um contexto de dinamização do mercado imobiliário face aos fluxos de realocação.

**Figura 150. NF4 Maceió, extratos de trechos de entrevistas sobre mercado imobiliário**

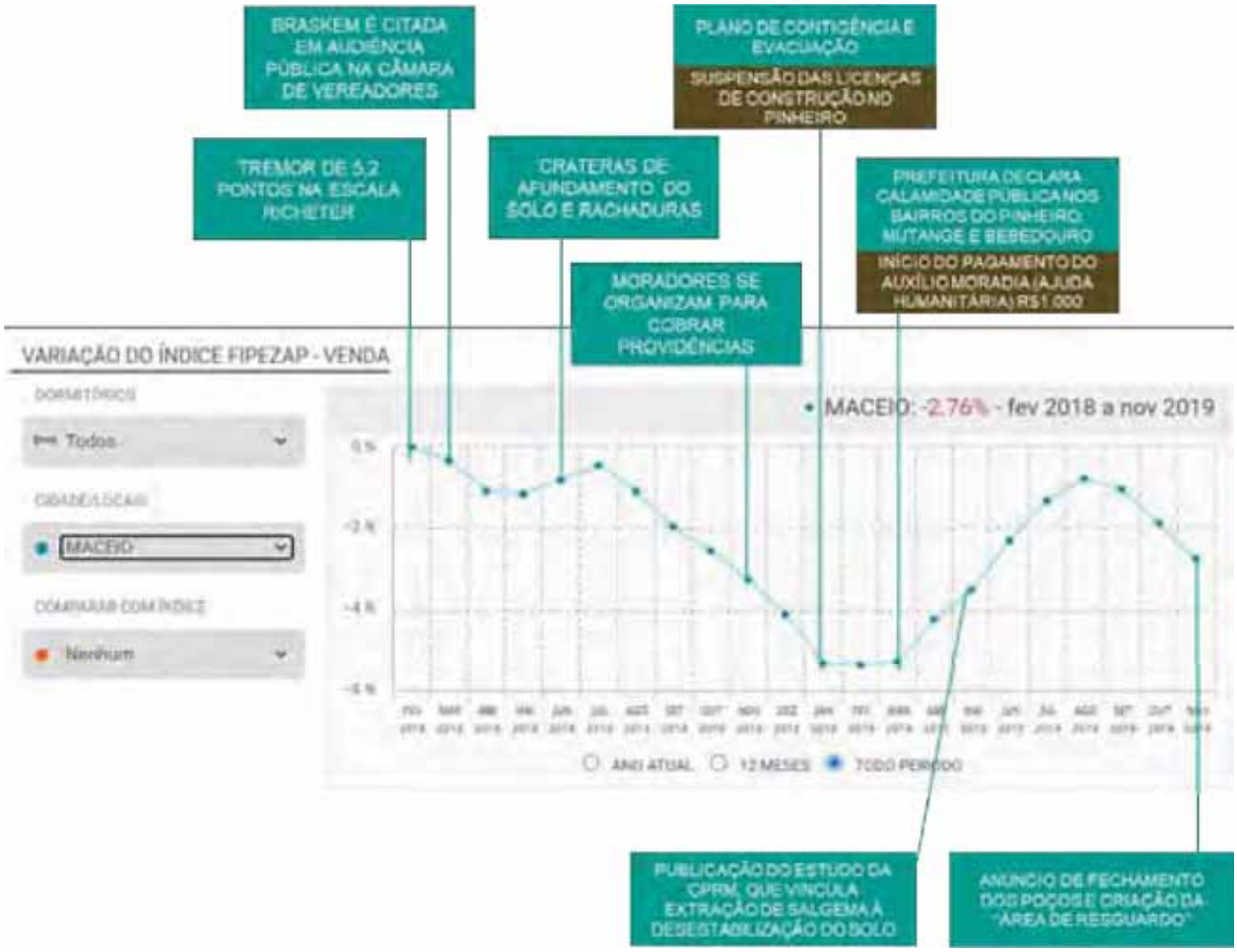



Fonte: Diagonal, Processo Participativo. 2021.

Embora seja possível inferir que tenha ocorrido, em um primeiro momento, suspensão da atividade imobiliária e a desvalorização temporária dos imóveis pela configuração de um ambiente de incerteza frente à subsidência e às ações para o seu enfrentamento (julho de 2018 a março de 2019), com a atribuição de responsabilidades e com os acordos de compensação, pode-se deduzir que

houve um processo de recomposição do ambiente de negócios imobiliários (entre abril e agosto de 2019), como se verifica na linha do tempo a seguir (Figura 151).

**Figura 151. NF4 Maceió, linha do tempo vinculante de ações de enfrentamento da subsidência e da valorização imobiliária com base no índice FIPEZAP, 2018-2019**




Fonte: FIPEZAP, 2021. Elaboração: Diagonal, 2021.

A percepção, naquele momento, de que houve valorização imobiliária, em várias porções do território, foi relatada por diversos agentes que atuam no mercado imobiliário formal ao longo do Processo Participativo. No que se refere ao mercado imobiliário informal, em entrevista com servidor municipal, foram relatados casos de famílias de baixa renda que declararam não ter como arcar com os novos preços de aluguel que estavam sendo praticados em algumas localidades.

Alegavam que diante do fato de o valor do "auxílio aluguel" da Braskem ser superior ao "aluguel social" municipal, foi gerada uma dinâmica de elevação dos preços praticados nos aluguéis de áreas relativamente pobres, causando um efeito negativo. Tal pressão poderia levar pessoas a se mudarem para localidades mais baratas e com condições urbanas piores, nas chamadas *grotas*.

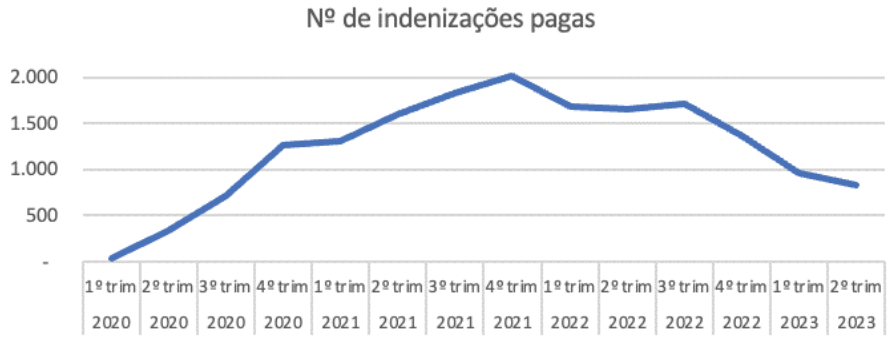
Essa dinâmica marcou a história recente do mercado imobiliário da região. Mas pode ser considerada temporária diante da proximidade da conclusão dos processos de compensação

financeira. Os impactos no mercado imobiliário foram discutidos na primeira versão publicada deste Diagnóstico, chamando-se atenção para a tendência de elevação de preços dos imóveis destacada pelos entrevistados. No momento da conclusão dos estudos, em 2021, os dados de preço médio disponíveis ainda não apontavam uma curva de crescimento. Mas é o que se vê registrado mais tarde.

Os primeiros dados disponíveis retratavam o momento em que o Diagnóstico foi elaborado, mas houve um transcurso de tempo considerável até o momento presente, quando se organizou esta revisão pós Escuta Pública, quando foram acolhidas as demandas de atualização de alguns desses dados, apresentadas por organizações sociais e acadêmicas. Naquela ocasião, o fato mais relevante destacado se expressava no infográfico da página anterior (Figura 152). Havia dados de variações significativas no Índice FipeZap que traziam evidências de possíveis correlações com fatos relacionados à gestão dos Acordos e compensações financeiras em curso. As entrevistas reafirmavam aquelas evidências, em particular na percepção dos agentes do mercado.

Nesta versão do Diagnóstico pós Escuta Pública houve a possibilidade de analisar dados mais recentes relativos à evolução do Índice FipeZap e do valor médio do metro quadrado construído na venda de imóveis residenciais em Maceió, segundo a mesma fonte, Fipezap. Assim, deve-se considerar que, com a evolução da conclusão das negociações de indenizações do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF), foi reduzido o poder de influência daqueles fatores relacionados a um crescimento de demanda atípico, que pressionavam no sentido de uma elevação de preços dos imóveis – com potencial para inflacionar o setor, tema que também foi trazido nos debates da Escuta Pública. A Figura 153 a seguir demonstra a evolução do número de indenizações pagas pelo PCF.

**Figura 152. Evolução no número de indenizações do PCF**



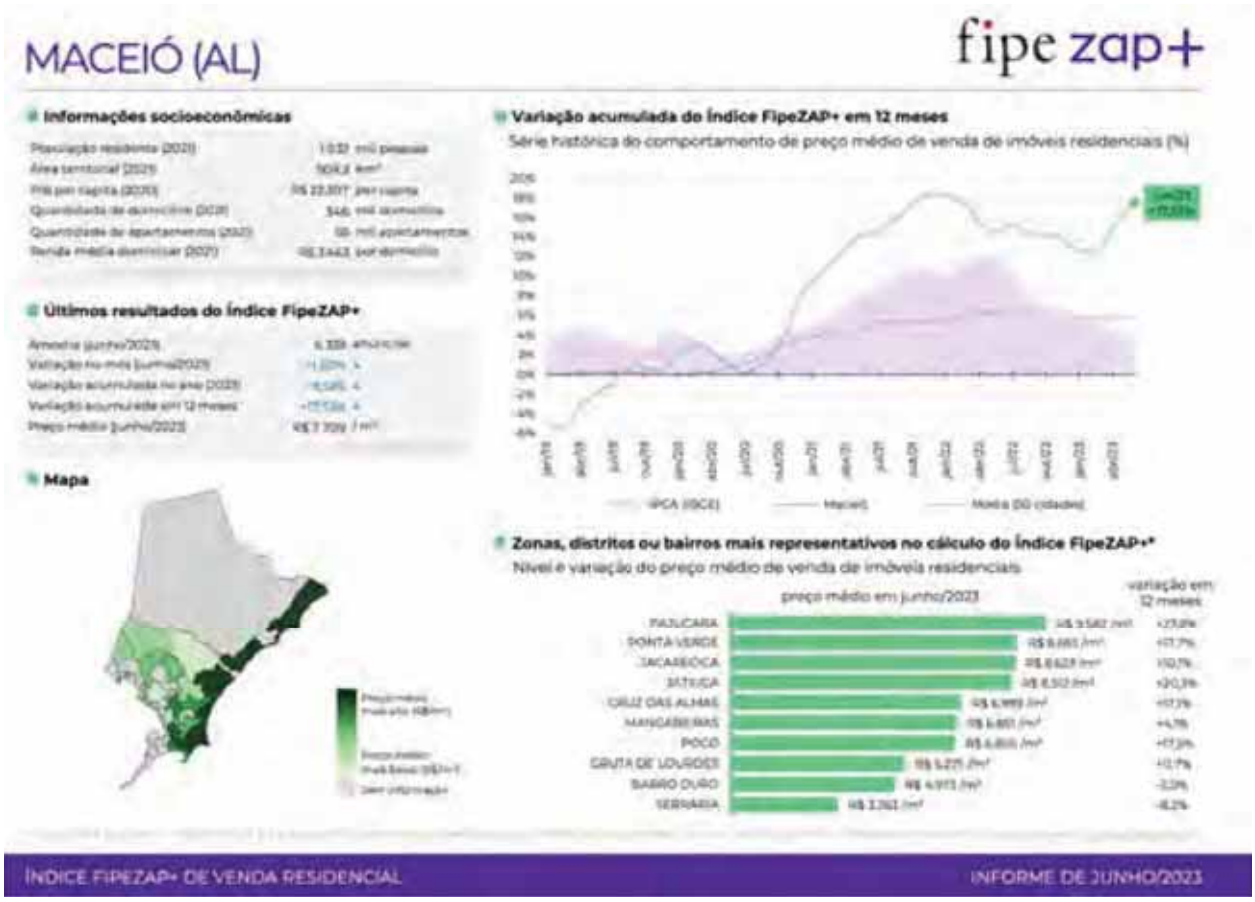

Fonte: Braskem. Balanço do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação[90]

Observa-se que o pico no número de indenizações ocorreu no final de 2021 e ainda se manteve alto até o terceiro trimestre de 2022, quando então apresentou queda substancial e até meados de 2023.

A Figura 153 a seguir mostra a variação do Índice FipeZap e preço médio dos bairros mais valorizados de Maceió.

[90] Em: https://www.braskem.com/balancopcf

**Figura 153. Infográfico síntese do Índice FipeZap para Maceió**



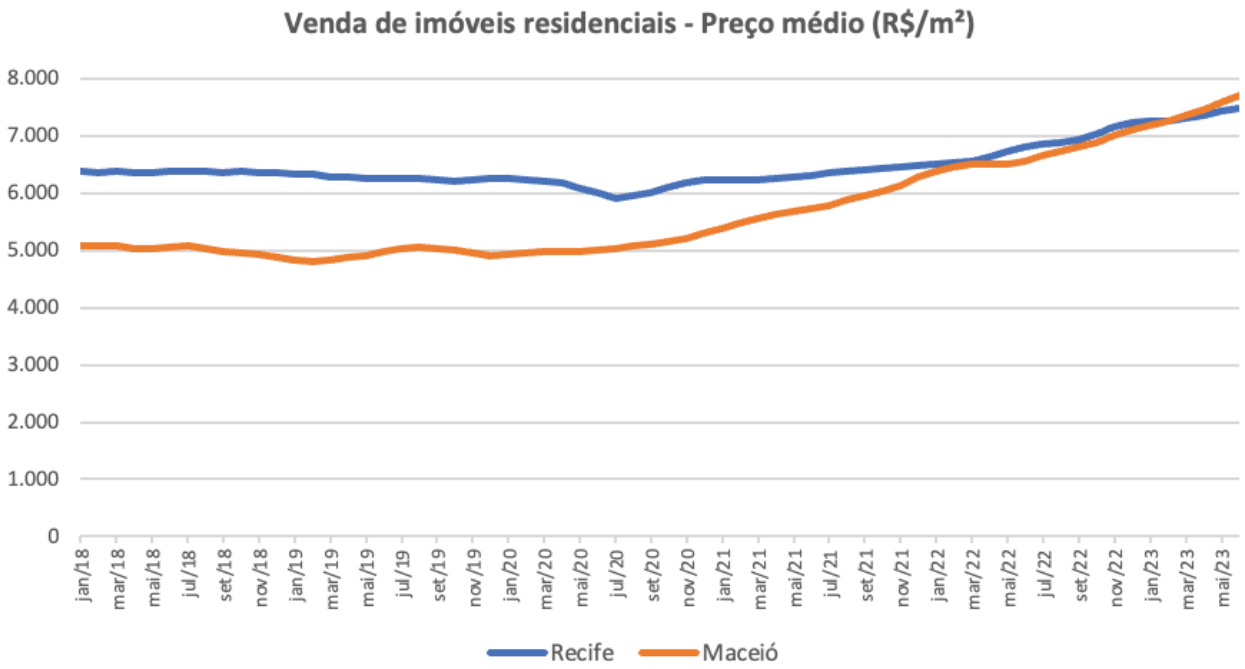

Fonte: Índice FIPEZAP – informe junho/2023[91]

Os dados do Índice FipeZap demonstram que Maceió vem se destacando pelo elevado valor médio do metro quadrado na venda de imóveis nos últimos meses, comparativamente a outras capitais. Mas a curva de crescimento detectada é comparável com a trajetória de ascensão de outras capitais, especialmente a partir de 2022 – mesmo se considerando que há particularidades locais que limitam a manifestação de tendências uniformes.

Comparando-se com o Recife, Maceió mantém o preço médio de venda por metro quadrado relativamente estável na ordem de R$ 5 mil até fins de 2020, quando se inicia uma ascensão. Esta ascensão no ano de 2021 pode estar relacionada ao fato deste mesmo ano concentrar um número elevado de indenizações do PCF. Mas o Recife, no mesmo período tem trajetória semelhante, com preço estável, um pouco superior aos R$ 6 mil, e inicia também uma trajetória de ascensão a partir dos primeiros meses de 2021. Maceió alcança um valor equivalente àquele do Recife somente no início de 2022 – em torno de R$ 5,5 mil. O fenômeno da superação do preço médio de venda de imóveis em relação ao Recife, somente ocorre a partir de março de 2023 – como pode ser visto na Figura 154 a seguir. E se destaca a persistência da tendência de elevação dos preços em Maceió, a despeito da redução no número de indenizações pagas pelo PCF em 2023 – o que evidencia que outros fatores de mercado devem estar influenciando o crescimento.

[91] Em: https://downloads.fipe.org.br/indices/fipezap/fipezap-202306-residencial-venda.pdf

Figura 154. Evolução preço dos imóveis residenciais em Maceió e no Recife




Fonte: Índice FIPEZAP – série histórica

### 5.1.1.2 Núcleo Focal 3 - NF3 - Áreas receptoras mais distantes

Como consequência da subsidência e desocupação da área de risco, os bairros receptores são caracterizados pela convergência de mudanças concentradas em um curto intervalo de tempo, de pessoas de vários níveis de renda em um contexto de “disputa por imóveis”. É possível deduzir que algumas dessas famílias se encontrem em uma condição transitória de inserção no mercado, já que a realocação e a compensação financeira podem não acontecer simultaneamente, impondo aos realocados uma necessidade de moradia provisória.

Nos bairros do NF1 foram cadastrados 14,5 mil imóveis e existem 6,7 mil registros de mudança residencial com destino declarado para Maceió – conforme entrevistas realizadas. A partir dos dados disponíveis até o momento, entre aquelas pessoas que permaneceram em Maceió, é possível verificar que 28% das famílias pesquisadas tiveram como local de destino apenas quatro bairros: Cidade Universitária, Santa Lúcia, Tabuleiro do Martins e Benedito Bentes (Tabela 114).

A base de dados do Programa de Compensação Financeira (PCF) constitui uma fonte relevante de informações atuais das famílias afetadas, embora não se configure como uma *pesquisa socioeconômica*, visto que foi modelada visando oferecer suporte para os processos das compensações financeiras. Entretanto, com seus dados pode-se tomar algumas referências do perfil socioeconômico. O primeiro elemento de referência é a própria localização da moradia, porque permite identificar se a família era residente de um *aglomerado subnormal*, demarcado pelo IBGE, ou se estava instalada em áreas com algum grau de risco, conforme o mapeamento da defesa civil relativo a áreas sujeitas a deslizamentos ou alagamentos. Além disso, com os

dados obtidos por aquelas famílias que responderam à pesquisa de pós-compensação que mapeou os endereços de destino, também se pôde obter uma visão territorial das famílias realocadas cujas novas casas se situassem nessas áreas mais vulneráveis (aglomerados subnormais ou áreas com algum grau de risco, como se vê no Mapa 26).

Um segundo elemento de referência de análise para mapear vulnerabilidades foi a identificação das famílias cujo processo de negociação se deu pela alternativa de "valor único" e não pela "avaliação imobiliária" [92]. O processo de negociação no PCF ofereceu aos residentes duas alternativas para compensação do imóvel: a primeira refere-se ao dimensionamento do valor da compensação financeira por meio de uma avaliação imobiliária, realizada por um técnico independente; e a segunda tinha base na proposição de um valor único de compensação financeira, independentemente das condições do imóvel. Para fins de análise, considerou-se a evidência de que a negociação por valor único foi o padrão predominante escolhido por aquelas famílias que residiam nos imóveis mais precários, que poderiam não alcançar valores satisfatórios se submetidos a uma avaliação imobiliária padrão.

**Tabela 114. Mudanças definitivas de famílias até agosto/2023 e negociações de imóveis residenciais por valor único e valoração (indexação aplicada na coluna valor único)**

| Bairro | Número de mudanças | Negociação - valor único | Negociação - valoração | Mudanças (%) |
|---|---|---|---|---|
| Cidade Universitária | 593 | 187 | 406 | 8,9% |
| Santa Lúcia | 416 | 138 | 278 | 6,2% |
| Benedito Bentes | 352 | 136 | 216 | 5,3% |
| Tabuleiro do Martins | 503 | 109 | 394 | 7,5% |
| Chã da Jaqueira | 243 | 106 | 137 | 3,6% |
| Bom Parto | 174 | 88 | 86 | 2,6% |
| Clima Bom | 280 | 84 | 196 | 4,2% |
| Jardim Petrópolis | 163 | 44 | 119 | 2,4% |
| Canaã | 120 | 44 | 76 | 1,8% |
| Vergel do Lago | 86 | 42 | 44 | 1,3% |
| Santos Dumont | 134 | 41 | 93 | 2,0% |
| Jacintinho | 128 | 40 | 88 | 1,9% |
| Santa Amélia | 228 | 30 | 198 | 3,4% |
| Petrópolis | 138 | 28 | 110 | 2,1% |
| Feitosa | 132 | 28 | 104 | 2,0% |
| Farol | 354 | 26 | 328 | 5,3% |
| Ponta Grossa | 93 | 25 | 68 | 1,4% |

[92] De acordo com o Plano de Atendimento do Programa de Compensação Financeira, a família realocada pode optar pela negociação por valor único – onde a família tem o direito de receber um valor fixo de R$81 mil reais pelo imóvel -, ou pela negociação por valoração - onde é feita a valoração do imóvel, a valoração de danos e a valoração de lucro cessante para chegar ao valor final de compensação.

| Bairro | Número de mudanças | Negociação - valor único | Negociação - valoração | Mudanças (%) |
|---|---|---|---|---|
| Trapiche da Barra | 77 | 25 | 52 | 1,2% |
| Antares | 183 | 20 | 163 | 2,7% |
| Pitanguinha | 127 | 19 | 108 | 1,9% |

Fonte: Diagonal, 2023.
Nota: Bairros de Maceió de destino de famílias realocadas segundo o número de mudanças para cada bairro (seleção dos 20 bairros com maior número de mudanças recebidas, classificados pelo número de negociações realizadas pela opção do *valor único* – que representam, de modo geral, as famílias de menor renda com imóveis menos valorizados).

A evidência da predominância da decisão de compra da nova moradia em bairros com imóveis disponíveis a baixos preços, verificados pela análise de dados da dinâmica de mercado, corresponde aos resultados dos questionários aplicados pela equipe da Diagonal junto a famílias que já passaram pelo PCF. De cerca de oito mil pessoas que responderam o referido questionário, 63% alegaram ter sido o preço dos imóveis o motivo para a escolha do novo local de moradia (Tabela 115).

**Tabela 115. Principais motivos para a escolha das novas localidades de moradia por parte dos entrevistados, 2023**

| Motivos citados para a escolha do bairro | Quantidade | |
|---|---|---|
| | Absoluto | % |
| Valor dos imóveis (1) | 4.789 | 63 |
| Presença de familiares no entorno | 1.167 | 15 |
| Área bem servida por equipamentos públicos e serviços | 544 | 7 |
| Proximidade a equipamentos públicos e serviços que já utilizava (próximo a escola, a igreja, ao parque que já eram de utilização rotineira) | 420 | 6 |
| Proximidade ao local de trabalho atual | 366 | 5 |
| Mobilidade, facilidade de acesso a transporte coletivo | 142 | 2 |

Fonte: Diagonal, 2023.
Nota: A tabela traz as seis motivações com maior expressão de resposta positiva. Como não são perguntas excludentes, o percentual é tomado sobre o número de respostas relativo a cada item e não o total de entrevistas.

Contudo, é nos bairros com imóveis mais baratos, que se sobrepõem características de vulnerabilidade. Neles se observa um padrão de urbanização com carência de infraestrutura, baixa qualificação do ambiente urbano, oferta mais reduzida de equipamentos públicos de educação e dispêndio de mais de uma hora nos deslocamentos rotineiros casa-trabalho das populações com renda *per capita* inferior a um salário-mínimo.

Depoimentos feitos no Processo Participativo registram questionamentos de famílias realocadas sobre a compatibilidade entre os valores do auxílio aluguel e da compensação financeira do PCF e os preços praticados nas ofertas imobiliárias locais, bem como registros de dificuldade para aquisição e aluguel de imóveis de qualidade e localização semelhante ao imóvel desocupado com os recursos provenientes da compensação. Essas circunstâncias teriam levado à necessidade de complementação, por parte de algumas famílias, dos valores pagos (auxílio aluguel e compensação) para usufruir de imóvel de qualidade semelhante ao anteriormente habitado.

O território que caracteriza o NF3 registra condições de carências urbanas antecedentes à realocação das famílias do NF1, fruto de diretrizes de ordenamento territorial que permitiram a produção massiva de novos loteamentos e de conjuntos habitacionais em condição de espraiamento urbano. As carências de infraestrutura e de alternativas de mobilidade e acessibilidade são recorrentes e implicam a necessidade de investimentos diversos por parte do poder público.

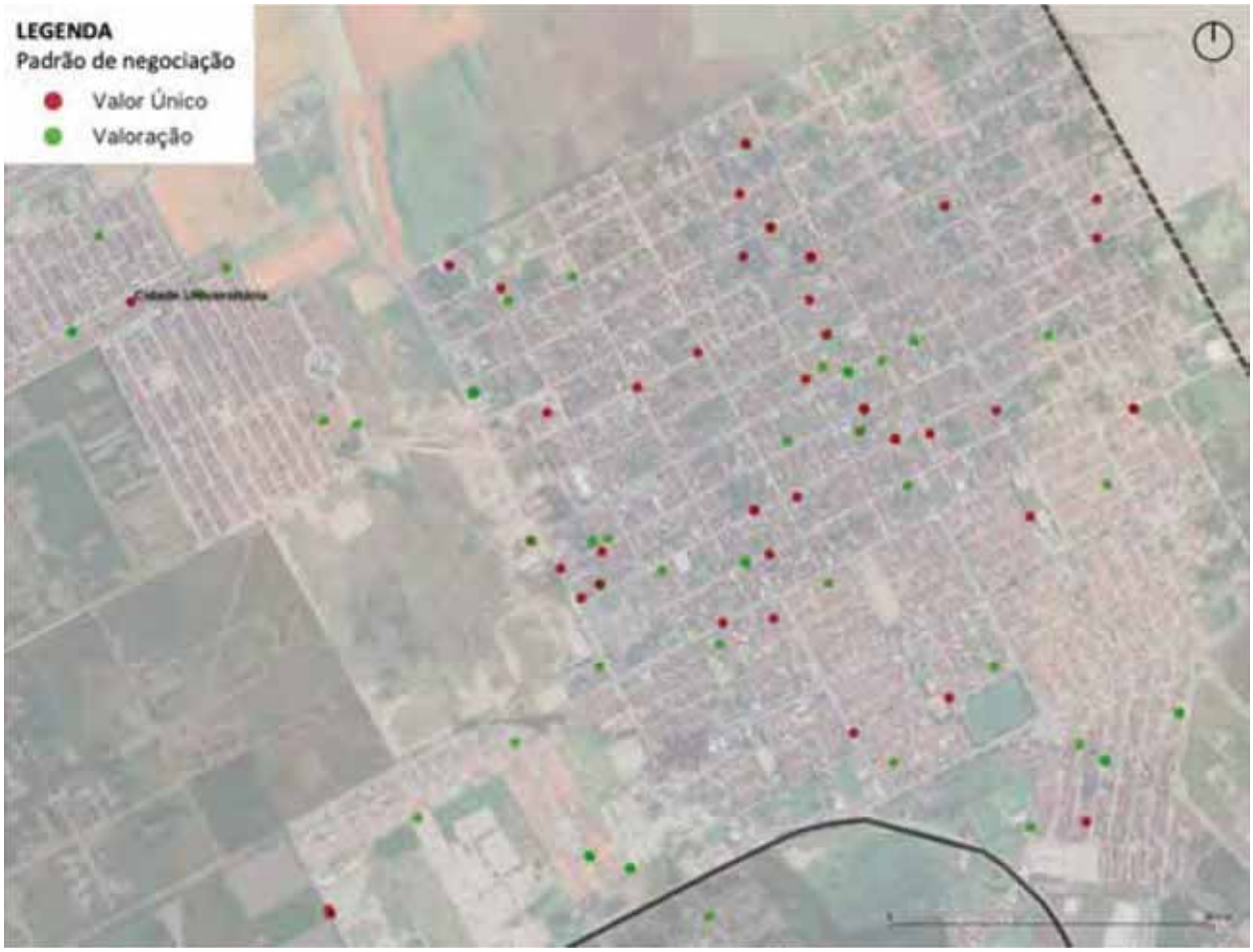
Nos tópicos a seguir, para melhor ilustração em uma escala local, são sintetizadas algumas das principais características urbanas dos quatro bairros que receberam o maior número de famílias mais vulneráveis – tomando-se como referência aquelas realocadas pelo padrão de negociação por valor único (valor de referência para imóveis residenciais para as famílias que preferiram não se submeter a processos de avaliação imobiliária).

#### *5.1.1.2.1 Cidade Universitária*

O bairro Cidade Universitária (Figura 156Figura 156. NF3, Cidade Universitária, agosto/2021

) pode ser considerado limite urbano, uma das mais distantes periferias em relação ao centro da cidade – 30 a 44% dos moradores de baixa renda do bairro despendem mais de uma hora no percurso de casa ao trabalho (IPEA, 2010). É marcado pela descontinuidade da ocupação residencial, que é interrompida por um fragmento urbano de predominância de atividades industriais e de grandes galpões, e por outros grandes equipamentos e instituições (UFAL e Penitenciária). Passou por um processo de produção de muitas novas unidades habitacionais a partir de 2010, em um padrão promotor de enclaves urbanos amuralhados e monofuncionais, com relativa repetitividade de padrões morfotipológicos, resultando em monotonia da paisagem, sobretudo ao norte do distrito industrial. Mais recentemente, tem apresentado novos empreendimentos residenciais em padrões um pouco mais verticalizados, de até oito pavimentos. O bairro pode ser considerado, portanto, como uma área em processo de transformação nos seus padrões de ocupação. É local de destino de 8,9% das famílias realocadas entrevistadas (Tabela 114).

**Figura 155. NF3, localização aproximada da moradia de famílias realocadas (a)**




Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 156. NF3, Cidade Universitária, agosto/2021**



Fonte: Diagonal, 2021.

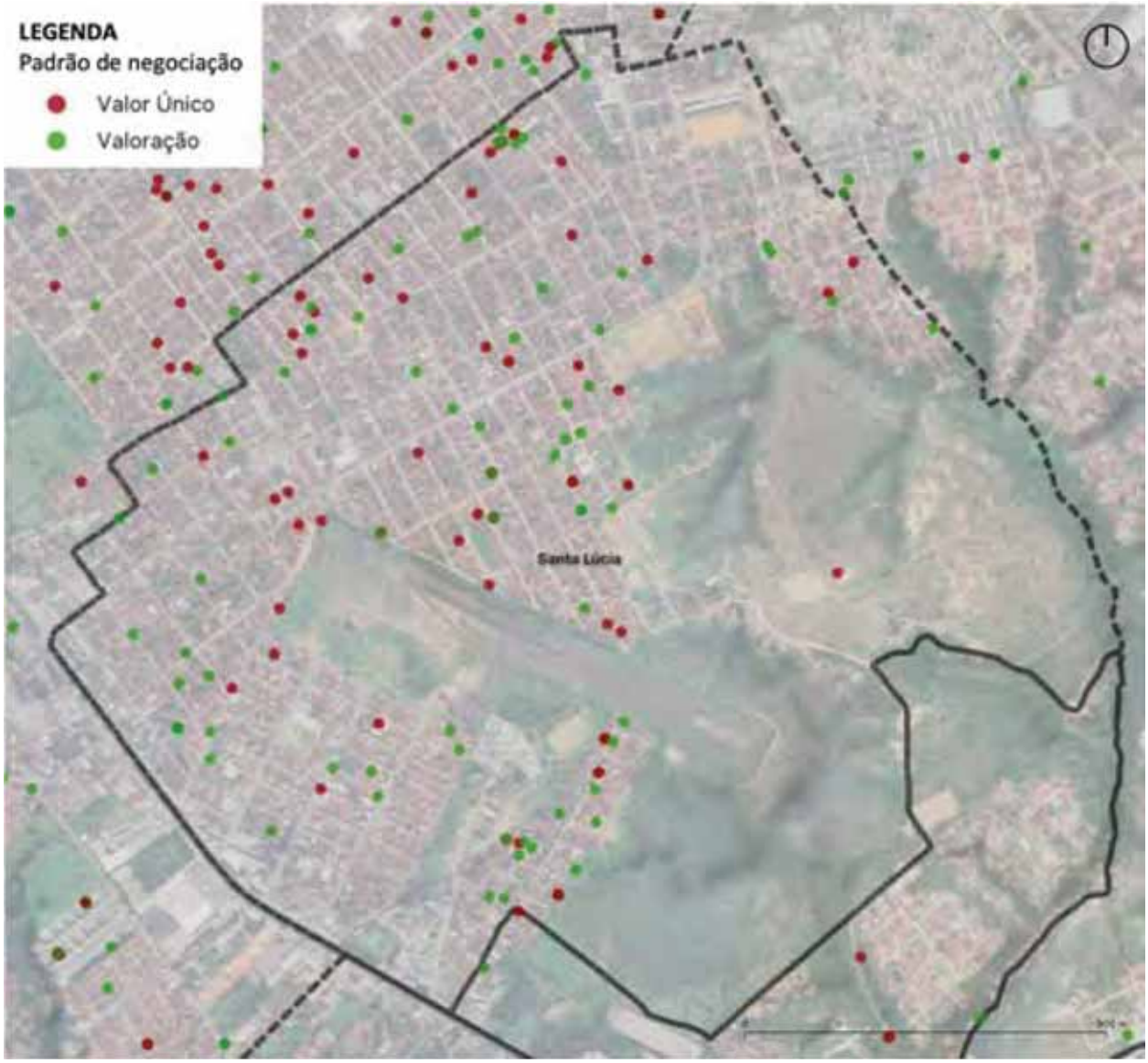
### *5.1.1.2.2 Santa Lúcia*

Santa Lúcia (Figura 157 e Figura 158) é o local de destino de 6,2% das famílias realocadas entrevistadas. Ao norte do aeroclube, apresenta um padrão de ocupação predominante de lotes estreitos e relativamente pequenos, com edificações dispostas sem afastamento lateral. Coexistem vias pavimentadas e não pavimentadas, com indícios de áreas de alagamento.

Apresenta áreas com potencial para a conversão e qualificação em espaços públicos de vivência, com destaque para a área no entorno do aeroclube. Não foi recentemente alvo de atuação de produção de grandes imóveis residenciais, podendo ser considerada uma área com padrão de ocupação relativamente estável.

Há indícios de um mercado imobiliário de locação residencial informal, pela presença de placas e de edificações com múltiplos medidores de energia, como se verifica na última imagem da Figura 158. Há ainda relatos que podem indicar processos de valorização imobiliária em curso nesse bairro, como efeito indireto do processo de realocação, que afetou a dinâmica de mercado imobiliário, como mencionado.

**Figura 157. NF3, localização aproximada da moradia de famílias realocadas (b)**




Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 158: NF3, Santa Lúcia, agosto/2021**

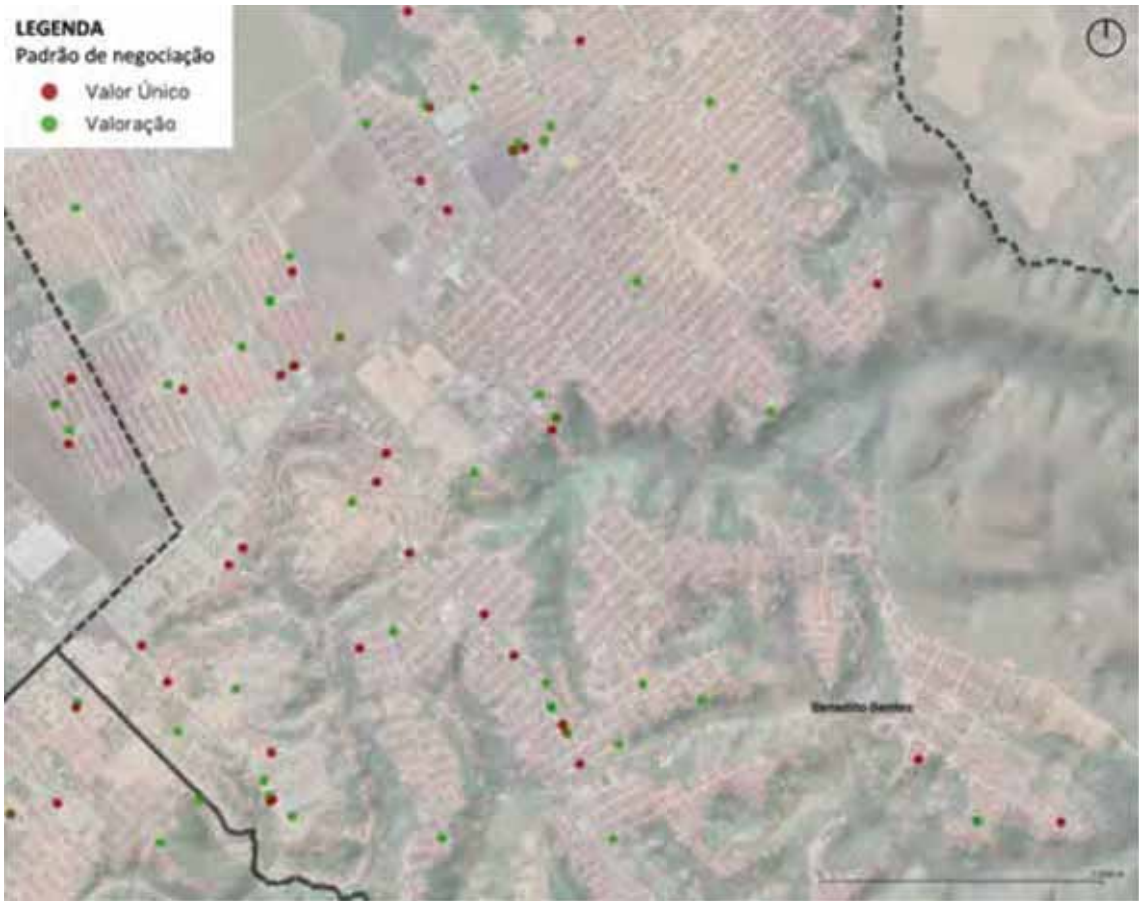


Fonte: Diagonal, 2021.

#### *5.1.1.2.3 Benedito Bentes*

O bairro concentrou muitos dos lançamentos imobiliários residenciais populares na última década (Figura 160), apesar de 15 a 30% de sua população de baixa renda despender mais de uma hora nos deslocamentos entre casa e trabalho. Pode ser considerado como uma área de transformação intensa no que se refere a padrões de ocupação, apresentando processos semelhantes àqueles que caracterizam o bairro Cidade Universitária. Foi local de destino de 5,3% das famílias realocadas (Figura 159).

**Figura 159. NF3, localização aproximada da moradia de famílias realocadas (c)**




Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 160. NF3, Benedito Bentes, agosto/2021**





Fonte: Diagonal, 2021.

### *5.1.1.2.4 Tabuleiro do Martins*

Destino de 7,5% das famílias realocadas entrevistadas, tem um padrão de ocupação relativamente semelhante a Santa Lúcia, apresentando, contudo, maior número de imóveis residenciais de pequeno porte em processo de verticalização aparentemente recente[93] (Figura 162). Apresenta predominância de ruas pavimentadas, intercaladas por grandes áreas livres com potencial para implantação de espaços públicos equipados e arborizados.

[93] Diferenciação dos revestimentos entre térreo e primeiro andar, diferenciação de revestimentos entre imóveis vizinhos.

Figura 161. NF3, localização aproximada da moradia de famílias realocadas (d)

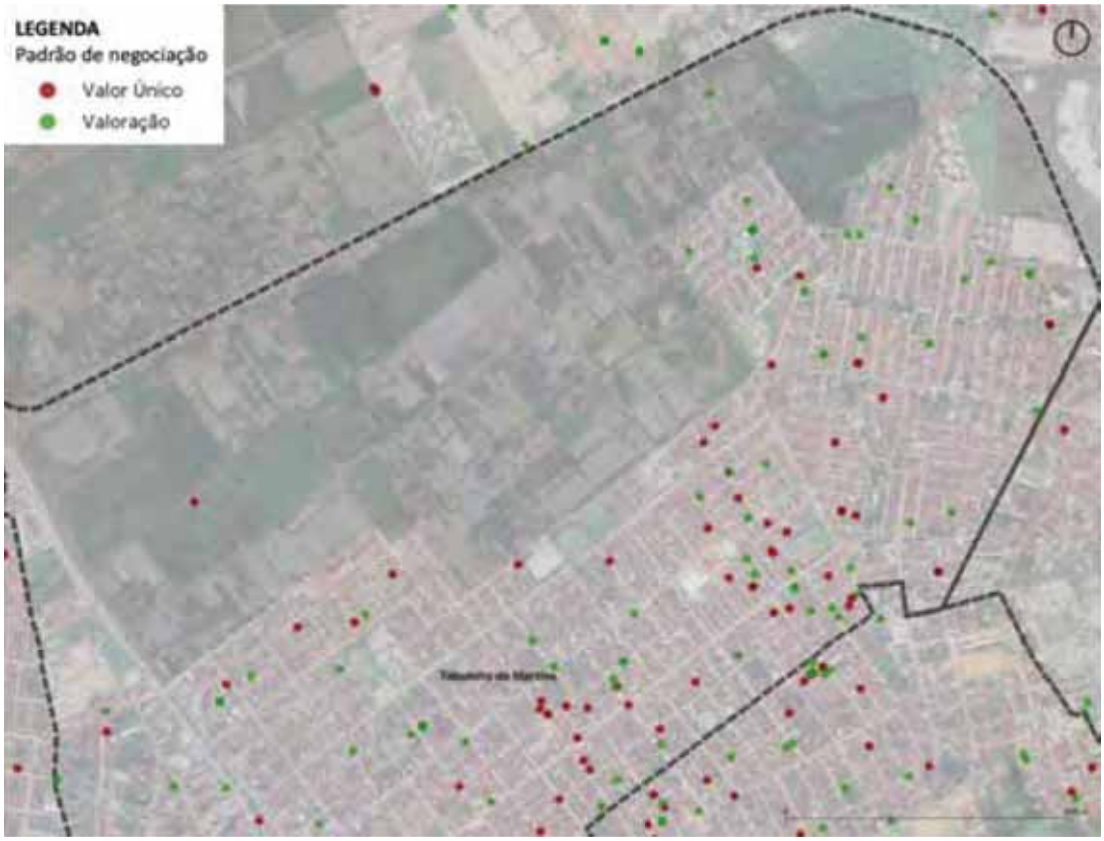



Figura 162. NF3, Tabuleiro dos Martins, agosto/2021



Fonte: Diagonal, 2021.

### 5.1.1.3 Núcleo Focal 2 - NF2 - Área do entorno

A região que sofreu o processo da subsidência, associada ao seu entorno imediato, configura-se como uma área de transição entre as áreas valorizadas e próximas à orla e as áreas relativamente mais desvalorizadas, sejam aquelas de padrão de ocupação mais popular e com mercado imobiliário mais estável e contido[94], sejam aquelas que apresentaram grande dinamismo de mercado e mudança do padrão de ocupação urbana recentemente.

Trata-se de uma localização singular, que teria um grande potencial de valorização imobiliária e de mudança nos padrões de ocupação, segundo os parâmetros estabelecidos pelo Código de Urbanismo e Edificações (2007). Na Zona Residencial 7 (ZR7), apresentada na Figura 163 na coloração marrom escuro, seria permitida a verticalização em até 20 pavimentos, assim como a instalação de atividades comerciais, de serviços e industriais[95].

**Figura 163. NF1 e NF2, zoneamento incidente**




Elaboração: Diagonal, 2021.

[94] Onde não houve incidência de grandes empreendimentos residenciais na última década.
[95] Até o grupo IV, conforme define a lei.

A análise dos parâmetros urbanísticos e das construções de edifícios em anos recentes indica que havia um processo de transformação e adensamento construtivo e populacional na região. Embora não se tenha obtido os dados solicitados à prefeitura relativos a licenciamentos ou Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), que permitiriam uma análise quantitativa mais consistente sobre as transformações urbanísticas, as análises das visitas de campo e avaliações amostrais por fotointerpretação sugerem processos de adensamento construtivo e verticalização que se observam em parcelas do NF2. A Figura 164 a seguir exibe, a título de exemplo, um dos trechos de maior valorização e dinâmica imobiliária no bairro do Farol.

**Figura 164. NF2, grandes empreendimentos imobiliários realizados nos últimos 15 anos**




Fonte: Imagens Google Earth, 2005/2021. Elaboração: Diagonal, 2021.

Depoimentos registrados no Processo Participativo indicam que existia uma expectativa, expressa por alguns atores sociais, quanto ao adensamento, de valorização e de dinamização imobiliária da área correspondente ao NF2 e, ainda, uma apreensão em relação às possibilidades de atuação no mercado desse território no momento presente.

Os trechos de falas na Figura 165, extraídos das transcrições de entrevistas[96], apresentam a percepção de insegurança em relação à definição do que seja a “área de risco” e a “área segura”, para atuar, morar, investir e construir. Além disso, foram registrados relatos de

[96] Além dos dados colhidos das entrevistas do Processo Participativo, foram realizadas entrevistas específicas com agentes do mercado, atores relevantes na produção do espaço (empresários associados à ADEMI e SINDUSCON e do setor de corretagem imobiliária). Avaliações individuais foram apresentadas e discutidas, razão por que os entrevistados são mantidos anônimos.

suspensão de empreendimentos no NF2 e de restrições a financiamentos imobiliários[97] que poderiam estar repercutindo sobre as possibilidades de adquirir imóveis e realizar incorporações imobiliárias no NF2.

**Figura 165. NF2, extratos de trechos de entrevistas sobre o mercado imobiliário**




Fonte: Diagonal, Processo Participativo. 2021.

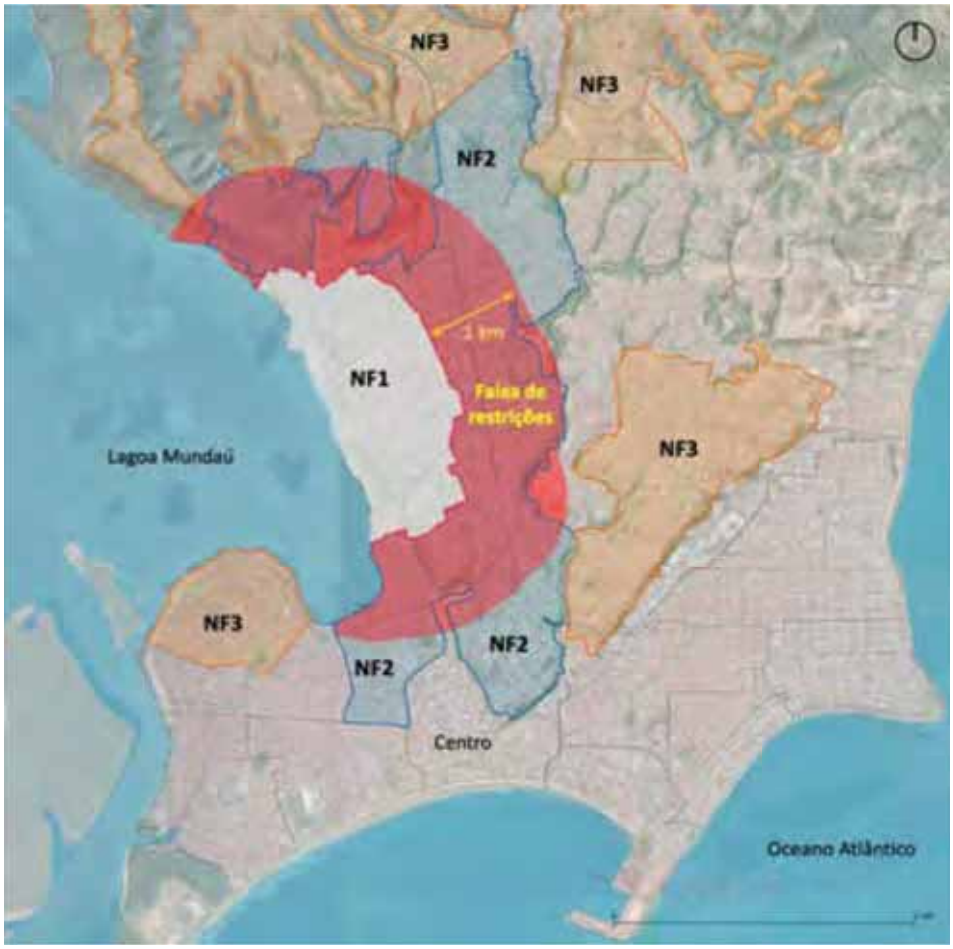
Foi averiguada a referência a um empreendimento cancelado – inclusive com relatos de devolução de valores investidos por compradores. Depoimentos de alguns entrevistados convergiram em apontar rumores de que a Caixa Econômica teria uma lista de ruas do NF2 para as quais não estariam sendo aprovados empreendimentos imobiliários. Um dos entrevistados,

[97] Na fase de levantamentos não houve sucesso em realizar entrevista com representante da Caixa Econômica.

proprietário de uma construtora, atribuiu o cancelamento do seu empreendimento à indisponibilidade de financiamento aos adquirentes de imóveis residenciais por parte do agente financiador. A informação sobre essa suspensão de financiamento foi obtida por meio de relatos, porém não foi verificada por falta de acesso a dados formais sobre o caso, no momento da conclusão dos trabalhos do Diagnóstico em 2021.

No processo de Escuta Pública, em 2023, foi destacada a existência de uma Ação Civil Pública (ACP), movida pela Defensoria Pública da União em Alagoas (DPU-AL)[98], relacionada ao fato de as empresas seguradoras estarem recusando fazer seguros para empreendimentos imobiliários. Este foi um elemento não abordado pelo Diagnóstico, em função da data de conclusão dos trabalhos de pesquisa e a data da ACP. Desse modo, aquilo que foi tratado inicialmente como apenas indícios e denúncias verbais, a partir das entrevistas, já se materializou como um elemento factual, com base nos dados disponíveis sobre o andamento do processo. Em síntese, as seguradoras credenciadas junto à Caixa Econômica fixaram "margem de segurança" de 1km a partir da borda do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias - Versão 4 definido pela Defesa Civil (Figura 166).

**Figura 166: NF2, Faixa de um quilômetro a partir dos limites da área de risco**




Fonte: PROCESSO No: 0815244-78.2021.4.05.8000 TRF. Elaboração: Diagonal, 2023.

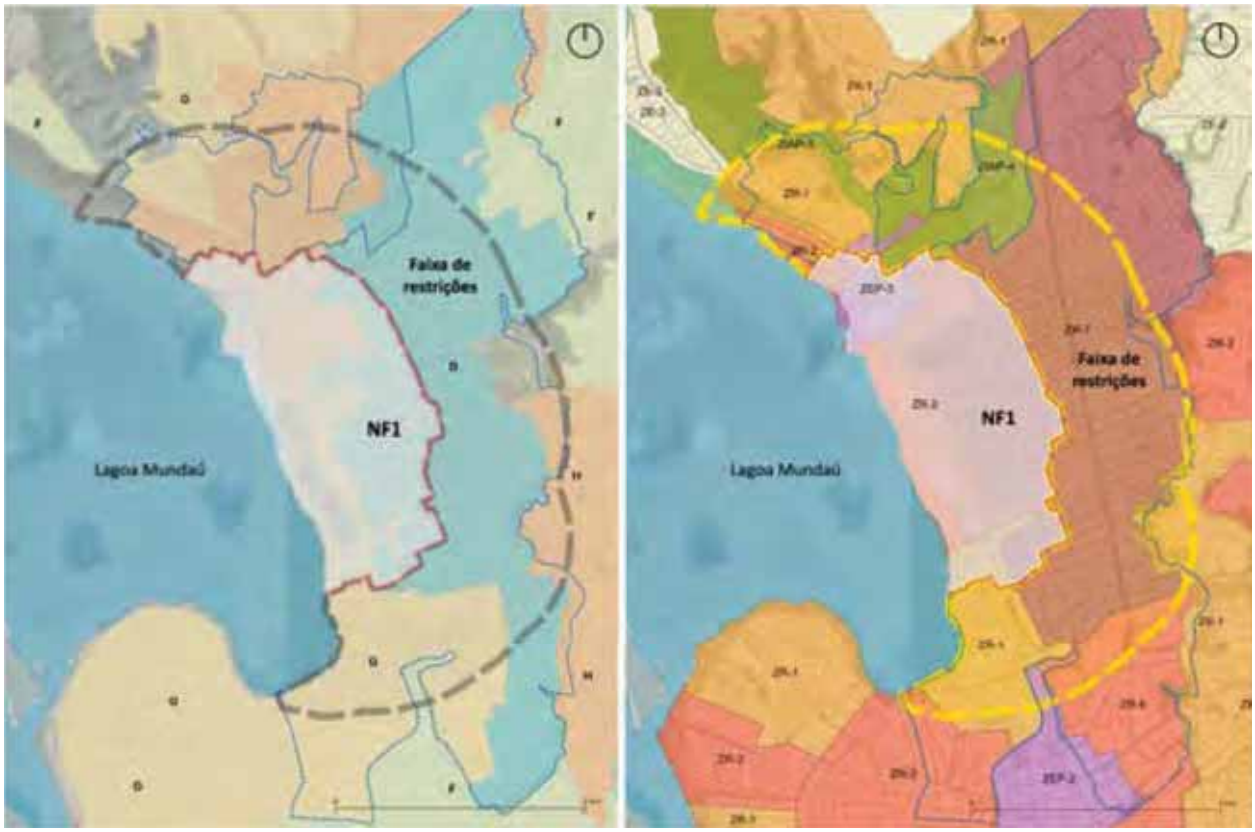
[98] PROCESSO No: 0815244-78.2021.4.05.8000 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Justiça Federal em Alagoas.

Nesta extensa faixa de terra, que chega a um total superior a 700 hectares, as seguradoras estavam se negando a contratar seguros referentes a contratos de financiamento imobiliário, criando um obstáculo para a indústria da construção civil naquela região.

É sabido que até o momento ainda não há uma decisão final a respeito do conflito. O argumento da Defensoria é de que a Caixa e as seguradoras agiram ilegalmente ao estabelecer restrições sem fundamentação técnica, em termos de riscos geológicos, e com isso prejudicam empreendedores, proprietários de terrenos e compradores.

A imprensa divulgou à época[99] e vem acompanhando os desdobramentos a partir da própria divulgação do Ministério Público Federal[100]. O processo pode afetar uma parcela do NF2, em função da negação de contratos de seguros ao longo de um extenso território – o que pode limitar a dinâmica imobiliária e afetar referências de valor do solo na região.

**Figura 167. NF2, Faixa de restrições das seguradoras, padrões urbanos e zoneamento**




Fonte: Tipologia Intraurbana - IBGE (2017), Plano Diretor de Maceió (2005) e PROCESSO No: 0815244-78.2021.4.05.8000 TRF.
Elaboração: Diagonal, 2023.

Na Figura 167 pode-se ver a área demarcada pelas seguradoras sobreposta a critérios de análise já expostos anteriormente. À esquerda está classificação do IBGE da Tipologia

99 Em: https://www.gazetaweb.com/noticias/geral/dpu-ajuiza-acao-contra-seguradoras-por-falta-de-cobertura-em-area-de-mineracao-em-maceio/. Acesso em ago/2023.
E: https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2021/10/01/afundamento-do-solo-seguradoras-sao-alvos-de-acao-por-negar-cobertura-que-garante-financiamento-de-imoveis. Acesso em ago/2023.

100 Em: https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/caso-braskem-mpf-e-dpu-seguem-contestando-conduta-das-seguradoras-e-obtem-inversao-do-dever-de-demonstrar-risco. Acesso em ago/2023

Intraurbana (2017), que demonstra variações de qualidade dos padrões de tipologia intraurbana (ver Mapa 6). Na figura à direita apresenta-se o zoneamento – conforme o Plano Diretor (2005) e o Código de Urbanismo e Edificações (2007). Analisando a figura, identifica-se que a parcela com padrão urbanístico mais elevado nos critérios da Tipologia Intraurbana (letra D) tem vasta extensão coincidente com uma parcela da Zona Residencial 7 (ZR7). A coincidência não é casual, porque representa uma convergência na visão sobre aquele trecho urbano. Justo por ter padrões urbanos com melhores condições foi interpretado no Plano Diretor e no Código de Urbanismo e Edificações como uma área propícia para o adensamento urbano, alcançando até 20 pavimentos e com um coeficiente de aproveitamento do terreno de até 4 (representando que pode ter uma área construída equivalente a quatro vezes a área do terreno).

As demais zonas que são abarcadas pela faixa de restrição das seguradoras não têm um potencial construtivo expressivo e não sofrem maiores repercussões em termos de impactos no mercado formal. Mas considerando-se apenas o trecho da faixa de restrição que se sobrepõe à ZR-7 e à ZR-8 (que tem parâmetros urbanísticos elevados, de ocupação intensiva, mas inferiores à ZR7) a área afetada pelas restrições chega a 250 hectares, considerando-se, também, apenas a área líquida das quase 200 quadras abrangidas – sem contar com o espaço ocupado pelo sistema viário e praças. Este é o território que possui potencial para um cenário futuro de construção de torres de negócios e moradia, que já registrava algumas ocorrências de adensamento e verticalização, nos bairros do Farol, Pitanguinha e Gruta de Lourdes.

Este impacto constitui um desafio que depende de uma decisão judicial para trazer segurança e condições de dinamização urbana e econômica para parte do NF2.

Afora essas questões da dinâmica econômica expressas no território, algumas espacialidades merecem especial atenção ao se planejar a atuação nesse contexto do Núcleo Focal 2. A seguir, estão elencados alguns pontos de interface entre a *área de realocaçã*o e as *áreas de permanência* nas proximidades do NF1, entendidas como aquelas que não foram consideradas como áreas sujeitas aos riscos relacionados à subsidência, como demarcado no Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4 da Defesa Civil Municipal.

A partir de demandas da população de comunidades vizinhas à área de risco, a Defesa Civil Municipal de Maceió (DCM) elaborou o “Relatório de Avaliação Socioeconômica do Flexal de Cima, do Flexal de Baixo e Parte da Rua Marquês de Abrantes”, Bebedouro, em 2021. A DCM argumentava que houve um “ilhamento social”, em função de perdas em termos de conexão com o restante da cidade devido à demarcação da área de risco. Desse modo, a instituição apoiava o pleito de lideranças locais em favor de um reassentamento de população. Contudo, após um período de debates, mobilização social e de elaboração de projetos, a decisão acerca da permanência da população foi tratada em um Acordo específico, mediado pelo Ministério Público Federal – o “Termo de acordo para implementação de medidas socioeconômicas destinadas à requalificação da área do Flexal”, firmado em 10 de outubro de 2022.

Na perspectiva tomada neste Diagnóstico, para essas localidades, entende-se a necessidade de qualificação imediata do espaço para dirimir o contraste entre as vivências cotidianas e as edificações de realocação, descaracterizadas ou isoladas por tapumes.

O primeiro ponto de interface que merece menção é na Rua Tobias Barreto, na localidade Flexal, inserida nos limites entre os bairros do Bebedouro e Chã de Bebedouro, no “final da linha”, por conta da interrupção da via férrea.

**Figura 168. NF2, Flexal de Baixo, agosto/2021**



Fonte: Diagonal, 2021.

O trecho conhecido como Flexal de Baixo (Figura 168) apresentava uma dependência dos estabelecimentos comerciais e de serviços contidos na área de realocação e se conectava ao centro da cidade pela utilização do transporte ferroviário que foi interrompido[101].

Pela sua configuração urbana, com vias estruturadas e pavimentadas, pela proximidade à Lagoa Mundaú, pela presença de arborização e equipamentos públicos, com destaque para o Centro Estadual de Esporte e Lazer, entende-se que pode ser considerada uma área ativa, cuja ocupação pode ser mantida mediante sua reconexão ao centro da cidade e ao seu entorno, minimizando a ruptura urbana decorrente do vazio criado pela desocupação da área de risco. Contudo, no momento em que foi feito o levantamento de campo, múltiplas casas apresentam inscrições como “realocação já, revitalização não”.

As possibilidades de requalificação e tratamento urbanístico da área, bem como de criação de rotas alternativas de conexão qualificadas entre o Flexal e o centro da cidade, já estão sendo contempladas nos projetos elaborados, no sentido de compreender seu potencial de consolidação como uma área de permanência[102], visto que tende a oferecer melhores condições urbanísticas, de localização e de inserção na trama da cidade do que muitos bairros que têm recebido grande parte dos realocados nos fluxos intraurbanos.

A análise desenvolvida neste Diagnóstico do PAS seguiu a argumentação da viabilidade de um processo de reabilitação urbana a partir do custeio de obras de melhoramento de infraestruturas e de urbanização e valorização de espaços públicos, que foi também adotada para fundamentar o Acordo específico firmado e voltado para aquelas localidades. Na avaliação registrada neste Diagnóstico, convergente com as equipes que elaboraram o referido projeto, os aspectos

[101] Existe uma alternativa de transbordo com ônibus, que leva de uma estação a outra. Ver maiores informações no item dedicado a centralidades e mobilidade urbana, mais adiante neste capítulo.
[102] Visto que a maior parcela do Flexal não se encontra inserida na área de criticidade, demarcada pela Defesa Civil Municipal.

limitantes apresentados na linha de argumentação do “ilhamento social”, constituem obstáculos reais, mas passíveis de superação por meio das intervenções urbanísticas que podem dar suporte a uma adequação da dinâmica local e à reintegração da localidade ao conjunto da cidade.

A qualificação da prestação de serviços públicos nessa área, tais como manutenção, limpeza urbana, iluminação pública e segurança, foi considerada uma prioridade em outras análises. Segundo as referências que baseiam esta análise de planejamento urbano e habitação, entende-se que seja possível construir coletivamente uma noção positiva sobre o futuro do local, com técnicas participativas de grupos focais e de construção de mapas mentais para a compreensão dos marcos urbanos – funcionais e simbólicos, perdidos com a desocupação da área de risco. A compreensão do que costumava ser a área e do que lhe falta agora, a hierarquização dos elementos perdidos e a recomposição desse tecido e desses marcos deve ser uma prioridade do planejamento urbano e das ações de compensação social.

Outra interface que merece destaque é a Vila Saém (Figura 169), em região que apresenta um contraste relativamente mais expressivo entre as áreas de realocação e de permanência, haja vista que o logradouro de acesso à comunidade é o limite do polígono de desocupação. As mesmas ações que podem repercutir positivamente sobre os moradores do Flexal, possivelmente, incidiriam positivamente sobre a Vila Saém. Entende-se, contudo, que a percepção da habitabilidade dessa área por parte dos seus moradores está relacionada, a médio prazo, a um “tratamento de borda” que venha a qualificá-la.

**Figura 169. NF2, Vila Saém, agosto/2021**





Fonte: Diagonal, 2021.

A Rua Professor José da Silveira Camerino representa outras duas interfaces de interesse para esta análise. O logradouro, também nesse caso, funciona como delimitador do polígono de realocação. É uma das ruas que apresentava concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços e que, atualmente, é representativo da percepção da problemática urbana decorrente do contraste entre área de realocação e de risco e as áreas de permanência (Figura 170 e Figura 171). Há relatos que indicam que a evasão dos cerca de 30 mil residentes em toda a área de risco esteja impactando negativamente a demanda por serviços e mercadorias ofertadas nessa região.

**Figura 170. NF2, imediações do Condomínio Parque das Mangabeiras, agosto/2021 e Google 2019**



Fonte: Google Mapas, 2019; Diagonal, 2021.

**Figura 171. NF2, imediações do Condomínio morada das Árvores, agosto/2021 e Google 2019**



Fonte: Google Mapas, 2019; Diagonal, 2021.

No bairro do Farol, nas proximidades do Bom Parto, o ponto de interface da Ladeira José Cardoso da Silva apresenta situação semelhante por ser um logradouro delimitador da área de criticidade. A região é caracterizada por uma oferta de serviços mais populares e por habitações de baixa renda (Figura 172). Também é marcada pelo contraste entre as vivendas cotidianas e os imóveis descaracterizados.

**Figura 172. NF2, Ladeira José C. da Silva, agosto/2021 e Google 2019**



Fonte: Google Mapas, 2019; Diagonal, 2021.

Por fim, no bairro do Bom Parto, há um ponto de interface nas imediações da Av. Francisco de Menezes e a ferrovia (Figura 173). Embora essa área se diferencie do Flexal de Baixo pela manutenção da sua conexão com o centro da cidade, a realocação e descaracterizações dos imóveis têm uma presença marcante na paisagem. Entende-se que a qualificação no entorno da linha do trem possa vir a ter repercussões urbanísticas positivas.

**Figura 173. NF2, imediações da Av. Francisco de Menezes e ferrovia, agosto/2021**



Fonte: Diagonal, 2021.

### 5.1.1.4 Núcleo Focal 1 - NF1 – Área de Desocupação

Como já abordado, esse território era caracterizado pela diversidade da paisagem e dos seus padrões de ocupação e de urbanização.

A área do bairro Bebedouro, ao norte do polígono, concentra edificações de valor cultural que compõem o patrimônio material (Figura 174) e concentrava expressões do patrimônio imaterial do município. Há, ainda, dispersos no território, outras edificações representativas da história arquitetônica de Maceió, tanto pelo caráter de monumentalidade e excepcionalidade de algumas das edificações, quanto pelas edificações civis e vernaculares.

**Figura 174. NF1, exemplos de imóveis que são referência na paisagem**



Fonte: Diagonal, 2021.

Algumas das áreas de realocação dos bairros Bom Parto e Mutange apresentavam sobreposição de precariedades ao se considerar os mapeamentos de “áreas passíveis de se tornarem ZEIS”, aglomerados subnormais, grotas ocupadas e áreas de risco. Paralelamente, o bairro Pinheiro e do Farol apresentava setores com padrão de ocupação residencial com imóveis luxuosos em grandes terrenos, além de vias que tinham grande dinamismo comercial.

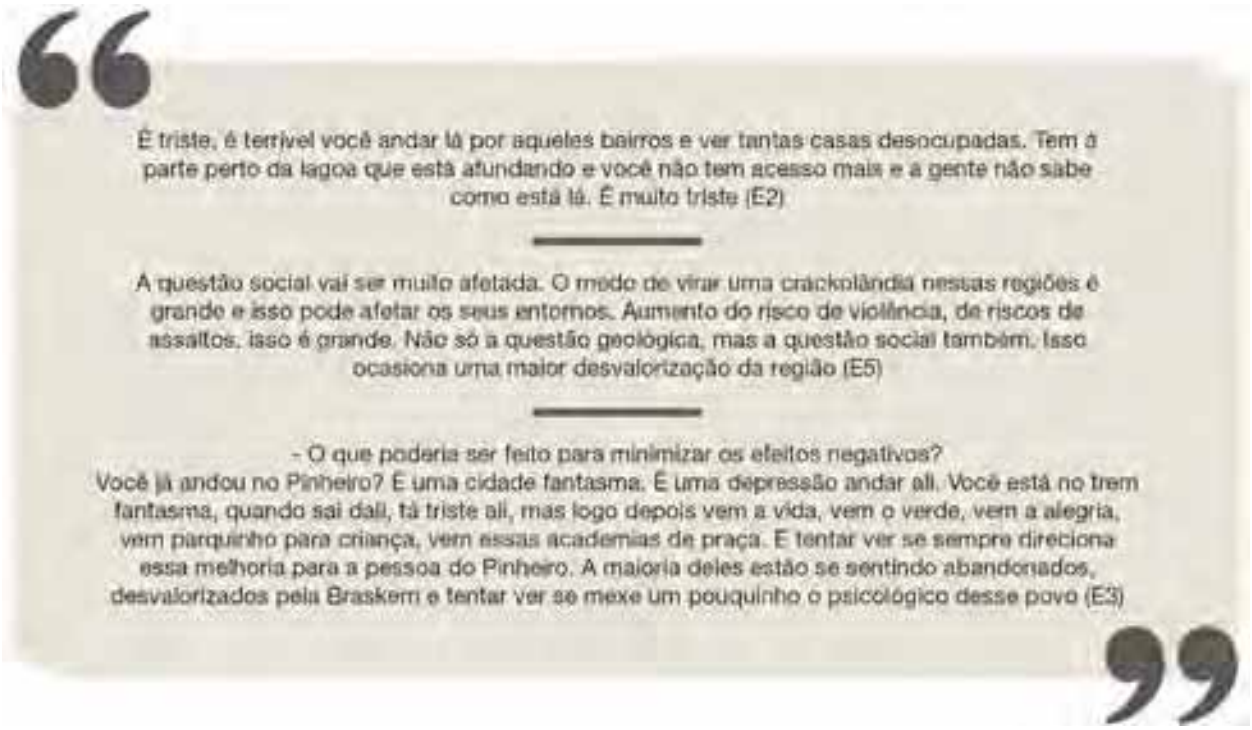
A desocupação de todo o NF1 representa, em termos imobiliários, um universo de cerca de 200 quadras urbanas – considerando-se com *área líquida* para construção, sem contar com os espaços de uso comum, como as ruas e praças. Essas quadras totalizam quase 200 hectares de área que já estava construída ou que tinha potencial para ser ocupada ou adensada por construções. Nas definições do zoneamento municipal, apontadas no Plano Diretor, quase metade desse universo estava inserido na Zona Residencial 7 (ZR7), com cerca de 96 hectares de quadras urbanas. A desocupação de todo esse acervo imobiliário, predominantemente edificado, representou um impacto significativo em termos de *potencial construtivo* – referindo-se à disponibilidade de espaços para acolher moradores e atividades econômicas.

A ZR7, como já discutido anteriormente, é uma zona com expressivo potencial, considerando-se o elevado coeficiente de aproveitamento determinado na norma urbanística. Nela é possível fazer uma construção com área total equivalente a quatro vezes a área do lote, alcançando-se até 20 pavimentos. Ou seja, ali seria possível promover adensamento construtivo e populacional, desde que asseguradas as condições de oferta de infraestrutura. As demais zonas do NF1 correspondem a padrões urbanos propostos para uma ocupação menos intensiva. Mas a ZR7 representava, no NF1, uma possibilidade de transformação consideravelmente maior. Esse grande potencial construtivo, naturalmente, não depende apenas da determinação dos parâmetros urbanísticos definidos no zoneamento, mas também está relacionado à realidade da dinâmica do mercado – pois um grande coeficiente de aproveitamento ofertado numa área que não seja acolhida no mercado, não iria materializar um adensamento concreto. Essas áreas de maior potencial e de melhores condições urbanas no NF1 estavam passando por um processo de aceleração na intensidade de ocupação, a partir da substituição do padrão de construção unifamiliar para o multifamiliar, na figura dos condomínios verticais, particularmente – como também foi apontado na análise do NF2.

Com a desocupação do NF1, esse potencial de ocupação mais intensiva tenderia a se *transferir* para as áreas vizinhas de perfil urbanístico assemelhado, como se verifica no NF2 – território que deve ser explorado no sentido de assumir o papel que tinha o NF1 na configuração e na dinâmica urbana de Maceió.

Diante do processo de realocação e obliteração da área, é relevante recuperar, também no âmbito desse diagnóstico, o relato da percepção de alguns agentes entrevistados sobre a experiência e as expectativas em relação à área (Figura 175).

**Figura 175. NF1, extratos de trechos de entrevistas sobre a área de realocação**




Fonte: Diagonal, Processo Participativo. 2021.

Nas etapas de integração entre esta temáticas e aquelas da cultura e identidade e dos espaços públicos e desenho urbano, construiu-se coletivamente uma noção de que existe um sentimento de luto em relação à perda material, simbólica e funcional do NF1. Os relatos que comparam os trajetos pelo NF1 a viagens em um "trem-fantasma" e o desejo de marcar a saída da "cidade fantasma" com um espaço público qualificado, com verde e com "alegria", orientaram os roteiros de visita de campo e a identificação das interfaces entre o NF1 e o NF2 como localidades importantes para a atuação, com projetos integradores de várias frentes.

A área caracterizada como fronteira do NF2 com o NF1 necessita de planejamento territorial integrado às temáticas de economia e de comunicação social, de modo a contribuir para a construção de um ambiente requalificado enquanto "área de permanência"[103], assim como para a fixação dos estabelecimentos comerciais e dos serviços hoje instalados e para a atração de novas dinâmicas favoráveis ao território.

### 5.1.2 Síntese analítica

As análises de planejamento urbano, habitação e dinâmica imobiliária trataram das alterações e impacto nas dinâmicas urbanas provocadas em decorrência da desocupação da área afetada e da realocação de famílias e negócios para outras regiões da cidade. Considerando análises realizadas neste item, tem-se as seguintes considerações:

[103] Em contraposição à área de realocação.

- Desatualização dos parâmetros urbanísticos estabelecidos pelo marco legal municipal de planejamento urbano-territorial face às novas dinâmicas do território. Embora os marcos legais supracitados já estivessem relativamente desatualizados, a interdição e descaracterização da área afetada pela subsidência torna imprescindível a revisão Plano Diretor e do Código de Urbanismo e Edificações considerando o novo contexto.
- Registro da Ação Civil Pública contrária à delimitação de uma faixa territorial de restrições no entorno do NF1 imposta pela Caixa Econômica e suas seguradoras credenciadas que estão inviabilizando financiamentos imobiliários e agravando as percepções de apreensão e desconfiança em relação ao NF2, por parte de agentes do mercado imobiliário.
- Registros de insatisfação, por parte de famílias realocadas, quanto a vantagens locacionais e condições de acesso à infraestrutura que teriam perdido com a mudança para a nova moradia.
- Contraste entre as áreas de permanência e as áreas de realocação nos logradouros que servem como fronteira entre o NF1 e o NF2.
- Carência de sistemas de saneamento ambiental, sistemas de infraestrutura viária e serviços de transportes e precariedade dos espaços livres públicos em bairros mais periféricos, de menor valor imobiliário, que têm sido destino de grande parte das famílias realocadas.
- Padrão de ocupação fragmentado, monótono – pela uniformidade das tipologias dos conjuntos habitacionais – e carente de urbanidade em partes do NF3, com muitos condomínios cercados por grandes muros, com deficiências na oferta de espaços públicos qualificados para favorecer o convívio social e as manifestações culturais.
- Presença de alguns lotes sem uso e/ou sem edificações no NF2, nas proximidades com o NF1, os quais poderiam receber um estímulo para a instalação de novos usos dinamizadores.
- Presença de grandes glebas e lotes sem uso e/ou sem edificações no NF2 e no NF3, configurando-se como vazios urbanos que não cumprem a função social da propriedade urbana.

### 5.1.3 Diretrizes temáticas

- Contribuir para a construção de uma percepção de segurança em relação ao NF2, nas proximidades do NF1, estimulando a manutenção de antigos estabelecimentos, atraindo novos empreendimentos, atividades e serviços de vizinhança (públicos e privados), complementares à dinâmica habitacional, com implantação de áreas arborizadas e espaços públicos, e promovendo ações de diálogo social capazes de minimizar a percepção de ruptura urbanística e de risco entre os agentes que atuam, investem, planejam e concedem crédito para investidores no entorno da área de subsidência.
- Promover a articulação institucional entre os proponentes do Plano de Ações Sociourbanísticas e a instância municipal de planejamento urbano, envolvendo instituições como UFAL, CREA, CAU, IAB e organizações sociais, estimulando a realização de um planejamento territorial integrado, participativo e baseado em dados qualificados, de modo

a contribuir nos processos de construção coletiva de diretrizes para o ordenamento territorial do município e a evitar que as ações propostas sejam recebidas com ressalvas ou desconfiança pelos distintos atores sociais e institucionais.

- Estruturar estratégias de acompanhamento técnico-social e urbanístico continuado, assim como meios de intermediação imobiliária baseadas em dados confiáveis sobre o território, para subsidiar ações que alcancem as famílias realocadas e os novos territórios por elas ocupados.

## 5.2 Meio ambiente

O objetivo deste relatório é fundamentar a elaboração de ações voltadas a compensações sociourbanísticas para a área urbana de Maceió, em resposta aos impactos da subsidência. A inserção da dimensão ambiental se deve à importância de que tais ações considerem a perspectiva da contribuição para a melhoria da qualidade urbano-ambiental do território em estudo. Para tanto, o conhecimento de atributos ambientais relativos aos meios físico e biótico pertinentes à área dos NF foi estabelecido como tema acessório relevante.

Este Diagnóstico, contudo, não se confunde com o Diagnóstico ou o Plano Ambiental específico, previsto no Acordo Socioambiental, contratado para a identificação e a avaliação dos *potenciais impactos e danos ambientais*[104] da subsidência. Ressalta-se ainda, que os estudos ambientais de fundamentação para o PAS não têm o mesmo escopo e objetivos de um Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), por exemplo. O Acordo Socioambiental determinou, na Cláusula 24, a contratação de um Diagnóstico Ambiental. E ele foi elaborado pela empresa Tetra Tech segundo as metodologias e terminologias apropriadas para aquele instrumento – observando-se a delimitação das *áreas diretamente afetadas*, *áreas de influência direta* e *áreas de influência indireta*. A Cláusula 64 do mesmo Acordo determina a realização de estudos para subsidiar a elaboração de projetos para ações compensatórias em benefício da população de Maceió.

Nesse sentido, na ótica aqui adotada, os efeitos da subsidência, têm, predominantemente, uma dimensão indireta, uma vez que a análise está orientada para uma leitura ambiental de contexto da cidade como um todo e sobre o território urbano de entorno ampliado do NF1 até uma escala espacial mais ampla que abrange os bairros do NF2 e do NF3, para onde se observou proporção expressiva de famílias realocadas e um contexto sociourbanístico de maior vulnerabilidade.

Os indicadores que compõem a dimensão ambiental se organizam, naturalmente, a partir de relações de precedência, nas quais variáveis geológicas, geomorfológicas, pedológicas, geotécnicas, climáticas e hidrogeológicas são basilares e determinantes das demais características relativas aos meios físico e biótico, atuando como indutoras das características de uso e ocupação do solo da região. Os fatores ambientais naturais, intrínsecos a uma determinada área, são determinantes de suas aptidões e vocações naturais.

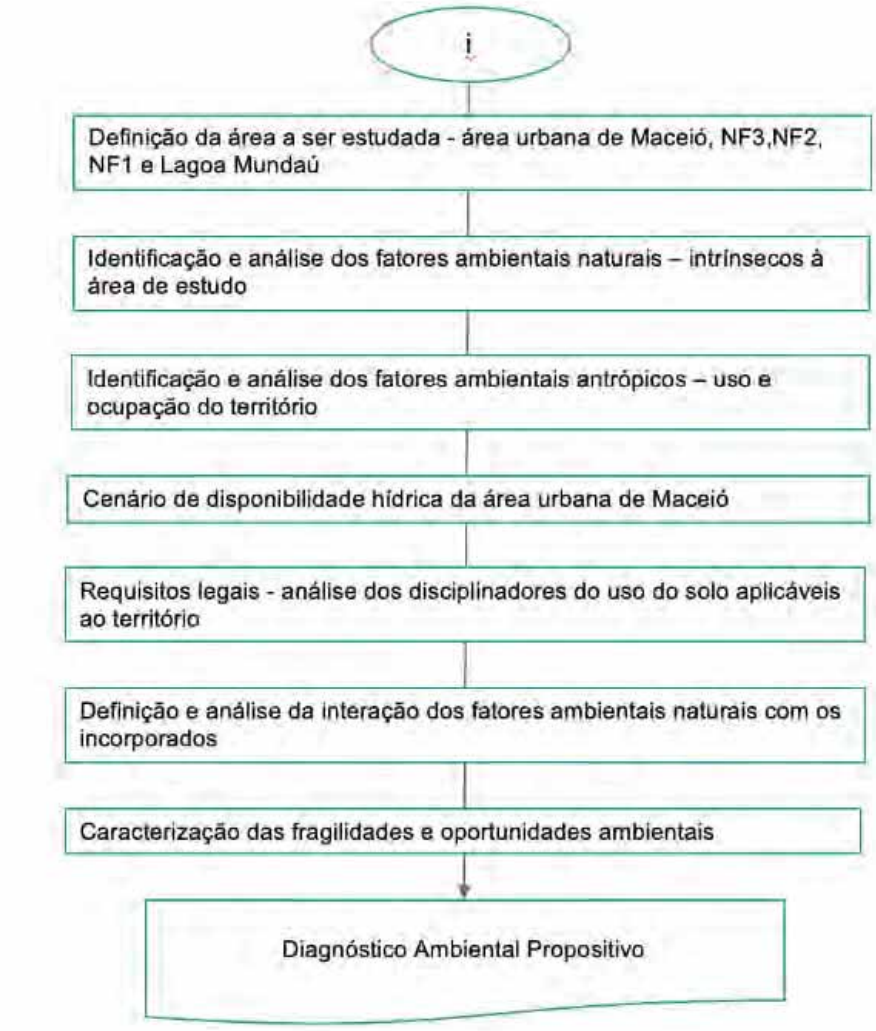
[104] Termos utilizados conforme consta na Cláusula 24 do referido acordo.

A identificação e análise do uso e ocupação do território ao longo do tempo permite que sejam apontadas fragilidades ambientais ali existentes, ou seja, incompatibilidades entre os usos possíveis e aqueles existentes ou projetados.

A rigor, a fragilidade ambiental é decorrente da presença de fatores ambientais significativos naturais ou que foram incorporados à região ou localidade ao longo do tempo, e que sejam passíveis de imputar vulnerabilidades, como impedimentos, restrições ou condições a intervenções específicas objetivadas. No contexto da gestão de riscos, fragilidades ambientais são os "fatores de risco". Em contrapartida, quando identificadas, é possível prever soluções de gestão responsável que resultem em sua atenuação e, inclusive, em oportunidades condizentes às expectativas de outras dimensões de estudo.

Para a elaboração deste item foram adotados sete passos, conforme identificados no fluxograma da Figura 176 e descritos na sequência.

**Figura 176. Fluxograma dos procedimentos metodológicos adotados para meio ambiente.**




Fonte: Diagonal, 2021.

- **Definição da área de estudo**: o território de estudo abrange a área urbana de Maceió (NF4), acrescida da região da Lagoa Mundaú[105], que abrange trechos dos corpos hídricos que deságuam em suas águas e as unidades de conservação da natureza, criadas por legislação estadual, que têm interface com aquele corpo d'água, se estendendo pela orla lagunar Mundaú.
- **Identificação dos fatores ambientais naturais presentes na área urbana de Maceió** – unidades de paisagem (UP): a caracterização do cenário ambiental da área urbana de Maceió abrange fatores relativos à geologia, à geomorfologia, à pedologia, ao clima, à hidrogeologia, e à hidrologia e cobertura vegetal, consideradas variáveis basilares à caracterização ambiental de um território. O resultado da análise integrada dessas variáveis é expresso nas UP, onde ficam identificados e delimitados os ambientes naturalmente frágeis presentes na área.
- **Identificação dos fatores ambientais antrópicos** presentes na área de estudo: trata-se do reconhecimento do uso, ocupação e cobertura vegetal efetivamente presentes na área em estudo.
- **Cenário de disponibilidade hídrica da área urbana de Maceió**: os recursos hídricos são determinantes da saúde e da qualidade de vida da comunidade, assim como da manutenção das demais formas de vida, daí a importância de se caracterizar os cenários hídricos superficial e subterrâneo presentes na área urbana do município. A disponibilidade do recurso hídrico resulta da conjugação da qualidade com a quantidade das águas presentes em uma dada região e condizentes aos usos preponderantes objetivados, no caso, o consumo humano, a pesca e a recreação de contato primário. A despeito da ausência de dados oficiais disponíveis nos sites da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), é relevante que se proceda, no mínimo, à análise dos dados de medições específicas gerados em estudos acadêmicos de universidades consagradas. Em que pese essa indisponibilidade, até o momento, há estudos que podem contribuir para delinear o cenário de disponibilidade hídrica na área urbana de Maceió: (i) estudos realizados com a participação da Agência Nacional de Águas (ANA), (ii) dados do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS CPRM), (iii) dados e informações constantes dos planos diretores de regiões hidrográficas do município e do Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), assim como artigos e estudos acadêmicos já mencionados.
- **Requisitos legais aplicáveis à dimensão ambiental**: são disciplinadores do uso do solo todos os requisitos constantes da legislação ambiental e da legislação correlata à

[105] A expressão *Lagoa Mundaú* é adotada deliberadamente neste Diagnóstico em respeito às tradições e à identidade da população local, considerando o cotidiano da fala do alagoano para representar um marco do seu patrimônio cultural e ambiental. Seguiu-se aqui uma abordagem semelhante àquela adotada pela Agência Nacional de Águas (ANA) no *Plano de gestão e ações integradas do CELMM* (2006). Naquele documento não se utiliza o termo "Laguna Mundaú"; ao contrário, repetidamente adota a expressão "Lagoa Mundaú" para se referir aquele corpo d'água. O professor Rubens Duarte, autor do livro "Laguna de encantos e desencantos" (2023), e a professora Adriana Manhas explicam, com tolerância científica, que "a referência às lagunas como lagoas é recorrente em Alagoas, como também no Brasil. Estas, no entanto, não possuem uma ligação ou relação com o mar, constituindo-se assim, uma forma errada de denominação, mas aceita pelo senso comum" (2018). No âmbito normativo, o Plano Diretor de Maceió se refere à "Lagoa Mundaú" como um dos "elementos referenciais para o patrimônio natural do Município" (Lei nº 5.486/2005, Art. 20).

dimensão ambiental, assim como planos e programas governamentais e/ou os elaborados por conselhos gestores de unidades de conservação da natureza ou por comitês de bacias ou regiões hidrográficas que sejam passíveis de impor impeditivos, restrições, condições ao uso e ocupação do solo na área de estudo, e de fundamentar a proposição de oportunidades aplicáveis.

- **Interação dos fatores antrópicos com os fatores ambientais naturais**: com ênfase nas áreas delimitadas como NF2, NF3, NF4 e na região da Lagoa Mundaú, se procede à análise das interações consolidadas abrangendo os fatores ambientais antrópicos e naturais, para que sejam identificados os cenários ambientalmente frágeis instalados, passíveis de serem intensificados em decorrência das realocações, assim como da própria dinâmica do processo da subsidência. A caracterização dessas interações leva em conta os disciplinadores do uso do solo aplicáveis a área de estudo, e resulta na identificação de fragilidades e oportunidades pertinentes às áreas.
- **Caraterização das fragilidades e oportunidades ambientais**: identificação das fragilidades ambientais existentes nas áreas estudadas, ou seja, dos fatores de riscos ali presentes, e dos respectivos riscos ambientais consequentes, e identificação de oportunidades existentes, entendidas como alternativas de ações que contribuam para resgatar, ainda que parcialmente, aptidões e vocações naturais de uma dada região, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Neste estudo, as oportunidades ambientais existentes acomodam demandas por melhorias apresentadas pelas demais dimensões constantes do PAS.

### 5.2.1 Caracterização

O meio ambiente é um sistema integrado que congrega fatores ambientais físicos, bióticos, socioeconômicos e culturais, daí o conhecimento ambiental ser naturalmente transdisciplinar. Sendo assim, o estudo da dimensão ambiental do território requer o conhecimento de fatores ambientais significativos (ou atributos ambientais) presentes na área urbana de Maceió (NF4) para que sejam compreendidas as características ambientais das regiões de interesse, quais sejam, o NF2 e o NF3.

Para tanto, se buscou caracterizar o território da área urbana de Maceió nos termos de UP, visto que a paisagem não é formada apenas pela acumulação dos tempos, dos usos, das ocupações. A paisagem é dinâmica e se desenvolve a partir da interação e integração de fatores naturais e antrópicos.

O enfoque sistêmico e multidisciplinar de tal abordagem propicia uma compreensão abrangente do território, permitindo um planejamento mais eficiente do espaço, consideradas suas condições potenciais ou limitativas.

#### 5.2.1.1 Núcleo Focal 4 (NF4) - Maceió

A partir dos fatores ambientais clima e meteorologia, geologia, geomorfologia e solos, hidrogeologia e hidrologia, uso e ocupação do solo e cobertura vegetal da área de estudo, foram identificados dois grandes domínios geológico-ambientais e onze UP, cujas características são descritas no Quadro 14 e localizadas no Mapa 27.

**Quadro 14. NF4, unidades de paisagem naturalmente presentes**

| Domínios geológico-ambientais | Unidades de paisagem | Sigla da UP |
|---|---|---|
| Sedimentos cenozoicos pouco a moderadamente consolidados associados a tabuleiros costeiros | Tabuleiros conservados | *ST* |
| | Depressões em tabuleiro | *STd* |
| | Rebordos erosivos - vertente oceânica e Lagoa Mundaú | *Re1* |
| | Rebordos erosivos - vertente do Rio Jacarecica | *Re2* |
| | Vales encaixados do Riacho Reginaldo | *VTR* |
| | Vales encaixados do Riacho do Silva e do Rio Mundaú | *VTSM* |
| | Tabuleiros dissecados | *TD* |
| Sedimentos cenozoicos inconsolidados ou pouco consolidados, depositados em meio aquoso | Planícies marinhas (restingas) | *Plm* |
| | Planícies fluviomarinhas (manguezais) | *PFlm* |
| | Planícies fluviolacustres | *PFlac* |
| | Planícies de inundação (várzeas) | *V* |

Elaboração: Diagonal, 2021.

O mapa de UP é resultante da análise interpretativa, onde recortes, delimitados sobre o mapa de relevo CPRM (2019), instruem o reconhecimento, a caracterização e a qualificação de atributos ambientais quanto aos respectivos níveis de fragilidade ambiental presentes no NF4.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

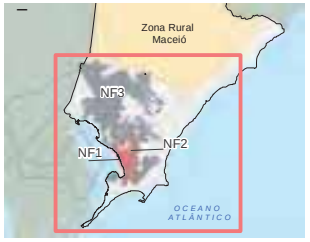
LEGENDA

Unidades de Paisagem

Núcleos Focais
- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana
- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais

| Unidades de Paisagem | Sigla da UP |
|---|---|
| Tabuleiros conservados | T |
| Depressões em tabuleiro | T |
| Rebordos erosivos - vertente oceânica e Lagoa Mundaú | |
| Rebordos erosivos - vertente do Rio Jacarecica | |
| Vales encaixados do Riacho Reginaldo | T |
| Vales encaixados do Riacho do Silva e do Rio Mundaú | T |
| Tabuleiros dissecados | T |
| Planícies marinhas | |
| Planícies fluviomarinhas (manguezais) | |
| Planícies fluviolacustres | |
| Planícies de inundação (várzeas) | |




NF4 MACEIÓ, UNIDADES DE PAISAGEM NATURALMENTE PRESENTES

Mapa 2

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

#### 5.2.1.2 Núcleo Focal 3 (NF3) - Áreas receptoras mais distantes

O cenário ambiental de cada um dos bairros do NF3 foi desenvolvido adotando-se como fundamento a análise detalhada das UP ali existentes como características relativamente homogêneas em seus atributos físicos, bióticos e antrópicos. Isto permitiu classificá-las em relação às suas fragilidades naturais (intrínsecas), à sua capacidade de suporte às possibilidades futuras face aos objetivos pretendidos no PAS.

Esse cenário, detalhado em nível de cada um dos bairros, contribui para o reconhecimento localizado das fragilidades existentes, o que, consequentemente, permite que as proposições de melhoria resultantes da integração com as demais dimensões temáticas considerem as perspectivas ambientais associadas como um dos fatores para a priorização das ações.

Observa-se que a região ocupada pelos bairros receptores (NF3) apresenta padrões de relevo contrastantes, que variam de tabuleiros preservados (*ST*), vales encaixados (*VTR* e *VTSM*) e rebordos erosivos íngremes e de maior instabilidade, a movimentos de massa (*Re1* e *Re2*), que expressam as diferenças da intensidade de dissecação e da densidade da rede de drenagem sobre sedimentos da Formação Barreiras.

Os tabuleiros conservados (*ST*), em função de sua elevada porosidade e permeabilidade, naturalmente favorável à circulação das águas, se caracterizam como relevantes áreas de recarga de aquíferos (freático), configurando a existência de boa favorabilidade hidrogeológica, sendo o Sistema Aquífero Barreiras muito utilizado por poços tubulares para abastecimento público, privado e industrial.

A vegetação florestal de Mata Atlântica que recobria originalmente essas áreas foi integralmente suprimida, dando espaço ao processo de ocupação urbana e decorrente impermeabilização descontrolada do solo.

Condicionantes geomorfológicas e geotécnicas favoráveis à ocupação das áreas planas dos tabuleiros associadas à disponibilização de espaços livres nessa porção norte de Maceió fazem desse setor o principal vetor de crescimento e de direcionamento da estruturação sociofuncional para novos bairros e adensamento de bairros ali já existentes, com ênfase aos bairros Cidade Universitária e Benedito Bentes.

#### 5.2.1.3 Núcleo Focal 2 (NF2) - Área do entorno

As UP associadas aos bairros constantes do NF2 instruíram o reconhecimento, a caracterização e a qualificação dos fatores ambientais significativos quanto aos respectivos níveis de fragilidade ambiental presentes nessa área.

Observa-se que a região compreende UP bem distintas, com padrões de relevo contrastantes, que variam de tabuleiros conservados (*ST*), vales encaixados (*VTR* e *VTSM*) e rebordos erosivos íngremes e de maior instabilidade a movimentos de massa (*Re1*), que transacionam para áreas mais baixas das planícies marinhas e fluviomarinhas (*Plm* e *PFlm*).

Os tabuleiros conservados sustentam as áreas edificadas dos bairros Pinheiro, Farol, Gruta de Lourdes e Pitanguinha, com ocupação urbana já bastante consolidada em função de condicionantes geomorfológicas e geotécnicas favoráveis.

As áreas das encostas íngremes da Lagoa Mundaú e dos vales do Silva e Reginaldo se apresentam como áreas sensíveis e naturalmente frágeis. Na maioria das vezes, essas áreas são ocupadas por populações de baixa renda e apresentam sérios problemas quanto à ocupação, a exemplo dos bairros Bebedouro, Chã de Bebedouro e Chã da Jaqueira. São também frágeis as planícies fluviomarinhas ocupadas pelos bairros Bom Parto e Bebedouro, em função de sua suscetibilidade à inundação.

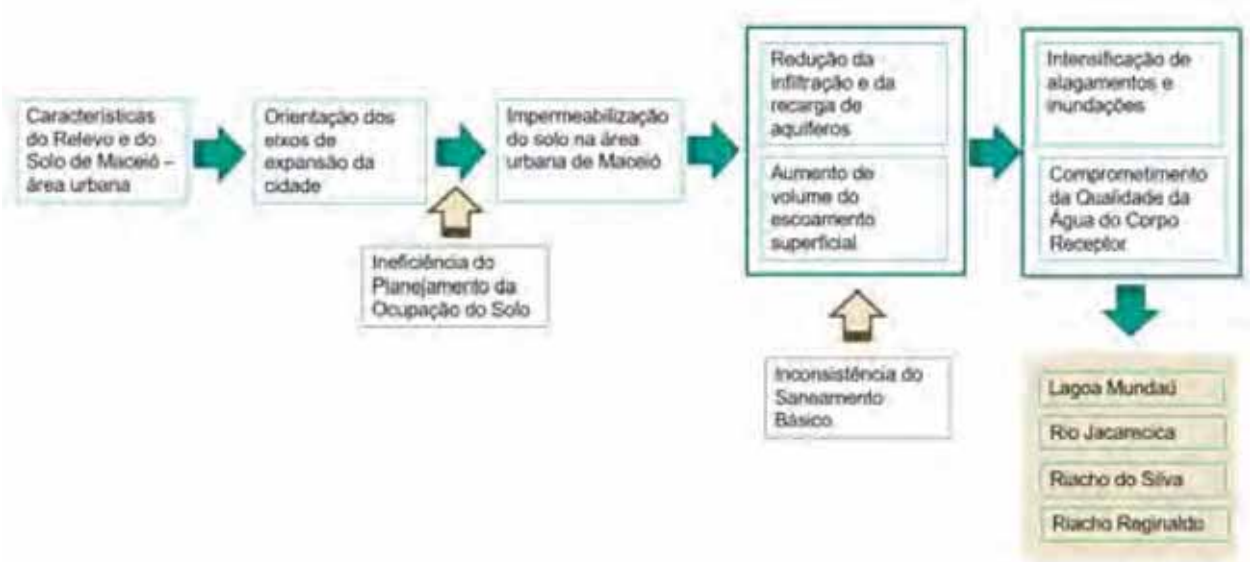
A vegetação florestal de Mata Atlântica, que recobria originalmente essas áreas, foi quase que integralmente suprimida, dando espaço ao processo de ocupação urbana e decorrente impermeabilização do solo sem controle. Remanescentes de Mata Atlântica são encontrados apenas no Parque Municipal e na Reserva/ Horto do IBAMA. A vegetação de mangue no entorno da Lagoa Mundaú, que caracteriza o ecossistema manguezal e que exerce significativas funções ambientais, foi também significativamente alterada.

#### 5.2.1.4 Recursos hídricos

Para análise do cenário de recursos hídricos, foram colhidos dados de campanhas de monitoramento realizadas em estudos técnicos e artigos acadêmicos publicados que, a despeito da indisponibilidade dos dados oficiais, permitem evidenciar o nível de qualidade das águas superficiais e subterrâneas da área urbana de Maceió.

A avaliação de recursos hídricos requer a análise integrada de inúmeras variáveis temáticas, o que não é objeto deste estudo. Entretanto, cabe aqui destacar a relação indissociável dos fatores ambientais naturais (intrínsecos) presentes na área de estudo, com as condições de uso e ocupação do solo estabelecidas ao longo do tempo, sobre a disponibilidade hídrica – qualidade e quantidade de recursos hídricos superficiais e subterrâneos. A Figura 177 exemplifica essa relação.

**Figura 177. Disponibilidade hídrica, exemplo de relação de fatores ambientais naturais, condições de uso e ocupação solo e disponibilidade hídrica**

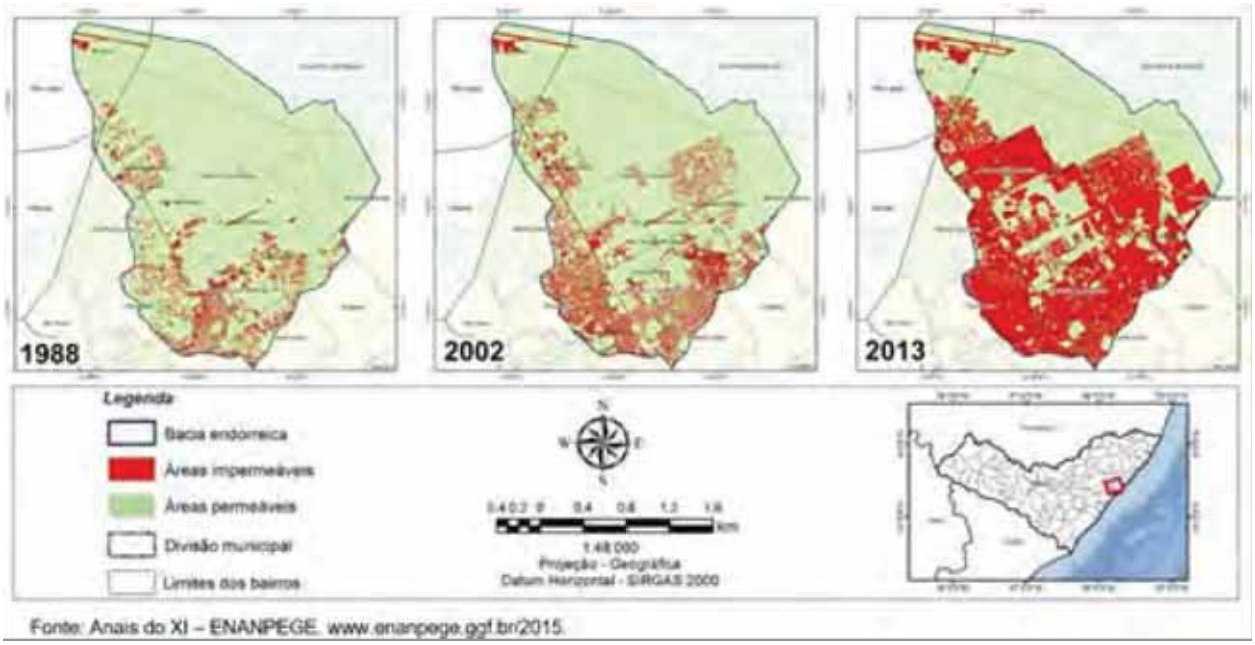



Elaboração: Diagonal, 2021.

No que se refere à essa correlação, o histórico de expansão da área urbana de Maceió, prevalecendo o eixo sudeste-noroeste, vem contribuindo significativamente para a redução da permeabilidade do solo no município, o que é atributo ambiental necessário para a recarga do aquífero Barreiras. A Figura 178Figura 178, ao identificar o avanço da ocupação urbana, evidencia a redução, já significativa à época, das áreas permeáveis.

Dados de referência da Companhia de Abastecimento d'Água e Saneamento do Estado de Alagoas (CASAL, 2017), apontavam ser de 68% a dependência do abastecimento público de Maceió em relação à captação de águas subterrâneas. Todavia, metas apresentadas pela nova concessionária dos sistemas de águas e esgotos não indicam a dependência desse tipo de captação – como se discute no item dedicado ao saneamento.

**Figura 178. Avanço da ocupação urbana e redução de áreas permeáveis, 1988, 2002 e 2013**




Fonte: ENANPEGE, Anais do XI. 2015.

Conforme as UP descritas neste relatório, o bairro Cidade Universitária, a maior parte de Tabuleiro dos Martins e frações dos bairros Benedito Bentes, Santos Dumont, Clima Bom e Antares estão inseridos em área da bacia endorreica que caracteriza o tabuleiro conservado. Isso equivale a dizer que esses bairros estão na região de recarga do aquífero, do qual a cidade é ainda hoje dependente. Observa-se, na Figura 179, que exatamente a área depressionada dessa bacia já foi significativamente impermeabilizada, resultando no relato de alagamentos frequentemente observados frente às precipitações.

**Figura 179. Ocupação da área depressionada da bacia endorreica**



Fonte: Almeida, 2017. Elaboração: Diagonal, 2021.

#### *5.2.1.4.1 Recursos hídricos superficiais*

A área urbana de Maceió (NF4) está inserida em três regiões hidrográficas (RH) – RH do Rio Pratagy, RH do CELMM (Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba) e RH do Rio Mundaú. No Mapa 28 estão identificados os NF de interesse neste estudo e as RH.

Dentre os corpos hídricos que drenam a área urbana de Maceió, cabe destaque ao Riacho do Silva, ao Riacho Reginaldo, ao Rio Pratagy e ao Rio Jacarecica, cujas bacias hidrográficas abrangem bairros do NF2 e do NF3. Dos estudos técnicos consultados, se obteve que a qualidade das águas desses corpos hídricos está significativamente alterada em decorrência do lançamento de esgotos domésticos *in natura* e da disposição inadequada de resíduos diversos. Abrangido totalmente pela área urbana de Maceió, o Riacho Reginaldo apresenta a pior condição dentre os cursos de água citados.

O cenário de contaminação das águas superficiais é ratificado pelos valores médios do índice de qualidade da água (IQA) relativo a esses corpos hídricos (Tabela 116), o que traz reflexos significativos sobre a ocorrência de doenças infecciosas e parasitárias (DIP), como a leptospirose[106].

[106] Um trabalho desenvolvido por Vieira et al., "Análise do perfil epidemiológico da leptospirose no município de Maceió no período de 2010 a 2015: da notificação ao desfecho" (2015), associou os casos de leptospirose ocorridos em Maceió no período de 2010 a 2015 ao contato com lama/ enchente como um dos fatores de risco mais relevantes.

**Tabela 116. Índice de Qualidade da Água, 2015.**

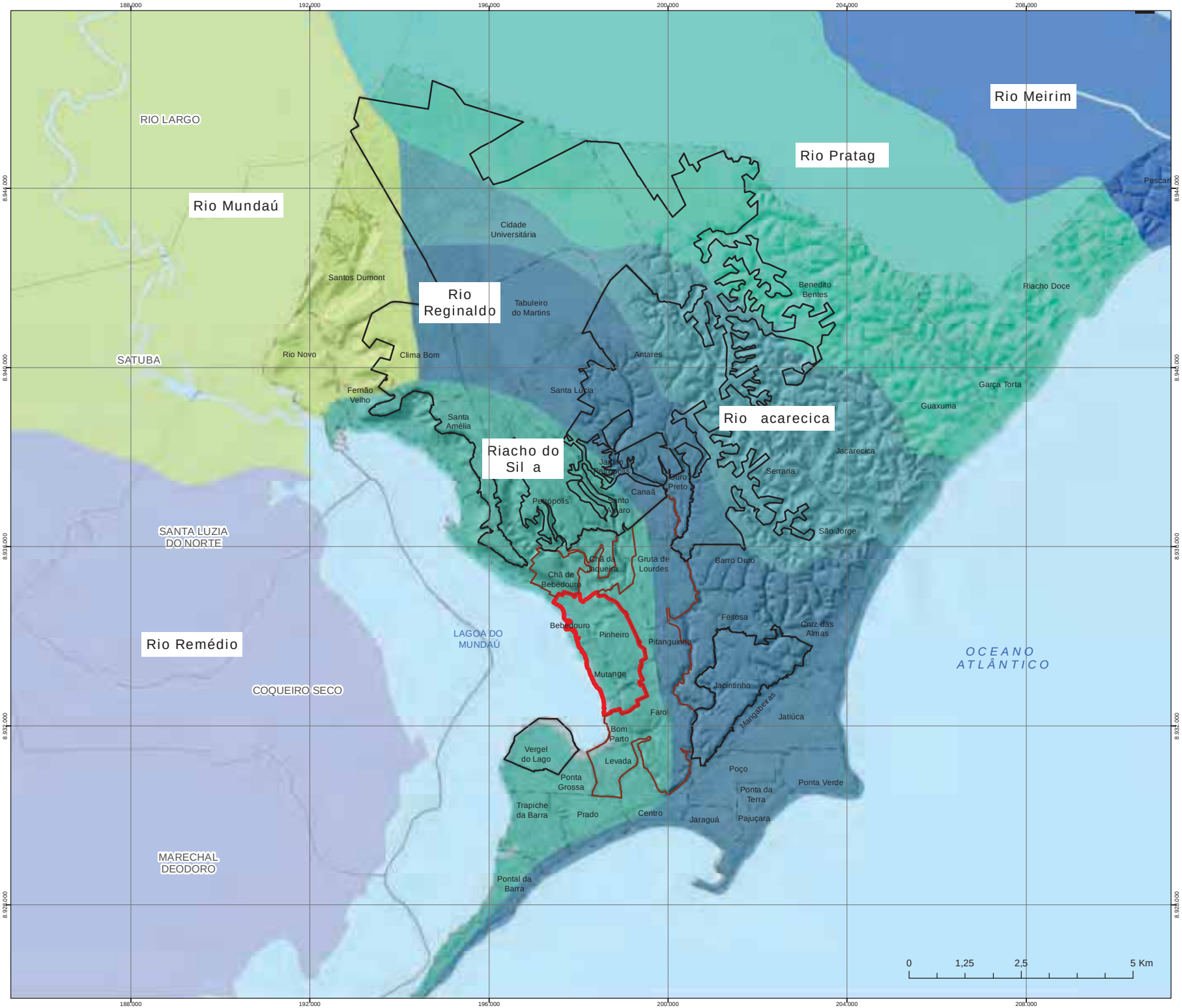
| Variáveis | Valores Médios | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Riacho do Silva | Riacho Reginaldo | Rio Jacarecica | Rio Pratagy | Rio Meirim |
| Oxigênio dissolvido (mg/L) | 6,18 | 2,50 | 5,91 | 7,94 | 7,28 |
| *E. coli* (UFC/100 mL) | $6,75x10^3$ | $7,25x10^6$ | $6,75x10^3$ | $1,50x10^3$ | $8,0x10^2$ |
| Potencial hidrogeniônico | 5,84 | 7,16 | 6,13 | 5,14 | 4,28 |
| $DBO_5$ (mg/L) | 146,0 | 174,5 | 34,0 | 30,0 | 100,0 |
| Temperatura da água (°C) | 26,11 | 29,18 | 25,36 | 24,52 | 23,94 |
| Nitrogênio total (mg/L) | 6,44 | 6,44 | 4,44 | 0,78 | 1,45 |
| Fósforo total (mg/L) | 0,315 | 4,715 | 0,368 | 0,110 | 0,260 |
| Turbidez (UNT) | 10,32 | 33,98 | 14,92 | 17,88 | 6,88 |
| Sólidos totais (mg/L) | 406,5 | 608,5 | 274,5 | 168,5 | 200,0 |
| **IQA Médio** | **36** | **20** | **39** | **48** | **39** |

| LEGENDA: | | Ruim | | Péssima |
|---|---|---|---|---|

Fonte: Bleinroth et al., 2016, p.8.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

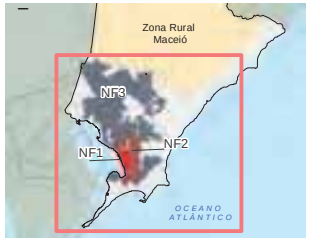



## LEGENDA

**Bacias Hidrográficas**
- Rio Mundaú
- Rio Meirim
- Rio Pratagy
- Rio Jacarecica
- Rio Reginaldo
- Riacho do Silva
- Rio Remédio

**Núcleos Focais**
- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**
- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Limites Municipais




NF2 E NF3, REGIÕES HIDROGRÁFICAS

Mapa 28

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: | |
|---|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 | Diagonal |

Interessa a este estudo, ainda, conhecer o cenário da qualidade das águas superficiais do CELMM, visto que, de maneira geral, a comunidade urbana de Maceió guarda relação direta com atividades dependentes da qualidade das águas da Lagoa Mundaú, seja em decorrência de atividades de pesca e de catação de mariscos e caranguejos, seja devido a atividades de lazer e turismo aquático, ou mesmo para a contemplação da paisagem.

O CELMM é caracterizado pelos corpos hídricos naturais formados pelas lagunas Mundaú e Manguaba, seus canais, várias ilhas e parte estuarina comum a ambas as lagunas. Trata-se de estrutura geológica com três subsistemas principais: o subsistema flúvio-lagunar e suas interações rio-laguna; a laguna central; e o subsistema de canais e suas interações estuário-mar. Ainda que ao estudo em curso a abordagem se atenha à Lagoa Mundaú, não há como desconsiderar sua inserção nesse Complexo.

A Lagoa Mundaú é corpo hídrico receptor de contribuintes diversos, presentes não apenas em Maceió, como também em outros municípios: Coqueiro Seco, Marechal Deodoro e Santa Luzia do Norte. Conforme SEMARH, a RH do CELMM é integrada pelo Rio Sumaúma, Rio Estivas, Rio Remédio e Riacho do Silva.

No mapa de 2004 do Plano de Ações e Gestão Integrada do CELMM, que é indicativo das áreas de risco com influência na Lagoa Mundaú, pontos de lançamento de esgotos gerados em sua área de abrangência já estavam identificados (Figura 180). Os dados de campanhas de medição realizadas posteriormente (2008, 2009, 2015, 2018, 2019), citados nos estudos e artigos técnicos consultados validam essas contribuições e indicam a ocorrência de resultados não conformes para as águas dessa laguna.

Do Plano de Ações e Gestão Integrada do CELMM se obtém que, à época (2004), já foram consideradas significativas as contribuições do Canal da Levada e do Trapiche, das drenagens superficiais, assim como dos lixões desativados de Coqueiro Seco e Marechal Deodoro. Observa-se que o local de chegada do Canal de Levada corresponde à área de menor circulação de águas por conta da dinâmica das marés, sendo a menos sujeita à diluição causada pela entrada das águas do mar. Além disso, é onde estão localizados os principais pontos de desembarque e beneficiamento do Sururu.

**Figura 180. Lagoa Mundaú, mapeamento de interferências, 2004**




Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA). Plano de Ações e Gestão Integrada do CELMM. 2004, p. 18.

#### *5.2.1.4.2 Recursos hídricos subterrâneos*

O abastecimento de água em Maceió é significativamente dependente das águas subterrâneas, cuja disponibilidade varia conforme suas características qualitativas e quantitativas.

Diante da indisponibilidade de dados oficiais, foram considerados dados sobre a qualidade das águas subterrâneas de poços, disponíveis no banco de dados do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS), desenvolvido e mantido pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Foram também incorporados os resultados obtidos nos estudos hidrogeológicos, elaborados pelo Consórcio PROJETEC-TECHNE e ANA, no período de janeiro/2009 a julho/2011, para subsidiar a gestão sustentável dos recursos hídricos subterrâneos na Região Metropolitana de Maceió.

Desses dados, se obtém que a condição de poluição das águas subterrâneas é mais discreta do que a superficial, com desvios de qualidade localizados, o que indica, em geral, a aptidão ao uso preponderante para consumo humano, assim como para a irrigação, consumo animal, e para a maioria dos usos industriais.

Entretanto, com resultados diferentes, o trabalho de Lima (2020), Qualidade das Águas Subterrâneas na Bacia Endorreica do Tabuleiro do Martins, Maceió-AL, que avaliou a qualidade das águas de 27 poços em 2008 e de 19 poços em 2018, apontou a presença de comprometimento da qualidade das águas subterrâneas na região do tabuleiro, identificando áreas onde os diversos parâmetros estudados mostram valores acima do padrão de potabilidade. É o caso dos bairros Santos Dumont, Clima Bom, Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins e Santa Lúcia.

Quanto à disponibilidade quantitativa de águas subterrâneas, o estudo do Consórcio PROJETEC-TECHNE e ANA (2011), indicou disponibilidade explotável negativa na área urbana de Maceió, apontando para a necessidade de proibir a instalação de novos poços e reduzir as captações em um terço dos valores da época do estudo.

### 5.2.2 Síntese analítica

Neste tópico, apresenta-se a síntese da dimensão ambiental urbana na qual se analisou situações consideradas como fragilidades ambientais naturalmente sensíveis, acrescidas de fragilidades ambientais incorporadas, entendidas como aquelas derivadas principalmente do processo de urbanização da cidade de Maceió ao longo do tempo. Nesse sentido, o incremento de população nos bairros mais periféricos - em especial na região dos tabuleiros – ocasionado pela desocupação do NF1 pode agravar fragilidades ambientais incorporadas já observadas nesses territórios.

As situações aqui consideradas são expressas como fragilidades ambientais naturais, ou seja, aquelas intrínsecas a ambientes naturalmente sensíveis, acrescidas de fragilidades ambientais incorporadas à área de estudo, que correspondem a todas aquelas que refletem como se deu

o uso e a ocupação da região ao longo dos tempos. A incompatibilidade do uso e ocupação presentes nos bairros receptores com as aptidões e as vocações ambientais naturais desses territórios determina as fragilidades ambientais instaladas – ou seja, as associadas a algum tipo de desequilíbrio na capacidade de suporte dessas áreas, tendo como indutores tanto os processos naturais quanto os antrópicos.

As fragilidades presentes no espaço urbano de Maceió resultam, muitas vezes, da apropriação inadequada dos recursos ambientais presentes no território que, somada à ausência de infraestrutura publica necessária (saneamento básico, por exemplo) e ao desconhecimento das comunidades quanto aos riscos inerentes, faz com que a degradação da qualidade urbana esteja conectada à degradação ambiental.

O cenário urbano reflete a desvinculação da dinâmica de apropriação do espaço em relação à questão ambiental, incluindo o alto grau de permissividade dessa ocupação pelos instrumentos legais e de ordenamento do solo aplicáveis, a exemplo da ocupação de áreas de risco incompatíveis ao uso. Além disso, a não observância do nível de saturação da infraestrutura urbana resulta no comprometimento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, além de outros recursos ambientais de valor ecológico significativo, como a cobertura vegetal.

No Quadro 15 são identificadas as fragilidades ambientais naturais associadas a cada uma das UP que caracterizam os NF e as respectivas fragilidades incorporadas em decorrência do uso e ocupação desordenados do território.

**Quadro 15. NF4 Maceió, unidades de paisagem e fragilidades ambientais naturais e incorporadas**

| Unidades de paisagem | Sigla da UP | Fragilidades ambientais naturais | Fragilidades incorporadas |
|---|---|---|---|
| Tabuleiros conservados | *ST* | Solo permeável, área de recarga do aquífero Barreiras | Ausência de cobertura vegetal, impermeabilização, alagamentos |
| Depressões em tabuleiro | *STd* | Depressão fechada, áreas “abaciadas”, receptoras das águas pluviais | Impermeabilização, sujeita a inundações |
| Rebordos erosivos - vertente oceânica e Lagoa Mundaú | *Re1* | Vertentes íngremes, solos instáveis e sujeitos a movimentação de massa | Intensa ocupação, disposição de esgotos, lixo, sedimentos diversos, eliminação de vegetação estabilizadora |
| Rebordos erosivos - vertente do Rio Jacarecica | *Re2* | Vertentes íngremes, solos instáveis e sujeitos a movimentos de massa | Ocupações instáveis, disposição de esgotos *in natura*, lixo, sedimentos diversos, eliminação da mata ciliar, comprometimento da qualidade das águas |
| Vales encaixados do Riacho Reginaldo | *VTR* | | |
| Vales encaixados do Riacho do Silva e do Rio Mundaú | *VTSM* | | |
| Tabuleiros dissecados | *TD* | Suscetibilidade a processos erosivos (ravinamentos e voçorocas) | Redução da cobertura vegetal nativa e exposição do solo, potencializam processos erosivos e assoreamento dos fundos de vale |

| Unidades de paisagem | Sigla da UP | Fragilidades ambientais naturais | Fragilidades incorporadas |
|---|---|---|---|
| Planícies fluviomarinhas (manguezais) | *PFlm* | Áreas inundáveis por conta da variação das marés, potencializadas sob chuvas intensas simultaneamente às marés altas, níveis freáticos superficiais | Descaracterização dos manguezais (estabilizadores do solo, retentores de sedimentos, produtores de matéria orgânica), comprometimento da qualidade das águas |

Fonte: Diagonal, 2023.

As principais fragilidades ambientais associadas aos bairros do NF3, notadamente se considerada sua função de bairros receptores, são apresentadas no Quadro 16 abaixo e no Mapa 27 apresentado no item 5.2.1.1, onde é possível verificar que o bairro Cidade Universitária é o que oferece a maior extensão de áreas não acidentadas. Os tabuleiros conservados (*ST*) estão presentes nos demais bairros, entretanto, por vezes em extensões diminutas de área por conta da presença dos vales encaixados, dos rebordos erosivos, além dos tabuleiros dissecados do bairro Benedito Bentes.

**Quadro 16. NF3, fragilidades ambientais presentes, por bairro**

| Bairros | Unidades de paisagem | Sigla da UP | Fragilidades ambientais |
|---|---|---|---|
| Cidade Universitária | Tabuleiros conservados | ST | Presença de áreas livres restritas a parcelas do bairro. Um dos principais vetores de crescimento e de direcionamento da estruturação sociofuncional urbana. Ausência de cobertura vegetal e área sujeita a alagamentos.<br>Vulnerabilidade do aquífero Barreiras à contaminação por infiltração por conta de sua porosidade e permeabilidade, com reflexos na qualidade das águas subterrâneas. |
| | Depressões em tabuleiro | STd | Áreas dotadas de alta propensão natural à ocorrência de alagamentos, com restrições ambientais à ocupação dos espaços livres ainda existentes. A ausência de vegetação e a impermeabilização do solo decorrente da ocupação potencializam inundações. |
| Tabuleiro dos Martins | Tabuleiros conservados | ST | Presença de áreas livres restritas a parcelas do bairro. Também está entre os principais vetores de crescimento e de direcionamento da estruturação sociofuncional urbana. Ausência de cobertura vegetal e área sujeita a alagamentos.<br>Vulnerabilidade do aquífero Barreiras à contaminação por infiltração, por conta de sua porosidade e permeabilidade, com reflexos na qualidade das águas subterrâneas. |
| | Depressões em tabuleiro | STd | Áreas dotadas de alta propensão natural à ocorrência de alagamentos, com restrições ambientais à ocupação dos espaços livres ainda existentes. A ausência de vegetação e a impermeabilização do solo decorrente da ocupação potencializam inundações.<br>Projeto de macrodrenagem se mostrou ineficiente. |
| | Vales encaixados do Riacho do Silva e do Rio Mundaú | VTSM | Áreas com restrição à ocupação devido à instabilidade do solo, intensificada pela eliminação da mata ciliar.<br>Comprometimento da qualidade das águas do Riacho do Silva. |
| Benedito Bentes | Tabuleiros conservados | ST | Presença de áreas livres restritas a parcelas do bairro. Também está entre os principais vetores de crescimento e de direcionamento da estruturação sociofuncional urbana. Ausência de cobertura vegetal e área sujeita a alagamentos.<br>Vulnerabilidade do aquífero Barreiras à contaminação por infiltração, por conta de sua porosidade e permeabilidade, com reflexos na qualidade das águas subterrâneas. |
| | Rebordos erosivos – vertente do Rio Jacarecica | Re2 | Em decorrência da reduzida disponibilidade de áreas livres edificáveis, ocupação periférica vem avançando sobre áreas não urbanizáveis, com ênfase em cabeceiras de drenagem e rebordos erosivos do Rio Jacarecica, com comprometimento da qualidade de suas águas. Área sujeita à movimentação de massa pela intervenção e/ou por concentração de águas pluviais. |
| | Tabuleiros dissecados | TD | Redução da cobertura vegetal nativa e exposição do solo potencializam processos erosivos e o assoreamento dos corpos hídricos. |

| Bairros | Unidades de paisagem | Sigla da UP | Fragilidades ambientais |
|---|---|---|---|
| Santa Lúcia | Tabuleiros conservados | ST | Ausência de cobertura vegetal, restritas parcelas de áreas livres, área sujeita a alagamentos.<br>Vulnerabilidade do aquífero Barreiras à contaminação por infiltração, por conta de sua porosidade e permeabilidade, com reflexos sobre a qualidade das águas subterrâneas. |
| | Vales encaixados do Riacho Reginaldo | VTR | Avanço da urbanização para áreas de risco localizadas nas vertentes do Riacho Reginaldo, com comprometimento da significativo da qualidade de suas águas. |
| Serraria | Tabuleiros conservados | ST | Presença de áreas livres restrita a pequenas parcelas do bairro, embora em área superior a de outros bairros do NF3, daí estar entre os principais vetores de crescimento e de direcionamento da estruturação sociofuncional urbana.<br>Vulnerabilidade do aquífero Barreiras à contaminação por infiltração, por conta de sua porosidade e permeabilidade, com reflexos sobre a qualidade das águas subterrâneas. |
| | Rebordos erosivos – vertente do Rio Jacarecica | Re2 | Parcela de área dotada de instabilidade, eliminação da mata ciliar, área sujeita a movimentos de massa – erosões, deslizamentos, com comprometimento da qualidade das águas desse corpo hídrico. |
| | Vales encaixados do Riacho Reginaldo | VTR | Área localizada em vertentes íngremes, com solos instáveis, sujeitos a movimentos de massa – erosões, deslizamentos, com comprometimento significativo da qualidade das águas desse corpo hídrico. |
| Clima Bom | Tabuleiros conservados | ST | Ausência de cobertura vegetal, área sujeita a alagamentos.<br>Vulnerabilidade do aquífero Barreiras à contaminação por infiltração, por conta de sua porosidade e permeabilidade, com reflexos sobre a qualidade das águas subterrâneas. |
| | Rebordos erosivos – vertente oceânica e Lagoa Mundaú | Re1 | Área localizada em vertentes íngremes da Lagoa Mundaú, em área de ocupação desordenada, com supressão da vegetação estabilizadora do solo que potencializa movimentos gravitacionais de massa. |
| | Planícies fluviomarinhas | PFlm | Ocupação irregular e com métodos construtivos inadequados, associado à ausência de infraestrutura de saneamento básico, contribuindo para o comprometimento da qualidade das águas da laguna e dos poucos remanescentes do manguezal. |
| Santa Amélia | Tabuleiros conservados | ST | Áreas planas, de topos de tabuleiros conservados, com ocupação urbana consolidada, incluindo a presença de conjuntos habitacionais e condomínios fechados. Apesar de inserido nos limites da APA do Catolé e Fernão Velho, os remanescentes da cobertura de mata atlântica se fazem presentes apenas na porção norte do bairro, contígua às vertentes florestadas de Fernão Velho. |
| Petrópolis | Tabuleiros conservados | ST | Ausência de cobertura vegetal e área sujeita a alagamentos. |
| | Vales encaixados do Riacho do Silva e do Rio Mundaú | VTSM | Vertentes do Riacho do Silva, sujeitas à disposição inadequada de esgotos in natura e de resíduos, impondo instabilidade ao solo e comprometimento da qualidade das águas desse corpo hídrico. |
| Jd. Petrópolis | Tabuleiros conservados | ST | Áreas planas de topos de tabuleiros conservados, com ocupação urbana de melhor padrão construtivo e presença de condomínios residenciais. |
| | Vales encaixados do Riacho Reginaldo | VTR | Vales encaixados e estreitos, marcadas por rebordos erosivos declivosos susceptíveis a movimentos de massa, mas com ocuoação incipiente e presença de remanescentes de cobertura vegetal com função protetora dessas encostas. |

| Bairros | Unidades de paisagem | Sigla da UP | Fragilidades ambientais |
|---|---|---|---|
| Canaã | Tabuleiros conservados | ST | A maior parcela da área está localizada em tabuleiro, onde há ausência de cobertura vegetal e potencialização à ocorrência de alagamentos. |
| | Vales encaixados do Riacho Reginaldo | VTR | Parcela restrita do bairro está às margens das vertentes do Riacho Reginaldo, área instável, sujeita a movimentos de massa |
| Santo Amaro | Tabuleiros conservados | ST | Área sujeita a alagamentos. |
| | Vales encaixados do Riacho Reginaldo | VTR | Abrange vertentes do Riacho do Silva, sujeita à instabilidade do solo, com decorrente comprometimento da qualidade de suas águas. |
| Jacintinho | Tabuleiros conservados | ST | Áreas planas de topos de tabuleiros conservados, com ocupação urbana consolidada e ausência de cobertura vegetal. |
| | Vales encaixados do Riacho Reginaldo | VTR | Vales encaixados e estreitos, com encostas marcadas por rebordos erosivos declivosos, instáveis e suscetíveis à ocorrência de movimentos de massa e baixo grau de urbanização (Riacho Reginaldo e Riacho Pau d'Arco). |
| | Rebordos erosivos - vertente oceânica e Lagoa Mundaú | Re1 | Rebordos erosivos de tabuleiros, constituídos por vertentes curtas e declivosas suscetíveis a movimentos de massa e baixa urbanização. |
| Vergel do Lago | Planícies fluviomarinhas | PFlm | Terrenos planos, localizados em áreas marginais à Lagoa Mundaú, em parte resultante de aterros de mangues (Figura 180), suscetíveis à ocorrência de inundações quando da conjugação de períodos de maré alta e chuvas intensas. |
| | Planícies marinhas | Plm | Áreas planas, de ocupação urbana densa e consolidada, com problemas de drenagem das águas pluviais, em decorrência da impermeabilização do solo associada aos baixos gradientes do relevo. |

Fonte: Diagonal, 2023.

O conteúdo do Quadro 16 confirma que as fragilidades identificadas são reflexo do uso e ocupação desordenados de áreas ambientalmente sensíveis e da ausência de condições adequadas de saneamento básico. Ainda que o cenário de Maceió (NF4), e do NF3, não seja diferente do presente em tantas outras áreas urbanas do país, a significativa ocorrência de áreas naturais ambientalmente sensíveis ao logo de toda a área urbana justifica a necessidade de um conjunto de ações corretivas.

No Quadro 17 é apresentado o descritivo das fragilidades associadas aos bairros do NF2. Por se manterem mais próximas à área de ocorrência da subsidência (NF1), além da potencialidade para alagamentos, há bairros com parcelas significativas de áreas inundadas ou inundáveis, como é o caso de Bom Parto e Farol.

**Quadro 17. NF2, fragilidades ambientais presentes, por bairro**

| Bairros NF2 | Unidades de Paisagem | Sigla da UP | Fragilidades ambientais |
|---|---|---|---|
| Pitanguinha | Tabuleiros conservados | *ST* | Parcela significativa do bairro inserida no tabuleiro (aquífero Barreiras), área sujeita a alagamentos. |
| | Vales encaixados do Riacho Reginaldo | *VTR* | Limite leste do bairro inserido nas vertentes do Riacho Reginaldo, área instável, sujeita a movimentos de massa, qualidade das águas do corpo hídrico é crítica. |
| Chã de Bebedouro | Tabuleiros conservados | *ST* | Área central do bairro em tabuleiro, sujeita a alagamentos. |
| | Rebordos erosivos – vertente oceânica e Lagoa Mundaú | *Re1* | Parcela do bairro inserida em área de solo instável das vertentes da Lagoa Mundaú e sujeita a movimentos de massa. |
| | Vales encaixados do Riacho do Silva e do Rio Mundaú | *VTSM* | Parcela do bairro inserida em área de solo instável das vertentes do Riacho do Silva e sujeita a movimentos de massa. Comprometimento da qualidade das águas do desse corpo hídrico. |
| Chã da Jaqueira | Tabuleiros conservados | *ST* | Bairro inserido parcialmente em área de tabuleiro, com ausência de cobertura vegetal e sujeita a alagamentos. |
| | Vales encaixados do Riacho do Silva e do Rio Mundaú | *VTSM* | Parcela significativa inserida nas vertentes do Riacho do Silva, área de solo instável, sujeita a movimentos de massa. Comprometimento da qualidade das águas desse corpo hídrico. |
| Gruta de Lourdes | Tabuleiros conservados | *ST* | Parcela significativa do bairro inserida em tabuleiro, com ausência de cobertura vegetal, área sujeita a alagamentos. |
| | Vales encaixados do Riacho Reginaldo | *VTR* | Vertentes do Riacho Reginaldo caracterizam os limites sul e leste do bairro. Áreas instáveis, sujeitas a *movimentos* de massa. Qualidade das águas desse corpo hídrico é considerada crítica. |
| | Vales encaixados do Riacho do Silva e do Rio Mundaú | *VTSM* | Pequena parcela da área inserida em vertentes do Riacho do Silva, em área de solo instável e com comprometimento da qualidade das águas desse corpo hídrico. |

| Bairros NF2 | Unidades de Paisagem | Sigla da UP | Fragilidades ambientais |
|---|---|---|---|
| Bom Parto | Planícies fluviomarinhas | *PFlm* | Área totalmente inserida na planície da Lagoa Mundaú, em local sujeito a inundações por conta de variação das marés e intensificada em decorrência da subsidência, fato potencializado sob eventos de chuvas intensas e marés altas.<br>Parcela da área do bairro inserida no NF1. |
| Farol | Tabuleiros conservados | *ST* | Parcela significativa área inserida em tabuleiro. Ausência de cobertura vegetal e área sujeita a alagamentos.<br>Parcela de área do bairro inserida no NF1. |
| | Rebordos erosivos – vertentes oceânica e Lagoa Mundaú | *Re1* | Faixa limite (leste) do bairro inserida nas vertentes da Lagoa Mundaú, em área instável, sujeita a movimentos de massa. |
| | Vales encaixados do Riacho Reginaldo | *VTR* | Faixa limite (oeste) do bairro inserida nas vertentes do Riacho Reginaldo, área instável, sujeita a movimentos de massa, qualidade crítica das águas desse corpo hídrico. |
| Pinheiro | Tabuleiros conservados | *ST* | Bairro totalmente inserido em tabuleiro. Ausência de cobertura vegetal, área sujeita a alagamentos.<br>Teve sua área significativamente alterada pela subsidência. |
| Bebedouro | Rebordos erosivos – vertentes oceânica Lagoa Mundaú | *Re1* | Parcela da área do bairro localizada nas vertentes da Lagoa Mundaú, em área instável, sujeita a movimentos de massa. |
| | Planícies fluviomarinhas | *PFlm* | Parcela significativa da área do bairro inserida na planície da Lagoa Mundaú, em local sujeito a inundações por conta de variação das marés e intensificada em decorrência da subsidência, fato potencializado sob eventos de chuvas intensas e marés altas.<br>Parcela da área do bairro inserida no NF1. |
| Levada | Planícies fluviomarinhas | *PFlm* | Terrenos planos, localizados em áreas marginais à Lagoa Mundaú, suscetíveis à ocorrência de inundações quando da conjugação de períodos de maré alta e chuvas intensas. |
| | Planícies marinhas | *Plm* | Áreas planas, de ocupação urbana consolidada, com ausência de cobertura vegetal e com problemas nas condições de drenagem das águas pluviais, em decorrência da impermeabilização do solo e baixos gradientes do relevo. |

Fonte: Diagonal, 2023.

A título de conclusão quanto às fragilidades ambientais identificadas, evidenciam-se aquelas instaladas ao longo dos anos e, portanto, preexistentes à ocorrência da subsidência. Em sua grande maioria, são decorrentes de questões relacionadas às dificuldades de ações da administração pública. Nos tópicos a seguir estão relacionadas as principais fragilidades ambientais identificadas nas áreas analisadas – conforme o escopo e abordagem territorial definida para o PAS:

- Uso e ocupação do solo desordenados com significativa ocupação de áreas naturalmente sensíveis à movimentação de massa (deslizamentos, erosões) e aumento da impermeabilização do solo.
- Insuficiências nos sistemas de drenagem superficiais e de corpos hídricos superficiais.
- Inadequações observadas na qualidade das águas na Lagoa Mundaú.
- Baixa qualidade das águas captadas nos poços dos bairros Santos Dumont, Clima Bom, Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins e Santa Lúcia em relação ao padrão de potabilidade.
- Remoção de porções significativas da vegetação, resultando em ilhas verdes.
- Reconhecimento pretérito de riscos, conforme Plano Municipal de Redução de Risco (Maceió/ Ministério das Cidades, datado de 2007).
- Alagamentos generalizados, causando desconforto à comunidade e potencializando a proliferação de vetores de doenças de veiculação hídrica.

### 5.2.3 Diretrizes temáticas

As diretrizes que aqui se apresentam trazem orientações para ações passíveis de minimizar as fragilidades ambientais identificadas, visto que sua eliminação nem sempre é possível. Para facilitar o entendimento, o texto faz referência às Unidades de Paisagem (UP) descritas, sempre que possível.

Não cabe, no âmbito deste estudo, a apresentação de ações específicas voltadas para a melhoria da qualidade das águas de Maceió, tampouco em relação às águas da Lagoa Mundaú – o que já está sendo abordado pelos estudos de avaliação de impactos, em desenvolvimento pela empresa Tetra Tech. Entretanto, a maioria das orientações ambientais aqui apresentadas, se adotadas, contribuirão para a melhoria da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos da área urbana de Maceió e da Lagoa Mundaú. De toda forma, há diversos estudos acadêmicos e/ou conduzidos por órgãos ambientais que identificam ações de melhoria para a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos da região.

É importante salientar que a frente ambiental é tratada em outra seção do Acordo Socioambiental. Sendo assim, as diretrizes temáticas devem ser compreendidas como complementares às medidas urbanísticas, quando aplicável, ou como recomendação à frente específica do Acordo.

- Estimular a implementação da permeabilização do solo nos Tabuleiros conservados (ST), por meio do aproveitamento de espaços públicos e ampliação de áreas revegetadas, da arborização de ruas e avenidas e da valorização de espaços de convivência e do potencial paisagístico;
- Estimular a implementação da permeabilização do solo nas Depressões em tabuleiro (STd), por meio da regulação urbanística e medidas em parceria com a academia e órgãos técnicos para ampliação de áreas verdes, incluindo a valorização de lagoas artificiais como sistemas de controle em programas de macrodrenagem;
- Proteger remanescentes de cobertura florestal de Mata Atlântica e intensificar o plantio em áreas críticas dos Rebordos erosivos - vertente oceânica e Lagoa Mundaú (Re1);
- Proteger e revegetar cabeceiras de drenagens e encostas das bordas dos tabuleiros nos Rebordos erosivos - vertente do Rio Jacarecica (Re2);

- Proteger e revegetar as cabeceiras nos dos contribuintes da bacia do Vale do Reginaldo, valorizando-a bacia ressignificação paisagística dos seu Vales encaixados (VTR);
- Revegetar encostas instáveis e matas ciliares dos Vales encaixados do Riacho do Silva e do Rio Mundaú (VTSM);
- Recuperar matas ciliares e revegetar áreas suscetíveis a movimentos de massa nos Tabuleiros dissecados (TD);
- Recuperar vegetação de planícies, com ênfase em manguezais, nas Planícies fluviomarinhas (manguezais) (PFlm);
- Promover requalificação de espaços e regiões, ações educativas e motivacionais, e o incentivo à participação responsável da comunidade nas ações sobre o meio ambiente;
- Atuar de forma preventiva para evitar agravamento das fragilidades ambientais, em particular no trato das áreas mais sensíveis;
- Disseminar, de forma integrada, o conceito da gestão responsável no enfrentamento das fragilidades ambientais e na condução das ações sociourbanísticas.

## 5.3 Saneamento

Este trabalho segue orientações e diretrizes de leis federais, como a Lei 11.445/2007, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico, a Lei 14.026/2020, que atualiza o marco legal do saneamento, e a Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) constitui também uma fonte importante de dados secundários, uma vez que disponibiliza informações cedidas diretamente pelas companhias estaduais e municípios de saneamento.

Do ponto de vista estadual, a Companhia Abastecimento d'Água e Saneamento do Estado de Alagoas (CASAL) é instituição-chave, uma vez que faz a gestão do abastecimento de água e do esgotamento sanitário de Maceió, apesar do município ser o poder concedente. Um fato relevante e atual é a concessão dos serviços de água e esgoto de diversos municípios do estado, incluindo Maceió, para a empresa privada BRK Ambiental. Como se trata de evento recente, ocorrido em julho de 2021, não foi possível identificar repercussões do fato na presente análise – contudo, a empresa BRK Ambiental apresentou um Plano de Negócios para assunção dos serviços que também fundamentou as pesquisas e considerações. Quanto às diretrizes para gestão de resíduos sólidos, há no estado o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), elaborado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (2016) e que também foi base de consulta para este relatório.

Na esfera municipal, existe o Plano de Saneamento (2018) e o Plano de Gestão de Integrada de Resíduos (2017). Os dois apresentam diretrizes e estratégias para a universalização dos serviços em Maceió, que foram avaliadas no âmbito dos Núcleos Focais em estudo.

Assim, partindo das premissas norteadoras definidas pelo município e das leis disponíveis para dotar a cidade de serviços públicos adequados, que beneficiem a qualidade de vida da população com ganhos ambientais e sociais, foi organizado este diagnóstico da situação atual com ênfase nas

infraestruturas existentes no local de origem (NF1) e nos locais onde se podem observar maiores repercussões e para onde se registram as mais expressivas concentrações das novas moradias da população realocada (NF2 e NF3), além da caracterização da situação do saneamento básico para o município de Maceió (NF4). Com isso, se oferecem subsídios para discutir a necessidade de novas estruturas ou tecnologias para garantir ou incrementar os serviços necessários.

É importante caracterizar como era a oferta de serviços de saneamento no NF1 na condição anterior à subsidência ocorrido e como são os serviços que os moradores irão encontrar nos novos locais de moradia. É desejável que a população realocada possa mudar para bairros com infraestrutura de saneamento, preferencialmente em condições que não impactem as estruturas atuais em demasia.

É preciso, contudo, considerar que o planejamento das ações e investimentos em saneamento ocorrem, em geral, em escalas que podem ultrapassar o território delimitado para o NF2 e o NF3, fazendo com que as análises compreendam todo o município.

### 5.3.1 Caracterização

Este item aborda, primeiro, o NF4 e, em seguida, as particularidades dos demais NF.

#### 5.3.1.1 Núcleo Focal 4 (NF4) – Maceió

A história do abastecimento de água de Maceió teve início com a Companhia das Águas, a qual atendia, por meio de minissistemas operacionais, os bairros Jaraguá, Poço, Pajuçara, Centro, Cambona e parte de Bebedouro, que abrigavam a população de Maceió na primeira metade do século XX.

Em 1949, foram criados o Serviço de Água e Esgoto de Maceió (SAÉM) e o sistema de abastecimento de água do Catolé/ Cardoso, concebido pelo Engenheiro Saturnino de Brito, que se propunha atender 80% da população da capital. Existiam dois outros pequenos sistemas que abasteciam os outros 20% da população: o sistema do Rio Silva, constituído basicamente de uma pequena barragem de acumulação no rio de mesmo nome e uma adutora que abastecia um reservatório elevado na Av. Maceió; e o sistema Feitosa/ Jacintinho, composto por uma captação por poço profundo, localizado no Vale do Reginaldo, e um reservatório de onde partiam duas adutoras independentes para abastecer esses dois bairros, que também possuíam reservatórios elevados específicos.

Em 1963, a CASAL começou a ser implantada e, por exigência do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), absorveu o SAÉM em 1970. Com isso, a exploração do Sistema Maceió passou da administração municipal para a gestão estadual. A CASAL, ao assumir o Sistema Maceió e constatando a sua situação deficitária, tomou como emergencial a realização de um Planejamento Geral dos Sistemas de Água e Esgoto de Maceió. Por escassez de recursos disponíveis, adotou como solução a produção de água por manancial subterrâneo. Foram então perfurados poços produtores profundos, que garantiram em curto prazo a melhoria do sistema. O Planejamento Geral apontava também a necessidade de melhoria na distribuição e reservação e, assim, Maceió foi dividida em sete zonas de distribuição.

Maceió elaborou, em 2017, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)[107], que indica que, desde 2004, a CASAL operava o sistema de abastecimento de água do município por meio do contrato 197/2004. Como citado, desde julho/2021, a empresa privada BRK Ambiental passou a operar o sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto de Maceió, a partir de uma parceria público-privada (PPP).

O abastecimento de água da capital de Alagoas provém de quatro sistemas básicos: Catolé/ Cardoso, Aviação, Pratagy e Águas Subterrâneas. Esses sistemas são compostos de sistema produtor, tratamento, reservação e distribuição, dimensionado para atender a 763 mil habitantes. Quanto ao sistema reservação de água tratada, ele compreende 48 reservatórios, que totalizam 43.307m³.

O município possui um sistema de rede de distribuição de água com cerca de 1.200 km de tubulação, com diâmetros variando de 20 a 600 mm, interligado a 150.000 residências, pontos comerciais, indústrias ou prédios públicos. Segundo dados do SNIS (2019), o índice de abastecimento de água total é de 89,61%, e 89,7% em área urbana. A Tabela 117 apresenta esses dados, destacando a comparação com o estado e dados nacionais.

**Tabela 117. NF4 Maceió, abastecimento de água, 2019 (%)**

| Localidade | Índice de distribuição de água total | Índice de distribuição de água urbana |
|---|---|---|
| Maceió | 89,61 | 89,70 |
| Estado de Alagoas | 75,40 | 89,50 |
| Brasil | 83,70 | 92,90 |

Fonte: MDR, SNIS. 2019.

Os sistemas de abastecimento de água contam com reforços de água bruta captada, no território municipal, por poços profundos de captação de água subterrânea (41 sistemas isolados). Existe também o sistema isolado Fernão Velho que faz a captação subterrânea, porém não é administrado pela CASAL. A Tabela 118 traz a produção de água dos sistemas de Maceió, conforme o PMSB (2017).

**Tabela 118. NF4 Maceió, produção de água por sistema produtor, 2017**

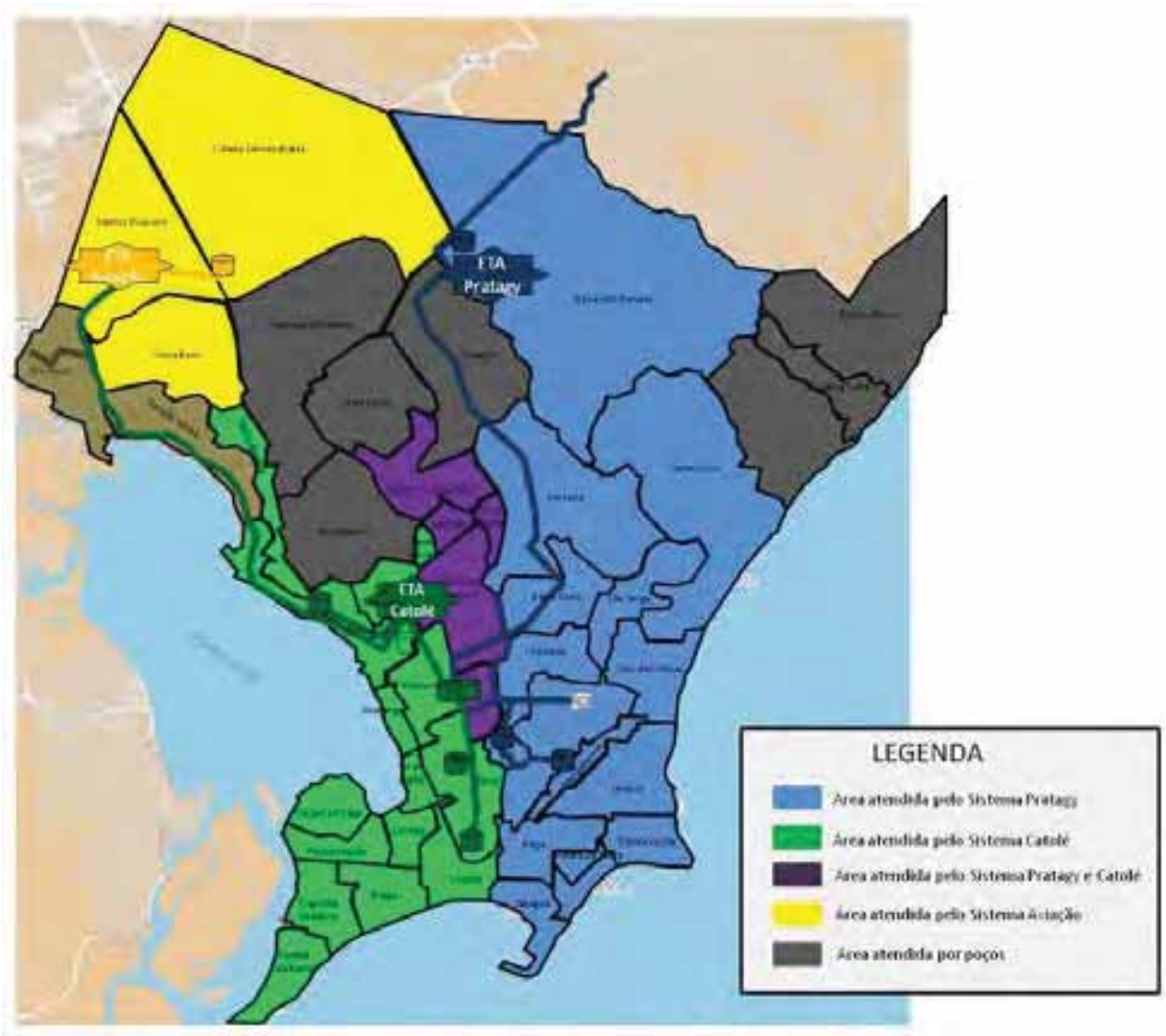
| Sistema | Produção média (l/s) | Produção média (%) | Manancial/ captação |
|---|---|---|---|
| Pratagy | 892 | 38 | Rio Pratagy |
| Catolé | 320 | 14 | Riacho Catolé |
| Aviação | 127 | 5 | Riacho Aviação Riacho Castor |
| 42 sistemas isolados | 1.003 | 43 | Captação subterrânea |
| **Total** | **2.342** | **100** | |

Fonte: Maceió, PMSB. 2017.

A Figura 181 apresenta a divisão dos setores de abastecimento de água de Maceió, por sistema produtor e por sistema de tratamento de água.

[107] O Plano fundamentou a lei municipal nº 6.755, de 25 de maio de 2018, que institui a Política Municipal de Saneamento Básico de Maceió. A norma, que é relativamente curta, traz como Anexo 1 o extenso relatório técnico final, com diagnóstico, prognóstico e indicativos de programas, projetos e ações, além de mecanismos de controle social.

**Figura 181. NF4 Maceió, sistemas de abastecimento de água, por sistemas produtores e de tratamento**




Fonte: Equipe Diagonal, PAS e Braskem, 2021. Elaboração: Diagonal, 2021.

Quanto ao sistema de reservação de Maceió, ele é feito para evitar contaminação da água nas casas e para garantir reserva e não gerar intermitência no abastecimento. A Tabela 119 apresenta os principais reservatórios distribuídos no território municipal e os respectivos bairros que abastecem.

**Tabela 119. NF4 Maceió, sistema de reservação e bairros abastecidos**

| Sistema | | Reservatório | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Nome | Tipo | Volume ($m^3$) | Local | Zonas/ Bairros abastecidos |
| 1 | Pratagy | R-01 | Apoiado | 8.000 | Jacintinho | Zona Baixa II-B (Cruz das Almas, Mangabeiras, Ponta Verde, Ponta da Terra, Jatiúca e Pajuçara) Distrito de Medição e Controle (DMC) 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114 e 115 |
| | | R-02 (1) | Semienterrado | 4.000 | Farol | Zona Baixa II (Centro, Prado, Levada, Ponta Grossa, Vergel, Trapiche, Mutange, Bom Parto e o Pontal da Barra) |
| | | R-05 e R-05A | Elevado | 300 | Feitosa | Feitosa |
| | | R-04 e R-04A (1) | Elevado | 3.000 | Farol | Canaã, Gruta de Lourdes, Pitanguinha, Farol e Pinheiro |
| | | Benedito Bentes | Elevado | 2.000 | Benedito Bentes | Benedito Bentes e Garça Torta |
| | | R-06 e R-06ª (desativado) | - | - | - | Jacintinho |
| 2 | Catolé | R-02A | Apoiado | 4.000 | Vergel | Zona Baixa II - Orla Lagunar |
| | | R-02 (1) (Preferencialmente por Catolé) | Semienterrado | 4.000 | Vergel | Zona Baixa II (Centro, Prado, Levada, Ponta Grossa, Vergel, Trapiche, Mutange, Bom Parto e o Pontal da Barra) |
| | | R-04 e R-04A (1) (Preferencialmente por Catolé) | Elevado | 3.000 | Farol | Canaã, Gruta de Lourdes, Pitanguinha, Farol e Pinheiro |
| | | R-03A (desativado) | Apoiado | 1.100 | Bebedouro | Bebedouro, Mutange e Bom Parto |
| | | R-08 | Elevado | 200 | Chã de Bebedouro | Chã de Bebedouro e Chã da Jaqueira |
| 3 | Aviação | Hospital Universitário | Elevado | 2.000 | Tabuleiro do Martins | Santos Dumont, Clima Bom, Cidade Universitária e Tabuleiro do Martins |

Fonte: Maceió, PMSB. 2017.
Nota: (1) Reservatórios possíveis de serem abastecidos por mais de um sistema.

Segundo o SNIS (2019), Maceió apresenta índice muito elevado de perdas de água em seu sistema, chega a alcançar 51,19%, ou seja, a cada 100 litros produzidos, quase 52 litros são perdidos por vários motivos. Esse índice é maior que a média nacional de 39,24% e muito acima da média do próprio estado de 29,81%.

A International Water Association (IWA), que realiza estudos e discussões sobre o tema da água no mundo, preconiza que um índice aceitável de perdas para um sistema de abastecimento de água é de 25%. O SNIS vem registrando ao longo de vários anos as perdas nos sistemas brasileiros, demonstrando percentuais maiores do que o recomendável para Maceió, Alagoas, região Nordeste e Brasil, conforme Tabela 120.

**Tabela 120. NF4 Maceió, principais índices e resultados do sistema de abastecimento de água, 2019**

| Localidade | Ligações totais unidades | Ligações ativas unidades | Economia total unidades | Economia residencial unidades | Perda de água % | Índice de perda por ligação* | Consumo *per capita*** | Consumo médio de água por economia m³/ mês | Índice de atendimento total de água |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Maceió | 224.896 | 155.000 | 221.041 | 202.917 | 51,19 | 629,29 | 101,40 | 12,80 | 89,61 |
| Alagoas | 792.752 | 563.789 | 639.043 | 595.340 | 29,81 | 281,58 | 158,42 | 17,73 | 75,41 |
| Nordeste | 15.334.520 | 12.050.058 | 13.905.045 | 12.918.303 | 45,67 | 346,39 | 120,58 | 10,77 | 73,94 |
| Brasil | 59.132.877 | 51.681.989 | 66.033.336 | 60.018.464 | 39,24 | 339,48 | 153,87 | 12,14 | 83,72 |

Fonte: MDR, SNIS. 2019.
*Litro/ ligação x dia. ** Litro/ habitante x dia.

Uma das ações previstas no PMSB de Maceió (2017) é o estabelecimento de metas de redução das perdas de água para os próximos anos. Esses dados estão apresentados na Tabela 121.

**Tabela 121. NF4 Maceió, metas para o índice de perdas de água (%)**

| Ano | Meta (%) |
|---|---|
| 2021 | 51,19 |
| 2022 | 39,00 |
| 2023 | 39,00 |
| 2024 | 39,00 |
| 2025 | 39,00 |
| 2026 | 32,00 |
| 2027 | 32,00 |
| 2052 (1) | 32,00 |

Fonte: Maceió, PMSB. 2017.
Nota: (1) A projeção se mantém 32% para todos os anos a partir de 2027.

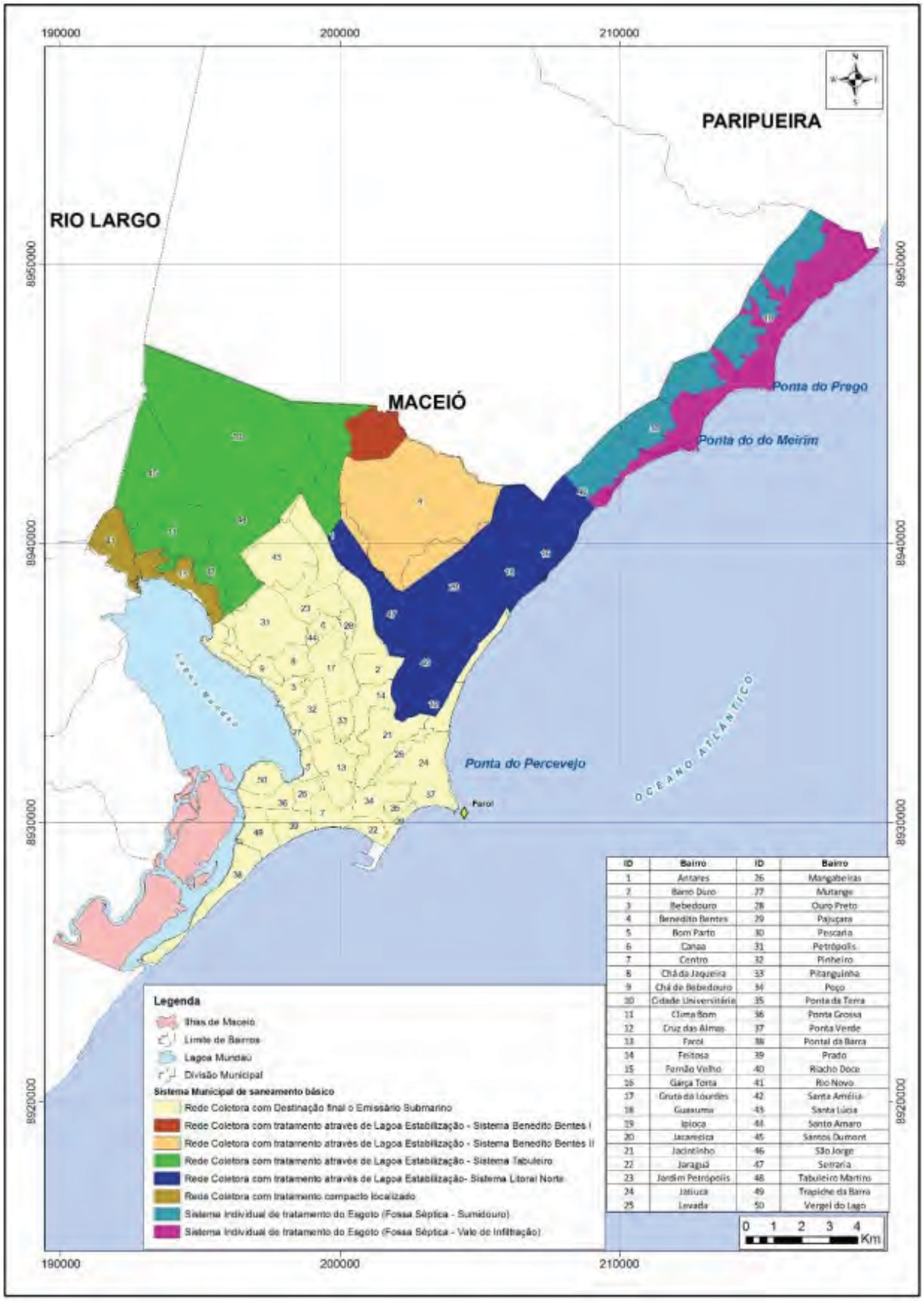
Em Maceió, o sistema de esgotamento sanitário foi concebido como separador absoluto e consiste em redes coletoras implantadas nas ruas das áreas urbanizadas, coletores-tronco assentados em parte dos fundos de vale e interceptores. Todos elaborados para coletar, afastar e encaminhar para tratamento os efluentes gerados no município.

O PMSB (2017) definiu bacias de esgotamento sanitário no município, como segue:

- emissário submarino (principal);
- Sistema Benedito Bentes I (lagoas de estabilização);
- Sistema Benedito Bentes II (lagoas de estabilização);
- Sistema Tabuleiro (lagoas de estabilização);
- Sistema Litoral Norte (lagoas de estabilização);
- Tratamento localizado (sistema compacto);
- Sistema de tratamento de fossa séptica (sumidouro);
- Sistema individual de tratamento – fossa séptica (sumidouro);
- Sistema individual de tratamento – fossa séptica (vale de infiltração).

Na Figura 182 estão apresentadas as bacias hidrográficas propostas pelo PMSB para nortear a implantação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto.

**Figura 182. NF4 Maceió, bacias de esgotamento sanitário e redes coletoras propostas, 2017**




| ID | Bairro | ID | Bairro |
|---|---|---|---|
| 1 | Antares | 26 | Mangabeiras |
| 2 | Barro Duro | 27 | Mutange |
| 3 | Bebedouro | 28 | Ouro Preto |
| 4 | Benedito Bentes | 29 | Pajuçara |
| 5 | Bom Parto | 30 | Pescaria |
| 6 | Canaa | 31 | Petrópolis |
| 7 | Centro | 32 | Pinheiro |
| 8 | Chã da Jaqueira | 33 | Pitanguinha |
| 9 | Chã de Bebedouro | 34 | Poço |
| 10 | Cidade Universitária | 35 | Ponta da Terra |
| 11 | Clima Bom | 36 | Ponta Grossa |
| 12 | Cruz das Almas | 37 | Ponta Verde |
| 13 | Farol | 38 | Pontal da Barra |
| 14 | Feitosa | 39 | Prado |
| 15 | Fernão Velho | 40 | Riacho Doce |
| 16 | Garça Torta | 41 | Rio Novo |
| 17 | Gruta de Lourdes | 42 | Santa Amélia |
| 18 | Guaxuma | 43 | Santa Lúcia |
| 19 | Ipioca | 44 | Santo Amaro |
| 20 | Jacarecica | 45 | Santos Dumont |
| 21 | Jacintinho | 46 | São Jorge |
| 22 | Jaraguá | 47 | Serraria |
| 23 | Jardim Petrópolis | 48 | Tabuleiro Martins |
| 24 | Jatiuca | 49 | Trapiche da Barra |
| 25 | Levada | 50 | Vergel do Lago |

Fonte: Maceió, PMSB, 2017.

Segundo o SNIS, (2019), o sistema de esgotamento sanitário de Maceió possui 618,79 km de rede de coleta e 78.050 ligações de esgoto ativas, para uma população atendida de esgoto da ordem de 510 mil habitantes. A Tabela 122 apresenta os principais dados do sistema de esgotamento sanitário de Maceió, de Alagoas, da região Nordeste e do Brasil.

**Tabela 122. NF4 Maceió, principais índices e resultados do sistema de esgotamento sanitário, 2019**

| | ES001 – População total atendida com esgotamento sanitário | ES002 – Quantidade de ligações ativas de esgotos | ES004 – Extensão da rede de esgotos (km) | ES009 – Quantidade de ligações totais de esgotos | ES026 – População urbana atendida com esgotamento sanitário | IN047_AE – Índice de atendimento urbano de esgoto em municípios atendidos com esgoto (%) | IN046_AE – Índice de esgoto tratado referido à água consumida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Maceió | 511.236 | 78.050 | 619 | 88.959 | 511.236 | 35,4 | 14,0 |
| Alagoas | 679.181 | 127.562 | 999 | 150.231 | 678.873 | 39,0 | 15,6 |
| Nordeste | 15.498.076 | 4.083.556 | 42.326 | 4.766.439 | 14.995.017 | 48,6 | 33,7 |
| Brasil | 110.300.342 | 31.121.497 | 354.299 | 34.570.713 | 108.110.812 | 71,0 | 49,1 |

Fonte: MDR, SNIS. 2019.

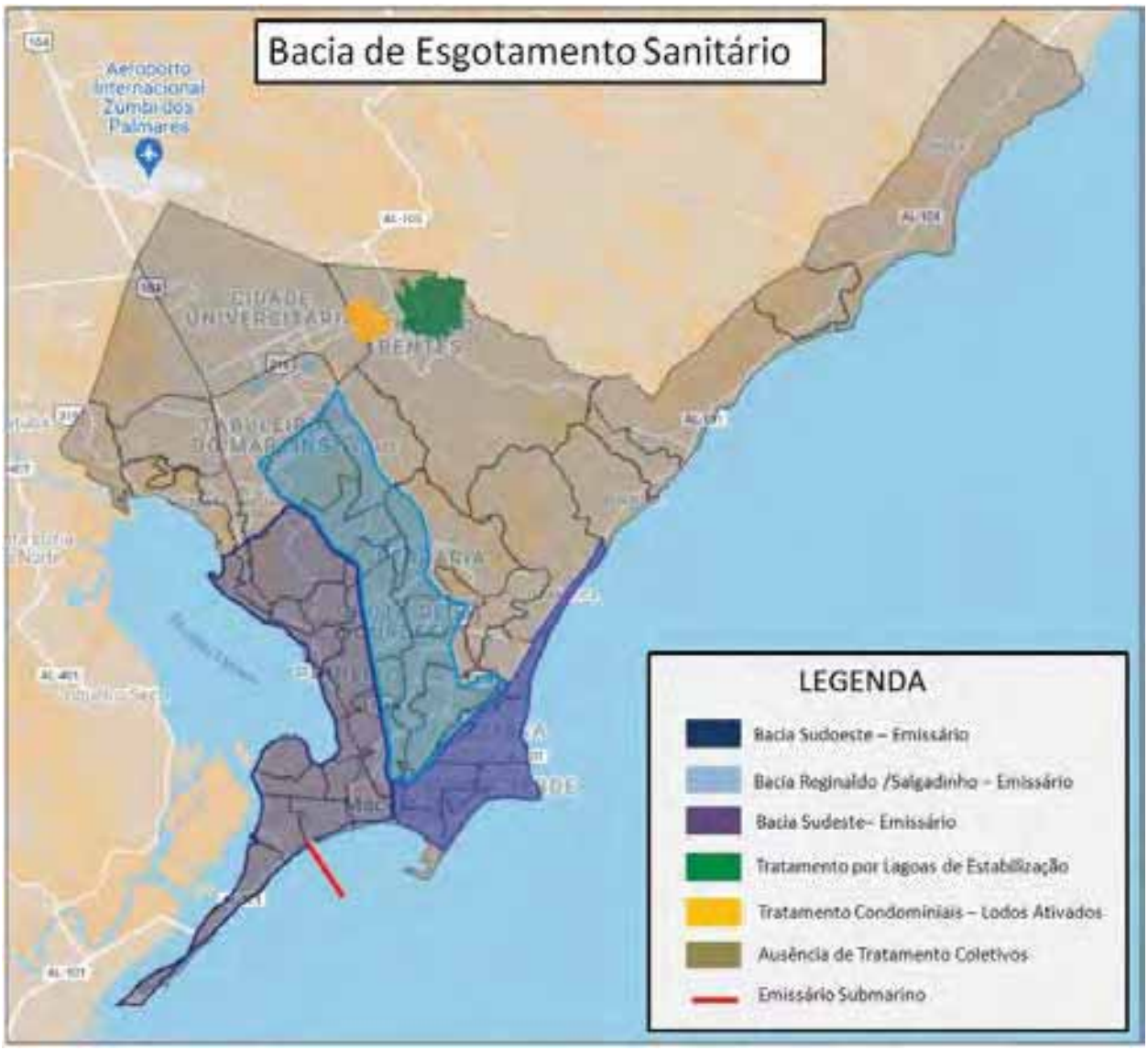
O índice de coleta de esgoto de Maceió é 35,4% e o índice de esgoto tratado referido à água consumida é de apenas 14,0% (SNIS, 2019), evidenciando a necessidade de investimentos no tratamento dos esgotos coletados. Atualmente, os sistemas de coleta e tratamento de esgoto não estão implantados em sua totalidade. Na Tabela 123 e na Figura 183 estão apresentados os sistemas que estão em operação.

**Tabela 123. NF4 Maceió, sistemas de tratamento de esgoto sanitário em operação, 2017**

| Sistemas de tratamento | Vazão de operação (l/s) | Bacia hidrossanitária/ Conjunto que atende | População de Maceió atendida (%) |
|---|---|---|---|
| Sistema de Disposição Oceânica | 1.740 | Sudeste | 16,0 |
| | | Vale do Reginaldo/ Salgadinho | |
| | | Sudoeste/ Bacia Lagunar | |
| Sistema de Lagoas de Estabilização Benedito Bentes I | 90 | Benedito Bentes I | 2,0 |
| Sistemas Condominiais de Tratamento por Lodo Ativado | 70 | Village das Flores | 1,5 |
| | | Village da Alvorada | |
| | | Village das Fontes | |
| | | Recanto das Cores | |
| | | Recanto dos Contos | |
| | | Recanto das Estrelas | |
| | | Recanto das Orquídeas | |
| | | Village das Artes | |
| | | Recanto dos Sonhos | |
| | | Recanto dos Pássaros | |

Fonte: Maceió, PMSB. 2017.

Figura 183. NF4 Maceió, sistemas de tratamento de esgotos em operação




Fonte: Maceió, PMSB. 2017.

O emissário submarino (Figura 184) tem 3.600 m, sendo 180m enterrado (terrestre), 600m aéreo e 2.820m submerso, e 300m de difusor, que lança os esgotos a 15m profundidade. Segundo o PMSB (2017), o emissário foi projetado para tratar 3.480 l/s e estava tratando 1.740 l/s.

**Figura 184. NF4 Maceió, emissário submarino**



Fonte: Drone Phantom 4// HD (YouTube).

O emissário recebe esgoto coletado de três bacias hidrossanitárias de Maceió: Sudeste, Sudoeste e Vale do Reginaldo/ Salgadinho. A bacia do emissário tem 228 km de redes implantadas e 16 elevatórias de esgoto. A população da bacia é de 623.343, porém o sistema atualmente atende a 163.528 pessoas, o que equivale a 16% da população de Maceió.

Segundo o PMSB de Maceió (2017), a bacia Sudeste, também conhecida por bacia da Pajuçara, abrange a região mais turística do município, com uma população de 125.215 habitantes, porém oferece atendimento a 63% da população da bacia, ou seja, 78.660 habitantes. Possui oito elevatórias de esgoto que encaminham os efluentes para o emissário submarino. A Figura 185 apresenta as principais informações da bacia Sudeste.

**Figura 185. Bacia Sudeste, principais informações**

| Bacia que atende | Bairros da Bacia | Habitantes da bacia | | | Extensão da rede | Elevatórias | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Possuem Esgoto | % de atendimento da bacia | | Ordem | Nome | Localização | Coleta | Local para onde encaminha os esgotos |
| Sudeste | Jaraguá, Pajuçara, Ponta da Terra, Ponta Verde e Jatiúca, e parte dos bairros Centro, Poço, Mangabeiras, Cruz das Almas, Jacarecica e Guaxuma | 125215 | 78660 | 63% | 113 km | 1 | EEE Riacho Salgadinho | Centro | Bairro centro + EEE 13 de maio + Riacho Salgadinho | ETE |
| | | | | | | 2 | EEE Praça 13 de Maio I | Bairro Poço | Poço + Jaraguá + EEE Praça Lions | ETE |
| | | | | | | | EEE Praça 13 de Maio II | | | EEE Riacho Salgadinho |
| | | | | | | 3 | EEE Praça Lions | divisa entre os bairros Pajuçara e Ponta Verde | Jacarecica+ Cruz das Almas + Jatiúca + Poço + Pajuçara + Ponta Verde | EEE Praça 13 de maio / Futuro Obrá de Linha expressa Lions vai para ETE |
| | | | | | | 4 | EEE Senor Eduardo | Poço | Poço | EEE Praça Lions |
| | | | | | | 5 | EEE Castelo Branco | Jatiúca | Jatiuca | EEE Praça Lions |
| | | | | | | 6 | EEE Dom Adelmo Machado | Cruz das Almas | Cruz das Almas | EEE Praça Lions |
| | | | | | | 7 | EEE Alfredo G Mendonça | Jacarecica | Jacarecica | EEE Praça Lions |
| | | | | | | 8 | EEE Parque Jatiúca | Condomínio Parque | Condomínio Parque Jatiúca | ETE |

Fonte: Maceió, PMSB. 2017.

O PMSB (2017) descreve a bacia Sudoeste, conhecida por bacia Lagunar, como abrangendo uma população de 256.783 habitantes, porém com cobertura de 30% da população da bacia, ou seja, 77.322 habitantes. Possui sete elevatórias de esgoto que encaminham os efluentes para o emissário submarino. A bacia é uma implantação recente, com a maior parte de suas redes coletoras em PVC. A Figura 186 apresenta as principais informações da bacia Sudoeste.

**Figura 186. Bacia Sudoeste, principais informações**

| Bacia que atende | Bairros da Bacia | Habitantes da bacia | | | Extensão da rede | Elevatórias | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Possuem Esgoto | % de atendimento da bacia | | Ordem | Nome | Localização | Coleta | Local para onde encaminha os esgotos |
| Sudoeste / Bacia Lagunar | Pinaio e Trapiche da Barra, Ponta da Barra, Ponta Grossa, Vergel do Lago, Levada, Pescador, Santo Amaro, Chã de Jaqueira, Chã de Bebedouro, Bebedouro, Petrópolis, Mutange, e Bom Parto, pequena parte dos remanso dos bairros Cerero, Farol, Ouro da Levada, Fernão Velho e Santa Amélia | 256.783 | 77.322 | 30% | 109.2 km | 10 | EEE Levada | Levada | Levada, Bebedouro, Mutange e Santa Amélia | ETE |
| | | | | | | 11 | EEE Jardim Esperança | Vergel dos Pobres | Vergel do Pobres e em uma parte do bairro Vergel do Lago | EEE Levada |
| | | | | | | 12 | EEE Vergel do Lago | Vergel do Lago | Vergel do Lago | EEE Levada |
| | | | | | | 13 | EEE Joaquim Leão | na divisa dos bairros Vergel do Lago e Ponta Grossa | Bairro Vergel do Lago e uma parte do bairro Ponta Grossa | EEE Levada |
| | | | | | | 14 | EEE Vergel dos Pobres | Trapiche da Barra | conjunto habitacional Vergel dos Pobres | ETE |
| | | | | | | 15 | EEE Trapiche da Barra | Trapiche da Barra | Trapiche da Barra e uma parte do bairro Ponta Grossa | ETE |
| | | | | | | 16 | EEE Hospital José Carneiro | Hospital José Carneiro | Hospital José Carneiro e no Hospital de Doenças Tropicais | ETE |

Fonte: Maceió, PMSB. 2017.

A bacia Reginaldo/ Salgadinho tem uma população de 241.345 habitantes, porém oferece cobertura para 3% da população da bacia, ou seja, 7.546 habitantes (MACEIÓ, 2017). Conta com uma elevatória de esgoto que encaminha os efluentes para o emissário submarino. É a bacia com o pior índice de atendimento por conta do interceptor que margeia o Riacho Salgadinho estar rompido. As informações principais da bacia estão apresentadas na Figura 187.

**Figura 187. Bacia Vale do Reginaldo/ Salgadinho, principais informações**

| Bacia que atende | Nome da Bacia | Habitantes da bacia | | | Elementos | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Possuem Esgoto | % de atendimento da bacia | Extensão de rede | Nome | Localização | Cidade | Local para onde bombeia os esgotos |
| **Reginaldo / Salgadinho** | Pitanguinha, Ouro Preto, Canaa, Jardim Petrópolis e Santa Lúcia, e parcialmente os bairros: Farol, Jacarecinho, Petrosa, Mangabeiras, Barro Duro, Gruta da Lourdes, Serraria e Antares. | 241345 | 7546 | 3% | 13 Km | EEE – José Tenório Lins I<br>EEE – José Tenório Lins II | Conjunto Habitacional José Tenório Lins | Conjunto Habitacional José Tenório Lins | ETE |

Fonte: Maceió, PMSB. 2017.

A CASAL estabelece contratos de gestão com empresas privadas para operarem as bacias de esgotamento sanitário por meio de contratos de PPP. Esses contratos são basicamente para implantação, operação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário e para serviços complementares relativos à leitura de hidrômetros, fiscalização, cobrança e gestão comercial do sistema. O contrato 079/2014 foi estabelecido com a empresa SANAMA e é chamado PPP Tabuleiro. Outro contrato de PPP existente é com a empresa SANEMA, exclusivo para locação de ativos, ou seja, a empresa é responsável pela execução das obras para o sistema de esgotamento sanitário e a operação fica com a operadora do pública. Os dados da operação desses contratos estão representados na Figura 188.

Conforme informado, a empresa BRK Ambiental, que assumiu a gestão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Maceió desde 01/07/2021, fará a assunção também desses contratos com o término da vigência deles.

Figura 188. NF4 Maceió, área de operação da SANAMA e da SANEMA, 2017




Fonte: Maceió, PMSB. 2017.

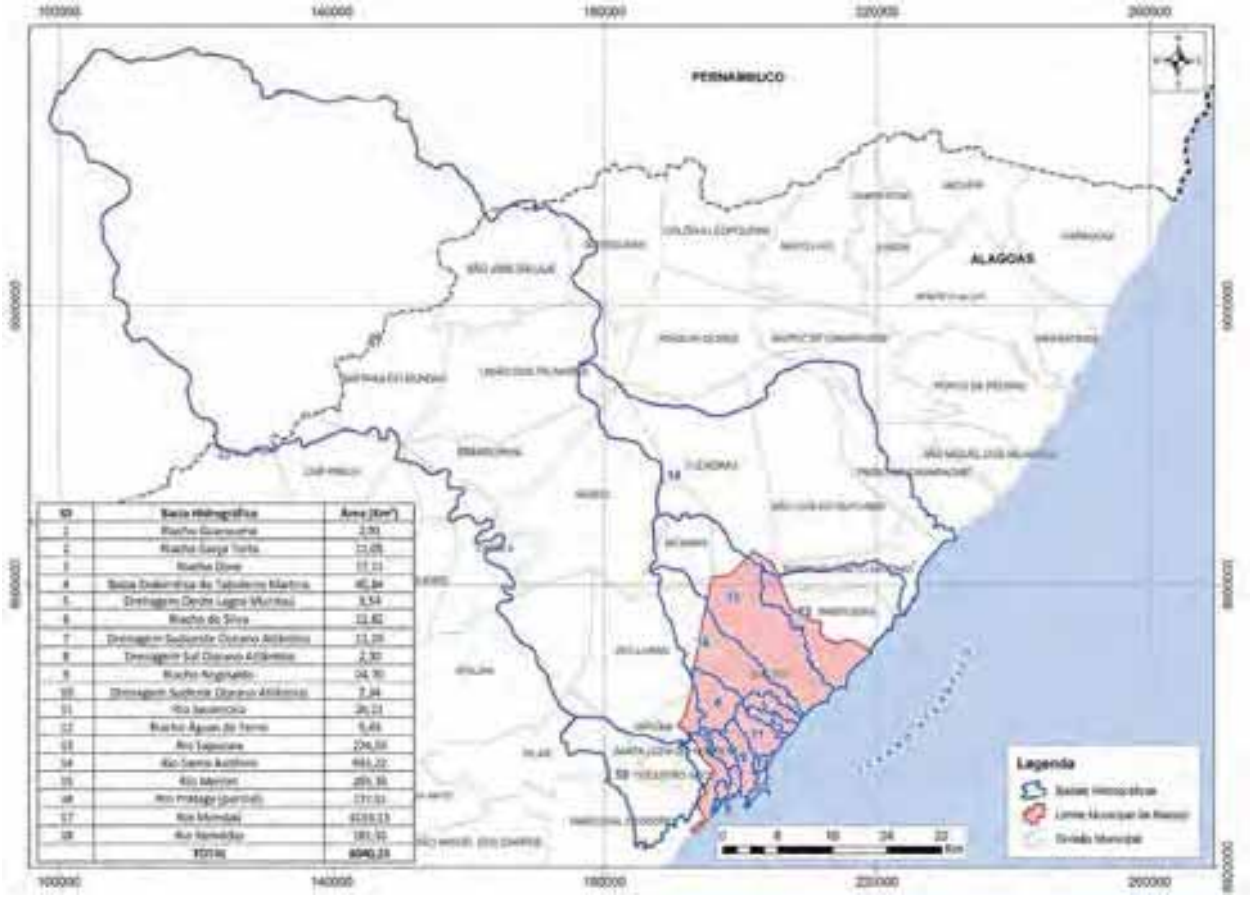
No que se refere à situação de drenagem urbana e manejo das águas pluviais, o Diagnóstico de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas, contido no SNIS (2019), registra que dos 3.603 municípios participantes, 54,8% têm sistemas de águas pluviais exclusivos para drenagem e 24,6% dispõem de sistemas de águas pluviais unitários. Segundo o relatório, existem 566 municípios que contam com soluções de drenagem natural (faixas ou valas de infiltração) em vias públicas urbanas, 370 têm parques lineares ao longo de rios e 150 dispõem de reservatórios de amortecimento de vazão de cheias e inundações. Da amostra de municípios participantes, apenas 719 têm Plano Diretor de Drenagem Urbana.

Segundo o PMSB (2017), o sistema de drenagem urbana de Maceió segue uma configuração de acordo com o relevo existente nas áreas que são mais planas e localizam-se em altitudes entre 70 e 114m, de onde as águas pluviais escoam através dos talvegues de declividade um pouco mais altas até as áreas planas junto à orla, com escoamento chegando aos rios e canais e, destes, diretamente para o Oceano Atlântico ou para a Lagoa Mundaú e dela para o mar. A característica principal da zona urbana vem de canais com pouca declividade, trabalhando de forma afogada, ou seja, cheio de água na sua capacidade com velocidades baixas. As estruturas existentes que têm a finalidade de coleta e escoamento das águas pluviais para os corpos receptores são de diferentes tipos, desde drenagem superficial por sarjetas, meios-fios e bocas

de lobo, até estruturas subterrâneas como tubulações, canais abertos e fechados. Existem ainda, elementos de drenagem como calçadas, tubos de escoamento e redes de esgotos interligados de forma clandestina. As ações antrópicas e o significativo aumento da ocupação urbana, com consequente incremento impermeabilização do solo, tem causado, em áreas planas, enchentes, alagamentos e inundações.

A Figura 189 apresenta as bacias hidrográficas urbana de Maceió.

**Figura 189. NF4 Maceió, bacias hidrográficas urbanas**




Fonte: Maceió, PMSB, 2017.

O Quadro 18 apresenta as bacias hidrográficas de Maceió, de acordo com a sua região hidrográfica. Os destaques são as maiores bacias: Sapucaí (218,8 km$^2$), Meirim (265,3 km$^2$) e Pratagy (194,9 km$^2$).

**Quadro 18. Bacias e regiões hidrográficas**

| Região hidrográfica | Bacia hidrográfica |
|---|---|
| Mundaú | Rio Mundaú |
| Camaragibe | Rio Santo Antônio |
| | Rio Sapucaia |
| | Rio Meirim |
| | Rio Pratagy |
| | Bacia Endorreica do Tabuleiro do Martins |
| | Riacho Doce |
| | Riacho Garça Torta |
| | Riacho Guaxuma |
| | Rio Jacarecica |
| | Riacho Reginaldo |
| | Riacho das Água Férreas |
| | Bacia de Drenagem Sudeste Oceano Atlântico |
| | Bacia de Drenagem Sul Oceano Atlântico |
| Complexo estuário lagunar | Riacho do Silva |
| | Bacia de Drenagem Sudoeste Oceano Atlântico |
| | Bacia de Drenagem Oeste da Lagoa Mundaú |

Fonte: Maceió, PMSB, 2017.

O PMSB (MACEIÓ, 2017) destaca, ainda, que canais construídos e rios naturais estão com a qualidade de suas águas comprometidas e com baixo escoamento superficial, uma vez que são lançados em seus corpos toneladas de resíduos sólidos e esgotos sanitários *in natura*, sendo que todo escoamento segue para as praias ou para a lagoa. Esse fator tem implicado diretamente na balneabilidade das praias, desde o Pontal da Barra até Jacarecica, incluindo praias do litoral norte de Maceió, com menores densidades de ocupação urbana. Essa situação pode ser vista na Figura 190, de canais na Bacia do Mundaú.

**Figura 190. NF4 Maceió, canais da Bacia do Mundaú comprometidos com lançamento de esgotos e resíduos**



Fonte: Maceió, PMSB, 2017.

Além da drenagem natural dos córregos e da realizada pelas estruturas construídas para a coleta e escoamento das águas pluviais, identifica-se, ainda, a presença incomum de uma bacia endorreica, ou seja, sem nenhum ponto de saída natural. Existe também um canal em forma de túnel que deságua na bacia do Riacho Jacarecica e desse até o mar, é conhecido como Projeto de Macrodrenagem do Tabuleiro e, segundo depoimentos de moradores, agravou alguns problemas locais.

Um obstáculo que dificulta o planejamento da drenagem urbana em Maceió reside na ausência de cadastro topográfico do sistema de drenagem, ou seja, só existe a observação de que as vias são pavimentadas e são providas de sistema de drenagem superficial, com guias e sarjeta. Outra situação visual diz respeito à existência de vários pontos críticos de enchentes, alagamentos e inundações, como apresentado na Figura 191.

**Figura 191. NF4 Maceió, pontos críticos de enchentes, alagamentos e inundações**




Fonte: Maceió, PMSB, 2017.

A grande maioria dos pontos críticos evidenciados na Figura 191 está relacionada basicamente com a deficiência ou a ausência de elementos de drenagem como estruturas de canais, tubulações, galerias e bocas de lobo. Embora elementos estruturais sejam necessários, é urgente investir em medidas como diminuição da impermeabilização, conservação e manutenção das matas ciliares e programas de educação ambiental voltado ao combate ao descarte irregular de resíduos, principalmente nos canais de drenagem que, além dos resíduos, ainda recebem efluentes sanitários não tratados. Controlar a poluição difusa e a poluição de águas superficiais seria a melhor saída em médio e longo prazo a ser adotada no município.

A análise agora volta-se para a limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos em Maceió. Pode-se definir serviços de limpeza urbana como sendo um conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico, industrial e do lixo originário de varrição e limpeza de logradouros e vias públicas e recuperação de área degradada. Além desses, há ainda resíduos da construção civil (RCC) e resíduos de saúde (RSS). Os serviços de limpeza pública e, especialmente, de manejo de resíduos sólidos constituem-se enormes desafios para prefeituras de todo o Brasil, independentemente do porte e da condição financeira da cidade.

Mesmo com políticas públicas desenvolvidas pela União e com a participação de vários atores na extração, fabricação, transporte, consumo, coleta, destinação e disposição final – que frequentemente extrapolam as fronteiras municipais –, ainda assim, a gestão desses serviços tem sido imputada quase que exclusivamente aos municípios.

A Lei 11.445, de 05/01/2007, de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB) operou mudanças na percepção do saneamento, com a adoção de uma política comum que admite a sinergia como perspectiva de integração entre seus diferentes componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, e drenagem urbana.

Em razão das especificidades e complexidades dessas atividades, o Governo Federal desenvolveu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 02/08/2010), redefinindo classificações e atribuições, porém, elegendo o município como ente gestor do sistema e responsável pela implementação de um Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. No entanto, na construção da universalização, concebeu-se uma política de investimentos como prioridade, vedando a aplicação de recursos da União nas funções de administração, operação e manutenção dos serviços. Essa situação cria gargalos quase intransponíveis, uma vez que os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são, em essência, empreendimentos de trabalho intensivo e que necessitam de regular financiamento do custeio, o que, portanto, estabelece um descompasso entre as demandas por recursos e as aplicações possíveis para os recursos disponibilizados. Com o propósito de equacionar esse impasse e no intuito de assegurar a sua sustentabilidade econômico-financeira da prestação atual e futura, o Novo Marco Legal do Saneamento (Lei 14.026, de 15/07/2020) estabeleceu a obrigatoriedade da instituição da cobrança pela prestação desses serviços, de competência municipal.

A prefeitura municipal de Maceió vem atendendo as legislações pertinentes na medida que executa elementos das leis vigentes, como a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), em 2017.

Para financiar a limpeza urbana, a prefeitura de Maceió instituiu uma taxa de coleta de lixo, que é definida pelo Novo Código Tributário municipal e refere-se ao lixo domiciliar gerada no município. Com base na Lei 6.685/2017, a taxa passou a ser calculada considerando a área do imóvel, uso do imóvel, padrão construtivo (popular, baixo, médio, alto e luxo), frequência do caminhão de coleta, entre outros. A prefeitura, em 2019, dividiu o valor que é gasto anualmente com o serviço pela quantidade de imóveis tributáveis existentes na cidade. Os valores variam de R$ 61,00 a R$ 3.500,00 ao mês, respeitando faixas preestabelecidas: imóveis com área construída de 12 m² a 50 m² são da faixa 1, em geral, isentos da taxa de coleta, desde que sejam padrão popular ou baixo; de 51 m² a 150 m² são imóveis da faixa 2; 151 m² a 500 m², faixa 3; e acima de 500 m² são imóveis da faixa 4. Havia 20 anos que não era feita uma atualização na base de cálculo, o que gerou um acúmulo de déficit na gestão do serviço. O valor cobrado, em muitos casos, para realizar a coleta de lixo era de R$ 5,00 ao mês por domicílio, o que não cobria os custos do serviço – enquanto a prefeitura arrecadava R$ 15 milhões para esse fim, o serviço custava R$ 70 milhões, ou seja, R$ 55 milhões competiam com outros custeios do município. De acordo com os dados orçamentários e financeiros em 2019, a prefeitura gastou 6,19% da receita corrente líquida com resíduos sólidos urbanos[108].

A gestão dos serviços de limpeza urbana do município atualmente é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimentos Sustentável (SUDES), que desenvolve ações de educação ambiental, realizadas normalmente sob demandas e em datas comemorativas, além de participar de eventos de algumas entidades, como Lixo Zero. Os temas abordados nos eventos levam orientações sobre acondicionamento e descarte correto de resíduos sólidos, reaproveitamento de resíduos, reciclagem e implantação da coleta seletiva em comunidades, empresas, escolas e outras instituições públicas e privadas. Entre as ações de educação ambiental desenvolvidas pela SUDES estão:

- Ações de educação ambiental nos mutirões de limpeza: os educadores ambientais realizam visitas porta a porta, informando os moradores sobre dias e horários de coleta e descarte de resíduos, além da divulgação dos serviços, telefones e WhatsApp da central de monitoramento;
- Apoio ao modelo de gerenciamento dos pequenos descartes realizados pela população: a ação orienta, divulga e informa sobre a necessidade de direcionar resíduos para o Ecoponto e promover o Projeto Carroceiro Legal;
- Palestras de implantação de coleta seletiva: realizadas sob demanda em comunidades, escola, empresas e instituições públicas e privadas. Na ocasião, são esclarecidas as dúvidas sobre quais materiais são recicláveis;

[108] Disponível em: http://www.maceio.al.gov.br/semec/orientacoes-aos-contribuintes/taxa-de-limpeza-2019/.

- Projeto Arte-educação: os educadores ambientais realizam oficinas de arte com materiais recicláveis em escolas, associações de moradores, empresas e demais instituições mediante solicitação prévia;
- Projeto Praia Limpa e Lagoa Limpa: a ação visa conscientizar banhistas e transeuntes das praias e lagoas de Maceió para a necessidade de manter a cidade limpa, promovendo a preservação do meio ambiente e reduzindo os impactos gerados pelos resíduos lançados na orla marítima. O projeto conta com a parceira do Instituto Biota e Coletivo Praia Limpa;
- Projeto Ponto Limpo: terrenos ociosos, por vezes abandonados, em área urbana tornam-se alvo de descarte irregular de resíduo sólido, tanto pela população do entorno, quanto por pessoas advindas de outras localidades. A ação de educação ambiental é contínua e articulada com o departamento de operações nas áreas mapeadas, sensibilizando moradores para que se tornem agentes responsáveis pela manutenção de um ambiente limpo, transformando um ponto crônico de descarte irregular de lixo numa área arborizada com diversos plantio de mudas nativas da Mata Atlântica;
- Projeto Coleta de Volumosos: a ação alerta a população para os problemas que o descarte de volumosos aleatório e desordenadamente trazem para o meio ambiente, mesmo que seja realizado por terceiros, como carroceiros que transferem esses materiais (geladeira, guarda-roupa, sofá, pneus, colchão, cama e armário) para outros locais impróprios ou irregulares.

O manejo dos resíduos sólidos urbanos, ou seja, a coleta convencional indiferenciada, é realizada por contratos de terceirização com uma cobertura de 100% do território municipal, sendo que existem áreas de difícil acesso que são atendidas por outros métodos. Os contratos são executados de forma somente a realizar o que está descrito, como coletar os resíduos dos setores de coleta, realizar a varrição das ruas pavimentadas etc.

Todo o resíduo coletado é encaminhado à Central de Tratamento de Resíduos de Maceió (CTRM) que está localizada no bairro Benedito Bentes, é administrada pela empresa privada V2 Ambiental SPE S/A do Grupo Estre Ambiental, que iniciou sua operação em 30/04/2010, em uma concessão de 20 anos. A CTRM está instalada bem próxima ao centro urbano, sendo que o ponto mais distante está a 20 km; o município não precisa de transbordos para seus resíduos.

A Figura 192 mostra uma imagem aérea da localização da CTRM e a Figura 193 mostra o aterro em operação.

**Figura 192. NF4 Maceió, aterro sanitário (Central de Tratamento de Resíduos de Maceió)**




Fonte: Google Earth, 2021.

**Figura 193. NF4 Maceió, aterro sanitário, vista da célula de aterramento**



Fonte: Maceió, PMGIRS. 2017.

As instalações da CTRM são formadas por vala de recepção de resíduos IIA (não inertes); vala de recepção de resíduos IIB (inertes); vala para recepção de animais mortos de pequeno porte; vala para recepção de resíduos vegetais oriundos da poda; e estação de tratamento de líquido percolado.

A coleta seletiva ainda é incipiente, abrangendo apenas 10% da população. Os materiais recicláveis são recolhidos por três cooperativas, prestando serviços públicos com apoio do município, mas ainda sem contratação. As cooperativas reivindicam a contratação dos serviços desde 2011. Formalmente, já houve tentativas de realização de termo de cooperação para custear as despesas relativas ao processo de coleta e triagem.

A Cooperativa dos Recicladores do Estado de Alagoas (COOPREL), com duas unidades, e a Cooperativa de Reciclagem de Lixo Urbano de Maceió (COOPLUM) realizam a coleta com caminhões cedidos pela Superintendência de Limpeza Urbana. Existe também a Cooperativa dos Catadores da Vila Emater (COOPVILA), que possui dois caminhões próprios, sendo beneficiada pelo município com a coleta dos rejeitos. Segundo o SNIS (2019), a coleta seletiva abrange apenas 30% do território do município. As cooperativas (Figura 194 e Figura 195) têm centrais de triagem para processamento dos materiais de forma precária, algumas com esteiras manuais.

**Figura 194. NF4 Maceió, pátio da COOPVILA, maio/2015**



Fonte: Maceió, PMGIRS. 2017.

**Figura 195. NF4 Maceió, esteira de triagem da COOPREL Sede**



Fonte: Maceió, PMGIRS, 2017.

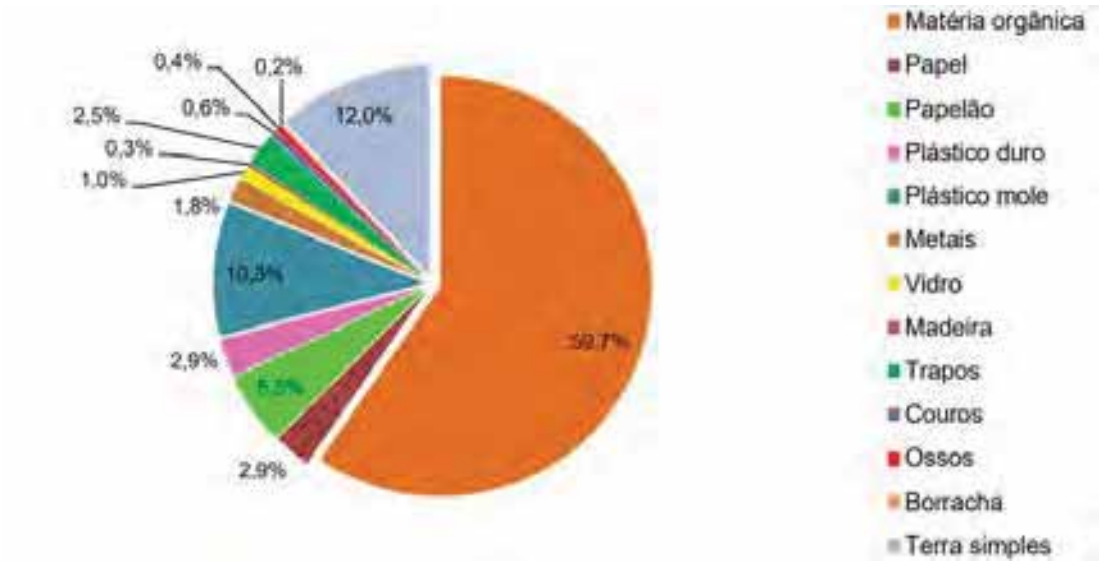
Há também um programa de economia circular da cadeia produtiva do sururu, onde as famílias envolvidas no projeto realizam a troca das cascas que antes eram descartadas nas vias públicas por Sururotes Moeda Verde. Essa ação, além de minimizar os impactos ambientais provocados pelo lixo, promove a geração de renda e a inserção social de dezenas de famílias de catadores.

Apesar dessas iniciativas, a situação da coleta seletiva no município é muito precária do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e financeira das cooperativas e da própria prefeitura, o sistema precisa ser mais bem rearranjado como um todo.

De acordo com o PMGIRS (2017), o município nunca havia realizado um estudo gravimétrico até 2017, ou seja, não se conhecia a composição real do lixo gerado no município. Embora conste um estudo realizado pela empresa Viva Ambiental que opera o aterro sanitário, por meio de convênio com a UFAL e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), não foi possível obter seus resultados. Sabe-se apenas que foram analisados os resíduos de 7.274 caminhões, o que representa aproximadamente 65% da coleta do município.

O PMGIRS (2017), por estudo comparativo e bibliográfico de cidades similares, realizou a composição gravimétrica mostrada na Figura 196.

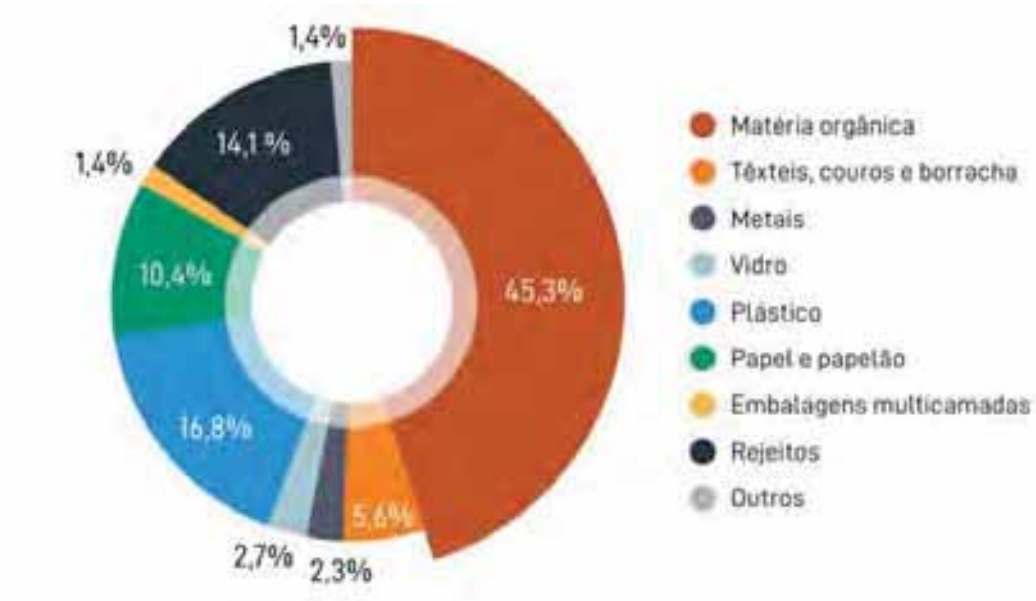
**Figura 196. NF4 Maceió, caracterização gravimétrica**




Fonte: Maceió, PMGIRS. 2017.

A composição gravimétrica dos resíduos sólidos refere-se à categorização dos tipos de materiais descartados pela população e seu conhecimento é um passo fundamental para a gestão integrada e eficiente desses materiais. As cidades devem conduzir periodicamente estudos sobre a composição dos resíduos, de forma a conhecer e acompanhar as mudanças ao longo dos anos, bem como para orientar as melhores ações e processos a serem desenvolvidos no âmbito das administrações municipais. Como comparação, a Figura 197 mostra a caracterização dos resíduos sólidos urbanos no Brasil.

**Figura 197. Brasil, caracterização gravimétrica**

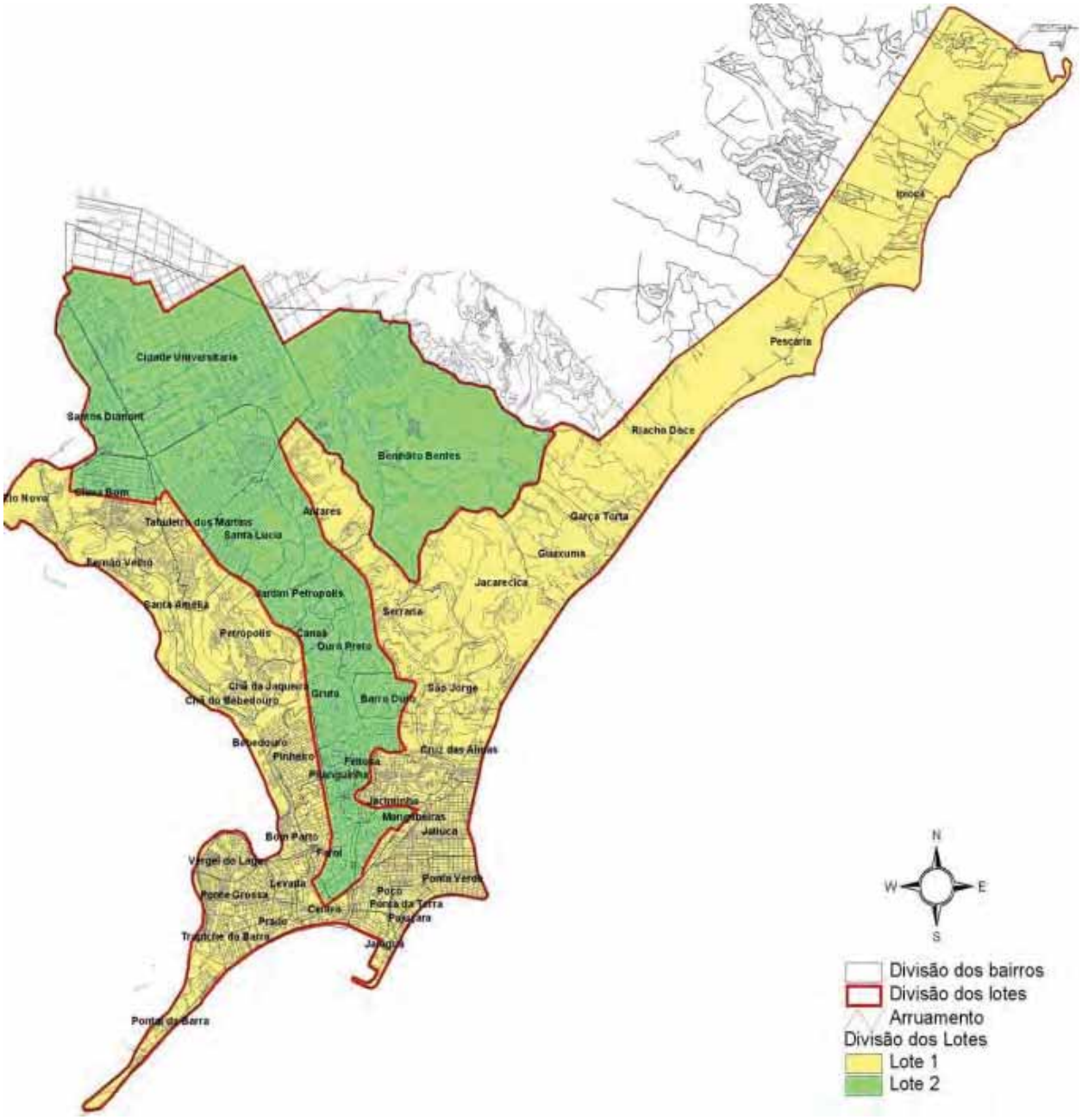



Fonte: ABRELPE, Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil. 2020.

Observa-se que, em comparação à caracterização nacional, Maceió tem uma grande trajetória para avanços, principalmente na questão da coleta seletiva. Segundo o SNIS (2019), Maceió gerou cerca de 2.200 t/dia de resíduos incluindo os RCC e outros. Há um potencial para incentivo à reciclagem e à comercialização desses materiais pelas cooperativas de catadores: pelos dados do SNIS (2019), cada morador de Maceió produz em torno de 1,21 kg por dia (subtraindo os RCC), valor acima da média nacional.

O sistema de coleta de resíduos domiciliares atua em 100% da zona urbana municipal, contudo, existem algumas deficiências, como a falta de garis comunitários em áreas com dificuldade de acesso habitadas por população de baixa renda, como encostas, grotas e vales, faltando ainda algumas áreas para a universalização da coleta. De forma geral, os munícipes acondicionam seus resíduos em sacos plásticos ou sacolas de supermercado e fazem sua transferência para a via pública, dispondo-os em dispositivos de acondicionamento (lixeiras) instalados pelos próprios moradores em frente às suas residências ou colocam sobre o passeio ou na via pública. As coletas são semanais, sendo, na maioria dos setores, em uma frequência de três vezes por semana. Nas áreas centrais, podem ocorrer todos os dias. A Figura 198 apresenta os setores de coleta de resíduos sólidos urbanos de Maceió.

**Figura 198. NF4 Maceió, setorização da coleta de resíduos sólidos urbanos**




Fonte: Maceió, PMGIRS. 2017.

Em algumas áreas de difícil acesso ou mesmo em pontos irregulares de descartes de resíduos, são colocadas caixas estacionárias para coleta dos resíduos gerados. Muitas vezes, esses equipamentos não têm sido eficazes em termos de resolver descartes irregulares a ainda criam problemas de urbanismo, como visto na Figura 199 e na Figura 200.

**Figura 199. NF4 Maceió, caçambas estacionárias para resíduos de construção civil nos canais revestidos de concreto**



Fonte: Maceió, PMGIRS. 2017.

**Figura 200. NF4 Maceió, Vale do Reginaldo**



Fonte: Maceió, PMGIRS. 2017.

Os estabelecimentos comerciais que produzem acima de 100 l/dia de resíduos devem contratar uma empresa licenciada para recolher e destinar esse material, uma vez que o caminhão de coleta só está autorizado a recolher lixos domiciliares até 20 kg/dia ou 100 l/dia. Entre os grandes geradores, estão redes hoteleiras, indústrias e grandes comércios.

Os RCC são provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e resultantes da preparação e da escavação de terrenos, como tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações etc., comumente chamados de entulhos de obras.

Na CTRM, existe um beneficiamento e disposição final de RCC para atendimento do município. É realizada triagem, trituração, peneiramento e acondicionamento de RCC e beneficiamento de resíduos de construção civil. A CTRM conta com os seguintes equipamentos: alimentador vibratório; britador de impacto; transportador de correia fixa; transportador de correia móvel; motor bomba dos nebulizadores; separador magnético; e peneira vibratória.

#### 5.3.1.2 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação; Núcleo Focal 2 (NF2) - Área do entorno e Núcleo Focal 3 (NF3) - Áreas receptoras mais distantes

Para entender como a subsidência pode ter afetado ou vir a afetar a população realocada no que diz respeito a saneamento, são apresentadas comparações entre os cenários encontrados no NF1 e nas áreas receptoras do NF2 e do NF3. A Tabela 124 apresenta o número de imóveis na área de realocação.

**Tabela 124. NF1, imóveis por bairros de realocação, 2021**

| Bebedouro | Bom Parto | Farol | Mutange | Pinheiro | Total geral |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.950 | 1.865 | 1.051 | 922 | 6.747 | 14.535 |

Fonte: Diagonal, Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação. 2023. Base de dados de selagem.

Os bairros do NF1 eram abastecidos pelo Sistema Catolé, por meio dos reservatórios R-02, R-04 e R-04A, como apresentado nas análises do NF4 Tabela 119. O reservatório R-03A está desativado por conta da realocação da população de Bebedouro e Mutange; a operação ou a continuidade das rotinas de operação dos demais sistemas de abastecimento de água não foram afetadas[109].

Todos os bairros do NF2 contam com infraestrutura de abastecimento de água consolidada e são abastecidos pelos Sistemas Catolé e Pratagy, além do reforço de poços profundos que ajudam completar o abastecimento. A Tabela 119, já discutida na análise do NF4, apresenta a situação do abastecimento do NF2, com os respectivos volumes de reservação.

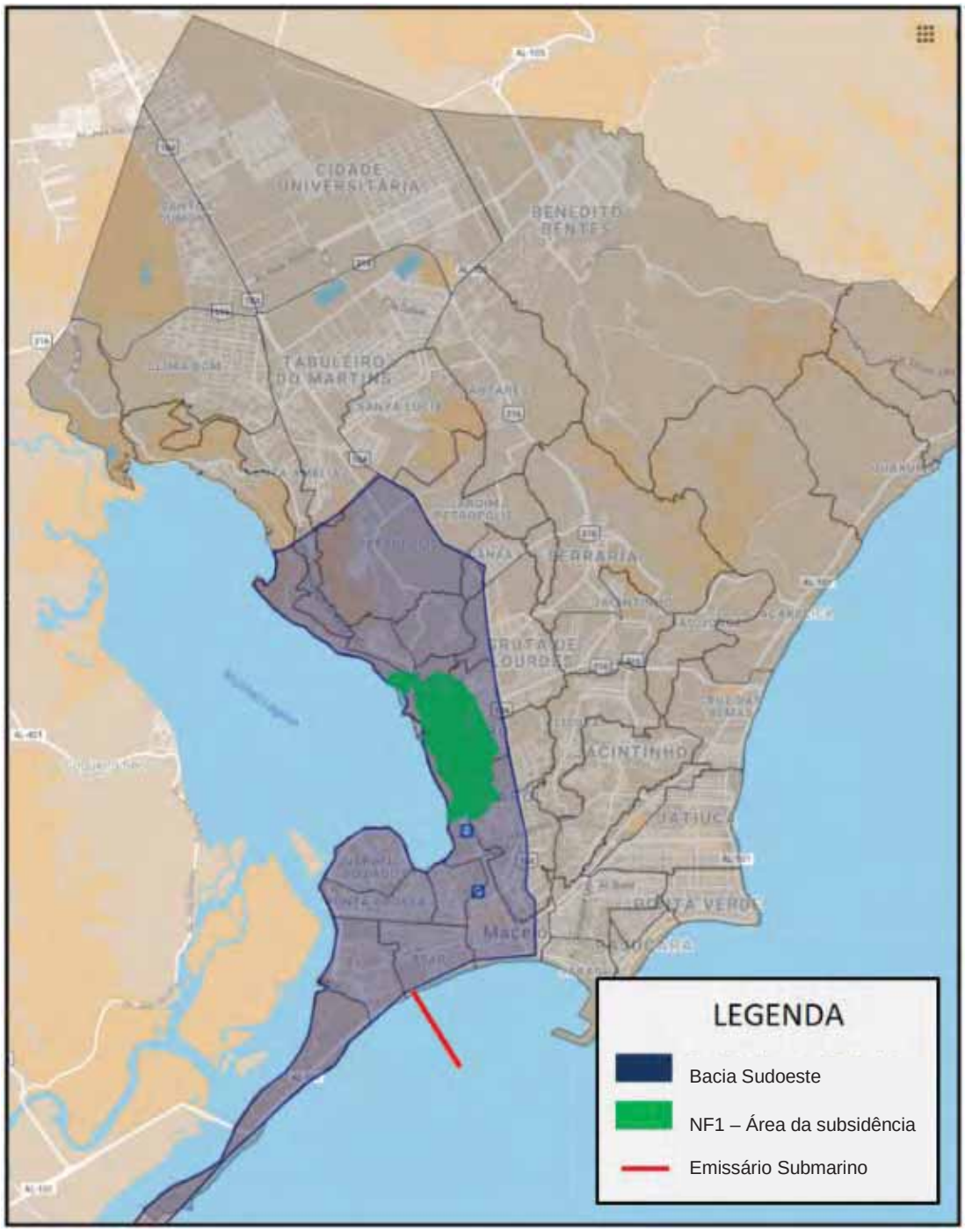
Apesar da continuidade das rotinas de operação do sistema de abastecimento de água de Maceió não ter sido afetada, as redes mais finas de distribuição de partes de alguns bairros, como Farol e Pinheiro, precisaram ser substituídas. As áreas cuja população foi totalmente realocada (como o bairro do Mutange) tiveram as redes de distribuição de água isoladas e colocadas fora de operação.

A maioria dos bairros receptores do NF3 tem abastecimento de água por sistemas de abastecimento com frequência e quantidade de água adequadas; são exceções os bairros Tabuleiro do Martins e Santa Lúcia, que são abastecidos por captação de poços profundos. Segundo o PMSB (2017), os bairros Cidade Universitária, Benedito Bentes, Serraria e Clima Bom, Santa Lúcia e Tabuleiro do Martins também contam com sistemas isolados que abastecem determinados locais e complementam os sistemas superficiais.

Em termos de bacia de esgotamento sanitário, os bairros do NF1 estão localizados na bacia Sudoeste (Lagunar), conforme apresentado na Figura 201. A interdição dos imóveis no NF1 não prejudicou a operação geral do sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgoto dos demais imóveis do município, tampouco a continuidade das rotinas de operação do sistema de esgoto da bacia Sudoeste.

[109] A CASAL tem pleitos financeiros junto à Braskem relativos à desativação dos sistemas, mas isto não afeta esta análise do PAS. Ver: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/05/16/justica-determina-que-braskem-deve-ressarcir-a-casal-em-r-962-milhoes-por-prejuizos-causados-pelo-afundamento-do-solo.ghtml

**Figura 201. NF1, Bacia Sudoeste (Lagunar) e bairros**




Fonte: Maceió, PMSB.2018; Diagonal, 2021. Elaboração: Diagonal, 2021.

Dos bairros do NF2, Chã de Bebedouro e Chã da Jaqueira não contam com redes de esgoto implantadas. O bairro Gruta de Lourdes está na bacia Vale do Reginaldo/ Salgadinho, cujo interceptor estava rompido, na ocasião da publicação da lei e do relatório final do PMSB (2018), e não estava levando esgotos para tratamento. O bairro Farol tem sua maior área inserida na bacia Sudoeste e apresenta uma condição melhor em termos de esgotamento sanitário. Os bairros de Bom Parto e Levada contam com rede coletora do sistema implantado ainda nos anos 1950, segundo o PMSB (2017).

Conforme exposto na análise do NF4 e a partir de dados da CASAL, os bairros Cidade Universitária, Santa Lúcia, Serraria e Clima Bom não têm infraestrutura de esgotamento sanitário implantados. O bairro Tabuleiro do Martins, localizado na bacia Vale do Reginaldo/ Salgadinho, apesar de ter alguma infraestrutura implantada, não está lançando esgotos para tratamento por causa do interceptor rompido. O bairro do Jacintinho tem cobertura parcial e no Vergel registram-se dificuldades de operação, conforme o PMSB. No geral, a maioria dos bairros do NF3 não têm um sistema de esgotamento sanitário adequado e devem ser foco de atenção no curto e médio prazo para resolução de situações mais urgentes – deficiências que já foram estudadas no novo contexto da concessão.

No que diz respeito ao sistema de drenagem e manejo de águas pluviais, observa-se uma situação pouco alterada no NF1, uma vez que a região já apresentava alagamentos e inundações, tendo pontos críticos mapeados pela Defesa Civil do município. São necessários estudos sobre o sistema natural de drenagem para que não seja interrompido nenhum canal natural existente com a realocação dos moradores. É fundamental que as demolições das construções não fechem canais, córregos e rios que porventura atravessem a região.

A situação dos NF exalta a dificuldade de gestão no manejo da drenagem e águas pluviais pelo território do município.

Quanto ao manejo de resíduos sólidos, os serviços de coleta e destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos foram dimensionados para atender todo o território do município. Nesse sentido, a realocação de famílias não afeta o dimensionamento da demanda. Embora a população não sofra nenhuma redução de atendimento pelos serviços, é possível pontuar questões importantes para melhorias em termos que manejo dos resíduos sólidos:

- possibilidade de construção de Ecopontos para recebimento de resíduos proveniente de construções ou melhorias na manutenção dos poucos existentes;
- apoio às cooperativas existentes em termos de equipamentos para aumento da capacidade de processamento dos resíduos recicláveis, hoje considerado muito baixo;
- fomento à construção de novas cooperativas que trabalhem com materiais recicláveis;
- fomento a programas de educação ambiental para a conscientização da população para separação de materiais recicláveis, aumentando a taxa de reciclagem do município.

A localização dos 5 ecopontos de Maceió e das 3 cooperativas de catadores de material reciclável em operação na cidade, sendo uma delas com base em dois bairros, está representada no Mapa 29.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

## LEGENDA

Ecopontos

| N° | Ecoponto |
|---|---|
| 1 | Ecoponto Pajuçara |
| 2 | Ecoponto Santa Lacia |
| 3 | Ecoponto Tabuleiro |
| 4 | Ecoponto Vergel |
| 5 | Ecoponto Santa Maria |

Cooperati as de Recicladores Catadores

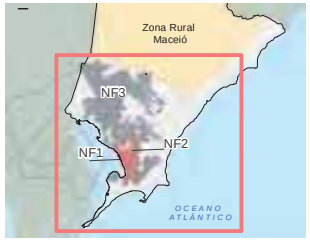
1. Cooperativa de Recicladores de Lixo Urbano de Maceió (COOPLUM)
2. Cooperativa de Recicladores de Alagoas (COOPREL)
   - 2a Antares
   - 2b Benedito Bentes
3. Cooperativa dos Catadores da Vila Emater (COOPVILA)

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF4 MACEIÓ, LOCALIZAÇÃO DOS ECOPONTOS E COOPERATI AS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁ EIS**

Mapa 29

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)
RECEITA FEDERAL (2021)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

Algumas situações desejadas de Ecopontos e galpão de cooperativas de catadores em funcionamento no Brasil são mostradas da Figura 202 à Figura 206.

**Figura 202. Ecoponto**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 203. Galpão de cooperativa de triagem**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 204. Prensa para recicláveis**



Fonte: Acervo Diagonal.

**Figura 205. Ecoponto padrão, ilustração (a)**



Fonte: Acervo Diagonal.

**Figura 206. Ecoponto padrão, ilustração (b)**



Fonte: Acervo Diagonal.

Nos NF faltam equipamentos, como Ecopontos bem estruturados e maior quantidade de postos de entregas voluntárias (PEV).

O PMGIRS impõe metas que, na sua maioria, não são seguidas. Posto isso, os problemas de gestão não estão ligados à subsidência em si ou aos NF, mas à gestão do território do município como um todo.

### 5.3.2 Síntese analítica

O diagnóstico sobre saneamento em Maceió aponta para um território com serviços, de modo geral, muito deficientes.

O abastecimento de água atende 95% da população com vários problemas de qualidade e quantidade da água fornecida, com sistemas isolados e poços profundos. O município, além de tudo isso, ainda perde cerca de 50% da água que produz. Na questão de esgotamento sanitário, a situação é ainda mais precária, porque, além de não existir coleta e afastamento em todo o território, apenas 40% do que é coletado recebe algum tipo de tratamento ambientalmente adequado.

Considera-se que, em linhas gerais, a subsidência não causou interferências estruturais nesses sistemas. É fato que algumas adutoras tiveram que ser remanejadas e um reservatório, que abastecia o NF1, foi isolado e desativado devido a diminuição da demanda.

Sobre resíduos sólidos, o município atende a população com coleta e disposição final ambientalmente adequada, que é um aterro sanitário privado no território municipal. Contudo, o município vem não cumprindo totalmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos, pois necessita adequar a coleta seletiva (pouco abrangente), realizar integração social com os

movimentos de catadores e adequar a questão da sustentabilidade financeira, como a cobrança da taxa de lixo. Em que pese o fato de que o município atenda a população com coleta e disposição final ambientalmente adequadas, é possível avançar na coleta e tratamento dos materiais recicláveis, inclusive com integração social com os movimentos de catadores de material, visando diminuir também os muito pontos de descarte irregular de lixo em Maceió ao longo de avenidas, ruas, córregos, rios e até mesmo no sistema lagunar.

No que se refere à drenagem e ao manejo das águas pluviais, o município apresenta um território massivamente urbanizado e sem proteção das cabeceiras dos principais recursos hídricos que cortam sua área urbana. Obras de infraestrutura realizadas ao longo dos anos, como guias e sarjetas nas ruas e avenidas e canais revestidos, hoje causam problemas de manutenção e assoreamento de sedimentos e lixos. Há bacias que estão saturadas do ponto de vista de impermeabilização do solo e existe a peculiaridade da bacia endorreica, ou seja, que não tem saída natural de descarga. Essas questões geram uma situação de mais de 100 pontos de enchentes e inundação no território municipal. Nenhum canal foi interceptado ou mesmo desviado por conta de impactos da subsidência.

### 5.3.3 Diretrizes temáticas

- Apoiar a integração das políticas, programas e projetos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, drenagem pluvial, coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos;
- Apoiar a atualização do PMSB, considerando: o diagnóstico das condições da prestação dos serviços, com indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos, dentre outros; o estabelecimento de objetivos e metas para a universalização; a definição de programas projetos e ações; as ações para emergências e contingências; a previsão de índices mínimos para o desempenho dos prestadores e para a eficiência e eficácia dos serviços; e a definição de mecanismos de avaliação;
- Apoiar a atualização do Plano Diretor de Água e Esgotamento Sanitário de Maceió, com objetivo de expandir e qualificar a rede de distribuição de água nos bairros, distritos, agrovilas, vilas e comunidades rurais desprovidas de tal serviço;
- Apoiar a atualização do Plano de Redução de Perdas de Água no Sistema de Abastecimento de Maceió, com a determinação de metas exequíveis;
- Investir em medidas não estruturais, como elaboração de programas de educação ambiental para a comunidade e escolas municipais;
- Fomentar a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, promovendo o conceito de economia circular, para ampliar a rede de recicláveis e gerar oportunidades de inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- Apoiar a modernização de cooperativas de catadores existentes (equipamentos e edificação);

- Apoiar a consolidação de conceitos de drenagem urbana como forma de desenvolver olhares mais sensíveis para o descarte de resíduos em ruas, praças e terrenos vazios;
- Apoiar ações que contribuam para redução da impermeabilização do solo nas bacias hidrográficas, consolidando as bacias como unidade de planejamento.

## 5.4 Espaços públicos e desenho urbano

Este item traz uma visão geral da formação e configuração de Maceió, orientada para subsidiar a discussão sobre a subsidência e seus impactos e para formular diretrizes e ações de compensação sociourbanística a partir da análise de aspectos da morfologia urbana, com destaque para a leitura dos espaços livres públicos.

A compreensão de espaços públicos aqui adotada é propositadamente ampla e privilegia os espaços livres, também tomados em uma perspectiva abrangente, que considera espaços predominantemente não edificados que possibilitem alguma forma de acesso e apropriação por parte das pessoas para fins de lazer, contemplação e prática de esportes. Essa visão parte desde uma rua ou uma praça, como logradouros – espaço de uso comum do povo – até espaços abertos em equipamentos urbanos com acesso livre ou mesmo vazios urbanos com algum grau de circulação e apropriação pública, mesmo que privados. Essa perspectiva possibilita uma abordagem mais flexível na leitura da cidade para os propósitos deste trabalho e se adequa às dificuldades relacionadas à falta de informação sistemática disponível sobre praças e parques de Maceió, assim como à impossibilidade de acesso a um cadastro imobiliário que permitisse melhor identificação da configuração fundiária.

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos neste trabalho se iniciaram com um levantamento de dados[110] para auxiliar na leitura do território, além de um conjunto de visitas a diversas vias e espaços livres públicos existentes, para conhecer, fotografar, analisar e caracterizar as condições de uso, acessibilidade e apropriação dos espaços. Como resultado dessa investigação, foram identificados tipos, condições físicas e espaciais e usos diferentes, possibilitando a adoção de uma classificação para identificar o potencial e as perspectivas futuras da área em estudo.

Essa leitura do território analisa a configuração de seu sítio natural e a forma de ocupação da cidade, incluindo traçados viários, dimensões de quadras e lotes, densidade populacional, oferta de equipamentos e serviços e, mais a fundo, oferta de espaços públicos para circulação, esportes e lazer – em sua maioria apresentados na forma de praças e parques. Desse modo, esta temática específica se mantém em estreita correlação com as demais temáticas do Eixo de Qualificação urbana e ambiental.

[110] Foi organizada uma base de dados georreferenciada, ainda preliminar, dos espaços livres públicos de Maceió para servir de lastro para análises – mesmo ainda sem consolidação. Como não existe uma base pública com esta informação e não foi possível obter um cadastro de praças e parques, foram combinados dados de um mapeamento da prefeitura, juntamente com trabalhos acadêmicos, de modo que se chegou a quase 250 lugares. Sem a informação oficial, não se pode assegurar que todos sejam praças – bens de uso comum do povo. Mas, considerando-se as visitas e levantamentos auxiliares, este conjunto é representativo.

Os espaços territoriais dos Núcleos Focais NF2 e do NF3 são os lugares privilegiados desta análise, tendo em vista a expectativa de elaboração de diretrizes e projetos que possam orientar medidas de compensação para os locais que têm evidências de maior concentração das populações realocadas. Mas há também uma visão geral da cidade que oferece a compreensão do contexto. No NF1, foram analisados os espaços livres existentes, assim como foi considerada a dimensão das perdas desses espaços e a repercussão para as áreas do NF2.

A partir do cruzamento das informações disponíveis e com a adoção de uma classificação dos espaços livres públicos existentes, foi possível definir diretrizes e estratégias de intervenção e, assim, estudar oportunidades e alternativas para as diversas regiões da cidade.

### 5.4.1 Caracterização

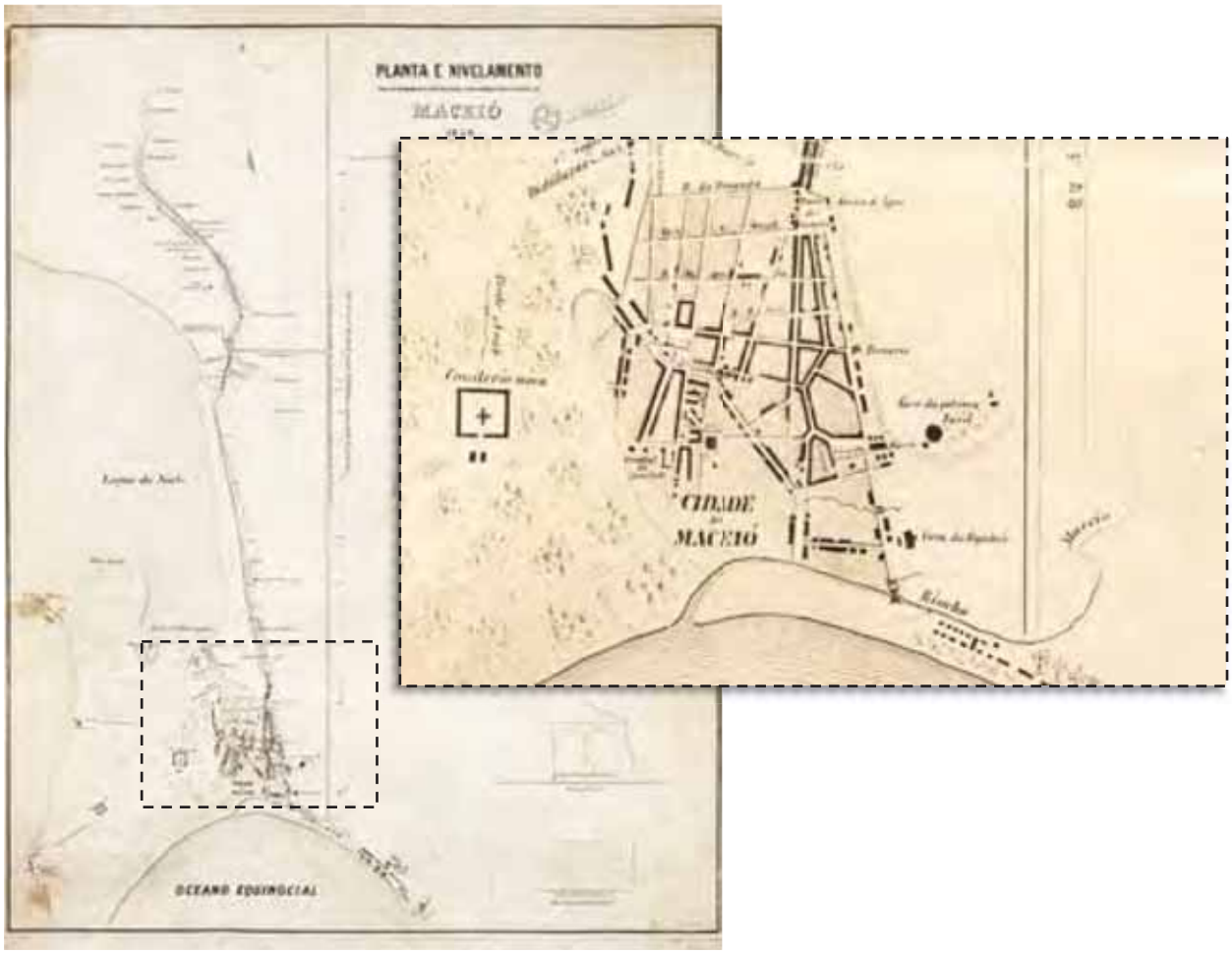
#### 5.4.1.1 Núcleo Focal 4 (NF4) - Maceió

O núcleo inicial de Maceió foi construído na planície, estrategicamente localizado entre o mar e a lagoa, mas também próximo da encosta do tabuleiro, com fácil acesso à água, e de área passível de ser utilizada para a atracagem de navios. A Figura 207 mostra um mapa com a ocupação do núcleo inicial da cidade, expondo o traçado urbano e já apresentando conexões entre algumas praças, sendo essas notadamente associadas à presença de edificações relevantes de uso institucional e religioso.

Destaca-se ainda, nesse mapa de 1859, um projeto de encanamento das águas do Riacho Bebedouro, planejado para garantir o abastecimento da cidade então existente. A definição do seu traçado, margeando a Lagoa Mundaú, consolidou vias de acesso e prenunciou o percurso da ferrovia (implantada na década de 1880), que garantiria a ligação entre a capital e o interior do estado. Esse traçado cruza o território que aqui se denominou NF1, mais especificamente os atuais bairros Bebedouro e Mutange.

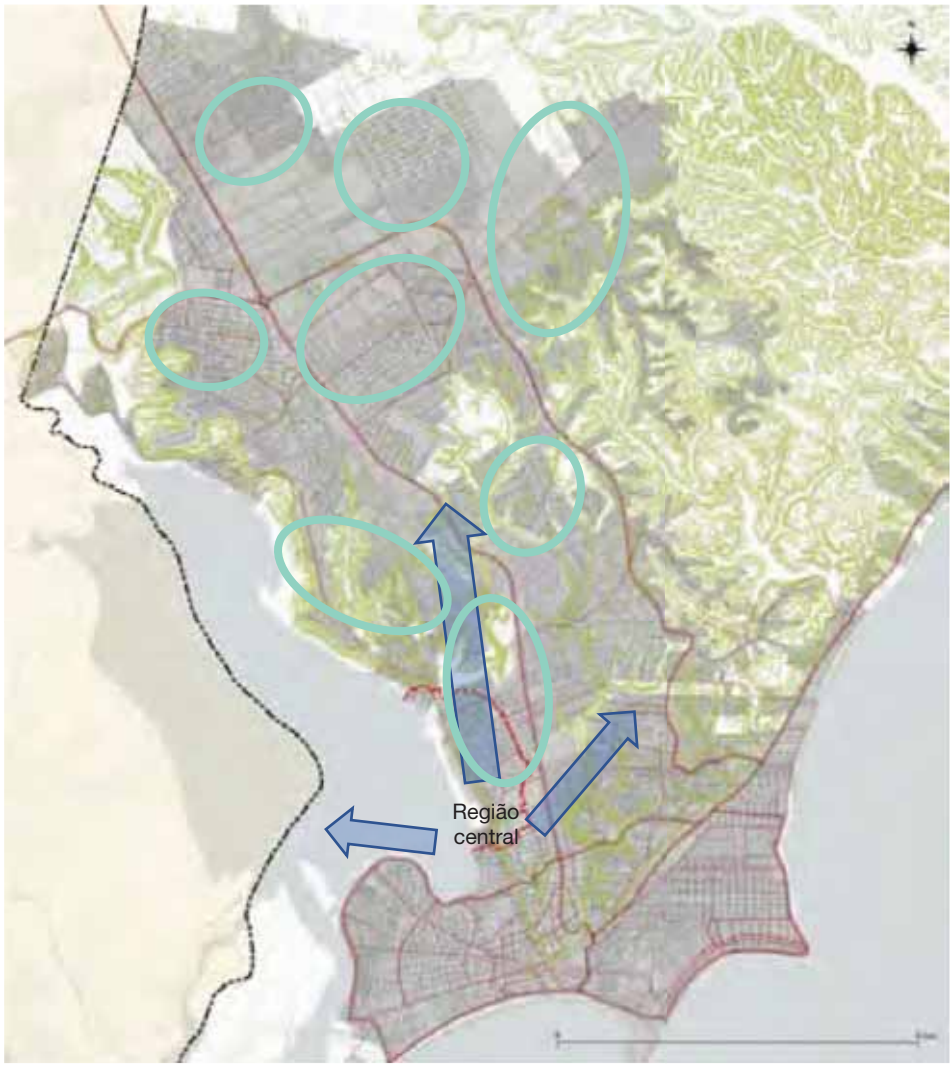
A ocupação inicial da cidade ficava no meio da planície costeira que, por sua vez, está delimitada pelo oceano ao leste e ao sul, e pela Lagoa Mundaú e o tabuleiro a oeste e ao norte, em uma condição geográfica singular, bastante entrecortada, e que, quando houve a progressiva expansão da cidade, acabou por induzir a um traçado urbano irregular e de difícil continuidade (Figura 208).

**Figura 207. NF4 Maceió, projeto de canalização das águas do Riacho Bebedouro e Centro (detalhe ampliado), 1859**




Fonte: Biblioteca Nacional, Acervo Digital. 2021.

**Figura 208. NF4 Maceió, ocupação urbana atual de Maceió**




A Figura esquemática chama atenção para os distintos padrões de traçado urbano e parcelamento do solo (elipses), o relevo (expresso nas curvas de nível) e os principais vetores de expansão urbana a partir do Centro (representados pelas setas)
Fonte: Maceió, Cartografia. Elaboração: Diagonal, 2021.

O centro antigo da cidade e seu entorno abriga as principais praças, notadamente localizadas na frente de algumas das mais importantes edificações públicas da cidade (Figura 209). São de forte apelo paisagístico e destinadas à convivência social e contemplação, enquanto os demais bairros da planície costeira e lagunar são dependentes quase totalmente de espaços públicos lineares da orla litorânea (Figura 210) e alguns trechos da orla da Lagoa Mundaú.

**Figura 209. NF4 Maceió, Praça Dom Pedro II e Palacete Barão de Jaraguá, 1930**




Fonte: Portal Vitruvius, Fotos Antigas de Maceió. 2021.

**Figura 210. NF4 Maceió, orla litorânea configurada como espaço público linear, sem data**



Fonte: Carlos Braga (Pinterest).



Fonte: IBGE, Arquivo. 2021.

De modo geral, na planície lagunar (Figura 211), mais especificamente nos bairros Trapiche da Barra, Ponta Grossa, Vergel do Lago, Levada e Prado, os poucos espaços livres existentes são lineares e localizados ao longo de canais ou são pequenas praças resultantes do encontro de loteamentos não ortogonais, que culminam na formação de espaços residuais de geometria triangular e com pouco uso real como espaço de lazer. Há ainda a existência de fragmentos de espaços de lazer e de permanência, localizados às margens da Lagoa Mundaú, porém com uso descontinuado por conta da presença de comunidades de baixa renda em ocupações informais.

**Figura 211. NF4 Maceió, região central e entorno sul da Lagoa Mundaú**



Os círculos verdes indicam a demarcação de praças ou espaços livres de acesso público
Fonte: Maceió, Cartografia. Elaboração: Diagonal, 2021.

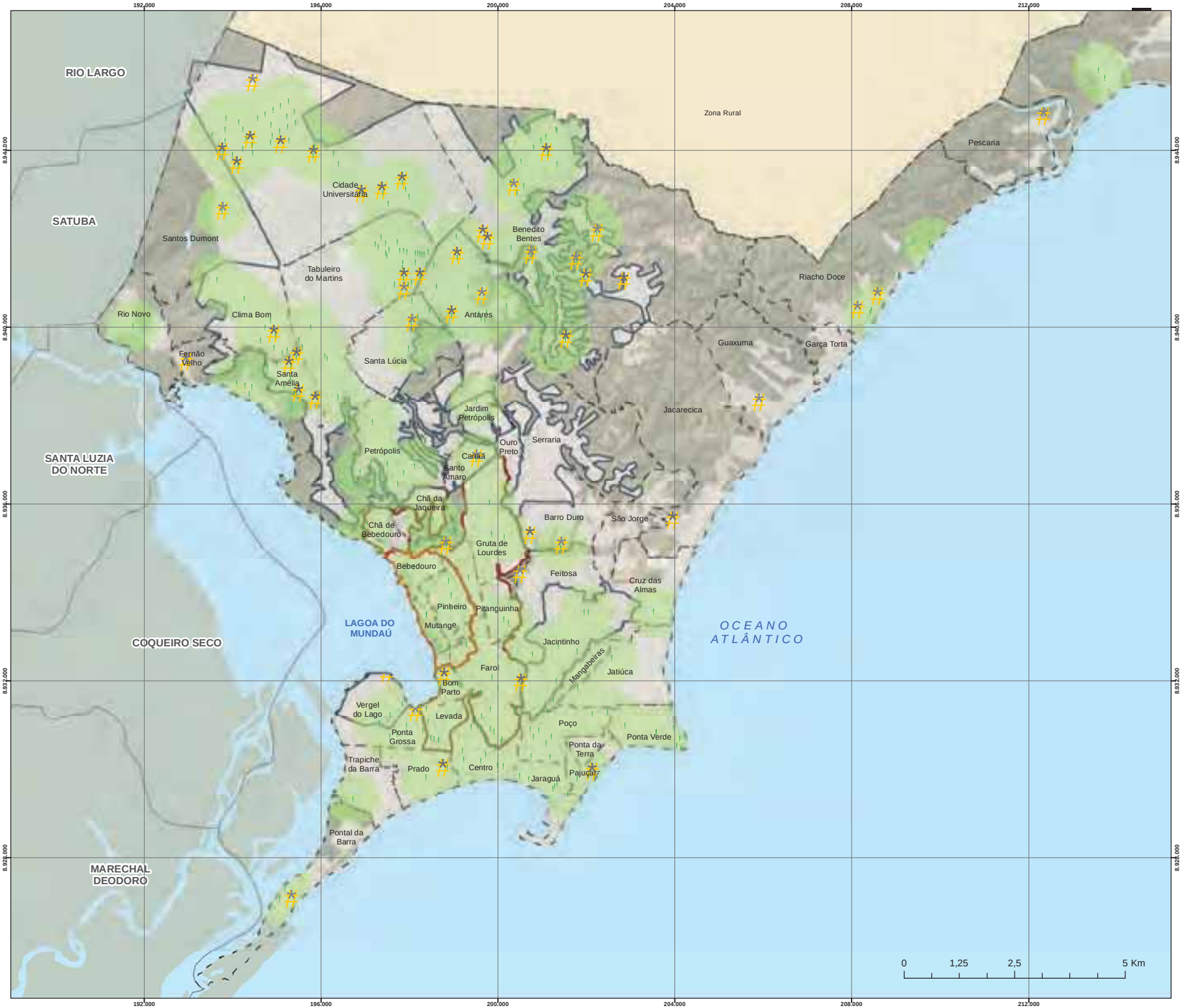
Da mesma forma, no bairro Jaraguá há uma evidente ausência de espaços livres, exceto pela orla litorânea e alguns poucos espaços residuais. Essa condição também caracteriza outros bairros localizados na planície litorânea, como Pajuçara, Jatiúca e Ponta Verde, sendo que esses dois últimos apresentam algumas poucas praças e avenidas com canteiro central arborizado, que constituem espaços livres lineares importantes na mobilidade da região.

Ao longo dos levantamentos e análises para este trabalho, ficou evidente a carência de espaços livres públicos em Maceió, assim como fragilidades na manutenção dos espaços existentes e discrepância na distribuição territorial da oferta deste tipo de equipamento urbano.

O Mapa 30 apresenta a localização de praças e espaços livres em Maceió, destacando uma área de influência com raio de 600 m, que se considera aqui como uma condição de proximidade capaz de favorecer o fácil acesso ao equipamento – um referencial de *caminhabilidade*, considerando-se cerca de dez minutos de trajeto. Há trechos urbanos no município que não contam hoje com espaços verdes em uma escala desejável.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

**MACEIÓ - ALAGOAS**




## LEGENDA

**Espaços livres urbanos e áreas de influência**

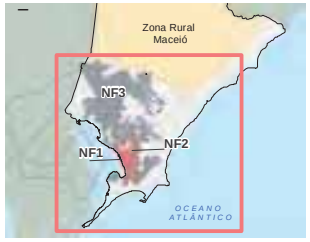
- Praças do Município de Maceió
- Área de Influência de Praças
- Intervenções planejadas pela Prefeitura nos espaços públicos

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




## NF4 MACEIÓ, ESPAÇOS LIVRES URBANOS E ÁREAS DE INFLUÊNCIA

**Mapa** 30

**Fonte dos Dados:**

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
INTERVENÇÕES PLANEJADAS PELA PREFEITURA (SEMINFRA, 2023)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

**Notas:** Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: |
|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 |

Diagonal

Esta visão geral não representa ainda a plena realidade, porque nem sempre os espaços ali demarcados se encontram em condições de oferecer acolhimento para atividades lúdicas, esportes ou mesmo contemplação e repouso, como se espera que uma praça possa assegurar. Mas o fato é que se todos esses pontos conquistarem o tratamento adequado, haverá pouca extensão de área urbanizada realmente distante de alguma praça. Dentre as grandes áreas que figuram como espaços não abrangidos pelas faixas de 600 metros de distância de uma praça, estão a UFAL, o Polo Multisetorial Governador Luiz Cavalcante (Distrito Industrial) e o complexo prisional – então não se trata propriamente de uma evidência de baixa oferta de praças. Há, contudo, outros trechos que revelam motivos de preocupação como a região de limites entre os bairros de Santa Lúcia e Tabuleiro do Martins, bem como as regiões de ocupação mais recentes, ao norte, no bairro de Cidade Universitária. Outras áreas que também parecem não cobertas por essa proximidade, podem ser territórios com muitos condomínios, onde os espaços coletivos de lazer, mas privados e sem acesso público, não estão registrados por não serem praças, propriamente.

Considerando-se uma visão histórica, a ocupação urbana do tabuleiro se dá ainda no século XIX, mas é no século XX que se consolida com a abertura da Av. Fernandes Lima, que se tornou o principal vetor de ocupação urbana a partir da década de 1940, intensificado com a implantação do distrito industrial (década de 1960) e da UFAL (década de 1970).

Como consequência da criação desses equipamentos, surgem os primeiros conjuntos habitacionais e loteamentos ainda na década de 1960, em bairros como Tabuleiro do Martins, Santa Lúcia, Cidade Universitária, Clima Bom e Benedito Bentes (Figura 212), que estão inseridos no NF3. Esses conjuntos são resultados diretos de ação da administração estadual, por meio da Companhia de Habitação Popular de Alagoas (COHAB/AL) em parceria com o Banco Nacional de Habitação (BNH), que começava a implantar os primeiros conjuntos habitacionais na região, para tentar aplacar o déficit de moradia agravado pelo fenômeno do êxodo rural.

O modelo vigente na época e amplamente utilizado em diversas cidades brasileiras consistia em garantir a construção de grandes conjuntos de habitação popular, localizados nas periferias das grandes cidades, a partir de uma lógica que privilegiava o baixo valor da terra e evitava grandes gastos com infraestrutura. Essa condição teve sequência em ações e programas habitacionais mesmo após a extinção das instituições supracitadas, e fica evidente hoje na carência de espaços públicos e de infraestrutura urbana.

**Figura 212. NF4 Maceió, Conjunto Residencial Benedito Bentes, primeiras casas, 1986**



Fonte: História de Alagoas, foto de autoria desconhecida. 2017.

Esse movimento de urbanização promoveu uma mudança na paisagem da cidade e a impermeabilização do solo, o que repercutiu na redução da área de infiltração das águas pluviais em uma área ambientalmente sensível, como visto no item dedicado ao Meio Ambiente. Áreas antigamente alagáveis foram substituídas por empreendimentos residenciais, em sua maioria horizontais de lotes pequenos e intensa ocupação do solo.

As condições geográficas do território do tabuleiro estão caracterizadas por extenso planalto entrecortado por grotas (encostas e vales), o que acaba por possibilitar projetos de loteamentos de traçado bastante ortogonal, mas com diferentes perspectivas de desenho urbano em termos de malha viária, proporção de quadras e formas de conexão entre os conjuntos (Figura 213).

**Figura 213. NF4, Maceió, ocupação urbana dos tabuleiros**



Retratando as mesmas localidades, as duas ilustrações demonstram, com recursos gráficos distintos, as formas de adequação dos traçados urbanos diante da presença das grotas – o contraponto entre as áreas planas loteadas e as áreas de encostas e vales.
Fonte: Google Earth, 2021; Maceió, Cartografia. Elaboração: Diagonal, 2021.

Alguns desses conjuntos habitacionais se firmaram como referência de lugar e se confundem ou se sobrepõem à delimitação e denominação legal de bairros. Todos os conjuntos e condomínios se inserem em bairros, mas muitas vezes são mais conhecidos pelo nome da localidade, como o Conjunto Santa Maria, o Residencial Jardim Royal e outros que apresentam boa quantidade e distribuição equilibrada de espaços livres públicos. Alguns têm ainda ruas largas com canteiro central, enquanto, por exemplo, o Village Campestre e outros, inseridos nos bairros Antares e Tabuleiro do Martins, são totalmente desprovidos de espaços livres públicos.

Atualmente, é difícil avaliar de maneira formal o padrão de oferta de praças, porque muitos conjuntos e loteamentos são anteriores à norma federal de parcelamento do solo vigente, que exige áreas para equipamentos urbanos e comunitários e espaços livres de uso público. As variações da oferta real, atual, em relação ao que foi previsto nos projetos originais são grandes e as alterações de uso que ao longo do tempo foram sendo admitidas – misturando-se espaços livres com espaços para equipamentos urbanos – muitas vezes representaram uma redução do que deveriam ser praças ou mesmo uma indefinição de uso, pela falta de implantação de equipamento comunitário ou praça, gerando amplos vazios urbanos sobre os quais frequentemente pairam dúvidas a respeito de sua situação fundiária e destinação formal de uso.

Há ainda a presença de espaços verdes privados, inseridos em condomínios de alta renda, localizados principalmente nos bairros Antares (Figura 214), Serraria e Jardim Petrópolis. Porém, o mesmo fenômeno pode ser observado em condomínios de padrão popular, inclusive no modelo do programa governamental Minha Casa Minha Vida.

**Figura 214. NF4 Maceió, Condomínio Reserva Bella Vista (bairro Antares), espaço livre privado**



Fonte: Zip Anúncios, 2021.

Da leitura da morfologia e da história do processo de ocupação urbana observado, é possível considerar que as fragilidades nos processos de planejamento e nos procedimentos de licenciamento do poder público municipal não permitiram proporcionar uma adequada interligação

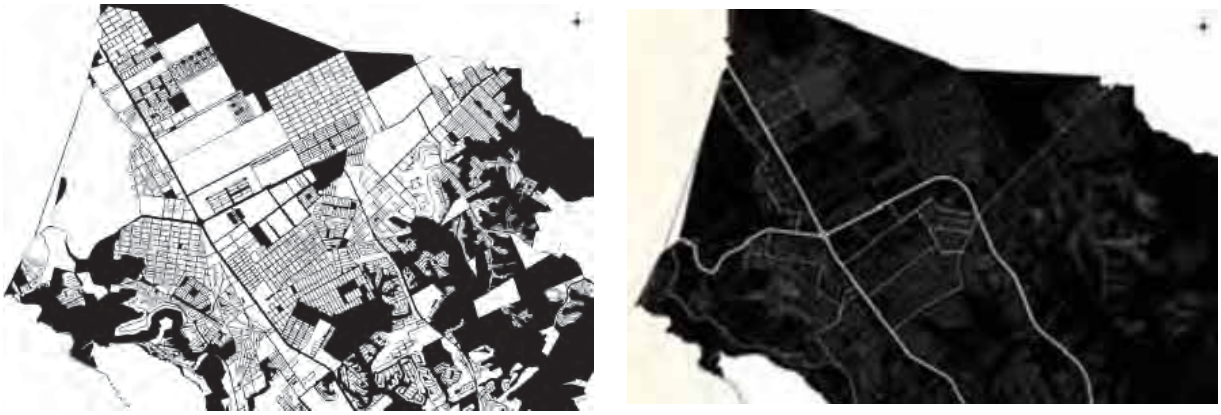
entre conjuntos e loteamentos. O licenciamento pontual de distintos parcelamentos resultou na falta de uma correta transição e conexão viária de um loteamento a outro, o que acabou por gerar descontinuidades no traçado urbano em situações diversas – inclusive prejudicando a definição e conexão adequada de vias principais e coletoras (Figura 215 e Figura 216).

**Figura 215. NF4 Maceió, tecido urbano descontínuo**



A título de exemplo, as figuras demonstram a frequente descontinuidade do tecido urbano nos bairros Cidade Universitária e Tabuleiro do Martins derivada de uma sobreposição não planejada de loteamentos avulsos.
Fonte: Google Earth, 2021.

**Figura 216. Maceió, diversidade de padrões urbanos**



O contraste entre as duas figuras destaca a diversidade e as descontinuidades no tecido urbano nos bairros da região norte da cidade.
Fonte: Maceió, Cartografia. Elaboração: Diagonal, 2021.

Como consequência, o que se observa hoje são assentamentos residenciais que, muitas vezes, não dialogam entre si, causando frequentemente problemas, como descontinuidade entre vias novas e existentes, descontinuidade de padrões de ocupação do solo e edificação, e, em algumas situações, encontro de loteamentos não ortogonais, que culminam na formação de espaços residuais destinados comumente a pequenas áreas verdes, por vezes mal planejadas e subdimensionadas (CARVALHO, 2012 p. 84).

Esta visão geral sobre a cidade, na perspectiva do que foi chamado aqui de Núcleo Focal 4, auxilia na compreensão da formação urbana e do estado atual em termos de padrão de oferta de espaços livres públicos – com sua consequente correlação com os padrões de qualidade de vida de muitos territórios que constituíram destino das famílias realocadas.

### 5.4.1.2 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação

Quanto aos espaços livres públicos, o NF1 contava com seis praças em seu território, com dimensões e padrões paisagísticos distintos (Figura 217). O total da área das praças era um hectare apenas – uma expressão muito limitada, considerando toda a extensão da área de risco (com quase 280 ha). Metade das praças tinha tamanho médio de 3 mil m$^2$, enquanto as demais eram bem menores.

Todavia, vale ressaltar a condição singular de conexão direta do NF1 para a Lagoa Mundaú que oferecia para a região diferentes pontos de visada e fruição da paisagem lagunar. Este é um significativo potencial de paisagem que se perdeu, ainda que não houvesse mirantes tratados com recursos urbanísticos para constituir lugares organizados de contemplação.

**Figura 217. NF1, localização de praças e destaque para as Praças Gertrudes de Amorim Leão (acima) e Lucena Maranhão (abaixo).**




Fonte: Google Earth, 2021. Elaboração: Diagonal, 2021.

A perda da Praça Gertrudes de Amorim Leão (B, na Figura) e da Praça Arnon de Mello (C) – duas das maiores – repercutiu na redução da oferta de espaços verdes na região de entorno mais imediato do NF1, com um alcance restrito aos trechos que permaneceram habitados do bairro Pinheiro – fora da área de desocupação. Já a desativação da Praça Lucena Maranhão (A) tem

repercussões mais ampliadas tendo em vista seu papel singular na dinâmica do patrimônio cultural de Maceió – como será discutido no capítulo dedicado ao tema, mais adiante.

#### 5.4.1.3 Núcleo Focal 2 (NF2) - Área do entorno e Núcleo Focal 3 (NF3) - Áreas receptoras mais distantes

Na região do NF2 e do NF3, principalmente na área de tabuleiro e incluindo alguns bairros vizinhos, foram visitados e analisados mais de 150 espaços livres, e quase todos foram classificados de acordo com as características físico-espaciais e/ou de acordo com a ocupação e usos existentes.

Na falta de um cadastro de espaços livres públicos fornecido pela prefeitura, que pudesse oferecer dados fundiários e uma catalogação mais sistemática das praças públicas e equipamentos públicos similares, foi organizada uma identificação de atributos dos espaços livres como um recurso para uma classificação preliminar e análise dos padrões de oferta e acesso a espaços livres públicos, como elencado a seguir (ver Figura 218). As classificações foram feitas a partir das visitas e sintetizam o perfil predominante de cada espaço público, mas alguns deles poderiam se enquadrar em mais de uma categoria, sobrepondo atributos. Apresentam-se a seguir os quatro atributos de classificação:

- Espaços de contemplação: são espaços livres com condições mais propícias para permanência ou caminhada, sem elementos para abrigar o exercício de atividades específicas. São importantes para a vida cotidiana na cidade, possibilitando o acesso de classes sociais distintas e promovendo o convívio social. São lugares que favorecem a interação das pessoas e a possibilidade de vivência de experiências improváveis em outros ambientes. Quando um espaço físico se converte em espaço social, há condições para o exercício da amabilidade urbana, cujo atributo é promover o afeto e a proximidade em oposição à individualidade.
- Espaços para lazer e recreação: são espaços públicos livres concebidos com equipamentos adequados para a prática esportiva e/ou de recreação e que, por consequência, trazem inúmeros benefícios para a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano.
- Espaços livres com equipamentos urbanos, parcialmente ocupados: são aqueles que, por motivos diversos, foram utilizados para a construção de equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, terminal de ônibus ou outro uso determinado pelo poder público – previstos ou não no projeto de loteamento ou do conjunto habitacional. Há, ainda, outros espaços públicos que foram parcialmente ocupados por templos religiosos, o que levanta a hipótese da prática de doações ou concessões para igrejas pela municipalidade, sem que esteja claro se foi um lote designado para equipamento urbano, ou um trecho de praça cedido. Há também espaços que foram parcialmente ocupados por bares, lanchonetes ou restaurantes – o que não se trata necessariamente de irregularidade, porque alguns desses espaços podem ter sido designados para equipamentos urbanos no próprio loteamento, ou terem sido objeto de concessão legal. Mas os dados disponíveis não permitem uma análise conclusiva.

- Espaços livres sem tratamento: devem ser espaços públicos urbanos (aparentemente tratando-se de praças definidas no loteamento, mas não há certeza, dada a dificuldade de acesso a um cadastro oficial), que não têm ainda evidências de definição de ocupação e tampouco agenciamento ou paisagismo (Figura 218), mas que representam um espaço de potencial para ampliação de oferta de espaços livres qualificados no futuro.

Afora essas categorias básicas, da abordagem inicial, foram registradas situações que sugerem outros marcos de classificação que podem ser aprofundados posteriormente, na análise e nas proposições para um sistema de espaços livres para Maceió. Exemplares dessa natureza estão mapeados na base de dados do PAS mas não foram incluídos no mapa temático da classificação dos espaços livres porque não constituem ainda um universo consistente, em termos de informações oficiais.

- O primeiro deles é o espaço verde privativo: são espaços inseridos em propriedades privadas, condominiais, que não são edificados e recebem algum tratamento paisagístico como praças, que são utilizados pela comunidade residente para atividades de lazer e/ou esportivas. Oferecem oportunidade de recreação e repouso para condôminos, mas não contribuem globalmente em termos de urbanidade para um bairro porque não há acesso público. A proliferação de condomínios nas áreas de expansão urbana tem multiplicado essas situações e seus efeitos devem ser discutidos no planejamento global da cidade.
- Espaços com lagoa de drenagem: são espaços vazios que fazem parte de um conjunto mais amplo existente na parte alta da cidade, que acolhem e acumulam as águas pluviais precipitadas em seu entorno facilitando a absorção no solo (Figura 219). Não se pode saber se são parte de praças porque não se teve acesso a um cadastro sistemático de espaços públicos ou de loteamentos fornecido pela prefeitura.
- Espaços residuais viários: são pequenos espaços livres, por vezes até arborizados ou ajardinados, resultantes dos arranjos espaciais do sistema viário e que, por consequência dessa condição, apresentam dificuldade de acesso ao pedestre, nem sempre se mostrando favoráveis ao uso público.

**Figura 218. NF3, Tabuleiro do Martins, espaço livre sem tratamento**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 219. NF3, Cidade Universitária, exemplo de espaço livre com lagoa de drenagem**

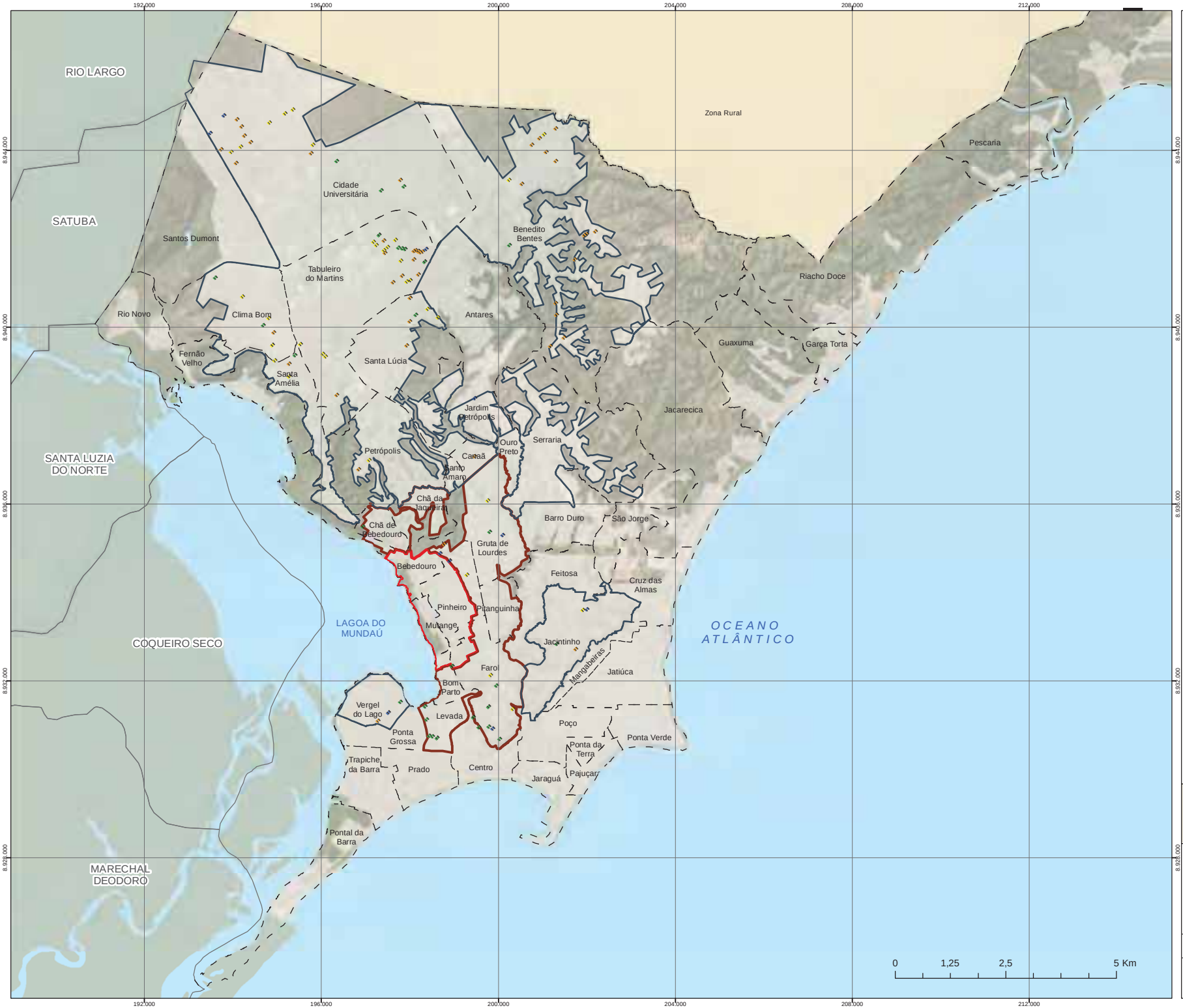


Fonte: Diagonal, 2021.

Com base nas análises de campo, o Mapa 31 apresenta a classificação dos espaços livres estudados, com os quatro tipos básicos descritos anteriormente, visando subsidiar a formulação de diretrizes baseadas na vocação dos lugares, para fundamentar o soluções de desenho urbano e paisagístico, e orientadas para os propósitos do PAS.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

Classificação de amostra de espaços livres visitados

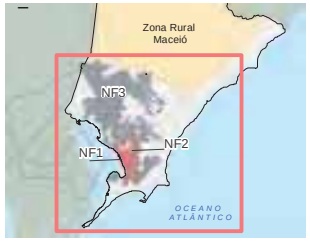
- Contemplação
- Com Equipamento Público
- Sem Tratamento
- Com Esporte e Lazer

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF2 E NF3, LOCALIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS**

Mapa 31

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

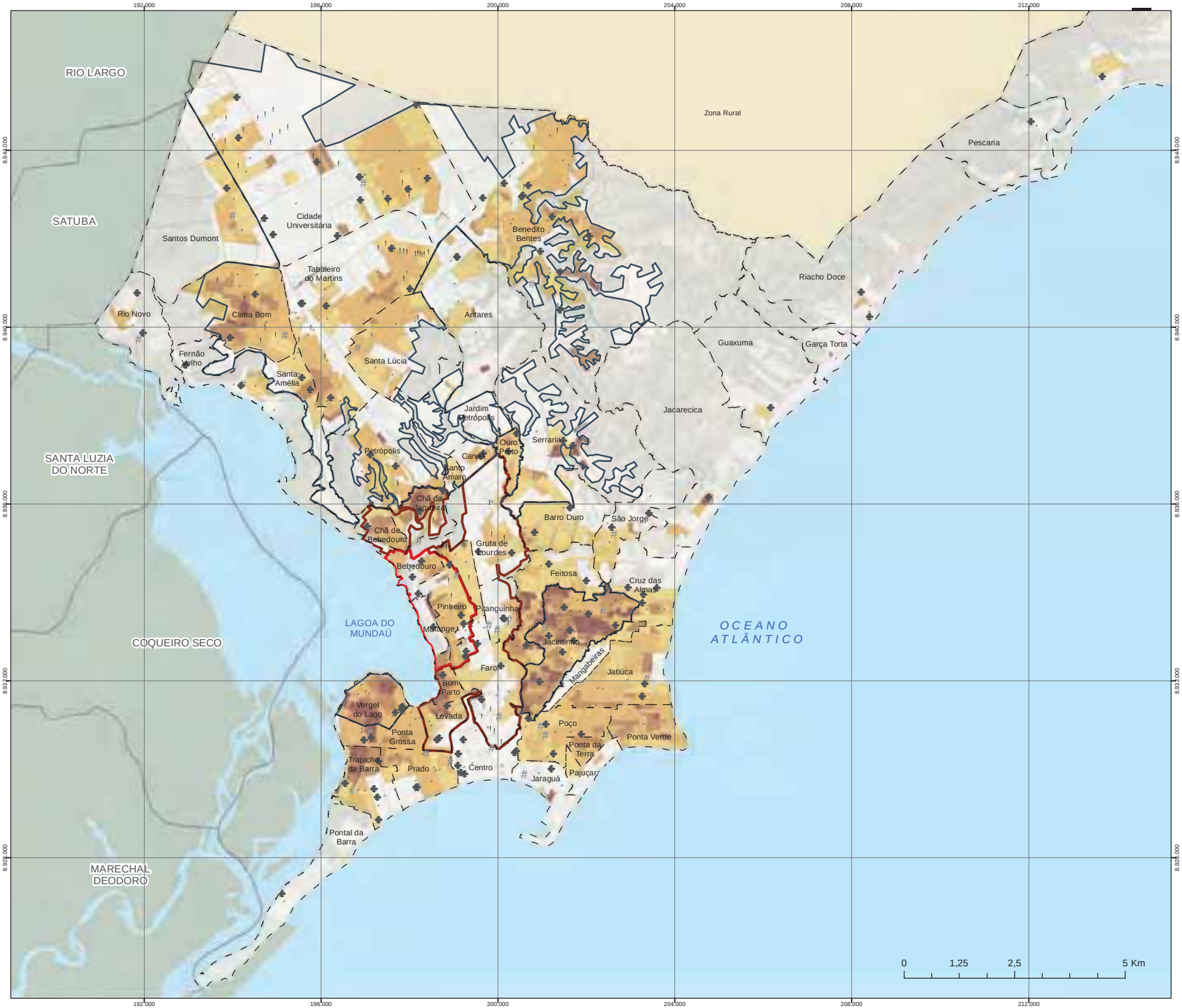
Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

Em termos de conclusões, há um número razoável de espaços livres públicos localizados nos NF2 e NF3, somando 162 locais identificados e ocupando quase 100 hectares. Entretanto, representam uma parcela mínima da área urbanizada dos 22 bairros de referência dos NF e, como já explicitado, a distribuição territorial é bastante desequilibrada – com vizinhanças que contam com algumas praças nas proximidades e outros trechos urbanos extensos sem nenhum desses equipamentos nas proximidades, considerando-se o referencial adotado de um raio de 600 metros. Do universo identificado, cerca de 10% têm área superior a um hectare e um número expressivo tem menos de mil metros quadrados – dimensão reduzida quando se espera uma oferta mais diversificada de atividades no local. Afora isso, visto que a manutenção dos espaços se mostrou insuficiente, a função social esperada de amenização climática, suporte ao lazer e aos esportes ou à contemplação fica comprometida e os espaços ficam muitas vezes ociosos e sem definição clara de usos e de equipamentos e mobiliário urbano instalados. Mais recentemente, a prefeitura tem investido muito em recuperação de praças, mas ainda não se encontram dados disponíveis em bases públicas.

O Mapa 32 confronta os dados relativos à densidade populacional com a rede de equipamentos urbanos – assistência social, educação e saúde do sistema governamental – e espaços livres públicos. Há evidências de correlação de presença de equipamentos comunitários nas áreas mais densas, mas não em todos os territórios, revelando alguns desequilíbrios. A distribuição territorial dos espaços livres tem uma configuração mais crítica, observando-se extensas áreas – mesmo densas – sem a oferta daqueles espaços.




# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

## LEGENDA

Distrib ição de e ipamentos públicos

- Saúde
- Assistência Social
- Educação
- Praças e Espaços Livres

Densidade pop lacional hab ha - IBGE 2010

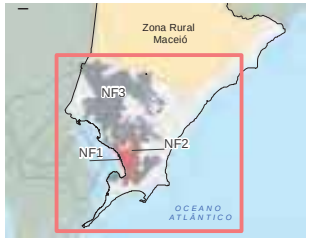
- 0 - 50
- 50 - 100
- 100 - 200
- 200 - 300
- 300 acima

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




NF4 MACEIÓ, MAPA DE RELEVO, DENSIDADE POPULACIONAL, SISTEMA VI RIO, ESPAÇOS LIVRES E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Mapa 32

Fonte dos Dados:
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
SETORES CENSITÁRIOS (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015);

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

Em relação ao NF3, especificamente, há uma considerável presença de espaços livres em alguns bairros, ora definidos pelo desenho original do loteamento, ora definidos por ação da comunidade – que se apropria de espaços que se mostram disponíveis, mesmo quando não se trata propriamente de espaços públicos (Figura 220). Benedito Bentes é um desses bairros com presença de espaços livres, alguns dos quais parecem informais e delimitados por ação comunitária (Figura 221) – sendo difícil identificar aqueles oficialmente destinados a praças ou equipamentos comunitários não construídos. As quadras nos loteamentos do bairro são longas e estreitas, gerando também espaços livres de proporção linear.

**Figura 220. NF3, Cidade Universitária, espaço livre sem tratamento, parcialmente ocupado com comércio informal**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 221. NF3, Benedito Bentes, praça de esporte e lazer parcialmente ocupada com equipamento público**



Fonte: Diagonal, 2021.

Em localidades no bairro Cidade Universitária, como o Conjunto Santa Maria e o Residencial Jardim Royal, e no bairro Clima Bom, o sistema viário existente oferece oportunidades para a criação de espaços generosos para arborização e para uso por pedestres e ciclistas, em função das dimensões amplas da calha das ruas. Entretanto, existe escassez de arborização e subdimensionamento das calçadas nas vias, de forma geral.

Ainda nos conjuntos habitacionais citados, Conjunto Santa Maria e Residencial Jardim Royal, fica evidente a presença de espaços livres públicos resultantes do desenho do loteamento. Parte desses espaços públicos são de caráter rodoviário, mas há também áreas de grandes proporções e de utilização constante pela população local. As quadras são de pequenas dimensões, aproximadamente 80 x 40 m.

Outras áreas, como o trecho do bairro de Tabuleiro do Martins nas proximidades das Ruas da Codeal e Antônio Vieira, também apresentam boa quantidade e distribuição de espaços livres públicos. Todavia, na maior parte do bairro, a presença de espaços livres públicos é inexistente.

Ainda no NF3, mas em região da cidade mais próxima da Lagoa Mundaú, o bairro Clima Bom apresenta boa oferta de espaços públicos, muitos dos quais sem uso, mas com grande potencial, enquanto no bairro vizinho Santa Amélia, também inserido no espaço referencial do NF3, há uma evidente ausência de oportunidades.

As visitas de campo aos espaços livres públicos existentes permitiram a observação de usos, além de análise das condições físicas e de manutenção (Figura 222 à Figura 227). Foi observado ainda que grande parte dos espaços livres públicos não se encontram tão livres assim, posto que vários estão parcialmente ocupados por equipamentos de uso coletivo. A falta de um cadastro urbano disponível não permite identificar, por vezes, se o local é espaço público ou privado, ou, mais frequentemente, se foi definido como espaço para equipamentos urbanos ou espaços verdes, praças, propriamente.

Alguns desses espaços, como a Praça Padre Cícero (Benedito Bentes), a Salvador Lyra (Tabuleiro do Martins), e o Terminal Rosane Collor (Clima Bom), estão ocupados com terminais de ônibus, enquanto outros, como a Praça Pedro Raposo e a Praça Inocoop (Conjunto Santa Maria, Cidade Universitária), a Praça Graciliano Ramos (Cidade Universitária) ou a Praça Osman Loureiro (Clima Bom), são parcialmente ocupados por postos de saúde, escolas e outros equipamentos públicos.

Da mesma forma, alguns outros espaços livres tiveram sua função social definida pela população local, com a construção de equipamentos de lazer ou de uso comunitário, enquanto outros foram parcialmente ocupados por templos religiosos.

Boa parte dos espaços públicos são também parcialmente ocupados por comércio informal, o que gera uma situação paradoxal. Se por um lado esses estabelecimentos comerciais informais estão associados a situações indesejáveis sob o ponto de vista fundiário, tributário ou sanitário, por outro lado acabam por facilitar a segurança urbana e podem, caso venham a ser formalizados, possibilitar a geração de renda para a manutenção do próprio espaço público.

**Figura 222. NF3, Cidade Universitária, praça de esporte e lazer**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 223. NF4, Antares, espaço livre sem tratamento, parcialmente ocupado com comércio informal**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 224. NF3, Gruta de Lourdes, espaço livre parcialmente ocupado com terminal de ônibus**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 225. NF3, Canaã, praça de contemplação parcialmente ocupada com comércio**



Fonte: Diagonal, 2021.

Figura 226. NF4, Antares, espaço residual rodoviário



Fonte: Diagonal, 2021.

Figura 227. NF3, Santa Lúcia, espaço livre sem tratamento, parcialmente ocupado com comércio móvel



Fonte: Diagonal, 2021.

### 5.4.2 Síntese analítica

Na perspectiva desta temática, se evidencia que os maiores efeitos da subsidência têm dimensão indireta, predominantemente. Pôde-se aqui observar e analisar a configuração da cidade e a presença de espaços livres públicos, e foi explorada a relação entre esses espaços livres e a rede dos equipamentos urbanos e comunitários.

Em relação aos espaços públicos livres, é possível evidenciar a má distribuição territorial na oferta destes no contexto urbano de Maceió e a insuficiência das medidas de manutenção desses espaços, em especial no NF3 – embora se tenha registrado um número expressivo de obras recentes em praças, como comentado anteriormente.

Como discutido, muitos espaços livres podem ter sido sujeitos a ocupação por equipamentos públicos – sejam de assistência social, saúde, educação ou transporte – e atividades comerciais ou mesmo templos religiosos sem um planejamento sistemático e a preocupação com a integração com o desenho urbano da cidade e das praças em que estão inseridos.

Existem espaços livres (ao menos aparentemente) que não têm uso e que não contam com nenhuma predefinição de qual será o seu destino. Esse nível de incerteza se deve à dificuldade de acesso público a um cadastro organizado de praças, que oferecesse informação clara sobre a condição fundiária e a atribuição formal de uso de determinadas quadras que figuram como espaços livres.

Nota-se, também, a escassez de espaços próprios para o transporte ativo com dimensionamento e tratamento adequados, a ausência dos requisitos de acessibilidade universal nos espaços públicos e a rarefeita arborização, que muitas vezes é ausente em decorrência do subdimensionamento das calçadas nas vias públicas.

Em relação especificamente ao NF1, salienta-se que o impacto da subsidência resultou na desativação de 6 praças, somando 10 mil metros quadrados, sendo três delas de maior porte: a Praça Cel. Lucena Maranhão, importante palco cultural do bairro de Bebedouro, a Praça Gertrudes Leão e a Praça Arnon de Mello, ambas localizadas no bairro do Pinheiro.

Organizando em tópicos, pode-se sintetizar:

- Distribuição territorial desequilibrada das praças e parques nos bairros;
- Deficiência de manutenção dos equipamentos públicos de amenização ambiental, contemplação, recreação e desportes;
- Ocupação de espaços por equipamentos, templos religiosos e comércios informais sem clara definição entre público e privado e sem integração com as áreas externas no entorno;
- Presença de espaços livres públicos ociosos, que ainda estão sem definição da ocupação e uso;
- Falta de acessibilidade universal nos espaços públicos;
- Tímida presença de redes ou rotas para o transporte ativo;
- Escassez de arborização;
- Subdimensionamento das calçadas nas vias, de forma geral.

### 5.4.3 Diretrizes temáticas

As orientações para promoção de melhorias na qualidade de vida em relação aos espaços públicos, em uma perspectiva ampla de compensação sociourbanística na escala da cidade, podem ser sintetizadas nas seguintes diretrizes temáticas:

- Amenizar os impactos causados pelo esvaziamento do NF1 na população do NF2 com a proposta de jardim linear e oferta de praças no perímetro da intersecção dos NF, estimulando a

ocupação da área consolidada com múltiplos usos – residencial, comércio, serviços e equipamentos – ajudando a revitalizar e trazer mais segurança para a população local;

- Ampliar a oferta de espaços urbanos livres e públicos, com qualidade e adequados para atender a públicos diversificados, com destaque para a pessoa idosa, juventudes e primeira infância, melhorando sua distribuição territorial, considerando a prioridade de localidades com maior densidade populacional, condições de vulnerabilidade social, menor oferta de infraestrutura e acesso a equipamentos urbanos e maior proporção de população originária do NF1.

## 5.5 Centralidades e mobilidade urbana

Pode-se compreender a mobilidade como a "condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano" (BRASIL, 2012). Entre os condicionantes desses deslocamentos destacam-se: o local de origem, predominantemente a habitação; o uso/atividade de destino e as respectivas distâncias percorridas pela infraestrutura de mobilidade existente (CORTEZ, 2011).

Como forma de racionalizar e equilibrar os fluxos na cidade, as centralidades e seus eixos de conexão exercem um papel importante ao se configurarem como locais de concentração de comércio, serviços e equipamentos urbanos, onde majoritariamente ocorrem as trocas intermodais. Além disso, centros e eixos são elementos estruturadores do Desenvolvimento Orientado pelo Transporte (DOT), que consiste num dos principais instrumentos para promover a compactação das cidades, tendo como principal objetivo reduzir os deslocamentos, priorizando o transporte ativo e o transporte público de passageiros.

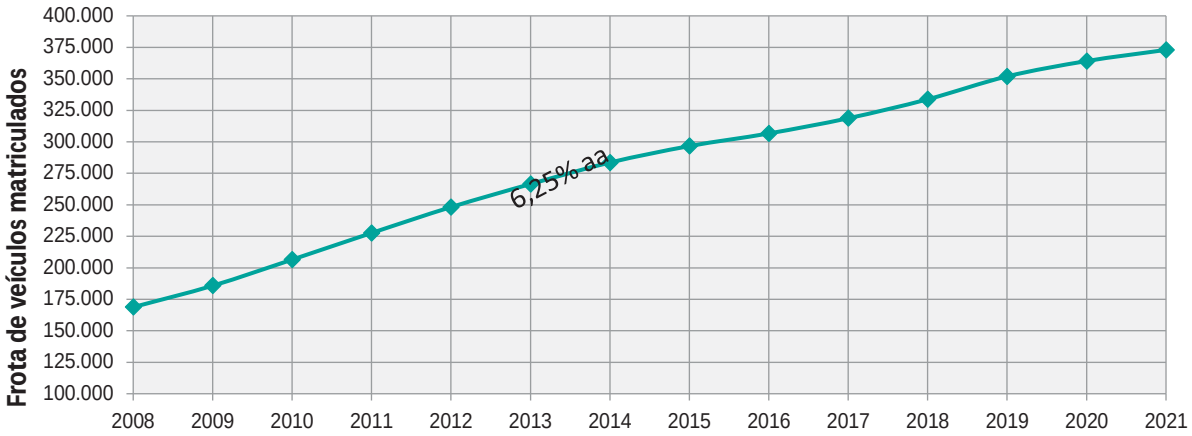
O DOT é, portanto, uma estratégia de planejamento urbano que busca integrar o uso e ocupação do solo, a infraestrutura e os serviços de transporte coletivo (WRI, 2018), procurando desenvolver urbanisticamente áreas de maior fluxo de pessoas, como o entorno de estações de transportes ou corredores viários, no sentido de tornar atrativos os meios de deslocamentos ativos (CARLTON, 2009). O DOT pressupõe áreas urbanas densas e amigáveis a pedestres e ciclistas, espaços públicos disponíveis junto a estações – áreas de troca intermodal – e o transporte público desenhado como âncora de um projeto de desenvolvimento ou de recuperação urbana (THOMAS et al., 2018).

Alguns estudos realizados em Maceió que observaram os conceitos de DOT (MACEIÓ, 2015; BUARQUE e MARISCO, 2020; CORTEZ, 2011) apontaram o papel dos eixos e das centralidades na estruturação urbana do município e destacaram a predominância das "centralidades lineares", com a distribuição hegemônica de comércio e serviços ao longo dos grandes eixos viários. Isso decorre de dois fatores principais: o primeiro, a peculiar configuração geomorfológica, abordada no item dedicado ao Meio Ambiente, caracterizada por uma região de tabuleiros entrecortada por inúmeras grotas, integrando um sistema de drenagem composto por bacias endorreicas, que criam "lagoas" de recarga dos aquíferos e bacias exorreicas, que desaguam nas praias e na Lagoa Mundaú; o segundo relacionado ao modelo rodoviarista de

cidade, que norteou o urbanismo das cidades brasileiras e prioriza o deslocamento por automóvel, com uma infraestrutura de mobilidade voltada para o aumento dos volumes de tráfego e da velocidade dos meios motorizados.

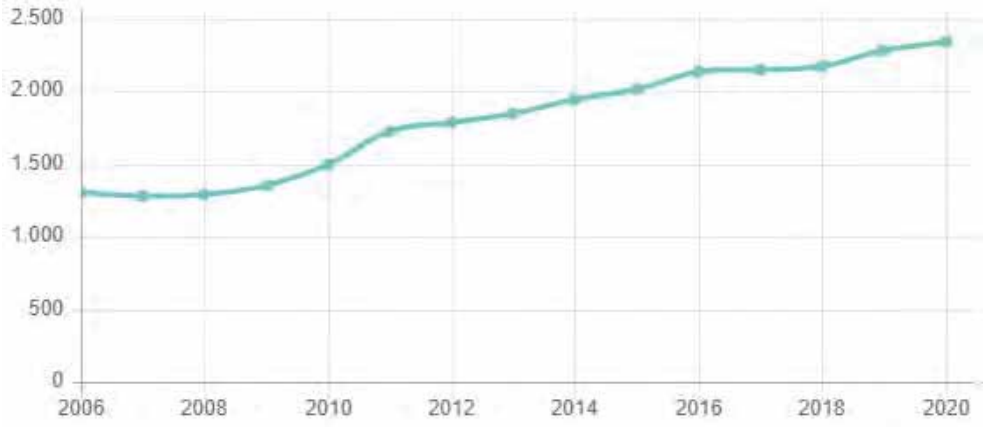
Fruto dessa lógica, a Figura 228 demonstra um crescimento acumulado de 120% da frota de veículos registrados em Maceió entre 2008 e 2021, que equivale a uma taxa média de crescimento geométrico anual de 6,25%. Se contabilizadas apenas as motocicletas, as taxas de crescimento de transporte individual são ainda mais expressivas, atingindo a taxa anual de 10,3% entre 2006 e 2020. Enquanto isso, no período de 2006 a 2020, a frota de ônibus cresceu 77%, ou 4,20% a. a. – ou seja, quase 40% a menos do que o crescimento da frota em geral (Figura 229). Esses números corroboram a tendência de aumento de congestionamentos e de redução de demanda do transporte público em Maceió.

**Figura 228. NF4 Maceió, crescimento da frota de veículos automotores, 2008-2021**




Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), 2021

**Figura 229. NF4 Maceió, crescimento da frota de ônibus, 2006-2020**




Fonte: IBGE, Cidades. 2021.

Dos fatores relativos à configuração geomorfológica e ao modelo preexistente de cidade centrada nos deslocamentos por modos individuais motorizados, resulta um território urbano

fragmentado, extremamente espraiado e de difícil conexão. Apesar de a cidade apresentar um perfil de mobilidade fortemente focado no automóvel, revela condições ideais para deslocamentos não motorizados, já que mais de 60% do seu território situa-se em regiões planas, divididas entre planície litorânea, planície lagunar e região de tabuleiros (SILVA, 2011).

No contexto emergencial de realocação de um significativo contingente de famílias e atividades em decorrência da subsidência na área designada como NF1 para o restante da cidade, este item objetiva identificar as modificações geradas nos deslocamentos das pessoas, bem como indicar estratégias iniciais para mitigar e compensar tanto as populações realocadas quanto as áreas receptoras, em especial o NF3, assegurando-se condições adequadas de mobilidade.

As estratégias metodológicas aqui utilizadas seguem a Lei 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), principalmente no que diz respeito a: princípios da acessibilidade universal; desenvolvimento sustentável; equidade no uso do espaço público; eficiência, eficácia e efetividade no transporte urbano e no trânsito; e gestão democrática e controle social. Como diretrizes principais da PNMU são apontadas: integração com a política de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e planejamento e gestão do uso do solo; prioridade aos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado; mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas na cidade; entre outras (BRASIL, 2012).

O exame atento da história recente dos instrumentos do planejamento urbano de Maceió revela a existência de um vasto estudo e projeto sobre a mobilidade para a cidade elaborado no período entre 2013 e 2017. Sob um contrato que chegou a mais de 28 milhões de Reais[111] firmado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura de Alagoas e o Consórcio MLM, o produto denominado "**Plano de Mobilidade Urbana**, projetos básicos, executivos e operacionais para a implantação de rede de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) no trecho Maceió – Centro / Aeroporto internacional Zumbi dos Palmares" (ALAGOAS, 2015)[112], traz componentes usuais de um plano de mobilidade, mas tem detalhamentos mais orientados para a implantação do VLT (Figura 230). Para facilitar a leitura, o produto doravante será chamado "Plano de Mobilidade Urbana para o VLT" [113]. O plano tem abordagem abrangente, tratando do sistema viário, sistemas de transporte – coletivo e não motorizado, incluindo investimentos em acessibilidade, com rotas de pedestres, e rede cicloviária – , trazendo cenários para alternativas de VLT e BRT, com cenários até 2034, discutindo políticas tarifárias e modelo institucional, além de propor programas urbanísticos, com intervenções viárias,

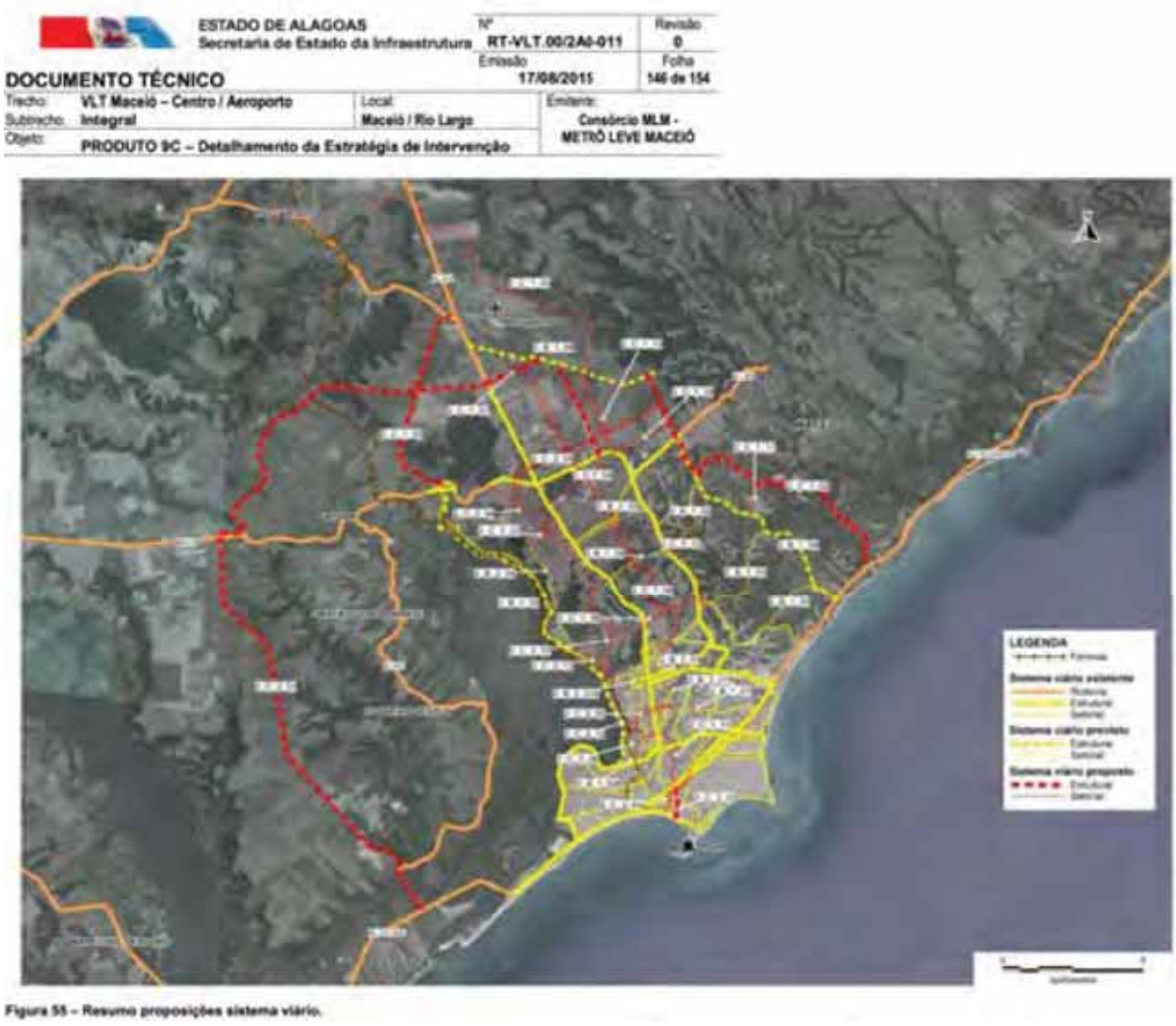
[111] Diário Oficial de Alagoas, 20/12/2017, página 57.

[112] Diário Oficial de Alagoas, 04/10/2013, página 48.

[113] No evento de Escuta Pública do dia 23/03/2023 foi alertado que não existe um *Plano de Mobilidade* para Maceió. O documento aqui citado, da forma como desenvolvido pelo órgão estadual, não constitui propriamente um *plano* ***municipal***, nos termos do Art. 24, §1º da lei federal nº 12.587/2012. Mas foi elaborado após a vigência desta lei e traz estudos com propostas de mobilidade urbana para toda a cidade de Maceió, além de apresentar dados consistentes e legítimos, referendados pelo poder público estadual, relativos a demandas por transportes, tempos de deslocamento, projeções futuras e outros dados que foram úteis para as análises necessárias ao desenvolvimento deste Diagnóstico e que certamente serão úteis para a realização de um plano de mobilidade urbana municipal.

incluindo um Projeto Urbanístico para Via Lagunar (Figura 231) e até duas operações urbanas nos moldes do Estatuto da Cidade (lei federal nº 10.257/2001).

**Figura 230: Estratégia de intervenção do Plano de Mobilidade Urbana para o VLT**




Fonte: Plano de Mobilidade Urbana para o VLT - Produto 9-C. 2015.

**Figura 231: Operações urbanas e projeto urbanístico da Via Lagunar**

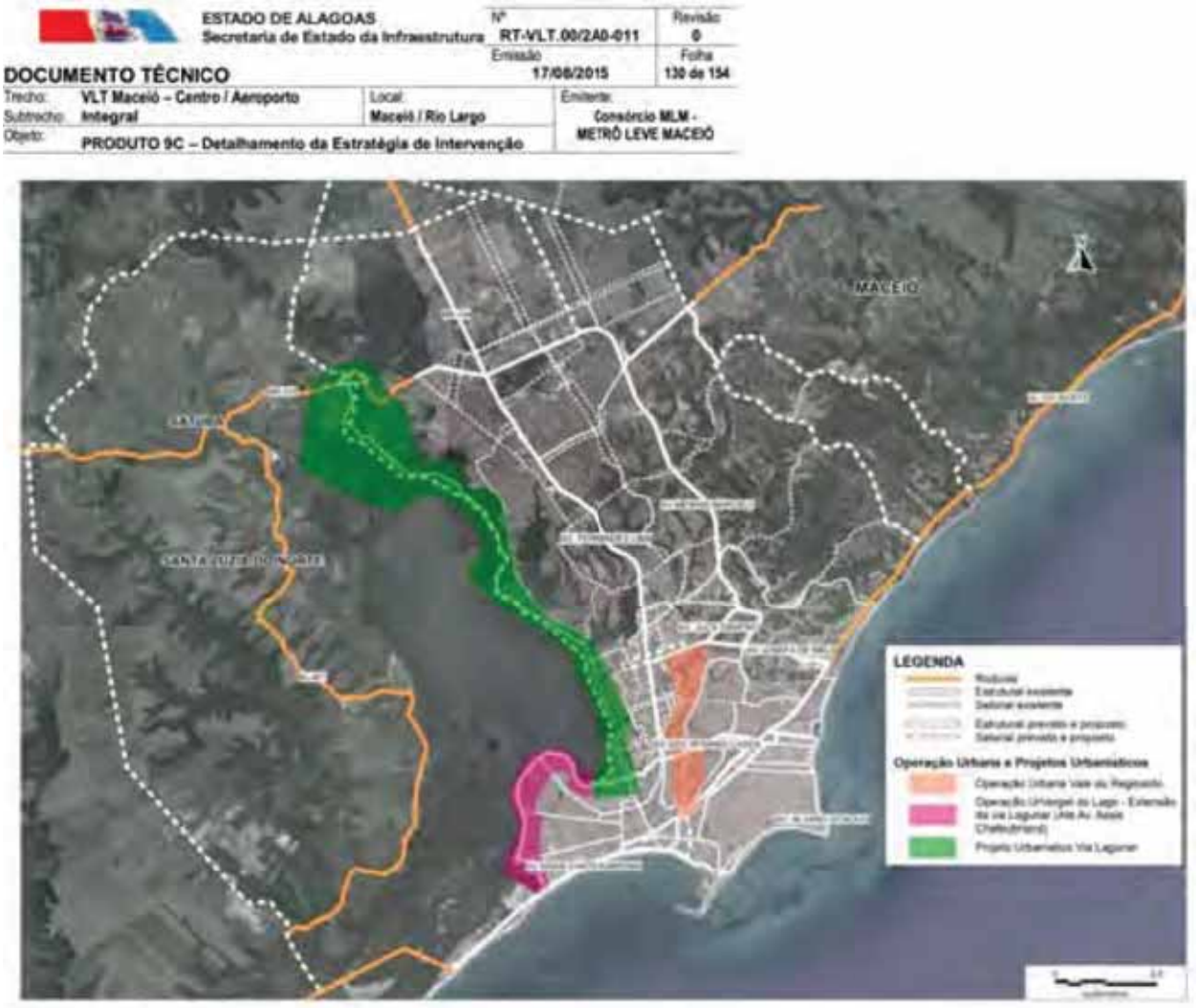



Figura 53 – Operações urbanas

Fonte: Plano de Mobilidade Urbana para o VLT - Produto 9-C. 2015.

Embora tenha sido elaborado já sob a vigência da lei federal lei federal nº 12.587/2012, da Política Nacional de Mobilidade Urbana, não foram encontrados, nos levantamentos documentais realizados para este Diagnóstico, registros relativos a processos participativos ou convocações de audiências públicas – salvo uma notícia do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas (CAU-AL) relatando sua participação em uma audiência pública, junto à comunidade técnica no ano de 2014[114].

De todo modo, os relatórios produzidos nesse citado plano realizado no campo da mobilidade urbana foram muito relevantes para as análises aqui conduzidas, mesmo considerando o passar dos anos, porque sua visão global e os dados detalhados de origem e destino, nas análises de deslocamentos, ainda possibilitam auxiliar na compreensão do contexto atual. Outro documento relevante para as análises aqui apresentadas é o plano estratégico Maceió +25 (2015), citado no

[114] Ver: https://www.caual.gov.br/?p=3515

item 2, realizado pela prefeitura, que trouxe subsídios para o processo de revisão do Plano Diretor realizado em 2015 e 2016.

A partir de uma caracterização das infraestruturas de mobilidade, dos serviços de transporte público e do perfil de deslocamento da população, este estudo visa indicar diretrizes e ações prioritárias para requalificar aspectos frágeis da realidade.

### 5.5.1 Caracterização

O diagnóstico de mobilidade está sistematizado em dois eixos complementares voltados para análise dos deslocamentos por transporte ativo e transporte público coletivo de passageiros.

O Eixo I compreende a análise dos padrões de deslocamento praticados na cidade, a composição e o perfil das viagens, bem como a análise da infraestrutura e do serviço público de transporte coletivo. Reúne dados e informações sobre os padrões de deslocamento praticados antes da ocorrência da subsidência e permite, também, estabelecer uma metodologia de análise dos impactos sobre a mobilidade a partir da redistribuição do contingente populacional no território da cidade. A depender dos locais de concentração das famílias, poderá acarretar um aumento das distâncias e tempos de deslocamento, de acordo com o motivo da viagem, seja o trabalho, o estudo, as compras ou lazer. São estudados, portanto, os padrões de deslocamento[115].

O Eixo II compreende a análise da rede de centralidades anterior à subsidência e das condições das centralidades nas principais áreas receptoras, NF2 e NF3, para atender à população realocada com padrões de deslocamento semelhantes, no mínimo, aos que eram ofertados na área de origem, NF1. A análise observa, portanto, o papel estruturador das centralidades na acomodação das novas demandas da população realocada, considerando que as referências, os pontos de origem e os de destino de parte da população foram alterados. Com isso, as ofertas e demandas por comércio e serviços também sofreram alteração, e a adaptação da população realocada nesse novo contexto tende a ocorrer em um ritmo mais lento que o atendimento da própria demanda por moradia. A análise visa, por fim, identificar, delimitar e caracterizar as centralidades e suas infraestruturas de mobilidade.

#### 5.5.1.1 Padrões de deslocamento

Nesta seção são descritas as redes de infraestruturas viárias que dão suporte ao sistema de transporte público e suas condições operacionais. Em seguida, é descrito o Sistema Integrado de Mobilidade de Maceió (SIMM) com suas linhas. Do Plano de Mobilidade Urbana para o VLT são extraídas informações sobre o perfil de mobilidade da população, suas principais zonas produtoras e atratoras de viagens, distribuição modal e tempos médios de deslocamentos. Ao final, são realizadas estimativas de viagens geradas a partir das mudanças ocorridas em Maceió

[115] Essas análises se baseiam em dados secundários de planejamento e de operação extraídos do Plano de Mobilidade Urbana para o VLT de 2015 contratado pela Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas.

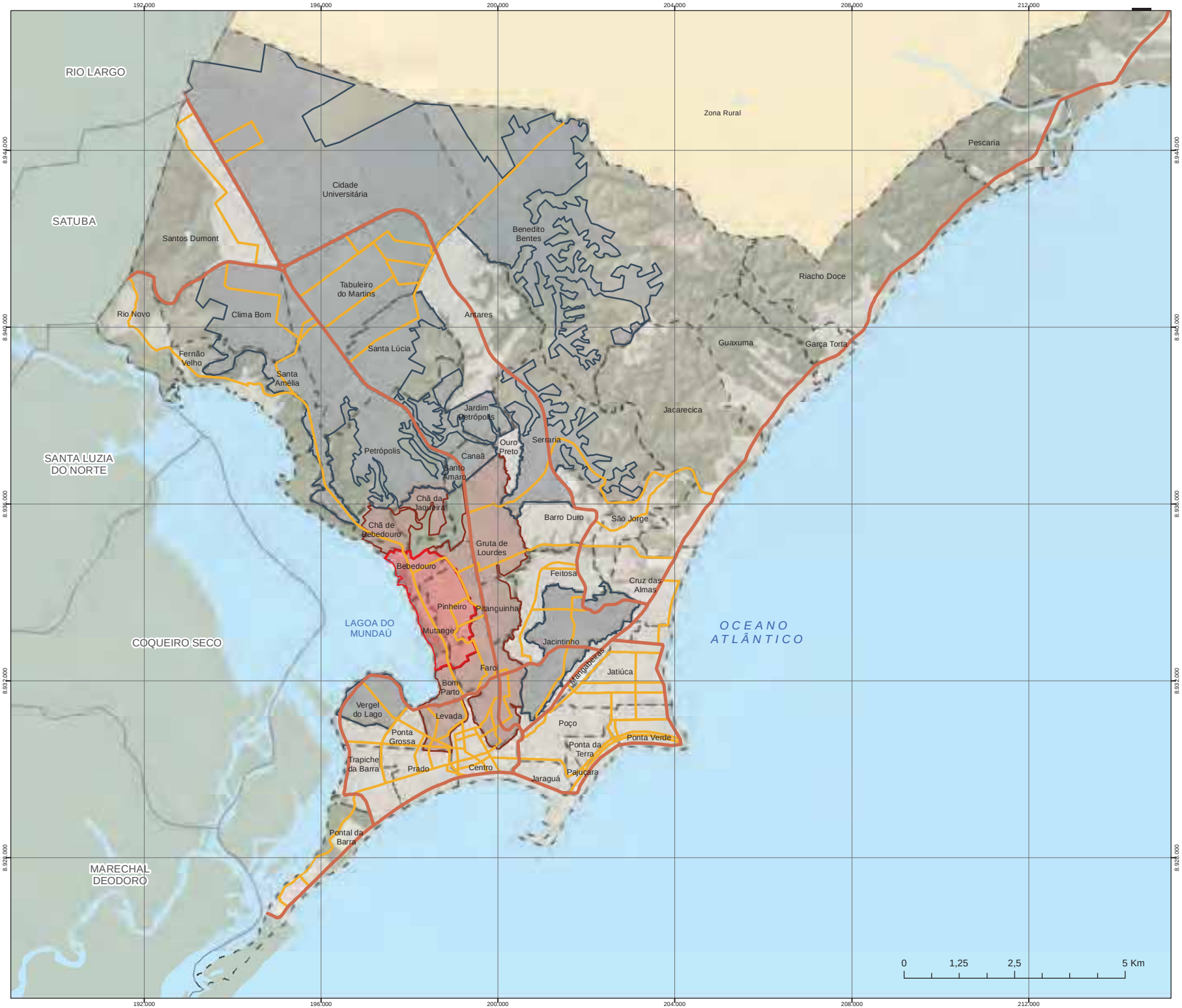
com a conclusão das realocações das famílias localizadas previamente no NF2 para diversos bairros da cidade. Essas estimativas dão suporte e chamam a atenção para a necessidade de melhoramentos nas condições de mobilidade dentro do conceito de DOT, principalmente por modos ativos e públicos, para as populações realocadas e receptoras, principalmente no NF3.

#### *5.5.1.1.1 Infraestrutura de mobilidade e serviço público de transporte coletivo*

O sistema viário arterial de Maceió estrutura-se sobre acessos de características rodoviárias, representados pelos prolongamentos da BR-104 e da BR-316, da AL-101 e da AL-105 e pelo Corredor General Hermes/ Major Cícero de Góes Monteiro marginal à Lagoa Mundaú (Mapa 33).

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

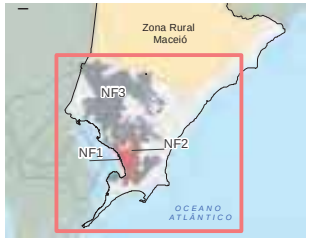
- Arterial
- Coletora
- Viário Local

**Núcleos Focais**

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Área Urbanizada
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




NF4 MACEIÓ, SISTEMA VI RIO

Mapa 33

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)
PLANO DE MOBILIDADE, ELABORADO PARA IMPLANTAÇÃO DE VLT (ALAGOAS, 2014)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

Também há um eixo ferroviário, originalmente de acesso ao Porto de Maceió, hoje com operação de passageiros pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU): com 32 km de extensão, interliga as cidades de Rio Largo e Satuba à cidade de Maceió (SILVA, 2011). Em função da interdição do segmento ferroviário que atravessa a área afetada pelo processo da subsidência, esse serviço foi substituído nesta seção pelo serviço de ônibus.

Os eixos radiais se configuram como os principais corredores de transportes públicos, com grande concentração de fluxos e de linhas de transporte coletivo que, em geral, ocasionam congestionamentos e afetam a qualidade da operação do transporte público e sua regularidade. Essa característica da estrutura viária tem levado a cidade a se expandir de forma dispersa e descontrolada na direção noroeste, fazendo crescer a necessidade de transporte de longa distância (SILVA, 2011) e produzindo elevados tempos de deslocamento para residentes das periferias, principalmente nas viagens às zonas centrais por transporte público.

A desativação de atividades urbanas, a desocupação da área de risco e a realocação de famílias exigidas em decorrência da subsidência em cinco bairros afetaram fluxos e demandaram a realização de estudos específicos e projetos de intervenções nos sistemas viários e de circulação de Maceió. Medidas de compensação estão previstas na Cláusula 62, “Subcapítulo III – Ações de Mobilidade Urbana”, do Acordo Socioambiental firmado em 2020. Essas ações planejadas em mobilidade urbana resultaram em um conjunto de intervenções, custeadas pela Braskem e referendadas pela prefeitura de Maceió[116], que se encontram em processo de implementação.

A Figura 232 a seguir resume as intervenções propostas. As principais medidas estão concentradas em melhoramentos nas conexões norte-sul e na introdução de um novo eixo leste-oeste, interligando as avenidas Menino Marcelo e Durval de Góes Monteiro, mas também contemplam obras que auxiliam na integração e conectividade dos bairros de Bebedouro, Chã de Bebedouro e Chã da Jaqueira com o restante do tecido urbano de Maceió.

[116] Ver: Anexo 1 ao Instrumento Particular de Adesão Parcial do Município de Maceió ao Acordo Socioambiental firmado entre o MPF, o MP/AL e a Braskem – Projetos de Mobilidade Urbana. Maceió, 2022.
Ver também: www.braskem.com/portal/Principal/arquivos/imagens/alagoas/13-03-23-BE041-Mobilidade-JN-GAZ-v2.pdf

**Figura 232: Mapa de intervenções propostas para a mobilidade urbana**




Fonte: Instrumento Particular de Adesão Parcial do Município de Maceió ao Acordo Socioambiental, Anexo 1 - Projetos de Mobilidade Urbana. Maceió, 2022.

Quanto ao transporte público coletivo municipal operado por ônibus, o Sistema Integrado de Mobilidade de Maceió (SIMM) é composto por 92 linhas de ônibus, sendo 74 radiais e transversais, 16 alimentadoras dos terminais Rotary, Colina dos Eucaliptos e Benedito Bentes e duas linhas circulares. São operadas por quatro empresas (Real Alagoas, Cidade de Maceió, Veleiro e São Francisco).

Até 2015, os usuários de transporte público precisavam pagar duas ou mais tarifas para completar viagens não atendidas de forma direta, por não existir um sistema de integração (SILVA, 2011). Um sistema integrado, no entanto, foi implantado a partir de 2016, organizado em quatro conjuntos (chamados amarelo, vermelho, verde e azul). Das linhas que operam atualmente, 25 delas participam da integração, distribuídas em: dez linhas no conjunto azul e duas linhas no conjunto vermelho, com itinerário majoritariamente no sentido leste-oeste (radial); dez linhas do conjunto amarelo; e três no conjunto verde, que realizam itinerários majoritariamente no sentido norte-sul (transversal).

Entretanto, o sistema integrado está ainda muito mais focado nas zonas centrais da cidade e ao longo do litoral do que nas áreas correspondentes aos bairros nos tabuleiros mais a noroeste da cidade, onde se localiza a maioria dos bairros do NF3. A operacionalização dessa rede integrada precede, no entanto, o problema das realocações das famílias oriundas do NF1. Sua expansão, abrangendo novas linhas e áreas de atendimento, poderia amenizar os custos de transporte e tempo de deslocamento dessas famílias.

Em termos gerais, uma parcela das linhas atuais tem itinerários sobrepostos e conectam, por três principais eixos radiais na direção norte e sul, regiões prioritariamente residenciais do planalto com regiões da planície litorânea, principalmente pelo corredor Fernandes Lima. A Figura 233 apresenta a marcação dos itinerários da rede de transporte, destacando os três terminais de integração citados. Essa rede, sua concentração em subcentros urbanos e a localização dos terminais de integração podem servir de indicadores para as proposições de projetos de mobilidade urbana alinhados ao conceito do DOT.

**Figura 233. NF4 Maceió, rede de transportes públicos**

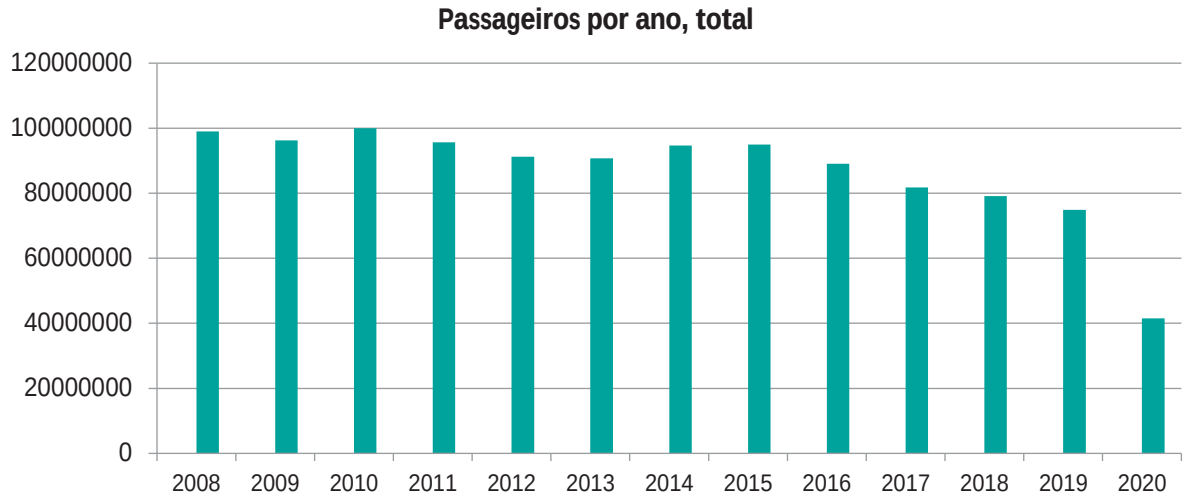



Fonte: Alagoas, Plano de Mobilidade Urbana para o VLT – Produto 9A-3. 2014.

A demanda diária por transporte público situa-se em torno de 260 mil viagens, atendida por uma frota de cerca de 580 ônibus (FUNDAÇÃO DOM CABRAL, 2020). Essa demanda, no entanto, vem caindo sistematicamente desde 2014 (SMTT, 2021), como pode ser observado na Figura 234, problema que vem afetando quase todas as regiões metropolitanas brasileiras. Com o início da pandemia, a situação se agravou ainda mais, levando os sistemas públicos brasileiros à beira da insustentabilidade: dados recentes das principais cidades brasileiras, segundo a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), apontam perdas acumuladas de janeiro de 2020 a janeiro de 2021 da ordem de 30% da demanda. Em Maceió, os dados de passageiros totais transportados mostram uma redução de demanda de 45% entre 2019 e 2020. Os dados

da rede licitada em Maceió e os dados operacionais atuais da SMTT[117] mostram uma redução de cerca de 40% na oferta de serviços de transportes que atendem a área afetada e seu entorno (NF1 e NF2).

**Figura 234. NF4 Maceió, demanda anual de transporte público, 2008-2020**




Fonte: Maceió, Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito. 2021.

O caráter radial da maioria das linhas de Maceió contribui para o congestionamento dos principais corredores troncais, com prejuízo ao transporte público. Desde 2014 há faixa preferencial para transporte público (faixa azul) nos 30 km (dois sentidos) do Corredor Av. Fernandes Lima/ Av. Durval de Góes Monteiro, principal corredor viário da cidade (SMTT, 2020). Nesse corredor, ainda para facilitar o trânsito, é proibido o tráfego de caminhões entre 6h00h e 20h00, da interseção com a BR-316 até a Praça Centenário. Também há, desde 2015, um segmento de 3,35 km de faixa exclusiva na Av. Comendador Leão (Rua Salvador Calmon/ Rua Luiz Francisco Cedrim). Em janeiro de 2021, uma portaria da SMTT autorizou o uso de faixas exclusivas aos permissionários dos serviços de transporte escolar e taxistas credenciados, desde que com passageiros. No restante das vias integrantes da rede de transporte público não há prioridade no fluxo para ônibus.

Alguns indicadores de qualidade do transporte público relativos às operações das concessionárias demonstram problemas de regularidade e confiabilidade do serviço. A avaliação do segundo semestre de 2019 aponta que a média de atraso nas linhas é de 9,97%, superior ao limite de 3% estabelecido em contrato. Também o índice de descumprimento de partidas, com média de 5,8% das viagens, ultrapassa o valor máximo de 3% exigido (SMTT, 2019).

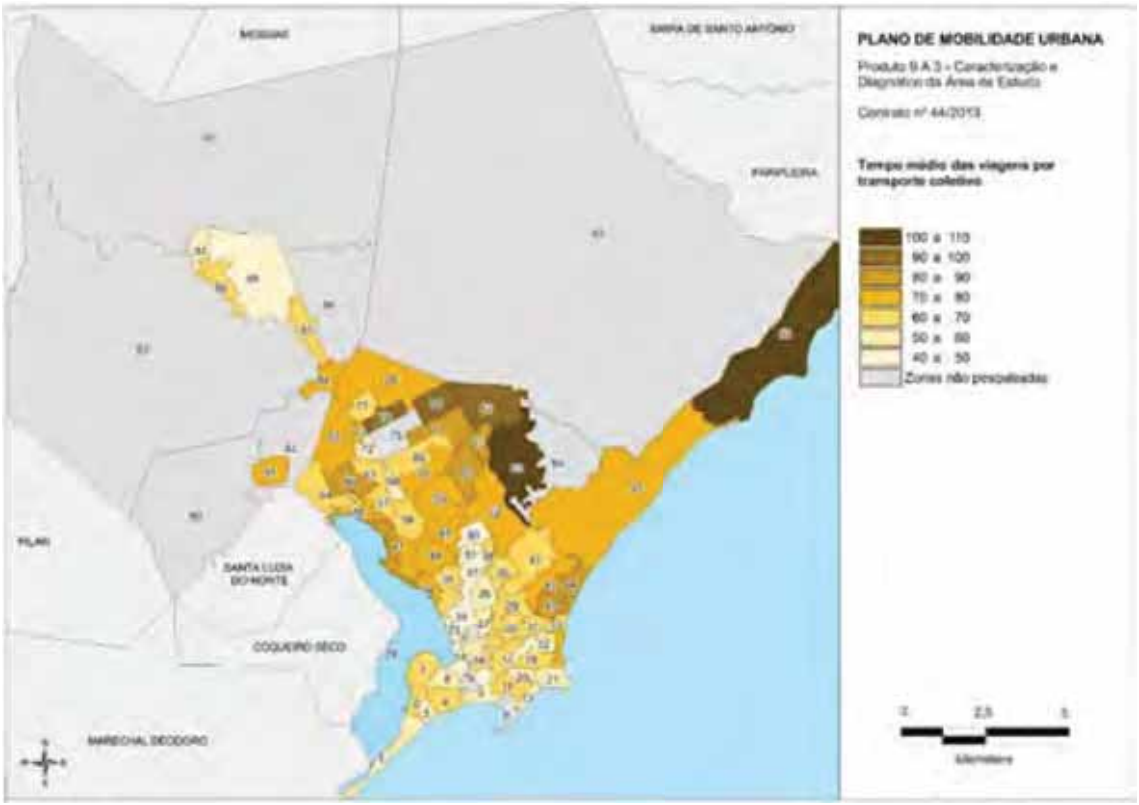
#### *5.5.1.1.2 Padrões de deslocamento: composição e perfil das viagens*

Realocações expressivas de população na direção noroeste (NF3) devem ter ampliado fluxos nesses corredores, com aumentos de tempos de deslocamentos, congestionamentos e

[117] Disponível em: http://transportes.smtt.maceio.al.gov.br/#/resumeLines. Acesso em: nov. 2021.

comprometimento do orçamento das famílias com despesas de transportes. Essa tendência já era mostrada nas análises do Plano de Mobilidade Urbana para o VLT, que revela que os bairros mais distantes e periféricos são os que apresentam maior tempo de deslocamento por transporte público (Figura 235).

**Figura 235. NF4 Maceió, tempo médio de deslocamento por transporte coletivo**




Fonte: Alagoas, Plano de Mobilidade Urbana para o VLT – Produto 9A-3. 2014.

Para analisar os desequilíbrios no nível de mobilidade e acessibilidade em Maceió, foi feita uma associação entre as Zonas de Tráfego (ZT) do citado Plano de Mobilidade Urbana para o VLT, com as áreas que delimitam os NF. O núcleo focal diretamente afetado (NF1), representado pelos bairros de Mutange e parcialmente Pinheiro, Farol, Bom Parto e Bebedouro, é abrangido, majoritariamente pelas ZT 23, 24 e 35 – e também por parcelas menores das ZT 14, 15, 25 e 34. O NF2 abrange, principalmente, as áreas remanescentes dos bairros de Pinheiro, Farol, Bom Parto e Bebedouro e os bairros de Chã de Bebedouro, Chã da Jaqueira, Levada, Pitanguinha e Gruta de Lourdes e está parcialmente associado às ZT 8, 9, 10, 14, 15, 16, 24, 25, 26, 27, 34, 35, 36 e 37. O NF3 abrange áreas contidas nas ZT 7,17,30 e 31 – correspondendo aos bairros mais recentemente incorporados no NF3, ao sul – e às ZT de 39, 41, 47 a 54, 57 a 59, 61 e 62, 66 a 71, 74 a 78 – onde se localizam os bairros do NF3 que se situam mais ao norte. Esta correlação espacial entre as ZT e os bairros não é precisa e por esta razão não contempla a totalidade dos bairros do NF2 e NF3, mas alcança a maior parte dos seus territórios.

Ao comparar os tempos médios de deslocamento de todos os modos e destinos de viagem entre o NF1, revelado pela matriz de origem e destino de 2014, que correspondem principalmente às ZT 23 e 24 – as principais do NF1 –, com as principais ZT do NF2 e com as ZT do noroeste da cidade (NF3), verifica-se que os tempos médios aumentam com o distanciamento das áreas centrais. Em termos de todos os meios de deslocamento, o NF3 apresenta tempos de viagem cerca de 60% maiores do que os do NF1 e cerca de 25% maiores do que os do NF2 – salvo o trecho sul do NF3, mais próximos ao centro, bairros que foram incorporados recentemente ao NF3. Quando comparado o tempo médio de viagem em transportes públicos de 45 minutos na área de realocação (NF1) com o tempo de mais de 80 minutos nos bairros que estão recebendo a maior quantidade das famílias realocadas, percebe-se a necessidade de criar condições locais para atenuar essas diferenças (Tabela 125).

A Tabela 125 também revela que os meios de transportes ativos respondem por cerca de 42% das viagens dos residentes, independentemente de estarem localizados no centro ou na periferia. Esse alto percentual, principalmente no NF3, reforça a necessidade de melhoria nas condições dos passeios públicos e de implantação de uma rede cicloviária. No entanto, apesar das diretrizes apontadas no Plano Diretor de Transporte Urbano - PDTU (BRASIL, 1982) e do Plano de Mobilidade Urbana para o VLT (2015), essa questão avançou muito pouco na cidade nos últimos anos. O último plano propôs a criação de uma taxa para a Prefeitura adequar todas as calçadas, mas o Código de Urbanismo e Edificações, ainda em 2007, estabelecia a competência do proprietário do lote ou terreno para a construção e manutenção dos passeios públicos (SILVA, 2011).

Com relação ao transporte público, o NF3 apresenta percentualmente um maior número de usuários do que o NF1 e o NF2 (Tabela 125). Como os tempos médios de viagem em transporte público são maiores, conclui-se que as famílias realocadas para essas áreas serão muito afetadas por tempos de viagem mais longos. Assim, reforça-se também a necessidade de assegurar melhores condições nos transportes públicos, principalmente no NF3. Essas duas demandas associadas, transporte ativo e público, dão força ao argumento da implantação de ações de DOT no NF3, com ênfase nas suas centralidades.

**Tabela 125. NF1, NF2 e NF3, tempos médios de deslocamento e transporte ativo, segundo as principais zonas de tráfego**

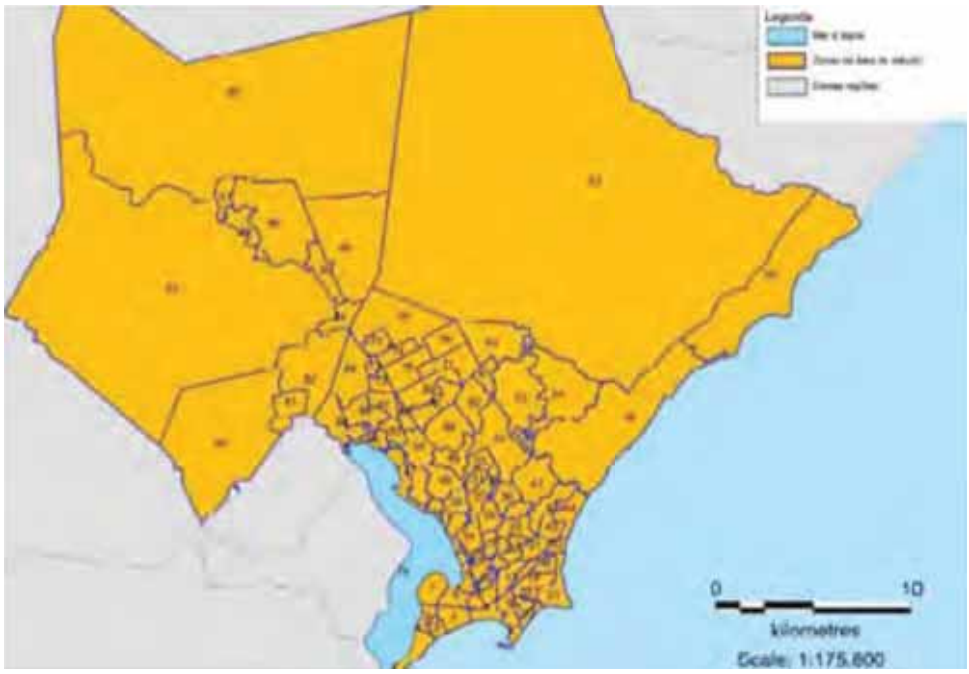
| | NF1<br>ZT 23 e 24 | NF2<br>ZT 14,15, 24, 26, 27, 34, 35 e 36 | NF3<br>ZT 59 a 78 |
|---|---|---|---|
| Tempo médio: transporte público | 45,5 minutos | 58,0 minutos | 83,8 minutos |
| Tempo médio: todos os modos | 23,3 minutos | 30,1 minutos | 37,6 minutos |
| Transporte ativo (%) | 34,49 | 43,60 | 47,77 |
| Transporte coletivo (%) | 22,82 | 18,22 | 29,00 |
| Transporte individual (%) | 42,30 | 38,18 | 23,23 |

Fonte: Alagoas, Plano de Mobilidade Urbana para o VLT. 2015. Elaboração: Diagonal, 2021

*5.5.1.1.3 Relação das matrizes de origem/ destino com as mudanças decorrentes da subsidência*

As análises que dão suporte ao diagnóstico se fundamentam nos dados socioeconômicos e de geração e atração de viagens da pesquisa de origem e destino que deu base ao desenvolvimento do Plano de Mobilidade Urbana para o VLT de Maceió em 2015. A pesquisa foi realizada por entrevistas em 2,9 mil domicílios nos municípios de Maceió, Rio Largo e Satuba, que foram divididos em 90 ZT, sendo 79 localizadas em Maceió. Adicionalmente à pesquisa domiciliar, foi realizada pesquisa de linha de contorno nos principais acessos à cidade (AL-101 Norte, Paripueira; AL-101 Sul, Marechal Deodoro; BR-104, Rio Largo; BR-316, Satuba; BR-101/ AL-210, Rio Largo), com contagem veicular bidirecional complementada por pesquisa de origem e destino com os motoristas (MACEIÓ, 2015). Essa última pesquisa visou quantificar as viagens produzidas e atraídas fora das 90 ZT das cidades de Maceió, Rio Largo e Satuba. A Figura 236 apresenta a estruturação da área da pesquisa em ZT.

**Figura 236. NF4 Maceió, zonas de tráfego da Região Metropolitana**



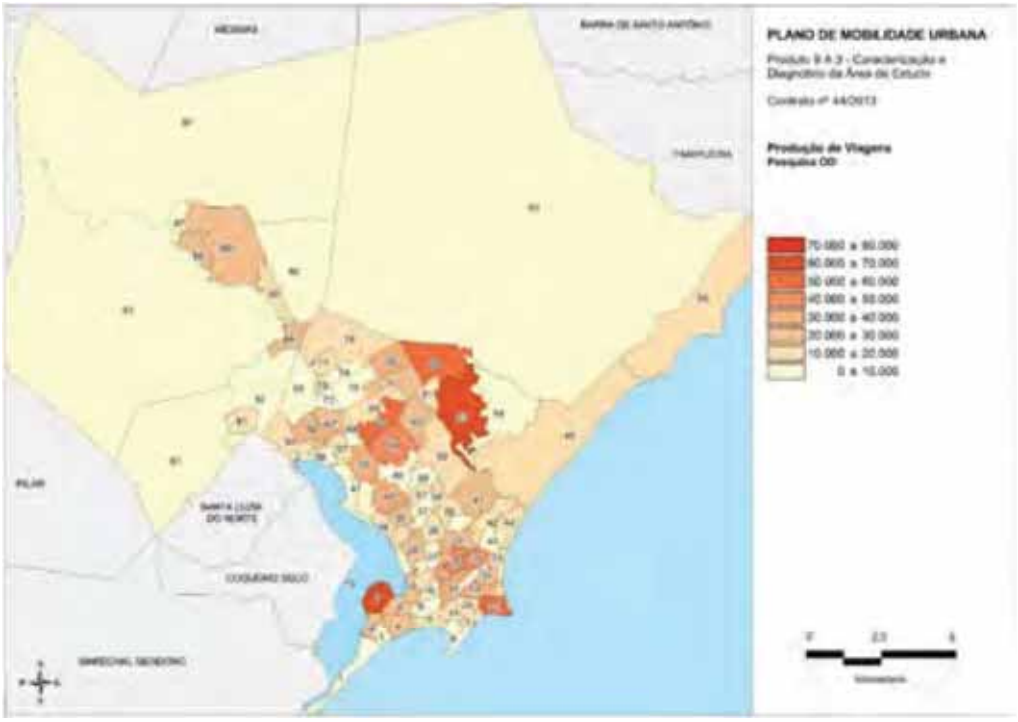

Fonte: Alagoas, Plano de Mobilidade Urbana para o VLT - Produto 9A-3. 2014.

O Plano de Mobilidade Urbana para o VLT baseou-se em levantamentos de dados socioeconômicos e demográficos obtidos nas entrevistas domiciliares, aplicados depois para planejar a rede de transportes, usando o modelo de quatro etapas de planejamento. Esse modelo é considerado uma forma primária de fazer previsão de demandas futuras a partir de ZT predefinidas. Segundo McNally (2000), o modelo de quatro etapas se inicia com a estimativa da geração de viagens por diferentes motivos, resultando assim em um modelo de produção. Na segunda etapa, são definidas as matrizes de produção e atração de viagens. A terceira etapa representa a distribuição modal realizada por modelos de escolhas discretas. Finalmente, a quarta e última etapa se refere à alocação da rota a partir de pares de origem e destino. Os resultados da aplicação do modelo de produção e de atração de viagens são apresentados na Figura 237 e na Figura 238.

De acordo com a Figura 237, os grandes geradores de viagens se situam nas áreas mais populosas e densas da cidade, principalmente em vastas áreas da zona noroeste onde está o NF3 – em especial o Tabuleiro do Martins (ZT 70) e o Benedito Bentes (ZT 53 e 62) – e se destaca, ainda, o Vergel do Lago (ZT 7) igualmente integrante do NF3, mas situado ao sul. Também as áreas do NF2 e a orla se configuram como importantes produtores de viagem.

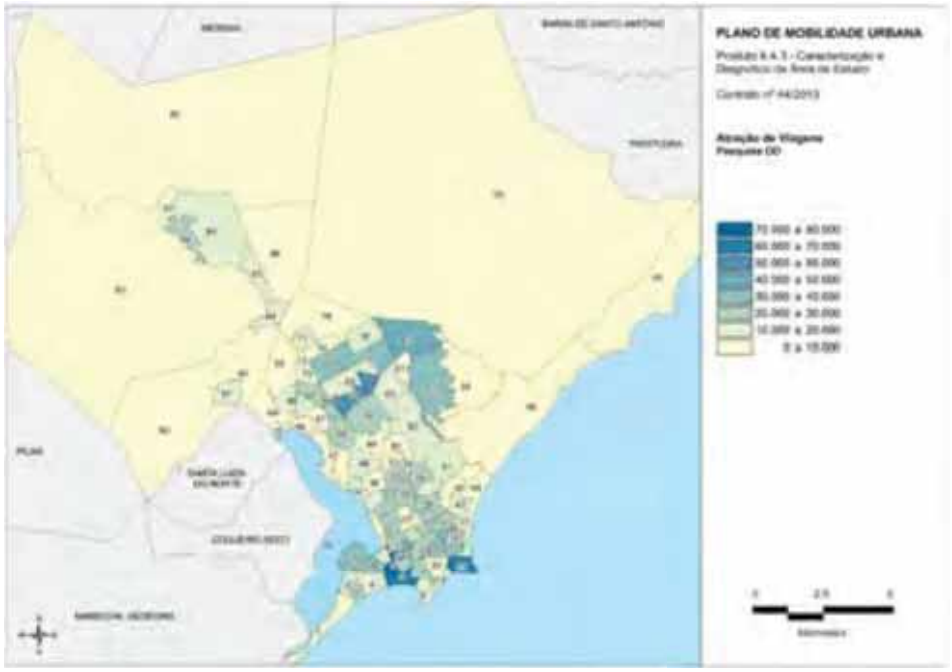
Com relação às áreas atratoras de viagem, destacam-se, na Figura 238, como blocos em tonalidades mais escuras, o centro tradicional, a orla mais central e o polo noroeste que, sendo também um grande gerador de viagens e com uso do solo predominante misto, revelam centralidades em desenvolvimento. Como essa área que abriga o NF3 está recebendo a maioria de todos os realocados, passa então a representar um espaço de atenção para ações de ajustes e adequações nas condições de mobilidade urbana.

**Figura 237. NF4 Maceió, viagens produzidas por zonas de tráfego**




Fonte: Alagoas, Plano de Mobilidade Urbana para o VLT - Produto 9A-3. 2014.

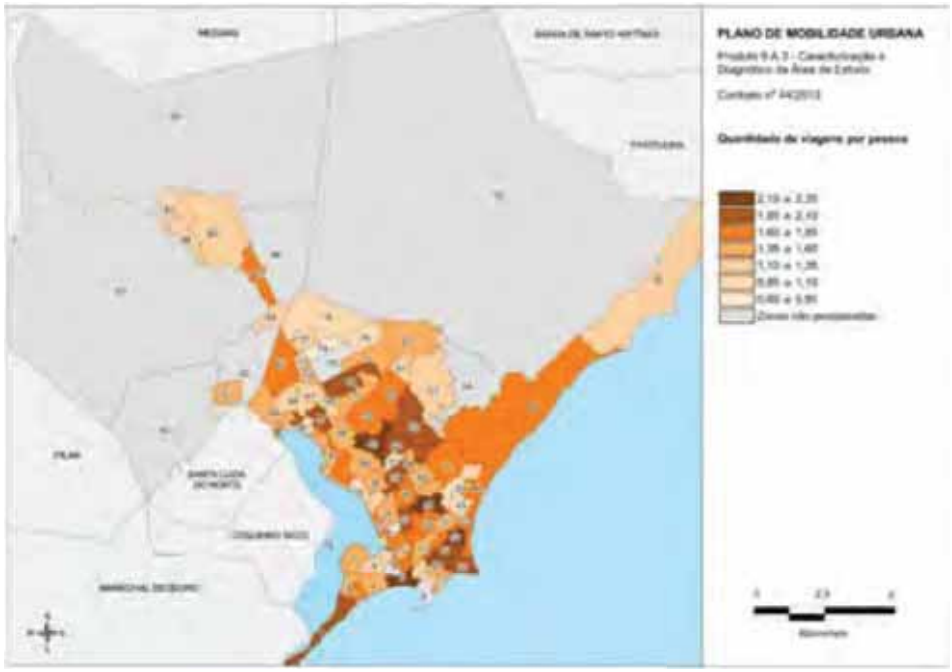
**Figura 238. NF4 Maceió, viagens atraídas por zonas de tráfego**




Fonte: Alagoas, Plano de Mobilidade Urbana para o VLT - Produto 9A-3. 2014.

Os estudos realizados também demonstram resultados expressivamente variáveis no *índice de mobilidade* por ZT, que revela a média de viagens por pessoa a cada dia, como pode ser visto na Figura 239 a seguir.

**Figura 239. NF4 Maceió, índice de mobilidade por zonas de tráfego**




Fonte: Alagoas, Plano de Mobilidade Urbana. 2014. Elaboração: Diagonal, 2021.

Para fornecer subsídios na discussão dos impactos em termos de demanda por transporte foram sistematizados dados estimativos sobre os bairros que receberam as famílias realocadas. Até agosto de 2023, foram realizadas 6,7 mil mudanças definitivas dentro de Maceió. Para realizar uma projeção da população realocada por Núcleos Focais, utilizou-se o mesmo percentual dos dados de famílias realocadas de forma definitiva por bairros, conforme Pesquisa de Pós-Compensação (ver Tabela 20), considerando-se o total estimado de população realocada exposto no item 2.4 Panorama sobre o destino das mudanças pós-realocação. Esses dados foram utilizados para estimar mudanças no número de viagens baseados na matriz de origem e destino estudada, para a situação após a finalização das realocações.

A partir das estimativas de população realocada por bairro (Tabela 126, a seguir, com base na citada Tabela 20), multiplicada pelo índice de mobilidade médio[118], foi projetado o número de novas viagens diárias produzidas pelas zonas de destino.

**Tabela 126. Projeção de pessoas realocadas e de número de novas viagens produzidas**

| Bairros de destino | População adicional estimada (mil habitantes) | Nº de viagens adicionais estimado (mil viagens) |
|---|---|---|
| **TOTAL NF-02** | **6,8** | **10,1** |
| - NF3 porção norte | 14,8 | 21,8 |
| - NF3 porção sul | 0,9 | 1,3 |
| **TOTAL NF-03** | **15,7** | **23,1** |
| TOTAL DEMAIS BAIRROS | 7,9 | 11,7 |
| **TOTAL GERAL** | **30,5** | **44,9** |

Elaboração: Diagonal, 2023.

É importante destacar que o conteúdo da Tabela 126 deriva de estimativas e pode-se admitir uma variação positiva de até 10% sobre as estimativas realizadas. Ou seja, admite-se que a população realocada que continua residindo em Maceió alcance mais de 35.000 habitantes e que o volume adicional de viagens decorrente dessas mudanças possa chegar a 45 ou 50 mil.

Destacando-se como território de maior número de viagens produzidas figura o trecho norte do NF3 – justamente a área mais distante e com maior média de tempo de deslocamento. É assim que se reafirma a necessidade de concentração de esforços nesses bairros formulando soluções na direção dos conceitos do DOT – em busca de possibilidades de redução na necessidade de realização de deslocamentos.

[118] Os índices de mobilidade por ZT apresentam uma média geral de 1,47 viagem por habitante/dia em Maceió, com variação de 0,60 (em bairros de menor renda) a 2,35 (em bairros de maior renda).

#### 5.5.1.2 Centralidades

Neste item são analisadas as condições de deslocamento que dão suporte à população realocada, tendo como objetivos identificar e delimitar as centralidades e caracterizar suas infraestruturas de mobilidade, sobretudo as relacionadas ao transporte ativo e ao acesso ao transporte coletivo. Os estudos e análises estão baseados em dados informações que permitem avaliar os impactos relacionados à subsidência e à realocação das famílias e atividades, compreendendo três momentos: situação anterior à subsidência; situação extraordinária; e situação resultante.

##### *5.5.1.2.1 Situação anterior à subsidência*

Para caracterizar a situação anterior à subsidência, foram identificadas as centralidades na cidade, radiais ou lineares, pelo cruzamento de dados relativos à distribuição dos seguintes elementos básicos que condicionam sua formação:

- os corredores de atividades múltiplas (CAM)[119], de acordo com a Lei 5593/2007, Código de Urbanismo e Obras de Maceió;
- a densidade populacional (IBGE, 2010), ajustada pelo levantamento de novos conjuntos edificados a partir de 2010;
- os equipamentos sociais, de saúde e de educação (SEDET, 2021);
- atividades de comércio e serviço, com base no cadastro de CNPJ (RECEITA FEDERAL, julho de 2021), selecionadas pelo porte e perfil de atividade.

Foram analisadas as dinâmicas existentes no NF1 e no NF2, visando verificar a extensão das centralidades de suporte a essa região, de modo a obter elementos para avaliar os efeitos decorrentes da subsidência.

Os CAM estão predominantemente concentrados na região central e nos bairros da orla, como Ponta Verde e Jatiúca, nos principais eixos radiais, a exemplo da AL-101, na Av. Menino Marcelo e Av. Fernandes Lima, bem como nas principais ruas e avenidas de bairros periféricos, indicando as áreas potenciais de maior dinamicidade (Mapa 34).

Em uma relação de retroalimentação, a diversidade de usos que pode ser atraída pelos CAM contribui para o adensamento populacional de seu entorno e, consequentemente, demanda a instalação de equipamentos urbanos, especialmente os relacionados à saúde, educação e assistência social.

O caminho inverso também pode ocorrer: áreas que passaram por um rápido aumento da densidade demandarem o incremento de atividades comercial, de serviços e equipamentos urbanos. Esse tipo de situação acorre em algumas áreas mais periféricas de Maceió que

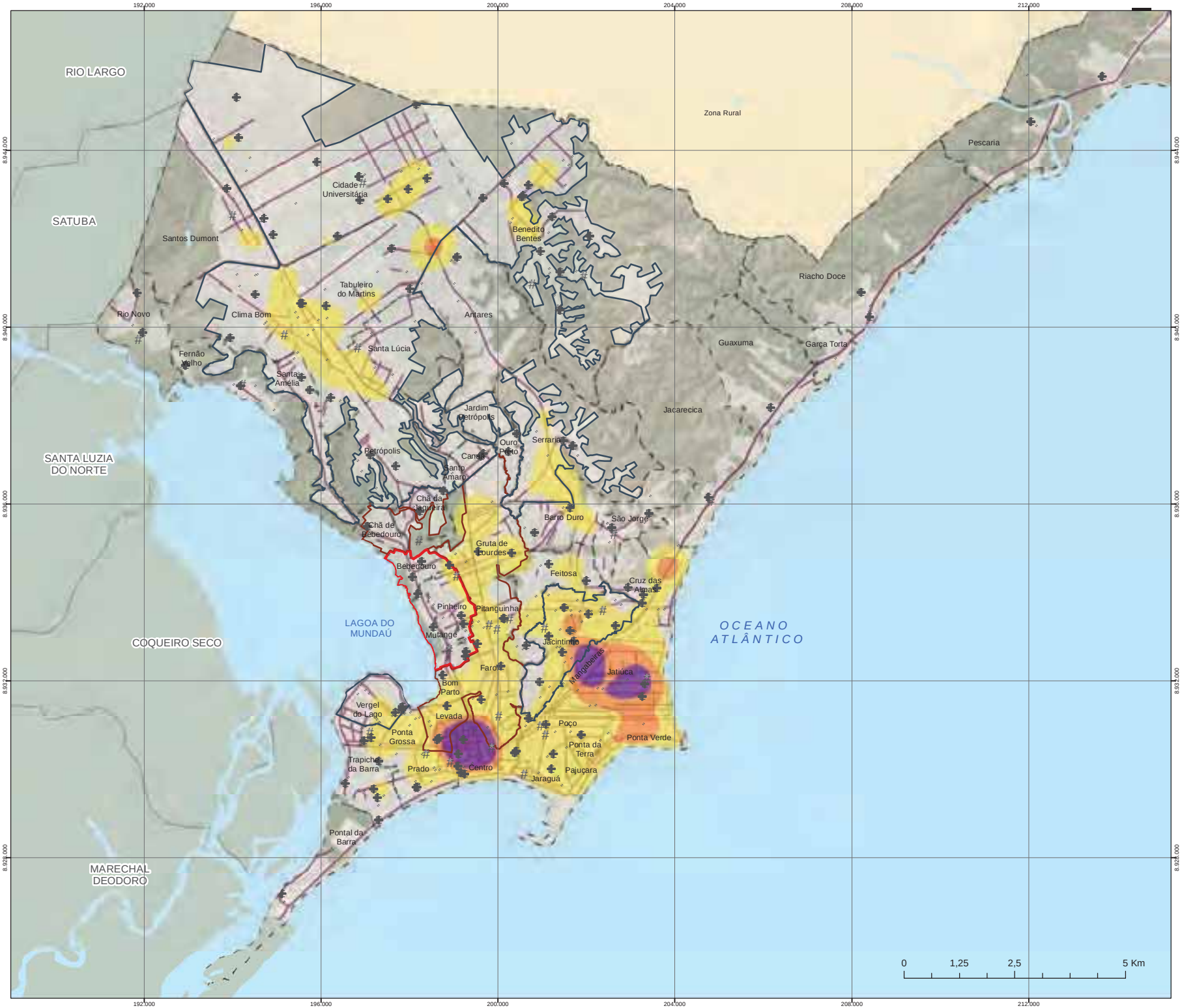
[119] O Código de Urbanismo e Edificações de Maceió define CAM como “os eixos viários na cidade destinados aos usos comercial, de serviços e industrial e à implantação preferencial dos estabelecimentos de médio e grande porte” (MACEIÓ, 2007, p. 29).

receberam grandes conjuntos residenciais, principalmente a partir de 2009, impulsionada pelo programa Minha Casa, Minha Vida.

Nesse sentido, o adensamento populacional é um dos elementos estruturadores das centralidades e condição fundamental para a construção de um modelo de DOT. O Mapa 34 e o Mapa 35 mostram, para Maceió, a disposição de equipamentos e a densidade populacional, respectivamente, considerados indicadores de centralidades já consolidadas ou em processo de consolidação.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS



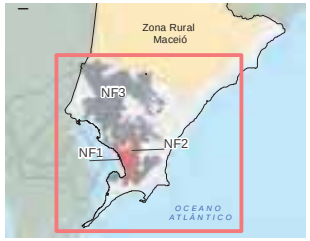

## LEGENDA

E ipamentos Públicos
- Saúde
- Assistência Social
- Educação

Refer ncias
- Corredores de Atividades Múltiplas
- Concentração de CNP

Núcleos Focais
- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana
- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF4 MACEIÓ, CORREDORES DE ATIVIDADES MÚLTIPLAS, EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E CONCENTRAÇÃO DE CNP**

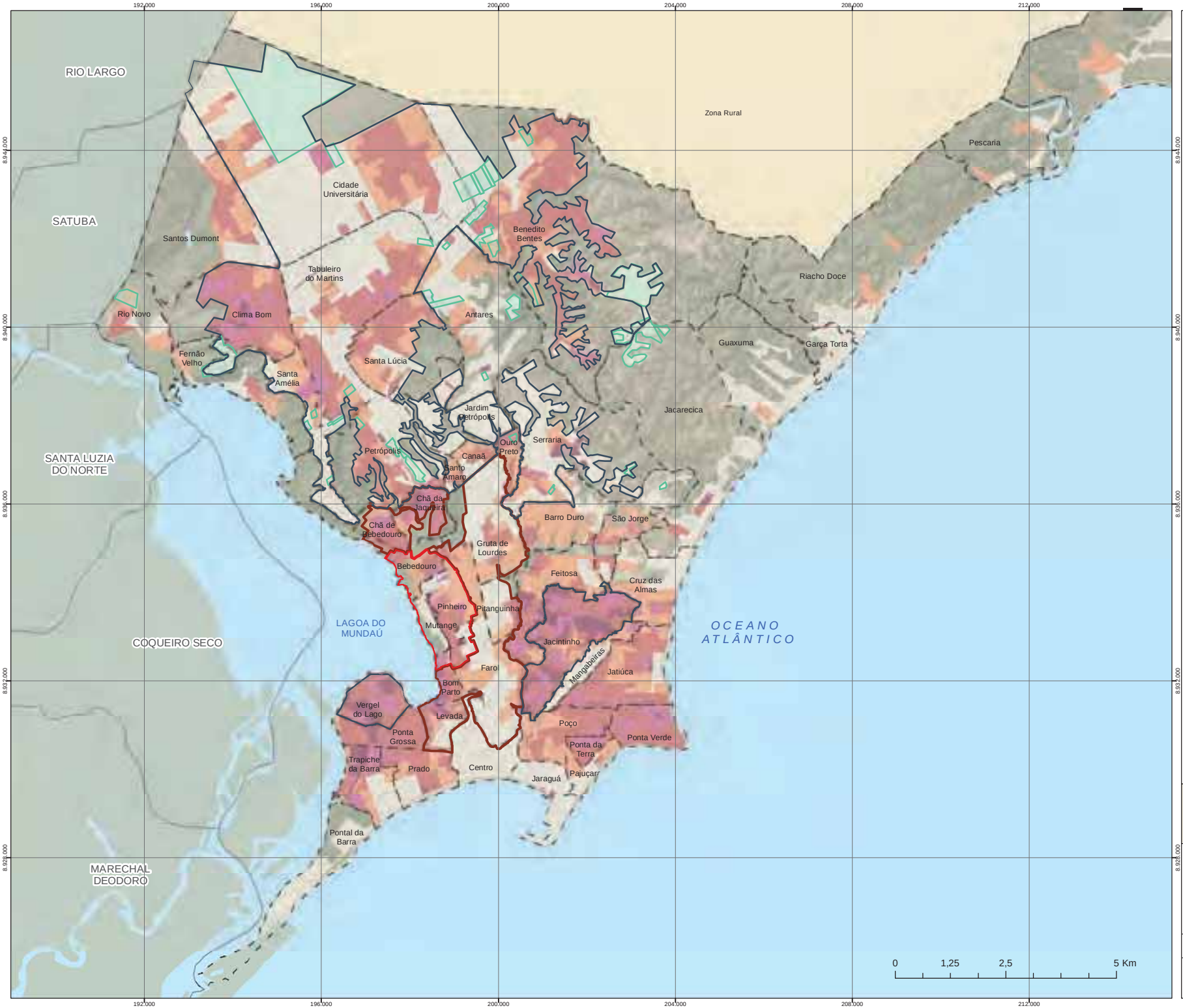
Mapa 34

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)
CAM (CÓDIGO DE URBANISMO E OBRAS, 2007)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: | |
|---|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 | Diagonal |




# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS

## LEGENDA

Conjuntos Habitacionais (2010/2020)

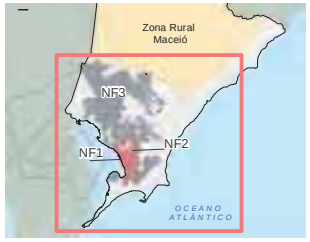
Densidade Pop lacional hab ha
IBGE, 2010

- 0 - 50
- 50 - 100
- 100 - 200
- 200 - 300
- 300 acima

*Área efetivamente urbanizada dos setores censitários, a partir de fotointerpretação.

Núcleos Focais
- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana
- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




**NF4 MACEIÓ, DENSIDADE POPULACIONAL E NOVOS CON UNTOS RESIDENCIAIS**

Mapa 3

Fonte dos Dados:
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
SETORES CENSITÁRIOS (IBGE, 2010)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

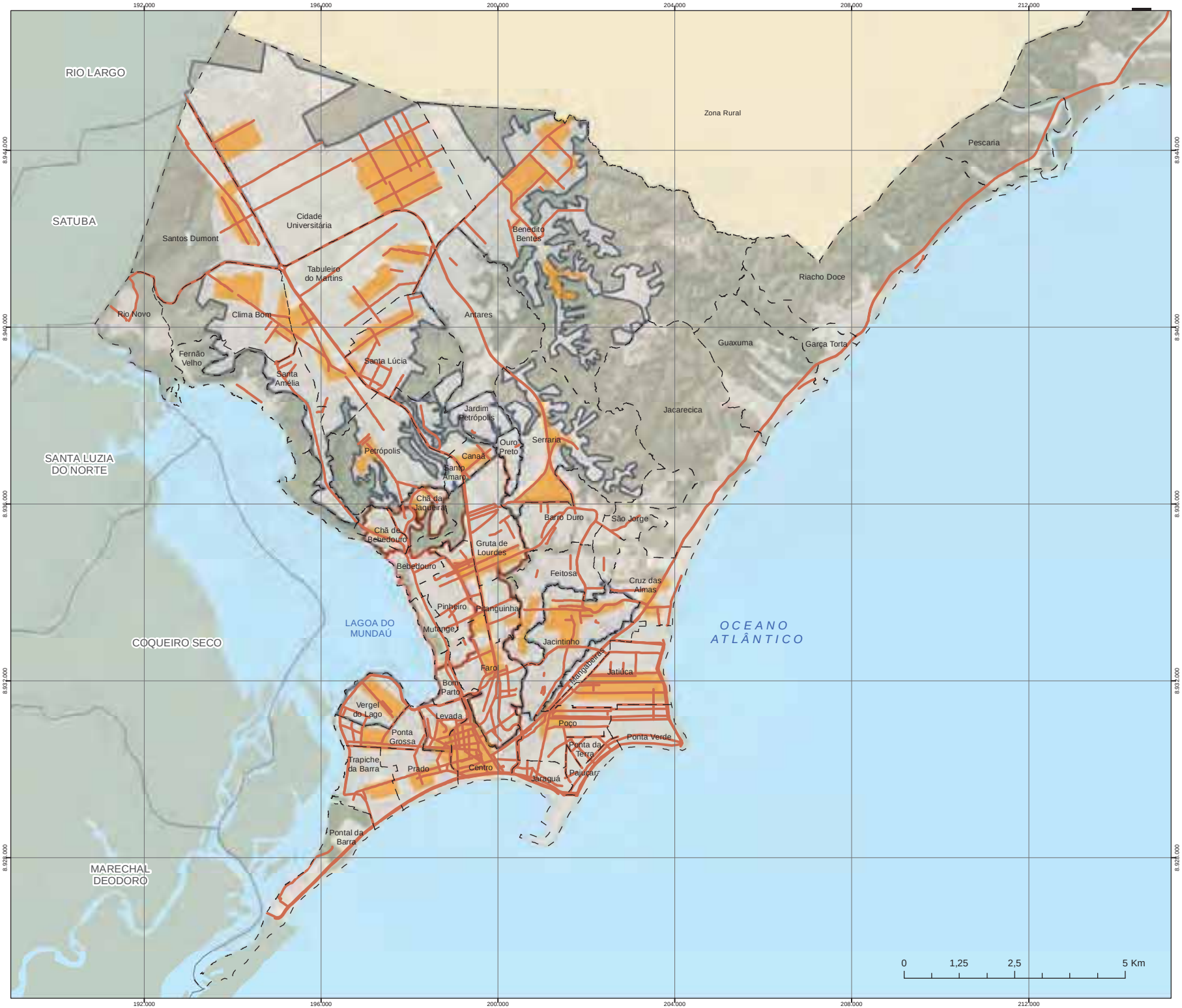
| Informações Cartográficas: | Data: | |
|---|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 | Diagonal |

No Mapa 34 também foi adicionado um mapa de calor baseado na distribuição territorial dos CNPJ (RECEITA FEDERAL, 2021), que indica uma significativa incidência de usos não residenciais fora da região central de Maceió, entre o norte e o oeste da área urbana que, junto com a concentração de equipamentos urbanos, demonstra uma dinâmica diferenciada na região, tendo como suporte algumas centralidades emergentes. A significativa concentração de usos não-residenciais em áreas como essas, que passam por um processo recente de adensamento, tem a capacidade de reter muitos dos deslocamentos que tenderiam a ir ao centro da cidade, como se observou nos mapas de produção e atração de viagens. A função das centralidades deve ser fortalecida como medida de racionalização dos deslocamentos na cidade de um modo geral e, especialmente, diante de uma situação extraordinária, como a realocação de milhares de famílias.

Do cruzamento do conjunto de informações selecionadas foi identificada uma rede composta por trinta centralidades, previamente delimitadas em função das concentrações de população, estabelecimentos e equipamentos urbanos, trazendo as centralidades que potencialmente podem dar suporte à população realocada (Mapa 36).

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

Centralidades identificadas no Territ rio de Macei

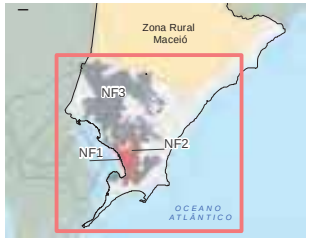
- Corredor de Atividades Múltiplas - CAM
- Centralidades

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




NF4 MACEIÓ, IDENTIFICAÇÃO DAS REAS DE CENTRALIDADE E SUA REDE

Mapa 36

Fonte dos Dados:
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CAM (CÓDIGO DE URBANISMO E OBRAS , 2007)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

#### *5.5.1.2.2 Situação extraordinária*

A análise da situação extraordinária é feita a partir de informações sobre a realocação das famílias, obtidas por meio de entrevistas, e dos possíveis efeitos sobre as áreas do NF2 e NF3, a partir dos seguintes procedimentos:

- espacialização das pesquisas referentes à realocação das famílias, situando os principais bairros receptores da população do NF1;
- efeitos sobre a centralidade do NF2, considerando a recepção de população e de equipamentos realocados, a partir da dissolução da centralidade radial do NF1.

Analisando a dinâmica do NF1 como um indício de como será a demanda resultante das realocações, foram desativados equipamentos de assistência social, saúde e educação que atendiam ao NF1 e ao entorno, NF2. As atividades de comércio e serviços somavam 144 registros de CNPJ ativos na região (Figura 240).

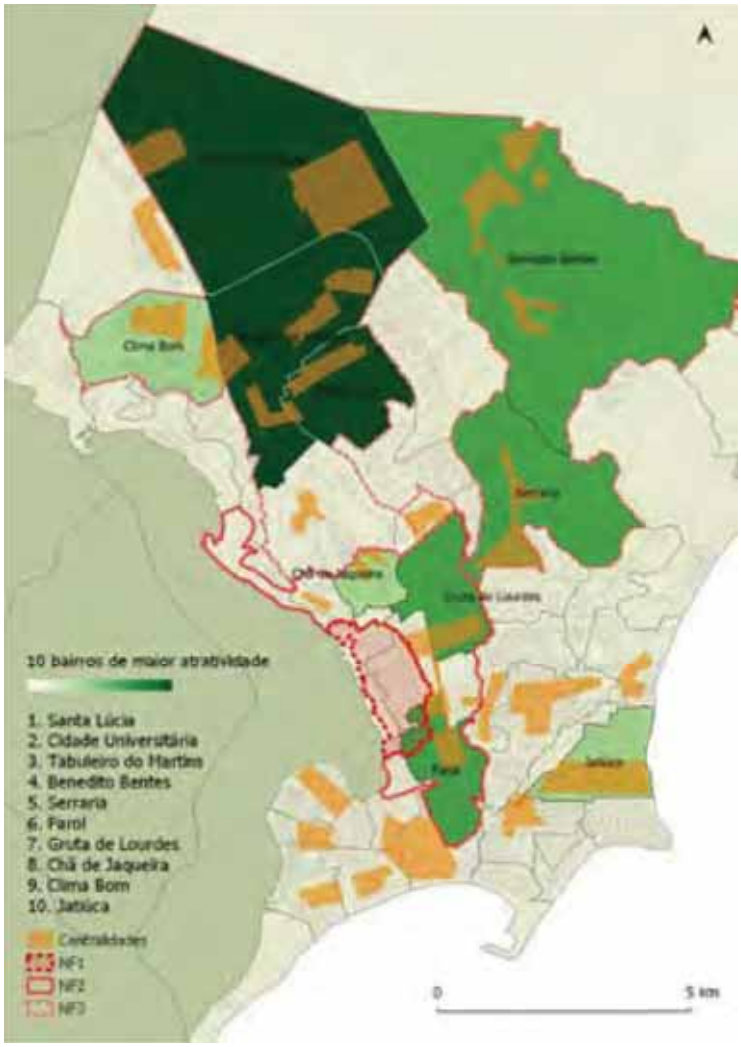
**Figura 240. NF1, equipamentos públicos de assistência social, educação e saúde, concentração de CNPJ e corredores de atividades múltiplas**



Elaboração: Diagonal, 2021.

A partir dos dados da população realocada, pode-se observar a diversidade socioeconômica que existia no NF1, na medida em que Jatiúca, por exemplo, um bairro típico de classes mais altas de Maceió, figura como o nono bairro que mais recebeu famílias realocadas (até outubro de 2021). Outros exemplos são os bairros de Gruta de Lourdes, como o sétimo, e Serraria, como o quarto bairro mais atrativo, contemplando uma parcela da classe média moradora do NF1. Entretanto, a maior parte da população seguiu para bairros mais periféricos, sendo Cidade Universitária, Santa Lúcia e Tabuleiro do Martins os três bairros mais atrativos, em ordem crescente (Figura 241).

**Figura 241. Principais bairros receptores e centralidades, agosto/2021**




Elaboração: Diagonal, 2021.

### *5.5.1.2.3 Situação resultante*

Este item trata da caracterização, análise e indicação de diretrizes de intervenção para infraestrutura de mobilidade nas centralidades das principais áreas receptoras. Foram selecionadas as centralidades consideradas mais relevantes para os propósitos deste estudo e, nelas, identificados os elementos básicos da infraestrutura de mobilidade relativos às

dimensões viárias, infraestruturas de pavimentação e drenagem, circulação e acessibilidade, bem como os usos predominantes. Para esta análise foram usados os recursos de imagem de satélite (GOOGLE EARTH, 2020) e fotografias (GOOGLE STREET VIEW, 2019) [120]. A tipologia viária foi classificada de acordo com o padrão e o uso predominante (GLOBAL STREET DESIGN GUIDE, 2016), estabelecendo a seguinte hierarquia:

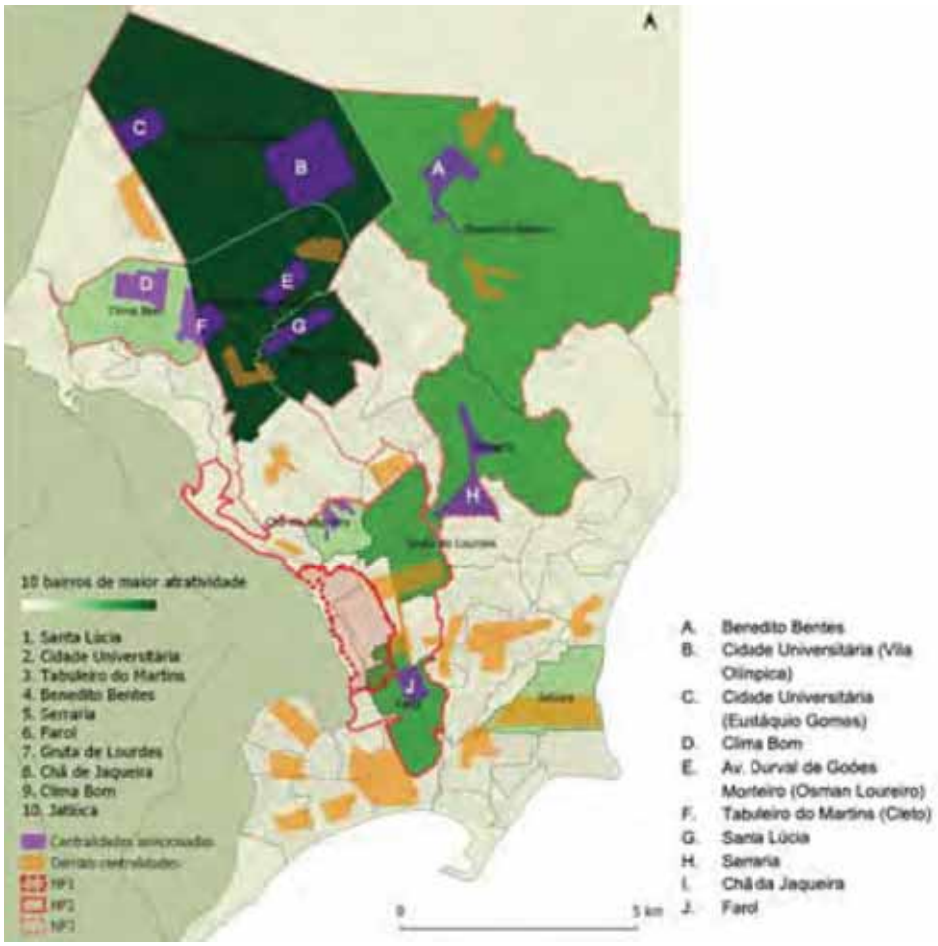
- corredores de transporte: vias de alta capacidade, escala intermunicipal e caráter rodoviário com faixas de rolamento nos dois sentidos, margeadas por grandes lotes de comércio, logística e indústria;
- vias principais: vias de escala municipal e predomínio de uso comercial;
- vias secundárias: vias de escala de bairro, predomínio de uso misto e equipamentos urbanos, tendem a ser rota de transporte público e contam com alto fluxo de pedestres;
- vias locais: vias com predominância residencial próxima às centralidades.

A seleção de centralidades prioritárias objetiva reconhecer as condições da infraestrutura viária que dá suporte aos meios ativos de deslocamento e ao acesso ao transporte coletivo, visando uma posterior intervenção. Por isso, foram priorizadas centralidades em bairros mais periféricos, com maior potencial de integração entre o transporte ativo e o coletivo e que demandavam maior investimento em infraestrutura, de modo que Jatiúca e Gruta de Lourdes não foram considerados prioritárias.

Seguindo esses critérios, foram priorizadas dez centralidades para caracterização: no NF3 - Benedito Bentes; Cidade Universitária (Vila Olímpica); Cidade Universitária (Eustáquio Gomes); Clima Bom; Av. Durval Góes Monteiro (Osman Loureiro); Tabuleiro do Martins (Cleto); Santa Lúcia; Serraria; e no NF2 - Chã da Jaqueira e Farol (Figura 242).

[120] O trabalho de caracterização teve como referência inicial os estudos realizados para o processo de revisão do Plano Diretor (2015/2016), mas foi complementado por visitas de campo e levantamentos fotográficos para atualizar informações e subsidiar a análise do contexto de cada centralidade. Para dar unidade na expressão gráfica, foram feitos mapas temáticos auxiliares e se optou por apresentar fotos públicas do Google Street View para oferecer visões panorâmicas em escala e angulação semelhantes visando facilitar comparações.

**Figura 242.** Principais bairros receptores e centralidades prioritárias, 2021




Elaboração: Diagonal, 2021.

Considerando as análises da infraestrutura de mobilidade, a fim de identificar as demandas de adequação do transporte ativo e de integração com o transporte coletivo em cada centralidade, a extensão viária, de acordo com a tipologia, consiste num elemento de suporte para o pré-dimensionamento de intervenções e respectivos valores de investimentos. A Tabela 127 mostra as centralidades e seu entorno, com a extensão viária das vias de cada tipologia.

**Tabela 127. Extensão viária por centralidade e tipologia (km)**

| | Locais (km) | Secundárias (km) | Principais (km) | Corredores (km) | Total (km) |
|---|---|---|---|---|---|
| Farol | 3,2 | 0,9 | 0,8 | 0,7 | 5,6 |
| Serraria | 5,7 | 1,7 | 1,4 | 3,1 | 11,9 |
| Chã da Jaqueira | 3,4 | 1,2 | | | 4,6 |
| Santa Lúcia | 7,9 | | 3,4 | | 11,3 |
| Tabuleiro do Martins (Cleto) | 8,1 | 1,4 | 1,1 | | 10,6 |
| Av. Durval de Góes Monteiro (Osman Loureiro) | 7,4 | 2,7 | 1,5 | 0,6 | 12,2 |

| | Locais (km) | Secundárias (km) | Principais (km) | Corredores (km) | Total (km) |
|---|---|---|---|---|---|
| Clima Bom | 10,8 | 3,9 | | | 14,7 |
| Cidade Universitária (Vila Olímpica) | 3,4 | 10,3 | | | 13,5 |
| Cidade Universitária (Eustáqui Gomes) | 34,1 | 4,1 | | | 38,2 |
| Benedito Bentes | 9,1 | 3,4 | 2,5 | | 15,0 |
| Jacintinho | 5,1 | | 2,1 | 2,1 | 9,3 |
| **Total** | **98,2** | **29,6** | **12,8** | **6,5** | **147,1** |

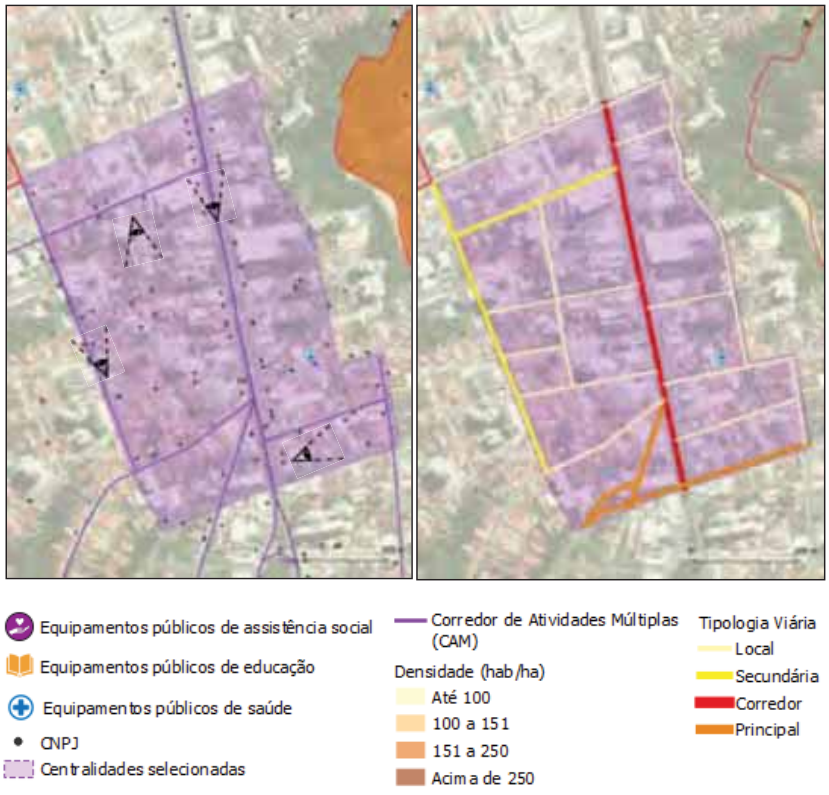
Elaboração: Diagonal, 2021.

A seguir são caracterizadas as centralidades consideradas prioritárias.

## Farol

A área de início da Av. Fernandes Lima, sentido subúrbio, foi caracterizada como centralidade devido à concentração de CAM, CNPJ e linhas de integração. O bairro Farol foi o sexto mais procurado como destino definitivo das famílias realocadas e é, concomitantemente, parte do entorno (NF2) impactado (Figura 243). Cortada por vias de diferentes características, intervenções na Av. Fernandes Lima impactam uma população ampliada, pois, além de atender à população do entorno próximo, atrai pessoas de toda a Maceió e dos municípios vizinhos.

**Figura 243. NF2, Farol, identificação e situação da centralidade**




Elaboração: Diagonal, 2021.

Classificado como “corredor”, esse trecho da Av. Fernandes Lima tem cerca de 40 metros de largura (Figura 244), com calçadas com cerca de 3,5 metros e canteiro central de 8 metros. As infraestruturas de iluminação, pavimentação e drenagem estão em boas condições. As calçadas largas, niveladas e sem obstáculos possibilitam uma satisfatória acessibilidade para pedestres. Quanto ao transporte público, há a presença de faixas exclusivas e uma boa oferta de linhas que atendem a via, inclusive com possibilidade de integração temporal. Entretanto, não há ciclofaixa ou outro tipo de infraestrutura cicloviária no trecho analisado.

**Figura 244. NF2, centralidade Farol: “corredor”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

Uma segunda hierarquia identificada nessa centralidade é a de via “principal” (Figura 245), sendo escolhida para análise um trecho da Av. Gov. Afrânio Lages, que tem predomínio comercial, mas de menor influência urbana. O trecho analisado tem cerca de 20 metros de largura, com calçadas de 2,5 metros, aproximadamente. O porte do comércio é menor que o existente nas vias do tipo “corredor”. As infraestruturas são inadequadas, com iluminação apenas na escala do automóvel, a acessibilidade é comprometida pela alta frequência de desníveis e obstáculos, além da ausência de infraestruturas cicloviárias. Não há faixas prioritárias para transporte coletivo e os pontos de parada não oferecem acessibilidade para espera, embarque e desembarque dos passageiros.

**Figura 245. NF2, centralidade Farol: “principal”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

Para as hierarquias dos tipos “secundária” e “local” (Figura 246 e Figura 246), a Rua Prof. Virgínio e a Rua Bacharel Floriano Ivo são exemplos que apresentam padrões semelhantes, embora a

primeira tenha maior incidência de comércios e serviços e um fluxo mais intenso, tanto de veículos como de pedestres.

**Figura 246. NF2, centralidade Farol: "secundária"**



Fonte: Google Mapas, 2021.

**Figura 247. NF2, centralidade Farol: "local"**



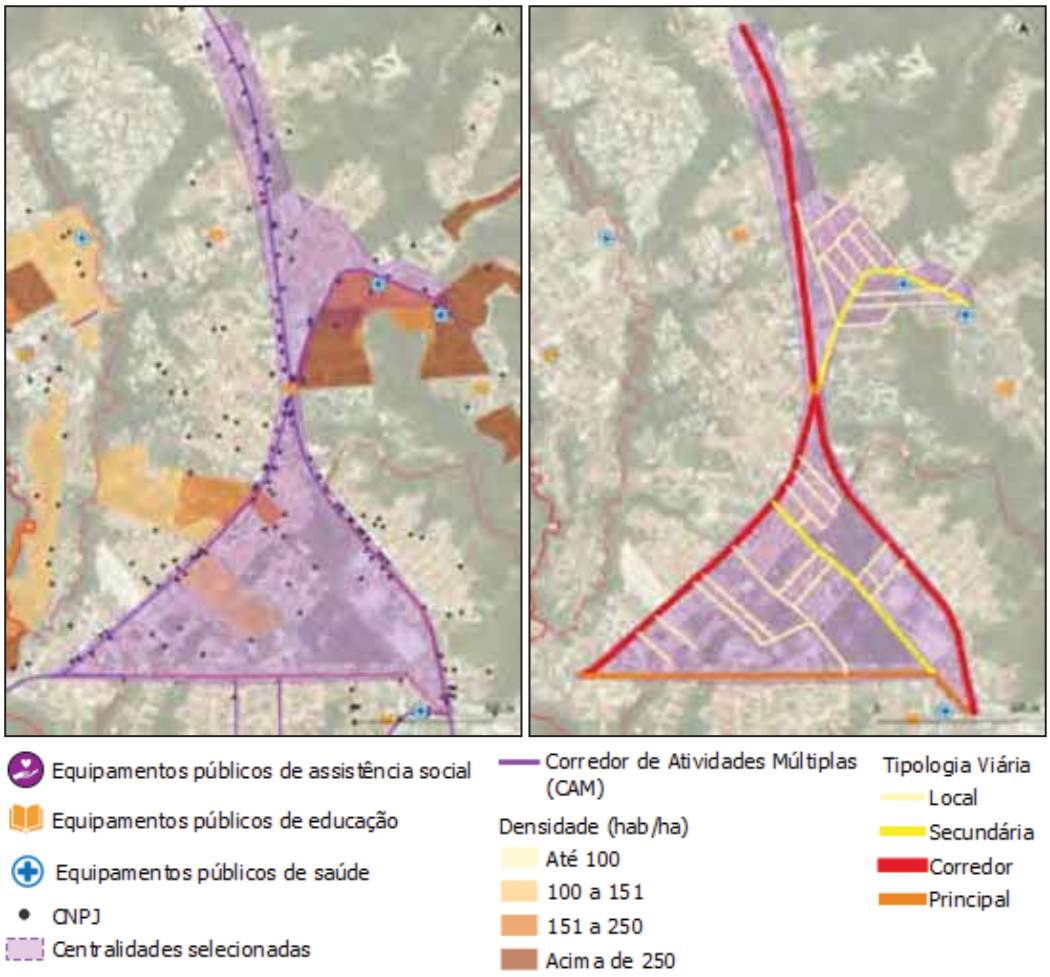
Fonte: Google Mapas, 2021.

Essas vias têm aproximadamente 11 metros de largura total, com calçadas de 2 metros, no máximo. Não há circulação de transporte coletivo, o fluxo de pedestres não é muito expressivo e, nas vias "locais" está parte expressiva das vagas em logradouros públicos. O padrão das moradias no bairro Farol é de residências unifamiliares de alto padrão, embora seja possível notar a substituição dessa tipologia por condomínios verticais, o que vem aumentando a densidade do bairro.

## Serraria

A região do cruzamento da Av. Menino Marcelo e Av. Getúlio Vargas, no bairro de Serraria (Figura 248), é uma centralidade importante em relação ao transporte coletivo por conter diversas linhas que fazem integração temporal e por estar próxima ao terminal do Rotary. Além da concentração de comércios, serviços e equipamentos públicos, a centralidade de Serraria tem uma densidade populacional mais alta, com áreas com mais de 250 habitante por hectare.

**Figura 248. NF3, Serraria, identificação e situação da centralidade.**




Elaboração: Diagonal, 2021.

Dentre as vias classificadas como “corredor”, foi analisado um trecho da Av. Menino Marcelo (Figura 249), com aproximadamente 25 metros de largura, com seção de calçada variável nos dois lados da via e, por vezes, ocupada como estacionamento dos estabelecimentos comerciais. É um eixo importante de transporte público que não tem faixa prioritária, mas apresenta uma baia para embarque e desembarque de passageiros. Da mesma forma que a centralidade do Farol, não há infraestrutura cicloviária no trecho.

**Figura 249: NF3, centralidade Serraria: “corredor”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

Em relação à via identificada como “principal”, foi selecionado para análise um trecho da Av. Nelson Marinho de Araújo (Figura 250), com cerca de 25 metros de seção, uma largura de calçada de 4 metros e um canteiro central de 6 metros, bem arborizado. Não há faixa prioritária para o transporte coletivo, os pontos de parada não são abrigados nem oferecem acessibilidade universal. As infraestruturas de iluminação, drenagem e pavimentação estão em boas condições, embora as calçadas apresentem desníveis.

**Figura 250. NF3, centralidade Serraria: “principal”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

As vias “secundárias” da centralidade (Figura 251) também fazem parte do itinerário do transporte público e são transversais aos “corredores” ou vias “principais”. Avaliando a Av. Pres. Getúlio Vargas como exemplo, o trecho analisado tem cerca de 17 metros de largura, calçada variável e, em alguns trechos, principalmente junto a comércios, são disponibilizadas vagas em logradouros públicos.

**Figura 251. NF3, centralidade Serraria: “secundária”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

Em relação às vias de caráter “local”, a Av. Dep. César Eustáquio Malta Amaral (Figura 252), por exemplo, tem cerca de 12 metros de largura e calçadas que não ultrapassam 2 metros, com alguns pontos arborizados e ruas sem pavimentação. A predominância da ocupação é de padrão classe média, com tipologias de residências unifamiliares e conjuntos verticais de até 4 pavimentos.

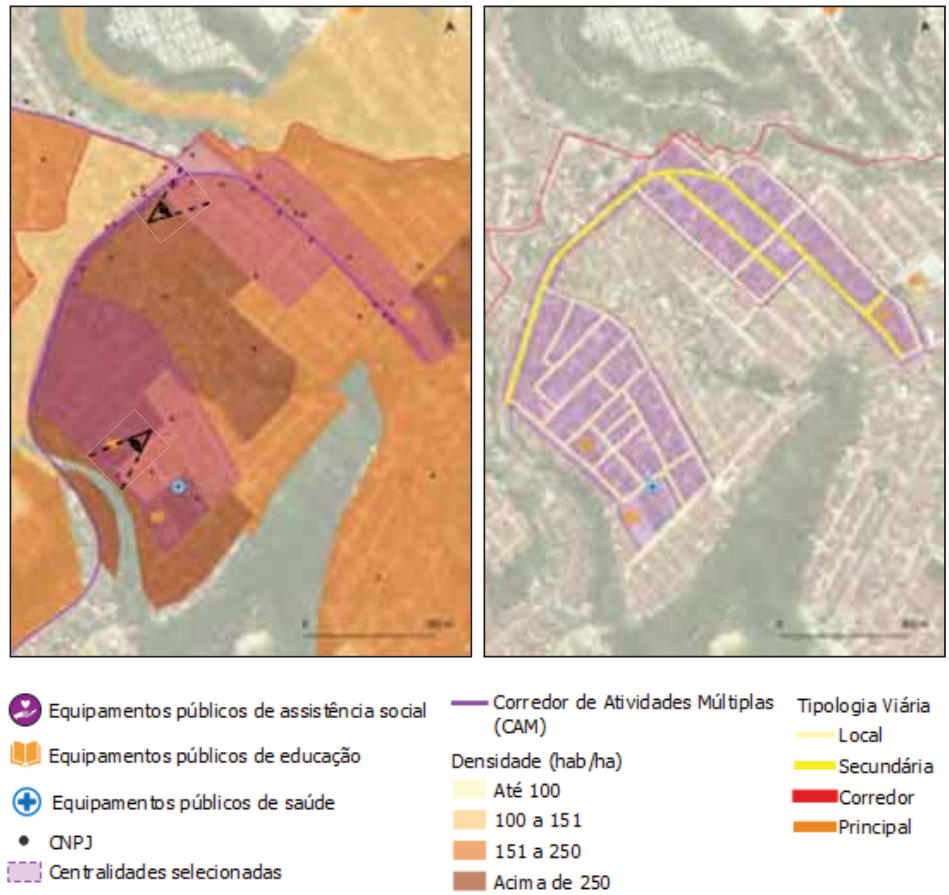
Figura 252. NF3, centralidade Serraria: “local”



## Chã da Jaqueira

A centralidade de Chã da Jaqueira (Figura 253) atende à população das grotas localizadas ao norte do NF1, tendo ocupação de baixa renda, perfil da maioria da população realocada. O recorte foi definido pela concentração de CNPJ, equipamentos e densidade populacional elevada. A baixa conectividade com o entorno limita a área de influência da centralidade, provocando uma dinâmica diferenciada das centralidades analisadas anteriormente, na qual as categorias de “corredor” e “principal” não são representadas.

Figura 253. NF2, Chã da Jaqueira, identificação e situação da centralidade




Elaboração: Diagonal, 2021.

Entre as vias “secundárias”, a Rua Prefeito Jonatas Malta de Alencar (Figura 254) tem cerca de 12 metros de seção, com calçadas de largura variável. As infraestruturas de iluminação e drenagem estão em boas condições, embora haja passeios irregulares e frequentemente obstruídos. Os pontos de embarque e desembarque são marcados por sinalização vertical, não havendo coberta ou banco. A via é marcada por um padrão de uso misto de até dois pavimentos, densidade superior a 200 habitantes por hectare e alto número de deslocamentos por meio ativo, ainda que não haja infraestrutura cicloviária.

**Figura 254. NF2, centralidade Chã da Jaqueira: “secundária”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

A Rua São Francisco de Assis (Figura 255), como exemplo de via “local” identificada, tem cerca de 7 metros de largura e calçadas de seção variada, inexistente em alguns trechos. Pela sua largura, baixa atratividade de não moradores e fluxo reduzido de veículos motorizados, o uso praticado é de compartilhamento viário, ainda que não haja infraestrutura apropriada.

**Figura 255. NF2, centralidade Chã da Jaqueira: “local”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

## Santa Lúcia

Santa Lúcia foi o bairro que, junto a Cidade Universitária, mais atraiu famílias provenientes da realocação. Apresenta um padrão de residências unifamiliares térreas de classe média baixa. A centralidade foi identificada por ser uma região altamente conectada, entre os dois principais corredores radiais de Maceió, densa e dinâmica (Figura 256).

**Figura 256. NF3, Santa Lúcia, identificação e situação da centralidade**




Elaboração: Diagonal, 2021.

No âmbito do binário formado pelas duas vias de hierarquia “principal”, foi avaliada a Av. Belmiro Amorim, que tem cerca de 10 metros de largura e calçadas de seções variadas (Figura 257). É rota de algumas linhas provenientes de bairros mais ao norte e há, nos pontos de embarque e desembarque, infraestrutura de coberta e assento. Não há arborização, nem infraestrutura cicloviária.

**Figura 257. NF3, centralidade Santa Lúcia: "principal"**




Fonte: Google Mapas, 2021.

Como via "local" foi analisada como padrão a Rua Carteiro José Laurentino Silva (Figura 258), que também tem seção próxima a 10 metros, calçadas irregulares e precária infraestrutura de pavimentação e drenagem.

**Figura 258. NF3, centralidade Santa Lúcia: "local"**



Fonte: Google Mapas, 2021.

## Tabuleiro do Martins

O Tabuleiro do Martins é um bairro vizinho a Santa Lúcia e foi o terceiro bairro adotado como destino pelas famílias realocadas. Situado também entre os dois principais eixos radiais, próximo ao distrito industrial e ao *shopping* Pátio Maceió, a centralidade é uma das principais áreas de atração e produção de viagens da cidade (Figura 259).

Figura 259. NF3, Tabuleiro do Martins, identificação e situação da centralidade




Elaboração: Diagonal, 2021.

A via “principal”, Av. Vereador Dário Marsíglia (Figura 260), tem cerca de 20 metros de seção, com calçadas de aproximadamente 3 metros e desnível considerável entre o logradouro e os lotes, provocando uma significativa incidência de escadas ao longo de uma das calçadas da via. Diferentemente das centralidades analisadas anteriormente, é a via principal que concentra grande parte dos estacionamentos em logradouro. A tipologia é de até dois pavimentos com ocorrência de uso misto. Nas vias transversais se mantém a tipologia de até dois pavimentos, mas com predomínio de uso habitacional. Os pontos de embarque e desembarque alternam locais abrigados e com assento e locais com sinalização vertical simples, não havendo infraestrutura cicloviária.

**Figura 260. NF3, centralidade Tabuleiro do Martins: “principal”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

A Rua Zacarias Fontan de Melo foi analisada como “secundária” (Figura 261). Tem cerca de 8 metros de seção e abriga uma feira de rua, o que limita a circulação de automóveis e prioriza o deslocamento ativo, ainda que a infraestrutura viária não seja adequada. As condições de iluminação e drenagem também estão inadequadas para o uso.

**Figura 261. NF3, centralidade Tabuleiro do Martins: “secundária”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

Para o estudo de via “local”, foi selecionada como padrão a Rua Bráulio Feliciano (Figura 262), que tem cerca de 10 metros de seção e calçadas variáveis que não ultrapassam 2 metros de largura. A irregularidade dos passeios não favorece a acessibilidade, dificultada também pela precária condição da infraestrutura de drenagem.

**Figura 262. NF3, centralidade Tabuleiro do Martins: “local”**



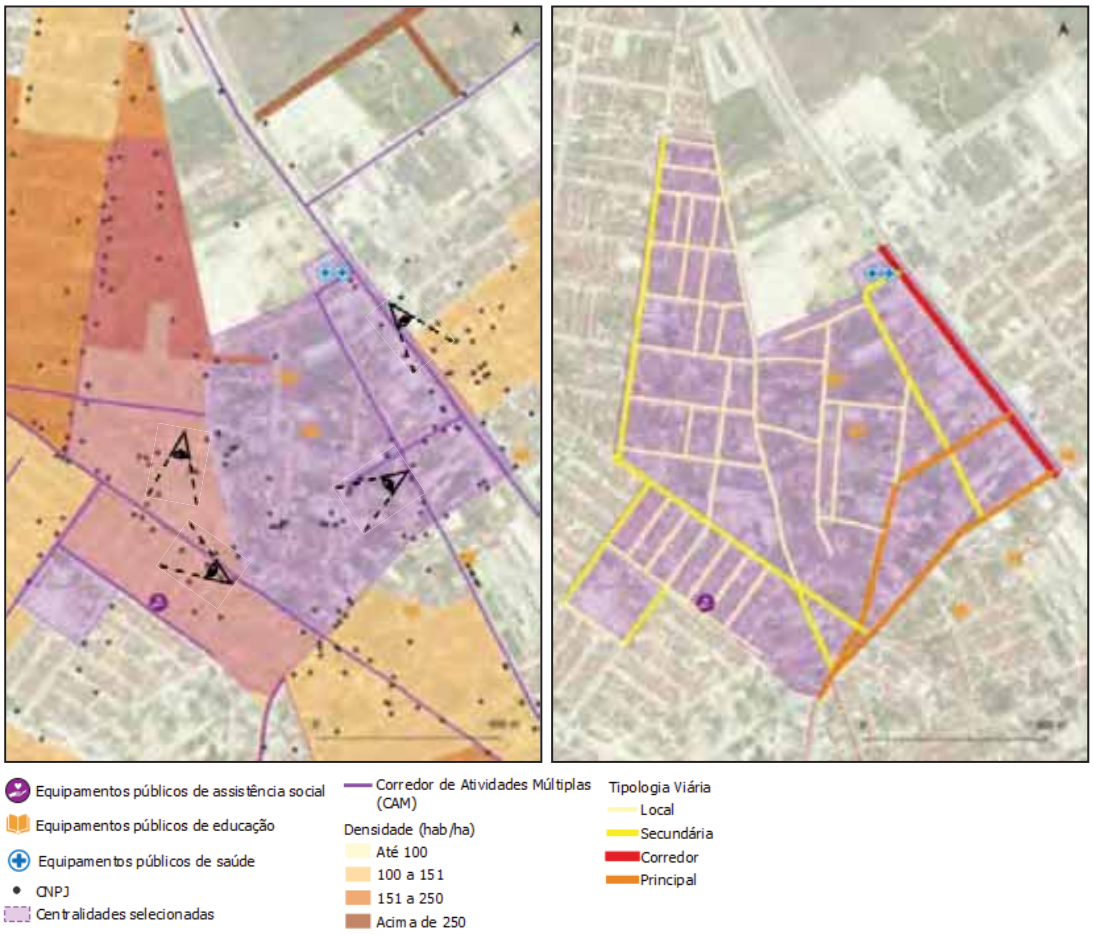
Fonte: Google Mapas, 2021.

## Av. Durval de Góes Monteiro

A centralidade Av. Durval de Góes Monteiro (Osman Loureiro) está situada entre os bairros Tabuleiro do Martins e Clima Bom (Figura 263). Sua localização, de encontro de importantes

vias, propicia bastante dinamismo na região, com uma considerável concentração de CNPJ e de linhas de ônibus. A elevada densidade populacional, especificamente na parte da centralidade integrante de Clima Bom, onde se localizada o conjunto Osman Loureiro, também contribui para o ambiente dinâmico.

**Figura 263. NF3, Av. Durval de Góes Monteiro (Osman Loureiro), identificação e situação da centralidade**




Elaboração: Diagonal, 2021.

A Av. Durval de Góes Monteiro, continuidade da Av. Fernandes Lima, tem tipologia viária de "corredor" (Figura 264), com cerca de 40 metros de seção, calçadas de dimensões variáveis e um canteiro central de 8 metros de largura, por onde passa a infraestrutura de drenagem. Há faixas prioritárias para o transporte coletivo e os pontos de embarque e desembarque são marcados ora por sinalizações verticais não abrigadas, ora por locais abrigados e com assento. Em relação à mobilidade ativa, não há delimitação do passeio, em alguns trechos a circulação é ocupada por estacionamentos, e não há infraestrutura cicloviária.

**Figura 264: NF3, centralidade Av. Durval de Góes Monteiro (Osman Loureiro): “corredor”**




Fonte: Google Mapas, 2021.

Entre as vias classificadas como “principal”, a Rua Dr. Eurico Ayres (Figura 265) é um importante eixo de transporte público, com linhas de conexão entre a zona norte e o centro da cidade, apresentando uma seção de cerca de 12 metros e calçadas de seções variáveis, irregulares e constantemente obstruídas.

**Figura 265. NF3, centralidade Av. Durval de Góes Monteiro (Osman Loureiro): “principal”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

Um trecho da Rua José Gonzaga de Almeida foi selecionado para a análise da tipologia viária “secundária” (Figura 266), com cerca de 18 metros de seção, calçadas variando entre 2 e 7 metros, arborizada em alguns trechos e ocupada por estacionamentos em outros. A tipologia edilícia é de até dois pavimentos, com ocorrência de uso misto. A via é mão dupla, com faixa única em cada sentido. É uma via de fluxo intenso de transporte público por estar nas proximidades dos terminais Osman Loureiro e Roseane Collor. Não há infraestrutura cicloviária.

**Figura 266. NF3, centralidade Av. Durval de Góes Monteiro (Osman Loureiro): “secundária”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

A via “local” analisada foi a Rua Izaura Buarque Quintiliano (Figura 267), com seção semelhante à Rua José Gonzaga de Almeida, inclusive com trechos de calçada generosos, mas de arborização mais escassa e predomínio de uso residencial.

**Figura 267. NF3, centralidade Av. Durval de Góes Monteiro (Osman Loureiro): “local”**

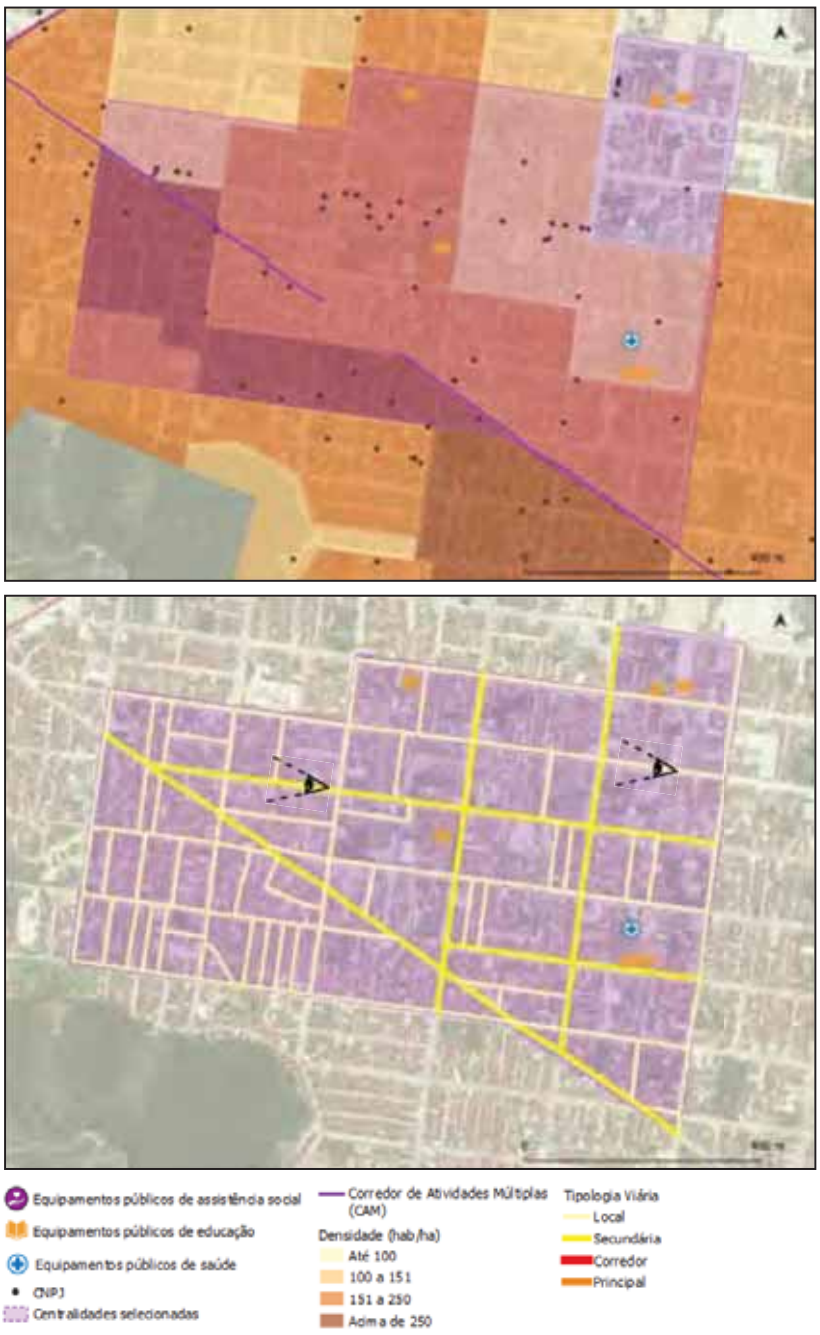


Fonte: Google Mapas, 2021.

## Clima Bom

A centralidade de Clima Bom, no bairro de mesmo nome, é ocupada por uma população de mais baixa renda, denso e o sexto bairro mais atrativo para as famílias realocadas (Figura 268), localizada próxima à centralidade Tabuleiro do Martins (Av. Durval de Góes Monteiro).

**Figura 268. NF3, Clima Bom, identificação e situação da centralidade**




Elaboração: Diagonal, 2021.

Com influência limitada, a centralidade contempla apenas duas categorias viárias, secundária e local. A via "secundária" analisada, Rua Luiz Clemente Vasconcelos (Figura 269), é um eixo marcado pelo uso misto, de até dois pavimentos, cerca de 12 metros de seção e calçadas de dois metros, irregular e frequentemente obstruída. Os pontos de embarque e desembarque alternam entre sinalizações verticais não abrigadas e locais abrigados, com assento, mas subdimensionados para a demanda local.

**Figura 269. NF3, centralidade Clima Bom: “secundária”**




Fonte: Google Mapas, 2021.

A via “local” selecionada como padrão, a Av. Poeta Luís Gonzaga Barroso (Figura 270), apresenta, também, cerca de 12 metros de seção e calçadas de dimensões variadas. Não há pavimentação e a condição de drenagem é precária.

**Figura 270. NF3, centralidade Clima Bom: “local”**

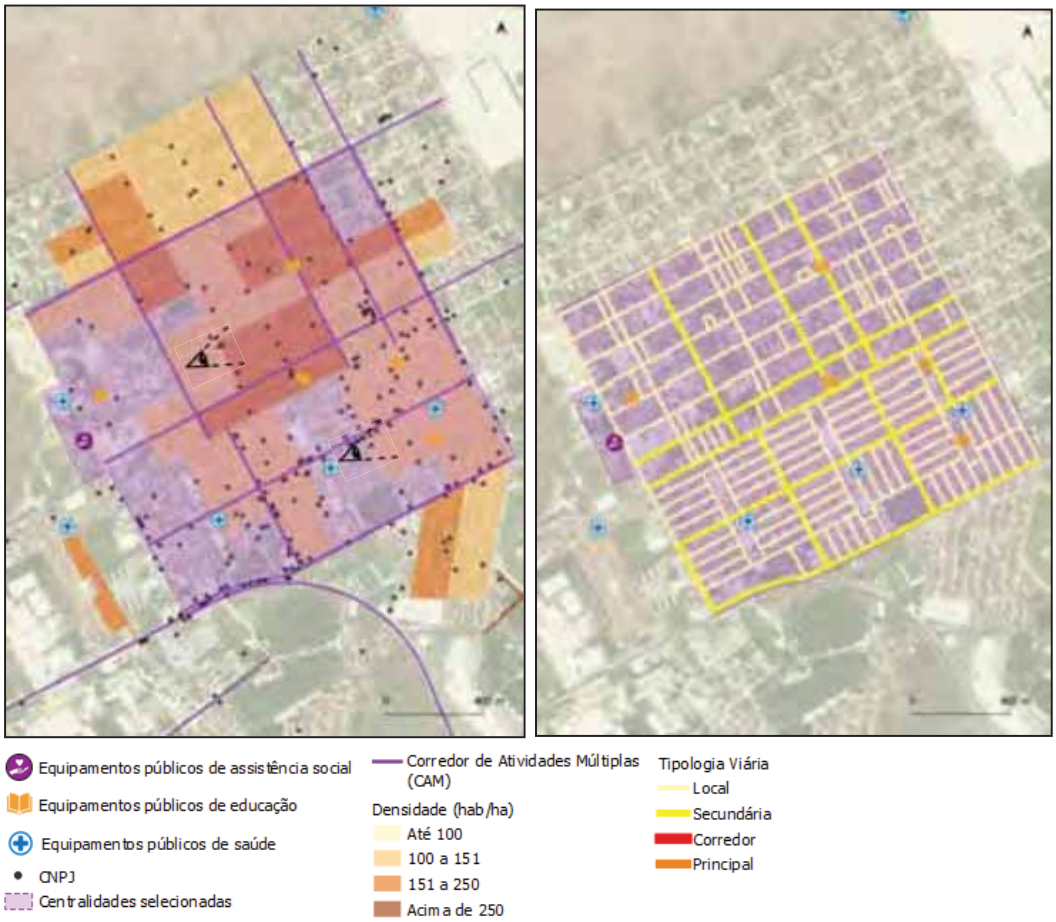


Fonte: Google Mapas, 2021.

## Cidade Universitária 1

O bairro de Cidade Universitária foi, junto à Santa Lúcia, um dos que mais concentraram famílias realocadas. Devido à sua extensão e dinâmica diferenciada, foram identificadas duas centralidades. A primeira, denominada de Cidade Universitária (Vila Olímpica), fica próxima à Benedito Bentes e ao *shopping* Pátio Maceió (Figura 271).

**Figura 271. NF3, Cidade Universitária (Vila Olímpica), identificação e situação da centralidade**




Elaboração: Diagonal, 2021.

Para análise da categoria “secundária”, escolheu-se a Av. Empresário Nelson Oliveira Menezes (Figura 272), com cerca de 25 metros de seção, calçadas irregulares de dois metros e um canteiro central de, aproximadamente, 5 metros, bem arborizado e margeado por ciclofaixas. A via também tem vagas no logradouro, boa sinalização, faixas de pedestres próximas aos cruzamentos e limite de velocidade de 40 km/h, o que garante maior segurança para o compartilhamento com o transporte ativo. Os pontos de embarque e desembarque são marcados por sinalização vertical não abrigadas e há um terminal de linhas abrigado, mas sem assentos disponíveis.

**Figura 272. NF3, centralidade Cidade Universitária (Vila Olímpica): “secundária”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

Como via “local” está a Rua Santa Luzia (Figura 273), com cerca de dez metros de seção e calçadas que não ultrapassam 2 metros. A drenagem é comprometida em alguns trechos e quase não há arborização no logradouro.

**Figura 273. NF3, centralidade Cidade Universitária (Vila Olímpica): “local”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

## Cidade Universitária 2

A segunda centralidade do bairro, Cidade Universitária (Eustáquio Gomes) (Figura 274), está às margens da Av. Lourival Melo Mota, próxima ao aeroporto, localidade conhecida na cidade como Eustáquio Gomes. Essa região do bairro passou por um adensamento mais recente, visto o número e a dimensão dos novos conjuntos que surgiram a partir de 2010.

**Figura 274. NF3, Cidade Universitária (Eustáquio Gomes), identificação e situação da centralidade**




Elaboração: Diagonal, 2021.

O adensamento mais recente e o fato de se apresentar como bairro mais atrativo para as famílias oriundas do NF1 indicam uma crescente demanda e a tendência de uma maior dinamização. Ao observar a infraestrutura de mobilidade, utilizando um trecho da Rua João de Oliveira Melo para análise de via “secundária” (Figura 275), encontra-se uma via de seção variada, com nove metros no trecho menor e 14 metros no maior, ocupado por um estacionamento a 90 graus que

atende uma rua com forte predominância comercial. A drenagem está em condição precária e a iluminação pública é insuficiente.

**Figura 275. NF3, centralidade Cidade Universitária (Eustáquio Gomes): "secundária"**



Fonte: Google Mapas, 2021.

A Rua Aurora Leite Pessoa (Figura 276) é um padrão de via "local", com cerca de dez metros de largura e calçadas regulares de 2 metros, arborização pontual e boas condições de infraestrutura de drenagem e iluminação.

**Figura 276. NF3, centralidade Cidade Universitária (Eustáquio Gomes): "local"**

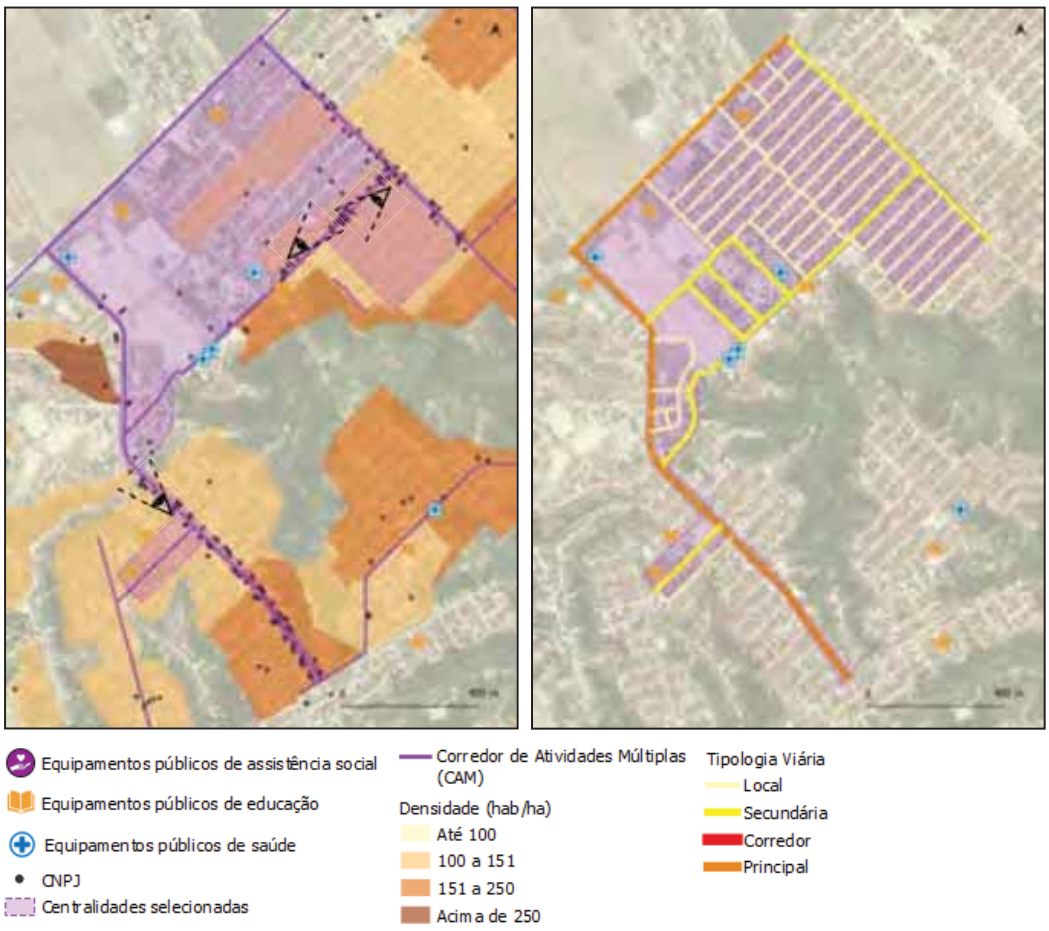


Fonte: Google Mapas, 2021.

## Benedito Bentes

A centralidade Benedito Bentes (Figura 277) está localizada no terceiro bairro de maior receptividade das famílias provenientes do NF1, que passa por uma intensificação de sua ocupação desde 2010, com a construção de condomínios, assim como o bairro Cidade Universitária.

**Figura 277. NF3, Benedito Bentes, identificação e situação da centralidade**




Elaboração: Diagonal, 2021.

Selecionada para análise como tipologia viária "principal", a Av. Benedito Bentes (Figura 278) exerce forte influência na região norte da cidade. Com cerca de 20 metros de seção, calçadas de 2 metros frequentemente obstruídas pelo comércio e um canteiro central de 5 metros ocupado por uma feira, a via conta ainda com vagas no logradouro, sobrando uma faixa em cada sentido para a circulação dos transportes individual e coletivo. Os meios de deslocamento ativo são muito utilizados, mas a infraestrutura de suporte a eles é inadequada ou inexistente.

**Figura 278. NF3, centralidade Benedito Bentes: "principal"**




Fonte: Google Mapas, 2021.

A Av. Norma Pimentel Costa (Figura 279), uma das vias classificadas como “secundária”, tem uma seção de aproximadamente 15 metros e calçadas regulares de 2 metros, com alguns obstáculos. Há vagas em logradouro em apenas um dos sentidos, mas ambos os lados da via são ocupados, o que prejudica a circulação de todos os modais. Predomina a ocupação de até dois pavimentos e o uso misto. Nessa via está situado o terminal de Benedito Bentes, um dos maiores da cidade, por onde circulam mais de dez linhas.

**Figura 279. NF3, centralidade Benedito Bentes: “secundária”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

No caso de via “local”, foi selecionada como padrão a Rua B | Quarenta e Três (Figura 280), com cerca de 9 metros de seção e um traçado não linear como medida de *traffic calming* para reduzir a velocidade no leito carroçável, constituindo uma morfologia viária típica dos mais antigos. loteamentos de Benedito Bentes. As calçadas são irregulares e os trechos mais largos, previstos para arborizar a via, são utilizados como como estacionamento pelos moradores.

**Figura 280. NF3, centralidade Benedito Bentes: “local”**



Fonte: Google Mapas, 2021.

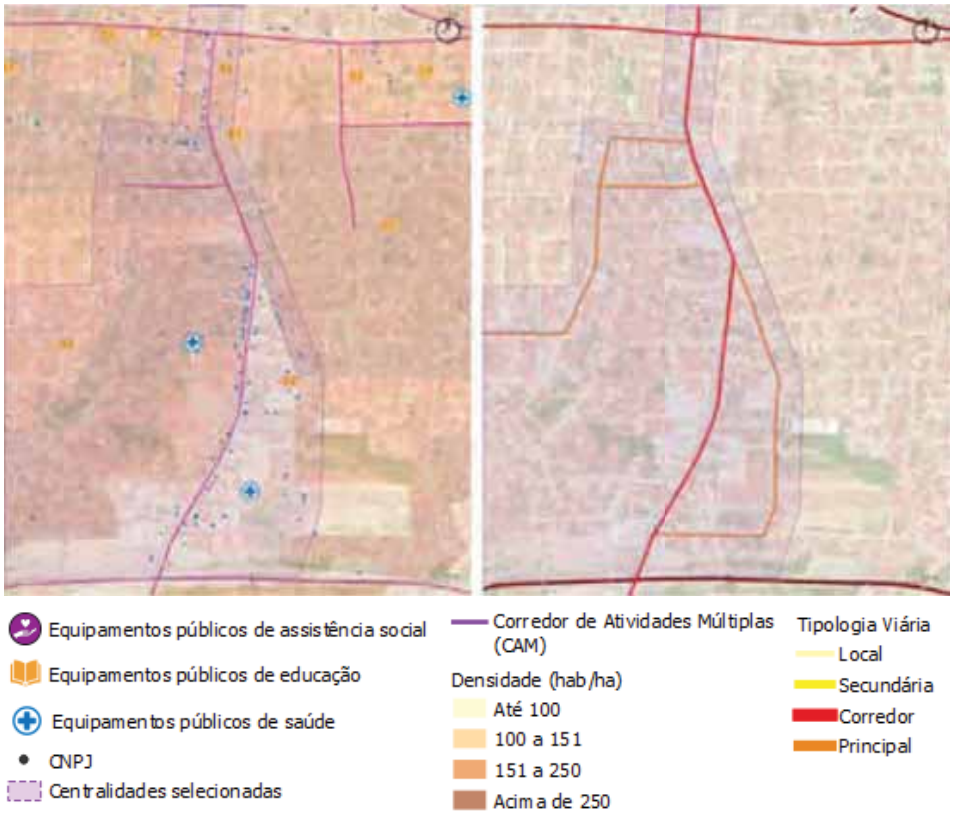
## Jacintinho

Com base nas discussões realizadas com a Prefeitura de Maceió, que repercutiu na modificação do conjunto dos bairros integrantes dos Núcleos Focais, também foi revisto o conjunto de centralidades mais relevantes, incorporando-se aquela do bairro do Jacintinho.

A centralidade do Jacintinho (Figura 281) é uma das principais referências de comércio na escala de bairro em Maceió. Tem enorme vitalidade e diversidade de atividades e serviços, contando com

um mercado público e eixos comerciais marcados pela presença de lojas instaladas no conjunto construído, mas também de atividades informais nos logradouros – com barracas e ambulantes.

**Figura 281. NF3, Jacintinho, identificação e situação da centralidade**




Elaboração: Diagonal, 2021.

A Rua Cleto Campelo é o principal corredor, mas convive com um tráfego lento por sua calha estreita, com cerca de 11 metros e calçadas de largura variável, com muitos pedestres (Figura 282). O padrão de ordenamento é razoável, ao se comparar com outros centros de bairros populares.

**Figura 282. NF3, centralidade Jacintinho, centralidade: "principal"**




Fonte: Google Mapas, 2022.

Afora o corredor, há vias principais, na escala daquele centro, que apresentam grande concentração de atividades comerciais, mas apresentam alto grau de presença de atividades informais nas ruas, com evidente falte de controle urbano e disciplinamento da ocupação dos espaços públicos (Figura 283).

**Figura 283. NF3, Jacintinho, via lateral do Mercado Público**



Fonte: Google Mapas, 2022.

### 5.5.2 Síntese analítica

Este tópico apresenta a síntese analítica para o tema de centralidade e mobilidade urbana.

No Diagnóstico foram analisados, primordialmente, os impactos decorrentes da mudança de origem da população realocada na oferta de infraestrutura para a mobilidade ativa nos principais eixos de transporte coletivo, no próprio serviço de transporte, e nas centralidades dos principais bairros receptores.

As condições de mobilidade se mostram insatisfatórias no NF2 e NF3, evidenciando fragilidades como a dificuldade de conexão entre os principais corredores de transporte coletivo da cidade (ex: eixos radiais da Av. Fernandes Lima e da Av. Menino Marcelo), fator intrinsicamente relacionado à geomorfologia, ocasionando deficiências na gestão dos transportes e congestionamentos.

Importante destacar que o Diagnóstico se deteve nas questões não concernentes aos estudos desenvolvidos pela frente responsável pelo tratamento do tema mobilidade no Acordo Socioambiental.

Em resumo, pode-se destacar:

- Impactos sobre a mobilidade decorrentes da mudança de origem das viagens da população realocada;
- Dificuldade de conexões entre corredores de transporte decorrente da geomorfologia da cidade;
- Sobrecarga da infraestrutura de mobilidade com sobreposições de linhas;

- Precária infraestrutura do transporte coletivo;
- Precária infraestrutura para o transporte ativo nos eixos e centralidades.

### 5.5.3 Diretrizes temáticas

A identificação de impactos decorrentes da subsidência sobre a mobilidade, no que diz respeito ao transporte ativo e ao transporte coletivo, apontaram para a necessidade de reestruturar a forma como a cidade vem se desenvolvendo, baseada num modelo de urbanismo rodoviarista de contínuo espraiamento.

Se, por um lado, esse modelo gerou a proliferação de assentamentos periféricos, com sérios problemas de conexão e de precária infraestrutura, por outro lado, a realocação de um considerável contingente populacional para periferias deve pautar a busca por alternativas visando a redução dos deslocamentos e a recomposição dos serviços de transporte, como forma de melhor ajustar a vida da população realocada nos novos contextos de moradia.

Dessa forma, a busca por alternativas para gerir os efeitos do processo de realocação de famílias foi aqui organizada em três diretrizes, visando construir uma estratégia que desencadeie caminhos para superar fragilidades e contribuir para projetos que possam ser implementados:

- Assegurar a recomposição das condições de mobilidade urbana relativas à infraestrutura e serviços de transporte público afetados pela subsidência, observando as exigências do padrão qualidade estabelecidos pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (considera-se que, para isso, estão em andamento entre Braskem, Prefeitura Municipal e CBTU, tratativas específicas para o encaminhamento dessas questões apontadas);
- Investir na reestruturação de serviços de transportes públicos e no estímulo ao transporte ativo com ênfase na estratégia do DOT. Situa-se em escala mais abrangente, compreendendo a infraestrutura e os serviços de mobilidade relacionado ao transporte coletivo e à mobilidade ativa nos eixos urbanos que fazem a conexão entre as diversas centralidades;

Promover a integração da população realocada às áreas receptoras pelo fomento da infraestrutura de mobilidade ativa e da diversificação de usos nas centralidades locais, consolidando centralidades emergentes e reduzindo as demandas por deslocamentos motorizados e a grandes distâncias (princípios do DOT).



# 6. Eixo 4: Preservação da Cultura e Memória

Este capítulo analisa o tema de preservação da cultura e memória nos Núcleos Focais (NF) em estudo. Para isso, caracteriza e avalia a cultura e a identidade da população local, bem como aborda o patrimônio cultural e paisagístico da área.

## 6.1 Cultura e Identidade

Para as análises sobre cultura e identidade, foram utilizados procedimentos analíticos junto ao *corpus* qualitativo desenvolvido e sistematizado previamente. É importante enfatizar que a construção do *corpus,* em uma pesquisa qualitativa, é instrumentalmente equivalente ao que seria uma amostra representativa, mas com o diferente objetivo de tipificar atributos desconhecidos no espaço social, elementar em pesquisas de caráter exploratório, enquanto uma amostragem estatística aleatória buscaria descrever a distribuição de atributos já conhecidos nesse mesmo espaço.

Na pesquisa qualitativa, em geral, os pesquisadores buscam mapear as representações de uma população em vez de medir sua distribuição relativa. Não há intenção de generalização com base em critérios estatísticos, mas de selecionar casos de maneira estratégica para atender aos objetivos da pesquisa. Ou seja, são selecionados casos típicos no que se refere à sua dimensão de interesse, a fim de obter a informação no nível de aprofundamento desejado, pautando-se no princípio da triangulação.

O desenvolvimento da análise ocorreu por meio de registros etnográficos construídos a partir da imersão no campo, contando com uso de entrevistas em profundidade como estratégia de coleta de informação. Também foram feitos registros fotoetnográficos, junto à elaboração de diários de campo, para a sistematização de material qualitativo relevante. Além disso, foram usadas técnicas investigativas mistas, de caráter exploratório-descritivo. Entre elas, ressalta-se o emprego de um modelo adaptado de *hermeneutic content analysis* (HCA).

A HCA é uma abordagem metodológica cuja característica fundamental é a complementaridade entre etapas investigativas de caráter qualitativo e quantitativo, proposta por Bergman (2010). Sua aplicação é voltada para a análise de dados categóricos, permitindo mapear, caracterizar e associar elementos discursivos – extraídos de áudio, texto ou imagem –, por meio da definição de unidades hermenêuticas de análise. Tais unidades, a exemplo de conceitos, ideias, temas, padrões de interação, entre outras categorias analíticas de profundidade e origem qualitativa, podem ser codificadas, associadas e representadas graficamente com o uso de procedimentos estatísticos apropriados. A principal adaptação à técnica de Bergman, neste projeto, diz respeito à utilização da caracterização das unidades de conteúdo a partir de técnicas tradicionais de frequência de análise qualitativa. Essa estratégia, com vistas a uma dinâmica mais exploratória e descritiva do *corpus*, buscou potencializar a visualização das saturações por meio de uma boa representação gráfica de potenciais chaves analíticas presentes nos discursos.

Assim, a partir do *corpus* e utilizando o método das coocorrências, foi possível construir duas grandes representações gráficas: i) mapa de redes de interação entre palavras; ii) mapa de

densidade de *clusters* de palavras. Ambas são estratégias interessantes para a exploração de *corpus*, não apenas indicando as unidades de conteúdo mais frequentes, mas também a forma como coocorrem, permitindo a visualização de padrões de interação de forma mais intuitiva.

### 6.1.1 Caracterização

A pesquisa de campo que estruturou os achados deste relatório teve enfoque principalmente na área relativa aos bairros do NF1, Bebedouro, Mutange, Pinheiro, Bom Parto e Farol, e de algumas adjacências, como Flexal, Chã da Jaqueira e Paraíso do Horto. Ainda, foram acessados atores-chave de outras regiões, tanto do entorno imediato (NF2) quanto das principais áreas receptoras da população realocada (NF3).

A partir dessa diversidade territorial de atores, além de diversidade de perfil, buscou-se caracterizar a relação de outras áreas do município com os bairros do NF1, bem como acessar percepções a respeito do impacto do deslocamento da população do NF1 para essas áreas. A seguir, é apresentada a caracterização dos NF.

#### 6.1.1.1 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação

O conjunto de bairros que compõem o NF1 tem como principal característica comum o fator histórico-cultural, nas dimensões do patrimônio material e imaterial, abrigando manifestações culturais tradicionais que remetem à fundação e à identidade de Maceió como um todo. Em especial, o bairro Bebedouro apresenta uma grande concentração de manifestações desse caráter.

O bairro Bebedouro, juntamente com Mutange, Pinheiro e Bom Parto, está intrinsecamente ligado ao processo de desenvolvimento histórico-urbano de Maceió. Especialmente em relação ao primeiro, suas características identitárias encontram-se profundamente associadas às manifestações culturais locais, em particular aos festejos populares e religiosos, a exemplo dos folguedos alagoanos como o Guerreiro, o Coco de Roda, o Bumba-meu-boi, o Reisado e o Pastoril. De acordo com o relatório do IPHAN (2008, p. 36), os registros patrimoniais culturais de Bebedouro,

> *"... além da memória identitária histórico-espacial, guardam relevantes referências de Formas de Expressão – particularmente os Folguedos Natalinos – e de Celebrações religiosas. No interior da comunidade do bairro de Bebedouro, cabe mencionar a existência de patrimônios vivos do folclore alagoano. Esta relevante característica do lugar deita raízes no sistema agrário da cana-de açúcar: como lugar de balneário das famílias de posses, também foi localidade de grande atração de grupos de trabalhadores das usinas instaladas próximas ao corredor da estrada de ferro, nos períodos anuais de estiagem e de suspensão da produção dos engenhos e usinas, exatamente no mês de dezembro, para apresentarem as suas formas de expressão e animarem as festas natalinas dos frequentadores com seus folguedos."*

As dinâmicas culturais que ainda emanam do território de Bebedouro e adjacências estruturam-se em formas de sociabilidade típicas de um modo de vida local, isto é, construídas a partir de relações de interação razoavelmente horizontais entre indivíduos e grupos ligados ao bairro.

Mas a desocupação de expressiva parcela do bairro comprometeu essa dinâmica. Esse modo de viver viabiliza o desenvolvimento de vínculos mais estreitos e redes de cooperação comunitária que se articulam, de maneira bastante orgânica, para a realização de atividades socioculturais típicas da região.

Com a subsidência e seus efeitos, uma das principais mudanças identificadas por meio de entrevistas refere-se à ruptura dos vínculos colaborativos de vizinhança, afetivos e familiares, os quais contribuíam para a configuração do modo de vida local. A realocação da população implica na redução da capacidade de mobilização e engajamento da comunidade local pelos agentes de organização cultural dos bairros os quais, por sua vez, tinham na interação interpessoal, nas redes de cooperação e na apropriação de espaços urbanos (geralmente dotados de grande relevância simbólica) suas bases de reprodução.

O bairro Bebedouro é frequentemente associado a festejos e práticas de sociabilidade autóctones da região, com marcadores culturais que extrapolam o nível local e se associam a elementos identitários alagoanos (o surgimento do Guerreiro, presente nos Folguedos de Alagoas, é creditado ao bairro[121]). Especificamente no território compreendido como NF1, Bebedouro apresentava-se como o epicentro das dinâmicas culturais analisadas nesta investigação, com especial atenção ao perímetro da Paróquia de Santo Antônio de Pádua e da Praça Coronel Lucena Maranhão como marcos de referência local (Figura 284).

**Figura 284. NF1, perímetro da Praça Lucena Maranhão, Paróquia de Santo Antônio de Pádua e do Mercado de Bebedouro**




Elaboração: Diagonal, 2021.

[121] Disponível em: http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/mapeamento-cultural/cultura-popular/folguedos-dancas-e-tores/folguedos-natalinos/guerreiro/guerreiro. Acesso em: ago. 2021.

Nesse território, ocupava espaço de destaque o Mercado de Bebedouro (Figura 285). Tradicionalmente, mercados públicos ocupam uma posição importante no processo de formação das cidades, configurando-se como um elemento de influência histórica, compondo a paisagem visual e a sociabilidade do lugar no qual está inserido.

**Figura 285. NF1, Mercado público em direção à Praça Lucena Maranhão**



Nota: Imagens do Mercado já desativado.
Fonte: Diagonal, 2021.

No que se refere aos modos tradicionais associados a esses mercados, não apenas os produtos comercializados apresentam caráter regional e identitário, sendo provenientes de produtores locais e muitas vezes encontrados apenas nesse tipo de mercado, como, especialmente, o modo tradicional no manuseio e no fazer comercial são elementos relevantes para a conformação cultural e identitária local, com enfoque à criação de vínculos pelo fazer. Em visita e observação de campo no Mercado da Produção, situado na Levada, integrante do NF2, foi possível observar como a comercialização e o manuseio de produtos locais e característicos se estabelece (Figura 286 e Figura 287).

**Figura 286. Mercado da Produção, Maceió**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 287. Mercado da Produção, Maceió**



Fonte: Diagonal, 2021.

Nesse sentido, esse tipo de equipamento extrapola a finalidade econômica, diferenciando-se de outros espaços de trocas comerciais, servindo, portanto, para enfatizar a identidade local em contraposição aos aspectos globalizantes contidos em, por exemplo, supermercados. Do ponto de vista da cultura e da identidade, mercados públicos configuram um importante elemento de produção de pertencimento por meio das consciências compartilhadas, funcionando, assim, como fator fundamental para a coesão social.

No caso do Mercado de Bebedouro, sua inserção no tecido urbano estava associada a outros elementos arquitetônicos, simbolicamente importantes para a dinâmica social de sua mancha urbana, como é o caso da Paróquia de Santo Antônio de Pádua, da Praça Coronel Lucena Maranhão (Figura 288) e da linha férrea que corta a região. Assim, participa das atribuições de valor e de sentido advindas da experiência conjunta, ou seja, o Mercado de Bebedouro estava presente como referência de reconhecimento dentro da paisagem visual percorrida, sendo afetiva no que se refere aos valores atribuídos e funcional no que se refere a marcos visuais orientadores, extrapolando o caráter isolado de edifício.

Além disso, produtores e comerciantes locais, como é o caso de pescadores da Colônia Santo Antônio (Z4), conseguiam escoar seus produtos no Mercado de Bebedouro. Nas imagens do Mercado da Produção, localizado mais próximo ao centro de Maceió, o sururu comercializado era predominantemente advindo do município de Coqueiro Seco, vizinho a Maceió e componente da orla lagunar da Lagoa Mundaú, situado na margem oposta à margem do NF1.

**Figura 288. NF1, Praça Lucena Maranhão**

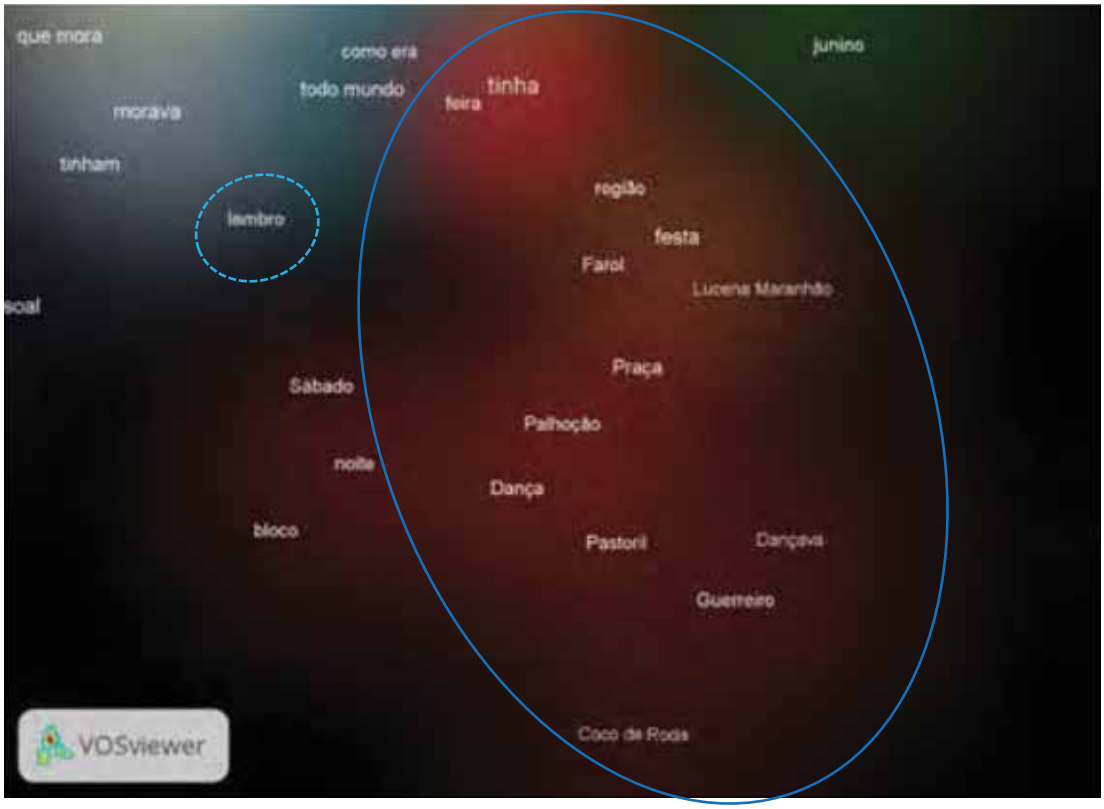


Fonte: Diagonal, 2021.

Quanto a manifestações culturais, festejos e organização social do NF1, foi possível, a partir da sistematização de dados qualitativos e de categorização analítica desses elementos, representar graficamente concorrências caracterizadas.

A Figura 289 refere-se a um mapa de densidade por agrupamento de unidades de conteúdo, nesse caso, palavras frequentes no *corpus* textual sob análise. A partir do método da concorrência, desenha-se o agrupamento (*cluster*) de itens com perfis aproximados em frequência e interação, indicando uma possível associação de ideias por meio de uma representação gráfica intuitiva[122].

**Figura 289. Mapa de densidade, *cluster* de unidades de conteúdo (palavras)**



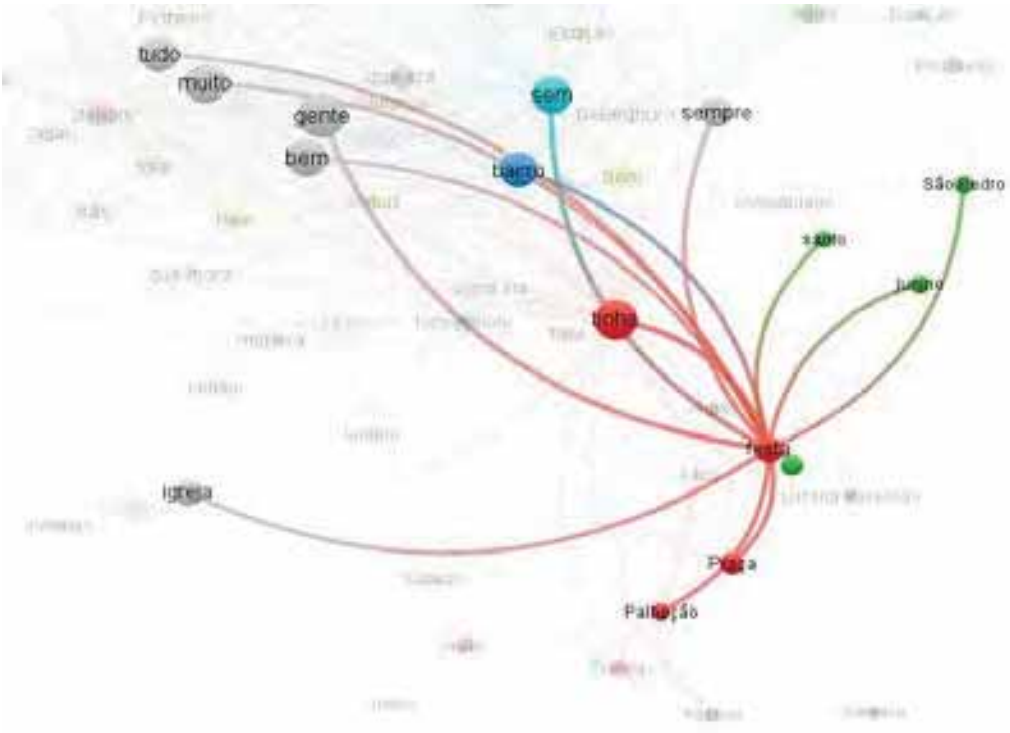

Elaboração: Diagonal, 2021.

Com base nos discursos analisados, observa-se uma densidade significativa a partir da palavra tinha, no sentido de lembrança e/ou de algo que não está mais presente. Próximo a esta unidade, surgem referências como praça, Lucena Maranhão, festa, dança e, como esperado, aspectos dos folguedos alagoanos (marcadores identitários da região): Guerreiro, Pastoril e Coco de Roda. Apesar não estar presente no *cluster*, a palavra lembro, em destaque pela elipse tracejada, apresenta interação direta com a palavra festa, reforçando a perspectiva de referência aos festejos tradicionais da região. É importante destacar que os folguedos configuram, necessariamente, uma relação de coletividade e interação entre danças, sendo uma manifestação bastante característica da cultura de Maceió.

[122] Para esse tipo de composição, recorreu-se ao *software* livre VOSviewer, disponível em: https://www.vosviewer.com/.

Recorrendo à elaboração de um mapa de interações entre as unidades de conteúdo analisadas (*network visualization*), observam-se possíveis associações interessantes, extraídas dos discursos registrados no *corpus* textual, entre os termos tinha, festa, praça, Palhoção, igreja, bairro e gente (Figura 290).

**Figura 290. Mapa de interação relativo às palavras tinha, festa, praça, palhoção, igreja, bairro e gente**




Elaboração: Diagonal, 2021.

Essas coocorrências sugerem a perspectiva das festividades desenvolvidas no bairro, relacionando também com pessoas (gente), regularidades dos acontecimentos (sempre) e um item particularmente marcante, a palavra sem, denotando ausência.

É particularmente importante destacar que, muito próximo à palavra festa (em vermelho), encontra-se a palavra São João (em verde), conforme detalha a Figura 291. Os festejos juninos merecem atenção aqui, entre outros motivos, por serem frequentemente referenciados como o conjunto de festividades que estruturam práticas, movimentam as agendas e abrem oportunidades para grupos que sobrevivem mais intensamente das manifestações culturais. Para além disso, São João, como ponto de maior destaque do período junino, surge como uma festividade seminal para a lógica e desenvolvimento da maioria desses grupos, extrapolando o período correspondente ao mês de junho, a exemplo das festividades de agosto (mês do folclore) e do Natal (folguedos natalinos). Os festejos juninos, assim, constituem um repertório simbólico, desde o âmbito musical até o imagético, corporal/ dança e gastronômico, intrinsecamente associado às manifestações identitárias e culturais relacionadas ao território em questão.

**Figura 291. Detalhe do mapa de interação relativo às palavras *festa* e *São João***




Elaboração: Diagonal, 2021.

A Figura 292 traz imagens ilustrativas das principais danças/ manifestações culturais relativas aos festejos juninos, que, conforme apontado, extrapolam o mês de junho, celebrando-se outros períodos festivos com apresentações desses grupos, em especial no mês do folclore e no Natal.

Como dito, os folguedos configuram, necessariamente, uma relação de coletividade e interação entre danças, sendo uma manifestação bastante característica da cultura de Maceió.

**Figura 292. Danças populares (guerreiro, pastoril, coco de roda, boi, quadrilha) e do balão, símbolo junino**





Fonte: Google Imagens, 2021.

Outra manifestação interessante relativa aos festejos juninos diz respeito à Igreja Batista do Pinheiro, local de religião evangélica, na qual esses festejos não fazem parte e são até proibidos pelos dogmas/ regras dessa religião. Entretanto, nessa igreja específica foi aberta uma exceção para os festejos juninos, havendo realização de festa de São João, Palhoção, comidas típicas e danças relativas ao festejo, se tornado, assim, uma centralidade para evangélicos de outras igrejas nas quais o rito/ festejo é proibido e não realizado, bem como para moradores do bairro em geral.

Segundo o entrevistado Carlos,

> *"a festa ocorria como qualquer outra festa de São João, as pessoas vinham pra dançar forró. Era uma festa muito familiar, dia de sexta e sábado. Vinha gente das outras igrejas, onde não pode ter esse tipo de festa, vinha gente até dos interiores. (...) Essa possibilidade de se ter uma festa de celebração a um santo, que é uma tradição católica, em uma igreja batista só existe porque o pastor é muito aberto e entende que a festa de São João é também uma manifestação de cultura e que deve ser respeitada, que a igreja está aqui para abraçar e envolver a comunidade, não para afastar. O pastor defende que se abrace a cultura."*

Atualmente, a Igreja Batista do Pinheiro se mantém ativa, enquanto representantes dela já conquistaram formalmente o reconhecimento de seu templo como componente do patrimônio material e imaterial (lei estadual nº 8.515/2021), mesmo estando seu entorno imediato já desocupado.

Na análise dos modos de organização e transmissão dos saberes, observou-se, tanto na pesquisa de campo quanto na análise de documentos elaborados por agentes culturais atuantes no território, a instrumentalização de equipamentos e espaços públicos como insumos estratégicos para a reprodução cultural e o fortalecimento de vínculos locais.

Apesar da ausência de equipamentos públicos estritamente associados à esfera da cultura, tanto as escolas locais (públicas e privadas), quanto os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), por exemplo, surgem como nichos importantes de treinamento, recrutamento e desenvolvimento das manifestações culturais locais. As redes colaborativas, geralmente consolidadas a partir de vínculos interpessoais (afetivos, familiares e de vizinhança), viabilizam as dinâmicas culturais locais, oferecendo tanto mão de obra voluntária, quanto apoio financeiro, se estruturando a partir de uma lógica de economia criativa e colaborativa.

A exemplo disso, a partir de documento produzido por vários grupos de Coco de Roda e Quadrilhas Juninas oriundos e atuantes na região, destaca-se trecho de publicação do grupo Reviver Alagoano, integrante da Rede Sociocriativa do Coco de Roda, acerca da confecção dos figurinos e realização de ensaios:

> *"O figurino é produzido por dona Rosa, mãe do presidente do grupo, a partir de desenhos criados por estilistas. Os ensaios acontecem no Centro de Refer'ência da Assistência Social (CRAS), de Bebedouro, e na praça central do bairro*[123]*."*

Ainda, em documento elaborado pela Liga de Cocos de Roda, destaca-se o seguinte conteúdo:

> *"Para os gastos mensais e anuais dos grupos, através dessas ações culturais era possível arrecadar recursos para compra e confecção de vestimentas, cenários, compra de instrumentos, som, iluminação, transporte para as ações "ensaios e apresentações", alimentação nos dias de atividades, ou seja, a* ***região nos proporcionava o ambiente acolhedor onde possuíamos parcerias com os comerciantes locais onde sempre nos apoiavam doando e comprando nossos produtos em forma de parcerias****. Nossos ensaios* ***eram nas praças, escolas públicas e privadas da região.*** *Ou seja, a cada ano realizávamos um projeto anual com objetivo de fortalecimento, acolhimento da juventude da cidade de Maceió em especial do bairro de Bebedouro e adjacências (Documento elaborado pelos grupos locais, 2021. p.3; grifo nosso)."*

As possíveis lacunas de infraestrutura (equipamentos culturais) e políticas específicas de apoio, desenvolvimento e profissionalização desses grupos por parte do poder público eram, em certa medida, preenchidas pelas redes de cooperação, conformadas a partir do modo de vida dos bairros.

Com base nos relatos, os saberes e práticas tradicionais da cultura popular são transmitidos intergeracionalmente de maneira orgânica, voluntária e com dificuldades de gerenciamento, por assim dizer:

> *"A minha mãe foi quem começou e eu falava que logo antes tinha um coreto aqui aonde é esse terminal e a minha mãe dançava o Guerreiro. Eu achava ruim, porque "mãe, você é uma pessoa idosa e a senhora vai dançar esse negócio e o pessoal vai mangar da senhora". E depois eu estava atrás dela, dançando também. Ela faleceu e eu comecei o Pastoril aqui. (...) Aqui dentro do Chã da Jaqueira tinha um, dois, três, quatro grupos de Guerreiro. Tem um lá no João Sampaio, tinha outro aqui no terminal da delegacia. Tinha outro na Rua do Arame. Esses mestres foram falecendo, os filhos foram continuando, né? Para que aquele Guerreiro não morresse por ali, né? Mas hoje a gente já intercala as pessoas mais jovens para ver, assim, para ir estimulando, né? Pra ver, para ir estimulando se eles vão tomando gosto nas danças. A gente está pegando mais assim, se a avó tem uma netinha, a gente traz a netinha pro grupo, pra ir dançando com a gente para ver se vai no Pastoril."*

Essa dimensão das dificuldades de gestão e sustentabilidade dos grupos está muito presente, a partir do que foi coletado nos depoimentos. Esse aspecto pode ser encontrado na literatura acadêmica e em textos de reflexão sobre políticas culturais e sustentabilidade. Para Melissa Zonzon (2017),

[123] Disponível em: http://www.redecocoderoda.com.br/h3/index.php/grupos/reviver-alagoano. Acesso em ago. 2021.

> *"A temática da sustentabilidade dos empreendimentos e grupos culturais têm sido recorrente nas discussões do campo cultural, seja no âmbito das políticas públicas de cultura, seja na esfera da sociedade civil. Confrontados a um cenário econômico regido pela lógica mercadológica cada vez mais competitiva, muitos grupos culturais encontram grandes dificuldades de manter suas atividades."*

A relação entre as manifestações culturais e o mercado da cultura, propriamente, ensejam reflexões acerca dos resultados e impactos, principalmente sobre a juventude. As professoras Carla Borba e Margarita Barreto (2015) analisam em um artigo "as políticas públicas de cultura e turismo em relação aos produtores de cultura, buscando entender os efeitos das primeiras nos grupos tradicionais". E discutem as tensões entre as tradições culturais e sua inserção no mercado, afirmando que nos seus estudos

> *"Foi possível constatar o direcionamento das políticas públicas para a valorização dos maracatus como produtos culturais e o rebatimento desta ação na revalorização dos maracatus como elementos da cultura local, assim como no empoderamento dos líderes, permitindo sua participação ativa e criadora dentro dos mecanismos do mercado, com a consequente valorização econômica."*

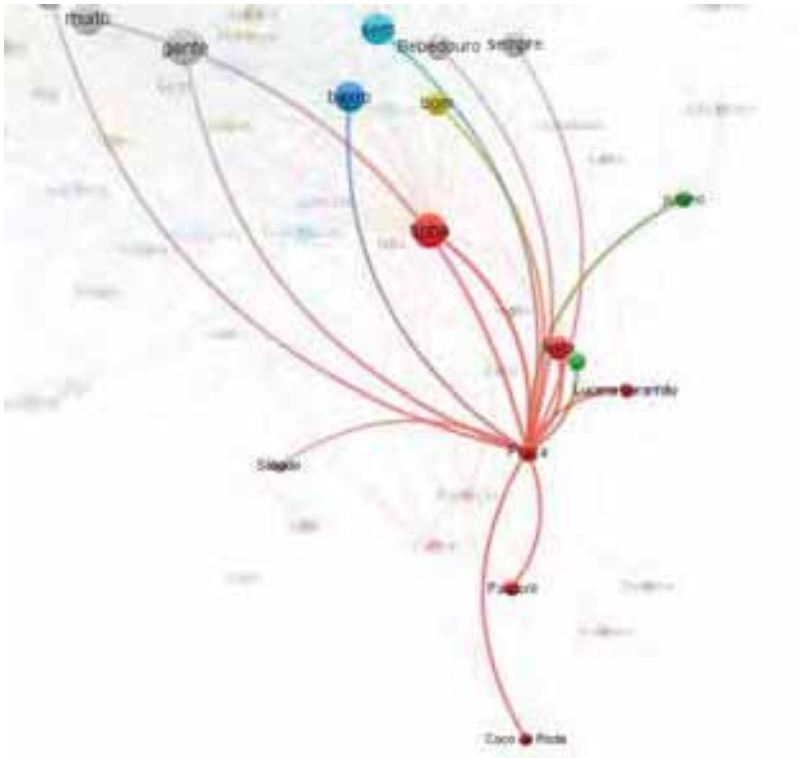
O que se evidencia é que os grupos culturais precisam enfrentar desafios relacionados à sua sustentabilidade e à perpetuação de suas manifestações. E o caminho da profissionalização, com aprimoramento em sua capacidade de gestão e de captação de recursos pode ser trilhado de forma paralela e integrada com a trajetória de afirmação de identidade que expressam aqueles folguedos e outras formas de expressão artística e cultural.

A utilização de praças como espaços de ensaio, apresentações dos grupos e festividades variadas (que constituem percepções gerais sobre o território) também são aspectos relevantes, especialmente o papel que teve a Praça Coronel Lucena Maranhão, conforme indicado anteriormente. A interdição da Praça Lucena Maranhão, como dizem os entrevistados, simbolizou não apenas a destituição de um espaço urbano (com traços de equipamento público) propício às práticas que exigem aglutinações e interação direta com o público, mas o esvaziamento de um ponto simbólico de congregação cultural. A Praça e seus significados parecem associar-se a um modo de viver, assim como à própria ideia de vida, conforme pode ser visto nos mapas de interações (Figura 293 e Figura 294).

De acordo com as unidades de conteúdo mapeadas, a palavra praça interage com Lucena Maranhão, Pastoril, Coco de Roda, bem como com festa. Novamente, a palavra tinha marca densidade como um importante nó no mapa de interações, integrando o mesmo *cluster* das manifestações culturais (em vermelho). Vale destacar, do ponto de vista exploratório do *corpus*, que palavras como bairro, Bebedouro e sempre podem associar-se em uma narrativa sobre a perenidade das manifestações locais, no mesmo sentido que a palavra sem pode remeter à ausência dos festejos.

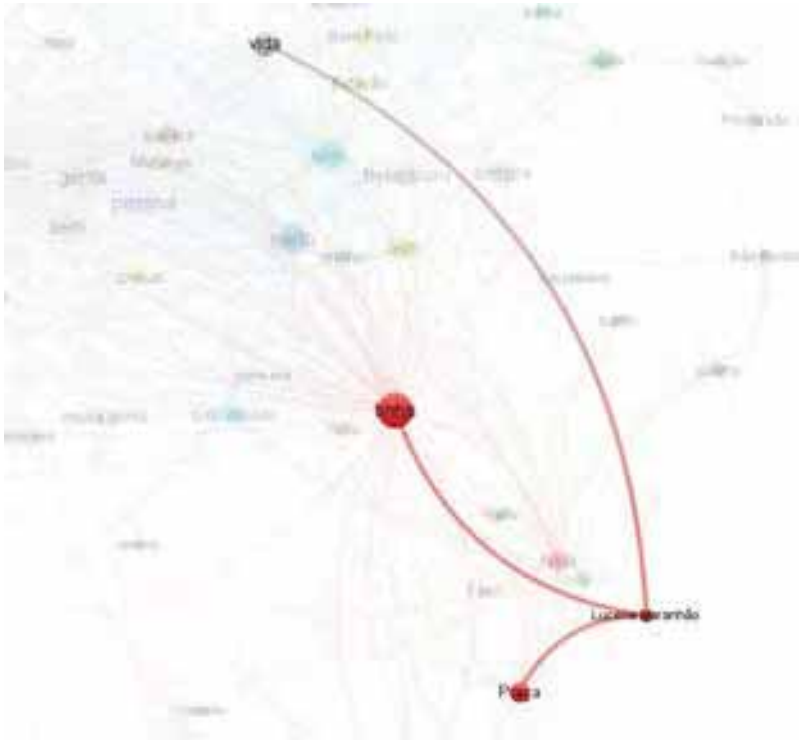
No que concerne à Praça Lucena Maranhão, as interações parecem bastante significativas do ponto de vista simbólico, uma vez que o local apresenta linhas de interação com as palavras tinha e vida.

**Figura 293. Mapa de interação relativo à palavra praça**



Elaboração: Diagonal, 2021.

**Figura 294. Mapa de interação relativo às palavras tinha e vida**

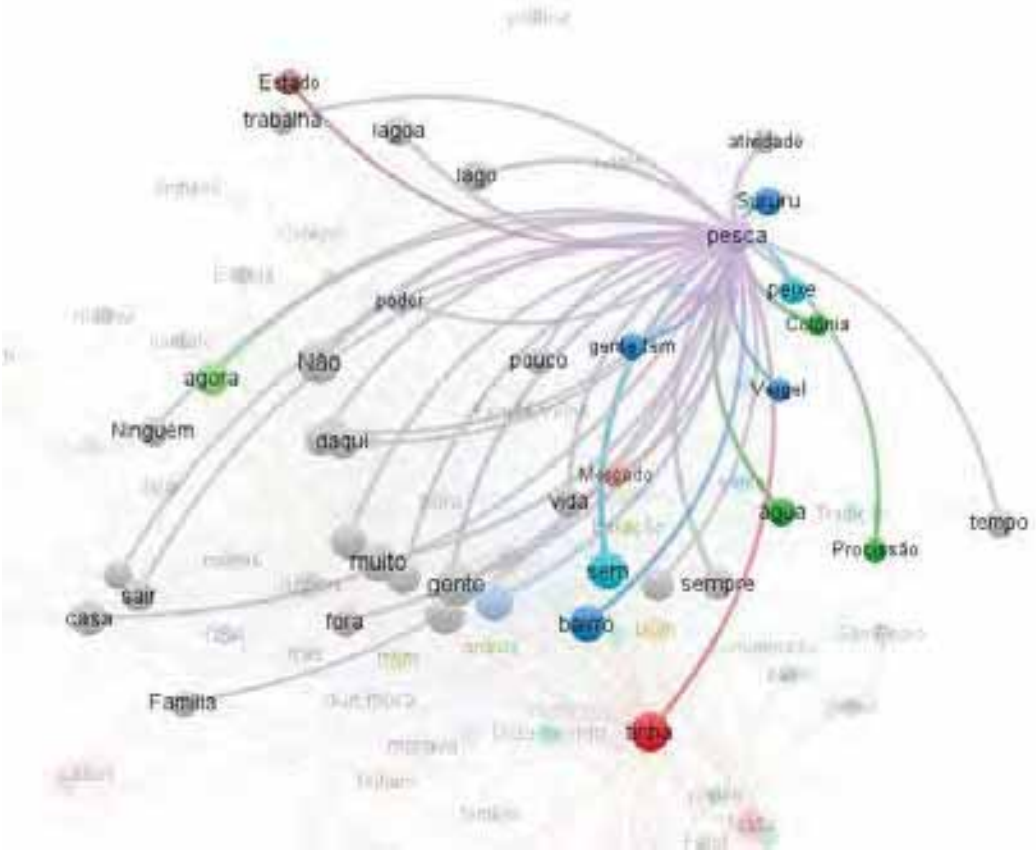



Elaboração: Diagonal, 2021.

Outro elemento importante enquanto constituição simbólica e cultural do território aqui analisado é a prática da pesca na Lagoa Mundaú, diretamente associada à colônia de pescadores situadas no Pontal de Santo Antônio (colônia Z4).

A pesca, o trato e o escoamento do sururu (Figura 295 e Figura 296), predominante na região, vincula-se a uma importante cadeia produtiva local e é um patrimônio imaterial de Alagoas. Nesse sentido, as interações relacionadas à pesca estão intensamente ligadas ao sururu que, por sua vez, integra o mesmo *cluster* de itens de bairro e da palavra sem (Figura 297). Relações com palavras como casa, família e atividade indicam uma comunalidade temática, uma vez que a atividade pesqueira na região é dotada de forte traço familiar. Mais uma vez, a palavra tinha se destaca, denotando uma possível ausência atual. Do ponto de vista das manifestações culturais, foi registrada a existência de uma tradicional procissão que ocorria no Rio Silva, pela água, e se projetava ao bairro Bebedouro.

**Figura 295. Mapa de interação relativo às palavras pesca e tinha**




Elaboração: Diagonal, 2021.

De acordo com o relato de Mauro (Vem Cá), representante da Colônia de Pesca Z4, ao falar sobre as festividades tradicionais entre a comunidade pesqueira:

> *"Aqui a gente tinha, a gente todo mês seis, junho, a gente tem as festas de São João, Santo Antônio e São Pedro. Sempre a gente tinha a festa de São Pedro. Era uma tradição que era todo ano, a gente faz aqui (...) essa procissão é muito*

*antiga, tem em todas [as] áreas, todo os locais têm. Aqui a gente tinha também, porque todas as colônias, em tempo de São Pedro, saía num barco... procissão sai por fora d'água, aí arrodeia uma certa por ali pela praça, aí vem pra ir por dentro d´água. Uns vai por dentro d'água, quem quer acompanhar a imagem por dentro d'água e outras imagem vinham...quem não gosta de andar por dentro d'água, aí vinha com as outras imagens, arrudiava e se encontrava lá no final."*
(Mauro 'Vem Cá', entrevistado)

**Figura 296. Sururu, patrimônio imaterial alagoano**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 297. Sururu, modos de organização, bairro Vergel, Maceió**





Fonte: Diagonal, 2021.

Ainda de acordo com o representante da colônia Z4, Mauro (Vem Cá), a dispersão de trabalhadores da pesca do local da colônia fez com que muitos deixassem de acessar a orla lagunar, seja por conta de disputas em novos territórios de assentamento (como no bairro vizinho Fernão Velho, por exemplo), seja pelo fato de algumas pessoas terem se mudado para locais afastados da lagoa. Para Mauro, ambos os casos fizeram com que muitos pescadores tenham buscado se estabelecer economicamente em profissões diferentes da pesca.

No âmbito funcional, considerando a parcela de população de pescadores que foi realocada, há depoimentos que expressam redução da atividade original; no âmbito simbólico, há menções sobre o distanciamento de parte deles no que diz respeito à identificação cultural e identitária relativa à ocupação pesqueira, o que extrapola o sentido estritamente econômico da atividade, relacionando-se diretamente na característica familiar dessa produção, que se pauta, especialmente, na aprendizagem intergeracional, descontinuando, assim, uma prática que é tradicional.

Sabendo que os pescadores atracam em pontos da orla, mas pescam em toda a lagoa, procurou-se caracterizar, ainda, como pescadores de outros pontos da orla lagunar enxergam a relação com a Lagoa Mundaú, com a margem concernente à área do NF1 e com a prática pesqueira em si em razão dessas relações específicas, bem como da subsidência. Assim, conforme relatos analisados, alega-se que houve elevação do nível da água[124] e que a prática da pesca, especificamente da pesca do sururu, tem sido afetada, uma vez que tradicionalmente a pesca é feita à mão livre, por mergulho, e utilizando o próprio corpo e facas para a extração das conchas que ficam submersas na terra.

Um ponto identificado preliminarmente via análise territorial gráfica e posteriormente consolidado por pesquisa e levantamento de dados primários e secundários diz respeito às relações físicas e simbólicas entre a margem de água concernente ao NF1 e outros pontos da orla lagunar de toda a Mundaú.

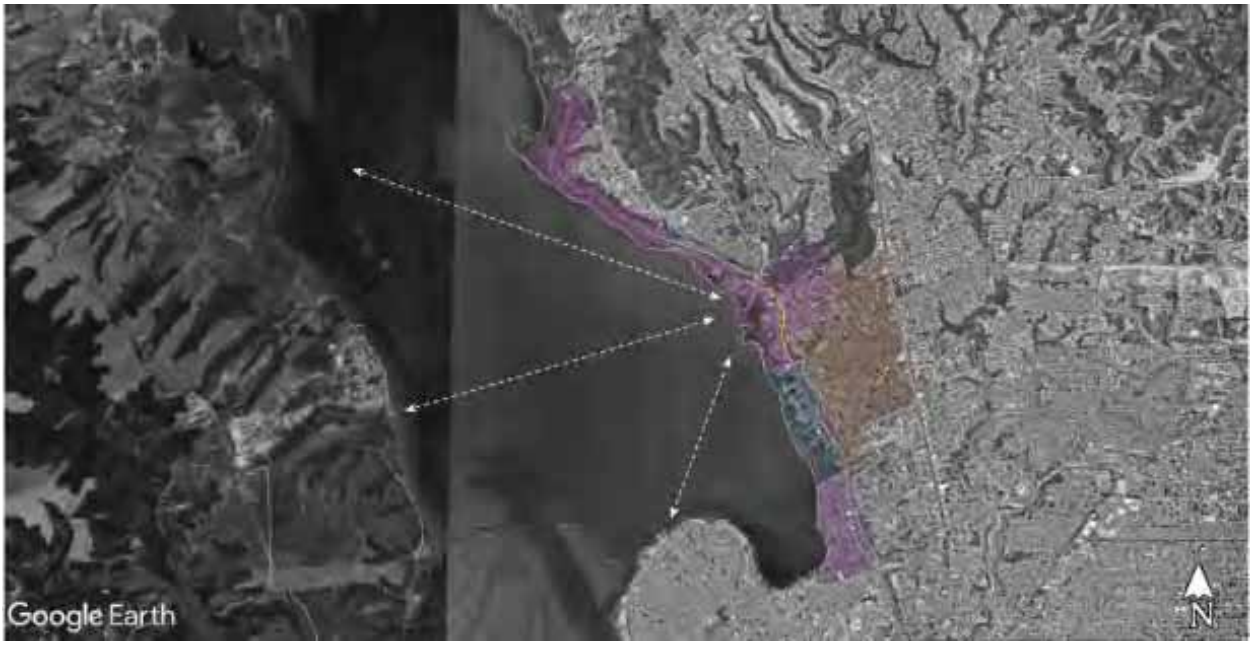
Primeiramente, é importante enfatizar que todo o NF1, assim como algumas partes do NF2, está em contato direto com a lagoa, seja por continuidade territorial, seja por contato visual, estabelecendo, assim, uma relação cotidiana no que diz respeito à composição de sua paisagem social, imagética e afetiva.

No que concerne às relações entre orlas, identificou-se que existe contato compartilhado desde a utilização da lagoa pelos pescadores, que percorrem toda a Mundaú, até o compartilhamento da paisagem, havendo conexão entre visadas de um ponto a outro da orla, dado o compartilhamento da centralidade espacial da lagoa, bem como dada a permeabilidade visual decorrente dessa (Figura 298).

Considerando essa configuração socioterritorial, intervenções e alterações no NF1, incluindo-se seu esvaziamento, afetam a relação de paisagem que outros pontos fora dele estabeleceram com a área.

[124] Os entrevistados afirmam que houve elevação no nível da água, entretanto a verificação desta informação não foi escopo dos trabalhos deste diagnóstico.

**Figura 298. NF1 e Lagoa Mundaú, relação de visadas de pontos da orla lagunar**




Elaboração: Diagonal, 2021.

A importância da orla lagunar vinha sendo reivindicada por movimentos culturais, os quais vinham promovendo, antes da pandemia de covid-19, ocupações artísticas, em especial na orla do território do Vergel, com o intuito dar visibilidade aos aspectos de lazer, de sociabilidade e de vinculação cultural que o compartilhamento espacial pelos cidadãos tem o potencial de promover. Em uma dessas ocupações, chamada de Mundaú Lagoa Aberta (Figura 299), o *agitador cultural* Rogério Dyaz aponta a importância de evidenciar a orla lagunar como uma centralidade socioterritorial, além de indicar a cultura como forma de mitigar estigmas relacionados à violência:

> *"O Lagoa Aberta quer mudar o status social dessa área da cidade, desconstruir essa ideia de que aqui só tem violência. A cidade aceitou isso aqui como o local de jogar lixo. As pessoas não frequentam aqui, a prefeitura não limpa. A ideia é dar visibilidade, incluir essa área no mapa da cidade, transformar em uma Rua Fechada [evento realizado todos os domingos na orla da Ponta Verde, bairro nobre e margeado pelo mar][125] também."* (G1, 2018)

No ano de 2017, a Prefeitura de Maceió divulgou um projeto chamado Maceió de frente para a Lagoa, que incidiria diretamente nos bairros Bom Parto, Mutange e Bebedouro, pontos tradicionais de manifestações culturais e históricas que têm, na relação com a Lagoa Mundaú, um forte elemento identitário. O projeto previa equipamentos culturais e de assistência, como um Museu Lagunar e uma creche pública (GOMES, 2018).

[125] Segundo os organizadores, uma espécie de contraponto à Rua Fechada, realizada todos os domingos na orla da Ponta Verde, bairro nobre e margeado pelo mar.

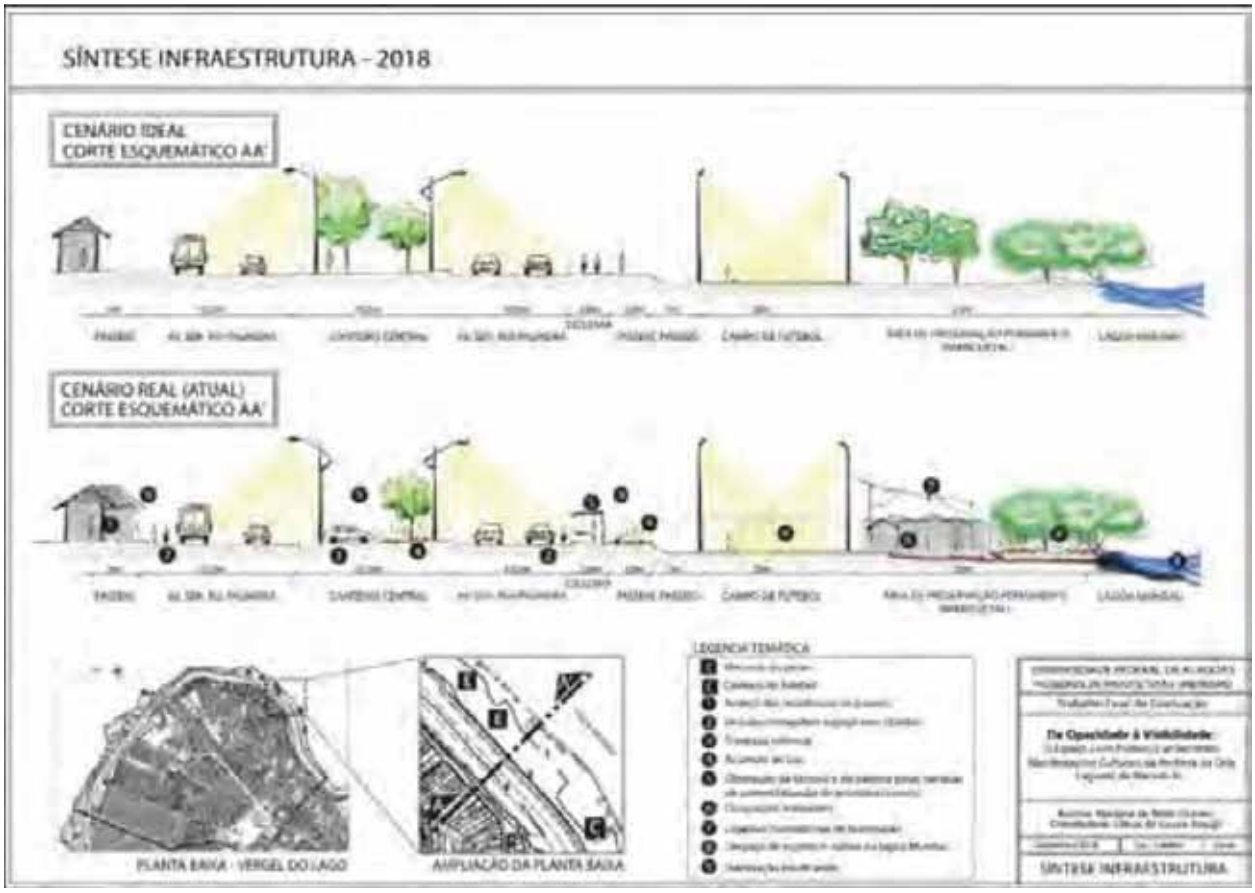
**Figura 299. Apresentação de capoeira no evento Mundaú Lagoa Aberta, 2018**



Fonte: Derek Gustavo/G1, 2018.

Em trabalhos acadêmicos, a ativação das margens da lagoa como um aspecto de relevância social para a promoção da cidadania, da qualidade de vida e do compartilhamento da cultura local é abordada (GOMES, 2018). Especificamente, foi desenvolvido um projeto de intervenção na orla que abrange a região do Vergel, onde é desenvolvido um projeto de economia circular simbolizada na figura do sururu e onde há diversas manifestações culturais com engajamento cidadão. A região, assim como outros pontos da orla lagunar, se caracteriza por ser uma área de vulnerabilidade social, onde tradicionalmente existe densidade alta e ocupação inadequada das áreas de borda de água, indicando uma necessidade de requalificação integrada, conforme esquematizado na Figura 300.

**Figura 300. Exemplo de requalificação/ ativação da orla lagunar**




Fonte: Gomes, 2018.

No tocante aos temas da cultura popular, a orla e a Lagoa Mundaú se fazem presentes na história dos dois times mais tradicionais da região, o CSA e o CRB (Figura 301), o primeiro estando na beira da lagoa e o outro na área da praia. Segundo ela,

> *"O Clube de Regatas Brasil (CRB) e o Centro Sportivo Alagoano (CSA) são os dois times de futebol fundados em Maceió. Ambos representam um importante significado no estado de Alagoas: as cores das bandeiras simbolizam o Pastoril, um dos maiores folguedos do estado. Além disto, o CSA, que tem sede no bairro lagunar do Mutange, representa a laguna, e o CRB, com sede situada no bairro litorâneo da Pajuçara, simboliza a praia. É possível destacar, do ponto de vista do cotidiano dos moradores da região lagunar como um todo, que os dias de jogos de ambos os times são eventos garantidos para a população da capital, e especialmente dessa região. O estádio de futebol, por situar-se na região lagunar, incentiva os torcedores a se fazerem presentes nos dias de jogos. Uma característica que se mostrou relevante, são as bandeiras dos times dispostas nas janelas enfeitando as fachadas das casas, por toda extensão da cidade."*

**Figura 301. Brasões/ escudos dos times CSA e CRB, respectivamente**




Fonte: Globo Esporte, Divulgação. 2021.

Nesse sentido, tanto as manifestações culturais quanto a produção acadêmica relativa à região da lagoa, com especial interesse na orla, sugerem, no âmbito da cultura e da identidade, que a relação de produção social da cultura, dos grupos artísticos, identitários e esportivos, bem como as organizações em torno da cultura que mobilizam as relações comunitárias parecem estar fortemente relacionadas com a territorialização comunitária em torno da Lagoa Mundaú, ou seja, com a área de orla lagunar.

Sendo os bairros afetados caracteristicamente históricos, o fato de gerações perpassarem e habitarem uma mesma casa ao longo do tempo é bastante comum. No NF1, foram identificadas diversas casas em que as famílias desenharam suas árvores genealógicas nas paredes, evidenciando aspectos identitários, afetivos e, especialmente, de perda de raízes e luto associados ao deslocamento (Figura 302). Para além do aspecto do patrimônio econômico, a casa é o registro das memórias familiares.

**Figura 302: NF1, árvore genealógica desenhada pelos moradores que deixaram a casa**



Fonte: Diagonal, 2021.

### 6.1.1.2 Núcleo Focal 2 (NF2) - Área do entorno

O NF2, por abranger as áreas de entorno imediato do NF1, convive diretamente com os efeitos da subsidência e da realocação das pessoas, tendo como principais elementos de impacto os temas da ruptura e do luto – ainda que em medidas diferentes, tais elementos permeiam todos os NF, especialmente as rupturas de relações de vizinhança, de ancestralidade e pertencimento.

Na Figura 303, observa-se a estação de trem em funcionamento, enquanto seu entorno não estava apenas desocupado, mas apresentava edificações isoladas com vedações de alvenaria, tamponadas. O estado de desocupação é visualmente impactante, além de representar um elemento de constante retorno ao cenário da realocação, o que é declarado por variados perfis acessados por essa pesquisa, que relatam efeitos emocionais relacionados à ruptura de vínculos gerada pela realocação. Situação semelhante é observável na Vila Saém, na região de fronteira entre os bairros Bebedouro e Pinheiro (Figura 304), onde os moradores ainda convivem diariamente com um equipamento religioso desativado, espaço que, tradicionalmente, tem a característica de promover o engajamento e a coesão social onde esteja situado. Ainda, segundo relatos da liderança local e moradores entrevistados, a igreja foi construída com recursos da comunidade, que sente a ausência do espaço de celebração religiosa.

**Figura 303. NF2, Flexal, sentido Fernão Velho, estação de trem**



Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 304. NF2, Vila Saém**



Fonte: Diagonal, 2021.

Uma característica marcante diz respeito ao afastamento da Lagoa Mundaú. Na Figura 305 é possível visualizar que a rota de fuga indicada para o que seria o lugar seguro a se direcionar vai no sentido oposto ao da Lagoa Mundaú, indicando um movimento de distanciamento de um elemento paisagístico e identitário, conforme anteriormente caracterizado.

**Figura 305. NF2, relação de ruptura entre a Lagoa Mundaú e o caminho apontado pela rota de fuga**




Fonte: Diagonal, 2021.

Também no complexo escolar apresenta-se um elemento que sugere alteração na sensação de segurança e estabilidade, fundamentais para a coesão social, uma vez que uma de suas quadras, a mais importante, de acordo com interlocutores locais, foi estabelecida como ponto de encontro (Figura 306), que são locais para onde rotas de fuga internas levariam os moradores em caso de situações de iminente perigo devido a possíveis situações de risco decorrentes da subsidência.

**Figura 306. NF2, ponto de encontro em uma escola**



Fonte: Diagonal, 2021.

As alterações nas relações de vizinhança, nos vínculos comunitários e no pertencimento local, elementos que são organizadores da vida social e fundamentais para a identidade local (Figura 307 e Figura 308) são relatados por entrevistados da região. Tradicionalmente, as relações de vizinhança configuram também um recurso para a reprodução da vida social e para a própria sobrevivência em áreas de baixa renda e de vulnerabilidade social.

Dessa maneira, evidencia-se a importância da vizinhança e dos vínculos comunitários também no sentido da organização social, podendo a ruptura principal ser seguida de sentimento de estranhamento nas áreas receptoras.

**Figura 307. NF2, Bom Parto, relação de paisagem cotidiana com a Lagoa Mundaú e relação de ruptura com a vizinhança**




Fonte: Diagonal, 2021.

**Figura 308. NF2, Flexal, relação de ruptura com a vizinhança**




Fonte: Diagonal, 2021.

Associado ao elemento da ruptura, está o elemento do luto, fator relevante para pensar os percursos e os aspectos da organização social a partir da subsidência e realocação das famílias em diante. Pelo fato de a região fazer parte da história do município, trazendo memórias e uma imaginação afetiva ligada às manifestações culturais associadas àquele território, à lagoa e até mesmo à ferrovia, entrevistados de diversos segmentos reafirmam o sentimento de perda e desenraizamento.

Ainda no tema do luto, foi identificado um forte desejo pela ideia de construção de um museu, fazendo considerar que existe um desejo por salvar as memórias dos bairros, que, sendo históricos, são também a memória da própria cidade de Maceió.

Na Figura 309, a mestra de Pastoril Josete mostra seu acervo fotográfico. Em entrevista, ela relatou seu desejo de construir na associação onde atua um espaço fotográfico reunindo registros prospectivos para o passado, construindo, assim, um pequeno memorial da cultura.

**Figura 309. Dona Josete e seu acervo de fotografias em construção**



Fonte: Diagonal, 2021.

Durante a entrevista, realizada na região de Paraíso do Horto, uma vila no bairro Chã da Jaqueira (NF2), foi identificada uma pequena plantação de milho (Figura 310) nos fundos da Associação de Idosos de Paraíso do Horto, a qual abriga atividades relativas ao pastoril e onde Dona Josete realiza atividades comunitárias.

Ao ser perguntada sobre a plantação, ela declarou ter sido uma escolha coletiva fundamentada no festejo junino, uma vez que o milho seria um alimento representativo do São João. Relatou, ainda, que no corrente ano, 2021, em contexto de pandemia, os moradores do bairro realizaram um mutirão para produzir as comidas típicas da festividade a fim de distribuírem na modalidade

*drive-thru* os sabores do São João, uma vez que a festividade, o Palhoção e as danças não puderam ser realizadas.

Como a cultura também passa pelo âmbito gastronômico, portanto, cabe identificar a já mencionada relevância dos festejos juninos também no NF2 e no sentido de laços comunitários e afetivos que a comida estabelece culturalmente.

**Figura 310. NF2, plantação de milho da Associação de Idosos de Paraíso do Horto**



Fonte: Diagonal, 2021.

#### 6.1.1.3 Núcleo Focal 3 (NF3) - Áreas receptoras mais distantes

Para o NF3, que se refere às áreas majoritariamente receptoras das famílias reassentadas, no que tange à cultura e à identidade, tem-se as dificuldades de reorganização, tanto no que diz respeito aos grupos culturais/ artísticos organizados quanto às relações comunitárias/ de vizinhança.

No que toca ao tema dos grupos culturais/ artísticos, é importante destacar a dispersão, a dificuldade de se reunir em novos pontos de encontro, a dificuldade de integração e a disputa pelos recursos existentes, como recrutamento de integrantes, apoio financeiro por parte dos comerciantes locais que, além de não terem historicamente um vínculo estabelecido com os forasteiros, também já devem ter tais vínculos com grupos e organizações pré-existentes no local. Nesse sentido, a reconstrução das bases organizadoras anteriormente identificadas demanda uma integração comunitária e um conhecimento dos modos de organização, dos atores e dos grupos que já estavam presentes nesses locais.

Nas menções sobre as novas condições de moradia também se indicaram uma ruptura com os modos de morar, uma vez que, por exemplo, muitas famílias não conseguiram mudar juntas para se manterem vizinhas, embora esse fosse o desejo. Para esse ponto, temporalmente, identificou-se que algumas famílias que se mudaram logo no início do processo conseguiram encontrar casas vizinhas e compatíveis com suas capacidades econômicas. Ainda, entre os entrevistados foi mencionado o aumento de demanda e de preços de imóveis, decorrente das mudanças repentinas e indenizações, nas áreas do NF3 e outros bairros.

### 6.1.2 Síntese analítica

A partir das análises da área de cultura e identidade, este item apresenta, em resumo, o contexto e impactos para a região em estudo.

As realocações de famílias repercutiram com uma ruptura de vínculos interpessoais (afetivos, familiares e de vizinhança), interrupção das redes de cooperação e apoio entre agentes culturais locais, que tendem a se estruturar a partir de processos colaborativos associados a um modo de vida razoavelmente horizontal, baseado em relações de proximidade, cujos aspectos remetem às dinâmicas da economia criativa e colaborativa. De forma geral a realocação de pessoas em decorrência da subsidência acabou por gerar a demanda por reestabelecimento das configurações que se articulavam com alguma sinergia: 1) espaços de treinamento e exposição (praças, escolas e outros equipamentos públicos); 2) redes interpessoais (parentes, grupos de amigos, vizinhos); e 3) parceiros estratégicos (comerciantes, agentes públicos e privados).

Em consonância com os apontamentos feitos nos tópicos anteriores, de maneira resumida, é possível indicar os seguintes impactos:

- Ruptura dos vínculos comunitários, das relações interpessoais e do modo de viver, com efeitos sobre as redes colaborativas (apoio de comerciantes e moradores locais) e espaços de reprodução;
- Perda da memória local e de aspectos identitários (histórias familiares, modos de vida e relações com o território);
- Ausência de políticas específicas, pós-realocação, para os grupos e manifestações originais do território.

A ausência de infraestrutura especificamente destinada às atividades culturais (equipamentos culturais), a vulnerabilidade social no território e a falta de experiência na gestão administrativa dos grupos podem ser pontuadas aqui. Essas configurações convergem em dificuldades nos processos organizacionais dos grupos e agentes locais em sua efetiva capacidade de continuidade. Os movimentos de recrutamento e transmissão de valores, práticas e conhecimentos tradicionais acabam fragilizados, uma vez que se estruturam fortemente em processos de socialização mais a partir das relações interpessoais (os ensinamentos na casa do mestre, a busca pela sensibilização da neta de uma participante idosa, a confecção do figurino pela mãe de um integrante etc.) do que institucionais (espaços de treinamento e sólidas políticas específicas).

### 6.1.3 Diretrizes temáticas

- Sugerir o território do NF1 como uma área de interesse metropolitano a integrar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maceió (RMM), nos termos da Lei Federal 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole) para as áreas de patrimônio material e imaterial (cultura e identidade). É importante destacar que as manifestações culturais, apesar

de profundamente ligadas ao território geográfico mais estreito, do ponto de vista de seu alcance identitário, extrapola o mesmo. Os Folguedos, o Guerreiro, o Coco de Roda, o Sururu e os festejos juninos, por exemplo, são elementos componentes da identidade cultural não apenas dos bairros, ou de Maceió, mas da Região Metropolitana e de Alagoas.

- Construir infraestrutura para fins culturais, como equipamento público, voltada à história, pessoas, tradições e manifestações culturais advindas do território, assegurando espaços de integração comunitária, suas memórias e práticas de sociabilidade, com políticas afirmativas para cultura, públicas e privadas,
- Fortalecer a orla lagunar como uma centralidade integrada, requalificando pontos estratégicos para o fomento das sociabilidades locais, de maneira a conectar e ativar as margens da Lagoa Mundaú, bem como funcionando como equipamento público de reunião e apresentação de grupos culturais.
- Fomentar a valorização do patrimônio material e imaterial, prevendo, entre outros, a elaboração de um inventário extensivo e detalhado dos grupos e manifestações culturais do território afetado pela subsidência.

## 6.2 Patrimônio Cultural e Paisagem

Este item apresenta a sistematização de resultados dos estudos relativos à temática de patrimônio cultural, material e imaterial, nos Núcleos Focais (NF). Seu objetivo fundamental é fornecer subsídios para a tomada de decisões acerca dos efeitos da subsidência e isolamento da área de desocupação sobre o patrimônio cultural presente nessas áreas, considerando as condições atuais, a atuação das diversas instâncias governamentais relativas ao tema e eventuais demandas apresentadas pela população ou pela sociedade organizada.

Ainda que seja inevitável apresentar considerações sobre o universo do patrimônio cultural em questão, ultrapassa os objetivos deste documento uma descrição minuciosa de cada bem em si ou uma avaliação de seu conjunto. De toda forma, é possível apontar para algumas questões que nortearão a elaboração de diretrizes de ação responsiva.

Com a preocupação de mostrar os dados disponíveis – e os não disponíveis – para a caracterização pretendida, este item foi estruturado em recortes territoriais (por NF) e, dentro de cada tópico, as informações foram organizadas na seguinte ordem: contextualização histórica (quando cabível), patrimônio imaterial e patrimônio material. Considerou-se também a hierarquia das esferas federativas que atuam ou podem atuar com relação ao patrimônio cultural brasileiro: União, estado e, por fim, município.

Os valores patrimoniais e culturais estão presentes no cotidiano das pessoas e são também afirmados nas normas legais. O Artigo 216 da Constituição Federal em alguma medida aborda uma noção de “direito à memória”, ao definir o patrimônio cultural brasileiro e ao destacar a “referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade

brasileira". O texto legal daquele artigo apresenta um conjunto de cinco incisos que sintetizam a pluralidade deste patrimônio em sua natureza material e imaterial:

> *"I - as formas de expressão;*
>
> *II - os modos de criar, fazer e viver;*
>
> *III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
>
> *IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*
>
> *V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."*

Este estudo considera essas bases normativas e traz referências aos fundamentos das políticas e normas de conservação do patrimônio cultural – inclusive referências a marcos similares ao que se apresenta nos incisos acima citados, que estão presentes na legislação estadual de proteção do patrimônio cultural. E isso não se dá por acaso, pois as normas municipais e estaduais têm a obrigação de observar e seguir o que está determinado na Constituição Federal.

No mais, procurou-se elaborar um texto objetivo e prático, que permita consulta rápida às suas informações mais relevantes. Daí o recurso, sempre que possível, a tabulações de síntese e algumas representações gráficas de dados, que facilitam a compreensão do universo de dados obtidos, incluindo-se representações iconográficas (fotografias) ou cartográfica (mapas e cartogramas).

A abordagem metodológica deste item se fundamenta em três pilares:

- pesquisa bibliográfica e documental;
- mapeamento, isto é, sistematização de dados obtidos em arquivos de sistema de informação geográfica (SIG);
- pesquisa de campo e entrevistas, incluindo informações obtidas pelas pesquisas de processo participativo, cultura e identidade, atividade pesqueira, e ainda dados de caracterização das comunidades.

Com relação à pesquisa bibliográfica e fontes secundárias de acesso público, foram buscadas informações de órgãos governamentais relacionados à temática do patrimônio cultural nas três esferas (federal – IPHAN; estadual – SECULT e afins; municipal – FMAC e afins), além de instituições de pesquisa, particularmente a Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O levantamento de publicações científicas seguiu os procedimentos de uma revisão bibliográfica convencional, tendo sido privilegiadas as bases federais de dados (Periódicos e Banco de Teses, ambos da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES). Essas pesquisas foram complementadas por levantamentos expeditos na área de interesse ou contatos com indivíduos e instituições, realizados em campo no período de julho de 2021. Quando possível, buscou-se contatar pesquisadores e instituições locais que pudessem subsidiar a análise de informações obtidas em fontes secundárias. Dados de estudos e levantamentos anteriores realizados pela Diagonal foram também incorporados à base de informações, sobretudo no que diz respeito à contextualização histórica.

A partir das informações disponíveis na literatura, foi elaborado um quadro de sistematização das referências culturais, observando as categorias usuais de classificação do patrimônio (material e imaterial). Ainda assim, foi necessário possibilitar que mais de uma classificação fosse atribuída a um mesmo registro, de forma a contornar um risco de excessivo esquematismo na classificação, e levando em conta informações disponíveis em diversas fontes.

O mapeamento de dados sobre o patrimônio cultural foi sendo incorporado à base de informações georreferenciadas organizada para o PAS e serviu para elaborar os mapas temáticos apresentados neste Diagnóstico. Isso permitiu a sistematização global das informações de patrimônio com outros temas, quando necessário. Quando não se dispunha do endereço exato de bens identificados, buscou-se ao menos pontuar bens, agentes ou instituições identificadas com referência ao bairro, adotando-se, para isso, um ponto relativamente central ou referencial para sua localização.

Algumas das bases de dados relativas a cadastros culturais foram identificadas, mas por vezes apresentando uma condição crítica de desatualização de dados. Um exemplo é a página internet do antigo Ministério da Cultura (http://mapas.cultura.gov.br/) que ainda apresenta um mapeamento – cadastro com endereços – de agentes culturais, catalogados sob variadas categorias, mas que se encontra sem atualização há anos e muitos dos dados ali contidos já não representam a realidade. Também o Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial em Alagoas (www.mapeamentoculturaldealagoas.com) constitui fonte relevante, enquanto referência metodológica, mas com limitações. Esta é uma das razões por que foram indicadas diretrizes de realização de novos levantamentos sob metodologias específicas, apropriadas ao contexto do perfil sociocultural dos grupos culturais, que não seriam viáveis de se realizar num diagnóstico com o escopo do PAS, mas apenas como medidas a serem empreendidas no corpo dos seus projetos.

Com relação ao recorte temporal do trabalho, buscou-se respeitar a data-chave de 2018 como o principal marco divisor de uma condição anterior e a atual. Assim, em séries históricas de dados referentes ao tema, 2018 (ou o ano mais próximo disponível) foi adotado como linha de corte da condição anterior e o dado mais recente como condição atual.

Por fim, o ordenamento temático deste item considera a classificação consagrada do patrimônio cultural entre material (ou tangível) e imaterial (ou intangível), levando-se em conta o fato de que as políticas de proteção destinadas a cada categoria são diversas: enquanto se fala de “tombamento” do patrimônio material, por exemplo, a salvaguarda do patrimônio imaterial é feita por meio de “registro”. Essa divisão, porém, não deve ser entendida como uma definição exclusiva: um bem material pode assumir significados afetivos e de referência para a memória coletiva (conferindo a essa dimensão simbólica um caráter também imaterial), da mesma forma que um bem intangível, como uma celebração ou um modo de fazer, também é passível de “materialização” nos imóveis ou espaços físicos em que as atividades são realizadas. A avaliação do patrimônio nas duas dimensões – material e imaterial – deve, portanto, levar em conta essa dinâmica e interpenetração.

Com relação às referências e legislações vigentes do tema, normas nacionais e internacionais cabíveis, as seguintes são as principais, ainda que se admita a possibilidade de que novas referências venham a ser editadas no decorrer da implementação do PAS.

- *Conferência Internacional sobre Conservação*. Princípios para a conservação e restauro do patrimônio construído. (Carta de Cracóvia). Cracóvia, Polônia, 2000.
- UNITED Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention. Paris: UNESCO, 2005.
- Portaria IPHAN 420, de 22 de dezembro de 2010: Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.
- Portaria IPHAN 366, de 4 de setembro de 2018: Dispõe sobre diretrizes a serem observadas para projetos de prevenção e combate ao incêndio e pânico em bens edificados tombados.
- Portaria IPHAN 375, de 19 de setembro de 2018: Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. ABNT NBR 14653-7:2009. Avaliação de bens. Parte 7: Bens de patrimônios históricos e artísticos.
- Lei Estadual 4.741, de 17 de dezembro de 1985. Dispõe sobre o tombamento de bens para integração no patrimônio histórico artístico e natural do estado de Alagoas e dá providências correlatas.
- Lei Estadual 7.285, de 30 de novembro de 2011. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural alagoano.
- Lei Estadual 6.513/04, alterada pela Lei 7.172, de 30 de junho de 2010. Instituiu o Registro do Patrimônio Vivo do estado de Alagoas – RPV-AL.
- Lei Estadual 8.515/21. Declara a Igreja Batista do Pinheiro como integrante do Patrimônio Material e Imaterial do estado.
- Lei Municipal 3.538, de 23 de dezembro de 1985: Código de Posturas do Município de Maceió.
- Lei Municipal 5.486, de 30 de dezembro de 2005: Plano Diretor do Município de Maceió.
- Lei Municipal 5.593, de 8 de fevereiro de 2007: Código de Urbanismo e Edificações do Município de Maceió.

### 6.2.1 Caracterização

Para caracterização dos territórios sob o ponto de vista do patrimônio cultural, optou-se por uma inversão de escalas de análise: parte-se do contexto geral (Núcleo Focal 4 - NF4) para abordar, em seguida, os específicos contextos locais. No caso desses contextos locais, foi mantida a sequência entre os bairros diretamente afetados pela subsidência (NF1), entorno (NF2) e principais bairros receptores da população realocada (NF3). Especificamente para a

temática de patrimônio cultural, foi analisado, no contexto do NF2, o bairro de Fernão Velho, pois as relações dele com os demais bairros justifica uma observação conjunta – ainda que o bairro não reunisse outras características para inclusão no NF2, conforme os critérios adotados e especificados no capítulo dedicado à metodologia.

Além da definição dos recortes territoriais, são destacados os imóveis e territórios protegidos por legislação, os imóveis relevantes nos NF, independentemente de sua proteção formal, e os entornos urbanos relacionados aos bens, de forma a possibilitar o reconhecimento da ambiência em que se inserem os imóveis listados. Esses territórios abrigam também numerosas manifestações e expressões do patrimônio cultural imaterial e sua presença e valor estão também abordados neste item.

#### 6.2.1.1 Núcleo Focal 4 (NF4) - Maceió

A ocupação do atual estado de Alagoas (originado do desmembramento da antiga Capitania de Pernambuco, em 1817) se deu basicamente ao longo de sua costa, avançando para oeste ao longo dos rios, o que resultou na expulsão ou aniquilação das populações originais. O padrão de ocupação urbana historicamente limitada à faixa costeira resultou em concentração, mesmo atualmente, de registros e referências culturais nessa região, estendendo-se ocasionalmente em direção à Zona da Mata.

Em função desse padrão, os principais remanescentes das populações indígenas no estado correspondem àqueles situados em terras mais afastadas da capital, nas quais a influência cultural desses grupos é hoje um pouco mais notável. Ainda assim, registra-se sua presença em determinadas técnicas de artesanato e culinária (além da memória toponímica – o próprio nome da capital se origina da denominação tupi Maçayó ou Maçaio-k, que significa algo semelhante a 'o que tapa o alagadiço'). Dos grupos indígenas ocupantes da região, merecem destaque os tupinambás, conhecidos por Caetés, cujos registros datam ainda do final do século XVI.

A relação com os corpos d'água (rios, litoral e lagoas, como a do Mundaú) foi um elemento determinante da identidade alagoana, inclusive da ocupação econômica e de seus primeiros núcleos urbanos, situados às margens dos principais rios e lagoas.

A importância das matas na vida e no imaginário alagoanos se demonstra no conjunto de lendas e mitos do chamado "ciclo do caboclo" do folclore (DIEGUES JUNIOR, 1958) e de figuras como a Caipora e o Curupira, o Pai-da-Mata, o Fogo-Corredor, o Mula-de-Padre (ou Mula-sem-Cabeça), o Papa-Figo, o Homem do Surrão. Também nelas ocorreram algumas das mais importantes rebeliões da história colonial brasileira, como no caso do quilombo dos Palmares, no século XVII, localizado no território do atual município de União dos Palmares, ou da guerra dos Cabanos, no século XIX, em matas situadas mais ao Norte (no atual município de Jacuípe).

Além disso, deve-se destacar a importância da economia rural açucareira que, pela intensiva utilização do trabalho escravo nas fazendas e engenhos, legou uma contribuição decisiva da cultura de origem bantu para o estado.

Quando foi realizado o inventário de patrimônio cultural imaterial de Alagoas pela UFAL com apoio do IPHAN[126], foram catalogadas 519 referências em todo o estado, sendo:

- ofícios e modos de fazer: 229 referências (44,12%);
- formas de Expressão: 145 referências (27,93%);
- lugares: 67 referências (12,90%);
- celebrações: 54 referências (10,40%);
- edificações: 24 referências (4,65%).

Desse inventário, os bens que se referem a Maceió se concentram fundamentalmente nas categorias de: lugares (particularmente o Centro, Jaraguá e Bebedouro, associados inclusive a registros musicais), com destaque para a Praça dos Martírios, Rua do Comércio, Mercado Público e Feira do Passarinho; e celebrações, especialmente de natureza religiosa festividades profanas (que incluem o Carnaval), retretas, celebrações dedicadas a Zumbi dos Palmares, festas vinculadas ao universo religioso afro-brasileiro, com a festa para Oxum, o "Toque de Caboclo" e outras festas de louvação para diferentes Orixás. Dentre as edificações, uma consiste em registro da memória da presença do Xangô em Maceió, sendo a maioria correspondente a museus – incluindo o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL).

Outra importante base de dados consultada foi a do Mapa da Cultura, iniciativa do antigo Ministério da Cultura que visa construir um espaço de integração e visibilidade para projetos, artistas, espaços, eventos culturais e seus produtores. A maior contribuição dessa base para o presente diagnóstico, além dos dados em si, é revelar, de maneira qualitativa a existência real das atividades e seus representantes na área estudada.

Foram localizados 19 agentes, na categoria individual, atuantes na área de patrimônio em Maceió, sendo 12 instrutores de capoeira e quatro agentes identificados como gestores públicos. A mesma base de dados permite a identificação de espaços referenciais. De acordo com o mapeamento, dois desses espaços estão localizados no Centro de Maceió; outros dois se situam além dos bairros da área de realocação, a norte e noroeste, mas são os de atuação mais claramente relacionada às temáticas de interesse direto do campo do patrimônio cultural.

A política de patrimônio imaterial em Alagoas foi estabelecida pela Lei 7.285, de 30 de novembro de 2011. O registro desses bens se faz por meio de inscrição no Livro de Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas, compreendendo quatro categorias, muito claramente relacionadas com os marcos constitucionais e aqueles organizados pelo IPHAN anteriormente citados:

[126] Um inventário foi realizado no ano de 2017, aplicando-se a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), do IPHAN, porém não se teve acesso a esse documento até o presente. Os dados descritos se referem a uma primeira pesquisa de fontes e acervos realizada em 2008. Esse mapeamento documental integrou o esforço do órgão federal, associado à UFAL e Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES), para promover a identificação das referências culturais de natureza imaterial, cuja metodologia prevê a varredura nas instituições de guarda de acervo. Para esse inventário, foram 23 instituições pesquisadas, com 63 pessoas entrevistadas e 519 referências culturais identificadas em 466 fontes documentais (374 escritas, 39 iconográficas e 53 audiovisuais) e distribuídas por 71 municípios (inclusive Maceió).

- saberes (ofícios e modos de fazer);
- celebrações (rituais e festas)
- fontes de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas);
- lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas).

Foram identificados os seguintes bens imateriais registrados por Alagoas:

- práticas gastronômicas: o Camarão Alagoano no Bar das Ostras e o Doce de Caju de Ipioca (ambos registrados em 2013);
- manualidades: o Bico e Renda Singeleza e o Filé (registrados em 2014); e
- Sururu de Capote (registrado também em 2014).

A política estadual também apresenta como destaque a política de Registro do Patrimônio Vivo (Lei Estadual 6.513/04, alterada pela Lei 7.172/10), que consiste no reconhecimento da importância do saber tradicional e popular dos mestres e mestras e concede aos seus titulados uma bolsa mensal vitalícia de incentivo, no valor de um salário-mínimo e meio. A política espera, assim, estimular a preservação da cultura do estado nas áreas de danças, folguedos, literatura oral e/ ou escrita, gastronomia, música, teatro, artesanato, entre outras. Alagoas passou a registrar e premiar, a partir de 2005, as pessoas que detenham conhecimentos e técnicas necessárias para a preservação dos aspectos da cultura tradicional ou popular de uma comunidade (saberes relacionados a danças e folguedos, literatura oral e/ou escrita, gastronomia, música, teatro, artesanato, dentre outras), estabelecidas em Alagoas há mais de 20 anos, e que repassem esses conhecimentos às novas gerações.

Embora a relação disponível de pessoas tituladas pela lei tenha atualizações até 2021, somente os registros datados até 2015 apresentam informações passíveis de mapeamento ou caracterização em detalhe. Até o momento, o programa governamental foi responsável pelo registro de 64 mestres, dos quais 18 já faleceram (10 localizados em Maceió) e outros nove foram registrados a partir de 2016, de forma que não permitem identificar a localidade[127]. Dos 36 restantes, os que estão sediados em Maceió são listados no Quadro 19.

**Quadro 19. NF4, mestres titulados pelo Registro do Patrimônio Vivo**

| Ano | Nome | Endereço atual |
|---|---|---|
| 2005 | João Procópio | Rua General Hermes, 1381 – Prado |
| 2009 | Dona Flor | Rua Euclides Santos, 14 – Chã da Jaqueira |
| 2010 | Mestre Juvenal Domingos | Rua do Arame/ Travessa do Arame, 25 - Chã da Jaqueira |
| 2010 | Mestre Jacaré | Av. Assis Chateaubriand, 59 – Prado |
| 2011 | Anadeje | Trav. Florestal, 35 – Chã da Jaqueira |
| 2011 | Jaçanã | Rua do Sol, 464 – Farol |

[127] A Secretaria de Estado da Cultura informa os integrantes do Patrimônio Vivo na Internet em: http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-vivo/cadastros-mestres-rpv-al

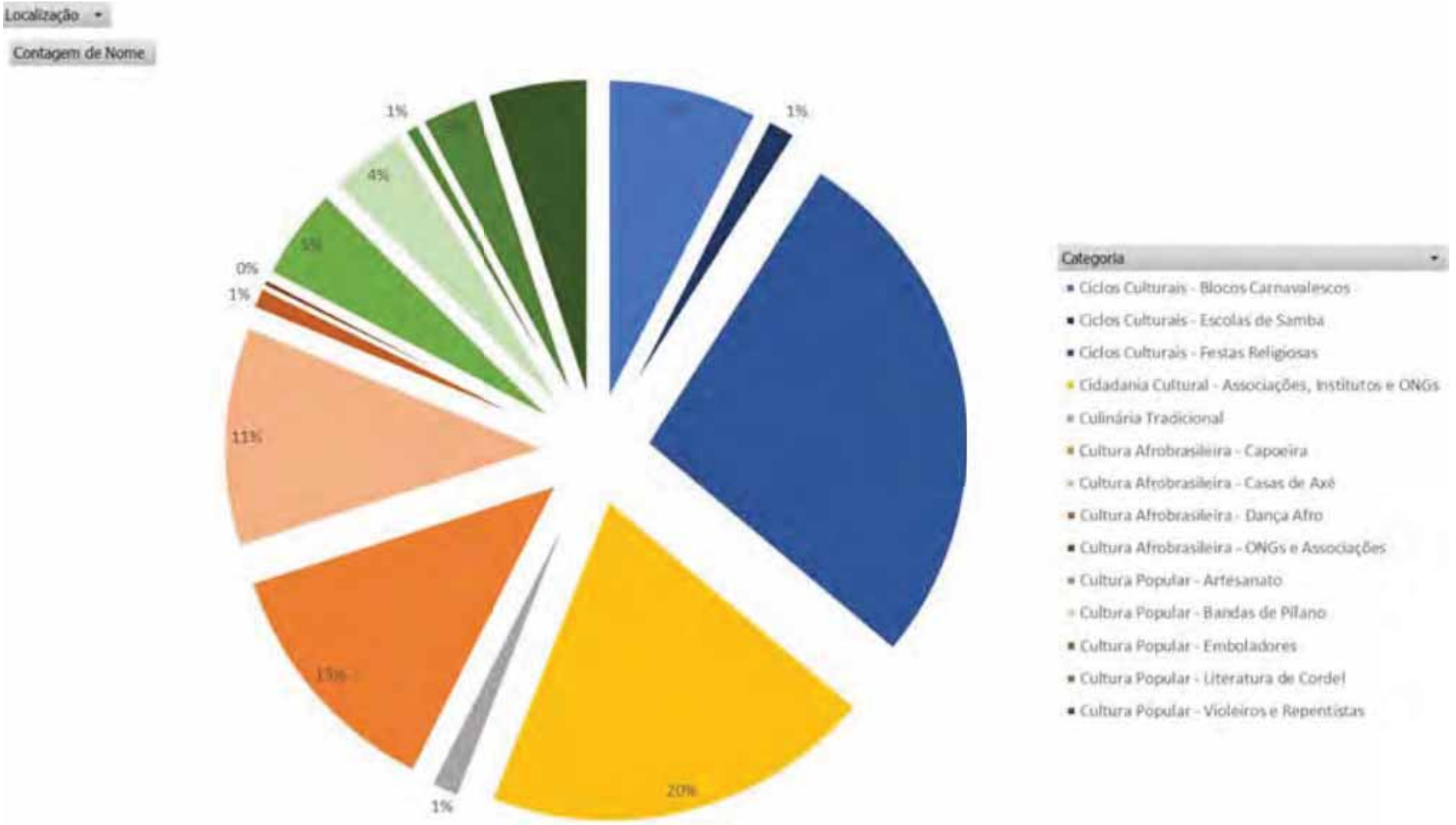
| Ano | Nome | Endereço atual |
|---|---|---|
| 2011 | João de Lima | Rua dos Coqueiros, 54 – Bebedouro |
| 2011 | Jorge Calheiros | Rua Jerusalém, 39 – Clima Bom |
| 2011 | Mãe Neide | Rua São Pedro, 10 – Village Campestre II, Cidade Universitária |
| 2011 | Mestre André | Rua Nossa Senhora Aparecida, 73 – Tabuleiro do Martins |
| 2011 | Mestre Artur Moraes | Rua do Arame, 04 – Mutirão, Chã da Jaqueira |
| 2012 | Chau do Pife | Rua São João, 56-B – Jacintinho |
| 2012 | Mestre Pancho | Av. Senador Arnon de Melo, 75 – Pontal da Barra |
| 2015 | Vânia Maria | Av. Rodrigo Aciole Morta, 20 – Gruta de Lourdes |
| 2015 | Zeza do Coco | Rua Nova, 203 – Chã de Bebedouro |
| 2021 | Mãe Mirian | Rua Luiz Campos Teixeira, 290 - Poço, Maceió |

Fonte: SECULT, 2021.

Outro programa da SECULT que merece destaque é o Mapeamento Cultural, iniciativa que busca inventariar sistematicamente diversas das expressões da cultura alagoana[128]. Para efeito deste estudo, foram considerados apenas os registros relativos aos ciclos culturais (blocos carnavalescos, escolas de samba e festas religiosas), culinária tradicional, cultura afro-brasileira (capoeira, casas de Axé), cultura popular (artesanato, bandas de pífano, emboladores, literatura de cordel, violeiros e repentistas) e cidadania cultural (ONG, associações e institutos), resultando em um total de 277 registros, sendo 124 deles (cerca de 45%) sediados na capital. A rubrica de cultura indígena também poderia ser de interesse, mas não há registros relativos a Maceió. Desse conjunto, os registros se dividem entre as categorias na seguinte proporção (Figura 311): as manifestações ligadas aos ciclos culturais respondem por 36%; 20% correspondem à cidadania cultural; a culinária tradicional corresponde a 1% do total; 25% dos registros se referem à cultura afro-brasileira; e 18% se referem à cultura popular.

[128] As categorias adotadas no mapeamento são: alagoanos ilustres; artes cênicas; artes visuais; audiovisual; ciclos culturais; culinária tradicional; cultura afro-brasileira; cultura indígena; cultura popular; cidadania cultural; literatura e música.

**Figura 311. NF4 Maceió, Mapeamento Cultural, registros relacionados ao patrimônio**




Fonte: SECULT, s/d.

Em relação ao patrimônio material, foram buscados bens reconhecidos em âmbito federal (IPHAN), tendo sido identificados 28 processos relativos a Alagoas, dos quais somente quatro se referem a Maceió, porém nenhum deles tendo resultado em tombamento de fato. Além desses processos, foram identificados os bens constantes da Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (bens declarados valor histórico, artístico e cultural nos termos da Lei 11.483/07 e da Portaria IPHAN 407/2010). Nessa relação, foram listados 19 bens em Alagoas, sete deles em Maceió: Estação Ferroviária de Jaraguá, Galpão de armazenamento I, Área central coberta, Galpão de armazenamento II, Anexo dos Galpões, Galpão geminado e terreno – todos esses nas imediações da Estação Ferroviária, no bairro Jaraguá. Segundo o IPHAN, "Alagoas possui um rico acervo arqueológico com vestígios de ocupação humana de mais de oito mil anos"[129]. Todavia, no território da capital consta apenas um único registro de um sítio lito-cerâmico no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN), denominado Caco Grosso I, situado na zona rural, nas margens do rio Messias, ao norte do bairro da Cidade Universitária. Não foram encontrados, nos levantamentos documentais realizados no presente estudo, registros de quaisquer iniciativas de exploração do *potencial arqueológico* do conjunto de sítios históricos integrantes do Corredor Cultural definido no Plano Diretor, já citado anteriormente. O potencial arqueológico daquela região, que também abrange o NF1 e NF2, foi citado na Escuta Pública do dia 28 de março de 2023 e pode servir de indicativo para futuras ações do IPHAN ou dos órgãos municipais e estaduais, ou mesmo ser incorporado no amadurecimento das linhas de ação já apresentadas ao final deste documento.

No âmbito estadual, a política para o patrimônio material foi definida pela Lei de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural (Lei 4.741, de 17 de dezembro de 1985)[130]. As ações e programas da SECULT englobam: Patrimônio Cultural; Mapeamento Cultural; Registro do Patrimônio Vivo; Rede de Pontos de Cultura; Sistema Alagoano de Museus; e Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Os dados relativos ao Patrimônio Cultural se organizam entre material e imaterial. De acordo com a relação de bens inscritos no Livro de Tombo[131], datada de junho de 2014, a maioria dos 25 registros em Maceió está situada no Centro da cidade.

A política de patrimônio de Maceió, por fim, é responsabilidade da Fundação Municipal de Ação Cultural (FMAC), órgão da administração municipal indireta vinculado à Secretaria Municipal de Educação. Sua competência consiste em formular e promover a política de defesa do patrimônio artístico e cultural do município. A principal ação da Fundação tem sido o fomento a atividades e grupos por meio de editais de seleção. Em linhas gerais, pode-se afirmar que a atuação por

[129] Ver http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/538/

[130] Atualmente, está a cargo da SECULT, em particular a Superintendência de Identidade e Diversidade Cultural (SIDC), cuja titular, Perolina Henriques "Péu" Lyra, foi entrevistada pela equipe Diagonal em julho/2021. Além disso, integra a estrutura organizacional da SECULT o Pró-Memória, instituição que tem por finalidade a proteção e a promoção do patrimônio cultural por meio de pesquisa, documentação, restauração e difusão da produção técnica e científica, além de colaborar para a formulação de políticas culturais em geral, incluindo-se aí educação patrimonial. O diretor do Pró-Memória, Pablo Maia, foi também entrevistado na mesma ocasião que a titular da SIDC. Por fim, é relevante destacar a existência do Conselho Estadual de Cultura (CEC), cuja finalidade é deliberar sobre a Política Estadual de Cultura e o Plano Estadual de Cultura e acompanhar sua execução, além de prestar assessoria ao Secretário de Estado da Cultura.

[131] Em Alagoas, há quatro Livros de Tombo, dos quais apenas um, Cidades, Vilas e Povoados, não dispõe de registros relativos a Maceió.

meio desses editais de fomento tende a atender principalmente as atividades culturais normalmente relacionadas ao patrimônio cultural imaterial. Isso significa que o município não dispõe de instrumentos de inventariação e salvaguarda – tombamento ou registro. Nesse sentido, a principal iniciativa da prefeitura em relação à proteção do patrimônio material consiste na definição de Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEP) e Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEP), definidas na Lei Municipal 5.593/07 (Código de Urbanismo e Edificações do Município), assim como no Plano Diretor (Lei Municipal 5.486/05).

No processo de escuta da Agenda Institucional (entrevistas com representantes do poder público), que incluiu a SECULT, a FMAC, o Instituto Estadual do Meio Ambiente (IMA), além da UFAL, foram levantados pontos de amplo alcance, conforme elencado a seguir:

- Importância das festividades: eventos como Carnaval, São João ou festas de fim de ano representam mais do que atrações turísticas e são, para muitos dos praticantes de folguedos, um modo de vida que depende da compatibilidade com a subsistência. Por isso, o Poder Público tem dedicado esforços para o fomento de tais atividades e apoio aos praticantes tradicionais e aos grupos culturais mais vulneráveis.
- Práticas ligadas à cultura afro-brasileira: embora sejam importantes e difundidas, as práticas não são ainda suficientemente sistematizadas. Contatos esparsos e algumas tentativas de inventariação têm sido empreendidas, mas ainda com resultados limitados.
- Reconhecimento pleno da importância dos folguedos, dos ofícios e demais componentes do patrimônio imaterial de Maceió: por vezes, esse reconhecimento assume, inclusive, maior importância para a população do que os bens imóveis em si.
- Estruturação de órgãos públicos: principalmente os da municipalidade, ainda carecem de maior estruturação para organizar e responder às demandas de apoio e proteção aos bens culturais, tanto materiais quanto imateriais. Está em início um processo de colaboração entre a UFAL e esses órgãos, de forma a compensar a carência de recursos (inclusive humanos).
- Políticas de fomento e defesa do patrimônio são predominantemente temáticas, o enfoque territorial ainda é pouco aplicado.
- Covid-19: a pandemia, sobretudo durante o ano de 2020, prejudicou a continuidade de diversas iniciativas, desarticulando e interrompendo ações de fomento ou conhecimento que somente no último semestre de 2021 começaram a se reorganizar. Houve reestruturações e remanejamento de pessoal, e alguns gestores se encontram em estágio inicial de organização das novas ações.
- Dirigentes e gestores das instituições públicas: tem existido empenho de dirigentes e gestores públicos em receber, ouvir e responder às demandas da população e dos agentes culturais realocados. Relatam depoimentos que testemunham a gravidade das perdas para essa população, as quais não se resumem aos próprios bens, mas sim à localidade como um todo, enquanto lugar de memória e referência de vida.

#### 6.2.1.2 Núcleo Focal 1 (NF1) - Área de desocupação

A ocupação nos bairros Bebedouro, Pinheiro, Mutange, Farol e Bom Parto se consolidou na década de 1960, a partir de distintos movimentos de ocupação de Maceió, desde sua origem como um povoado de pescadores, passando à condição de vila – graças às atividades comerciais e ao Porto de Jaraguá – até a consolidação da cidade.

Os bairros Bebedouro e Bom Parto estão entre as primeiras localidades originadas após as ocupações iniciais em Maceió, nos bairros centrais. A partir desses, a expansão em direção a Bebedouro, Bom Parto e Mutange se deu após a elevação da vila à condição de cidade, no início do século XIX, vinculada aos caminhos que levam ao interior. Na década final do século XIX, a fundação da Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos estabeleceu uma estação em Bebedouro, contribuindo para a fixação de novos habitantes.

A partir da metade do século XX, especialmente nas décadas de 1940 e 1950, é que a ocupação da área de Bebedouro começa a se modificar, com a expansão da ocupação irregular nas encostas por migrantes de zonas rurais que vieram se instalar na cidade. Intensificou-se o parcelamento irregular do solo e a ocupação de áreas de preservação ambiental (incluindo as áreas lagunares), quando também a população de renda mais elevada se deslocar para a parte alta da cidade.

Este item traz alguns aspectos relativos à história dos bairros do NF1 e suas localidades de referência[132].

O Bebedouro é um dos mais antigos bairros de Maceió, criado como distrito e anexado ao município pela Lei Estadual 386, de 24 de abril de 1904. De acordo com levantamento da UFAL e IPHAN, figura como balneário de verão da elite local entre final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Essa elite teria construído seus casarões na rua principal e no entorno da Praça Lucena Maranhão, próximo da Lagoa Mundaú e da linha férrea.

Bebedouro foi também local de atração de trabalhadores das usinas de cana-de-açúcar instaladas ao longo do corredor da estrada de ferro. A estação de Bebedouro foi inaugurada em 1884, ainda que, em 1872, já estivesse pronta a linha entre a estação de Jaraguá, no Porto de Maceió, e a povoação de Bebedouro, tocada pela Estrada de Ferro Central de Alagoas, com trens de passageiros e cargueiros e dela se utilizando para bondes a tração animal. A linha férrea, que chegou a ligar Maceió a Recife, atualmente opera apenas como trem de subúrbio das duas metrópoles.

O bairro consta nas fontes de pesquisa histórica como palco de festas memoráveis de Natal e Carnaval, além de cavalhadas em alusão aos pastoris, bem como palco para bandas de forró na Praça Lucena Maranhão[133] e de encontros e de manifestos políticos.

[132] Entre outras fontes de consulta, utilizou-se para a reconstituição histórica dos bairros as pesquisas do website Bairros de Maceió (http://www.bairrosdemaceio.net/), editado pelo jornalista Ademir Brandão, que coletou notícias, artigos de jornais, depoimentos e outras fontes.

[133] VILLAR, Jorge. Bebedouro dos nossos tempos. História de Alagoas, 2020. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/bebedouro-dos-nossos-tempos.html>. Acesso em: dez. 2020.

A pesquisa sobre o bairro Mutange destacou a importância do estádio, sede do time do Centro Sportivo Alagoano (CSA) e considerado de utilidade pública desde 3 de dezembro de 2009.

A história do estádio se confunde com a história do bairro. Inaugurado em 1922, o estádio sofreu alterações ao longo do tempo. As primeiras arquibancadas de madeira tinham as formas mais modernas para a época. O estádio do Mutange passou a se chamar Estádio Gustavo Paiva em 29 de agosto de 1951, e ficou conhecido como O Mutange ou estádio do CSA, até sua desativação definitiva em 2020.

As pesquisas sobre o bairro mostraram referências também aos bondes e à CATU, nome popular da Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos. A empresa aumentava a circulação dos bondes e atrelava carros-reboque nos dias de procissão, passeatas, carnaval, nas festas de Natal e Ano Novo em Bebedouro, Parque Rio Branco e Pajuçara e nos jogos de CSA e CRB, disputados nos campos do Mutange e da Pajuçara.

Em relação ao bairro Pinheiro, nota-se a importância da Igreja Batista (Figura 312), como marco histórico e referencial da vida social do bairro. A história da Igreja Batista do Pinheiro tem seu início no ano de 1936, quando a Igreja Batista do Farol contava com numerosos fiéis oriundos do bairro Pinheiro, os quais tinham dificuldade em se locomover até o Farol. Auxiliados por um casal de missionários, foi constituída uma pequena congregação na casa de uma irmã que morava no bairro, chamada Irª. Isabel. Em 1941, foi comprada uma casa na Rua Miguel Palmeira, 504, onde foi construído um templo. Em 1970, foi oficializada a transformação da Congregação Batista do Farol, em Igreja Batista do Pinheiro. No ano seguinte, foi adquirido terreno vizinho para a ampliação da igreja, obra que só se concluiu em 1976. Mais recentemente, o governo de Alagoas, por meio da Lei Estadual 8.515/2021, passou a considerar a Igreja Batista como integrante do Patrimônio Material e Imaterial do estado.

**Figura 312. NF1, Igreja Batista do Pinheiro**





Fonte: Google Earth. 2017 e 2022[134].

Outros referenciais do bairro Pinheiro são a Igreja Menino Jesus de Praga (Figura 313), os conjuntos residenciais Jardim das Acácias (Figura 314) e Divaldo Suruagy (Figura 315) – embora parcialmente demolidos em decorrência da localização nas áreas de risco elevado –, e a Praça Arnon de Melo (Figura 316), apontada como referencial da vida cotidiana do bairro.

**Figura 313. NF1, Igreja Menino Jesus de Praga**



[134] O uso das fotos do Google Street View é uma escolha metodológica porque possibilita uma fácil comparação cronológica de antes e depois do processo de desocupação resultante dos riscos da subsidência.



Fonte: Google Earth. 2017 e 2022.

**Figura 314. NF1, Conjunto residencial Jardim das Acácias**



Fonte: Google Earth. 2017 e 2022.

**Figura 315. NF1, Conjunto residencial Divaldo Suruagy**



Fonte: Google Earth. 2017 e 2022.

**Figura 316. NF1, Praça Arnon de Melo**



Fonte: Google Earth. 2017 e 2022.

Bom Parto era uma das áreas da capital que abrigaram fábricas têxteis, no caso a Fábrica Alexandria. A edificação de vilas operárias e a concentração populacional resultante contribuíram para o desenvolvimento do comércio local. Já foi um típico bairro operário, sendo quase toda população dependente dessa atividade. A história do bairro está, de fato, ligada ao binômio fábrica-igreja. A origem do nome é a própria Igreja de Nossa Senhora do Bom Parto.

Pela Lei Municipal 4.952/2000, que estabeleceu os bairros de Maceió, Bom Parto incorporou a área tradicionalmente conhecida como Cambona, situada entre Bom Parto e a Praça Floriano Peixoto ou dos Martírios. Faziam parte dessa vizinhança a Rua do Comércio, circundada por prédios históricos, como a Rádio Difusora de Alagoas, hoje transformada em Museu Fundação Pierre Chalita, a Caixa Econômica Federal, construída no terreno onde funcionou a primeira Faculdade de Economia da Alagoas, o Edifício do Conde e o majestoso Palácio Floriano Peixoto.

Quanto ao bairro Farol, sua história está ligada às mansões da burguesia alagoana, erigidas no início do século XX como alternativa de moradia em Bebedouro. Os coronéis e barões que moravam em Bebedouro até o início do século XX acabaram optando pela parte alta da cidade, pelo clima mais ameno e pela proximidade com o Centro da cidade. Nas décadas de 1940 e 50, os bondes faziam a ligação com o centro da cidade outros bairros de Maceió. Parte dessas casas acabou dando lugar a estabelecimentos comerciais e de serviços, restando apenas algumas mansões nas transversais da Avenida Fernandes Lima. O perfil residencial também se modificou, dando lugar a edifícios de grande porte, onde ainda reside uma população de alto poder aquisitivo, além de edifícios de classe média. O nome do bairro remete ao farol no Planalto do Jacutinga.

Nos bairros do NF1 não há patrimônio protegido pelo IPHAN. Entretanto, existem estudos na SIDC: inventário de bens móveis da Igreja de Santo Antônio (Bebedouro), e possivelmente da Igreja de Bom Parto e do Complexo de Bom Conselho pelo Inventário Nacional de Bens Móveis – Sítios Urbanos (INBM-SU); inventário do Patrimônio Azulejar Brasileiro, referente à Igreja de Santo Antônio; inventário incompleto do Patrimônio Modernista em Alagoas, no qual consta o Centro de Estudos de Pesquisas Aplicadas (CEPA)[135], atual CEAGB, um projeto de urbanização com construções de Diógenes Rebouças, grande arquiteto baiano, datado de 1960; inventário do Patrimônio Ferroviário, com uma estação em Bebedouro e sítios arqueológicos no Parque Municipal, lugar de primeira represa para abastecimento de Maceió (séc. XIX), onde também foram enterrados diversos postes de ferro fundido do século XIX e XX.

A pesquisa de agentes cadastrados no Mapa da Cultura, do antigo Ministério da Cultura, resultou em um total de 280 registros localizados em Maceió, considerando todas as áreas temáticas de atuação, sendo individual ou coletiva. Esse total foi resumido com base em dois critérios: (i) territorial: agentes que declararam localização nos bairros do NF1; (ii) setorial: declaradamente atuantes na área de patrimônio cultural. Foram, assim, localizados sete agentes, conforme o Quadro 20.

**Quadro 20. NF1, agentes culturais atuantes em áreas correlatas ao patrimônio cultural**

| Nome | Descrição | Temática | Bairro |
|---|---|---|---|
| Herbário MAC | Instituição vinculada ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, sendo considerado “Museu da Flora Alagoana”, atuando como centro de pesquisa botânica e exercendo um papel importante para o conhecimento e conservação da vegetação nativa alagoana. Possui uma coleção de plantas desidratadas, composta por um acervo de mais de 64 mil amostras. | Meio ambiente | Mutange |
| Allan Ridd | Segmento: Artes cênicas. Área: Produção cultural. Cadastro: Agente cultural. Categoria: Teatro. Tipo: Ator. Redes sociais: Facebook: Allan Almeida | Teatro | Bom Parto |
| Paulo Luna | Cantor, música reggae, instrumentista | Cultura popular, música | Pinheiro |

135 Para mais informações: CEPA – Centro Educacional de Pesquisa Aplicada. Disponível em: <http://arquiteturaalagoana.al.org.br/index.php/temas/escolas/cepa-centro-educacional-de-pesquisa-aplicada/>. Acesso em: dez. 2020.

| Nome | Descrição | Temática | Bairro |
|---|---|---|---|
| Alice Georgiana Barros Oliveira | Artista visual, pintura | Artes visuais | Pinheiro |
| Banda de Pífanos São Jose | Cultura popular | Música | Bebedouro |
| Fabinho Moreno | Agente e produção cultural | Cultura popular | Farol |
| Instituto Zumbi dos Palmares | Instituto Zumbi dos Palmares (IZP) | Gestão cultural, cultura negra | Farol |

Fonte: Secretaria Especial da Cultura, Mapa da Cultura. 2021.

Já no mapeamento estadual, foram encontrados 11 atores sociais, com uma concentração significativa em Farol (apenas um representante em Bebedouro, dois em Bom Parto e um atribuído a Cambona). São eles: dois blocos carnavalescos, três associações, um grupo de capoeira e uma casa de Axé (Centro Afro Oxun Omin Taladê), além de uma artesã, um embolador, um repentista e uma banda de pífanos.

Os dados levantados e as entrevistas realizadas mostram que os grupos culturais têm uma dinâmica muito singular, pautada por forte informalidade do ponto de vista institucional, e que contavam com apoio de instituições instaladas nos bairros. Assim, um registro preciso de todos os grupos e agentes culturais é difícil de se obter, dentro dos marcos e limites deste diagnóstico, e fica clara uma situação de alerta a respeito dos riscos de desmobilização no contexto atual.

A despeito da ausência de registros oficiais, é relevante citar um documento[136] enviado à prefeitura de Maceió por representantes de folguedos populares de Bebedouro e adjacências. O documento, assinado pelos grupos culturais Coco Reviver Alagoano, Coco Los Coquitos (Figura 317), Coco Estrela de Alagoas, Coco Pisa na Fulô e Quadrilha Pé de Serra, afirma uma atuação de mais de duas décadas, e descreve a seguinte situação enfrentada. Diz o texto transcrito a seguir[137]:

- *"As escolas públicas da região Nossa Senhora do Bom Conselho, Bonifácio, Alberto Torres, Rosalvo Ribeiro não estão mais realizando seus serviços na região[138];*
- *Os domicílios estão sendo todos desocupados causando evasão total dos moradores que habitava a região;*
- *Os comerciantes estão sendo induzidos a sair da região;*
- *Não temos segurança pública;*

[136] Atual situação dos grupos culturais do bairro de bebedouro e adjacências [documento eletrônico], 2021.
[137] CULTURA BRASKEM URGENTE, [documento eletrônico], 2021. (Mantida a grafia original). O documento apresenta a "ATUAL SITUAÇÃO DOS GRUPOS CULTURAIS DO BAIRRO DE BEBEDOURO E ADJACÊNCIAS" e faz um pleito de apoio financeiro para continuação de suas atividades.
[138] Nome das escolas citadas: Escola Estadual Nossa Sra. do Bom Conselho; Escola Municipal Major Bonifácio da Silveira; Escola Estadual Alberto Torres e Escola Estadual Rosalvo Ribeiro.

- *O transporte público 'ônibus e trem' estar sendo excluído da região pois as vias estão sendo interditadas;*
- *Não temos locais para ensaiar nossos grupos;*
- *90% dos jovens da região foram afetados, pois o bairro de Bebedouro é uma região de berço da cultura popular da nossa cidade do nosso estado;*
- *Não temos condições de gerar renda, pois quem nos ajudava eram os comerciantes (supermercados, farmácias, lojas de conveniências, igrejas, vendedores ambulantes, salões de festas) através de rifas, bingos, vendas de camisas, copos, chaveiros etc. Que realizávamos durante o ano todo de acordo com as datas comemorativas mensais".*

Além de descrever em detalhe a composição de cada grupo e as atividades sociais e culturais realizadas, o documento apresenta também estimativas de custos para manutenção das atividades dos cocos e da quadrilha, informando valores que variam entre cerca de R$ 94,5 mil ao ano (cocos) a R$ 137.300,00 (quadrilha) – os custos incluem aluguel de espaços de ensaio, transporte para os integrantes, produção, vestimenta e adereços, entre outros.

**Figura 317. Coco de roda Los Coquitos**



Fonte: Atual situação dos grupos culturais do bairro de bebedouro e adjacências [documento eletrônico], 2021.

Nos bairros do NF1, o único bem tombado é o edifício da Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho (Resolução de Tombamento: Decreto 38.081, de 19/07/1999 - Livro de Tombo dos Edifícios e Monumentos Isolados), localizado no bairro do Bebedouro. O complexo é constituído pela Capela e pela Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho (Figura 318).

**Figura 318. NF1, Complexo Arquitetônico Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho**



Fonte: Portal da Arquitetura Alagoana, 2021.

O Plano Diretor de Maceió, em seu Art. 46 (parágrafo único, inciso IV), propõe a "criação de um corredor cultural que integre as zonas especiais de preservação cultural e as unidades especiais de preservação cultural atravessadas pela rede ferroviária, envolvendo os bairros Jaraguá, Centro, Bom Parto, Mutange, Bebedouro, Fernão Velho e Rio Novo".

No Plano Diretor há classificações de preservação do patrimônio cultural: as **Zonas Especiais de Preservação Cultural** (ZEP) e **Unidades Especiais de Preservação (UEP),** as quais apresentamos a seguir:

> *"Art. 49. Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEP) são áreas de relevante interesse cultural por constituírem no Município de Maceió:*
>
> *I – expressões arquitetônicas ou históricas do patrimônio cultural edificado, compostas por conjuntos de edificações e edificações isoladas;*
>
> *II – suporte físico de manifestações culturais e de tradições populares, especialmente a música e a dança folclórica, a culinária e o artesanato."* (Prefeitura Municipal de Maceió, 2005, pág. 25).

Segundo o Art. 50 do Plano Diretor de Maceió, as ZEP têm como objetivo:

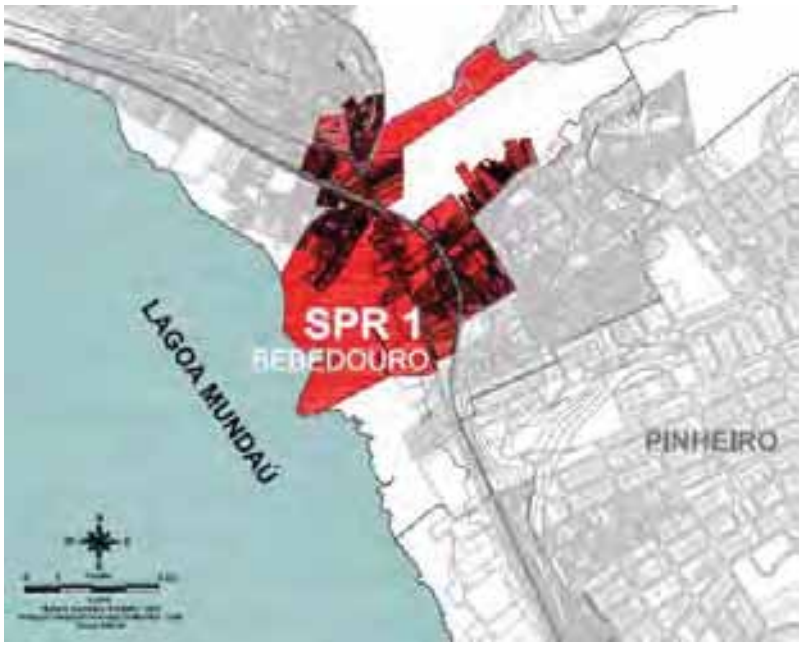
> *"I – ampliar o apoio, o controle e a divulgação do patrimônio cultural manifesto no meio ambiente, oferecendo condições para sua conservação;*
>
> *II – criar benefícios para conservação do patrimônio cultural e estímulo à instalação de atividades turísticas, mediante aplicação de instrumentos da política urbana e de incentivos fiscais;*
>
> *III – instituir um regime especial em relação à legislação urbanística própria do Município nas Zonas Especiais de Preservação Cultural cujas expressões arquitetônicas ou históricas, ou cujas manifestações culturais dependam do meio ambiente construído."* (Prefeitura Municipal de Maceió, 2005, pág. 25 - 26).

O Art. 52 do Plano Diretor do Município de Maceió descreve as 5 (cinco) ZEP do município, sendo uma delas localizada na área do NF1: ZEP-3 - Bebedouro, abrangendo o centro histórico de formação do núcleo, incluindo a Praça Lucena Maranhão, a Igreja de Santo

Antônio e o Colégio Bom Conselho. As diretrizes gerais para a criação da ZEP Bebedouro são descritas no Art. 55[139].

O Código de Urbanismo e Edificações do Município de Maceió, de 2007, indica que a ZEP Bebedouro (ZEP-3) tem sua preservação direcionada à vocação de moradia, comercial, de lazer, de cultura e de turismo (Art. 57 do Código). Essa ZEP, de acordo com o Art. 58 do Código de Urbanismo e Edificações, é constituída de um único Setor de Preservação Rigorosa 1 (SPR-1), abrangendo o núcleo histórico que mantém a morfologia urbana e a tipologia das edificações de interesse histórico e arquitetônico, como ilustra Figura 319.

**Figura 319. ZEP-03 Bebedouro/SPR-1.**




Fonte: Maceió, Código de Urbanismo e Edificações. 2007.

O uso da SPR-1 deveria ser adequado às edificações, respeitando a integridade física e arquitetônica dos imóveis e a preservação da relação de vizinhança. Ainda em relação ao SPR-1, são definidas condições específicas para ocupação e edificação (Art. 353 a 362), procedimentos para o reconhecimento do valor histórico das edificações (Art. 355), e diretrizes para as construções e as obras de conservação, reparação ou restauração (Art. 356).

Em termos de zoneamento, somente Bebedouro teve classificação relacionada à ZEP, sendo os demais bairros do NF1 definidos como zonas residenciais (Bom Parto – ZR1; Mutange – ZR2; Pinheiro – ZR7; Farol – ZR8).

[139] O Art. 55 do Plano Diretor estabelece diretrizes específicas para a ZEP do Bebedouro, bem como também apresenta diretrizes para implantação: I – incentivo ao turismo cultural e ao lazer; II – melhoria da acessibilidade através da implantação de um sistema intermodal rodoviário, hidroviário, ferroviário, cicloviário e plano inclinado; III – integração ao Corredor Cultural de Maceió; IV – estímulo e valorização à realização das atividades tradicionais. (Maceió, 2005, pág. 27).

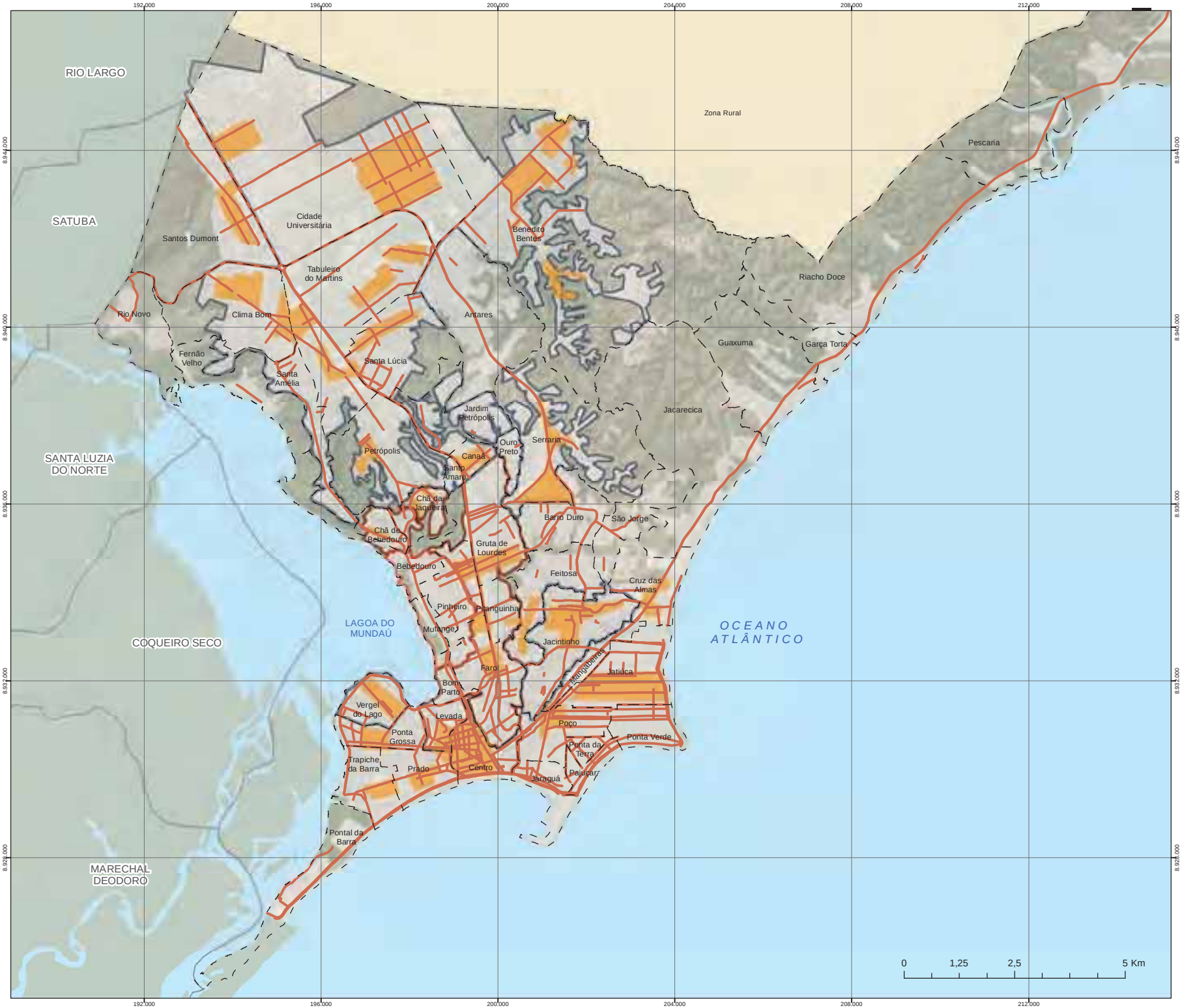
Por sua vez, as **Unidades Especiais de Preservação** (UEP), equivalem aos bens protegidos individualmente, de acordo com o Art. 61 do Plano Diretor:

> *"Art. 61. Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEP) são imóveis ou espaços urbanos, públicos ou privados, de relevante interesse cultural no Município de Maceió por constituírem:*
>
> *I – expressão arquitetônica ou histórica do patrimônio cultural edificado de Maceió, composta por uma ou mais de uma edificação isolada;*
>
> *II – suporte físico de manifestações culturais e de tradições populares do Município, especialmente a música e a dança folclórica, a culinária e o artesanato."* (Prefeitura Municipal de Maceió, 2005, pág. 29).

São 56 UEP estabelecidas pelo Plano Diretor em Maceió, sendo que quatro estão localizadas no NF1, conforme Mapa 37.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

Centralidades identificadas no Territ rio de Macei

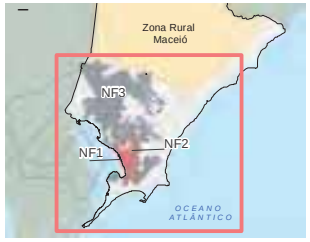
- Corredor de Atividades Múltiplas - CAM
- Centralidades

Núcleos Focais

- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

Malha Urbana

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais




NF4 MACEIÓ, IDENTIFICAÇÃO DAS REAS DE CENTRALIDADE E SUA REDE

Mapa 36

Fonte dos Dados:
BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
CAM (CÓDIGO DE URBANISMO E OBRAS , 2007)
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

Informações Cartográficas: Sirgas2000 UTM Fuso 25s

Data: Agosto 2023

Diagonal

A partir da análise da ZEP-3, no contexto da delimitação da área de risco em decorrência da subsidência, houve uma iniciativa de sistematização dos imóveis de interesse para proteção cultural nos bairros do NF1, por parte da prefeitura. A Coordenação Geral do Patrimônio Histórico (CGPH/SEDET) elaborou dois ofícios, o de número 193/2020 e o 144/2021, nos quais são os relacionados os imóveis de interesse de proteção cultural[140]. A análise dos documentos identificou algumas discrepâncias entre os ofícios, o que levou a uma nova identificação, mapeamento e sistematização das listagens, em diálogo com a SEDET, apresentada no Quadro 21.

Naqueles ofícios a prefeitura de Maceió apresenta um parecer com "as imagens e dados sobre o patrimônio histórico das edificações de valor histórico localizado na ZEP-3 (Zona Especial de Preservação Cultural - Bebedouro)". Aquela seleção certamente é resultado de algum exercício de análise de significância, ainda que preliminar, que foi formulada segundo os critérios adotados pelos especialistas da CGPH/SEDET. Esta lista da prefeitura serviu de referência para a realização dos levantamentos com tecnologia de escaneamento laser, cujas ilustrações foram exibidas nos eventos da Escuta Pública.

Deve-se observar que os imóveis, consideradas as características que lhes concedem valor histórico-arquitetônico, não são formalmente tombados (exceto a Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho). Sobre esses imóveis incidem restrições e diretrizes de preservação similares às de todos os outros situados na ZEP-3 ou enquanto UEP, merecendo atenção pelo potencial de tombamento e restauração futuros, sobretudo se o município vier a inaugurar essa linha de atuação relativa ao patrimônio edificado.

Em outubro de 2021, a Igreja Batista do Pinheiro foi considerada Patrimônio Material e Imaterial do Estado de Alagoas por meio da lei estadual nº 8.515/2021, e foi incluída na lista de imóveis de interesse para proteção cultural, totalizando 53 imóveis. É importante ressaltar que 7 destes estão localizados fora da área de desocupação (NF1), mas dentro da ZEP de Bebedouro (no NF2).

[140] O Ofício 144/2021/SEDET/GS, de 24 de maio de 2021, tem como assunto "resposta ao pedido de autorização para intervenções necessárias aos imóveis localizados nas Áreas de Risco que sejam objeto de proteção histórica e cultural instituída" e apresenta um parecer elaborado pela Secretaria Adjunta de Planejamento Urbano – PLANURB (Coordenação Geral de Patrimônio Histórico) em reposta às solicitações requeridas pela Braskem, com dados do valor histórico e imagens de 23 edificações localizadas em ZEP-3 e de 5 UEP localizadas nos bairros de Bebedouro, Mutange e Bom Parto (destas, a UEP Vila Operária da Fábrica Alexandria, em Bom Parto, não está localizada no NF1).
Já o Ofício 193/2020/SEDET/GS, de 6 de agosto de 2020, tem como assunto "Processo Administrativo 4896/2020 – Solicita informações sobre os imóveis tombados e/ou objeto de proteção histórica e cultural localizados nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto" e apresenta um encaminhamento da área técnica (Coordenação Geral de Patrimônio Histórico), a identificação e endereço de 17 imóveis localizados na ZEP-3, a mesma lista de 5 UEP constante no Ofício 144 e uma Base Cartográfica Oficial de Maceió, com a localização dos imóveis.

**Quadro 21. NF1, imóveis de interesse para proteção cultural**

| Index | Tipo | Endereço | Número | Observação | Núcleo Focal |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Tombamento estadual e ZEP/SPR | Av. Major Cícero de Góes Monteiro | 3673 | Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho (Palácio) | NF1 |
| 2 | Tombamento estadual e ZEP/SPR | Av. Major Cícero de Góes Monteiro | 3673 | Capela Nossa Senhora do Bom Conselho | NF1 |
| 3 | UEP | Av. Major Cícero de Góes Monteiro | 2197 | Instituto do Meio Ambiente (IMA) | NF1 |
| 4 | UEP | Av. Major Cícero de Góes Monteiro | 2939 | Associação do Magistério (atual SINTEAL) | NF1 |
| 5 | UEP | Av. Major Cícero de Góes Monteiro | 3219 | Vila Lilota, Casa de Saúde Dr. José Lopes de Mendonça | NF1 |
| 6 | UEP | Rua General Hermes | s/n | Paróquia Nossa Senhora do Bom Parto | NF1 |
| 7 | ZEP/SPR | Av. Major Cícero de Góes Monteiro | 3598 | Casas gêmeas (verde) | NF1 |
| 8 | ZEP/SPR | Av. Major Cícero de Góes Monteiro | 3610 | Casas gêmeas (rosa) | NF1 |
| 9 | ZEP/SPR | Av. Major Cícero de Góes Monteiro | 3621 | Casa de Saúde Miguel Couto | NF1 |
| 10 | ZEP/SPR | Av. Major Cícero de Góes Monteiro/ Rua Cônego Costa | 3747 | Colégio Municipal Braga Neto | NF1 |
| 11 | ZEP/SPR | Praça Coronel Lucena Maranhão | s/n | Paróquia de Santo Antônio de Pádua | NF1 |
| 12 | ZEP/SPR | Rua Tobias Barreto | s/n | Estação Ferroviária de Bebedouro | NF1 |
| 13 | ZEP/SPR | Ladeira Professor Benedito da Silva | 131 | - | NF1 |
| 14 | ZEP/SPR | Ladeira Professor Benedito da Silva | 139 | - | NF1 |
| 15 | ZEP/SPR | Ladeira Professor Benedito da Silva esquina com Rua Marques de Abrantes | 74 (104) | - | NF1 |
| 16 | ZEP/SPR | Praça Coronel Lucena Maranhão | 49 | Solar Nunes Leite | NF1 |
| 17 | ZEP/SPR | Praça Coronel Lucena Maranhão/ Rua da Liberdade | 62 | - | NF1 |
| 18 | ZEP/SPR | Rua da Liberdade | 50 | - | NF1 |
| 19 | ZEP/SPR | Rua da Liberdade/Rua Dr. Antônio Nunes Leite | 82 | - | NF1 |
| 20 | ZEP/SPR | Rua Dr. Passos de Miranda | 62 | - | NF1 |
| 21 | ZEP/SPR | Av. Major Cícero de Góes Monteiro | 3761-69 | Imóvel e garagem | NF1 |
| 22 | ZEP/SPR | Av. Major Cícero de Góes Monteiro | 3777 | - | NF1 |

| Index | Tipo | Endereço | Número | Observação | Núcleo Focal |
|---|---|---|---|---|---|
| 23 | ZEP/SPR | Rua Marques de Abrantes | 16 | - | NF1 |
| 24 | ZEP/SPR | Rua Dr. Passos de Miranda | 90 | - | NF1 |
| 25 | ZEP/SPR | Rua Dr. Passos de Miranda | 92 | - | NF1 |
| 26 | ZEP/SPR | Rua Dr. Passos de Miranda | 94 | - | NF1 |
| 27 | ZEP/SPR | Rua Dr. Passos de Miranda | 227 | - | NF1 |
| 28 | ZEP/SPR | Rua Dr. Passos de Miranda | 233 | - | NF1 |
| 29 | ZEP/SPR | Rua Dr. Passos de Miranda | 252 | - | NF1 |
| 30 | ZEP/SPR | Rua Dr. Passos de Miranda | 98 | - | NF1 |
| 31 | ZEP/SPR | Rua Faustino Silveira | 41 | - | NF1 |
| 32 | ZEP/SPR | Rua Faustino Silveira | 45 | - | NF1 |
| 33 | ZEP/SPR | Rua João Leite Sobrinho | 207 | - | NF1 |
| 34 | ZEP/SPR | Rua João Leite Sobrinho | 211 | - | NF1 |
| 35 | ZEP/SPR | Rua João Leite Sobrinho | 217 | - | NF1 |
| 36 | ZEP/SPR | Rua José Moreira | 1849-94 | Oficina Guedes | NF1 |
| 37 | ZEP/SPR | Rua José Moreira | 1953 | - | NF1 |
| 38 | ZEP/SPR | Rua José Moreira | 1957 | - | NF1 |
| 39 | ZEP/SPR | Rua José Moreira | 1961 | - | NF1 |
| 40 | ZEP/SPR | Rua José Moreira | 1900 | - | NF1 |
| 41 | ZEP/SPR | Rua José Moreira | 1949 | - | NF1 |
| 42 | ZEP/SPR | Rua Mem de Sá/Rua Manuel Caetano dos Santos | 89 | - | NF1 |
| 43 | ZEP/SPR | Rua Mem de Sá/Rua Manuel Caetano dos Santos | 93 | - | NF1 |
| 44 | ZEP/SPR | Rua Mem de Sá/Rua Manuel Caetano dos Santos | 97 | - | NF1 |
| 45 | ZEP/SPR | Rua Tobias Barreto | 132 | - | NF1 |
| 46 | UEP | Av. Dr. Francisco de Menezes, Rua Dr. Jonas Montenegro, Rua Saldanha Marinho (Rua Flávio Pereira Dantas Jr.) | - | Vila Operária Bom Parto | NF2 |
| 47 | ZEP/SPR | Ladeira Professor Benedito da Silva | 217 | Casa onde nasceu Nise da Silveira | NF2 |

| Index | Tipo | Endereço | Número | Observação | Núcleo Focal |
|---|---|---|---|---|---|
| 48 | ZEP/SPR | Ladeira Professor Benedito da Silva | 158 | - | NF2 |
| 49 | ZEP/SPR | Ladeira Professor Benedito da Silva | 18 | Antigo Instituto Prof. Francisco Sales | NF2 |
| 50 | ZEP/SPR | Ladeira Professor Benedito da Silva esquina com Rua Marquês de Abrantes | 134 | Colégio Santa Amélia | NF2 |
| 51 | ZEP/SPR | Ladeira Professor Benedito da Silva | - | Igreja Nossa Senhora da Conceição | NF2 |
| 52 | ZEP/SPR | Rua Marques de Abrantes | s/n | CRAS | NF2 |
| 53 | Lei nº 8.515/2021 | Rua Miguel Palmeira | 1300 | Igreja Batista do Pinheiro | NF1 |

Fonte: Maceió, SEDET e Diagonal, 2021.

Por fim, vale mencionar os testemunhos colhidos durante o Processo Participativo que indicam uma série de impactos da subsidência e a decorrente realocação de famílias e negócios sobre a vida das pessoas, e o temor pelo comprometimento das condições originais de subsistência – não apenas material, mas também de sociabilidade e identidade sociocultural. Muitos desses impactos se relacionam com aspectos socioeconômicos propriamente ditos, mas a dimensão do patrimônio cultural envolvido se mostrou bastante relevante.

O senso de perda relatado foi frequentemente associado à sensação de luto ou desenraizamento ("perda do chão"). Isto significa que as perdas mais sentidas dizem respeito aos referenciais das histórias de vida dos moradores: relações de vizinhança, formas de lazer e apropriação do espaço habitado, memórias vinculadas aos lugares físicos (edifícios ou espaços públicos – ruas e praças).

Embora as festividades tenham importância fundamental na articulação dessas referências culturais, há também uma dimensão concreta e material de suas vidas que são percebidas atualmente como em risco: a descontinuidade dos festejos e a desarticulação das agremiações às quais os moradores estavam envolvidos podem significar inclusive a perda de fontes de renda.

A percepção de perda simbólica da população se refere, sobretudo, ao bairro Bebedouro, um dos mais queridos, mas não somente. Pinheiro é citado como um bairro ligado a uma cultura artística e arquitetônica moderna, além da apreensão paisagística da Lagoa Mundaú. A "cultura lagunar" também foi mencionada: a desocupação dos bairros restringe e prejudica as atividades econômicas e culturais baseadas no aproveitamento dos recursos naturais da lagoa Mundaú – em especial, o sururu.

Há questionamentos sobre o que fazer a respeito da dispersão da população (e dos festejos, por consequência). Neste sentido, vale mencionar que se tem discutido a possibilidade de fomentar o repovoamento do bairro de Jaraguá, o que permitiria preservar os elos e identidades já constituídos no NF1, ao mesmo tempo que proporcionaria a valorização de outro dos bairros culturalmente mais importantes do município. Tal demanda está em conformidade com iniciativas públicas já em andamento, ligadas à reabilitação de bairros centrais de Maceió, como Jaraguá e Vergel do Lago.

#### 6.2.1.3 Núcleo Focal 2 (NF2) - Área do entorno

Como mencionado, para os objetivos do levantamento de patrimônio cultural do NF2, incluiu-se também uma visão de contexto do bairro Fernão Velho, dada sua vinculação e proximidade com Bebedouro e os impactos indiretos associados à desocupação desse, ainda que formalmente ele não faça parte deste Núcleo Focal.

A ocupação da área onde se encontram atualmente os bairros Farol, Pinheiro, Pitanguinha e Gruta de Lourdes é marcada pela construção da Av. Fernandes Lima (1917), implementada para interligar a capital aos centros produtores próximos, como Bebedouro (então sede de

importantes indústrias), e que rapidamente se tornou um importante vetor de ocupação urbana, especialmente da população privilegiada – usineiros, industriais, comerciantes, magistrados e a elite política da cidade. Em Pinheiro, é a partir das décadas de 1950 e 60 que a ocupação se dá de forma mais significativa.

Pitanguinha, no início de seu povoamento, no começo da década de 1950, se destacava pela tranquilidade do planalto, com abundância de áreas verdes e o riacho em sua parte baixa. A ocupação teve início com a construção da capela de Nossa Senhora das Graças. A área também deve sua urbanização à ação da família Gerbase. Atualmente, Pitanguinha é descrito como um bairro pequeno e socialmente diversificado. No Carnaval, contava com o bloco Pitanguinha Vai à Lua, organizado pelos moradores, mas que deixou de desfilar em anos recentes. O bairro mantém a prática da seresta, organizada pelos moradores uma vez por mês.

A área do bairro Gruta de Lourdes foi loteada pela família Breda (que dá nome a alguns edifícios referenciais do bairro) na década de 1960 e atraiu uma ocupação por população de classe média. As casas construídas obedeciam a um padrão de arquitetura moderna, com recuos, jardins, garagem e quintal, e lotes separados por muros. Com os anos, a ocupação levou ao desaparecimento da gruta que deu nome ao bairro e da capelinha dedicada à santa homônima, a qual deu lugar a um supermercado. É considerado um bairro valorizado de Maceió, bem equipado em serviços e comércio básico para sua população residente e com ruas arborizadas.

A ocupação de Chã da Jaqueira começou com o loteamento da área em 1958. Posteriormente, foi aberta uma estrada ligando o bairro a Bebedouro. O local abrigava uma população oriunda de localidades do interior do estado, como Palmeira dos Índios, Atalaia, Arapiraca e Viçosa. O bairro guarda registros de atividades folclóricas, especialmente do Guerreiro, com o grupo Vencedor Alagoano, formado por componentes do próprio bairro.

A delimitação do bairro Chã de Bebedouro foi estabelecida pela Lei Municipal 4.953, de 6 de janeiro de 2000. A existência da Capela Nossa Senhora da Conceição, no entanto, testemunha uma ocupação mais remota: construída pela família portuguesa Prado, foi inaugurada em 1872, como a primeira padroeira do bairro Bebedouro. A identidade desse bairro parece sempre ter estado ligada à devoção católica e ao vínculo com o bairro Bebedouro.

Situado entre o Centro e o Bom Parto, ainda sob a influência do eixo ferroviário, o bairro da Levada tem sua origem vinculada também ao local onde se implantou o primeiro aeroporto de Maceió. E hoje tem sua dinâmica pautada pela presença do Mercado da Produção e do Mercado do Artesanato – importante referência cultural.

O bairro Fernão Velho merece menção em função de seu papel na história da indústria têxtil de Alagoas, ligada à iniciativa de José Antônio de Mendonça, o barão de Jaraguá, de inaugurar a primeira fábrica de tecidos da então província (1858). A fábrica Carmem, em seu auge, teria alcançado um número da ordem de 4 mil empregados e a companhia chegou a edificar uma vila para seus operários, com casas padronizadas, infraestrutura e lazer. O bairro se tornou famoso também por seus festejos (bailes do Recreio Operário, festas de fim de ano, Carnaval,

São João e outros). Com a desativação da fábrica, na virada do século XXI, Fernão Velho acabou se convertendo em um bairro-dormitório com forte movimento pendular em direção ao centro da capital; para isso, seus moradores dependem do serviço da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que opera a ferrovia aberta ainda no final do século XIX.

Os registros ligados à cultura popular e patrimônio imaterial não são especialmente numéricos nesses bairros, ainda que sua presença seja indicativa de potenciais atividades. No Mapa da Cultura federal foram encontrados nove registros de agentes no NF2 (excluindo-se os 25 registros situados em Farol, que é, de fato, um dos bairros com maior número de registros na cidade, e incluindo-se um registro de Fernão Velho). A atuação que pode ser relacionada com o patrimônio cultural, porém, é restrita a somente três agentes, dois localizados em Chã da Jaqueira e um na Levada (Quadro 22).

**Quadro 22. NF2, agentes culturais atuantes em áreas correlatas ao patrimônio cultural**

| Nome | Descrição | Temática | Bairro |
|---|---|---|---|
| Manoel Antônio dos Santos | Repentista, Música popular tradicional | Cultura popular, Patrimônio imaterial | Chã da Jaqueira |
| Guerreiro Campeão do Trenado | Folguedo | Cultura popular, Antropologia | Chã da Jaqueira |
| Passarinho das Alagoas | Embolador, Música popular tradicional | Cultura popular, Patrimônio imaterial | Levada |

Fonte: Secretaria Especial da Cultura, Mapa da Cultura. 2021.

Já no mapeamento estadual, foram encontrados cinco atores sociais localizados em Chã da Jaqueira (um instituto – Instituto Borgnoni, um grupo de capoeira, um artesão, um repentista e um poeta de cordel), e mais um representante em Fernão Velho (Instituto Eu Mundaú). Os registros de Farol foram relacionados na análise do NF1. No bairro da Levada, além do já citado Passarinho das Alagoas, estão elencados os registros do embolador Zé Salu e do violeiro e repentista Galo Branco, além dos artesãos Wilson Xavier e Arlindo Monteiro – afora duas organizações associativas.

Em relação aos imóveis de interesse patrimonial, uma vez que não há no NF2 nenhum tombamento estadual, merece atenção os imóveis classificados pela SEDET/Planurb como UEP, que são duas unidades em Gruta de Lourdes: Capela do Hospital do Açúcar e Mansão dos Breda.

Por fim, é importante citar o levantamento realizado pelo grupo de pesquisas Representações do Lugar (RELU), ligado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL. Nesse levantamento, foram identificados outros imóveis de interesse nos bairros Chã de Bebedouro e Fernão Velho, como mostra o Quadro 23.

**Quadro 23. NF2, Chã de Bebedouro e Fernão Velho, imóveis de interesse**

| Imóvel | Localização | Bairro |
|---|---|---|
| Casa Colonial | Ladeira Prof. Benedito Silva, 151 | Chã de Bebedouro |
| Igreja Imaculada Conceição | R. das Palmeiras, 1-53 | Chã de Bebedouro |
| Igreja São José Operário | R. Comendador Pimentel, 182 | Fernão Velho |
| Antiga Fábrica Carmen | R. Dr. Manoel Machado, 194 | Fernão Velho |
| Antiga Casa do Industrial e Empório | Praça São José | Fernão Velho |
| Casario da Vila Operária da Antiga Fábrica Carmen | Rua Antônio Joaquim de Oliveira | Fernão Velho |
| Casario da Vila Operária da Antiga Fábrica Carmen | Rua Comendador Vasconcelos | Fernão Velho |

Fonte: RELU, s/d.

#### 6.2.1.4 Núcleo Focal 3 (NF3) - Áreas receptoras mais distantes

Os bairros que compõem o NF3 têm história recente, comparativamente aos demais NF[141]. O mais antigo deles, Tabuleiro do Martins, surgiu no início do século XX, como loteamento de João Martins Oliveira, daí o nome do bairro. Na época, a ligação principal de transporte se dava com Fernão Velho, de onde se pegava trem para a capital. A ocupação foi intensificada após a década de 1960, com a instalação de distrito industrial (no bairro foi descoberta uma jazida de petróleo), conjuntos de residências e casas comerciais. Tradicionalmente, é dividido em Tabuleiro Velho (sítio original de João Martins) e Tabuleiro Novo, com os conjuntos habitacionais e as indústrias.

Entre as festividades locais, são citadas as festas que eram organizadas, no início do século XX, por Sinhá Doce, em homenagem principalmente à Santa Luzia – um resquício desse culto ainda subsiste no nome de uma rua do bairro. O bairro é também reconhecido por festividades de rua e entre suas referências estão a Bomba do Gonzaga, local nomeado em função de um posto de gasolina aberto pelo comerciante José Gonzaga de Almeida nos anos 1940 e que funcionou até o ano de 2019[142].

A formação do bairro Cidade Universitária, cujo nome remete ao *campus* da UFAL, está ligada à criação do Hospital Universitário, nos anos 1950, quando entrou em funcionamento a Faculdade de Medicina. Posteriormente, o bairro passou a abrigar também o sistema prisional da capital, diversos conjuntos habitacionais (com destaque para o conjunto Graciliano Ramos), além de centro comercial (*shopping* Pátio Maceió) e o aeroporto internacional.

Benedito Bentes era um conjunto residencial que foi construído em 1986, nos limites de Maceió, e se destinou à população de menor poder aquisitivo. Desde então, transformou-se em bairro com o desenvolvimento de atividades comerciais e ampliação da infraestrutura, que chegaram a inspirar um projeto de lei para que se emancipasse da capital (o que não ocorreu). O bairro, que acabou englobando diversos outros conjuntos habitacionais, conta com ativa representação de moradores.

[141] As notas seguintes são baseadas em pesquisas disponíveis em: http://www.bairrosdemaceio.net/bairros. Acesso em: set. de 2021.
[142] Disponível em: http://www.tribunauniao.com.br/noticias/68721/bomba_do_gonzaga_chega_ao_fim_mais_de_70_anos_de_historia. Acesso em: set. 2021.

A ocupação do bairro Clima Bom se deu a partir de uma permuta de terras entre a Fábrica Othon Bezerra de Melo e o governo. Ganhou impulso a partir de 1991, quando houve a pavimentação do corredor de ônibus, que possibilitou que antigos proprietários de lotes passassem a promover o desmembramento de terras, desencadeando um processo de ocupação desordenada e carente de equipamentos e infraestrutura pública. Em relação aos equipamentos culturais, foram identificados somente estabelecimentos religiosos e grupos de capoeira.

Santa Amélia é um bairro resultante do processo de expansão impulsionada pela conexão entre a região do Bebedouro e Chã de Bebedouro com a região mais ao norte, especialmente o histórico bairro de Fernão Velho.

Canaã tem como principal referência o cemitério privado Campo Santo Parque das Flores, inaugurado em 1973 e considerado pioneiro no padrão de cemitérios-parque.

Petrópolis se estrutura em torno da Avenida Durval de Góes Monteiro (extensão da rodovia BR-104), que liga o Tabuleiro do Martins aos bairros Chã da Jaqueira e Chã de Bebedouro, e abriga numerosos conjuntos habitacionais. Seu principal marco, além da avenida, é o Parque Municipal (reserva de Mata Atlântica com uma área total de 82 hectares). Ao seu lado o bairro do Jardim Petrópolis tem ocupação mais recente com o surgimento de condomínios.

Serraria teve sua ocupação ao longo da Avenida Menino Marcelo, concebida originalmente como uma via expressa que alcançaria o Porto de Maceió, em Jaraguá. A não conclusão do projeto não impediu a ocupação do bairro, feita muitas vezes de forma irregular.

Na porção sul do NF3, encontra-se, mais a leste, o Jacintinho, cujas origens estão ligadas ao processo de formação dos assentamentos informais, com a ocupação urbana popular relacionada à expansão da capital decorrente das migrações dos anos 1950. A oeste, encontra-se o bairro do Vergel do Lago, também com perfil característico dos assentamentos populares, mas instalado em uma área de restinga e manguezais.

Os bairros do NF3, em que pese sua predominante condição periférica e consolidação urbana ainda limitada, já contam com alguma atividade e representação relacionada ao patrimônio cultural, apresentando potencialidade que pode ser considerada em ações futuras. Dada a escassez de bens patrimoniais materiais legalmente reconhecidos nesses bairros, vale destacar o perfil dos agentes culturais encontrados. Entre os cadastrados no Mapa da Cultura federal, foram identificados 27 registros, sendo cinco situados em Tabuleiro do Martins, cinco no Vergel do Lago, cinco no Jacintinho, quatro em Cidade Universitária, três em Benedito Bentes, dois em Santa Lúcia e dois em Serraria e um em Canaã. Com relação à área de atuação, são recorrentes os registros ligados à cultura popular, música e produção cultural.

No Mapeamento Cultural do governo alagoano, foram localizados 47 registros relacionados ao patrimônio cultural. Em relação à distribuição, verifica-se uma concentração em Tabuleiro do Martins (13 registros), seguido do Jacintinho (7 registros) e do Vergel do Lago, Benedito Bentes e Cidade Universitária (6 cada ou 18% do NF); os demais se dividem entre Clima Bom, Petrópolis, Santa Lúcia, Santa Amélia, Santo Amaro e Serraria. Já em relação ao tipo de registro,

a categoria Cidadania cultural (ONG, associações e institutos) totaliza 11 itens; a Cultura afro-brasileira responde por 21 registros, sendo treze grupos de capoeira, cinco casas de Axé, uma associação e dois grupos de dança afro. Os demais registros se referem a elementos de Cultura popular: quatro bandas de pífano, dois violeiros/ repentistas e um autor de literatura de cordel, além de um bloco carnavalesco e uma produtora de culinária tradicional.

Essa breve caracterização dos registros relativos ao patrimônio cultural do NF3 é útil para dissipar a eventual impressão de que a área, dada sua ocupação relativamente recente e sua distância em relação aos bairros centrais, corresponderia a uma espécie de vazio cultural. Se é fato que a região carece de reconhecimento oficial/ formal, ainda assim a rede existente de agentes e instituições culturais representa um potencial importante de articulação para valorização, promoção e proteção da cultura popular (especialmente de herança afro-brasileira e com destaque para os bairros Tabuleiro do Martins, Cidade Universitária e Benedito Bentes).

### 6.2.2 Síntese analítica

A partir das análises de patrimônio cultural e paisagem, este item apresenta, em resumo, o contexto e impactos bem como as diretrizes temáticas para a região em estudo.

A questão fundamental da ocorrência da subsidência, no que diz respeito ao patrimônio cultural, é o fato de que ele se encontra duplamente ameaçado: por um lado, a subsidência ameaça à integridade física de bens já reconhecidos ou ao menos identificados como de valor histórico e cultural; de outro lado, as respostas ao ocorrido produziram um efeito, não menos significativo, no patrimônio intangível dessa região – a rede de significados, afetos e histórias de vida, vinculadas não necessariamente a um edifício ou logradouro específico, mas a toda uma parcela da cidade – vizinhanças inteiras, por vezes até mesmo a totalidade de um bairro.

Isto é, a necessidade de demolição de edificações estruturalmente comprometidas e a realocação de população residente nesses bairros foram responsáveis pela perda de referenciais físicos da paisagem urbana que se revelaram ser portadores de afeto pela população. Ao mesmo tempo, a ausência de uma parcela da população original e sua fixação em outras localidades da cidade são descritas como um desenraizamento, uma ruptura das conexões (elos afetivos, vínculos cotidianos e práticas socioculturais compartilhadas) de extenso alcance.

Um patrimônio cultural rico e de amplas potencialidades, que se encontra ameaçado e encontra uma situação na qual o poder público se encontra insuficientemente preparado (em termos de recursos físicos, humanos, financeiros, ou mesmo de instrumentos normativos). A população, no afã de resgatar os mínimos vestígios possíveis de uma existência pretérita, ou mesmo na necessidade de se valer de qualquer elemento que possa ser revertido em recurso monetário, acaba contribuindo para acelerar a deterioração do mesmo espaço cuja perda lamenta.

Uma primeira constatação é que o recolhimento de dados (levantamentos físicos, fotográficos, históricos do sítio urbano, das construções e dos marcos de memória coletiva) é um esforço que ainda não pode ser considerado finalizado: em relação aos bens imóveis, talvez seja

possível afirmar que uma lista de edificações relevantes esteja consolidada, sendo agora necessário proceder ao seu registro sistemático e, a partir daí, planejar as ações de salvaguarda (que podem incluir a proteção imediata, o restauro, ou outra ação pertinente). A mesma avaliação não vale para o patrimônio conhecido como imaterial: as práticas, os saberes, as festividades e mesmo os lugares de memória, são ainda conhecidos de forma incipiente, e sua identificação apresenta grandes desafios e algumas lacunas até o momento presente, o que exigirá esforços adicionais de pesquisa e inventário de referências, especialmente junto à população reassentada.

A seguir, são listados os impactos apontados nos processos de escuta, bem como nas análises baseadas em dados secundários:

- Relatos de realocação associada à sensação de luto ou desenraizamento;
- Perda simbólica em Bebedouro, Pinheiro de cultura artística e arquitetônica moderna e apreensão paisagística da Lagoa Mundaú;
- A "cultura lagunar": desocupação restringe e prejudica atividades baseadas no aproveitamento dos recursos naturais da lagoa Mundaú – em especial, o sururu;
- Dispersão da população e, consequentemente, dos festeiros, "bois" e outros festejos originalmente sediados em Bebedouro, ou que ali se reuniam;
- Ruptura de uma densa rede de significados e vínculos afetivos estabelecidos;
- Ameaça à integridade física de edifícios de valor histórico, arquitetônico ou cultural mais amplo.

A proteção ao patrimônio cultural enfrenta dificuldades e desafios certamente anteriores ao processo da subsidência e seus impactos, e muitos deles sequer podem serem consideradas características exclusivas de Maceió ou mesmo de Alagoas. E a desocupação de uma vasta região rica em manifestações culturais em decorrência da subsidência agrava este quadro de dificuldades. O enfrentamento desses entraves tem levado a um intenso engajamento e uma ampla mobilização de atores sociais nos últimos anos, sobretudo quando se referem a expressões culturais de grupos social e economicamente marginalizados ou subalternos. Porém, essas mobilizações foram fortemente impactadas pela pandemia, sobretudo em 2020.

### 6.2.3 Diretrizes temáticas

- Fomentar os grupos culturais existentes, entidades representativas, mestres e/ou foliões individuais, por meio do apoio financeiro à atividades culturais (folguedos e festividades, tais como Carnaval, São João e festas de fim de ano) das populações realocadas para assegurar sua continuidade nos bairros receptores, entendendo-as como meio de subsistência e fonte de renda importante para diversas famílias, além do seu papel agregador e constitutivo da identidade social.
- Promover o acolhimento da população realocada propiciando integração sociocultural entre novos e antigos moradores dos bairros, possibilitando a retomada de atividades interrompidas, identificando oportunidades de envolvimento e construção de iniciativas

articuladas (eventos, práticas, integração), com foco especialmente no NF3 e articulação com a políticas da Assistência Social.

- Elaborar o inventário do patrimônio imaterial dos bairros afetados, incluindo as celebrações, ofícios e modos de fazer, expressões artísticas e culturais, lugares de memória e referenciais paisagísticos, com atenção às manifestações ainda pouco descritas, como aquelas vinculadas à tradição afro-brasileira no território (casas de Axé, capoeira, entre outras). A referência fundamental para esta diretriz é a metodologia do INRC do IPHAN, além da própria política estadual, que é coerente com as diretrizes nacionais. Vale lembrar que um inventário desse tipo já foi realizado em Alagoas, em 2017.
- Elaborar o inventário do patrimônio material dos bairros afetados, especificamente dos de bens imóveis, com intuito de subsidiar propostas de tombamento e/ou ações de requalificação ou restauro das edificações de interesse histórico-cultural, complementando os instrumentos das UEP e ZEP, incluindo o patrimônio ferroviário (estações) e industrial (principalmente vilas).
- Converter em patrimônio o modo de vida identificado nos bairros afetados, por meio de um projeto de inventário e salvaguarda de referências culturais materiais (e móveis) da população reassentada em um memorial constituído com essa finalidade, por meio da documentação, catalogação e exposição de peças e materiais coletados.
- Elaborar instrumentos de suporte à formalização, seja em âmbito local ou estadual, de uma política de chancela da paisagem cultural[143], tendo o bairro Bebedouro e seu conjunto urbano e a Lagoa Mundaú como áreas-piloto de implantação.
- Difundir informações sobre o patrimônio cultural local e proporcionar a (re)visitação de áreas de grande significado para a população maceioense, por meio da reconstituição digital online e imersiva do bairro Bebedouro e seus espaços referenciais. Consiste na criação em um modelo em realidade virtual e/ ou aumentada, colaborativa e acessível online, disponível para toda população.

[143] Entende-se paisagem cultural como um "conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente", articulados segundo um enfoque capaz de "superar um tratamento compartimentado entre o patrimônio natural e cultural, mas também entre o material e imaterial", articulando-os de forma coerente e dinâmica (SCIFONI, 2016).



# 7. Leitura Comunitária

No decorrer deste capítulo, serão detalhadamente abordadas quatro partes essenciais que estruturam o processo de diagnóstico técnico-participativo. As três primeiras partes abrangem uma análise aprofundada dos procedimentos de trabalho relacionados ao desenvolvimento da leitura comunitária: a leitura qualitativa, a leitura quantitativa e os grupos focais comunitários. Cada uma destas etapas desempenharam um papel fundamental na coleta e interpretação de informações que permitem compreender as nuances e complexidades da realidade em estudo. Além disso, este capítulo explora a última parte – a Escuta Pública – como um evento participativo destinado a disseminar amplamente os resultados do diagnóstico, promovendo a transparência e incentivando a colaboração e engajamento da sociedade civil.

## 7.1 Leitura Qualitativa

Neste item são detalhados os procedimentos de mapeamento de *stakeholders*, mobilização, entrevistas e análise.

### 7.1.1 Mapeamento de Stakeholders

Como primeira atividade do processo participativo, o mapeamento de *stakeholders*[144] representa a primeira aproximação em direção ao reconhecimento do território de ação política e seus respectivos agentes – que, por sua vez, nutrem algum nível de interesse sobre o objeto central que fundamenta o diálogo a ser construído.

No presente contexto, o objeto central que envolve os *stakeholders* do Acordo Socioambiental reside nos efeitos ocasionados pelo processo de desocupação ocorrido nos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Farol, Mutange e Pinheiro e na pactuação coletiva de projetos e ações que possam reparar os efeitos percebidos pela população e comunidades diretamente afetadas.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), *major groups and other stakeholders* (MGoS) é a terminologia utilizada para se referir à participação de diversos setores da sociedade em deliberações intergovernamentais (ONU, 2020). Enquanto agentes autônomos e independentes, os *stakeholders* representam o lugar de fala para expressar ideias e interesses da população, dando voz a seus diferentes grupos e auxiliando na construção de um diálogo construtivo e democrático em processos de grande interesse.

Neste trabalho, o processo participativo considerou como seus *stakeholders* entidades de representação coletiva (associações, conselhos, sindicatos, institutos, cooperativas etc.), ou seja,

[144] De acordo com a AA1000 SES (Accountability, 2015), o termo *stakeholders* compreende indivíduos, grupos ou organizações afetados ou possivelmente afetados por atividades, produtos e serviços associados à performance de determinada organização.

organizações da sociedade civil[145] que, pelo perfil de suas pautas e atuação[146], são consideradas estratégicas no debate atual sobre a subsidência, o processo de realocação e seus efeitos no cotidiano. Além delas, são público-alvo as lideranças comunitárias e os moradores de referência com destacada atuação no território e reconhecidos não apenas pela comunidade, mas também por outros agentes que compartilham pautas e espaços de atuação. Outra categoria considerada foi a de influenciadores digitais, tendo em vista o papel relevante de redes e mídias digitais na produção, veiculação e consumo de conteúdos acerca do tema de interesse. Essas categorias, por sua vez, foram agrupadas em três conjuntos distintos, conforme o Quadro 24.

**Quadro 24. *Stakeholders* do processo participativo, por grupo e categorias**

| Grupo | Categorias |
|---|---|
| **Residentes** | Lideranças/ referências comunitárias |
| | Associação de moradores |
| | Conselhos comunitários |
| | Organizações de bairro |
| **Agentes econômicos** | Comércio/ serviço local |
| | Cooperativas |
| | Associações de comércio e serviços |
| | Entidades da classe empresarial |
| | Entidades sindicais |
| **Ciências e sociedade** | Entidades profissionais e órgãos de classe |
| | Instituições acadêmicas, de ensino e pesquisa |
| | Organizações não governamentais (ONG) |
| | Instituições religiosas |
| | Coletivos culturais |
| | Influenciadores digitais |

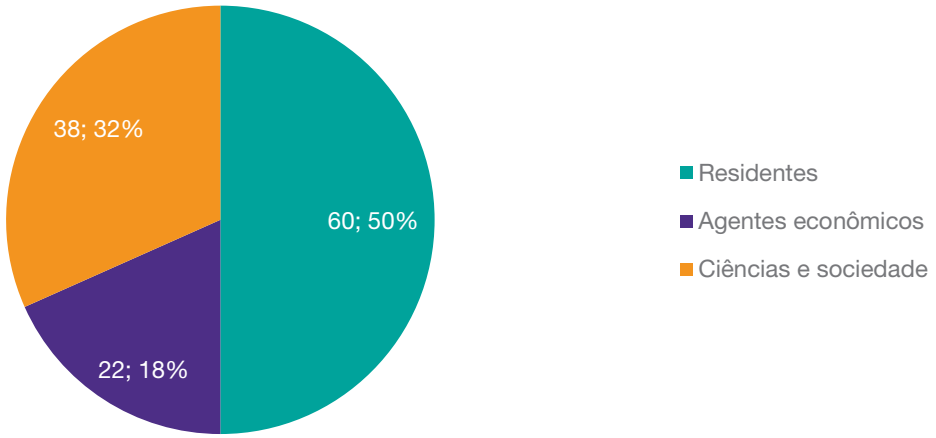
Elaboração: Diagonal, 2021.

Foram mapeados 120 *stakeholders* na fase preliminar do processo participativo. Deles, 50% eram do grupo de residentes; 32%, de ciência e sociedade; e 18% de agentes econômicos (Figura 320). Essa distribuição preliminar foi responsável por fornecer uma primeira aproximação acerca do grau de envolvimento que as discussões relativas à subsidência e seus efeitos têm gerado nos diferentes segmentos da sociedade civil de Maceió.

[145] Dentre as referências para os segmentos da sociedade civil utilizados na organização do mapeamento de *stakeholders*, destaca-se o Decreto 5.790, de 25 de maio de 2006, que dispõe sobre a composição do Conselho das Cidades (ConCidades). De acordo com o decreto, além da representação do poder público federal, estadual e municipal, o ConCidades tem sua composição organizada por segmentos da sociedade civil que representem movimentos populares; entidades empresariais; entidades de trabalhadores; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; e organizações não-governamentais.

[146] De acordo com pesquisa secundária (*clipping* de notícias, registros públicos de eventos relacionados ao objeto de interesse) e fontes primárias (entrevistas).

**Figura 320. *Stakeholders* mapeados na fase preliminar, por grupo (n. e %)**



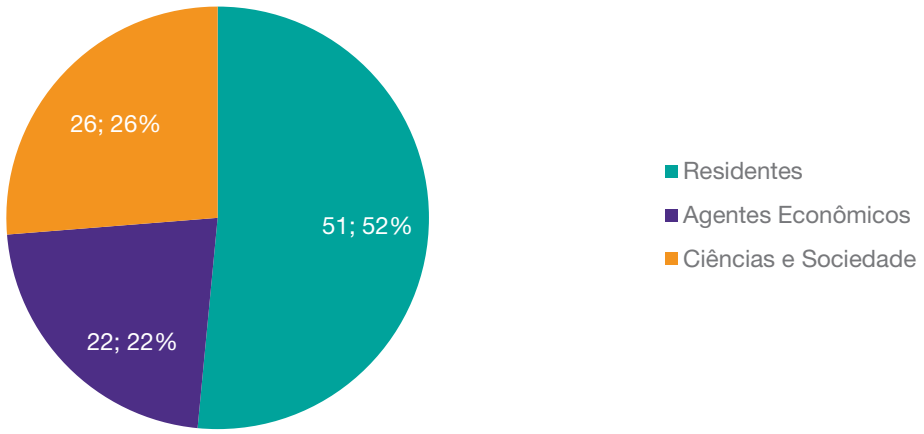

Fone: Diagonal, 2021.

Apesar de o universo de entidades relacionadas ao grupo de residentes ser numericamente maior, não é apenas isso que demonstra o maior envolvimento desses agentes na pauta de interesse do Acordo Socioambiental. Dentre os três conjuntos utilizados para guiar a análise qualitativa dos dados acerca dos agentes de interesse, o grupo de residentes foi considerado o mais ativo e envolvido nas discussões acerca da subsidência e de seus efeitos no cotidiano da população, haja vista as mobilizações e articulações entre diferentes associações de moradores e movimentos da sociedade civil em atenção às famílias, demonstrando um movimento de base relevante para um processo de escuta popular.

Coube ainda a análise acerca da representatividade e alcance de entidades situadas nos grupos de agentes econômicos e ciências e sociedade, uma vez que incluíam instituições de representação nacional, tais como o Sistema S, além de órgãos de classe com estrutura federativa, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O mapeamento de *stakeholders* terminou por revelar um quadro de engajamento com forte mobilização de entidades locais, sobretudo associações de moradores; e um envolvimento de instituições de alcance nacional no conjunto de entidades que representam interesses de diversos segmentos da sociedade civil de Maceió – refletindo, de forma evidente, na visibilidade da discussão (Figura 321).

**Figura 321. *Stakeholders* centrais para o processo de escuta, por grupo**




Elaboração: Diagonal, 2021.

A partir do mapeamento realizado, também foi possível realizar uma análise acerca da centralidade de alguns *stakeholders* no fomento e na condução dos debates acerca da subsidência e seus efeitos. Foi considerada a presença constante em espaços de diálogo e veiculação de pautas, bem como a articulação com outras entidades, sobretudo as ligadas ao grupo de residentes, com o intuito de identificar agentes estratégicos para uma interlocução inicial. Após essa análise, atingiu-se um quantitativo de 99 *stakeholders* centrais com o objetivo de compreender sua ação política, seus interesses em relação aos termos do Acordo Socioambiental e seus objetivos de ação. Foi indicada a manutenção do grupo de residentes com maior participação (52%); e um maior equilíbrio entre os grupos de agentes econômicos (agora com 22%) e ciência e sociedade (com 26%). Esse grupo de *stakeholders*[147] centrais foi o principal para estabelecer as primeiras interlocuções para compreender os interesses da sociedade civil em relação ao Acordo Socioambiental. Com isso, iniciou-se o processo de agendamento das entrevistas qualitativas.

### 7.1.2 Mobilização

Para o adequado desenvolvimento das atividades de leitura qualitativa, o processo de mobilização dos principais *stakeholders* do processo participativo é fundamental. Com os *stakeholders* mapeados, a mensagem-chave (Quadro 25) foi o instrumento de aproximação, responsável por introduzir as questões iniciais sobre o contexto da ação investigativa aos *stakeholders* que seriam entrevistados, permitindo, por meio de contatos e comunicação prévia, que a escuta transcorresse de forma transparente e objetiva, pactuada em torno de um objetivo reconhecido entre as partes envolvidas.

[147] A lista completa com os *stakeholders* mapeados e identificados como centrais consta no Anexo “Matriz de Stakeholders”.

De caráter orientativo, a mensagem-chave foi usada como referência para o estabelecimento de contatos e referência para o protocolo de agendamento das entrevistas, seguindo os seguintes passos:

- apresentação do(a) profissional responsável pelo contato telefônico;
- identificação institucional;
- se a organização/ liderança comunitária foi indicada, informação sobre quem ou qual instituição a indicou;
- mensagem-chave para descrever o contexto da ação (Quadro 25);
- agendamento caso houvesse interesse do(a) interlocutor(a) em participar, de dia, horário e formato (presencial ou remoto); e
- agradecimento da atenção nos casos de não haver interesse, reafirmando a disponibilidade para futuros esclarecimentos.

**Quadro 25. Mensagem-chave**

| |
|---|
| "Somos da Diagonal, uma empresa de consultoria em estudos sociais, ambientais e urbanísticos e, recentemente, fomos contratados pela Braskem para a elaboração de um conjunto de estudos que vão ajudar na construção de um Plano de Ações Sociourbanísticas para a região.<br>A ideia desse plano é propor ações e projetos de reparação ou que amenizem (mitigação) os impactos sociais e urbanísticos nas comunidades potencialmente afetadas. O plano é resultado de um acordo firmado entre a Braskem e os Ministérios Públicos Federal (MPF) e Estadual de Alagoas (MPAL), assinado em dezembro de 2020, e se encontra disponível para consulta pública na internet (*site* do MPF, por exemplo).<br>Tanto a Braskem quanto o MPF e MPAL consideram que a participação popular nesse processo de construção coletiva é fundamental para o sucesso do acordo. Por isso, no momento em que iniciamos os trabalhos, achamos que a melhor forma para começar é ouvindo a sociedade por meio de suas principais entidades de representação.<br>Assim, gostaríamos de convidá-la(o) para uma breve entrevista/conversa, em que gostaríamos de ouvir quais seriam as principais questões a serem consideradas na elaboração das ações.<br>Se houver interesse e disponibilidade, gostaríamos de agendar um momento para que um(a) de nossas(os) especialistas realize uma entrevista que, no momento, estamos priorizando que seja por telefone ou videochamada.<br>Caso não seja possível realizar a entrevista à distância, temos um espaço disponível para realização presencial, seguindo todos os protocolos sanitários de prevenção da covid-19 (informar o endereço do Posto de Atendimento da Diagonal - Rua Engenheiro Otávio Cabral, 372 - Gruta de Lourdes).<br>Porém, se não for do interesse a participação neste momento, nós agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas." |

Elaboração: Diagonal, 2021.

Ao usar a mensagem-chave, o(a) profissional responsável pelo contato abordou os seguintes tópicos:

- o acordo firmado entre o Ministério Público Federal junto à Braskem S.A.;
- a colaboração da Braskem junto às autoridades competentes para compreender a situação;
- a realização de estudos complementares e a iniciativa de promover um diálogo específico sobre os recentes eventos com a sociedade; e

- a escuta da população potencialmente envolvida no episódio para entender os efeitos em seu cotidiano e propor ações para intervenções sociais e urbanísticas que visam o convívio harmônico e seguro das pessoas.

No caso de interesse em participar da entrevista, a equipe entrava em contato na véspera para confirmação do horário. Em caso de entrevista presencial, o endereço (Figura 322) era confirmado.

**Figura 322. Localização do posto de atendimento da Diagonal**




Fonte: Google Maps, 2021.

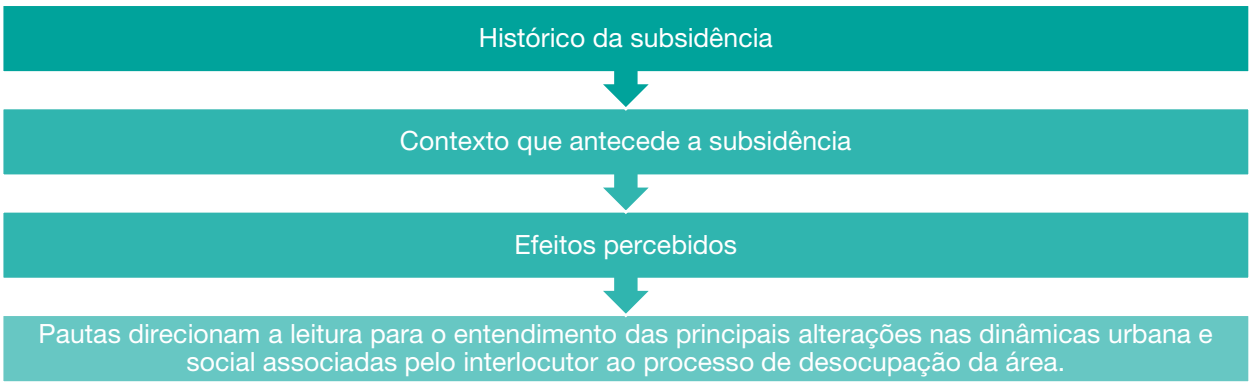
### 7.1.3 Roteiro de entrevistas por pautas

A pauta das entrevistas eram: histórico e contexto relacionados à subsidência; ações desenvolvidas; temas de interesse; perspectivas e considerações finais.

O primeiro item da pauta, histórico e contexto relacionados à subsidência (Figura 323), buscava investigar a percepção do *stakeholder* acerca da subsidência e consequente processo de realocação; o contexto atual; e os efeitos percebidos. Foram considerados como itens elegíveis para provocação:

- conhecimento sobre a ocorrência da subsidência – atenção para cronologia, localização, agentes envolvidos;
- principais consequências – atenção para o alcance do público; território; e leituras sociais e/ou urbanísticas;
- situação que antecede à subsidência – atenção para qualidade de serviços e temas de interesse abordados (observar avaliação do NF3 – serviços em áreas receptoras);
- efeitos percebidos após a subsidência (detalhamento de consequências já levantadas);
- áreas desocupadas.

**Figura 323. Roteiro de entrevista, histórico e contexto relacionado à subsidência**

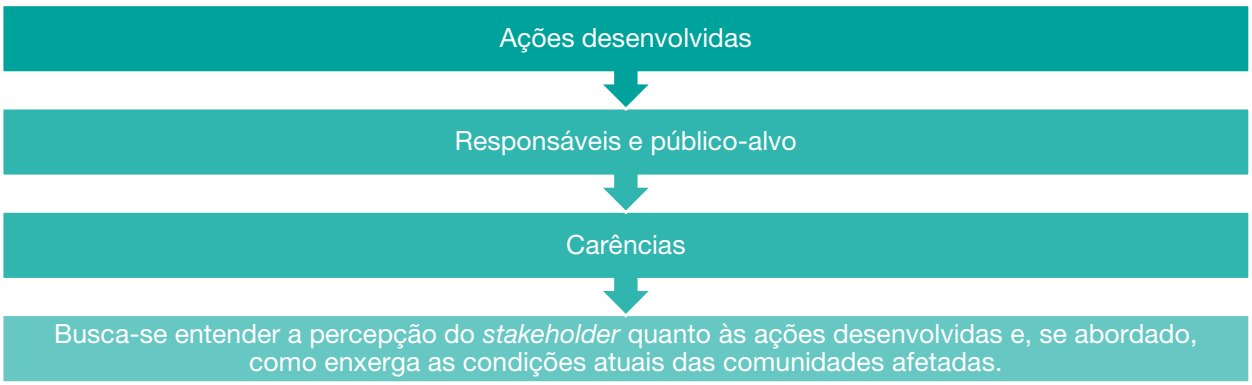



Elaboração: Diagonal, 2021.

O segundo item da pauta, ações desenvolvidas (Figura 324), buscava a percepção dos *stakeholders* sobre esse tema. Eram itens elegíveis para provocação:

- conhecimento sobre as ações já realizadas – atenção para cronologia e agentes envolvidos (perceber se as ações têm início no mapa ou nas ações de realocação, por exemplo);
- conhecimento e avaliação de ações desenvolvidas – atenção no público-alvo das ações relatadas (se famílias realocadas ou outro tipo);
- carências identificadas nas ações já desenvolvidas;
- desempenho dos agentes percebidos como protagonistas das ações já desenvolvidas.

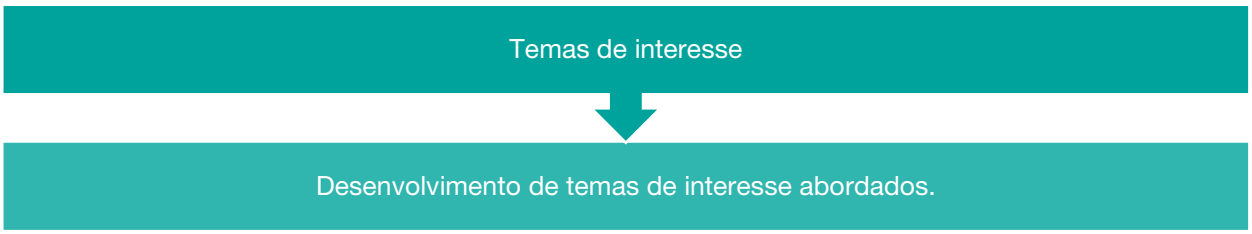
**Figura 324. Roteiro de entrevista, ações desenvolvidas**




Elaboração: Diagonal, 2021.

Como terceiro item da pauta, estava o desenvolvimento de temas de maior interesse do interlocutor (Figura 325). O tema também podia ser atribuído ao interlocutor por indicação de consultores/as. Eram referências as questões disparadoras indicadas pela equipe de consultoria, acerca dos seguintes temas: planejamento urbano e habitação; patrimônio cultural; saneamento e infraestrutura; mobilidade e acessibilidade; ambiental; desenho urbano; políticas sociais e equipamentos públicos; economia; vulnerabilidade; e cultura e identidade.

**Figura 325. Roteiro de entrevista, temas de interesse**




Elaboração: Diagonal, 2021.

Antes do encerramento, eram abordadas perspectivas de mitigação/ compensação dos impactos percebidos. Considerou-se como itens elegíveis para provocação:

- medidas, consideradas pelo interlocutor, como aderentes para solucionar os impactos relatados – sobretudo nos temas de interesse indicados anteriormente;
- relevância de ações de mitigação/ compensação nas comunidades afetadas – atenção para locais e público-alvo;
- expectativas;
- processo participativo.

Por fim, o encerramento da entrevista envolvia:

- agradecimento pela disponibilidade;
- informes sobre o processo participativo – disponibilizar materiais e/ou contatos;
- informar sobre o andamento das dimensões de estudo técnico e possíveis contatos futuros pela equipe de consultoria.

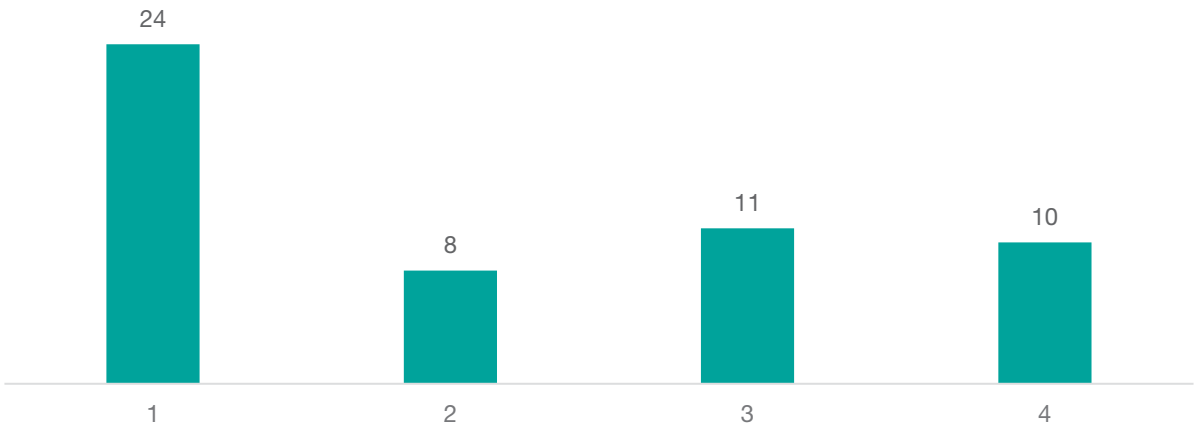
### 7.1.4 Análise qualitativa

Durante os meses de julho e agosto de 2021 foram realizadas 53 entrevistas junto aos principais *stakeholders* do processo participativo para construção das ações e medidas sociourbanísticas. As entrevistas permitiram atingir o nível de saturação necessário para expressar, por meio desta análise qualitativa, o primeiro exercício de aproximação acerca dos principais efeitos da subsidência e consequente processo de desocupação das áreas. O processo de sistematização das entrevistas realizadas, feito em tempo real, permitiu acompanhar a produção do conhecimento acerca da realidade investigada, fornecendo os parâmetros de investigação e indicadores de saturação e redundância temática no processo de escuta[148].

[148] Não existe um consenso na literatura científica acerca de um número ideal para saturação em pesquisas qualitativas, embora alguns autores trabalhem com um mínimo de 20 a 30 entrevistas para qualquer investigação qualitativa (MINAYO, 2017). Segundo Minayo, a amostra qualitativa ideal deve refletir, tanto em quantidade quanto em intensidade, as dimensões múltiplas de determinado fenômeno e a qualidade das ações e interações ao longo do processo (p. 6).

Do ponto de vista territorial, o alcance e a dimensão da investigação qualitativa foram distribuídos nos quatro NF. Das 53 entrevistas, 24 foram realizadas com *stakeholders* do NF1; 8 no NF2; 11 no NF3; e 10 no NF4 (Figura 326).

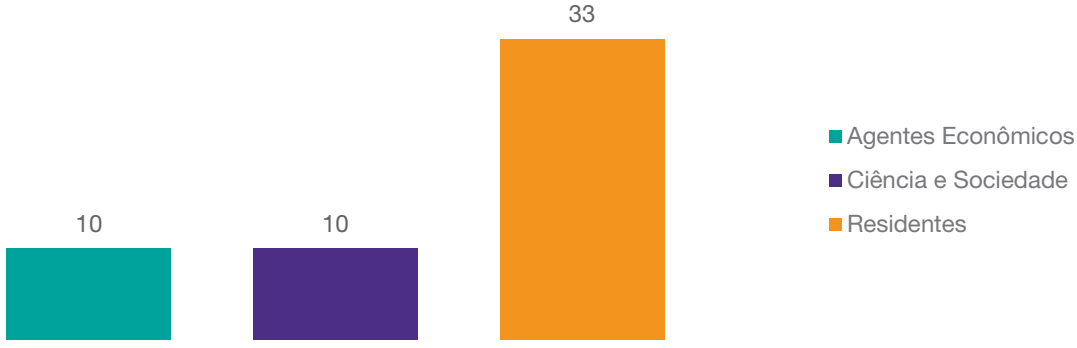
**Figura 326. *Stakeholders* centrais entrevistados, por núcleo focal de escala territorial**




Elaboração: Diagonal, 2021.

A distribuição por NF revela como o nível de intensidade das discussões que envolvem a subsidência e seus efeitos se materializam no território da cidade de Maceió. A discussão tem maior destaque nas áreas diretamente afetadas (NF1). Um dos fatores que contribuem para isso são as tratativas sobre compensação familiar, ainda em curso na região. No mesmo sentido, o grupo de residentes teve o maior número de interlocutores entrevistados, composto por segmentos da sociedade com maior atuação em defesa das pautas de interesse das famílias realocadas (Figura 327). Devido ao contexto, as negociações em curso junto às famílias realocadas que aguardam a conclusão de seus respectivos processos de compensação familiar, o centro das pautas e reivindicações é o Programa de Compensação Financeira e Apoio às Famílias (PCF). Assim, o cenário atual tem como principal característica a maior participação de *stakeholders* que outrora tinham o NF1 como local de convivência e reprodução social.

**Figura 327. *Stakeholders* centrais entrevistados, por grupos**




Elaboração: Diagonal, 2021.

A análise qualitativa das 53 entrevistas realizadas permitiu a identificação de 29 categorias de impactos percebidos e, segundo os interlocutores entrevistados, associados ao processo de desocupação das áreas em razão da subsidência.

As categorias foram divididas em 10 temas, com destaque para o tema de planejamento urbano e habitação, composto por 8 categorias (Figura 328). Outros temas que merecem destaque é o de políticas sociais e equipamentos públicos e o de economia, que totalizam 9 categorias de impactos percebidos, demonstrando um considerável grau de diversidade na observação das consequências sociourbanísticas advindas do processo de desocupação. O tema de políticas sociais abarca questões sobre educação, saúde e assistência social, por exemplo. Assim, esta análise dos impactos percebidos por tema não tem o intuito de exprimir relevância, mas a diversidade de questões presentes nas discussões elencadas pelos *stakeholders*. Ademais, a presença de categorias no conjunto de impactos percebidos já exprime seu caráter relevante para o debate e o processo participativo (Quadro 26).

No entanto, não é apenas a relação quantitativa, nesta análise, que confere relevância ao tema. O tema de patrimônio cultural, por exemplo, compreende uma única categoria de impacto percebido, que versa sobre a desocupação das áreas e a necessidade de conservação e preservação de edificações históricas e espaços que eram utilizados para fortalecer os vínculos comunitários. O que se percebe, nesse caso, é sua natureza específica, centrada em um aspecto fundamental da região desocupada e que, ao longo das entrevistas realizadas, foi apontado pelos *stakeholders* entrevistados como um impacto significativo no NF1.

**Figura 328. Categorias de impactos percebidos, por tema**




Elaboração: Diagonal, 2021.

No Quadro 26 também é possível observar que os impactos foram sentidos de maneira distinta em cada escala de análise territorial – os NF, unidades que auxiliam o exercício analítico de categorizar as percepções observadas e visualizar as relações dos temas da investigação com

sua transversalidade territorial. Ou seja, se, por um lado, a classificação do discurso em temas e categorias de impactos percebidos tem, como resultante, a visualização da diversidade de questões que cada tema pode abarcar na realidade dos interlocutores entrevistados, auxiliando na compreensão dos temas de maior complexidade, por outro a análise permite a observação dos impactos percebidos sobre o território de atuação dos diferentes *stakeholders*, oferecendo a perspectiva de transversalidade territorial, cujo resultado é a visualização da representatividade territorial dos impactos percebidos e como eles estão presentes na realidade de atuação política e institucional dos interlocutores desse processo. A quebra de vínculos entre moradores, em virtude da separação ocorrida entre os moradores realocados, por exemplo, é um impacto percebido nos NF1, NF2 e NF3, com suas devidas nuances, evidentemente.

**Quadro 26. Matriz de impactos percebidos, por categoria, tema e núcleo focal**

| ID | Categoria de impacto associado | Dimensão temática do diagnóstico técnico-participativo | Qualificação do impacto | Depoimento | Núcleo focal | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 1 | Alta no preço de venda e aluguel de imóveis | Planejamento urbano e habitação | Impacto observado a partir dos valores praticados no mercado imobiliário de Maceió, sobretudo em bairros localizados no NF3. | "Você já não encontra um imóvel para alugar por menos de mil reais. Esse é o valor mínimo que as pessoas querem pedir, pois sabem o valor do auxílio recebido pelas famílias que foram realocadas". | | | ■ | |
| 2 | Queda no preço de venda e aluguel de imóveis | | Impacto observado nas áreas mais próximas das diretamente afetadas, considerada a área de "borda". A incerteza acerca da estabilidade do solo ocasionou a desvalorização dos imóveis na região. | "Me diga com sinceridade: você compraria minha casa?... Não precisa responder, tá? Tô falando isso porque ninguém quer alugar minha casa. Se eu quiser sair daqui, eu não consigo". | | ■ | | |
| 3 | Suspensão de contratos de venda e aluguel | | Os receios em relação à estabilidade do solo ocasionaram suspensão de transações imobiliárias de venda e aluguel. | "Minha casa estava pra vender, a gente ia dividir entre os irmãos, porque é casa e herdeiro. Mas quando começou a chegar aqui perto as pessoas não tiveram mais interesse". | | ■ | | |
| 4 | Interrupção e suspensão de projetos imobiliários e edificações | | A subsidência inviabilizou empreendimentos nas áreas de borda da região desocupada. Há um nível de incerteza sobre a estabilidade do solo e, com a desvalorização do m² nas bordas, alguns projetos foram interrompidos. | "Não há uma informação oficial, uma demonstração de que o problema foi resolvido e que estamos seguros. Enquanto não houver isso, essa área ficará subutilizada". | ■ | ■ | | |
| 5 | Escassez de imóveis para uso residencial | | O ritmo e a quantidade de realocações não permitiu que a oferta de imóveis acompanhasse a demanda gerada. | "Você chegar ali no Benedito Bentes - não vai ter casa mais pra esse pessoal! Acaba rápido e as que estão construindo já têm dono". | | | ■ | |
| 6 | Escassez de imóveis para uso comercial | | O ritmo e a quantidade de realocações não permitiu que a oferta de imóveis acompanhasse a demanda gerada. | "Você vai, negocia, aluga o imóvel... Quando vai fechar o contrato, aparece outro e paga mais. Aí você perde o imóvel que precisava. Tem esse tipo de leilão acontecendo também". | | | ■ | |
| 7 | Construções irregulares | | Construção de imóveis irregulares, com predomínio de padrão construtivo baixo. | "Tem quem constrói pra ganhar uns trocados e tem quem constrói porque não tem para onde ir". | ■ | ■ | ■ | |
| 8 | Expansão imobiliária para as bordas da cidade | | A procura por moradia nos bairros da parte alta da cidade e a disponibilidade de espaços para incorporações direcionou a expansão imobiliária para os bairros desta região. | "Com o consumo do estoque imobiliário, cresceu uma demanda por lançamentos que estão indo para as bordas da cidade para atendê-la, principalmente as famílias com melhores rendimentos". | | | | ■ |

| ID | Categoria de impacto associado | Dimensão temática do diagnóstico técnico-participativo | Qualificação do impacto | Depoimento | Núcleo focal | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 9 | Necessidade de preservação dos edifícios históricos e espaços localizados na região desocupada | Patrimônio cultural | Com a desocupação das áreas vem a necessidade de conservação e preservação de edificações históricas e espaços que eram utilizados para o fortalecimento de vínculos comunitários. | "Não é apenas o Bom Conselho, ou a Igreja que está ali também, mas a praça, tudo que fazia parte das festas, das manifestações culturais, das comemorações. Isso tudo precisa ser preservado para registrar nossa história". | ■ | | | |
| 10 | Déficit no serviço de transporte público | Mobilidade e acessibilidade | A desocupação, além de afetar as linhas de ônibus e o VLT que atendiam a região e o deslocamento de seus usuários, resultou também no aumento da demanda por transporte público nas áreas receptoras. | "Ficou mais difícil ir até o Centro, por exemplo. Tem que fazer o transbordo, mas tem também a questão de passar com pouca frequência". | | ■ | ■ | |
| 11 | Aumento no tempo de deslocamento | | A realocação é associada ao aumento do tráfego de veículos nas principais áreas receptoras o que, em horários de maior movimento, tem provocado congestionamentos. Além disso, a interdição de vias situadas nas áreas desocupadas é associada ao aumento do trânsito em vias de intenso tráfego de veículos: a Av. Fernandes Lima é a mais citada. | "Pra chegar no Centro agora é uma conta simples: bote mais 40 minutos no tempo que você levava antes". | | ■ | ■ | |
| 12 | Maior demanda por serviços de saneamento básico | Saneamento e infraestrutura | A baixa cobertura dos serviços de saneamento básico nas áreas receptoras demanda grandes investimentos em obras de abastecimento de água, esgoto e infraestrutura urbana. O aumento populacional nessas áreas potencializou o déficit preexistente na infraestrutura urbana local. | "O esgoto dessa gente toda que chegou tá indo para onde? Já não atendia todo mundo, agora então...". | | | ■ | |
| 13 | Iluminação pública insuficiente | | A rede de iluminação pública apresenta déficit de cobertura, principalmente nas áreas de borda. | "Andar por essas ruas na volta do trabalho é assustador. E a gente ouve relatos de casos de assalto, estupro... Você se sente inseguro". | | ■ | | |
| 14 | Escassez de áreas verdes, praças e parques | Ambiental | Impacto percebido no NF3 e no NF2. De acordo com as entrevistas, as áreas receptoras carecem de espaços verdes, arborização das vias, parques etc. Já as comunidades lindeiras à área em desocupação não contam com equipamentos públicos ecológicos. | "O ideal é que essa área fosse destinada para preservação ecológica, uma reserva, algo assim". | | ■ | ■ | |

| ID | Categoria de impacto associado | Dimensão temática do diagnóstico técnico-participativo | Qualificação do impacto | Depoimento | Núcleo focal | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 15 | Abandono de animais e risco de zoonoses | | O crescimento da população animal nas ruas das áreas desocupadas é associado à realocação. Parte deles foi abandonada por seus antigos cuidadores. Sabe-se que alguns animais viviam pelas ruas das localidades antes da realocação, entretanto, sua sobrevivência se dava em razão da atividade humana nas áreas. | "Muitos animais ficaram para trás depois da realocação. Quando andamos nas áreas é possível ver que alguns ainda estão por lá". | ■ | | | |
| 16 | Dificuldade de acessar serviços públicos de educação | Políticas sociais e equipamentos públicos | A realocação de equipamentos escolares localizados nas áreas desocupadas e a realocação das famílias residentes gerou uma demanda por novos equipamentos de educação, tanto para atender quem ficou na borda (NF2) quanto para as áreas receptoras (NF3). | "Como as aulas foram interrompidas na pandemia, ainda não percebemos como isso vai ser. Mas a gente vê que não tem escolas aqui perto mais". | | ■ | ■ | |
| 17 | Dificuldade de acessar serviços públicos de saúde | | A realocação de equipamentos de saúde localizados nas áreas desocupadas e a realocação das famílias residentes gerou uma demanda por novos equipamentos de saúde e/ou ampliação de equipes de saúde, tanto para atender quem ficou na borda (NF2) quanto para as áreas receptoras (NF3). A principal demanda é por serviços básicos de atenção à saúde, a exemplo das Equipes de Saúde da Família. | “Pra quem ficou, o problema é a distância para acessar os serviços que mudaram de lugar. Pra quem foi realocado, o problema é outro: disputar vaga com já estava lá". | | ■ | ■ | |
| 18 | Dificuldade de acessar serviços públicos da rede de assistência social | | A dificuldade em conseguir atendimento é associada à realocação de equipamentos de assistência social (CRAS) e equipe de atendimento. | "A equipe tá toda espalhada, como faz pra ter atendimento dessa forma? Muita gente fica nessa dúvida e procura a gente por conta dos benefícios que recebem e querem tirar dúvidas". | | ■ | | |
| 19 | Escassez de equipamentos de cultura, esporte e lazer | | O impacto é associado por diversos atores do NF2 e do NF3 em razão da redistribuição da população nas áreas do município. Os relatos indicam baixa oferta nas áreas situadas no entorno da desocupação. "Perdemos os espaços de cultura, esporte e lazer que existia no Bebedouro"; e, nas áreas receptoras, a questão é associada à necessidade de readequação e requalificação de equipamentos existentes para o atendimento da nova demanda. | "O pessoal utilizava as escolas da região para ensaiar, tinha as praças que recebiam os eventos. Isso aí não tem mais". | | ■ | ■ | |

| ID | Categoria de impacto associado | Dimensão temática do diagnóstico técnico-participativo | Qualificação do impacto | Depoimento | Núcleo focal | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 20 | Realocação de famílias localizadas na área de borda | | A desocupação tem como impacto associado o isolamento de algumas comunidades localizadas na área de borda, sendo os Flexais de Cima e de Baixo os principais exemplos. Essa situação também é indicada em estudo realizado pela Defesa Civil de Maceió, tendo em vista a ausência de serviços públicos, atividades econômicas e efeitos na mobilidade das famílias residentes. Nesse sentido, a realocação é vista como uma necessidade associada ao processo de desocupação. | "A gente espera uma solução para nossa situação. Hoje estamos isolados aqui, sem serviços, sem comércio, sem transporte". | | | | |
| 21 | Redução de estabelecimentos de comércio e serviços | Economia | A realocação reduziu a oferta de estabelecimentos comerciais e de serviços nas áreas de borda (NF2); alguns pela própria realocação, outros pelo esvaziamento dos bairros e redução de clientela. | "Você não encontra mais uma lotérica para pagar suas contas; tem coisa que você só encontra agora se for no Centro". | | | | |
| 22 | Descontinuidade de atividades econômicas realocadas | | Mesmo com as compensações na realocação de atividades econômicas, existe, de acordo com os relatos, uma dificuldade para seu reestabelecimento em outros bairros por conta da concorrência com atividades já estabelecidas no destino. | "Quando você muda de lugar e a praça fica pra trás, é como começar do zero novamente, pois os clientes não acompanham". | | | | |
| 23 | Necessidade de gerar novas oportunidades de renda e emprego | | Com a realocação de atividades de comércio e serviços, a diminuição de oportunidades de emprego e renda é vista como um efeito associado. Dentre os segmentos mais afetados, destaque para comerciantes informais e prestadores de serviços. Além disso, alguns profissionais apresentam dificuldades em se inserir em outras atividades, visto que exerceram uma única atividade econômica durante a vida inteira. | "Quando os comerciantes se mudaram, a gente perdeu aquela oferta de trabalho que tinha aqui ao lado, não só no comércio informal, mas nas outras oportunidades que tinham também, como os mototaxistas da região". | | | | |
| 24 | Risco à continuidade das atividades de pesca e sururu | | A pesca e a extração do sururu são atividades econômicas consideradas tradicionais pelas famílias que residiam nas áreas desocupadas. Além da vulnerabilidade socioeconômica dessas famílias, a distância da Lagoa e as dificuldades encontradas na mobilidade urbana são vistas como uma ameaça para a continuidade dessas atividades. | "Quem vivia da pesca teve que se mudar para áreas muito distantes daqui e existe uma dificuldade grande para chegar até aqui e continuar trabalhando". | | | | |

| ID | Categoria de impacto associado | Dimensão temática do diagnóstico técnico-participativo | Qualificação do impacto | Depoimento | Núcleo focal | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 25 | Abalo na saúde mental da população | Vulnerabilidades e públicos prioritários | A desocupação interferiu na saúde mental das famílias, tanto as realocadas quanto aquelas que estão situadas nas áreas de borda. Para as famílias realocadas, o distanciamento de vizinhos e amigos é visto como motivo para quadros de depressão (NF2 e NF3), sobretudo nos mais idosos. A incerteza quanto ao futuro das áreas de borda e possíveis medidas também são vistas como motivo para quadros de ansiedade e síndrome do pânico em residentes (NF2). | "Quem mais sofre com a realocação são os idosos. Perderam todos os laços de vizinhança e sentem que já não há mais tempo para recuperar isso". | ■ | ■ | ■ | ■ |
| 26 | Relações de vizinhança interrompidas e estigmatização | | A separação ocorrida entre os moradores realocados é considerada um impacto associado ao processo de desocupação, principalmente quando relatada a quebra de vínculos comunitários que serviam como rede de apoio, a exemplo de vizinhas que cuidavam de crianças. Além disso, nas novas áreas, os relatos indicam que existe uma dificuldade em estabelecer novas relações de vizinhança, pois são vistos como "estranhos". | "A gente chega aqui já com a impressão que somos de fora, que não conhecemos as pessoas. Alguns também não gostam da gente". | ■ | ■ | ■ | |
| 27 | Sensação de insegurança | Segurança Pública | A desocupação das áreas tem provocado uma sensação de insegurança nas famílias que residem na área de borda (NF2), principalmente no entorno imediato dos imóveis desocupados. Dentre os principais riscos, os relatos indicam a utilização de imóveis para uso de entorpecentes. Já nas áreas receptoras (NF3), o efeito associado é provocado pela presença de "estranhos". | "As casas sem telhado, abandonadas; isso é o retrato do abandono e traz tristeza e insegurança quando circulamos no local". | | ■ | ■ | |
| 28 | Risco à continuidade das manifestações culturais tradicionais | Cultura e identidade local | A região desocupada tinha conhecida tradição de cultural popular. Com a desocupação, perdeu-se os espaços para preparo e realização dessas manifestações. | "Esperávamos o ano inteiro pelo dia da procissão. Saindo da Igreja, seguíamos pelas ruas que ficaram para trás". | ■ | ■ | | |
| 29 | Perda de oportunidades na cadeia econômica cultural | | O calendário de eventos associado às manifestações culturais era responsável por gerar emprego e renda para as famílias da região. Com a realocação, as oportunidades deixaram de existir, principalmente para as famílias que residem nas áreas de borda (NF2). | "A gente tinha muita gente que trabalhava pra esses eventos acontecerem e isso era motivo para muita gente aproveitar e ganhar dinheiro". | | ■ | | |

Elaboração: Diagonal, 2021.

O exercício analítico materializado no Quadro 26 deve ser considerado como um insumo de ordem primária, elaborado em conjunto com os interlocutores das entrevistas, cujo maior auxílio ao processo consiste na visualização de temas com grande diversidade de questões; e impactos em diferentes escalas territoriais. Em comum, o exercício alerta para a necessidade de se pensar a realidade de modo relacional e ações e medidas sociourbanísticas integradas – tanto pelo tema quanto pelo recorte territorial.

## 7.2 Leitura Quantitativa

Este item encontra-se subdividido em três partes: método de coleta de dados, planejamento e parâmetros de coleta e, por fim, dados coletados e análise.

### 7.2.1 Método de coleta de dados

Como etapa subsequente à entrevista qualitativa no processo de elaboração da leitura comunitária, uma pesquisa volante foi realizada entre os dias 9 e 15 de setembro de 2021 na cidade de Maceió-AL, entre 09h00 e 17h00, em dias úteis e finais de semana. O método de amostragem utilizado foi o não probabilístico por conveniência, uma vez que seu caráter é exploratório, visando a elaboração de uma leitura compartilhada da realidade investigada. A equipe responsável pela aplicação dos questionários foi composta por 10 técnicos de nível superior com experiência em facilitação de entrevistas, de modo a orientar os entrevistados quanto aos objetivos da pesquisa e temas abordados (Figura 329).

**Figura 329. Pesquisa volante**



Elaboração: Diagonal, 2021.

O foco da investigação foi, como no processo qualitativo, foram os impactos percebidos a partir do processo de desocupação dos bairros Bebedouro, Bom Parto, Farol, Mutange e Pinheiro. Portanto, a pesquisa volante não se deteve em traçar o perfil dos respondentes, mas em como

a população residente do município de Maceió percebe os impactos em seu cotidiano. Nesse sentido, a atividade teve como propósito ampliar as oportunidades e meios de observação sobre a percepção da população em geral sobre os impactos percebidos, ampliando o entendimento para além dos principais *stakeholders*.

### 7.2.2 Planejamento e parâmetros para coleta de dados

A pesquisa volante teve como parâmetros os temas abordados no diagnóstico técnico-participativo, responsáveis pela orientação das ações e medidas sociourbanísticas. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa foi utilizada como referência na composição das questões pré-definidas no instrumental, tendo sido usadas as categorias analisadas anteriormente (Quadro 26).

Os entrevistados foram abordados de forma espontânea sobre as questões percebidas a partir do processo de desocupação e, conforme as questões eram relatadas, os técnicos responsáveis assinalavam as respostas correspondentes em um formulário de pesquisa eletrônico[149]. Ao todo, foram pré-definidas 23 opções (Quadro 27). Além dessas questões contempladas pelo instrumental, havia também a possibilidade de registrar outros aspectos por meio de entrada manual.

**Quadro 27. Temas e categorias para registro de percepções da pesquisa volante**

| Temas do diagnóstico técnico-participativo | Categoria de impacto percebido |
|---|---|
| Planejamento urbano e habitação | Alta no preço de venda e aluguel de imóveis |
| | Queda no preço de venda e aluguel de imóveis |
| | Escassez de imóveis para uso residencial |
| | Construções irregulares |
| | Realocação de famílias localizadas na área de borda |
| Patrimônio cultural | Necessidade de preservação dos edifícios históricos e espaços localizados na região desocupada |
| Mobilidade e acessibilidade | Déficit no serviço de transporte público |
| | Aumento no tempo de deslocamento |
| Saneamento e infraestrutura | Maior demanda por serviços de saneamento básico |
| | Iluminação pública insuficiente |
| Ambiental | Risco à continuidade das atividades de pesca e sururu |
| | Escassez de áreas verdes, praças e parques |
| Políticas sociais e equipamentos públicos | Dificuldade de acessar serviços públicos de educação |
| | Dificuldade de acessar serviços públicos de saúde |
| | Dificuldade de acessar serviços públicos da rede de assistência social |
| | Escassez de equipamentos de cultura, esporte e lazer |

[149] Essa escolha teve o objetivo de agilizar a sistematização de informações e, ao mesmo tempo, conferir unidade ao processo de construção de uma leitura comunitária acerca dos impactos do processo de desocupação.

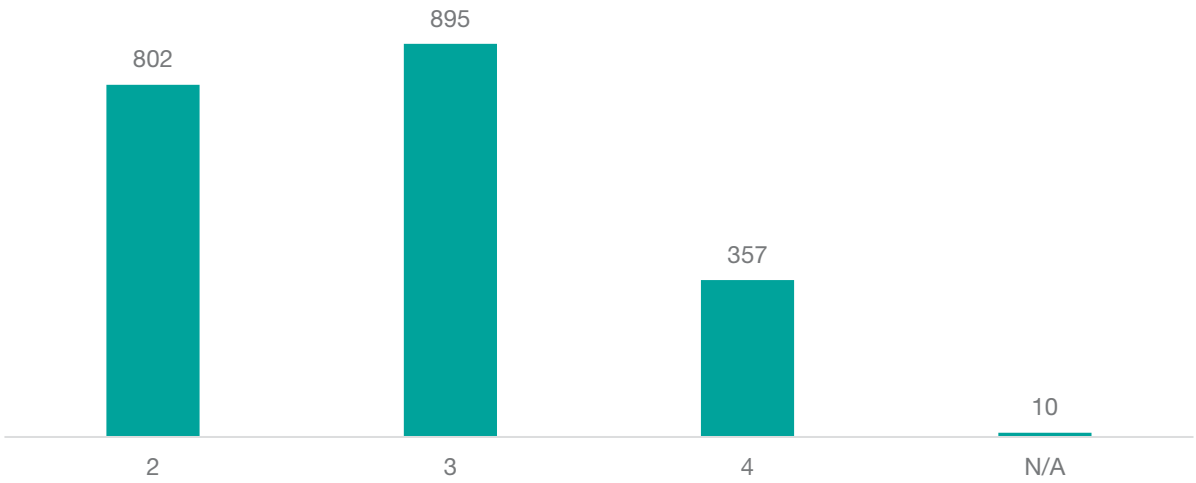
| Temas do diagnóstico técnico-participativo | Categoria de impacto percebido |
|---|---|
| Atividade econômica, trabalho e renda | Redução na oferta de estabelecimentos de comércio e serviços |
| | Necessidade de gerar novas oportunidades de renda e emprego |
| Públicos prioritários | Abalo na saúde mental da população |
| | Relações de vizinhança e estigmatização |
| | Relações de vizinhança interrompidas |
| Segurança pública | Sensação de insegurança |
| Cultura e identidade local | Risco à continuidade das manifestações culturais tradicionais |
| Outra | Questão aberta |

Elaboração: Diagonal, 2021.

### 7.2.3 Análise quantitativa

A pesquisa volante entrevistou 2.064 pessoas, das quais: 802 residiam em bairros localizados no NF2; 895, em bairros do NF3; 357, em Maceió (NF4), em áreas não compreendidas nos NF1, NF2 e NF3; e 10 em municípios vizinhos. A pesquisa não foi aplicada no NF1, tendo em vista o atual estágio de desocupação da área (Figura 330).

**Figura 330. Pessoas entrevistadas pela pesquisa volante, por NF**




Elaboração: Diagonal, 2021.

A análise dos dados coletados foi dividida em quatro blocos: o primeiro compreende os dados consolidados para todas as escalas territoriais, conferindo a possibilidade de analisar os impactos percebidos de forma geral; e os demais, para cada NF abordado.

Os dados consolidados para todas as escalas territoriais (Figura 331) demonstram que o transporte público e o deslocamento da população figuram entre as principais questões, de acordo com o público entrevistado. Do total de 2.064 entrevistados, 1.284 relataram que o déficit no transporte público percebido tem, em determinado nível, relação com a desocupação da área realocada, tendo em vista o aumento da demanda nas áreas receptoras (NF3) e a

interrupção na circulação do trem na área desocupada. Com quantitativo semelhante, 1.213 entrevistados também relataram que perceberam um aumento no tempo de deslocamento, sobretudo relacionado ao processo de transbordo que existe atualmente entre as estações Bebedouro e Bom Parto.

Com registros acima de 50%, a pesquisa indica a prevalência de questões relacionadas a categorias dos serviços públicos de saúde, com 1.093 entrevistados relatando dificuldades de acesso aos serviços após o processo de desocupação; e aumento da sensação de insegurança, com 1.036 entrevistados. Na saúde, um dos principais pontos está relacionado ao deslocamento de unidades próximas à área desocupada e concorrência por atendimento em áreas receptoras (NF3). No que tange à sensação de insegurança, os relatos, em sua maioria, abordam o estranhamento provocado pela chegada de novos moradores na vizinhança (NF3) e a desertificação urbana, sobretudo nas áreas de borda à região desocupada (NF2).

**Figura 331. Menções a impactos percebidos por entrevistados, consolidado**



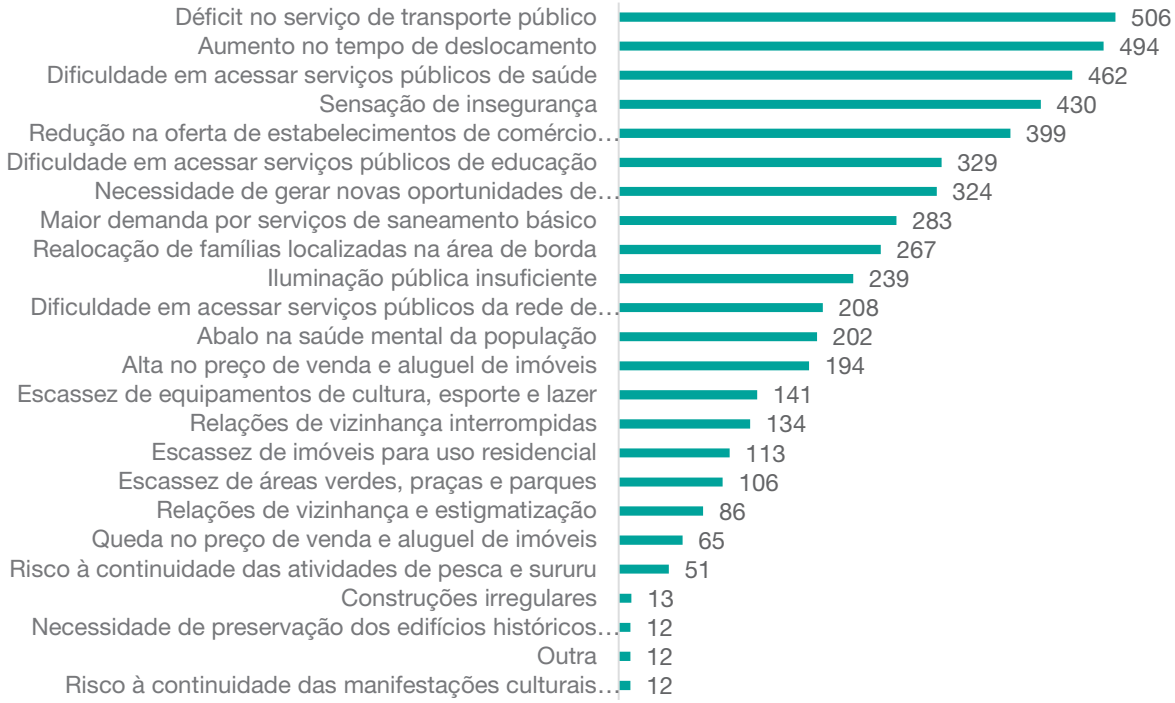

Elaboração: Diagonal, 2021.

No NF2, onde 802 pessoas foram entrevistadas, as principais categorias de impactos percebidos são semelhantes às registradas na análise dos dados consolidados. Conforme a Figura 332, 506 entrevistados relataram déficit no serviço de transporte público em circunstâncias específicas para

a população residente, uma vez que o principal impacto percebido está associado à interrupção do trem entre as estações Bebedouro e Bom Parto e a necessidade de transbordo entre as duas estações, gerando um acréscimo médio no tempo de deslocamento de 40 minutos ou mais. Seguindo o comportamento já registrado em relação aos dados consolidados, os serviços de saúde e a sensação de insegurança também figuram entre os principais efeitos percebidos. Nos dois casos, a particularidade está na dificuldade de acessar serviços de saúde após a realocação de equipamentos antes situados na área desocupada.

Dois aspectos ainda merecem destaque quando comparados os resultados do NF2 e o consolidado. No consolidado, observa-se uma preocupação maior com as dinâmicas do mercado imobiliário, enquanto, para o NF2, logo após as primeiras categorias, há destaque para o impacto da desocupação na oferta de estabelecimentos de comércio e serviços na região. De acordo com o público entrevistado, o impacto percebido, principalmente no Bebedouro, é a redução de alternativas mais próximas ao domicílio e a necessidade de maiores deslocamentos para acessar serviços financeiros, principalmente. Outro destaque é a quantidade de menções às interrupções nas relações entre vizinhos: das 184 menções registradas no total consolidado, 134 foram registradas no NF2.

**Figura 332. NF2, menções a impactos percebidos por entrevistados**



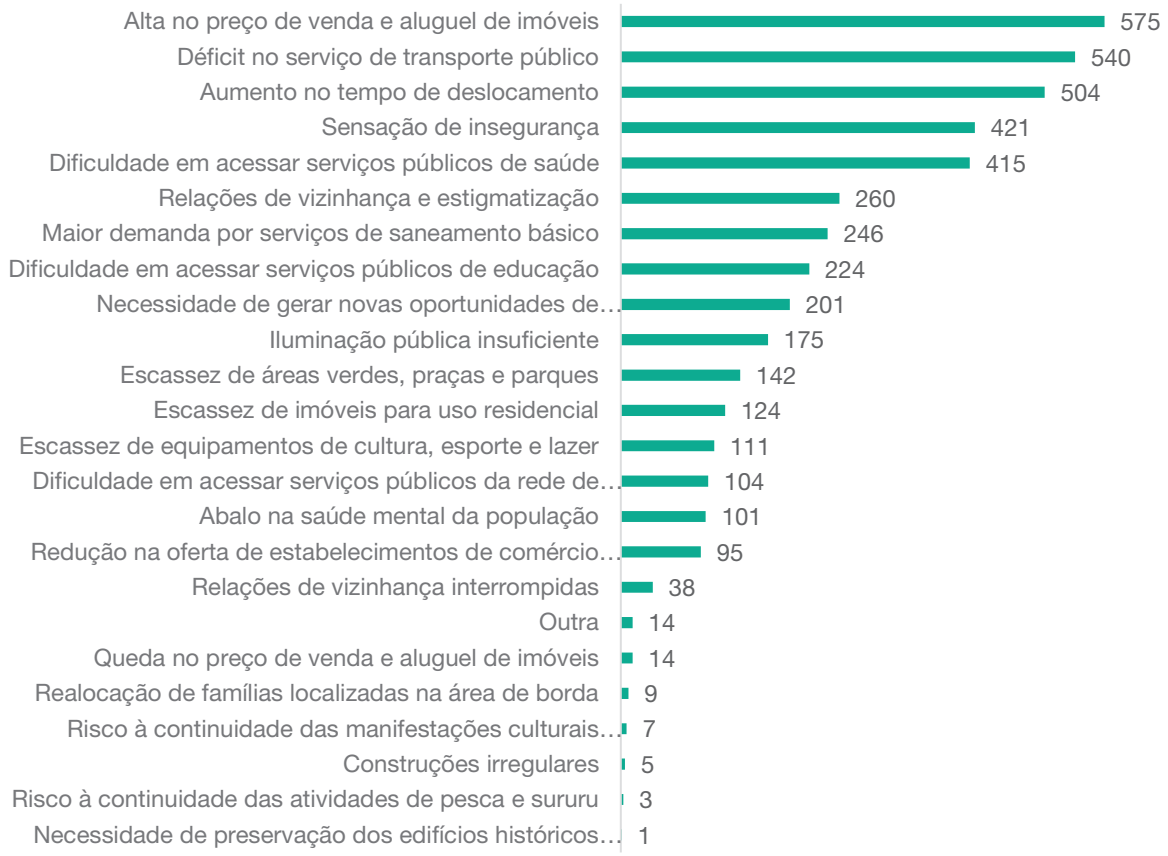

Elaboração: Diagonal, 2021.

O NF3 foi a escala territorial com maior número de entrevistas realizadas. Seguindo o comportamento já registrado em relação aos dados consolidados, os serviços de transporte público, saúde e a sensação de insegurança também figuram entre os principais impactos

percebidos (Figura 333). Em relação à sensação de insegurança, ao comparar o NF3 com o NF2, percebe-se que, diferentemente da região de borda, onde a insegurança foi mais associada ao sentimento de desertificação urbana devido ao processo de desocupação, no NF3 o sentimento foi relacionado à chegada de novos moradores e à sensação de estranhamento provocada pela quantidade de pessoas recém-chegadas aos bairros.

No NF3 ocorre a primeira alteração significativa em comparação com os dados para toda a amostra: uma significativa diferença da percepção das pessoas entrevistadas em relação ao mercado imobiliário da região. Das 895 pessoas entrevistadas, 575 registraram esse efeito em relação ao processo de desocupação, categoria com o maior valor de registros no referido NF.

**Figura 333. NF3, menções a impactos percebidos por entrevistados**




Elaboração: Diagonal, 2021.

O NF4, com 357 pessoas entrevistadas, tem um conjunto de impactos percebidos que transita entre os resultados gerais e o registrado no NF3 (Figura 334). Como visto nos dados consolidados, os serviços de transporte público e de saúde e a sensação de insegurança também estão entre os principais impactos percebidos. Porém, assim como visto no NF3, no NF4 também é possível perceber o sentimento do público entrevistado em relação ao mercado imobiliário da região. Das 357 pessoas entrevistadas, 209 mencionaram esse impacto como consequência do processo de desocupação.

**Figura 334. NF4, menções a impactos percebidos por entrevistados**




Elaboração: Diagonal, 2021.

Em síntese, comparando os resultados das diferentes escalas territoriais, um dos principais impactos percebidos pelo público entrevistado refere-se ao sistema de transporte público, acompanhado da sensação de aumento de demanda em alguns locais e consequente sobrecarga na oferta do serviço – que, segundo o público entrevistado, já tinha seus problemas para atender a demanda anteriormente.

O acesso aos serviços de saúde é outra categoria de impactos percebidos recorrente, associada tanto ao processo de reorganização de unidades realocadas – dificultando o acesso a um serviço que já tinha suas deficiências – quanto ao aumento na demanda por famílias realocadas que, atualmente, buscam uma recomposição de seu atendimento na rede básica.

A sensação de insegurança, muito mencionada nas entrevistas, tem sua transversalidade entre as escalas de análise caracterizada i) pelo receio das pessoas em circular nas áreas em processo de desocupação – pouca iluminação pública, queda na circulação de pessoas e imóveis abandonados como principais elemento dos receios registrados; e ii) o estranhamento provocado pela chegada de pessoas novas após a realocação das famílias.

## 7.3 Grupos Focais Comunitários

Este item inicia descrevendo as dinâmicas e os objetivos dos grupos focais comunitários, em seguida detalha as atividades, o processo de mobilização e o público participante para, por fim, apresentar o painel de propostas obtido.

### 7.3.1 Objetivo e dinâmica

O objetivo dos grupos focais comunitários foi promover um exercício de reflexão coletiva, compartilhado por membros da própria comunidade. A atividade teve como referência a realidade observada e discutida pela própria comunidade nas atividades anteriores: a pesquisa qualitativa e a quantitativa.

A estratégia adotada no sequenciamento das atividades participativas para a leitura comunitária teve, nos grupos focais, a perspectiva propositiva para posterior alinhamento à visão do Diagnóstico Técnico. Os grupos focais foram estimulados a elaborar propostas em relação aos problemas percebidos por conta da desocupação. O público-alvo foi composto por lideranças comunitárias, pessoas de referência e moradores das comunidades circunvizinhas à área desocupada, com foco nas regiões mais vulneráveis.

A dinâmica utilizada foi constituída pela elaboração de painéis propositivos, para os quais os participantes foram convidados a realizar um exercício crítico em relação aos problemas identificados e suas possíveis soluções. As atividades tiveram duração média de 2h30 cada, iniciando com informações e esclarecimentos sobre o Acordo; agentes envolvidos; objetivos; participação social; e resultados. Após o nivelamento de informações, pactuação de boas maneiras e rodada de esclarecimentos, o público participante recebeu instruções para conduzir seus trabalhos em grupos, de maneira autônoma, para elaborar ações e medidas sociourbanísticas que julgassem pertinentes a seu cotidiano (Quadro 28).

**Quadro 28. Grupos focais comunitários, programação**

| Momento | Duração (minutos) |
|---|---|
| Boas-vindas e apresentação dos participantes – dinâmica para identificação pessoal e apresentação de relações entre participantes. | 25 |
| Apresentação dos objetivos e dinâmica da atividade – breve relato sobre o Acordo, arranjo institucional de pactuação, temas de estudo, etapa atual e processo participativo. | 30 |
| Pactuação dos grupos (concordância sobre composição já definida ou eventual troca de lugar entre participantes). | 5 |
| Dinâmica para elaboração de tarjetas com ações e medidas propostas – participantes indicam redator e relator por grupo para apresentar. Caso necessário, equipe de apoio é disponibilizada para redação. | 30 |
| Intervalo para café e lanche | 20 |
| Leitura de propostas e esclarecimentos | 30 |
| Encerramento e próximos passos | 10 |

Elaboração: Diagonal, 2021.

### 7.3.2 Atividades, mobilização e público participante

Ao todo, foram oito grupos focais comunitários, entre os meses de setembro de outubro de 2021, na cidade de Maceió, sendo:

- 1 grupo focal para moradores da comunidade Quebradas;
- 1 grupo focal para moradores da Rua Marquês de Abrantes;
- 4 grupos focais para moradores dos Flexais;
- 1 grupo focal para moradores da Vila Saém;
- 1 grupo focal para moradores do Bom Parto.

Para a mobilização dos participantes, a equipe responsável adotou os seguintes procedimentos:

- contatos telefônicos com lideranças comunitárias e moradores de referência;
- visita em campo para confirmar participação e fornecer informações e esclarecimentos;
- recepção dos participantes no dia da atividade para transporte até o local do evento.

Foram disponibilizadas *vans* para o deslocamento dos participantes, com horários e locais de embarque e desembarque acordados com lideranças comunitárias. As atividades foram realizadas em espaço cedido pela Braskem S/A, no Cinturão Verde, no bairro do Trapiche. A escolha do local se deu pela disponibilidade e possibilidade de realização de acordo com os protocolos sanitários necessários para acomodar a expectativa de público, considerando o momento da pandemia de covid-19.

No caso dos Flexais, foram formados quatro grupos em função de um ambiente de disputas entre moradores existente na região em relação ao futuro da área, observado durante as atividades de pesquisa, em especial quanto às possíveis alternativas para a comunidade, contrapondo visões sobre uma possível realocação das famílias, por meio de sua inclusão no mapa de realocação do PCF; e visões sobre intervenções para revitalização da área. Foi oferecida aos moradores a oportunidade de participação em dia útil e em final de semana, em comum acordo com lideranças da comunidade.

Ao longo das atividades, 138 pessoas participaram das oficinas, conforme Quadro 29.

**Quadro 29. Grupos focais comunitários, público participante**

| Data | Comunidade | Público participante |
|---|---|---|
| 23/set | Quebrada (Chã de Bebedouro) | 16 |
| 23/set | Marquês de Abrantes (Chã de Bebedouro) | 24 |
| 24/set | Flexal (Bebedouro) | 24 |
| 24/set | Flexal (Bebedouro) | 6 |
| 25/set | Flexal (Bebedouro) | 6 |
| 25/set | Flexal (Bebedouro) | 5 |

| Data | Comunidade | Público participante |
|---|---|---|
| 25/out | Bom Parto | 31 |
| 01/nov | Vila Saém | 26 |

Elaboração: Diagonal, 2021.

### 7.3.3 Painel de propostas

Dentre as características técnicas dos Painéis Propositivos, as propostas elaboradas pelos participantes apresentam, em geral, suas principais demandas – muitas delas organizadas em caráter coletivo – e, embora algumas propostas sejam redundantes, seu lugar no painel representa o exercício democrático dos participantes em redigir e inserir sua proposta num espaço de construção coletiva, ainda que já tenha sido feita por outro participante.

O Quadro 30 apresenta o painel de Quebradas; o Quadro 31, de Marquês de Abrantes e Flexais; Quadro 32, de Bom Parto; e o Quadro 33, da Vila Saém.

**Quadro 30. Painel Propositivo, Quebradas**

| Educação | Segurança | Mobilidade | Saúde | Infraestrutura | Saneamento ambiental | Economia | Cultura, esporte e lazer | Meio ambiente |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Escolas (creches) | ▪ Tamponamento dos imóveis desocupados<br>▪ Criação de bases fixas para empresas de segurança próximas à comunidade | ▪ Transporte complementar Pontos de táxi e mototáxi cadastrados para o serviço | ▪ Posto de saúde<br>▪ Assistência médica na comunidade<br>▪ Agente de saúde | ▪ Aprimoramento das escadarias já existentes<br>▪ Asfalto, quebra-mola e sinalização | ▪ Contêiner<br>▪ Limpeza e higienização do bairro<br>▪ Entulhos (no Flexal)<br>▪ Educação ambiental | ▪ Casa lotérica | ▪ Quadra de esportes | ▪ Melhorias para a pesca |
| ▪ Reativação escolar<br>▪ Assistência técnica/educação<br>▪ Ampliação de escolas já existentes | ▪ Ronda do bairro (manhã+noite na volta do ônibus) | ▪ Ônibus para dentro do Flexal e Marquês de Abrantes | ▪ Assistência técnica médica<br>▪ Reabertura de posto de saúde<br>▪ Assistente médica mensalmente na comunidade<br>▪ Assistência farmacêutica pública | ▪ Aperfeiçoamento das escadrias já existentes<br>▪ Corrimão nas escadas | ▪ Saneamento e encanação nas barreiras | ▪ Pontos de comércio<br>▪ Pontos para vender produtos ou montar *stands* | ▪ Briquedos para crianças<br>▪ Mesa para dominó e dama<br>▪ Abertura de eventos de esporte, cultura e lazer | ▪ Dedetização |
| ▪ Creche<br>▪ Criação de nova escola | ▪ Necessidade de criação de base fixa do serviço de segurança contratado pela empresa em pontos estratégicos. Ex: Praça de Bebedouro, Parque da Lagoa, Estação de Trem em Bebedouro | ▪ VLT | ▪ Médico da família<br>▪ Posto de saúde<br>▪ Distribuição dos equipamentos | ▪ Melhorias nas barreiras<br>▪ Contenção nas barreiras (muro de arrimo) | ▪ Contêiners no bairro/comunidade<br>▪ Coleta seletiva | ▪ Supermercados<br>▪ Mercadinhos<br>▪ Panificação | ▪ Lazer nas praças | ▪ Barracão para pesca no Flexal |
| ▪ Volta dos 3 colégios (Rosalvo, Bom Conselho, Alberto Torres)<br>▪ Creche<br>▪ Escola esportiva<br>▪ Melhorar a estrutura dos colégios existentes (Guedes e Freitas) | ▪ Novos agentes de segurança<br>▪ Iluminação em LED<br>▪ Tamponamento de todas as residências dos Flexais (melhoria na segurança)<br>▪ PMBox no bairro | ▪ Aumentar a frequência dos ônibus no horário da manhã | ▪ Agente comunitária<br>▪ Unidades de Saúde<br>▪ UBS | ▪ Escadarias com corrimão | ▪ Contêiner de lixo na entrada<br>▪ Cestos de lixo pela comunidade<br>▪ Coleta de Lixo na comunidade | ▪ Mercado de peixe | ▪ Melhoria para lazer do bairro<br>▪ Quadra de areia<br>▪ Campo sintético ao lado co campo Torreão (Arena Chã de Bebedouro) | ▪ Serviço de cadastro dos animais<br>▪ Assistência veterinária<br>▪ Castração<br>▪ Cuidados básicos |
| ▪ Escola de educação básica | ▪ Iluminação<br>▪ Criação de postos de vigilantes<br>▪ Apoio ostensivo dos poderes de segurança pública<br>▪ Sistema de videomonitoramento | ▪ Praça do Flexal de Baixo - ponto de ônibus (terminal) | | ▪ Muro de arrimo<br>▪ Corrimão de PVC e cimento<br>▪ Melhoria e ampliação das escadarias com acessibilidade | ▪ Contêiner de lixo<br>▪ Coleta seletiva | ▪ Farmácias | ▪ Valorização das festividades do bairro<br>▪ Carnaval, São João, Natal, Ano Novo<br>▪ Coco-de-roda, quadrilha, apresentações culturais | ▪ Criação de uma orla lagunar<br>▪ Mercado pesqueiro<br>▪ Adição de árvores em áreas desocupadas |
| | ▪ Ronda do bairro<br>▪ Câmera de videomonitoramento<br>▪ Fechamento dos imóveis desocupados pela realocação<br>▪ Agentes comunitários | ▪ Mais ônibus e VLT | | ▪ Muro de arrimo | ▪ Esgoto | ▪ Feirinha<br>- Cadastrar moradores da comunidade<br>- Barracas<br>- Ajudar nos produtos | ▪ Criação de praças dinâmicas dentro da comunidade, em espaços vazios já existentes, com balanços, mesas e *playground* | |
| | ▪ Ronda noturna<br>▪ Policiamento | ▪ Novos pontos de ônibus<br>▪ Abertura de pontos de mobilidade: mototáxi e táxi<br>▪ Revitalização do serviço do VLT<br>▪ Transporte complementar<br>▪ Readaptação do transporte público | | ▪ Quebra-mola na Rua Nossa Senhora da Conceição | | ▪ Mão de obra local para serviços e trabalhos na comunidade | ▪ Adição de barras fixas para prática de esporte<br>▪ Academia social para população (p/ uma qualidade de vida melhor)<br>▪ Criação de competições de esporte no bairro<br>▪ Criação de projetos sociais | |

| Educação | Segurança | Mobilidade | Saúde | Infraestrutura | Saneamento ambiental | Economia | Cultura, esporte e lazer | Meio ambiente |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | ▪ Volta dos ônibus das linhas:<br>- Rosane/Centro via Bebedouro (064)<br>- Rio Novo/Centro via - Bebedouro (059)<br>- Osman L./Centro via Bebedouro (071) | | ▪ Faixa de pedestre na Oswaldo Cruz (em frente ao ponto de ônibus)<br>▪ Lombada na Rua Nossa Senhora da Conceição | | ▪ Abertura de pontos comerciais e dinâmicas socioeconômicas em pontos estratégicos<br>▪ Abertura de galerias comerciais<br>▪ Nova feira de Bebedouro<br>▪ Abertura de um novo mercado público | ▪ Área de lazer infantil<br>▪ Espaços para práticas esportivas | |
| | | | | ▪ Qubra-mola<br>▪ Semáforo<br>▪ Iluminação | | ▪ Comércio e serviços<br>▪ Abertura de pontos comerciais<br>▪ Lotéricas | ▪ Academia nas praças | |
| | | | | ▪ Iluminação pública no geral | | ▪ Comércio popular<br>▪ Feira popular<br>▪ Casa lotérica/ Banco<br>▪ Cartório<br>▪ Emprego e renda | ▪ Quadra de esportes | |
| | | | | | | ▪ Açougue<br>▪ Panificação<br>▪ Farmácias<br>▪ Cartórios | ▪ Quadra esportiva<br>▪ Volta da praça<br>▪ Lazer<br>▪ Volta da cultura, como coco-de-roda, *shows*, brinquedos nas praças (parques)<br>▪ Igrejas | |
| | | | | | | ▪ Mais comércios<br>▪ Lotéricas<br>▪ Feiras | | |

Elaboração: Diagonal, 2021.

**Quadro 31. Painel propositivo, Marquês de Abrantes e Flexais**

| Realocação |
|---|
| Realocação já! |
| Mesmo plano de compensação igual aos outros bairros |
| Acompanhamento na contratação do novo imóvel para evitar abusos do mercado |
| Facilitação da documentação das casas como foi feito no bairro do Mutange |
| Cadastro de todos os animais domésticos ou de rua preventivamente antes do processo de selagem |
| Acompanhamento da Secretaria de Educação para garantir as vagas dos alunos realocados no sistema municipal de ensino |
| Retirada de toda Marquês de Abrantes e suas ramificações se limitando às cabeceiras das ladeiras da Chã da Jaqueira e do Luiz Pedro |
| Assistência médica para pessoas que precisarem durante o período da realocação |

Elaboração: Diagonal, 2021.

**Quadro 32. Painel propositivo, Bom Parto**

| Educação | Segurança | Mobilidade | Saúde | Infraestrutura | Saneamento ambiental | Economia | Meio ambiente | Assistência social | Realocação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ▪ Escola próxima ou na comunidade o mais rápido | ▪ Polícia no bairro na Rua São Francisco | ▪ Ônibus para a rua São Francisco | ▪ Saúde Já! Fora Dra. * | ▪ Recapeamento | ▪ Limpeza dos canais<br>▪ Limpeza dos "valetões" | ▪ Trabalho para os carroceiros, já! | ▪ Controle de zoonoses | ▪ Cestas básicas para um mês, enquanto não se define a situação dos moradores | ▪ Realocação da rua São Francisco até a Rua das Carroças |
| | ▪ Polícia e GPS | ▪ Volta dos ônibus | ▪ Posto de saúde | ▪ Reestabelecimento da iluminação pública<br>▪ Iluminação de LED<br>▪ Iluminação na rua São Francisco | ▪ Limpeza dos esgotos da rua São Francisco | ▪ Renda para os comerciantes que faliram | ▪ Dedetização na Rua São Francisco | | ▪ Realocação já do Bom Parto todo |
| | ▪ Ronda no bairro | | ▪ Equipe médica | | ▪ Água limpa | ▪ Auxílio para os moradores que tiveram seu comércio afetado | ▪ Equipe para limpeza do bairro | | ▪ Visita da Junta Técnica em toda a comunidade |
| | ▪ Uma equipe de segurança | | ▪ Saúde: PSF e ações | | | | ▪ Limpeza e retirada dos entulhos | | ▪ Agilidade nos estudos da JT |
| | | | ▪ Acompanhamento psicológico | | | | | | |

Elaboração: Diagonal, 2021.
Nota: (*) Nome da profissional foi suprimido deste relatório.

**Quadro 33. Painel propositivo, Vila Saém**

| Educação | Segurança | Mobilidade | Saúde | Infraestrutura | Economia | Cultura, esporte e lazer | Meio ambiente | Realocação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ▪ Creches | ▪ Posto policial na comunidade | ▪ Retomada do serviço de transporte público | ▪ Posto de saúde | ▪ Acelerar o processo do eixo CEPA | ▪ Reparação dos danos econômicos causados aos empreendimentos da localidade | ▪ Atividades de lazer, esporte e cultura | ▪ Novo estudo da CPRM assegurando a estabilidade do solo das bordas | ▪ Realocação das famílias remanescentes da Rua Santa Luzia |
| ▪ Escolas | ▪ Mais segurança na comunidade e no entorno | ▪ Inclusão da vila Saém nas rotas dos ônibus: "colocar ônibus no bairro" | ▪ Serviços de saúde mental | | ▪ Auxílio financeiro para os comerciantes | ▪ Espaços para realização de cursos | ▪ Limpeza das ruas (varrição) | ▪ Realocação de empreendimentos fortemente impactados pela desocupação |
| | | | | | ▪ Isenção de IPTU sobre os imóveis da localidade | ▪ Demolição das casas desocupadas da Rua Santa Luzia e construção de uma área de lazer, com vista para Lagoa Mundaú | ▪ Limpeza das praças do entorno | |
| | | | | | ▪ Consultoria para microempreendedores | ▪ Construção de uma capela para retomada das atividades religiosas | ▪ *Outdoors* informando as ações da Braskem para recuperação ecológica (ambiental) | |

Elaboração: Diagonal, 2021.

Como um exercício reflexivo para o *design* de soluções para os problemas identificados na leitura comunitária, os painéis propositivos também fornecem um panorama acerca do processo de mobilização comunitária em relação às possíveis soluções para a realidade de seu cotidiano.

O painel elaborado pelos moradores da Quebrada, Bom Parto e Vila Saém, por exemplo, foi constituído por uma variedade de soluções indicadas pelos participantes, abrangendo temas que envolvem equipamentos, serviços públicos, mobilidade, economia etc. A diversidade é indicativa dos vários efeitos percebidos a partir da desocupação, mas, também, confere a possibilidade de observar que, pela perspectiva dos participantes, os caminhos abertos para o diálogo permitem pensar em um conjunto de medidas. Diferentemente, as propostas elaboradas nos grupos focais da Marquês de Abrantes e Flexal ficaram centradas na realocação como única alternativa para as famílias que ainda residem na área. Embora tenha havido debates sobre outras necessidades, principalmente as de caráter imediato, a escolha dos participantes foi por indicar apenas questões sobre a realocação, com redação semelhante nos dois eventos (23 e 25/09), o que indica uma mobilização organizada em função de uma pauta singular.

Para a comunidade, a desocupação foi responsável por um conjunto de circunstâncias adversas, com destaque para a realocação de equipamentos públicos, mobilidade e perda de dinamismo econômico local. Embora as adversidades sejam consideradas como um problema coletivo, os painéis mostram que há indivíduos com percepções distintas em relação às possíveis soluções para as circunstâncias percebidas.

Nas Quebradas, Bom Parto e Vila Saém, por exemplo, a discussão acerca dos principais impactos da desocupação na comunidade resultou em propostas diversificadas, visando a mitigação dos efeitos ou a melhoria de condições preexistentes, tendo como referência o fato de não estarem em área com risco geológico – as reivindicações de realocação envolvem, na visão dos participantes, “ajustes” no mapa em áreas pontuais. Já nos Flexais e na Marquês de Abrantes, em função da demanda por realocação, os participantes das discussões não trouxeram abordagem dos problemas relacionados à desocupação numa perspectiva propositiva. A única alternativa apresentada para os impactos da desocupação foi a realocação, nos moldes do PCF, para todo o perímetro da comunidade. Em relação a este processo verificou-se, inclusive, a participação de atores não residentes, aparentemente em decorrência da pauta da realocação.

O conjunto de elementos trazidos pelo processo de Leitura Comunitária realizado constitui um componente fundamental do diagnóstico aqui apresentado. Pelo seu caráter transversal os elementos coletados foram objeto de análise pelos especialistas dos diversos temas e - como pretendido - trouxeram elementos importantes tanto sobre a leitura comunitária dos impactos, quanto sobre medidas consideradas relevantes para mitigação/ compensação dos impactos relatados.

## 7.4 Escuta Pública

### 7.4.1 Objetivos e dinâmica

A Escuta Pública do Diagnóstico Técnico-Participativo teve como objetivos:

- apresentar os resultados do Diagnóstico Técnico-Participativo, incluindo as propostas de linhas de ação para compensação sociourbanística, para apreciação da sociedade; e
- receber comentários, críticas e sugestões sobre o estudo e as linhas de ação propostas, a fim de subsidiar a definição futura – pelas partes do Acordo e pela Prefeitura, com participação da população – dos projetos que deverão integrar o Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS).

O ato formal e público de escuta foi realizado nos dias 07, 14, 21 e 28 de março de 2023, no Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (Cepa) - Ginásio do CDR, localizado na Avenida Fernandes Lima, s/n, Maceió-AL, com transmissão simultânea na Escola Municipal Jaime Amorim Miranda, localizada na Av. Belmiro Amorim, 760 - Tabuleiro dos Martins, Maceió-AL. O evento também foi transmitido ao vivo por videoconferência no YouTube, com link de acesso divulgado no site www.maisdialogos.com.

O Quadro 34 mostra os eixos temáticos apresentados em cada dia de Escuta Pública:

**Quadro 34: Eixos temáticos abordados na Escuta Pública**

| Dia | Eixo temático |
|---|---|
| 07 de março | Eixo 1 - Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades<br>▪ Assistência social<br>▪ Educação<br>▪ Saúde<br>▪ Segurança<br>▪ Públicos prioritários (primeira infância, juventude e pessoas idosas) |
| 14 de março | Eixo 2 - Atividade Econômica, Trabalho e Renda<br>▪ Economia, trabalho e renda<br>▪ Atividade pesqueira |
| 21 de março | Eixo 3 - Qualificação Urbana e Ambiental<br>▪ Planejamento urbano, habitação e dinâmica imobiliária<br>▪ Meio ambiente urbano<br>▪ Saneamento<br>▪ Espaços públicos e desenho urbano<br>▪ Mobilidade urbana e centralidades |
| 28 de março | Eixo 4 - Preservação da Cultura e Memória<br>▪ Patrimônio cultural e paisagem<br>▪ Identidade e cultura |

Elaboração: Diagonal, 2021.

As inscrições para participação presencial foram realizadas por telefone ou formulário digital disponível no site www.maisdialogos.com, a partir das 14:00 do dia 14 de fevereiro até o dia de cada Escuta, podendo ser realizada também de modo presencial na entrada do evento.

A Escuta Pública seguiu a seguinte programação em cada uma das datas previstas (Quadro 35):

**Quadro 35: Programação da Escuta Pública**

| Hora | Item | Duração |
|---|---|---|
| 17:30 | Recepção dos inscritos para participação presencial e credenciamento | 30 minutos |
| 18:00 | Abertura e boas-vindas | 05 minutos |
| 18:05 | Apresentação da programação do evento | 05 minutos |
| 18:10 | Apresentação dos objetivos e das etapas do Plano de Ações Sociourbanísticas - PAS | 10 minutos |
| 18:20 | Apresentação do Diagnóstico Técnico-Participativo referente ao Eixo em destaque | 40 minutos |
| 19:00 | Rodada de perguntas | 120 minutos |
| 21:00 | Respostas e esclarecimentos às perguntas ou propostas | 45 minutos |
| 21:45 | Encaminhamentos finais, próximas etapas e agradecimentos | 15 minutos |
| 22:00 | Encerramento | |

Elaboração: Diagonal, 2021.

Como previsto no edital de chamamento, durante a rodada de perguntas presenciais, foi permitido o uso da palavra pelos participantes presentes no CEPA, sendo concedidos até três minutos para cada interessado apresentar comentários, dúvidas ou sugestões, observada a ordem de inscrição para fala.

Os participantes, incluindo aqueles na Sala de Transmissão Simultânea e que acompanhavam a Escuta Pública no YouTube, também tinham a opção de enviar questões por escrito, via aplicativo de mensagens (WhatsApp), no número de telefone divulgado durante a transmissão do evento e exibido no banner instalado no local e, também, com apoio de moderadores dedicados a auxiliar os presentes na inscrição para intervenção oral ou escrita.

As questões foram agrupadas por blocos, para serem lidas pela Secretaria Geral e posteriormente respondidas pelos especialistas presentes na mesa. Comentários, dúvidas e sugestões relativas a eixos temáticos do Diagnóstico que ainda seriam apresentados nos próximos dias de Escuta Pública foram registrados para serem abordados na data prevista. Já as questões não pertinentes ao escopo do PAS foram registradas e, como esclareceu o Presidente da Mesa, serão remetidas aos seus responsáveis.

A Escuta Pública envolveu, além do ato formal e público de escuta descrito acima, a disponibilização de formulários digitais, entre 11 de fevereiro e 12 de abril de 2023, no site www.maisdialogos.com, para:

- comentar sobre o Diagnóstico Técnico-Participativo e/ou Documentos Técnicos Complementares, sendo possível indicar um capítulo e página específica aos quais o comentário se refere;

- opinar sobre as linhas de ação apresentadas neste mesmo Diagnóstico, atribuindo uma nota à importância da linha de ação proposta; e
- apresentar novas propostas de linhas de ação para o PAS, sendo possível especificar um local de implantação e/ou público beneficiário.

### 7.4.2 Mobilização e público participante

A fim de promover maior participação popular no processo de elaboração do Plano de Ações Sociourbanísticas, foram desenvolvidas as seguintes ações de divulgação da Escuta Pública e suas ferramentas digitais de contribuição:

- Divulgação no site www.maisdialogos.com, onde foram disponibilizados inclusive os documentos de referência;
- Divulgação em plataformas impressas e digitais;
- Divulgação em emissoras de rádio com abrangência em todo o Município de Maceió;
- Divulgação via mídia volante reproduzida em motos de som nos bairros do entorno da área desocupada, bem como os principais bairros de destino da população realocada;
- Divulgação nas redes sociais (WhatsApp) de um vídeo apresentando sobre o contexto de realização da Escuta Pública, encaminhadas às lideranças comunitárias mapeadas ao longo do desenvolvimento dos estudos;
- Envio de carta-convite a entidades;
- Disponibilização de canal telefônico para apoio às inscrições e atendimento ao público interessado;
- Contato ativo com inscritos, incluindo aqueles que haviam realizado inscrição para a Escuta Pública agendada para os dias 23 e 24 de fevereiro de 2022 e adiada por solicitação da Prefeitura;
- Mobilização de lideranças comunitárias dos bairros Vila Saém, Bom Parto, Quebrada, Flexais e Benedito Bentes por meio de visitas e contatos telefônicos, para consulta sobre possíveis entraves à participação e definição de novas ações de mobilização;
- Mobilização nos terminais de ônibus.

Um total de 254 pessoas compareceram a pelo menos um dia de Escuta Pública. A Tabela 128 apresenta o número de participantes por modalidade e dia de evento, enquanto a Tabela 129 e a Figura 335 mostram a distribuição dos participantes por bairro e segmento, respectivamente.

**Tabela 128. Número de participantes na Escuta Pública, por modalidade e por dia**

| Modalidade de participação | Eixo 1 | Eixo 2 | Eixo 3 | Eixo 4 |
|---|---|---|---|---|
| Presentes no CEPA | 95 | 103 | 106 | 93 |
| Presentes na Sala de Transmissão Simultânea | - | - | - | - |
| Transmissão ao vivo no YouTube | 61 | 60 | 64 | 51 |
| Total de visualizações no YouTube* | 204 | 796 | 595 | 525 |

Elaboração: Diagonal, 2023. *Dado de agosto/2023

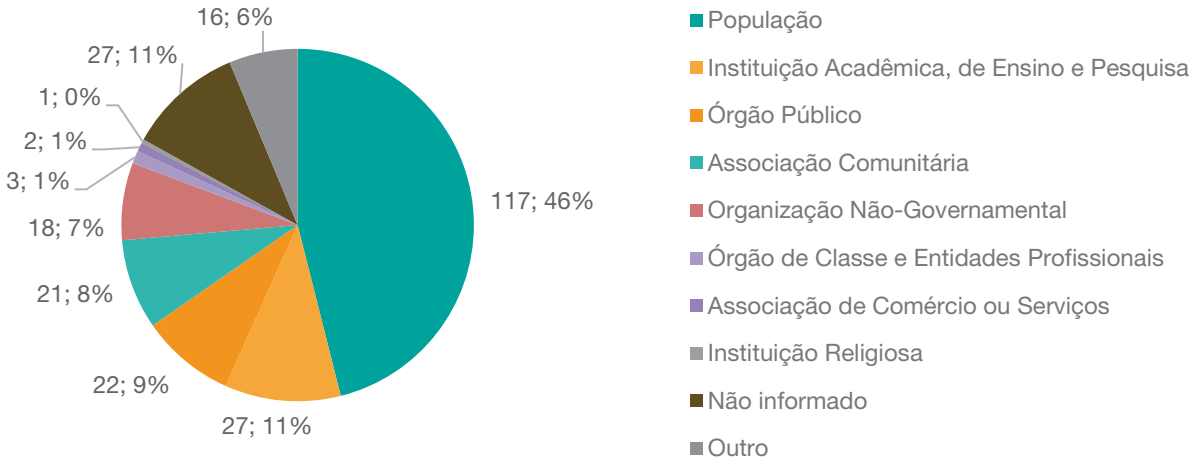
**Tabela 129. Número de participantes por bairro**

| Bairro | Número de participantes | % |
|---|---|---|
| Bebedouro | 31 | 12% |
| Pinheiro | 30 | 12% |
| Farol | 26 | 10% |
| Benedito Bentes | 18 | 7% |
| Jatiúca | 14 | 6% |
| Ponta Verde | 12 | 5% |
| Flexal | 9 | 4% |
| Cidade Universitária | 9 | 4% |
| Bom Parto | 8 | 3% |
| Gruta de Lourdes | 8 | 3% |
| Tabuleiro dos Martins | 7 | 3% |
| Serraria | 6 | 2% |
| Mutange | 6 | 2% |
| Outro | 5 | 2% |
| Feitosa | 5 | 2% |
| Chã de Bebedouro/ Quebrada | 5 | 2% |
| Pitanguinha | 4 | 2% |
| Poço | 4 | 2% |
| Jardim Petrópolis | 4 | 2% |
| Não informado | 4 | 2% |
| Petrópolis | 4 | 2% |
| Clima Bom | 3 | 1% |
| Jaraguá | 3 | 1% |
| Mangabeiras | 3 | 1% |
| Chã de Bebedouro | 3 | 1% |
| Prado | 2 | 1% |
| Barro Duro | 2 | 1% |
| Jacintinho | 2 | 1% |
| Ponta Grossa | 2 | 1% |
| Ponta da Terra | 2 | 1% |
| Santa Lúcia | 1 | 0,4% |
| Graciliano | 1 | 0,4% |
| São Jorge | 1 | 0,4% |
| Antares | 1 | 0,4% |
| Jardim Alagoas | 1 | 0,4% |
| Pajuçara | 1 | 0,4% |
| Santos Dumont | 1 | 0,4% |

| Bairro | Número de participantes | % |
|---|---|---|
| Fernão Velho | 1 | 0,4% |
| Chã da Jaqueira | 1 | 0,4% |
| Chã de Jaqueira | 1 | 0,4% |
| Trapiche da Barra | 1 | 0,4% |
| Riacho Doce | 1 | 0,4% |
| Salvador Lyra | 1 | 0,4% |
| Total | 254 | 100% |

Elaboração: Diagonal, 2023.

**Figura 335. Participantes por segmento**




Elaboração: Diagonal, 2023.

### 7.4.3 Síntese das contribuições recebidas e encaminhamentos

Durante o processo de realização da Escuta Pública, incluindo o ato formal e público de escuta e o período de envio de contribuições via formulário digital, foram criadas diferentes modalidades de participação da sociedade, para receber comentários, dúvidas e propostas relacionadas ao Diagnóstico Técnico-Participativo e potenciais linhas de ação.

Um total de 44 pessoas fizeram uso da palavra ao longo dos 4 dias de ato formal e público de escuta e 8 enviaram perguntas por escrito. A Tabela 130 apresenta os resultados por dia.

**Tabela 130. Número de pessoas que se manifestaram e número de intervenções ou contribuições registradas em cada dia de Escuta Pública**

| Formas de manifestação | Dia 07/03 | Dia 14/03 | Dia 21/03 | Dia 28/03 | Total* |
|---|---|---|---|---|---|
| Intervenções orais | 12 | 13 | 17 | 25 | 44 |
| Perguntas por escrito | 2 | 6 | 1 | - | 8 |

* Total de pessoas que se manifestaram nos quatro dias de Escuta Pública, sem repetição.

Durante o ato formal e público de escuta, membros de instituições acadêmicas, de ensino e pesquisa apresentaram solicitações de dados que foram utilizados na elaboração dos estudos. Parte das solicitações foram feitas por meio de dois memorandos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) entregues à mesa, sendo um direcionado à Diagonal e outro à Braskem. Os documentos foram lidos durante o evento pela Secretaria Geral e o conteúdo consta na íntegra na gravação em vídeo e transcrição dos eventos. O memorando direcionado à Braskem foi encaminhado à empresa em data subsequente ao evento.

Entre 11 de fevereiro e 12 de abril, período em que foram disponibilizados, no site www.maisdialogos.com, os formulários digitais para contribuições, recebeu-se um total de 38 respostas, sendo 02 de opinião sobre as propostas de linhas de ação apresentadas, e 36[150] com demandas e/ou propostas para o PAS. Além dos formulários preenchidos, a Diagonal recebeu, via ofício enviado pelo MPF, um documento de análise crítica do Diagnóstico Técnico-Participativo elaborado por membros da academia e associações locais.

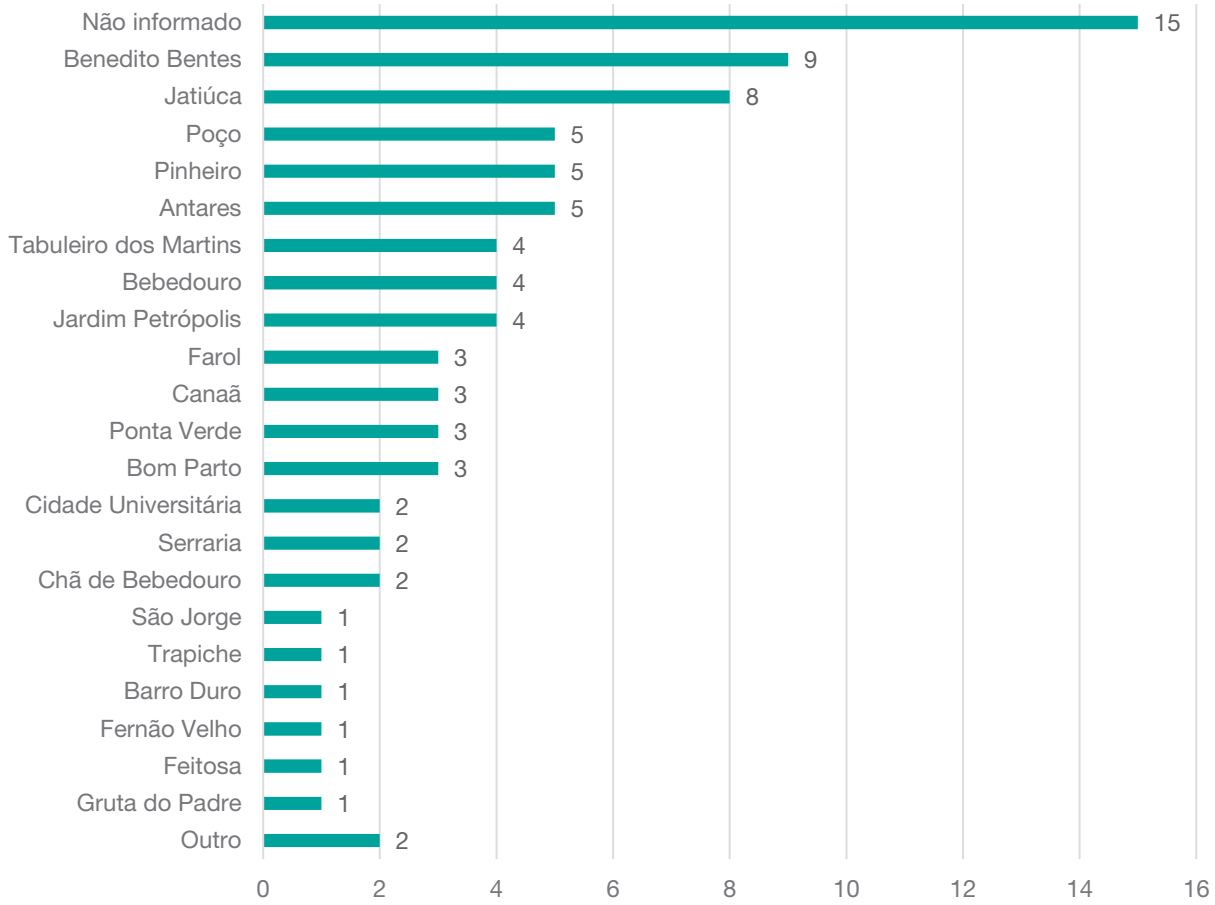
Ao longo do processo de Escuta Pública, incluindo as intervenções realizadas no ato formal e público de escuta e o período de contribuições via formulários digitais, um total de 80 pessoas apresentaram comentários, críticas, dúvidas ou demandas em relação ao Diagnóstico Técnico-Participativo e/ou às linhas de ação para compensação sociourbanística.

A Figura 336 apresenta uma análise de pessoas que se manifestaram ao longo da Escuta, por bairro. Cabe esclarecer que o preenchimento do bairro de residência era obrigatório no envio de formulários digitais, opcional nas inscrições para uso da palavra durante o ato de Escuta Pública e não foi solicitado no envio de perguntas por escrito[151].

Já a Figura 337 apresenta uma análise de pessoas que se manifestaram, por segmento. O preenchimento do segmento era opcional nas inscrições para uso da palavra e no envio de perguntas por escrito durante o ato de Escuta Pública, e não foi solicitado nos formulários digitais[152].

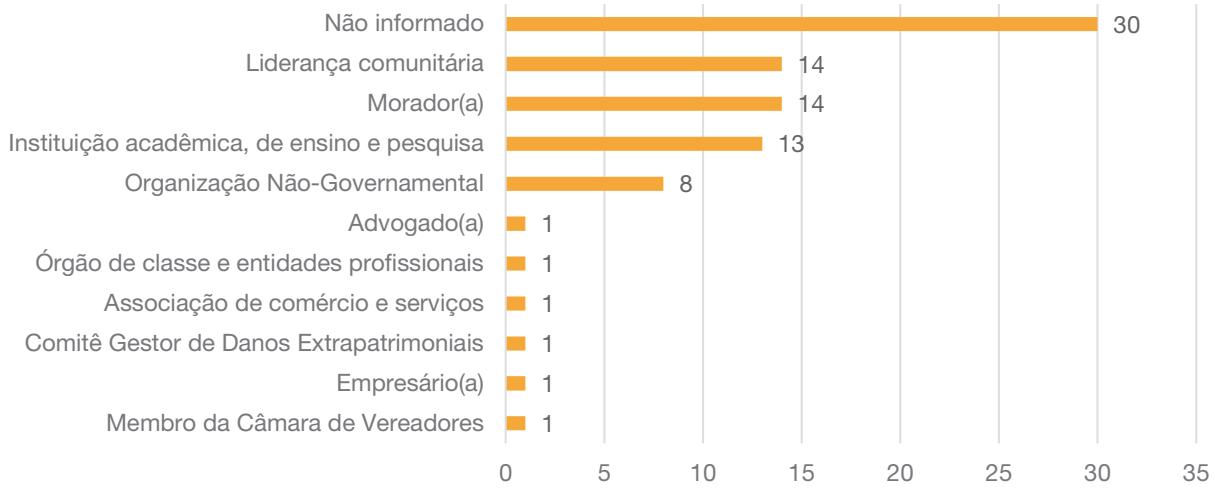
[150] Das 36 novas propostas de linhas de ação, 01 foi enviada utilizando o formulário de comentários sobre o Diagnóstico e 01 foi enviada com o campo de descrição da proposta em branco, mas demais campos preenchidos (tema, proposta de território de implantação e público-alvo, além dos dados pessoais).
[151] Quando tal informação não foi fornecida espontaneamente, adotou-se como procedimento considerar o bairro de residência informado pelo participante em outro instrumental de participação, quando disponível.
[152] Quando tal informação não foi fornecida espontaneamente, adotou-se como procedimento considerar o bairro de residência informado pelo participante em outro instrumental de participação, quando disponível.

**Figura 336. Número de pessoas que se manifestaram ao longo do processo de Escuta Pública, por bairro**




Elaboração: Diagonal, 2023.

**Figura 337. Número de pessoas que se manifestaram ao longo do processo de Escuta Pública, por segmento**




Elaboração: Diagonal, 2023.

As intervenções e contribuições apresentadas ao longo do processo de Escuta Pública, seja no ato formal e público de escuta, seja nos formulários digitais ou no documento recebido, foram reunidas em uma única base e categorizadas por tema, para definir encaminhamentos em relação ao Diagnóstico Técnico-Participativo e potenciais linhas de ação, além de organizar as questões que são objeto de outras tratativas. A seguir apresentam-se os questionamentos e propostas recebidas, de forma resumida.

### Questões relacionadas aos estudos realizados

Além das considerações acerca dos resultados dos estudos, houve questionamentos sobre a metodologia empregada. Os comentários, críticas e dúvidas sobre a metodologia do Diagnóstico Técnico-Participativo relacionam-se principalmente aos dados utilizados, ao conceito de Núcleos Focais apresentado e à abordagem de problemas pré-existentes na análise dos impactos das realocações e proposição de linhas de ação. Com relação especificamente ao processo participativo, foram registrados questionamentos sobre os grupos focais e a pesquisa quantitativa.

Além disso, alguns manifestaram-se em relação à linguagem adotada nos estudos, que consideram pouco acessível ao público em geral, e outros questionaram o uso de termos específicos.

O Quadro 36 apresenta um resumo das principais questões relacionadas aos estudos realizados registradas nesta etapa de Escuta Pública. As questões foram classificadas e analisadas uma a uma a fim de identificar a necessidade de eventuais alterações ou complementações ao conteúdo no Diagnóstico Técnico-Participativo. As críticas e considerações relativas ao escopo do Diagnóstico foram incorporadas a esta versão do Diagnóstico Pós Escuta Pública.

**Quadro 36. Quadro-analítico das questões relacionadas ao Diagnóstico Técnico-Participativo apresentado**

| Temas gerais | Questões abordadas |
|---|---|
| Metodologia dos estudos | ▪ Questionamentos relacionados aos dados utilizados nos estudos.<br>▪ Comentários e dúvidas sobre o conceito de Núcleos Focais.<br>▪ Crítica à abordagem de problemas pré-existentes na análise dos impactos das realocações e proposição de linhas de ação.<br>▪ Dúvidas em relação aos dados sobre a população realocada. |
| Processo participativo | ▪ Questionamentos em relação à metodologia adotada na realização dos grupos focais.<br>▪ Questionamentos relativos à pesquisa volante. |
| Linguagem adotada | ▪ Críticas à linguagem técnica adotada nos estudos, considerada pouco acessível ao público em geral.<br>▪ Críticas ao uso de termos específicos. |
| Eixo 1 – Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades | ▪ Intervenções sobre a necessidade enfrentar impactos em saúde e educação, entre outras políticas públicas, em especial nos bairros que receberam um maior volume de população realocada.<br>▪ Perguntas relacionadas ao impacto sobre a saúde mental. |
| Eixo 2 – Atividade econômica, trabalho e renda | ▪ Questionamentos relacionados ao impacto sobre:<br>- empresas realocadas, seus funcionários e sua cadeia produtiva;<br>- comerciantes informais;<br>- atividade econômica na região do entorno da área desocupada; e<br>- população realocada que se mudou para locais distantes dos seus locais de trabalho e/ou estudo.<br>▪ Questionamentos relacionados aos impactos na atividade pesqueira. |
| Eixo 3 – Qualificação Urbana e Ambiental | ▪ Questionamentos sobre os impactos no mercado imobiliário.<br>▪ Questionamentos sobre dados e informações específicas aos estudos no tema do planejamento urbano e da mobilidade, incluindo aspectos metodológicos. |
| Eixo 4 – Preservação da Cultura e Memória | ▪ Questionamentos relativos à abrangência do estudo sobre o patrimônio material e imaterial.<br>▪ Questionamentos acerca da abordagem metodológica do tema e conceitos adotados.<br>▪ Questionamento sobre os critérios utilizados para definição das edificações objeto de proteção histórica e cultural.<br>▪ Comentários sobre o patrimônio existente, reforçando a importância da preservação da cultura e da memória. |

### Intervenções, propostas ou demandas relacionadas a linhas de ação

O Quadro 37 consiste em um resumo das principais demandas apresentadas, por eixo temático. As demandas foram analisadas detalhadamente para a revisão das linhas de ação propostas na versão preliminar do Diagnóstico Técnico-Participativo para consolidação da versão pós Escuta Pública. A análise das demandas foi baseada nas seguintes categorias:

- demanda parcial ou integralmente contemplada nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública;
- demanda a ser incorporada a linhas de ação existentes, mediante adequação de escopo e/ou detalhamento do projeto;
- demanda ou proposta de novas linhas de ação;
- demanda relacionada aos temas estudados, mas que diverge das análises técnicas realizadas e/ou não corresponde aos objetivos do PAS; e
- demanda atendida em outras tratativas e, portanto, não incorporadas ao PAS.

**Quadro 37. Quadro-analítico dos comentários, propostas ou demandas de linhas de ação, por eixo temático**

| Eixo 1 -– Políticas Sociais e Redução de Vulnerabilidades | | |
|---|---|---|
| Questões abordadas | Análise | Linhas de ação relacionadas/ Novas linhas de ação/ Justificativa para a não incorporação da demanda |
| Intervenções sobre a necessidade enfrentar impactos em saúde e educação, entre outras políticas públicas, em especial nos bairros que receberam um maior volume de população realocada. | Intervenções contempladas em várias linhas de ação. | Linhas de ação relacionadas:<br>▪ Linhas de ação nas áreas de saúde e educação, voltadas à qualificação de atendimento no NF3 principalmente. |
| Intervenções sobre importância do atendimento prioritário de crianças e adolescentes e demanda por investimento em educação. | Intervenções contempladas em várias linhas de ação. | Linhas de ação relacionadas:<br>▪ Linhas de ação nas áreas de educação, primeira infância e juventudes. |
| Demanda por melhoria do atendimento em Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento e redução do tempo de realização de exames, incluindo propostas de investimento em equipamentos, ampliação das equipes e capacitação dos profissionais da saúde. | Demandas ou propostas parcial ou integralmente contempladas nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linhas de ação relacionadas:<br>▪ Obras e ações de construção, e/ou ampliação e/ou reforma para qualificação dos atendimentos de Unidades Básicas de Saúde (UBS) priorizadas, no NF2 e NF3<br>▪ Desenvolvimento de Plano de Capacitação da equipe da Atenção Básica.<br><br>Não se propõe a ampliação das equipes de saúde, pois esta é uma decisão que compete à Prefeitura, já que implica em aumento de gastos públicos no futuro. |
| Demanda por serviços de assistência psicológica para os afetados. | Demanda ou proposta contemplada nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linha de ação relacionadas:<br>▪ Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial do município. |
| Propostas de construção de creches. | Demandas ou propostas integral ou parcialmente contempladas nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linha de ação relacionadas:<br>▪ Implantação de creches novas no NF2 e NF3.<br><br>Há propostas distintas em relação à abrangência da ação, incluindo uma proposta de implantação em todos os bairros de Maceió, algo a ser equalizado na etapa de validação dos projetos entre as Partes do Acordo. |
| Propostas de capacitação de professores. | Demanda ou proposta contemplada nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linhas de ação relacionadas:<br>▪ Formação e assessoria a professores e gestores escolares da rede pública com foco na elevação de indicadores educacionais.<br>▪ Ações de aperfeiçoamento técnico que permitam a composição de equipe multidisciplinar na temática de primeira infância nas redes de educação, assistência social e saúde. |

| Questões abordadas | Análise | Linhas de ação relacionadas/ Novas linhas de ação/ Justificativa para a não incorporação da demanda |
|---|---|---|
| Proposta de desenvolvimento de abordagens inovadoras em educação e uso de tecnologia nas escolas. | Demanda ou proposta contemplada nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linha de ação relacionada:<br>▪ Instalação de infraestrutura e metodologia educacional inovadora em escolas no NF2 e NF3. |
| Demandas por melhoria da rede socioassistencial. | Demandas ou propostas contempladas nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linha de ação relacionada:<br>▪ Execução de obras e ações de implantação e/ou qualificação de CRAS, inclusive para substituir o antigo CRAS Bebedouro.<br>▪ Implantação de um novo CREAS. |
| Preocupações em relação à segurança pública na área do entorno e demanda por policiamento ostensivo. | Demandas ou propostas parcial ou integralmente contempladas nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública | Linha de ação relacionada:<br>▪ Apoio à implantação e ao desenvolvimento em territórios vulneráveis de Maceió de programa do tipo COMPAZ, voltado à prevenção à violência, inclusão social e fortalecimento comunitário, com oferta de múltiplas alternativas de atendimento de políticas sociais, esportivas e culturais.<br>▪ Implantação de projeto de segurança comunitária do tipo Vizinhança Solidária.<br>▪ Doação à Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social – SMSCS/Guarda Municipal de Maceió – GMM e à Polícia Militar de viaturas e outros equipamentos de segurança urbana priorizados.<br><br>Há propostas distintas em relação à abrangência das ações, incluindo uma proposta de implantação em todos os bairros de Maceió, algo a ser equalizado na etapa de validação dos projetos entre as Partes do Acordo. |
| Demanda por serviços de apoio psicológico nas escolas. | Demanda ou proposta a ser incorporada a linhas de ação existentes, apresentadas na Escuta Pública, mediante adequação de escopo e/ou detalhamento do projeto. | Linhas de ação relacionadas, mediante adequação de escopo:<br>▪ Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial do município.<br>▪ Ações de desenvolvimento socioemocional com foco nos estudantes e educadores das escolas realocadas. |
| Demanda por ações que mitiguem o risco de suspensão de benefícios previdenciários de pessoas que foram realocadas, cujas entidades de referência também enfrentam dificuldades. | Demanda ou proposta de nova linha de ação. | Novas linhas de ação propostas:<br>▪ Ação de busca ativa na Rede SUAS para apoiar famílias que estão perdendo ou com risco de perder benefício pela realocação.<br>▪ Editais de apoio a projetos sociais de OSCs e associações realocadas. |
| Propostas de construção de novos postos de saúde. | Demanda ou proposta a ser incorporada a linhas de ação existentes, apresentadas na Escuta Pública, mediante adequação de escopo e/ou detalhamento do projeto. | Linhas de ação relacionadas, mediante adequação de escopo:<br>▪ Obras e ações de construção, e/ou ampliação e/ou reforma para qualificação dos atendimentos de Unidades Básicas de Saúde (UBS) priorizadas, no NF2 e NF3 |

| Questões abordadas | Análise | Linhas de ação relacionadas/ Novas linhas de ação/ Justificativa para a não incorporação da demanda |
|---|---|---|
| Proposta de construção de um hospital de alta complexidade. | Demanda se relaciona aos temas estudados, mas diverge das análises técnicas realizadas e/ou não corresponde aos objetivos do PAS. | Justificativa:<br>▪ Proposta não é convergente com os objetivos do PAS, porque não está direta ou indiretamente relacionada aos impactos das realocações, já que hospitais de alta complexidade pertencem ao nível terciário de atenção à saúde, que reúne as terapias e procedimentos de elevada especialização. Além disso, a construção de um hospital de alta complexidade é decisão que não pode ser tratada no âmbito municipal, pois é um equipamento que integra a rede estadual.<br>▪ A proposta do PAS para a melhoria dos serviços de saúde, é investir na qualificação e melhoria da rede existente e construção de UBS. |
| Proposta de promoção de campanhas específicas (de desbridamento de feridas). | Demanda se relaciona aos temas estudados, mas diverge das análises técnicas realizadas e/ou não corresponde aos objetivos do PAS. | Justificativa:<br>▪ Proposta não é convergente com os objetivos do PAS, pois não está direta ou indiretamente relacionada aos impactos das realocações. |
| Proposta de oferta de ensino integral nas escolas. | Demanda se relaciona aos temas estudados, mas diverge das análises técnicas realizadas e/ou não corresponde aos objetivos do PAS. | Justificativa:<br>▪ A proposta de oferta de ensino integral nas escolas refere-se a uma definição estrutural de política pública e que, inclusive, transcende a esfera do município, face à estrutura de financiamento da Educação.<br><br>Portanto, não é convergente com o escopo do PAS a criação de escolas de tempo integral, mas as ações de formação propostas seguem na direção da promoção da formação integral, seja na formação de professores nessa perspectiva, seja na ampliação de espaços de formação e desenvolvimento dos jovens. Ou seja, embora o PAS não preveja a construção de unidades de educação integral, que não existiam no território impactado, algumas ações propostas, enquanto medidas de compensação de natureza coletiva para públicos e territórios impactados, são convergentes com essa demanda e podem beneficiar unidades onde poder público determine e viabilize a ampliação do tempo. |
| Proposta de criação de um Instituto de Educação Especial. | Demanda se relaciona aos temas estudados, mas diverge das análises técnicas realizadas e/ou não corresponde aos objetivos do PAS. | Justificativa:<br>▪ A construção de um novo equipamento exclusivo para esta finalidade não é convergente com os objetivos do PAS, pois não está direta ou indiretamente relacionada aos impactos das realocações. Todavia, a priorização deste público pode ser recomendada em linhas de ação ou projetos definidos no âmbito do PAS. |
| **Eixo 2 – Atividade econômica, trabalho e renda** | | |
| Questões abordadas | Análise | Linhas de ação relacionadas/ Novas linhas de ação/ Justificativa para a não incorporação da demanda |
| Demanda por ações de trabalho e renda voltadas à população de NF3, incluindo a população que já residia nos bairros. | Demanda ou proposta contemplada nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linhas de ação relacionadas:<br>▪ Apoio a mercados, centros populares de compras e feiras.<br>▪ Apoio ao empreendedorismo.<br>▪ Ações de qualificação profissional e empregabilidade para inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos. |

| Questões abordadas | Análise | Linhas de ação relacionadas/ Novas linhas de ação/ Justificativa para a não incorporação da demanda |
|---|---|---|
| Proposta de se atrair novas empresas. | Demandas ou propostas contempladas nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linhas de ação relacionadas:<br>▪ Apoio a mercados, centros populares de compras e feiras.<br>▪ Apoio ao empreendedorismo.<br>▪ Ações voltadas à ampliação do acesso a crédito. |
| Ponto de atenção relacionado ao alto índice de analfabetismo e questionamento em relação à estratégia a ser adotada nas ações de qualificação profissional que alcancem este público específico. | Demanda ou proposta a ser incorporada a linhas de ação existentes, apresentadas na Escuta Pública, mediante adequação de escopo e/ou detalhamento do projeto. | Demanda a ser incorporada como diretriz para a linha de ação:<br>▪ Ações de qualificação profissional e empregabilidade para inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos. |
| Proposta de criação de uma casa de artesanato. | Demanda ou proposta a ser incorporada a linhas de ação existentes, apresentadas na Escuta Pública, mediante adequação de escopo e/ou detalhamento do projeto. | Proposta a ser incorporada na linha de ação:<br>▪ Apoio a mercados, centros populares de compras, incluindo Centro de Artesanato, e feiras. |
| Demanda por um centro de apoio aos pescadores. | Demanda ou proposta pertinente a outras tratativas. | ▪ Ação prevista no Termo de Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas Destinadas à Requalificação da Área do Flexal.<br>▪ Linha de ação referenciada, no âmbito do PAS:<br>▪ Ações de fortalecimento da atividade pesqueira na região impactada. |
| Questionamento acerca da proposta de linha de ação de apoio às cooperativas de reciclagem, considerando as responsabilidades da Braskem em relação à logística reversa na sua cadeia produtiva. | Questão respondida na Escuta Pública; nenhum encaminhamento necessário. | ▪ A proposta de ações de fortalecimento das cooperativas de catadores busca atender ao objetivo de criar alternativas de trabalho e renda. Tal proposta leva em consideração a presença de catadores de materiais recicláveis, nas regiões estudadas, trabalhando com condições limitadas, e também ressalta os benefícios da destinação adequada dos resíduos recicláveis para a melhoria das condições urbanas dos territórios. Tal ação não concorre com os programas de logística reversa de responsabilidade da Braskem. |
| Eixo 3 – Qualificação Urbana e Ambiental | | |
| Questões abordadas | Análise | Linhas de ação relacionadas/ Novas linhas de ação/ Justificativa para a não incorporação da demanda |
| Demanda por ações de urbanização e de oferta de moradia. | Demandas ou propostas parcialmente contempladas nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linhas de ação relacionadas:<br>▪ Qualificação da malha viária de centros de bairros no NF2 e NF3, privilegiando o pedestre, para consolidar rotas que interliguem os centros locais a equipamentos urbanos, praças e terminais de ônibus.<br>▪ Atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) do município de Maceió e formulação do Programa de Regularização Fundiária.<br><br>Obs: em que pese PLHIS e Regularização *tratem* de habitação, não “ofertam novas moradia”, no sentido da produção habitacional. |

| Questões abordadas | Análise | Linhas de ação relacionadas/ Novas linhas de ação/ Justificativa para a não incorporação da demanda |
|---|---|---|
| Demandas por áreas de lazer, incluindo a criação de novas praças. | Demandas ou propostas contempladas nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linhas de ação relacionadas:<br>▪ Requalificação e criação de praças e áreas ajardinadas em territórios onde existe maior densidade de famílias realocadas e menor oferta de espaços públicos de lazer, contemplação, prática de esportes e cultura.<br>▪ Implantação de projeto de recuperação matas ciliares e implantação de trilhas ecológicas, como espaço de lazer e suporte para atividades de educação ambiental para as comunidades do entorno de Áreas de Preservação Permanente (APP) nas cabeceiras dos riachos que cruzam o município (por destacar a importância do contato com a natureza). |
| Demandas por reabilitação urbana na área de entorno do NF1, com calçadão para exercícios físicos, mirante para a lagoa e área para comércios no Farol. | Demanda ou proposta a ser incorporada a linhas de ação existentes, apresentadas na Escuta Pública, mediante adequação de escopo e/ou detalhamento do projeto. | Proposta a ser incorporada à linha de ação:<br>▪ Implantação de melhorias urbanas para a criação de espaços públicos de convivência, de pequena escala, no entorno imediato do NF1. |
| Intervenções relacionadas a limitações no acesso a transporte público nos bairros afetados, questionamentos sobre menção ao Plano de Mobilidade e indicação de elaboração deste Plano no âmbito do PAS. | Demanda ou proposta de nova linha de ação. | Nova linha de ação proposta:<br>▪ Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Maceió. |
| Demanda por ações de combate aos alagamentos em Chã da Jaqueira. | Demanda se relaciona aos temas estudados, mas diverge das análises técnicas realizadas e/ou não corresponde aos objetivos do PAS. | Justificativa:<br>▪ Não atende aos objetivos do PAS e não está diretamente relacionado aos impactos das realocações. |
| **Eixo 4 – Preservação da Cultura e Memória** | | |
| Questões abordadas | Análise | Linhas de ação relacionadas/ Novas linhas de ação/ Justificativa para a não incorporação da demanda |
| Proposta de mapeamento e priorização de grupos culturais afetados. | Demandas ou propostas parcial ou integralmente contempladas nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linha de ação relacionadas:<br>▪ Realização de inventário de referências culturais (materiais e imateriais) na área afetada, de forma participativa, contendo diretrizes de salvaguarda e orientações à gestão pública.<br><br>Propõe-se o mapeamento dos grupos culturais afetados, e não de todos os grupos de Maceió, como se concebe em uma das propostas. |

| Questões abordadas | Análise | Linhas de ação relacionadas/ Novas linhas de ação/ Justificativa para a não incorporação da demanda |
|---|---|---|
| Demandas por ações de suporte aos grupos culturais afetados, incluindo apoio financeiro e espaços de ensaio, levando em consideração aqueles que atualmente estão dispersos no território. | Demandas ou propostas parcial ou integralmente contempladas nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linhas de ação relacionadas:<br>▪ Elaboração de edital de fomento de apoio a cultura, com promoção por agentes públicos e privados, visando a contratação de artistas e grupos culturais de Maceió, com preferência para aqueles afetados pela desocupação dos bairros atingidos pela subsidência, para compor programação de apresentações e festejos em espaços públicos, oficinas culturais em escolas públicas e produção de conteúdo cultural diverso que represente o patrimônio cultural do município.<br>Linha de ação adicional proposta:<br>▪ Desenvolvimento de Programa de Apoio aos Grupos Culturais, com apoio financeiro direto, para manutenção das atividades dos grupos culturais oriundos do NF1, a ser direcionada por meio de patrocínio, em período transitório até o lançamento dos Editais. |
| Propostas de construção de uma “arena multicultural completa”, com teatro e espaços para todos os segmentos culturais. | Demandas ou propostas parcial ou integralmente contempladas nas linhas de ação apresentadas na Escuta Pública. | Linha de ação relacionadas:<br>▪ Implantação de equipamento de uso público com finalidade cultural – Espaço Cultural – destinado à preservação da memória, da história e da identidade da população e do território dos bairros afetados, com espaços voltados a produção, reprodução e desenvolvimento da cultura maceioense, podendo ser estabelecido em uma nova construção ou em reforma de um imóvel existente, localizado preferencialmente no NF2.<br><br>Há uma distinção no porte e na complexidade do equipamento proposto, que precisará ser equalizada na etapa de validação dos projetos entre as Partes do Acordo. |
| Intervenções sobre a forma de definição de quais grupos culturais deverão receber recursos. | Demandas ou propostas a serem incorporadas a linhas de ação existentes, apresentadas na Escuta Pública, mediante adequação de escopo e/ou detalhamento do projeto. | Preocupações a serem consideradas no detalhamento dos projetos relativos às linhas de ação:<br>▪ Elaboração de edital de fomento de apoio a cultura, com promoção por agentes públicos e privados, visando a contratação de artistas e grupos culturais de Maceió, com preferência para aqueles afetados pela desocupação dos bairros atingidos pela subsidência, para compor programação de apresentações e festejos em espaços públicos, oficinas culturais em escolas públicas e produção de conteúdo cultural diverso que represente o patrimônio cultural do município.<br><br>Propõe-se explorar abordagens participativas na elaboração do edital, para que a medida alcance o público pretendido. |
| Intervenções sobre dificuldades enfrentadas na participação de editais. | Demandas ou propostas a serem incorporadas a linhas de ação existentes, apresentadas na Escuta Pública, mediante adequação de escopo e/ou detalhamento do projeto. | Preocupações a serem consideradas no detalhamento dos projetos relativos às linhas de ação de:<br>▪ Elaboração de edital de fomento de apoio a cultura, com promoção por agentes públicos e privados, visando a contratação de artistas e grupos culturais de Maceió, com preferência para aqueles afetados pela desocupação dos bairros atingidos pela subsidência, para compor programação de apresentações e festejos em espaços públicos, oficinas culturais em escolas públicas e produção de conteúdo cultural diverso que represente o patrimônio cultural do município.<br><br>Propõe-se prever métodos acessíveis para a elaboração do edital para que a medida alcance o público pretendido. |

| Questões abordadas | Análise | Linhas de ação relacionadas/ Novas linhas de ação/ Justificativa para a não incorporação da demanda |
|---|---|---|
| Proposta de construção de maquetes do patrimônio material afetado. | Demanda ou proposta a ser incorporada a linhas de ação existentes, apresentadas na Escuta Pública, mediante adequação de escopo e/ou detalhamento do projeto. | Preocupações a serem consideradas no detalhamento do projeto relativo à linha de ação:<br>▪ Elaboração de edital para contratação de pesquisas e criações com caráter artístico, etnográfico e/ou histórico, visando captar a cultura e a identidade do território e das comunidades que viviam na área afetada, como: celebrações e modos de viver; marcos simbólicos; referenciais paisagísticos; histórias de vida; objetos e manifestações do luto; entre outros temas relacionados à memória do território e sua população.<br><br>Propõe-se que um dos editais seja destinado à construção de maquetes do patrimônio histórico da área desocupada. |
| Proposta de criação de polos de apoio cultural para reunir os grupos culturais afetados. | Demanda a ser incorporada a linhas de ação existentes, mediante adequação de escopo e/ou detalhamento do projeto. | Linha de ação relacionada:<br>▪ Requalificação e criação de praças e áreas ajardinadas em territórios onde existe maior densidade de famílias realocadas e menor oferta de espaços públicos de lazer, contemplação, prática de esportes e cultura.<br><br>▪ Propõe-se que as intervenções nas praças contemplem espaços e/ou pequenas estruturas destinadas à prática e ao apoio de atividades culturais.<br><br>Linha de ação adicional proposta e que se relaciona a questão abordada:<br>▪ Desenvolvimento de Programa de Apoio aos Grupos Culturais, com apoio financeiro direto, para manutenção das atividades dos grupos culturais oriundos do NF1, a ser direcionada por meio de patrocínio, em período transitório até o lançamento dos Editais. |
| Proposta de transformar os bairros atingidos em área de visitação, com realização de apresentações pelos grupos culturais afetados. | Demanda se relaciona aos temas estudados, mas diverge das análises técnicas realizadas e/ou não corresponde aos objetivos do PAS. | ▪ Não atende ao critério de segurança estabelecido na área de desocupação nos próximos 10 anos, contados a partir de dezembro de 2020 (com possível extensão, a depender das condições geológicas). |
| Pergunta sobre as propostas de linhas de ação para preservação do patrimônio histórico de Bebedouro. | Questão respondida na Escuta Pública; nenhum encaminhamento necessário. | - |

| Transversal | | |
|---|---|---|
| Questões abordadas | Análise | Linhas de ação relacionadas/ Novas linhas de ação/ Justificativa para a não incorporação da demanda |
| Demanda de inclusão de mulheres e população negra entre os públicos prioritários. | Demanda ou proposta a ser incorporada a linhas de ação existentes, apresentadas na Escuta Pública, mediante adequação de escopo e/ou detalhamento do projeto. | Demanda a ser incorporada às diretrizes gerais dos projetos. |
| Proposta de uso de mão de obra local nas obras a serem realizadas. | Demanda ou proposta a ser incorporada a linhas de ação existentes, apresentadas na Escuta Pública, mediante adequação de escopo e/ou detalhamento do projeto. | Demanda a ser incorporada às diretrizes gerais dos projetos de obras. |

### Questões relacionadas ao objetivo, escopo e etapas de desenvolvimento do PAS

Foram apresentadas perguntas ou críticas direcionadas ao objetivo e/ou escopo dos estudos realizados. Parte desses questionamentos abordam temas que são objeto de outras tratativas e que não são, portanto, respondidos no Diagnóstico apresentado.

Também houve comentários e dúvidas sobre questões que ainda serão definidas nas próximas etapas do processo de elaboração do PAS, sobretudo relacionadas ao cronograma de execução e ao modelo de governança a ser estabelecido.

### Questões não pertinentes ao escopo do PAS

Assuntos alheios ao escopo do Diagnóstico Técnico-Participativo ou do PAS representam uma parte bastante relevante das intervenções ou contribuições apresentadas ao longo de todo o processo de Escuta Pública e envolvem, predominantemente, comentários, críticas ou dúvidas relacionadas a outras tratativas. Estas representam 14% do total e incluem questões relacionadas: ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação; ao Termo de Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas Destinadas à Requalificação da Área do Flexal; à área desocupada, incluindo ações em andamento para tratamento deste território, as medidas de monitoramento e estabilização do solo, decisões sobre o futuro da área e sua titularidade; ao Diagnóstico e Plano Ambiental; temas relacionados a pleitos indenizatórios de entes públicos, como Município, Estado e União, envolvendo questões tributárias e outros; às ações de mobilidade urbana; ao status de realocação dos grandes equipamentos; e às ações desenvolvidas pela Braskem voltadas à saúde animal. Um outro conjunto de comentários, críticas e perguntas dizem respeito a pleitos individuais que até o momento não são abordados pelas tratativas em andamento.

Houve, além disso, um número relevante de questionamentos relativos aos Termos do Acordo Socioambiental, em especial sobre os valores previstos neste Acordo e conceitos ou nomenclaturas utilizadas.

Outras questões trataram de assuntos diversos que são, em sua maioria, de competência da Prefeitura Municipal de Maceió, a exemplo de críticas quanto ao processo de revisão do Plano Diretor.



# 8. Análise Integrada – Diretrizes e Linhas de Ação para Propostas para Compensação Sociourbanística

Este capítulo apresenta os resultados da análise integrada realizada a partir das sínteses temáticas anteriores e que resultam na caracterização sociourbanística dos territórios analisados. Foram consolidados a análise integrada apresentada inicialmente no Diagnóstico Técnico Participativo com o Documento Técnico Complementar e a incorporação dos elementos trazidos pela população no processo de Escuta Pública que são relativos a esta fase e escopo do trabalho.

O diagnóstico decorrente dos estudos técnicos de cada dimensão temática somado às questões e propostas dos agentes da agenda institucional permitiu o estabelecimento de um contexto de ação, que considera impactos de natureza sociourbanística para populações e territórios, que se relaciona direta ou indiretamente com os efeitos da subsidência e das realocações e, portanto, são prioritários para o PAS. As diretrizes formuladas setorialmente pelos especialistas de cada tema ou política pública estudada foram objeto de debate, com vistas à construção de propostas de medidas de compensação coerentes com o contexto e impactos mapeados e com as referências do Termo de Acordo para este tema.

Estes elementos foram reunidos nos dois documentos apresentados à Escuta Pública e receberam manifestações e propostas da população/ sociedade civil. Cabe reiterar que, mesmo com a limitação de dados em relação a alguns temas, tinham-se elementos para formular um diagnóstico e a proposta de diretrizes de ação para nortear a discussão de priorização de investimento no prazo inicialmente proposto.

Assim, em cada Eixo foram definidas diretrizes temáticas específicas, considerando a demanda da Prefeitura – apresentada na Agenda Institucional – de já discutir propostas concretas. Definiu-se, ainda nesta fase de Diagnóstico, incluir a proposição de linhas de ação, para subsidiar as discussões entre as partes do Acordo acerca das medidas de compensação.

Assim, este capítulo apresenta dois conteúdos centrais: i) a estratégia de consolidação e integração das análises do diagnóstico; e ii) a proposta de diretrizes e linhas de ação por eixo temático para compensação, já considerando as contribuições iniciais recebidas na Agenda Institucional (que resultou no Documento Técnico Complementar) e as contribuições do processo de Escuta Pública.

## 8.1 Parâmetros de integração e priorização técnica de ações em territórios estratégicos

Conforme definido no Termo de Acordo Socioambiental este estudo tem o objetivo de subsidiar as partes do Acordo na definição de medidas de compensação social. Neste sentido, o conjunto de dados e percepções coletadas foi consolidado considerando a busca da integração das diferentes perspectivas provenientes de cada uma das frentes com vistas à implementação de medidas de compensação aderentes aos impactos e contexto mapeados, considerando populações e territórios afetados.

### 8.1.1 Premissas e diretrizes gerais de integração e priorização

Em cada eixo, a proposição de diretrizes e linhas de ação foi norteada pelas premissas adotadas quanto ao caráter dos estudos do PAS e das medidas de compensação sociourbanística, conforme já registrado:

- O foco em impactos e medidas de natureza coletiva; e
- Medidas voltadas para populações e territórios relacionados direta ou indiretamente com o tema do trabalho.

Frente à amplitude da análise realizada, incluindo as diretrizes específicas propostas em cada um dos temas e respectivas políticas públicas estudadas, as diretrizes e linhas ações de cada eixo temático foram consolidadas considerando as seguintes **diretrizes gerais**, que são transversais a todos os eixos e orientam a priorização técnica:

- integrar ações sociais e urbanísticas, sempre que possível, investindo no desenvolvimento urbano e socioeconômico dos territórios entendidos como estratégicos dentro dos Núcleos Focais - NF analisados, de modo a ampliar a efetividade das intervenções na perspectiva socioterritorial;
- assegurar ações integradas de políticas diversas com recorte específico para os grupos vulneráveis mais suscetíveis a impactos de situação como a aqui tratado;
- priorizar propostas que possibilitem convergências de temas prioritários de investimento apontados pelos diferentes atores, em especial da Agenda Institucional e do Processo Participativo, incluindo o processo de Escuta Pública;
- priorizar temas e propostas que operem como resposta integrada a demandas de diferentes políticas;
- fortalecer as políticas públicas com capacidade de abordagem do contexto e impacto mapeados ou sobre a gestão dos seus efeitos;
- trabalhar com os parâmetros previstos do Acordo Socioambiental para as medidas de compensação sociourbanísticas;
- direcionar temas mapeados que sejam objeto dos demais programas e acordos diversos já firmados, e propor mecanismos de articulação de ações com eles, sempre que adequado.

### 8.1.2 Territórios Estratégicos e Públicos Prioritários

Coerente com as diretrizes gerais de integração e priorização, foi desenvolvido o conceito de territórios estratégicos para sinalizar locais prioritários para intervenções do PAS, entendidos como indicativos abertos, sem uma fronteira ou poligonal determinada.

São espaços identificados como lugares de referência em alguns dos bairros do NF2 e NF3, espaços de convergência que atraem pessoas de uma vizinhança ampla ou microrregião, em

busca de serviços urbanos, comércio cotidiano, espaços de lazer e recreação ou amenidades ambientais. Já incorporam ou possuem forte potencial de *urbanidade*, expressa na vitalidade e na dinâmica de seus fluxos urbanos, na diversidade social e no sentido de espaço de coletividade que representam – mesmo com as fragilidades de infraestrutura que frequentemente revelam. Isso não significa que todas as linhas de ação propostas devem, única e exclusivamente, ocorrer neles. É possível, e até desejável, que algumas ações mais pontuais ocorram em outras localidades, por exemplo, no "miolo" ou no "interior" de determinados bairros, tendo assim um alcance e abrangência mais local.

A seleção de territórios estratégicos se deu a partir da convergência analítica de critérios estabelecidos durante a elaboração do Diagnóstico, a saber:

- amostra de população realocada (NF2 e NF3) – localização da moradia definitiva da população realocada, segundo escolha de forma de negociação, por *avaliação imobiliária* ou por *valor único*, pré-definida;
- territórios mais vulneráveis – localidades com piores indicadores sociais e de qualidade de vida, incluindo os relativos à violência;
- centralidades locais – identificação de centros dinâmicos de comércio e serviços que são importantes para os bairros estudados e sua população, com oportunidades de receber melhorias e dinamização via PAS;
- corredores da mobilidade urbana e a malha de vias locais que interligam esses corredores aos equipamentos urbanos e espaços livres públicos;
- espaços livres públicos e sua região de entorno – identificação de área de *caminhabilidade*, definida por um raio de 600 metros de praças ou espaços livres públicos. Esse critério traz dois indicadores, territórios com presença de espaço livre em sua vizinhança, mas que podem carecer de reforma e/ou melhorias em sua qualidade, e territórios sem a presença de espaço livre em sua vizinhança;
- rede de equipamentos públicos básicos – de educação, saúde e assistência social – considerando-se especialmente aqueles que mantém uma oferta de serviços de escala mais próxima à vizinhança;
- estudos e projetos da Prefeitura Municipal de Maceió – resultante da compilação de estudos e projetos apontados pela Prefeitura como prioritários, em territórios que convergem com as premissas do PAS.

Como resultado da análise integrada dos NF e do cruzamento dos critérios acima elencados, são considerados os seguintes territórios estratégicos (TE) para o PAS (Mapa 38):

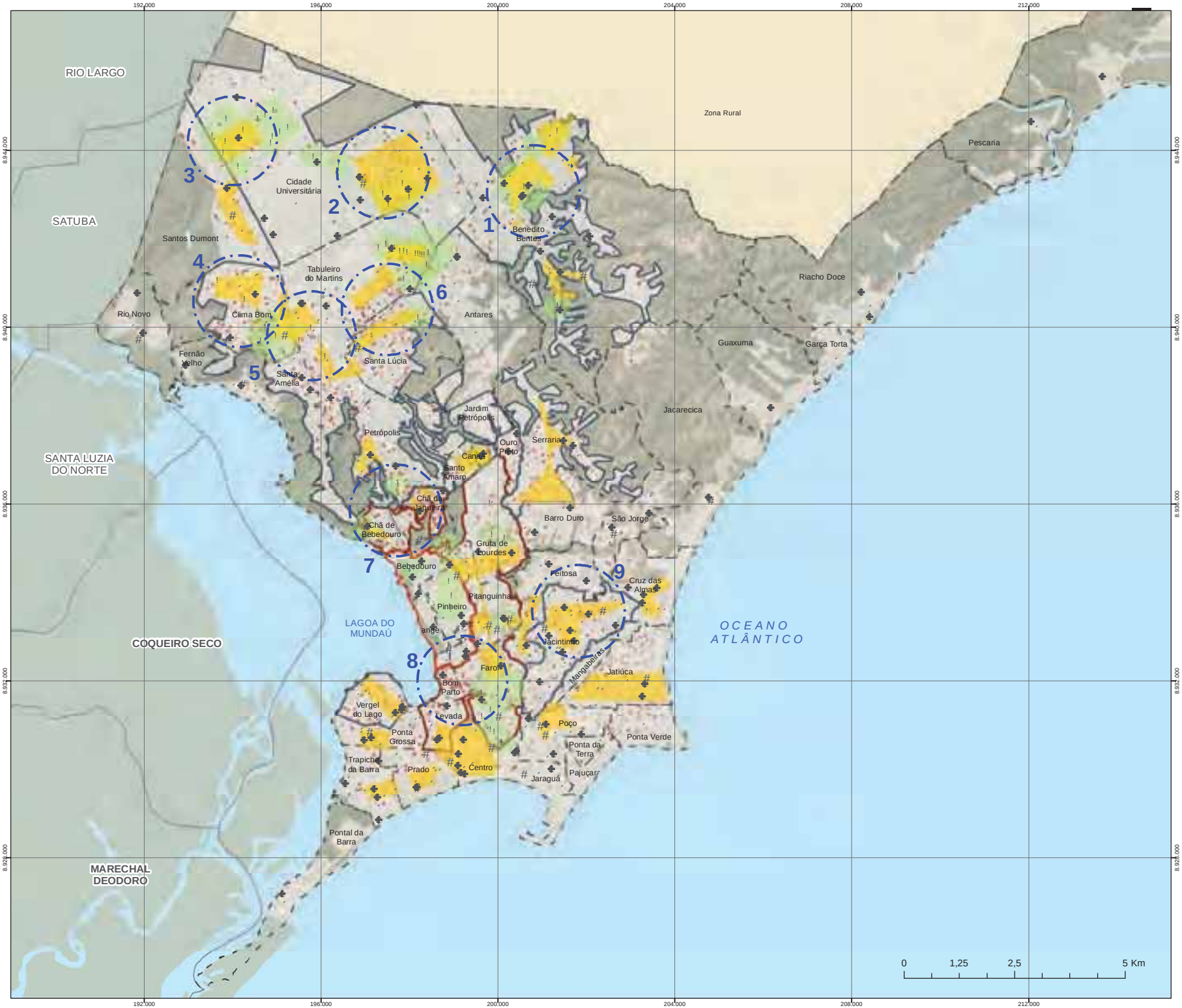
1. TE Benedito Bentes: abrange parte da região conhecida como Benedito Bentes I, e Benedito Bentes (incluindo trecho ocupado pela "Feirinha do Biu"). Contempla a região do entorno do Terminal do Benedito Bentes I, da Praça Padre Cícero e do Mercado Público de Benedito Bentes

2. TE Cidade Universitária (Vila Olímpica): abrange a região do entorno da Av. Alice Carolina, que concentra diversos equipamentos públicos.
3. TE Cidade Universitária (Eustáquio Gomes): abrange a região do conjunto Eustáquio Gomes.
4. TE Clima Bom: abrange a região conhecida como Rosane Collor, que inclui conjunto habitacional e um terminal de ônibus.
5. TE Tabuleiro do Martins: abrange o trecho do bairro próximo a Feira do Tabuleiro.
6. TE Santa Lúcia e Tabuleiro do Martins (Cleto): abrange a região da centralidade do bairro Santa Lúcia (entorno da Av. Belmiro Amorim) e do bairro Tabuleiro do Martins, em localidade conhecida como Cleto.
7. TE Chã da Jaqueira, Chã de Bebedouro e Bebedouro: abrange a região conformada por trechos dos três bairros.
8. TE Bom Parto. Abrange trecho remanescente do Bom Parto, em região limítrofe ao NF1.
9. TE Jacintinho. Abrange a região do bairro homônimo - território inserido após revisão técnica junto à Prefeitura Municipal de Maceió.

A numeração das localidades acima corresponde aos números inseridos nos centros das elipses pontilhadas no Mapa 38.

# PLANO DE AÇÕES SOCIOURBANÍSTICAS - PAS

MACEIÓ - ALAGOAS




## LEGENDA

**Territorialização de Famílias Realocados Mudanças Definitivas**

- Valor Único
- Valor por Avaliação

**Referências**

- Centralidades
- Territórios Estratégicos
- Entorno de praças
- Sistema Viário

**Equipamentos**

- Saúde
- Assistência Social
- Educação
- Principais praças nos NF

**Núcleos Focais**

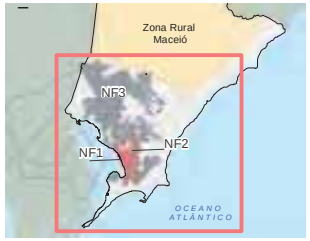
- Núcleo Focal 1
- Núcleo Focal 2
- Núcleo Focal 3

**Malha Urbana**

- Corpos d'água
- Limite de Bairros do Município de Maceió
- Zona Rural do Município de Maceió
- Limites Municipais

**Territórios Estratégicos**

1. TE Benedito Bentes
2. TE Cidade Universitária (Vila Olímpica)
3. TE Cidade Universitária (Eustáquio Gomes)
4. TE Clima Bom
5. TE Tabuleiro do Martins (Feira)
6. TE Santa Lucia e Tabuleiro do Martins (Cleto)
7. TE Chã da Jaqueira, Chã de Bebedouro e Bebedouro (Flexal)
8. TE Bom Parto
9. TE Jacintinho




## TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS PARA O PAS

Mapa 38

Fonte dos Dados:

BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (SEDET, 2019)
MAPA DE SETORIZAÇÃO DE DANOS E DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS (DEFESA CIVIL/CPRM, 2019)
PESQUISA PÓS-COMPENSAÇÃO, 2023
BASE CARTOGRÁFICA CONTÍNUA DO BRASIL - 1:250.000 (IBGE, 2015)

Notas: Possíveis distorções podem ocorrer pela utilização e aplicação de bases cartográficas em escalas diferentes

| Informações Cartográficas: | Data: |
|---|---|
| Sirgas2000 UTM Fuso 25s | Agosto 2023 |

Diagonal

Um outro componente importante da integração dos diagnósticos e propostas aqui apresentadas refere-se aos públicos prioritários, tendo em vista a transversalidade desses públicos nas políticas sociais e a integração delas com o componente urbanístico.

O diagnóstico realizado confirma a adequação da definição inicial de priorização da primeira infância, juventudes e pessoas idosas. A primeira infância e as pessoas idosas são, por si só, as populações mais vulneráveis pela condição inerente ao ciclo de vida. Do ponto de vista demográfico, foi discutido no Capítulo 2 que a razão de dependência é calculada tendo como foco esses dois segmentos populacionais: a quantidade de crianças (população menor de 14 anos) e idosos (população acima de 65 anos) que existe no país para cada pessoa em idade ativa (entre 15 e 64 anos).

O terceiro público analisado foi a população jovem que, embora considerada ativa do ponto de vista econômico e demográfico, encontra-se igualmente vulnerável diante das desigualdades sociais e econômicas, a ponto de se ter hoje a figura do "jovem que nem estuda, nem trabalha". A análise da condição dessa parcela da população revela situações de elevada vulnerabilidade, conforme o Diagnóstico do tema juventude também evidencia e conforma a importância da sua priorização.

É nesse sentido que este Diagnóstico buscou integrar as informações desses três segmentos populacionais, considerado aqui como públicos prioritários e transversais às políticas sociais, mas também do ponto de vista da economia e das políticas urbanas, naquilo que elas podem contribuir como fatores de incremento às medidas de redução de suas condições socioeconômicas de vulnerabilidade social.

No processo de Escuta Pública, foi apresentada a preocupação com outros públicos vulneráveis e neste sentido, foi incorporada a diretriz de incluir como público prioritário das linhas de ação a serem definidas também as mulheres e pessoas negras. Trata-se de diretriz transversal aos 4 eixos, a serem consideradas no detalhamento das linhas de ação em que esta questão for pertinente.

## 8.2 Natureza das diretrizes propostas e a integração com outras tratativas

O processo de análise integrada do conjunto de diagnósticos temáticos resulta em diretrizes de ações de diferentes tipos e responsabilidades, conforme sintetizado a seguir:

- **Ações específicas por tema ou por território** – medidas focadas na melhoria de aspectos específicos do território ou de aspectos específicos do acesso a políticas sociais que, em geral, não demandam articulação de amplos grupos de atores e podem ser realizadas em mais curto prazo;
- **Ações integradas de diferentes políticas e/ou de diferentes dimensões** – abrange medidas de caráter mais estrutural, em geral de requalificação integrada de territórios, melhorando-os o em relação à condição anterior, integrando diferentes dimensões e políticas (urbana e socioeconômica). São medidas com maior alcance em termos de

resultados, mas, por isso mesmo, demandam projetos um pouco mais complexos, ação integrada com o poder público e agentes diversos, além de maior investimento;

- **Ações de fortalecimento institucional de políticas estratégicas** – ações voltadas ao fortalecimento institucional de áreas ou programas importantes para o enfrentamento de impactos mapeados ou de limitações pré-existentes.
- **Temas inseridos em outras tratativas** – ações tratadas em outras frentes de atuação distintas do PAS. Neste caso, tem-se o encaminhamento da recomendação para as áreas que tratam do tema.

Esta breve análise dos tipos de ações, resultante das diretrizes propostas, busca apenas iluminar as diferenças internas, mas podem vir a apoiar também o debate acerca da priorização de medidas de compensação a ser realizado entre as partes do Acordo.

Nesta análise, destaca-se aqui o grupo de ações apontadas como necessárias no Diagnóstico do PAS, mas que se referem a questões que são objeto de outros componentes do Acordo Socioambiental ou tratativas. Assim, nos termos definidos no referido Acordo, de que propostas desta natureza devem ser encaminhadas aos responsáveis, tem-se a seguir sintetizados os temas e impactos mapeados pelos consultores temáticos ou apontadas pela população no processo participativo do Diagnóstico do PAS – que se referem ou têm mais aderência de execução em outros Acordos ou Tratativas (Quadro 38).

**Quadro 38. Temas relativos a outros Acordos e tratativas em andamento**

| Área temática do Diagnóstico | Tema debatido | Responsável |
|---|---|---|
| Segurança urbana/ Espaços públicos | As condições urbanas nos trechos adjacentes ao NF1 agravam a percepção da população sobre o estado de insegurança no NF2 e devem ser equacionadas de forma urgente.<br>Para valorizar o entorno do NF1 e promover a segurança urbana, considera-se importante a demolição das edificações em regiões da borda do NF1 – principalmente aquelas próximas ao Flexal e à Vila Saém, e aos bairros Pinheiro, Farol e Bom Parto –, além da implantação de medidas de reabilitação urbana, incluindo melhorias na iluminação pública. | Acordo Socioambiental<br>Seção 1 (Tratamento da área) |
| Saúde | A população considera importante a recomposição do serviços dos equipamentos públicos de saúde em processo de realocação, funcionando em endereços selecionados pela SMS e objeto de tratativas com a Braskem para realocação definitiva.<br>A realocação do PAM Bebedouro para Jardim Petrópolis é mencionada como dificultador de atendimento por entrevistados do NF2. | PCF - Grandes equipamentos |
| | Estudos apontam riscos de arboviroses associados a processos de demolições em grande escala, situação verificada no NF1, que precisa ser objeto de monitoramento e ação no processo de demolição. | Acordo Socioambiental<br>Seção 1 (Tratamento da área) |
| | A população menciona um grande número de animais abandonados em NF1, o que indica necessidade melhoria e/ou ampliação das ações voltadas à saúde animal, em andamento. | PCF - Saúde animal |

| Área temática do Diagnóstico | Tema debatido | Responsável |
|---|---|---|
| Educação/ Primeira infância/ Juventude | A população considera importante a recomposição dos serviços de CMEIs e escolas afetadas. É necessário concluir o processo de realocação definitiva dos equipamentos que já foram objeto de compensação pela Braskem. | PCF Grande equipamentos e Acordo MPT |
| | Considera-se importante a busca ativa dos alunos das escolas realocadas, para prevenir riscos de abandono e outros. | |
| Trabalho e renda | O apoio ao processo de requalificação do Mercado de Tabuleiro, inserido no debate das medidas de realocação dos comerciantes do Mercado de Bebedouro, é uma importante medida para potencializar a solução dada e melhorar as condições de manutenção de trabalho e renda dos realocados. | Grandes equipamentos |
| | No processo participativo, a população apresentou demanda por ações de natureza individual de apoio a comerciantes do NF2 e suas famílias, afetados pelas realocações em NF1. | Não se identificou acordo específico |
| Atividade pesqueira | Considera-se importante para a manutenção e fortalecimento da atividade pesqueira a melhoria da qualidade ambiental da Lagoa Mundaú e do manguezal, a partir de ações desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Plano Ambiental. | Acordo Socioambiental – Seção 2 |
| Mobilidade | Para determinação das intervenções para o 'plano de mobilidade' da região foi considerado a impossibilidade de executar planejamentos existentes de melhoria no corredor `Corredor General Hermes/ Major Cícero de Góes Monteiro marginal à Lagoa Mundaú' intitulado "Urbanização da Orla Lagunar"? | Acordo Socioambiental Seção 3 - Ações de Mobilidade Urbana |
| | Desativação de linhas de ônibus e VLT | PCF – Grandes equipamentos |
| Temas que não são objeto de estudo e não se identificou Acordo específico | População apresentou demanda por ampliar a divulgação dos "cenários de risco", de possibilidade de ampliação da área. | Não aplicável |
| | Impacto sobre a arrecadação de impostos municipais. | Não aplicável |

Elaboração: Diagonal, 2021.

## 8.3 Eixos integrados, diretrizes e linhas de ação propostas para investimentos do PAS

Os conteúdos aqui apresentados somam aos elementos trazidos no Diagnóstico aqueles apresentados no Documento Técnico complementar, elaborado a partir do diálogo com a Agenda Institucional e partes do Acordo.

Como já mencionado, este Diagnóstico foi estruturado inicialmente considerando duas dimensões temáticas de análise para a adequada caracterização dos territórios e da população analisados: a socioeconômica e a urbanística. No processo de integração das análises, o conjunto de temas do diagnóstico foi consolidado a partir da lógica da intervenção, em quatro eixos temáticos: Eixo 1. Políticas sociais e redução de vulnerabilidades; Eixo 2. Atividade econômica, trabalho e renda; Eixo 3. Qualificação urbana e ambiental; e Eixo 4. Preservação da cultura e memória.

Estes Eixos abrangem diferentes temas e/ou políticas sociais e urbanísticas que guardam maior relação com os impactos da subsidência e da realocação, seja por terem sido afetadas ou pelo fato de o investimento nelas consistir em um meio de compensar os efeitos dos deslocamentos.

A análise realizada mostrou impactos distintos por grupos de população e territórios e isto é considerado também nas linhas de ação propostas, que abrangem: população realocada, população remanescente residente no entorno da área de desocupação e a população residente nas principais áreas receptoras.

Com base nesta análise foram consolidadas as diretrizes gerais de ação em cada Eixo, assim como, as linhas de ação. Cabe registrar acerca das linhas de ação apresentadas nos quatro eixos:

- Neste conjunto tem-se diversas ações que já correspondem a propostas apresentadas pela gestão pública;
- Na sua formulação inicial estão consideradas propostas oriundas do processo participativo realizado na fase do Diagnóstico;
- O conjunto de Linhas de ação apresentado no processo de Escuta Pública foi ampliado considerando demandas, contribuições e propostas oriundas da Escuta e que são aderentes aos parâmetros do PAS, ou seja: voltadas a ações de natureza coletiva, em territórios e públicos afetados e direta ou indiretamente relacionados à subsidência e aos deslocamentos.

A seguir, apresenta-se a síntese do Diagnóstico de cada eixo, considerando: as diretrizes de investimento do Eixo; e o quadro-síntese das linhas de ações propostas, associadas aos impactos e à justificativa de priorização para investimento.

### 8.3.1 Eixo 1 – Políticas sociais e redução de vulnerabilidades

Os temas trabalhados no Eixo 1 foram focados na análise das condições de acesso a políticas sociais e serviços pela população dos territórios, considerando os impactos e as alterações de dinâmica decorrentes do processo de realocação. São propostas associadas às políticas sociais de saúde, educação, assistência social e segurança urbana, incluindo o recorte dos públicos que se mostraram prioritários por vulnerabilidades (primeira infância, juventudes e pessoa idosa). Destaca-se que estudos complementares específicos para mulheres e pessoas negras, indicados também como público vulnerável durante a Escuta Pública, estão em fase de elaboração e terão as linhas de ação indicadas nesses estudos.

O Diagnóstico traz elementos e impactos relacionados à subsidência e à realocação que são transversais a todas as políticas analisadas, destacando-se entre estes: impacto nas condições de acesso aos serviços e políticas públicas decorrente da pressão gerada pelo grande volume de população realocada simultaneamente sobre a rede de equipamentos públicos; e o impacto das rupturas de vínculos afetivos, sociais e comunitários e da sensação de pertencimento decorrentes da realocação, com desdobramentos diversos, com ênfase na saúde mental e atingindo de forma diferenciada públicos mais vulneráveis como, idosos, juventude e primeira infância. Para estas questões foram propostas abordagens complementares, considerando as especificidades das diferentes políticas analisadas.

Assim, abrange diretrizes e medidas voltadas à melhoria de acesso a políticas sociais, de proteção social, de redução de vulnerabilidades e de fortalecimento de vínculos e de redes de apoio mútuo, entre outras.

Face aos elementos mapeados e análise das medidas com capacidade de geração de maior impacto sobre os públicos e territórios abordados, inicialmente o Diagnóstico do Eixo 1 foi apresentado à Escuta Publica considerando 3 diretrizes e 18 linhas de ação. Este Diagnóstico consolidado após as Escutas, mantém as diretrizes e soma agora 20 propostas de linhas de ação em função do acréscimo de duas novas linhas de ação resultantes de demandas e/ou propostas apresentadas nas Escutas, conforme apresentado a seguir.

#### 8.3.1.1 Diretrizes de ação

A análise integrada do Diagnóstico dos oito temas abordados neste Eixo, resultou nas seguintes diretrizes de ação de compensação sociourbanística:

- Investir na expansão e melhoria das condições de acesso, qualidade de atendimento e infraestrutura dos serviços sociais e de segurança urbana nas áreas do entorno e áreas receptoras, abrangendo: intervenções de qualificação de equipamentos públicos por meio de obras de implantação/ melhoria e de qualificação de sua infraestrutura e intervenções de qualificação/ apoio a programas públicos, considerando temas e públicos prioritários, de modo a mitigar impactos e melhorar a condição de atendimento para toda a população atendida.
- Investir em espaços e ações integradas de fortalecimento de vínculos sociais e ao território, de modo a melhorar condições de acesso a oportunidades de convívio, esporte, lazer e cultura nos territórios estratégicos e mitigar eventuais impactos do processo de realocação sobre vínculos afetivos, sociais e comunitários.
- Fortalecer a capacidade institucional do município para a gestão de políticas sociais e de segurança urbana, melhorando as condições de gestão de temas apontados como prioritários no PAS.

#### 8.3.1.2 Propostas de linhas de ação

A Matriz de Propostas de Linhas de Ação deste Eixo 1 está apresentada na Tabela 131, considerando a área temática/ política, o contexto e/ ou impactos abordados pela ação, com a justificativa de priorização para investimento. No total, tem-se 20 Propostas de Linhas de Ação:

**Tabela 131. Matriz de Propostas de Linhas de Ação do Eixo 1**

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Saúde | A realocação da população no território tem gerado sobrecarga nos serviços de saúde que já tinham limitações e níveis de cobertura por território bastante heterogêneos.<br>Este problema, que impacta no acesso à rede por parte da população atingida, é agravado por dois elementos:<br>▪ A alteração resultante da realocação dos 13 estabelecimentos de saúde afetados pela subsidência; e<br>▪ O nível de dependência do SUS de parte da população realocada, em especial no NF3, área com índice de cobertura inferior à média da cidade. | Obras e ações de construção, e/ou ampliação e/ou reforma para qualificação dos atendimentos de Unidades Básicas de Saúde (UBS) priorizadas, no NF2 e NF3, considerando:<br>▪ Execução de obras; e<br>▪ Instalação de equipamentos e mobiliários. | Investir no apoio ao Município na ampliação e qualificação dos atendimentos de Saúde, de modo a mitigar a sobrecarga que a realocação da população no território está gerando à rede de Atenção Básica, que já tinha capacidade limitada e níveis de cobertura bastante heterogêneos.<br>Propõem-se melhorias nas instalações das UBS de territórios estratégicos, sem interrupção dos atendimentos durante as intervenções. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |
| Saúde | A susbsidência e a realocação geraram impacto na saúde mental da população, tema definido como prioridade por gestores e pela população entrevistada. Esta visão é corroborada pela literatura técnica que registra que eventos que geram deslocamentos de grandes proporções têm potencial de impactar na saúde mental das pessoas diretamente afetadas.<br>Além disso, a realocação da população no território está gerando sobrecarga nos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que já era frágil (mesmo com a criação de atendimentos específicos), problema agravado pela pandemia da Covid-19, ocorrida no mesmo período. | Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial do município, tendo como possibilidades:<br>▪ Implantação de novo CAPS para ampliação da Rede de Atenção Psicossocial; e/ou<br>▪ Investimento na readequação, ampliação, integração e qualificação do atendimento psicossocial ofertado pelo Centro de Atendimento e Triagem (CAT/SMS) e pelo Centro de Apoio Psicossocial (CAP/Braskem), e sua integração à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). | Investir na ampliação e qualificação do atendimento psicossocial ofertado pelo Município à população, considerando:<br>▪ Mitigar a sobrecarga decorrente das realocações que está agravando a situação de fragilidade pré-existente da rede, impactada também em função da pandemia de Covid-19;<br>▪ Melhorar o acesso aos serviços à população afetada (realocada e residente no NF2 e NF3);<br>▪ Integrar à RAPS os atendimentos implantados especificamente em função da susbsidência e à realocação (CAT e CAP). | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Saúde | A realocação da população no território tem gerado sobrecarga nos serviços de Saúde, impactando na condição de acesso e atendimento. Este fato impacta na condição geral do município, que já registrava dificuldades de ampliação da cobertura da Atenção Básica (AB), que inclusive sofreu redução no período entre 2016 e 2019 (de 45% em 2016 para 43% em 2019). | Desenvolvimento de Plano de Capacitação da Equipe da Atenção Básica, priorizando temas como:<br>▪ Programas de Atenção à Saúde Integral da gestante, da criança, do adolescente, e do idoso;<br>▪ Plano de Ações Estratégias para o Enfretamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis (2021-2030) (DCANT), em Saúde Mental e na Gestão de Risco. | Apoiar o Município na qualificação dos atendimentos de Saúde por meio da atualização técnica da equipe da Atenção Primária à Saúde – APS, com foco nas populações de maior risco e públicos prioritários, de modo a mitigar a sobrecarga que a realocação das famílias no território está gerando na rede, que já tinha capacidade limitada, contribuindo para a melhoria do atendimento.<br>O Diagnóstico identificou questões importantes a serem abordadas em ações formativas de atualização técnica da equipe da APS que podem contribuir para melhoria da gestão e do atendimento. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |
| Saúde | Ausência de instrumentos de gestão de risco em Saúde do Município nos termos das orientações do MS e pode limitar a capacidade do município para lidar com impactos do processo de realocação e subsidência na área. | Formulação/ atualização do Plano de Preparação e Resposta para Emergências em Saúde Pública (PPR), incluindo:<br>▪ Comitê de Emergências em Saúde e qualificação de profissionais do poder público para atuar em situações de emergências e desastres. | Apoiar o Município na implementação da gestão de risco na saúde pública nos termos das orientações do Ministério da Saúde, dotando a área de um instrumento estratégico para lidar com o aumento de emergências e desastres associados às mudanças climáticas e também com eventuais impactos do processo de realocação e subsidência. | – |
| Educação e Primeira Infância | A realocação da população no território impacta nas condições de acesso a creche, agravando o déficit pré-existente de atendimento escolar para crianças de 0 a 3 anos, cujo nível de cobertura é de apenas 30% da população nesta faixa-etária.<br>Esta dificuldade tem mais impacto para a população realocada em áreas com menor índice de cobertura de creches. | Implantação de creches novas no NF2 e NF3, incluindo:<br>▪ Execução de obras de construção ou reforma; e<br>▪ Aquisição de equipamentos e mobiliário necessários. | Investir no aumento da oferta de creches e na ampliação da cobertura de atendimento escolar para crianças de 0 a 3 anos, de modo a:<br>▪ Mitigar potenciais efeitos da susbsidência e da realocação das famílias no acesso à educação infantil;<br>▪ Contribuir para a redução do déficit de vagas em creches de Maceió, sobretudo nas áreas com menor índice de cobertura e que receberam mais população realocada. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação.<br>Há distintas abordagens em termos de quantidade e territórios. |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Educação | A chegada de novos alunos em função do processo de realocação resulta em pressão sobre a rede escolar, que já trabalhava com condições limitadas de infraestrutura educacional.<br>Esta condição traz o risco de impacto no interesse dos jovens pela escola e no atingimento de metas educacionais, tema importante sobretudo nos Anos Finais (AF) do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (EM), faixa que abarca as juventudes, um dos públicos prioritários para as ações de compensação social. | Instalação de infraestrutura e metodologia educacional inovadora em escolas no NF2 e NF3, abrangendo:<br>▪ Criação de laboratórios;<br>▪ Formação dos educadores; e<br>▪ Acompanhamento da implementação e gestão pedagógica dos espaços. | Investir na criação e ampliação de espaços e recursos de aprendizagem em escolas dos territórios prioritários do PAS, de modo a:<br>▪ Mitigar impactos com a chegada de mais alunos das famílias realocadas às escolas. Merecem atenção especial as escolas do NF3, as quais já trabalhavam em condições adversas;<br>▪ Melhorar as condições de aprendizagem e ampliar os níveis de interesse pela escola, favorecendo a reintegração criativa de estudantes com os espaços escolares;<br>▪ Apoiar o Município no atingimento de metas educacionais. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |
| Educação e Juventudes | Fragilidades emocionais e laborais entre alunos e profissionais de ensino, especialmente das escolas realocadas, são relatadas como uma consequência do processo de realocação entre entrevistados da área de educação. | Ações de desenvolvimento socioemocional com foco nos estudantes e educadores das escolas realocadas, por meio do estabelecimento de parceria com organizações do terceiro setor especializadas, incluindo:<br>▪ Formação de professores;<br>▪ Formação de jovens multiplicadores;<br>▪ Produção e distribuição de material de apoio; e<br>▪ Acompanhamento dos professores. | Apoiar o Município na adoção de estratégias para promoção, prevenção, tratamento e recuperação da saúde mental nas escolas dos territórios prioritários.<br>Trata-se de ação tecnicamente recomendada como adequada para lidar com a instabilidade emocional e laboral relatada por alunos e profissionais das escolas realocadas, e também com os efeitos das transformações vividas pela sociedade nos dois últimos anos | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |
| Educação | O município lida com desafios importantes referentes ao atingimento das metas educacionais, tema importante sobretudo nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio e que pode, eventualmente, sofrer efeitos do processo de realocação da população e das escolas afetadas, que se encontram em fase de realocação transitória ou definitiva. | Formação e assessoria a professores e gestores escolares da rede pública com foco na elevação de indicadores educacionais, abrangendo:<br>▪ Formação de educadores;<br>▪ Mentoria dos docentes e gestores;<br>▪ Acompanhamento dos educadores (formação em serviço); e<br>▪ Avaliação da implementação por organização especializada e reconhecida. | Apoiar o Município no atingimento de metas educacionais, tema importante sobretudo nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por meio do investimento na formação de docentes e gestores, incluindo processos de acompanhamento e tutoria.<br>Trata-se de ação estratégica de compensação social, com efeito potencial relevante sobre problemas pré-existentes na educação que afetam em especial os jovens – como o alto índice de abandono escolar, a defasagem idade-série e a baixa taxa de alfabetização da população com idade de 15 anos ou mais.<br>Tem, ainda, potencial de mitigar impactos na dinâmica das escolas beneficiadas. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Primeira Infância | A movimentação da população no território em função da realocação impacta no acesso ao atendimento e aos serviços da Rede de Atendimento à Primeira Infância, situação agravada pela limitação pré-existente no município, e que é mais problemática nos principais bairros de destino. | Ações de aperfeiçoamento técnico que permitam a composição de equipe multidisciplinar na temática de primeira infância nas redes de educação, assistência social e saúde, por meio da oferta de:<br>▪ Curso de especialização; e<br>▪ Oficinas de integração intersetorial. | Apoiar o Município no atingimento das metas do Plano Municipal pela Primeira Infância de Maceió (PMPIM), por meio da formação de profissionais em nível de pós-graduação com foco na melhoria do atendimento à primeira infância, público definido como prioritário para ações de compensação social, face aos potenciais impactos decorrentes do deslocamento das famílias.<br>Trata-se de medida de compensação social que, além de contribuir para o aperfeiçoamento técnico dos quadros da Prefeitura, implementa medida de comepensação que traz melhoria da capacidade instalada na gestão municipal. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |
| Assistência Social | A realocação das famílias está provocando um aumento da demanda por serviços da Rede Socioassistencial de Atenção Básica, que já tinha capacidade limitada, agravando dificuldades pré-existentes de acesso aos serviços nos padrões do SUAS.<br>Este impacto é maior para o público mais vulnerável e dependente do SUAS e nos PSEs dos principais bairros receptores, cuja capacidade era mais limitada. | Execução de obras e ações de implantação e/ou qualificação de CRAS - equipamentos da Rede Socioassistencial de Atenção Básica, localizados em territórios prioritários do PAS. | Apoiar o Município na melhoria dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica nas áreas prioritárias segundo os estudos do PAS, investindo em obras e equipamentos para qualificação dos CRAS, de modo a mitigar o impacto gerado pela realocação da população no atendimento desses equipamentos e melhorar as condições de acesso aos serviços por parte da população.<br>Destaca-se entre os temas trazidos pelo município a situação do CRAS Bebedouro, cujas limitações de localização foram agravadas pelas alterações decorrentes da susbsidência. Este CRAS teve o atendimento suspenso pelo Município. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |
| Assistência Social | A rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade, que tinha capacidade limitada, está sendo impactada pelas novas demandas das famílias realocadas.<br>Esta situação é especialmente importante no PSE 6, área que recebeu um contingente considerável de pessoas realocadas e onde não se identificou nenhum CREAS para públicos prioritários, o que impacta no acesso aos serviços da PAEFI. | Implantação de um novo CREAS, considerando obras e equipamentos nos termos das orientações técnicas do SUAS. | Apoiar o município na ampliação da Rede Socioassistencial de Proteção Social Especial de Média Complexidade e contribuir com a melhoria no acesso aos serviços socioassistenciais, de modo a mitigar o impacto gerado pelo aumento de demandas por parte das famílias realocadas, as quais também passaram a enfrentar dificuldades de acesso a serviços, segundo relatos das equipes técnicas.<br>Trata-se de tema reforçado pelo município em relação à região onde se insere o bairro de Santa Amélia. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Assistência Social | Os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade foram impactados pela movimentação da população mais vulnerável no território e pelas demandas das famílias realocadas. Isto agravou a capacidade de atendimento da rede, que já tinha limitações pré-existente, trazendo impactos, a exemplo dos relatos de perda de benefícios, associado à alteração do acompanhamento pela Rede. | Ação de apoio à Rede Proteção Social Especial de Média Complexidade, com vistas a:<br>▪ Busca ativa a indivíduos/famílias beneficiárias BPC/PBF para atualização cadastral e recomposição do benefício de acordo com critérios normativos, evitando perdas de benefício;<br>▪ Apoio à recomposição do grau de proteção social às famílias vulneráveis afetadas pela realocação;<br>▪ Prevenção à ocorrências de riscos sociais com foco em públicos prioritários (criança e adolescentes e pessoa idosa e pessoa com deficiência). | Propõe-se investimento na melhoria dos serviços da rede socioassistencial por meio da busca ativa para identificação dos usuários, nos territórios identificados com maior impacto de realocação.<br>Trata-se de serviço considerado estratégico para a recomposição e fortalecimento do grau de proteção social às famílias vulnerabilizada, em especial os públicos prioritários. | Nova proposta, resultante de demanda apresentada na Escuta Pública. |
| Assistência Social | Organizações Sociais e entidade realocadas, como a Associação dos Surdos, relatam dificuldade em garantir o conjunto de ações que desenvolviam antes, em função da mudança de território, da dispersão dos associados e mesmo da perda de acompanhamento das equipes da Rede SUAS. | Editais de apoio a projetos sociais de OSCs e associações realocadas. | Apoiar entidades que prestam serviços sociais a populações vulneráveis, fortalecendo e qualificando as entidades e suas ações, de modo a contribuir com a melhoria dos serviços e mitigar impactos decorrentes da realocação. | Nova proposta, resultante de demanda/ problema apresentado na Escuta Pública |
| Assistência Social | A população idosa é apontada por técnicos entrevistados da Rede de Saúde e da Assistência Social como uma das mais impactadas pela subsidência e pela realocação, em razão da ruptura de vínculos comunitários e sociais. Este cenário é agravado pelas limitações existentes em serviços da Rede SUAS destinados à pessoa idosa. | Atualização técnica sobre atendimento à pessoa idosa na área da Assistência Social para os trabalhadores da rede socioassistencial que desenvolvem serviços destinados a este público. | Apoiar o Município no aprimoramento dos serviços destinados à pessoa idosa, público prioritário para o PAS, de modo a mitigar impactos potenciais do processo de realocação sobre esta população, conforme relatos das equipes técnicas, e a melhorar as condições da Rede. | - |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Segurança | A subsidência trouxe dois impactos diretos relacionados à Segurança Urbana:<br>▪ Alterou a condição do espaço urbano no território limítrofe do NF1 e no NF2 e, por consequência, a percepção de segurança da população;<br>▪ Parte das famílias foi realocada para o NF3, que tem alguns dos bairros com os piores indicadores de violência do município.<br>Estas condições agravam desafios pré-existentes em relação à segurança no município, que tem índices de criminalidade superiores às médias nacionais. | Apoio à implantação e ao desenvolvimento em territórios vulneráveis de Maceió de programa do tipo COMPAZ, voltado à prevenção à violência, inclusão social e fortalecimento comunitário, com oferta de múltiplas alternativas de atendimento de políticas sociais, esportivas e culturais. | Apoiar o Município na implantação de equipamento estratégico voltado à redução da vulnerabilidade social e melhoria das condições de segurança urbana dos territórios a partir da oferta de políticas sociais integradas à população, promoção da cultura de paz e prevenção à violência.<br>O Projeto COMPAZ, proposto pela Prefeitura, constitui medida de compensação social estratégica porque trabalha com ações consideradas pelos especialistas da área como adequadas para resposta aos problemas identificados nos territórios e suas causas.<br>Conforme o território em que seja implantado constitui também medida de mitigação de impactos, já que parcela das famílias foi realocada em bairros com índices de violência superiores às áreas de origem. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |
| Segurança | As condições de estrutura dos órgãos de segurança limitam a sua capacidade de lidar com as alterações que o processo de realocação tem causado em termos de segurança para territórios e famílias:<br>▪ No NF2, como consequência da realocação do NF1, tem-se alterações do espaço urbano e territórios mais vulneráveis a situações de desordem urbana e violência; e<br>▪ Do ponto de vista da população, tem-se uma alteração da condição de segurança para número significativo de famílias realocadas no NF3, onde se encontram alguns dos bairros mais violentos do município. | Doação à Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social – SMSCS/Guarda Municipal de Maceió – GMM e à Polícia Militar de viaturas e outros equipamentos de segurança urbana priorizados. | Fortalecer a capacidade do poder público de atuar na fiscalização, controle e repressão qualificada nos territórios mais vulneráveis, por meio da oferta de infraestrutura de apoio às ações de segurança da SMSCS/GMM e pela Polícia Militar, indispensáveis para fomentar espaços urbanos seguros. Esta proposta busca:<br>Mitigar impactos para a população, tanto a que permaneceu no NF2 afetada pelas alterações no espaço urbano e na dinâmica social, quanto a que mudou para NF3, em área com piores indicadores de violência;<br>Melhorar o serviço ofertado a toda população, com a melhoria da condição de fiscalização. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Segurança | A desocupação do NF1 gerou impacto na segurança e na percepção de segurança dos residentes do NF2, que apontam a degradação das edificações entre o NF1 e NF2, que são alvo de furtos e são acessados por estranhos, o que torna este trecho inseguro.<br>Para a população realocada no NF3, também se tem uma alteração na percepção de segurança, seja pela condição da infraestrutura urbana dos bairros, seja pelo fato de passarem a residir em alguns dos bairros mais violentos do município. | Implantação de projeto de segurança comunitária do tipo Vizinhança Solidária, baseado na parceria entre os vizinhos do bairro, a GMM-Guarda Municipal de Maceió, a Polícia Militar e vigilância patrimonial privada, incluindo a manutenção de ações de apoio a serviços de zeladoria e ações de fomento à cultura de paz e mediação de conflito. | Fortalecer as políticas públicas de segurança, com ações voltadas à segurança comunitária, à ampliação de espaços urbanos seguros e ao fomento de cultura de paz, em parceria com a população.<br>Busca também mitigar as alterações das condições de segurança e da percepção dela por parte da população do NF2 e que são associadas ao processo de desocupação e à realocação da população, com foco especial nas áreas limítrofes com o NF1. Mas deve ter como público também as famílias que passaram a residir no NF3, onde tem-se bairros com índices de violência mais elevados e com limitações de infraestrutura. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |
| Segurança | O Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) não atualizado (a última de versão do PMRR data de 2007) dificulta o monitoramento e controle das áreas de risco, assim como o planejamento e investimento nas ações necessárias nestas áreas, onde reside parte da população do município e que podem, inclusive, ter recebido parcela da população realocada. Este é um tema vinculado à Segurança Urbana em Maceió. | Atualização do Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR de Maceió nos assentamentos precários e informais e áreas de riscos nas quais seja apontada a existência de riscos físico-ambientais, por meio da contratação instituição ou de empresa especializada. | Investir no fortalecimento institucional do Município, com apoio à elaboração/ atualização de instrumentos-chave de gestão do território, como o PMRR.<br>Trata-se de medida de compensação que visa dotar a gestão pública municipal de melhores condições de lidar com a gestão de riscos e favorecer a articulação de investimentos de programas e projetos desenvolvidos pelo Município e por outros entes públicos e a sociedade nestas áreas. | - |
| Segurança | A ausência do Plano Municipal de Segurança Urbana (PMSU) dificulta a capacidade do município de lidar com problemas pré-existentes importantes na área de segurança pública, como é o caso dos índices de criminalidade (MVI/ CVLI) acima da média nacional (embora a série histórica mostre uma redução dos homicídios nos últimos anos). Estes desafios são diferentes conforme a região e bairro, e diferentes para a população envolvida no processo de realocação. Alguns dos principais bairros receptores estão entre os maiores índices de violência da cidade. | Formulação do Plano Municipal de Segurança Urbana (PMSU) de Maceió, por meio da contratação de instituição ou empresa especializada. | Investir no fortalecimento institucional do Município, dotando-o do instrumento técnico adequado para a proposição de ações de prevenção à violência e promoção da segurança urbana e pública, um dos temas mais sensíveis para a população ouvida no processo participativo.<br>Trata-se de importante medida de compensação social, que busca apoiar Maceió no enfrentamento dos desafios em relação ao tema, e pode resultar em mitigação de efeitos adversos quando se considera que parte das famílias e negócios foram realocados para bairros com índices de violência e vulnerabilidade mais acentuados do que nos bairros de origem. | - |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Primeira Infância, Juventudes, Pessoa Idosa Esporte e Lazer, Arte e Cultura, | Os processos de deslocamento involuntário costumam gerar a ruptura de vínculos sociais e afetivos, e os públicos mais vulneráveis e prioritários tendem a sofrer consequências mais graves pela maior dificuldade de lidar com alterações das dinâmicas sociais e econômicas.<br>Neste caso específico tem-se o agravante dos bairros no NF1 terem sido identificados como provedores de uma vida comunitária e cultural intensa para toda a região.<br>Este tema é reforçado por população e gestores. | Contratação, por meio de Editais, de organizações para execução de projetos de esporte e lazer, arte e cultura, incluindo ações nos moldes do Programa Lazer Itinerante da Prefeitura, focados principalmente nos diferentes públicos prioritários (Primeira Infância, Juventudes e Pessoa Idosa) e executados nas praças e espaços públicos do NF2 e NF3, incluindo os espaços qualificados resultantes dos Projetos Centralidades e Praças. | Investir em ações de integração comunitária e intergeracional, para mitigar impactos do processo de ruptura de vínculos afetivos, sociais e comunitários gerados pela realocação, que afetam em especial os públicos prioritários, e para fomentar o pertencimento da população realocada aos novos territórios.<br>Propõe-se priorizar territórios considerando a necessidade de reposição de práticas culturais e esportivas que eram desenvolvidas em espaços do NF1 e a necessidade do fomento dessas mesmas práticas no NF3, onde tem-se distribuição desigual de espaços tanto em quantidade quanto em qualidade, o que pode gerar às famílias realocadas nesta região maior dificuldade de integração comunitária. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |

Elaboração: Diagonal, 2023.

### 8.3.2 Eixo 2 – Economia, trabalho e renda

O Eixo 2 teve como foco a análise dos impactos da subsidência e dos deslocamentos sobre a dinâmica socioeconômica dos territórios estudados e suas populações. Este conteúdo foi abordado com dois recortes temáticos: atividade econômica, trabalho e renda; e atividade pesqueira.

A estratégia de abordagem combina medidas voltadas aos impactos mapeados, associadas ao fomento à atividade econômica, apoio ao desenvolvimento local, à inserção produtiva e social e à promoção de investimentos, especialmente considerando as intervenções articuladas com o Eixo 3 nas centralidades estratégicas.

Face aos elementos mapeados, no Diagnóstico apresentado à Escuta Publica foram propostas 4 diretrizes e 7 linhas de ação, que combinam a mitigação de impactos mapeados, incluindo fomento à atividade econômica e oportunidades de inserção produtiva e social, com o enfrentamento de dificuldades pré-existentes, entendidas como medidas de compensação. Nesta consolidação após as Escutas mantém-se as mesmas diretrizes e linhas de ação, mas incorporando adequação em duas das linhas de ação propostas, em função de demandas e/ou propostas das Escutas, conforme apresentado a seguir.

#### 8.3.2.1 Diretrizes de ação

São diretrizes de ação de compensação sociourbanística neste Eixo:

- Fomentar oportunidades de negócios, qualificação profissional, incluindo recorte para juventudes, capacitação para empreendedores, aumento da empregabilidade e acesso ao crédito para ampliar as alternativas de trabalho e renda;
- Apoiar a melhoria, integração e ampliação dos espaços de mercados e feiras, centralidades de comércios e serviços e polos econômicos, favorecendo a dinâmica econômica local e geração de oportunidades de trabalho e renda em NF2 e NF3;
- Apoiar a atividade pesqueira e os pescadores, fortalecendo atividade tradicional;
- Fortalecer a gestão pública por meio do apoio à formulação de instrumentos de suporte à gestão de políticas de desenvolvimento econômico do município.

#### 8.3.2.2 Propostas de linhas de ação

A Matriz de Propostas de Linhas de Ação deste Eixo 2 está apresentada na Tabela 132, considerando a área temática, o contexto e/ou impactos abordados e a justificativa de sua proposição. Como já registrado, tem-se um total de 07 Propostas de Linhas de Ação:

**Tabela 132. Matriz de Propostas de Linhas de Ação do Eixo 2**

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Atividade Econômica, trabalho e renda | O processo de realocação tem provocado alterações na dinâmica urbana e econômica das regiões afetadas, gerando impacto nos negócios destas regiões e empreendedores realocados do NF1 e os que permaneceram no NF2. | Apoio ao empreendedorismo, com investimento em ações de fortalecimento das capacidades empreendedoras das atividades econômicas afetadas no NF2 e realocadas do NF1 principalmente para NF3, integrando programas da Prefeitura Municipal de Maceió, SEBRAE e SENAC e UFAL, por meio de:<br>▪ Estabelecimento de rede de parceiros para desenvolvimento das ações;<br>▪ Disponibilização de salas de apoio ao empreendedor a partir de estruturas das entidades parceiras, com modernização destes espaços, onde necessário;<br>▪ Ações de capacitação para fortalecimento das capacidades empreendedoras; e<br>▪ Criação/adaptação/adequação e disponibilização de ferramentas tecnológicas de gestão e comunicação com clientes. | Investir em ações de fortalecimento das capacidades empreendedoras para:<br>▪ Apoiar negócios realocados do NF1 (seja para NF2, seja para o NF3) e os já localizados no NF2, que relatam sofrer os efeitos em seus negócios pela realocação das atividades econômicas e dos clientes;<br>▪ Mitigar potenciais alterações na dinâmica urbana e econômica das regiões afetadas e na perda de renda e postos de trabalho; e<br>▪ Potencializar iniciativas da Prefeitura e parceiros para apoiar os empreendedores. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |
| Atividade Econômica, trabalho e renda | Empreendedores de negócios realocados e aqueles que permaneceram nas regiões afetadas, relatam perda de clientes e dificuldades de lidar com as alterações da dinâmica urbana e socioeconômica. Esta situação é agravada pelas condições pré-existentes relativas à concessão de crédito aos MEIs e MPEs em razão do alto risco, que eleva as exigências de garantias e piora as condições ofertadas: altas taxas de juros, prazos e montantes. | Ações voltadas à ampliação do acesso a crédito, a partir do aporte de recursos, desenho e oferta, em parceria com as instituições financeiras e programas de microcrédito existentes em Maceió, de produtos para o financiamento de atividades empreendedoras com montantes, prazos, taxas e garantias adequados. O objetivo é que os empreendedores impactados pela | Facilitar o acesso a crédito como instrumento de apoio aos empreendedores de modo a:<br>▪ Mitigar efeitos da alteração da dinâmica socioeconômica da região;<br>▪ Reduzir dificuldade pré-existente na concessão de crédito aos MEIs e MPEs;<br>▪ Estimular sua participação nos processos de capacitação, já que se propõe associar a concessão de crédito à participação nas diversas ações de | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| | | alteração da dinâmica socioeconômica da região ou pela realocação possam reestruturar ou recriar atividades geradoras de trabalho e renda. | capacitação e fortalecimento das capacidades empreendedoras propostas no Eixo2;<br>▪ Fortalecer ações que a Prefeitura vem desenvolvendo com este objetivo. | |
| Atividade Econômica, trabalho e renda | A alteração da dinâmica econômica da região afetada e a realocação de parte da população para regiões mais distantes e com menores oportunidades podem impactar no acesso a trabalho e renda e este efeito tende a ser mais intenso para parcelas mais vulneráveis da população, como a juventude, podendo agravar indicadores de vulnerabilidade pré-existentes preocupantes, como a elevada taxa de desocupação entre os jovens em Maceió - de 61%, que é proporcionalmente maior entre jovens de 18 a 24 anos (64%). | Ações de qualificação profissional e empregabilidade para inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos, abrangendo o investimento em:<br>▪ Qualificação profissional de trabalhadores;<br>▪ Desenvolvimento de plataforma de apoio a intermediação de mão-de-obra (IMO) e encaminhamento ao mercado de trabalho; e<br>▪ Ações de empregabilidade voltada ao público jovem, com foco na nova economia.<br>É diretriz de implementação desta ação, a atenção com a parcela com menor índice de alfabetização e que é parte importante entre os não empregados. | Apoiar o município no desenvolvimento de ações voltadas à empregabilidade, incluindo o recorte para as juventudes, como estratégia para:<br>▪ Mitigar impactos da realocação em relação ao tema;<br>▪ Contribuir na redução de vulnerabilidades pré-existentes, considerando que o desemprego em AL é um dos mais altos do Brasil; e<br>▪ Apoiar medidas de enfrentamento do desemprego entre os jovens, cuja taxa de desocupação em Maceió. | Demandas/ propostas apresentadas na escuta são contempladas por esta linha de ação<br>Em função de propostas realizada na Escuta, foi incluida Diretriz Complementar. |
| Atividade Econômica, trabalho e renda | Nas regiões estudadas verificou-se a presença de catadores de materiais recicláveis, trabalhando com condições limitadas. O apoio a este grupo pode compensar potenciais impactos no acesso a trabalho e renda resultantes da alteração da dinâmica econômica da região afetada e a realocação de parte da população para regiões mais distantes e com menores oportunidades de trabalho e renda. | Ações combinadas de apoio e fomento para fortalecimento das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, abrangendo:<br>▪ Modernização dos locais de trabalho das cooperativas e seus equipamentos;<br>▪ Formação e capacitação dos cooperados, para agregação de valor aos resíduos gerados;<br>▪ Ações de educação ambiental destinadas às comunidades do entorno. | Investir em ações para gerar alternativas de trabalho e renda, de modo a:<br>▪ Mitigar impactos da realocação em relação ao tema, por meio do apoio a segmento ativo na região, que são os catadores de materiais recicláveis, de forma coordenada com a implantação de Ecopontos (Eixo 3).<br>▪ Investir na melhoria das condições urbanas dos territórios de ação, por meio do fomento à destinação adequada dos resíduos recicláveis, reduzindo o seu descarte irregular em ruas, praças, terrenos vazios e no leito de córregos, ação que se insere no contexto das medidas de compensação. | - |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Atividade Econômica, trabalho e renda | A realocação de atividades econômicas do NF1 e o fechamento do Mercado de Bebedouro estão gerando alterações na dinâmica urbana que podem ter contribuído para o aumento da presença do comércio informal nas calçadas e canteiros centrais, com impacto na segurança e na percepção dela pela população no NF2; e por outro lado, impactaram no acesso da população a estas atividades, seja pela saída de negócios do NF1, seja pela realocação de parte das famílias em áreas com menor infraestrutura e menores oportunidades de trabalho. | Apoio a mercados, centros populares de compras e feiras com:<br>▪ Obras e ações de implantação, adequação, reformas e modernização de mercados e centros populares de compras, incluindo a implantação de Centro de Artesanato;<br>▪ Qualificação de feiras (fixas e itinerantes) e centros populares de compras (novos ou já implantados);<br>▪ Ações de capacitação e apoio ao empreendedorismo do segmento e à gestão dos mercados e feiras;<br>▪ Assessoria técnica para o planejamento e implementação do projeto, incluindo apoio na análise da cadeia de comércios e serviços oferecidos visando identificar elos faltantes e redundantes. | Investir na infraestrutura da economia popular de Maceió, como estratégia de fortalecimento da economia local e de polos econômicos regionais, de modo a:<br>▪ Mitigar os impactos da subsidência e da realocação das pessoas em relação ao tema com foco nos empreendedores;<br>▪ Melhorar as condições de acesso a comércios e serviços para famílias realocadas em áreas com menor infraestrutura e aquelas que permaneceram residindo no NF2 e estão sendo impactadas pela realocação de comércios e serviços;<br>▪ Fortalecer a dinâmica econômica de diferentes centralidades, favorecendo a ampliação de alternativas de trabalho de renda à população.<br>Trata-se de linha de ação sugerida pela Prefeitura Municipal de Maceió. | Demandas/ propostas apresentadas na escuta são contempladas por esta linha de ação<br>Em função de propostas realizada na Escuta, foi incluido novo item no escopo inicialmente proposto. |
| Atividade Pesqueira | A subsidência e a realocação tem impactado a atividade pesqueira desenvolvida na região. Os pescadores e suas lideranças destacam:<br>▪ a diminuição na área de pesca;<br>▪ a redução no escoamento da produção;<br>▪ a dificuldade de manutenção da atividade por parte dos realocados, em função da dinâmica entre atividade e território. | Ações de fortalecimento da atividade pesqueira na região impactada, abrangendo:<br>▪ Assessoria técnica para estruturação e organização das atividades econômicas da comunidade pesqueira, inclusive a partir do Centro de Apoio aos Pescadores que será construído por meio do Acordo do Flexal153;<br>▪ Capacitação técnica e profissional para pescadores, pescadoras e suas famílias, na cadeia produtiva da pesca e/ou em outras atividades econômicas; | Investir em ações para fortalecer a atividade pesqueira e apoiar pescadores e marisqueiras da região para o desenvolvimento de suas atividades, de modo a:<br>▪ Mitigar potenciais impactos da subsidência e da realocação das famílias na dinâmica de vida e no trabalho da comunidade pesqueira;<br>▪ Melhorar as condições de desenvolvimento e qualificar estas atividades, a partir de parcerias;<br>▪ Fortalecer a pesca artesanal como patrimônio cultural e social da cidade. | - |

[153] Cabe registrar que a construção de um Centro de Apoio aos Pescadores, linha de ação proposta no Diagnóstico entregue à Prefeitura, foi excluída deste documento, considerando a sua inserção no Acordo do Flexal.

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| | | ▪ Parceria com organizações do terceiro setor que desenvolvem atualmente ações socioambientais com os pescadores e pescadoras da lagoa Mundaú voltadas à ampliação e diversificação da atividade da pesca. | | |
| Atividade Econômica, trabalho e renda | Em entrevistas com órgãos do poder público e com os atores privados e da sociedade civil, identificou-se que os dados relativos à geração de trabalho e renda estão dispersos, não são transformados em informações para a tomada de decisão, e não há ferramentas tecnológicas de acompanhamento de projetos e políticas. Isto impacta na ação global do município, mas também na sua condição de lidar com impactos de subsidência e da realocação. | Ações de apoio ao Município no desenvolvimento de instrumentos de suporte ao planejamento e implementação de políticas públicas de desenvolvimento econômico abrangendo:<br>▪ Instrumentos de apoio à implementação de políticas de desenvolvimento econômico, trabalho e renda, por meio de assessoria especializada;<br>▪ Criação de plataforma de apoio às políticas e ações de desenvolvimento econômico em parceria com SEBRAE, SENAC, UFAL, entre outros, integrada às bases de dados sobre as atividades econômicas de MEIs, Pequena e Médias empresas disponíveis na Prefeitura (SEMEC e SEMTABES), de modo a gerar dados sobre a evolução da atividade econômica e a efetividade das ações para melhoria no nível de atividade econômica e competitividade das empresas. | Fortalecer a capacidade institucional do Município no desenvolvimento de políticas de desenvolvimento econômico, priorizando o tema economia, trabalho e renda, por meio do financiamento de instrumentos de suporte.<br>Esta ação se insere no contexto das medidas de compensação por trazer contribuições importantes para o desenvolvimento de políticas públicas da prefeitura e de acompanhamento de ações articuladas com atores como SEBRAE, SENAC, SENAI, BNB, e as ações conduzidas também por atores da sociedade civil. | – |

Elaboração: Diagonal, 2023.

### 8.3.3 Eixo 3 – Qualificação urbana e ambiental

O Eixo 3 abrange ações de qualificação urbana e ambiental em territórios estratégicos para o enfrentamento das alterações na dinâmica urbana provocadas pela desocupação da área afetada e pela realocação de famílias e negócios para outras regiões da cidade. Integra as diretrizes indicadas nos 5 item temáticos que resultaram em projetos urbanos e intervenções físicas, estruturadores ou pontuais, envolvendo medidas como dinamização de centralidades, reabilitação de espaços livres – praças, equipamentos de esporte e lazer – e intervenções de infraestrutura e serviços, como mobilidade e acessibilidade.

Face aos elementos mapeados e análise das medidas com capacidade de geração de maior impacto sobre os públicos e territórios abordados, o Diagnóstico do Eixo 3 foi apresentado à Escuta Publica considerando 5 diretrizes e 8 linhas de ação.

O Diagnóstico ora consolidado, após a Escuta, mantém as diretrizes e soma agora 9 propostas de linhas de ação em função do acréscimo de 1 nova linha de ação resultante de demanda e/ou proposta apresentada na Escuta, conforme apresentado adiante.

#### 8.3.3.1 Diretrizes de ação

A seguir são apresentadas as diretrizes de ação de compensação sociourbanística deste Eixo:

- Promover a reabilitação urbana e a valorização do entorno do NF1, garantindo segurança urbana e espaços verdes e estimulando a diversificação de atividades urbanas, reduzindo a condição negativa de proximidade com uma zona de risco e superando a imagem de degradação.
- Investir na implantação e/ou qualificação de espaços livres de convívio e lazer em territórios estratégicos do NF2 e NF3, priorizando locais com maior densidade populacional e vulnerabilidade social, com carência de infraestrutura e equipamentos urbanos.
- Fortalecer as centralidades do NF2 e do NF3, estimulando a diversificação de atividades e oportunidades de trabalho e geração de renda, qualificando as vias com acessibilidade e mobiliário urbano e promovendo a redução de deslocamentos motorizados, com prioridade para o transporte ativo.
- Requalificar áreas ambientalmente frágeis com arborização, proteção de grotas e riachos, microdrenagem e coleta de resíduos sólidos, promovendo ações educativas, convívio social e participação da comunidade.
- Fortalecer a capacidade institucional do Município para a gestão de políticas urbanas e de habitação, melhorando as condições de gestão de temas apontados como prioritários no PAS.

#### 8.3.3.2 Propostas de linhas de ação

A Matriz de Propostas de Linhas de Ação deste Eixo 3 está apresentada na Tabela 133, considerando a área temática, o contexto e/ou impactos abordados, com a justificativa de priorização. Tem-se um total de 9 Propostas de Linhas de Ação:

**Tabela 133. Matriz de Propostas de Linhas de Ação do Eixo 3**

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Espaços Públicos e Desenho Urbano | No NF2 os impactos da desocupação do NF1 são mais evidentes, além dos impactos da realocação das famílias. As visitas de campo e os relatos de entrevistados alertaram para sinais agravamento da sensação de segurança por conta da degradação de áreas limítrofes do NF1, ressaltando a necessidade de oferta de espaços qualificados de convivência. | Implantação de melhorias urbanas para a criação de espaços públicos de convivência, de pequena escala, no entorno imediato do NF1, contemplando as seguintes intervenções urbanísticas:<br>▪ Nivelamento de piso e implantação de mobiliário urbano, com iluminação, drenagem e paisagismo;<br>▪ Implantação de áreas de amenização urbana, recantos de convivência e mirantes;<br>▪ Implantação de equipamentos para atividades físicas.<br>São locais passíveis de implantação, a discutir: áreas vulneráveis, como o bairro do Bom Parto e a comunidade da Vila Saém, no bairro do Pinheiro; e regiões remanescentes do Farol e do Pinheiro. | Promover a reabilitação urbana e a valorização dos espaços públicos do entorno do NF1, com destaque para porções mais carentes dos bairros vizinhos, regiões que possuem alta densidade demográfica, indicadores de vulnerabilidade social e baixa disponibilidade e qualidade de espaços de convivência.<br>As propostas de melhorias oferecem qualificação dos espaços públicos, que cumprem um papel de espaço de extensão da moradia. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação.<br>Em função de proposta realizada na Escuta, foi adequado e ampliado o escopo inicialmente proposto. |
| Espaços Públicos e Desenho Urbano | A realocação das famílias repercute em novas demandas de oferta de infraestrutura e serviços urbanos.<br>Destacam-se as áreas mais densas, com condições mais críticas de vulnerabilidade social e de violência, e áreas com menor oferta de infraestrutura e de acesso a equipamentos urbanos. Tais condições reforçam a necessidade de ampliar a oferta de espaços públicos qualificados e seguros. Trata-se de uma linha de ação sugerida pela Prefeitura Municipal de Maceió. | Requalificação e criação de praças e áreas ajardinadas em territórios onde existe maior densidade de famílias realocadas e menor oferta de espaços públicos de lazer, contemplação e prática de esportes, incluindo:<br>▪ Reforma e reabilitação integral de praças, com implantação de equipamentos, mobiliário, iluminação e paisagismo com arborização;<br>▪ Implantação de novas praças, com os mesmos padrões do item anterior;<br>▪ Melhoramento das condições de acessibilidade e de arborização em vias do entorno das praças selecionadas;<br>▪ Intervenções pontuais em espaços públicos existentes, com áreas dedicadas a públicos prioritários. | Investir na oferta de espaços livres públicos de qualidade, destinados a lazer, contemplação e prática esportiva nos bairros integrantes do NF2 e NF3. São propostas ações de transformação da ambiência urbana local através da criação de espaços de sociabilidade e permanência, fomentando o sentimento de pertencimento comunitário, com a oferta de equipamentos de lazer e convívio social acessíveis e eficientes.<br>Propõem-se melhorias que podem proporcionar a ampliação de espaços urbanos seguros para as localidades, e a oferta de equipamentos capazes de atrair moradores do entorno. Desse modo, promove-se a prática do lazer e do convívio social e se ampliam as condições de acessibilidade universal, com estímulo à prática de atividades ao ar livre para todas as idades, com ênfase na mobilização de idosos e crianças na primeira infância. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação. |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Qualificação Urbana | A realocação de grande proporção da população originária do NF1 para áreas com menor oferta de infraestrutura, de serviços e de equipamentos urbanos dificulta a integração social e inibe sentimento de pertencimento da população realocada às áreas receptoras. | Reforma e ampliação da Vila Olímpica, equipamento público desativado, requalificando seus espaços internos e externos para atividades poliesportivas e de convívio social, com implantação de instalações e equipamentos desportivos (pista de atletismo, quadras poliesportivas, quadras de areia, pista de cooper, entre outros), paisagismo, qualificação dos acessos e estacionamento, abrangendo também a requalificação do espaço público em frente ao equipamento até o terminal de ônibus Village Campestre II, criando uma praça linear, com acessibilidade, iluminação e mobiliário urbano. | Fortalecer as propostas de reabilitação e valorização urbana do NF3, alcançando a população (realocada ou não) dos bairros da região, uma vez que se configura como equipamento de grande abrangência territorial, com especialização dos equipamentos esportivos. O projeto resgata um dos principais espaços de convivência daquela localidade, mantendo conexão direta com uma das centralidades propostas para requalificação (Projeto Centralidades).<br>Propõem-se melhorias para recuperar a Vila Olímpica Lauthenay Perdigão, equipamento degradado, servindo como equipamento de múltiplo uso, em perspectiva intergeracional, com espaços de convívio, fruição, integração social e cultural no NF3.<br>Trata-se de uma linha de ação sugerida pela Prefeitura Municipal de Maceió (Secretaria dos Esportes). | – |
| Centralidades e Mobilidade Urbana | O processo de realocação está provocando alterações na dinâmica do município, em especial do NF3, território mais periférico e que acolhe número significativo de famílias realocadas. Pode ocorrer, assim, o agravamento de problemas pré-existentes como a falta de acessibilidade universal nos espaços públicos, a tímida presença de redes ou rotas para o transporte ativo, o subdimensionamento das calçadas nas vias, entre outros. Estes desafios dificultam o acesso e a conexão entre centralidades, que são relevantes enquanto áreas de convergência. | Qualificação da malha viária de centros de bairros no NF2 e NF3, privilegiando o pedestre, para consolidar rotas que interliguem os centros locais a equipamentos urbanos, praças e terminais de ônibus, por meio de:<br>▪ Implantação de calçadas acessíveis e arborizadas, pavimentação e ciclovias;<br>▪ Instalação de novos abrigos de ônibus e mobiliário urbano;<br>▪ Instalação de sinalização viária (placas toponímicas);<br>▪ Intervenções para redução de velocidade dos automóveis, como apoio à promoção do tráfego calmo;<br>▪ Qualificação do entorno das feiras e/ou mercados locais e de | Mitigar impactos da realocação de um número elevado de famílias para áreas periféricas de Maceió, com a qualificação e reorientação da infraestrutura de mobilidade e acessibilidade nas centralidades desses bairros, entendidas como espaços de convergência de pessoas em busca de comércio, serviços, lazer e onde ocorrem trocas intermodais nos transportes públicos, potencializando sua vitalidade urbana.<br>Propõe-se melhorias no desenho urbano e na segurança do trânsito, com priorização do pedestre e implantação de mobiliário urbano e padrões de acessibilidade adequados. As intervenções adotam um modelo de Desenvolvimento Orientado ao Transporte (DOT) que promove a redução dos deslocamentos das pessoas. Promoverão o estímulo à economia local, o fortalecimento da conexão entre as | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação. |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| | | pequenos espaços de convivência - áreas de convergência da população. | centralidades, um espaço propício para atender as demandas cotidianas com mobilidade ativa (deslocamento a pé, bicicleta e outros modos não motorizados) e promoverão melhorarias nos espaços públicos de convivência. | |
| Meio Ambiente | A intensificação da ocupação urbana dos tabuleiros tende a agravar fragilidades ambientais identificadas no Diagnóstico Ambiental. Pôde-se identificar uma condição crítica pré-existente na oferta de áreas verdes e na escassez de arborização nas vias públicas, em grande parte dos bairros, sobretudo no NF3, território que recebe maior número de famílias realocadas originárias do NF1, área que contava com maiores vantagens locacionais. | Ação ampliada de plantio de arborização urbana a ser executada ao longo das vias públicas no NF2 e NF3. Serão plantadas milhares de mudas em quilômetros de vias, com formação de canteiros enriquecidos com espécies herbáceas e arbustivas e ações de educação ambiental. | Transformar uma área extensiva com arborização urbana nas vias públicas de Maceió. Somado à implementação de outros projetos de requalificação urbana, o projeto deverá contribuir para a melhoria da qualidade ambiental, paisagística e das condições de vida das populações residentes no entorno dos locais de intervenção.<br>Propõe-se melhorias que proporcionarão à população o benefício da amenização climática local, impacto especialmente relevante no contexto de Maceió, além da contribuição para a manutenção da biodiversidade local, da promoção de conforto visual e beleza cênica e da conscientização da comunidade local com atividades de educação ambiental. | - |
| Saneamento | O município lida com desafios pré-existentes em busca da consolidação de uma política de reciclagem e promoção do conceito de economia circular. Foi identificada uma baixa cobertura de serviços na coleta seletiva, e uma frágil adesão da população em iniciativas de conscientização e descarte correto de resíduos. | Ação de apoio à política de resíduos sólidos, por meio da construção de Ecopontos, com definição de novo layout e compra de equipamentos para o adequado processamento dos resíduos recicláveis, em locais a serem definidos em conjunto com o Município de Maceió. | Oferecer infraestrutura que favoreça a sensibilização da população no sentido de ter alternativas de um lugar para descartar resíduos recicláveis. Sejam resíduos secos de pequeno porte, resíduos de pequenas reformas e outros resíduos volumosos, como colchão, sofás etc., materiais que, por falta de alternativa, costumam ser descartados na cidade, em terrenos baldios, praças, córregos e canais de drenagem. | – |
| Meio Ambiente | A realocação de milhares de famílias pode agravar as fragilidades das áreas de cabeceiras que estão ainda sujeitas a à pressão da ocupação urbana. A isso se soma a carência existente de espaços de convivência dotados de cobertura vegetal, em grande parte dos bairros localizados nos tabuleiros. | Implantação de projeto de recuperação matas ciliares e implantação de trilhas ecológicas, como espaço de lazer e suporte para atividades de educação ambiental para as comunidades do entorno de Áreas de Preservação Permanente (APP) nas cabeceiras dos riachos que cruzam o município. | Apoiar o Município na proteção de áreas ainda parcialmente conservadas nas cabeceiras do Riacho Reginaldo e do Riacho Doce. A manutenção da cobertura vegetal das Áreas de Preservação Permanente, em cabeceiras de drenagem, exerce funções ambientais relevantes quanto à recarga de aquíferos, à proteção de erosão e à mitigação de riscos de | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação. |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| | | | deslizamentos de terra e de enchentes, assim como à proteção do próprio corpo hídrico.<br>Busca-se consagrar uma solução que contribua para a recuperação de funções naturalmente exercidas pela vegetação existente em áreas de vales e encostas e, ao mesmo tempo, viabilizar oportunidades de lazer, de contemplação, e de educação ambiental à comunidade. | |
| Planejamento Urbano, Habitação e Dinâmica Imobiliária | A falta de projetos de regularização fundiária e de atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) pode agravar os potenciais efeitos da realocação de milhares de famílias na cidade. Os instrumentos favorecem o monitoramento da situação urbana para apoiar a melhoria das condições de moradia e de acesso à terra. A realocação tem potencial para promover alterações na dinâmica urbano-habitacional do NF3, território com grande concentração de aglomerados subnormais e déficits pré-existentes em relação a infraestrutura e serviços urbanos. | Atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) do município de Maceió e formulação do Programa de Regularização Fundiária, consolidando um importante instrumental para a melhoria das condições de habitação e de acesso ao solo urbano, por meio da contratação de instituição ou empresa especializada para prestação dos serviços de assessoria e consultoria necessários. | Apoiar o Município no fortalecimento das ações voltadas à promoção do acesso à moradia adequada para a sua população. Aborda, em especial, a população de mais baixa renda residente em territórios mais vulneráveis e visa dotar o município de instrumentos que permitam compreender e lidar com potenciais alterações da dinâmica urbano-habitacional decorrentes do processo de realocação de famílias.<br>Trata-se da implantação de dois instrumentos estratégicos de planejamento e efetivação de iniciativas municipais necessárias ao enfrentamento das necessidades habitacionais de Maceió. | Demanda/ proposta apresentada na escuta é contemplada por esta linha de ação. |
| Centralidades e Mobilidade Urbana | Maceió ainda não elaborou seu Plano de Mobilidade, como exigido na lei federal nº 12.587/2012, para sistematizar uma política e seus instrumentos, assim como dedicar especial atenção aos impactos decorrentes da desocupação dos bairros e realocação de famílias e negócios, o que alterou a dinâmica de demanda e oferta de serviços de transporte público, em particular. | Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Maceió. | O apoio institucional para elaboração do Plano de Mobilidade constitui uma ação estratégica para que Maceió supere uma situação de inobservância às normas federais e que se habilite a construir respostas mais efetivas à nova dinâmica de mobilidade da capital. | Nova proposta, resultante de demanda apresentada na Escuta Pública. |

Elaboração: Diagonal, 2023.

### 8.3.4 Eixo 4 – Preservação da cultura e memória

O Eixo 4 abrange a análise de impactos e fragilidades que demandam ações de salvaguarda da cultura e do patrimônio material e imaterial da região e suas comunidades, em especial do bairro Bebedouro. Inclui diretrizes para a preservação da memória e identidade local, dos saberes e fazeres, das histórias de vida, dos grupos culturais, mas também ações para restauro, conservação e registro de bens culturais de natureza material e apoio a políticas públicas e ações, em parceria com a sociedade civil, de apoio às organizações e coletivos de cultura.

Face aos elementos mapeados e análise das medidas com capacidade de geração de maior impacto sobre os públicos e territórios abordados, o Diagnóstico do Eixo 3 foi apresentado à Escuta Publica considerando 2 diretrizes e 5 linhas de ação.

O Diagnóstico ora consolidado, após a Escuta, mantém as diretrizes e soma agora 6 propostas de linhas de ação em função do acréscimo de 1 nova linha de ação resultante de demanda e/ou proposta apresentada na Escuta, conforme apresentado adiante.

#### 8.3.4.1 Diretrizes de ação

São diretrizes de ação de compensação sociourbanística neste Eixo:

- Apoiar técnica e financeiramente o fortalecimento das manifestações culturais originais do território, por meio do fomento aos grupos, mestres e mestras dos bairros afetados, incluindo medidas imediatas para sua sobrevivência;
- Investir em ações relacionadas ao registro, preservação e salvaguarda da memória, das referências e do patrimônio cultural material e imaterial do território afetado.

#### 8.3.4.2 Propostas de linhas de ação

A Matriz de Propostas de Linhas de Ação deste Eixo 4 está apresentada na Tabela 134, considerando a área temática, o contexto e/ou impactos abordados, com a justificativa de priorização. Tem-se um total de 6 Propostas de Linhas de Ação:

**Tabela 134. Matriz de Propostas de Linhas de Ação do Eixo 4**

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Patrimônio e Cultura | A dispersão da população por conta da subsidência dificulta a conservação de práticas culturais associadas e das redes de colaboração e apoio, além de dificultar dinâmicas socioeconômicas e desenvolvimento ligadas a esse segmento. Especialmente, levando em conta o fato do NF1 ser um território que desfrutava de uma vida cultural significativa na memória coletiva do município e do estado. | Elaboração de edital de fomento de apoio a cultura, com promoção por agente privado ou do terceiro setor, visando a contratação de artistas e grupos afetados pela desocupação dos bairros atingidos pela subsidência, com preferência para aqueles com perfil de atuação em cultura e patrimônio, para compor programação de apresentações e festejos em espaços públicos, oficinas culturais em escolas públicas, produção de conteúdo cultural e curso de formação para agentes e grupos culturais.<br>▪ Esse modelo de contratação, via agente privado, permite mais flexibilidade e adequação de método e abordagem, o que garante maior alcance do público-alvo pretendido, incluindo as organizações e grupos culturais mais frágeis em termos de formalidades institucionais. | Justifica-se pela importância de apoiar os grupos culturais e artistas em seu processo de reestabelecimento de vínculos afetivos e sociais, das redes de colaboração e apoio e das relações interpessoais interrompidos em decorrência da dispersão da população no território. O deslocamento das práticas culturais demanda uma ação mais consistente de promoção e apoio, para que a mudança espacial não acarrete riscos à continuidade dessas festividades e das práticas culturais associadas.<br>Propõe-se ações de fomento e apoio às atividades e produções culturais dos grupos e artistas de Maceió, com preferência para aqueles afetados pela desocupação dos bairros. Contemplam a realização de apresentações e festejos em espaços públicos, de oficinas culturais em escolas públicas, assim como a produção de conteúdo cultural diverso. O objetivo é fortalecer o patrimônio cultural de Maceió, apoiando também a reprodução e a continuidade das atividades culturais dos grupos e artistas afetados em seus novos territórios.<br>Trata-se de uma linha de ação sugerida pela Prefeitura Municipal de Maceió. | Demandas/ propostas apresentadas na escuta são contempladas por esta linha de ação.<br>Em função de proposta realizada na Escuta, foi adequado e escopo inicialmente proposto. |
| Patrimônio e Cultura | A partir da desocupação da área afetada e da realocação da população residente, os grupos culturais sofreram um processo de dispersão, enfrentando dificuldades na manutenção de suas rotinas de encontro e ensaios, assim como a busca de novos espaços de apoio para as atividades regulares e para apresentações públicas. | Desenvolvimento de Programa de Apoio aos Grupos Culturais, com apoio financeiro direto, para manutenção das atividades dos grupos culturais oriundos do NF1, a ser direcionada por meio de patrocínio, em período transitório até o lançamento dos Editais. | A ação atende a demandas dos grupos culturais organizados oriundos do NF1, com destinação de verba direta e procedimentos simplificados, para viabilizar ações de curto prazo visando manter a continuidade de suas atividades culturais, com financiamento de espaços para ensaios, transporte, vestuário, equipamentos, entre outros. | Nova proposta, resultante de demanda/ problema apresentado na Escuta Pública |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Patrimônio e Cultura | Durante o Diagnóstico, entrevistados citaram a escassez de equipamentos de cultura, esporte e lazer como impacto da realocação, fator agravado por conta da interdição de locais importantes no apoio às manifestações culturais locais no NF1, como praças públicas, escolas e CRAS, usados tanto para ensaios quanto para a realização de eventos. | Implantação de equipamento de uso público com finalidade cultural – Espaço Cultural – destinado à preservação da memória, da história e da identidade da população e do território dos bairros afetados, com espaços voltados a produção, reprodução e desenvolvimento da cultura maceioense, podendo ser estabelecido em uma nova construção ou em reforma de um imóvel existente, localizado preferencialmente no NF2. | Ofertar um lugar tecnicamente adequado para a guarda, conservação e extroversão do acervo a ser constituído pelas ações de pesquisa e documentação junto à população local, assim como ofertar um novo espaço de produção e reprodução da cultura popular cotidiana. Busca-se superar a carência identificada de equipamentos públicos diretamente ligados à cultura na região, uma vez que muitas atividades eram realizadas, anteriormente, em escolas e no CRAS.<br>Propõe-se a construção de um espaço cultural concebido com o intuito de expor as pesquisas e materiais coletados nos Projetos Memória e Inventário do Patrimônio Cultural, de forma a preservar a memória do território e da população que antes habitava a área afetada, com áreas e espaços destinados a produção e celebração de manifestações culturais. Além disso, propõe-se que seja um equipamento público capaz de promover novas oportunidades para fortalecimento de laços familiares e de vizinhança, permitindo que as dinâmicas culturais locais, dispondo de mão-de-obra capacitada e apoio financeiro, possam constituir uma rede de economia criativa. | Demandas/ propostas apresentadas na escuta são contempladas por esta linha de ação. No entanto, há uma distinção no porte e na complexidade entre o equipamento proposto na Escuta Pública e o previsto no PAS, o que precisará ser equalizada na etapa de validação dos projetos entre as Partes do Acordo. |
| Patrimônio e Cultura | A subsidência não simbolizou apenas a destituição de um território no NF1, mas o esvaziamento de um lugar culturalmente simbólico para o município. A ruptura de laços de vizinhança e a realocação de parte significativa das famílias para o NF3, território que não conta com as mesmas vantagens locacionais, além de lidar com um déficit pré-existente em relação a distribuição de espaços públicos que poderiam servir para práticas culturais, pode dar origem a um possível apagamento da memória local. | Elaboração de edital para contratação de pesquisas e criações com caráter artístico, etnográfico e/ou histórico, visando captar a cultura e a identidade do território e das comunidades que viviam na área afetada, como: celebrações e modos de viver; marcos simbólicos; referenciais paisagísticos; histórias de vida; objetos e manifestações do luto; produção de iconografia e maquetes relativas ao patrimônio da área desocupada, entre outros temas relacionados à memória do território e sua população. | Mitigar o impacto do apagamento da memória local, por meio da criação de acervo composto pelo registro da memória e identidade dos bairros afetados. O projeto busca conservar os modos de viver da população local e sua relação com o território, bem como registrar a expressão dos impactos da subsidência e da desocupação dos bairros afetados, como o esvaziamento das atividades urbanas e desarticulação das manifestações culturais que ali se realizavam.<br>Propõem-se pesquisas de caráter etnográfico e/ou histórico e criações artísticas, que abordam, de forma mais aberta, as múltiplas possibilidades de registro relativos à memória e à identidade local. Este acervo deverá ser integrado, conforme projeto expográfico, a um espaço cultural que possa abrigar o registro das expressões culturais dos bairros afetados, assim como da subsidência e seus efeitos na dimensão da memória e identidade da população. | Demandas/ propostas apresentadas na escuta são contempladas por esta linha de ação. Em função de proposta realizada na Escuta, foi adequado e escopo inicialmente proposto. |

| Área Temática | Contexto/ Impactos | Propostas de Linha de Ação | Justificativa | Correspondência na Escuta Pública |
|---|---|---|---|---|
| Patrimônio e Cultura | O esvaziamento do NF1, território com fortes aspectos identitários e culturais perante a notável conexão entre as dimensões material (edificações, estruturas, obras de arte) e imaterial (atividades, conhecimentos, apropriações), agrava o sentimento de luto sentido a população realocada e ao município em si. Em especial, perante a ausência de equipamentos públicos diretamente ligados à cultura. | Realização de inventário de referências culturais (materiais e imateriais) na área afetada, de forma participativa, contendo diretrizes de salvaguarda e orientações à gestão pública. | Face à perda das referências culturais locais e sentimento de luto com a desocupação, o projeto busca realizar o registro da memória, dos aspectos identitários e dos modos de viver da população, assim como o registro das edificações de interesse histórico-cultural e seu conjunto urbano, da paisagem lagunar e demais sítios significativos do território afetado. Em resposta a essa realidade é que se conceberam as diretrizes de inventário, tombamento, registro e chancela do patrimônio cultural material e imaterial voltado à população realocada e ao território afetado<br>Propõem-se a realização de inventário de referências culturais dos bairros seguindo uma metodologia consolidada pelo IPHAN. O inventário documenta, de maneira mais formal e acadêmica, todo um conjunto de componentes do patrimônio material e uma ampla gama de manifestações e sujeitos de expressão do patrimônio imaterial, de modo a configurar um panorama do que representa a pluralidade do patrimônio cultural do lugar.<br>Trata-se de uma linha de ação sugerida pela Prefeitura Municipal de Maceió. | Demandas/ propostas apresentadas na escuta são contempladas por esta linha de ação.<br>No entanto, há uma distinção em relação à abrangência do estudo. Propõe-se no PAS o inventário dos 5 bairros afetados pela subsidência, enquanto a proposta recebida na Escuta Pública propõe inventariar o patrimônio cultural de todo o município. |

Elaboração: Diagonal, 2023.

Com este conjunto de diretrizes e linhas de ação propostas tem-se a proposta técnica para nortear o debate acerca dos investimentos do PAS. Somadas as propostas apresentadas nos 4 Eixos tem-se 42 potenciais linhas de ação. Cabe destacar que alguns destas linhas de ação podem se desdobrar em várias intervenções, como é o caso, por exemplo, da proposta de "Qualificação de espaços livres públicos em territórios estratégicos no NF2 e no NF3", apresentado no Eixo 3 e possível de ser desenvolvidos em vários territórios estratégicos, tema que também compõe a discussão sobre priorização de investimentos.

## 8.4 Resultados do Diagnóstico Técnico-Participativo e próximos passos do PAS

Conforme a Cláusula 64, que estabelece o escopo da presente contratação, a Diagonal realizou as atividades necessárias ao desenvolvimento deste Diagnóstico cujo objetivo é subsidiar a discussão de MPF, MPE e Município sobre os projetos para as ações compensatórias de caráter sociourbanístico.

Conforme apresentado ao longo deste documento, estas atividades compreenderam: realização dos estudos técnicos com coleta, pesquisa e análise de dados necessárias/ acessíveis no prazo; escuta às comunidades, nos termos previstos no Plano de Trabalho para o processo participativo desta fase; e realização das atividades da Agenda Institucional, debatendo esses conteúdos com o setor público, em especial o Município; e consolidou-se com o processo de Escuta Pública realizada ao longo de março e abril de 2023.

Nos termos propostos no Plano de Trabalho, foram apresentados aqui os resultados do Diagnóstico Técnico, mas também os complementos decorrentes dos diálogos realizados após a sua entrega, incluindo a proposta de linhas de ação a serem analisadas para a decisão acerca das medidas de compensação sociourbanísticas a serem financiadas com os recursos previstos na Cláusula 67 do Termo de Acordo. Estas linhas de ação foram propostas considerando os estudos técnicos, as propostas da Agenda Institucional e o processo participativo na fase de elaboração do Diagnóstico, incluindo as propostas recebidas na fase da Escuta Pública.

Entende-se que a partir dos elementos apresentados neste Diagnóstico Técnico-Participativo Pós Escuta Pública, o diálogo entre as partes do Acordo e a sociedade civil conformará as bases da próxima fase de trabalho, com a definição do panorama de investimentos acordado e a relação de projetos prioritários, a partir da qual tem-se a elaboração do Plano de Ações Sociourbanísticas em si.

Este processo de pactuação entre as partes do Acordo pode pressupor um processo de priorização do investimento do PAS. Caso aplicável, considerando as características dos impactos mapeados e das ações propostas, recomenda-se que sejam considerados elementos como: custo e prazo de implantação; nível de prioridade para a sociedade civil e gestão pública; e potencial de compensação (contemplando a análise do alcance da ação, público atendido e demais critérios técnicos acordados).

A análise dos quadros de Linhas de Ação e sua relação com as demandas e propostas apresentadas no processo de Escuta Pública que se relacionavam ao escopo do PAS, mostra uma convergência importante entre as linhas de ação propostas em cada eixo e demandas e problemas também trazidos pela população. Destacando-se que várias das linhas de ação propostas também já incorporam propostas feitas pela Prefeitura de Maceió no processo de diálogo em curso.

Neste momento, a sequência do Plano de Trabalho que resultará na formulação do PAS depende da definição dos projetos pelas partes do Acordo e a continuidade do processo participativo.

Estas definições são importantes e urgentes para que se comece a efetivar as medidas de compensação sociourbanísticas, cujo detalhamento ainda será dialogado com a sociedade, para se chegar no produto final, o Plano de Ações Sociourbanísticas, documento que conterá o conjunto de projetos a serem implementados.



# 9. Referências

## 9.1 Referências Metodologia, processo de trabalho, caracterização socioterritorial

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Desapropriação e Reassentamento. Diretrizes Básicas para os Programas de Remoção e Reassentamento – Brasília, 2018.

BRASIL, Lei 5788/90. Estatuto da Cidade. Presidente da República em 10 de julho de 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. Plano Diretor Participativo – Guia para a Elaboração pelos Municípios e Cidadãos. Brasília, 2004. Disponível em: <plano_diretor_040608.indd (economia.gov.br)>. Acesso em: ago 2021.

BRASIL. Conselho das Cidades. Resolução n° 25/2005, de 18 de março de 2005. Disponível em: Microsoft Word - ResolucaoN25De18DeMarcoDe2004.doc (mprs.mp.br). Acesso em: 10 ago 2021.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. Caderno CRH, UFBA, nº 26/27, p. 19-40, 1997.

CERQUEIRA, L. Guia do Diagnóstico Participativo. Flacso Brasil. 2ª Edição: 2021.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes.” “3 ed. ”“ Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010.

DEMATTEIS, Giuseppe. “Contesti e situazioni territorial in Piemonte. Abbozzo di uma geografia regionale dei possibili”, Urbanística, n0 96, outubro, 1988.

FELKER-KANTOR. E; WOOD C. H. Female households and food insecurity in Brazil. Food insecurity, dez 2012. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/257788794_Female-headed_households_and_food_insecurity_in_Brazil.

JANUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil. Campinas: Alínea, 4. ed., 2009.

MADIANITA Nunes da Silva, Adauto Lucio Cardoso, Rosana Denaldi (org). Urbanização de favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belém: UFPA, 2007.

MERCÊS, J.; FARIAS, M; CASTRO, F. Deslocamento compulsório em Tucuruí: sintoma, sofrimento e mal-estar. Revista Papers do NAEA online Periódicos-UFPA, vol. 28, n. 2, p. 132-149, 2019.

SABATÉ, Joaquin. Proyectar el Territorio em Tiempos de Incertidumbre. Barcelona, UPC, ETSAB,Comgrafic S.A., 2008.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. Edusp, 2002.

SILVA, Nivaldo Aureo Nascimento da. Abordagens participativas para o design: metodologias e plataformas sociotécnicas como suporte ao design interdisciplinar e aberto a participação. 2012. 67 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Tecnologias da Inteligência e Design Digital, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SIMÕES, G.L.; SIMÕES, J.M. Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, MA: 2015.

SPOSATI, A.; KOGA, D. São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais. São Paulo: SENAC, 2013.

VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. Cad. Saúde Pública, v.14, supl.2, p.S07-S18, 1998.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In DEAK, Csaba e SHIFFER, Sueli (org).

O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999a. p. 169-243.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva/ Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.

## 9.2 Referências Eixo 1

### Assistência Social

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.ht>. Acesso em: 20 jul 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do SUAS – 01/2005**: construindo as bases para implantação do sistema Único de Assistência Social. Brasília: MDS/SNAS, 2012. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf>. Acesso em: 13 jul 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.742, de 7 de dezembro de 1993.** Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 22 jul 2021.

__. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

DIAGONAL CONSULTORIA. **Plano de Ações Sociais**: Processo Participativo, Leitura Comunitária integrada. Maceió, agosto/2021.

HAESBAERT, Rogerio. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Geógrafos. Universidade Federal de Porto Alegre, p. 11-24, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis.** v. 10, p. 37-45, 2007.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. **Diário Oficial, de 10 de setembro de 2021**. Dispõe sobre o Plano Plurianual Municipal – PPAM para o quadriênio de 2022 a 2025. Disponível em: <http://www.participa.maceio.al.gov.br/participa-maceio/principal.faces>. Acesso em: 22 jul 2021.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social de Maceió 2018-2021**. Maceió: SEMAS, 2018.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: ago 2021.

REDE INTERGERACIONAL DE INFORMAÇÕES PARA SAÚDE. **Demografia e saúde**: contribuição para análise de situação e tendências/ Rede Intergeracional de Informações para Saúde. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2009.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MDS/UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: MDS/Unesco, 2009.

## Educação

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica**. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Razões, Princípios e Programas. Brasília, 2007. Disponível em: <http:// mec.gov.br>. Acesso em: ago 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio e no ensino médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer392004.pdf>. Acesso em: ago 2021.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Mais Brasil PPA 2012-2015**: Relatório de Comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO)/Alterações do PPA 2012-2015/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. Brasília: MP/SPI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral do Ensino Fundamental. **Ensino Fundamental de nove anos: passo a passo do processo de implantação**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, v.1, n. 2, p. 34, 2009. Disponível em: <http://mec.gov.br> Acesso em: jul 2021.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http:// mec.gov.br/arquivos/pdf/idb.pdf>. Acesso em: ago 2021.

_____. **Lei nº 8.405, de 09 de janeiro de 1992**, com a redação dada pela Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, citado pelo PDE. CAPES. Educação Básica. Formação do Magistério. Disponível em: <http:// mec.gov.br>. Acesso em: ago 2021.

DUFFY, M. E. Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. **Journal of Nursing Scholarship**, v. 19, n. 3, p. 130-133, 1987.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar de 2020**. Brasília: MEC, 2021.

_____. **Indicadores Educacionais**. Painel INEP. 2020; 2019; 2018. Brasília: MEC, 2021.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió, Volume I. Maceió, 2021.

_____. Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió, Volume II. Maceió, 2021.

_____. Painel dos Indicadores Educacionais do Município de Maceió, Volume III. Maceió, 2021.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, J. F.; ANDRADE, R. Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. **Avaliação de Políticas Públicas em Educação.** Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, 2006.

## Juventude

BOUDON, Raymond et al. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Razões, Princípios e Programas. Brasília, 2007. Disponível em: <http:// mec.gov.br>. Acesso em: ago 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na educação profissional técnica de nível médio e no ensino médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer392004.pdf>. Acesso em: ago 2021.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Mais Brasil PPA 2012-2015**: Relatório de Comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO)/Alterações do PPA 2012-2015/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. Brasília: MP/SPI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral do Ensino Fundamental. **Ensino Fundamental de nove anos: passo a passo do processo de implantação**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, v.1, n. 2, p. 34, 2009. Disponível em: <http://mec.gov.br> Acesso em: jul 2021.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://mec.gov.br/arquivos/pdf/idb.pdf> Acesso em: ago 2021.

_____. **Lei nº 8.405, de 09 de janeiro de 1992**, com a redação dada pela Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, citado pelo PDE, pág. 16. CAPES. Educação Básica. Formação do Magistério. Disponível em: <http://mec.gov.br>. Acesso em: ago 2021.

_____. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude-SINAJUVE. Diário Oficial da União, p. 1-1, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: ago 2021.

CASTRO, M. H. G. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan/jun 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: ago 2021.

DUFFY, M. E. Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. **Journal of Nursing Scholarship**, v. 19, n. 3, p. 130-133, 1987.

HANUSHEK, E. A.; LUQUE J. A. Efficiency and Equity in Schools around the World. Mimeo, 2002.

FRANCO, C.; BONAMINO, A. A pesquisa sobre característica de escolas eficazes no Brasil: breve revisão dos principais achados e alguns problemas em aberto. **Revista do Programa de Pós Graduação - Educação online PUC-Rio**, n. 1, p. 2-13, 2005.

IBAM, Insitituto Brasileiro de Administração Municipal. **Habitação de interesse social em Maceió**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <https://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/manual_maceio.pdf>. Acesso em: ago 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar de 2020**. Brasília: MEC, 2021.

_____. **Indicadores Educacionais**. Painel INEP. 2020; 2019; 2018. Brasília: MEC, 2021.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, 2005.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. A alocação do tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola. **Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 2000.

LIBÂNEO, J. C. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MINCER, J. **Schooling, experience, and earnings**. New York: National Bureau of Economic Research, 1974.

OLIVEIRA, R. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p.661-690, out 2007.

OMS, Organização Mundial de Saúde; OPS, Organização Panamericana de Saúde. **La salud del adolescente y el**

**joven en las Américas**. Washington: Organización Panamericana de la Salud, 1985.

ONU HABITAT BRASIL. Diagnóstico Participativo e Analítico da Segurança Urbana em Maceió. **Prosperidade Urbana Sustentável e Inclusiva no Estado de Alagoas**: Uma Iniciativa Integrada, Maceió, dez 2019. Disponível em <https://dados.gov.br/dataset/seguranca-urbana-diagnosticos-e-estrategias-para-maceio>. Acesso em: ago 2021.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/index.php>. Acesso em: ago 2021.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: ago 2021.

RIANI, J. de L. R.; RIOS NETO, E. L. G. Background familiar versus perfil escolar do município: qual possui maior impacto no resultado educacional dos alunos brasileiros?. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 25, p. 251-269, 2008.

SÁTYRO, N. G. D.; SOARES, D. S. O Impacto da Infra-Estrutura Escolar na Taxa de Distorção Idade-Série das Escolas Brasileiras de Ensino Fundamental – 1998 a 2005. Brasília: IPEA, 2008.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 17, n. 2, 2010.

SOARES, J. F.; ANDRADE, R. Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. **Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, 2006.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. Estudo de boas práticas de educação pública em escolas avaliadas pela Prova Brasil. **Caderno de campo – orientações e instrumentos de trabalho para os pesquisadores**. Brasília: MEC, UNICEF, 2006.

_____. O direito de ser adolescente. Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília: UNICEF, 2011.

_____. **Plataforma dos Centros Urbanos 2017-2020**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/plataforma-dos-centros-urbanos-2017-2020/mapa-homicidios-adolescentes-maceio> Acesso em: ago 2021.

## Primeira Infância

ALAGOAS. Ministério Público de Alagoas, **Rede Infância de Maceió**. Disponível em: <https://sistemas.mpal.mp.br/MapaInfancia/principal/sobre>. Acesso em: 26 jul 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 29 jul 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania, **VIS DATA 3**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 29 jul 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde, **DATASUS**. Disponível em: < http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/mat10AL.def>. Acesso em: 26 jul 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde, **E-gestor Atenção Básica.** Disponível em: https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCoberturaAB.xhtml >. Acesso em: 28 jul 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Nacional de Promoção, **Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasilia: Conselho Nacional dos

Direitos da Criança e do Adolescente, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 12 set 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasilia: Conselho Nacional de Assistência Social, 2004.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal**. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 09 jul 2021.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Observatório da Criança e do Adolescente**. Disponível em: https://www.observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/primeira-infancia/1308-taxa-de-mortalidade-atribuida-a-fontes-de-agua-inadequadas-saneamento-inadequado-e-falta-de-higiene-segundo-grupos-etarios?filters=1,2174;1731,2174>. Acesso em: 20 jul 2021:

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, **Sinopses e Estatísticas da Educação Básica,** 2018, anexo I. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 25 jul 2021.

_____. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**, 2018, anexo II. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica. Acesso em: 25 jul 2021.

_____. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**, 2019, anexo I. Disponível em http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 25 jul 2021.

_____. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica,** 2019, anexo II. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica >. Acesso em: 25 jul 2021.

MACEIO, Prefeitura Municipal. Secretaria de Saúde de Maceió; **Plano Municipal de Saúde de Maceió; 2018-2021**; Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/pdf/2018/10/PLANO-MUNICIPAL-ATUALIZADO-EM-18-09-20181.pdf>; Acesso em: 04 ago 2021.

MACEIO, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió**, Mapeamento da Rede Socioassistencial Pública**. Disponível em <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1UlUXg2NfM5Ou-GXXs-sNbj6WzIk&ouid=0&ll=-9.624352740640687%2C-35.65701540454103&z=11>. Acesso em: 16 jul 2021.

MACEIO, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió; Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/2021/05/visitadores-do-primeira-infancia-cidada-passam-por-capacitacao/>. Acesso em: 02 ago 2021;

MACEIO, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação de Maceió, **Painel de Indicadores Educacionais do Município de Maceió,** Volume III. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/pdf/2021/07/VOLUME-III.pdf>. Acesso em: 23 jul 2021.

_____. **Painel de Indicadores Educacionais do Município de Maceió.** Volume I. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/pdf/2021/07/VOLUME-I.pdf>. Acesso em: 23 jul 2021.

_____. **Plano Municipal pela Primeira Infância 2020 – 2030**, 2020. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Plano-Municipal-Educacao_internet.pdf>. Acesso em: 18 jul 2021;

_____. Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, **Unidades e Procedimentos**. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/sms/unidades-e-procedimentos/>. Acesso em 26 jul 2021.

NEUPERT, R. F. El cálculo de las idades simples en las proyecciones de población. **Población y Desarrolo**, 2018.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: ago 2021.

UFAL, Universidade Federal de Alagoas. **Núcleo de Desenvolvimento infantil**. Disponível em: https://ufal.br/ufal/institucional/orgaos-de-apoio/academico/nucleo-de-desenvolvimento-infantil-ndi. Acesso em: 16 jul 2021;

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para Criança. Análises das desigualdades sociais na infância e adolescência em Maceió 2017 – 2020. Brasilia: UNICEF, 2020.

## Pessoa Idosa

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.ht>. Acesso em: 20 jul 2021.

_____. **Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003.** Estatuto do Idoso**.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasilia: Senado Federal, 2003. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70326/672768.pdf. Acesso: 20 jul 2021.

_____. **Lei nº 7.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 22 jul.2021.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasilia: MDS/SNAS, 2013.

_____. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

_____. **Norma Operacional Básica do SUAS – 01/2005**: construindo as bases para implantação do sistema Único de Assistência social. Brasília: MDS/SNAS, 2012. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf>. Acesso em: 13 jul 2021.

DIAGONAL CONSULTORIA. **Plano de Ações Sociais**: Processo Participativo, Leitura Comunitária integrada. Maceió, Agosto/2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ILC-BRASIL. **Envelhecimento Ativo**: **Um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade**. Rio de Janeiro: Centro Internacional de Longevidade Brasil, 2015.

IPEA, Insituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Vulnerabilidade Social.** 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 10 jul 2021.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. **Diário Oficial, de 10 de setembro de 2021**. Dispõe sobre o Plano Plurianual Municipal – PPAM para o quadriênio de 2022 a 2025 Disponível em: <http://www.participa.maceio.al.gov.br/participa-maceio/principal.faces>.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação de Maceió** (2015-2025). Maceió: SME, 2015.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social de Maceió 2018-2021**. Maceió: SEMAS, 2018.

MEDEIROS, Suzana. Como pensar a vida. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 75, p. 187-190, set 2003.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: ago 2021.

## SAÚDE

BRASIL. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>. Acesso em: jul 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Mortalidade Infantil e na Infância.** Brasília, 2018. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2018/setembro/13/Oficina-mortalidade-materna-e-infantil-CIT-MESA-Ana-Nogales.pdf>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico**, Brasília, 2005. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Plano Nacional de Preparação e Resposta às Emergências de Saúde Pública – Guia para Gestão Municipal**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_preparacao_resposta_desastre_inundacoes_gestao_municipal_SUS.pdf>. Acesso em: jul 2021.

BRUCHÊZ, A. et all. Análise da utilização do estudo de caso qualitativo e triangulação na Brazilian Business. **Review Espacios**. v. 37, n. 5, p. 24, 2016. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a16v37n05/16370524.html>. Acesso em: jul 2021.

BUSS, P.M. & FILHO, A.P. A Saúde e seus Determinantes Sociais. PHYSIS: **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jul 2021.

CORREIO DOS MUNICÍPIOS. **Hospital Escola Portugal Ramalho cria plano de contingência e projetos com aplicabilidade virtual.** Site de notícias de 20 de abril de 2021.Maceió. Alagoas. Disponível em Correio municípios. disponível em: <https://www.correiodosmunicipios-al.com.br/2021/04/hospital-escola-portugal-ramalho-cria-plano-de-contingencia-e-projetos-com-aplicabilidade-virtual-complexo-de-saude-mental-totalizou-54-068-atendimentos-durante-o-ano-de-2020-betty-costa/>. Acesso em: jul 2021.

COSTA, L. Q. & PINTO, E. P. & SILVA, M. G. C. Tendência temporal das Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária em crianças menores de cinco anos de idade no Ceará, 2000 a 2012. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 51-60, jan/mar 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/CRkYnbchwXLrvGWtS3df36D/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: jul 2021.

FIOCRUZ. **Guia de Preparação e Respostas do Setor Saúde aos Desastres**. Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/adbdf1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF>. Acesso em: jul 2021.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Câmara Municipal. **Relatório de Gestão da Saúde. Quadrimestres 2019 e 2020**. Maceió. Disponível em: <https://www.maceio.al.leg.br/documentos/docs/doc.php?filepath=sessoes&id=389>. Acesso em: jul 2021.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Secretaria Estadual de Saúde. **Distritos Sanitários e Unidades de Saúde de Maceió**. 2013. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/admin/documento/2013/11/Distritos-e-Unidades-de-Sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Guia de Matriciamento da Saúde Mental – Guia Para Profissionais do CAPS e NASF de Maceió.** Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/pdf/2019/09/Guia-Matriciamento-em-Sau%CC%81de-Mental_versa%CC%83o-final-2.pdf>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Plano Municipal de Saúde 2018-2021**. Maceió, 2017. Disponível em: <https://sargsus.saude.gov.br/sargsus/login!consultarRelatorioExterno.action?tipoRelatorio=01&codUf=27&codTpRel=01>. Acesso em: jul 2021.

NARVÁEZ, L.; ORTEGA, G. P. &LAVELL, A. La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos.

Proyecto Apoyo a la Prevención de Desastres en la Comunidad Andina - PREDECAN. Lima, Perú: Secretaria General de la Comunidad Andina, 2009.

NUNES, J. & PIMENTA, D.N. **Epidemia de Zika e os Limites da Saúde Global.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/gwvcht4Scg5wL3rnyLWcq7y/abstract/?lang=pt>. Acesso em: jul 2021.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Proteger a saúde frente à mudança climática: avaliação da vulnerabilidade e adaptação**. Brasília: OPAS, 2014. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/dmdocuments/Miolo%20Mudanca_Climatica_PORT.pdf>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Sistemas de saúde resilientes: relatório de progresso.** 72a sessão do comitê regional da OMS para as Américas. Sessão virtual, 28 e 29 de setembro de 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/CD58-INF-14-f-p-saude-resilientes.pdf>. Acesso em: jul 2021.

PEIXOTO, S.V.; ASMUS, C.I.R.F. O desastre de Brumadinho e os possíveis impactos na saúde. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 72, n. 2, 2020. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252020000200012>. Acesso em: jul 2021.

ROMÃO, A et al. Avaliação dos impactos sobre a saúde do desastre da mineração da Vale. **Desastre da Vale em Brumadinho: Impactos sobre a saúde e desafios para a gestão de riscos**. Rio de Janeiro: ENSP, ICICT, IOC, 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/32268/3/Nota_Tecnica_Brumadinho_impacto_Saude_01022019.pdf>. Acesso em: jul 2021.

SILVA, MA et al. Sobreposição de riscos e impactos no desastre da Vale em Brumadinho. **Ciência e Cultura.** São Paulo, v. 72, n. 2, 2020. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252020000200008&script=sci_arttext&tng=pt>. Acesso em: jul 2021.

UNIFESP, Universidade Federal de São Paulo. **Gestão Local de Desastres Naturais para a Atenção Básica**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/37492/2/Curso%20AB.pdf>. Acesso em: jul 2021.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu/34947983/Vergara_sylvia_constant_projetos_e_relatorios_de_pesquisa_em_administracao_150205113714_conversion_gate>. Acesso em: jul 2021.

## Segurança Urbana

ALAGOAS. **Secretaria Estadual da Segurança Pública**. Disponível em: <http://seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/>. Acesso em: ago 2021.

DIAGONAL CONSULTORIA. **Plano de Ações Sociais**: Processo Participativo, Leitura Comunitária integrada. Maceió, agosto/2021.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. **Diário Oficial do Município de Maceió**. Dispõe sobre o Plano Plurianual Municipal – PPA para o quadriênio de 2022 a 2025 Disponível em: <http://www.participa.maceio.al.gov.br/participa-maceio/principal.faces>. Acesso em: set 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros**. 2014. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Estudo_conceitualespacos_ubanos_seguros_2014.pdf>. Acesso em: ago 2021.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: ago 2021.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: ago 2021.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: ago 2021.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: ago 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FÓRUM BRASILEIRO DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>. Acesso em: ago 2021.

ONU HABITAT. **Diagnóstico Participativo e Analítico da Segurança Urbana em Maceió**. 2019a. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/4ca62527-ecb1-4854-8785-1b3af1cc5540/resource/396a450f-1e24-40a2-8a60-c916ac195410/download/relatorio_ diagnosticoparticipativoanalitico.pdf>. Acesso em: ago 2021.

_____. **Mapa Rápido Participativo (MRP) – Flechal de Cima**. 2019b. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/relatorios-descritivos-dos-mapas-rapidos-participativos-mrp-das-grotas-de-maceio/resource/0f4fdd52-86de-4364-b48c-8a5f9b53f7c9>. Acesso em: ago 2021.

_____. **Diagnóstico, propostas e estratégias de ações para o desenvolvimento socioeconômico**. 2020. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/cffebf54-7d27-4626-8cd2-9db4e70c48b8/resource/86530eb3-ca40-4928-a2bf-0dbb3923b5a5/download/ relatoriotematico_desenvsocioeconomico.pdf>. Acesso em: ago 2021.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Segurança Cidadã**. 2020. Disponível em: <https://medium.com/@pnud_brasil/segurança-cidadã-6e9168ac0b55>. Acesso em: ago 2021.

## 9.3 Referências Eixo 2

### Emprego e Renda

ALAGOAS. Painel do Emprego em Alagoas. **Alagoas em Dados e Informações Estatísticas**. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/painel-do-emprego>. Acesso em: 12 ago 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Receita Federal**. Disponível em:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>. Acesso em: 25 jul 2021.

_____. Ministério do Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).** Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/empregador/caged>. Acesso em: 10 ago 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 ago 2021.

_____. **Sistema de Contas Nacionais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso em: 10 ago 2021.

JORNAL DE ALAGOAS. Caderno de Economia de 17/08/2021. **Alagoas é o estado do NE que apresenta melhor desempenho econômico na retomada**. Disponível em:

<https://www.jornaldealagoas.com.br/economia/2021/08/17/2633-alagoas-e-o-estado-do-ne-que-apresenta-melhor-desempenho-economico-na-retomada>. Acesso em: 18 ago 2021.

## Atividade Pesqueira

ALAGOAS. **Lei n° 7.618, de 5 de maio de 2014**. Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, cria o Sistema Estadual de Pesca e Aquicultura, e dá outras providências. Disponível em: http://www.pesca.al.gov.br/legislacao/Lei%207618%20diario_oficial_2014-05-06%20L.pdf. Acesso em: 15 jul 2021.

_____. **Lei n° 8.316, de 22 de setembro de 2020**. Institui o Programa Pescador Legal e dá outras providências. Disponível em: http://www.agricultura.al.gov.br/documentos. Acesso em: 10 jul 2021.

ALVES, F. A doença mental nem sempre é doença: racionalidades leigas sobre sofrimento mental. Porto: Edições Afrontamento, 2010. 296p.

ANA, Agência Nacional de Águas. Plano de ações e gestão integrada do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba– CELMM. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2006. 124 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução CONAMA n° 454/2012, de 01 de novembro de 2012**. Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/iso-2022-jpjaresoluo-20454-20-20conama-pdf. Acesso em: 10 ago 2021.

CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. **World Development**, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 10 jul 2021.

CHAMBERS, R.; GUIJT, I. PRA (Participatory Rural Appraisal)-Five Years Later: where are we now?. **Forests, Trees and People Newsletter**, Suécia, n. 26/27, p. 4-13, 1995.

CHARMAZ, K. A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa., Porto Alegre: Artmed Editora, 2009. 272p.

DA SILVA, D.F.; SOUSA, F.A.S. Proposta de Manejo Sustentável para o Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú/Manguaba (AL). **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.1, n. 2, p. 78-94, 2008.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília, 2018, 176 p.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. **Lei Orgânica do Município de Maceió, de 02 de abril de 1990**. Disponível em: https://www.maceio.al.leg.br/documentos/docs/doc.php?filepath=publicacoes&id=1. Acesso em: 10 jul 2021

_____. **Lei nº 5.486, de 30 de dezembro de 2005**. Institui o Plano Diretor do município de Maceió, estabelece diretrizes gerais de Política de Desenvolvimento Urbano e dá outras providencias. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/Maceio_PlanoDiretorAL.pdf. Acesso em: 10 jul 2021

NEVES, J.L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. São Paulo: **Revista de Gestão**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

SANTOS, E.C.; SAMPAIO, C.L.S. A Pesca Artesanal na Comunidade de Fernão Velho, Maceió (Alagoas, Brasil): de Tradicional a Marginal. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 13, n. 4, p. 513-524, 2013.

SILVA-FILHO, R.; SANTOS, N.; SANTOS, M.C.; NUNES, A.; PINTO, R.; MARINHO C.; LIMA, T.; FERNANDES, M.P.; SANTOS, J.C.C.; LEITE, A.C.R. Impact of environmental mercury exposure on the blood cells oxidative status of fishermen living around Mundaú lagoon in Maceió – Alagoas (AL), Brazil. **Ecotoxicology and Environmental Safety**, v. 219, 2021.

SOUSA, M.J.; BAPTISTA, C.S. Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios: segundo Bolonha, Lisboa: Pactor, 2012. 192p.

TAMANO, L.T.O.; ARAUJO, D.M; LIMA, B.B.C.; SILVA, F.N.F.; SILVA, J. Socioeconomia e saúde dos pescadores de *Mytella falcata* da Lagoa Mundaú, Maceió-AL. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. V. 10, n. 3, p.699-710, 2015.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático**. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

## 9.4 Referências Eixo 3

### Espaços Públicos e Desenho Urbano

BRAGA, Karina Peixoto. **A praça na cidade de Maceió - Análise da evolução espacial e de usos**. 2003. 148f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2003.

CAMPOS, Ana Cecilia; QUEIROGA, Eugenio Fernandes; GALENDER, Fany; et al. **Sistemas de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagem**. [S.l: s.n.], 2011.

CARVALHO, Lina Martins de. Processo de Urbanização em Área de bacia endorreica: caracterização dos padrões de ocupação dos espaços construídos e dos espaços livres de construção em Maceió – AL. 2012. 141f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

JAPIASSÚ, Luana Andressa Teixeira. Expansão Urbana de Maceió, Alagoas: Caracterização do processo de crescimento territorial urbano em face do Plano de Desenvolvimento – de 1980 a 2000. 2015. 165f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

MACEDO, S. S.; QUEIROGA, E. F.; GALENDER, F. C.; CAMPOS, A. C. de A.; CUSTÓDIO, V.; DEGREAS, H.; GONÇALVES, F. M. Os Sistemas de Espaços Livres na Constituição da Forma Urbana Contemporânea no Brasil: Produção e Apropriação (QUAPÁSEL II). **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 30, p. 137-172, 2012. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i30p137-172. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/78112. Acesso em: 05 set 2021.

MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira; BUARQUE, Priscila Andreza dos Santos; Os subcentros como novas centralidades em Maceió-Alagoas. **Anais do VII Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade**. São Paulo: Blucher, p. 672-677, 2020.

SANTANA, Lucycleide Santos. **Os vazios urbanos nos centros de cidades como lugar para a habitação de interesse social : o caso de Maceió/ AL**. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

### Meio Ambiente e Saneamento

ALAGOAS. Plano Diretor da Região Hidrográfica Pratagy: Relatório Final, 2006.

ANA, Agência Nacional de Águas. Plano de ações e gestão integrada do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba – CELMM. Brasília, 2006.

ANA, Agência Nacional de Águas. Estudos Hidrogeológicos para Subsidiar a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos Subterrâneos na Região Metropolitana de Maceió Vol. II - Geologia, Hidrogeologia e Hidroquímica. Brasília: ANA, SIP, 2011a.

ANA, Agência Nacional de Águas. Estudos Hidrogeológicos para Subsidiar a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos Subterrâneos na Região Metropolitana de Maceió Vol. IV - Avaliação da Recarga Natural, Reservas e Potencialidades dos Aquíferos; Exutórios Naturais, Balanço Hidrogeológico e Análise Econômica da Água Subterrânea; Plano de Gestão e Seleção de Pontos para Implantação de Sensores Telemétricos. Brasília: ANA, SIP, 2011b.

ANDRADE, E. L.; CALHEIROS, S. Q. C.; CONCEIÇÃO, D. N. Áreas Críticas a Ocupação Urbana Sujeitas a Deslizamento de Terra na Bacia Hidrográfica do Riacho Reginaldo, Maceió-AL. **Revista Contexto Geográfico**,

Maceió-AL, v. 3, n. 5, jul 2018.

ALMEIDA, A. J. P.; FERREIRA NETO, J. V. Mapeamento de Áreas Impermeáveis Para Caracterização da Urbanização da Bacia Endorreica do Tabuleiro do Martins, Maceió-AL. **Revista Contexto Geográfico**, Maceió, v. 2, n.3, p. 100–109, jul 2017.

BERTRAND, C.; BERTRAND, G. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Ed. Massoni, 2009. p. 29-56; 304-345.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA 396 de 03 de abril de 2008**. Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Municipal de Redução de Risco. Maceió, AL**. vol. 1-5. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação 5 de 3 de outubro de 2017** – Anexo XX – Do controle e da vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde (Brasil). **Vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano**. Ministério da Saúde, 2006.

BISPO, Carlos de Oliveira et al. Ocupação Irregular de Encostas Urbanas no Município de Maceió-AL. **Revista Okara: Geografia em debate**, v. 13, n. 1, p. 216-229, João Pessoa, 2019.

BLEINROTH, L. J. M., JÚNIOR, C. R. M. L, AMORIM, E. L. C. Aplicação do Índice de Qualidade da Água (IQA-CETESB) em rios de Maceió-AL. **XIII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste**. Novembro 2016

CPRM, Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió, AL, vol.1-3, 2019.

CPRM. Mendes, Vanildo Almeida (Org.) **Geologia e Recursos Minerais do Estado de Alagoas**. Programa Geologia do Brasil. Recife, 2017.

CPRM. Carta de susceptibilidade a movimentos Gravitacionais de Massa e Inundação- Município de Maceió, AL. Escala 1:70.000. 2014.

CPRM. Mapa geológico do Estado de Alagoas. Recife, 2015.

CPRM. Tereza Cristina Bittencourt Villanueva **(**Org.). **Geodiversidade do Estado de Alagoas.** Salvador, 165 p, 2016.

DUARTE, R. e MANHAS, A. **A Laguna Mundaú No contexto urbano de Maceió (AL) a partir da implantação da Salgema Indústrias Químicas S.A**. 70ª Reunião Anual da SBPC. UFAL, Maceió, 2018. Em: www.sbpcnet.org.br/livro/70ra/trabalhos/resumos/2789_1831a334d487c1e47c5454b62aef2190f.pdf

HIGHLAND, L.M, and BOBROWSKY, Peter., **The landslide handbook – A guide to understanding landslides**: Reston, Virginia, U.S. Geological Survey Circular 1325, 129p. 2008.

IMA, Instituto do Meio Ambiente de Alagoas. **Plano de Manejo da APA do Catolé e Fernão Dias**. Construtora SAUER Ltda. Maceió, 2019.

LIMA, Robson Bezerra et al. Qualidade das águas subterrâneas na bacia endorreica do Tabuleiro dos Martins. **Revista de Geografia**. V.37, Nº 3, 2020.

LIRA, Thaisa Kelly da Silva. A qualidade da água em riachos do complexo estuarino lagunar Mundaú-Manguaba – CELMM. 2019.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. **Plano de Saneamento Básico do Município de Maceió/ AL**. Fase II. Elaboração do Plano de Saneamento Básico. Etapa 6. Relatório final do PMSB. Volume 1, Relatório Síntese, outubro/2017.

MENDES, Newton César de Lima et al. Análises dos indicadores físico-químicos, microbiológicos e parasitológicos de contaminação ambiental em amostras de água da Lagoa Mundaú, em Alagoas. **Revista Principia**, João Pessoa, 2020.

SANTOS, Emmanuel A. **As paisagens do plano e os planos da paisagem: Da paisagem no planejamento ao planejamento com a paisagem**. 2002. 206 p. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,

Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

VIEIRA, et al. Análise do Perfil Epidemiológico da leptospirose no Município de Maceió no período de 2010 a 2015: da notificação ao desfecho. 2015.

## Planejamento Urbano

BRAIN INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA. Estudos sobre o Mercado Imobiliário de Maceió.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Política Pública e Distribuição de Renda: O caso de Alagoas. **XIII Encontro Nacional de Economia Política**, João Pessoa, 2008. Anais do XIII Encontro Nacional Celso Furtado: Diálogos desenvolvimentistas, São Paulo: SEP, 2008. Disponível em: www.sep.org.br. Acesso em: ago 2009.

CPRM, Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió, AL. Volume II, Aspectos Geomorfológicos e do Histórico de Ocupação do Bairro. 2019

CUNHA, Rodrigo Procópio. SANTOS, Caroline. ARAÚJO, Flávia de Souza. Os Impactos do Programa Minha Casa Minha Vida em Maceió/AL: o caso da Vila dos Pescadores. **Enanpur**. 2017.

DUARTE, Adriana Guimarães. ALMEIDA, Eveline Maria Athayde. **Fragmentos das memória: a evolução urbana nos 200 anos de história em Maceió, Alagoas**. Temas da diversidade: Experiências e práticas de pesquisa.

IPEA, Insituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Vulnerabilidade Social.** 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 10 jul 2021.

FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Índice de preços de imóveis anunciados FIPEZAP Venda Residencial.** Janeiro de 2019 a junho de 2021. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/publicacoes/relatorios/#relatorio-fipezap&fipezap>. Acesso em: 11 jul 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Déficit Habitacional municipal no Brasil - 2010**. Belo Horizonte, 2013.

GLOBAL DESIGNING CITIES INITIATIVE/ NACTO. **Global Street Design Guide**. Disponível em: https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide. 2016. Acesso em 2021.

JAPIASSÚ, Luana Andressa Teixeira. Expansão urbana de Maceió, Alagoas: caracterização do processo de crescimento territorial urbano em face do plano de desenvolvimento de 1980 a 2000. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. 2015

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Habitação de Interesse Social em Maceió**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2005.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Plano estratégico municipal para assentamentos subnormais do município de Maceió. Maceió, 2001.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Secretaria de Habitação Popular e Saneamento. **Plano Local de Habitação de Interesse Social: Produto C Diagnóstico do setor habitacional**. Maceió, 2013.

MACEIÓ. Prefeitura Municipal. Maceió +25: posicionamento estratégico e modernização da gestão. Maceió, 2015.

MACEIÓ. Plano Local de Habitação de Interesse Social: Produto E e F, síntese das propostas e plano de ação. Maceió, 2018.

MACEIÓ. **Lei nº 5486 de 30 de dezembro de 2005**. Institui o Plano Diretor Municipal. Maceió, 2005.

MACEIÓ. **Lei nº 5593 de 8 de fevereiro de 2007**. Institui o Código de Urbanismo e Edificações do Município de Maceió. Maceió, 2007.

MELO, Tainá Silva Melo. Moradia dos mais pobres e o Programa Minha Casa Minha Vida: Um estudo sobre Maceió, Alagoas. **Enanpur**, 2019.

SANTOS, Alexandre Felipe de Vasconcelos. **Avaliação territorial para a elaboração de Anel Viário na Região Metropolitana de Maceió – Alagoas**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas. Centro Universitário Tiradentes. Maceió, 2018.

SINDUSCON ALAGOAS. **Índice de Velocidade de Vendas 2011 a 2021**. Múltiplos relatórios.

## Centralidades e Mobilidade Urbana

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Infraestrutura. Plano de Mobilidade Urbana, projetos básicos, executivos e operacionais para a implantação de rede de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) no trecho Maceió - Centro/ Aeroporto internacional Zumbi dos Palmares. Maceió, 2015.

BUARQUE, Priscila e MARISCO, Luciane. Os subcentros como novas centralidades em Maceió – Alagoas. VII Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade. Fortaleza, 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em: jul 2021.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Estudo de Transportes Urbanos de Maceió - Plano Diretor de Transportes Urbanos – PDTU, 1982.

CARLTON, Ian. Histories of Transit-Oriented Development: Perspectives on the Development of the TOD Concept, Working Paper 2009-02. University of California, Berkeley.

CORTEZ. F. Mobilidade urbana em Maceió/AL: a bicicleta como meio de reforçar a escala humana da cidade. UFSC. Florianópolis, 2011.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL Programa de Especialização em Gestão de Negócios. O desenvolvimento de uma nova rede de transporte público urbano de Maceió-AL utilizando a tecnologia através de pesquisas origem destino dia dados de celulares, visando a eficiência operacional. 2020. Disponível em: <https://repositorio.itl.org.br/jspui/bitstream/123456789/471/1/O%20desenvolvimento%20de%20uma%20nova%20rede%20de%20transporte%20p%c3%bablico%20urbano%20de%20Macei%c3%b3-AL.pdf>. Acesso em: jul 2021.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Concorrência Nacional CEL-SMG Nº01/2015. **Anexo 01 - Projeto Básico**.

MACEIÓ. Prefeitura Municipal. **Caderno Técnico** para as Audiências Públicas de revisão do Plano Diretor de Maceio de 20 de fevereiro e 12 de março de 2016.

MACEIÓ. **Lei Municipal Nº 5.486, de 30/12/2005**. Institui o Plano Diretor de Maceió, Alagoas.

MACEIÓ. **Lei Municipal Nº 5.593, de 08/02/2007**. Institui o Código de Urbanismo e Edificações de Maceió, Alagoas.

MCNALLY, M. G. **The four step model**. Institute of Transportation Studies and Department of Civil and Environmental Engineering University of California, Irvine CA 92697, USA.

PORTO MARINHO. **Caderno Técnico**, 2016.

SILVA, Fernanda C. **Mobilidade urbana em Maceió/AL: a bicicleta como meio de reforçar a escala humana da cidade**. 266 p. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

THOMAS, R.; POJANI, D; LENFERINK, S; BERTOLINI, L; STEAD, D; KRABBEN, E. Is transit-oriented development (TOD) an internationally transferable policy concept? **Regional Studies**. p 1201-1213, 2018.

WRI Brasil. DOTS nos Planos Diretores: Guia para inclusão do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável no planejamento urbano. 2018. Em: www.wribrasil.org.br/sites/default/files/DOTS_nos_Planos_Diretores_abr18.pdf

## 9.5 Referências Eixo 4

### Cultura e Identidade

ALAGOAS. Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos. **Movimento dos Povos das Lagoas realiza 13ª edição do Mundaú Lagoa Aberta**. Disponível em: http://mulheredireitoshumanos.al.gov.br/noticia/item/2065-movimento-dos-povos-das-lagoas-realiza-13-edicao-do-mundau-lagoa-aberta. Acesso em: 25 ago 2021.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Cultura. **Folguedos Natalinos**. Disponível em: http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/mapeamento-cultural/cultura-popular/folguedos-dancas-e-tores/folguedos-natalinos. Acesso em 17 ago 2021

BERGMAN, Manfred Max. Hermeneutic Content Analysis: textual and audiovisual analysis within a mixed methods framework. **Sage handbook of mixed methods in social & behavioral research**. London, p. 379-396, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura; IPHAN; UFAL. **Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas - Relatório Final**. 2008. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio_final_mapeamento_alagoas_PNPI(1).pdf. Acesso em 01 set 2021

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 48a edição, 2003, São Paulo, Global.

GOMES, Mariana de Melo. Da opacidade à visibilidade: o espaço livre público e as recentes manifestações culturais da periferia da orla lagunar de Maceió – AL. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas. 2018.

BORBA. C. e BARRETTO, M. Políticas públicas de cultura e turismo, e sua influência na profissionalização de grupos tradicionais. O caso dos Maracatu de Pernambuco, Brasil. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Em: https://www.pasosonline.org/Publicados/13215/PASOS41.pdf#page=91

PORTAL G1. **Evento busca dar visibilidade à região da orla lagunar de Maceió**. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/evento-busca-dar-visibilidade-a-regiao-da-orla-lagunar-de-maceio.ghtml. Acesso em: 20 ago 2021.

ZONZON, M. Economia solidária da cultura: estratégias de gestão para a sustentabilidade de grupos culturais. UFBA, Salvador, 2017.

### Patrimônio Cultural

ADEMIR, José; PIMENTEL, Jair Barbosa. **História do Bom Parto**. Bairros de Maceió, s/d. Disponível em: <http://bairrosdemaceio.net/bairros/bom-parto>. Acesso em: jul 2021.

ALAGOAS. **Decreto nº 38081, de 13 de julho de 1999**. Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 35.245, de 26 de dezembro de 1991, implementando disposições de convênios, e dá outras providências. Maceió, AL.

_____. **Lei nº 4741, de 17 de dezembro de 1985**. Dispõe sobre o tombamento de bens para integração no Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado de Alagoas e dá providências correlatas.

_____. **Lei nº 6513, de 22 de setembro de 2004**. Institui no âmbito da administração pública estadual o registro do Patrimônio Vivo do Estado de Alagoas – RPV-AL - e dá outras providências.

_____. **Lei nº 7172, de 30 de junho de 2010**. Altera a redação dos Arts. 2º e 4º da Lei Estadual nº 6.513, de 22 de setembro de 2004, que instituiu, no âmbito da administração pública estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Alagoas – RPV/AL.

_____. **Lei nº 7285, de 30 de novembro de 2011**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que

constituem patrimônio cultural alagoano e dá outras providências.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Cultura. **Cultura Alagoana**. Disponível em: <https://www.estado-de-alagoas.com/cultura-alagoana.htm>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Mapeamento cultural**. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/mapeamento-cultural>. Acesso em: jul 2021.

ALTAVILA, J. **História da Civilização das Alagoas**. 8ª ed. Maceió: EDUFAL, 1988.

ALVES, Virgínia Bárbara de Aguiar. O filé: arte e cultura no Pontal da Barra em Maceió (Brasil) e em Margaride (Felgueiras, Portugal). Coleta de informação e preservação da memória. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas,** v. 3, n. 2, p. 130–137, 2014. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/paginasaeb/article/view/605>. Acesso em: jul 2021

AMORIM, M. **Filé produzido na região lagunar é certificado pelo INPI**. Fundação Municipal de Ação Cultural, Maceió, AL. Publicado em: 3 ago. 2016. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/2016/08/file-produzido-na-regiao-lagunar-e-certificado-pelo-inpi>. Acesso em: jul 2021.

ANTUNES, Verônica Nascimento Brito; SILVA, Jacilene dos Santos; BRITO, Mônica Nascimento. O patrimônio cultural imaterial de Alagoas como estratégia de desenvolvimento territorial. **Geosul**, v. 33, n. 69, p. 47–65, 2018. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.5007/2177-5230.2018v33n69p47>. Acesso em: jul 2021.

ARANTES, A. A. Patrimônio cultural e cidade. In: Carlos Fortuna & Rogerio Proença Leite (orgs.), **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Almedina, p. 11-24. 2009.

BARROS, Carlina Rocha de Almeida. O patrimônio em essência: Uma experiência de aplicação do Inventário de Referências Culturais nos Sítios Tombados de Maceió. **Anais Anpur 2013**. Florianópolis: Anpur. 2013. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/313/304>. Acesso em: jul 2021.

BEZERRA, E. Configurações em torno de uma identidade ornamental: a emergente identidade cultural alagoana. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2007.

BEZERRA, Edson de Gouveia; SILVA NETO, Edson; VIANA, Ernani. Imaginário sururu: um patrimônio a contrapelo. **Rosa dos Ventos**, v. 6, n. 1, p. 96–116, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4735/473547039009.pdf>. Acesso em: jul 2021.

BEZERRA, Edson. **Manifesto Sururu.** História de Alagoas. 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/manifesto-sururu.html>. Acesso em: jul 2021.

BEZERRA, Jamile. **AL tem mais de 600 sítios arqueológicos**: em Maceió, crescimento desordenado da cidade dificulta descoberta de artefatos antigos. Gazeta de Alagoas, 2019. Disponível em: https://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=335501. Acesso em: jul 2021.

BITTENCOURT, Ednor. **Os antigos carnavais de Maceió**. Corrupio – Memórias 2. Maceió, 1992. História de Maceió. 2017. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/os-antigos-carnavais-de-maceio.html>. Acesso em: jul 2021.

BONDUKI, Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos. Brasília: IPHAN. 2012.

BRANDÃO, M. **Vade mecuum do turista em Alagoas**. Maceió: Instituto Histórico de Alagoas. 1937.

BRANDÃO, O. **Canais e lagoas**. Maceió: Edufal, 2001.

BRANDÃO, Théo. **Folguedos natalinos de Alagoas**. Maceió: UFAL, 1961, p. 76.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 11483, de 31 de maio de 2007**. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Ministério da Cultura,

Instituto do Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. **Portaria IPHAN nº 420, de 22 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

**CARTA DE CRACÓVIA**. Cracóvia: Conferência Internacional Sobre Conservação, 26 out. 2000.

CAVALCANTI, B. C.; Barros, R. R. **Maceió cidade negra diversidade e espacialidade de manifestações, bens e serviços afro-brasileiros.** Mapeamento Cultural do Afro-Brasileiro em Maceió. Programa de Ações Afirmativas (PAAF); MEC/ Universidades; Ministério da Saúde. 2006.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECE, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil: Legislação e Políticas Estaduais.** 1ª ed. Brasília: Unesco, Educarte. 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrimonio_Imaterial_no_Brasil_Legislacao_e_Politicas_Estaduais(1).pdf>. Acesso em: jul 2021.

CAVALCANTI, Veronica Robalino. **La production de l´espace à Maceio (1800-1930).** Tese de doutorado em Ciência Social e Sociologia, Institut d´Etude du Developpement Economique et Social, Universite de Paris, Pantheon-Sorbonne, Paris.

CHASAN, Flávia Bezerra. **Grupos de Bumba-meu-boi de Maceió**. Universidade Federal da Bahia. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17399>. Acesso em: jul 2021.

COSTA, Craveiro. **Estrada de Bebedouro, um dos primeiros caminhos para Maceió**. História de Alagoas, 2020. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/estrada-de-bebedouro-um-dos-primeiros-caminhos-para-maceio.html>. Acesso em: jul 2021.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. 2. ed. Maceió: SERGASA, 1981.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2013.

DIEGUES JR. Manual folguedos populares de Alagoas. Maceió: DAC. 1958.

DIEGUES JR., M. **O Bangüê das Alagoas**. Maceió: Edufal. 2002.

DUARTE, A. **Folclore Negro das Alagoas**. 2ª edição. Maceió: Edufal, 2010

_____. Histórico da coleção perseverança. In: Raul Lody (org.), **Coleção Perseverança: um documento do Xangô alagoano**. Maceió: UFAL/ Rio de Janeiro: FUNARTE; Instituto Nacional do Folclore. pp. 5-6. 1985.

FERREIRA, Heridan de Jesus Guterres Pavão. Entre o Profano e o Sagrado: Práticas Religiosas que Sacralizam o Bumba-meu-boi. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais** – Diversidades e (Des) Igualdades. Salvador, 7 a 10 de agosto de 2011, UFBA. PAF I e II. Campus de Ondina.

FRANÇA, Ranilson. Arte Popular de Alagoas. In: PEDROSA, Tânia de Maya (Org.) **Arte Popular de Alagoas**. 2000.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: jul 2021.

INPI, Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **INPI concede indicação geográfica para bordado filé alagoano**. 2016. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/noticias/inpi-concede-indicacao-geografica-para-bordado-file- alagoano>. Acesso em: jul 2021.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

_____. **Carta de Restauro**. Ministério da Instrução Pública, Governo da Itália, 1972. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário**. Brasília, 2019. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/503>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Normas de Quito**. Quito, 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Portaria nº 366, de 04 de setembro de 2018**. Dispõe sobre diretrizes a serem observadas para projetos de prevenção e combate ao incêndio e pânico em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno, assim como em bens inscritos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário.

_____. **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018**. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.

_____. **Portaria nº 407, de 21 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária, em conformidade com o art. 9º da Lei n.º 11.483/2007.

_____. **Resolução de São Domingos**. I Seminário Interamericano sobre experiências na conservação e restauração do patrimônio monumental do período colonial e republicano. São Domingos, 1974. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resoluc%CC%A7a%CC%83o%20de%20Sa%CC%83o%20Domingos%201974.pdf>. Acesso em: jul 2021.

LEMOS, João Victor. **Bom Parto da paróquia do padre Brandão Lima e da Fábrica Alexandria**. História de Alagoas, 2019. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/bom-parto-da-paroquia-do-padre-brandao-lima-e-da-fabrica-alexandria.html>. Acesso em: jul 2021.

LIMA JUNIOR, Felix. **Festejos Populares em Maceió de Outrora**. Coleção Cadernos da AABB. Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/o-natal-de-felix-lima-junior-em-bebedouro.html>. Acesso em: jul 2021.

LIMA JUNIOR, Felix. **Os antigos blocos carnavalescos de Maceió**. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/os-antigos-blocos-carnavalescos-de-maceio.html>. Acesso em: jul 2021.

LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**. Maceió: SERGASA, 1992.

LIMA, M. C. A importância sócio-econômica, cultural e ambiental do sururu (mytella charruana) na terra de Alagoas: como se valorar esse recurso à luz de princípios da economia ecológica? **Revista Incelências**, v. 4. n.1, 2015.

LINDOSO, D. **Uma cultura em questão: a alagoana**. Maceió: Edufal. 1981.

LINDOSO, D. **A propósito de um Manifesto Sururu**. 2010. Disponível em: <http://outrasimagensperifericas.blogspot.com.br/p/manifesto-sururu.html> Acesso em: 28 de julho de 2021.

LYRA, Cyro Côrrea. Preservação do patrimônio edificado: A questão do uso. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

MACEIÓ. **Lei nº 3538, de 23 de dezembro de 1985**. Altera o Código de Posturas de Maceió.

MACEIÓ. **Lei nº 4952, de 06 de janeiro de 2000**. Altera a lei nº 4687/98, que dispõe sobre o perímetro urbano de Maceió, a divisão do município em Regiões Administrativas e inclui o abairramento da zona urbana e dá outras providências.

MACEIÓ. **Lei nº 5593, de 08 de fevereiro de 2007**. Código de Urbanismo e Edificações do Município.

MACEIÓ. **Lei Municipal Nº 5.486, de 30/12/2005**. Plano Diretor de Maceió, Alagoas. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/sedet/plano-diretor-de-maceio/>. Acesso em: jul 2021.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. **Unidades Especiais de Preservação (UEPs).** Disponível em: <https://docplayer.com.br/13663672-Unidades-especiais-de-preservacao-ueps.html>. Acesso em: jul 2021.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente e Secretaria Adjunta de Planejamento Urbano. **Plano de ações estratégicas para os bairros: Bebedouro, Mutange, Pinheiro e Bom Parto**. Maceió, 2020. Disponível em:

<http://gazetaweb.globo.com/fotosPortal/portal_gazetaweb_com/documentos/ba7e5371a712b6835668503580468ccd.pdf>. Acesso em: jul 2021.

MELLO, Janaína Cardoso de. 2013. Mestres das Artes, Mestres do Patrimônio. Por uma Economia da Cultura em Alagoas a partir do Artesanato em Barro. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal: ANPUH. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364933458_ARQUIVO_ArtigoCompletoJanaina.pdf>. Acesso em: jul 2021.

MUNIZ FILHO, Antonio; SPINASSE, Marcos Antonio. O lugar, suas imagens e representações: uma proposição para Rua Sá e Albuquerque – Maceió. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade,** v. 4, n. 15. P. 241–259, set/dez 2018. Disponível em: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.v4n15p241-259>. Acesso em: jul 2021.

OLIVEIRA, Andréa Nascimento de. **Políticas culturais, identidade e memória em Maceió: A religiosidade afro-brasileira como Ponto de Cultura**. Universidade Federal de Alagoas. 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1436/1/Políticas culturais%2C identidade e memória em Maceió a religiosidade afro-brasile.pdf>. Acesso em: jul 2021.

OLIVEIRA, Mario Mendonça. **A documentação como ferramenta de preservação da memória**. Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2008.

PALMA, Niara Clara; DAL'LAGO Hendges, Graziela. Projeto urbano e novas territorialidades: o caso de Itá, Santa Catarina, Brasil. **V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo**. Barcelona: DUOT, p. 823-840, 2013. Disponível em <https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14491/PALMA_Niara.pdf>. Acesso em: jul 2021.

BORBA, C.; BARRETO, M. Políticas públicas de cultura e turismo, e sua influência na profissionalização de grupos tradicionais. O caso dos Maracatu de Pernambuco, Brasil. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. v.13, n. 2. P. 359-373. 2015. Disponível em: https://www.pasosonline.org/Publicados/13215/PASOS41.pdf#page=91. Acesso em: ago 2023.

PEDROSA, Ari Lins. **Bebedouro.** Bairros de Maceió, s/d. Disponível em: <http://bairrosdemaceio.net/bairros/bebedouro>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Bom Parto**. Bairros de Maceió, s/d. Disponível em: <http://bairrosdemaceio.net/bairros/bom-parto>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Mutange**. Bairros de Maceió, s/d. Disponível em: <http://bairrosdemaceio.net/bairros/mutange>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Pinheiro**. Bairros de Maceió, s/d. Disponível em: <http://bairrosdemaceio.net/bairros/pinheiro>. Acesso em: jul 2021.

PEREIRA, Parmênides Justino. **Educação popular e consciência política na luta pelo espaço urbano: A resistência da vila de pescadores de Jaraguá**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/254026/1/Pereira_ParmenidesJustino_D.pdf>. Acesso em: jul 2021.

PIMENTEL, Jair Barbosa. **Bebedouro**. Bairros de Maceió, s/d. Disponível em: <http://bairrosdemaceio.net/bairros/bebedouro>. Acesso em: jul 2021.

_____. **A história do Estádio do Mutange**. Bairros de Maceió, s/d. Disponível em: <http://bairrosdemaceio.net/bairros/mutange>. Acesso em: jul 2021.

PORTAL AGENCIA ALAGOAS. **Filé alagoano já ocupa mais da metade dos artesãos de Alagoas e terá selo de origem**. Disponível em: <www.agenciaalagoas.com.br>. Acesso em: jul 2021.

PORTAL ARQUITETURA ALAGOANA. Passado e Presente – Localidade de Bebedouro. Maceió, 2016-2017. Disponível em: <http://arquiteturaalagoana.al.org.br/index.php/memoria/passado-e-presente/bebedouro-2/>. Acesso em: jul 2021.

_____. **Arquitetura Alagoana**. s/d. Disponível em: <http://arquiteturaalagoana.al.org.br/index.php/temas/uep/>.

Acesso em: jul 2021.

PORTAL ESTACOES FERROVIARIAS. **Bebedouro**. Estações Ferroviárias do Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/alagoas/bebedouro.htm>. Acesso em: jul 2021.

RAFAEL, Ulisses; MAGGIE, Yvonne. Sorcery objects under institutional tutelage. **Vibrant Virtual Brazilian Anthropology,** v. 10, n. 1, p. 276–342, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/vibrant/788>. Acesso em: jul 2021.

REIS, Daniel. Entre o Museu e o Carnaval: Circulação e Usos Sociais de um Objeto. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, v. 11, n. 1, p. 71–106, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tecap.2014.16236>. Acesso em: jul 2021.

ROCHA, José Maria Tenório. **Arte/artesanato de Alagoas**. Maceió. Secretaria de Educação e Cultura, [s. d]

SANTOS, Irineia Maria Franco dos. O axé nunca se quebra: Transformações históricas em religiões afrobrasileiras, São Paulo e Maceió (1970-2000). Maceió: Edufal, 2014.

SANTOS, Pedro Paulo; FAGUNDES, Maryana dos Santos; LIBERAL, Karina da Silva. O Guerreiro de Alagoas e o folkmarketing: relações entre folclore, identidade cultural e fomento ao place branding. **Revista Internacional de Folkcomunicação,** v. 16, n. 36, p. 116–131, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/RIF.v.16.i36.0007>. Acesso em: jul 2021.

SARMENTO. Maria Emília de Gusmão Couto. **A imagem do lugar: da veiculação à experimentação dos fronts turísticos de Maceió-Alagoas**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

SEBRAE-AL. Um olhar no norte caminho de engenhos e escravos & rota de liberdade – passeio ao Vale do Mundaú. In: **Mapeamento Cultural do Litoral Norte e Parte do vale do Mundaú em Alagoas**. Maceió: Antares, 2004.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

SILVA JUNIOR, Josemar Elias; OLIVEIRA, Ana Lúcia Tavares. Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social: Suas interfaces com a sociedade. **Ciência da Informação em Revista**, v. 5, n. 1, p. 3–10, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/3775>. Acesso em: jul 2021.

SILVA, Ana Cecília. Memória, patrimônio e ressonância: um estudo do Memorial Teotônio Vilela, em Maceió. **Cadernos NAUI**, v. 7, n. 13, p. 65–74, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/192822>. Acesso em: jul 2021.

SILVA, Christiane Lobato Ramalho; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite. Sociomaterialidade, Poder e Conexões em Redes de Ação no Organizar do Artesanato. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 23, n. 4, p. 454–475, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019180042>. Acesso em: jul 2021.

SILVA, Enaura Quixabeira Rosa; BOMFIM, Edilma Acioli (Orgs.). **Dicionário Mulheres de Alagoas ontem e hoje**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SILVA, Jeferson Santos. Um movimento negro em Alagoas: a Associação Cultural Zumbi. In: BARROS, Rachel Rocha de Almeida et al. (orgs.). **Kulé-Kulé II: Visibilidades Negras**. Maceió: Edufal, 2006. p. 96-105.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. Atenas, 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: jul 2021.

STROH, Paula Yone et. al. (Org.) **Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas**. Maceió: UFAL/IPHAN/Fundepes, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio_final_mapeamento_alagoas_PNPI(1).pdf>. Acesso em: jul 2021.

TICIANELI, Edberto. **Campo de Horticultura e Silvicultura: a Granja Conceição de Bebedouro**. História de Alagoas. Maceió, 2019. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/campo-de-horticultura-e-silvicultura-a-granja-conceicao-de-bebedouro.html>. Acesso em: jul 2021.

TICIANELI, Edberto. **CSA, o azulão do Mutange**. História de Alagoas. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/csa-o-azulao-do-mutange.html>. Acesso em: jul 2021.

UNESCO. **Recomendação de Nairóbi**. Nairobi, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em: jul 2021.

VASCONCELOS, Heber Macel Tenório; FIORIN, Evandro. Arquitetura, urbanismo e história do bairro Jaraguá, Maceió-AL. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, p. 1–16, 2020. Disponível em: <https://doi.org//dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i4.2843>. Acesso em: jul 2021.

VILLAR, Jorge. **Bebedouro dos nossos tempos**. História de Alagoas, 2020. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/bebedouro-dos-nossos-tempos.html>. Acesso em: jul 2021.

ZONZON, M. Economia solidária da cultura: estratégias de gestão para a sustentabilidade de grupos culturais. UFBA, Salvador, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23786/1/Melissa%20Zonzon%20Silva.pdf

## 9.6 Referências Leitura Comunitária

ONU – Organização das Nações Unidas. Stakeholder engagement and the 2030 Agenda: a pratical guide. Departament of Economic and Social Affairs (DESA-UN), 2020

Minayo, MCS. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017

# Ficha Técnica

## Coordenação Geral e Técnica

Clara Assumpção
Coordenadora Geral PAS

Daniela Lira Mariz
Coordenadora Setorial Social PAS

Geraldo Marinho
Coordenador Técnico Urbanístico PAS

João de Araújo Chiavone
Coordenador Setorial Urbanístico PAS

Rodrigo Oliveira Tavares
Especialista em Processo Participativo PAS

Tassia Regino
Coordenadora Técnica Social PAS

## Equipe técnica de referência

Andressa Mendes Argenta
Analista de Projetos Sociais

Bernardo Menezes Hupsel de Azevedo
Analista de Projetos Sociais

Carolina de Queiroga Ferraz Juca
Analista de Projetos Sociais

Clodoaldo de Souza Cavalcante Neto
Técnico em Processo Participativo

Edla de Farias
Engenheira Cartógrafa/Analista de Geoprocessamento

Joselita Oliveira da Silva Monteiro
Técnica em Processo Participativo

Júlia Sabrina Silva Araújo
Estagiária de Serviço Social

Rodrigo Callou
Especialista em Diálogo Social

Sônia Thomazi Ivanoff
Técnica em Processo Participativo

Thais Rubens de Menezes
Arquiteta

## Consultorias

Andreza Gomes
Especialista em Atividade Pesqueira

Bárbara Lino
Especialista em Cultura e Identidade

Carolina Cunha Bezerra
Especialista em Primeira Infância

Ciomara Rabelo
Especialista em Meio Ambiente

Claudio Marinho
Planejamento de Cenários e Gestão Estratégica

Cléa Maria da Silva Ferreira
Especialista em Educação

Daniel Pessini Sobreira
Especialista em Demografia

Dirce Koga
Especialista em Programas Integrados Assistência Social e Pessoa Idosa

Ecio de Farias Costa
Especialista em Economia - CORECON: 4.421-PE

Edsom Ortega Marques
Especialista em Segurança Pública e Economia

Fernando Ribeiro
Especialista em Economia

Francisco Jatobá de Andrade
Especialista em Cultura e Identidade

Frederico Celentano
Especialista em Economia

Iana Ludermir Bernardino
Especialista em Planejamento Urbano

Ilzamar Silva Pereira
Especialista em Assistência Social - CRESS 5ª Região – 06925

Jefferson Fernandes
Especialista em Atividade Pesqueira

Isaura Pinho
Especialista em Meio Ambiente - CRQ-SP: 04127687

José Guilherme Schutzer
Especialista em Programas Integrados – Urbano-Ambiental

Maria Carmem Aleixo
Especialista em Meio Ambiente

Maurício Andrade
Especialista em Mobilidade - CREA 8503/D-PE

Milton Botler
Especialista em Mobilidade - CAU A10763-8

Renato Leão Feitosa
Especialista em Desenho Urbano – CAU A67557-1

Sebastião Ney Vaz Júnior
Especialista em Saneamento - CREA 5023/D

Valéria Bomfim
Especialista em Saneamento

Vera Lúcia Tincani Osório
Especialista em Saúde – COREN 40.604-PR

Vera Lídia Alves de Oliveira
Especialista em Saúde

Maria Marta Lagreca de Sales
Especialista em Programas Integrados – Urbanísticos

Marcos Virgílio da Silva
Especialista em Patrimônio Histórico - CAU A33216-0

# Anexos

- Anexo I – Grandes equipamentos NF1 (GE)
- Anexo II – Entidades da sociedade civil entrevistadas
- Anexo III – Matriz de *stakeholders*

# Anexo I – Grandes equipamentos NF1 (GE)

| Equipamento | Ocupado? | Operação atual do GE | Endereço Realocação |
|---|---|---|---|
| **Equatorial - Estação Pinheiro** | Sim | Operante no imóvel original | - |
| **CASAL - ETA Cardoso** | Sim | Operante no imóvel original | Imóvel da ETA Cardoso está localizado fora das Áreas de Risco |
| **CASAL - Reservatório RAP-03A** | Sim | Operante no imóvel original | - |
| **CASAL - Standpipe** | Sim | Operante no imóvel original | - |
| **Algás** | Sem informações | Sem informações | Sem informações |
| **Centro Municipal de Educação Infantil Luiz Calheiros Júnior (SEMED)** | Não | Operante em imóvel definitivo | Rua Lourival de Aguiar Pessoa, 400, Serraria |
| **CMEI Vereador Braga Neto (SEMED)** | Não | Operante em imóvel definitivo | Rua Eliete Rolemberg de Figueiredo, Tabuleiro dos Martins |
| **Escola Municipal Major Bonifácio da Silveira (SEMED)** | Não | Operante em imóvel temporário | Avenida Jornalista José Batista dos Santos, 277, Gruta de Lourdes |
| **Escola Municipal Padre Brandão Lima (SEMED)** | Não | Operante em imóvel temporário | Avenida Cachoeira do Meirim, s/n, Benedito Bentes |
| **Escola Municipal Radialista Edécio Lopes (SEMED)** | Não | Operante em imóvel definitivo | Alameda Célia dos Anjos, 6, Petrópolis |
| **CRAS Bom Parto (SEMAS)** | Não | Operante em imóvel definitivo | Rua General Hermes, 188 |
| **Abrigo Institucional Acolher (SEMAS)** | Não | Operante em imóvel definitivo | Rua Coronel Francisco Silva, 246, Pitanguinhas |
| **PSF São Vicente de Paula (SMS)** | Não | Operante em imóvel temporário | Rua Doutor José Maria Correia das Neves, 146, Farol. |
| **UBS São Vicente de Paula (SMS)** | Não | Operante em imóvel definitivo | Atendimentos foram distribuídos entre as demais unidades de saúde existentes |
| **Antigo Posto de Saúde do Bebedouro (SMS)** | Não | Operante em imóvel temporário | Alameda Carmelita Omena de Farias, Petrópolis (onde já funcionava a UBS Antonio de Pádua Cavalcante) |
| **Sede do III Distrito (SMS)** | Não | Operante em imóvel temporário | Rua Dr. José Maria Correia das Neves, 146, Farol (informação pendente de confirmação pela SMS - mesmo endereço para o qual foi realocada a UBS São Vicente de Paula) |
| **UBS Bebedouro (SMS)** | Não | Não aplicável (não havia atividade pública no imóvel | O imóvel ainda não havia sido construído e, portanto, ainda não operava no local. |
| **Cemitério Santo Antônio (SUDES)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | Aberto apenas para visitação (memorial) |
| **Mercado Público do Bebedouro (SEMTABES)** | Não | Operante em imóvel definitivo | Mercado Público do Tabuleiro |

| Equipamento | Ocupado? | Operação atual do GE | Endereço Realocação |
|---|---|---|---|
| **Imóvel pertencente à Prefeitura com residente tratado via PCF** | Não | Não aplicável (não havia atividade pública no imóvel | Trata-se, na verdade, de via pública e não imóvel. |
| **Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (SEDUC)** | Não | Operante em imóvel temporário | Rua Benedito Silva, 134, Bebedouro (imóvel do Colégio Santa Amélia, localizado dentro das Áreas de Risco - ainda não recebemos informação acerca da continuidade e/ou interrupção das atividades no local - será realocada definitivamente para a Escola Estadual Dicionarista Aurélio Buarque de Holanda após a conclusão das obras de expansão) |
| **Escola Estadual Alberto Torres (SEDUC)** | Não | Operante em imóvel temporário | Rua Antenor Marinho de Melo, 06, Gruta de Lourdes |
| **Escola Estadual Rosalvo Ribeiro (SEDUC)** | Não | Operante em imóvel temporário | Conjunto Residencial Jarbas Oiticica, Quadra G-1, S/N, Mata do Rolo, Rio Largo/AL |
| **Escola Estadual Cincinato Pinto (SEDUC)** | Não | Operante em imóvel temporário | Avenida Fernandes Lima, Farol (CEPA - imóvel no qual já funcionava a Escola Estadual Maria Rosália Ambrozzio) |
| **CEPA - Escola Estadual José Vitorino da Rocha (SEDUC)** | Não | Operante em imóvel temporário | Rua Antonio Procopio, 166, Farol |
| **CEPA - Escola José Correia da Silva Titara (SEDUC)** | Não | Operante em imóvel temporário | Rua do Antigo Cajueiro, S/N, Massagueira, Marechal Deodoro/AL |
| **CEPA - Escola Estadual Princesa Isabel (SEDUC)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **CEPA - Escola Estadual Professor Afrânio Lages (SEDUC)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **CEPA - Escola Estadual Professora Laura Dantas (SEDUC)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **CEPA - Escola Estadual Maria Rosália Ambrozzio (SEDUC)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **CEPA - Escola Estadual Moreira e Silva (SEDUC)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **CEPA - CENFOR (Centro de Formação dos Profissionais de Educação) (SEDUC)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **CEPA - CECITE (Centro de Ciências e Tecnologia da Educação) (SEDUC)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **CEPA - Superintendência de Políticas Educacionais (SUPED) (SEDUC)** | Não | Operante em imóvel temporário | Avenida Fernandes Lima, 679, Shopping Cidade |
| **CEPA - Base Comunitária Escolar (SEDUC)** | Não | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **CAPS AD - Uncisal (UNCISAL)** | Não | Operante em imóvel | Imóvel temporário localizado |

| Equipamento | Ocupado? | Operação atual do GE | Endereço Realocação |
|---|---|---|---|
| | | temporário | dentro das Áreas de Risco (HEPR - Rua Oldemburgo da Silva Paranhos, Farol) |
| **CAPS Casa Verde (UNCISAL)** | Não | Operante em imóvel temporário | Rua Tenente José Ferreira de Souza, 341 |
| **Hospital Escola Dr. Portugal Ramalho (SESAU/UNCISAL)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **PNI - Central de Armazenamento e Distribuição de Imunológicos (SESAU)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **FARMEX (CEAF e CAF) (SESAU)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SESAU)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **Almoxarifado SESAU (SESAU)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **Instituto de Meio Ambiente (IMA)** | Não | Operante em imóvel definitivo | Avenida Fernandes Lima, 679 |
| **Apartamento do Estado Edifício St. Tropez (SEPLAG)** | Não | Não aplicável (não havia atividade pública no imóvel | - |
| **4ª Batalhão de Polícia Militar (SSP)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **Garagem da PM (SSP)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **Batalhão Escolar da Polícia Militar de Alagoas (SSP)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **Cartório de Registro Civil do 3° Distrito** | Não | Operante em imóvel definitivo | Rua Tereza de Azevedo, 1038, Gruta de Lourdes |
| **5º Juizado Especial Cível da Capital (JEC)** | Não | Operante em imóvel temporário | Avenida Governador Lamenha Filho, s/n, Bairro Feitosa, Terminal Rodoviário João Paulo II |
| **CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |
| **Superintendência Regional do Trabalho (SRT/SPU)** | Não | Operação suspensa | - |
| **Estação Ferroviária CBTU** | Sim | Operação suspensa | - |
| **Conselho Regional de Psicologia (CRP)** | Não | Operante em imóvel temporário | Rua Coronel Murilo Otávio de Barros, 139, Gruta de Lourdes |
| **Conselho Regional de Medicina (CREMAL)** | Sim | Operante nas Áreas de Risco | - |

# Anexo II – Entidades da sociedade civil entrevistadas

**Agentes públicos entrevistados**

| Âmbito | Secretaria / Órgão | Data de realização |
|---|---|---|
| Municipal | Gabinete de Gestão Integrada – GGI | 17/07/2021 |
| Municipal | Defesa Civil Municipal de Maceió | 23/07/2021 |
| Municipal | Secretaria Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária – SEMTABES | 15/07/2021 |
| | | 21/07/2021 |
| Municipal | Secretaria Municipal de Economia – SEMEC | 19/07/2021 |
| Municipal | Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS | 22/07/2021 |
| Municipal | Fundação Municipal de Ação Cultural – FMAC | 22/07/2021 |
| | | 10/09/2021 |
| Municipal | Secretaria Municipal de Saúde – SMS | 27/07/2021 |
| Municipal | Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social – SEMSCS | 28/07/2021 |
| | | 13/08/2021 |
| Municipal | Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer – SEMTEL | 05/08/2021 |
| | | 11/08/2021 |
| Municipal | Guarda Civil Municipal – GCM | 11/08/2021 |
| | | 13/08/2021 |
| Municipal | Secretária Especial de Políticas para Juventude – Secretaria Municipal de Governo – SMG | 16/08/2021 |
| Municipal | Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT | 24/08/2021 |
| | | 31/08/2021 |
| Municipal | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanização – SEMINFRA | 24/08/2021 |
| Municipal | Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública – SIMA | 01/09/2021 |
| Municipal | Secretaria Municipal de Educação – SEMED | 01/09/2021 |
| Municipal | Gabinete Municipal de Governança | 17/09/2021 |
| Municipal | Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – SEDET | 20/10/2021 |
| Estadual | Secretaria Estadual de Transporte e Desenvolvimento Urbano – SETRAND | 15/07/2021 |
| Estadual | Secretaria de Segurança Pública de Alagoas – SSP | 23/07/2021 |
| | | 13/08/2021 |
| Estadual | Departamento de Homicídios da SSP – DHPP | 11/08/2021 |
| | | 13/08/2021 |
| Estadual | Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura – SEAGRI | 27/07/2021 |
| Estadual | Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR | 29/07/2021 |
| Estadual | Junta Comercial de Alagoas – JUCEAL | 30/07/2021 |
| Estadual | Secretaria de Estado da Cultura – SECULT | 03/08/2021 |
| Estadual | Instituto de Meio Ambiente – IMA | 04/08/2021 |
| Estadual | Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego – SETE | 04/08/2021 |
| Estadual | Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas – SEMARH | 24/08/2021 |

**Membros de entidades da sociedade civil entrevistados**

| Segmento | Entidade |
|---|---|
| Associação de comércio e serviços | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-AL |
| | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC-AL |
| | Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas – Fecomércio-AL |
| Entidades profissionais e órgãos de classe | Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas – FAMECAL |
| | Banco do Nordeste – BNB |
| Cooperativas | Cooperativa de Marisqueiras Mulheres Guerreiras |
| Associação de moradores | Associação de Pescadores de Fernão Velho |
| Entidades profissionais e órgãos de classe | Rede Estadual da Primeira Infância de Alagoas |
| Instituições acadêmicas, de ensino e pesquisa | Universidade Federal De Alagoas - UFAL |
| | Escola Batista (Bebedouro) |
| | Grupo de pesquisa “Nordestanças”, da UFAL |
| | Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFAL |
| | Escola Estadual Moreira e Silva no bairro Farol |
| | Escola Estadual Alberto Torres |
| | CMEI Braga Neto (Realocado) |
| | Escola Estadual Bom Conselho |
| | Escola Estadual Afrânio Lages |
| | Escola Municipal de Padre Brandão Lima |
| | Grupo de pesquisa Representações do Lugar – RELU, da UFAL |
| | Pró-Memória |
| | Instituto Sal da Terra |
| | Colégio Santa Amélia |
| ONG | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade |
| | Quintal Cultural (Bom Parto) |
| | CUFA-AL |
| Organização internacional | Unicef |
| | ONU-Habitat |
| Associação de moradores | Associação dos Moradores do Pinheiro |
| Lideranças | Liga com cerca de 25 grupos de Coco das regiões afetadas |
| | Coco Reviver |
| | Quadrilha Junina Pé de Serra |
| | Coletivo Resistência Popular |
| | Colônia de Pescadores Z-02 |
| | Colônia de Pescadores Z-03 |
| | Colônia de Pescadores Z-04 |
| | Colônia de Pescadores Z-05 |
| | Colônia de Pescadores Z-16 |
| | Instituto Mandaver |
| | Coletivo Urbano Aqui Fora |

# Anexo III – Matriz de *stakeholders*

| Stakeholders (Entidades/Pessoas) | Núcleo Focal | Cluster | Categoria | Localização/Bairro | Alcance |
|---|---|---|---|---|---|
| Associação Comunitária do Bebedouro | 1 | Residentes | Associação de Moradores | Bebedouro | Local |
| Associação de Moradores do Alto do Ceú/Pinheiro | 1 | Residentes | Associação de Moradores | Pinheiro | Local |
| Associação de Moradores do Conjunto Divaldo Suruagy - Pinheiro | 1 | Residentes | Associação de Moradores | Pinheiro | Local |
| Associação de Moradores do Mutange | 1 | Residentes | Associação de Moradores | Mutange | Local |
| Instituto Professor Francisco Sales | 2 | Ciência e Sociedade | ONG | Chã de Bebedouro | Local |
| Referência comunitária | 1 | Residentes | Referência Comunitária | Bebedouro | Local |
| Bosque Mundaú - Síndicos | 1 | Residentes | Referência Comunitária | Bebedouro | Local |
| SOS Pet | 2 | Residentes | Organizações de Bairro | Jatiúca | Regional |
| Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas - FAMECAL | 3 | Ciência e Sociedade | Entidades Profissionais e Órgãos de Classe | Centro | Regional |
| Referência comunitária | 1 | Residentes | Referência Comunitária | Bebedouro | Local |
| Referência comunitária | 1 | Residentes | Lideranças | Mutange | Local |
| Referência comunitária | 1 | Residentes | Referência Comunitária | Mutange | Local |
| Referência comunitária | 1 | Residentes | Referência Comunitária | Mutange | Local |
| Referência comunitária | 1 | Residentes | Referência Comunitária | Pinheiro | Local |
| Referência comunitária | 1 | Residentes | Referência Comunitária | Pinheiro | Local |
| Associação dos Moradores de Jardim Alagoas | 1 | Residentes | Lideranças | Jardim Alagoas | Local |
| Associação das Mulheres do Jacintinho | 3 | Residentes | Associação de Moradores | Jacintinho | Local |
| ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DO BOM PARTO | 2 | Residentes | Associação de Moradores | Bom Parto | Local |
| Quintal Cultural | 3 | Ciência e Sociedade | ONG | Bom Parto | Local |
| MMTRAL-Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alagoas | 4 | Ciência e Sociedade | Entidades Profissionais e Órgãos de Classe | Bom Parto | Regional |
| Colégio São Lucas | 2 | Agentes Econômicos | Comércio/Serviço Local | Mangabeiras | Regional |
| Colégio Santa Amélia | 3 | Agentes Econômicos | Comércio/Serviço Local | Pinheiro | Regional |
| Padaria Nossa Senhora da Conceição | 1 | Agentes Econômicos | Comércio/Serviço Local | Pinheiro | Local |

| Stakeholders (Entidades/Pessoas) | Núcleo Focal | Cluster | Categoria | Localização/Bairro | Alcance |
|---|---|---|---|---|---|
| Supermercado Pilar | 1 | Agentes Econômicos | Comércio/Serviço Local | Pinheiro | Regional |
| Pesquisador(a) | 4 | Ciência e Sociedade | Instituições Acadêmicas, de Ensino e Pesquisa | Maceió | Local |
| Influenciador(a) digital | 4 | Ciência e Sociedade | Influenciadores Digitais | Maceió | Nacional |
| Pesquisador(a) | 4 | Ciência e Sociedade | Instituições Acadêmicas, de Ensino e Pesquisa | Maceió | Regional |
| Influenciador(a) digital | 4 | Ciência e Sociedade | Influenciadores Digitais | Maceió | Local |
| Colônia de Pescadores - Z4 | 1 | Residentes | Lideranças | Maceió | Local |
| Referência comunitária | 1 | Residentes | Referência Comunitária | Maceió | |
| Associação Comunitária Interparoquial do Planalto do Jacutinga | 1 | Residentes | Associação de Moradores | Pinheiro | Local |
| Fisioteravida - Estética e Spa Star Fitness | 1 | Agentes Econômicos | Comércio/Serviço Local | Farol | Local |
| ESCOLA EVANGELICA BATISTA DE BEBEDOURO LTDA Melania da Silva Moreira Correia | 1 | Agentes Econômicos | Comércio/Serviço Local | Bebedouro | Local |
| Associação de Moradores da Gruta do Padre e Adjacências | 1 | Residentes | Associação de Moradores | Mutange | Local |
| Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-AL). | 4 | Ciência e Sociedade | Entidades Profissionais e Órgãos de Classe | Maceió | Regional |
| Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-AL). | 4 | Ciência e Sociedade | Entidades Profissionais e Órgãos de Classe | Maceió | Regional |
| Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-AL) | 4 | Agentes Econômicos | Associações de Comércio e Serviços | Maceió | Regional |
| Serviço Social do Comércio (SESC-AL). | 4 | Agentes Econômicos | Associações de Comércio e Serviços | Maceió | Regional |
| Cooperativa dos Recicladores de Alagoas – COOPREL Serraria | 3 | Agentes Econômicos | Cooperativas | Serraria | Local |
| Referência comunitária | 2 | Residentes | Lideranças | Flexal de Clima (Bebedouro) | Local |
| Associação de Moradores do Alto do Céu | 1 | Residentes | Associação de Moradores | Alto do Céu | Local |
| Referência comunitária | 1 | Residentes | Referência Comunitária | Jardim Acácia | Local |
| Referência comunitária | 2 | Residentes | Lideranças | Flexal de Baixo | Local |
| Referência comunitária | 2 | Residentes | Lideranças | Vila Saem | Local |

| Stakeholders (Entidades/Pessoas) | Núcleo Focal | Cluster | Categoria | Localização/Bairro | Alcance |
|---|---|---|---|---|---|
| Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Alagoas – Ademi-AL. | 4 | Agentes Econômicos | Entidade da Classe Empresarial | Maceió | Regional |
| Associação Pró-Farol | 2 | Residentes | Associação de Moradores | Farol | |
| Referência comunitária | 3 | Residentes | Referência Comunitária | Bebedouro | |
| Referência comunitária | 3 | Residentes | Referência Comunitária | | |
| Referência comunitária | 3 | Residentes | Referência Comunitária | Bebedouro | |
| Referência comunitária | 1 | Residentes | Referência Comunitária | Pinheiro | |
| Instituto Acudir | 3 | Residentes | Organizações de Bairros | Benedito Bentes | Regional |
| Associação dos Moradores do Condomínio Dubeux Leão | 3 | Residentes | Associação de Moradores | Tabuleiro dos Martins | Local |
| Associação Comunitária dos Moradores dos Condomínios Eustáquio Gomes de Melo e Hamilton de Moraes. | 3 | Residentes | Associação de Moradores | Cidade Universitária | Local |


http://diagonal.social